

UNIVERSIDADE DE LISBOA



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



AS TAXAS LOCAIS E A SUA ADEQUAÇÃO AO ATUAL REGIME

Elisabete Cristina Campos Prudêncio

Mestrado em Direito e Economia

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



AS TAXAS LOCAIS E A SUA ADEQUAÇÃO AO ATUAL REGIME

Elisabete Cristina Campos Prudêncio

Dissertação de Mestrado orientada pelo Professor Doutor Gustavo Courinha

Mestrado em Direito e Economia

2018

Agradecimentos

Ao meu pai a quem serei eternamente grata pelos valores e princípios transmitidos.

Ao Luís Machado pelo apoio incondicional, expectativa e confiança depositada.

Ao Senhor Professor Doutor Gustavo Courinha que aceitou a orientação científica da presente dissertação a quem agradeço todo o empenho demonstrado.

À Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

A todos os que me ensinaram e que contribuíram para o meu desempenho profissional.

“Neste mundo nada está garantido senão a morte e os impostos”.

Benjamim Franklin

Observação

Apesar da presente dissertação estar redigida em concordância com o novo acordo ortográfico, a mesma contém diversas citações que estão redigidas de acordo com o antigo acordo ortográfico.

Índice

Siglas e Abreviaturas	14
Resumo	15
Abstract	17
Introdução	19
I. Tributação e tipos de tributos	22
1.1. O conceito de tributo	22
1.2. O conceito de imposto	23
1.3. O conceito de taxa	27
1.4. Distinção entre taxas e impostos.....	32
1.5. O conceito de taxa no RGTAL	36
II. A autonomia financeira e tributária	39
2.1. O princípio da autonomia local.....	39
2.2. A autonomia financeira das autarquias locais	40
2.3. As receitas tributárias das autarquias locais	42
2.4. O princípio da equivalência jurídica.....	47
III. Análise do RGTAL.....	50
3.1. A origem do RGTAL.....	50
3.2. O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.....	51
3.3. Críticas ao RGTAL.....	61
3.4. A experiência europeia	69
3.5. As imposições constitucionais	71
3.6. Criação de taxas pelas freguesias	72
IV. Comentários ao RGTAL.....	73

4.1. Âmbito de aplicação do RGTAL.....	73
4.2. Legislação subsidiária ao RGTAL.....	75
4.3. As taxas das autarquias locais.....	77
4.4. O princípio da equivalência jurídica no RGTAL	78
4.5. O princípio da justa repartição dos encargos públicos no RGTAL	80
4.6. A incidência objetiva do RGTAL.....	80
4.7. A incidência subjetiva do RGTAL	81
4.8. A criação de taxas	82
4.9. A atualização de valores	84
4.10. Liquidação e cobrança	85
4.11. O pagamento	85
4.12. O incumprimento	86
4.13. A publicidade dos regulamentos municipais	86
4.14. A caducidade	86
4.15. A prescrição	87
4.16. As garantias	87
4.17. O regime transitório	88
4.18. A data da entrada em vigor do RGTAL.....	88
V. Adequação dos regulamentos municipais ao RGTAL	89
5.1. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Almada	89
5.1.1. Incidência objetiva.....	89
5.1.2. Incidência subjetiva	90
5.1.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	90
5.1.4. Fundamentação económico-financeira	90
5.1.5. Isenções.....	91

5.1.6. Modo de pagamento	92
5.1.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	92
5.1.8. Particularidades observadas no Regulamento	92
5.1.9. Considerações finais sobre o Regulamento	93
5.2. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Cascais	94
5.2.1 Incidência objetiva.....	94
5.2.2 Incidência subjetiva	94
5.2.3 Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	95
5.2.4 Fundamentação económico-financeira	95
5.2.5. Isenções.....	96
5.2.6. Agravamentos	99
5.2.7. Modo de pagamento	101
5.2.8. Admissibilidade do pagamento em prestações	101
5.2.9. Particularidades observadas no regulamento.....	101
5.2.10. Considerações finais sobre o Regulamento	102
5.3. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Palmela	103
5.3.1. Incidência objetiva.....	103
5.3.2. Incidência subjetiva	103
5.3.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	104
5.3.4. Fundamentação económico-financeira	104
5.3.5. Isenções.....	104
5.3.6. Agravamentos	106
5.3.7. Modo de pagamento	107
5.3.8. Admissibilidade do pagamento em prestações	107

5.3.9. Considerações finais sobre o Regulamento	107
5.4 Análise do Regulamento de Taxas do Município de Loulé	108
5.4.1. Incidência objetiva.....	108
5.4.2. Incidência subjetiva	109
5.4.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	109
5.4.4. Fundamentação económico-financeira	109
5.4.5. Isenções.....	110
5.4.6. Modo de pagamento	111
5.4.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	111
5.4.8 Considerações finais sobre o Regulamento	111
5.5. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Vendas Novas.....	112
5.5.1. Incidência objetiva.....	112
5.5.2 Incidência subjetiva	112
5.5.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	113
5.5.4. Fundamentação económico-financeira	113
5.5.5. Isenções.....	113
5.5.6. Modo de pagamento	115
5.5.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	115
5.5.8. Considerações finais sobre o Regulamento	116
5.6 Análise do Regulamento de Taxas do Município de Sousel.....	116
5.6.1. Incidência objetiva.....	116
5.6.2. Incidência subjetiva	117
5.6.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	117
5.6.4. Fundamentação económico-financeira	117

5.6.5. Isenções.....	117
5.6.6. Modo de pagamento	118
5.6.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	118
5.6.8. Particularidades observadas no regulamento.....	119
5.6.9. Considerações finais sobre o Regulamento	119
5.7. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Seixal.....	120
5.7.1. Incidência objetiva.....	120
5.7.2. Incidência subjetiva	120
5.7.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	121
5.7.4. Fundamentação económico-financeira	121
5.7.5. Isenções.....	121
5.7.6. Modo de pagamento	121
5.7.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	122
5.7.8. Particularidades observadas no regulamento.....	122
5.7.9. Considerações finais sobre o Regulamento	123
5.8. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Portimão	124
5.8.1. Incidência objetiva.....	124
5.8.2. Incidência subjetiva	124
5.8.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	125
5.8.4. Fundamentação económico-financeira	125
5.8.5. Isenções.....	125
5.8.6. Modo de pagamento	125
5.8.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	126
5.8.8. Particularidades observadas no regulamento.....	126

5.8.9. Considerações finais sobre o Regulamento	126
5.9. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Lisboa	127
5.9.1. Incidência objetiva.....	127
5.9.2. Incidência subjetiva	127
5.9.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	128
5.9.4. Fundamentação económico-financeira	128
5.9.5. Isenções.....	128
5.9.6. Modo de pagamento	129
5.9.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	129
5.9.8. Particularidades observadas no regulamento	129
5.9.9. Considerações finais sobre o Regulamento	133
5.10. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Sintra	134
5.10.1. Incidência objetiva.....	134
5.10.2. Incidência subjetiva	135
5.10.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	135
5.10.4. Fundamentação económico-financeira	135
5.10.5. Isenções.....	136
5.10.6. Modo de pagamento	136
5.10.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	136
5.10.8. Particularidades observadas no regulamento	136
5.10.9. Considerações finais sobre o Regulamento	138
5.11. Regulamento de Taxas do Município do Montijo.....	138
5.11.1. Incidência objetiva.....	138
5.11.2. Incidência subjetiva	139

5.11.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	139
5.11.4. Fundamentação económico-financeira	139
5.11.5. Isenções.....	139
5.11.6. Modo de pagamento	140
5.11.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	140
5.11.8. Particularidades observadas no regulamento.....	140
5.11.9. Considerações finais sobre o Regulamento	141
5.12. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Matosinhos	141
5.12.1. Incidência objetiva.....	141
5.12.2. Incidência subjetiva	142
5.12.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	142
5.12.4. Fundamentação económico-financeira	142
5.12.5. Isenções.....	142
5.12.6. Modo de pagamento	143
5.12.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	143
5.12.8. Particularidades observadas no regulamento.....	143
5.12.9. Considerações finais sobre o Regulamento	144
5.13. Regulamento de Taxas do Município de Coimbra	144
5.13.1. Incidência objetiva.....	144
5.13.2. Incidência subjetiva	145
5.13.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar.....	145
5.13.4. Fundamentação económico-financeira	145
5.13.5. Isenções.....	145
5.13.6. Modo de pagamento	146

5.13.7. Admissibilidade do pagamento em prestações	146
5.13.8. Particularidades observadas no regulamento	146
5.13.9. Considerações finais sobre o Regulamento	147
Conclusão	148
Bibliografia	150
Anexos	154

Siglas e Abreviaturas

Al.	Alínea
Art.º	Artigo
Cf.	Conferir
CRP	Constituição da República Portuguesa
CPPT	Código do Procedimento e Processo Tributário
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IUC	Imposto Único sobre a Circulação
LAL	Lei das Autarquias Locais
LFL	Lei das Finanças Locais
LGT	Lei Geral Tributária
N.º	Número
RGTA	Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais
RGTPORML	Regime Geral das Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
Vol.	Volume

Resumo

Com a crise económica de 2008 e a crescente necessidade de controlo do défice público por parte do Estado central, os orçamentos das autarquias locais foram reduzidos e a sua capacidade de endividamento limitada. Não obstante, a transferência de atribuições e competências do Estado para as autarquias locais aumentou, levando a que as necessidades financeiras destas entidades crescessem.

Esta crescente necessidade de obtenção de fundos por parte das autarquias locais leva a que as mesmas ponderem novas fontes de obtenção de receita, onde as taxas desempenham um papel fundamental. Neste contexto, em 2006 foi aprovado o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RG TAL), que pretende estabelecer parâmetros para a criação de taxas, para que nos diferentes municípios não exista uma discrepância total quanto ao tipo e valor das taxas aplicadas.

Devido à sua importância e às reservas legais estabelecidas na Lei, torna-se primordial proceder à distinção da figura das taxas da figura dos impostos. Enquanto que as taxas são prestações efetivas, individuais, e bilaterais, devidas pelos particulares ou por entidades que beneficiaram ou provocaram uma prestação pública; já os impostos são prestações eventuais, genéricas, não sinalagmáticas, devidas por todos ou apenas por uma categoria de pessoas, aferidas com base na capacidade contributiva do sujeito passivo. As taxas podem ser utilizadas como forma de orientar comportamentos sociais e económicos, existindo, em diversas situações, objetivos extrafiscais, que se manifestam através da aplicação de agravamentos ou da atribuição de isenções, como meio de desincentivar ou incentivar determinados comportamentos.

Após a aprovação do RG TAL, muitas autarquias locais sentiram dificuldades na adaptação dos seus regulamentos municipais. Destarte, atualmente, em alguns regulamentos municipais ainda pudemos constatar que muitos requisitos não estão a ser totalmente cumpridos, subsistindo diversas falhas na criação de taxas.

Verifica-se, assim, que o RG TAL é um diploma pouco rigoroso, que não se adequa às expectativas e necessidades depositadas pelas autarquias locais, carecendo de uma revisão.

Palavras-chave: Poderes tributários, autarquias locais, autonomia, RGTAL, taxas, impostos.

Abstract

With the economic crisis of 2008 and the increasing needs of the central State to control public expenditure, the budgets of local authorities were reduced and their financial capacity limited. Notwithstanding, there was an increase in the transfer of powers and competences from the State to the local authorities, leading to increasing financial needs from these entities.

This increasing need by local authorities to raise funds has led them to consider new sources of income, where fees play a fundamental part. This is the background on which Law no. 53-E/2006, of December 29th (RGTA), was enacted, establishing a General Scheme for the Levying of Fees by local authorities, and setting up guidelines and criteria for the levying of fees, in order to ensure there isn't a total disparity on each municipality concerning the type and value of established fees.

Because of their importance and legal restrictions, it is necessary to distinguish between fees and taxes. Whereas fees are individual and bilateral payments owed by private individuals or other entities that benefited from an actual provision of public services, taxes are non-bilateral payments, with no direct link with the provision of a specific public service, which are owed by everyone or certain groups of persons, levied in accordance with the taxpayer's ability to pay. Fees may also be employed as a means to adjust social and economic behaviors, being associated, in many instances, with extra-fiscal objectives, which manifest themselves through the implementation of higher fees or exemptions, as a way to incentivize or discourage certain behaviors.

After the approval of Law no. 53-E/2006, of December 29th, many local authorities felt difficulties in adapting municipal regulations. Thus, nowadays, in some municipal regulations we can still verify that numerous legal requirements are not being followed, with many flaws in the levying of fees process still remaining. Law 53-E/2006, of December 29th, is therefore lacking rigor and does not meet the needs and expectations of local authorities, thus requiring a revision.

Key Words: Tax powers, local authorities, autonomy, RGTEL (Law 53-E/2006, of December 29th), fees, taxes.

Introdução

A presente dissertação visa criticar e dar um contributo científico para a revisão do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTA). Desta forma, propomo-nos a analisar alguns regulamentos municipais afim de identificar quais é que cumprem os requisitos estabelecidos no Regime Geral das Taxas. A escolha dos regulamentos a analisar foi feita de forma a abranger a realidade do país, como tal, procedemos à escolha de municípios de pequena e grande dimensão, de municípios com pouca e grande densidade populacional e de municípios da zona sul, centro e do norte do país.

Para alcançar o objetivo a que nos propomos iremos proceder a uma análise dos conceitos de tributo, de imposto e de taxa, iremos efetuar uma análise crítica sobre o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e iremos percorrer os regulamentos de taxas de alguns municípios, problematizando algumas questões no que respeita à liquidação, legalidade e constitucionalidade. Adicionalmente, iremos desenvolver as questões centrais da criação das taxas locais, como é o caso da incidência objetiva e subjetiva, o valor e fórmula de cálculo das taxas a cobrar, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, as isenções aplicáveis e a sua fundamentação, o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária e por fim a admissibilidade do pagamento em prestações.

Devido à crise económica que se fez sentir e à consequente necessidade de controlo do défice público por parte do Estado central, as autarquias locais viram os seus orçamentos reduzidos e a sua capacidade de endividamento limitada. Não obstante, verificou-se um aumento das necessidades financeiras das Autarquias Locais, por força da transferência de atribuições e competências do Estado para estas, pois, como refere a Ilustre Professora Marta Rebelo “o novo milénio trouxe consigo dois novos pólos de complexidade

gestionária: o associativismo entre autarquias, com o inerente corolário de relacionamento financeiro entre estas, e a multiplicação e densificação de tarefas técnicas”¹.

As taxas desempenham por isso um papel crucial enquanto instrumento financeiro do Estado e das autarquias locais. Com o aumento da importância destas taxas em 2006 aprovou-se o RGTAL de forma a estabelecer parâmetros para a criação de taxas para que nos diferentes municípios não exista uma discrepância total do tipo e valor das taxas aplicadas. Considerando que, atualmente as autarquias sofrem constantes desafios resultantes de uma crise nas finanças locais, torna-se pertinente o estudo do RGTAL. Infelizmente não tem sido atribuída a devida importância ao estudo destas temáticas, tanto assim o é que são poucas as publicações a tratar esta matéria.

A temática do poder tributário local é uma questão complexa e de extrema relevância que expressa a articulação entre o poder local e o poder central, materializando os princípios da descentralização, da subsidiariedade e da autonomia. Através da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 foram introduzidas diversas alterações ao regime jurídico do poder local nomeadamente, ao nível da autonomia, descentralização administrativa, financeira e patrimonial, este entendimento encontra-se presente no artigo 238.º, n.º 4 da CRP, no qual são atribuídos poderes tributários às autarquias locais. Apenas em 1979 foi aprovada a primeira Lei de Finanças Locais, a Lei n.º 1/79, de 02 de janeiro. Até à entrada em vigor da referida lei vigorava o Código Administrativo de 1940 que, recorde-se, se tratava de uma lei centralizadora que em muito limitava os poderes autárquicos. Atualmente, a CRP atribui poderes tributários às autarquias locais, concretizados na Lei de Finanças Locais (Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro de 2013). Os poderes tributários dos municípios acima referidos manifestam-se essencialmente na possibilidade de aumento ou redução de taxas e na concessão de isenções e benefícios fiscais. Desta forma, os municípios têm o poder de criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais – Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (RGTAL).

As transferências estaduais efetuadas às autarquias locais por parte do Estado central são devidas no âmbito do cumprimento dos princípios constitucionais da

¹ REBELO, Marta, *“Obrigações Municipais, uma Solução de Mercado para o Financiamento Municipal. As experiências do Direito Comparado e a Dinâmica de Implementação”*, Almedina, 2004, página 19.

subsidiariedade e da descentralização e visam observar as teses do Federalismo Financeiro. Destarte, as taxas para além de serem um instrumento tradicional de financiamento das Autarquias Locais, (apesar da sua reduzida relevância nos respetivos orçamentos), ganharam uma crescente importância como forma de financiamento. Do elenco das funções das taxas, nomeadamente a manutenção e desenvolvimento do serviço prestado, o incentivo ou desincentivo de determinados comportamentos, destaca-se a função de obtenção de receitas que se destinem à satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais. As taxas podem, portanto, constituir um instrumento de orientação de comportamentos sociais e económicos. Notamos por isso que é frequente a existência de um cariz extrafiscal que se manifesta através da aplicação de agravamentos ou da atribuição de isenções, como meio de desincentivar ou incentivar determinados comportamentos.

No entanto, verifica-se a existência de uma grande diversidade de tipologias de taxas municipais, assim como, dos critérios utilizados para o seu cálculo. Em algumas situações verifica-se a utilização do conceito de benefício, de externalidade ou do custo da contrapartida, podendo ainda serem utilizados outros critérios.

Atualmente, existem diversos tipos de taxas, a saber as taxas administrativas; as taxas urbanísticas e as taxas de ocupação do espaço público. As taxas administrativas estão relacionadas com procedimentos administrativos. Utilizam o critério do custo da contrapartida, ou seja, trata-se do custo que a autarquia suporta para prestar ao cidadão um determinado serviço. Em algumas situações são aplicados coeficientes de incentivo ou desincentivo à prática de determinados atos. As taxas urbanísticas são devidas pela realização de operações urbanísticas. Geralmente são designadas de taxas de urbanização. A sua constituição engloba uma componente fixa que corresponde à apreciação do processo e uma componente variável que está associada ao benefício auferido. Poderá eventualmente conter coeficientes de incentivo ou desincentivo.

Por fim, existem as taxas de ocupação do espaço público. Estas taxas são determinadas de acordo com o benefício obtido, contudo, em algumas situações as mesmas, podem basear-se nas externalidades negativas produzidas ou no custo de oportunidade.

Note-se que, a criação de taxas pelas autarquias locais deve respeitar o princípio da prossecução do interesse público local, o princípio da equivalência e deve visar a satisfação

das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

I. Tributação e tipos de tributos

1.1. O conceito de tributo

O tributo é uma receita pública imposta pelo Estado às entidades sujeitas à sua autoridade. Este é obrigatório e tem carácter patrimonial não sancionatório. O tributo inclui todos os serviços e contribuições prestadas. Possui uma função financeira e de promoção da justiça social, visa a justa repartição da riqueza e dos rendimentos e a igualdade de oportunidades, de acordo com o disposto no artigo 103.º, n.º 1 da CRP e no artigo 5.º, n.º 1 da Lei Geral Tributária (LGT). Deste modo, “podemos definir tributo como a prestação patrimonial definitiva estabelecida por lei a favor de uma entidade que tem a seu cargo o exercício de funções públicas, para a satisfação de fins públicos, que não constituam sanção de actos ilícitos”².

O tributo caracteriza-se por ser uma receita cobrada por uma entidade pública (com poderes legais para exigir o cumprimento das obrigações tributárias), a uma pessoa coletiva ou singular.

Ora, “os tributos públicos distinguem-se das receitas do património e das receitas do crédito pela sua natureza derivada, isto é, por traduzirem uma participação na riqueza gerada pelos particulares; e pela sua natureza coativa, quer dizer, por resultarem de uma

² SÁ GOMES, Nuno, “*Curso de Direito Fiscal*”, Lisboa 1980, página 78.

imposição legal e não de acordo com vontades”³. Esta forma, os tributos constituem uma apropriação involuntária da riqueza dos particulares.

Refere o ilustre Professor Alberto Xavier que “muito embora a distinção não parece ter origens muito remotas, é hoje corrente separarem-se os tributos em duas grandes categorias: os impostos e as taxas”⁴. De acordo com o disposto no artigo 3.º, n.º 2 da LGT os tributos têm uma classificação tripartida, pois, “compreendem os impostos, incluindo os aduaneiros e os especiais, e outras espécies tributárias criadas por lei, designadamente as taxas e demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas”, contudo, para alguns autores deverá proceder-se a uma divisão binária dos tributos. Ao longo do tempo a doutrina tem contraposto os “tributos unilaterais a bilaterais, tributos contributivos a comutativos, sinalagmáticos a não sinalagmáticos, sendo que os tributos públicos a que esteja associada alguma contrapartida representam uma ablação do património sempre menos gravosa do que aqueles aos quais falte essa contrapartida”⁵.

Os impostos são tributos unilaterais devidos ao Estado ou a outras entidades públicas, sem que exista uma contraprestação específica. Já, as taxas são tributos bilaterais, sendo apenas devidos ao Estado ou a outras entidades públicas quando exista uma contraprestação específica a favor do contribuinte.

Em suma, o tributo é uma prestação pecuniária e coativa cobrada por uma entidade pública (Estado, regiões autónomas ou municípios), com a finalidade de obtenção de receita.

1.2. O conceito de imposto

Em 1985, referia o ilustre Professor Braz Teixeira que “está longe de ser unânime a opinião dos fiscalistas quanto à definição jurídica do imposto, pesando ainda muito aqui

³ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 130.

⁴ XAVIER, Alberto, “*Manual de Direito Fiscal*”, volume I, Manuais da Faculdade de Direito de Lisboa, 1974, página 42.

⁵ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 132.

noções financeiras que, imiscuindo-se na formulação do conceito, lhe dão imprecisão, por excesso ou por defeito de amplitude, e lhe atribuem uma hibridez cientificamente pouco recomendável”⁶. Na opinião do ilustre professor Pessoa Jorge “a palavra imposto, mesmo quando restrita à matéria que tecnicamente nele se engloba, é empregada em sentidos diferentes: umas vezes, diz-se que o imposto é uma prestação, outras, que é uma ordem de pagamento, outras, ainda que é a obrigação em que fica investido o contribuinte”⁷. Atualmente, o imposto é entendido como toda a prestação pecuniária, singular, reiterada, sem qualquer contraprestação, cobrada por uma entidade pública que afeta as suas receitas às despesas geradas no exercício das suas funções públicas. Deste modo, “o imposto nasce quando surge uma norma legal que confere ao Estado ou outro ente público a posição de credor do imposto e ao cidadão a situação de devedor do mesmo”⁸.

O imposto é uma prestação pecuniária, coativa, unilateral e sem natureza sancionatória, pelo que, devido a estas características “não admira que a respeito do imposto tenha a doutrina levantado o problema do fundamento jurídico do poder de tributar. Trata-se de um problema a que várias respostas têm sido dadas, desde a que vê no benefício que os contribuintes auferem com a produção dos bens públicos a justificação dos impostos, até à que apenas encontra esta justificação concebendo a soberania como uma supremacia de facto do Estado sobre todas as pessoas que vivam no seu território”⁹.

Os impostos são cobrados de acordo com a capacidade contributiva revelada pelo sujeito passivo através do seu rendimento e/ou património (cf. artigo 4.º, n.º 1 da LGT). Caracterizam-se por terem uma natureza obrigacional em vez de uma natureza de carácter real. São uma prestação pecuniária, ou seja, é uma prestação de *dare pecunia* não se confundindo com as prestações de carácter pessoal ou as prestações de *facere*.

No imposto “não existe qualquer contrapartida específica, em virtude de uma relação concreta com bens ou serviços públicos; ele terá apenas a contrapartida genérica do funcionamento dos serviços públicos estaduais”¹⁰, pelo que, constituem uma prestação

⁶ BRAZ TEIXEIRA, “Direito Fiscal”, AAFDL, 1985, página 41.

⁷ PESSOA JORGE, “Curso de Direito Fiscal”, AAFDL, Lisboa 1963, página 37.

⁸ LEMOS PEREIRA, J.F, CARDOSO MOTA, A.M., “Teoria e Técnica dos Impostos”, 13.ª edição, 1989, Lisboa.

⁹ CARDOSO DA COSTA, Manuel, “Curso de Direito Fiscal”, 2.ª edição, Almedina, 1972, páginas 17 e 18.

¹⁰ SOUSA FRANCO, “Finanças públicas e direito financeiro”, 4.ª edição, volume II, Almedina, 1992, página 73.

unilateral. Tem cariz não sinalagmático pois não é devida nenhuma contraprestação específica a favor do contribuinte, ora “a prestação pecuniária em que o imposto consiste é uma prestação unilateral, no sentido de não sinalagmática”¹¹. O imposto, também, é uma prestação definitiva, sendo que neste sentido não existe indemnização, reembolso ou restituição. De certa forma, “o imposto é uma prestação unilateral não só no presente «(unilateral *stricto sensu*)», mas uma prestação unilateral também no futuro «(definitiva)» «(...)» enfim, por outras palavras, o imposto constitui uma prestação unilateral tanto em termos sincrónicos como em termos diacrónicos”¹².

O imposto tem como conteúdo um dever de prestar que surge pela simples verificação de um facto previsto na lei, dando origem a uma relação jurídica tributária”¹³, ou seja, “o imposto pode ser dito um tributo unilateral no sentido em que o pressuposto legal de cuja verificação depende a formação da obrigação tributária se mostra alheio a qualquer relação entre o sujeito passivo e a administração”¹⁴. Atente-se no facto que não existe um limite constitucional ao agravamento do imposto, contudo, caso se verifique um agravamento que seja exorbitante, então não teremos verdadeiros impostos, mas sim impostos fiscais. Recorde-se que está absolutamente excluída a finalidade sancionatória.

Na opinião do ilustre Professor José Casalta Nabais “o imposto é constituído por três elementos essenciais: o elemento objectivo, o elemento subjectivo e o elemento teleológico (finalista)”¹⁵.

Em primeiro lugar, de acordo com o elemento objetivo, podemos definir o imposto como uma prestação unilateral, definitiva, pecuniária e coativa que é devida por pessoas individuais ou coletivas que possuam capacidade contributiva. Diz-se que a prestação é unilateral por não ter sinalagma, ou seja, não existe uma contrapartida específica.

Em segundo lugar, em termos subjetivos, o imposto é devido pelos sujeitos com capacidade contributiva a entidades que desempenham funções públicas, isto é, o tributo é cobrado por uma entidade pública com poderes legais, que exige o cumprimento das

¹¹ GOMES, Nuno Sá, “*Lições de Direito Fiscal*”, Volume I, 1984, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 133, páginas 85 e 86.

¹² CASALTA NABAIS, “*Direito Fiscal*”, 7ª edição, Almedina, 2012, página 42.

¹³ SALDANHA SANCHES, J. L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª edição, Coimbra Editora, 2007, página 38.

¹⁴ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 136.

¹⁵ CASALTA NABAIS, “*Direito Fiscal*”, 7ª edição, Almedina, 2012, página 38.

obrigações tributárias a uma pessoa singular ou coletiva que nos termos da lei esteja vinculada ao pagamento do imposto.

Por fim, o elemento teológico (que também é designado pelo referido autor como elemento finalista), está expresso na capacidade da exigência do imposto por parte das entidades que desempenham funções públicas, sendo que, a receita obtida visa o financiamento das funções destas entidades, ou seja, o imposto destina-se à prossecução das finalidades públicas que estão atribuídas às entidades a favor das quais vão reverter, não tendo, nem podendo ter, um carácter sancionatório.

Do ponto de vista objetivo o imposto é uma prestação coativa (prestação *ex lege*), “a obrigação de imposto surge, pois, exclusivamente por força do encontro do facto tributário ou do pressuposto de facto do imposto com a lei, que assim modela o seu conteúdo, independentemente portanto de qualquer manifestação de vontade do contribuinte, nesse sentido, como o prescrevem, de resto em termos muito claros, os n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º da LGT «(Lei Geral Tributária)», na medida em que dispõem que a relação jurídica tributária se constitui com o facto tributário e os elementos essenciais da mesma não podem ser alterados por vontade das partes”¹⁶ ora, este facto “trata-se de uma característica que se encontra na própria denominação de imposto”¹⁷. Já do ponto de vista subjetivo, o imposto assenta no critério da igualdade ou de justiça fiscal, isto é, da capacidade contributiva. Esta mesma ideia está presente na redação do artigo 4.º, n.º 1 da LGT.

Ainda no que se refere ao ponto de vista subjetivo, importa referir que não podemos limitar a titularidade dos impostos às pessoas coletivas públicas, visto que, podem ocorrer situações em que a titularidade dos impostos pertence a pessoas privadas que exercem funções públicas como é o caso das empresas concessionárias de obras públicas. As tarefas públicas a que aqui nos referimos tratam-se de tarefas ou funções públicas de carácter geral, pelo que, abrangem a generalidade dos contribuintes e não apenas certas categorias. Desta forma, podemos excluir do conceito de imposto os tributos associativos, isto é, as quotas das ordens profissionais, dado que, estas apenas financiam tarefas públicas muito especiais. Estes podem então ser designados por impostos especiais.

¹⁶ CASALTA NABAIS, “*Direito Fiscal*”, 7ª edição, Almedina, 2012, página 42.

¹⁷ FREITAS PEREIRA, Manuel, “*Fiscalidade*”, 5.ª edição, Almedina, 2014, página 18.

Segundo a perspectiva finalista (frequentemente também designada de teleológica) “o imposto é exigido pelas entidades que exercem funções públicas para a realização das suas funções de carácter não sancionatório. O que significa que o imposto pode ter por finalidade não apenas a finalidade financeira ou fiscal, mas também outras, excluída a função sancionatória”¹⁸.

Os impostos estão sujeitos ao princípio da legalidade tributária de reserva de lei formal do parlamento. Trata-se de uma reserva relativa de competência, desta forma, os impostos apenas podem ser criados por lei ou por decreto-lei autorizado (cf. artigo 103.º, n.º 2 e artigo 165.º, n.º 1 al. i) ambos da CRP e artigo 8.º, n.º 1 da LGT. Se for criado um imposto que não obedeça a esta reserva relativa de competência o mesmo sofre de uma inconstitucionalidade orgânica. A sujeição do imposto à reserva de lei está relacionada com o princípio do “*no taxation without representation*”, ou seja, o imposto está sujeito ao controlo democrático.

Resumindo, os impostos são obrigatoriamente criados por lei, a qual, deverá determinar a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes, pelo que, está sujeito ao princípio da legalidade. Trata-se de uma prestação pecuniária unilateral, singular ou reiterada, definitiva, coativa, sem qualquer contraprestação retributiva, proporcionando vantagens à coletividade e destinando-se à cobertura de despesas públicas.

1.3. O conceito de taxa

A taxa é uma prestação pecuniária cobrada por uma entidade pública em contrapartida de uma prestação aproveitada pelo sujeito passivo ou por si provocada. Decorre do artigo 4.º, n.º 2 da LGT que “as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização de um bem de domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares”.

O ilustre Professor Alberto Xavier considera que as taxas possuem um “caráter sinalagmático, não unilateral, o qual por seu turno deriva funcionalmente da natureza do

¹⁸ CASALTA NABAIS, “*Direito Fiscal*”, 7ª edição, Almedina, 2012, página 44.

facto constitutivo das obrigações em que se traduzem e que consiste ou na prestação de uma atividade pública ou na utilização de bens do domínio público ou na remoção de um limite jurídico à atividade dos particulares”¹⁹. As taxas são bilaterais e sinalagmáticas, pelo que, “a sinalagmaticidade só poderá ter lugar quando se trate de um qualquer bem que seja divisível, ou seja, que possa ser prestado em unidades individualizadas”²⁰. Terá de haver uma mais estreita correlação entre o destinatário do encargo financeiro e o beneficiário da despesa pública para que possamos estar perante uma taxa”²¹. Deste modo, “para que um tributo possa qualificar-se como taxa é necessário que no seu pressupostos figure uma prestação administrativa de que o sujeito passivo seja efetivo causador ou beneficiário”²², pois, “é esta característica – a sinalagmaticidade – que lhe permite que, no Estado de Direito, as taxas não sejam criadas por lei em sentido formal”²³, ora, o sinalagma implica que a prestação possa ser efetuada em unidades individualizáveis, assim, “não podemos esquecer que o cerne da definição de taxa se encontra (...) no conceito de sinalagma: onde este falte, falta a taxa – mesmo que estejamos perante uma das circunstâncias pressupostas elencadas (...) não basta que haja estrutura formalmente sinalagmática para que haja taxa. O conceito de sinalagma deve ser material e incluir um qualquer equilíbrio interno que há-de passar sempre pela necessidade de a prestação pública envolver algum *facere*, um *facere* dispendioso que beneficie o sujeito passivo de forma individualizável e que deverá ser suportado por este e não pelos recursos gerais do ente público”²⁴.

Podemos afirmar que a taxa é devida nas seguintes situações i) pela prestação de um serviço público - é prestado um serviço público a um determinado sujeito que pode ser uma pessoa singular ou coletiva (como é o caso da recolha do lixo, do saneamento, das inspeções, das vistorias, da emissão de documentos, dos serviços educativos, serviços de saúde e do policiamento municipal); ii) pela utilização de um bem do domínio público - “nesta categoria integram-se quantias cobradas pela utilização de (ou acesso) a bens tão diversos como uma ponte, uma estrada, um monumento ou o subsolo”²⁵, as taxas devidas

¹⁹ XAVIER, Alberto, “*Manual de Direito Fiscal*”, Volume I, Lisboa, 1981, página 42.

²⁰ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 31.

²¹ Idem, *ibidem*.

²² VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 138.

²³ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 31.

²⁴ Idem, página 36.

²⁵ Idem, página 33.

pelo acampamento em terrenos municipais, ou ainda, “como sucede quando se cobram taxas pela ocupação de espaços em feiras e mercados, pelo uso de aeroportos e ancoradouros, pelo estacionamento de veículos em parques municipais”²⁶; iii) pela remoção de um limite jurídico - “a remoção de um limite jurídico é outra daquelas a que podemos chamar de justificações tradicionais para a cobrança de taxas. Porém, desde há muito que se colocam algumas reservas a esta forma de legitimação das taxas”²⁷ como é o caso das taxas devidas pela realização de espetáculos e concertos.

As taxas não estão abrangidas pela reserva de lei (princípio da legalidade), pois, “a criação e quantificação das taxas é uma decisão que apesar de poder ser tomada pelo Parlamento, cabe, em regra à Administração e às Assembleias Municipais ou de Freguesia, as entidades a quem cabe a prestação pública de que a contraprestação é a taxa”²⁸, pelo que, a sua estrutura sinalagmática possibilita a fiscalização do seu montante. Por esta via o contribuinte irá estar sempre salvaguardado face a eventuais excessos. Através do princípio da equivalência estipula-se que “entre a taxa e a prestação pública deve haver uma equivalência de custos e benefícios”. Deste modo, “segundo o princípio da equivalência, um tributo não será quantificado de acordo com a força económica do contribuinte, mas sim, com os custos que ele gera, ou os benefícios que recebe de uma determinada prestação pública”. “Diz-se que o quantitativo da taxa deve corresponder ao custo que a circunstância pressupponente acarreta para a entidade pública”²⁹. Segundo o princípio da equivalência os particulares deverão ter custos de acordo com o benefício que recebem do Estado.

O ilustre Professor Teixeira Ribeiro, considera que, mesmo quando existam preços lucrativos, as taxas não se “transmudam em receitas patrimoniais, visto continuarem coactivas, nem constituem impostos na parte excedente ao custo, visto manterem o carácter bilateral”. Mas terá de ser considerado um imposto se for um montante manifestamente excessivo”³⁰.

Ora, “a taxa constitui uma prestação pecuniária e coactiva exigida por uma entidade pública em contrapartida de uma prestação administrativa efectivamente provocada ou

²⁶ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 139.

²⁷ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 34.

²⁸ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 32.

²⁹ Idem, páginas 37 e 38.

³⁰ Idem, página 39.

aproveitada pelo sujeito passivo”³¹, pelo que, “para que um tributo possa qualificar-se como taxa é necessário que no seu pressuposto figure uma prestação administrativa de que o sujeito passivo seja efectivo causador ou beneficiário”³².

Deste modo, “as taxas podem ter como pressuposto a prestação de um serviço, como sucede quando se cobram taxas pela prestação de serviços de ensino ou de saúde, pelo registo de pessoas e bens, pela certificação de produtos para efeitos da sua comercialização ou pela interposição de recursos e reclamações, entre tantas outras coisas”³³.

Assim, “as taxas podem ter também como pressuposto a utilização de um bem do domínio público, como sucede quando se cobram taxas pela ocupação de espaços em feiras e mercados, pelo uso de aeroportos e ancoradouros, pelo estacionamento de veículos em parques municipais, pela ocupação do solo e do subsolo ou pelo uso de infra-estruturas rodoviárias. É sabido que ao uso comum do domínio público, aquele que pode ser levado a cabo pelos particulares sem exclusão recíproca, não está via de regra associado o pagamento de taxas, ainda que ele ocorra por vezes”³⁴.

Existem elementos estruturantes que devem estar presentes na criação de uma taxa, nomeadamente, i) a base de incidência pessoal – subjetiva (quem está vinculado ao pagamento); ii) a base de incidência real – objetiva (o que está sujeito a pagamento); iii) o valor ou fórmula de cálculo do valor das taxas; iv) a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local; v) as isenções e sua fundamentação; vi) o modo de pagamento e outras formas de extinção das prestações tributárias admitidas; vii) a admissibilidade de pagamento em prestações.

As taxas são sobretudo um instrumento de obtenção de receitas, mas desempenham um papel igualmente importante na orientação de comportamentos. “É o uso privativo do

³¹ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 138.

³² Idem, ibidem.

³³ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 139.

³⁴ Idem, página 140.

domínio público, aquele em que o aproveitamento feito por um particular limita ou exclui o aproveitamento por outrem, que geralmente constitui o pressuposto para a sua cobrança”³⁵. Muitas vezes as taxas são criadas no exercício do poder regulamentar, pelo que, as mesmas podem ser criadas quer pela administração pública quer por entidades exteriores à administração pública, como acontece no caso das taxas cobradas pela utilização das autoestradas e como acontece no caso das taxas devidas nos hospitais públicos.

Deve-se proceder à distinção da figura das taxas da figura das tarifas e preços cobrados no âmbito de serviços prestados pelo município, como é o caso da recolha do lixo, tratamento de esgotos e abastecimento de água. Para proceder à distinção das figuras ora referidas tem sido utilizado o critério económico e o critério da indispensabilidade. De acordo com o critério económico as taxas verificam-se quando não existe no mercado uma prestação semelhante e quando a prestação administrativa é absolutamente indispensável. O preço ocorre quando a administração realiza a prestação em concorrência com as entidades privadas, no entanto, este critério é manifestamente insuficiente pelo que deve ser aferido em conjugação com o critério da indispensabilidade. Ressalve-se que o preço consubstancia uma prestação que pode ser dispensada pelo particular. “Se a prestação que o munícipe paga não tiver subjacente uma relação de concorrência e na sua justificação critérios de mercado, mas outros critérios (como, por exemplo, satisfazer uma necessidade coletiva, desincentivar a procura ou repartir pelos beneficiários o custo do serviço), estamos em presença de uma taxa. Pelo contrário, se a prestação que o munícipe paga tiver subjacente uma relação de concorrência e encontrar a sua justificação em critérios de mercado, apelando para as coordenadas da oferta e da procura, então a figura em questão é uma tarifa”³⁶.

Resulta do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 143/2202, de 9 de abril de 2002 que a bilateralidade das taxas “traduz-se esta no facto de ao seu pagamento corresponder uma «contraprestação» específica, por parte do Estado (ou de outra entidade pública). Se tal não acontecer, teremos um «imposto» (ou uma figura tributária que, do ponto de vista constitucional, deve, pelo menos, ser tratada como tal)”.

³⁵ Idem, ibidem.

³⁶ FREITAS DA ROCHA, Joaquim, “*Direito Financeiro Local*”, 2.^a edição, Coimbra Editora, 2014, página 206.

Em suma, as taxas visam a cobertura das despesas realizadas pelas entidades públicas. As mesmas não se encontram sujeitas ao princípio da legalidade fiscal, pois, apenas o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais se encontra sujeito a este princípio. O artigo 165.º, n.º 1 al. i) da CRP estabelece a reserva relativa de lei da Assembleia da República, podendo autorizar o Governo a legislar sobre estas matérias de acordo com o disposto no artigo 168.º, n.º 1 al. i) da CRP. As taxas têm natureza sinalagmática (bilateral) existindo uma contrapartida por parte do Estado ou das entidades públicas, assim sendo, a taxa trata-se de uma forma de financiamento.

1.4. Distinção entre taxas e impostos

É relevante proceder à distinção entre a figura das taxas da figura dos impostos, pelo que, “no ordenamento jurídico português a questão da qualificação de um determinado tributo como taxa ou imposto assume, como é sabido, uma enorme importância prática. Na verdade, a Constituição integra na esfera da reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República a “criação de impostos” – al. i) do n.º 1 art. 165.º - sendo que essa reserva de lei parlamentar inclui, nos termos do art. 103.º da CRP, os elementos fundamentais do imposto (...). Relativamente às taxas, o mesmo preceito constitucional apenas inclui na reserva relativa de competência legislativa da AR o “regime geral das taxas”, pelo que, a sua criação e elementos essenciais podem constar de instrumento normativo de grau inferior”³⁷.

Ora, “o legislador, empregando com frequência as expressões impostos, taxas (...) nunca cuidou das suas definições, e, em regra só tem contribuído para a imprecisão senão para a confusão que vem reinando sobre tal matéria”³⁸. Caba à LGT proceder à distinção cabal das duas figuras, contudo, esta apenas adotou uma noção pragmática no seu artigo 4.º. É possível distinguir a figura das taxas da figura dos impostos essencialmente através da existência ou inexistência de uma contraprestação por parte do sujeito ativo; do carácter unilateral ou bilateral, se a prestação é devida por um sujeito ou por uma generalidade de

³⁷ ANDRADE, Fernando Rocha, “*Benefício, remoção de obstáculo jurídico e critério de determinação do valor da taxa: algumas reflexões face ao regime das taxas locais*”, Boletim de Ciências Económicas, 2008, página 193.

³⁸ FAVEIRO, Vítor, “*O Estatuto do Contribuinte*”, Coimbra Editora, 2002, página 313.

peessoas, “observando cuidadosamente, vamos encontrar uma grande diferença entre as taxas e os impostos, quando os encaramos sob o ponto de vista teórico e essa diferença caracteriza-se pela obrigatoriedade do imposto e pela voluntariedade da taxa”³⁹. Na opinião do ilustre Professor Pessoa Jorge “a distinção entre o imposto e a taxa põe-se em termos relativamente simples. Tanto a taxa como o imposto são processos de o Estado obter meios patrimoniais para fazer face às despesas com os serviços que cria e mantém em ordem à satisfação de necessidades públicas. Sucede que, uma vez, esses serviços são indivisíveis, quer dizer, não se pode determinar a utilidade que representam para cada cidadão individualmente considerado; são serviços que vêm satisfazer necessidades da própria comunidade”⁴⁰.

Atualmente a distinção entre a figura dos impostos e das taxas é aceite pela generalidade dos autores, contudo, “já se nos deparam as maiores divergências quanto à escolha do critério jurídico a qual se deverá subordinar, ainda quem regra se aceite como ponto comum de partida o critério tradicionalmente formulado na ciência das finanças, para o qual o imposto é o modo de financiamento próprio dos serviços públicos indivisíveis e a taxa dos serviços divisíveis, isto é, que proporcionam vantagens ou satisfações individualizadas a quem os utiliza”⁴¹. Na opinião do ilustre Professor Manuel Pires o “imposto é a prestação patrimonial, não reembolsável, unilateral, exigida por força da lei, devida a uma pessoa coletiva de direito público e exigida para a obtenção de receitas”⁴². Desta forma, as taxas são prestações efetivas, individuais, bilaterais (sinalagmáticas), devidas pelos particulares ou por entidades que beneficiaram ou provocaram uma prestação pública, aferidas com base no princípio da equivalência e da proporcionalidade, pelo que, “taxas são uma espécie do género dos tributos, distinguindo-se dos impostos na medida em que pressupõem uma contraprestação específica. Isto é, os impostos são estruturalmente unilaterais, ao passo que as taxas se caracterizam pela bilateralidade. As mesmas são

³⁹ MONTEIRO PESSOA, Epitácio, “*Elementos de Direito Fiscal*”, 2.^a edição, volume I, Livraria Freitas Bastos, 1943, página 41.

⁴⁰ PESSOA JORGE, “*Curso de Direito Fiscal*”, Edição AAFDL, Lisboa 1963, página 42.

⁴¹ XAVIER, Alberto, “*Direito Fiscal*”, Volume I, FDL, Lisboa, 1973, página 32.

⁴² PIRES, Manuel, “*Direito Fiscal*”, AAFDL, 1980, página 6.

administradas aos beneficiários de determinados serviços, assumindo uma natureza sinalagmática”⁴³.

As taxas são utilizadas como meios ordenadores de comportamentos através da aplicação de agravamentos, ou da atribuição de isenções e benefícios, podendo mesmo prosseguir objetivos extrafiscais, como é o caso dos fins ambientais. “A criação e quantificação das taxas é uma decisão que, apesar de poder ser tomada pelo Parlamento, cabe, em regra, à Administração e às Assembleias Municipais ou de Freguesia, as entidades a quem cabe a prestação pública de que a contraprestação é a taxa”⁴⁴.

O sinalagma trata-se de uma característica das taxas que “só poderá ter lugar quando se trate de um qualquer bem que seja divisível, ou seja que possa ser prestado em unidades individualizadas”⁴⁵, desta forma, podemos afirmar que as taxas “são receitas tributárias que têm carácter sinalagmático, não unilateral, o qual por seu turno deriva funcionalmente da natureza do facto constitutivo das obrigações em que se traduzem e que consiste ou na prestação de um actividade pública ou, na utilização de bens do domínio público ou na remoção de um limite jurídico à actividade dos particulares”⁴⁶. Nesta mediada, “terá de haver uma mais estreita correlação entre o destinatário do encargo financeiro e o beneficiário da despesa pública para que possamos estar perante uma taxa”⁴⁷, pelo que, “é esta característica – a sinalagmaticidade – que lhe permite que, no Estado de Direito, as taxas não sejam criadas por lei em sentido formal. Com efeito, é precisamente o facto de a relação sinalagmática em que assentam permitir o controlo do valor da taxa, ao contrário do que se passa nos impostos, em que não há parâmetros de controlo imediatos quanto à sua medida, que justifica a não sujeição das taxas às apertadas vinculações (formais e materiais) do princípio da legalidade, que são uma garantia dos destinatários dos impostos”⁴⁸.

Resulta do artigo 4.º, nº 2 da LGT que “as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização de um bem do domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares”⁴⁹.

⁴³ JÓNATAS MACHADO, NOGUEIRA DA COSTA, Paulo, “*Curso de Direito Tributário*”, Coimbra Editora, 2009, página 14.

⁴⁴ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 32.

⁴⁵ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 31.

⁴⁶ Idem, página 30.

⁴⁷ Idem, página 31.

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Idem, página 32.

No que respeita à realização de uma prestação de um serviço público, a mesma é efetuada “de um modo individual, a um determinado sujeito passivo singular ou coletivo”.

O requisito da utilização de um bem do domínio público engloba as “quantias cobradas pela utilização de bens tão diversos como uma ponte, uma estrada, um monumento ou o subsolo”⁵⁰, desta forma, “os problemas que se colocam com a cobrança deste tipo de taxas são, quanto aos pressupostos para a sua cobrança, o de saber se o bem utilizado pelo particular integra juridicamente, e de modo inquestionável, o domínio público da entidade que pretende cobrar a taxa pela sua utilização. Muitas vezes assiste-se à cobrança de taxas, por uma autarquia, pela utilização do subsolo através de canalizações ou tubagens, sendo que, todavia, tal subsolo não integra o domínio público das autarquias em causa. Assim a cobrança deste tipo de taxas é, naturalmente, inconstitucional pela falta dos pressupostos para a cobrança de taxas”⁵¹.

A remoção de um limite jurídico trata-se de outro requisito para que se considere que estamos perante uma taxa. Para o ilustre Professor Teixeira Ribeiro “não podem ser cobradas taxas pela remoção de limites jurídicos criados de forma artificial por uma entidade dotada de poderes públicos, com o único objetivo de legitimar a cobrança de uma taxa”⁵².

Enquanto que os impostos são prestações eventuais, genéricas, não sinalagmáticas, devidas por todos ou apenas uma categoria de cidadãos, de acordo com a sua capacidade contributiva, assim sendo, “o Estado, através dos impostos, assim estabelecidos e exigidos, cria serviços públicos destinados à realização dos fins coletivos – escolas, centros de saúde, tribunais, exército, polícia”⁵³. A distinção entre imposto e taxa “pode estabelecer-se com relativa facilidade, na base do critério da divisibilidade ou indivisibilidade dos serviços públicos”⁵⁴ como já referimos.

Neste plano “lembre-se que a distinção entre imposto e taxa assume especial relevância perante os princípios gerais de direito tributário material, designadamente face ao princípio da legalidade, concebido como reserva absoluta de lei formal, princípio este

⁵⁰ Idem, página 33.

⁵¹ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 33.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ FAVEIRO, Vítor, “*O Estatuto do Contribuinte*”, Coimbra Editora, 2002, página 318.

⁵⁴ SOARES MARTINEZ, Pedro, “*Elementos para um curso de direito fiscal*”, Cadernos de Ciência e técnica Fiscal, Volume I, Centro de Estudos Fiscais da Direção Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1971, Lisboa, página 52.

que segundo grande parte da doutrina diz respeito ao imposto, mas não já à taxa (...) é muito frequente o legislador criar e regulamentar verdadeiros impostos, por decreto-lei não autorizado, decreto simples e até por portaria e despacho normativo, sob a designação de taxas”⁵⁵.

Pelo acima exposto podemos afirmar que “as taxas, a exemplo dos impostos, são prestações patrimoniais, objeto de uma relação obrigacional, legais, na titularidade de entidades que exercem funções públicas para satisfazer os fins próprios destas. Têm como pressuposto uma atividade administrativa de prestação de serviços, a utilização do domínio público ou a remoção de um limite jurídico à actividade dos particulares”⁵⁶.

1.5. O conceito de taxa no RGTAL

Quer o conceito de taxa quer o conceito de imposto tem sido amplamente estudados pela jurisprudência e doutrina portuguesa. A Constituição da República Portuguesa impõe aos impostos o princípio da reserva de lei formal da Assembleia da República, deste modo, os impostos têm obrigatoriamente de ser criados por lei da Assembleia da República ou por decreto-lei autorizado.

No que concerne às taxas apenas o seu regime geral está sujeito ao princípio de reserva de lei. Permitindo o RGTAL que as mesmas sejam criadas através de uma deliberação da assembleia municipal ou de uma deliberação da assembleia da freguesia (cf. artigo 8.º, n.º 1 do RGTAL, artigo 53.º, n.º 2 al. e) e artigo 17.º, n.º 2 al. d) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de dezembro).

Quanto ao conceito de taxa é importante sobretudo, o contributo do ilustre Professor Alberto Xavier que define as taxas como a “receita tributária com carácter sinalagmático, não unilateral, o qual por seu turno deriva funcionalmente da natureza do facto constitutivo das obrigações em que se traduzem e que consiste ou na prestação de uma atividade pública ou na utilização de um bem de domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico à

⁵⁵ SÁ GOMES, Nuno, “*Lições de Direito Fiscal*”, volume I, Cadernos de Ciência Técnica e Fiscal, Lisboa, 1984, página 88.

⁵⁶ LEITE CAMPOS, Diogo, LEITE CAMPOS, Mônica, “*Direito Tributário*”, 2.ª edição, Almedina, 2000, página 62.

atividade dos particulares”⁵⁷. Este conceito de taxa foi transposto para o artigo 4.º, n.º 2 da LGT e para o artigo 3.º do RGTAL.

Desta forma, as taxas caracterizam-se por se tratarem de uma prestação coativa, que é devida às autarquias locais, com vista à compensação de prestações efetivamente aproveitadas ou provocadas pelos sujeitos passivos. São prestações coativas devido ao facto de serem impostas pelas autarquias locais no uso do seu poder de *ius imperi*, sendo devidas às autarquias locais, municípios e freguesias.

As taxas têm natureza bilateral, sinalagmática ou comutativa, são individualizáveis e têm carácter redistributivo. Contudo, o artigo 5.º, n.º 2 do RGTAL não cumpre inteiramente o requisito da bilateralidade das taxas no seu ao atribuir às autarquias locais a possibilidade de “criar taxas para financiamento de utilidades geradas pela realização de despesa pública local, quando destas resultem utilidades divisíveis que beneficiem um grupo certo e determinado de sujeitos, independentemente da sua vontade”. Este artigo permite a criação de prestações difusas, pois o aproveitamento pelos contribuintes neste caso será meramente eventual.

O artigo 3.º do RGTAL prevê, também, a existência das taxas de licença, isto é, as taxas devidas pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares. A possibilidade de as autarquias criarem taxas como contrapartida da remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares levou à criação de obstáculos pela administração autárquica com o único objetivo de arrecadar receitas pela via de criação de tributos. A este fenómeno foi dado o nome de “licenças fiscais” e de “taxas de licença”. É disso exemplo as taxas de licença pela afixação de publicidade em imóveis particulares.

1.6. O critério material das taxas

Ao longo dos tempos tem se procurado um critério para a repartição dos encargos públicos pelos cidadãos. Neste domínio, será importante o princípio da igualdade na

⁵⁷ XAVIER, Alberto, “*Manual de direito fiscal*”, Volume I, Lisboa, 1981.

repartição dos encargos comutativos, o qual tem sido densificado pelo princípio da equivalência.

O princípio da equivalência implica a noção de sinalagma entre a prestação pública e o custo ou benefício associado. A epígrafe do artigo 4.º, n.º 1 do RGTAL menciona a equivalência jurídica, contudo, é do nosso entendimento que se trata de uma forma de reforçar o carácter bilateral entre a obrigação tributária e a prestação individualizável de que beneficia o sujeito passivo, motivo pelo qual, a expressão equivalência jurídica neste caso implica a noção de bilateralidade da própria taxa. Contudo, na fixação do valor da taxa será necessário atender ao conceito de equivalência económica.

No que respeita às taxas pela utilização de bens de domínio público as autarquias locais tem uma elevada discricionariedade na fixação do seu montante devido à ausência de parâmetros para a determinação da matéria coletável, o que se pode traduzir numa situação de abusos por parte das autarquias.

Quanto às taxas pela prestação de serviços e pela remoção de obstáculos jurídicos a equivalência é medida pelo valor prestado ao sujeito passivo, neste caso, a taxa deve ser fixada pelo custo público do que é recebido pelo sujeito passivo. Desta forma, o RGTAL absorveu na sua redação na parte referente à fixação da medida da taxa a cobrar pelas autarquias o princípio da compensação de custos que advém do princípio da equivalência, utilizando-o como critério da medida da taxa, estando este entendimento consagrado no artigo 4.º, n.º 1 e n.º 2 do RGTAL. Somos do entendimento que o n.º 2 desta norma ao ser aplicado de forma reiterada e generalizada esvazia de conteúdo o n.º 1 do artigo 4.º do RGTAL. Entendemos ainda que, esta norma atribuí às autarquias locais o poder de utilizar as taxas como instrumento de modelação de comportamentos sociais, cumprindo objetivos extrafiscais.

II. A autonomia financeira e tributária

2.1. O princípio da autonomia local

O princípio da autonomia local é consagrado no ordenamento jurídico português como um princípio constitucional fundamental de descentralização do Estado. Dispõe o artigo 6.º da CRP que “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”⁵⁸.

Deste modo, o Estado Português trata-se de um Estado Unitário, com uma soberania una e indivisível, contudo, o princípio do Estado unitário tem alguns limites decorrentes do princípio da autonomia local, do princípio da subsidiariedade, do princípio da descentralização democrática e do princípio da autonomia insular.

A autonomia local reporta-se à relação entre entidades infra estaduais e o Estado. Esta autonomia permite que as autarquias locais possuam I) autonomia normativa; II) autonomia administrativa; III) autonomia de orientação e IV) autonomia financeira:

- I. A autonomia normativa consiste na autonomia das Autarquias Locais criarem os seus regulamentos administrativos. Estes regulamentos devem indicar expressamente quais as leis que regulamentam ou qual a matéria que pretendem

⁵⁸ Cf. artigo 6.º, nº 1 e 2 da CRP.

regulamentar. Esta autonomia encontra-se limitada através do princípio da prevalência e da reserva de lei;

- II. A autonomia administrativa consubstancia-se na autonomia de praticar atos administrativos;
- III. A autonomia de orientação visa a prossecução dos interesses e dos objetivos que são determinados pelos órgãos representativos da população;
- IV. A autonomia financeira permite às autarquias locais angariarem receita própria.

A autonomia local deve se ao facto de alguns interesses e necessidades apenas poderem ser satisfeitos pelas autarquias, pois são estas entidades que detém conhecimento sobre quais as reais necessidades das suas populações e de quais são as tarefas essenciais a realizar. O Estado prossegue um interesse geral, ao invés as autarquias locais prosseguem um interesse específico das suas populações.

2.2. A autonomia financeira das autarquias locais

Resulta do artigo 235.º da CRP que a organização democrática do Estado abrange a existência de autarquias locais, às quais é aplicado o princípio da autonomia local. A existência da autonomia autárquica e a autonomia financeira local é uma decorrência deste princípio. A autonomia das autarquias no entendimento do ilustre Professor Freitas da Rocha “é encarada como o direito e a capacidade efetiva de regulamentar e gerir, sob sua responsabilidade e no interesse dessas populações, uma parte importante dos assuntos públicos, falando-se, do ponto de vista constitucional, de uma garantia de auto-administração local”⁵⁹.

Decorre do artigo 254.º da CRP que “os municípios participam, por direito próprio e nos termos definidos na lei, nas receitas provenientes dos impostos directos”.

A autonomia local tem então como corolário a autonomia financeira local, como resulta do artigo 238.º, n.º 1 da CRP “as autarquias locais têm património e finanças

⁵⁹ FREITAS DA ROCHA, Joaquim, “*Direito Financeiro Local*”, 2.ª edição, Coimbra Editora, dezembro de 2014, página 32.

próprios”⁶⁰. Este entendimento encontra-se também tutelado na Lei de Finanças Locais (LFL) - Lei n.º 73/2003, de 3 de setembro⁶¹, pelo que, “muito embora os referidos preceitos da nossa constituição utilizem a expressão algo imprecisa de «“finanças próprias”», o que eles pretendem dizer é que as autarquias locais devem dispor de receitas suficientes para a realização das tarefas correspondentes à prossecução das suas atribuições e competências”⁶².

A autonomia financeira é alcançada através da independência das receitas, da discricionariedade do destino das mesmas, da obtenção de receitas próprias, autossuficiência e poderes de decisão quanto às fontes de financiamento.

A autonomia financeira divide-se em cinco diferentes tipos de autonomia: a) a autonomia patrimonial; b) a autonomia orçamental; c) a autonomia de tesouraria; a d) autonomia creditícia; e) a autonomia tributária:

- a) A autonomia patrimonial consubstancia-se no poder de ter património próprio e de o gerir de acordo com o disposto no artigo 238.º da CRP e artigo 6.º, n.º 2, al. b) da LFL;
- b) A autonomia orçamental é o poder das autarquias locais possuírem um orçamento próprio com poderes de elaboração, aprovação e modificação. Trata-se de um orçamento distinto do orçamento do estado;
- c) Autonomia de tesouraria traduz-se no poder de gerir autonomamente os recursos monetários próprios, ou seja, na autonomia de gerir as suas receitas e despesas de acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º 2 al. c) e d) da LFL;
- d) A autonomia creditícia consiste no poder de contrair dívidas, assumindo as responsabilidades pelo recurso a operações financeiras do crédito de acordo com o estipulado no artigo 6.º, n.º 2, al. f) e artigo 49.º e seguintes da LFL;
- e) A autonomia tributária trata-se da possibilidade de lançar e cobrar tributos de acordo com o disposto no artigo 238.º, n.º 4 da CRP e no artigo 6.º, n.º 2 al. c) e d) da LFL.

⁶⁰ Cf. artigo 238.º, n.º 1 da CRP.

⁶¹ Cf. artigo 6.º da Lei n.º 73/2003, de 3 de setembro.

⁶² CASALTA NABAIS, José, “30 anos de Poder Local na Constituição da República Portuguesa, A Autonomia Financeira das Autarquias Locais”, Ciclo de Conferências na Universidade do Minho, Coimbra Editora, 2006, página 133.

No que respeita às transferências, as mesmas são uma decorrência do princípio da justa repartição de recursos entre o Estado e as autarquias ou entre autarquias do mesmo grau, de acordo, com o princípio do equilíbrio financeiro vertical e horizontal. Idealmente as autarquias locais deveriam possuir um sistema de financiamento de receitas próprias de forma a prosseguirem as suas funções de interesse público.

2.3. As receitas tributárias das autarquias locais

A existência de autonomia local pressupõe a existência de autonomia tributária. As receitas tributárias constituem uma das mais importantes formas de receitas das autarquias locais. De acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º 2, al. c) da LFL a autonomia financeira das autarquias locais assenta no poder dos seus órgãos de “exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos”, neste sentido, dispõe o artigo 15.º da LFL que “os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito”.

As autarquias têm os seguintes poderes tributários, o poder de criação de tributos; o poder de liquidação e o poder de cobrança. No que respeita ao poder de criação de tributos refere o artigo 20.º, n.º 1 LFL que “os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais.” A criação das taxas municipais compete à assembleia municipal sob a forma de regulamento de acordo com o disposto no artigo 8.º, n.º 1 do RGTA. As autarquias locais não possuem uma liberdade infinita de criação de impostos devido ao princípio constitucional de reserva de lei e ao princípio da precedência de lei. Pelo que, as autarquias não podem criar impostos.

No que se refere às taxas, devem as autarquias indicar nos seus regulamentos a lei que visam regulamentar. Caso as autarquias o façam estaremos perante uma inconstitucionalidade. No que se refere aos poderes de liquidação e cobrança de tributos, podem os próprios municípios ser os destinatários dos impostos arrecadados neste sentido dispõe o artigo 15.º, al. b) e artigo 17.º, n.º 2 ambos da LFL.

Embora estes impostos sejam liquidados e cobrados pelo Estado, posteriormente a receita é transferida para as respetivas autarquias locais, como é o caso do IMI de acordo com o estipulado no artigo 23.º, n.º 1, al. a) da LFL e dos artigos 113.º e 119.º, n.º 2 do CIMI.

Existem por isso impostos cuja receita está juridicamente reservada aos municípios, como é o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de acordo com o artigo 1.º *in fine* do CIMI e do artigo 14.º, al. a) da LFL; do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) de acordo com o disposto no artigo 21.º do CIMT, e ainda da parcela do produto do Imposto Único de Circulação (IUC).

Quanto às taxas os poderes de criação, lançamento e cobrança por parte das autarquias locais estão previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. As taxas das autarquias locais são “tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens de domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais” de acordo com o disposto no artigo 4.º da LGT e artigo 3.º al. c) e artigo 6.º ambos do RGTAL.

Da noção acima referida notamos que existem três tipos de taxas, as taxas devidas pela utilização privativa de bens do domínio local ou municipal, as taxas devidas pela prestação individualizada de um serviço público e as taxas devidas pelo levantamento de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

- a) As taxas devidas pela utilização privativa de bens do domínio local ou municipal, são as taxas cobradas pela utilização de um bem titulado pela autarquia, como é o caso, das taxas devidas pela ocupação ou utilização do solo, subsolo ou espaço aéreo do domínio público municipal, pela ocupação do domínio público e das taxas que são cobradas pelo estacionamento de veículos ou ainda das taxas cobradas pela instalação de uma esplanada;
- b) As taxas devidas pela prestação individualizada de um serviço público, mormente a utilização de polícias municipais, inspeções e vistorias e passagem de certidões;
- c) As taxas devidas pelo levantamento de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, estão em causa atividades que os cidadãos não podem realizar exceto mediante a obtenção de uma licença, como é o caso das taxas devidas para a afixação de publicidade em estabelecimentos comerciais, para a realização de

eventos desportivos e obtenção de licença especial de ruído para a emissão de som para a via pública (cf. artigo 6.º, n.º 2 do RGTAL).

Outro assunto que importa abordar é a legalidade do pagamento de taxas camarárias pela afixação de publicidade em imóveis particulares. Está em causa apurar em quais situações a tributação pela utilização de espaços e pela afixação de publicidade pode constituir uma taxa ou um imposto. Em muitos casos as taxas de publicidade cobradas não correspondem efetivamente a casos de publicidade nem tem por base qualquer atividade realizada pelo município. É frequente os municípios introduzirem diferentes valores às diversas taxas sem qualquer fundamento objetivo. Ora, de acordo com o RGTAL os municípios apenas podem cobrar taxas de publicidade quando seja praticado um ato administrativo inerente à fiscalização e/ou licenciamento dos suportes publicitários em causa, nomeadamente, nos casos de cobrança de taxa pela ocupação do domínio público com suportes publicitários.

Decorre do artigo 1.º, n.º 1 da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto que a fixação de mensagens publicitárias de natureza comercial depende de licenciamento prévio. Decorre do n.º 2 da referida lei que “compete às câmaras municipais para salvaguarda do equilíbrio urbano e ambiental, a definição dos critérios de licenciamento aplicáveis na área do respetivo conselho”. Este licenciamento tem na sua génese a salvaguarda do ambiente urbano, o qual é prosseguido através da imposição de regras de licenciamento quanto à dimensão e localização dos anúncios publicitários.

No Acórdão n.º 555/98, de 28 de setembro, o Tribunal Constitucional entendeu que as taxas que incidem sobre a atividade publicitária em telhados de prédios urbanos ou a inscrição de mensagens publicitárias em veículos de transporte coletivo ou particular, não consubstanciam uma taxa, mas antes um imposto, pelo facto de não existir nenhum sinalagma e, visto que, não existe a utilização de bem público ou semipúblico que justificasse a aplicação de uma taxa. Nesta mesma linha de entendimento, forem proferidos os Acórdãos n.ºs 63/99, 33/2000, 346/2001, 92/2002, 436/2003, 437/2003 e 166/2008.

Desta forma, é entendimento unânime quer da doutrina quer da jurisprudência que a remoção de um obstáculo jurídico ao exercício de determinadas atividades deve ser tributada através da figura jurídica da taxa, devendo entender-se que a remoção deve ser entendida como se possibilitasse a utilização de um bem semipúblico ou coletivo. Se assim

não se entender estamos perante um imposto inconstitucional, considerando que, a criação do imposto salvo autorização do Governo é da exclusiva competência da Assembleia da República de acordo com o disposto no artigo 165.º, n.º 1, al. i) e artigo 103.º, n.º 2 ambos da CRP.

Contudo, o Tribunal Constitucional não colocou em causa as normas legais constantes do artigo 11.º da Lei n.º 97/98, de 17 de agosto, que regula a afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, atribuindo aos municípios a competência para o licenciamento das atividades de publicidade, para proceder à criação de taxas de autorização para o uso de meios de publicidade destinados a propaganda comercial. As Câmaras Municipais estabelecem critérios através de Regulamentos, neste sentido, refere o Tribunal constitucional que não é pelo facto de a competência do licenciamento daquelas atividades pertencer às Câmaras Municipais que a contrapartida cobrada por aquela fixação ou inscrição deva ser considerada como taxa.

O ilustre Professor Cardoso da Costa levanta a questão hipotética em que é solicitada à Câmara Municipal a emissão de uma licença para a instalação ou afixação de um anúncio num bem privado que circula no espaço do domínio público, como é o caso da afixação de publicidade em veículos particulares. De acordo com os ensinamentos do ilustre Professor, nestas situações a Câmara Municipal presta um serviço ao requerente através da emissão do título de autorização o que implica uma análise das condições estabelecidas para tal autorização. Desta forma, no presente caso estaríamos perante uma taxa e não um imposto.

A Lei n.º 97/88, de 17 de agosto dispõe que se aplica à afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, contudo, não define concretamente a que tipo de suporte publicitário se refere. Neste sentido, entende-se que se encontra abrangido o suporte publicitário que permita afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em viaturas de acordo com o disposto no artigo 5.º, n.º 1, al. c) do Código da Publicidade.

Resumindo, toda a publicidade afixada ou inscrita, independentemente do suporte publicitário está sujeita a licenciamento camarário. A publicidade deverá ser visível da via pública, caso a publicidade não seja visível a partir do espaço público, a mesma, não estará sujeita a licenciamento.

No Acórdão n.º 436/2003 o Juiz Conselheiro Benjamim Rodrigues no seu voto de vencido refere que “as câmaras municipais, ao concederem as licenças para a colocação e permanência de publicidade, mesmo que em edifícios privados mas visíveis dos espaços públicos estão a remover um limite ou obstáculo jurídico imposto ao livre exercício das atividades dos particulares, limite esse que é um limite substantivo porquanto a substância da atividade dos particulares acaba por estar confrontada por força dessa interação, tendo um conteúdo que só existe nos termos em que se apresenta e por virtude da intervenção administrativa”.

No Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 177/2010, de 05 de maio de 2010 é referido que as taxas são devidas pela colocação de painéis publicitários no domínio privado não julgando inconstitucionais as normas que determinam a cobrança de taxas pela afixação de painéis publicitários em prédios pertencentes a particulares. O tribunal considerou que no caso da publicidade o obstáculo jurídico é legítimo o que implica a remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares fundamentando a liquidação e cobrança de taxas municipais.

A matéria da publicidade em veículos automóveis foi tratada no Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 0300/11, de 08 de junho de 2011. Resulta deste acórdão que se caracterizam “como verdadeiras taxas as quantias cobradas ao abrigo do artigo 6.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas «(Município do Porto)» e do art. 56, n.º 1, al. b) da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais «(TTORM)», que integra aquele Regulamento, ambos publicados no DR, II Série, n.º 237, Apêndice n.º 128, de 11/10/1999, pela emissão e/ou renovação de licença por colocação de «dizeres» em viaturas de propriedade privada, não podem tais normas ter-se por organicamente inconstitucionais, apesar de não constarem de diploma emanado da Assembleia da República ou do Governo, por ela autorizado”.

Para o Ilustre Professor Oliveira Garcia “uma coisa é uma taxa de licenciamento, coisa diferente é uma taxa por ocupação do domínio público (...) a taxa de licenciamento deve estar relacionada com o custo da atividade de licenciamento e, em alguns casos, relacionado com o benefício proporcionado com essa atividade; já o valor da taxa de

ocupação deve estar diretamente relacionado com o custo de utilização do domínio em causa”⁶³.

As alterações legislativas à Lei n.º 97/88, de 17 de agosto introduzidas pelo Regime do Licenciamento Zero (DL n.º 48/2011, de 01 de abril) relativamente às mensagens publicitárias de natureza comercial são apenas taxativas. Estas isenções devem-se ao facto de não estar em causa uma forma de publicidade propriamente dita, mas sim elementos intrínsecos à realização da atividade desenvolvida no estabelecimento em causa.

Notamos, porém, que é uma das tarefas do Estado incentivar a atividade empresarial privada não a onerando com excessivos encargos. Para que estejamos perante uma verdadeira taxa será necessário cumprir o princípio da proporcionalidade entre a prestação pública e a contraprestação da taxa.

O modo primordial de financiamento municipal nas receitas fiscais opera-se por via das transferências financeiras de acordo com o artigo 10.º da LFL e por via dos impostos locais de acordo com o artigo 17.º da LFL. As receitas municipais de proveniência fiscal são as taxas locais; as tarifas e preços de serviço, as derramas, a participação nas receitas do IRS, do IRC e do IVA fixada pela Lei do Orçamento de Estado para cada ano e por fim na criação de impostos autónomos, pela atribuição de poderes tributários aos municípios.

No que respeita à competência dos órgãos municipais em matéria de fixação de taxas compete à Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara Municipal determinar quais as taxas municipais e os seus quantitativos de acordo com a Lei das Autarquias Locais (LAL). Decorre também da LFL os requisitos para a criação das taxas e aos seus montantes.

2.4. O princípio da equivalência jurídica

⁶³ GARCIA, Nuno de Oliveira e PEREIRA, Andreia Gabriel, “A nova jurisprudência das taxas municipais pela colocação de painéis publicitários em domínio privado” – Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 177/2010, de 05 de maio de 2010, Processo n.º 742/09”, Revista Direito Regional e Local, n.º 15, julho/setembro, 2011.

O princípio da equivalência trata-se do critério que fixa os limites materiais das taxas, sendo uma consequência da exigência de que toda a tributação tem de ser realizada por meio das taxas, impostos ou contribuições.

O princípio da equivalência decorre do artigo 4.º do RGTA que determina que as taxas têm correspondência com o princípio da proporcionalidade proibindo que seja cobrado um valor superior ao custo da atividade pública local. Este princípio em conjugação com o princípio da proporcionalidade desempenha um papel fundamental ao servir de critério para a determinação do montante a cobrar por parte das autarquias locais.

Deste modo, são impostos limites ao valor da taxa, pois, a taxa tem como propósito a compensação da entidade pública do custo do bem utilizado ou do serviço prestado, não podendo ser ultrapassado o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, ora, tem que existir uma equivalência entre o valor da taxa e a prestação correspondente.

Resulta do artigo 266.º, n.º 2 da CRP que “os órgãos e agentes da administração estão subordinados à constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções com respeito pelo princípio da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé”. Decorre do exposto a exigência de verificação do requisito de proporcionalidade que por sua vez também é uma imposição por parte do princípio da equivalência e do princípio da igualdade tributária. No domínio das taxas o princípio da equivalência desempenha uma função similar àquela que é desempenhada pelo princípio da capacidade contributiva nos impostos, sendo indispensável a sua aplicação para garantir que os encargos públicos são repartidos de forma igualitária pelos cidadãos.

Do exposto, decorre que o princípio da equivalência é coadjuvado pelo princípio da proporcionalidade, que impede a fixação de taxas de montante manifestamente superior ao custo ou ao benefício auferido, sendo ainda coadjuvado pelo princípio da igualdade, que proíbe a utilização de requisitos que sejam indiferentes à exigência da verificação do benefício face ao custo. Contudo, o princípio da equivalência pode ser derogado em situações socioeconómicas, casos nos quais são concedidos desagravamentos ou isenções devidamente justificados e até mesmo ditados por razões extrafiscais.

Note-se que a utilização do princípio da equivalência não está isenta de críticas, nomeadamente, porque não atende à capacidade contributiva do sujeito passivo, sendo,

suscetível de agravar as desigualdades sociais revelando por isso, um carácter regressivo quanto à sua aplicação, este problema verifica-se, desde logo, quando é exigido o pagamento de uma taxa a quem não possua capacidade contributiva para o pagamento desse valor. Porém, caso fosse utilizado o princípio da capacidade contributiva estaríamos a desvirtuar a essência das taxas.

Quanto às regras e princípios de criação de taxas municipais destaca-se a exigência de uma fundamentação económico-financeira dos quantitativos a cobrar, a indicação dos custos diretos e indiretos, dos encargos financeiros, das amortizações e dos futuros investimentos a realizar exigidos pelo princípio da equivalência, este princípio é uma decorrência do princípio da igualdade e da confiança.

Este princípio subdivide-se em três subprincípios i) da adequação – qualquer restrição aos direitos, liberdades e garantias deve ser o meio adequado para a prossecução dos fins visados pela lei; ii) da exigibilidade - os fins prosseguidos pela lei não podem ser obtidos por uma forma menos onerosa para os direitos, liberdades e garantias; iii) da proporcionalidade - as medidas e os fins obtidos não podem exceder a “justa medida” (de acordo com o artigo 4.º do RGTAL “o valor das taxas das autarquias é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade”).

A este respeito é primordial fazer-se a distinção entre a figura da equivalência jurídica e a figura da equivalência económica. Por equivalência jurídica entende-se que é a relação entre a obrigação tributária e o aproveitamento de uma prestação administrativa. Enquanto que, por equivalência económica entende-se que se trata da ordenação o custo dessa prestação.

III. Análise do RGTAL

3.1. A origem do RGTAL

Ao longo dos anos atribui-se uma grande importância à figura dos impostos, enquanto que, quanto à figura das taxas a doutrina nunca dedicou muito a sua atenção. Devido a este contexto, as taxas sofriam de um vazio legislativo, jurisprudencial e doutrinário, pelo que, "as leis de finanças locais aprovadas depois da restauração da democracia em 1974 limitaram-se a fixar catálogos exemplificativos das taxas que os municípios e as freguesias podiam criar, sem estabelecer quaisquer regras de forma ou de substância para o efeito, à semelhança dos códigos administrativos que as antecederam. As autarquias locais acabariam assim por gozar, durante longo tempo, de uma liberdade quase irrestrita na criação destes tributos públicos e, mal apetrechadas de recursos técnicos e humanos viriam a produzir regulamentos de taxas com grandes fragilidades e figuras de contornos equívocos, frequentemente lesivas da reserva de lei parlamentar e do princípio da igualdade tributária, e sobre as quais os nossos tribunais não se mostraram verdadeiramente

capazes de exercer um controlo eficaz"⁶⁴, assim, a importância das taxas das autarquias locais prendia-se com a grande margem de liberdade que as autarquias possuíam na conformação de tais taxas, pelo que, “as taxas são um instrumento financeiro com grande flexibilidade, que as autarquias portuguesas podem criar, abolir e adequar às suas necessidades com grande rapidez e quase com inteira liberdade de manobra, com o respeito devido pela CRP e pela lei”⁶⁵. Em 08.09.2016 o então governo tomou a iniciativa de apresentar à Assembleia da República a proposta de Lei n.º 90/X. Esta proposta de lei teve os pareceres favoráveis do Dr. Luís Pita Ameixa e do Dr. Mário de Albuquerque. O referido diploma que viria a aprovar o regime geral das taxas das autarquias locais, foi promulgado em 28.12.2006. Constate-se que “até à edição do RTL, as taxas locais viveram e multiplicaram-se em Portugal por entre um enquadramento jurídico profundamente deficiente”⁶⁶.

Num diploma jurídico como o RGTAL “o trabalho de conceção legislativa mostra-se difícil por natureza, sendo impossível ao legislador antecipar todas as pequenas e grandes dificuldades de que se faz a interpretação e aplicação da lei”⁶⁷ devido ao elevado número de municípios existentes. Trata-se de uma tarefa árdua a conciliação das preocupações de cada município num só diploma até porque cada um dos municípios terá um particularismo.

3.2. O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais

O regime geral das taxas das autarquias locais (RGTAL) foi aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. Este regime determina quais os tributos públicos que configuram receitas próprias das autarquias locais destinadas à satisfação das suas necessidades financeiras. A ideia de que as taxas e as contribuições são adequadas ao

⁶⁴ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 25.

⁶⁵ TEIXEIRA, Maria Eduarda Oliveira, ROCHA, Rosa Maria, MIRANDA, Nuno, “*O Poder Tributário das Autarquias Locais*”, Revista Jurídica Portucalense, Volume 2, 2015, página 283.

⁶⁶ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 24.

⁶⁷ Idem, página n.º 51.

financiamento das necessidades das populações locais resulta de Adam Smith e de Stuart Mill. Estas receitas consubstanciam a autonomia das autarquias locais face ao Estado Central. As taxas são direccionadas à satisfação das necessidades das populações locais, enquanto que, os impostos são os tributos mais aptos ao financiamento das tarefas do Estado central. Os impostos são aptos à satisfação das necessidades como a educação, a saúde, a diplomacia e a defesa, por outro lado, as taxas são os tributos que melhor se adequam a financiar os serviços e bens de natureza local como é o caso da iluminação pública e da recolha do lixo. Neste sentido, em 1959 com Richard Musgrave surgiram as teses do federalismo financeiro, as quais determinam em que situações a descentralização pode ser benéfica, designadamente estas teses incidem sobre a forma de repartição da carga tributária dentro do Estado nomeadamente através da descentralização do poder tributário, isto é, através da repartição das competências tributárias.

As teses do federalismo financeiro determinam que a repartição das competências tributárias deve ser efetuada através das entidades com maior proximidade das populações, pois essa proximidade, permite que estas entidades estejam ocorrentes dos problemas e necessidades das populações locais, encontrando-se em melhores condições de suprir as suas necessidades.

Dispõe o artigo 6.º da CRP que “o Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”, desta forma, a autonomia atribuída às autarquias locais trata-se de uma manifestação da descentralização.

A descentralização no caso das autarquias locais pauta-se na constituição de centros autónomos de decisão de base territorial, ao invés, da subsidiariedade que determina à repartição de competências entre o Estado e as autarquias em cumprimento do princípio da eficácia e da proximidade das populações (cf. artigo 235.º e seguintes da CRP).

O princípio da autonomia financeira das autarquias locais está previsto no artigo 238.º da CRP. Esta autonomia é uma decorrência da opção constitucional pela descentralização e limitação do poder unitário do Estado.

Advém do artigo 6.º da CRP o princípio da subsidiariedade resulta deste que a instância superior não deve chamar a si as tarefas que a instância inferior tem meios para

prosseguir. A subsidiariedade determina a repartição de competências entre o Estado e as autarquias locais devido à sua proximidade destas das populações e do conhecimento sobre as suas necessidades, enquanto que, a descentralização prende-se com o reconhecimento de centro de decisão autónoma de base territorial.

Verifica-se que “em Portugal, as taxas têm vindo a crescer e a multiplicar-se por entre o mais absoluto vazio legislativo. Até à revisão de 1997, a Constituição da República era inteiramente omissa na matéria; depois da revisão de 1997, o artigo 165.º da Constituição da República passou a apontar para a edição parlamentar de um “regime geral de taxas”, seguramente por se reconhecer a importância destes tributos públicos e a necessidade de trazer alguma ordem à prática legislativa e administrativa na matéria”⁶⁸, pelo que, “a Lei Geral Tributária, publicada logo a seguir, em 1998, segue o modelo da *Abgabenordnung* alemã e cinge-se à disciplina do imposto, remetendo a disciplina das taxas para o «“regime geral”» entretanto previsto pela Constituição da República”⁶⁹.

Como não existia um “regime geral de taxas” e pelo facto de as anteriores leis de finanças locais “pouco mais faziam do que exemplificar os tipos de taxas que as autarquias podiam legitimamente estabelecer, deixando-lhes inteira liberdade na respetiva conformação”⁷⁰ levou a que as autarquias devido à falta de recursos financeiros procedessem à conceção de diversas taxas. “Não é claro que a edição da Nova Lei de Finanças Locais, a Lei 2/2007, de 15 de janeiro e do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, venha pôr termo a este estado de coisas”⁷¹.

Ora “o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, por seu lado, constitui um texto manifestamente incompleto, que delimita as taxas ainda de modo impreciso, que hesita na fixação dos seus princípios ordenadores, que prescinde da uniformização dos regulamentos de municípios e freguesias e no qual faltam os mecanismos de controlo com que noutros ordenamentos se procura acautelar a igualdade tributária nesta área do sistema. Só o tempo permitirá dizer se a sua edição trouxe uma melhoria qualitativa à produção das

⁶⁸ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 108.

⁶⁹ VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 108.

⁷⁰ Idem, página 109.

⁷¹ Idem, página 110.

taxas locais, sendo provável, em qualquer caso, que as suas virtudes e defeitos alimentem o estudo e discussão destas figuras até à edição de texto que o substitua, o que de si só terá já valido a pena”⁷².

Desta forma, "o pacote legislativo regulador das finanças locais, composto pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), pelo Regime Geral das Taxas Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro) e pelo Regime jurídico do Sector Empresarial Local (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), integram no seu âmbito um novo enquadramento jurídico conformador da figura da taxa, enquanto instrumento de financiamento municipal”³⁰.

Com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro aprovou-se o regime geral das taxas das autarquias locais (RGTA) devido à importância que as taxas têm assumido como meio de financiamento para as autarquias locais. Apesar da importância das taxas para as autarquias locais a maioria dos regulamentos municipais não fundamentavam económica e financeiramente as taxas que tinham em vigor. "De facto, se todas as leis de finanças locais que tivemos até 2007 reconheciam às autarquias a faculdade de exigir taxas em contrapartida da disponibilização de bens e serviços, nenhuma dessas leis lhes fixava nessa matéria qualquer princípio ordenador”⁷³.

O regime geral das taxas "visa regular as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais”⁷⁴. Este Regime é necessário "em face do crescimento da conflitualidade entre as autarquias e os particulares e do consequente aumento do recurso aos Tribunais”⁷⁵. O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais visa por isso determinar os requisitos necessários à criação e existência de taxas locais.

Em 1 de Janeiro de 2007 entrou em vigor o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. Foi então criado um regime transitório resultante da complexidade dos municípios adaptarem os seus regulamentos ao Regime Geral. O regime transitório foi prorrogado por duas ocasiões, tendo sido a primeira por via da Lei do Orçamento de Estado para 2009 que

⁷² Idem, ibidem.

⁷³ VASQUES, Sérgio, “*Manual de Direito Fiscal*”, Almedina, 2015, página 201.

⁷⁴ In, “*Regime Geral das Taxas Locais, Informação Fiscal*”, PLMJ, Informação Departamento Fiscal 4/2007, newsletter.

⁷⁵ FERREIRA, Rogério M. Fernandes, “*Regime Geral das Taxas Locais - Notas Dispersas, Encontros Científicos*”, página 208.

determinou a prorrogação até 1 de janeiro de 2010 e posteriormente alargou-se o prazo até 30 de abril de 2010.

No dia 30 de abril de 2010 "terminou o regime transitório concedido pelo legislador para que os Municípios adaptassem os respetivos regulamentos municipais ao novo regime jurídico criado pelo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais"⁷⁶, assim, "foram revogados todos os regulamentos em vigor que não respeitassem os ditames do Regime Geral das Taxas exceto os regulamentos que foram alterados para ficarem em conformidade com o Regime Geral. Note-se que "qualquer taxa entretanto liquidada poderá vir a ser declarada inválida, em sede administrativa ou judicial, com o consequente reembolso dos valores indevidamente pagos pelos contribuintes, se o respectivo regulamento não respeitar as regras impostas por aquele Regime Geral, nomeadamente no que respeita à fundamentação económico-financeira do valor das taxas, em causa"⁷⁷. Este regime, "permitiu preencher um quase total vazio legislativo nesta matéria"⁷⁸. Desta forma, "o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais veio, assim, incentivar a fundamentação e racionalização das taxas municipais, munindo os contribuintes de elementos que lhes permitirão, mais facilmente aferir da legalidade das taxas que lhes são cobradas, mas os seus objetivos só serão verdadeiramente cumpridos se a justificação económico-financeira do valor das mesmas for clara e passível de controlo, sob pena de se cair, de novo, sob outra forma, na arbitrariedade que o legislador visou precisamente combater"⁷⁹.

Ora, "estando já em vigor os «"novos"» Regulamentos Municipais caberá, agora, aos munícipes - através da contestação da legalidade das taxas, e, em última análise aos Tribunais, garantir que os princípios estruturantes em que assentou a aprovação deste Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, sejam efetivamente respeitados, não permitindo que, a coberto de opacas justificações económicas e financeiras, se

⁷⁶ FERREIRA, Rogério M. Fernandes, NASCIMENTO, Ana Moutinho, e AFONSO, Sérgio Brigas, "*Regime e Taxas das Autarquias Locais, o Fim do Regime Transitório*", Informação Fiscal, PLMJ, junho de 2010, newsletter.

⁷⁷ FERREIRA, Rogério M. Fernandes, NASCIMENTO, Ana Moutinho, e AFONSO, Sérgio Brigas, "*Regime e Taxas das Autarquias Locais, o Fim do Regime Transitório*", Informação Fiscal, PLMJ, junho de 2010, newsletter.

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Idem, ibidem.

descaracterize o próprio Regime e se liquidem, como era infelizmente prática, impostos criados por Regulamentos Municipais”⁸⁰.

Desta forma, “a Lei n.º 53-E/2006, em obediência ao comando constitucional previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição da República Portuguesa e numa tentativa de disciplinar a desordenada criação de taxas pelos municípios portugueses, aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, procurando enquadrar e homogeneizar a imposição de tributos bilaterais aos munícipes”⁸¹.

Por conseguinte “a importância que as taxas têm para o financiamento dos múltiplos serviços prestados pelos municípios justificou recentemente a publicação de um Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, no sentido de limitar e disciplinar o seu uso”⁸², pelo que, “a emanção deste Regime cumpre parcialmente (porque é apenas aplicável às taxas locais) o disposto desde 1997 no artigo 165º n.º 1 al. i, que prevê a competência da Assembleia da República para a emanção de um regime geral de taxas”⁸³.

Ainda assim, “um regime geral (seja local, seja geral *stricto sensu*) não resolve todas as questões que a matéria encerra. A resolução do problema principal – saber o que é uma taxa, o que é um imposto e o que é um preço, e definir, por esta via, os poderes tributários da Administração e dos municípios – não é uma tarefa do legislador ordinário. Aquilo que este pode fazer é, tal como fez no caso das taxas locais, transpor para a lei ordinária um dos parâmetros constitucionais que delimitam o conceito de taxa. No entanto, a garantia destes parâmetros é, fundamentalmente, uma tarefa do Tribunal Constitucional, que tem produzido numerosos acórdãos sobre esta questão”⁸⁴. O Regime Geral das Taxas (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro) tem de ser interpretado de acordo com outros pacotes legislativos que foram surgindo, nomeadamente, o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro) e a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro).

Através da Lei de Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) “o legislador adopta um conceito de autonomia tributária municipal muito mais ampla,” por conseguinte,

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

⁸¹ VASQUES, Sérgio, “*Taxas e Contribuições Sectoriais*”, Almedina, Universidade Católica Portuguesa, 2013.

⁸² SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 40.

⁸³ SALDANHA SANCHES, J.L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª Edição, Coimbra Editora, 2007, página 40.

⁸⁴ Idem, página 41.

“e enquanto no regime anterior o município teria de se limitar à utilização de figuras tributárias definidas tipicamente na lei ordinária, o novo regime geral permite uma ampla liberdade criativa, desde que os princípios gerais contemplados no n.º 2 do artigo 15.º da Lei de Finanças Locais se encontrem verificados, a saber: o princípio da equivalência jurídica, o princípio da justa repartição dos encargos públicos e o princípio da publicidade”⁸⁵. Por sua vez o Regime Geral das Taxas Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro) concretiza os Princípios que estão enunciados na Lei de Finanças Locais.

Já o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local no seu artigo 20.º n.º 3 estipula que “o desenvolvimento de políticas de preços das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais deverá ser objectivamente justificada e depende da adopção de sistemas de contabilidade analítica onde se identifique a diferença entre o desenvolvimento da actividade a preços de mercado e o preço subsidiado na óptica do interesse geral. Por outras palavras, se o decisor pretender subsidiar uma determinada prestação, então essa subsidiação terá que ser casuisticamente justificada, na óptica da eficiência social, sendo a margem dessa subsidiação suportada pelo orçamento municipal, nos termos do mecanismo previsto no artigo 31.º desse regime legal”.

Em particular, “o Regime Geral das Taxas Locais altera de forma muito expressiva as relações entre as autarquias locais e as pessoas singulares ou colectivas e entidades legalmente equiparadas geradoras de obrigações de pagamento de taxas locais”⁸⁶.

Além disso, o “novo regime geral de taxas locais foi justificado em face do crescente peso que as taxas têm assumido, especialmente no financiamento das autarquias locais, em termos de hoje se poder (dever) falar mais no problema da carga e pressão tributária do que, apenas, na carga e na pressão fiscais. Mas foi justificado ainda, como é reconhecido no preâmbulo do respetivo projeto de lei, em face do crescimento da conflitualidade entre as autarquias e os particulares e do consequente aumento do recurso aos tribunais”⁸⁷.

⁸⁵ BAPTISTA LOBO, Carlos, “*O Novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais*”, página 183, newsletter.

⁸⁵ Idem, ibidem.

⁸⁶ In, Vieira de Almeida e Associados Sociedade de Advogados, R. L Flash Fiscal – “*Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais*”, newsletter.

⁸⁷ FERREIRA, Rogério M. Fernandes, “*Regime Geral das Taxas Locais: Notas Dispersas*”, página 208.

Adicionalmente, “podemos dizer que esse regime geral tem uma importância crucial e que se pecou foi por ser tardio, por se ter restringido às taxas das autarquias locais e por revelar alguns lapsos de coordenação com outros diplomas legais”⁸⁸.

Sufragamos por isso o entendimento do ilustre Professor Sérgio Vasques que considera que “o legislador procurou delimitar, com maior rigor, a criação de taxas locais; e assim concretizou, se bem que parcialmente – tão-só em relação às taxas municipais – a previsão constitucional que se refere à definição de um “regime geral das taxas (que não apenas as locais) e das demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas” (os chamados tributos parafiscais)”⁸⁹. Embora, “o Regime das Taxas Locais constitui, de resto, um texto sumário, composto por dezoito artigos apenas, que merece ser analisado tanto pelo que nos diz quanto pelo que deixou por dizer”⁹⁰. Deste modo, “o RTL constitui um texto algo superficial, composto por dezoito artigos, dos quais apenas seis possuem conteúdo substantivo de relevo, e que parece ter sido redigido sem atender ao direito comparado, muito concretamente à experiência legislativa alemã, espanhola e brasileira nesta matéria, da qual tanto de útil se poderia de outro modo ter retirado”⁹¹.

Como refere ainda o ilustre Professor Sérgio Vasques “o trabalho de concepção legislativa mostra-se difícil por natureza, sendo impossível ao legislador antecipar todas as pequenas e grandes dificuldades de que se faz a interpretação e aplicação da lei. Mais difícil será ainda este trabalho quando está em jogo a concepção de um texto que visa enquadrar as taxas de mais de trezentos municípios e quatro mil freguesias diferentes, cada qual com as suas preocupações, particularismos e reivindicações, tudo isto num país onde faltam neste domínio quaisquer antecedentes e o vazio legislativo tem facultado até agora uma liberdade quase absoluta à administração local na criação e tributos”⁹², ora, “Não passará despercebido a quem leia que o Regime das Taxas Locais constitui o mais frágil dos três textos que compõem o pacote da Reforma das Finanças Locais aprovado na viragem de 2006 para 2007”⁹³. E continua enfatizando ainda que, “existe, com certeza, alguma

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ Idem, ibidem.

⁹⁰ VASQUES, Sérgio, “*O Novo regime português das taxas locais*”, Revista Fórum de Direito Tributário RFDT, Belo Horizonte, ano 6, nº 32, página 9 a 50, março/abril, 2008.

⁹¹ VASQUES, Sérgio, “*O Novo regime português das taxas locais*”, Revista Fórum de Direito Tributário RFDT, Belo Horizonte, ano 6, nº 32, página 9 a 50, março/abril, 2008.

⁹² Idem, ibidem.

⁹³ Idem, ibidem.

precipitação na concepção do novo RTL mas este é um problema que talvez não valha a pena sobrevalorizar. Do mesmo modo que a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, não constitui a nossa primeira Lei das Finanças Locais, é pouco provável que o Regime das Taxas Locais agora aprovado venha a ser o último diploma do gênero, podendo admitir-se que no futuro venha a aprovar-se texto mais cuidado e completo, assim que se tenha colhido as lições desta primeira experiência"⁹⁴.

Constatamos que o Regime Geral das Taxas consagra a incidência objetiva e subjetiva das taxas. A incidência objetiva das taxas é definida pelas utilidades geradas pela atividade dos municípios sobre as quais podem incidir taxas ou pelas utilidades prestadas aos particulares, designadamente: através de atividades de desenvolvimento local e regional, a realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, concessão de licenças, prática de atos administrativos, qualificação urbanística e territorial, gestão das áreas de estacionamento e da gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva.

As taxas municipais podem incidir sobre atividades geradoras de impacto ambiental negativo, conseqüentemente, são criadas taxas ambientais que têm por base o princípio do poluidor pagador que visa a promoção da sustentabilidade local.

A importância das taxas ao nível local prende-se com razões de ordem económica, razões de ordem política e administrativa e com o peso financeiro relativo das taxas locais. As razões de ordem económica são justificáveis pelas teses do Federalismo Financeiro. Note-se que "a ideia central às teses do federalismo financeiro é a de que a descentralização dos poderes financeiros permite adaptar de melhor modo as prestações públicas às preferências individuais da população, com isto se maximizando o bem-estar colectivo"⁹⁵, assim, "as taxas, possuindo natureza comutativa e contornos selectivos, constituem um instrumento tributário especialmente apto à concretização das teses do federalismo financeiro, permitindo, melhor do que os impostos, associar os encargos que se exigem dos contribuintes à provocation ou aproveitamento de prestações públicas determinadas"⁹⁶, pelo que, "os habitantes de uma circunscrição que sintam que as suas preferências não se encontram satisfeitas pelas opções que ali são tomadas podem então "votar com os pés" e

⁹⁴ Idem, ibidem.

⁹⁵ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 13.

⁹⁶ Idem, página 14.

mudar-se para outra circunscrição que lhes ofereça, em troca do mesmo custo, uma combinação de bens satisfatória, como sucede quando os habitantes do campo se mudam para a cidade que, pelos mesmos impostos, lhes oferece melhores escolas, bibliotecas e hospitais ou quando uma empresa desloca a sua produção de uma região para outra, por conseguir as mesmas infra-estruturas por custo fiscal mais baixo. Admitindo que exista real mobilidade de empresas e cidadãos, as diferentes colectividades territoriais procurarão, pelos mesmos custos, oferecer mais e melhores prestações do que as outras colectividades oferecem"⁹⁷.

Iremos agora proceder a uma análise das razões de ordem administrativa e política das taxas. No que se refere às razões administrativas as taxas são um importante instrumento financeiro e constituem uma importante receita para as autarquias. Tratando-se de um instrumento com uma grande maleabilidade o que não acontece nos impostos, pelo que, "no caso português, pois que até à edição do RTL não havia no nosso ordenamento jurídico quaisquer regras de forma ou de substância que balizassem a produção de taxas ao nível local. Em correspondência com os Códigos Administrativos da monarquia liberal e, mais proximamente, com o Código Administrativo de 1940, as leis de finanças locais aprovadas desde o 25 de Abril de 1974 limitavam-se a enunciar de modo exemplificativo as taxas permitidas às autarquias locais, admitindo amplamente que estas cobrassem taxas pela generalidade dos serviços que prestam e não se lhes delimitando por qualquer modo a incidência objectiva ou subjectiva, o valor, as isenções, ou as regras de procedimento a que há-de obedecer a respectiva criação"⁹⁸.

O ponto de vista político é aferido por parte dos contribuintes, pois estes, podem efetivamente verificar se a receita dos seus impostos está a ser devidamente aplicada, tendo em conta a proximidade que existe, na tributação local, sendo possível realizar esta avaliação apesar de se tratarem de tributos de valor reduzido.

No que respeita ao peso financeiro das taxas locais "é verdade, em qualquer caso, que as taxas representam uma parcela significativa da receita tributária própria das nossas autarquias, da qual elas não poderiam nunca prescindir com facilidade"⁹⁹, sucede porém

⁹⁷ Idem, páginas 15 e 16.

⁹⁸ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 17.

⁹⁹ Idem, página 20.

que, "as taxas possuem um peso relativo importante no conjunto dos tributos próprios da nossa administração local, ainda que não representem a sua principal receita tributária"¹⁰⁰, desta forma, "as taxas não são nunca uma receita dispensável, mas o seu peso relativo está largamente condicionado pelo parque imobiliário que alimenta os impostos sobre o património, principal sustento das nossas finanças municipais, bem como pela atividade económica que alimenta a derrama"¹⁰¹.

3.3. Críticas ao RGTAL

A redação do diploma do RGTAL não correspondeu às expectativas e necessidades que se faziam sentir, constatamos que "o RTL constitui um texto algo superficial, composto por dezoito artigos, dos quais apenas cinco possuem conteúdo substantivo de relevo, e que parece ter sido redigido sem atender ao direito comparado, muito concretamente à experiência legislativa alemã, espanhola e brasileira nesta matéria, da qual tanto de útil se poderia de outro modo ter retirado"¹⁰². Desta forma, consideramos que o RGTAL deverá ser revisto por forma a resolver todos os problemas acima apontados.

Os problemas resultantes das taxas locais decorrem essencialmente da multiplicação e incoerência; da monocultura do património; da arbitrariedade e do uso de uma técnica legislativa deficiente, pelo que, dá redação do RGTAL praticamente não resultam soluções para o combate destes problemas.

Quanto ao problema da multiplicação e incoerência das taxas notamos que atualmente, constata-se um sem número de taxas com diferentes configurações, aumentando-se consequentemente a incoerência subjacente à tributação. O ilustre Professor Sérgio Vasques afirma, aliás, que "por entre este caleidoscópio de taxas locais, encontramos nos regulamentos taxas que são verdadeiramente importantes e encontramos, além destas, muitas taxas de bagatela que possuem valor simbólico apenas e cujo alcance

¹⁰⁰ Idem, página 21.

¹⁰¹ Idem, ibidem.

¹⁰² VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página nº 51.

aparente está em entravar a actividade económica e a vida quotidiana dos particulares ao mesmo tempo que obrigam a administração local a despender recursos preciosos na cobrança de uma receita irrelevante ao seu financiamento global”¹⁰³, da máxima importância aferir quais os tributos que são verdadeiras taxas e quais são na realidade contribuições ou impostos.

Acrescenta que, "a multiplicação ilimitada das taxas locais acarreta, em suma, o agravamento dos custos da administração das autarquias e acarreta o agravamento dos custos de contexto das nossas empresas, obrigadas a lidar com centenas de «"taxas"», «"licenças"» e «"outras prestações"» diferentes em cada uma das centenas de municípios diferentes que existem no país”¹⁰⁴. Este tipo de incoerência pode levar a uma dupla tributação resultante da sobreposição de taxas do mesmo município ou de taxas de municípios diferentes, assim, "num país de pequena dimensão como é o nosso, parecem evidentes as vantagens competitivas de um sistema fiscal razoavelmente uniforme, sem grandes variações ao longo do território e que não entrave as empresas sempre que estas pretendam alargar a sua área de atividade”¹⁰⁵.

Verifica-se, portanto, uma clara necessidade de se proceder à simplificação das taxas locais. No entanto, se verificarmos os "artigos 3.º e 6.º do RTL, concluímos que as autarquias podem cobrar taxas, afinal de contas, sobre todos os bens ou serviços que disponibilizem aos particulares. Constata-se, assim que o legislador prescindiu de qualquer mecanismo que pudesse conter, diretamente ao menos, o número e variedade das taxas que as autarquias podem lançar, mantendo-se os catálogos exemplificativos e as cláusulas abertas que têm servido de fundamento à multiplicação ilimitada de «"taxas, licenças e outras receitas"» de municípios e freguesias”¹⁰⁶. Por conseguinte as autarquias dispõem, na verdade, de poderes ilimitados de criação de taxas, pelo que, "uma das soluções mais evidentes para lidar com este problema estaria na introdução de um catálogo fechado que servisse de matriz comum à edição dos regulamentos locais, fixando para este efeito os níveis máximos de desagregação das taxas locais, à semelhança, se assim quisermos, com o

¹⁰³ Idem, página nº 42.

¹⁰⁴ Idem, página nº 44.

¹⁰⁵ VASQUES, Sérgio, *“Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário”*, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página nº 44.

¹⁰⁶ Idem, página nº 55.

que sucede já em matéria de classificadores contabilísticos e orçamentais. Na falta de um qualquer mecanismo desta natureza, poder-se-á quando muito esperar que a exigência de uma justificação económica e financeira para as taxas locais, fixada agora no artigo 8.º do RTL, leve indiretamente à contenção ao seu número, pois que ao comum das autarquias sempre será mais fácil justificar uma centena de taxas diferentes do que um milhar, nisto havendo um incentivo claro à eliminação das muitas taxas de bagatela que povoam os nossos regulamentos locais"¹⁰⁷. Ora as autarquias locais dispõem de poderes ilimitados de criação de taxas assim como de poderes ilimitados na fixação das isenções atribuídas aos sujeitos passivos. Contudo, “a harmonização destas isenções constitui, de resto, uma matéria cujo tratamento se mostra razoavelmente simples, havendo simplesmente que filtrar o essencial e vedar às autarquias o favorecimento do que é acessório.

Trata-se de uma intervenção em que todos verdadeiramente ficariam a ganhar, pois que a proliferação de isenções díspares ao longo do território nacional e a construção de regras de isenção de conteúdo impreciso acaba, bem vistas as coisas, por gerar custos de contexto e uma sobrecarga administrativa que os contribuintes e as próprias autarquias bem poderiam dispensar. O RTL não acolheu qualquer regra nesta matéria, porém, deixando a matéria largamente entregue à discricionariedade das autarquias locais que parecem poder funcionalizar livremente as taxas que cobram à promoção das “finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental” a que se refere o artigo 5.º. Neste contexto, o único mecanismo de racionalização das isenções que atualmente estão associadas às taxas locais encontramos-lo na exigência, formulada agora pelo artigo 6.º do RTL, de que a fundamentação destas isenções figure nos próprios regulamentos locais de taxas, uma exigência que de modo indireto contribuirá com certeza para a sua contenção, expondo os benefícios mais incongruentes que hoje em dia figuram nos regulamentos autárquicos”¹⁰⁸.

No que se refere à monocultura do património constatamos que grande parte das receitas das autarquias surgem das taxas aplicadas ao património imobiliário, embora exista uma grande diversidade de taxas. Deste modo, vivemos “num genuíno regime de monocultura fiscal”¹⁰⁹, pelo que, “no plano tributário, portanto, deu-se desde há longo

¹⁰⁷ Idem, página nº 56.

¹⁰⁸ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página nº 57.

¹⁰⁹ Idem, página nº 39.

tempo a esta parte uma especialização das nossas autarquias locais no património e nas prestações com ele conexas, hard services como o saneamento, a recolha do lixo, as obras e os arruamentos"¹¹⁰. Constatamos por isso que "esta prática de monocultura do património mostra-se profundamente gravosa, portanto, e é tanto mais gravosa quanto é certo que a tendência recente é a de transferir para as autarquias locais competências cujo exercício não se pode já financiar por este modo"¹¹¹, assim, "admite-se hoje que as autarquias locais desempenhem um conjunto de funções que tradicionalmente estavam reservadas ao poder central"¹¹².

Existe uma enraizada monocultura das taxas face ao património que o RGTAL tentou contrariar através do seu artigo 6.º, nos termos do qual se estabeleceu um catálogo exemplificativo de taxas. Assim, "o sinal que resulta com clareza deste enunciado é o de que as taxas locais se concentram, senão mesmo que se devem concentrar, sobre os hard services que até hoje têm alimentado as autarquias"¹¹³. O artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006 estabelece a incidência objetiva das taxas municipais. Determina o artigo 6.º, n.º 1, al. a) realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias; al. b) concessão de licenças, prática de atos administrativas e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular; al. c) utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal; al. d) gestão de tráfego e de áreas de estacionamento; al. e) gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva; al. f) prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil; al. g) atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental; al. h) atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.

De acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º 2, as taxas municipais podem também incidir sobre a realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

Da análise dos artigos acima referidos, aferimos que "só a título marginal se parece, no entanto, o legislador ter preocupado em deslocar as taxas locais para bases de incidência alternativas ao património e as referências que faz a matérias como a proteção civil, a

¹¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹¹ Idem, página nº 40.

¹¹² Idem, ibidem.

¹¹³ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página n.º 53.

competitividade e o ambiente parecem sugerir que os município podem alcançar taxas alheias a prestações concretas e efetivas, um equívoco que se mostra particularmente saliente no n.º 2 do artigo 6.º, quando se admite com alguma ligeireza que as taxas municipais incidam sobre "a realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo"¹¹⁴.

Ora "com o presente enquadramento, não se pode verdadeiramente esperar uma diversificação da base de incidência das nossas taxas locais, sendo talvez de recear que a coberto das referências que agora se fazem à proteção civil, à competitividade ou às atividades geradoras de impactos ambientais negativos os municípios portugueses venham mesmo a ensaiar a criação de taxas que prefiguram genuínas contribuições ou impostos, alimentando, como no passado, uma litigância constante junto dos nossos tribunais em torno do respeito pela reserva de lei parlamentar"¹¹⁵. Na nossa opinião, não podem as autarquias locais diversificar a base de incidência quando o legislador não lhes permite uma incidência alternativa.

Na nossa opinião o Regime de Taxas Locais deve então apontar no sentido da diversificação da base de incidência das taxas locais afim de deixar de existir uma monocultura do património.

Quanto ao problema da arbitrariedade das taxas, nomeadamente na captura local das *utilities* verificamos que "ao olharmos aos regulamentos de taxas locais constatamos muitas vezes que estas não se encontram subordinadas a qualquer critério de repartição objectivo, impondo-se aos contribuintes encargos que não possuem relação evidente com o custo ou valor das prestações em causa, razão pela qual estes dificilmente podem sentir como legítimo o sacrifício que lhes é exigido"¹¹⁶. Devido à existência desta arbitrariedade os tribunais deparam-se com um elevado número de litígios entre os contribuintes e a administração local, pelo que, "a falta de um critério ordenador para as taxas locais conduz inevitavelmente a situações de discriminação infundada que infiltram os regulamentos e tabelas das autarquias um pouco por toda a parte"¹¹⁷.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹¹⁵ Idem, página nº 54.

¹¹⁶ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página n.º 45.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*.

O problema da captura das *utilities* verifica-se essencialmente nas taxas de ocupação do solo e do subsolo. Um exemplo desta taxa é a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), esta taxa é regulada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro¹¹⁸. A TMDP "visa compensar os municípios pelo atravessamento do seu território pelos equipamentos das empresas de telecomunicações mas que o nosso legislador dotou de base tributável ad valorem, incidindo sobre a facturação destas empresas imputável aos clientes domiciliados em cada município"¹¹⁹. Contudo, "com os contornos que possui entre nós, a taxa municipal de direitos de passagem mostra-se um tributo materialmente incongruente, que produz a discriminação mais arbitrária das empresas do sector das telecomunicações e dos respetivos clientes e que, pela articulação deficiente que possui com taxas distintas que os municípios cobram sobre a ocupação do domínio público, conduz muitas vezes a situações de dupla tributação lesivas do nosso direito constitucional e das grandes liberdades económicas comunitárias"¹²⁰.

Neste sentido consideramos importante a fixação dos princípios estruturantes é uma medida importante quer ao nível nacional quer ao nível do direito comunitário, pois "O princípio da igualdade tributária consagrado no artigo 13.º da Constituição da República, logo que projectado sobre o domínio das taxas, não pode querer dizer outra coisa senão que estas sejam repartidas de acordo com o custo das prestações realizadas pelas autarquias ou de acordo com o respectivo valor"¹²¹.

Prevê-se no artigo 5.º do RGTAL o princípio da equivalência. Quanto ao artigo 4.º e 5.º do RGTAL "é da maior importância o passo que neste sentido deu o legislador ao determinar que as taxas locais se hão-de estruturar em função do custo da actividade pública local ou do benefício que ela gera para os particulares. Ainda que o RTL admita que este critério de repartição possa ser derogado por razões de ordem extrafiscal, representa um progresso inestimável a consagração do princípio da equivalência como princípio estruturante desta área do sistema, oferecendo à administração local uma baliza clara no seu trabalho de concepção normativa e aos contribuintes um argumento seguro no

¹¹⁸ Decorre do artigo 12.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio que as em cumprimento do princípio da igualdade e da não discriminação podem optar por não cobrar a TMDP.

¹¹⁹ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, páginas n.ºs 46 e 47.

¹²⁰ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página n.º 46.

¹²¹ Idem, página n.º 58.

respectivo controlo e impugnação”¹²². Através do artigo 8.º do RGTAL impôs-se a fundamentação económica e financeira das taxas.

No que se refere à técnica legislativa utilizada podemos afirmar que "a feitura das leis em matéria de impostos assenta hoje em dia numa técnica que nos é largamente familiar, a da relação jurídica tributária"¹²³. Na nossa opinião a criação de taxas revela uma técnica legislativa manifestamente deficiente. Resulta dos regulamentos locais de taxas em muitos casos a inexistência dos elementos essenciais à criação das taxas. “A deficiência da técnica legislativa empregue na concepção dos regulamentos das taxas locais mostra-se particularmente grave no que respeita às isenções, fixadas tantas vezes de modo impreciso, subordinadas a requisitos incertos e disciplinadas a título de observação ou nota em margem, por entre as verbas incontáveis das tabelas de taxas locais”¹²⁴.

Atente-se no facto de que "no essencial, as taxas locais continuam a ser disciplinadas de acordo com uma técnica pautal, em que a tabela constitui a peça central, fixando num longo catálogo as prestações tributáveis, correspondendo-lhe depois disposições de aplicação, com uma função instrumental apenas, destinadas a aclarar o que nela figura, formuladas a título de observação à tabela ou condensadas em regulamento avulso"¹²⁵, ora, "em boa verdade, as tabelas e regulamentos de taxas hoje em vigor constituem o prolongamento directo das pautas aduaneiras internas que até há um século atrás se aplicavam à porta dos concelhos para onerar as mercadorias que neles entravam ou saíam, de acordo com uma tradição secular a que os nossos primeiros códigos administrativos não conseguiram por termo. As posturas municipais discriminavam então por ordem alfabética os produtos sujeitos a contribuição indirecta nos mesmos termos em que as tabelas municipais discriminam agora as prestações sujeitas ao pagamento de taxas. E por isso sucede, de resto, que ainda hoje as tabelas de muitos municípios continuam a integrar as taxas entre os impostos indirectos, sendo assim que muitas delas figuram nos orçamentos municipais"¹²⁶.

¹²² Idem, ibidem.

¹²³ Idem, página nº 48.

¹²⁴ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página nº 48.

¹²⁵ Idem, ibidem.

¹²⁶ Idem, página nº 49.

Um dos elementos inovadores e dos mais importantes do RGTAL trata-se da definição dos elementos essenciais das taxas locais no artigo 8.º. Através do estabelecimento destes elementos essenciais permite-se a existência de uma uniformização nacional ao nível das taxas locais. “O legislador reconhece deste modo, enfim, que não estando embora as taxas sujeitas à reserva de lei parlamentar, as mais elementares razões da segurança jurídica exigem que os instrumentos normativos que as disciplinam lhes tipifiquem os elementos essenciais com a mesma determinabilidade que exigimos da lei de imposto”¹²⁷.

Com a aprovação do RGTAL muitas autarquias locais sentiram dificuldades na adaptação dos seus regulamentos municipais pelo que teria sido conveniente a “fixação de um regulamento-padrão, em anexo ao RTL, que servisse de modelo à elaboração dos regulamentos de municípios e freguesias, sobretudo dos primeiros. Com a adopção de um regulamento-padrão, ter-se-ia conseguido estabelecer uma sistematização comum para os muitos regulamentos que deverão ser aprovados pelas autarquias até 2009, uma estrutura harmonizada para as muitas taxas que os integram, poupando às autarquias boa parte do seu esforço de adaptação, em particular aos municípios mais pequenos, com recursos humanos menos qualificados e maior dificuldade em recorrer a prestações externas. A adopção de um regulamento-padrão tornaria também facilmente comparáveis os regulamentos de taxas locais, com vantagem grande, quer para as autarquias que as cobram, quer para os particulares que as suportam”¹²⁸.

Segundo o artigo 13.º do RGTAL devem as autarquias disponibilizar no seu sítio da *Internet* os seus regulamentos municipais, contudo, em muitos sites das autarquias conseguimos encontrar estes regulamentos, embora desatualizados, em outros casos, porém, nem se encontram disponibilizados via eletrónica.

Por todos os motivos acima expostos consideramos que o RGTAL deverá ser revisto por forma a resolver todos os problemas apontados.

¹²⁷ Idem, página nº 60.

¹²⁸ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, página nº 61.

3.4. A experiência europeia

A criação de taxas encontra-se limitada pelas imposições da União Europeia, da jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (TJCE) e pelo Direito Comunitário. As taxas estão por isso condicionadas à não limitação das liberdades comunitárias como é o caso da livre circulação de pessoas e bens, da livre circulação de mercadorias, da livre circulação de capitais e da livre prestação de serviços. São disso exemplo a taxa de extração de mármore cobrada pelo município italiano de Carrara, a taxa local sobre antenas parabólicas cobrada anualmente pelo município belga de *WatermaelBoitsfort* e o imposto sobre a força motriz cobrado pela cidade belga de *Seraing* e pela província de *Liège*.

A União Europeia tem dado uma enorme importância à harmonização das taxas, disso é exemplo a taxa de utilização de infra-estruturas rodoviárias regulada na Diretiva n.º 2006/38/CE, de 17 de maio de 2006, deste modo, "o TJCE tem vindo a produzir um conjunto de decisões do maior interesse no que se refere às taxas locais, avançando ideias que, mais cedo ou mais tarde, servirão com certeza também de fundamento à impugnação de algumas das figuras tributárias que ainda alimentam as nossas autarquias"¹²⁹.

No acórdão *Air Liquide*, de 15 de junho de 2006 (Processos apensos C-393/04 e C-41/05) estava em causa a cobrança do imposto sobre a força motriz cobrado pela cidade belga de *Seraing* e pela província de *Liège*.

No acórdão do TJCE *De Coster* de 29 de novembro de 2001 (processo C-17/00) discutia-se a validade da existência de uma taxa local sobre as antenas parabólicas que era cobrada anualmente pelo município belga (*taxe communale sur les antennes paraboliques*). O objetivo era colocar um obstáculo à instalação deste tipo de antenas no município para a proteção do ambiente, contudo, a reclamação feita pelo recorrente *Coster* afirmava que a taxa se tratava de um obstáculo à livre receção de emissões televisivas de outros Estados-Membros, contrariando por isso o artigo 49.º do Tratado que proíbe as restrições à livre prestação de serviços na Comunidade Europeia.

¹²⁹ VASQUES, Sérgio, “Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário”, Cadernos IDEFF N. 8, Almedina, 2008, página 27.

O TJCE chamado a pronunciar-se sobre esta matéria reconheceu que era válida a preocupação ambiental, no entanto, a criação de uma taxa local sobre as antenas parabólicas trata-se de um meio desadequado e desproporcional a tal proteção, considerando que, o município podia socorrer-se de outros meios para atingir a finalidade de proteção do ambiente, como é o caso da imposição de regras relativas ao tamanho das antenas. Desta forma, o TJCE chegou à conclusão que era incompatível a taxa sobre as antenas parabólicas com os artigos 59.º, 60.º e 66.º do referido Tratado.

No acórdão *Carbonati Apuani*, de 9 de setembro de 2004 (Processo C-72/03) estava em análise a legalidade de uma taxa que era cobrada pelo município de Carrara sobre os mármore que eram extraídos dentro do seu território e transportados para fora dele. Esta taxa era aplicada quer aos mármore que se destinassem ao estrangeiro ou a outros municípios do território italiano, assim sendo, só estavam isentos desta taxa os mármore que eram extraídos e que ficassem no próprio município.

A recorrente (*Carbonati Apuani*) sustentaria esta taxa era contrária ao artigo 23.º do Tratado CE que proíbe os encargos de efeito equivalente a direitos aduaneiros de exportação.

O TJCE pronunciou-se no sentido de que qualquer encargo pecuniário mesmo sendo mínimo desde que seja unilateralmente imposto e que indiferentemente recaía sobre mercadoria destinada ao estrangeiro ou que se destine a ficar dentro do próprio municípios e não constitua um direito aduaneiro irá constituir um encargo equivalente de acordo com o disposto no artigo 23.º do Tratado CE.

Nesta situação foi irrelevante quer a pequena dimensão do município quer a irrelevante quantidade de mercadorias a que esta taxa se aplicava. É irrelevante ainda o facto de a finalidade específica desta taxa ser a cobertura das despesas do exercício da atividade extrativa que reverteria a benefício dos próprios operadores económicos. Apesar da existência desta reversão, os próprios operadores económicos só seriam beneficiados de forma indireta, visto que, a taxa servia para reparação da rede rodoviária, manutenção de um museu e a criação de infraestruturas portuárias, no entanto, esta medidas não iriam beneficiar todos os operadores que extraem e transportam o mármore.

O TJCE pronunciou-se no sentido de que esta taxa se tratava de um encargo de efeito equivalente a um direito aduaneiro sobre exportação e que por isso violaria o artigo 23.º do Tratado CE.

No acórdão do TJUE, *Viacom Outdoor*, de 17.02.2005 (Processo C-134/03) aborda-se a questão de saber se a cobrança pelo município de Génova do imposto sobre a publicidade (*imposta comunale sulla pubblicità*) constitui um limite à livre prestação de serviços. Neste caso o TJUE não considerou que este imposto representaria uma discriminação contra os prestadores de serviços de outros Estados-Membros.

3.5. As imposições constitucionais

O artigo 165.º, n.º 1 al. i) da CRP determina que é da reserva relativa da competência legislativa da Assembleia da República a competência para legislar em matéria de regime geral das taxas. As taxas das autarquias locais estão, portanto, sujeitas à reserva parlamentar quanto ao seu regime geral e não quanto à sua criação e ao seu regime em concreto. Podem, no entanto, estas taxas ser criadas por diploma legislativo governamental e serem reguladas por um regulamento. Deste modo, as taxas podem ser criadas através de regulamentos, visto que, o RGTAL funcionará enquanto lei prévia habilitante. As taxas ao não estarem sujeitas ao princípio da reserva de lei parlamentar determina que o regime geral necessite de ser fixado através de lei parlamentar. Podem, no entanto, ser criadas por um regulamento, as taxas encontram-se sujeitas ao *Tatbestand* de garantia (*an* e *quantum*). Os regulamentos que criam taxas devem por isso estabelecer a incidência subjetiva, a incidência objetiva, o facto gerador, o montante e as isenções aplicáveis. "A jurisprudência constitucional portuguesa em matéria de taxas tem-se centrado no princípio da legalidade tributária e na reserva da lei parlamentar"¹³⁰.

Já no que respeita à criação de impostos determina o artigo 165.º, n.º 1, alínea i) da Constituição da República Portuguesa ("CRP") que a criação de impostos se subordina à reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República, isto é, pode ser

¹³⁰ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 32.

aprovada através de lei parlamentar ou de decreto-lei previamente autorizado. No entanto, como vimos, as taxas não estão sujeitas a esta reserva, não sendo por isso necessária a intervenção do parlamento, assim sendo, as taxas podem ser criadas por decreto-lei simples ou por regulamento administrativo.

Aquando da análise das taxas locais torna-se essencial verificar se estamos perante uma verdadeira taxa ou se na realidade trata-se de um imposto. Caso se confirme que se trata efetivamente de um imposto, o artigo 165.º da CRP estaria a ser incumprido. A fiscalização das taxas locais é feita através da Constituição Fiscal e pelo Regime de Taxas Locais (RGTL). No entanto, antes da publicação do RGTL este controlo era apenas feito pela Constituição. Como afirma o ilustre Professor Sérgio Vasques com "o surgimento do RTL virá com certeza trazer uma alteração deste estado de coisas e oferecer aos contribuintes argumentos legais para a contestação das taxas locais que até agora lhes faltavam, reorientando a jurisprudência no sentido da legislação ordinária. É provável em todo o caso que os princípios da nossa Constituição Fiscal mantenham boa parte da sua utilidade e que os tribunais sejam mesmo obrigados agora a fazer deles um exame mais exigente e criterioso"¹³¹.

A verificação das taxas faz-se por isso através do princípio da legalidade tributária nomeadamente, através da determinabilidade. As taxas devem ser suficientemente claras para que o contribuinte saiba qual o encargo com que deve contar. O Princípio da igualdade também pode ser aferido nas taxas através da equivalência, pelo que, "as taxas são tributos que não possuem o fundo solidarístico do imposto e que, em vez disso, se inserem numa lógica de troca entre o contribuinte e a administração, sendo essa natureza comutativa que repele o princípio da capacidade contributiva e convoca como critério de repartição o princípio da equivalência, seja na vertente do custo, seja na vertente do benefício"¹³².

3.6. Criação de taxas pelas freguesias

¹³¹ VASQUES, Sérgio, "*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*", Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 32.

¹³² Idem, página 35.

As freguesias também podem proceder à criação de taxas, visto que, também são autarquias locais. A criação de taxas pelas freguesias tem que respeitar os princípios da equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos.

As freguesias podem criara taxas que incidam sobre atividades de desenvolvimento local, concessão de licenças, prática de atos administrativos, gestão de equipamentos.

Relativamente às taxas, as freguesias possuem todos os poderes tributários nomeadamente, a competência tributária, a capacidade tributária ativa e a titularidade de receita.

IV. Comentários ao RGTAL

4.1. Âmbito de aplicação do RGTAL

O artigo 1.º do RGTAL refere-se ao âmbito de aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. Este âmbito de aplicação tem por base a relação jurídica tributária.

É manifesta uma relação de especialidade entre o regime de taxas locais e a Lei Geral Tributária. “Desta relação de especialidade encontramos confirmação, de resto, na própria LGT, quando esta, depois de fixadas as principais categorias de tributos públicos no seu artigo 3.º, ressalva no n.º 3 que o regime geral das taxas e das contribuições financeiras referidas no número anterior consta de lei especial.”¹³³ O legislador pretende, assim, que o Regime Geral das Taxas a que alude a Constituição da República trace um círculo mais estreito que, por sua vez, se recorta o âmbito de aplicação do Regime das Taxas Locais.”¹³⁴

¹³³ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos do IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 66.

¹³⁴ Idem, ibidem.

A noção que remete à relação jurídico-tributária deve-se ao facto de a técnica legislativa utilizada na elaboração das taxas locais ainda não ter sido totalmente aperfeiçoada o que leva a que em muitos regulamentos autárquicos ainda persista uma técnica pautal que culmina numa tabela de taxas, no entanto, através desta tabela de taxas torna-se difícil se não mesmo quase impossível definir com rigor os elementos essenciais desses tributos públicos.

A redação do artigo 1.º, n.º 1 do RGTAL assemelha-se à redação do artigo 1.º da LGT, ainda assim, na LGT é feita referência ao direito comunitário e as normas de direito internacional o que não acontece no RGTAL. Quanto a este facto pode dizer-se que o legislador andou mal pois é sabido da extrema importância do direito comunitário nos nossos dias, pelo que, “a edição do RTL teria constituído, julgamos uma boa oportunidade para sinalizar às autarquias locais que na construção das suas taxas estão obrigadas ao respeito pelas grandes liberdades económicas comunitárias e para recordar também aos nossos tribunais que este constitui hoje em dia um dos mais importantes parâmetros do respetivo controlo. Assim o faz o legislador espanhol que, no artigo 6.º da *Ley de Haciendas Locales*, determina que os tributos locais não deverão nunca “acarretar obstáculo algum à livre circulação de pessoas, mercadorias ou serviços e capitais” nem “afectar de maneira efectiva a fixação da residência das pessoas ou o estabelecimento de empresas e capitais” em Espanha”¹³⁵.

No que respeita ao artigo 1.º, n.º 2 do RGTAL verificamos que existe uma inconstitucionalidade por omissão, visto que, no artigo 165.º da CRP prevê-se a criação de um “regime geral das taxas e demais contribuições financeiras a favor de entidades públicas.” Como é manifesto no artigo 1.º, n.º 2 o seu âmbito de aplicação limita-se às taxas devidas a áreas metropolitanas, municípios e freguesias. Apesar de estarmos perante uma inconstitucionalidade por omissão na opinião do ilustre Professor Sérgio Vasques trata-se “de uma opção politicamente acertada, pois que é no domínio das finanças locais que as taxas se mostram de maior importância política e financeira, sendo também nesta área das nossas finanças públicas que elas têm acusado maiores deficiências”¹³⁶. Continua enfatizando que “com algum desassombro, talvez devamos reconhecer que, atenta a

¹³⁵ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos do IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 67.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

realidade nacional, sempre se mostrava mais urgente que o legislador acudisse às inconstitucionalidades por acção que se repetem quotidianamente na cobrança das taxas locais do que à inconstitucionalidade por omissão que resultará da inexistência de um regime geral que enquadre as taxas cobradas por toda a nossa administração pública. Claro está que a aprovação do RTL vem recolocar, por si mesma, na agenda legislativa nacional a questão da edição de um regime semelhante que valha para a administração central, mal se podendo admitir que esta fique indefinidamente dispensada dos princípios e regras que agora se impõem às autarquias”¹³⁷.

4.2. Legislação subsidiária ao RGTL

No artigo 2.º do RGTL é feita menção à legislação subsidiária que é aplicável. A Lei de Finanças Locais trata-se da primeira legislação subsidiária a ser mencionada. São adicionalmente referidas a Lei Geral Tributária, a lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias; o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos e por fim o Código do Procedimento Administrativo.

A aplicação subsidiária da LFL “têm como propósito essencial o de enquadrar as taxas no contexto mais vasto dos poderes e recursos financeiros das autarquias, à semelhança do que sucedia nas leis de finanças locais anteriores. A inovação que a LFL traz nesta matéria é compreensivelmente limitada, reencontrando-se fórmulas e terminologia conhecidas entre nós desde há bom tempo. Assim, a LFL reconhece a municípios e freguesias o poder de criar taxas em conformidade com o RTL”¹³⁸. Atente-se no facto de que “na economia da LFL é evidente que as taxas ocupam um papel marginal,

¹³⁷ Idem, página 68.

¹³⁸ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos do IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 73.

algo de inevitável tendo em conta que a preparação deste diploma foi feita em simultâneo com a preparação do RTL, para onde toda a inovação na matéria foi remetida”¹³⁹.

A LFL consagra os princípios da não consignação de receita, autonomia financeira local e a promoção da sustentabilidade local. O Princípio da autonomia financeira quer dos municípios quer das freguesias tem como objetivo a arrecadação e de disposição receitas que por lei lhes sejam destinadas. Determina o princípio de promoção da sustentabilidade local que as taxas podem incluir elementos para incentivar ou desincentivar comportamentos. Devem ser prosseguidos objetivos como a proteção ambiental, qualidade urbanística, qualidade de vida e qualidade territorial.

Ao RGTAL é também aplicável subsidiariamente a LGT, no entanto, note-se que a LGT foi maioritariamente pensada para os impostos e não para as taxas. Ainda assim, existem muitos princípios que podem ser aplicados às taxas locais, como é o caso do princípio da tributação dos atos ilícitos (cf. artigo 10.º da LGT) o qual determina a obrigação de pagamento de uma taxa mesmo quando o ato em causa seja ilícito por forma a não beneficiar os atos praticados de forma ilícita.

Outro princípio consagrado na LGT que pode ser aplicado às taxas é o princípio da não retroatividade (cf. artigo 12 da LGT) sendo interdito às autarquias locais o lançamento de taxas retroativas. Aplica-se também o princípio da responsabilidade dos membros dos corpos sociais e responsáveis técnicos das pessoas coletivas (cf. artigo 24.º da LGT), como é o caso da reversão fiscal, bem como, as regras da caducidade e prescrição da LGT. Por fim são ainda aplicáveis subsidiariamente as normas da LGT referentes à inspeção tributária e acesso à informação, contudo, na opinião do Ilustre Professor Sérgio Vasques a sua aplicação às taxas é muitas vezes impraticável.

Note-se que o RGTAL determina ainda como legislação subsidiária a lei que define o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro), assim como, o ETAF, o CPPT, o CPTA e o CPA. A Lei n.º 169/99, de 18 de setembro confere às assembleias municipais a competência para a aprovação das taxas locais e para a fixação do seu valor. Embora, o RGTAL não faça qualquer referência à Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, esta lei estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

locais. O RGTAL omite também a aplicação subsidiária do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)¹⁴⁰. A aplicação do ETAF às taxas locais não é feita de uma forma subsidiária como é referida no RGTAL, mas de uma forma direta.

Quanto à aplicação subsidiária do CPA o mesmo determina o princípio da gratuidade do procedimento administrativo sempre que nenhuma lei especial imponha o pagamento de taxas ou de despesas efetuadas pela administração. Consagra ainda a regra de isenção por razões de insuficiência económica. O artigo 113.º do CPA estabelece que o procedimento se extingue pela falta de pagamento de taxas.

4.3. As taxas das autarquias locais

No que respeita à redação do artigo 3.º do RGTAL constamos que a técnica utilizada é semelhante à técnica utilizada no artigo 4.º da LGT. Recorde-se que da LGT não resulta uma definição de taxa, imposto ou contribuição.

As taxas que recaem sobre a remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, são as chamadas taxas de licença. “O admitir que a administração local possa cobrar taxas em contrapartida do mero levantamento de uma proibição relativa abre porta à criação de obstáculos jurídicos ao comportamento dos particulares com o propósito exclusivo da angariação da receita e à criação pela administração local de tributos que só na aparência possuem natureza comutativa, razão pela qual a doutrina e os tribunais se têm esforçado por distinguir «“verdadeiras”» e «“falsas”» taxas de licença”¹⁴¹.

O levantamento da proibição em alguns casos revela-se num verdadeiro aproveitamento efetivo de um bem ou serviço local como acontece no caso das taxas de fiscalização e de ocupação do espaço público. Contudo, noutras situações apenas existe um aproveitamento presumido como é o caso das taxas de licença em contrapartida de infra-estruturas urbanísticas, pelo que, consubstanciam-se em verdadeiras contribuições. Existem ainda situações em que o aproveitamento é meramente possível ou eventual como é o caso

¹⁴⁰ Artigo 2.º do RGTAL.

¹⁴¹ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 89.

taxa pela realização de inquéritos na via pública e da taxa pela afixação de publicidade em imóveis particulares, pelo que, tratam-se de verdadeiros impostos.

4.4. O princípio da equivalência jurídica no RGTAL

Não devemos considerar o princípio da equivalência “como um mero argumento político de legitimação dos encargos tributários, à maneira da tradicional doutrina do benefício, representando a generalidade dos tributos públicos com a contrapartida da civilização – uma compensação da equivalência que não nos permite verdadeiramente extrair dela nada de útil para a conformação das concretas figuras que povoam o sistema tributário. Encaramo-lo como um critério de igualdade, do qual é possível extrair corolários precisos para a estrutura e quantificação dos tributos comutativos, introduzindo diferenciações materialmente justas entre quem lhe fica sujeito”¹⁴².

Resulta do exposto que “o princípio da equivalência opera, antes do mais, como pressuposto da tributação, querendo isso dizer que quando se pretendam repartir os encargos tributários em função do custo provocado pelo contribuinte ou em função do benefício por ele aproveitado, o primeiro corolário está em excluir que se instituem tributos comutativos sobre factos que não revelem uma coisa nem outra. É este o alcance negativo do princípio, o de proibir que se criem taxas ou contribuições aí onde não existam custos nem benefícios a compensar”¹⁴³.

Resulta da epígrafe do artigo 4.º do RGTAL a expressão “princípio da equivalência jurídica”. Decorre deste artigo dois requisitos: o critério da cobertura dos custos (o custo da atividade pública local deverá ser custeado por quem dele beneficie) e o critério da equivalência (o montante da taxa é estabelecido de acordo com o benefício auferido pelo particular. A referência a este princípio trata-se de uma inovação do RGTAL, contudo, o corpo do artigo não consagra o princípio da equivalência jurídica, mas apenas o princípio

¹⁴² VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008, página 441.

¹⁴³ Idem, páginas 445 e 446.

da equivalência económica. Na nossa opinião esta situação revela a existência de uma técnica legislativa pouco rigorosa.

Entende-se “pela noção da equivalência jurídica a relação rigorosamente comutativa que nas taxas se estabelece entre a obrigação tributária e a provocação ou aproveitamento de uma prestação administrativa, e pretendendo exprimir-se pela noção de equivalência económica a ordenação das taxas ao custo ou valor dessas mesmas prestações”¹⁴⁴, pelo que, “as noções da equivalência jurídica e da equivalência económica prendem-se com diferentes planos de análise das taxas, a primeira respeitando à delimitação conceitual das taxas, a segunda respeitando à sua legitimação material”¹⁴⁵.

A equivalência jurídica de uma taxa é observada quando uma taxa local é cobrada em função de uma prestação aproveitada ou provocada pelo indivíduo. Enquanto que, o conceito de equivalência económica prende-se com a verificação da correspondência entre o seu montante com o custo da prestação por parte da autarquia. “A leitura do artigo 4.º do RTL deixa-nos ver que, ao menos no controlo das taxas locais, não se pode doravante tolerar a sobrevalorização da «“equivalência jurídica”» e a marginalização da «“equivalência económica”». É bem verdade que a epígrafe deste artigo sugere que o legislador não pretende exigir das taxas locais mais do que a «“equivalência jurídica”» e o respeito pela reserva de lei parlamentar.”¹⁴⁶ O artigo 4.º do RGTAL pretende ver assegurada a equivalência económica, mormente o princípio da proporcionalidade, pelo que, não devem as taxas ser superiores ao benefício auferido pelo particular ou ao custo da atividade pública.

O valor das taxas locais deve ser aferido em relação ao princípio da proporcionalidade. O montante cobrado a título de uma taxa local não deve ser superior ao custo da atividade pública local ou ao benefício auferido pelo particular. Os valores são apurados consoante os custos médios. O que significa que se uma taxa local tiver um custo ligeiramente superior ao custo da atividade pública local ou ao benefício auferido pelo particular não significa que a mesma seja inválida.

¹⁴⁴ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 95.

¹⁴⁵ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 95.

¹⁴⁶ Idem, página 96.

4.5. O princípio da justa repartição dos encargos públicos no RGTAL

O artigo 5.º do RGTAL consagra o princípio da justa repartição dos encargos públicos, a referência a este princípio trata-se de uma inovação do RGTAL. Apesar da epígrafe do artigo 5.º mencionar a justa repartição dos encargos públicos, o seu conteúdo recai sobre a aplicação de critérios distintivos de natureza extrafiscal, não fazendo nenhuma referência à igualdade tributária, nem procede à determinação da aplicação de um critério para a justa repartição dos encargos públicos. Através deste artigo, constatamos a existência de uma técnica legislativa pouco rigorosa. Somos da opinião de que este artigo pretende fazer uma referência ao princípio da equivalência, matéria que já é abordada no artigo 4.º do RGTAL.

No corpo do artigo 5.º do RGTAL é ainda feita referência ao princípio da prossecução do interesse público local. Este princípio está constitucionalmente consagrado nos artigos 266.º e 269.º ambos da CRP. Determina este princípio que devem as autarquias locais prosseguir exclusivamente o interesse público sendo um limite à sua atuação os direitos e interesses legalmente protegidos pelos cidadãos. Note-se que este artigo permite a prossecução de objetivos extrafiscais como é o caso da proteção urbanística e da proteção do ambiente.

4.6. A incidência objetiva do RGTAL

O artigo 6.º do RGTAL não contém uma enumeração taxativa das taxas municipais, pelo que, “pese embora a sua natureza meramente exemplificativa, a consagração de um catálogo como este serve, na economia de um diploma como o RTL, para registar as mais importantes taxas locais e sem dúvida que a ordem pela qual o legislador dispõe as alíneas do artigo 6.º nos dá uma boa ideia da importância relativa das diversas taxas locais e da

concentração da sua incidência objetiva sobre os *hard-services* ligados à gestão do património”, ora, é possível às autarquias locais “criar outras taxas para além das constantes dos (...) n.ºs 1 e 2 do art. 6.º do RGTAL, pois a lista que estes preceitos contêm não tem a pretensão de constituir uma lista fechada, um *numerus clausus*”¹⁴⁷.

As taxas pela ocupação do espaço públicos tem previsão legal no artigo 6.º, n.º 1, al. c) do RGTAL, estas taxas podem concretizar-se num problema que tem ocorrido com diversa frequência em todos os municípios que se trata da captura das *utilities*. Atente-se no facto de que as empresas de eletricidade, gás, água, telecomunicações e combustíveis necessitam por força da sua atividade e em substituição do Estado, necessitam de utilizar o espaço público aéreo, solo e subsolo com cabos e condutas. Em muitos casos, estas empresas pagam montantes bastante elevados aos municípios para poderem atuar, contudo, os municípios não tem nenhum custo pela utilização do espaço público por estas empresas, pelo que, o princípio da equivalência não impede neste caso dos municípios aplicarem taxas sem terem qualquer tipo de custos associados.

4.7. A incidência subjetiva do RGTAL

Resulta do artigo 7.º do RGTAL a incidência subjetiva das taxas locais. “Constituindo as taxas tributos rigorosamente comutativos, assentes sobre prestações efetivamente provocadas ou aproveitadas pelos particulares, a delimitação da incidência objetiva acaba sempre por revelar nelas maior importância que a delimitação da incidência subjetiva, podendo dizer-se que, bem delimitadas as prestações públicas locais, é razoavelmente fácil as mais das vezes saber quem fica obrigado ao pagamento das taxas correspondentes”¹⁴⁸. Este artigo está em coerência com o disposto no artigo 18.º da LGT. A

¹⁴⁷ CASALTA NABAIS, José, “30 anos de Poder Local na Constituição da República Portuguesa, A Autonomia Financeira das Autarquias Locais”, Ciclo de Conferências na Universidade do Minho, Coimbra Editora, 2006.

¹⁴⁸ VASQUES, Sérgio, “Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 124.

redação do artigo 7.º contempla uma técnica pautal e em nada inova na questão das taxas locais.

O sujeito ativo da relação jurídica é a autarquia local, a qual tem o poder de exigir o pagamento da taxa, sendo que, o sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva que se encontra vinculada ao cumprimento da prestação tributária. Deste modo, considera-se como sujeito passivo aquele que solicita a prestação de um serviço por parte da administração local ou àquele que utiliza um certo bem.

No artigo 7.º do RGTL não é feita qualquer referência aos casos de substituição tributária, ou seja, as situações em que a pessoa que a Administração Tributária cobra o montante da taxa é um sujeito diferente do que beneficia do pagamento. Um exemplo de substituição tributária é o caso do “tributo exigido pelas empresas distribuidoras de eletricidade dos respetivos consumidores para financiamento do serviço público de rádio e televisão assegurado pela RTP SGPS, SA, e relativamente ao qual se determina que as empresas distribuidoras de eletricidade sejam compensadas pelos encargos de liquidação através da «retenção» de um valor fixo por cada fatura cobrada”¹⁴⁹.

Decorre do artigo 7.º, n.º 3 do Regulamento que estão sujeitas à aplicação de taxas locais a administração central, a administração regional e o setor empresarial público. Note-se que este artigo introduz uma inovação considerando que, a antiga Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto) estabelecia que o Estado, os institutos e organismos públicos estavam isentos do pagamento de taxas. “O artigo 7.º do RTL substitui, portanto, esta regra geral de isenção por uma regra geral de sujeição cujo resultado estará em fazer com que a administração central e a administração regional fiquem obrigadas ao pagamento de taxas locais sempre que os regulamentos de municípios e freguesias não prevejam isenção que lhes aproveite”¹⁵⁰.

4.8. A criação de taxas

¹⁴⁹ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 128.

¹⁵⁰ Idem, página 129.

O artigo 8.º trata-se do artigo com maior relevância de todo o diploma pois determina quais as “exigências precisas para a edição dos regulamentos locais de taxas”¹⁵¹. Recorde-se que os regulamentos municipais têm manifestado grandes falhas ao nível técnico e legislativo e em grande parte dos casos não existe uma justificação económica e financeira. No entanto, através do artigo 8.º do RGTAL obriga-se a que as taxas locais obedeçam a requisitos como a incidência objetiva e subjetiva, a fórmula de cálculo, a fundamentação económico-financeira, as isenções, o modo de pagamento e o pagamento em prestações. Cada Regulamento Municipal deve fazer referência às leis que pretendem regulamentar ou à lei que determina a sua competência (cf. artigo 112.º, n.º 7 da CRP).

A incidência objetiva decorre da técnica pautal, isto é, pela “catalogação das prestações tributáveis em pautas locais”,¹⁵² pelo que, “o artigo 8.º do RTL não veda seguramente a catalogação das prestações tributáveis por meio de tabelas mas aponta sem dúvida para uma técnica legislativa diferente, em que o regulamento passa a constituir o instrumento principal, estabelecendo com rigor os elementos principais das taxas locais, e as tabelas que lhes são anexas passam a servir para aquilo que as tabelas normalmente servem, isto é, para a mera fixação dos valores que a cada taxa correspondem”.

Decorre do artigo 8.º, n.º 2, al. b) do RGTAL que os municípios devem indicar o valor unitário das taxas de soma fixa ou a fórmula de cálculo das taxas de soma variável a cobrar. É então aqui materializado o princípio da equivalência (cf. artigo 4.º do RGTAL). Desta forma, a soma fixa do valor de uma taxa não poderá ultrapassar o custo da prestação. “A primeira e superlativa cautela que as autarquias devem ter nesta matéria é a de munir as suas taxas de soma variável de uma base tributável *específica*, i.e. composta por elementos ou grandezas físicas directamente associados às prestações que levam a cabo, e nunca de uma base tributável *ad valorem*, i.e. composta pelo valor dos rendimentos, património ou consumo das pessoas às quais essas prestações se dirigem”¹⁵³.

Determina o artigo 8.º, n.º 1, al. d) do RGTAL que o regulamento que crie taxas municipais contém obrigatoriamente sob pena de nulidade as isenções e a sua fundamentação. As isenções, desagravamentos ou agravamentos podem ser automáticos ou

¹⁵¹ Idem, página 131.

¹⁵² VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 133.

¹⁵³ Idem, página 137.

podem necessitar de um reconhecimento prévio (ato administrativo). Contudo, o RGTAL em nada refere quanto à possibilidade da existência de normas gerais de reconhecimento de isenções, reduções ou agravamentos. Devem, portanto, os regulamentos municipais definir os critérios e o prazo para requerer a atribuição das isenções agravamentos ou reduções. Cabe-lhes ainda definir as causas para a extinção da atribuição de tais benefícios.

4.9. A atualização de valores

As taxas do RGTAL não podem ser atualizadas de forma automática, devendo ser atualizadas pela via dos orçamentos anuais dos municípios e das freguesias, pois, “como é sabido, um dos inconvenientes associados aos tributos específicos está na progressiva erosão do seu valor real por efeito da inflação, produzindo-se, na falta de uma correção regular, um desagravamento gradual dos contribuintes e uma diminuição gradual do encaixe tributário”¹⁵⁴. Contudo, é possível às autarquias a atualização dos montantes de taxas legais não só pela via dos orçamentos anuais dos municípios e das freguesias, mas também pela edição de novos regulamentos que compreendem os valores atualizados em face da inflação. “Compreende-se, em qualquer caso, que pelo número grande das nossas autarquias locais e pela heterogeneidade das taxas que cobram o legislador se tenha contentado em prever a faculdade da atualização por meio do orçamento, uma faculdade que, de resto, não carecia de consagração expressa no RTL mas que aqui tem com enquadramento”¹⁵⁵.

No âmbito desta matéria importa apurar a diferença entre o conceito de atualização das taxas locais e a alteração do valor das taxas locais. “Com efeito, enquanto o valor das taxas locais seja revisto apenas no sentido de compensar a inflação, não se produz qualquer modificação real da carga tributária que incide sobre os contribuintes, tratando-se de vicissitude indiferente ao princípio da equivalência. Já quando o valor das taxas locais seja revisto com propósitos distintos, então sim, produz-se uma modificação real da carga

¹⁵⁴ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 152.

¹⁵⁵ Idem, página 153.

tributária que necessariamente se impõe validar em face do princípio da equivalência”¹⁵⁶. Ora cabe às autarquias locais publicarem a fundamentação económica financeira subjacente a alteração dos valores reais das taxas.

4.10. Liquidação e cobrança

O artigo 10.º, n.º 2 do Regulamento trata-se de uma norma inovadora ao impedir que às autarquias locais se recusem a realizar as suas prestações quando o sujeito passivo não tenha liquidado as taxas em virtude da dedução de reclamação ou impugnação nos casos em que tenha sido prestada garantia idónea. Não resulta do RGTAL qualquer referência à forma de proceder à liquidação e cobrança das taxas locais. No âmbito desta matéria o RGTAL remete para os regulamentos das autarquias locais o poder de legislar neste sentido.

4.11. O pagamento

O artigo 11.º do RGTAL dispõe sobre as formas de extinguir a obrigação tributária. Este artigo faz uma remissão genérica para a LGT (cf. artigo 40.º a 43.º da LGT). O RGTAL admite como meio de pagamento a dação em cumprimento e a compensação. A dação em cumprimento e a compensação apenas podem ser utilizados nas situações em que não lesem a concorrência nem violem as regras orçamentais ou as regras relativas à despesa pública. Na nossa opinião, esta solução poderá suscitar casos de menor transparência entre as autarquias locais e os contribuintes como é o caso da “fiscalidade negociada”.

¹⁵⁶ Idem, página 154.

4.12. O incumprimento

Resulta do artigo 12.º do RG TAL a obrigação de pagamento de juros de mora nos casos de cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas. Aplica-se subsidiariamente o artigo 44.º da LGT, embora, este artigo tenha sido idealizado para ser aplicado aos impostos. Caso o pagamento das dívidas não seja efetuado de forma voluntária é aplicável o mecanismo da cobrança coerciva previsto no Código do Procedimento e Processo Tributário (CPPT).

4.13. A publicidade dos regulamentos municipais

Decorre do artigo 13.º do RG TAL a disponibilização obrigatória dos regulamentos de taxas das autarquias locais em papel e na sua página eletrónica. Não obstante, a consulta destes regulamentos trata-se de uma tarefa árdua resultante da escassa divulgação dos mesmos. Sobre esta matéria estipulava o artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro que determina que deviam os regulamentos ser publicados em edital fixado num lugar de estilo, deviam também ser publicados no boletim da autarquia local e nos jornais regionais, já a publicação no Diário da República apenas deve ter lugar quando a lei expressamente o imponha, ressalve-se que este artigo atualmente encontra-se revogado. É nosso entendimento que a disponibilização destes regulamentos página eletrónica dos municípios em muitos casos não é efetuada de forma célere e com o rigor que lhe é imposto. Considerando o distanciamento dos contribuintes em geral da administração tributária consideramos que a publicação no Diário da República deveria ser obrigatória.

4.14. A caducidade

O prazo de caducidade constante do artigo 14.º do RG TAL é idêntico ao prazo que resulta o artigo 45.º da LGT.

4.15. A prescrição

O prazo de prescrição está consagrado no artigo 15.º do RGTAL vai de acordo com o estipulado pelo artigo 48.º da LGT, pelo que, “as regras constantes dos números 2 e 3 do artigo 15.º trazem consigo um regime específico de interrupção da prescrição que parece constituir antes do mais, o fruto de um equívoco legislativo. Com efeito, o teor destas disposições do RTL, inspirado na redacção que o artigo 49.º da LGT apresenta até ao termo do ano de 2006, sobressaindo a regra de que a paragem do processo por razão alheia ao contribuinte faz cessar a interrupção da prescrição. Sucede, porém, que ao mesmo tempo que se deu a aprovação do Regime das Taxas Locais, por meio da Lei n.º 53-E/2006, 29 de Dezembro, deu-se também a aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2007, a Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, tendo esta introduzido no artigo 49.º da LGT uma redacção nova que o RTL não acompanhou”¹⁵⁷.

4.16. As garantias

Decorre do artigo 16.º do RGTAL um regime específico para as garantias impugnatórias dos contribuintes afastando às regras definidas no Código de Procedimento e Processo Tributário. A reclamação graciosa sobre esta matéria deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação. A presunção de indeferimento tácito ocorre em 60 dias ao invés dos 6 meses do artigo 106.º do CPPT. A interposição de uma impugnação judicial depende da interposição prévia de reclamação graciosa (caso em que a reclamação graciosa é necessária).

¹⁵⁷ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 173 e 174.

4.17. O regime transitório

O artigo 17.º do RGTAL contempla o regime transitório para que os municípios e freguesias possam adaptar os seus regulamentos ao RGTAL. Sucede, porém, que este regime transitório terminou no dia 1 de janeiro de 2009, pelo que, as taxas que não estão de acordo com o disposto no RGTAL estão por isso revogadas e as suas disposições foram abolidas *máxime* são consideradas nulas.

4.18. A data da entrada em vigor do RGTAL

O artigo 18.º do RGTAL prevê a data da sua entrada em vigor. O RGTAL foi aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2007 com a exceção das disposições substantivas que se encontram acolhimento no artigo 8.º do RGTAL. Por força do artigo 17.º do RGTAL foi instituído um regime transitório, pelo que, as autarquias apenas teriam de alterar os seus regulamentos até 1 de janeiro de 2009. Contudo, em 2008 o artigo 53.º da lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2009) alterou a redação do artigo 17.º prolongando até 1 de janeiro de 2010, o prazo para as autarquias adaptarem os regulamentos que não se encontrem em conformidade com o RGTAL.

Durante o ano de 2008 diversos municípios procederam aos trabalhos de adaptação dos seus regulamentos, tendo inclusive procedido à publicação dos mesmos para o cumprimento do requisito legal da consulta pública, o qual se encontra previsto no artigo 1118.º do Código de Procedimento Administrativo. Consideramos que, devido ao facto de vários regulamentos municipais estarem em processo de consulta pública no final do ano de 2008 levou a que o legislador a prorrogar o prazo até 1 de janeiro de 2010.

Caso se verifique se que um município não procedeu a correta adaptação do seu regulamento ou caso não tenha ainda procedido a essa adaptação discute-se a possibilidade de os particulares poderem demandar os municípios junto dos Tribunais Administrativos para forçar aprovação dos regulamentos definitivos. As taxas que não estão de acordo com

o disposto no RGTAL estão por isso revogadas e as suas disposições foram abolidas *máxime* são consideradas nulas.

V. Adequação dos regulamentos municipais ao RGTAL

5.1. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Almada

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada foi publicado na 2.^a série do Diário da República, n.º 115, de 17 de junho de 2016 ¹⁵⁸.

5.1.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 4.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Dispõe o artigo 4.º do Regulamento que “as taxas incidem sobre utilidades prestadas a particulares, geradas pela atividade do município, ou resultantes da realização de investimentos municipais, devidamente elencados na Tabela de Taxas Municipais”. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

¹⁵⁸ O projeto do presente regulamento, a Tabela de Taxas Municipais e a fundamentação económico financeira das taxas, foi publicado através do Edital n.º 1097/2015, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 238, de 04 de dezembro de 2015 e a Declaração de retificação n.º 1104/2015, que foi publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 245, de 16 de dezembro de 2015.

5.1.2. Incidência subjetiva

Resulta do artigo 5.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Dispõe o artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento que “os sujeitos ativos da relação jurídica tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, são o Município de Almada e outras entidades devidamente autorizadas”. O artigo 5.º, n.º 2 do Regulamento determina que “os sujeitos passivos da relação jurídico tributária são as pessoas singulares ou coletivas, os patrimónios ou as organizações de facto ou de direito que, nos termos da lei e dos regulamentos, estão vinculados ao cumprimento da prestação tributária ou de outro tipo, seja como contribuintes diretos, substitutos ou responsáveis”. Constatamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.1.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

No regulamento em apreço não consta nenhuma fórmula de cálculo do valor a cobrar. Contudo, verifica-se a existência de uma tabela de taxas anexa ao regulamento com o valor a cobrar em cada taxa. Concluimos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL, embora seja do nosso entendimento que a publicitação do valor e a fórmula de cálculo deve ser obrigatória em ambas as situações, ainda assim, resulta da leitura do diploma que basta só a publicitação do valor ou da formula não exigindo a verificação dos dois em simultâneo.

5.1.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Almada procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira. Os referidos estudos encontram-se publicados no anexo ao presente regulamento. Aquando da fixação das taxas atendeu-se aos diversos custos inerentes às diferentes atividades, tendo por fim procedido a uma uniformização de critérios para os valores cobrados. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.1.5. Isenções

Encontramos no artigo 6.º do Regulamento as disposições em matéria de isenção subjetiva e no artigo 7.º a isenção objetiva. Verifica-se no artigo 7.º, al. c) e d) do Regulamento que as operações urbanísticas de alteração e/ou ampliação de edifícios a reabilitar situados nos núcleos históricos e as operações urbanísticas desenvolvidas no âmbito do Polo Tecnológico de Empresas de Inovação do Parque de Ciências e Tecnologia e em edificações destinadas a Industrias de Base Tecnológica localização em espaços de investigação e tecnologia estão isentos do pagamento de taxas. Esta situação consubstancia uma isenção motivada por razões extrafiscais que respeita os princípios da adequação, necessidade e proporcionalidade aos objetivos prosseguidos pela autarquia, pelo que, está justificada a derrogação do princípio da igualdade. Notamos uma preocupação por parte do município em preservar o seu património arquitetónico.

Resulta ainda do número 2.3.2 da Tabela de Taxas *ex vi* artigo 6.º, n.º 1 do Regulamento que ficam isentos de pagamento de taxas “as provas desportivas promovidas por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, associações privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas”. Esta isenção promove o apoio ao associativismo (cf. artigo 46.º da CRP) manifestando-se ainda uma intenção de promoção do desporto (cf. artigo 79.º da CRP). Contudo, na nossa opinião não foram suficientemente definidos e densificados os critérios para a aplicação desta isenção, pelo que, não podem ser atribuídas isenções gerais, sendo sempre necessário proceder a uma averiguação casuística.

Desta forma constatamos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.1.6. Modo de pagamento

O artigo 13.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se observado.

5.1.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos nos artigos 14.º e 15.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.1.8. Particularidades observadas no Regulamento

No que respeita à publicidade consta do ponto 3.2.2 da Tabela de Taxas uma preocupação com a utilização de “painéis luminosos e/ou iluminados” que apresentem uma “alternativa energética economizadora”. Constatamos nesta situação de uma redução no valor da taxa final. Pretende-se desta forma incentivar à utilização de energias amigas do ambiente. Para fundamentar o valor fixado a Câmara Municipal de Almada auxiliou-se de um estudo relativo à fundamentação económica e financeira de tais taxas, ainda assim, não conseguimos aferir a conexão existente entre o valor da taxa e a atividade administrativa prestada no licenciamento de tal atividade.

Quanto às taxas cobradas pela emissão de licença especial de ruído, o seu montante varia de acordo com a atividade emissora. Caso a licença se destine a obras de construção civil tem um custo substancialmente superior às licenças que se destinam a competições desportivas. Para a aferição do valor correto a aplicar em tais situações a Câmara Municipal

de Almada socorreu-se de um estudo relativo à fundamentação económica e financeira de tais taxas. Dentro das licenças que se destinam a competições desportivas o custo modifica-se consoante se tratem de competições nacionais ou internacionais, caso se realizem durante dias de úteis ou aos fins de semana e feriados. Observamos por esta via uma forma de promoção do desporto.

Consta do ponto 8.15 da Tabela de Taxas a aplicação da taxa pela comparticipação por cada lugar de estacionamento em défice. O valor fixado resultou um estudo efetuado relativamente à fundamentação económica e financeira de tais taxas. A taxa pela comparticipação por cada lugar de estacionamento em défice é na verdade um imposto, pelo que, inexistente uma contraprestação, pois o pagamento deste tributo não confere o direito à utilização de qualquer área de estacionamento público. Atente-se no facto de que o valor da referida taxa é manifestamente desproporcional. O Tribunal Constitucional já se pronunciou sobre esta questão no Acórdão n.º 357/99 quanto à taxa de urbanização do município de Amarante e no Acórdão n.º 410/2000 quanto à TIRU do município da Póvoa do Varzim. Na presente situação poderá estar em causa um imposto, visto, não existir uma contraprestação, pelo que, o pagamento não confere o direito a utilizar o estacionamento público.

5.1.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Almada prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas. Constatamos a existência de preocupações ambientais, urbanísticas, sociais e de promoção do desporto por parte do município.

5.2. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Cascais

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Cascais resulta do Regulamento n.º 382/2016 que foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 73, de 14 de abril de 2016.

5.2.1 Incidência objetiva

Resulta do artigo 4.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Dispõe o artigo 4.º do Regulamento que “as taxas incidem genericamente sobre utilidades, serviços ou bens prestados aos particulares ou geradas pela atividade do Município e ainda sobre a remoção de obstáculos jurídicos ao exercício de determinadas atividades ou operações”. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.2.2 Incidência subjetiva

Decorre do artigo 5.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Dispõe o artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento que “o sujeito ativo da relação jurídica tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento é o Município de Cascais”. O artigo 5.º, n.º 2 do Regulamento determina que “os sujeitos passivos da relação jurídico tributária prevista no número anterior, todas as pessoas singulares ou coletivas, e as entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e regulamentos municipais estejam vinculados ao cumprimento da obrigação de pagamento das taxas, licenças e outras receitas ao Município de Cascais”. Averiguamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.2.3 Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

O artigo 6.º, n.º 3 do Regulamento determina quais são as disposições em matéria de cálculo das taxas. O cálculo das taxas é apurado com a seguinte fórmula $\text{taxa} = [(\text{CCS} + \text{CPPI} + \text{CSEA} \times \text{Fator} + \text{CI}) \times (1 + x)]$. Sendo que i varia de 1 a n taxas; CCS corresponde aos custos comuns aos serviços; CPPI corresponde aos custos com a implementação do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) abatido de amortizações; CSEA corresponde aos custos com serviços específicos prestados pela Autarquia Local; o Fator corresponde ao número médio de horas de trabalho despendidas na execução de tarefas ligadas a cada taxa e ao número médio de colaboradores envolvidos na execução das tarefas ligadas a cada taxa (número de funcionários \times tempo médio despendido por cada um/60; CI corresponde a eventuais custos indiretos não imputados em CCS e por fim o x corresponde ao fator de incentivo ou desincentivo sendo que: $X > 0$: desincentivo; $X = 0$: $(1 + x = 1)$ e $X < 0$: incentivo. Constatamos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.2.4 Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Cascais estabelece no artigo 6.º do Regulamento a matéria relativa à fundamentação económica financeira, determinado que “o valor das taxas, licenças e outras receitas municipais foi fixado de acordo com os princípios da equivalência jurídica e da proporcionalidade, tendo em conta os custos da atividade dos órgãos e serviços do Município, do benefício auferido pelo particular bem como do incentivo ou desincentivo à prática de certos atos e operações de acordo com a Tabela anexa ao presente Regulamento”. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RG TAL.

5.2.5. Isenções

Encontramos no artigo 13.º do Regulamento as disposições em matéria de isenção subjetiva, no artigo 14.º as isenções de natureza social ou de relevante interesse económico e no artigo 15.º a referência a outras isenções.

Resulta do artigo 13.º do regulamento que estão isentos do pagamento de taxas “o Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como os municípios e freguesias e suas associações”, ora o artigo 7.º, n.º 3 do RG TAL que determina que “estão sujeitos ao pagamento de taxas as autarquias locais, o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais”. Estes artigos não se encontram em colisão, pois, o artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro isenta aquelas entidades do pagamento de taxas com exceção do IMI. Na nossa opinião não deve existir uma isenção genérica, pelo que, entendemos que esta isenção apenas deveria ser atribuída por razões de ordem extrafiscal.

A fórmula de cálculo das taxas prevê que o elemento (x) corresponde ao fator incentivo/desincentivo, pelo que, quando (x) é inferior a (zero) estamos perante um incentivo e quando (x) é superior a (zero) estamos perante um desincentivo. Um exemplo do desincentivo constante do presente regulamento trata-se do desincentivo/agravamento previsto para a utilização de fotocópias A4 a cores em relação à utilização de fotocópias A4

a preto e branco ponto 22 al. c) e ponto 22 al. a) da Tabela de Taxas. Esta situação consubstancia um caso em que o regulamento fixa como taxa um preço pela utilização de fotocópias. Nesta situação não seria necessário proceder-se a uma fundamentação económico-financeira, pois não estamos na presença de uma taxa.

Resulta do artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento que “o Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro”. Esta norma está de acordo com o previsto no artigo 7.º, n.º 3 do RGTA “estão sujeitos ao pagamento de taxas das autarquias locais o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais”. Estas isenções apenas são justificadas se estiverem em causa motivos de ordem extrafiscal devidamente necessários, adequados e proporcionais. Não obstante, as isenções não podem ter um carácter genérico. Ora, por carácter genérico entenda-se que, os municípios não podem atribuir isenções que incidam sobre todas as taxas constante do Regulamento, pois as isenções devem ser apuradas casuisticamente. Na nossa opinião o artigo 13.º, n.º 1 não deveria conter uma isenção de nível genérico.

Já às isenções previstas no artigo 13.º, n.ºs 2, 3 e 4 destinam-se a apoiar o associativismo, o desporto, a ciência, a cultura e o meio ambiente. Apesar do Regulamento atribuir estas isenções, as mesmas apenas devem ser atribuídas após uma avaliação casuística que envolve necessariamente um critério de ponderação de valores.

O artigo 13.º, n.º 6 determina que estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de loteamento, de obras de urbanização e de edificação destinadas a habitação de custos controlados (HCC) ou para realojamento. Na nossa opinião, parece-nos ser uma medida necessária, adequada e proporcional aos fins em causa sobretudo porque está em causa uma medida que está constitucionalmente justificada através do direito à habitação (cf. artigo 65.º da CRP).

Dispõe o artigo 17.º, n.º 3 do Regulamento que “as operações urbanísticas destinadas a atividades ligadas ao turismo, serviços ou ambiente, consideradas prioritárias para o desenvolvimento económico do Conselho, beneficiam de uma redução de 20%” a

redução pode acentuar-se para 35% caso a sede social da empresa se localize no Conselho. Na redação deste artigo estão subjacentes objetivos extrafiscais como o desenvolvimento e promoção do bem-estar económico (cf. artigo 81.º da CRP).

Note-se que na redação do artigo 17.º, n.º 4 do Regulamento refere-se que “as operações urbanísticas que contemplem iniciativas, devidamente comprovadas, de redução de consumo energético e de redução/reutilização de água beneficiam de uma redução até 20%”, assim, o Regulamento permite que se atribuam diferentes isenções, atente-se que a expressão refere expressamente “até 20%” o que permite-se que exista um determinado grau de discricionariedade o que pode levar a que se trate de forma diferente o que é igual. A norma em causa não cumpre o disposto no artigo 8.º, n.º 2, al. d) do RGTEL.

A redução de taxas prevista no artigo 17.º, n.º 2 do Regulamento relativo às obras de conservação e reconstrução para imóveis classificados, com interesse patrimonial ou com mais de 30 anos beneficiam de uma redução de 30% das taxas devidas. Com esta isenção pretende a Câmara Municipal de Cascais atribuir uma proteção ao património cultural pela via da reabilitação urbana.

O artigo 17.º, n.º 3 *in fine*, prevê uma redução adicional de 35% caso a sede social da empresa se localize no Conselho de Cascais. Note-se que esta norma ao ter como objetivo a fixação de empresas no Conselho de Cascais é incompatível com as normas de Direito Comunitário designadamente viola o princípio da não discriminação e o princípio da liberdade de estabelecimento, pois, esta vantagem tributária não é atribuída a um estabelecimento estável ou filial situada noutro conselho ou em outro Estado Membro. Esta norma restringe a liberdade de estabelecimento prevista no artigo 43.º do Tratado CE. Recorde-se que o Direito Comunitário proíbe quaisquer discriminações em razão da sede social da empresa.

Beneficiam ainda de uma redução as operações urbanísticas para redução do consumo energético e de redução/reutilização de água. Beneficiam de uma redução até 20% de acordo com o disposto no artigo 17.º, n.º 4 do Regulamento. Quer a redução do consumo energético, quer a redução de águas visa a proteção do ambiente através da prossecução de objetivos de eficiência económica e a proteção recursos escassos como a água. Esta norma pode ser reduzida até 20%, contudo, não foi estabelecido qualquer critério que permita averiguar em que casos deve ser atribuída uma maior ou menor redução dentro do expecto

de 20%. Esta norma viola o princípio da segurança jurídica, pois, apenas determinar um limite máximo da isenção a ser atribuída não garante de forma totalmente eficaz a igualdade na sua aplicação. Neste caso, esta norma deveria ser mais precisa em relação aos factos que são suscetíveis de determinar uma alteração na percentagem a reduzir da taxa em causa. Está subjacente à redação deste artigo uma preocupação ambiental.

O Regulamento de taxas de Cascais no seu artigo 18.º visa garantir o mínimo de existência através da redução de taxas em áreas urbanas de génese ilegal (AUGI). Somos do entendimento de que esta isenção deverá ser aplicada a todos os proprietários de baixos rendimentos e não só àqueles que sejam proprietários de imóveis nas zonas da AUGI.

Dispõe o artigo 25.º, n.º 3 do Regulamento que “os Clubes Desportivos e Grupos Recreativos com sede no Conselho de Cascais beneficiam de uma redução de 50% nas taxas de publicidade relativa a suportes publicitários colocados nas suas instalações desde que comprovem que se trata de publicidade alusiva a patrocinadores.” Não conseguimos conceber a existência de um motivo justificativo para esta redução percentual da taxa de publicidade. A distinção entre publicidade de patrocinadores *versus* publicidade de não patrocinadores não se coaduna com os objetivos fiscais. Portanto, se o Município de Cascais taxa a publicidade comercial de um clube desportivo ou de um grupo recreativo com o objetivo de proteção do ambiente é indiferente tratar-se de publicidade proveniente de patrocinadores ou de não patrocinadores.

É da nossa opinião importante fazer uma referência à faculdade prevista no artigo 14.º do Regulamento de Cascais que atribuí à Assembleia Municipal a possibilidade se sob proposta da câmara municipal deliberar sobre a concessão de algumas isenções.

Consideramos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL, contudo não está isento de críticas.

5.2.6. Agravamentos

As taxas pela emissão da licença especial de ruído por eventos divergem consoante os mesmo se realizem durante um dia de semana ou à sexta-feira, fins-de-semana ou

vésperas de feriados e ainda diverge consoante a hora do *terminus* do evento. Os critérios implícitos na divergência de valores em causa não têm correspondência com o fim prosseguido pela existência da própria taxa, tanto que, a proteção da qualidade ambiental não diverge em função dos dias da semana em que são emitidos ou da sua hora de *terminus*.

A utilização e aproveitamento dos bens de domínio municipal está regulada no artigo 21.º do Regulamento e no artigo 30.º e seguintes da tabela de taxas anexa ao regulamento. Os valores aqui expressos oscilam entre o número de dias de ocupação e a área total utilizada. Não podemos concordar com tais critérios, pois os mesmos podem ser aplicados sem ser ponderada a capacidade económica do beneficiário em causa.

Segundo a tabela de taxas anexa ao regulamento o valor cobrado pela taxa de ocupação por metro quadrado e por dia no caso dos circos e tentas é de €6,40, no caso dos carrosséis é de €2,30 e no caso dos painéis, outdoors e mupis é de €179,40. No que respeita aos anúncios eletrónicos ou eletromagnéticos é cobrado o montante de €912,70 por metro quadrado. Constata-se de uma situação em que o município determina o valor de ocupação do espaço público em função da capacidade económica do sujeito passivo. Pelo que se trata de um caso de captura de *utilities*.

A taxa utilização de anúncios eletrónicos ou eletromagnéticos é substancialmente mais elevada que a taxa de utilização de painéis, mupis, colunas publicitárias ou totens (cf. artigo 25.º da tabela de taxas). Verificamos neste campo uma preocupação na proteção do ambiente e o desincentivo ao consumo de energia elétrica.

No caso das bombas de carburantes líquidos e GPL instaladas inteiramente no domínio público o valor cobrado é de €5.034,60. Trata-se de um valor excessivo motivado por razões de angariação de receita que culmina na captura de *utilities*.

As taxas pela instalação de infra-estruturas de suporte de estações de radiocomunicações perfazem o montante de €3.286,10. A Lei n.º 5/2004 (Lei das Comunicações Eletrónicas) estabelece os critérios de aplicação das taxas pelo licenciamento de infra-estruturas de estações de radiocomunicações. Na presente situação, encontra-se aqui uma penalização devido aos prejuízos inestéticos e ambientais. Recorde-se que o TJCE no caso das antenas parabólicas do Município belga de *Watermael-Boitsfort* rejeitou o argumento do prejuízo estético causado pelas antenas parabólicas por entender que existem outros meios menos lesivos para os particulares de protegerem a estética

urbanista e o ambiente, mormente, através da imposição de regras relativas à localização ou tamanho das antenas. Demonstra-se deste modo que o fenómeno da captura das *utilities* decorre do facto dos operadores de telecomunicações demonstrarem uma elevada capacidade contributiva, facto pelo qual são severamente taxados pelos municípios. Somos da opinião que este agravamento é desadequado, desnecessário e desproporcional. Esta não se trata da melhor forma de garantir uma proteção do ambiente.

5.2.7. Modo de pagamento

O artigo 11.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.2.8. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 12.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. Constatamos que disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.2.9. Particularidades observadas no regulamento

O artigo 34.º, n.º 1, al. a) da tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais prevê o aluguer de plantas de orçamentação em vaso de barro por dia no valor de €14,20. Esta situação consubstancia um caso em que o regulamento fixa como taxa um preço pelo aluguer de plantas ornamentais. Nesta situação não seria necessário proceder-se a uma fundamentação económico-financeira, pois não estamos na presença de uma taxa.

Resulta do artigo 29.º do Regulamento Municipal de Cascais que o referido regulamento deve ser revisto em função da evolução do índice de preços do consumidor publicada pelo Instituto Nacional de Estatística. Esta norma está em conformidade com o disposto no artigo 9.º do RGTA. A revisão periódica do montante das taxas está relacionada com o princípio da equivalência e a fundamentação económico-financeira das taxas.

5.2.10. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Cascais prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas. Encontram-se vários exemplos ao longo do regulamento de uma tentativa por parte do Município de Cascais de atrair investimento e desenvolvimento, designadamente através da atribuição de inúmeras isenções e reduções e através da possibilidade de isentar do pagamento de taxas casos de relevante interesse económico. Não obstante, o Município de Cascais procede a uma taxa severa das *utilities*, como é o caso das bombas abastecedoras de carburantes líquidos e das instalações de infra-estruturas de radiocomunicações.

5.3. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Palmela

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela constante do Aviso n.º 1931/2016, foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 33, de 17 de fevereiro de 2016.

5.3.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 6.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.3.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 7.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Dispõe o artigo 7.º, n.º 1 do Regulamento que “o sujeito ativo da relação jurídica tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento é o Município de Palmela.” O artigo 7.º, n.º 2 do Regulamento determina que “o sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada, que nos termos da Lei 53-E/2006, de 29/12, com a redação em vigor, e dos regulamentos aprovados

pelo município de Palmela, esteja vinculado ao cumprimento da prestação tributária.” Resulta do artigo 7.º, n.º 3 que estão também sujeitos ao pagamento das taxas “o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais”. Aferimos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.3.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

No regulamento em apreço as fórmulas de cálculo do valor a cobrar constam da própria tabela de taxas municipais anexa ao presente regulamento. Concluimos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.3.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Almada não procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira ou caso tenha procedido os mesmos não se encontram publicados. Conferimos desta forma, que não se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.3.5. Isenções

Encontramos nos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções. Resulta do artigo 8.º do Regulamento os objetivos que o Município de Palmela pretende prosseguir através da atribuição de reduções e de isenções, designadamente: objetivos sociais, objetivos de desenvolvimento que o município visa prosseguir e apoiar, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, designadamente

de natureza cultural, desportiva, de apoio a extratos sociais desfavorecidos e de promoção de valores locais.

Estas isenções fundamentam-se no princípio da equidade no acesso ao serviço público prestado pela autarquia; na promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica; na promoção do desenvolvimento e competitividade local; incentivos e processos de recuperação e requalificação urbanística.

Determina o artigo 9.º do Regulamento que estão isentos de taxas os sujeitos passivos que se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica. Através desta isenção é possível garantir o mínimo de existência e a aplicação do princípio da justiça social. A demonstração da insuficiência económica é efetuada de acordo com os parâmetros estipulados pela lei de apoio judiciário, portanto não existe discricionariedade na ponderação do conceito de “insuficiência económica”.

O artigo 9.º, n.º 2 al. b) do Regulamento comporta uma isenção para “as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público”. O Município de Palmela optou por não incluir como critério para a atribuição da isenção a sede social ter que se localizar no conselho o que seria incompatível com os princípios de Direito Comunitário.

Através do artigo 9.º, n.ºs 3, 4 e 5 promove-se a preservação, conservação e reabilitação do centro histórico de Palmela e a promoção do património. Resulta do artigo 9.º, n.º 13 do Regulamento uma vasta diversidade de isenções e reduções. O artigo 9.º, n.º 13 al. a) do Regulamento destina-se a promover a democracia política e social através da isenção dos partidos políticos, coligações e associações sindicais nas taxas relativas aos diferentes meios de propaganda ou publicidade. O artigo 9.º, n.º 13 al. b) do Regulamento isenta de taxas as pessoas constituídas e reconhecidas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa nos factos ou atos direta e indiretamente destinados à realização de fins religiosos.

No caso do artigo 9.º, n.º 13 al. c) do Regulamento promove-se a igualdade social através da isenção de taxas dos deficientes físicos com grau de incapacidade superior a 60% relativo à ocupação do domínio público com estacionamento privativo e com rampas fixas de acesso, bem como, das relativas ao licenciamento dos veículos que lhes pertençam,

destinados exclusivamente à sua condução. Através do artigo 9.º, n.º 13 al. d) do Regulamento determina-se um conjunto de isenções relativas a anúncios que resultem de imposição legal, como é o caso da identificação das farmácias escritórios de advogados, anúncios de venda, transmissão e arrendamento. Constatamos que o Município de Palmela pretende afastar da tributação enquanto publicidade comercial as situações que raramente se encaixam nesse tipo de publicidade esta norma comporta ainda razões de simplificação administrativa.

No artigo 9.º, n.º 14 do Regulamento constam reduções automáticas a diversas pessoas coletivas ou de utilidade pública. Já no artigo 9.º, n.º 15 do Regulamento constam as reduções que dependem de reconhecimento da Assembleia Municipal. Estas isenções acarretam uma margem de verificação e apreciação nos casos de atividades, operações ou projetos de significativa relevância estratégica, económica, social ou cultural para o interesse público local.

Consta do artigo 11.º, n.º 4 do Regulamento a obrigação dos serviços procederem à determinação do montante da taxa a que se reporta o pedido de isenção, comportando esta norma uma forma de controlo da despesa tributária resultante dos pedidos de isenção e redução.

Estão ainda isentas do pagamento de taxas as certidões necessárias para instruir processos de atualização junto dos serviços de finanças e das conservatórias no que concerne a i) alteração da designação toponímica das vias públicas; ii) atribuição dos números de polícia ou a sua alteração; iii) alteração dos limites das freguesias; iv) as certidões relativas a situação militar.

Consideramos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL, contudo não está isento de críticas como vimos.

5.3.6. Agravamentos

Na tabela de taxas municipais anexa ao Regulamento no Capítulo II relativo à higiene, salubridade, ruído e ambiente, ponto n.º 13 verificamos que a licença especial de

ruído para obras de construção civil tem como montante base o valor de €43,51. Esta taxa sofre um agravamento de 12,5% caso as obras se realizem durante um dia de semana entre as 18-22 horas; sofre um agravamento de 25% caso as obras se realizem durante um dia de semana entre as 22-7 horas; e por fim caso as obras se realizem durante domingos e feriados sofre um agravamento de 50%. Apuramos que caso as obras ocorram durante o período noturno ou durante o fim-de-semana as mesmas forem um desincentivo apto à conservação do direito ao descanso e ao sossego e à preservação da qualidade urbana. Esta medida é adequada, necessária e proporcional aos fins visados com o agravamento.

5.3.7. Modo de pagamento

O artigo 21.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. Verificamos que o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.3.8. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 22.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações, pelo que, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.3.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Palmela prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas. Recorde-se que o município de Palmela não procedeu à publicação e/ou execução de estudos relativamente à fundamentação económico-financeira. O município visa prosseguir e apoiar

as atividades de natureza cultural, desportiva, de apoio a extratos sociais desfavorecidos e de promoção de valores locais, promove a preservação, conservação e reabilitação do centro histórico de Palmela e determina-se um conjunto de isenções relativas a anúncios que resultem de imposição legal.

5.4 Análise do Regulamento de Taxas do Município de Loulé

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Loulé constante do aviso n.º 8725/2013 que foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 130, de 9 de julho de 2013.

5.4.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 3.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Dispõe o artigo 3.º do Regulamento que “as taxas municipais constantes na Tabela anexa ao presente Regulamento incidem, não só sobre as utilidades geradas pela atividade do Município e colocadas à disposição dos respetivos sujeitos passivos da relação jurídico-tributária, como também na remoção de obstáculos jurídicos ao exercício de determinadas atividades”. De acordo com o artigo 3.º, n.º 2 do Regulamento as taxas municipais podem incidir sobre as atividades dos particulares que sejam geradoras de impacto ambiental negativo. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTA.

5.4.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 4.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Dispõe o artigo 4.º, n.º 1 do Regulamento que “o sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento de taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento é o Município de Loulé”. O artigo 4.º, n.º 2 do Regulamento determina que “o sujeito passivo da relação jurídico-tributária prevista no número anterior será a pessoa singular ou coletiva, assim como as entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, esteja vinculado ao cumprimento da obrigação de pagamento das taxas ao Município de Loulé”. Verificamos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) in fine do RGTAL.

5.4.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

Resulta do artigo 6.º do Regulamento e do anexo 2 as disposições em matéria de cálculo das taxas. Concluimos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.4.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Loulé estabelece no artigo 6.º do Regulamento a fundamentação económica financeira “o valor das taxas, licenças e outras receitas municipais foi fixado de acordo com os princípios da equivalência jurídica e da proporcionalidade, tendo em conta os custos da atividade dos órgãos e serviços do Município, do benefício auferido pelo particular bem como do incentivo ou desincentivo à

prática de certos atos e operações de acordo com a Tabela anexa ao presente Regulamento”. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.4.5. Isenções

Encontramos nos artigos 21.º, 22.º e 23.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções e reduções das taxas. Resulta do artigo 21.º, n.º 1 do regulamento que “estão isentas do pagamento das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento, as entidades públicas ou privadas a que, por lei, seja atribuída tal isenção”.

Podem beneficiar de isenção ou de redução do pagamento de taxas municipais de acordo com o interesse municipal i) as Instituições Particulares de Solidariedade Social; ii) as Pessoas Coletivas de Utilidade Pública; iii) as Associações e Fundações Desportivas, Sociais Culturais e Recreativas sem fins lucrativos; iv) as empresas municipais constituídas pelo município (cf. artigo 21, n.º 2). Pretende por esta via o Município de Loulé prosseguir valores constitucionalmente protegidos como é o caso do apoio à cultura (cf. artigo 73.º e 78.º da CRP) e do apoio ao associativismo (cf. artigo 46.º e 48.º da CRP).

Através de deliberação da Câmara Municipal poderão ser atribuídas casuisticamente isenções ou reduções de taxas municipais não elencadas no artigo 21.º, n.º 2 do Regulamento. As isenções e reduções do Município Loulé prosseguem o princípio da equidade perante os sujeitos passivos visados no acesso ao serviço público prestado pela Autarquia; no estímulo, promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica e no estímulo e promoção do desenvolvimento e competitividade local.

Decorre do artigo 59.º da tabela anexa ao Regulamento que a licença especial de ruído para o exercício de atividades ruidosas de carácter temporário tem o custo de €17,21, sendo indiferente ao custo final que o exercício da atividade decorra nos dias úteis, fins-de-semana e feriados, sendo sempre aplicável um agravamento de €0,45 independentemente da hora a que ocorram as atividades ruidosas. Caso se tratem de obras de construção civil que ocorram em dias úteis, fins-de-semana ou feriados independentemente da hora a que

ocorram constata-se um agravamento no valor de €2,26. Sendo o custo administrativo da emissão das licenças idêntico não se encontra fundamentação para que as licenças atribuídas para obras de construção civil sejam superiores às restantes, exceto em situações que se pretenda a salvaguarda do meio urbano.

Constatamos que no artigo 36.º do Regulamento é cobrado o valor de €520,25 no parque de estacionamento municipal de Loulé por assinatura anual (24 horas) no piso 0. Trata-se de um exemplo de uma taxa pela utilização privada de um bem do domínio público. Esta norma constitui uma forma de incentivar à fidelização do cliente. No que concerne às zonas de estacionamento de duração limitada foi criado um desincentivo à utilização do parque por parte de clientes habituais de forma a que o parque de estacionamento pode ser utilizado por outros potenciais clientes. Concluimos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RG TAL.

5.4.6. Modo de pagamento

O artigo 12.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas, pelo que, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RG TAL encontra-se verificado.

5.4.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 13.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. Desta forma, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RG TAL encontra-se verificado

5.4.8 Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Loulé prima pelo total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. Como podemos observar o Município visa apoiar a cultura e o associativismo.

5.5. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Vendas Novas

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Vendas Novas foi publicado na 1.ª série do Diário da República, n.º 14, de 21 de janeiro de 2009.

5.5.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 6.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Dispõe o artigo 6.º do Regulamento que “as taxas a que se refere o presente Regulamento incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do município, e são devidas pelos atos ou factos previstos na tabela”. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.5.2 Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 7.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Decorre do artigo 7.º, n.º 1 do Regulamento que “o sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento é o Município de Vendas Novas”. O artigo 7.º, n.º 2 do Regulamento determina que “o sujeito passivo da relação é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada, requerente ou beneficiário da prática do ato gerador da obrigação tributária”. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) in fine do RGTAL.

5.5.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

Resulta do modelo de fundamentação económico financeira das taxas municipais do município de Vendas Novas as disposições em matéria de cálculo das taxas. Constatamos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.5.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Vendas Novas divulgou a fundamentação económica financeira. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.5.5. Isenções

Os artigos 10.º, 11.º e 12.º determinam a existência de isenções e reduções.

De acordo com o disposto no artigo 9.º, n.º 1 do Regulamento pode ser deliberada a isenção parcial ou total a Juntas de Freguesia; instituições de beneficência, associações culturais e desportivas e associações de moradores; instituições de educação e de ensino e as pessoas coletivas de direito privado que não visem fins lucrativos ou de interesse público. Podem ainda ser concedidas bonificações com o objetivo de coesão económica e social e de desenvolvimento. Somos da opinião que não devem ser atribuídas isenções de carácter geral e que a atribuição das isenções deve ser aferida casuisticamente.

Decorre do artigo 10.º, n.º 1 do Regulamento que estão isentos do pagamento das taxas de utilização das piscinas municipais os menores de idade igual ou inferior a 10 anos, e os portadores de doença física ou mental devidamente comprovada. Os grupos organizados de instituições pertencentes ao Conselho podem beneficiar de descontos ou de utilização gratuita, e aos restantes ser atribuído um desconto de até 50%. Notamos que aqui poderá existir alguma discricionariedade nos critérios de atribuição desta redução, visto que, o município dispõe de uma certa margem de discricionariedade, pois, o desconto pode ser atribuído “até 50%”. O município visa a promoção do desporto, da igualdade social e proteção dos mais desfavorecidos.

Aos reformados com rendimento igual ou inferior a 65% do salário nacional é lhes facultada a utilização gratuita da piscina ao ar livre, pretende o município promover uma vida saudável e ativa aos mais desfavorecidos.

No que respeita à piscina coberta, auditório, pavilhão gimnodesportivo municipal e pista de atletismo têm utilização gratuita as escolas do pré-escolar e 1.º ciclo de ensino básico do conselho; instituições de solidariedade social do Conselho e outras Associações e Organizações (ONG`s) de solidariedade, de apoio ao desenvolvimento local e social, educacional (quando não for cobrada taxa ao praticante), equipas/grupos de deficientes e serviços sociais de trabalhadores do Município de Vendas Novas (cf. artigo 10.º, n.º 4 do Regulamento). Estas entidades estão ainda isentas do pagamento de taxas pela utilização do Estádio Municipal quando não utilizem os balneários (cf. artigo 10.º, n.º 5 do Regulamento). Aos utilizadores que possuam um cartão de utente é lhes atribuído um desconto de 10% na utilização individual da piscina ao ar livre e da pista de atletismo (cf. artigo 10.º, n.º 5 do Regulamento). Pretende-se com esta medida fidelizar os utilizadores.

Não obstante, a Câmara Municipal pode por decisão fundamentada conceder outras isenções totais ou parciais.

As coletividades e as instituições sem fins lucrativos estão isentas do pagamento de taxas a sua instalação em quaisquer mercados ou feiras anuais de maio e setembro (cf. artigo 11.º, n.º 1 do Regulamento).

Esta situação consubstancia um caso em que o regulamento fixa como taxa um preço pela utilização das piscinas municipais. Nesta situação não seria necessário proceder-se a uma fundamentação económico-financeira, pois não estamos na presença de uma taxa.

Os consumidores que paguem as respetivas tarifas de conservação e tratamento de esgotos e se encontrem impossibilitados de se conectarem à rede pública de saneamento, estão isentos da taxa de limpeza da respetiva fossa doméstica (cf. artigo 11.º, n.º 2 do Regulamento).

“Podem beneficiar de redução ou isenção do pagamento de taxas as entidades promotoras de obras relativas à construção de empreendimentos a que seja reconhecido especial interesse público, mediante decisão da Assembleia Municipal” (cf. artigo 12.º do Regulamento). Note-se que a expressão especial interesse público trata-se de um conceito indeterminado e como tal poderá ser utilizado por parte da autarquia de uma forma abusiva. Encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.5.6. Modo de pagamento

O artigo 22.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.5.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 23.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. Desta forma, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.5.8. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Vendas Novas prima pelo total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. O município pretende promover o desporto, a igualdade social e proteção dos mais desfavorecidos.

5.6 Análise do Regulamento de Taxas do Município de Sousel

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Sousel n.º 535/2016 foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 103, de 30 de maio de 2016.

5.6.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 6.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.6.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 7º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.6.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

Consta da tabela geral de taxas municipais do Município de Sousel as fórmulas de cálculo aplicáveis. Apuramos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.6.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Sousel procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira. O estudo encontra-se publicado no anexo IV do regulamento de taxas. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.6.5. Isenções

Encontramos no artigo 17.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções subjetivas casuísticas. Resulta do artigo 17.º, n.º 1 do Regulamento que ficam isentos de pagamento de taxas os casos de demonstrada insuficiência económica, as instituições particulares de solidariedade social, associações desportivas, recreativas, culturais e sociais sem fins lucrativos, relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos fins

estatutários, as empresas municipais criadas pelo município relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos fins estatutários; as associações religiosas e as comissões fabriqueiras de igrejas pelos atos que se destinem à realização dos seus fins, as cooperativas, uniões, federações, confederações relativamente a atividades que se destinem à realização de fins estatutários, pessoas coletivas de direito público ou de utilidade administrativa, os partidos políticos, os sindicatos e as demais pessoas singulares ou coletivas quando esteja em causa a prática de atos ou fatos que propiciem comprovadamente a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do conselho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal.

A Câmara Municipal de Sousel aplica uma taxa no montante de €167,50 para apreciação do pedido de exploração de massas minerais tal valor poderá ser justificado por se tratarem de atividades geradoras de impacto ambiental negativo. Até há pouco tempo a Câmara Municipal de Sousel isentava do pagamento de taxas “as quantias extraídas que se destinem a ser aplicadas no Conselho de Sousel”. Este tipo de isenções já tinha sido debatido no Acórdão *Carbonati Apuani* do Tribunal de Justiça das Comunidades.

Decorre do artigo 18.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções objetivas gerais.

Constatamos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.6.6. Modo de pagamento

O artigo 25.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas, pelo que, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.6.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 26.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.6.8. Particularidades observadas no regulamento.

A Câmara Municipal de Sousel no artigo 47.º do seu Regulamento determina quais as taxas aplicáveis aos direitos de passagem. Quando estas taxas são cobradas pelas empresas fornecedoras de serviços de comunicações eletrónicas aos utentes trata-se de um caso de substituição tributária sem retenção na fonte, pelo que, “o substituto é o credor do substituído, caso em que a lei determina que proceda à cobrança do tributo juntamente com outras quantias que tem direito a receber do substituído. A substituição sem retenção decompõe-se, portanto, em duas obrigações diferentes, a obrigação de cobrança e a obrigação de entrega ao Estado”¹⁵⁹.

5.6.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Sousel prima pelo total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. Recorde-se que o município ao longo do seu regulamento demonstra preocupações ambientais e sociais.

¹⁵⁹ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 126.

5.7. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Seixal

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Seixal n.º 317/2015, foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 110, de 8 de junho de 2015.

5.7.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 5.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência. Constatamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.7.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 6.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Averiguamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.7.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

Consta da tabela geral de taxas municipais do Município do Seixal as fórmulas de cálculo aplicáveis. Apuramos que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.7.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Seixal procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.7.5. Isenções

Encontramos nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções, pelo que, se encontra parcialmente cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.7.6. Modo de pagamento

O artigo 27.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.7.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 28.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.7.8. Particularidades observadas no regulamento

O Município do Seixal cobra o valor de €3,22 por metro linear e por ano ou fração em taxas pela passagem de tubos, condutas, cabos condutores e similares, no solo e subsolo tratam-se de valores significativos no que respeita às situações de redes de distribuição de água, gás, eletricidade e telecomunicações o que consubstancia uma captura de *utilities*. Quanto aos cabos condutores e similares no espaço aéreo o valor de €6,44 por m2 de novo constatamos a existência de uma captura de *utilities*) considerando que tais valores aplicados a vários quilómetros se tratam de valores excessivos. As taxas pela ocupação do espaço públicos tem previsão legal no artigo 6.º, n.º 1, al. c) do RGTAL. Estas empresas estão a pagar montantes bastante elevados ao município para poderem atuar, não incorrendo o município em nenhum custo pela utilização do espaço público por estas empresas, pelo que, o princípio da equivalência não impede neste caso o município aplique taxas sem terem qualquer tipo de custos associados.

Resulta ainda do Regulamento do Seixal que as obras de construção civil de segunda a sexta-feira entre as 22 e as 07 horas e aos sábados e domingos carecem do pagamento de uma taxa no montante de €44,10 enquanto que as obras de construção civil

de segunda a sexta-feira entre as 18 e as 22 horas custam apenas €33,08. Constatamos que o Município do Seixal pretende com tais valores, a preservação pela qualidade urbanística, pelo direito ao descanso e pelo direito ao sossego.

Decorre do Regulamento que o montante da taxa de licença de ocupação ou utilização do domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares, no solo e subsolo, por metro linear e por ano ou fração é de €3,22. Na nossa opinião, os cálculos económico-financeiros aplicáveis não justificam a cobrança deste montante, pois, tais valores são aplicáveis a vários quilómetros em cada município. Desta forma, a cobrança de destes valores constitui um entrave à atividade das operadoras de distribuição de eletricidade, gás, água e telecomunicações, lesando o direito à liberdade económica, bem como, as liberdades comunitárias. Esta situação consubstancia um caso de captura das *utilities*.

5.7.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Seixal prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas, nomeadamente no que respeita à captura das *utilities*.

5.8. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Portimão

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portimão encontra-se publicitado na página do município.

5.8.1. Incidência objetiva

Consta do artigo 2.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Verificamos deste modo quem se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.8.2. Incidência subjetiva

Consta do artigo 2.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Constatamos deste modo se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.8.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

A Câmara Municipal de Portimão procedeu à publicação da formula de cálculo nos estudos de fundamentação económico-financeira, pelo que, o disposto no artigo 8.º do RGTAL encontra-se cumprido.

5.8.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Portimão procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.8.5. Isenções

Encontramos no artigo 3.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções. Encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.8.6. Modo de pagamento

O artigo 15.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.8.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 16.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.8.8. Particularidades observadas no regulamento

O Município de Portimão cobra o valor de €14,00 para emissão da licença de arrumador de automóveis. Somos da opinião de que as taxas de bagatela deviam ser eliminadas.

5.8.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Seixal prima pelo total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas.

5.9. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Lisboa

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Lisboa n.º 10263/2015 foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 175, de 08 de setembro de 2015.

5.9.1. Incidência objetiva

Decorre do artigo 4.º do Regulamento a norma que dispõe em matéria de incidência objetiva. Constatamos deste modo que não se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.9.2. Incidência subjetiva

Resulta do artigo 5.º do Regulamento a incidência subjetiva. Verificamos deste modo que não se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.9.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

A Câmara Municipal de Lisboa procedeu à publicação da formula de cálculo das taxas junto da fundamentação económico-financeira, pelo que, encontra-se cumprido disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.9.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Lisboa procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.9.5. Isenções

Encontra-se no artigo 9.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções subjetivas. Decorre do artigo 10.º do Regulamento as matérias relativas a isenções objetivas. O artigo 71.º do presente Regulamento dispõe sobre as isenções relativas à taxa de dormida. Resulta do artigo 73.º do referido regulamento as isenções de chegada por via aérea. Encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.9.6. Modo de pagamento

O artigo 85.º do Regulamento versa sobre a forma de cobrança e pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.9.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 86.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.9.8. Particularidades observadas no regulamento

O Município de Lisboa prevê no artigo 58.º do seu Regulamento a Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC), determinando que, “a Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”¹⁶⁰.

A referida Taxa Municipal de Proteção Civil de Lisboa foi criada e implementada em 2015 como meio de financiamento dos custos do município com a proteção civil e a prevenção de riscos. Esta taxa incide sobre o valor patrimonial dos prédios ou frações situadas no conselho de Lisboa sendo devida pelos respetivos proprietários. A incidência da taxa de proteção civil tem uma estrutura semelhante à do IMI pois incide sobre o valor

¹⁶⁰ Regulamento Municipal de taxas de Lisboa.

patrimonial tributário dos imóveis e o sujeito passivo é determinado através da remissão das regras do IMI.

Atente-se no facto do Tribunal Constitucional ter declarado a inconstitucionalidade desta taxa por violação da reserva de competência da Assembleia da República considerando que se trata de um verdadeiro imposto¹⁶¹. A taxa de proteção civil não podia ser considerada um tributo bilateral pois, era realizada uma descrição muito genérica do conjunto das atividades de proteção civil que se pretendiam financiar. Existe uma agregação indiscriminada dos custos da globalidade dos serviços de proteção civil. Por fim era realizada uma distribuição com um certo grau de arbitrariedade desses custos por categorias de sujeitos passivos. Em suma, não se tratava de uma taxa, mas sim de um imposto.

O Município de Lisboa criou a taxa municipal turística, a mesma encontra-se regulada no artigo 68.º do regulamento. A taxa municipal turística constitui numa contraprestação suportada pelos turistas, como contrapartida pelo aproveitamento turístico proporcionado pelo Município de Lisboa. Esta taxa divide-se em três modalidades i) a taxa de dormida (cf. artigo 69.º al. a) e artigo 70.º); ii) taxa de chegada por via aérea (cf. artigo 69.º al. b) e artigo 72.º); iii) a taxa de chegada por via marítima (cf. artigo 69.º al. c) e artigo 74.º).

O artigo 70.º do Regime Geral das Taxas, preços e outras receitas do Município de Lisboa (RGTPORML) determina que a taxa de dormida é “devida por hóspede com idade superior a 13 anos por noite nos empreendimentos turísticos e nos estabelecimentos de alojamento local, localizados no Município de Lisboa com valor unitário (...) até a um máximo de sete noites por pessoa”. Da incidência da taxa turística de Lisboa ficam isentos todos os hóspedes com idade inferior a 13 anos, assim como aqueles venham obter serviços médicos de acordo com o disposto no artigo 71.º do RGTPORML. Não é feita nenhuma distinção quanto a residentes e a não residentes para a cobrança da taxa de dormida. Não é possível pagar em prestações a taxa de dormida de acordo com o artigo 75.º, n.º 3 do RGTPORML. Compete aos proprietários dos empreendimentos turísticos e alojamentos

¹⁶¹ O Provedor de Justiça solicitou junto do Tribunal Constitucional a apreciação e declaração com força obrigatória geral da inconstitucionalidade das normas do Regulamento Geral de Taxas do Município de Lisboa.

locais proceder à liquidação e arrecadação da taxa de dormida como resulta do artigo 75.º, n.º 1 do RGTPORML.

Quer a modalidade da Taxa Municipal Turística seja a chegada por via área que seja por via marítima o montante a liquidar é sempre de €1,00 (um euro). A taxa de dormida é no montante €1,00 (um euro) por hóspede e por noite até ao montante máximo de €7,00 (sete euros). Em nenhum dos casos acima referidos é tido em conta a capacidade contributiva do sujeito passivo.

Note-se que o sujeito ativo deveria ser o Município de Lisboa, contudo, este tributo está afeto ao Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa. Da taxa turística de Lisboa também não conseguimos perceber qual é a prestação efetivamente realizada que origina um benefício para o turista, pelo que, pode tratar-se de uma prestação eventual ou presumida e não efetiva como deve acontecer na figura das taxas.

A taxa de chegada subdivide-se em duas modalidades a taxa de chegada por via aérea e a taxa de chegada por via marítima. A taxa de chegada por via aérea no montante de €1,00 é devida pelos passageiros que desembarquem no Aeroporto Internacional de Lisboa de acordo com o disposto no artigo 72.º do RGTPORML. Presume o RGTPORML que quem desembarca em Lisboa utiliza bens do domínio público. Não é possível proceder ao pagamento da taxa de chegada por via aérea em prestações de acordo com o estipulado no artigo 75.º, n.º 3 do RGTPORML. Estão isentos do pagamento de taxa de chegada por via aérea os passageiros em trânsito ou transferência no Aeroporto Internacional de Lisboa de acordo com o artigo 73.º, al. a) do RGTPORML, considerando que, a sua chegada a Lisboa não tem fins turísticos. Esta isenção aplica-se aos passageiros com domicílio discal em território nacional nos termos do artigo 73.º, al b) do RGTPORML. Estão ainda isentos os passageiros aos quais não seja emitido um bilhete autónomo de acordo com o artigo 73.º, al. a) do RGTPORML, situação que ocorre com frequência em passageiros com idade inferior a dois anos. A liquidação e arrecadação da taxa é da competência da concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil no Aeroporto Internacional de Lisboa de acordo do artigo 75.º, n.º 2 do RGTPORML.

A taxa de chegada por via marítima é cobrada a cada passageiro que desembarque de um navio de cruzeiro em escala nos cais de navios de cruzeiro de acordo com o estipulado com o artigo 75.º, n.º 2 do RGTPORML. A liquidação, arrecadação, controle e

fiscalização pode ser alvo de protocolo entre o Município de Lisboa e as entidades responsáveis pela gestão e exploração dos terminais de navios de cruzeiros de acordo com o artigo 75.º, n.º 6 do RGTPORML.

Em suma, todas as receitas geradas pela taxa municipal turística estão afetas ao Fundo de Desenvolvimento Turístico de Lisboa. Este fundo destina-se a financiar os investimentos com fins turísticos definidos pelo Plano Estratégico de Turismo 2015-2020. Resulta do artigo 20.º, n.º 1 do Regulamento “que estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de saneamento de águas residuais, os utilizadores finais da área do Município de Lisboa, que disponham de contrato com a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., empresa responsável pelo abastecimento de água no Município de Lisboa”. Estas tarifas podem ser fixas ou variáveis. Esta taxa é então devida pelos contribuintes que disponham de contrato com a EPAL.

O artigo 19.º do Regulamento dispõe sobre as tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas são apuradas em função do metro cubico de águas residuais recolhidas. Contudo, até há relativamente pouco tempo as taxas de saneamento eram apuradas em função do valor patrimonial dos imóveis da mesma forma como é calculado o IMI a cobrar.

Sobre esta matéria dispõe o Acórdão n.º 68/2007, de 5 de março, não obstante, na nossa opinião as taxas de saneamento não podem ser calculadas com base no valor patrimonial do prédio, mas antes nos efetivos encargos que são suportados pelo município para a conservação da rede de esgotos, tal entendimento decorre da interpretação do artigo 4.º do RGTAL, pelo que, não podemos concordar com a solução apontada pelo Tribunal Constitucional.

O Tribunal Constitucional ao considerar que a taxa de saneamento deve ser aferida em função do valor patrimonial dos imóveis como a manifestação do valor da prestação realizada por parte da autarquia. Aquando da aplicação do princípio da equivalência é utilizada erradamente nesta situação o critério da riqueza dos contribuintes em vez do valor de mercado das prestações administrativas. O Tribunal parte do pressuposto de que a utilização da rede de esgotos é mais intensa nos casos em que o valor patrimonial dos imóveis seja superior, contudo, esta presunção nem sempre é verificável no caso concreto.

Note-se que a taxa se distingue da figura do preço, o qual, é pago aos serviços municipais empresariais pela prestação dos serviços de saneamento.

Decorre do artigo 62.º do Regulamento que estão isentos do pagamento da taxa municipal de proteção civil os espetáculos e reuniões públicas. Esta norma consubstancia uma cláusula geral de isenção. Decorre do artigo 8.º, al. d) do RGTAL que as isenções devem ser devidamente fundamentadas. Este entendimento deve não só ser aplicados às isenções como também aos desagravamentos, taxas zero, regras especiais de não sujeição, suspensões de cobrança e às reduções. Este tipo de atribuição de isenções é pouco transparente que pode gerar problemas de concorrência entre os diversos operadores económicos.

Resulta da tabela de taxas municipais ponto 4.1.6 que a publicidade luminosa ou diretamente iluminada tem o custo por metro quadrado/dia/mensagem de €0,55. Atente-se no facto de que o Tribunal Constitucional julgou inconstitucional as normas dos artigos 3.º e 16.º do Edital n.º 35/92 (Regulamento de Publicidade de Lisboa) que determinava a cobrança de uma taxa anual pela renovação de anúncios luminosos em prédios particulares devido à ausência de uma contrapartida prestada pelo município¹⁶².

5.9.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Lisboa prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas. Pelos motivos acima expostos concluímos que a taxa municipal de proteção civil é inconstitucional.

¹⁶² Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 437/2003, de 30.09.2003 e acórdão n.º 109/2004, de 11.02.2004.

5.10. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Sintra

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Sintra de 2016 encontra-se publicado na página da *Internet* do município.

5.10.1. Incidência objetiva

Não decorre regulamento a norma que dispõe em matéria de incidência objetiva. Verificamos deste modo que não se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.10.2. Incidência subjetiva

Não resulta do Regulamento qualquer disposição relativa à incidência subjetiva. Constatamos deste modo que não se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.10.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

A Câmara Municipal de Sintra procedeu à publicação da nota justificativa do regulamento e tabela de taxas e outras receitas do município de Sintra, onde conta a formula de cálculo das taxas, pelo que, se encontra cumprido o artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.10.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Sintra procedeu a estudos de fundamentação económico-financeira. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.10.5. Isenções

Encontra-se no artigo 13.º do Regulamento o enquadramento relativo às isenções e reduções. Decorre do artigo 14.º do Regulamento as matérias relativas a isenções subjetivas e reduções. O artigo 15.º do presente Regulamento dispõe sobre as isenções e reduções específicas. Resulta do artigo 18.º do referido regulamento as isenções e reduções de natureza objetiva. Encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.10.6. Modo de pagamento

Os artigos 22.º, 23.º e 23.º-A do Regulamento dispõem sobre a forma de pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.10.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 24.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações, pelo que, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.10.8. Particularidades observadas no regulamento

O Município de Sintra prevê no artigo 19.º-A, n.º 1 e no anexo I do seu Regulamento a Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC). Esta taxa é inconstitucional tal como já foi decidido para o Município de Lisboa.

Decorre do artigo 36.º-D do Regulamento de Taxas do Município de Sintra que pela instalação de postos de abastecimento de petróleo e instalação de postos de abastecimento de combustíveis é devido o pagamento de taxas pela emissão de uma licença provisória. Resulta do artigo 21.º-B da tabela de taxas e outras receitas do Município de Sintra que o valor base para tal operação é de €118,80 (cento e dezoito euros e oitenta cêntimos). Atente-se no facto de que as taxas locais estão subordinadas ao princípio da equivalência jurídica, no entanto, é de extrema importância que se distinga a noção de equivalência jurídica da noção de equivalência económica, “pretendendo-se exprimir pela noção da equivalência jurídica a relação rigorosamente comutativa que nas taxas se estabelece entre a obrigação tributária e a provocação ou aproveitamento de uma prestação administrativa, e pretendendo exprimir-se pela noção da equivalência económica a ordenação das taxas ao custo ou valor dessas mesmas prestações.”¹⁶³

Em muitos casos para que se qualifique um tributo público como taxa basta a verificação da equivalência jurídica não se exigindo a verificação da equivalência económica. Esta situação verifica-se no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 20/2003, de 28 de fevereiro relativo à análise das taxas sobre as bombas de combustíveis devidas à Câmara Municipal de Sintra.

Resulta do acórdão do Tribunal Constitucional n.º 515/2003 a inconstitucionalidade dos artigos 42.º e 43.º da Tabela de Licenças e Taxas do Município de Sintra de 1989. “A invocada inconstitucionalidade destas normas já foi apreciada por este Tribunal, face à mesma exata argumentação, estribada num aumento em mais de 900%, que convertia em imposto a taxa aí prevista, ou, em qualquer caso, violaria os princípios da proporcionalidade, igualdade, justiça e boa fé”¹⁶⁴.

A Câmara Municipal de Sintra continua a cobrar a taxa pela emissão de licença de ocupação do espaço público no caso dos vendedores ambulantes (cf. artigo 28.º-B da Tabela de Taxas). É cobrado pelo município de Sintra o valor de €150,00 pela ocupação de uma área inferior a 5 metros quadrados, pelo que, se trata de um valor manifestamente desproporcional. Note-se que estes tipos de taxas deveriam ser abolidos “assim, os

¹⁶³ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 94.

¹⁶⁴ GARCIA, Nuno Oliveira, “*Anotação aos Acórdãos do tribunal Constitucional n.ºs 20/03 e 515/03*”, Taxas de Ocupação de Subsolo, newsletter.

municípios e freguesias que pretendam garantir para as suas taxas uma fundamentação sólida e capaz de resistir ao exame do princípio da equivalência devem começar por construir «“núcleos essenciais”» de taxas, amarradas a prestações públicas precisas e com custos rigorosamente contabilizados, descartando as taxas de bagatela”¹⁶⁵.

É cobrado o valor de €1,00 de bilhete de entrada nos museus do Município de Sintra, nesta situação o valor cobrado a título de taxa deve ser aferido pela via do benefício, pelo que, “o princípio do benefício pode também ser concretizado pela via do benefício e no que respeita ao cálculo do valor das prestações administrativas o cuidado essencial que as autarquias locais devem ter presente é o de que o valor de uma prestação deve sempre ser reconduzido ao seu valor de mercado e nunca à riqueza que o contribuinte possa indirectamente extrair”¹⁶⁶.

5.10.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Sintra prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas, nomeadamente pela previsão da taxa municipal de proteção civil.

5.11. Regulamento de Taxas do Município do Montijo

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município do Montijo encontra-se publicado na página do município.

5.11.1. Incidência objetiva

¹⁶⁵ VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008, página 142.

¹⁶⁶ Idem, página 143.

Encontramos no artigo 2.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Confirmamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.11.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 3.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Apuramos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.11.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

A Câmara Municipal do Montijo procedeu à publicação das fórmulas de cálculo das taxas aplicáveis, pelo que, se encontra cumprido o artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.11.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal do Montijo procedeu à publicação de estudos. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.11.5. Isenções

Encontramos no artigo 5.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções e no artigo 6.º as reduções. Resulta do artigo 6.º, n.º 1 do Regulamento que “Estão sujeitas a redução de 50% as taxas devidas pela concessão de licenças para construção de prédios urbanos pelos titulares do cartão jovem municipal e pelos titulares do cartão do idoso, desde que se destinem à sua habitação própria e permanente.” Encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.11.6. Modo de pagamento

O artigo 18.º do Regulamento versa sobre a forma de pagamento das taxas. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.11.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 20.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações, pelo que, o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.11.8. Particularidades observadas no regulamento

Resulta do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo n.º 01876/07, de 30 de outubro de 2007 que no caso das taxas de realização de infra-estruturas urbanísticas que “os regulamentos emitidos pelas autarquias locais devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão.” Na ausência desta informação os regulamentos padecem de inconstitucionalidade formal.

O Município do Montijo cobra o valor de €15,84 por metro linear de frente e por ano em taxas pela passagem de fios ou cabos que atravessem a via pública. Tratam-se de valores consideráveis no que respeita às situações de redes de distribuição de eletricidade e telecomunicações, o que resulta numa captura de *utilities*.

É devido o valor de €13,56 por metro quadrado pela taxa de licença de fecho de varandas, alpendres e terraços com ou sem estruturas amovíveis, nesta situação a licença pode justificar-se por razões de ponderação da ofensa à estética do prédio, manutenção da faixa dos prédios nas zonas históricas.

5.11.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas do Montijo prima total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas nomeadamente no que respeita à captura de *utilities*.

5.12. Análise do Regulamento de Taxas do Município de Matosinhos

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município do Matosinhos para o ano de 2017 encontra-se publicado na página de *Internet* do município.

5.12.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 10.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.12.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 11.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.12.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

A Câmara Municipal de Matosinhos procedeu à publicação das fórmulas de cálculo das taxas aplicáveis, pelo que, se encontra cumprido o artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.12.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Matosinhos procedeu à publicação da fundamentação económico-financeira das suas taxas no anexo III do seu Regulamento. Desta forma, encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.12.5. Isenções

Encontramos no artigo 12.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções. Encontra-se cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.12.6. Modo de pagamento

O artigo 30.º do Regulamento versa sobre a forma de pagamento das taxas. O artigo 31.º refere a dação em cumprimento. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.12.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 34.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.12.8. Particularidades observadas no regulamento

Decorre do artigo 12.º, n.º 5 do Regulamento que a cobrança de taxas de ocupação do domínio público poderá ser suspensa em locais e períodos determinados, nomeadamente por ocasião de eventos ou festividades populares podendo a gestão do espaço ser cometida às entidades organizadoras. Estamos perante um desagravamento gerado à revelia do princípio da equivalência com fundamentado em razões extrafiscais.

Como já referimos decorre do artigo 8.º al. d) do RGTAL que as isenções devem ser devidamente fundamentadas. Este entendimento deve não só ser aplicado às isenções como também aos desagravamentos, taxas zero, regras especiais de não sujeição, suspensões de

cobrança e às reduções Este tipo de atribuição de isenções é pouco transparente o que pode gerar problemas de concorrência entre os diversos operadores económicos.

Decorre do artigo 17.º, n.º 5 que “não há lugar a cobrança ou reembolso/restituição quando, em virtude de liquidação, revisão ou revogação de liquidação, a importância a cobrar ou a restituir seja inferior a €1,00 euro (inclusive)”. A este respeito recordamos que o RGTAL não estipula regras respeitantes à liquidação e cobrança de taxas locais. Neste sentido, alguns regulamentos de taxas locais incluem disposições em matéria de liquidação e cobrança. Nesta matéria deveria existir uniformidade em todos os regulamentos. Tratar-se-ia de uma taxa de bagatela.

5.12.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Matosinhos prima pelo total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas.

5.13. Regulamento de Taxas do Município de Coimbra

O Regulamento e Tabela de Taxas do Município do Porto n.º 414/2017 foi publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 150, de 4 de agosto de 2017.

5.13.1. Incidência objetiva

Encontramos no artigo 5.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência objetiva. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) primeira parte do RGTAL.

5.13.2. Incidência subjetiva

Encontramos no artigo 6.º do Regulamento as disposições em matéria de incidência subjetiva. Verificamos deste modo que se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. a) *in fine* do RGTAL.

5.13.3. Valor e fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar

A Câmara Municipal de Coimbra não procedeu à publicação das fórmulas de cálculo das taxas aplicáveis, pelo que, não se encontra cumprido o artigo 8.º, n.º 2 al. b) do RGTAL.

5.13.4. Fundamentação económico-financeira

A Câmara Municipal de Coimbra não procedeu à publicação da fundamentação económico-financeira das suas taxas. Desta forma, não se encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. c) do RGTAL.

5.13.5. Isenções

Encontramos nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento as disposições em matéria de isenções. Encontra cumprido o disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. d) do RGTAL.

5.13.6. Modo de pagamento

O artigo 16.º do Regulamento versa sobre a forma de pagamento das taxas. O artigo 31.º refere a dação em cumprimento. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. e) do RGTAL encontra-se verificado.

5.13.7. Admissibilidade do pagamento em prestações

Encontramos no artigo 18.º do Regulamento as disposições em matéria de pagamento em prestações. O disposto no artigo 8.º, n.º 2 al. f) do RGTAL encontra-se verificado.

5.13.8. Particularidades observadas no regulamento

Decorre do artigo 8.º, n.º 1 al. h) que estão isentas do pagamento das taxas “os músicos de rua quanto às taxas respeitantes ao licenciamento do exercício da atividade de realização de espetáculos e divertimentos públicos e à ocupação do espaço público, devidamente autorizado por despacho do presidente da câmara municipal.” Podemos constatar que existe um grande espectro de isenções nos regulamentos de taxas dos diferentes municípios, não existindo uma harmonização das isenções que podem ser atribuídas.

Não resulta do RGTAL qualquer referência à forma de proceder à liquidação e cobrança das taxas locais. Neste sentido, determinou o Regulamento de taxas de Coimbra no artigo 14.º, n.º 1 que “verificando-se que na liquidação das taxas e dos preços municipais, se cometeram erros ou omissões imputáveis aos serviços, haverá lugar, oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo, no prazo máximo de quatro anos e com fundamento em erro de facto ou de direito, à revisão do ato de liquidação pelo respetivo serviço liquidatário”.

Decorre do artigo 16.º, n.º 1 do Regulamento que “não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas e preços municipais devidos, salvo nos casos expressamente permitidos”. Esta norma viola o disposto no artigo 10.º, n.º 2 do RGTAL. Resulta do artigo 17.º, n.º 4 do Regulamento que “o prazo para pagamento voluntário das taxas (...) e preços municipais é de 15 dias a contar da notificação para pagamento efectuada pelos serviços competentes. Contudo, decorre do artigo 85.º, n.º 2 da LGT que “nos casos em que as leis tributárias não estabeleçam prazo de pagamento, este será de 30 dias após a notificação para pagamento efectuada pelos serviços competentes”. Consideramos que os prazos para pagamento voluntário deveriam estar harmonizados de acordo com a LGT de forma a que não existam discrepâncias de prazos nos diferentes regulamentos municipais.

5.13.9. Considerações finais sobre o Regulamento

O Regulamento de Taxas de Coimbra prima pelo quase total cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, mas não está isento de críticas.

Conclusão

Devido à elevada importância de as taxas ao nível local resultante da necessidade contante das autarquias locais suprirem as suas necessidades financeiras, foi aprovado o RGTAL.

As taxas das autarquias locais são cobradas devido à prestação concreta de um serviço público ao nível local, pela utilização privada de bens do domínio público e privado ou por fim pela remoção de um obstáculo jurídico de acordo com o disposto no artigo 3.º do RGTAL.

Atualmente, tem se procurado ajustar as receitas autárquicas à sua realidade e pretendeu-se aumentar a transparência fiscal, bem como, a uniformização das taxas a aplicar nos diferentes municípios, visando-se uma menor dependência das autarquias relativamente às receitas do mercado imobiliário e à promoção do fim da monocultura do património.

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais determina que relativamente às taxas municipais em vigor, a alteração do valor dessas mesmas taxas ou a criação de novas taxas deve estar de acordo com o estipulado nos regulamentos das autarquias municipais que devem conter obrigatoriamente as exigências previstas no artigo 8.º, n.º 2, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro.

Os regulamentos municipais de taxas devem conter a indicação da base de incidência objetiva e subjetiva; o valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local; as isenções e sua fundamentação; o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas e a admissibilidade do pagamento em prestações.

Propusemos-mos a observar alguns regulamentos municipais afim de observar o seu cumprimento ou não ao Regime Geral das Taxas. Após um estudo aprofundado crítico, construtivo e individual de alguns regulamentos municipais procuramos identificar quais os requisitos constantes no RGTAL que não estão a ser cumpridos. Verificamos que através destes regulamentos os municípios concretizam os requisitos determinados pelo regime geral das taxas, ressalve-se, que nem sempre o fazem com exatidão, rigor, chegando mesmo a incumprir alguns dos requisitos. Pudemos constatar que subsistem muitas falhas na criação de taxas. Nomeadamente podemos observar que em diversos casos subsiste uma captura local das *utilities*. Em muitos outros casos são atribuídas isenções gerais em vez de isenções casuísticas e devidamente fundamentadas. Verificamos ainda que o próprio RGTAL não está isento de críticas sobretudo no que respeita à utilização de uma técnica legislativa deficiente. Aguardamos que seja feita uma revisão do RGTAL no sentido de suprir todos os problemas ora identificados.

Bibliografia

AAVV, “*Regime Geral das Taxas Locais*”, Informação Fiscal, PLMJ, Informação Departamento Fiscal 4/2007, newsletter.

AAVV, “*Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais*”, newsletter, Vieira de Almeida e Associados Sociedade de Advogados, R. L Flash Fiscal.

AAVV, “*Taxas e contribuições sectoriais*”, coordenação Sérgio Vasques Almedina, Universidade Católica Portuguesa, 2013.

ANDRADE, Fernando Rocha, “*Benefício, remoção de obstáculo jurídico e critério de determinação do valor da taxa: algumas reflexões face ao regime das taxas locais*”, Boletim de Ciências Económicas, 2008.

BAPTISTA LOBO, Carlos, “*O Novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais*”, newsletter.

BRAZ TEIXEIRA, “*Direito Fiscal*”, AAFDL, 1985.

CARDOSO DA COSTA, Manuel, “*Curso de Direito Fiscal*”, 2.^a edição, Almedina, 1972.

CASALTA NABAIS, “*Direito Fiscal*”, 2012, 7.^o edição, Almedina.

CASALTA NABAIS, José, “*30 anos de Poder Local na Constituição da República Portuguesa, A Autonomia Financeira das Autarquias Locais*”, Ciclo de Conferências na Universidade do Minho, Coimbra Editora, 2006.

FAVEIRO, Vítor, “*O Estatuto do Contribuinte*”, Coimbra Editora, 2002.

FREITAS PEREIRA, Manuel, “*Fiscalidade*”, 5.^a edição, Almedina, 2014.

FERREIRA, Rogério M. Fernandes, “*Regime Geral das Taxas Locais: Notas Dispersas, Encontros científicos*”, newaletter.

FREITAS DA ROCHA, Joaquim, “*Direito Financeiro Local*”, 2.^a edição, Coimbra Editora, 2014.

GARCIA, Nuno de Oliveira e PEREIRA, Andreia Gabriel, “*A nova jurisprudência das taxas municipais pela colocação de painéis publicitários em domínio privado – Anotação*”

ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 177/2010, de 05 de maio de 2010, Processo n.º 742/09”, Revista Direito Regional e Local, n.º 15, julho/setembro, 2011.

GARCIA, Nuno de Oliveira, “Anotação aos Acórdãos do tribunal Constitucional n.ºs 20/03 e 515/03, Taxas de Ocupação de Subsolo”, newsletter.

GOMES, Nuno Sá, “Lições de Direito Fiscal”, Volume I, 1984, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 133.

JÓNATAS MACHADO, NOGUEIRA DA COSTA, Paulo, “Curso de Direito Tributário”, Coimbra Editora, 2009.

LEITE CAMPOS, Diogo, LEITE CAMPOS, Mônica, “Direito Tributário”, 2.ª edição, Almedina, 2000.

LEMO PEREIRA, J.F, CARDOSO MOTA, A.M., “Teoria e Técnica dos Impostos”, 13.ª edição, 1989, Lisboa.

MONTEIRO PESSOA, Eptácio, “Elementos de Direito Fiscal”, 2.ª edição, volume I, Livraria Freitas Bastos, 1943.

PESSOA JORGE, “Curso de Direito Fiscal”, AAFDL, Lisboa 1963.

PIRES, Manuel, “Direito Fiscal”, AAFDL, 1980.

REBELO, Marta, “Obrigações Municipais, uma Solução de Mercado para o Financiamento Municipal. As experiências do Direito Comparado e a Dinâmica de Implementação”, Almedina, 2004.

ROGÉRIO, M. Fernandes Ferreira, NASCIMENTO, Ana Moutinho e AFOSNO, Sérgio Brigas, “Regime e Taxas das Autarquias Locais, o Fim do Regime Transitório”, Informação Fiscal PLMJ, junho de 2010.

ROGÉRIO, M. Fernandes Ferreira, “*Regime Geral das Taxas Locais: Notas Dispersas*”, newsletter.

SÁ GOMES, Nuno, “*Curso de Direito Fiscal*”, Lisboa 1980.

SÁ GOMES, Nuno, “*Lições de Direito Fiscal*”, volume I, Cadernos de Ciência Técnica e Fiscal, Lisboa, 1984.

SALDANHA SANCHES, J. L., “*Manual de Direito Fiscal*”, 3ª edição, Coimbra Editora, 2007.

SOARES MARTINEZ, Pedro, “*Elementos para um curso de direito fiscal*”, Cadernos de Ciência e técnica Fiscal, Volume I, Centro de Estudos Fiscais da Direção Geral das Contribuições e Impostos, Ministério das Finanças, 1971, Lisboa.

SOUSA FRANCO, “*Finanças públicas e direito financeiro*”, 4.ª edição, volume II, Almedina, 1992.

TEIXEIRA, Maria Eduarda Oliveira, ROCHA, Rosa Maria, MIRANDA, Nuno, “*O Poder Tributário das Autarquias Locais*”, Revista Jurídica Portucalense, Volume 2, 2015.

VASQUES, Sérgio, “*Manual de Direito Fiscal*”, Almedina, 2015.

VASQUES, Sérgio, “*O Princípio da Equivalência como Critério de Igualdade Tributária*”, Almedina, 2008.

VASQUES, Sérgio, “*O Novo Regime português das taxas locais*”, Revista Fórum de Direito Tributário, RFDT, Belo Horizonte, ano 6, nº 32, março/abril, 2008.

VASQUES, Sérgio, “*Regime das Taxas Locais, Introdução e Comentário*”, Cadernos IDEFF N.º 8, Almedina, 2008.

XAVIER, Alberto, “*Direito Fiscal*”, Volume I, FDL, Lisboa, 1973.

XAVIER, Alberto, “*Manual de Direito Fiscal*”, Volume I, Lisboa, 1981.

Anexos

Anexo I	Regulamento de Taxas do Município de Almada
Anexo II	Regulamento de Taxas do Município de Cascais
Anexo III	Regulamento de Taxas do Município de Palmela
Anexo IV	Regulamento de Taxas do Município de Loulé
Anexo V	Regulamento de Taxas do Município de Vendas Novas
Anexo VI	Regulamento de Taxas do Município de Sousel
Anexo VII	Regulamento de Taxas do Município de Seixal
Anexo VIII	Regulamento de Taxas do Município de Portimão
Anexo IX	Regulamento de Taxas do Município de Lisboa

Anexo X	Regulamento de Taxas do Município de Sintra
Anexo XI	Regulamento de Taxas do Município do Montijo
Anexo XII	Regulamento de Taxas do Município de Matosinhos
Anexo XIII	Regulamento de Taxas do Município de Coimbra

Anexo I

Regulamento de Taxas do Município de Almada

trativo, os candidatos excluídos dispõem de 10 dias úteis, contados da data de publicação do presente Aviso, para se pronunciarem por escrito, utilizando formulário próprio (Exercício de Direito de Participação de Interessados), disponível na página eletrónica da CMA, em www.cm-agueda.pt, e remetido para o endereço de e-mail geral@cm-agueda.pt, devidamente preenchido, datado e assinado.

19 de maio de 2016. — O Vereador, com competência delegada (conforme Despacho n.º 26/2013 de 22 de outubro), *João Carlos Gomes Clemente*.

309641069

MUNICÍPIO DE ALMADA

Edital n.º 505/2016

Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada

Eu, José Manuel Maia Nunes de Almeida, presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Almada:

Torno público que na Terceira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2016, realizada no dia 29 de abril de 2016, a Assembleia Municipal de Almada aprovou, a Proposta N.º 177/XI-3, de iniciativa da Câmara Municipal aprovada em Reunião Camarária de 20/04/2016, sobre o “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”, através da seguinte deliberação:

Em consideração do novo quadro legal, designadamente em matéria de fundamentação das taxas e outras receitas e respetivos montantes impõe-se proceder à alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município.

É necessário conformar o Regulamento, atualizando-o, tendo presente a entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro com todas as alterações introduzidas até à presente data, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com as sucessivas alterações e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 15 de junho, do novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

O Projeto de Regulamento e respetiva Tabela de Taxas elaborada pela Câmara Municipal, foi submetido a consulta pública por um período de 30 dias úteis, (de 16 de dezembro de 2015 até ao dia 2 de fevereiro de 2016), com vista à recolha de contributos, tendo sido para o efeito publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 4 de dezembro de 2015, com retificação publicada em 16 de dezembro de 2015 e ainda disponibilizado no sítio institucional do Município (www.m-almada.pt) e na Direção Municipal de Administração Geral e Finanças, na rua Trigueiros Martel.

No âmbito da consulta pública foram apresentadas diversas sugestões e propostas de alteração que mereceram a devida ponderação conforme consta do “Relatório de Apreciação Pública”, a que se seguiu a elaboração do texto final do Projeto de Regulamento.

Neste termos e ao abrigo das disposições constitucionais e legais aplicáveis e nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova o “Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Almada”, nos precisos termos da deliberação camarária de 20 de abril de 2016.

Por ser verdade se publica o presente «Edital» que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares do estilo deste Concelho.

2 de maio de 2016. — O Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Maia Nunes de Almeida*.

Regulamento de Taxas do Município de Almada

Preâmbulo

1 — Nota justificativa

A matéria relativa a taxas municipais tem sido regida por um regulamento e tabela que nos últimos anos, tem sido objeto de atualizações anuais sucessivas com a finalidade de, por um lado, aproximar, quando legalmente possível, os valores cobrados aos montantes consentâneos com os custos, direta e indiretamente suportados com a prestação de serviços e o fornecimento de bens e, por outro lado, fixar as taxas municipais em termos de equilíbrio entre o benefício que o particular retira da utilização de um bem público ou semipúblico, ou de um bem do domínio público, ou do domínio privado de utilização pública, ou da remoção

de um obstáculo jurídico ao exercício de determinadas atividades e a correspondente privação de uso desses mesmos bens.

Com a entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, e do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as sucessivas alterações e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 15 de junho, e ainda do novo Regime Jurídico de acesso e exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, e a par das atualizações dos quantitativos das taxas, nos casos em que se justificam alterações, é necessário proceder à conformação do regulamento e respetiva tabela ao novo quadro legal, designadamente em matéria de fundamentação das taxas e respetivos montantes.

Por outro lado, atendendo à experiência existente neste Município optou-se por realizar uma separação clara e rigorosa entre taxas e preços, autonomizando-se as duas realidades em instrumentos diferentes.

A acompanhar o presente projeto, segue uma nota justificativa fundamentada, a qual inclui um estudo onde se reflete a ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas.

A competência para estabelecer taxas e fixar os respetivos quantitativos é, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) alterada pelas Leis n.º 25/2015, de 30 de março, e n.º 69/2015, de 16 de julho, da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

A competência regulamentar é, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

De acordo com a natureza da matéria tratada no presente regulamento o mesmo obedece às disposições constantes da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, ambos com as alterações introduzidas até à presente data.

2 — Discussão Pública do Projeto de Regulamento

O presente projeto de Regulamento está de acordo com as normas do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, tendo sido dispensada a audiência dos interessados, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 100.º do CPA, procedeu-se à publicação do respetivo Projeto na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 238, de 4 de dezembro de 2015, sob Edital n.º 1097/2015, e na internet, no sítio institucional desta Entidade, com vista à consulta pública, nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do mesmo diploma e do artigo 3.º do RJUE.

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento e a correspondente Tabela de Taxas Municipais são elaborados ao abrigo e nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), do Código de Procedimento Administrativo, da Lei Geral Tributária, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Entidades Intermunicipais, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, e das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Artigo 2.º

Objeto

1 — O presente Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos a incidência, liquidação, cobrança e o pagamento de taxas na área do Município de Almada, de acordo com a Tabela de Taxas Municipais em vigor.

2 — O presente Regulamento estabelece, igualmente, as formas de liquidação, cobrança e pagamento das taxas do Município de Almada, as isenções, reduções e agravamentos.

Artigo 3.º

Atualização

1 — Os valores das taxas previstas na Tabela de Taxas Municipais, serão objeto de atualização anual automática, por aplicação do índice de preços ao consumidor com exceção da habitação, com efeitos a 1 de janeiro de cada ano.

2 — Os valores resultantes da atualização efetuada nos termos do número anterior serão arredondados por excesso, para a segunda casa decimal.

3 — Independentemente da atualização ordinária anteriormente referida, sempre que se considere necessário, poderá, após a devida fundamentação, proceder-se à atualização extraordinária das taxas, mediante alteração à Tabela em vigor.

4 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 as taxas previstas na Tabela cujos quantitativos sejam fixados por disposição legal.

Artigo 4.º

Incidência objetiva

As taxas incidem sobre utilidades prestadas a particulares, geradas pela atividade do município, ou resultantes da realização de investimentos municipais, devidamente elencados na Tabela de Taxas Municipais.

Artigo 5.º

Incidência subjetiva

1 — Os sujeitos ativos da relação jurídico tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, são o Município de Almada e outras entidades devidamente autorizadas, titulares do direito de as exigir.

2 — Os sujeitos passivos da relação jurídico tributária são as pessoas singulares ou coletivas, os patrimónios ou as organizações de facto ou de direito que, nos termos da lei e dos regulamentos, estão vinculados ao cumprimento da prestação tributária ou de outro tipo, seja como contribuintes diretos, substitutos ou responsáveis.

3 — Sendo vários os sujeitos passivos, todos serão solidariamente responsáveis, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 6.º

Isenções subjetivas

1 — Ficam isentos do pagamento de taxas os Serviços Municipalizados, as Empresas e Agências Municipais, bem como as Uniãos de Freguesias/Freguesias, do concelho de Almada e as entidades a que se reportam os números 2.3.2. e 2.5.1. da Tabela, pelos atos e factos decorrentes da prossecução das respetivas atribuições.

2 — Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, no todo ou em parte, aqueles que beneficiem dessa isenção por força de legislação especial, nos termos e condições fixados, desde que legalmente constituídos e quando na prossecução dos seus fins estatutários.

Artigo 7.º

Isenções objetivas

Estão isentos de pagamento de taxa:

a) As certidões que legalmente sejam necessárias para instruir processos junto dos serviços de finanças, das conservatórias e dos tribunais, devendo as mesmas conter a indicação do fim a que se destinam;

b) As afiações obrigatórias relativas a estabelecimentos comerciais e serviços;

c) As operações urbanísticas de alteração e/ou ampliação de edifícios a reabilitar situados nos Núcleos Históricos delimitados como tal no Plano Diretor Municipal vigente e nas áreas de reabilitação urbana (ARU) devidamente aprovadas pela Assembleia Municipal e ainda no Perímetro Urbano constante do «Estudo de Enquadramento Urbanístico da Trafaria», previstas nos n.ºs 8.12.1 e 8.12.4 da Tabela.

d) As operações urbanísticas desenvolvidas no âmbito do Polo Tecnológico de Empresas de Inovação do Parque de Ciências e Tecnologia Almada/Setúbal (Madan Parque) e em edificações destinadas a Indústrias de Base Tecnológica localizadas em espaços I&D (Investigação e Desenvolvimento) previstos no PDMA.

e) Outras situações que venham a ser legalmente previstas.

Artigo 8.º

Reconhecimento das isenções

1 — Os pedidos de reconhecimento de isenção, total ou parcial, previstos nos artigos anteriores, serão formalizados, pelos interessados, através de requerimento a apresentar nos Balcões de Atendimento da Câmara Municipal ou nas Lojas do Município, para apreciação e deliberação.

2 — O serviço instrutor do processo de reconhecimento de isenção total ou parcial será aquele a quem competiria a emissão do título ou a receção da comunicação, competindo -lhe a instrução do mesmo, nomeadamente, a solicitação ao requerente de todos os elementos adicionais que repute essenciais à apreciação do pedido.

3 — Concluída a instrução do processo de reconhecimento de isenção total ou parcial o serviço instrutor emite parecer quanto à isenção, concretizando o valor de taxa devido, o enquadramento factual e legal, quando aplicável, e proposta de decisão, remetendo, em seguida, para decisão.

4 — As isenções referidas nos números anteriores não dispensam os interessados de requerer à Câmara Municipal os necessários títulos ou realizar as comunicações, quando exigíveis, nos termos da lei ou dos regulamentos municipais.

5 — Salvo disposição legal em contrário, a decisão sobre o reconhecimento da isenção total ou parcial é da competência do Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação nos Vereadores da área dos respetivos serviços instrutores.

Artigo 9.º

Liquidação

1 — A liquidação das taxas previstas na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores e fórmulas nela definidos, de acordo com os elementos fornecidos pelos interessados, ou conhecidos pelo município, que podem ser confirmados pelos serviços.

2 — Às taxas constantes da Tabela será acrescido, quando devido, o IVA, à taxa legal em vigor e o Imposto de Selo.

3 — A liquidação de taxas fixadas por referência ao ano será efetuada pela totalidade para o ano civil em que for requerida, ou para os meses ainda não decorridos do ano civil em curso.

4 — O projeto de liquidação, quando esta não é efetuada com base em declaração do interessado, é-lhe notificado, por carta registada com aviso de receção, para efeitos de exercício do direito de audição, nos termos previstos no artigo 60.º da Lei Geral Tributária.

5 — Da notificação da liquidação constará a decisão, o autor do ato de liquidação com a menção da delegação ou subdelegação de competência caso exista, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa e respetivo prazo e ainda o prazo para pagamento voluntário.

6 — A liquidação do valor das taxas devidas no âmbito dos regimes previstos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, é efetuada automaticamente no «Balcão do Empreendedor».

7 — Sem prejuízo do número anterior, a taxa devida pela “autorização” é liquidada, conforme consta na respetiva tabela, nos seguintes termos:

- a) Parcela fixa, no ato da submissão do pedido.
- b) Parcela variável, após notificação de deferimento.

Artigo 10.º

Autoliquidação

1 — A autoliquidação de taxas só é possível nos casos especialmente fixados na lei.

2 — O sujeito passivo pode, na hipótese prevista no número anterior, solicitar aos serviços que prestem informação sobre o montante previsível a liquidar das taxas e as respetivas formas de pagamento.

3 — Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 2 do artigo 3.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) os elementos referidos serão fornecidos através de contacto por correio eletrónico dep.adminurbanistica@cma.m-almada.pt.

4 — A autoliquidação das taxas, no caso de procedimento de comunicação prévia, deve ocorrer até um ano após a data da notificação da não rejeição da comunicação prévia.

Artigo 11.º

Erro na liquidação/Autoliquidação

1 — Poderá haver lugar à revisão do ato de liquidação ou de autoliquidação pelo serviço liquidatário, por iniciativa do sujeito passivo ou oficiosamente, nos prazos estabelecidos na lei geral tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 — Verificando-se erro na liquidação, ou na autoliquidação, de que tenha resultado cobrança inferior à devida ao município, promover-se-á, de imediato, a liquidação adicional.

3 — O devedor será notificado através de carta registada com aviso de receção para, no prazo de 15 dias, pagar a diferença, sob pena de cobrança através de execução fiscal.

4 — Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, a forma e o prazo para pagamento e, ainda, a advertência da consequência do não pagamento.

5 — Não se promoverá a cobrança de liquidação adicional quando a mesma for inferior a € 2,50 (dois euros e cinquenta cêntimos).

6 — Quando haja sido liquidada quantia superior à devida, de valor superior a € 2,50 (dois euros e cinquenta cêntimos), e não tenha decorrido quatro anos sobre o pagamento, deverão os serviços, mediante despacho de autorização da entidade competente, promover oficiosamente a restituição ao interessado da importância indevidamente paga.

7 — A prestação de declarações inexatas e a falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação de taxas que ocasionem a cobrança de importâncias inferiores às devidas constitui contraordenação punível com coima graduada nos termos do disposto no presente regulamento.

Artigo 12.º

Deferimento tácito

O valor das taxas a pagar no caso de deferimento tácito é o correspondente ao devido pela prática expressa dos respetivos atos.

Artigo 13.º

Cobrança/Pagamento

1 — Salvo disposição em contrário, as taxas são devidas no dia da liquidação/autoliquidação, antes da prática ou execução do ato ou serviço a que respeitem, excetuando-se as situações que envolvem a emissão de documento para pagamento, caso em que o limite de pagamento é fixado no próprio.

2 — Quando a liquidação dependa da organização de processo especial ou de prévia informação de serviços oficiais, o pagamento das taxas deve ser efetuado no prazo de 30 dias a contar da notificação do deferimento do pedido.

3 — O pagamento das licenças renováveis deverá fazer-se nos seguintes prazos:

- a) As anuais e as quadrimestrais nos primeiros 15 dias do mês da sua renovação;
- b) As mensais nos primeiros oito dias de cada mês.

4 — Nos casos previstos nos números 2 e 3, é devido preparo no momento da formalização do pedido, em função da respetiva taxa, sendo o valor deste deduzido do valor final da taxa a pagar.

5 — O valor do preparo corresponde a 25 % da respetiva taxa, não havendo lugar a preparo caso a taxa seja inferior a 10 euros.

6 — Em caso de caducidade, deserção ou desistência do processo por causa imputável ao requerente, não há lugar à devolução do preparo da taxa administrativa.

7 — Quando o valor pago a título de preparo for superior ao valor que vier a ser liquidado, só haverá lugar à sua devolução se for superior a 2,50 euros.

8 — No âmbito dos regimes previstos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o pagamento das taxas é efetuada automaticamente no «Balcão do Empreendedor».

Artigo 14.º

Pagamento em prestações

1 — As taxas constantes da Tabela de Taxas Municipais podem ser objeto de pagamento em prestações, designadamente as previstas no Capítulo das Obras Particulares, nos seguintes casos:

- a) Processos de legalização de moradias para habitação própria edificadas até 1993;
- b) Operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), exceto as previstas no n.º 2 al. d).

2 — A possibilidade de pagamento em prestações não é aplicável:

- a) Às taxas devidas pela mera comunicação prévia (MCP) ou pelas autorizações (AU) ou autorizações conjuntas (AC);
- b) Às taxas cujo pagamento esteja simultaneamente previsto ao ano e ao quadrimestre ou mês;
- c) Às taxas cujo valor a pagar seja inferior a uma Unidade de Conta (UC);
- d) Às taxas previstas no Capítulo das Obras particulares relativas a operações de loteamento, operações urbanísticas com impacto semelhante a loteamento e operações urbanísticas de obras de urbanização.

3 — O pagamento em prestações, para os efeitos do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), é condicionado à prestação de caução a favor da Câmara Municipal, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro-caução, sem prejuízo do número seguinte.

4 — Não é devida caução nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, quando o requerente apresente a nota de liquidação do IRS e declaração

emitida sob compromisso de honra de que o agregado familiar tem um rendimento líquido mensal, *per capita*, não superior a quatro vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), em vigor, e certidão dos serviços de finanças demonstrando que não é proprietário de outros imóveis para habitação.

5 — O pagamento em prestações, nos restantes casos, pode ser autorizado (sem que o mesmo esteja condicionado à prestação de caução) desde que se encontrem reunidas as seguintes condições para o efeito:

5.1 — O Requerente seja pessoa singular e faça prova de que possui um rendimento *per capita* igual ou inferior ao valor do indexante dos apoios sociais (IAS), em vigor.

5.2 — Sem prejuízo do número anterior:

5.2.1 — Para valores inferiores ou iguais a 50 mil euros, o número de prestações em caso algum poderá exceder as 36, e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 Unidade de Conta, no momento da autorização.

5.2.2 — Para valores superiores a 50 mil euros o número de prestações poderá ser alargado até 60, a pagar mensalmente, não podendo cada uma delas ser inferior a 10 Unidades Conta, no momento da autorização.

Artigo 15.º

Do pedido de pagamento em prestações

1 — O pedido de pagamento em prestações é formulado mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, dentro do prazo previsto para o pagamento voluntário, acompanhado de documentos que comprovem a situação tributária regularizada perante o Estado, e o Município ateste não existirem dívidas.

2 — O requerimento para o pagamento em prestações deve conter a identificação do requerente (nome, número de identificação fiscal, estado civil, morada e meio de contacto), a natureza da dívida, o número de prestações e a indicação dos motivos que fundamentam o pedido.

3 — A análise e a instrução dos processos relativos aos pedidos de pagamento em prestações, bem como a elaboração das respetivas propostas de decisão, cabem ao serviço responsável pela liquidação da taxa.

4 — A decisão sobre o pedido de pagamento em prestações é da competência da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação no Presidente da Câmara e de subdelegação nos Vereadores da área dos respetivos serviços.

5 — No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao montante em dívida, dividido pelo número de prestações autorizadas, acrescido dos juros de mora contados sobre o montante da prestação, desde o dia seguinte ao do termo do prazo para pagamento voluntário, até à data do pagamento de cada prestação.

6 — A taxa de juro de mora é a definida para as dívidas ao Estado e outras entidades públicas.

7 — O pagamento de cada prestação deve ocorrer durante o mês a que esta respeita.

8 — A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, e consequentemente, a emissão do respetivo título executivo, com vista à cobrança coerciva da dívida remanescente.

9 — Nas situações em que haja lugar à emissão de licença ou de documento equivalente, o não pagamento de uma prestação implicará ainda a caducidade do título emitido (licença ou documento equivalente) e a extinção do procedimento, sem possibilidade de devolução das quantias já pagas.

10 — Nos casos previstos no número anterior, o serviço responsável pela liquidação da taxa deve notificar o faltoso, até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que ocorreu o incumprimento, para, no prazo máximo de 10 dias, efetuar o pagamento do montante integral ainda em dívida, acrescido dos respetivos juros de mora ou, em alternativa, efetuar a entrega da licença ou de documento equivalente.

11 — Decorrido o prazo previsto no número anterior, sem que tenha sido efetuado o pagamento ou entregue a licença ou o documento equivalente, o serviço responsável pela liquidação da taxa, comunicará o respetivo incumprimento aos serviços de Fiscalização, para os efeitos tidos por convenientes.

Artigo 16.º

Prazo de pagamento/Incumprimento

1 — O prazo para pagamento voluntário das taxas é de 30 dias a contar da notificação para o pagamento, efetuada pelos serviços municipais, salvo nos casos em que legalmente se encontre fixado outro prazo.

2 — Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas começarão a vencer-se juros de mora à taxa legal em vigor definida para as dívidas ao Estado e outras entidades públicas.

Artigo 17.º

Cobrança coerciva

1 — Consideram-se em débito todas as taxas relativas a facto ou benefício de que o contribuinte tenha usufruído sem o respetivo pagamento.

2 — O não pagamento das taxas referidas no número anterior implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de cobrança coerciva.

Artigo 18.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento do presente regulamento e respetiva tabela incumbe aos serviços municipais e a quaisquer outras entidades a quem, por lei, seja dada essa competência.

Artigo 19.º

Contraordenações

1 — Sem prejuízo do eventual procedimento criminal e das regras insertas em lei especial ou regulamento municipal, quando aplicável, constituem contraordenações:

- a) As infrações às normas reguladoras das taxas;
- b) A inexistência ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais e para obtenção de isenções ou reduções.

2 — Os casos previstos no número anterior são sancionados com coima de 1 a 10 UC para pessoas singulares e de 10 a 20 UC para as pessoas coletivas.

Artigo 20.º

Processo a seguir na aplicação das coimas

A instauração, instrução e decisão dos processos de contraordenação é da competência do Presidente da Câmara e far-se-á nos termos do presente regulamento, nos do Regime Geral das Infrações Tributárias, com as necessárias adaptações e nos constantes do Regime Geral das Contraordenações.

Artigo 21.º

Garantias tributárias

À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, aplicam-se as normas da lei geral tributária e do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

Artigo 22.º

Legislação subsidiária

De acordo com a natureza das matérias, às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas ao Município de Almada aplicam-se ainda, subsidiária e sucessivamente:

- a) O Regime geral das taxas das autarquias locais;
- b) O Regime financeiro das autarquias locais e das entidades inter-municipais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- e) O Código do Procedimento Administrativo;
- f) O Código Civil;
- g) O Código de Processo Civil.

Artigo 23.º

Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento, que não possam ser resolvidos pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão interpretados e integrados por deliberação da Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 24.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços anterior ao presente, e todas as disposições constantes de regulamentos municipais em vigor nas matérias ora reguladas, que contrariem o presente regulamento.

Artigo 25.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor quinze dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 26.º

Publicidade

1 — O projeto deste Regulamento, a Tabela de Taxas Municipais e a Fundamentação Económico Financeira das taxas foi publicitado através do edital n.º 1097/2015, na 2.ª série do *Diário da República* n.º 238, de 04-12-2015, e Declaração de retificação n.º 1104/2015, na 2.ª série do *Diário da República* n.º 245, de 16-12-2015.

2 — Este Regulamento com a respetiva Tabela e a Fundamentação Económico Financeira das taxas e a Fundamentação das Isenções, foi publicado em edital no *Diário da República* n.º 115, de 17 de junho de 2016.

3 — Este Regulamento, respetiva Tabela e Fundamentação Económico Financeira das taxas e a Fundamentação das Isenções, está disponível para consulta, em suporte papel, em todos os serviços de atendimento do Município, abertos ao público, e em suporte informático no endereço www.m-almada.pt.

Aprovado pela Assembleia Municipal em 29-04-2016, mediante proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de 20-04-2016.

Pressupostos e Fundamentação Económica e Financeira das Taxas**I — Enquadramento geral**

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro) particulariza no seu artigo 6.º que “1 — *As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente: e) pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva*; Estão neste contexto os Mercados Municipais.

O mesmo diploma estipula a criação das taxas das autarquias locais por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo o qual deverá conter obrigatoriamente *a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local (n.º 2 do artigo 8.º)*.

II — Pressupostos

Foram efetuados estudos de fundamentação económico-financeira das taxas de acordo com os capítulos da Tabela de Taxas.

Na fixação das taxas foram levados em conta os diversos custos inerentes às várias atividades, com a uniformização de critérios para os valores cobrados.

Foram considerados os tempos e os materiais necessários à prossecução das tarefas necessárias às atividades, de acordo com as informações dos serviços. Para além dos custos diretos e indiretos necessários à atividade do serviço municipal, foi ponderado o benefício para o particular, a mais-valia da utilização de um bem do domínio público e o fator de incentivo/desincentivo em função do tempo e/ou área.

Foi apurado o custo/hora médio por categoria e por trabalhador:

Assistente operacional —	5,74
Assistente técnico —	8,39
Chefe divisão —	25,31
Coordenador técnico —	12,86
Diretor departamento —	29,21
Diretor municipal —	35,63
Educador de infância —	22,32
Encarregado geral operacional —	11,20
Encarregado operacional —	8,87
Fiscal municipal —	7,73
Informático —	14,59
Técnico superior —	15,04
Vereador —	27,69

Relativamente à utilização de viaturas considerou-se um consumo médio de 0,2 l/km, custo do gasóleo de 1,397€/l e custo médio das viaturas de 0,28€/km. As despesas com as deslocações foram calculadas com o valor fixado por portaria para 2015, 0,36€/km.

Foram considerados percursos médios de deslocação de 20 km.

Serviços administrativos e serviços diversos

As taxas de carácter administrativo apresentam-se sob a forma de licenças, averbamentos, 2.ªs vias, revalidações, alvarás, vistorias, certidões, alteração de horário, plantas e extratos de plantas.

A determinação do valor a pagar tem em conta os custos inerentes às atividades subjacentes a cada taxa.

Consideram-se os custos afetos às atividades, nomeadamente os custos com a elaboração de documentos e impressão, com as deslocações necessárias e os custos de recursos humanos no atendimento, na análise e elaboração de informação técnica.

Os averbamentos e revalidações correspondem a 50 % do valor da respetiva licença e as 2.ªs vias têm um agravamento de 300 % como desincentivo.

Fornecimento de cartografia topográfica e cartografia de ruído ambiente

A determinação das taxas de venda da cartografia digital para as diferentes escalas de venda foram calculadas, por hectare e consideram os Custos Diretos, Custos Indiretos, Amortizações e Investimentos.

Com base nos custos associados definiram-se as respetivas taxas de redução, uma vez que o fornecimento de cartografia digital do município pretende colmatar a necessidade desta informação nos agentes que operam no território.

Licença especial de ruído e ensaios e medições acústicas

A componente de fiscalização das atividades ruidosas é exercida, na câmara municipal de Almada, pela divisão de fiscalização municipal (DFM), tendo-se criado para o efeito o laboratório de ruído (LR).

Considerando as competências das câmaras municipais, como entidades licenciadoras e responsáveis pela autorização dos usos dos edifícios, a Câmara Municipal de Almada, adquiriu em janeiro de 2008, equipamento técnico (software para acústica de edifícios compatível com o sonómetro já existente, máquina de percussão normalizada e fonte de ruído aéreo omnidirecional), necessário para se proceder a verificação do cumprimento dos requisitos acústicos referidos no Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios (RRAE).

O Laboratório de Ruído está acreditado para a realização de todos os ensaios de medições efetuados no âmbito da verificação do cumprimento do Regulamento Geral do Ruído e RRAE.

O processo de acreditação incide exclusivamente sobre o âmbito do ruído ambiente — avaliação da incomodidade.

O cálculo da taxa a pagar pela licença especial de ruído e pelos ensaios e medições de ruído teve em consideração os recursos humanos afetos à atividade, as despesas com as deslocações necessárias e o custo de investimento, nomeadamente aquisição e manutenção do equipamento, software e amortizações.

Planos de Emergência Externos

A determinação da taxa dos Planos de Emergência Externos assenta em atualizações legais e conformação à legislação em vigor, decorre do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

Foram considerados os custos de recursos humanos afetos às tarefas necessárias às atividades e os custos com o simulacro, com o plano de divulgação junto da população e afetação dos custos gerais de consumo.

Publicidade

O Regulamento municipal sobre afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda rege o licenciamento de mensagens publicitárias de natureza comercial e de propaganda.

A determinação da taxa assenta nos custos com a ocupação de espaço, com a elaboração de documentos e impressão, com as deslocações necessárias e os custos de recursos humanos no atendimento, na análise e elaboração de informação técnica.

Ocupação de espaço público

O licenciamento de ocupação de espaço público rege-se pelo regulamento municipal sobre ocupação de espaço público.

A determinação da taxa assenta nos custos com a ocupação de espaço, com a elaboração de documentos e impressão, com as deslocações necessárias e os custos de recursos humanos no atendimento, na análise e elaboração de informação técnica.

Mercados, feiras e similares

Com base nos custos gerais obtiveram-se as taxas de referência que no final se apresentam como proposta de taxas a aplicar.

O custo de ocupação por m² foi calculado através do apuramento dos investimentos e dos custos diretos e indiretos dos mercados. A taxa é determinada através da imputação do custo de ocupação por m² de acordo com a tipologia de utilização do espaço.

Propõe-se que as lojas sejam taxadas com valores diferenciados tendo em conta os possíveis horários de funcionamento e os custos decorrentes dessa exploração na gestão do mercado e que as bancas sejam taxadas tendo em conta a área comercial média e a tipologia respetiva.

No caso do mercado abastecedor foram apurados os custos gerais de manutenção e funcionamento para se chegar a uma taxa referência que será determinada através da imputação do custo de ocupação por m².

Nas feiras e similares foram apurados os custos gerais de manutenção e funcionamento do mercado de Levante.

Higiene e salubridade

Durante a época balnear a Câmara municipal de Almada assegura a limpeza diária das praias.

Para o cálculo da taxa a pagar foram identificados os custos diretos associados a esta atividade os recursos humanos e os equipamentos envolvidos.

Cemitérios

Através da identificação dos custos associados à realização das tarefas necessárias à intervenção foi apurado o custo de cada inumação. Este valor serviu de referência para o cálculo das restantes taxas de outra natureza, através da aplicação de coeficientes que ponderam a afetação de recursos.

A ocupação de ossários é taxada tendo em consideração o custo de investimento da construção.

O forno crematório e cendário, no Cemitério de Vale Flores, entrou em funcionamento em 2011. Para o cálculo da taxa foram apurados os custos com o equipamento, nomeadamente, o consumo de eletricidade, gás natural, metano, vigilância e limpeza e os custos com o investimento e recursos humanos envolvidos.

Obras particulares/Operações de loteamento e obras de urbanização

Dentro deste capítulo, em regra, a determinação das taxas assenta nos custos com o investimento, com a elaboração de documentos e impressão, com as deslocações necessárias e os custos de recursos humanos no atendimento, na análise e elaboração de informação técnica.

Lugares de estacionamento em deficit

A taxa proposta para os lugares de estacionamento em deficit assenta no apuramento do custo médio de investimento por lugar de estacionamento, agregando os custos com o edifício, arranjos exteriores, instalações e equipamentos.

Inspeções, reinspeções e selagem dos elevadores

Para o cálculo da taxa proposta para as inspeções, reinspeções e selagem dos elevadores contribuíram os custos associados à tarefa. Inclui os recursos humanos necessários, as deslocações e o serviço da empresa inspetora, de acordo com o contrato.

Sistema da Indústria Responsável (SIR)

Os municípios passaram a ter um papel reforçado no âmbito do licenciamento da atividade industrial com a primeira alteração ao Sistema da Indústria Responsável (SIR), Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, onde se estabelece a figura de atendimento digital assistido relativamente a todos os estabelecimentos industriais do universo SIR e a possibilidade de gestão das zonas empresariais responsáveis (ZER). O SIR estabelece os procedimentos necessários ao acesso e exercício da atividade industrial, à instalação e exploração das ZER, bem como o processo de acreditação de entidades. É devida uma taxa única e de valor fixo por procedimento, cuja fórmula de cálculo será regulamentada por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da modernização administrativa, da economia, do ambiente e da agricultura. A taxa irá incluir todas as licenças, autorizações, aprovações, pareceres, comunicações prévias com prazo, vistorias prévias, meras comunicações prévias e outros atos permissivos e não permissivos ou integrados no procedimento.

Taxa municipal de urbanização

A taxa municipal de urbanização referente à comparticipação na realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais tem a sua fundamentação no estudo elaborado sobre os custos gerais de urbanização previstos para o horizonte temporal de 2018, considerando os valores do investimento já realizado e ainda não coberto pelas receitas

até 2014, ao qual acresce a projeção de novos investimentos até 2018. Consideramos os custos com Urbanização em 2 categorias:

Investimentos Gerais de incidência concelhia até 2018 — Aqueles que beneficiam a globalidade do concelho e serão imputados à totalidade do território;

QUADRO 1**Investimento não participado até 2018 incluindo investimento anterior não coberto pelas receitas**

	Até 2014	2015	2016	2017	2018	Total
Abastecimento de água	9.483.365	1.379.400	1.700.000	1.400.000	1.200.000	15.162.765
Drenagem Doméstica e Pluvial	13.272.787	3.207.000	1.400.000	500.000	500.000	18.879.787
Estrutura Verde	12.736.772	1.542.884	1.903.103	1.946.084	1.210.011	19.338.855
Rede Viária	9.714.573	1.347.968	990.000	990.000	490.000	13.532.541
Outros	33.947.792	1.603.991	1.326.938	1.174.320	1.162.287	39.215.328
<i>Total</i>	79.155.290	9.081.243	7.320.041	6.010.404	4.562.298	106.129.277

Investimentos Locais até 2018 — Os que beneficiam apenas determinados espaços concelhios, que serão imputados zona a zona;

QUADRO 2**Investimento não participado até 2018 incluindo investimento anterior não coberto pelas receitas**

	Até 2014	2015	2016	2017	2018	Total
Abastecimento de água	956.060	509.700	6.470.000	1.800.000	0	9.735.760
Drenagem Doméstica e Pluvial	3.339.590	3.463.402	1.460.000	897.500	0	9.160.492
Estrutura Verde	580.584	502.464	335.000	0	0	1.418.047
Rede Viária	1.950.319	0	0	0	0	1.950.319
Outros	655.410	0	0	0	0	655.410
<i>Total</i>	7.481.963	4.475.566	8.265.000	2.697.500	0	22.920.028

Ocupação Urbana Prevista

A partir da informação do INE sobre a população residente no Concelho de Almada em 2011 e da previsão de população a instalar (horizonte 2018) calculamos a população a instalar. Para essa população a instalar calcula-se uma média de 34 m² por pessoa de área bruta de construção (ABC). Chegamos assim à *potencial* área bruta de construção por “unop”, isto é à área que pode determinar as receitas de urbanização.

Custos Gerais de Urbanização por m²

Afetando os Custos Gerais de Urbanização à Ocupação prevista por UNOP apuram-se os Custos gerais de urbanização por m² de cada UNOP, da seguinte forma:

Custo geral de urbanização de incidência concelhia (cguiconcelhia): Apurado o total de investimentos de incidência concelhia divide-se pela população a instalar no concelho no horizonte 2018 e pela área bruta de construção (ABC), obtendo-se o cguiconcelhia por m².

Custo geral de urbanização de incidência local (cguilocal): no caso de investimentos de incidência local esses valores são afetados às respetivas unop tendo em conta a população a instalar nessa unop e pela área bruta de construção (ABC), obtendo-se o cguilocal por m².

Encargos por habitante, por m² e por UNOP

Tipo de investimento	UNOPs														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	
CGUILocal/Hab.	723	312	1.682	642	1.725	948	824	590	506	13	169	3	2	506	518
CGUIConcelhia/Hab.	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397	2.397
CGUILocal/m²	21	9	49	19	50	28	24	17	15	0	5	0	0	15	15
CGUIConcelhia/m²	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52	69,52
TOTAL CGU /Hab.	3.120	2.710	4.080	3.039	4.122	3.346	3.222	2.987	2.903	2.410	2.566	2.400	2.399	2.904	2.915
TOTAL CGU /m²	90,48	78,58	118,31	88,12	119,56	97,04	93,43	86,62	84,19	69,90	74,43	69,60	69,58	84,20	84,54

Apurado o quadro previsional de investimentos até 2018 é apurado o valor de cgu/m² de € 69,52 (tendo em conta os custos de incidência concelhia) que será o valor de taxa máximo a aplicar.

Serviço veterinário

A determinação da taxa relativa a vistorias assenta nos custos afetos às atividades, nomeadamente os custos com a elaboração de documentos e impressão, com as deslocações necessárias e os custos de recursos humanos no atendimento, na análise e elaboração de informação técnica.

Os serviços clínicos prestados pelo Canil Municipal resultam das competências legais e os custos apurados assentam na mão-de-obra e materiais clínicos.

Fundamentação das isenções estabelecidas no Regulamento

A isenção dos Serviços Municipalizados, das Empresas e Agências Municipais, bem como das Uniãos de Freguesia e Juntas de Freguesia do concelho de Almada, pelos atos e factos decorrentes da prossecução das respetivas atribuições, visa garantir o apoio à sustentabilidade destas entidades e facilitar a realização de iniciativas e eventos de interesse público.

A isenção das pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, associações privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas na realização de provas e espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, prevista em 2.3.2. e de acampamentos ocasionais previstos em 2.5.1. visa a promoção destas atividades que contribuem para a dinamização do espaço público.

A isenção das taxas de operações urbanísticas desenvolvidas no âmbito do Polo Tecnológico de Empresas de Inovação do Parque de Ciências e Tecnologia Almada/Setúbal (Madan Parque) e em edificações destinadas a Industrias de Base Tecnológica localizadas em espaços I&D (Investigação e Desenvolvimento) previstos no PDMA, visam o incentivo ao desenvolvimento económico e sustentável do concelho.

Fica suspensa a taxa municipal de urbanização por alteração ao uso fixado na licença ou autorização de utilização, de habitação, indústria e armazéns para comércio, serviços e equipamentos privados, estabelecida em 8.12.5.1 da tabela de taxas, por forma a facilitar o programa de reabilitação urbana e estimular a atividade económica, pelo período de um ano a contar da entrada em vigor deste Regulamento, para os processos pendentes, iniciados e executados nesse período.

Tabela de taxas	Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
	Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
1 Serviços administrativos:								
1.1 Alvarás não especialmente contemplados na presente tabela	11,89	0,24			12,13	1,00	0,662	8,03
1.2 Licenciamento de recinto:								
1.2.1 Licenças de recinto — Por cada período ou fração de 30 dias	11,89	0,24			12,13	1,00	0,568	6,89
1.2.2 Vistoria de recinto	61,08	18,63			79,71	1,00	0,184	14,63
1.3 Registo de minas e de nascentes de águas mine-romedicinais	44,30	18,63			62,93	1,00	0,232	14,63
1.4 Averbamentos não especialmente contemplados na presente tabela	11,89	0,24			12,13	0,50	0,661	4,01
1.5 Rubrica em livros, processos e documentos — cada rubrica	2,80	0,24			3,04	1,00	0,053	0,16
1.6 Balcão do Empreendedor:								
1.6.1 Mera Comunicação Prévia	43,11	18,72			61,83	1,00	0,646	39,96
1.6.2 Autorização	58,25	18,72			76,97	1,00	0,824	63,46
1.6.3 Aos n.ºs 1.6.1 e 1.6.2 acrescem, sempre que aplicável, os valores das taxas respetivas das atividades específicas.								
1.6.4 Alteração do titular do estabelecimento	58,25	18,72			76,97	0,50	1,000	38,49
1.7 Vistorias:								
1.7.1 A veículos	61,08	18,63			79,71	1,00	0,184	14,63
1.7.2 Outras não especialmente previstas nesta tabela	61,08	18,63			79,71	1,00	0,184	14,63
1.8 Vistoria complementar para instalação de estabelecimento sujeito a alvará municipal	61,08	18,63			79,71	1,00	0,184	14,63
1.9 Afixação de editais de entidades estranhas ao Município	4,20	0,24			4,44	1,00	0,619	2,75
1.10 Buscas, por cada ano, excetuando-se o do pedido ou aquele que expressamente se indique:								
1.10.1 Aparecendo o objeto da busca	4,20	0,24			4,44	1,00	0,619	2,75
1.10.2 Não aparecendo o objeto da busca	4,20	0,24			4,44	0,50	0,700	1,55
1.11 Conferição e autenticação de documentos apresentados por particulares — por cada folha	4,20	0,24			4,44	1,00	0,619	2,75
1.12 Autenticação de documentos arquivados:								
1.12.1 Por cada autenticação	6,99	0,24			7,23	1,00	0,501	3,62
1.12.2 Acresce por cada lauda de positivo	6,99	0,24			7,23	1,00	0,240	1,74
1.13 Certidões:								
1.13.1 De teor:								
1.13.1.1 Não excedendo uma lauda	18,71	0,24			18,95	1,00	0,112	2,13
1.13.1.2 Por cada lauda além da 1.ª ainda que incompleta	18,71	0,24			18,95	1,00	0,075	1,43
1.13.2 Narrativa:								
1.13.2.1 Não excedendo uma lauda	18,71	0,24			18,95	1,00	0,339	6,42
1.13.2.2 Por cada lauda além da 1.ª ainda que incompleta	18,71	0,24			18,95	1,00	0,075	1,43
1.13.3 Certidões para efeitos de IMI — por cada fogo ou fração equivalente	18,71	0,24			18,95	1,00	0,754	14,29
1.14 Segundas vias de Alvarás, Licenças e outros documentos	11,89	0,24			12,13	1,00	0,794	9,63
1.15 Fornecimento de cartografia topográfica:								
1.15.1 Cartografia de base comum em suporte digital à escala 1/1000:								

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
1.15.1.1	Por ha	64,36	28,38	1,50		94,24	1,00	0,203	19,16
1.15.1.2	Por folha (40 ha)	64,36	28,38	1,50		94,24	40,00	0,064	239,37
1.15.1.3	Do Concelho (7029 ha)	64,36	28,38	1,50		94,24	7.029,00	0,036	23.979,35
1.15.2	Cartografia generalizada em suporte digital — cobertura fotográfica 2003:								
1.15.2.1	Escala 1:5000:								
1.15.2.1.1	Por folha	64,36	26,01	0,05		90,42	40,00	0,132	476,69
1.15.2.1.2	Do Concelho	64,36	26,01	0,05		90,42	7.029,00	0,003	1.906,69
1.15.2.2	Escala 1:10000:								
1.15.2.2.1	Por folha	64,36	25,99	0,04		90,39	40,00	0,079	285,99
1.15.2.2.2	Cartografia do Concelho	64,36	25,99	0,04		90,39	7.029,00	0,003	1.715,45
1.15.2.3	Escala 1:25000:								
1.15.2.3.1	Por folha	64,36	25,97	0,03		90,36	40,00	0,132	476,63
1.15.2.3.2	Do Concelho	64,36	25,97	0,03		90,36	7.029,00	0,004	2.381,78
1.15.3	Plantas do Concelho, por freguesias, em suporte digital escala 1:5000:								
1.15.3.1	Almada (137 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	137,00	0,008	95,38
1.15.3.2	Cacilhas (107 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	107,00	0,010	95,78
1.15.3.3	Caparica (1101 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	1.101,00	0,005	477,85
1.15.3.4	Charneca de Caparica (2298 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	2.298,00	0,003	664,91
1.15.3.5	Cova da Piedade (146 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	146,00	0,007	95,05
1.15.3.6	Costa de Caparica (1064 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	1.064,00	0,007	663,83
1.15.3.7	Feijó (396 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	396,00	0,008	286,45
1.15.3.8	Laranjeiro (386 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	386,00	0,008	286,20
1.15.3.9	Pragal (228 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	228,00	0,009	191,73
1.15.3.10	Sobreda (591 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	591,00	0,006	331,32
1.15.3.11	Trafaria (575 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	575,00	0,006	332,75
1.15.4	Ortofotomapas em suporte digital — cobertura fotográfica 2003 — escala 1:10000:								
1.15.4.1	Folha completa (área = 2500 ha):	64,36	219,85			284,21	1,00	0,365	103,74
1.15.5	Fornecimento em suporte papel:								
1.15.5.1	Impressão de cartografia vetorial em A0 e outros formatos, para todas as escalas — por cada impressão	64,36	10,07	1,50		75,93	1,00	0,061	4,66
1.15.5.2	Impressão de cartografia em formato raster A0, em qualquer escala — por cada impressão	64,36	220,06	1,50		285,92	1,00	0,036	10,38
1.15.6	Para as instituições de ensino credenciadas ou estudantes, e outras instituições da Administração Central, bem como da existência de protocolos específicos:								
1.15.6.1	Cartografia de base comum em suporte digital à escala 1/1000:								
1.15.6.1.1	Por ha	64,36	28,38	1,50		94,24	1,00	0,122	11,50
1.15.6.1.2	Por folha (40 ha)	64,36	28,38	1,50		94,24	40,00	0,038	143,62
1.15.6.1.3	Do Concelho (7029 ha)	64,36	28,38	1,50		94,24	7.029,00	0,022	14.387,61
1.15.6.2	Cartografia generalizada em suporte digital — cobertura fotográfica 2003:								
1.15.6.2.1	Escala 1:5000:								
1.15.6.2.1.1	Por folha	64,36	26,01	0,05		90,42	40,00	0,079	286,02
1.15.6.2.1.2	Do Concelho	64,36	26,01	0,05		90,42	7.029,00	0,002	1.144,01
1.15.6.2.2	Escala 1:10000:								
1.15.6.2.2.1	Por folha	64,36	25,99	0,04		90,39	40,00	0,047	171,60
1.15.6.2.2.2	Cartografia do Concelho	64,36	25,99	0,04		90,39	7.029,00	0,002	1.029,27
1.15.6.2.3	Escala 1:25000:								
1.15.6.2.3.1	Por folha	64,36	25,97	0,03		90,36	40,00	0,079	285,98
1.15.6.2.3.2	Do Concelho	64,36	25,97	0,03		90,36	7.029,00	0,002	1.429,07
1.15.6.3	Plantas do Concelho, por freguesias, em suporte digital escala 1:5000:								
1.15.6.3.1	Almada (137 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	137,00	0,005	57,23
1.15.6.3.2	Cacilhas (107 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	107,00	0,006	57,47
1.15.6.3.3	Caparica (1101 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	1.101,00	0,003	286,71
1.15.6.3.4	Charneca de Caparica (2298 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	2.298,00	0,002	398,95
1.15.6.3.5	Cova da Piedade (146 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	146,00	0,004	57,03
1.15.6.3.6	Costa de Caparica (1064 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	1.064,00	0,004	398,30
1.15.6.3.7	Feijó (396 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	396,00	0,005	171,87
1.15.6.3.8	Laranjeiro (386 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	386,00	0,005	171,72
1.15.6.3.9	Pragal (228 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	228,00	0,006	115,04
1.15.6.3.10	Sobreda (591 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	591,00	0,004	198,79
1.15.6.3.11	Trafaria (575 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	575,00	0,004	199,65
1.15.6.4	Ortofotomapas em suporte digital — cobertura fotográfica 2003 — escala 1:10000:								
1.15.6.4.1	Folha completa (área = 2500 ha)	64,36	219,85			284,21	1,00	0,219	62,24

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
1.15.7	Para os particulares e empresas, cuja utilização da cartografia se destina à apresentação de Loteamentos e projetos particulares no município, sendo obrigatório o retorno da informação em suporte digital.								
1.15.7.1	Cartografia de base comum em suporte digital à escala 1/1000:								
1.15.7.1.1	Por ha	64,36	28,38	1,50		94,24	1,00	0,102	9,58
1.15.7.1.2	Por folha (40 ha)	64,36	28,38	1,50		94,24	40,00	0,032	119,68
1.15.7.1.3	Do Concelho (7029 ha)	64,36	28,38	1,50		94,24	7.029,00	0,018	11.989,67
1.15.7.2	Cartografia generalizada em suporte digital —cobertura fotográfica 2003:								
1.15.7.2.1	Escala 1:5000:								
1.15.7.2.1.1	Por folha	64,36	26,01	0,05		90,42	40,00	0,066	238,35
1.15.7.2.1.2	Do Concelho	64,36	26,01	0,05		90,42	7.029,00	0,002	953,34
1.15.7.2.2	Escala 1:10000:								
1.15.7.2.2.1	Por folha	64,36	25,99	0,04		90,39	40,00	0,040	143,00
1.15.7.2.2.2	Cartografia do Concelho	64,36	25,99	0,04		90,39	7.029,00	0,001	857,72
1.15.7.2.3	Escala 1:25000:								
1.15.7.2.3.1	Por folha	64,36	25,97	0,03		90,36	40,00	0,066	238,32
1.15.7.2.3.2	Do Concelho	64,36	25,97	0,03		90,36	7.029,00	0,002	1.190,89
1.15.7.3	Plantas do Concelho, por freguesias, em suporte digital escala 1:5000:								
1.15.7.3.1	Almada (137 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	137,00	0,004	47,69
1.15.7.3.2	Cacilhas (107 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	107,00	0,005	47,89
1.15.7.3.3	Caparica (1101 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	1.101,00	0,002	238,93
1.15.7.3.4	Charneca de Caparica (2298 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	2.298,00	0,002	332,46
1.15.7.3.5	Cova da Piedade (146 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	146,00	0,004	47,52
1.15.7.3.6	Costa de Caparica (1064 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	1.064,00	0,003	331,91
1.15.7.3.7	Feijó (396 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	396,00	0,004	143,23
1.15.7.3.8	Laranjeiro (386 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	386,00	0,004	143,10
1.15.7.3.9	Pragal (228 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	228,00	0,005	95,86
1.15.7.3.10	Sobreda (591 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	591,00	0,003	165,66
1.15.7.3.11	Trafaria (575 ha)	64,36	26,01	0,05		90,42	575,00	0,003	166,37
1.15.7.4	Ortofotomapas em suporte digital — cobertura fotográfica 2003 — escala 1:10000:								
1.15.7.4.1	Folha completa (área = 2500 ha)	64,36	219,85			284,21	1,00	0,183	51,87
1.16	Fornecimento de cartografia do Ambiente Acústico do Concelho de Almada:								
1.16.1	Extrato da Carta de Ruído em suporte digital:								
1.16.1.1	Por ha	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,231	24,18
1.16.1.2	Por folha (40 ha)	76,94	4,34		23,35	104,63	40,00	0,072	301,23
1.16.2	Extrato da Carta de Ruído em papel								
1.16.2.1	Impressão da cartografia da Carta de Ruído em todas as escalas — por cada impressão A4	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,058	6,06
1.16.3	Para a realização de estudos e trabalhos que incidam sobre a área territorial co concelho de Almada, desde que enquadrados por protocolos específicos, cartografia em formato digital, devendo ser facultado ao Município os resultados dos estudos e outros trabalhos que forem realizados, em formato digital.								
1.16.3.1	Por ha	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,150	15,69
1.16.3.2	Por folha (40 ha)	76,94	4,34		23,35	104,63	40,00	0,048	200,89
1.16.4	Para os particulares e empresas cuja utilização da cartografia de Ruído Ambiente se destine à apresentação de loteamentos e projetos particulares no Município, sendo obrigatório o retorno da informação em suporte digital.								
1.16.4.1	Extrato da Carta do Ambiente Acústico em suporte digital:								
1.16.4.1.1	Por ha	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,125	13,08
1.16.4.1.2	Por folha (40 ha)	76,94	4,34		23,35	104,63	40,00	0,040	167,41
1.16.4.2	Extrato da Carta do Ambiente Acústico em papel:								
1.16.4.2.1	Impressão da cartografia da Carta do Ambiente Acústico em todas as escalas — por cada impressão A4	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,030	3,14
1.16.5	Extrato da carta de zonamento acústico em suporte digital:								
1.16.5.1	Por ha	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,250	26,16
1.16.5.2	Por folha (40 ha)	76,94	4,34		23,35	104,63	40,00	0,080	334,82

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
1.16.6	Extrato da Carta de Zonamento Acústico em papel:	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,060	6,28
1.16.6.1	Impressão da cartografia da Zonamento Acústico em todas as escalas — por cada impressão A4								
1.16.7	Para a realização de estudos e trabalhos que incidam sobre a área territorial do concelho de Almada, desde que enquadrados por protocolos específicos, para cartografia em formato digital, devendo ser facultado ao Município os resultados dos estudos e outros trabalhos que forem realizados, em formato digital.								
1.16.7.1	Por ha	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,150	15,69
1.16.7.2	Por folha (40 ha)	76,94	4,34		23,35	104,63	40,00	0,048	200,89
1.16.8	Para os particulares e empresas cuja utilização da cartografia do zonamento acústico se destine à apresentação de loteamentos e projetos particulares no Município, sendo obrigatório o retorno da informação em suporte digital.								
1.16.8.1	Extrato da carta de zonamento acústico em suporte digital:								
1.16.8.1.1	Por ha	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,125	13,08
1.16.8.1.2	Por folha (40 ha)	76,94	4,34		23,35	104,63	40,00	0,040	167,41
1.16.8.2	Extrato da carta de zonamento acústico em papel:								
1.16.8.2.1	Impressão da cartografia de zonamento acústico em todas as escalas — por cada impressão A4	76,94	4,34		23,35	104,63	1,00	0,030	3,14
2	Serviços diversos:								
2.1	Emissão de segundas vias de licenças de condução de Ciclomotores, Motociclos de cilindrada não superior a 50 cc e veículos agrícolas	4,20	1,84			6,04	0,50	0,493	1,49
2.2	Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão:					0,00			
2.2.1	Transferência de propriedade	11,89	0,24			12,13	5,00	0,899	54,52
2.3	Realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre:								
2.3.1	Provas desportivas	11,89	0,24			12,13	1,00	1,000	12,13
2.3.2	Provas desportivas promovidas por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, associações privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas								Isento
2.4	Licença trienal para atividade de Guarda-noturno (n.º 2 art.º 5.º do DL 310/2002, de 18/12, alterado pelo DL 114/2008, de 01/07)	11,89	0,24			12,13	5,00	0,993	60,25
2.5	Licença para realização de acampamentos ocasionais — por dia	19,58	3,96			23,54	1,00	2,912	68,55
2.5.1	Licença para realização de acampamentos ocasionais promovidas por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, associações privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas.								Isento
2.6	Licença Especial de Ruído:								
2.6.1	Obras de Construção Civil, até 30 dias (taxa fixa)	108,76	37,26			146,02	3,00	0,809	354,32
2.6.2	Competições Desportivas:								
2.6.2.1	Nacionais (por dia):								
2.6.2.1.1	Dias úteis	108,76	37,26			146,02	1,00	0,607	88,58
2.6.2.1.2	Fins de semana e feriados	108,76	37,26			146,02	1,25	0,607	110,72
2.6.2.2	Internacionais (por dia):								
2.6.2.2.1	Dias úteis	108,76	37,26			146,02	2,00	0,618	180,39
2.6.2.2.2	Fins de semana e feriados	108,76	37,26			146,02	2,50	0,607	221,45
2.6.3	Feiras e Mercados	108,76	37,26			146,02	1,00	0,607	88,58
2.6.4	Festas com música ao vivo/Concertos:								
2.6.4.1	Recintos abertos:								
2.6.4.1.1	Dias úteis:								
2.6.4.1.1.1	Dias úteis — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,607	177,16
2.6.4.1.1.2	Dias úteis — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,143	41,72
2.6.4.1.2	Fins de semana e feriados:								
2.6.4.1.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,758	221,45
2.6.4.1.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,179	52,15

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
2.6.4.2	Recintos fechados:								
2.6.4.2.1	Dias úteis:								
2.6.4.2.1.1	Dias úteis — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,455	132,87
2.6.4.2.1.2	Dias úteis — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,143	41,72
2.6.4.2.2	Fins de semana e feriados:								
2.6.4.2.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,569	166,10
2.6.4.2.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,136	39,63
2.6.5	Festas com música gravada/Concertos:								
2.6.5.1	Recintos abertos:								
2.6.5.1.1	Dias úteis:								
2.6.5.1.1.1	Dias úteis — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,425	124,02
2.6.5.1.1.2	Dias úteis — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,100	29,20
2.6.5.1.2	Fins de semana e feriados:								
2.6.5.1.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,531	155,01
2.6.5.1.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,129	37,55
2.6.5.2	Recintos fechados:								
2.6.5.2.1	Dias úteis:								
2.6.5.2.1.1	Dias úteis — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,318	93,01
2.6.5.2.1.2	Dias úteis — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,071	20,86
2.6.5.2.2	Fins de semana e feriados:								
2.6.5.2.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	108,76	37,26			146,02	2,00	0,398	116,26
2.6.5.2.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	108,76	37,26			146,02	2,00	0,093	27,12
2.6.6	Outros eventos	108,76	37,26			146,02	1,00	0,607	88,58
2.7	Ensaios e medições acústicas:								
2.7.1	Durante o período normal de trabalho	205,10	37,02	5,20		247,32	1,00	1,000	247,32
2.7.2	Fora do período normal de trabalho (período noturno e aos sábados, domingos e feriados)	205,10	37,02	5,20		247,32	1,00	1,500	370,98
2.7.3	Para medições a efetuar fora da área do Conselho acresce as despesas a incorrer com a deslocação:								
2.8	Licenciamento de Táxi:								
2.8.1	Licença do Táxi	124,65	23,96			148,61	1,00	0,530	78,82
2.8.2	Averbamento à Licença	124,65	23,96			148,61	0,50	0,530	39,40
2.9	Planos de Emergência Externos (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto):								
2.9.1	Plano de Emergência Externo de empresas	9.996,28	6.270,28		2.043,03	18.309,59	1,00	0,994	18.200,00
2.9.2	Revisão e atualização do PEE/empresas, por ano	9.996,28	6.270,28		2.043,03	18.309,59	0,33	0,993	6.000,00
2.9.3	Revisão e atualização do PEE/empresas decorrente de alteração de classificação de perigosidade das substâncias (DL n.º 150/2015, de 5 de agosto)	9.996,28	6.270,28		2.043,03	18.309,59	0,50	0,994	9.100,00
2.10	Remoção de publicidade e outros — por dia ou fração	245,28	37,02			282,29	1,00	1,600	451,67
3	Publicidade:								
3.1	Licença para afixação de placas de proibição de afixação de anúncios — Por cada uma e por ano, ou fração								
3.2	Licença para afixação de anúncios luminosos, iluminados e semelhantes incluindo frisos integrados nos mesmos — por m² ou fração e por ano ou fração	31,04	48,63			79,67	1,00	0,842	67,06
3.2.1	Licença para afixação de frisos luminosos quando sejam complementares dos anúncios/reclamos luminosos e não entrem na sua medição por metro linear ou fração e por ano ou fração	9,10	0,24			9,34	1,00	1,000	9,34
3.2.2	No caso dos painéis luminosos e/ou iluminados apresentarem uma alternativa energética economizadora	31,04	48,63			79,67	1,00	0,253	20,12
3.3	Licença para afixação de anúncio eletrónico e semelhante: — Por m² ou fração da área do dispositivo e por ano ou fração	31,86	78,63			110,49	1,00	0,972	107,37
3.4	Afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em mobiliário e equipamento urbano — por ano ou fração:								
3.4.1	Mupis, colunas e semelhantes — por m² ou fração	18,90	21,13			40,03	1,00	0,594	23,79
3.4.2	Abrigos — por m² ou fração	6,56	2,74			9,30	1,00	0,805	7,49
3.4.3	Sinalização económica, por cada indicação publicitária:								
3.4.3.1	Com ocupação de espaço público	18,90	21,13			40,03	1,00	1,000	40,03
3.4.3.2	Sem ocupação de espaço público	18,90	18,63			37,53	1,00	0,562	21,09

Tabela de taxas	Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
	Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
3.4.4	Outros:							
3.4.4.1	Com ocupação de espaço público	18,90	21,13		40,03	1,00	0,594	23,79
3.4.4.2	Sem ocupação de espaço público.	18,90	18,63		37,53	1,00	0,562	21,09
3.5	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em bandeiras e similares: Por cada e por ano ou fração:							
3.5.1	Com ocupação de espaço público	24,05	48,63		72,68	1,00	0,806	58,60
3.5.2	Sem ocupação de espaço público.	20,18	18,63		38,81	1,00	0,576	22,37
3.6	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em painéis, chapas, placas, tabuletas, letras soltas ou símbolos e semelhantes: Por m²:							
3.6.1	Com ocupação de espaço público:							
3.6.1.1	Por mês ou fração.	9,80	21,13		30,93	1,00	0,458	14,16
3.6.1.2	Por ano ou fração superior a quatro meses . . .	20,18	48,63		68,81	1,00	0,796	54,77
3.6.1.3	Por quadrimestre	6,73	16,21		22,94	1,00	1,000	22,94
3.6.2	Sem ocupação de espaço público:							
3.6.2.1	Por mês ou fração.	5,89	18,63		24,52	1,00	0,308	7,54
3.6.2.2	Por ano ou fração superior a quatro meses . . .	16,24	18,63		34,87	1,00	0,564	19,66
3.6.2.3	Por quadrimestre	5,41	6,21		11,62	1,00	1,000	11,62
3.7	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em mobiliário e equipamento de esplanada:							
3.7.1	Toldos, guarda-ventos e semelhantes, por m² ou fração.	8,49	18,63		27,12	0,90	0,481	11,74
3.7.2	Cadeiras, mesas, guarda-sóis e semelhantes, por unidade	8,49	18,63		27,12	0,90	0,481	11,74
3.8	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em pilares publicitários e instalações especiais — por m² e por ano ou fração.							
3.9	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em baldes e semelhantes, insufláveis — por dia ou fração.	55,50	48,63		104,13	1,00	0,875	91,09
3.10	Licença para campanhas publicitárias de rua, por dia e local:							
3.10.1	Distribuição de panfletos	16,53	18,63		35,16	1,00	0,577	20,27
3.10.2	Distribuição de produtos	12,66	18,63		31,29	1,00	0,525	16,43
3.10.3	Degustação	12,66	18,63		31,29	1,00	0,525	16,43
3.10.4	Outras ações promocionais	10,73	18,63		29,36	1,00	0,495	14,52
3.11	Licença para afixação ou inscrição de publicidade em unidades móveis:							
3.11.1	Unidades móveis publicitárias — por m² ou fração e por ano ou fração	4,64	18,63		23,27	1,00	0,467	10,87
3.11.2	Em transportes públicos ou particulares — por m², por anúncio ou fração e por ano ou fração	4,64	18,63		23,27	1,00	0,389	9,06
3.11.3	Em transportes públicos ou particulares, quando alusivos à firma proprietária — por m2, por anúncio ou fração e por ano ou fração.	4,64	18,63		23,27	1,00	0,293	6,81
3.12	Licença para emissão de publicidade sonora:							
3.12.1	Aparelhos emitindo no espaço público ou para o espaço público com fins de publicidade — por dia ou fração	11,09	0,24		11,33	1,00	0,729	8,26
3.13	Licença para afixação ou inscrição de publicidade estática no interior de edifícios ou instalações municipais: — Por ano ou fração e por m²:							
3.13.1	Equipamentos desportivos:							
3.13.1.1	Complexo Desportivo “Cidade de Almada” e Pista de Atletismo	73,41	30,24		103,65	1,00	1,647	170,67
3.13.1.2	Outras instalações	73,41	30,24		103,65	1,00	0,823	85,34
3.13.2	Equipamentos culturais	73,41	30,24		103,65	1,00	1,235	128,00
3.13.3	Outras instalações municipais	73,41	30,24		103,65	1,00	0,823	85,34
3.14	Licença para afixação ou inscrição de publicidade não prevista nos artigos anteriores, por m² ou fração:							
3.14.1	Por mês ou fração.	12,48	2,74		15,22	1,00	0,814	12,39
3.14.2	Por ano ou fração	16,28	30,24		46,52	1,00	0,953	44,32
3.15	Licença para filmagens ou sessão fotográfica em espaço público: por hora e local							
		31,86	100,24		132,10	1,00	0,947	125,11

Tabela de taxas	Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
	Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
4	Ocupação de espaço público:							
4.1	Licença de ocupação do espaço aéreo do espaço público:							
4.1.1	Alpendres ou palas, fixos ou articulados, não integrados nos edifícios — por m² de área ou fração e por ano ou fração	11,09	21,13		32,22	1,00	0,434	13,98
4.1.2	Sanefa — por metro linear de frente ou fração e por ano ou fração	11,09	21,13		32,22	0,20	0,435	2,80
4.1.3	Toldos — por m² de área ou fração e por ano ou fração	11,09	21,13		32,22	0,25	0,435	3,50
4.1.4	Condutas para recolha de entulhos — por semana ou fração	11,09	21,13		32,22	0,02	0,436	0,27
4.1.5	Outras ocupações do espaço aéreo — por m² ou fração de projeção sobre o espaço público e por ano ou fração	11,09	21,13		32,22	1,00	0,434	13,98
4.2	Licença de ocupação da superfície e do subsolo de espaço público:							
4.2.1	Circos — por m² ou fração:							
4.2.1.1	Por semana	3,30	18,88		22,18	0,09	0,220	0,44
4.2.1.2	Por mês	3,30	18,88		22,18	0,30	0,222	1,48
4.2.2	Carrosséis e pistas de automóveis e outras instalações provisórias — por m² ou fração:							
4.2.2.1	Por semana	3,30	18,88		22,18	0,30	0,222	1,48
4.2.2.2	Por mês	3,30	18,88		22,18	1,00	0,221	4,91
4.2.3	Quiosques de venda de produtos alimentares — por m² ou fração e por mês:							
4.2.3.1	Venda de gelados	1,22	18,88		20,10	1,00	0,192	3,86
4.2.3.2	Outros produtos alimentares	1,22	18,88		20,10	1,20	0,192	4,63
4.2.4	Quiosque de venda, exposição e divulgação de outros produtos — Por m² ou fração:							
4.2.4.1	Por mês	1,22	18,88		20,10	1,00	0,134	2,70
4.2.4.2	Por ano	1,22	18,88		20,10	12,00	0,094	22,71
4.2.5	Guarda-ventos — Por m² de área ou fração e por mês ou fração:	2,38	19,13		21,51	1,00	0,114	2,45
4.2.6	Esplanadas fechadas, fixas ou amovíveis não integradas nos edifícios — por m² ou fração:							
4.2.6.1	Por ano	5,19	63,63		68,82	1,00	0,773	53,20
4.2.7	Esplanadas abertas — Por m² ou fração:							
4.2.7.1	Por mês	6,54	19,88		26,42	1,00	0,226	5,96
4.2.7.2	Por ano	6,54	33,63		40,17	1,00	0,518	20,81
4.2.8	Estrutura fixa ao solo ou inamovível de caráter duradouro, destinada a atividades económicas cujo procedimento de atribuição seja de iniciativa do Município:							
4.2.8.1	Por mês	6,54	19,88		26,42	1,00	0,113	2,98
4.2.8.2	Por ano	6,54	33,63		40,17	1,00	0,259	10,41
4.2.9	Máquinas automáticas de divertimento para crianças, de venda de guloseimas, arcas de gelados e semelhantes:							
4.2.9.1	Por cada e por mês	6,54	18,85		25,39	1,00	0,216	5,49
4.2.9.2	Por cada e por ano	63,02	21,13		84,15	1,00	0,778	65,50
4.2.10	Veículos automóveis ou similares por m²:							
4.2.10.1	Por dia	3,30	18,73		22,03	1,00	0,136	2,99
4.2.10.2	Por mês	3,30	18,73		22,03	30,00	0,095	62,88
4.2.11	Com veículo pesado, guindaste ou grua para elevação de materiais ou outros equipamentos, por m² ou fração de superfície de via pública e por dia (exceto para execução de obras de manutenção e conservação)	23,80	18,83		42,63	1,00	0,599	25,53
4.2.12	Andaimes (exceto para execução de obras de manutenção e conservação) — por andar ou pavimento a que correspondem, por metro linear ou fração e por mês ou fração:							
4.2.12.1	Áreas urbanas consolidadas	3,30	18,73		22,03	1,00	0,050	1,11
4.2.12.2	Outras áreas	3,30	18,73		22,03	1,00	0,035	0,78
4.2.13	Estaleiros, caldeiras, amassadouros, contentores e depósitos de entulho ou de materiais, por m² ou fração e por mês ou fração (exceto para execução de obras de manutenção e conservação):							
4.2.13.1	Áreas urbanas consolidadas	3,30	18,73		22,03	1,00	0,280	6,16
4.2.13.2	Outras áreas	3,30	18,73		22,03	1,00	0,196	4,31

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
4.2.14	Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes — Por metro linear ou fração:								
4.2.14.1	Com diâmetro até 200 mm.	6,54	18,83			25,37	1,00	0,471	11,96
4.2.14.2	Por diâmetro superior a 200 mm	6,54	18,83			25,37	1,00	0,566	14,35
4.2.15	Utilização de subsolo com tubos e condutas em infraestruturas de operadores de gás — Por metro linear ou fração e por ano:								
4.2.15.1	Com diâmetro até 200 mm.				0,90	0,90	1,00	1,000	0,90
4.2.15.2	Por diâmetro superior a 200 mm				1,10	1,10	1,00	1,000	1,10
4.2.16	Depósitos à superfície, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras — por m³ ou fração e por ano	63,02	21,13			84,15	1,00	0,778	65,50
4.2.17	Depósitos subterrâneos, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras — por m³ ou fração e por ano	63,02	21,13			84,15	1,00	0,467	39,31
4.2.18	Outras ocupações não previstas nos números anteriores — Por m² ou fração (exceto para execução de obras de manutenção e conservação):								
4.2.18.1	Com construção:								
4.2.18.1.1	Por mês ou fração.	3,30	18,83			22,13	1,00	0,185	4,09
4.2.18.1.2	Por ano	3,30	18,83			22,13	12,00	0,148	39,18
4.2.18.2	Sem construção:								
4.2.18.2.1	Por mês ou fração.	3,30	18,83			22,13	1,00	0,111	2,45
4.2.18.2.2	Por ano	3,30	18,83			22,13	12,00	0,089	23,51
4.2.19	Utilização de infraestruturas de energia elétrica de Baixa Tensão para atividade diferente daquela:								
4.2.19.1	Apoios de suporte de cabos de energia elétrica em baixa tensão (postes, consolas e postales) — por unidade e por mês	3,30	18,67			21,97	1,00	0,067	1,48
4.2.19.2	Cabos condutores — por metro linear ou frações e por ano:								
4.2.19.2.1	Subterrâneos.	3,30	18,67			21,97	1,00	0,038	0,83
4.2.19.2.2	Aéreos	3,30	18,67			21,97	1,00	0,045	0,99
4.2.20	Estruturas que servem de suporte físico a antenas de telecomunicações, designadamente, de redes móveis de comunicações, tais como mastros ou caixas exteriores, ocupando a via pública ou localizadas em edifícios municipais, por unidade por ano ou fração.	3,30	18,88			22,17	180,00	1,000	3.991,29
4.3	Licença para instalação de bombas abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água:								
4.3.1	Bombas de carburantes líquidos — Por cada carburante e por ano:								
4.3.1.1	Instaladas inteiramente na via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.1.2	Instaladas na via pública mas com depósitos em propriedade particular	31,86	127,02			158,88	1,00	2,209	350,88
4.3.1.3	Instaladas em propriedade particular mas com depósito na via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	2,209	350,88
4.3.1.4	Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo na via pública.	31,86	127,02			158,88	1,00	1,963	311,89
4.3.2	Bombas de ar ou água — Por cada e por ano:								
4.3.2.1	Instaladas inteiramente na via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.2.2	Instaladas na via pública mas com depósitos em propriedade particular	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.2.3	Instaladas em propriedade particular mas com depósito na via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.2.4	Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo na via pública.	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.3	Bombas volantes, abastecendo na via pública — Por cada e por ano	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.4	Tomadas — por cada e por ano:								
4.3.4.1	De ar, instaladas noutras bombas:								
4.3.4.1.1	Com compressor saliente na via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.4.1.2	Com compressor ocupando apenas o subsolo da via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.4.1.3	Com compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo na via pública.	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95
4.3.4.2	De água, abastecendo na via pública	31,86	127,02			158,88	1,00	0,818	129,95

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
5	Mercados, feiras e similares:								
5.1	Emissão do título de ocupação — Por ano ou fração:								
5.1.1	Ocupante:								
5.1.1.1	Emissão ou renovação do título/cartão de identificação	4,20	1,84			6,04	0,70	1,000	4,23
5.1.1.2	Segunda via	4,20	1,84			6,04	0,50	1,781	5,38
5.1.2	Empregado e/ou colaboradores ou familiar do ocupante:								
5.1.2.1	Emissão ou renovação do título/cartão de identificação	4,20	1,84			6,04	0,70	0,315	1,33
5.1.2.2	Segunda via	4,20	1,84			6,04	0,50	1,781	5,38
5.1.3	Descarregador	4,20	1,84			6,04	0,70	1,000	4,23
5.2	Venda por grosso:								
5.2.1	Produtos hortícolas e frutícolas em área coberta — Por m² ou fração:								
5.2.1.1	Por dia	0,19	0,11	0,09	0,03	0,41	1,00	1,000	0,41
5.2.1.2	Por mês.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	1,00	0,731	9,03
5.2.2	Produtos hortícolas e frutícolas em área descoberta — Por m² ou fração:								
5.2.2.1	Por dia	0,19	0,11	0,09	0,03	0,41	1,00	1,000	0,41
5.2.2.2	Por mês.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	0,50	0,976	6,03
5.2.3	Ocupação por volume e por dia — área coberta ou descoberta:	0,19	0,11	0,09	0,03	0,41	1,00	0,947	0,39
5.2.4	Em viaturas nos parques ou na área descoberta, vendendo diretamente — por viatura e por mês:								
5.2.4.1	Em área descoberta	5,74	3,25	47,56	0,80	57,36	1,00	0,990	56,78
5.2.4.2	Em área coberta	5,74	3,25	47,56	0,80	57,36	1,00	1,700	97,51
5.3	Venda a retalho:								
5.3.1	Lojas — por m² ou fração e por mês:								
5.3.1.1	Lojas abertas para o exterior do mercado com horário independente do funcionamento do mercado:								
5.3.1.1.1	Talhos, restauração e bebidas.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	1,00	1,000	12,36
5.3.1.1.2	Peixarias	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	1,00	0,950	11,74
5.3.1.1.3	Mercearias, charcutarias e frutaria.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	1,00	0,900	11,13
5.3.1.1.4	Floristas	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	1,00	0,700	8,65
5.3.1.1.5	Outros.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	1,00	0,600	7,42
5.3.1.2	Lojas fechadas para o exterior do mercado:								
5.3.1.2.1	Talhos, restauração e bebidas.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	0,50	1,000	6,18
5.3.1.2.2	Peixarias	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	0,50	0,950	5,87
5.3.1.2.3	Mercearias, charcutarias e frutarias	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	0,50	0,900	5,56
5.3.1.2.4	Floristas	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	0,50	0,700	4,33
5.3.1.2.5	Outros.	5,74	3,25	2,56	0,80	12,36	0,50	0,600	3,71
5.3.2	Bancas de peixe — cada:								
5.3.2.1	Por dia	0,77	0,43	0,34	0,11	1,65	1,25	0,980	2,02
5.3.2.2	Por mês.	22,97	13,00	10,25	3,21	49,44	1,00	0,473	23,38
5.3.3	Bancas — cada:								
5.3.3.1	Por dia	0,77	0,43	0,34	0,11	1,65	1,25	0,500	1,03
5.3.3.2	Por mês.	22,97	13,00	10,25	3,21	49,44	1,00	0,300	14,83
5.3.4	Bancas com vitrina frigorífica — por mês:								
5.3.4.1	Vitrina frigorífica — propriedade particular.	22,97	13,00	10,25	3,21	49,44	1,00	0,700	34,61
5.3.4.2	Vitrina frigorífica — propriedade do município	22,97	13,00	18,58	3,21	57,77	1,00	0,700	40,44
5.3.5	Lugares de terrado — por mês ou fração:								
5.3.5.1	Por dia	0,19	0,11		0,03	0,33	1,00	1,200	0,39
5.3.5.2	Por mês.	5,74	3,25		0,80	9,80	1,00	1,000	9,80
5.3.6	Ocupação em armazém por volume e por dia	0,19	0,11	0,09	0,03	0,41	1,00	1,000	0,41
5.4	Venda em feiras e similares:								
5.4.1	Lugares formais — cada:								
5.4.1.1	Por mês.	4,50	8,84	0,44		13,77	1,50	1,000	20,66
5.4.1.2	Por ano	53,95	106,04	5,26		165,26	1,00	1,000	165,26
5.4.2	Lugares informais — por m²:								
5.4.2.1	Por dia	0,15	0,29	0,01		0,45	1,00	1,000	0,45
5.4.2.2	Por mês.	4,50	8,84	0,44		13,77	1,00	0,679	9,35
5.5	Utilização de câmaras frigoríficas — Por dia ou fração:								
5.5.1	Produtos hortícolas e frutícolas — por caixa ou volume.		1,26			1,26	1,00	0,516	0,65
5.5.2	Peixe, carnes, miudezas e criação — por caixa ou volume		1,45			1,45	1,00	0,668	0,97

Tabela de taxas	Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
	Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
5.6								
5.6.1		38,33			38,33	1,00	0,993	38,07
5.6.2		5,42			5,42	1,00	1,000	5,42
6								
6.1								
6.1.1	3.721,50	220,00			3.941,50	0,50	0,149	294,29
6.1.2	3.721,50	220,00			3.941,50	1,00	0,149	588,59
6.2	7,14	21,75			28,89	1,00	0,522	15,09
6.3	18,25	18,64			36,89	1,00	1,000	36,89
7								
7.1								
7.1.1								
7.1.1.1	11,52	17,50			29,02	1,00	0,886	25,70
7.1.1.2	11,52	22,50			34,02	1,00	0,869	29,56
7.1.2								
7.1.2.1	11,52	17,50			29,02	1,00	1,063	30,84
7.1.2.2	11,52	17,50			29,02	1,00	1,178	34,18
7.1.3								
7.1.3.1	11,52	17,50			29,02	1,00	1,284	37,26
7.1.3.2	11,52	17,50			29,02	1,00	1,771	51,40
7.1.4								
7.1.4.1	11,52	17,50			29,02	1,00	0,886	25,70
7.1.4.2	11,52	17,50			29,02	1,00	59,037	1.713,35
7.2								
7.2.1								
7.2.1.1	30,87	27,18	45,99	95,80	199,84	1,00	1,000	199,84
7.2.1.2	30,87	27,18	45,99	95,80	199,84	1,00	1,500	299,76
7.2.2								
7.2.2.1	30,87	27,18	45,99	95,80	199,84	0,50	0,700	69,94
7.2.2.2	30,87	27,18	45,99	95,80	199,84	1,00	0,700	139,89
7.3								
7.4	11,52	17,50			29,02	1,00	1,019	29,56
7.4.1	11,52	17,50			29,02	1,00	0,330	9,58
7.4.2	11,52	17,50			29,02	1,00	0,292	8,47
7.5								
7.5.1	4,20		5,12		9,32	1,00	0,593	5,53
7.6								
7.6.1								
7.6.1.1	15,04	0,24	7,50		22,78	50,00	1,138	1.295,74
7.6.1.2	15,04	0,24	7,50		22,78	60,00	0,316	431,91
7.6.1.3	15,04	0,24	7,50		22,78	100,00	0,284	647,87
7.6.1.4								
7.7	4,20	0,24			4,44	1,00	0,619	2,75
7.8								
7.8.1	11,89	0,24			12,13	5,00	1,000	60,65
7.8.2	11,89	0,24			12,13	4,00	0,845	40,98
7.8.3	11,89	0,24			12,13	1,00	0,000	
7.9								
7.9.1	5,74	3,25			8,99	0,50	0,745	3,35
7.9.2	68,92	39,01			107,93	0,50	0,433	23,38

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
8	Obras particulares/operações de loteamento e obras de urbanização:								
8.1	Indicação, verificação ou marcação de alinhamento ou nivelamento para efeitos de construção — por cada	32,50	19,59			52,09	1,00	1,000	52,09
8.2	Averbamentos de:								
8.2.1	Titularidade em processos, licenças e alvarás . . .	11,89	0,24			12,13	1,00	1,000	12,13
8.2.2	Depósito de Ficha Técnica da Habitação.	19,41	0,24			19,65	1,00	0,860	16,89
8.3	Licença de construção e admissão de Comunicação Prévia:								
8.3.1	Por cada período de 22 dias úteis ou fração. . .	62,25	4,80			67,05	1,00	0,127	8,50
8.3.2	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 1.ª prorrogação do prazo:								
8.3.2.1	Para habitação unifamiliar	62,25	4,80			67,05	1,00	0,254	17,01
8.3.2.2	Para habitação plurifamiliar e outros usos.	62,25	4,80			67,05	1,00	0,761	51,03
8.3.3	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 2.ª prorrogação do prazo:								
8.3.3.1	Para habitação unifamiliar	62,25	4,80			67,05	1,00	0,380	25,51
8.3.3.2	Para habitação plurifamiliar e outros usos.	62,25	4,80			67,05	1,00	1,000	67,05
8.4	Autorização de utilização:								
8.4.1	Por cada fogo e seus anexos.	11,19	0,24			11,43	1,00	0,571	6,53
8.4.2	Por cada 50 m² ou fração de outros usos.	11,19	0,24			11,43	1,00	0,571	6,53
8.5	Procedimentos Especiais de Licenciamento ou Autorização:								
8.5.1	Autorização de instalação de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	30,58	18,63			49,21	2,00	0,824	81,13
8.5.2	Licenciamento de instalações de armazenamento de produtos derivados do Petróleo, instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço:								
8.5.2.1	Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na sua atual redação, e do Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos derivados do Petróleo, Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço	225,60	18,63			244,23	1,00	1,000	244,23
8.5.2.2	Vistorias relativas ao processo de licenciamento	270,72	18,63			289,35	1,00	0,728	210,77
8.5.2.3	Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	270,72	18,63			289,35	1,00	0,728	210,77
8.5.2.4	Vistorias periódicas	270,72	18,63			289,35	1,00	0,728	210,77
8.5.2.5	Repetição de vistoria para verificação das condições impostas	270,72	18,63			289,35	1,00	0,728	210,77
8.5.2.6	Vistorias para parques de armazenagem de garrafas de GPL, com capacidade $\geq 0,520$ m³.	270,72	18,63			289,35	1,00	1,000	289,35
8.5.2.7	Averbamentos.	270,72	18,63			289,35	1,00	0,500	144,67
8.6	Vistorias:								
8.6.1	Vistorias de demolição — Por cada piso a demolir	270,72	18,63			289,35	1,00	0,091	26,28
8.6.2	Vistorias para autorização de utilização — Por cada fogo e seus anexos ou unidade de ocupação	45,12	18,63			63,75	1,00	0,288	18,35
8.6.2.1	Em caso de repetição de vistoria por causa imputável ao requerente, ou de novo pedido por desistência do primeiro, será cobrado 3 vezes o valor definido em 8.6.2:								
8.6.3	Vistorias nos termos dos artigos 89.º e 90.º do RJUE	76,94	18,63			95,56	1,00	0,288	27,55
8.6.4	Vistorias para receção provisória e definitiva de obras de urbanização	107,02	18,63			125,64	1,00	0,292	36,73
8.6.5	Outras Vistorias e Relatórios Técnicos	107,02	18,63			125,64	1,00	0,146	18,35
8.6.6	Vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6.º do DL 128/2014, de 29 de agosto (regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local).	67,68	18,63			86,31	1,00	0,400	34,52

Tabela de taxas	Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
	Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
8.7	Informações Prévias e Informações sobre o estado e andamento de processos:							
8.7.1	Informações nos termos da alínea a) do artigo 110.º do RJUE	19,75	2,40		22,15	1,00	0,828	18,35
8.7.2	Informações nos termos da alínea b) do artigo 110.º do RJUE, quando não requeridas pelo titular do processo	19,75	2,40		22,15	1,00	0,828	18,35
8.7.3	Informação prévia prevista no artigo 14.º, n.º 1 do RJUE	70,99	4,80		75,79	1,20	1,000	90,94
8.7.4	Informação prévia prevista no artigo 14.º, n.º 2 do RJUE	70,99	4,80		75,79	1,20	1,000	90,94
8.8	Emissão de alvarás de licença de loteamento e de obras de urbanização:							
8.8.1	Emissão de alvará de loteamento por cada unidade de habitação ou cada 100 m² ou fração de outras utilizações	24,66	4,80		29,46	1,00	0,244	7,18
8.8.2	Por cada aditamento ao alvará	24,66	4,80		29,46	1,00	0,122	3,60
8.8.3	Prazo de execução de obras de urbanização:							
8.8.3.1	Por cada período de 22 dias úteis ou fração	24,66	4,80		29,46	1,00	0,244	7,18
8.8.3.2	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 1.ª prorrogação do prazo	24,66	4,80		29,46	1,00	0,244	7,18
8.8.3.3	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 2.ª prorrogação do prazo	24,66	4,80		29,46	1,00	0,244	7,18
8.9	Certidão de Destaque	30,96	23,19		54,15	2,30	1,000	124,54
8.10	Participação nos equipamentos coletivos locais, em áreas em que as infraestruturas não estejam asseguradas pelo loteador ou em lotes constituídos ao abrigo do artigo 6.º, n.ºs 4 e 5 do RJUE, na sua atual redação, por fogo			3.572,15	3.572,15	1,00	1,000	3.572,15
8.11	Comparticipação na obra de enxugo na bacia de Vale Cavala, por cada fogo ou utilização equivalente			3.041,75	3.041,75	1,00	1,000	3.041,75
8.12	Taxa municipal de urbanização referente à comparticipação na realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais:							
8.12.1	Por m² de área de construção para habitação, comércio, serviços e armazéns, incluindo arrecadações, na área que ultrapasse 50 % do uso principal:							
8.12.1.1	UNOP 1 — Almada Nascente			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.2	UNOP 2 — Laranjeiro			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.3	UNOP 3 — Almada Poente			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.4	UNOP 4 — Vale Mourelos			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.1.5	UNOP 5 — Monte de Caparica			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.6	UNOP 6 — Pêra, mais áreas urbanas consolidadas da Freguesia da Trafaria			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.1.7	UNOP 7 — Trafaria/Costa da Caparica, exceto as áreas urbanas consolidadas da Freguesia da Trafaria			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.8	UNOP 8 — Funchalinho			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.9	UNOP 9 — Capuchos			69,52	69,52	0,85	0,996	58,87
8.12.1.10	UNOP 10 — Charneca de Caparica			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.1.11	UNOP 11 — Sobreda/Vales			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.1.12	UNOP 12 — Quintinhas/Vale Cavala			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.1.13	UNOP 13 — Matas			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.1.14	UNOP 14 — Aroeira			69,52	69,52	0,80	1,000	55,62
8.12.2	Por m² de construção para empreendimentos turísticos e por m² de área de ocupação de edificações industriais, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 0,20 ao valor base definido em 8.12.1, visando o incentivo ao desenvolvimento económico e turístico do concelho;							
8.12.3	Em operações urbanísticas desenvolvidas no âmbito do Polo Tecnológico de Empresas de Inovação do Parque de Ciências e Tecnologia Almada/Setúbal (Madam Parque) e em edificações destinadas a Industrias de Base Tecnológica localizadas em espaços I&D (Investigação e Desenvolvimento) previstos no PDMA — isento, visando o incentivo ao desenvolvimento económico e sustentável do concelho;							

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
8.12.4	Nas operações urbanísticas em áreas em que as infraestruturas não estejam asseguradas pelo loteador ou em lotes constituídos ao abrigo do artigo 6.º, n.ºs 4 e 5 do RJUE, na sua atual redação, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 1,50 ao valor base definido em 8.12.1, em função da área edificável no lote.								
8.12.5	Alteração ao uso fixado na licença ou autorização de utilização, por cada m² de área útil da fração sujeita a mudança de uso:								
8.12.5.1	De habitação, indústria e armazéns para comércio, serviços e equipamentos privados, nas UNOP's 1, 2 e 7, exceto as áreas urbanas consolidadas da Trafaria e as situações abrangidas por estudos de mudanças de uso devidamente aprovadas pela Câmara, e projetos de criação de emprego aprovados e apoiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 2,0 ao valor base definido em 8.12.1; Suspensão, pelo período de um ano, para os processos pendentes, iniciados e executados nesse período.								
8.12.5.2	De estacionamento ou arrecadações ou similares, para qualquer outro uso em todo o concelho, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 2,0 ao valor base definido em 8.12.1;								
8.12.5.3	Outras operações materiais do solo para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 0,5 ao valor base definido em 8.12.1, por m² de solo utilizado.								
8.13	Comparticipação nas infraestruturas periféricas na zona da Aroeira, proporcionalmente a cada parcela de 5.000 m²			55.900,00		55.900,00	1,00	1,000	55.900,00
8.14	Execução de obras de infraestruturas a garantir pelos urbanizadores na área do Plano Parcial de Almada, por m² de área de construção. . . .			107,17		107,17	1,00	1,000	107,17
8.15	Nos casos em que exista aumento da área de construção que gera deficit de estacionamento, haverá lugar à seguinte participação por cada lugar de estacionamento			10.000,00		10.000,00	1,00	1,000	10.000,00
8.16	Inspecções de ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes:								
8.16.1	Inspecções periódicas ou extraordinárias	23,43	98,40			121,83	1,10	1,000	134,01
8.16.2	Reinspecções	11,72	73,80			85,52	1,10	1,000	94,07
8.16.3	Selagem e desselagem de elevadores.	11,72	73,80			85,52	1,10	1,000	94,07
8.17	Taxas de Controlo no âmbito do SIR:								
8.17.1	Nos termos do artigo 79.º do DL n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado e republicado pelo DL n.º 73/2015, de 11 de maio que aprova o Sistema de Indústria Responsável (SIR), e sem prejuízo das taxas previstas em legislação específica, é devido o pagamento de uma taxa única para cada um dos seguintes atos: (Taxa única calculada no quadro II do anexo V do DL 169/2012 a ser regulamentada por Portaria dos membros do governo (artigo 80.º)).								
8.17.1.1	Emissão de títulos digitais previstos no SIR . . .				94,92	94,92	1,00	1,000	94,92
8.17.1.2	Alterações, aditamentos ou atualizações aos títulos digitais previstos no SIR, excecionadas as atualizações decorrentes da realização de vistorias de conformidade para os efeitos previstos nas al. c), d) e e) do n.º 1 do artigo 36.º				94,92	94,92	1,00	1,000	94,92
8.17.1.3	Apreciação dos pedidos de exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição				94,92	94,92	1,00	1,000	94,92
8.17.1.4	Apreciação de pedidos de conversão em ZER . . .				94,92	94,92	1,00	1,000	94,92
8.17.1.5	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos				94,92	94,92	1,00	1,000	94,92

Tabela de taxas		Custo da atividade					Benefício	Incentivo/ Desincentivo	Taxa final 2016
		Mão-de-obra	FSE	Investimento	Custos indiretos com pessoal	Custo total			
9	Serviço veterinário:								
9.1	Segurança Alimentar:								
9.1.1	Vistorias a veículos de transporte de géneros alimentícios ou unidades móveis ou amovíveis de comércio não sedentário de géneros alimentícios	61,08	18,63			79,71	0,50	0,367	14,63
9.1.2	Vistorias a estabelecimentos de comércio de produtos alimentares	61,08	18,63			79,71	0,75	1,000	59,78
9.2	Serviços prestados pelo Serviço Veterinário:								
9.2.1	Estadia de animais segundo enquadramento legal (por animal e por cada período de 24:00 horas ou fração):								
9.2.1.1	Canídeos e felinos	4,87	0,45			5,32	1,00	0,444	2,36
9.2.1.2	Outros animais	4,87	0,45			5,32	1,00	0,882	4,69
9.2.2	Recolha de animal na via pública (por animal)	8,61	11,19			19,80	1,00	0,592	11,73
9.2.3	Recolha de animais para efeitos de vigilância sanitária, fora do concelho, acresce o valor por km percorrido	7,41	6,61			14,02	1,00	1,000	14,02
9.2.4	Vigilância clínica (recolha estipulada por lei — por animal e por cada período de 24:00 horas ou fração)	12,39	0,45			12,84	1,00	0,848	10,89
9.2.5	Occisão (por animal)	7,41	6,61			14,02	1,00	0,949	13,31
9.2.6	Incineração (por kg)		1,07			1,07	1,00	1,000	1,07
9.2.7	Esterilização/Castração de canídeos perigosos ou potencialmente perigosos, para situações definidas legalmente e com comprovativo de insuficiência económica:								
9.2.7.1	Cadela até 10 kg	47,97	11,48			59,45	1,00	0,773	45,95
9.2.7.2	Cadela de 10 a 25 kg	47,97	17,04			65,01	1,00	0,923	60,00
9.2.7.3	Cadela mais de 25 kg	47,97	22,78			70,75	1,00	1,047	74,05
9.2.7.4	Cão até 10 kg	31,98	11,48			43,46	1,00	0,863	37,52
9.2.7.5	Cão de 10 a 25 kg	31,98	14,39			46,37	1,00	1,112	51,57
9.2.7.6	Cão mais de 25 kg	31,98	16,23			48,21	1,00	1,361	65,62

* Às taxas constantes da presente tabela será acrescido, quando devido, o IVA, à taxa legal em vigor.

Tabela de taxas		Taxa
1	Serviços administrativos:	
1.1	Alvarás não especialmente contemplados na presente tabela	8,03
1.2	Licenciamento de recinto:	
1.2.1	Licenças de recinto — Por cada período ou fração de 30 dias	6,89
1.2.2	Vistoria de recinto	14,63
1.3	Registo de minas e de nascentes de águas mineromedicinais	14,63
1.4	Averbamentos não especialmente contemplados na presente tabela	4,01
1.5	Rubrica em livros, processos e documentos — cada rubrica	0,16
1.6	Balcão do Empreendedor:	
1.6.1	Mera Comunicação Prévia	39,96
1.6.2	Autorização	63,46
1.6.3	Aos n.ºs 1.6.1 e 1.6.2 acrescem, sempre que aplicável, os valores das taxas respetivas das atividades específicas.	
1.6.4	Alteração do titular do estabelecimento	38,49
1.7	Vistorias:	
1.7.1	A veículos	14,63
1.7.2	Outras não especialmente previstas nesta tabela	14,63
1.8	Vistoria complementar para instalação de estabelecimento sujeito a alvará municipal	14,63
1.9	Afixação de editais de entidades estranhas ao Município	2,75
1.10	Buscas, por cada ano, excetuando-se o do pedido ou aquele que expressamente se indique:	
1.10.1	Aparecendo o objeto da busca	2,75
1.10.2	Não aparecendo o objeto da busca	1,55
1.11	Conferição e autenticação de documentos apresentados por particulares — por cada folha	2,75
1.12	Autenticação de documentos arquivados:	
1.12.1	Por cada autenticação	3,62
1.12.2	Acresce por cada lauda de positivo	1,74
1.13	Certidões:	
1.13.1	De teor:	
1.13.1.1	Não excedendo uma lauda	2,13
1.13.1.2	Por cada lauda além da 1.ª ainda que incompleta	1,43

Tabela de taxas		Taxa
1.13.2	Narrativa:	
1.13.2.1	Não excedendo uma lauda	6,42
1.13.2.2	Por cada lauda além da 1.ª ainda que incompleta	1,43
1.13.3	Certidões para efeitos de IMI — por cada fogo ou fração equivalente	14,29
1.14	Segundas vias de Alvarás, Licenças e outros documentos	9,63
1.15	Fornecimento de cartografia topográfica:	
1.15.1	Cartografia de base comum em suporte digital à escala 1/1000:	
1.15.1.1	Por ha	19,16
1.15.1.2	Por folha (40 ha)	239,37
1.15.1.3	Do Concelho (7029 ha)	23.979,35
1.15.2	Cartografia generalizada em suporte digital — cobertura fotográfica 2003:	
1.15.2.1	Escala 1:5000:	
1.15.2.1.1	Por folha	476,69
1.15.2.1.2	Do Concelho	1.906,69
1.15.2.2	Escala 1:10000:	
1.15.2.2.1	Por folha	285,99
1.15.2.2.2	Cartografia do Concelho	1.715,45
1.15.2.3	Escala 1:25000:	
1.15.2.3.1	Por folha	476,63
1.15.2.3.2	Do Concelho	2.381,78
1.15.3	Plantas do Concelho, por freguesias, em suporte digital escala 1:5000:	
1.15.3.1	Almada (137 ha)	95,38
1.15.3.2	Cacilhas (107 ha)	95,78
1.15.3.3	Caparica (1101 ha)	477,85
1.15.3.4	Charneca de Caparica (2298 ha)	664,91
1.15.3.5	Cova da Piedade (146 ha)	95,05
1.15.3.6	Costa de Caparica (1064 ha)	663,83
1.15.3.7	Feijó (396 ha)	286,45
1.15.3.8	Laranjeiro (386 ha)	286,20
1.15.3.9	Pragal (228 ha)	191,73
1.15.3.10	Sobreda (591 ha)	331,32
1.15.3.11	Trafaria (575 ha)	332,75
1.15.4	Ortofotomapas em suporte digital — cobertura fotográfica 2003 — escala 1:10000:	
1.15.4.1	Folha completa (área = 2500 ha)	103,74
1.15.5	Fornecimento em suporte papel:	
1.15.5.1	Impressão de cartografia vetorial em A0 e outros formatos, para todas as escalas — por cada impressão	4,66
1.15.5.2	Impressão de cartografia em formato raster A0, em qualquer escala — por cada impressão	10,38
1.15.6	Para as instituições de ensino credenciadas ou estudantes, e outras instituições da Administração Central, bem como da existência de protocolos específicos:	
1.15.6.1	Cartografia de base comum em suporte digital à escala 1/1000:	
1.15.6.1.1	Por ha	11,50
1.15.6.1.2	Por folha (40 ha)	143,62
1.15.6.1.3	Do Concelho (7029 ha)	14.387,61
1.15.6.2	Cartografia generalizada em suporte digital — cobertura fotográfica 2003:	
1.15.6.2.1	Escala 1:5000:	
1.15.6.2.1.1	Por folha	286,02
1.15.6.2.1.2	Do Concelho	1.144,01
1.15.6.2.2	Escala 1:10000:	
1.15.6.2.2.1	Por folha	171,60
1.15.6.2.2.2	Cartografia do Concelho	1.029,27
1.15.6.2.3	Escala 1:25000:	
1.15.6.2.3.1	Por folha	285,98
1.15.6.2.3.2	Do Concelho	1.429,07
1.15.6.3	Plantas do Concelho, por freguesias, em suporte digital escala 1:5000:	
1.15.6.3.1	Almada (137 ha)	57,23
1.15.6.3.2	Cacilhas (107 ha)	57,47
1.15.6.3.3	Caparica (1101 ha)	286,71
1.15.6.3.4	Charneca de Caparica (2298 ha)	398,95
1.15.6.3.5	Cova da Piedade (146 ha)	57,03
1.15.6.3.6	Costa de Caparica (1064 ha)	398,30
1.15.6.3.7	Feijó (396 ha)	171,87
1.15.6.3.8	Laranjeiro (386 ha)	171,72
1.15.6.3.9	Pragal (228 ha)	115,04
1.15.6.3.10	Sobreda (591 ha)	198,79
1.15.6.3.11	Trafaria (575 ha)	199,65
1.15.6.4	Ortofotomapas em suporte digital — cobertura fotográfica 2003 — escala 1:10000:	
1.15.6.4.1	Folha completa (área = 2500 ha)	62,24
1.15.7	Para os particulares e empresas, cuja utilização da cartografia se destina à apresentação de Loteamentos e projetos particulares no município, sendo obrigatório o retorno da informação em suporte digital:	
1.15.7.1	Cartografia de base comum em suporte digital à escala 1/1000:	
1.15.7.1.1	Por ha	9,58
1.15.7.1.2	Por folha (40 ha)	119,68
1.15.7.1.3	Do Concelho (7029 ha)	11.989,67
1.15.7.2	Cartografia generalizada em suporte digital — cobertura fotográfica 2003:	
1.15.7.2.1	Escala 1:5000:	
1.15.7.2.1.1	Por folha	238,35
1.15.7.2.1.2	Do Concelho	953,34

Tabela de taxas		Taxa
1.15.7.2.2	Escala 1:10000:	
1.15.7.2.2.1	Por folha	143,00
1.15.7.2.2.2	Cartografia do Concelho	857,72
1.15.7.2.3	Escala 1:25000:	
1.15.7.2.3.1	Por folha	238,32
1.15.7.2.3.2	Do Concelho	1.190,89
1.15.7.3	Plantas do Concelho, por freguesias, em suporte digital escala 1:5000:	
1.15.7.3.1	Almada (137 ha)	47,69
1.15.7.3.2	Cacilhas (107 ha)	47,89
1.15.7.3.3	Caparica (1101 ha)	238,93
1.15.7.3.4	Charneca de Caparica (2298 ha)	332,46
1.15.7.3.5	Cova da Piedade (146 ha)	47,52
1.15.7.3.6	Costa de Caparica (1064 ha)	331,91
1.15.7.3.7	Feijó (396 ha)	143,23
1.15.7.3.8	Laranjeiro (386 ha)	143,10
1.15.7.3.9	Pragal (228 ha)	95,86
1.15.7.3.10	Sobreda (591 ha)	165,66
1.15.7.3.11	Trafaria (575 ha)	166,37
1.15.7.4	Ortofotomapas em suporte digital — cobertura fotográfica 2003 — escala 1:10000:	
1.15.7.4.1	Folha completa (área = 2500 ha)	51,87
1.16	Fornecimento de cartografia do Ambiente Acústico do Concelho de Almada:	
1.16.1	Extrato da Carta de Ruído em suporte digital:	
1.16.1.1	Por ha	24,18
1.16.1.2	Por folha (40 ha)	301,23
1.16.2	Extrato da Carta de Ruído em papel:	
1.16.2.1	Impressão da cartografia da Carta de Ruído em todas as escalas — por cada impressão A4	6,06
1.16.3	Para a realização de estudos e trabalhos que incidam sobre a área territorial do concelho de Almada, desde que enquadrados por protocolos específicos, cartografia em formato digital, devendo ser facultado ao Município os resultados dos estudos e outros trabalhos que forem realizados, em formato digital:	
1.16.3.1	Por ha	15,69
1.16.3.2	Por folha (40 ha)	200,89
1.16.4	Para os particulares e empresas cuja utilização da cartografia de Ruído Ambiente se destine à apresentação de loteamentos e projetos particulares no Município, sendo obrigatório o retorno da informação em suporte digital:	
1.16.4.1	Extrato da Carta do Ambiente Acústico em suporte digital:	
1.16.4.1.1	Por ha	13,08
1.16.4.1.2	Por folha (40 ha)	167,41
1.16.4.2	Extrato da Carta do Ambiente Acústico em papel:	
1.16.4.2.1	Impressão da cartografia da Carta do Ambiente Acústico em todas as escalas — por cada impressão A4	3,14
1.16.5	Extrato da carta de zonamento acústico em suporte digital:	
1.16.5.1	Por ha	26,16
1.16.5.2	Por folha (40 ha)	334,82
1.16.6	Extrato da Carta de Zonamento Acústico em papel:	
1.16.6.1	Impressão da cartografia da Zonamento Acústico em todas as escalas — por cada impressão A4	6,28
1.16.7	Para a realização de estudos e trabalhos que incidam sobre a área territorial do concelho de Almada, desde que enquadrados por protocolos específicos, para cartografia em formato digital, devendo ser facultado ao Município os resultados dos estudos e outros trabalhos que forem realizados, em formato digital:	
1.16.7.1	Por ha	15,69
1.16.7.2	Por folha (40 ha)	200,89
1.16.8	Para os particulares e empresas cuja utilização da cartografia do zonamento acústico se destine à apresentação de loteamentos e projetos particulares no Município, sendo obrigatório o retorno da informação em suporte digital:	
1.16.8.1	Extrato da carta de zonamento acústico em suporte digital:	
1.16.8.1.1	Por ha	13,08
1.16.8.1.2	Por folha (40 ha)	167,41
1.16.8.2	Extrato da carta de zonamento acústico em papel:	
1.16.8.2.1	Impressão da cartografia de zonamento acústico em todas as escalas — por cada impressão A4	3,14
2	Serviços diversos:	
2.1	Emissão de segundas vias de licenças de condução de Ciclomotores, Motociclos de cilindrada não superior a 50 cc e veículos agrícolas	1,49
2.2	Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão:	
2.2.1	Transferência de propriedade	54,52
2.3	Realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre:	
2.3.1	Provas desportivas	12,13
2.3.2	Provas desportivas promovidas por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, associações privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas	Isento
2.4	Licença trienal para atividade de Guarda-noturno (n.º 2 art.º 5.º do DL 310/2002, de 18/12, alterado pelo DL 114/2008, de 01/07)	60,25
2.5	Licença para realização de acampamentos ocasionais — por dia	68,55
2.5.1	Licença para realização de acampamentos ocasionais promovidas por pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, associações privadas sem fins lucrativos, instituições de solidariedade social e cooperativas	Isento
2.6	Licença Especial de Ruído:	
2.6.1	Obras de Construção Civil, até 30 dias (taxa fixa)	354,32
2.6.2	Competições Desportivas:	
2.6.2.1	Nacionais (por dia):	
2.6.2.1.1	Dias úteis	88,58
2.6.2.1.2	Fins de semana e feriados	110,72

Tabela de taxas		Taxa
2.6.2.2	Internacionais (por dia):	
2.6.2.2.1	Dias úteis	180,39
2.6.2.2.2	Fins de semana e feriados	221,45
2.6.3	Feiras e Mercados	88,58
2.6.4	Festas com música ao vivo/Concertos:	
2.6.4.1	Recintos abertos:	
2.6.4.1.1	Dias úteis:	
2.6.4.1.1.1	Dias úteis — por dia	177,16
2.6.4.1.1.2	Dias úteis — por hora	41,72
2.6.4.1.2	Fins de semana e feriados	
2.6.4.1.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	221,45
2.6.4.1.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	52,15
2.6.4.2	Recintos fechados:	
2.6.4.2.1	Dias úteis:	
2.6.4.2.1.1	Dias úteis — por dia	132,87
2.6.4.2.1.2	Dias úteis — por hora	41,72
2.6.4.2.2	Fins de semana e feriados:	
2.6.4.2.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	166,10
2.6.4.2.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	39,63
2.6.5	Festas com música gravada/Concertos:	
2.6.5.1	Recintos abertos:	
2.6.5.1.1	Dias úteis:	
2.6.5.1.1.1	Dias úteis — por dia	124,02
2.6.5.1.1.2	Dias úteis — por hora	29,20
2.6.5.1.2	Fins de semana e feriados:	
2.6.5.1.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	155,01
2.6.5.1.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	37,55
2.6.5.2	Recintos fechados:	
2.6.5.2.1	Dias úteis:	
2.6.5.2.1.1	Dias úteis — por dia	93,01
2.6.5.2.1.2	Dias úteis — por hora	20,86
2.6.5.2.2	Fins de semana e feriados:	
2.6.5.2.2.1	Fins de semana e feriados — por dia	116,26
2.6.5.2.2.2	Fins de semana e feriados — por hora	27,12
2.6.6	Outros eventos	88,58
2.7	Ensaios e medições acústicas:	
2.7.1	Durante o período normal de trabalho	247,32
2.7.2	Fora do período normal de trabalho (período noturno e aos sábados, domingos e feriados)	370,98
2.7.3	Para medições a efetuar fora da área do Concelho acresce as despesas a incorrer com a deslocação:	
2.8	Licenciamento de Táxi:	
2.8.1	Licença do Táxi	78,82
2.8.2	Averbamento à Licença	39,40
2.9	Planos de Emergência Externos (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto):	
2.9.1	Plano de Emergência Externo de empresas	18.200,00
2.9.2	Revisão e atualização do PEE/empresas, por ano	6.000,00
2.9.3	Revisão e atualização do PEE/empresas decorrente de alteração de classificação de perigosidade das substâncias (DL n.º 150/2015, de 5 de agosto)	9.100,00
2.10	Remoção de publicidade e outros — por dia ou fração	451,67
3	Publicidade:	
3.1	Licença para afixação de placas de proibição de afixação de anúncios: — Por cada uma e por ano, ou fração;	
3.2	Licença para afixação de anúncios luminosos, iluminados e semelhantes incluindo frisos integrados nos mesmos — por m² ou fração e por ano ou fração	67,06
3.2.1	Licença para afixação de frisos luminosos quando sejam complementares dos anúncios/reclamos luminosos e não entrem na sua medição por metro linear ou fração e por ano ou fração	9,34
3.2.2	No caso dos painéis luminosos e/ou iluminados apresentarem uma alternativa energética economizadora.	20,12
3.3	Licença para afixação de anúncio eletrónico e semelhante — Por m² ou fração da área do dispositivo e por ano ou fração	107,37
3.4	Afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em mobiliário e equipamento urbano — por ano ou fração:	
3.4.1	Mupis, colunas e semelhantes — por m² ou fração	23,79
3.4.2	Abrigos — por m² ou fração	7,49
3.4.3	Sinalização económica, por cada indicação publicitária:	
3.4.3.1	Com ocupação de espaço público	40,03
3.4.3.2	Sem ocupação de espaço público	21,09
3.4.4	Outros:	
3.4.4.1	Com ocupação de espaço público	23,79
3.4.4.2	Sem ocupação de espaço público	21,09
3.5	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em bandeirolas e similares: Por cada e por ano ou fração:	
3.5.1	Com ocupação de espaço público	58,60
3.5.2	Sem ocupação de espaço público	22,37
3.6	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em painéis, chapas, placas, tabuletas, letras soltas ou símbolos e semelhantes: Por m²:	
3.6.1	Com ocupação de espaço público:	
3.6.1.1	Por mês ou fração	14,16
3.6.1.2	Por ano ou fração superior a quatro meses	54,77
3.6.1.3	Por quadrimestre	22,94

Tabela de taxas		Taxa
3.6.2	Sem ocupação de espaço público:	
3.6.2.1	Por mês ou fração	7,54
3.6.2.2	Por ano ou fração superior a quatro meses	19,66
3.6.2.3	Por quadrimestre	11,62
3.7	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em mobiliário e equipamento de esplanada:	
3.7.1	Toldos, guarda-ventos e semelhantes, por m ² ou fração	11,74
3.7.2	Cadeiras, mesas, guarda-sóis e semelhantes, por unidade	11,74
3.8	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em pilares publicitários e instalações especiais — por m ² e por ano ou fração	91,09
3.9	Licença para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em balões e semelhantes, insufláveis — por dia ou fração	12,56
3.10	Licença para campanhas publicitárias de rua, por dia e local:	
3.10.1	Distribuição de panfletos	20,27
3.10.2	Distribuição de produtos	16,43
3.10.3	Degustação	16,43
3.10.4	Outras ações promocionais	14,52
3.11	Licença para afixação ou inscrição de publicidade em unidades móveis:	
3.11.1	Unidades móveis publicitárias — por m ² ou fração e por ano ou fração	10,87
3.11.2	Em transportes públicos ou particulares — por m ² , por anúncio ou fração e por ano ou fração	9,06
3.11.3	Em transportes públicos ou particulares, quando alusivos à firma proprietária — por m ² , por anúncio ou fração e por ano ou fração	6,81
3.12	Licença para emissão de publicidade sonora:	
3.12.1	Aparelhos emitindo no espaço público ou para o espaço público com fins de publicidade — por dia ou fração	8,26
3.13	Licença para afixação ou inscrição de publicidade estática no interior de edifícios ou instalações municipais: — Por ano ou fração e por m ² :	
3.13.1	Equipamentos desportivos:	
3.13.1.1	Complexo Desportivo “Cidade de Almada” e Pista de Atletismo	170,67
3.13.1.2	Outras instalações	85,34
3.13.2	Equipamentos culturais	128,00
3.13.3	Outras instalações municipais	85,34
3.14	Licença para afixação ou inscrição de publicidade não prevista nos artigos anteriores, por m ² ou fração:	
3.14.1	Por mês ou fração	12,39
3.14.2	Por ano ou fração	44,32
3.15	Licença para filmagens ou sessão fotográfica em espaço público: por hora e local	125,11
4	Ocupação de espaço público:	
4.1	Licença de ocupação do espaço aéreo do espaço público:	
4.1.1	Alpendres ou palas, fixos ou articulados, não integrados nos edifícios — por m ² de área ou fração e por ano ou fração	13,98
4.1.2	Sanefa — por metro linear de frente ou fração e por ano ou fração	2,80
4.1.3	Toldos — por m ² de área ou fração e por ano ou fração	3,50
4.1.4	Condutas para recolha de entulhos — por semana ou fração	0,27
4.1.5	Outras ocupações do espaço aéreo — por m ² ou fração de projeção sobre o espaço público e por ano ou fração	13,98
4.2	Licença de ocupação da superfície e do subsolo de espaço público:	
4.2.1	Circos — por m ² ou fração:	
4.2.1.1	Por semana	0,44
4.2.1.2	Por mês	1,48
4.2.2	Carrosséis e pistas de automóveis e outras instalações provisórias — por m ² ou fração:	
4.2.2.1	Por semana;	1,48
4.2.2.2	Por mês;	4,91
4.2.3	Quiosques de venda de produtos alimentares — por m ² ou fração e por mês;	
4.2.3.1	Venda de gelados	3,86
4.2.3.2	Outros produtos alimentares	4,63
4.2.4	Quiosques de venda, exposição e divulgação de outros produtos — Por m ² ou fração:	
4.2.4.1	Por mês	2,70
4.2.4.2	Por ano	22,71
4.2.5	Guarda-ventos — Por m ² de área ou fração e por mês ou fração	2,45
4.2.6	Esplanadas fechadas, fixas ou amovíveis não integradas nos edifícios — por m ² ou fração:	
4.2.6.1	Por ano	53,20
4.2.7	Esplanadas abertas — Por m ² ou fração:	
4.2.7.1	Por mês	5,96
4.2.7.2	Por ano	20,81
4.2.8	Estrutura fixa ao solo ou inamovível de caráter duradouro, destinada a atividades económicas cujo procedimento de atribuição seja de iniciativa do Município:	
4.2.8.1	Por mês	2,98
4.2.8.2	Por ano	10,41
4.2.9	Máquinas automáticas de divertimento para crianças, de venda de guloseimas, arcas de gelados e semelhantes:	
4.2.9.1	Por cada e por mês	5,49
4.2.9.2	Por cada e por ano	65,50
4.2.10	Veículos automóveis ou similares por m ² :	
4.2.10.1	Por dia	2,99
4.2.10.2	Por mês	62,88
4.2.11	Com veículo pesado, guindaste ou grua para elevação de materiais ou outros equipamentos, por m ² ou fração de superfície de via pública e por dia (exceto para execução de obras de manutenção e conservação)	25,53
4.2.12	Andaimes (exceto para execução de obras de manutenção e conservação) — por andar ou pavimento a que correspondem, por metro linear ou fração e por mês ou fração:	
4.2.12.1	Áreas urbanas consolidadas	1,11
4.2.12.2	Outras áreas	0,78

Tabela de taxas		Taxa
4.2.13	Estaleiros, caldeiras, amassadouros, contentores e depósitos de entulho ou de materiais, por m ² ou fração e por mês ou fração: (exceto para execução de obras de manutenção e conservação):	
4.2.13.1	Áreas urbanas consolidadas	6,16
4.2.13.2	Outras áreas	4,31
4.2.14	Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes — Por metro linear ou fração:	
4.2.14.1	Com diâmetro até 200 mm.	11,96
4.2.14.2	Por diâmetro superior a 200 mm	14,35
4.2.15	Utilização de subsolo com tubos e condutas em infraestruturas de operadores de gás — Por metro linear ou fração e por ano:	
4.2.15.1	Com diâmetro até 200 mm.	0,90
4.2.15.2	Por diâmetro superior a 200 mm	1,10
4.2.16	Depósitos à superfície, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras — por m ³ ou fração e por ano	65,50
4.2.17	Depósitos subterrâneos, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras — por m ³ ou fração e por ano	39,31
4.2.18	Outras ocupações não previstas nos números anteriores — Por m ² ou fração: (exceto para execução de obras de manutenção e conservação):	
4.2.18.1	Com construção:	
4.2.18.1.1	Por mês ou fração.	4,09
4.2.18.1.2	Por ano	39,18
4.2.18.2	Sem construção:	
4.2.18.2.1	Por mês ou fração.	2,45
4.2.18.2.2	Por ano	23,51
4.2.19	Utilização de infraestruturas de energia elétrica de Baixa Tensão para atividade diferente daquela:	
4.2.19.1	Apoios de suporte de cabos de energia elétrica em baixa tensão (postes, consolas e postaletes) — por unidade e por mês.	1,48
4.2.19.2	Cabos condutores — por metro linear ou frações e por ano:	
4.2.19.2.1	Subterrâneos.	0,83
4.2.19.2.2	Aéreos	0,99
4.2.20	Estruturas que servem de suporte físico a antenas de telecomunicações, designadamente, de redes móveis de comunicações, tais como mastros ou caixas exteriores, ocupando a via pública ou localizadas em edifícios municipais, por unidade por ano ou fração	3.991,29
4.3	Licença para instalação de bombas abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água:	
4.3.1	Bombas de carburantes líquidos — Por cada carburante e por ano:	
4.3.1.1	Instaladas inteiramente na via pública	129,95
4.3.1.2	Instaladas na via pública mas com depósitos em propriedade particular	350,88
4.3.1.3	Instaladas em propriedade particular mas com depósito na via pública	350,88
4.3.1.4	Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo na via pública	311,89
4.3.2	Bombas de ar ou água — Por cada e por ano:	
4.3.2.1	Instaladas inteiramente na via pública	129,95
4.3.2.2	Instaladas na via pública mas com depósitos em propriedade particular	129,95
4.3.2.3	Instaladas em propriedade particular mas com depósito na via pública	129,95
4.3.2.4	Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo na via pública	129,95
4.3.3	Bombas volantes, abastecendo na via pública — Por cada e por ano	129,95
4.3.4	Tomadas — por cada e por ano:	
4.3.4.1	De ar, instaladas noutras bombas:	
4.3.4.1.1	Com compressor saliente na via pública	129,95
4.3.4.1.2	Com compressor ocupando apenas o subsolo da via pública	129,95
4.3.4.1.3	Com compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo na via pública	129,95
4.3.4.2	De água, abastecendo na via pública	129,95
5	Mercados, feiras e similares:	
5.1	Emissão do título de ocupação — Por ano ou fração:	
5.1.1	Ocupante:	
5.1.1.1	Emissão ou renovação do título/cartão de identificação	4,23
5.1.1.2	Segunda via	5,38
5.1.2	Empregado e/ou colaboradores ou familiar do ocupante:	
5.1.2.1	Emissão ou renovação do título/cartão de identificação	1,33
5.1.2.2	Segunda via	5,38
5.1.3	Descarregador	4,23
5.2	Venda por grosso:	
5.2.1	Produtos horticolas e frutícolas em área coberta — Por m ² ou fração:	
5.2.1.1	Por dia	0,41
5.2.1.2	Por mês.	9,03
5.2.2	Produtos horticolas e frutícolas em área descoberta — Por m ² ou fração:	
5.2.2.1	Por dia	0,41
5.2.2.2	Por mês.	6,03
5.2.3	Ocupação por volume e por dia — área coberta ou descoberta.	0,39
5.2.4	Em viaturas nos parques ou na área descoberta, vendendo diretamente — por viatura e por mês:	
5.2.4.1	Em área descoberta:	56,78
5.2.4.2	Em área coberta	97,51
5.3	Venda a retalho:	
5.3.1	Lojas — por m ² ou fração e por mês:	
5.3.1.1	Lojas abertas para o exterior do mercado com horário independente do funcionamento do mercado:	
5.3.1.1.1	Talhos, restauração e bebidas.	12,36
5.3.1.1.2	Peixarias.	11,74
5.3.1.1.3	Mercearias, charcutarias e frutaria.	11,13
5.3.1.1.4	Floristas	8,65
5.3.1.1.5	Outros.	7,42

Tabela de taxas		Taxa
5.3.1.2	Lojas fechadas para o exterior do mercado:	
5.3.1.2.1	Talhos, restauração e bebidas	6,18
5.3.1.2.2	Peixarias	5,87
5.3.1.2.3	Mercearias, charcutarias e frutarias	5,56
5.3.1.2.4	Floristas	4,33
5.3.1.2.5	Outros	3,71
5.3.2	Bancas de peixe — cada:	
5.3.2.1	Por dia	2,02
5.3.2.2	Por mês	23,38
5.3.3	Bancas — cada:	
5.3.3.1	Por dia	1,03
5.3.3.2	Por mês	14,83
5.3.4	Bancas com vitrina frigorífica — por mês:	
5.3.4.1	Vitrina frigorífica — propriedade particular	34,61
5.3.4.2	Vitrina frigorífica — propriedade do município	40,44
5.3.5	Lugares de terrado — por mês ou fração:	
5.3.5.1	Por dia	0,39
5.3.5.2	Por mês	9,80
5.3.6	Ocupação em armazém por volume e por dia	0,41
5.4	Venda em feiras e similares:	
5.4.1	Lugares formais — cada:	
5.4.1.1	Por mês	20,66
5.4.1.2	Por ano	165,26
5.4.2	Lugares informais — por m²:	
5.4.2.1	Por dia	0,45
5.4.2.2	Por mês	9,35
5.5	Utilização de câmaras frigoríficas — Por dia ou fração:	
5.5.1	Produtos hortícolas e frutícolas — por caixa ou volume	0,65
5.5.2	Peixe, carnes, miudezas e criação — por caixa ou volume	0,97
5.6	Utilização da instalação elétrica geral dos mercados — por cada e por mês:	
5.6.1	Frigoríficos, arcas frigoríficas e similares	38,07
5.6.2	Serra elétrica	5,42
6	Higiene e salubridade:	
6.1	Recolha de resíduos sólidos de praias concessionadas — por época balnear:	
6.1.1	Ligadas à rede de abastecimento público de água (limpeza do areal)	294,29
6.1.2	Não ligadas à rede de abastecimento público de água (limpeza do areal e recolha de resíduos sólidos domésticos)	588,59
6.2	Remoção de entulhos — por saco (tipo Big-bag)	15,09
6.3	Recolha de Resíduos urbanos de grandes produtores — por contentor de 800 l.	36,89
7	Cemitérios:	
7.1	Inumações:	
7.1.1	Em sepulturas temporárias:	
7.1.1.1	Normais	25,70
7.1.1.2	Antipolvente e acelerador de decomposição de matéria orgânica	29,56
7.1.2	Em sepulturas perpétuas:	
7.1.2.1	Caixão de madeira	30,84
7.1.2.2	Caixão de zinco	34,18
7.1.3	Em jazigos particulares:	
7.1.3.1	Téreos	37,26
7.1.3.2	Subterrâneos ou de capela	51,40
7.1.4	Em jazigos municipais e sua ocupação:	
7.1.4.1	Por período de um ano ou fração	25,70
7.1.4.2	Com caráter de perpetuidade	1.713,35
7.2	Crematório	
7.2.1	Cremação:	
7.2.1.1	Residente no concelho	199,84
7.2.1.2	Não residente no concelho	299,76
7.2.2	Cremação de ossadas, fetos mortos e peças anatómicas:	
7.2.2.1	Existentes em cemitérios do município	69,94
7.2.2.2	Provenientes de quaisquer outros cemitérios	139,89
7.3	Exumação (por ossada, incluindo limpeza e trasladação dentro do Cemitério)	29,56
7.4	Trasladação dentro do Cemitério:	
7.4.1	Cinzas	9,58
7.4.2	Ossadas	8,47
7.5	Ocupação de ossários municipais:	
7.5.1	Por cada período de um ano ou fração	5,53
7.6	Concessão de terrenos para ampliar e manter jazigos:	
7.6.1	Ampliar e manter:	
7.6.1.1	Os primeiros 3 m² ou fração	1.295,74
7.6.1.2	O 4.º e 5.º m² — cada	431,91
7.6.1.3	Cada m² a mais ou fração	647,87
7.6.1.4	A ampliação de jazigos já existentes será taxada pelo valor que corresponder ao escalão da metragem desses terrenos no conjunto das áreas de ocupação e da ampliação a fazer.	
7.7	Averbamentos de transferência de titularidade do direito de ocupação de sepulturas ou ossários, jazigos ou concessão de terrenos	2,75
7.8	Licenças de obras em jazigos e sepulturas perpétuas e prorrogação de prazo de execução de obras determinadas pela Câmara:	
7.8.1	Reconstrução, ampliação e modificação de jazigos — por mês	60,65

Tabela de taxas		Taxa
7.8.2	Revestimento em cantaria ou mármore de sepultura perpetua, incluindo lápides, floreiras, etc. — cada e por mês	40,98
7.8.3	Manutenção:	
7.9	Venda de flores no interior dos cemitérios:	
7.9.1	Por m ² ou fração e por mês	3,35
7.9.2	Por m ² ou fração e por ano	23,38
8	Obras particulares/Operações de loteamento e obras de urbanização:	
8.1	Indicação, verificação ou marcação de alinhamento ou nivelamento para efeitos de construção — por cada	52,09
8.2	Averbamentos de:	
8.2.1	Titularidade em processos, licenças e alvarás	12,13
8.2.2	Depósito de Ficha Técnica da Habitação	16,89
8.3	Licença de construção e admissão de Comunicação Prévia:	
8.3.1	Por cada período de 22 dias úteis ou fração	8,50
8.3.2	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 1.ª prorrogação do prazo:	
8.3.2.1	Para habitação unifamiliar	17,01
8.3.2.2	Para habitação plurifamiliar e outros usos	51,03
8.3.3	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 2.ª prorrogação do prazo:	
8.3.3.1	Para habitação unifamiliar	25,51
8.3.3.2	Para habitação plurifamiliar e outros usos	67,05
8.4	Autorização de utilização:	
8.4.1	Por cada fogo e seus anexos	6,53
8.4.2	Por cada 50 m ² ou fração de outros usos	6,53
8.5	Procedimentos Especiais de Licenciamento ou Autorização:	
8.5.1	Autorização de instalação de infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	81,13
8.5.2	Licenciamento de instalações de armazenamento de produtos derivados do Petróleo, instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço:	
8.5.2.1	Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na sua atual redação, e do Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos derivados do Petróleo, Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço	244,23
8.5.2.2	Vistorias relativas ao processo de licenciamento	210,77
8.5.2.3	Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	210,77
8.5.2.4	Vistorias periódicas	210,77
8.5.2.5	Repetição de vistoria para verificação das condições impostas	210,77
8.5.2.6	Vistorias para parques de armazenagem de garrafas de GPL, com capacidade $\geq 0,520 \text{ m}^3$	289,35
8.5.2.7	Averbamentos	144,67
8.6	Vistorias:	
8.6.1	Vistorias de demolição — Por cada piso a demolir	26,28
8.6.2	Vistorias para autorização de utilização — Por cada fogo e seus anexos ou unidade de ocupação	18,35
8.6.2.1	Em caso de repetição de vistoria por causa imputável ao requerente, ou de novo pedido por desistência do primeiro, será cobrado 3 vezes o valor definido em 8.6.2	
8.6.3	Vistorias nos termos dos artigos 89.º e 90.º do RJUE	27,55
8.6.4	Vistorias para receção provisória e definitiva de obras de urbanização	36,73
8.6.5	Outras Vistorias e Relatórios Técnicos	18,35
8.6.6	Vistoria para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 6.º do DL 128/2014, de 29 de agosto (regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local)	34,52
8.7	Informações Prévias e Informações sobre o estado e andamento de processos:	
8.7.1	Informações nos termos da alínea a) do artigo 110.º do RJUE	18,35
8.7.2	Informações nos termos da alínea b) do artigo 110.º do RJUE, quando não requeridas pelo titular do processo	18,35
8.7.3	Informação prévia prevista no artigo 14.º, n.º 1 do RJUE	90,94
8.7.4	Informação prévia prevista no artigo 14.º, n.º 2 do RJUE	90,94
8.8	Emissão de alvarás de licença de loteamento e de obras de urbanização:	
8.8.1	Emissão de alvará de loteamento por cada unidade de habitação ou cada 100 m ² ou fração de outras utilizações	7,18
8.8.2	Por cada aditamento ao alvará	3,60
8.8.3	Prazo de execução de obras de urbanização	
8.8.3.1	Por cada período de 22 dias úteis ou fração	7,18
8.8.3.2	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 1.ª prorrogação do prazo	7,18
8.8.3.3	Por cada período de 22 dias úteis ou fração de 2.ª prorrogação do prazo	7,18
8.9	Certidão de Destaque	124,54
8.10	Participação nos equipamentos coletivos locais, em áreas em que as infraestruturas não estejam asseguradas pelo loteador ou em lotes constituídos ao abrigo do artigo 6.º, n.ºs 4 e 5 do RJUE, na sua atual redação, por fogo	3.572,15
8.11	Complicação na obra de enxugo na bacia de Vale Cavala, por cada fogo ou utilização equivalente	3.041,75
8.12	Taxa municipal de urbanização referente à complicação na realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais:	
8.12.1	Por m ² de área de construção para habitação, comércio, serviços e armazéns, incluindo arrecadações, na área que ultrapasse 50 % do uso principal:	
8.12.1.1	UNOP 1 — Almada Nascente	58,87
8.12.1.2	UNOP 2 — Laranjeiro	58,87
8.12.1.3	UNOP 3 — Almada Poente	58,87
8.12.1.4	UNOP 4 — Vale Mourelo	55,62
8.12.1.5	UNOP 5 — Monte de Caparica	58,87
8.12.1.6	UNOP 6 — Pêra, mais áreas urbanas consolidadas da Freguesia da Trafaria	55,62
8.12.1.7	UNOP 7 — Trafaria/Costa da Caparica, exceto as áreas urbanas consolidadas da Freguesia da Trafaria	58,87
8.12.1.8	UNOP 8 — Funchalinho	58,87
8.12.1.9	UNOP 9 — Capuchos	58,87

Tabela de taxas		Taxa
8.12.1.10	UNOP 10 — Charneca de Caparica	55,62
8.12.1.11	UNOP 11 — Sobreda/Vales	55,62
8.12.1.12	UNOP 12 — Quintinhas/Vale Cavala	55,62
8.12.1.13	UNOP 13 — Matas	55,62
8.12.1.14	UNOP 14 — Aroeira	55,62
8.12.2	Por m ² de construção para empreendimentos turísticos e por m ² de área de ocupação de edificações industriais, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 0,20 ao valor base definido em 8.12.1, visando o incentivo ao desenvolvimento económico e turístico do concelho	
8.12.3	Em operações urbanísticas desenvolvidas no âmbito do Polo Tecnológico de Empresas de Inovação do Parque de Ciências e Tecnologia Almada/Setúbal (Madam Parque) e em edificações destinadas a Indústrias de Base Tecnológica localizadas em espaços I&D (Investigação e Desenvolvimento) previstos no PDMA — isento, visando o incentivo ao desenvolvimento económico e sustentável do concelho.	
8.12.4	Nas operações urbanísticas em áreas em que as infraestruturas não estejam asseguradas pelo loteador ou em lotes constituídos ao abrigo do artigo 6.º, n.ºs 4 e 5 do RJUE, na sua atual redação, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 1,50 ao valor base definido em 8.12.1, em função da área edificável no lote.	
8.12.5	Alteração ao uso fixado na licença ou autorização de utilização, por cada m ² de área útil da fração sujeita a mudança de uso:	
8.12.5.1	De habitação, indústria e armazéns para comércio, serviços e equipamentos privados, nas UNOP's 1, 2 e 7, exceto as áreas urbanas consolidadas da Trafaria e as situações abrangidas por estudos de mudanças de uso devidamente aprovadas pela Câmara, e projetos de criação de emprego aprovados e apoiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 2,0 ao valor base definido em 8.12.1;	
8.12.5.2	Suspensão, pelo período de um ano, para os processos pendentes, iniciados e executados nesse período.	
8.12.5.3	De parqueamento ou arrecadações ou similares, para qualquer outro uso em todo o concelho, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 2,0 ao valor base definido em 8.12.1.	
8.12.5.3	Outras operações materiais do solo para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água, o valor da taxa é obtido pela aplicação do índice 0,5 ao valor base definido em 8.12.1, por m ² de solo utilizado.	
8.13	Comparticipação nas infraestruturas periféricas na zona da Aroeira, proporcionalmente a cada parcela de 5.000 m ²	55.900,00
8.14	Execução de obras de infraestruturas a garantir pelos urbanizadores na área do Plano Parcial de Almada, por m ² de área de construção	107,17
8.15	Nos casos em que exista aumento da área de construção que gera deficit de estacionamento, haverá lugar à seguinte comparticipação por cada lugar de estacionamento.	10.000,00
8.16	Inspeções de ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes:	
8.16.1	Inspeções periódicas ou extraordinárias	134,01
8.16.2	Reinspeções	94,07
8.16.3	Selagem e desselagem de elevadores.	94,07
8.17	Taxas de Controlo no âmbito do SIR:	
8.17.1	Nos termos do artigo 79.º do DL n.º 169/2012, de 1 de agosto, alterado e republicado pelo DL n.º 73/2015, de 11 de maio que aprova o Sistema de Indústria Responsável (SIR), e sem prejuízo das taxas previstas em legislação específica, é devido o pagamento de uma taxa única para cada um dos seguintes atos: (Taxa única calculada no quadro II do anexo V do DL 169/2012 a ser regulamentada por Portaria dos membros do governo (artigo 80.º):	
8.17.1.1	Emissão de títulos digitais previstos no SIR	94,92
8.17.1.2	Alterações, aditamentos ou atualizações aos títulos digitais previstos no SIR, excecionadas as atualizações decorrentes da realização de vistorias de conformidade para os efeitos previstos nas al. c), d) e e) do n.º 1 do artigo 36.º	94,92
8.17.1.3	Apreciação dos pedidos de exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição	94,92
8.17.1.4	Apreciação de pedidos de conversão em ZER.	94,92
8.17.1.5	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos.	94,92
9	Serviço veterinário:	
9.1	Segurança Alimentar:	
9.1.1	Vistorias a veículos de transporte de géneros alimentícios ou unidades móveis ou amovíveis de comércio não sedentário de géneros alimentícios	14,63
9.1.2	Vistorias a estabelecimentos de comércio de produtos alimentares	59,78
9.2	Serviços prestados pelo Serviço Veterinário:	
9.2.1	Estadia de animais segundo enquadramento legal (por animal e por cada período de 24:00 horas ou fração):	
9.2.1.1	Canídeos e felinos	2,36
9.2.1.2	Outros animais	4,69
9.2.2	Recolha de animal na via pública (por animal)	11,73
9.2.3	Recolha de animais para efeitos de vigilância sanitária, fora do concelho, acresce o valor por km percorrido . . .	14,02
9.2.4	Vigilância clínica (recolha estipulada por lei — por animal e por cada período de 24:00 horas ou fração)	10,89
9.2.5	Ocissão (por animal)	13,31
9.2.6	Incineração (por kg).	1,07
9.2.7	Esterilização/Castração de canídeos perigosos ou potencialmente perigosos, para situações definidas legalmente e com comprovativo de insuficiência económica:	
9.2.7.1	Cadela até 10 kg.	45,95
9.2.7.2	Cadela de 10 a 25 kg	60,00
9.2.7.3	Cadela mais de 25 kg.	74,05
9.2.7.4	Cão até 10 kg	37,52
9.2.7.5	Cão de 10 a 25 kg.	51,57
9.2.7.6	Cão mais de 25 kg	65,62

* Às taxas constantes da presente tabela será acrescido, quando devido, o IVA, à taxa legal em vigor.

Anexo II

Regulamento de Taxas do Município de Cascais

MUNICÍPIO DE BRAGA**Edital n.º 345/2016**

Doutor Miguel Sopas de Melo Bandeira, Vereador do Pelouro do Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2013/10/28.

Faz saber que, nos termos do artigo 27.º, n.º 2, ex vi artigo 22.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objeto a alteração ao alvará de loteamento n.º 40/2007, sito no lugar de Simões, Sernades, Fojo ou Cernada de Baixo, freguesia de Este S. Mamede (atualmente integrada na União das Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede), Braga, em que é requerente Rui Manuel da Silva Rocha e que incide sobre as áreas de implantação e construção, do lote 30. Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente edital no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, relativamente à pretendida operação urbanística. Mais se torna público que o processo respeitante à alteração à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos Serviços Municipais, se encontra disponível para consulta, na Direção Municipal (DMUOP), sito no Edifício do Póculo, Braga.

Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

04-04-2016. — O Vereador, *Miguel Sopas de Melo Bandeira* (Doutor).

209493658

MUNICÍPIO DE CASCAIS**Regulamento n.º 382/2016****Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais para 2016****Nota justificativa**

Com o presente Regulamento de Cobrança (Título I) e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais (Título II), pretende-se simplificar procedimentos por forma a melhorar o serviço prestado, com respeito pelos princípios da legalidade, igualdade e imparcialidade, elaborado de acordo com os princípios consignados, designadamente, na Lei das Autarquias Locais, no novo Regime das Taxas das Autarquias Locais, na Lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código do Procedimento Administrativo (CPA).

O novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro que entrou em vigor a 8 de abril de 2015, veio estabelecer o procedimento do regulamento administrativo, bem como o dever de se publicar o início do procedimento com vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos no âmbito da elaboração de projetos de regulamentos ou de projetos de alteração/revisão de regulamentos.

A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 12 de outubro de 2015, deliberou autorizar o início do procedimento de alteração que deu origem ao atual regulamento, bem como a respetiva publicitação, pelo prazo de 10 dias, no portal da Câmara Municipal de Cascais, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CPA, conquanto decorrido o prazo fixado não tivessem sido recebidos quaisquer contributos externos.

No âmbito do presente Regulamento, os montantes a cobrar correspondem aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação de serviços e fornecimento de bens, ao benefício que o particular retira da utilização de um bem público ou do domínio municipal e à remoção do obstáculo jurídico ao exercício de determinadas atividades, com base nos princípios da fundamentação económico-financeira das taxas e da sua equivalência jurídica.

As taxas que se mantêm da tabela de 2015 foram atualizadas em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (taxa de variação média do IPC em 2014 de -0,28 %), encontrando-se justificadas económico e financeiramente no artigo 6.º do anterior Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais.

Para efeitos do cálculo das novas taxas procedeu-se à alteração do triénio 2012/2014 nas variáveis CPPI, CCS e CSEA.

Em casos específicos existem taxas de desincentivo, cujo valor é fixado com vista a desencorajar certos atos ou operações. Do mesmo

modo, nalguns casos, existe uma componente de incentivo, através da qual o Município opta por apoiar certas atividades ou setores que considera estratégicos ou de interesse municipal.

Em paralelo, e em face da realidade do Município optou-se por rever a fórmula de cálculo da taxa para realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas em face do novo ordenamento do solo vertido no novo Plano Diretor Municipal de Cascais, bem como traduzir ao nível do presente regulamento os incentivos em matéria de redução de taxas para intervenções de requalificação do edificado e de reabilitação urbana.

Atento o disposto no artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, no que respeita à ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas, e dando cumprimento a esta exigência acentua-se, desde logo, que uma parte relevante das medidas aqui propostas são uma decorrência lógica da necessidade de ajustar o seu conteúdo normativo às alterações decorrentes dos novos regimes jurídicos, entretanto aprovados, designadamente em matéria de urbanização e edificação ou do acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração, readaptando as taxas em face da desmaterialização dos procedimentos, garantindo, deste modo, a concretização dos princípios da simplificação administrativa e da aproximação da Administração ao cidadão e às empresas.

Do ponto de vista dos encargos, o presente Regulamento não implica substanciais despesas acrescidas para o Município em termos de procedimentos — não se criam novos procedimentos que envolvam custos acrescidos na tramitação e na adaptação aos mesmos — exceção feita ao nível dos recursos humanos, onde se prevê o reforço da fiscalização sucessiva ao nível da execução das operações urbanísticas.

Por seu lado, e no que toca às vantagens de ordem material, pretende-se que a ocupação urbanística no Município de Cascais cumpra exigências de boa ordenação e que as intervenções promovam um adequado e sustentável desenvolvimento urbanístico, fator relevante para garantir qualidade de vida aos munícipes e quem visita o Concelho. Concomitantemente, considera-se assim que o presente Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, poderá incentivar a realização de novas operações e a intervenção no edificado (designadamente em matéria de legalizações), o que se poderá vir a traduzir, a médio prazo, numa maior dinamização da atividade imobiliária e, consequentemente, num aumento de receita para o Município.

O Projeto de Regulamento esteve em discussão pública pelo período de 30 dias para recolha de sugestões ou apresentação de reclamações, tendo o mesmo sido publicitado em Edital, no sítio da internet do Município, no Boletim Municipal e objeto de aviso no *Diário da República*, conquanto não tenham sido, durante o referido prazo, rececionadas quaisquer sugestões ou reclamações.

Neste contexto, propõe-se submeter o presente Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente.

A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram o Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais para 2016, decorrida a fase de discussão pública, nas datas de 29 de fevereiro 2016 e 21 de março de 2016, respetivamente, dando origem ao documento que agora se publica.

TÍTULO I**Regulamento de cobrança****CAPÍTULO I****Disposições gerais****SECÇÃO I****Objeto e cálculo das taxas****Artigo 1.º****Lei habilitante**

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 238.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na re-

dação introduzida pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto; alínea b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias; dos artigos 4.º, 5.º e 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais; dos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na redação vigente; da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro com as alterações subsequentes; do Código de Procedimento e Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações subsequentes; do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro com as alterações subsequentes; do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro com as alterações subsequentes; do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e 116.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O Regulamento e respetiva Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais (adiante designada por Tabela) que dele faz parte integrante, estabelece as normas que regulam a incidência, a liquidação e a cobrança de taxas, licenças e outras receitas pelo uso e aproveitamento de bens do domínio público ou privado do Município, pela remoção de obstáculos ao exercício de determinadas atividades e pela prestação de serviços.

Artigo 3.º

Legislação subsidiária

De acordo com a natureza das matérias, as relações jurídico tributárias geradoras do pagamento de taxas ao Município de Cascais, aplica-se subsidiária e sucessivamente:

- a) O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- b) A Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- e) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- f) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- g) O Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 4.º

Incidência objetiva

1 — As taxas previstas incidem genericamente sobre as utilidades, serviços ou bens prestados aos particulares ou geradas pela atividade do Município e ainda sobre a remoção de obstáculos jurídicos ao exercício de determinadas atividades ou operações.

2 — A taxa pela realização das infraestruturas urbanísticas (TRIU) constitui a contrapartida devida ao Município pelos encargos inerentes ao investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, decorrentes da realização de operações urbanísticas de loteamento, de alteração ao loteamento, de construção, ampliação ou da intensificação da utilização.

Artigo 5.º

Incidência subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídico tributária geradora da obrigação de pagamento de taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento é o Município de Cascais.

2 — Consideram-se sujeitos passivos da prestação tributária prevista no número anterior, todas as pessoas singulares ou coletivas e as entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e regulamentos municipais, estejam vinculados ao cumprimento da obrigação de pagamento das taxas, licenças e outras receitas ao Município de Cascais.

3 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas é devida, pelo requerente do pedido de loteamento ou pelo apresentante da comunicação prévia, em função do procedimento administrativo aplicável, consoante se trate de operações de loteamento ou obras de construção.

4 — Caso sejam vários sujeitos passivos, todos são solidariamente responsáveis pelo pagamento, salvo disposição em contrário.

Artigo 6.º

Fundamentação económico-financeira

1 — O valor das taxas, licenças e outras receitas municipais foi fixado de acordo com os princípios da equivalência jurídica e da proporcionalidade, tendo em conta os custos da atividade dos órgãos e serviços do Município, do benefício auferido pelo particular bem como do incentivo ou desincentivo à prática de certos atos e operações, de acordo com a Tabela anexa ao presente Regulamento.

2 — O valor das novas taxas previstas na Tabela é determinado pelo custo da contrapartida prestada, do benefício auferido pelo particular e dos critérios de incentivo/desincentivo na prática de certos serviços, atos ou operações.

3 — O cálculo das taxas referidas no número anterior é apurado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Taxa}_i = [(CCS + CPPI + CSEA) \times \text{Fator} + CI] \times (1 + X)$$

sendo que:

- a) i varia de 1 a n taxas;
- b) CCS corresponde aos custos comuns aos serviços;
- c) CPPI corresponde aos custos com a implementação do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) abatido das amortizações;
- d) CSEA corresponde aos custos com serviços específicos prestados pela autarquia local;
- e) Fator corresponde ao número médio de horas de trabalho despendidas na execução das tarefas ligadas a cada taxa e ao número médio de colaboradores envolvidos na execução das tarefas ligadas a cada taxa, ou seja: $(n.º \text{ funcionários} \times \text{tempo médio dispendido por cada um})/60$;
- f) CI corresponde a eventuais custos indiretos não imputados em CCS;
- g) X corresponde ao fator de incentivo ou desincentivo, sendo que quando:
 - $X > 0$: desincentivo;
 - $X = 0$: $(1 + X = 1)$;
 - $X < 0$: incentivo.

4 — As taxas que se mantêm da Tabela de 2015 foram atualizadas em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Taxa de variação média do IPC em 2014 de -0,28 %).

5 — A variável CCS compõe-se dos elementos que constam no mapa seguinte:

Apuramento da variável CCS (valores executados)	GOP 2012	GOP 2013	GOP 2014	Média	Média/ n.º trab.	Custo/hora/ trabalhador
Recursos Humanos.....	29.242.028,93	31.525.129,75	32.494.974,40	31.087.377,69	21.488,97	2,45
Locações de equipamentos.....	472.665,35	686.693,53	412.228,95	523.862,61	362,12	0,04
Bens, Limpeza e Higiene.....	47.608,31	45.209,93	57.234,80	50.017,68	34,57	0,00
Serviços de Limpeza e Higiene.....	781.749,68	793.051,82	509.043,50	694.615,00	480,15	0,05
Segurança.....	2.102.532,10	1.546.039,69	1.691.361,09	1.779.977,63	1.230,40	0,14
Combustíveis e lubrificantes.....	603.393,31	687.836,59	534.002,98	608.410,96	420,56	0,05
Seguros.....	403.570,44	367.723,19	248.878,51	340.057,38	235,06	0,03
Gás.....	18.956,34	27.792,64	33.182,98	26.643,99	18,42	0,00
Água.....	3.651.521,96	2.163.989,53	2.260.986,52	2.692.166,00	1.860,94	0,21
Eletricidade — Instalações.....	1.891.431,52	1.212.074,77	1.515.855,46	1.539.787,25	1.064,37	0,12
Comunicações.....	1.260.866,18	1.130.830,66	1.016.154,16	1.135.950,33	785,22	0,09
Consumos de Secretaria.....	109.371,16	102.354,87	82.650,94	98.125,66	67,83	0,01

Apuramento da variável CCS (valores executados)	GOP 2012	GOP 2013	GOP 2014	Média	Média/ n.º trab.	Custo/hora/ trabalhador
Custos de Manutenção de Equipamentos/Instalações	311.222,73	550.011,04	699.530,59	520.254,79	359,62	0,04
Amortizações	2.228.340,94	1.510.522,68	1.078.311,16	1.605.724,93	1.109,95	0,13
Número médio de trabalhadores	1.474,00	1.446,00	1.420,00	1.446,67	—	—
N.º horas funcionamento/ano	8.760,00	8.760,00	8.760,00	8.760,00	—	—
CCS (unidade: 1 hora de funcionamento da CMC por trabalhador e por hora)						3,37

6 — A variável CPPI calcula-se de acordo com o quadro infra:

Apuramento da variável CPPI (valores executados)	2012	2013	2014
Valores Executados do PPI	17.746.625,47	11.486.996,34	13.419.670,35
Total do Plano de Investimentos executado	—	—	42.653.292,16
Total do PPI por trabalhador	—	—	29.483,84
CPPI (unidade: 1 hora de funcionamento da CMC por trabalhador e por hora)			3,37

7 — A variável CSEA apurou-se como indicado no quadro seguinte:

Apuramento da variável CSEA (valores executados)	GOP 2012	GOP 2013	GOP 2014	Média	Média/ n.º trab.	Custo/hora/ trabalhador
Polícia Municipal	88.994,42	99.102,37	63.835,33	83.977,37	58,05	0,01
Proteção Civil	1.660.785,26	1.687.110,82	1.812.899,12	1.720.265,07	1.189,12	0,14
Resíduos Sólidos e Limpeza Pública	23.635.376,93	9.755.843,50	35.285.113,39	22.892.111,27	15.824,04	1,81
CSEA (unidade: 1 hora de funcionamento da CMC por trabalhador e por hora)						1,95

8 — A forma de cálculo discriminada nos números anteriores não se aplica às taxas cobradas pela Cascais Dinâmica — Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EMSA e devidas pela utilização dos equipamentos por esta geridos, que constam do capítulo X da Tabela.

SECÇÃO II

Liquidação e pagamento

Artigo 7.º

Regras relativas à liquidação

1 — A liquidação das taxas e outras receitas previstas na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados, sendo objeto de arredondamento à unidade da décima do euro, a fazer por excesso quando a última casa decimal apresente valor igual ou superior a cinco e a fazer por defeito quando apresente valor inferior a cinco.

2 — Sem prejuízo do procedimento inerente à autoliquidação de taxas, deve a notificação da liquidação das mesmas conter a sua fundamentação, o montante devido, o prazo para pagamento voluntário, meios de defesa contra o ato de liquidação, menção expressa do autor do ato e competência do mesmo, bem como a advertência que o não pagamento no prazo estabelecido implica a cobrança coerciva da dívida, quando a esta haja lugar.

3 — Às taxas, licenças e outras receitas constantes da Tabela é acrescentado, quando devido, o IVA à taxa legal em vigor e o imposto de selo.

4 — Todas as taxas, tarifas, licenças e outras receitas que se consubstanciam em cálculos executados pelas orgânicas municipais gestoras dos processos, são comunicadas aos sujeitos passivos via carta registada com aviso de receção, salvo nos casos em que, nos termos da lei, não seja obrigatória.

5 — Nos casos em que a notificação possa ser efetuada por carta registada ou por simples é, igualmente possível a notificação por telefax ou correio eletrónico, quando houver conhecimento do número de telefax ou do endereço de correio eletrónico do notificando e possa posteriormente confirmar o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada.

6 — A prestação de declarações inexatas e a falsidade dos elementos fornecidos pelos particulares para efeitos de liquidação de taxas que ocasionem a cobrança de importâncias inferiores às devidas, constitui contraordenação punível com coima graduada, nos termos do disposto no presente Regulamento.

7 — Com o deferimento do pedido de licença, de autorização, de legalização e com a submissão da comunicação prévia para as respetivas operações urbanísticas são liquidadas as taxas previstas no presente Regulamento.

8 — Quando estejam em causa pedidos de legalização aplicam-se as taxas previstas para os procedimentos de licenciamento, autorização ou comunicação prévia, excetuando as correspondentes a atos ou procedimentos objeto de dispensa nos termos da lei, de regulamento municipal ou de regimes de redução ou isenção aplicáveis.

Artigo 8.º

Revisão do ato de liquidação

1 — Pode haver revisão do ato de liquidação por iniciativa do serviço liquidatário, do sujeito passivo ou oficioso, nos termos e prazos definidos na Lei Geral Tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 — Quando se verifique que na liquidação das taxas se cometeram erros imputáveis aos serviços municipais e dos quais tenha resultado prejuízo para o Município, promover-se-á de imediato, a liquidação adicional se, sobre o facto tributário, não houver decorrido mais de quatro anos.

3 — A notificação da liquidação adicional deverá conter as menções referidas no n.º 2 do artigo anterior.

4 — Quando tenha sido liquidada quantia superior à devida, devem os serviços, no prazo de 30 dias, mediante despacho do órgão com competência para o ato, proceder à restituição da importância indevidamente paga.

Artigo 9.º

Autoliquidação

1 — A autoliquidação de taxas e outras receitas previstas na Tabela só é admitida nos casos especificamente previstos na lei, e consiste na

determinação, pelo sujeito passivo da relação jurídico tributária, do montante a pagar, aplicando-se-lhe com as necessárias adaptações, as disposições relativas à liquidação.

2 — Nos casos previstos no número anterior, o sujeito passivo pode solicitar aos serviços competentes informação sobre o montante previsível da taxa a pagar.

3 — Nos procedimentos de comunicação prévia iniciados antes da vigência do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a autoliquidação de taxas e o pagamento das mesmas deve ocorrer no prazo de 1 ano, a contar da não rejeição da comunicação prévia.

4 — Nos procedimentos de comunicação prévia iniciados na vigência do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a autoliquidação de taxas e o pagamento das mesmas deve ocorrer no prazo de 65 dias, contados do termo do prazo para a notificação a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º do RJUE.

5 — Para os efeitos previstos no alínea g) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pagamento das taxas devidas pode ser efetuado no Banco Português de Investimento, na conta bancária n.º 4/2177745.001.001 (NIB 0010 0000 21777450101 51) à ordem do Município de Cascais.

Artigo 10.º

Deferimento tácito

Nos casos de deferimento tácito são liquidadas ou autoliquidadas as taxas devidas pela prática dos respetivos atos expressos.

Artigo 11.º

Pagamento

1 — As taxas e licenças são pagas em moeda corrente, multibanco, cheque ou vale postal.

2 — Quando o pagamento for efetuado por cheque, deve o mesmo ser endossado ao Município de Cascais, e a sua data não exceder em três dias a data da sua apresentação.

3 — As taxas e outras receitas municipais podem ser pagas por compensação e por dação em cumprimento quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

4 — O pedido de pagamento por compensação ou por dação em cumprimento é realizado, dentro do prazo de pagamento voluntário da taxa, através de requerimento do interessado, que deve ser devidamente fundamentado, conter indicação dos bens a ceder ou créditos, bem como todos os elementos necessários à determinação do interesse público no caso concreto.

5 — O pedido de pagamento por dação em cumprimento ou por compensação é objeto de despacho do Diretor Municipal de Apoio à Gestão, ou em quem ele delegue, sob proposta fundamentada da unidade orgânica respetiva.

6 — A falta de pagamento das taxas e licenças constantes da presente Tabela nos prazos estipulados, pode determinar a imediata instauração de processo para efeitos de execução fiscal, nos casos legalmente admitidos.

7 — As taxas devidas pela realização de vistorias são pagas no momento da entrega do requerimento sem a qual a pretensão não terá seguimento.

8 — O pagamento das taxas devidas pelos procedimentos que decorram do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação instruídos pelo portal informático, deve ser promovido no prazo máximo de 10 dias, sob pena do procedimento não se iniciar e se extinguir automaticamente por falta de pagamento, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.

9 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, na ausência de fixação de outro prazo, as taxas previstas na Tabela devem ser pagas, no prazo de 10 dias, a contar da notificação para o ato de pagamento.

Artigo 12.º

Pagamento em prestações

1 — O pagamento em prestações pode ser autorizado independentemente do valor da taxa, no máximo de 4 prestações, desde que o valor de cada prestação não seja inferior a uma unidade de conta (€ 102,00), acrescido de juros de mora calculados à taxa de juros de mora aplicável às dívidas ao Estado e outras entidades públicas em vigor no momento do pedido.

2 — O pedido de pagamento da taxa em prestações é realizado através de requerimento do interessado, dentro do prazo de pagamento voluntário da taxa, que deve conter a sua identificação, natureza da dívida, o número de prestações pretendidas, os motivos que fundamentam o pedido bem como documentos que comprovem a incapacidade de solver a dívida de uma só vez.

3 — Em casos de manifesta insuficiência económica pode ainda efetuar o pedido de dispensa de prestação de garantia, o qual será apreciado nos seguintes termos:

a) Para sujeitos passivos individuais: quando o rendimento bruto *per capita* do agregado familiar é inferior ou igual a € 6.000,00, para o que deverão entregar com o requerimento cópia integral da última declaração de rendimentos entregue;

b) Para pessoas coletivas: quando o resultado líquido do exercício que consta da última declaração para efeitos fiscais seja manifestamente insuficiente, para o que deverão entregar cópia da última declaração de rendimentos entregue.

4 — O pedido de pagamento em prestações é objeto de despacho do responsável pelo pelouro financeiro, ou do Dirigente com competência delegada, sob proposta fundamentada da unidade orgânica respetiva.

5 — O pagamento das taxas urbanísticas a que se referem os n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, pode ser efetuado em prestações trimestrais ou semestrais, até ao termo do prazo da execução da operação urbanística, devendo a primeira prestação ser paga com o pedido de emissão do alvará de licença ou, nos casos dos procedimentos de comunicação prévia, até 65 dias, contados do termo do prazo para a notificação a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º do RJUE.

6 — A autorização de pagamento fracionado das taxas devidas pela emissão dos alvarás de licença e pela comunicação prévia, para operações de loteamento, obras de urbanização, trabalhos de remodelação de terrenos e obras de edificação, bem como a taxa devida pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas, está ainda condicionada à prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 117.º do RJUE e prestada de acordo com o artigo 54.º do mesmo diploma.

7 — Nos procedimentos de comunicação prévia previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o pagamento em prestações deve ser requerido 30 dias antes do termo do prazo de 65 dias, contados do termo do prazo para a notificação a que se refere o n.º 2 do artigo 11.º do RJUE.

8 — O não pagamento de uma prestação na data devida implica o vencimento automático das seguintes e no caso do número anterior, dá lugar à imediata execução da caução.

9 — Nas Áreas Urbanas de Gêneses Ilegal (AUGI), ao abrigo do disposto no artigo 49.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação vigente, pode ser deferido o pagamento em prestações das taxas urbanísticas devidas, com dispensa de prestação da caução referida no n.º 5, desde que o pedido seja requerido pelo proprietário e para habitação própria ou por titular de atividade económica sediada na AUGI da qual dependa a subsistência do seu agregado familiar, e o pagamento das referidas taxas seja efetuado previamente à emissão do alvará de licença ou da certidão de admissão da comunicação prévia.

10 — Excecionalmente, poderá ser admitido o pagamento em prestações de taxas urbanísticas em AUGI, pelo prazo máximo de 36 meses, em caso de alegada e comprovada insuficiência financeira nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3.

11 — Sem prejuízo dos demais requisitos previstos na lei, a emissão dos alvarás de autorização de utilização dos edifícios ou suas frações autónomas depende do pagamento prévio e integral das taxas urbanísticas devidas.

SECÇÃO III

Isenções e reduções de taxas

Artigo 13.º

Isenções subjetivas

Estão isentos do pagamento das taxas e licenças previstas neste Regulamento:

1 — O Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos, que não tenham caráter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente.

2 — As associações culturais, desportivas, recreativas, quando legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários (com exceção das taxas previstas no n.º 12 do artigo 32.º da Tabela).

3 — As instituições particulares de solidariedade social, quando legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.

4 — As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.

5 — As empresas municipais, pelas atividades que se destinem diretamente à realização dos seus fins estatutários.

6 — As operações urbanísticas de loteamento, de obras de urbanização e de edificação destinadas a habitação de custos controlados (HCC) ou para realojamento.

7 — As inumações e exumações de indigentes em talhões do Município, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara.

8 — A isenção deve ser requerida pelo sujeito passivo, através de requerimento devidamente fundamentado, do qual conste:

- a) Identificação do requerente;
- b) Documento comprovativo da qualidade em que requer a isenção e descrição sumária dos motivos do pedido.

Artigo 14.º

Isenções de natureza social ou de relevante interesse económico

1 — A Assembleia Municipal pode ainda, sob proposta da Câmara, excepcionalmente e através de deliberação fundamentada, em casos de natureza social ou de relevante interesse económico para o Município, isentar total ou parcialmente, pessoas singulares ou coletivas do pagamento de taxas ou tributos.

2 — Quando o montante da taxa for inferior a € 1.000,00, compete ao Presidente da Câmara Municipal ou ao Vereador titular do pelouro da área financeira, decidir acerca das isenções e reduções previstas no número anterior.

Artigo 15.º

Outras isenções

Estão isentas do pagamento de taxas ou tarifas:

- 1 — As matrículas:
 - a) De veículos pertencentes a pessoas portadoras de deficiência, quando se destinem unicamente ao transporte dos seus proprietários, impossibilitados de se deslocarem pelos seus próprios meios;
 - b) De veículos utilizados unicamente em serviços agrícolas.

2 — A utilização de imóveis municipais nomeadamente para filmagens com fins culturais ou divulgação do Município.

3 — A guarda de bens, durante o primeiro mês, resultante de um despejo efetuado pela Câmara Municipal.

4 — A utilização de viaturas municipais, por associações culturais, desportivas ou recreativas, quando utilizadas para atividades que se destinem a representar ou divulgar o Município.

Artigo 16.º

Reconhecimento da isenção

1 — As isenções referidas nos artigos 13.º, 14.º e n.º 1, 2 e 4 do artigo 15.º do Regulamento não dispensam as referidas entidades de requererem à Câmara Municipal as necessárias licenças, quando devidas, nos termos da lei ou dos regulamentos municipais e em cumprimento dos prazos especialmente previstos para cada procedimento.

2 — O não cumprimento dos prazos referidos no número anterior implica a perda do benefício de isenção.

3 — As isenções previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por eventuais danos causados no património municipal.

Artigo 17.º

Reduções

1 — Os procedimentos de licenciamento, de comunicação prévia ou de autorização para obras de reabilitação urbana localizadas em Áreas

de Reabilitação Urbana (ARUS), beneficiam de uma redução de 50 % nas taxas devidas.

2 — Os procedimentos de controlo prévio para obras de conservação, reconstrução ou alteração apresentados para imóveis classificados, em vias de classificação ou com interesse patrimonial conforme caracterização constante do Plano Diretor Municipal ou para imóveis com mais de 30 anos localizados fora de ARUS, beneficiam de uma redução de 30 % nas taxas devidas.

3 — As operações urbanísticas destinadas a atividades ligadas ao turismo, serviços ou ambiente, consideradas prioritárias para o desenvolvimento económico do Concelho, beneficiam de uma redução de 20 % nas taxas previstas no artigo 5.º da Tabela, podendo a redução ser de 35 % caso a sede social da empresa se localize no Concelho.

4 — As operações urbanísticas que contemplem iniciativas, devidamente comprovadas, de redução de consumo energético e de redução/reutilização de água beneficiam de uma redução até 20 % na taxa prevista no artigo 6.º da Tabela.

5 — A edificação de equipamentos de uso coletivo de interesse estratégico beneficia de uma redução da taxa prevista no artigo 6.º da Tabela até ao máximo de 30 %.

6 — A emissão do alvará de autorização de utilização para fins turísticos de empreendimentos turísticos com a classificação de 5 estrelas, beneficia de uma redução de 40 % nas taxas devidas.

7 — As reduções de taxas previstas nos números anteriores dependem de requerimento fundamentado apresentado pelos interessados e são reconhecidas por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador do Pelouro com competência delegada ou subdelegada.

8 — As taxas fixadas no artigo 19.º da Tabela são reduzidas em 50 %, no caso de estabelecimentos de associações desportivas, recreativas, culturais ou de pessoas coletivas de utilidade pública.

9 — Os serviços a que correspondem as taxas fixadas nas alíneas a) a d) e f) do n.º 22 e c) do n.º 24 do artigo 1.º da Tabela quando requisitados por estudantes ou maiores de 65 anos, mediante a apresentação de documento comprovativo da condição, beneficiam de uma redução de 80 % e 50 %, respetivamente, nas taxas devidas.

10 — As taxas previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 30.º da Tabela referentes a ocupação do domínio municipal com esplanadas, com exclusão das que estejam inseridas em Centros Urbanos Comerciais, beneficiam da seguinte redução:

- a) 15 % para a União das Freguesias de Cascais e Estoril e União das Freguesias de Parede e Carcavelos;
- b) 30 % para as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana.

11 — Os pedidos, comunicações, atos ou procedimentos respeitantes a processos urbanísticos, que sejam apresentados através do portal informático, beneficiam de uma redução de 30 % sobre o valor das taxas de apreciação previstas na Tabela (n.ºs 1, 2, 4 e 5 do artigo 2.º; artigo 3.º; n.ºs 1 a 3 e 5 do artigo 4.º e n.ºs 1 a 3 do artigo 5.º; n.º 1 do artigo 17.º da Tabela) ou sobre o montante das taxas concernentes com a prestação de informação ou de serviços (n.ºs 1 a 3 dos artigos 1.º da Tabela).

Artigo 18.º

Regime de reduções em áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)

1 — As operações de loteamento e/ou de obras de urbanização inseridas em AUGI beneficiam de uma redução de 20 % sobre as taxas previstas nos n.ºs 1 a 4, 6 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 6.º da Tabela.

2 — O pagamento da taxa prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 4.º da Tabela, respeitante a lotes com construções existentes pode ser igualmente efetuado, *a posteriori*, aquando da apresentação do pedido de legalização do edificado.

3 — O benefício previsto no número anterior incide apenas sobre um único lote por proprietário, devendo tal facto constar do alvará de loteamento, para efeitos da sua inscrição como ónus no registo predial.

4 — A legalização das construções existentes nas AUGI, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto podem beneficiar de uma redução de 50 %, 30 % ou 20 % relativamente às taxas devidas, desde que o pedido de legalização seja apresentado no prazo de um ano, dois anos ou três anos respetivamente, a contar da data de entrada em vigor do instrumento que titula a reconversão ou da publicação do presente Regulamento, nos casos em que o instrumento de reconversão já tenha sido emitido.

5 — A legalização condicionada de construções existentes, apresentada nos termos do artigo 51.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação vigente, pode beneficiar de uma redução de 50 % relativamente às taxas devidas.

6 — Para um único lote, podem beneficiar da redução prevista no n.º 1, as pessoas singulares ou coletivas que a requeiram e que demonstrem o cumprimento do dever de reconversão previsto no artigo 3.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação vigente, mediante comprovativo emitido pela Comissão de Administração Conjunta.

7 — As taxas supra indicadas podem beneficiar, de uma redução especial de 80 %, quando requeridas por:

a) Pessoas singulares cujo agregado familiar comporte pessoas portadoras de deficiência, mediante apresentação de documento comprovativo;

b) Pessoas singulares, cujo rendimento bruto *per capita* seja inferior ou igual a € 6.000 anuais, comprovado mediante exibição da nota de liquidação do IRS.

8 — Os pedidos de redução de taxas previstos nos números anteriores devem ser requeridos conjuntamente com o pedido de emissão dos alvarás de licença de loteamento e ou de obras de urbanização, de legalização ou de legalização condicionada da construção.

CAPÍTULO II

Procedimentos de liquidação

Artigo 19.º

Urbanização e edificação

1 — Os pedidos de prorrogação do prazo de validade das licenças, autorizações ou comunicações prévias para obras de edificação ou urbanização devem ser formulados 30 dias antes do seu termo, estando sujeitos às taxas fixadas nos artigos 8.º e 9.º da Tabela.

2 — As referidas taxas são pagas no momento da apresentação do pedido, sendo objeto de devolução em caso de indeferimento do mesmo.

3 — No ato de liquidação de taxas urbanísticas é contabilizada a área total de construção, a qual consiste no somatório de todas as áreas de construção, independentemente do uso que lhe está afeto, existentes acima e abaixo da cota de soleira, incluindo anexos, piscinas, varandas e terraços, sacadas, marquises e balcões, espessura de paredes e a parte que em cada piso corresponde a caixas de escadas, vestíbulos, ascensores e monta-cargas.

4 — A área total de construção é expressa em metros quadrados, e arredonda-se por excesso no total de cada espécie quando for objeto de medição.

5 — Nas operações urbanísticas que apresentem diferentes finalidades são aplicadas a cada parte as taxas respetivas, rateando-se proporcionalmente as áreas de utilização comum.

6 — Quando se verificarem diferenças entre as áreas declaradas na instrução do pedido ou na comunicação prévia e as áreas licenciadas ou que constem da comunicação prévia submetida, são as mesmas abatidas ou acrescidas para efeitos de liquidação de taxas.

7 — Nas obras já executadas, a determinação do prazo de execução para efeitos de liquidação de taxas, corresponde ao constante da calendarização anexa ao projeto de arquitetura ou a um período mínimo de 30 dias, caso a calendarização seja omissa.

Artigo 20.º

Cemitérios, ossários e jazigos municipais

1 — Os números de jazigo e de ossário serão estabelecidos pela Câmara Municipal, seguindo uma ordem predeterminada.

2 — As taxas de inumação incluem a tarifa para encomendação.

3 — Os direitos a concessionários de terrenos ou jazigos particulares não podem ser transmitidos por ato entre vivos sem prévia autorização municipal e sem o pagamento das taxas de concessão de terrenos que estiverem em vigor relativas à área de jazigo.

4 — As taxas previstas no n.º 2 do artigo 42.º da Tabela, a cobrar em relação a terrenos destinados a ampliar construções já existentes, são as correspondentes ao escalão de ocupação pelos primeiros 3 m² e depende de prévia autorização camarária.

5 — A Câmara pode exigir das agências funerárias, depósito que garanta a cobrança das taxas pelos serviços prováveis a prestar por seu intermédio durante determinado período.

6 — Nas inumações em jazigos municipais e entrada de ossadas ou cinzas cobra-se sempre a taxa correspondente à ocupação perpétua, havendo, porém, direito ao reembolso da taxa, abatida de metade das anuidades vencidas em caso de trasladação para jazigos particulares, sepulturas perpétuas ou para outros cemitérios.

7 — Na trasladação de restos mortais depositados a título perpétuo entre jazigos municipais ou ossários municipais, não haverá lugar à devolução de qualquer importância, ficando sujeita ao pagamento da diferença entre a taxa paga à data de ocupação e a taxa em vigor no momento da trasladação, dependendo de prévia autorização camarária.

8 — As taxas da alínea b) do n.º 3 do artigo 40.º e alínea b) do n.º 2 do 41.º da Tabela só são aplicadas para a cobrança das ocupações atualmente sujeitas a pagamento periódico.

9 — A colocação de tampas com dobradiças e fechaduras, lápide com epitáfio ou pintura e gravação de epitáfio em compartimentos de jazigos ou ossário municipal depende de prévia autorização camarária.

10 — As obras em jazigos e sepulturas perpétuas ou prorrogação do prazo para a execução de obras determinadas pela Câmara seguem o regime previsto no RJUE.

11 — A concessão de jazigos municipais e ossários obriga à sua imediata ocupação.

12 — Nos funerais ocorridos aos sábados, domingos e feriados dispensa-se, no momento da inumação, a apresentação das guias de pagamento, devendo a liquidação das taxas respetivas ser efetuada, obrigatoriamente, até às 12 horas do 1.º dia útil seguinte.

13 — O pagamento das taxas previstas na alínea b) do n.º 3 do artigo 40.º e alínea b) do n.º 2 do 41.º da Tabela deverá ser efetuado anualmente, de janeiro a março, pelo que caso se verifique o seu incumprimento, as respetivas quantias serão debitadas para efeitos de cobrança coerciva.

Artigo 21.º

Utilização de bens do domínio municipal

1 — As taxas previstas no artigo 30.º a 32.º da Tabela são cobradas antecipadamente nos termos seguintes:

a) As taxas anuais, no período estipulado em notificação, cobrando-se em relação a novas licenças o número de duodécimos correspondentes aos meses até ao final do período em curso, incluindo-se o mês respeitante àquele em que a licença é emitida;

b) As taxas mensais, até ao dia oito do mês a que disser respeito a ocupação, cobrando-se em relação a novas licenças a fração correspondente aos dias até final do mês em curso, excluindo o dia em que é emitida a licença;

c) As taxas semanais, até ao último dia útil anterior ao período a que se refere a utilização;

d) As restantes taxas, antes de se iniciar a utilização.

2 — No caso previsto no artigo 30.º a 32.º da Tabela, verificando-se a cobrança fora dos prazos estipulados, por facto não imputável à Câmara Municipal de Cascais, será aplicado um adicional de 30 %, sem prejuízo dos adicionais ou coimas fixados por lei.

Artigo 22.º

Ocupação do domínio municipal

1 — As taxas anuais são cobradas antecipadamente, no correspondente à fração do respetivo ano civil, e pagas até ao último dia anterior ao início do período da licença. A sua renovação é automática, sendo a cobrança efetuada pelo valor do ano em curso, com pagamento em fevereiro do mesmo ano, sem prejuízo da sua cobrança semestral quando esta for proposta pela unidade orgânica respetiva.

2 — As taxas não anuais são cobradas antecipadamente e pagas até ao último dia útil anterior ao início do período da licença.

3 — O sujeito passivo pode solicitar o pagamento em prestações de acordo com o disposto no artigo 12.º

Artigo 23.º

Cadastro das infraestruturas instaladas

1 — As taxas previstas nos artigos 30.º e 31.º da Tabela são cobradas de acordo com o cadastro das infraestruturas instaladas no subsolo municipal, nos números em que se aplique.

2 — Os operadores de subsolo têm que fornecer anualmente, preferencialmente no mês de dezembro, ao Município informação atualizada sobre as infraestruturas instaladas no subsolo municipal,

devendo para o efeito fornecer o cadastro em formato digital com a indicação das características quanto ao tipo, material, dimensão ou potência da infraestrutura. Este cadastro deverá ser fornecido em ficheiro “*shapefile*”.

Artigo 24.º

Instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água

1 — A licença das bombas e tomadas inclui a utilização da via pública com os tubos condutores que forem necessários à instalação.

2 — As taxas de licença de bombas para o abastecimento de mais de uma espécie de carburantes são acrescidas em 50 %.

3 — A substituição de bombas ou tomadas por outras da mesma espécie não justifica cobrança de novas taxas.

4 — As taxas previstas nos artigos 35.º e 36.º da Tabela são cobradas antecipadamente, sendo que em relação às novas licenças se cobra o número de duodécimos correspondentes aos meses até ao final do período em curso, incluindo-se o mês respeitante ao dia seguinte àquele em que a licença é emitida.

5 — As bombas de GPL beneficiam de uma redução de 30 % sobre as taxas previstas no artigo 35.º

Artigo 25.º

Publicidade

1 — As taxas anuais são cobradas antecipadamente, no correspondente à fração do respetivo ano civil, e pagas até ao último dia anterior ao início do período da licença. A sua renovação é automática, sendo a cobrança efetuada pelo valor do ano em curso, com pagamento em março do mesmo ano, sem prejuízo da sua cobrança semestral, quando esta for proposta pela unidade orgânica respetiva.

2 — O sujeito passivo pode solicitar o pagamento em prestações de acordo com o disposto no artigo 12.º

3 — Os Clubes Desportivos e Grupos Recreativos com sede no Concelho de Cascais beneficiam de uma redução de 50 % nas taxas de publicidade relativas a suportes publicitários colocados nas suas instalações desde que comprovem que se trata de publicidade alusiva a patrocinadores.

Artigo 26.º

Mercados e feiras

Para os efeitos do disposto no artigo 24.º da Tabela, considera-se que:

1 — Quando a medição, estando prevista na Tabela por metro, só puder ser feita em metros quadrados, ou vice-versa, as respetivas taxas aplicar-se-ão segundo a equivalência de 1 m linear de frente por 2 m²;

2 — As taxas têm que ser pagas até ao dia 15 do mês a que respeitam;

3 — A cobrança das taxas referentes ao n.º 9 do artigo 32.º da Tabela será efetuada até ao 8.º dia do mês a que a mesma se reporta;

4 — O direito à ocupação em mercados ou feiras é, por natureza, precário.

Artigo 27.º

Outras prestações de serviços

1 — As despesas com o transporte para o depósito e remoção dos bens a que se referem os n.ºs 14 e 15 do artigo 32.º da Tabela e a guarda desses bens e outras que vierem a ser ocasionadas pelos mesmos são da conta dos respetivos proprietários.

2 — Consideram-se abandonados os bens não levantados dentro de 90 dias a partir da notificação ao interessado, a qual é feita, em regra, dentro de 30 dias a contar do início do depósito.

3 — Decorrido o prazo fixado no número anterior, procede-se à venda em hasta pública dos referidos bens, retirando-se da importância obtida a que estiver em débito à Câmara e ficando o remanescente, se o houver, à ordem do respetivo proprietário.

4 — Se a importância obtida na hasta pública for insuficiente para cobrir o débito, procede-se à cobrança da diferença nos termos legais.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 28.º

Contraordenações

A violação das disposições previstas no presente Regulamento constitui contra ordenação punível com coima a fixar entre o valor mínimo de € 500,00 e o valor máximo previsto no artigo 17.º do regime geral das contra ordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação vigente.

Artigo 29.º

Revisão

1 — O Regulamento de Taxas e Licenças deve ser revisto anualmente no âmbito da preparação para o orçamento do ano seguinte, tendo em conta a evolução do índice de preços do consumidor publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, as necessárias adaptações à evolução dos custos de mercado, os encargos que incidam sobre os serviços prestados, as correspondentes despesas administrativas e outros fatores que, eventualmente, sejam de ponderar.

2 — Os valores resultantes da atualização efetuada nos termos do número anterior são arredondados à décima, a fazer por excesso quando a última casa decimal apresente valor igual ou superior a cinco e a fazer por defeito quando apresente valor inferior a cinco.

3 — Sem prejuízo da transição para um novo ano económico e do disposto no número um, o presente Regulamento de Taxas e Licenças considera-se eficaz até à entrada em vigor de novo Regulamento e Tabela.

Artigo 30.º

Remissões

As remissões feitas no presente Regulamento para diplomas ou disposições legais específicas são de natureza formal, pelo que, em caso de alteração legislativa superveniente, consideram-se feitas para os novos diplomas ou disposições legais respetivas.

Artigo 31.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais entram em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

29 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Carreiras*.

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
TÍTULO II								
Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais								
CAPÍTULO I								
Serviços Administrativos								
(Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro)								
Artigo 1.º								
Taxas administrativas gerais								
1 — Averbamentos:								
a) Não específicos	0,00	0,00	0,27	16,00	1	3,80	d)	
b) Em processo, em alvará de licença ou autorização, comunicação prévia de operações urbanísticas e outros, nos termos legalmente previstos — por cada	0,00	0,00	4,98	49,81	6	70,80	d)	
2 — Declarações/certidões:								
a) Diversas, incluindo anexos	0,00	0,00	1,78	21,35	5	25,30	d)	
b) Comprobativas da verificação dos requisitos de destaque de parcela, incluindo plantas autenticadas	0,00	0,00	9,14	109,72	5	130,00	d)	
c) Comprobativas da receção provisória de obras de urbanização	0,00	0,00	2,42	29,03	5	34,40	d)	
d) Comprobativas da anexação, desanexação ou integração no domínio público municipal de parcelas de terreno — por cada	0,00	0,00	4,66	55,93	5	66,30	d)	
e) Para constituição, alteração ou retificação da propriedade horizontal	0,00	0,00	13,52	101,40	8	192,20	d)	
3 — Alvarás diversos não especialmente previstos na tabela	0,00	0,00	3,91	46,96	5	55,70	d)	
4 — Conferência e autenticação de documentos apresentados por particulares — por cada folha	0,00	0,00	0,14	4,28	2	2,10	d)	
5 — Autenticação de documentos — por cada folha	0,00	0,00	0,23	2,78	5	3,30	d)	
6 — Rubricas de livros, processos e documentos quando legalmente exigidos — cada rubrica	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,60	d)	
7 — Termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a esta formalidade — cada livro	0,00	0,00	0,36	5,33	4	5,10	d)	
8 — Termos de entrega de documentos junto a processos, cuja restituição haja sido autorizada	0,00	0,00	0,53	8,01	4	7,60	a)	
9 — Junção de documentos em processos de urbanismo (fora do âmbito do artigo 11.º do RJUE e do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo)	0,00	0,00	1,78	21,35	5	20,10	d)	
10 — Fornecimento, a pedido dos interessados, de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou estejam em mau estado — por cada folha	0,00	0,00	0,04	1,21	2	0,60	a) ou d)	
11 — Fornecimento de plantas de arquitetura a que se refere o n.º 2 do artigo 37.º do CIMI, embora gratuitas, pelo custo de reprodução, por cada fração autónoma	0,00	0,00	0,89	13,34	4	12,60	d)	
12 — Fornecimento de plantas do PDM de ordenamento ou condicionantes (inclui parte escrita e plantas)	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,70	d)	
13 — Declarações a pedido de empreiteiros e outras pessoas, singulares ou coletivas, sobre a capacidade e idoneidade na execução de empreitadas (InCi), emprego de explosivos e situações semelhantes — por cada	0,00	0,00	1,78	21,35	5	25,30	d)	
14 — Pela emissão e confirmação de segunda via do livro da obra	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,90	d)	
15 — Depósito da ficha técnica de habitação (Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de março), por cada fogo ou fração do prédio	0,00	0,00	1,42	21,35	4	20,30	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
16 — Emissão de segunda via da ficha técnica de habitação — as taxas previstas no n.º 22 do presente artigo, em função do caso concreto.								
17 — Autos de adjudicação, arrematação de fornecimentos ou semelhantes	0,00	0,00	0,53	32,02	1	7,60	a)	
18 — Registo de minas e de nascentes de água mineromedicinais.	0,00	0,00	4,98	59,77	5	70,80	d)	
19 — Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público — cada edital . . .	0,00	0,00	0,71	8,54	5	10,10	a)	
20 — A taxa a arrecadar pela emissão do Certificado de Registo, a que se referem os artigos 14.º e 29.º da Lei n.º 37/2006 de 9 de agosto, é de € 15,00 (Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro) que se reparte entre o Município e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da seguinte forma:								
a) Valor para o Município, 50 % da taxa fixada na Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro. . .						7,50	d)	
i) Valor para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; operação de tesouraria						7,31	d)	
ii) Para cobertura de despesas administrativas é deduzido o valor de 2,5 % ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o qual corresponde sempre a 50 % do total fixado pela Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro						0,19	d)	
b) Em caso de extravio, roubo ou deterioração dos certificados, documentos e cartões previstos na Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro, referidos na alínea a), acresce a taxa de € 10,00, que se reparte entre o Município e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras da seguinte forma:								
i) Valor para o Município, 50 % da taxa fixada na Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro						12,50	d)	
ii) Valor para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; operação de tesouraria						12,19	d)	
iii) Para cobertura de despesas administrativas é deduzido o valor de 2,5 % ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o qual corresponde sempre a 50 % do total fixado pela Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro						0,31	d)	
c) Primeira emissão do certificado a menores de 6 anos, na Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro, no que refere à emissão de certificado a taxa aplicável é reduzida em 50 % que se reparte entre o Município e o Serviço de Estrangeiros e Fronteira, da seguinte forma:								
i) Valor para o Município, 50 % da taxa fixada na Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro						3,75	d)	
ii) Valor para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; operação de tesouraria						3,66	d)	
iii) Para cobertura de despesas administrativas é deduzido o valor de 2,5 % ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o qual corresponde sempre a 50 % do total fixado pela Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro						0,09	d)	
d) Em caso de extravio, roubo ou deterioração dos certificados, documentos e cartões previstos na Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro, referidos na alínea c), acresce a taxa de € 10,00, que se reparte entre o Município e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras da seguinte forma:								
i) Valor para o Município, 50 % da taxa fixada na Portaria n.º 1334-D/2010 de 31 de dezembro						8,75	d)	
ii) Valor para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; operação de tesouraria						8,53	d)	
iii) Para cobertura de despesas administrativas é deduzido o valor de 2,5 % ao montante que reverte para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o qual corresponde sempre a 50 % do total fixado pela Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro						0,22	d)	
21 — Confiança de processos para fins judiciais ou outros, quando autorizada — por cada 5 dias . . .	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,70	d)	
22 — Fotocópias:								
a) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A4 (preto e branco)	0,00	0,00	0,01	0,48	1	0,20	a) ou d)	
b) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A3 (preto e branco)	0,00	1,00	0,01	0,48	1	0,30	a) ou d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
c) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A4 (cores)	0,00	2,00	0,01	0,64	1	0,50	a) ou d)	TN
d) Fotocópias simples ou de elementos existentes em processos e/ou impressões — por cada Folha A3 (cores)	0,00	4,00	0,01	0,58	1	0,70	a) ou d)	
e) Fotocópia ou Certidão de Licença de Utilização/Autorização de Utilização	0,00	0,00	0,62	12,45	3	8,90	d)	
f) Fotocópias autenticadas de documentos arquivados — por cada folha	0,00	0,00	0,30	3,63	5	4,30	a) ou d)	
g) Fotocópias de processos de urbanismo:								
i) Formato A4.	0,00	0,00	0,05	1,50	2	0,60	d)	
ii) Formato A3	0,00	0,00	0,20	6,00	2	1,90	d)	
iii) Outros formatos	0,00	1,00	0,20	6,00	2	3,50	d)	
iv) Sempre que as taxas devidas pelos elementos previstos nas subalíneas anteriores perfaçam o valor igual ou superior a € 50,00, é devida uma caução de 50 %, a pagar após comunicação do custo total do serviço.								
h) Cartões de leitor das bibliotecas municipais e de fotocópias (só serão cobradas as 2.ªs e seguintes vias do cartão de leitor — Não serão taxados os cartões com erros que sejam da responsabilidade do serviço emissor)	1,00	0,00	0,18	5,35	2	3,00	a)	
23 — Centros de Documentação dos Museus Municipais:								
a) Reprodução de documentos em suporte digital:								
i) Em baixa resolução.	0,00	0,00	0,28	5,64	3	4,10	d)	
ii) A 300 dpi	0,00	0,00	0,48	9,67	3	6,90	d)	
iii) Para efeitos de edição.	0,00	1,50	4,84	58,05	5	172,00	d)	
iv) Reprodução de digitalizações existentes	0,00	-0,60	0,20	4,03	3	1,20	d)	
b) As taxas da alínea anterior, estão sujeitas a autorização superior.								
c) Reprodução da obra musical de Fernando Lopes-Graça em formato A4 — por folha:								
i) Até 50 páginas	0,00	-0,60	0,08	4,84	1	0,50	d)	
ii) De 50 a 100 páginas	0,00	-0,70	0,08	4,84	1	0,40	d)	
iii) Mais de 100 páginas.	0,00	-0,80	0,08	4,84	1	0,30	d)	
d) Reprodução da obra musical de Fernando Lopes-Graça em formato A3 — por folha:								
i) Até 50 páginas	0,00	-0,20	0,08	4,84	1	0,90	d)	
ii) De 50 a 100 páginas	0,00	-0,40	0,08	4,84	1	0,70	d)	
iii) Mais de 100 páginas.	0,00	-0,60	0,08	4,84	1	0,50	d)	
24 — Reprodução em suporte digital:								
a) De documentos eletrónicos constantes de processos urbanísticos:								
i) Em suporte fornecido pelo interessado.	0,00	0,00	0,75	22,60	2	10,70	a)	
ii) Remetidos por e-mail	0,00	-0,30	0,53	16,00	2	5,30	a)	
b) De documentos em papel constantes de processos urbanísticos — por imagem	0,00	0,00	0,13	8,00	1	1,20	d)	
c) De documentos conservados no Arquivo Histórico Municipal, Casa Reynaldo dos Santos/Irene Quilhó dos Santos e Museu da Música Portuguesa:								
i) Reprodução em baixa resolução.	0,00	0,00	1,78	35,59	3	25,30	d)	
ii) Reprodução em alta resolução	0,00	4,50	1,78	35,56	3	139,10	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
25 — Fotografias — por cada	1,00	0,00	0,63	12,63	3	10,10	a)	TN
26 — Postais Ilustrados — por cada:								
a) Em museus.	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,60	c)	
b) Outros locais	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,60	a)	
27 — CD's ou DVD's para utilização em Serviços Municipais:								
a) CD (com capacidade de pelo menos 650MB).	1,00	0,00	0,13	3,75	2	2,90	a)	
b) DVD (com capacidade de pelo menos 4,30 GB).	1,00	0,00	0,13	3,75	2	2,90	a)	
c) Gravação em CD ou DVD com suporte fornecido pelo interessado, quando permitido pelo serviço.	0,00	0,00	0,27	5,34	3	3,80	a)	
28 — Promoção de consultas a entidades externas	0,00	0,30	1,00	20,00	3	11,30	d)	
29 — As cópias de processos de concurso de empreitadas e fornecimentos, nomeadamente programas de concurso, cadernos de encargos, dados técnicos e respetivas plantas e anexos, por:								
a) Fotocópias — As taxas previstas no n.º 22 do presente artigo.								
b) Plotagem a preto e branco:								
i) A3	0,00	0,35	0,16	4,84	2	2,00	a)	
ii) A2	0,00	0,00	0,16	4,84	2	2,30	a)	
iii) A1	0,00	1,00	0,16	4,84	2	4,60	a)	
iv) A0	0,00	2,00	0,21	6,45	2	9,20	a)	
c) Plotagem a cores:								
i) A3	0,00	1,00	0,12	3,55	2	2,20	a)	
ii) A2	0,00	0,50	0,12	3,55	2	2,60	a)	
iii) A1	0,00	1,50	0,14	4,26	2	5,10	a)	
iv) A0	0,00	2,50	0,20	6,08	2	10,10	a)	
d) Compilação e organização do processo.	0,00	2,00	1,48	29,65	3	63,30	a)	
e) Suporte informático (com exceção dos processos de urbanismo constantes no n.º 24 do presente artigo).	0,00	1,00	1,42	28,46	3	40,50	d)	
30 — Informação digital:								
a) Ortofotomapas e cartografia digital em vetor (formatos Autocad, Mapinfo ou Shapefile) por cada carta (1,6 km²)	0,00	0,00	12,99	194,79	4	184,70	d)	
b) Informação georeferenciada em SIG (por registo)	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,60	d)	
c) Fornecimento de pontos coordenados e materializados no campo para apoio de trabalhos de topografia (GPS) (por cada ponto).	0,00	0,00	8,72	130,76	4	124,00	d)	
31 — Pela emissão de licença especial de ruído	0,00	0,00	3,50	70,00	3	49,80	d)	
1) Taxa de fiscalização.	0,00	0,00	2,00	40,00	3	28,50	d)	
2) Licença especial de ruído por motivo de obras:								
a) Dias de Semana:								
i) Inferior a 10 dias.	0,00	0,10	2,00	40,00	3	31,30	d)	
ii) Igual ou superior a 10 dias e inferior a 30 dias	0,00	0,20	2,00	40,00	3	34,10	d)	
iii) Igual ou superior a 30 dias	0,00	0,40	2,00	40,00	3	39,80	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
<i>b) Fins de Semana e feriados:</i>								
<i>i) Inferior a 10 dias.</i>	0,00	0,50	2,00	40,00	3	42,70	<i>d)</i>	
<i>ii) Igual ou superior a 10 dias e inferior a 30 dias</i>	0,00	1,00	2,00	40,00	3	56,90	<i>d)</i>	
<i>iii) Igual ou superior a 30 dias</i>	0,00	1,50	2,00	40,00	3	71,10	<i>d)</i>	
<i>3) Licença especial de ruído por eventos:</i>								
<i>a) Segunda, terça, quarta e quinta-feira — Hora de terminus inferior ou igual às 23h:</i>								
<i>i) Inferior a 5 dias.</i>	0,00	0,10	2,00	40,00	3	31,30	<i>d)</i>	
<i>ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias</i>	0,00	0,40	2,00	40,00	3	39,80	<i>d)</i>	
<i>iii) Igual ou superior a 30 dias</i>	0,00	1,00	2,00	40,00	3	56,90	<i>d)</i>	
<i>b) Segunda, terça, quarta e quinta-feira — Hora de terminus superior às 23h:</i>								
<i>i) Inferior a 5 dias.</i>	0,00	1,00	2,00	40,00	3	56,90	<i>d)</i>	
<i>ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias</i>	0,00	1,50	2,00	40,00	3	71,10	<i>d)</i>	
<i>iii) Igual ou superior a 30 dias</i>	0,00	0,00	9,00	270,00	2	127,90	<i>d)</i>	
<i>c) Sexta-feira, sábados, domingos, feriados e vésperas de feriados — Entre as 8h e as 20h:</i>								
<i>i) Inferior a 5 dias.</i>	0,00	0,10	2,00	40,00	3	31,30	<i>d)</i>	
<i>ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias</i>	0,00	0,20	2,00	40,00	3	34,10	<i>d)</i>	
<i>iii) Igual ou superior a 30 dias</i>	0,00	0,40	2,00	40,00	3	39,80	<i>d)</i>	
<i>d) Sexta-feira, sábados, domingos, feriados e vésperas de feriados — Hora de terminus inferior ou igual às 23h:</i>								
<i>i) Inferior a 5 dias.</i>	0,00	0,10	1,00	40,00	3	15,70	<i>d)</i>	
<i>ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias</i>	0,00	0,10	2,00	40,00	3	31,30	<i>d)</i>	
<i>iii) Igual ou superior a 30 dias</i>	0,00	0,20	2,00	40,00	3	34,10	<i>d)</i>	
<i>e) Sexta-feira, sábados, domingos, feriados e vésperas de feriados — Hora de terminus superior às 23h:</i>								
<i>i) Inferior a 5 dias.</i>	0,00	0,50	2,00	40,00	3	42,70	<i>d)</i>	
<i>ii) Igual ou superior a 5 dias e inferior a 30 dias</i>	0,00	0,50	2,25	40,00	3	48,00	<i>d)</i>	
<i>iii) Igual ou superior a 30 dias</i>	0,00	1,00	2,00	40,00	3	56,90	<i>d)</i>	
<i>4) Agravamento por incumprimento dos prazos definidos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação vigente:</i>								
<i>a) 15 a 7 dias úteis antes da data do evento</i>	0,00	1,00	3,50	70,00	3	99,60	<i>d)</i>	
<i>b) 7 a 1 dia útil antes do evento</i>	0,00	2,00	3,50	70,00	3	149,30	<i>d)</i>	
<i>32 — Controlo metrológico — as taxas devidas pela verificação periódica de instrumentos de medição são aprovadas nos termos do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro</i>							<i>d)</i>	
<i>33 — Análises Estatísticas — Fornecimento de cartas temáticas com análises estatísticas à escala 1/25000, com delimitação de freguesias e indicação de nomes de locais:</i>								
<i>a) Estatística temática Censos 2011 — A1 (densidade populacional à subsecção estatística)</i>	0,00	0,00	0,71	14,24	3	10,10	<i>d)</i>	
<i>b) Estatística temática Alojamentos — A1 (densidade de alojamentos à subsecção estatística).</i>	0,00	0,00	0,71	14,24	3	10,10	<i>d)</i>	
<i>c) Estatística temática licenciamentos de construção — A1 (habitação/fogos/ano, valores absolutos; 1998 até à atualidade, uma carta temática por cada ano).</i>	0,00	0,00	0,71	14,24	3	10,10	<i>d)</i>	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
34 — Sempre que solicitado as cópias/certidões constantes do presente artigo poderão ser enviadas por correio, sendo para o efeito cobradas as seguintes taxas de expedição (valores praticados de acordo com a tabela em vigor dos CTT):								
Escalões	Registo	Aviso de receção						
Até 20 g	2,00	2,95						
21 g-50 g	2,10	3,05						
51 g-100 g	2,30	3,25						
101 g-250 g	3,05	4,00						
251 g-500 g	3,05	4,00						
<p align="center">CAPÍTULO II</p> <p align="center">Urbanismo</p> <p align="center">(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro; Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro)</p> <p align="center">SECÇÃO I</p> <p align="center">Pedidos de informação conexos com operações urbanísticas</p> <p align="center">Artigo 2.º</p> <p align="center">Informação diversa</p> <p>1 — Prestação de informação simplificada, por escrito, sobre instrumentos de planeamento no âmbito da alínea <i>a)</i> do n.º 1 do artigo 110.º ou do n.º 1 do artigo 14.º do RJUE</p> <p>2 — Prestação de informação sobre alinhamentos</p> <p>3 — Elaboração de estudo de quarteirão</p> <p>4 — Pela apreciação de pedidos de destaque ou operações de desanexação com anexação de parcelas</p> <p><i>a)</i> À taxa prevista no número anterior acresce a devida pela emissão da certidão respetiva, quando requerida e prevista nas alíneas <i>b)</i> ou <i>d)</i> do n.º 2 do artigo 1.º</p> <p>5 — Pedidos de autorização prévia de localização</p> <p>6 — Prestação de informação sobre a viabilidade de legalização de operação urbanística</p> <p>7 — Prestação de informação para obtenção de nível de conservação superior no âmbito do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro e em área delimitada como ARU</p> <p align="center">Artigo 3.º</p> <p align="center">Informação prévia</p> <p>1 — Pela apreciação do pedido de informação prévia sobre qualquer operação urbanística nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do RJUE</p> <p>2 — Pela apreciação da manutenção dos pressupostos da informação prévia nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do RJUE e emissão da declaração respetiva</p>								
	0,00	0,00	8,72	130,76	4	120,60	<i>d)</i>	
	0,00	0,00	6,58	98,73	4	91,00	<i>d)</i>	
	0,00	0,00	15,12	226,81	4	209,20	<i>d)</i>	
	0,00	0,00	12,99	129,86	6	179,70	<i>d)</i>	
							<i>d)</i>	
	0,00	0,00	12,99	129,86	6	179,70	<i>d)</i>	
	0,00	0,00	20,00	200,00	6	184,60	<i>d)</i>	
	0,00	-0,40	5,75	115,00	3	30,00	<i>d)</i>	TN
	0,00	-0,40	51,23	307,40	10	425,10	<i>d)</i>	
	0,00	0,00	26,68	160,11	10	369,10	<i>d)</i>	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
6 — Pela comunicação prévia para operações de loteamento, obras de urbanização ou trabalhos de remodelação de terrenos — taxa fixa pelo controlo sucessivo, a qual acrescem as previstas nas alíneas a) a d) do n.º 4, quando aplicável, bem como as previstas nos artigos 6.º e 9.º da Tabela . . .	0,00	0,00	20,00	200,00	6	173,70	d)	TN
<p align="center">SECÇÃO III</p> <p align="center">Obras de edificação e demolição</p> <p align="center">Artigo 5.º</p> <p align="center">Da licença ou da comunicação prévia</p>								
1 — Pela apreciação do pedido de licença para qualquer obra de edificação ou demolição (construção, alteração — com exceção das alterações que incidam sobre a cor da fachada — ampliação, renovação, reconstrução ou obras inacabadas) — taxa fixa à qual acrescem as seguintes, em função do pedido	0,00	0,00	22,67	170,00	8	196,80	d)	TN
a) Por m² de área bruta de construção nova (incluindo anexos, piscinas, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros) tendo por base o valor médio de construção por m² correspondente a € 482,40, fixado na Portaria n.º 419/2015, de 31 de dezembro, ou na que lhe suceder, calculado em função do fator de referência de 0,35 %;								
b) Por m² de superfície de pavimento (coberturas de campos de jogos, hangares ou estacionamento públicos)	0,00	0,00	0,33	10,00	2	2,90	d)	TN
2 — Pela apreciação do pedido de licença parcial para construção da estrutura ou de escavação e contenção periférica	0,00	0,00	17,26	172,56	6	238,60	d)	
3 — Pela apreciação liminar da comunicação prévia para qualquer obra de edificação (construção, alteração, ampliação, renovação ou reconstrução) — taxa fixa à qual acresce a prevista na alínea a) do n.º 1 em função do caso concreto	0,00	0,00	10,00	100,00	6	86,80	d)	TN
4 — Pela emissão de alvará, de aditamento ao alvará ou da certidão de admissão da comunicação prévia para obras de edificação ou demolição (procedimentos iniciados antes da vigência do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro) — taxa fixa, à qual acrescem as seguintes quando aplicáveis	0,00	0,00	16,19	138,76	7	224,00	d)	
a) Exceto quando já tenha sido paga aquando da emissão do alvará de loteamento — Por m² de área bruta de construção nova (incluindo anexos, piscinas, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros) e em função da utilização licenciada ou comunicada tendo por base o valor médio de construção por m², correspondente a € 482,40, fixado na Portaria n.º 419/2015, de 31 de dezembro, ou na que lhe suceder, calculado em função do fator de referência seguinte:								
i) Habitação — 1,80 %;								
ii) Comércio, serviços e turismo — 1,40 %;								
iii) Indústria — 1,60 %;								
iv) Outras utilizações não especificadas nas alíneas anteriores — 1,60 %.								
b) Muros de suporte ou de vedação ou outras vedações provisórias ou definitivas confinantes com a via pública — por metro linear	0,00	0,00	0,53	32,02	1	7,40	d)	
c) Por m² de área bruta de construção a demolir, excepto para os edifícios ou construções que apresentem risco de segurança	0,00	0,00	0,05	3,19	1	0,80	d)	
d) Por m² de área de superfície de pavimento (coberturas de campos de jogos, hangares ou estacionamento públicos)	0,00	0,00	0,50	15,00	2	4,60	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
5 — Pela emissão do alvará para obras de edificação faseada	0,00	0,00	16,19	138,76	7	224,00	d)	TN
a) À taxa prevista no número anterior, acrescem as taxas constantes das alíneas a) a d) do n.º 5 correspondentes à totalidade da obra							d)	
6 — Pela emissão da licença especial ou pela comunicação prévia para obras de edificação ou demolição inacabadas	0,00	0,00	25,79	154,77	10	356,80	d)	
7 — Pela emissão do alvará de licença parcial para construção da estrutura	0,00	0,00	16,19	138,76	7	224,00	d)	
8 — Pela comunicação prévia para qualquer obra de edificação (construção, alteração, ampliação ou reconstrução ou obras inacabadas) ou de demolição — taxa fixa pelo controlo sucessivo, à qual acrescem as taxas previstas nas alíneas a) a d) do n.º 4 e artigos 6.º e 9.º da Tabela, quando aplicável	0,00	0,00	17,00	170,00	6	147,60	d)	
SECÇÃO IV								
Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço das Infraestruturas Urbanísticas								
Artigo 6.º								
Âmbito da taxa								
1 — A taxa pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas (TRIU) é devida no licenciamento, autorização ou comunicação prévia das seguintes operações urbanísticas:								
a) Operações de loteamento							d)	
b) Obras de construção e de ampliação não inseridas em operações de loteamento							d)	
c) Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 109.º Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio								
2 — O pagamento da taxa referida no número anterior é devido no momento da emissão dos alvarás de licença ou de autorização ou aquando da emissão da certidão do plano de pormenor prevista nos artigos 108.º e 109.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, bem como nos procedimentos de comunicação prévia das respetivas operações urbanísticas.								
3 — A taxa pela realização, manutenção e reforço corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo em conta a utilização das edificações, sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir ou ampliar, de acordo com a fórmula seguinte:								
$TRIU = [Ac \times (PPI/S) \times C1 \times C2]$							d)	
a) TRIU — Valor da taxa devida ao Município de Cascais (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infra-estruturas urbanísticas;								
b) Ac — Área de construção nova ou área a ampliar (m²);								
c) PPI — Montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos destinado à realização, manutenção e reforço das infra-estruturas gerais e equipamentos, assume para o ano de 2014 e 2015 o valor de € 23.995.208,62;								
d) S — Área do Município de Cascais — 97.100.000 m²;								
e) C1 — Coeficiente que traduz a influencia da utilização e que assume os valores constantes no Quadro 1.								

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
<p>b) <i>V</i> — Corresponde ao valor médio de construção, por m², fixado na Portaria n.º 419/2015, de 31 de dezembro ou na legislação que lhe suceder;</p> <p>c) <i>Ac</i> — Área de construção a licenciar ou a legalizar.</p> <p>6 — O pagamento das quantias devidas pela TRIU/TRIU' calculadas de acordo com os números anteriores pode beneficiar do regime de prestações previsto no artigo 12.º do Regulamento de Cobrança.</p> <p>Artigo 7.º</p> <p>Regime de reduções</p> <p>1 — O valor da TRIU poderá ser objeto de redução, sempre que o loteador ou promotor executar, por sua conta, infraestruturas que venha a entregar ao município, designadamente infraestruturas viárias, redes públicas de saneamento, redes de águas pluviais, redes de abastecimento de águas, que se desenvolvam para além da área de intervenção objeto de loteamento ou da operação urbanística, bem como infraestruturas que possam vir a servir terceiros, não diretamente ligados aquela operação urbanística.</p> <p>2 — O valor do montante a reduzir, nos casos em se verifiquem as situações descritas no número anterior e até ao máximo de 50 % do valor da TRIU, é determinado por avaliação direta das infraestruturas em causa, mediante requerimento do interessado, previamente, à fixação do montante da TRIU, sendo posteriormente abatido ao valor desta.</p> <p>3 — A renovação da licença ou da comunicação prévia não está sujeita ao pagamento da TRIU/TRIU'.</p> <p>4 — O cálculo do valor da TRIU/TRIU' não incidirá igualmente sobre as áreas de construção, que no âmbito das respetivas operações urbanísticas sejam objeto de cedência ao Município, por compensação em espécie.</p> <p>5 — Quando o valor da TRIU for objeto de redução por verificação dos pressupostos previstos no n.º 1, a taxa devida pela ocupação do domínio municipal prevista no n.º 1 do artigo 31.º da Tabela será igualmente objeto de redução em 50 %.</p> <p>6 — As operações urbanísticas que incidam sobre imóveis classificados, em vias de classificação ou com interesse patrimonial, conforme caracterização constante do Plano Diretor Municipal, podem beneficiar de uma redução até 50 % sobre o valor da TRIU.</p> <p>7 — O valor da TRIU' poderá ser objeto de redução proporcional, no que concerne ao montante devido no cômputo da parcela (0,049 x <i>V</i> x <i>Ac</i>), sempre que o proprietário demonstrar, mediante comprovação, que custeou às suas expensas parte das obras de urbanização.</p> <p>8 — A redução referida no número anterior é efetuada de acordo com a seguinte ponderação:</p> <p>a) Obras de infraestruturas viárias e pedonais — 45 %:</p> <p>i) Participação na execução do tapete betuminoso — 37,5 %;</p> <p>ii) Participação na execução do passeio — 7,5 %.</p> <p>b) Redes de abastecimento de águas — 15 %;</p> <p>c) Redes públicas de saneamento — 25 %:</p> <p>i) Redes de esgotos domésticos — 12,5 %;</p> <p>ii) Rede de esgotos pluviais — 12,5 %.</p> <p>d) Redes de eletricidade e de telefones — 10 %;</p> <p>e) Rede de gás — 5 %.</p>								

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
SECÇÃO V								
Execução das Operações Urbanísticas								
Artigo 8.º								
Taxas gerais								
1 — Pelo pedido de prorrogação de prazo para emissão de alvará de licença ou autorização	0,00	0,25	4,18	50,17	5	72,30	d)	
2 — Pelo pedido de prorrogação de prazo para execução de operações urbanísticas	0,00	0,20	3,38	40,56	5	56,20	d)	
3 — Pedido de receção provisória ou definitiva das obras de urbanização	0,00	0,00	3,38	33,80	6	46,80	d)	
Artigo 9.º								
Prazos de execução								
1 — Por cada período de 30 dias	0,00	0,00	3,38	33,80	6	46,80	d)	
2 — Pela prorrogação na fase de acabamentos — a taxa referida no número anterior com um adicional de 50 %						70,20	d)	
SECÇÃO VI								
Vistorias								
Artigo 10.º								
Regras gerais								
1 — Nas taxas cobradas pelas vistorias estão incluídas as despesas com a deslocação e remuneração de peritos e outras despesas a efetuar pelo Município.								
2 — As vistorias só são ordenadas depois de pagas as taxas, com exceção das vistorias para concessão de autorização de utilização, cuja realização seja determinada pelo Presidente da Câmara, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE, a qual é cobrada, no ato de emissão do correspondente alvará, em acumulação com a taxa a que se refere o artigo 17.º da Tabela.								
3 — Não se realizando a vistoria por motivo estranho ao serviço, só é ordenada outra após o pagamento de respetiva taxa.								
4 — No caso de obras de alterações decorrentes da vistoria, a nova vistoria a realizar é precedida do pagamento de nova taxa de valor igual à da vistoria inicial.								
Artigo 11.º								
Taxas pela realização de vistorias								
1 — Para autorização ou alteração da autorização de utilização	0,00	0,00	12,93	97,00	8	142,40	d)	
2 — Para autorização de utilização de conjuntos comerciais ou de estabelecimentos de comércio a retalho elencados na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 janeiro.	0,00	0,00	28,46	243,97	7	313,20	d)	
3 — Para apreciação do pedido para realização de vistoria, ao abrigo do artigo 89.º do RJUE ou artigo 12.º do RGEU	0,00	-0,40	9,08	136,20	4	47,30	d)	TN
4 — Para efeitos de determinação do nível de conservação do imóvel, nos termos dos artigos 89.º e 90.º do RJUE	0,00	0,00	7,27	54,50	8	80,00	d)	
5 — Para elaboração do auto de medições e orçamento para efeitos do artigo 14.º do NRAU	0,00	0,00	10,85	81,39	8	150,10	d)	
6 — Para constituição, alteração ou retificação da propriedade horizontal	0,00	0,00	13,52	101,40	8	187,00	d)	
a) Acresce por cada fração autónoma	0,00	0,00	1,25	18,68	4	17,30	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
7 — Vistorias para receção provisória e definitiva das obras de urbanização, por cada	0,00	0,00	13,52	101,40	8	187,00	d)	TN
a) Acresce por cada lote	0,00	0,00	1,25	18,68	4	17,30	d)	
8 — Vistoria para redução ou cancelamento da caução	0,00	0,00	5,51	47,27	7	76,30	d)	
9 — Vistoria no âmbito dos regimes jurídicos dos empreendimentos turísticos e do alojamento local	0,00	0,00	17,33	130,00	8	160,10	d)	
10 — Vistoria para determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas para efeitos de reabilitação urbana	0,00	-0,60	17,50	175,00	6	60,80	d)	
11 — Vistorias para outros fins não especificados	0,00	0,00	12,93	97,00	8	142,40	d)	
SECÇÃO VII								
Licenciamentos e autorizações para instalações específicas								
(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro; Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro; Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro; Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na redação do Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro e Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro; Decretos-Leis n.ºs 260/2002 e 261/2002, de 23 de novembro; Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro; Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro e Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro e Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto).								
Artigo 12.º								
Infraestruturas de suporte de estações de rádio comunicações e respetivos acessórios								
1 — Pela apreciação dos pedidos de aprovação ou alteração dos projetos de instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, quando fixados no solo ou em construções públicas ou privadas, por unidade	0,00	0,80	24,55	245,50	6	408,00	d)	
2 — Pela autorização municipal de instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, quando fixados no solo ou em construções públicas ou privadas	0,00	13,50	24,55	245,50	6	3.286,10	d)	
Artigo 13.º								
Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis								
1 — Licenciamento de instalações de abastecimento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis:								
a) Nos procedimentos simplificados da classe A (A1, A2 ou A3) — 5 TB						300,00	d)	
b) Apresentação de processo para as instalações da classe B2 — 2 TB						120,00	d)	
2 — Pela apreciação dos pedidos de autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição, objeto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³ — 5 TB								
3 — Pela apreciação dos pedidos de licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional — As taxas devidas são as relativas às operações de edificação previstas no artigo 5.º da Tabela.								
4 — Pela emissão do alvará de autorização de utilização:								
a) Para instalações de armazenamento de produtos de petróleo da classe A (A1, A2 ou A3) — 5 TB						300,00	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova								
<p>b) Para postos de abastecimento de combustíveis — as taxas são devidas em função da capacidade dos depósitos, de acordo com o quadro seguinte:</p> <table><tr><th colspan="3">Capacidade total dos depósitos em metros cúbicos</th></tr><tr><td>< 50</td><td>> = 50 e < 500</td><td>> = 500</td></tr><tr><td>5 TB</td><td>8 TB</td><td>10 TB</td></tr></table>	Capacidade total dos depósitos em metros cúbicos			< 50	> = 50 e < 500	> = 500	5 TB	8 TB	10 TB							
Capacidade total dos depósitos em metros cúbicos																
< 50	> = 50 e < 500	> = 500														
5 TB	8 TB	10 TB														
5 — Outras taxas:																
a) Pela realização de vistorias, por cada — 5 TB						300,00	d)									
b) Pela realização de vistoria para verificação do cumprimento das medidas impostas — 8 TB . . .						480,00	d)									
c) Pela inspeção periódica — 8 TB						480,00	d)									
6 — Averbamentos — 1 TB.						60,00	d)									
7 — Licença de exploração provisória — 5 TB						300,00	d)									
a) Acresce a taxa devida em função da capacidade dos depósitos previstos no quadro supra, bem como o valor de 2 TB por cada mês.																
Nota. — O valor de 1 TB (taxa base) é de € 60,00 — Valor fixado pela Portaria n.º 712/2010, de 18 de agosto.																
Artigo 14.º																
Licenciamento de áreas de serviço																
1 — Pela apreciação do pedido de licenciamento — As taxas relativas às operações de edificação previstas nos artigos 5.º e seguintes da presente Tabela.																
2 — Pela emissão do alvará de utilização e/ou licença de funcionamento — As taxas correspondentes à capacidade dos depósitos previstas na alínea b) do n.º 4 do artigo 13.º acrescidas das devidas pela utilização das demais valências da área de serviço nos termos previstos para as operações de edificação.																
3 — Pela emissão de parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regionais e nacionais.	0,00	0,00	12,99	259,72	3	179,70	d)									
4 — Licença de exploração provisória — 5 TB						300,00	d)									
a) Acresce a taxa devida em função da capacidade dos depósitos previstos no quadro supra, bem como o valor de 2 TB por cada mês.																
Artigo 15.º																
Manutenção e inspeção de ascensores																
1 — Inspeções periódicas e reinspeções (por cada elevador)	0,00	0,00	5,34	106,75	3	73,90	d)									
2 — Inspeções extraordinárias, por cada	0,00	0,50	5,34	106,74	3	110,80	d)									
3 — Selagem das instalações quando não ofereçam condições de segurança	0,00	0,00	3,20	64,05	3	44,30	d)									
4 — Desselagem das instalações quando repostas as condições de segurança	0,00	0,00	3,20	64,05	3	44,30	d)									

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
<p>Artigo 16.º</p> <p>Estabelecimentos industriais de tipo 3</p> <p>1 — Instalação e exploração dos estabelecimentos industriais (1 TB) 97,33 <i>d)</i></p> <p> <i>a)</i> Pela submissão da mera comunicação prévia no Balcão do Empreendedor (verificação dos elementos pela CMC) — (1 TB) 97,33 <i>d)</i></p> <p>2 — Pela realização de vistorias (1 TB) 97,33 <i>d)</i></p> <p>3 — Pela desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos (0,6 TB) 58,40 <i>d)</i></p> <p>4 — Pelo averbamento da alteração ou denominação social do estabelecimento (0,3 TB) 29,20 <i>d)</i></p> <p><i>Nota.</i> — O valor de 1 TB (taxa base) é de € 94,92 — fixada no anexo V do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto e atualizada em função do índice médio de preços no consumidor (IPC) -0,41 % para 2014 — valor final de 1 TB — € 97,33.</p>								
<p>SECÇÃO VIII</p> <p>Da Utilização das Edificações</p> <p>Artigo 17.º</p> <p>Taxas de apreciação, de emissão de alvarás de autorização de utilização ou de comunicação de abertura</p>								
1 — Pela apreciação do pedido de autorização ou alteração de utilização	0,00	0,00	12,99	129,86	6	179,70	<i>d)</i>	
2 — Pela emissão do alvará de autorização ou alteração de utilização (fins genéricos) — taxa fixa à qual acrescem as devidas em função da utilização e nos termos seguintes	- 0,00	0,00	16,19	138,76	7	224,00	<i>d)</i>	
<i>a)</i> Para habitação: por fogo e seus anexos — por m² de área de construção	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	<i>d)</i>	
<i>b)</i> Para comércio, serviços, restauração e ou bebidas — por m² de área de construção	0,00	-0,50	0,18	5,32	2	1,30	<i>d)</i>	
<i>c)</i> Para indústria, por m² de área de construção	0,00	0,30	0,18	5,34	2	3,30	<i>d)</i>	
<i>d)</i> Para outras utilizações não especificadas nas alíneas anteriores, por m² de área de construção	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,50	<i>d)</i>	
3 — Alvarás de autorização de utilização para fins específicos:								
<i>a)</i> Alvará de autorização de utilização para fins turísticos — Aplicam-se as taxas previstas no n.º 2 do artigo 21.º da Tabela							<i>d)</i>	
<i>b)</i> Alvará de autorização de utilização para conjuntos comerciais ou de estabelecimentos de comércio a retalho elencados na alínea <i>b)</i> do n.º 1 do artigo 1.º e n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro — Taxa fixa	0,00	1,00	128,26	1.539,16	5	2.823,70	<i>d)</i>	
<i>i)</i> À taxa prevista na alínea anterior acrescem as aplicáveis, previstas na alínea <i>b)</i> do n.º 2 do presente artigo							<i>d)</i>	
<i>c)</i> Alvará de autorização de utilização para instalações desportivas — acrescem ainda as taxas devidas em função da lotação do recinto prevista no artigo 22.º	0,00	0,50	17,50	150,00	7	289,00	<i>d)</i>	
<i>d)</i> Alvará de autorização de utilização para recintos de espetáculos e divertimentos públicos -acrescem ainda as taxas devidas em função da lotação do recinto prevista no artigo 22.º	0,00	0,50	17,50	150,00	7	289,00	<i>d)</i>	
<i>e)</i> Comunicação de abertura/mera comunicação prévia de abertura (50 % da taxa fixada pela emissão dos alvarás de autorização de utilização para fins específicos).								
4 — Pela emissão de outros alvarás não especificados	0,00	0,00	16,19	138,76	7	224,00	<i>d)</i>	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
b) Aldeamentos ou Apartamentos turísticos	0,00	0,00	200,67	860,00	14	2.208,90	d)	
c) Conjuntos turísticos (a taxa corresponde ao somatório das taxas devidas pelos empreendimentos integrantes do conjunto turístico)	0,00	0,00	62,89	290,25	13	894,10	d)	
d) Empreendimentos de Turismo de Habitação							d)	
e) Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural:								
i) Casas de Campo	0,00	0,00	31,44	209,62	9	447,00	d)	
ii) Agro-Turismo	0,00	0,00	31,44	209,62	9	447,00	d)	
iii) Hotéis Rurais	0,00	0,00	47,16	257,26	11	670,50	d)	
f) Parques de Campismo e Caravanismo	0,00	0,00	62,89	290,25	13	894,10	d)	
g) Por cada unidade de alojamento (cumulativamente aos pontos anteriores):								
i) Por cada unidade de alojamento para os estabelecimentos previstos na subalínea i) da alínea a) do n.º 2	0,00	0,00	1,99	8,53	14	28,30	d)	
ii) Por cada unidade de alojamento para os estabelecimentos previstos nas alíneas b), d) e e) do n.º 2	0,00	0,00	8,96	38,41	14	127,30	d)	
h) Alojamento Local:								
i) Mera comunicação prévia de registo com atendimento mediado	0,00	1,00	2,67	40,00	4	49,30	d)	
i) Apreciação de pedidos de reclassificação de empreendimento turístico	0,00	0,00	8,06	69,11	7	114,70	d)	
j) Alteração da entidade exploradora do empreendimentos turísticos	0,00	0,00	5,00	60,00	5	54,90	d)	
SECÇÃO II								
Licenciamento, Instalação e Funcionamento de Atividades Específicas								
(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro; Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto; Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio)								
Artigo 22.º								
Recintos desportivos de uso público, de espetáculos ou de divertimentos públicos								
1 — Recintos fixos — à taxa prevista no artigo 17.º devida pela emissão do alvará de utilização específica, acresce a devida em função da lotação:								
a) Até 500 lugares	0,00	0,00	18,17	218,00	5	199,90	d)	
b) Superior a 500 lugares	0,00	0,00	37,42	449,00	5	411,80	d)	
2 — Recintos itinerantes ou improvisados:								
a) Pela apreciação do pedido de licenciamento de instalação de recintos	0,00	0,00	5,00	60,00	5	54,90	d)	
b) Pela emissão da licença de funcionamento do recinto:								
i) Lotação até 500 lugares	0,00	-0,50	12,00	180,00	4	66,10	d)	
ii) Lotação superior a 500 lugares	0,00	-0,49	23,93	359,00	4	134,40	d)	
3 — Recintos de diversão provisória:								
a) Pela apreciação do pedido de licenciamento de instalação de recinto de diversão provisória . . .	0	0,00	5,00	60,00	5	54,90	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
b) Pela emissão da licença de funcionamento do recinto:								
i) Lotação até 500 lugares	0,00	0,93	7,50	90,00	5	159,80	d)	
ii) Lotação superior a 500 lugares	0,00	0,99	15,00	180,00	5	328,40	d)	
4 — Espetáculos ocasionais:								
a) Pela apreciação do pedido de licença	0,00	0,00	5,00	60,00	5	54,90	d)	
b) Pela emissão da licença de funcionamento:								
i) Lotação até 500 lugares	0,00	-0,50	12,00	180,00	4	66,10	d)	
ii) Lotação superior a 500 lugares	0,00	-0,49	23,93	359,00	4	134,40	d)	
5 — Pela realização de vistorias, por cada	0,00	0,00	12,95	97,10	8	142,50	d)	
Artigo 23.º								
Atividades diversas								
1 — Transporte público de aluguer de veículos automóveis ligeiros de passageiros:								
a) Emissão de licença ou de segunda via de licença para o transporte em táxi	0,00	0,00	8,72	130,76	4	124,00	d)	
b) Averbamento por alteração das características do veículo e outras (50 % do valor da licença)						62,00	d)	
c) Transferência de titularidade da licença	0,00	0,29	8,72	130,76	4	124,00	d)	
2 — Licenciamento do exercício de atividade de guarda-noturno:								
a) Emissão da licença	0,00	0,00	2,14	42,70	3	30,40	d)	
b) Emissão ou renovação do cartão de identificação (3 anos de validade)	0,00	0,00	1,78	35,59	3	25,30	d)	
3 — Licenciamento do exercício de atividade de vendedor ambulante de lotarias:								
a) Emissão da licença	0,00	0,00	2,14	42,70	3	30,40	d)	
b) Pela emissão do cartão de identificação (5 anos de validade)	0,00	0,00	1,78	35,59	3	25,30	d)	
4 — Licenciamento do exercício da atividade de acampamentos ocasionais:								
a) Apreciação do pedido de licença	0,00	0,00	3,33	40,00	5	36,70	d)	
b) Emissão da licença, por dia	0,00	0,80	0,71	14,24	3	14,10	d)	
5 — Exercício de atividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão:								
a) Pelo registo de cada máquina de diversão	0,00	1,50	10,75	215,00	3	233,40	d)	
b) Averbamento das alterações da propriedade da máquina — por cada	0,00	0,00	6,58	131,64	3	93,60	d)	
c) Comunicação de substituição do tema de jogo	0,00	0,00	2,00	40,00	3	22,00	d)	
6 — Exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos ao ar livre:								
a) Realização de arraiais, romarias e bailes:								
i) Pela apreciação do pedido de licença	0,00	0,00	3,33	40,00	5	36,70	d)	
ii) Pela emissão da licença, por dia	0,00	0,00	3,38	67,60	3	48,10	d)	
b) Realização de provas desportivas de âmbito municipal:								
i) Pela apreciação do pedido de licença	0,00	0,00	3,33	40,00	5	36,70	d)	
ii) Pela emissão da licença, por dia	0,00	0,00	3,38	67,60	3	48,10	d)	

TN

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
c) Realização de provas desportivas de âmbito intermunicipal:								
i) Pela apreciação do pedido de licença	0,00	0,00	5,83	70,00	5	64,20	d)	
ii) Pela emissão da licença, por dia	0,00	0,00	5,51	110,29	3	78,40	d)	
7 — Exercício da atividade de fogueiras populares e queimadas:								
a) Pela apreciação do pedido de licença	0,00	0,00	3,33	40,00	5	36,70	d)	
b) Pela emissão da licença para fogueiras populares, por dia	0,00	0,00	1,25	24,91	3	17,70	d)	
SECÇÃO III								
Mercados, Feiras e Venda Ambulante								
(Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro)								
Artigo 24.º								
Taxas de ocupação								
1 — Mercado de S. Pedro do Estoril:								
a) Lojas (Estabelecimentos comerciais, de restauração e/ou de bebidas) — por m² e por mês	0,00	0,00	0,46	9,26	3	6,60	c)	
b) Lojas atribuídas a pessoas portadoras de deficiência (estabelecimentos comerciais, de restauração e/ou bebidas) — por mês	0,00	0,00	1,40	27,99	3	19,90	c)	
SECÇÃO IV								
Publicidade								
(Lei n.º 97/88, de 17 de agosto e Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro)								
Artigo 25.º								
Procedimentos de controlo prévio								
1 — A afixação, inscrição e difusão de publicidade, fora dos casos previstos nos n.ºs 3 a 7 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na redação vigente, está sujeita a licenciamento municipal:								
a) Pela apreciação do pedido de licença	0,00	-0,20	14,00	120,00	7	97,30	d)	TN
b) Pela emissão do alvará de licença	0,00	0,00	8,00	120,00	4	88,10	d)	
c) Pela apreciação de pedido de informação prévia [50 % do valor da taxa prevista na alínea a)] . . .						48,70	d)	TN
2 — Às taxas previstas no número anterior acrescem as devidas nos artigos seguintes e as demais previstas nesta Tabela.								
Artigo 26.º								
Afixação e inscrição de mensagens publicitárias								
1 — Afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias não isentas em edifícios ou mobiliário urbano — por m² ou fração e por ano	0,00	0,00	8,50	102,00	5	93,60	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
2 — Exibida em painéis, mupis, colunas publicitárias ou totens — por m ² ou fração e por ano	0,00	0,00	16,63	199,50	5	183,00	d)	
3 — Exibida em painéis e mupis rotativos (a taxa prevista no n.º 2 acrescida em 20 %).								
4 — Publicidade afixada em quiosques — por m ² ou fração e por ano	0,00	0,00	16,63	199,50	5	183,00	d)	
5 — Publicidade em bandeiras, bandeirolas, pendões ou mastros:								
a) De carácter permanente — por unidade e por ano	0,00	0,00	16,63	199,50	5	183,00	d)	
b) De ação promocional e ocasional — por unidade e por dia	0,00	-0,95	3,06	45,96	4	2,20	d)	
6 — Anúncios, luminosos ou diretamente iluminados ou com projeção de imagens publicitárias, placas, chapas ou tabuletas — por m ² e por ano	0,00	0,00	8,50	102,00	5	93,60	d)	
7 — Anúncios eletrónicos ou eletromagnéticos — por m ² e por ano	0,00	9,00	8,50	102,00	5	935,60	d)	
8 — Publicidade inscrita ou afixada em outros elementos de mobiliário urbano — por m ² /ano.	0,00	1,30	8,50	102,00	5	180,50	d)	
9 — As taxas inerentes pela afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias não isentas acrescem as taxas devidas, previstas nos artigos 30.º, 31.º e 32.º, em caso de ocupação do domínio municipal.								
Artigo 27.º								
Outra publicidade								
1 — Unidade móveis publicitárias, por cada anúncio:								
a) Com caráter transitório — ao dia	0,00	1,50	0,55	11,00	3	15,10	d)	
b) Com caráter permanente — por m ² /ano	0,00	11,50	0,69	13,79	3	94,90	d)	
2 — Publicidade em transportes públicos — por cada anúncio por m ² /ano	0,00	3,00	2,10	25,15	5	92,20	d)	
3 — Publicidade em automóveis ou reboques — por cada anúncio e por m ² :								
a) Com caráter transitório — ao dia	0,00	1,50	0,53	10,67	3	14,70	d)	
b) Com caráter permanente — ano	0,00	11,50	0,53	10,67	3	94,90	d)	
4 — Lonas ou telas publicitárias em empenas, fachadas ou andaimes de obra — por m ² e por mês . . .	0,00	2,20	2,67	80,05	2	94,00	d)	
5 — Afixada em stand de vendas de imóveis — por cada 30 dias e m ²	0,00	2,20	2,67	80,05	2	121,50	d)	
6 — Publicidade instalada em telhados, coberturas ou terraços:								
a) Com caráter transitório — ao dia	0,00	1,75	0,71	10,67	4	21,50	d)	
b) Com caráter permanente — por m ² /ano	0,00	20,00	0,71	10,67	4	164,30	d)	
7 — Publicidade sonora — por dia	0,00	2,30	3,38	50,70	4	122,80	d)	
8 — Campanhas publicitárias de rua:								
a) Com distribuição de folhetos ou produtos, provas de degustação, etc. — por dia ou fração e por local	0,00	0,00	6,58	98,73	4	93,60	d)	
b) Com instalação provisória de equipamento de apoio, por m ² ou fração e por hora	0,00	0,00	0,09	5,32	1	1,30	d)	
9 — Dispositivos aéreos cativos e não cativos — por cada e por dia	0,00	5,50	2,53	38,00	4	181,30	d)	
10 — Outra publicidade, por m ² ou fração:								
a) Por dia	0,00	-0,95	3,06	45,96	4	2,20	d)	
b) Por mês	0,00	0,00	2,67	80,06	2	38,00	d)	
c) Por ano	0,00	0,00	12,99	194,79	4	184,70	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
CAPÍTULO IV								
Domínio Municipal								
(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro)								
SECÇÃO I								
Ocupação, utilização e aproveitamento de bens do domínio municipal								
Artigo 28.º								
Procedimentos								
1 — A ocupação ou utilização do domínio municipal está sujeita ao procedimento de Licença, de autorização ou de mera comunicação prévia (no âmbito do licenciamento zero), sendo para os mesmos devidas as seguintes taxas:								
<i>a)</i> Pela submissão da mera comunicação prévia	0,00	0,00	8,33	100,00	5	91,60	<i>d)</i>	
<i>b)</i> Pela submissão da autorização	0,00	0,00	9,17	110,00	5	100,90	<i>d)</i>	
<i>c)</i> Pela apresentação do pedido de licença.	0,00	0,00	13,00	130,00	6	143,10	<i>d)</i>	
<i>d)</i> Pela apresentação de pedido de informação prévia						42,90	<i>d)</i>	
2 — Às taxas previstas no número anterior acrescem as devidas pela ocupação de área de domínio municipal.								
Artigo 29.º								
Ocupação por motivos de execução de obras								
1 — As condições relativas à ocupação de área do domínio municipal, quer com a colocação de tapumes e vedações quer com ocupação da via pública, devem ser propostas pelo requerente em função das obras a executar, apresentando para o efeito planta com a demarcação do local, área de ocupação pretendida e a respetiva calendarização.								
2 — Pedido de apreciação pela ocupação de área de domínio municipal — taxa fixa	0,00	0,00	3,75	56,23	4	53,30	<i>d)</i>	
<i>a)</i> Pela ocupação de via pública:								
<i>i)</i> Obras de beneficiação pelo prazo máximo de 15 dias						Isento		TN
<i>ii)</i> Do 16.º ao 30.º dia — por m² e por dia	0,00	-0,95	0,50	10,00	3	0,20	<i>d)</i>	TN
<i>iii)</i> Do 31.º ao 45.º dia — por m² e por dia	0,00	-0,90	0,50	10,00	3	0,40	<i>d)</i>	TN
<i>iv)</i> A partir do 46.º dia — por m² por dia	0,00	-0,70	0,50	10,00	3	1,30	<i>d)</i>	TN
<i>b)</i> Com guias, veículos pesados, guindastes de apoio às obras, ou outras máquinas ou equipamentos mecânicos, contentores apropriados para depósito de materiais e entulhos, por dia	0,00	0,00	0,50	10,00	3	4,30	<i>d)</i>	TN
3 — As taxas devidas pela ocupação de área do domínio municipal para os fins acima previstos são pagas no momento da apresentação do pedido de licença.								
4 — Quando o valor a cobrar for inferior a € 5,00 não há lugar a pagamento de qualquer taxa.								
5 — Abertura de valas no domínio público, por m² e por dia	0,00	0,50	0,50	10,00	3	6,50	<i>d)</i>	TN

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
Artigo 30.º								
Ocupação com mobiliário urbano, suportes publicitários, equipamentos e demais estruturas								
1 — Toldos e palas — por metro linear de frente ou fração e por mês:								
a) Até um metro de avanço	0,00	0,10	0,30	8,90	2	3,00	d)	
b) Com mais de um metro de avanço	0,00	1,30	0,30	8,90	2	6,30	d)	
2 — Esplanadas:								
a) Abertas:								
i) Até 10 m ² (por m ² /por mês)	0,00	-0,87	4,17	50,00	5	4,70	d)	TN
ii) Mais de 10 m ² (por m ² /por mês)	0,00	-0,73	4,17	50,00	5	9,80	d)	TN
b) Fechadas (por m ² /por mês)	0,00	-0,68	5,00	60,00	5	13,90	d)	TN
3 — Guarda-ventos — por metro linear ou fração e por mês	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
4 — Molduras, vitrinas ou cavaletes — por cada e por mês	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
5 — Arcas, máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, aquecedores ou similares, por cada e ao mês	0,00	2,50	0,45	8,90	3	17,10	d)	
6 — Expositores instalados no exterior do estabelecimento — por m ² ou linear/mês:								
a) Jornais, revistas ou livros	0,00	1,15	0,50	10,00	3	9,30	d)	TN
b) De outros artigos	0,00	3,25	0,50	10,00	3	18,50	d)	TN
7 — Floreiras — taxa zero.								
8 — Estrados não integrados em esplanadas — por m ² ou fração e por mês	0,00	2,50	0,44	8,89	3	17,10	d)	
9 — Bancas — por m ² ou fração:								
a) Por dia e de caráter ocasional	0,00	0,60	0,50	10,00	3	6,90	d)	TN
b) Por mês	0,00	1,15	1,33	16,00	5	24,90	d)	TN
10 — Chapas, placas ou tabuletas — por m ² ou fração e por ano	0,00	0,45	5,83	70,00	5	93,10	d)	
11 — Painéis, outdoors e mupis — por m ² ou fração e por ano	0,00	0,63	10,00	120,00	5	179,40	d)	
12 — Anúncios eletrônicos ou eletromagnéticos — por m ² ou fração e por ano	0,00	9,00	8,29	99,50	5	912,70	d)	
13 — Lonas ou telas publicitárias — por m ² por fração e por ano	0,00	1,65	4,00	80,05	3	116,80	d)	
14 — Bandeiras, bandeirolas, pendões, mastros faixas ou fitas:								
a) De caráter permanente — por unidade e por ano	0,00	0,63	10,00	120,00	5	179,40	d)	
b) De ação promocional — por unidade e por dia	0,00	-0,95	3,06	45,96	4	2,20	d)	
15 — Quiosques — por m ² ou fração e por mês	0,00	4,00	0,45	8,90	3	24,50	d)	
16 — Rouletes, atrelados, bares ou semelhantes por m ² ou fração:								
a) Por dia	0,00	-0,90	1,78	21,38	5	2,60	d)	
b) Por mês	0,00	-0,80	4,45	53,36	5	12,60	d)	
17 — Carrosséis:								
a) Por m ² e por dia	0,00	-0,47	0,50	10,00	3	2,30	d)	TN
b) Por m ² e por mês (ocupações superiores a 30 dias)	0,00	2,40	0,50	10,00	3	14,80	d)	TN
18 — Circos e tendas — m ² e por dia	0,00	0,00	0,58	11,60	3	6,40	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
19 — Stands de vendas (por cada 30 dias seguidos e por m²)	0,00	1,50	4,17	50,00	5	90,50	d)	TN
20 — Outros suportes publicitários não especificados para afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, isentas de licenciamento — por m² ou fração e por ano	0,00	0,45	5,83	70,00	5	93,10	d)	
21 — Dispositivos aéreos cativos e não cativos — por cada e por dia	0,00	5,50	2,53	38,00	4	181,30	d)	
22 — Ocupação de caráter lúdico e ocasional (máximo 3 horas) por m²	0,00	-0,91	3,00	45,00	4	2,30	d)	TN
23 — Outras ocupações no domínio municipal por m²:								
a) Por dia	0,00	-0,91	3,00	45,00	4	2,30	d)	TN
b) Por mês	0,00	0,00	5,33	80,00	4	46,30	d)	TN
c) Por ano	0,00	0,00	12,99	194,79	4	184,70	d)	
24 — Cabina ou posto telefónico — por ano	0,00	0,85	12,20	183,00	4	196,00	d)	TN
25 — Postes, mastros e marcos:								
a) Para suporte de cabos aéreos telegráficos, telefónicos, eléctricos, de televisão ou cabos de fibra ótica, por unidade e por ano	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
b) Para decoração, por unidade ou por dia	0,00	-0,83	0,50	10,00	3	0,70	d)	
26 — Postos de transformação, cabinas elétricas, armários de distribuição e instalação de televisão por cabo ou fibra ótica, depósitos de gases e líquidos (com exceção dos destinados a bombas abastecedoras), rede de rádio, por área de ocupação (incluindo zona de proteção):								
a) À superfície ou enterrados, por m² ou fração e por ano	0,00	0,00	10,76	215,25	3	153,10	d)	
27 — Tubagens ou canalizações de gases ou líquidos, enterrados no espaço público, por metro linear e por ano ou fração:								
a) Com diâmetro até 20 cm	0,00	0,00	0,37	11,00	2	3,40	d)	
b) Com diâmetro superior a 20 cm	0,00	0,00	0,55	11,00	3	5,10	d)	
28 — Fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos — por metro ou fração, por ano	0,00	-0,80	0,44	8,87	3	1,30	d)	
29 — Alpendres, por metro linear e por ano:								
a) Até um metro de avanço	0,00	0,40	0,44	8,89	3	8,90	d)	
b) Com mais de um metro de avanço	0,00	1,20	0,45	8,90	3	13,90	d)	
30 — Passarelas e outras construções ou ocupações do espaço aéreo — por m², ou fração, de projecção sobre o espaço público e por ano	0,00	2,00	0,45	8,90	3	19,00	d)	
Artigo 31.º								
Construções ou ocupações do solo ou subsolo								
1 — Utilização do solo e subsolo para instalação de infraestruturas diversas em valas, ramais e travessias de espaço público e construção de caixas de visita:								
a) Espaço ocupado (zona de intervenção e área adjacente), por m² e por dia	0,00	0,00	0,04	2,66	1	0,70	d)	
b) Ocupação de um lugar de estacionamento, permitido de acordo com o Código da Estrada, tarifado ou não por cada lugar e por dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
c) Autorização de condicionamento de trânsito, por dia	0,00	20,00	0,44	8,89	3	132,80	d)	
d) Autorização de corte de trânsito, por dia	0,00	100,00	0,44	8,89	3	638,60	d)	
e) Vistoria para efeito de receção de trabalhos em espaço público	0,00	0,00	5,51	82,72	4	78,40	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
2 — Utilização do subsolo:								
a) Por metro (quando não tenha área de proteção)	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
b) Por m² (quando tenha área de proteção)	0,00	0,00	6,49	129,87	3	92,30	d)	
3 — Cabos, designadamente, telegráficos, telefónicos, eléctricos, de televisão por cabo ou fibra ótica ou outros, enterrados no espaço público, por metro linear e por ano ou fração	0,00	-0,97	0,50	10,00	3	0,10	d)	
4 — A taxa relativa à utilização de redes municipais instaladas no subsolo urbano do domínio público aplicada aos operadores de redes de gás natural ou propano — por fogo/mês	0,50	0,00	0,08	4,88	1	1,70	d)	
5 — Abrigos, por m² ou fração e por mês	0,00	9,00	0,44	8,89	3	63,30	d)	
6 — Casas de habitação por m² e por mês	0,00	-0,97	1,78	21,38	5	0,60	d)	
7 — Arrecadações, armazéns ou outras áreas cobertas por m² e por mês	0,00	-0,67	1,78	21,38	5	6,50	d)	
8 — Terrenos para cultivo, pastagem ou outros por m² e por mês	0,00	0,00	0,04	1,50	3	0,70	d)	
9 — Ocupação com áreas vedadas ou outros de uso privado por m² e por mês	0,00	0,00	0,08	1,50	3	0,70	d)	TN
Artigo 32.º								
Prestação de serviços e utilização de bens do domínio municipal								
1 — Utilização para fins particulares ou comerciais (com exceção de casamentos, batizados ou outros eventos familiares sujeitos a autorização prévia):								
a) Por utilização diária — máximo de 4 horas	0,00	1,50	10,02	120,20	5	213,00	d)	
b) Por utilização diária — máximo de 10 horas	0,00	5,00	10,02	120,20	5	511,40	d)	
c) Por cada hora, para além das autorizadas na alínea anterior	0,00	0,00	6,18	74,20	5	52,70	d)	
2 — Utilização de espaços do domínio público e/ou jardins ou parques municipais com utilização de espaços verdes tratados (com exceção de casamentos, batizados ou outros eventos familiares sujeitos a autorização prévia), com filmagens ou fotografias:								
a) Por hora	0,00	0,00	6,18	74,20	5	57,00	d)	
b) Por dia	0,00	5,00	10,02	120,20	5	554,80	d)	
3 — Utilização de edifícios municipais (interior ou logradouros) com filmagens ou fotografias:								
a) Por hora	0,00	0,78	6,18	74,20	5	101,60	d)	
b) Por dia	0,00	5,00	10,02	120,20	5	554,80	d)	
4 — Utilização do domínio público com estacionamento ou equipamento para apoio às filmagens/fotografias:								
a) Por hora e por m²	0,00	-0,60	0,35	7,00	3	1,20	d)	TN
b) Por dia e por m²	0,00	1,10	0,35	7,00	3	6,40	d)	TN
5 — A utilização dos espaços e edifícios municipais prevista nos números 2 e 3, fica condicionada à prestação prévia de uma caução de 75 % da taxa total a cobrar destinada a cobrir eventuais danos emergentes dessa utilização bem como da assinatura de termo de responsabilidade sobre eventuais prejuízos.								
6 — Entrada de viaturas motorizadas ou de tração animal nos parques municipais, por viatura, por hora até ao máximo de 4 horas	0,00	0,00	1,00	15,00	4	14,20	d)	
7 — Extração de materiais com carregamento a cargo dos compradores — por metro cúbico ou fração:								
a) Alvenaria	0,00	0,00	0,37	5,60	4	5,30	d)	
b) Areia	0,00	0,00	1,42	21,35	4	20,30	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
c) Cantaria	0,00	0,00	0,89	13,34	4	12,60	d)	
d) Saibro	0,00	0,00	0,32	4,80	4	4,60	d)	
8 — Com estaleiros de obras, depósitos de materiais, maquinarias, produtos acabados e semiacabados — por m² ou fração e por mês	0,00	-0,50	3,56	42,67	5	19,60	d)	
9 — Postos de venda na Boca do Inferno — por unidade e por mês ou fração	0,00	0,00	8,54	170,78	3	121,50	d)	
10 — Utilização de cacifos no cais dos aprestos, para armazenamento de artes de pesca, por cada e por mês:								
a) Grandes	0,00	0,00	3,23	64,50	3	45,90	d)	
b) Pequenos	0,00	0,00	1,61	32,25	3	23,00	d)	
11 — Para estacionamento privado — por lugar e ano ou fração	0,00	0,00	10,07	151,09	4	2.291,40	d)	
12 — Utilização de viaturas municipais mediante autorização prévia:								
a) Viaturas ligeiras, por hora	0,00	-0,30	1,17	23,33	3	11,60	d)	
b) Viaturas pesadas de passageiros, por hora	0,00	0,00	1,17	23,33	3	16,60	d)	
13 — Guarda de mobiliário urbano, utensílios ou outro equipamento em local reservado do Município — por m² ocupado e por dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
14 — Depósito de suportes publicitários e outros bens móveis apreendidos, não incluídos no número anterior — por m² ocupado e por dia	0,00	0,00	0,45	8,90	3	6,40	d)	
15 — Remoção de mobiliário urbano ou outro equipamento	0,00	2,00	4,00	60,00	4	132,10	d)	
16 — Indemnizações por danos causados em bens do património municipal:								
a) Valor de mercado real ou estimado (materiais + mão-de-obra) à data de liquidação, acrescido de 30 %							d)	
17 — Utilização de sanitários instalados na via pública — por utilização	0,00	-0,90	0,20	6,00	2	0,20	d)	TN
18 — Utilização da Capela de S. Sebastião anexa ao MCCG:								
a) Para celebração de casamentos	0,00	2,55	8,67	130,00	4	338,60	d)	
b) Para celebração de batizados, missas e outras comemorações	0,00	1,50	8,00	120,00	4	220,20	d)	
19 — Utilização de salas nobres/prestígio/outros locais autorizados — para celebração de casamentos civis	0,00	2,55	8,67	130,00	4	338,60	d)	
20 — Aluguer de salas polivalentes da Biblioteca Municipal de Cascais — São Domingos de Rana (BMC-SDR) e Biblioteca Municipal de Cascais — Casa da Horta Quinta de Santa Clara (BMC-CHQSC) para sessões de formação ou outros eventos culturais de cariz privado — por dia	0,00	-0,40	6,72	44,79	9	57,40	d)	
21 — Festas de aniversário, nos equipamentos com essa disponibilidade — duração máxima de 2h30 m.	0,00	0,00	14,00	210,00	4	121,60	a)	TN
Artigo 33.º								
Taxa municipal de direitos de passagem								
Nos termos do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação vigente, a taxa municipal de direitos de passagem é fixada na percentagem 0,25 %						Isento		
Artigo 34.º								
Espaços verdes								
1 — Aluguer de plantas de ornamentação:								
a) Em vaso de barro por dia	0,00	0,00	1,00	12,00	5	14,20	a)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
b) Em floreira por dia.	0,00	-0,20	1,00	12,00	5	11,40	a)	
c) Taxa de transporte — por camioneta	0,00	2,00	1,00	12,00	5	42,70	a)	
d) O aluguer de plantas de ornamentação fica condicionado à prestação prévia de uma caução destinada a cobrir eventuais danos que possam ocorrer dessa utilização, cujo valor será:								
i) 30 % do valor total da taxa a cobrar, quando o aluguer de plantas for destinado para espaços interiores							d)	
ii) 50 % do valor total da taxa a cobrar, quando o aluguer de plantas for destinado para espaços exteriores							d)	
2 — Intervenção no abate e limpeza de árvores privadas:								
a) Abate e poda de árvores cujo colo se encontra em propriedade privada	0,00	3,00	10,00	120,00	5	568,60	a)	
i) Com utilização de grua ou maquinaria pesada	350,00	1,25	8,00	120,00	4	1.095,30	a)	
b) Desmatação de terrenos, corte de sebes privadas em propriedade privada por m²	0,00	-0,95	5,00	60,00	5	3,60	a)	
i) Com transporte de resíduos e depósito em vazadouro autorizado	0,00	2,50	2,50	30,00	5	124,40	a)	
3 — Sempre que se verifique a necessidade de valoração de material vegetal, designadamente por dano ou por efeitos de análise custo/benefício, esta é feita segundo os princípios orientadores da Norma de Granada e de acordo com o regulamento de Cobrança de Taxas, Tarifas e outras licenças do Município de Cascais.								
4 — Operações executadas pelo Município enquanto entidade fiscalizadora	0,00	0,00	4,00	60,00	4	56,90	d)	
SECÇÃO II								
Instalações Abastecedoras de Carburantes Líquidos, Gasosos, Ar e Água								
Artigo 35.º								
Bombas — por cada e por ano								
1 — Carburantes líquidos e GPL:								
a) Instaladas inteiramente no domínio público	0,00	35,00	9,84	118,04	5	5.034,60	d)	
b) Instaladas no domínio público mas com depósito em propriedade particular	0,00	25,00	9,91	118,95	5	3.664,10	d)	
c) Instaladas em propriedade particular mas com depósito no domínio público	0,00	30,00	9,68	116,21	5	4.267,90	d)	
d) Instaladas inteiramente em propriedade particular mas abastecendo no domínio público	0,00	10,00	12,63	151,62	5	1.975,90	d)	
2 — Ar ou Água:								
a) Instaladas inteiramente no domínio público	0,00	2,30	10,11	121,29	5	474,30	d)	
b) Instaladas no domínio público mas com depósito ou compressor em propriedade particular . . .	0,00	1,30	10,15	121,82	5	332,00	d)	
c) Instaladas em propriedade particular mas abastecendo no domínio público	0,00	1,60	10,26	123,16	5	379,30	d)	
3 — Volantes — abastecendo no domínio público	0,00	1,20	10,11	121,29	5	316,20	d)	
Artigo 36.º								
Tomadas								
1 — Tomadas de ar instaladas noutras bombas — por cada uma e por ano:								
a) Com o compressor saliente no domínio público	0,00	0,60	9,73	116,75	5	221,30	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
b) Com o compressor ocupando apenas o subsolo do domínio público	0,00	0,30	10,26	123,16	5	189,70	d)	
c) Com o compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo no domínio público	0,00	0,10	10,11	121,30	5	158,10	d)	
2 — Tomadas de água, abastecendo no domínio público — por cada uma e por ano.	0,00	0,10	10,11	121,30	5	158,10	d)	
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V</p> <p style="text-align: center;">Higiene e Salubridade</p> <p style="text-align: center;">(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro)</p> <p style="text-align: center;">Artigo 37.º</p> <p style="text-align: center;">Inspeções e auditorias</p>								
1 — Vistoria para verificação higiossanitária, por averbamento no alvará de estabelecimentos de comercialização de produtos alimentares — por cada verificação	0,00	0,00	4,77	95,35	3	67,80	d)	
2 — Auditorias higiossanitárias a pedido dos interessados	0,00	0,00	4,45	66,71	4	63,30	d)	
3 — Inspeção a viaturas de transporte de animais (se aplicável) — por cada	0,00	0,00	4,77	95,35	3	67,80	d)	
4 — Inspeção a viaturas de transporte e venda de pão:								
a) Pela 1.ª inspeção (com entrega da chapa de identificação) — valor total, discriminado nos pontos seguintes:								
i) Inspeção	0,00	0,00	4,77	95,35	3	67,80	d)	
ii) Chapa	0,50	0,00	0,08	5,00	1	1,70	d)	
b) Outras inspeções semestrais no âmbito do Decreto-Lei n.º 286/86, de 6 de setembro	0,00	0,00	4,77	95,35	3	67,80	d)	
5 — Inspeções facultativas a viaturas de transporte de outros produtos alimentares								
a) Pela 1.ª inspeção (com entrega da chapa de identificação) — valor total, discriminado nos pontos seguintes:								
i) Inspeção	0,00	0,00	2,53	50,52	3	35,90	d)	
ii) Chapa	0,50	0,00	0,08	5,00	1	1,70	d)	
b) Outras inspeções semestrais	0,00	0,00	2,53	50,52	3	35,90	d)	
6 — Inspeções anuais a quiosques que vendam produtos alimentares de origem animal — por cada	0,00	0,00	2,85	56,92	3	40,50	d)	
7 — Inspeções anuais a roulotes ou unidades similares — por cada	0,00	0,00	2,85	56,92	3	40,50	d)	
<p style="text-align: center;">Artigo 38.º</p> <p style="text-align: center;">Limpeza e saneamento urbano</p>								
1 — Remoção de cortes de jardins:								
a) Grandes produtores (volume produzido igual ou superior a uma carga completa em cada 2 semanas) — por camioneta	0,00	0,00	14,42	173,00	5	125,20	a)	TN
2 — Fornecimento de água imprópria para consumo a particulares: Auto-tanque de 6.000 a 8.000 litros	0,00	0,00	11,39	227,71	3	161,80	a)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
<p align="center">CAPÍTULO VI</p> <p align="center">Serviço Médico-Veterinário</p> <p align="center">Artigo 39.º</p> <p align="center">Prestação de serviços</p>								
1 — Utilização do Serviço médico-veterinário:								
a) Vacinação, por animal						5,00	a)	
b) Ocisão — por animal	0,00	0,00	3,00	30,00	6	26,10	a)	TN
c) Prestação de cuidados médicos a animal socorrido ou alojado	0,00	0,00	0,75	15,00	3	8,30	a)	
d) Identificação eletrónica de cães — colocação de microchip, por animal						13,00	a)	
2 — Alimentação dos animais — por animal e por período de 24 horas	0,00	0,00	0,40	8,00	3	3,50	a)	TN
3 — Transporte — por animal:								
a) Cães e gatos	0,00	0,50	2,00	30,00	4	26,10	a)	TN
b) Outros animais	0,00	1,00	4,00	60,00	4	69,50	a)	TN
4 — Cremação:								
a) Até 10 kg	0,00	-0,25	1,75	35,00	3	18,70	a)	
b) Mais de 10 kg e até 30 kg	0,00	0,05	2,33	35,00	4	34,80	a)	
c) Mais de 30 kg	0,00	0,40	2,92	35,00	5	58,10	a)	
5 — Levantamento de animais capturados na via pública, por se encontrarem em contravenção:								
a) Em primeira ocorrência	0,00	-0,50	3,41	51,20	4	23,30	a)	
b) Em caso de reincidência	0,00	0,00	3,41	51,20	4	46,60	a)	
6 — As taxas fixadas nas alíneas a) e d) do n.º 1 são fixadas pela DGAV.								
<p align="center">CAPÍTULO VII</p> <p align="center">Cemitérios</p> <p align="center">(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro)</p> <p align="center">Artigo 40.º</p> <p align="center">Inumações</p>								
1 — Inumação em covais:								
a) Sepulturas temporárias	0,00	0,00	3,47	52,04	4	49,30	d)	
b) Sepulturas perpétuas:								
i) Em caixão de madeira	0,00	0,00	6,67	66,71	6	94,90	d)	
ii) Em caixão de zinco	0,00	0,00	8,81	88,06	6	125,10	d)	
iii) Entrada de ossadas/cinzas	0,00	0,00	6,67	66,71	6	94,90	d)	
2 — Jazigos particulares:								
a) Inumações	0,00	0,00	8,81	88,06	6	125,10	d)	
b) Entrada de ossadas/cinzas	0,00	0,00	6,67	66,71	6	94,90	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
3 — Jazigos municipais:								
a) Inumação	0,00	0,00	6,67	66,71	6	94,90	d)	
b) Ocupações já efetuadas, por cada período de um ano ou fração:								
i) Em compartimento dos 2.º e 3.º pisos	0,00	0,00	6,67	66,71	6	94,90	d)	
ii) Em compartimento dos 1.º e 4.º pisos	0,00	-0,20	6,67	66,72	6	75,90	d)	
c) Com caráter de perpetuidade:								
i) Em compartimento dos 2.º e 3.º pisos	0,00	25,00	6,67	66,71	6	2.466,00	d)	
ii) Em compartimento dos 1.º e 4.º pisos	0,00	22,00	6,67	66,71	6	2.181,50	d)	
Artigo 41.º								
Exumações e ocupação de ossários municipais								
1 — Exumação — por cada ossada, incluindo limpeza	0,00	0,00	4,54	68,05	4	64,50	d)	
2 — Ossários Municipais:								
a) Entrada de ossadas ou cinzas	0,00	0,00	2,40	36,03	4	34,20	d)	
b) Ocupações já efetuadas, por cada período de um ano:								
i) Em compartimentos dos 1.º aos 3.º pisos	0,00	0,80	2,40	36,03	4	39,90	d)	
ii) Em compartimentos dos 4.º e 5.º pisos	0,00	0,00	2,40	36,03	4	34,20	d)	
c) Com caráter perpetuidade:								
i) Em compartimentos dos 1.º aos 3.º pisos	0,00	14,00	3,47	52,03	4	739,80	d)	
ii) Em compartimentos dos 4.º e 5.º pisos	0,00	11,00	3,47	52,03	4	591,80	d)	
Artigo 42.º								
Concessão de terrenos								
1 — Para sepultura perpétua	0,00	2,50	85,75	643,10	8	4.266,70	d)	
2 — Para jazigos:								
a) Pelos primeiros 3 m² ou fração	0,00	5,00	85,75	643,10	8	7.314,40	d)	
b) Pelo quarto m² acresce	0,00	1,00	85,75	643,10	8	2.438,20	d)	
c) Pelo quinto m² acresce	0,00	2,50	85,75	643,10	8	4.266,70	d)	
d) Cada m² ou fração a mais	0,00	3,00	85,75	643,10	8	4.876,30	d)	
3 — A concessão de terrenos por atos entre vivos estão sujeitas às taxas previstas nos números anteriores.								
Artigo 43.º								
Prestação de serviços diversos								
1 — Depósito transitório de caixões:								
a) Pelo período de 24h ou fração	0,00	0,00	1,87	28,02	4	26,60	d)	
b) Pelo período de 15 dias, para efeito de obras	0,00	0,50	1,87	28,02	4	39,90	d)	
2 — Tratamento de sepulturas e sinais funerários — construção da bordadura e sua conservação durante o período de inumação:								
a) Em argamassa de cimento	0,00	0,00	4,45	66,71	4	63,30	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
b) Em cantaria	0,00	0,00	6,58	98,73	4	93,60	d)	
c) Colocação de lousa em sepultura perpétua	0,00	0,00	6,58	98,73	4	93,60	d)	
d) Colocação de lápide/floreira	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,90	d)	
3 — Utilização da capela e sua decoração:								
a) Utilização da capela, incluindo banquetas, tarima e tocheira	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,90	d)	
b) Armação da capela	0,00	0,00	5,51	82,72	4	78,40	d)	
c) Utilização de paramentos e guizamentos da Câmara para missa	0,00	0,00	1,25	18,68	4	17,70	d)	
4 — Jazigos/ossários Municipais:								
a) Colocação de tampas com dobradiças e fechadura	0,00	0,00	9,78	146,77	4	139,10	d)	
b) Gravação ou pintura de epitáfio ou colocação de lápide com epitáfio	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,90	d)	
5 — Trasladação dentro do cemitério ou para outro cemitério:								
a) Ossadas	0,00	0,00	1,60	24,02	4	22,80	d)	
b) Corpos	0,00	0,00	4,45	66,71	4	63,30	d)	
6 — Averbamento em título de jazigo ou sepultura perpétua	0,00	0,00	2,31	34,68	4	32,90	d)	
7 — Fornecimento de capa de título de jazigo, ossário ou cartão de enterramento — cada	0,00	0,00	0,18	5,35	2	2,60	d)	
8 — Inutilização e transporte para vazadouro de bordaduras particulares em sepulturas temporárias ou perpétuas	0,00	0,00	1,60	24,02	4	22,80	d)	
9 — Fornecimento de números de sepultura ou compartimentos municipais	0,00	0,00	0,09	5,32	1	1,30	d)	
10 — Pela utilização de água e/ou electricidade fornecida pela Câmara Municipal de Cascais, para construção de jazigos ou outros — por dia	0,00	0,00	0,60	12,09	3	8,60	d)	
11 — Entrada de betoneiras, análogos ou outras viaturas nos cemitérios, para realização de obras em jazigos ou outros — por dia	0,00	0,00	0,98	19,58	3	13,90	d)	
CAPÍTULO VIII								
Trânsito, Circulação e Estacionamento								
(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro)								
Artigo 44.º								
Taxa diversas								
1 — As taxas a aplicar como contrapartida do estacionamento de veículos são definidas no Regulamento Geral das Zonas de Estacionamento Controlado do Concelho de Cascais.								
2 — Declaração sobre as características de motociclos e ciclomoteres registados no Município	0,00	0,00	1,78	35,59	3	25,30	d)	
3 — Bloqueamento, remoção e depósito de veículos (Valores com referência à Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro e Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro):								
a) Pelo bloqueamento de um veículo:								
i) Ciclomoteres, motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alíneas seguintes						34,00	d)	
ii) Veículos ligeiros						66,00	d)	
iii) Veículos pesados						130,00	d)	
						Determinado em legislação específica		

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
b) Pela remoção de um veículo:								
b.1) Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alíneas seguintes:								
i) Dentro de uma localidade						34,00	d)	
ii) Fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km						50,00	d)	
iii) Fora ou a partir de uma localidade, por cada km percorrido para além dos primeiros 10 km						4,00	d)	
b.2) Veículos ligeiros:								
i) Dentro de uma localidade						82,00	d)	
ii) Fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km						98,00	d)	
iii) Fora ou a partir de uma localidade, por cada km percorrido para além dos primeiros 10 km						5,00	d)	
b.3) Veículos pesados:								
i) Dentro de uma localidade						162,00	d)	
ii) Fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km						194,00	d)	
iii) Fora ou a partir de uma localidade, por cada km percorrido para além dos primeiros 10 km						6,00	d)	
4 — Pelo depósito de um veículo, por período de 24h, ou parte deste período, se ele não chegar a completar-se (Valores com referência à Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro e Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro):								
a) Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não previstos nas alíneas seguintes						10,00	d)	
b) Veículos ligeiros						18,00	d)	
c) Veículos pesados						34,00	d)	
5 — Os valores das taxas constantes nos números 3 e 4 deste artigo serão atualizados automaticamente no dia 01 de março de cada ano, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 1334 F/2010, de 31 de dezembro.								
6 — Aviões, gruas, veículos não mencionados nos números anteriores, contentores e outros bens abandonados na via pública:								
a) Pela remoção dentro de uma localidade						168,60	d)	
b) Pela remoção fora ou a partir de uma localidade, até ao máximo de 10 km						201,40	d)	
c) Pela remoção fora ou a partir de uma localidade, por cada km percorrido para além dos primeiros 10 km						6,20	d)	
d) Pelo depósito, por cada período de 24h, ou parte deste período, se ele não chegar a completar-se						35,00	d)	
7 — Velocípedes estacionados abusivamente na via pública, dentro de uma localidade:								
a) Pela remoção dentro ou fora de uma localidade						35,00	d)	
b) Pelo depósito, por cada período de 24h, ou parte deste período, se ele não chegar a completar-se						10,30	d)	

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
<p align="center">CAPÍTULO IX</p> <p align="center">Comissão Arbitral Municipal</p> <p align="center">Artigo 45.º</p> <p align="center">Funcionamento da CAM</p> <p>1 — Taxa pela determinação do nível de conservação — 1 UC</p> <p>2 — Taxa pela definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior — 1/2 UC</p> <p>3 — As taxas previstas em 1 e 2 são reduzidas a 1/4, quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira</p> <p>O valor da UC a considerar é o montante aprovado anualmente através do Orçamento Estado.</p>						<p>102,00</p> <p>51,00</p> <p>25,50</p>	<p><i>d)</i></p> <p><i>d)</i></p> <p><i>d)</i></p>	
<p align="center">CAPÍTULO X</p> <p align="center">Empresas Municipais — Taxas pela Utilização dos Equipamentos</p> <p align="center">SECÇÃO I</p> <p align="center">Aeródromo Municipal de Cascais — Taxas Aeroportuárias</p> <p>(Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro)</p> <p align="center">Artigo 46.º</p> <p align="center">Taxas de tráfego</p> <p>1 — Aterragem/descolagem — por tonelada: devida por cada operação de aterragem e descolagem e devida por unidade de tonelada métrica (PMD):</p> <p><i>a)</i> Das 08.00 horas locais até ao pôr-do-sol.</p> <p><i>b)</i> Do pôr-do-sol às 24.00 horas.</p> <p><i>c)</i> Das 00.00 horas locais às 08.00 horas</p> <p>2 — As taxas previstas no número anterior são aplicáveis as isenções e reduções previstas no n.º 5 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro.</p> <p>3 — Taxa de Estacionamento até 3 toneladas — devida por cada aeronave estacionada:</p> <p><i>a)</i> Até 15 dias — tonelada/por dia</p> <p><i>b)</i> Mais de 15 dias — tonelada/por dia</p> <p><i>c)</i> Contrato anual — tonelada/por dia</p> <p>4 — Taxa de estacionamento mais de 3 toneladas — devida por cada aeronave estacionada:</p> <p><i>a)</i> Tonelada/por dia</p> <p>5 — Taxa de Abrigo — devida por cada aeronave estacionada em locais abrigados por unidade de tonelagem métrica:</p> <p><i>a)</i> Taxa diária/tonelada/aeronaves até 3 toneladas.</p> <p><i>b)</i> Taxa diária/tonelada/aeronaves mais de 3 toneladas</p> <p><i>c)</i> Taxa mensal — até 5 toneladas</p>						<p>6,62</p> <p>9,92</p> <p>22,05</p> <p>4,96</p> <p>3,85</p> <p>3,31</p> <p>4,41</p> <p>22,05</p> <p>11,03</p> <p>264,60</p>		

Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
<i>d)</i> Taxa mensal — mais de 5 toneladas até 7 toneladas						237,04		
<i>e)</i> Taxa mensal — mais de 7 toneladas						209,48		
<i>f)</i> Taxa mensal mínima por aeronave						297,68		
6 — Taxa de Serviço a Passageiros — devida por cada passageiro embarcado:								
<i>a)</i> Voos dentro do espaço Schengen						11,03		
<i>b)</i> Voos intracomunitários fora do espaço Schengen						11,03		
<i>c)</i> Internacionais						13,23		
7 — Taxa de abertura do Aeródromo — por aeronave (taxa debitada com a entrega do plano de voo):								
<i>a)</i> Das 07.00 horas às 08.00 horas						330,75		
<i>b)</i> Do pôr do sol às 23.00 horas						400,00		
<i>c)</i> Das 23.00 horas às 24.00 horas						441,00		
<i>d)</i> Entre as 24.00 horas e as 07.00 horas						661,50		
8 — Para Escolas e Aeronaves registadas em nome pessoal o valor será dividido equitativamente por todas as aeronaves envolvidas no treino noturno.								
9 — Voos de Treino em Aeronaves registadas em nome pessoal com 2 ou mais Touch and Go têm 30 % de desconto sobre Taxas de Aterragem/Descolagem.								
<i>Nota.</i> — As horas indicadas são sempre locais.								
Artigo 47.º								
Taxas de assistência em escala								
Assistência administrativa — aplicável a prestadores de serviço sobre o número de aeronaves assistidas						55,13		
Artigo 48.º								
Taxas de ocupação de espaços, áreas e subsolo								
1 — Espaços abertos/Utilização de hangares — taxa máxima/mês/por m²						6,62		
2 — Licenciamento por ocupação de terreno e implantação — taxa máxima/mês/m²						6,62		
3 — Por utilização da totalidade do hangar — taxa máxima/mês/m²						11,03		
4 — Gabinetes — taxa máxima/mês/por m²						18,96		
5 — Gabinetes Aerogare — taxa máxima/mês/por m²						33,08		
Artigo 49.º								
Outras taxas aeroportuárias								
1 — Taxa de equipamentos:								
<i>a)</i> Escada — fração/hora						33,08		
<i>b)</i> Gerador — fração/hora						44,10		
<i>c)</i> Limpeza de sanitários por utilização						66,15		
<i>d)</i> Minibus por passageiro						2,21		
<i>e)</i> Reboque de aeronaves — por reboque						44,10		
2 — As taxas previstas no número anterior, acresce uma sobretaxa de € 30,00/hora após as 21.00 horas.								

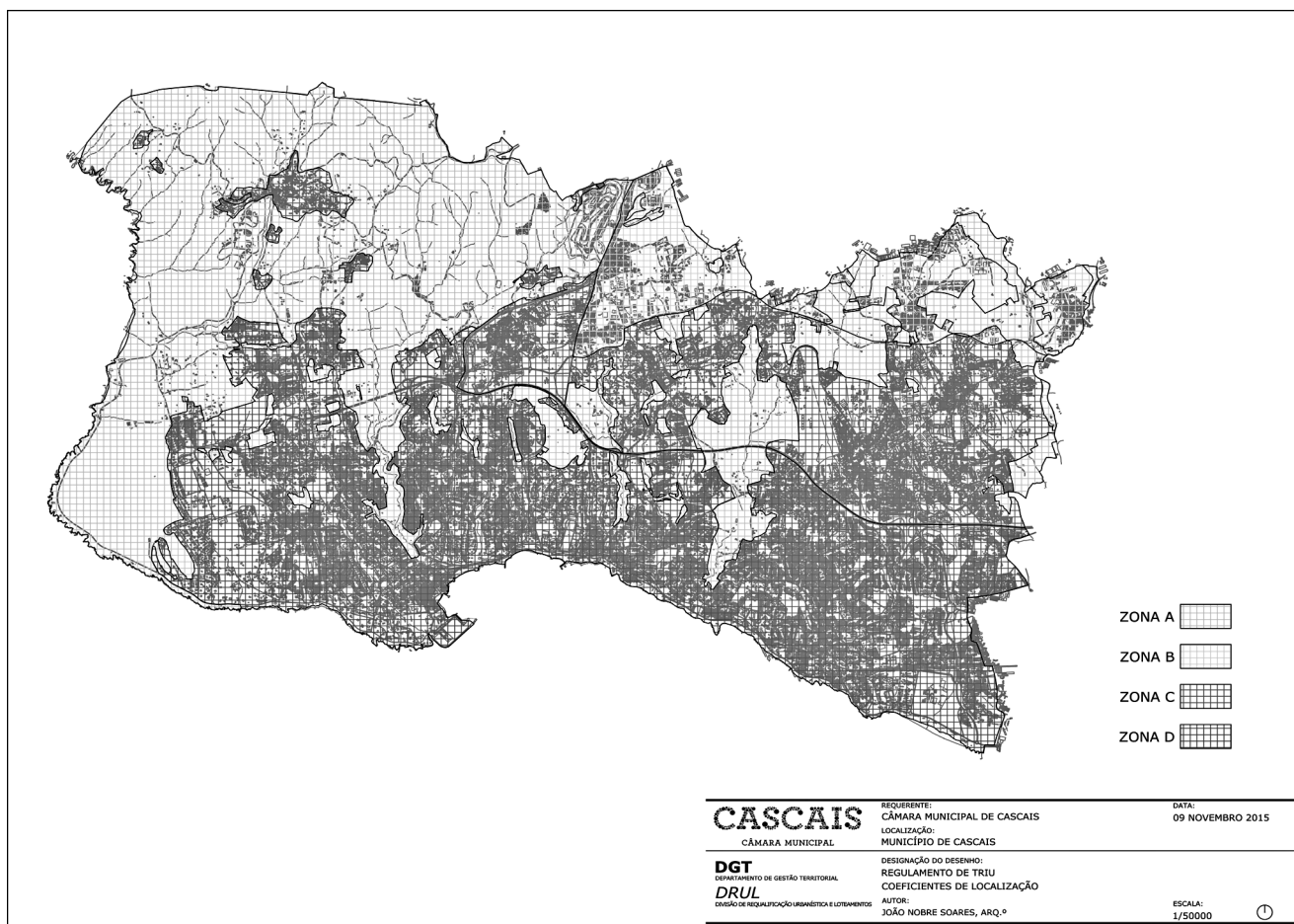
Designação/Texto	CI	X	Fator	Tempo médio em minutos	Número de funcionários envolvidos	Valor 2016 (IPC -0,28 %)	IVA	Taxa nova
3 — Taxas de prestação de serviços:								
a) Utilização de serviços socorros — por serviço						110,25		
b) Limpeza de gabinetes — por gabinete/mês						44,10		
c) Manuseamento de carga — por serviço						22,05		
d) Água para lavagem de Aeronaves — por lavagem						22,05		
e) Eletricidade/gabinetes — por m²						2,21		
4 — Taxa de exploração:								
a) Taxa de acesso:								
i) Pessoal — 1.ª via por cartão — taxa fixa						3,31		
ii) Pessoal — 2.ª via por cartão — taxa fixa						5,51		
iii) Viatura — lado ar — taxa mensal						55,13		
b) Taxa de manga — por serviço						33,08		
5 — Taxa de estacionamento de viaturas:								
a) Parque nascente — por mês.						66,15		
b) Parque poente — por mês						66,15		
Notas								
As taxas em vigor são abrangidas pelas isenções e reduções previstas no Decreto-Lei n.º 254/2012 de 28 de novembro.								
As taxas do presente capítulo estão sujeitas a IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.								
As taxas do Aeródromo Municipal de Cascais são calculadas tendo em conta o estipulado no Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, assentando a sua fixação na generalidade dos proveitos e custos inerentes ao conjunto das atividades exercidas no Aeródromo.								
De acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 254/2012, de 28 de novembro, as taxas são estabelecidas mediante parecer prévio do INAC, I. P.								

Notas gerais — Imposto sobre o valor acrescentado:

- a) IVA incluído à taxa normal.
- b) IVA incluído à taxa reduzida.
- c) IVA isento.
- d) IVA não sujeito.

CE — Classificação económica.

TN — Taxas novas, aplicando-se o estipulado no artigo 6.º do Projeto de Regulamento de Cobrança e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais para 2016, as restantes taxas foram atualizadas de acordo o IPC (conforme Nota justificativa do Projeto de Regulamento).



209483549

MUNICÍPIO DE ELVAS

Aviso n.º 4943/2016

Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas

Dr. Nuno Miguel Fernandes Mocinha, Presidente da Câmara Municipal de Elvas, torna público, em cumprimento do previsto no artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que após discussão e votação da Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade na sua sessão realizada no dia 29 de fevereiro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião camarária de 18 de dezembro de 2015, a elaboração ao Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas.

A presente elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas, entra em vigor, no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

10 de março de 2016. — O Presidente da Câmara, *Dr. Nuno Miguel Fernandes Mocinha*.

Deliberação

Mariano Trabuço Raminhos Aranhó, assistente técnico da Subunidade Orgânica Flexível Administrativa e Atendimento da Câmara Municipal de Elvas.

Certifico, que no livro de atas em uso nesta Câmara Municipal e que serve para escrituração das atas das sessões da Assembleia Municipal, consta uma deliberação tomada na sua sessão ordinária realizada no dia 29 de fevereiro de 2016, que é do seguinte teor:

7 — Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas — Aprovação.

Presente à sessão uma certidão de parte da Ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia 18 de dezembro de 2015, que aprovou o Plano Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas bem como a

informação n.º 578/2015/DAU e o Plano Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas (documento em anexo).

O Senhor Presidente da Mesa pôs o assunto a discussão.

Não havendo mais intervenientes na discussão o Senhor Presidente da Mesa pôs o assunto a votação tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o Plano Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que assino e faço autenticar com o selo branco deste Município.

Secretaria da Câmara Municipal de Elvas, 1 de março de 2016. — O Assistente Técnico, *Mariano Trabuço Raminhos Aranhó*.

05. Regulamento

Junho 2015

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto, natureza jurídica e vinculação

1 — O Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro histórico de Elvas, de ora em diante designado por Plano, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, bem como do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, estabelece o regime de uso do solo para a respetiva área de intervenção.

2 — O Plano constitui um Plano de Salvaguarda com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro e com os efeitos previstos no artigo 69.º deste diploma legal.

3 — O Plano tem a natureza de regulamento administrativo e com ele devem adequar-se todos os programas e projetos a realizar na sua área de intervenção.

Anexo III

Regulamento de Taxas do Município de Palmela

eletrónico oficial do município www.cm-palmela.pt e publicitado pelo Aviso n.º 13880/2015, no *Diário da República*, 2.ª série n.º 233 de 27 de novembro de 2015.

Assim, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado no RJUE, do consignado na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na redação em vigor, e no uso da competência prevista na alínea g) e r) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, a Assembleia Municipal de Palmela, por deliberação tomada em 26 de janeiro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada nas reuniões realizadas em 4 de novembro de 2015 e 13 de janeiro de 2016, aprova o seguinte Regulamento e Tabela de Taxas Municipais:

Artigo 1.º

Alteração ao Regulamento

Os artigos 1.º, 6.º, 7.º, 9.º, 11.º, 14.º, 19.º, 21.º, 22.º e 39.º do Regulamento passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

O presente Regulamento de Taxas, que integra o presente articulado e respetiva Tabela de Taxas, é elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 99.º ao 101.º e 135.º ao 136.º do Novo Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, dos artigos 14.º ao 16.º e 20.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, com a redação em vigor, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a redação em vigor, das alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, constantes do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação em vigor.

Artigo 6.º

[...]

1 — As taxas previstas nos capítulos I a IX da tabela de taxas incidem genericamente sobre as utilidades prestadas aos particulares, ou geradas pela atividade do município, previstas no artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a redação em vigor designadamente:

[...]

2 — As taxas previstas no capítulo X da tabela de taxas são devidas pelos:

a) Procedimentos respeitantes à licença, legalização, comunicação prévia e autorização de utilização ou sua alteração ou outras operações urbanísticas, nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) e outros procedimentos conexos no âmbito de legislação específica;

b) Procedimentos de licença de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação em vigor;

c) (Revogada)

d) Procedimentos de autorização de utilização dos empreendimentos turísticos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação em vigor;

e) Procedimentos associados a estabelecimentos industriais de tipo 3, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação em vigor;

f) Procedimentos associados à ocupação do domínio público municipal, por motivo de obras, em conformidade com o previsto no artigo 27.º e n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com a redação em vigor, excetuando-se o previsto no Capítulo VII;

g) Procedimentos associados a instalações mecânicas de elevação em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com a redação em vigor.

3 — As taxas a que se referem as alíneas do número anterior são devidas pelos:

a) Procedimento para licença ou comunicação prévia de operações de loteamento, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento das taxas constantes nos números 1 a 5 e n.º 23 do capítulo X da tabela de taxas. Havendo lugar a obras de urbanização, será devido ainda o pagamento das taxas constantes do n.º 6 do capítulo X da tabela de taxas;

b) Procedimento para licença ou comunicação prévia de obras de urbanização, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento da taxa fixada no n.º 6 do capítulo X da tabela de taxas;

c) Procedimento para licença ou comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos, bem como utilização do solo ou ocupação para um determinado uso que não seja o exclusivamente agrícola, pecuário, florestal, mineiro ou de abastecimento público de água e sem que nele tenha de haver qualquer tipo de edificação, tal como se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento da taxa fixada no n.º 7 do capítulo X da tabela de taxas;

d) Procedimento de licença, legalização ou de comunicação prévia para obras de edificação, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, abrangendo o licenciamento condicionado ao abrigo da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro (LAUGI), com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento das taxas constantes nos números 8 e 9 do capítulo X da tabela de taxas;

e) As obras de edificação previstas na alínea anterior, não abrangidas por operações de loteamento e nas construções geradoras de impacto semelhante a loteamento ou impacto relevante, incluindo as operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública referidas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, estão também sujeitas às taxas de infraestruturas previstas na alínea a) do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a redação em vigor, e fixadas no n.º 11 e 23 do capítulo X da tabela de taxas;

f) (Revogada)

g) Procedimentos associados às instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo, nomeadamente, de licenciamento e de vistorias/verificações periódicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento de taxas fixadas nos números 12 a 14 do capítulo X da tabela de taxas;

h) Procedimento de autorização de utilização ou de autorização de alteração de utilização, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento da taxa a que se refere o n.º 15 do capítulo X da tabela de taxas, e no caso de alteração está sujeita ainda a taxa relativa às infraestruturas que incide sobre o diferencial de ponderação conforme definido no n.º 18 do capítulo X da tabela de taxas, quando aplicável;

i) Procedimento de autorização de utilização ou de autorização de alteração de utilização relativa a grandes superfícies comerciais (estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, alimentar ou não alimentar, com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m²) e empreendimentos turísticos, está sujeita ao pagamento da taxa a que se refere o n.º 16 e 17 respetivamente, do capítulo X da tabela de taxas, e no caso de alteração, está sujeita ainda a taxa relativa às infraestruturas que incide sobre o diferencial de ponderação conforme definido no n.º 18 do capítulo X da tabela de taxas, quando aplicável;

j) (Revogada)

k) (Revogada)

l) Procedimento de renovação previsto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento das taxas nos termos do n.º 20 do capítulo X da tabela de taxas;

m) Prorrogação do prazo e a licença especial para conclusão de obras inacabadas, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, estão sujeitas ao pagamento das taxas nos termos do n.º 21 do capítulo X da tabela de taxas;

n) Em caso de deferimento do pedido de execução por fases, nos termos previstos nos artigos 56.º e 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, a emissão do alvará de licença e a comunicação prévia obrigam ao pagamento da taxa correspondente, de acordo com os números da tabela aplicáveis, em função do tipo de obra em causa, sendo devido, com o aditamento ao alvará

ou a comunicação prévia, correspondente a cada fase, o pagamento das taxas apuradas nos mesmos termos em que se encontra definido no n.º 22 do capítulo X da tabela de taxas;

o) (Revogada)

p) Procedimento de informação prévia, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, bem como a prestação de informações de âmbito técnico, nomeadamente no âmbito do previsto no artigo 110.º do citado diploma e do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na redação em vigor, estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas nos n.ºs 25 e 26 respetivamente do capítulo X da tabela de taxas;

q) A ocupação do domínio público municipal por motivos de obras, ou por instalações especiais, nomeadamente antenas ou outras, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas no n.º 27 do capítulo X da tabela de taxas;

r) A realização de vistorias previstas na Lei Geral e legislação específica, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação em vigor, e no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação em vigor, estão sujeitas ao pagamento das taxas fixadas no n.º 28 do capítulo X da tabela de taxas;

s) A realização de vistorias no âmbito do Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela (PMRU), e no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), com vista à obtenção de benefícios em matéria de isenção e redução de taxas municipais, está sujeita ao pagamento de taxas fixadas no n.º 28.11 do capítulo X da tabela de taxas;

t) Os atos de auditoria de classificação dos empreendimentos turísticos, nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação em vigor, estão sujeitos ao pagamento da taxa prevista no n.º 28.3. do capítulo X da tabela de taxas;

u) Os atos que tenham por efeito o destaque e a emissão da respetiva certidão, estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas no n.º 29 do capítulo X da tabela de taxas;

v) Procedimento de licença ou comunicação prévia, se precedida de informação prévia favorável, de obras de demolição, quando não abrangidas por obras de reconstrução, está sujeito ao pagamento das taxas previstas no n.º 30 do capítulo X da tabela de taxas;

w) As formalidades associadas à exploração de estabelecimentos industriais do tipo 3 está sujeita a pagamento de taxas previstas no n.º 28.6. e n.º 31 do capítulo X da tabela de taxas;

x) A receção, provisória ou definitiva, de obras de urbanização está sujeita ao pagamento das taxas nos termos do n.º 32 do capítulo X da tabela de taxas;

y) Pela receção de resíduos de construção civil é devido o pagamento da taxa prevista no n.º 33 do capítulo X da tabela de taxas;

z) Os atos, serviços e operações de natureza administrativa, no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, e demais legislação específica, constantes no n.º 34.º do capítulo X da tabela de taxas depende do pagamento das taxas aí previstas;

aa) A realização de inspeções, reinspeções, selagem e outros serviços, a instalações mecânicas de elevação, previstas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento das taxas nos termos do n.º 28.5 do capítulo X da tabela de taxas.

4 — As compensações devidas em loteamentos ou edificações de impacto semelhante a loteamento ou impacto relevante, de acordo com o artigo 5.º do RUEMP, com a redação em vigor, por não realização de cedências, são determinadas nos termos do n.º 24 do capítulo X da tabela de taxas.

Artigo 7.º

[...]

1 — [...]

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada, que nos termos da Lei 53-E/2006, de 29/12, com a redação em vigor, e dos regulamentos aprovados pelo município de Palmela, esteja vinculado ao cumprimento da prestação tributária.

3 — [...]

Artigo 9.º

[...]

1 — Sem prejuízo das isenções ou reduções previstas na lei ou regulamento, estão isentos das taxas previstas no capítulo I da Tabela de Taxas do presente Regulamento os sujeitos passivos que se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica demonstrada nos termos da lei reguladora do apoio judiciário

2 — Estão isentas das taxas previstas no presente Regulamento as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da atividade e diretamente afetas aos seus fins, promovidas pelas seguintes entidades:

[...]

3 — Estão isentas das taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização ou sua alteração decorrentes destas, com objetivos de requalificação e conservação de edifícios, localizados na área do Centro Histórico de Palmela (núcleo), desde que não envolvam obras de ampliação com área de construção final superior a 30 % da área de construção existente.

4 — Beneficiam da redução de 60 % sobre as taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização ou sua alteração decorrentes destas, com objetivos de requalificação e conservação de edifícios localizados na área do Centro Histórico de Palmela (núcleo), e que envolvam obras de ampliação com área de construção final superior a 30 % da área de construção existente.

5 — Beneficiam da redução de 50 % das taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação e as de autorização de utilização ou sua alteração:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Em imóveis classificados ou em vias de classificação nos termos da Lei n.º 107/2001, de 21 de setembro, com a redação em vigor.

6 — Beneficiam da redução de 40 %, das taxas previstas nos n.ºs 11 e 23 do capítulo X da Tabela de Taxas do presente Regulamento, as operações urbanísticas localizadas nos perímetros urbanos da união das freguesias de Marateca e Poceirão.

7 — [...]

8 — [...]

9 — [...]

10 — [...]

11 — [...]

12 — [...]

13 — [...]

14 — Beneficiam de uma redução de 75 %, das taxas previstas nos capítulos I a IX, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas, os sindicatos, as associações culturais, desportivas, recreativas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, as comissões de moradores e as cooperativas, suas uniões, federações ou confederações, desde que legalmente constituídas, e se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

a) As pretensões visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;

b) Os membros dos órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, interesse pessoal direto ou indireto no resultado da respetiva pretensão;

c) Ponham à disposição, sempre que exigida, a informação de natureza contabilística.

15 — [...]

16 — [...]

17 — [...]

18 — Beneficiam da redução de 30 % das taxas aplicáveis previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de obras de construção em espaços privados vagos contíguos com a via pública, ou nos quais exista edificação em muito mau estado de conservação e ou estado de ruína, sem qualquer valor arquitetónico e que manifestamente seja tecnicamente inviável a sua reabilitação, de acordo com parâmetros urbanísticos legalmente definidos, localizados nas quatro áreas delimitadas no anexo I do Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela.

19 — [...]

20 — Às taxas devidas, previstas no presente Regulamento e Tabela, pela ocupação do domínio público, é aplicável:

a) A redução de 90 % quando diretamente relacionadas com as operações urbanísticas referidas nos números 17, 18 e 19 do presente artigo ou, por motivo de obras de conservação tal como definidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, nas áreas de intervenção do Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela;

b) A redução de 70 % por motivo de obras de conservação tal como definidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, em qualquer parte do restante território municipal.

c) A isenção quando diretamente relacionadas com as operações urbanísticas, referidas nos números 3 e 4 do presente artigo ou, por motivo de obras de conservação, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, na área do Centro Histórico de Palmela (núcleo).

21 — [...]

22 — [...]

23 — A realização de operações urbanísticas previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, destinadas à instalação, realocação e/ou regularização de indústrias e armazéns, em áreas planeadas ou programadas e que tenham atingido um nível de infraestrutura considerado adequado, incluindo os outros usos interdependentes e diretamente associados à indústria/armazém, beneficiam de uma redução das taxas e compensação previstas no capítulo X da Tabela de Taxas Municipais de:

[...]

24 — [...]

25 — [...]

26 — [...]

27 — [...]

28 — [...]

29 — [...]

30 — [...]

31 — A realização de operações urbanísticas, sujeitas a controlo prévio ou comunicação prévia, relativas à substituição de cobertura em razão de revestimento composto por materiais nocivos, nomeadamente amianto, estão isentas das taxas previstas para o efeito na presente tabela.

32 — Beneficiam de isenção das taxas de ocupação de espaço público, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas, os sindicatos, as associações culturais, desportivas, recreativas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, as comissões de moradores e as cooperativas, suas uniões, federações ou confederações, desde que legalmente constituídas, na realização de eventos.

Artigo 11.º

[...]

1 — [...]

2 — A isenção ou redução das taxas depende de deliberação da assembleia municipal nas situações previstas nos números 15 e 16 do artigo 9.º, e de deliberação da câmara municipal, com ponderação sobre os respetivos pressupostos, nas situações previstas nos números 2, 5, 17 e 19 do mesmo preceito.

3 — [...]

4 — [...]

5 — [...]

Artigo 14.º

[...]

1 — [...]

2 — As taxas devidas pela realização das operações urbanísticas sujeitas a licença, legalização e autorização, são liquidadas no ato do licenciamento (deliberação final), da legalização ou concessão de autorização, sem prejuízo do momento de pagamento previsto na tabela, designadamente o da apresentação do pedido.

3 — (Revogado)

4 — (Revogado)

5 — A liquidação do valor das taxas devidas será ainda efetuada automaticamente através de plataforma informática de utilização obrigatória, nomeadamente no «Balcão do Empreendedor», nos termos de legislação específica que a preveja, podendo ainda ser efetuada automaticamente através do sítio da internet da Câmara Municipal

na área reservada — Serviços on line, quando exista aceitação dos respetivos termos de utilização pelo interessado. Enquanto não forem disponibilizadas a totalidade das funcionalidades de liquidação previstas nos citados sistemas o procedimento obedece ao previsto no ponto seguinte.

6 — Sem prejuízo do número anterior, as taxas são liquidadas nos seguintes termos:

a) [...]

b) Parcela variável no ato de decisão.

7 — As taxas devidas pela realização das operações urbanísticas sujeitas a licença, legalização e autorização, quando não tenham sido liquidadas no ato do licenciamento (deliberação final), da legalização ou concessão de autorização, são liquidadas após o requerimento de emissão de alvará pelo interessado, e até ao momento da emissão do referido título.

Artigo 19.º

[...]

1 — Quando se verifique a ocorrência de liquidação ou autoliquidação por valor inferior ao devido, os serviços promoverão de imediato a liquidação adicional, notificando o devedor por correio registado com aviso de receção, notificação presencial ou meios legalmente admissíveis, nomeadamente através do Balcão do Empreendedor, para liquidar a importância devida.

2 — [...]

3 — [...]

4 — [...]

5 — [...]

Artigo 21.º

[...]

1 — [...]

2 — As taxas são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta para o Número de Identificação Bancária 0035 0579 0000 0015 53238 da Caixa Geral de Depósitos, S. A, vale postal ou outros meios legalmente admitidos e que estejam em uso no Município.

3 — [...]

Artigo 22.º

[...]

1 — Sobre requerimento do interessado, devidamente fundamentado, pode a Câmara Municipal, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores ou nos dirigentes municipais, autorizar o pagamento fracionado das taxas previstas nos capítulos I a X, nos termos do presente regulamento e legislação subsidiária.

2 — O pagamento das taxas e compensações previstas nos números 1 a 6, 8 a 11, 23 e 24 do capítulo X da tabela de taxas pode ser fracionado até ao termo do prazo de execução fixado no alvará ou da comunicação prévia, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor.

3 — Ao fracionamento são aplicados os juros de mora à taxa legal, a que se refere o artigo 25.º do presente regulamento, que se vencem sobre a dívida incluída em cada prestação, desde a data da liquidação efetuada, nos termos previstos no artigo 14.º, até à data de pagamento da última prestação. A taxa legal de juro de mora é reduzida a metade para as dívidas cobertas por garantias reais, conforme o n.º 4 do artigo 3 do Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março, com a redação em vigor.

4 — No caso de incumprimento de uma das prestações, vencem-se imediatamente as restantes, ficando o requerente sujeito ao pagamento do capital em dívida acrescido dos juros de mora nos termos da lei.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, às operações urbanísticas sem realização de obras, nomeadamente em procedimentos de legalização, de alterações à licença de loteamento ou de utilização, sujeitas ao pagamento das taxas e compensações previstas no capítulo X.

Artigo 39.º

[...]

1 — [...]

2 — (Revogado)»

Artigo 2.º

Aditamentos ao Regulamento

São aditados ao Regulamento os artigos 14.º-A e 14.º-B com a seguinte redação:

«Artigo 14.º-A

Autoliquidação

1 — A autoliquidação de taxas previstas na tabela de taxas anexa consiste na determinação do valor da taxa a pagar e da aplicação dos indicadores nela definidos, pelo sujeito passivo, seja ele o contribuinte direto, o seu substituto legal ou o responsável legal.

2 — Na autoliquidação devem ser observadas as disposições regulamentares aplicáveis e as constantes de tabelas em vigor, publicitados nos termos legais, bem como os elementos informativos que se encontrem disponíveis no sítio de Internet da Câmara Municipal de Palmela, nomeadamente o simulador de taxas municipais.

3 — O pagamento de taxa resultante da autoliquidação deverá ser realizado para o Número de Identificação Bancária 0035 0579 0000 0015 53238 da Caixa Geral de Depósitos, S. A.

4 — O sujeito passivo pode solicitar que os serviços competentes prestem informações sobre o montante previsível a liquidar de taxas.

5 — Nos casos de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública, a Câmara Municipal deve, no momento em que profira o parecer sobre as mesmas, indicar o valor presumível das taxas a suportar.

6 — As entidades a que alude o número anterior liquidarão as taxas de acordo com o procedimento de autoliquidação.

7 — A autoliquidação das taxas relativas a operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia deverá ocorrer até 120 dias contínuos, contados da data de apresentação da comunicação.

Artigo 14.º-B

Liquidação/autoliquidação de taxas e compensações relativas a operações urbanísticas em PMOT

Sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º, 14.º e 14.º-A do presente Regulamento, na determinação do valor das taxas e compensações aplicáveis às operações urbanísticas em áreas abrangidas por Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor, devem ainda ser observadas as disposições regulamentares neles contidos.»

Artigo 3.º

Alteração à Tabela

O n.º 2 do capítulo II, números 14 e 17 do capítulo V, introdução do Capítulo X e números 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28.3, 30 e 34.6 do capítulo X da Tabela passam a ter a seguinte redação:

«CAPÍTULO II

[...]

[...]

N.º 2 Instalações agropecuárias, depósitos de sucata e instalações similares, e exploração de massas minerais (pedreiras)

a) Pareceres técnicos na área de localização de instalações agropecuárias, depósitos de sucata e instalações similares — 119,84 €

b) Procedimentos associados ao Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (as taxas previstas na tabela anexa à Portaria n.º 1083/2008, de 24/09)

[...]

N.º 13 [...]

a) [...]

[...]

Sábados, domingos e feriados — 50 % da taxa administrativa — 21,75 €

b) [...]

CAPÍTULO V

[...]

[...]

N.º 14 [...]

a) Mera Comunicação Prévia com Atendimento Digital Assistido — 24,37 €

[...]

N.º 17 [...]

a) Mera Comunicação Prévia com Atendimento Digital Assistido — 24,37 €

b) [...]

b1) Com Atendimento Digital Assistido — 173,25 €

b2) Sem Atendimento Digital Assistido — 154,14 €

CAPÍTULO VII

[...]

[...]

N.º 4 [...]

4.1 [...]

4.2 [...]

4.3 [...]

4.4 — Unidades móveis e outros, com objetivo comercial e/ou publicitário (por m² ou fração)

a) [...]

b) [...]

4.5 [...]

4.6 [...]

4.7 [...]

4.8 [...]

4.9 [...]

4.10 [...]

4.11 [...]

4.12 [...]

N.º 5 Ocupação e utilização do solo e ou subsolo e ou espaço aéreo municipais, com infraestruturas e equipamentos conexos ou utilização de infraestruturas ou redes municipais, designadamente às concessionárias/operadoras de serviços públicos

5.1. (Revogado)

a) [...]

a.1) [...]

a.2) [...]

b) Abertura de valas b1) Abertura de valas (m² ou fração)/(semana ou fração) F25 0,3 — 2,47 €

b2) Abertura de vala para execução de ramal de abastecimento de rede de gás com comprimento máximo de 5 ml e a duração máxima de 1 semana — F53 0,54 — 4,45 €

c) [...]

c1) [...]

c2) [...]

d) [...]

e) Utilização de infraestruturas ou redes municipais, designadamente aos operadores de gás, salvo regime especial que resulte nos termos de contrato de concessão municipal (ml ou fração/mês) (a esta taxa não se aplica o n.º 1 — componente fixa) — 1,50 €

5.2. (Revogado)

CAPÍTULO X

[...]

Para efeitos de aplicação da presente Tabela são adotadas as seguintes definições:

N = n.º fogos ou unidades ou, no n.º 9 alínea c), n.º 11 alínea c), n.º 23 e n.º 28.3. alínea b) do capítulo X, n = unidades de alojamento,

sendo que no caso de parques de campismo e caravanismo — cada tenda e/ou caravana constitui uma unidade de alojamento; ou no N.º 17 alínea b) do capítulo X n.º de pessoas/utentes.

m = N.º de meses ou frações

ti = tipo

r = parâmetro de majoração da perifericidade

No presente capítulo o *ti Grandes superfícies comerciais* corresponde a estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, alimentar ou não alimentar, com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m².

stp — superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Regulamento do Plano Diretor Municipal.

stpi — superfície total de pavimentos do tipo (i), correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso (i), contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Regulamento do Plano Diretor Municipal. Excetuam-se do disposto as operações urbanísticas relativas à utilização do solo sem edificação, em que a área contabilizada no lugar de stpi é a área de solo abrangida pela instalação/operação.

Nota: Para o cálculo das taxas previstas na alínea b) do N.º 3, na alínea c) do N.º 9, alínea a), b) e c) do N.º 11, alínea b) do N.º 15, alínea d) do N.º 16, alínea b) do N.º 17 e ponto 5 do N.º 23 (stp ou stpi) são consideradas a 25 % as áreas não contabilizáveis como área bruta de construção para apuramento do índice de utilização, de acordo com as definições do Regulamento do Plano Diretor Municipal (nomeadamente alpendres, terraços utilizáveis, exceto quando não previstas especificamente na tabela), e acrescem à área do uso a que funcionalmente estão ligados ou, quando esta relação seja indeterminada, ao uso predominante.

[...]

N.º 2 Entrada de aditamento — operação de loteamento

Pela apresentação de elementos (aditamento) referentes à operação de loteamento, que alterem o projeto de loteamento, por iniciativa e vontade do requerente, é devida a taxa de — 269,60 €

N.º 3 Alvará de licença de loteamento

[...]

a) [...]

b) [...]

[...]

t4 — Grandes superfícies comerciais = 2,0

[...]

c) [...]

[...]

N.º 6 [...]

1 — Quando a operação de loteamento implicar a realização de obras de urbanização, por força do n.º 3 do artigo 76.º do RJUE, será emitido um único alvará de licença de loteamento e de obras de urbanização, sendo aplicada a taxa prevista na alínea a) do n.º 3 do presente capítulo pela emissão do citado título.

2 — A emissão do alvará de loteamento ou apresentação da comunicação prévia de obras de urbanização, previstas no artigo 4.º do RJUE, estão sujeitas ao pagamento de:

a) [...]

b) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o(s) projeto(s) de obras de urbanização), por iniciativa e vontade do requerente, em sede de licenciamento é devida a taxa de:

b.1) sem alteração do projeto de loteamento, quando aplicável — 158,07 €

b.2) com alteração do projeto de loteamento — 269,60 €

c) Pela emissão do alvará de licença de obras de urbanização quando não abrangidas por operação de loteamento é devida a taxa de — 505,83 €

d) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o(s) projeto(s) de obras de urbanização), por iniciativa e vontade do requerente, em sede de comunicação prévia é devida a taxa de:

d.1) sem alteração do projeto de loteamento, quando aplicável — 126,46 €

d.2) com alteração do projeto de loteamento — 269,60 €

e) [...]

f) [...]

N.º 7 Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de utilização do solo para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água e de remodelação dos terrenos.

O procedimento de licenciamento ou comunicação prévia para utilização do solo e trabalhos de remodelação dos terrenos, tal como se encontram definidos respetivamente na alínea j) e m) do artigo 2.º do RJUE está sujeito ao pagamento de:

a) [...]

b) [...]

c) (Revogada)

À alínea b) acresce:

d) [...]

e) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b), reduz-se a metade quando a área de intervenção seja inferior a 1.000 m²

f) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b) reduz-se a metade quando a área de intervenção for destinada à utilização/instalação de equipamentos desportivos não associadas a procedimento de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação, quando não abrangido pela alínea anterior.

N.º 8 [...]

O procedimento de licenciamento, comunicação prévia ou legalização para obras de edificação, previstas nos artigos 4.º e 102.º-A, do RJUE, está sujeita ao pagamento de:

a) No ato de apresentação do requerimento de obras de edificação ou de legalização é devida a taxa de preparos — 590,07 €

b) [...]

c) [...]

d) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o projeto de obras de edificação por iniciativa e vontade do requerente), em sede de licenciamento, ou de alterações à licença na sequência de alterações ao projeto durante a execução da obra, ou em sede de legalização é devida a taxa de — 147,52 €

e) Pela apresentação de comunicação prévia, na sequência de alterações ao projeto durante a execução da obra é devida a taxa de — 118,01 €

f) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o projeto de obras de edificação por iniciativa e vontade do requerente), em sede de licenciamento de obras de interior de edifícios classificados ou em vias de classificação, ou de alterações à licença na sequência de alterações ao projeto durante a execução da obra, é devida a taxa de — 73,76 €

g) [...]

h) [...]

i) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b), reduz-se a metade quando as obras não ultrapassem os 120 m² de superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Plano Diretor Municipal (stp) e critérios definidos no RUEMP e as demais áreas de construção propostas.

j) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b), reduz-se a 75 % quando se trate de operação urbanística autónoma de obras identificadas na alínea e) do n.º 9 e que não ultrapassem os 40 m² de superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso e as demais áreas de construção propostas.

N.º 9 Emissão de alvará de licença de obras de edificação ou de legalização:

a) [...]

b) (Revogada)

À alínea a) acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e), quando aplicável:

c) [...]

[...]

t4 — Grandes superfícies comerciais = 2,0

[...]

Nota: no t3 no caso concreto dos empreendimentos turísticos — parques de campismo e caravanismo, são contabilizadas ainda as áreas destinadas a tendas e/ou caravanas, de acordo com as notas e critérios introdutórios do presente capítulo.

d) [...]

e) Casos especiais de edificações:

[...]

3 — Piscinas por m² — 5,38 €

[...]

6 — Alteração de fachadas, abertura, modificação ou fechamento de vãos por área da fachada alterada e alteração/substituição de cobertura (medida pela projeção horizontal) — por m² ou fração — 0,67 €

7 — Antenas de telecomunicações e instalações anexas, por unidade — 403,72 €

8 — Estruturas de cobertura e ensombramento de estacionamento (medida pela projeção horizontal), por m² — 5,38 €

9 — Anexos e telheiros relativos a operações não contempladas na alínea c), por m² — 5,38 €

10 — Acresce por mês ou fração o prazo de execução quando não contemplado na alínea c) — 6,73 €

N.º 10 [Revogado]

N.º 11 [...]

As edificações não abrangidas por operações de loteamento e as geradoras de impacto semelhante a loteamento ou relevante, em sede de licenciamento, comunicação prévia ou legalização, incluindo os processos referidos no artigo 7.º do RJUE, desde que não se encontrem expressamente isentas no Regulamento de Taxas Municipais, estão sujeitas ao pagamento de:

[...]

a) [...]

b) Nas construções de estabelecimentos de restauração e bebidas e de grandes superfícies comerciais

[...]

t5 Grandes superfícies comerciais = 2,5

[...]

c) [...]

N.º 15 [...]

1 — Nos casos referidos no RJUE e RUEMP, a autorização de utilização e de alteração de utilização de edifícios ou frações está sujeita ao pagamento de:

a) Alvará de utilização (incluindo por via de aditamento a anterior) ou alteração de utilização — no ato de apresentação é devida a taxa de — 46,21 €

b) [...]

c) [...]

d) A emissão de alvará de utilização na sequência de legalização de edificação existente (sem obra de ampliação/alteração), nos termos do RUEMP, acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 9 do presente capítulo, e as previstas no n.º 11 e 23, quando aplicáveis.

[...]

N.º 16 Autorização de utilização ou alteração de utilização de grandes superfícies comerciais — estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, alimentar ou não alimentar, com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m²

a) Alvará de utilização (incluindo por via de aditamento a anterior) ou alvará de alteração de utilização — 66,02 €

b) [...]

c) [...]

d) Acresce no alvará de utilização:

O cálculo da parcela variável obedece à seguinte fórmula:

$$€ \times \Sigma (stp \times t)$$

em que

€ = 1,00

t = 2,5

e) À emissão de alvará de utilização na sequência de legalização de edificação existente (sem obra de ampliação/alteração), nos termos do RUEMP, acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 9 do presente capítulo, e as previstas no n.º 11 e 23 quando aplicáveis.

Nota: caso existam alterações ao projeto aprovado, sujeitas a controlo prévio, de acordo com o previsto no RJUE, está ainda sujeito às taxas aplicáveis à respetiva operação urbanística.

N.º 17 Autorização de utilização ou alteração de utilização de estabelecimentos de hotelaria e similares

a) Alvará de utilização (incluindo por via de aditamento a anterior) ou alvará de alteração de utilização — 1.251,05 €

Acresce

b) [...]

[...]

n = pessoas/utentes

[...]

c) [...]

d) [...]

e) A emissão de alvará de utilização na sequência de legalização de edificação existente (sem obra de ampliação/alteração), nos termos do RUEMP, acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 9 do presente capítulo, e as previstas no n.º 11 e 23 quando aplicáveis.

Nota 1: para Empreendimento turístico — parques de campismo e caravanismo — a área a contabilizar para efeitos do presente número é a área total do empreendimento (área vedada) com e sem obras de edificação, de acordo com as notas e critérios introdutórios do presente capítulo.

Nota 2: caso existam alterações ao projeto aprovado, sujeitas a controlo prévio, de acordo com o previsto no RJUE, está ainda sujeito às taxas aplicáveis à respetiva operação urbanística.

N.º 18 [...]

A concessão de autorização e emissão do alvará de alteração de utilização obriga ainda ao pagamento do diferencial relativo ao valor das taxas devidas por infraestruturas do uso anterior e as do uso pretendido, calculadas de acordo com as fórmulas definidas nos artigos 11.º e 23.º, quando da alteração resulte o seu agravamento.

N.º 20 Renovação e reapreciação de pedido

1 — Na Renovação:

1.1 — Quando o pedido de renovação ocorrer até 1 ano a contar da data de caducidade:

a) no ato de apresentação, é devida a taxa de 50 % da componente fixa relativa ao pedido de licenciamento ou comunicação prévia a renovar;

b) pela emissão do alvará resultante da renovação do licenciamento, são aplicáveis as taxas previstas para o efeito na presente Tabela;

c) pela emissão do alvará resultante da renovação do título urbanístico caduco, é aplicável 50 % da taxa fixa pela emissão do título.

1.2 — Quando o pedido de renovação ocorrer no prazo superior a 1 ano a contar da data de caducidade:

a) no ato de apresentação, é devida a taxa de 50 % da componente fixa relativa ao pedido de licenciamento ou comunicação prévia a renovar;

b) pela emissão do alvará resultante da renovação do licenciamento, são aplicáveis as taxas previstas para o efeito na presente Tabela;

c) pela emissão do alvará resultante da renovação do título urbanístico caduco é aplicável 50 % da taxa fixa pela emissão do título e as taxas que resultem do diferencial entre as taxas devidas pela operação urbanística e as taxas pagas aquando do pedido inicial de licenciamento ou comunicação prévia.

2 — Pela apresentação do pedido de reapreciação previsto no RJUE é devida a taxa de 50 % da componente fixa relativa ao pedido de licenciamento.

N.º 21 Prorrogações e Licença Especial para conclusão de obras inacabadas

1 — As prorrogações de alvará de licença ou de comunicação prévia e a licença especial para conclusão de obras inacabadas, estão sujeitas ao pagamento de:

a) No ato de apresentação do pedido é devida a taxa de — 42,87 € À alínea a), com a concessão de prorrogação/licença, acresce:

b) 10 % do valor das taxas devidas, previstas no presente capítulo, para os respetivos atos ou pedidos a prorrogar.

2 — Na prorrogação do prazo para a apresentação dos projetos de especialidades e do requerimento para a emissão do alvará é devida a taxa prevista na alínea a) do ponto anterior.

N.º 22 Execução, por fases, de obras de edificação e obras de urbanização não abrangidas por operação de loteamento

1 — [...]

2 — Na determinação do montante das taxas relativas à 1.ª fase será aplicável o estatuído nos n.ºs 6 a 11 e 23 do capítulo X, consoante a operação urbanística considerada na sua dimensão global. Nas fases subsequentes será apenas devida a parcela fixa referente à emissão do alvará de licença.

N.º 23 [...]

1 — Pela emissão de alvarás de licença, comunicações prévias, legalizações, ou nos processos referidos no artigo 7.º do RJUE, são devidas pelo promotor as taxas calculadas tendo em consideração os custos das infraestruturas locais e adjacentes, de acordo com a fórmula do ponto 5.

2 — [...]

3 — [...]

4 — [...]

5 — [...]

$$V = C \times \Sigma (stpi \times Pi \times Ti) \times Y \times \Sigma (Li' \times stpi/stp) \times \Sigma (ki \times Zi)$$

[...]

6 — [...]

7 — [...]

Nota: [...]

N.º 24 [...]

1 — [...]

2 — [...]

2.1 — [...]

2.2 — [...]

2.3 — [...]

2.4 — Em situações não contempladas no número anterior, e no caso concreto de operações urbanísticas referentes a adegas (indústria) e usos agrícolas associados e funcionalmente dependentes destas, o valor da compensação reduz-se a metade quando localizadas em perímetros urbanos ou espaços urbanos. Excetuam-se do disposto as operações que beneficiem da redução prevista na alínea c) do n.º 23 do artigo 9.º do regulamento.

[...]

3 — [...]

4 — [...]

5 — [...]

N.º 25 Informação prévia relativa à possibilidade de realização de operações urbanísticas

a) No ato de apresentação do pedido de informação prévia é devida a taxa — 385,02 €

b) Acresce à alínea a), na emissão da declaração, a componente variável calculada de acordo com a operação urbanística e respetiva fórmula:

b.1) Por operação de loteamento

$$EAV = B_i + C_p \text{ em que}$$

$$B_i = L' \times \epsilon \times (3 \times n + stp + 2 \times m) \times \Sigma(stpi/STPT) \times ti$$

$$C_p = L' \times \Sigma [(ti-0,3) \times IOGT \times stpi + (ti-0,25) \times ECEV \times stpi]$$

em que $\epsilon = 1,5$

n = número de fogos ou unidades

m = n.º meses ou frações, considerando o máximo previsto em RUEMP

r — parâmetro de majoração da perifericidade, com $r = 0,5$

r — na construção de unidades comerciais de dimensão relevante

[r] assume sempre o valor de 2,0

ti = tipo sendo t1 Habitação = 1,0

t2 Indústria e armazém = 0,9*

* — Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e/ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.

t3 Comércio e serviços e turismo = 1,3

t4 Grandes superfícies comerciais = 2,0

t5 Usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agricultura e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividades primárias = 0,5

t6 Outros usos = 0,5

b.1.1) Havendo lugar à realização de obras de urbanização acresce às taxas anteriores a parcela variável prevista na alínea b.3).

b.1.2) Pela Discussão pública no âmbito de operação de loteamento são devidas as taxas previstas no n.º 4 do Capítulo X da presente tabela.

b.2) Por obras de urbanização

$$0,25 \times D \times (P + A + C + S + T + E + G + V) \times L + m \times \epsilon$$

em que

D = 903,26 € — custo administrativo

T = 1 (havendo rede de telecomunicações)

P = 1 (havendo obras de pavimentos)

E = 1 (havendo rede de eletricidade)

A = 1 (havendo rede de águas)

G = 1 (havendo rede de gás)

C = 1 (havendo rede de pluviais)

V = 1 (havendo execução de espaços verdes)

S = 1 (havendo rede de esgotos)

m = n.º de meses, considerando o máximo previsto em RUEMP

$\epsilon = 60,00$

L — coeficiente de localização relativo ao uso predominante = valor do zonamento conforme IMI, ou, quando este é indeterminado = 1

b.3) Por obras de edificação

$$\epsilon \times [5 \times n + (stpi \times ti) + 5 \times m] \times L' \text{ com } \epsilon = 1,40$$

n = número de fogos ou unidades

m = n.º meses ou frações, considerando o máximo previsto em RUEMP

r — Parâmetro de majoração de perifericidade, com $r = 0,5$

ti = tipo t1 Habitação = 1

t2 Indústria e armazém = 0,9*

* — Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e/ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.

t3 Comércio, serviços, e turismo e recintos de espetáculos e divertimentos públicos = 1,3

t4 Grandes superfícies comerciais = 2

t5 Usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agricultura e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividades primárias = 0,5

t6 Outros usos = 0,5

b.3.1) Na edificação de corpos balançados sobre a via pública, por m² ou fração, quando aplicável:

Corpos balançados encerrados — 164,10 €

Corpos balançados não encerrados — 82,05 €

b.3.2) Casos especiais de edificação, quando aplicável:

1 — Muros confinantes com a via pública, metro ou fração — 0,67 €

2 — Muros não confinantes com a via pública, metro ou fração — 0,40 €

3 — Piscinas por m² — 5,38 €

4 — Depósitos, tanques e outros, por m 3 ou fração — 2,69 €

5 — Elevadores, por unidade — 134,57 €

6 — Alteração de fachadas, abertura, modificação ou fechamento de vãos por área da fachada alterada e alteração/substituição de cobertura (medida pela projeção horizontal) — por m² ou fração — 0,67 €

7 — Antenas de telecomunicações e instalações anexas, por unidade — 403,72 €

8 — Estruturas de cobertura e ensombramento de estacionamento (medida pela projeção horizontal), por m² — 5,38 €

9 — Anexos e telheiros relativos a operações não contempladas na alínea c), por m² — 5,38 €

c) (Revogada)

d) O valor da taxa da alínea a) reduz-se a metade quando a informação prévia de obras de edificação tiver uma superfície total de pavimentos igual ou inferior a 120 m², correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Plano Diretor Municipal (stp) e as demais áreas de construção propostas, no caso de operações de loteamento com menos de 10 lotes ou 1.200 m² de superfície total de pavimentos.

e) Na apresentação do pedido de declaração de validação da informação prévia é unicamente devida metade da taxa prevista na alínea a) do presente número.

N.º 26 Pela prestação de outros serviços de caráter técnico

1 — No ato de apresentação de cada pedido, previsto nas seguintes alíneas, é devida a taxa de — 31,05 €

a) Informação genérica (não vinculativa), sobre o enquadramento urbanístico, condicionantes, restrições e servidões administrativas contidas nos instrumentos de planeamento, nomeadamente no âmbito do direito à informação (artigo 110.º do RJUE) ou para efeitos de destaque

b) Informação sobre os termos em que se deve processar a legalização

c) Informação relativa ao exercício do direito de preferência (quando não submetido pelo portal Casa Pronta)

d) Parecer referente à constituição de compropriedade/aumento do n.º de compartes

e) Baixadas de energia elétrica

2 — Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, no âmbito de legislação específica, nomeadamente DL 165/2014, de 05/11, na redação em vigor — no ato de apresentação é devida a taxa de — 355,77 €

N.º 28 [...]

N.º 28.1 [...]

N.º 28.2 [...]

N.º 28.3 Auditorias para classificação de empreendimentos turísticos e revisão de classificação

a) [...]

b) [...]

[...]

n = n.º de unidades de alojamento

c = pessoas/utentes

Nota: para empreendimento turístico — parques de campismo e caravanismo — cada tenda e/ou caravana constitui uma unidade de alojamento.

N.º 28.4 [...]

N.º 28.5 [...]

N.º 28.6 Vistorias a estabelecimentos industriais a que se referem os atos no Decreto-Lei n.º 169/2012, 1 de agosto na sua atual redação que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR) para as indústrias de tipo 3 em que a entidade coordenadora é a Câmara Municipal

a) Componente fixa

a.1) Com atendimento digital assistido — 191,28 €

a.2) Sem atendimento digital assistido — 175,29 €

b) [...]

b.1) [...]

b.2) (Revogada)

N.º 28.7 [...]

N.º 28.8 [...]

N.º 28.9 [...]

N.º 28.10 [...]

N.º 28.11 [...]

N.º 30 [...]

As obras de demolição, que não estejam isentas de controlo prévio ou comunicação prévia nos termos do RJUE, não integradas em procedimento de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação, estão sujeitas ao pagamento de:

a) [...]

Nota: metade do valor é pago na apresentação do pedido e o restante no momento de emissão do título.

b) [...]

N.º 31 [...]

a) Exploração de estabelecimento industrial (mera comunicação prévia)

a.1) Com atendimento digital assistido — 314,80 €

a.2) Sem atendimento digital assistido — 274,83 €

b) Alteração (mera comunicação prévia)

b.1) Com atendimento digital assistido — 79,90 €

b.2) Sem atendimento digital assistido — 67,91 €

c) Comunicação de suspensão, ou cessação da atividade (mera comunicação prévia) incluindo averbamento automático no título digital

c.1) Com atendimento digital assistido — 17,99 €

c.2) Sem atendimento digital assistido — 13,99 €

d) Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos

d.1) Com atendimento digital assistido — 99,95 €

d.2) Sem atendimento digital assistido — 89,29 €

e) Pedido de Número de Controlo Veterinário (NVC) — 74,95 €

(quando aplicável e se associado a instalações comerciais ou de armazenamento)

N.º 34 [...]

N.º 34.1 [...]

N.º 34.2 [...]

N.º 34.3 [...]

N.º 34.4 [...]

N.º 34.5 [...]

N.º 34.6 [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) Aditamento a títulos que não altere a operação titulada, o projeto, ou a classificação do empreendimento, não sujeito a controlo prévio ou comunicação prévia, e se prenda apenas com a descriminação de especificações, é devida a taxa de — 42,87 €»

Artigo 4.º

Norma transitória

As taxas previstas na presente alteração não são aplicáveis aos procedimentos de comunicação prévia em curso, apresentados em momento anterior à publicação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, nomeadamente as devidas pela emissão de certidão de admissão, sendo aplicáveis as taxas previstas da tabela em vigor à data da entrada da comunicação.

Artigo 5.º

Norma Revogatória

1 — São revogados a alínea c) do n.º 2 e alíneas f), j) k) e o) do n.º 3 do artigo 6.º, os números 3 e 4 do artigo 14.º, e o n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento de Taxas Municipais.

2 — São revogados a alínea c) do n.º 7, a alínea b) do n.º 9, o n.º 10, a alíneas c) do n.º 25 e a alínea b.2) do n.º 28.6. do Capítulo X da Tabela de Taxas Municipais.

Artigo 6.º

Republicação

É republicado, em anexo ao presente regulamento, do qual faz parte integrante, o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais com a redação atual.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o artigo 6.º)

Republicação do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento de Taxas, que integra o presente articulado e respetiva Tabela de Taxas, é elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 99.º ao 101.º e 135.º ao 136.º do Novo Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor,

dos artigos 14.º ao 16.º e 20.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, com a redação em vigor, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a redação em vigor, das alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, constantes do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação em vigor.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos a liquidação, cobrança e pagamento das taxas, compensações e a prestação de caução que, nos termos da lei ou regulamento, sejam devidas.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento é aplicável aos factos geradores da obrigação tributária ocorridos na área do município de Palmela.

Artigo 4.º

Aplicação do IVA e do Imposto do Selo

Às taxas previstas neste Regulamento acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) ou o Imposto do Selo à taxa legal, quando legalmente devidos.

Artigo 5.º

Atualização

1 — A atualização dos valores das taxas constantes do presente Regulamento faz-se nos termos previstos no artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior as taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela cujos quantitativos sejam fixados por disposição legal.

CAPÍTULO II

Incidência

Artigo 6.º

Incidência objetiva

1 — As taxas previstas nos capítulos I a IX da tabela de taxas incidem genericamente sobre as utilidades prestadas aos particulares, ou geradas pela atividade do município, previstas no artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a redação em vigor designadamente:

a) Capítulo I — Prestação de utilidades diversas e concessão de documentos — alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, artigos 14.º e 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto e Portaria n.º 1637/2006, de 17 de outubro;

b) Capítulo II — Higiene, salubridade, ruído e ambiente — alíneas b), c) e h) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Decretos-Leis n.ºs 175/88, de 17 de maio, e 139/89, de 28 de abril, e Portaria n.º 528/89, de 11 de julho (Área florestal de crescimento rápido), taxa a fixar por Portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Indústria e Energia — Portaria n.º 598/90, de 31 de julho, Portaria n.º 1083/2008, de 24 de setembro, Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro (Pedreiras) com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 57/76, de 22 de janeiro, Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro (Remoção de veículos), Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (Regulamento Geral do Ruído);

c) Capítulo III — Cemitérios — alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro;

d) Capítulo IV — Mercados, feiras e venda ambulante — alíneas b), c) e h) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto e Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de maio, e Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março;

e) Capítulo V — Atividades diversas — alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que aprova o RJACSR;

f) Capítulo VI — Publicidade — alíneas b), c) e h) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril;

g) Capítulo VII — Ocupação do Espaço Público — alíneas b), c), d) e h) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro;

h) Capítulo VIII — Metrologia — alínea b) do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro;

i) Capítulo IX — Comissão arbitral municipal — Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto.

2 — As taxas previstas no capítulo X da tabela de taxas são devidas pelos:

a) Procedimentos respeitantes à licença, legalização, comunicação prévia e autorização de utilização ou sua alteração ou outras operações urbanísticas, nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), e do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP) e outros procedimentos conexos no âmbito de legislação específica;

b) Procedimentos de licença de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação em vigor;

c) (Revogada)

d) Procedimentos de autorização de utilização dos empreendimentos turísticos em conformidade com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação em vigor;

e) Procedimentos associados a estabelecimentos industriais de tipo 3, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação em vigor;

f) Procedimentos associados à ocupação do domínio público municipal, por motivo de obras, em conformidade com o previsto no artigo 27.º e n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com a redação em vigor, excetuando-se o previsto no Capítulo VII;

g) Procedimentos associados a instalações mecânicas de elevação em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com a redação em vigor.

3 — As taxas a que se referem as alíneas do número anterior são devidas pelos:

a) Procedimento para licença ou comunicação prévia de operações de loteamento, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento das taxas constantes nos números 1 a 5 e n.º 23 do capítulo X da tabela de taxas. Havendo lugar a obras de urbanização, será devido ainda o pagamento das taxas constantes do n.º 6 do capítulo X da tabela de taxas;

b) Procedimento para licença ou comunicação prévia de obras de urbanização, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento da taxa fixada no n.º 6 do capítulo X da tabela de taxas;

c) Procedimento para licença ou comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos, bem como utilização do solo ou ocupação para um determinado uso que não seja o exclusivamente agrícola, pecuário, florestal, mineiro ou de abastecimento público de água e sem que nele tenha de haver qualquer tipo de edificação, tal como se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento da taxa fixada no n.º 7 do capítulo X da tabela de taxas;

d) Procedimento de licença, legalização ou de comunicação prévia para obras de edificação, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, abrangendo o licenciamento condicionado ao abrigo da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro (LAUGI), com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento das taxas constantes nos números 8 e 9 do capítulo X da tabela de taxas;

e) As obras de edificação previstas na alínea anterior, não abrangidas por operações de loteamento e nas construções geradoras de impacto semelhante a loteamento ou impacto relevante, incluindo as operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública referidas no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, estão também sujeitas às taxas de infraestruturas previstas na alínea a) do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a redação em vigor, e fixadas no n.º 11 e 23 do capítulo X da tabela de taxas;

f) (Revogada)

g) Procedimentos associados às instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo, nomeadamente, de licencia-

mento e de vistorias/verificações periódicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento de taxas fixadas nos números 12 a 14 do capítulo X da tabela de taxas;

h) Procedimento de autorização de utilização ou de autorização de alteração de utilização, previstas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento da taxa a que se refere o n.º 15 do capítulo X da tabela de taxas, e no caso de alteração está sujeita ainda a taxa relativa às infraestruturas que incide sobre o diferencial de ponderação conforme definido no n.º 18 do capítulo X da tabela de taxas, quando aplicável;

i) Procedimento de autorização de utilização ou de autorização de alteração de utilização relativa a grandes superfícies comerciais (estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, alimentar ou não alimentar, com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m²) e empreendimentos turísticos, está sujeita ao pagamento da taxa a que se refere o n.º 16 e 17 respetivamente, do capítulo X da tabela de taxas, e no caso de alteração, está sujeita ainda a taxa relativa às infraestruturas que incide sobre o diferencial de ponderação conforme definido no n.º 18 do capítulo X da tabela de taxas, quando aplicável;

j) (Revogada)

k) (Revogada)

l) Procedimento de renovação previsto no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeito ao pagamento das taxas nos termos do n.º 20 do capítulo X da tabela de taxas;

m) Prorrogação do prazo e a licença especial para conclusão de obras inacabadas, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, estão sujeitas ao pagamento das taxas nos termos do n.º 21 do capítulo X da tabela de taxas;

n) Em caso de deferimento do pedido de execução por fases, nos termos previstos nos artigos 56.º e 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, a emissão do alvará de licença e a comunicação prévia obrigam ao pagamento da taxa correspondente, de acordo com os números da tabela aplicáveis, em função do tipo de obra em causa, sendo devido, com o aditamento ao alvará ou a comunicação prévia, correspondente a cada fase, o pagamento das taxas apuradas nos mesmos termos em que se encontra definido no n.º 22 do capítulo X da tabela de taxas;

o) (Revogada)

p) Procedimento de informação prévia, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, bem como a prestação de informações de âmbito técnico, nomeadamente no âmbito do previsto no artigo 110.º do citado diploma e do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na redação em vigor, estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas nos n.ºs 25 e 26 respetivamente do capítulo X da tabela de taxas;

q) A ocupação do domínio público municipal por motivos de obras, ou por instalações especiais, nomeadamente antenas ou outras, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas no n.º 27 do capítulo X da tabela de taxas;

r) A realização de vistorias previstas na Lei Geral e legislação específica, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação em vigor, e no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação em vigor, estão sujeitas ao pagamento das taxas fixadas no n.º 28 do capítulo X da tabela de taxas;

s) A realização de vistorias no âmbito do Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela (PMRU), e no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), com vista à obtenção de benefícios em matéria de isenção e redução de taxas municipais, está sujeita ao pagamento de taxas fixadas no n.º 28.11 do capítulo X da tabela de taxas;

t) Os atos de auditoria de classificação dos empreendimentos turísticos, nos termos do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação em vigor, estão sujeitos ao pagamento da taxa prevista no n.º 28.3. do capítulo X da tabela de taxas;

u) Os atos que tenham por efeito o destaque e a emissão da respetiva certidão, estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas no n.º 29 do capítulo X da tabela de taxas;

v) Procedimento de licença ou comunicação prévia, se precedida de informação prévia favorável, de obras de demolição, quando não abrangidas por obras de reconstrução, está sujeito ao pagamento das taxas previstas no n.º 30 do capítulo X da tabela de taxas;

w) As formalidades associadas à exploração de estabelecimentos industriais do tipo 3 está sujeita a pagamento de taxas previstas no n.º 28.6. e n.º 31 do capítulo X da tabela de taxas;

x) A receção, provisória ou definitiva, de obras de urbanização está sujeita ao pagamento das taxas nos termos do n.º 32 do capítulo X da tabela de taxas;

y) Pela receção de resíduos de construção civil é devido o pagamento da taxa prevista no n.º 33 do capítulo X da tabela de taxas;

z) Os atos, serviços e operações de natureza administrativa, no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, e demais legislação específica, constantes no n.º 34.º do capítulo X da tabela de taxas depende do pagamento das taxas aí previstas;

aa) A realização de inspeções, reinspeções, selagem e outros serviços, a instalações mecânicas de elevação, previstas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com a redação em vigor, está sujeita ao pagamento das taxas nos termos do n.º 28.5. do capítulo X da tabela de taxas.

4 — As compensações devidas em loteamentos ou edificações de impacto semelhante a loteamento ou impacto relevante, de acordo com o artigo 5.º do RUEMP, com a redação em vigor, por não realização de cedências, são determinadas nos termos do n.º 24 do capítulo X da tabela de taxas.

Artigo 7.º

Incidência subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídico tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas no presente regulamento é o Município de Palmela.

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada, que nos termos da Lei 53-E/2006, de 29/12, com a redação em vigor, e dos regulamentos aprovados pelo município de Palmela, esteja vinculado ao cumprimento da prestação tributária.

3 — Estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no presente Regulamento o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

CAPÍTULO III

Das isenções e reduções

Artigo 8.º

Enquadramento

1 — As isenções e reduções previstas no presente Regulamento e tabela são ponderadas em função da manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos sujeitos passivos que delas beneficiam, assim como dos objetivos sociais e de desenvolvimento que o município visa promover e apoiar, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, designadamente de natureza cultural, desportiva, de apoio a extratos sociais desfavorecidos e de promoção dos valores locais.

2 — As isenções e reduções constantes nos artigos seguintes fundamentam-se nos seguintes princípios:

- a) Equidade no acesso ao serviço público prestado pela autarquia;
- b) Promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica;
- c) Promoção do desenvolvimento e competitividade local;
- d) Promoção de investimentos que sejam relevantes para o desenvolvimento dos setores considerados de interesse estratégico para a economia local e para a redução das assimetrias regionais, nomeadamente a qualificação e transformação de produtos do setor primário, que induzam à criação de postos de trabalho e contribuam para impulsionar a inovação tecnológica;
- e) Incentivo a processos de recuperação e requalificação urbanística.

Artigo 9.º

Isenções e reduções

1 — Sem prejuízo das isenções ou reduções previstas na lei ou regulamento, estão isentos das taxas previstas no capítulo I da Tabela de Taxas do presente Regulamento os sujeitos passivos que se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica demonstrada nos termos da lei reguladora do apoio judiciário

2 — Estão isentas das taxas previstas no presente Regulamento as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou

sua alteração destinadas ao exercício da atividade e diretamente afetas aos seus fins, promovidas pelas seguintes entidades:

- a) As pessoas coletivas às quais a lei confira tal isenção;
- b) As associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

3 — Estão isentas das taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização ou sua alteração decorrentes destas, com objetivos de requalificação e conservação de edifícios, localizados na área do Centro Histórico de Palmela (núcleo), desde que não envolvam obras de ampliação com área de construção final superior a 30 % da área de construção existente.

4 — Beneficiam da redução de 60 % sobre as taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização ou sua alteração decorrentes destas, com objetivos de requalificação e conservação de edifícios localizados na área do Centro Histórico de Palmela (núcleo), e que envolvam obras de ampliação com área de construção final superior a 30 % da área de construção existente.

5 — Beneficiam da redução de 50 % das taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação e as de autorização de utilização ou sua alteração:

- a) Promovidas por pessoas singulares ou coletivas, quando estejam em causa situações de calamidade;
- b) Promovidas pelas empresas do setor empresarial local e pelas sociedades em que o município tenha uma participação maioritária ou detendo uma participação minoritária o objeto da sociedade se contenha no interesse local;
- c) Com o objetivo de requalificação em imóveis de interesse municipal;
- d) Em imóveis classificados ou em vias de classificação nos termos da Lei n.º 107/2001, de 21 de setembro, com a redação em vigor.

6 — Beneficiam da redução de 40 %, das taxas previstas nos n.ºs 11 e 23 do capítulo X da Tabela de Taxas do presente Regulamento, as operações urbanísticas localizadas nos perímetros urbanos da união das freguesias de Marateca e Poceirão.

7 — Para os efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, apenas o valor das obras respeitantes às infraestruturas gerais, a realizar pelo requerente ao abrigo do contrato previsto nesta disposição legal, é tido em conta na redução proporcional de taxas por realização de infraestruturas urbanísticas, excluindo-se as obras respeitantes a infraestruturas locais ou a infraestruturas de ligação.

8 — A redução prevista no número anterior apurar-se-á tendo exclusivamente em conta a diferença do valor das obras respeitantes às infraestruturas gerais a executar, e o valor daquelas obras dimensionadas apenas para o serviço da operação urbanística em questão, considerando-se ainda que:

- a) Independentemente da diferença de valores antes referida, o valor da redução não ultrapassará 50 % do valor previsto para a execução das obras respeitantes às infraestruturas gerais;
- b) O valor da redução não ultrapassará, em nenhum caso, o valor das taxas a liquidar, no âmbito da operação urbanística em causa, por execução, reforço e manutenção de infraestruturas.

9 — Os valores a que se referem os números anteriores serão definidos em sede do contrato a que se alude no n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, de acordo com orçamentos e estimativas a elaborar para o efeito pelo requerente, sujeitos à aceitação da Câmara Municipal.

10 — O valor final da obra será determinado nos termos que se fixarem para o efeito no contrato a que se alude no n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor.

11 — Para beneficiar da redução do montante devido de taxas, o requerente deverá prestar caução para garantia do cumprimento das obrigações por si tituladas, nos termos legalmente fixados e de acordo com o disposto no artigo 37.º do presente Regulamento.

12 — Sempre que o valor final da obra determinado seja superior não há lugar a qualquer devolução de taxas.

13 — Relativamente às taxas constantes dos capítulos I a IX da tabela de taxas as isenções abrangem:

- a) Os partidos políticos e respetivas coligações e associações sindicais, desde que registados de acordo com a lei, nas taxas relativas aos diferentes meios de propaganda ou publicidade;

- b) As pessoas constituídas e reconhecidas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa, nas taxas relativas aos factos ou atos direta e imediatamente destinados à realização de fins religiosos;

- c) Os deficientes físicos com grau de incapacidade superior a 60 % estão isentos do pagamento das taxas relativas à ocupação do domínio público com estacionamento privativo e com rampas fixas de acesso, bem como das relativas ao licenciamento dos veículos que lhes pertençam, destinados exclusivamente à sua condução;

- d) Os anúncios, nas seguintes situações:

- i) Quando resultem de imposição legal;
- ii) Identificação e localização de farmácias, de profissões médicas e paramédicas ou outros serviços de saúde, desde que se limitem a especificar os titulares e respetivas especializações e horários de funcionamento;
- iii) Chapas identificativas de escritórios de advogados, desde que somente contenham o nome e horário de funcionamento;
- iv) Anúncios colocados ou afixados em prédios urbanos ou rústicos com a indicação exclusiva de "Venda", "Transmissão" ou "Arrendamento";
- v) Os distintivos que indiquem a concessão de regalias inerentes à utilização de sistemas de crédito ou de pagamento nos estabelecimentos onde estejam colocados;
- vi) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e a mensagem publicitária os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados no prédio em que se situam, ainda que sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;
- vii) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial ocupam o espaço público contíguo à fachada do estabelecimento e publicitam os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados no estabelecimento.

14 — Beneficiam de uma redução de 75 %, das taxas previstas nos capítulos I a IX, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas, os sindicatos, as associações culturais, desportivas, recreativas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, as comissões de moradores e as cooperativas, suas uniões, federações ou confederações, desde que legalmente constituídas, e se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) As pretensões visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;
- b) Os membros dos órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, interesse pessoal direto ou indireto no resultado da respetiva pretensão;
- c) Ponham à disposição, sempre que exigida, a informação de natureza contabilística.

15 — Para além das situações previstas nos números anteriores, pode ainda a Assembleia Municipal deliberar a redução até 50 % as taxas previstas no presente Regulamento, sempre que estejam em causa atividades, operações ou projetos de significativa relevância estratégica, económica, social ou cultural para o interesse público local.

16 — Nas situações previstas no número anterior, a fixação percentual do montante de redução e a fundamentação da relevância para o interesse público local, dependem de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

17 — Estão isentas das taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação com objetivos de reabilitação de edifícios localizados nas áreas delimitadas no anexo I do programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela, desde que não impliquem a demolição do existente, qualquer acréscimo de área de construção, bem como alterações das fachadas originais que confinem com a via pública, e desde que das mesmas resulte um estado de conservação, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção.

18 — Beneficiam da redução de 30 % das taxas aplicáveis previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de obras de construção em espaços privados vagos contíguos com a via pública, ou nos quais exista edificação em muito mau estado de conservação e ou estado de ruína, sem qualquer valor arquitetónico e que manifestamente seja tecnicamente inviável a sua reabilitação, de acordo com parâmetros urbanísticos legalmente definidos, localizados nas quatro áreas delimitadas no anexo I do Programa Municipal de

Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela.

19 — Beneficiam da redução de 20 % sobre as taxas aplicáveis, previstas no presente Regulamento e Tabela, as operações urbanísticas de edificação com objetivos de reabilitação de edifícios localizados nas áreas delimitadas no anexo I do programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela, que envolvam obras de ampliação até 25 % da área de construção existente, desde que não impliquem demolição do edifício, e desde que das mesmas resulte um estado de conservação, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção.

20 — As taxas devidas, previstas no presente Regulamento e Tabela, pela ocupação do domínio público, é aplicável:

a) A redução de 90 % quando diretamente relacionadas com as operações urbanísticas referidas nos números 17, 18 e 19 do presente artigo ou, por motivo de obras de conservação tal como definidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, nas áreas de intervenção do Programa Municipal de Medidas de Incentivo para a Reabilitação de Prédios Urbanos no Concelho de Palmela;

b) A redução de 70 % por motivo de obras de conservação tal como definidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, em qualquer parte do restante território municipal.

c) A isenção quando diretamente relacionadas com as operações urbanísticas, referidas nos números 3 e 4 do presente artigo ou, por motivo de obras de conservação, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, na área do Centro Histórico de Palmela (núcleo).

21 — As reduções de taxas previstas nos números 18 e 19 são cumulativas com as discriminadas no n.º 6 do presente artigo.

22 — As pessoas coletivas ou singulares que pretendam proceder à realização de obras e beneficiar da isenção e redução de taxas neles previstas nos termos dos números 17 e 19 deste artigo, deverão apresentar requerimento dirigido à Câmara Municipal de Palmela.

23 — A realização de operações urbanísticas previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, destinadas à instalação, realocação e/ou regularização de indústrias e armazéns, em áreas planeadas ou programadas e que tenham atingido um nível de infraestrutura considerado adequado, incluindo os outros usos interdependentes e diretamente associados à indústria/armazém, beneficiam de uma redução das taxas e compensação previstas no capítulo X da Tabela de Taxas Municipais de:

a) 90 % nas taxas previstas na alínea a) e b) do n.º 8, a) e b) do n.º 9 e a) do n.º 15;

b) 30 % nas taxas previstas na alínea c) do n.º 9, a) do n.º 11, b) do n.º 15 e ponto 5 do n.º 23;

c) 50 % nas compensações previstas no ponto 2.2 do n.º 24.

24 — Para efeitos de aplicação do número anterior, considera-se a localização em zonas do território que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Áreas classificadas como industriais consolidadas, programadas ou previstas em plano municipal de ordenamento do território em vigor, designadamente no Plano Diretor Municipal, bem como as áreas abrangidas por alvarás de loteamento de caráter industrial e/ou de armazenagem;

b) Áreas que sejam servidas por infraestruturas públicas de drenagem de águas residuais, abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais, ou, apenas neste último caso, em que seja possível a implementação de soluções autónomas tecnicamente fundamentadas e sem impacte negativo no território.

25 — No caso de operações de loteamento de reconversão urbanística devidamente enquadradas no âmbito da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, com redação em vigor (Lei das AUGI), às taxas previstas nos números 2, 3, 6 e 23 do capítulo X, são aplicadas as seguintes reduções:

a) 50 % no valor previsto no n.º 2, alínea a) do n.º 3, alíneas a), b), d) e f) do n.º 6;

b) 30 % no valor determinado pela alínea b) do n.º 3 e pelo ponto 5. do n.º 23.

26 — A instalação de esplanadas abertas que integrem mobiliário urbano (mesas, cadeiras, guarda-ventos, guarda-sóis, estrados, floreiras, tapetes, aquecedores verticais ou outro mobiliário urbano) sem qualquer tipo de proteção fixa ao solo e em apoio a estabelecimentos de restauração e bebidas, beneficia de uma redução de 75 % no valor

unitário previsto nas alíneas a1) e a2) do n.º 4.6 do Capítulo VII da tabela de taxas.

27 — As reduções previstas no presente artigo são cumulativas, sendo aplicadas primeiramente as previstas na Tabela de Taxas Municipais, seguidas das que resultam da natureza da operação e, por último, as em razão da localização.

28 — Não poderão beneficiar do disposto no presente artigo os sujeitos que possuam dívidas ao município.

29 — A exclusão prevista no número anterior não se aplica nas situações de cumprimento pontual do pagamento em prestações, quando devidamente autorizado, sem prejuízo de um posterior incumprimento, originar a obrigação de restituir o montante do benefício atribuído e a revogação anulatória deste.

30 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a verificação pelos serviços de que a operação ou os sujeitos não reúnem as condições previstas no presente artigo, implica a revogação anulatória da isenção ou redução atribuída e constitui o dever do beneficiário restituir o respetivo valor.

31 — A realização de operações urbanísticas, sujeitas a controlo prévio ou comunicação prévia, relativas à substituição de cobertura em razão de revestimento composto por materiais nocivos, nomeadamente amianto, estão isentas das taxas previstas para o efeito na presente tabela.

32 — Beneficiam de isenção de taxas de ocupação de espaço público, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas, os sindicatos, as associações culturais, desportivas, recreativas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, as comissões de moradores e as cooperativas, suas uniões, federações ou confederações, desde que legalmente constituídas, na realização de eventos.

Artigo 10.º

Isenções e reduções específicas

Estão isentos do pagamento de taxas as certidões que comprovadamente sejam necessárias para instruir processos de atualização junto dos serviços de finanças e das conservatórias, em consequência de atos de responsabilidade municipal, no que concerne designadamente a:

- a) Alteração da designação toponímica das vias públicas;
- b) Atribuição dos números de polícia ou a sua alteração;
- c) Alteração dos limites das freguesias;
- d) As certidões relativas a situação militar.

Artigo 11.º

Competência

1 — Os pedidos de isenção ou redução serão formalizados pelos interessados através de requerimento, acompanhado dos documentos comprovativos necessários à apreciação e deliberação.

2 — A isenção ou redução das taxas depende de deliberação da assembleia municipal nas situações previstas nos números 15 e 16 do artigo 9.º, e de deliberação da câmara municipal, com ponderação sobre os respetivos pressupostos, nas situações previstas nos números 2, 5, 17 e 19 do mesmo preceito.

3 — As isenções ou reduções previstas no artigo 9.º e não compreendidas no disposto no número anterior, integram a liquidação automaticamente, por aplicação direta da norma do presente regulamento, cabendo aos serviços municipais a mera verificação na situação concreta dos indicadores nela previstos.

4 — Previamente à deliberação a que se refere o n.º 2, devem os serviços, no respetivo processo, informar fundamentadamente e proceder à determinação do montante da taxa a que se reporta o pedido.

5 — As isenções e reduções referidas nos números anteriores não dispensam os interessados de requerer à Câmara Municipal as necessárias licenças ou autorizações, ou realizar as comunicações, quando exigíveis, nos termos da lei ou dos regulamentos municipais.

CAPÍTULO IV

Valor, liquidação, cobrança e pagamento

Artigo 12.º

Valor das taxas

1 — O valor das taxas a cobrar pelo município é o constante da tabela que faz parte do presente Regulamento.

2 — A determinação do custo da atividade local, dos benefícios auferidos pelos particulares, dos critérios de desincentivo à prática de atos ou operações, dos impactos negativos e o fundamento económico-financeiro das taxas encontra-se definido no anexo à tabela de taxas.

3 — O valor das taxas a liquidar deverá ser arredondado, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo.

Artigo 13.º

Liquidação

A liquidação de taxas previstas na tabela de taxas anexa consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos, de acordo com os elementos fornecidos pelos sujeitos passivos ou conhecidos pelo município.

Artigo 14.º

Procedimento de liquidação

1 — A liquidação das taxas previstas no presente Regulamento é efetuada nos termos previstos na tabela de taxas.

2 — As taxas devidas pela realização das operações urbanísticas sujeitas a licença, legalização e autorização, são liquidadas no ato do licenciamento (deliberação final), da legalização ou concessão de autorização, sem prejuízo do momento de pagamento previsto na tabela, designadamente o da apresentação do pedido.

3 — *(Revogado)*

4 — *(Revogado)*

5 — A liquidação do valor das taxas devidas será ainda efetuada automaticamente através de plataforma informática de utilização obrigatória, nomeadamente no «Balcão do Empreendedor», nos termos de legislação específica que a preveja, podendo ainda ser efetuada automaticamente através do sítio da internet da Câmara Municipal na área reservada — Serviços on line, quando exista aceitação dos respetivos termos de utilização pelo interessado. Enquanto não forem disponibilizadas a totalidade das funcionalidades de liquidação previstas nos citados sistemas o procedimento obedece ao previsto no ponto seguinte.

6 — Sem prejuízo do número anterior, as taxas são liquidadas nos seguintes termos:

- a) Parcela fixa no ato da submissão do pedido.
- b) Parcela variável no ato de decisão.

7 — As taxas devidas pela realização das operações urbanísticas sujeitas a licença, legalização e autorização, quando não tenham sido liquidadas no ato do licenciamento (deliberação final), da legalização ou concessão de autorização, são liquidadas após o requerimento de emissão de alvará pelo interessado, e até ao momento da emissão do referido título.

Artigo 14.º-A

Autoliquidação

1 — A autoliquidação de taxas previstas na tabela de taxas anexa consiste na determinação do valor da taxa a pagar e da aplicação dos indicadores nela definidos, pelo sujeito passivo, seja ele o contribuinte direto, o seu substituto legal ou o responsável legal.

2 — Na autoliquidação devem ser observadas as disposições regulamentares aplicáveis e as constantes de tabelas em vigor, publicitados nos termos legais, bem como os elementos informativos que se encontrem disponíveis no sítio de Internet da Câmara Municipal de Palmela, nomeadamente o simulador de taxas municipais.

3 — O pagamento de taxa resultante da autoliquidação deverá ser realizado para o Número de Identificação Bancária 0035 0579 0000 0015 53238 da Caixa Geral de Depósitos, S. A.

4 — O sujeito passivo pode solicitar que os serviços competentes prestem informações sobre o montante previsível a liquidar de taxas.

5 — Nos casos de operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública, a Câmara Municipal deve, no momento em que profira o parecer sobre as mesmas, indicar o valor presumível das taxas a suportar.

6 — As entidades a que alude o número anterior liquidarão as taxas de acordo com o procedimento de autoliquidação.

7 — A autoliquidação das taxas relativas a operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia deverá ocorrer até 120 dias contínuos, contados da data de apresentação da comunicação.

Artigo 14.º-B

Liquidação/autoliquidação de taxas e compensações relativas a operações urbanísticas em PMOT

Sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º, 14.º e 14.º-A do presente Regulamento, na determinação do valor das taxas e compensações aplicáveis às operações urbanísticas em áreas abrangidas por Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor, devem ainda ser observadas as disposições regulamentares neles contidos.

Artigo 15.º

Regra específica de liquidação

1 — O cálculo das taxas cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário.

2 — Nos termos do disposto no número anterior considera-se semana de calendário o período de Segunda-Feira a Domingo.

Artigo 16.º

Notificação

1 — Salvo nos casos em que não seja legalmente obrigatória, a liquidação, quando não seja efetuada com base em declaração do interessado, é notificada por carta registada com aviso de receção, sem prejuízo da comunicação por via eletrónica, nos termos previstos na lei, que equivale à remessa por via postal registada com aviso de receção.

2 — Da notificação da liquidação deverão constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da eventual delegação ou subdelegação de competências.

3 — A notificação considera-se efetuada na data em que for assinado o aviso de receção e tem-se por efetuada na própria pessoa do notificando, mesmo quando o aviso de receção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do requerente, presumindo-se, neste caso, que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

4 — No caso de o aviso de receção ser devolvido pelo facto de o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais e não se comprovar que entretanto o requerente comunicou a alteração do seu domicílio, a notificação será efetuada nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de receção, presumindo-se feita a notificação se a carta não tiver sido recebida ou levantada, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

5 — No caso de recusa de recebimento ou não levantamento da carta, previstos no número anterior, a notificação presume-se feita no 3.º dia posterior ao do registo ou no 1.º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil, a contar da segunda notificação.

Artigo 17.º

Liquidação no caso de deferimento tácito

São aplicáveis no caso de deferimento tácito as taxas previstas para o deferimento expresse.

Artigo 18.º

Não incidência de adicionais

Sobre as taxas não recai qualquer adicional para o Estado, com exceção do Imposto do Selo ou IVA se devidos nos termos legais e cujos valores acrescem ao valor da taxa.

Artigo 19.º

Erros na liquidação das taxas

1 — Quando se verifique a ocorrência de liquidação ou autoliquidação por valor inferior ao devido, os serviços promoverão de imediato a liquidação adicional, notificando o devedor por correio registado com aviso de receção, notificação presencial ou meios legalmente admissíveis, nomeadamente através do Balcão do Empreendedor, para liquidar a importância devida.

2 — Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda que o não pagamento, findo aquele prazo, implica a cobrança coerciva nos termos do presente Regulamento.

3 — Sem prejuízo do número anterior, a falta de pagamento do valor referido dentro do prazo fixado pelo Município tem por efeito

a extinção do procedimento e cessarem a atividade ou o benefício da vantagem a ele associado, caso já tenha dado início ou dela esteja a beneficiar.

4 — Quando se verifique ter havido erro de cobrança por excesso, devem os serviços, independentemente de reclamação do interessado, promover, de imediato, a restituição da quantia cobrada a mais, nos termos da legislação em vigor.

5 — Não há direito a restituição nos casos em que, a pedido do interessado, sejam introduzidas no processo alterações ou modificações de que resulte um menor valor das taxas.

Artigo 20.º

Cobrança das taxas

1 — Salvo disposição especial em contrário, as taxas são pagas mediante guia emitida pelo serviço municipal competente até à data da emissão do respetivo documento que titula a licença, autorização ou admissão, salvo as disposições especiais constantes no presente Regulamento.

2 — No âmbito dos regimes previstos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, o pagamento das taxas é efetuada automaticamente no «Balcão do Empreendedor», salvo nos seguintes casos em que, os elementos necessários à realização do pagamento por via eletrónica, podem ser disponibilizados por este Município nesse balcão, no prazo de cinco dias após a comunicação ou o pedido:

a) Taxas devidas pelos procedimentos respeitantes a operações urbanísticas;

b) Taxas devidas pela ocupação do espaço público cuja forma de determinação não resulta automaticamente do «Balcão do empreendedor».

Artigo 21.º

Do pagamento

1 — As taxas no presente regulamento extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção mencionadas na lei geral.

2 — As taxas são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta para o Número de Identificação Bancária 0035 0579 0000 0015 53238 da Caixa Geral de Depósitos, S. A, vale postal ou outros meios legalmente admitidos e que estejam em uso no Município.

3 — As taxas previstas no número anterior podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

Artigo 22.º

Pagamento em prestações

1 — Sobre requerimento do interessado, devidamente fundamentado, pode a Câmara Municipal, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores ou nos dirigentes municipais, autorizar o pagamento fracionado das taxas previstas nos capítulos I a X, nos termos do presente regulamento e legislação subsidiária.

2 — O pagamento das taxas e compensações previstas nos números 1 a 6, 8 a 11, 23 e 24 do capítulo X da tabela de taxas pode ser fracionado até ao termo do prazo de execução fixado no alvará ou da comunicação prévia, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor.

3 — Ao fracionamento são aplicados os juros de mora à taxa legal, a que se refere o artigo 25.º do presente regulamento, que se vencem sobre a dívida incluída em cada prestação, desde a data da liquidação efetuada, nos termos previstos no artigo 14.º, até à data de pagamento da última prestação. A taxa legal de juro de mora é reduzida a metade para as dívidas cobertas por garantias reais, conforme o n.º 4 do artigo 3 do Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março, com a redação em vigor.

4 — No caso de incumprimento de uma das prestações, vencem-se imediatamente as restantes, ficando o requerente sujeito ao pagamento do capital em dívida acrescido dos juros de mora nos termos da lei.

5 — O disposto no presente artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, às operações urbanísticas sem realização de obras, nomeadamente em procedimentos de legalização, de alterações à licença de loteamento ou de utilização, sujeitas ao pagamento das taxas e compensações previstas no capítulo X.

Artigo 22.º-A

A Dispensa de caução

No caso de pagamento de taxas fracionado, poderá ser dispensada a caução sobre o montante em dívida quando se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

A operação urbanística constitua um processo de reconversão urbanística tramitado no âmbito da lei das AUGI;

O processo de reconversão urbanística tenha uma percentagem de obras de urbanização realizadas e em estado adequado não inferior a 75 %;

O montante das taxas em dívida não ultrapasse os 30 %;

O processo de reconversão urbanística não inclua a necessidade de realização de obras de infraestruturas gerais ou de ligação (estruturantes), que sirvam, ou das quais dependam, outras urbanizações.

Artigo 23.º

Regras de contagem

1 — Os prazos para pagamento são contínuos, isto é, não se suspendem aos Sábados, Domingos e feriados.

2 — O prazo que termine em Sábado, Domingo ou dia feriado, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 24.º

Regra geral

Sem prejuízo de prazo específico previsto na lei, e da precedência do pagamento de taxas relativamente à emissão de alvarás, o prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 30 dias a contar da notificação para pagamento efetuada pelos serviços competentes.

Artigo 25.º

Pagamento extemporâneo

São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas previstas no presente Regulamento, fixados nos termos da lei aplicável a entidades públicas, designadamente, do artigo 44.º da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, e do decreto-lei 73/79, de 16 de março.

Artigo 26.º

Reclamação e impugnação judicial

Da liquidação e cobrança das taxas cabe reclamação graciosa ou impugnação judicial, nos termos e com os efeitos previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, e demais legislação tributária aplicável.

Artigo 27.º

Cobrança coerciva por falta de pagamento

Expirado o prazo para pagamento as taxas que não forem pagas voluntariamente serão objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e Processo Tributário.

Artigo 28.º

Caducidade

O direito de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 29.º

Prescrição

1 — As dívidas por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o fato tributário ocorreu.

2 — A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.

3 — A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

Artigo 30.º

Período de validade das licenças, admissões e permissões

1 — As licenças, admissões e permissões têm o prazo de validade delas constante.

2 — Nas licenças, admissões e permissões com validade por período de tempo certo deve constar sempre a referência ao último dia desse período.

3 — A renovação das licenças é feita nos termos da lei ou de regulamento.

Artigo 31.º

Precariedade das licenças, autorizações e permissões

Sem embargo do disposto em lei especial, todos os licenciamentos, autorizações ou permissões que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento, ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público devidamente fundamentado, sem que haja lugar a indemnização.

Artigo 32.º

Renovação das licenças e autorizações

1 — As licenças e autorizações concedidas temporariamente renovam-se automaticamente pelo decurso do prazo, sempre que tal se encontre expressamente previsto em norma legal ou regulamentar.

2 — As licenças renováveis consideram-se concedidas nas condições e termos em que o foram as correspondentes licenças iniciais, sem prejuízo da atualização do valor da taxa a que haja lugar.

3 — Não haverá lugar à renovação se o titular do licenciamento formular pedido nesse sentido, nos 60 dias anteriores ao termo do prazo inicial ou da sua renovação.

Artigo 33.º

Averbamento das licenças, autorizações ou comunicações prévias

1 — Sem prejuízo do disposto em lei especial, poderá ser autorizado o averbamento das licenças, autorizações ou comunicações prévias, desde que os atos ou factos a que respeitem subsistam nas mesmas condições em que foram licenciados.

2 — O pedido de transferência de titularidade da licença, autorização ou comunicação prévia deverá ser acompanhado de prova documental que o justifique, nomeadamente, escritura pública ou declaração de concordância emitida pela pessoa singular ou coletiva em nome da qual será averbada a licença ou autorização.

3 — O averbamento da licença, autorização ou comunicação prévia concedidas ao abrigo de legislação específica deverão observar as respetivas disposições legais e regulamentares.

Artigo 34.º

Atos de autorização automática

1 — Consideram-se automaticamente autorizados, mediante a simples exibição de documentos indispensáveis à comprovação dos factos invocados e o pagamento correspondente, os seguintes atos:

a) Averbamento da titularidade de licença de ocupação do domínio público por reclusos e toldos com fundamento em transmissão relativa a estabelecimentos ou instalações, alteração da designação social, cessão de quotas, constituição de sociedade;

b) Averbamento de transferência de propriedade de estabelecimentos de hotelaria ou similares e dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos, por transmissão ou sucessão, cessão de quotas, constituição de sociedade, e casos análogos;

c) Averbamento da transmissão por morte, por sucessão legítima, em alvarás de sepulturas perpétuas, jazigos e gavetões.

Artigo 35.º

Cessação de licenças

A Câmara pode fazer cessar a todo o tempo, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, qualquer licença que tenha sido concedida, mediante notificação ao respetivo titular, sendo a taxa correspondente ao período não utilizado restituída por despacho do Presidente ou do vereador com competência delegada.

Artigo 36.º

Contraordenações

1 — Sem prejuízo do eventual procedimento criminal e das regras insertas em lei especial ou regulamento municipal, quando aplicável, constituem contraordenações:

a) As infrações às normas reguladoras das taxas, encargos de mais-valias e demais receitas de natureza fiscal;

b) A inexatidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais.

2 — Os casos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior são sancionados, quando a coima mais elevada não seja aplicável em virtude de lei ou regulamento, com coima de 0,5 a 5 vezes a retribuição mínima mensal garantida para as pessoas singulares e 1 a 10 vezes para as pessoas coletivas, sendo reduzidas a metade em caso de negligência.

CAPÍTULO V

Cauções

Artigo 37.º

Cauções

1 — A caução destinada a garantir a boa e regular execução de obras de urbanização é prestada a favor da Câmara Municipal de Palmela, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro-caução, devendo constar do próprio título que a mesma está sujeita a atualização nos termos do n.º 4 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e mantém-se válida até à receção definitiva das obras de urbanização.

2 — O montante da caução é igual ao valor constante dos orçamentos para execução dos projetos das obras a executar, o qual pode ser corrigido pela câmara municipal com a emissão da licença, a que acrescerá 5 % daquele valor, destinado a remunerar encargos de administração caso se mostre necessário aplicar o disposto nos artigos 84.º e 85.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com exceção das cauções apresentadas pelas administrações das áreas urbanas de génese ilegal.

3 — O montante da caução deve ser reforçado e pode ser reduzido, nos termos legalmente admitidos, precedendo deliberação fundamentada da Câmara Municipal de Palmela.

4 — O estabelecido nos números anteriores é aplicável à prestação das cauções previstas no n.º 6 do artigo 23.º, n.º 3 do artigo 25.º e n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 38.º

Publicidade

O presente Regulamento foi publicitado nos termos legais, sendo previamente objeto de período de discussão pública.

Artigo 39.º

Disposições transitórias

1 — Nos casos de alteração legislativa ou de sucessão de regimes legais, em que já houve liquidação ou deliberação sobre o montante das taxas, é aplicável o regime em vigor à data da sua liquidação ou deliberação, desde que o requerimento para a emissão do título respetivo seja apresentado dentro do prazo legalmente estabelecido.

2 — (*Revogado*)

Artigo 40.º

Disposição revogatória

Fica revogado o anterior Regulamento de Aplicação e Cobrança da Tabela de Taxas do Município de Palmela e demais disposições que contrariem o disposto no presente Regulamento.

Artigo 41.º

Legislação referenciada

As referências a diplomas legais ou regulamentares contidas no presente regulamento e na tabela anexa consideram-se automaticamente reportadas aos normativos que os venham a substituir, desde que estes não alterem o conteúdo das taxas em causa.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*.

Tabela de Taxas Municipais

As taxas a seguir discriminadas encontram-se fundamentadas no princípio básico do custo do serviço, e o seu valor inclui o benefício do utilizador, quando aplicável.

Capítulo I - Prestação de Utilidades Diversas e Concessão de Documentos

Nº 1 Pela afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público (cada)	12,60 €
Nº 2 Alvarás não especialmente contemplados nesta tabela, exceto os de nomeação ou exoneração (cada)	23,39 €
Nº 3 Autos, inquéritos administrativos ou termos de qualquer espécie, cada	12,60 €
Nº 4 Averbamentos de qualquer natureza, não especialmente previstos, cada	12,60 €
Nº 5 Certidões ou fotocópias autenticadas	
a) Não excedendo uma página	12,60 €
b) Por cada página além da primeira – certidões de teor e fotocópia autenticada	2,48 €
c) Por cada página além da primeira – certidões narrativas	3,95 €
Nº 6 Termos de responsabilidade, identidade, idoneidade, justificação administrativa ou semelhantes termos de entrega de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada	12,60 €
Nº 7 Fornecimento a pedido dos interessados de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou estejam em mau estado	12,60 €
Nº 8 Registo de documentos avulsos, cada	12,60 €
Nº 9 Rubricas em livros, processos e documentos quando legalmente exigidos, cada livro rubricado	12,60 €
Nº 10 Termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade, com exceção dos livros de obra, cada livro	12,60 €
Nº 11 Termos de entrega de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada	12,60 €
Nº 12 Termos de responsabilidade da competência dos órgãos municipais	12,60 €
Nº 13 Vistorias não especialmente previstas nesta tabela	63,43 €
Nº 14 Buscas: por cada ano excetuando o corrente ou aqueles que expressamente se indicarem, aparecendo ou não o objeto da busca	12,60 €
Nº 15 Revogado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 10/2015	
Nº 16 Registo de cidadão da União Europeia (de acordo com o artigo 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, as taxas afixar por Portaria do membro do Governo responsável pela área da administração interna)	
Nº 17 Notificações via postal no âmbito de regimes com recurso a plataforma eletrónica por indisponibilidade da mesma, quando imputável aos serviços	1,50 €
Nº 18 Outros Serviços ou atos não especialmente previstos nesta tabela ou em legislação especial - Declarações diversas	8,35 €

Capítulo II - Higiene, Salubridade, Ruído e Ambiente

Nº 1 Vistoria de insalubridade	307,43 €
Nº 2 Instalações agropecuárias, depósitos de sucata e instalações similares, e exploração de massas minerais (pedreiras)	
a) Pareceres técnicos na área de localização de instalações agropecuárias, depósitos de sucata e instalações similares	119,84 €
b) Procedimentos associados ao Regime Jurídico de Pesquisa e Exploração de Massas Minerais (as taxas previstas na tabela anexa à Portaria nº 1083/2008, de 24/09)	
Nº 3 Recolha de animais em casa de particulares, por cada	
a) Por animal até 30 Kg	25,15 €
b) Por animal de peso superior a 30 Kg – o dobro da alínea anterior	50,29 €
Acresce diária de tratamento	3,85 €

Nº 4 Recolha de animais na via pública quando reclamados	
a) Por animal até 30 Kg	38,25 €
b) Por animal de peso superior a 30 Kg – o dobro da alínea anterior	76,51 €
a) Acresce diária de tratamento no canil municipal	3,85 €
b) Acresce o valor dos tratamentos e obrigações previstas na lei	
Nº 5 Destino final de cadáver de animais	
a) Por animal até 30 Kg	22,07 €
b) Por animal de peso superior a 30 Kg – o dobro da alínea anterior	44,14 €
Nº 6 Abate de animais	45,23 €
Nº 7 Inspeção higieno-sanitária de veículos de transporte ou venda de produtos alimentares ou veículos de transporte de animais por veículo	20,42 €
Nº 8 Inspeção higiênico-sanitária de estruturas temporárias para o exercício da profissão, comércio ou indústria na via pública	191,88 €
Nº 9 Serviço veterinário de Inspeção e Licenciamento não contemplados nos artigos anteriores	191,88 €
Nº 10 Realização de queimadas e fogueiras onde se incluem os tradicionais eventos de cariz popular e religioso	8,01 €
Nº 11 Remoção de veículos (as taxas previstas na Portaria nº 1424/2001, de 13/12, na redação conferida pela Portaria n.º 1334-F/2010)	
Nº 12 Remoção e Guarda de Sucatas	71,95 €
Acresce por dia	
a) Para volumes superiores a 3 m3 por cada m3	2,17 €
Nº 13 Licença especial de ruído para obras e outras	43,51 €
Acresce	
a) Obras de construção civil por dia	
Semana 18-22 Horas - 12,5% da taxa administrativa	5,44 €
Semana 22-07 Horas - 25% da taxa administrativa	10,88 €
Sábados, domingos e feriados - 50% da taxa administrativa	21,75 €
b) Outras: $0,1 * TA * DE$ (Com $TA = Tx$ administrativa; $D = n^o$ de dias; $E = 1,1$)	
Exemplo para 3 dias	14,57 €
Nº 14 Licença especial de ruído para efeitos de lançamento de fogo de artifício	
A taxa corresponde a 50% da taxa definida no n.º anterior	21,75 €
Nº 15 Licença de atividade de realização de eventos públicos em:	
a) Recintos itinerantes	23,39 €
b) Recintos improvisados	23,39 €
Acresce	
c) Por dia: $0,1 * TA * DE$ (Com $TA = Tx$ administrativa e $D = n^o$ de dias; $E = 1,1$)	
d) A taxa de ocupação do espaço público quando ocupado	
Nº 16 Licenciamento da atividade de realização de eventos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	23,39 €
Acresce por dia em função do custo administrativo 10%	2,34 €
Nº 17 Licenciamento da atividade de acampamentos ocasionais	11,41 €
a) Acresce como fator de desincentivo - por dia: $0,2 * TA * DE$	
$TA = Tx$ administrativa $D = N^o$ de dias $E =$ expoente = 1,2	
Nº18 Licenciamento de grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores que defrontem com a via pública, sejam elas de acesso público ou restrito, ou nela se se situem, sem fins comerciais, previstas na Lei N.º 61/2013, de 23 de agosto, por unidade	
a) No ato de apresentação do pedido é devida a taxa de	64,00 €
b) Acresce 10% da componente fixa por m ² ou fração	6,40 €

Capítulo III - Cemitérios

Nº 1 Inumação taxa administrativa	
a) Taxa administrativa normal	17,63 €
b) Taxa administrativa- autorização em lugar especial	16,36 €
c) Serviços de cemitério	
c.1) Sepulturas Temporárias	38,66 €
c.2) Sepulturas Perpétuas	70,88 €

c.3) Jazigos	77,33 €
c.4) Nichos de decomposição aeróbia concessionado	25,78 €
c.5) Nichos de decomposição aeróbia por cinco anos	168,29 €
Nº 2 Exumações de ossadas, incluindo limpeza e trasladações dentro do cemitério	55,00 €
Nota: No caso de inumação em sepultura temporária, a cobrança desta taxa é efetuada conjuntamente com as taxas previstas no N.º 1 do presente capítulo	
Nº 3 Ocupação de ossários municipais - processo administrativo	7,81 €
Acresce	
Ocupação - caráter de perpetuidade	424,89 €
Nº 4 Concessão de Terrenos - Taxa administrativa	6,75 €
Acresce	
a) Para sepultura temporária	70,28 €
b) Para sepultura perpétua	1.474,25 €
c) Para jazigos	
c.1) Pelos primeiros 3,5 m2	2.063,95 €
c.3) Cada m2 ou fração a mais $V = P * (N+0,5)1,25$ (o 1º metro a mais)	978,92 €
(o 2º metro a mais)	1.853,77 €
(o 3º metro e seguintes a mais)	2.823,04 €
P = 590	
N = nº m2 (com N até 3)	
Nº 5 Concessão de nichos para decomposição aeróbia	
a) Nível (1 e 3)	993,12 €
b) Nível 2	1.093,12 €
Nº 6 Colocação de bordadura durante o período de inumação	30,56 €
Nº 7 Averbamentos em alvarás de concessão de terrenos em nome do novo proprietário - Taxa Administrativa	21,02 €
Acresce	
a) Classes sucessórias nos termos do n.º 1 do art.º 2133 do Código Civil	
a.1) Em alvarás de jazigo - 5% da concessão perpétua	103,20 €
a.2) Em alvarás de sepultura - 5% da concessão perpétua	73,71 €
b) Para outras pessoas	
b.1) Em alvarás de jazigo - 50% da concessão perpétua	1.031,98 €
b.2) Em alvarás de sepultura - 50% da concessão perpétua	737,13 €
Nº 8 Trasladação	31,21 €
Nº 9 Licença para Obras em Jazigos e Sepulturas	42,85 €
Nº 10 Embelezamento de nichos de decomposição aeróbia (furação da pedra)	35,28 €
N.º 11 Prolongamento da abertura do cemitério, após o horário regulamentar	
a) 1.ª hora ou fração	64,44 €
b) Por cada hora adicional ou fração	96,66 €

Capítulo IV - Mercados, Feiras e Venda Ambulante

Nº1 Lojas, Talhos, Padarias, Cafés - Mês	1,32 €
Acresce por m2 de loja e mês	5,69 €

Nº2 Bancas ou pedras nos mercados municipais	1,32 €
Acresce	
a) Banca por / mês	27,29 €
b) Banca por dia	1,14 €
Nº 3 Utilização de câmara frigorífica por Mês	6,25 €
Acresce	
a) Por volume e por dia	0,27 €
Nº 4 Feiras Mercados de Levante e Ocupação Ocasional de Mercados	
Custo Administrativo	3,07 €
Acresce por dia	
Lugares de Venda até 12 m2	2,77 €
Nº 5 Revogado pelo artigo 35.º Lei N.º 27/2013, de 12 de abril	
Nº 6 Revogado pelo artigo 35.º Lei N.º 27/2013, de 12 de abril	
Nº 7 Revogado pelo artigo 77.º do RJACSR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015	

Capítulo V - Atividades Diversas

Nº 1 Registo de máquinas de diversão por cada máquina	156,06 €
a) Averbamentos - 25% Custo Administrativo	39,02 €
Nº 2 Revogado pela alínea a) do Nº3 do artigo 16.º da Lei Nº75/2013, de 12 de setembro	
Nº 3 Licenciamento do exercício de atividade de agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos	Revogado pela alínea g) do art.º 41.º do DL 48/2011, de 1 de abril)
Nº 4 Revogado pela alínea a) do Nº3 do artigo 16.º da Lei Nº75/2013, de 12 de setembro	
Nº 5 Licenciamento do exercício da atividade de leilões em lugares públicos	Revogado pela alínea g) do art.º 41.º do DL 48/2011, de 1 de abril)
Nº 6 Licenciamento do exercício da atividade de guarda noturno	105,46 €
Nº 7 Táxi / Licença ou revalidação de aluguer para veículos ligeiros (por veículo)	
a) Emissão licença	256,69 €
b) Ocupação de lugar de praça na via pública	564,10 €
Nº 8 Táxi / Pedidos de substituição de veículos de aluguer (c/ veículo)	25,46 €
Nº 9 Táxi / Pedidos de cancelamento (por ato)	15,97 €
Nº 10 Táxi / Passagem de duplicados, 2as vias ou substituição de documentos deteriorados, destruídos ou extraviados por ato	8,70 €
Nº 11 Táxi / Averbamentos	46,22 €
Nº 12 Emissão e Renovação Licença Condução Ciclomotores Tratores	Revogado – Competência da Direção-Geral de Viação de acordo com a alínea a) do n.º1 do art.º 11.º articulado com os artigos 124.º e 126.º do Código da Estrada
Nº 13 Ocupação de lojas no Castelo por m2 e mês	5,69 €

Nº 14 Prestação de Serviços de Restauração ou de Bebidas com carácter não sedentário

a) Mera Comunicação Prévia com Atendimento Digital Assistido

24,37 €

Nota: A este valor acresce o relativo à taxa de ocupação do espaço público prevista no n.º 4.4 do Capítulo VII, caso se verifique.

Nº 15 Ocupação do Café do Castelo, por mês

258,09 €

N.º 16 Ocupação de Hortas Comunitárias do concelho de Palmela, por parcela e por mês

3,00 €

N.º 17 Formalidades para o acesso e exercício de atividades económicas, previstas em regimes/legislação específica, quando não contemplados noutros capítulos da presente tabela

a) Mera Comunicação Prévia com Atendimento Digital Assistido

24,37 €

b) Autorização

b1) Com Atendimento Digital Assistido

173,25 €

b2) Sem Atendimento Digital Assistido

154,14 €

Capítulo VI - Publicidade

Nº1 Pela apresentação do pedido inicial/renovação de Licença de Publicidade

85,03 €

Nº 2 Pela apresentação do pedido inicial/renovação de Licença de publicidade com ocupação da via Pública

53,43 €

Nota: ao valor relativo à publicidade (componente fixa e variável) acresce o valor relativo á componente variável da ocupação do espaço público (Capítulo VII N.º3 e segs.)

Nº 3 Ao nº 1 e n.º2 deste capítulo acrescem os valores dos nºs seguintes, baseados no princípio do benefício auferido em função do período temporal, da dimensão e do meio de publicidade licenciado, de acordo com os valores seguintes:

Ocupação do espaço público valor base de referência

8,2458 €

Fi - Fator de benefício

Nº 4 Publicidade afeta a mobiliário urbano ou incorporada em suporte pertença do requerente

4.1 Painéis por m2

a) Por semestre ou fração

F1 3,6

29,68 €

b) Por ano ou fração

F2 7

57,72 €

c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração

F39 0,7

5,77€

4.2 Anúncios eletrónicos e publicidade computadorizada (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração

F3 12

98,95 €

b) Por ano ou fração

F4 23

189,65 €

b) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração

F40 2,5

20,61€

4.3 Mupis, mastros-bandeiras, relógios-termómetro, colunas publicitárias, letreiros, chapas, placas, tabuletas e similares (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração

F5 10

82,46 €

b) Por ano ou fração

F6 19

156,67 €

c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração

F41 1,9

15,67€

Nº 5 Publicidade em edifícios ou em outras construções

5.1 Anúncios luminosos (inclui palas) ou diretamente iluminados (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração

F7 2

16,49 €

b) Por ano ou fração

F8 4

32,98 €

c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração

F42 0,5

4,12€

5.2 Anúncios não luminosos (inclui palas) (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração

F9 1

8,25 €

b) Por ano ou fração

F10 2

16,49 €

c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração

F43 0,2

1,65€

5.3 Frisos luminosos, quando sejam complementares dos anúncios e não entrem na sua medição (por metro linear ou fração)

a) Por semestre ou fração	F11	1,5	12,37 €
b) Por ano ou fração	F12	3	24,74 €
c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F44	0,3	2,47€

5. 4 Publicidade em toldos, sanefas e similares (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração	F13	0,5	4,12 €
b) Por ano ou fração	F14	1	8,25 €
c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F45	0,1	0,82€

5.5 Publicidade instalada em empenas ou fachadas laterais cegas (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração	F15	2,0	16,49 €
b) Por ano ou fração	F16	4	32,98 €
c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F46	0,5	4,12€

Nº 6 Publicidade em viadutos rodoviários, ferroviários e passagens superiores para peões (por m2 ou fração)

a) Por semestre ou fração	F17	3,5	28,86 €
b) Por ano ou fração	F18	7	57,72 €
c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F47	0,8	6,60€

Nº 7 Publicidade em unidades móveis

7.1 Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade publicitária (por veículo)

a) Por semana ou fração	F19	8	65,97 €
b) Por mês ou fração	F20	15	123,69 €
c) Por semestre ou fração	F21	20	164,91 €
d) Por ano ou fração	F22	40	329,83 €

7.2 Transportes públicos

a) em táxis (por veículo)

a1) Por semestre ou fração	F23	5	41,23 €
a2) Por ano ou fração	F24	9	74,21 €
a3) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F48	1	8,25€

b) outros transportes coletivos

b1) Por semestre ou fração	F25	9	74,21 €
b2) Por ano ou fração	F26	18	148,42 €
b3) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F49	2	16,49€

7.3 Outros veículos (por veículo)

a) Por semestre ou fração	F27	5	41,23 €
b) Por ano ou fração	F28	9	74,21 €
c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F50	1	8,25€

Nº 8 Publicidade aérea

8.1 Avionetas, helicópteros, parapentes, paraquedas, balões ou semelhantes, insufláveis e outros dispositivos aéreos cativos (por dispositivo)

a) Por dia ou fração	F29	8	65,97 €
b) Por semana ou fração	F30	22	181,41 €

Nº 9 Publicidade sonora

a) Por dia ou fração	F31	0,5	4,12 €
b) Por semana ou fração	F32	1	8,25 €
c) Por mês ou fração	F33	6	49,47 €
d) Por semestre ou fração	F34	9	74,21 €
e) Por ano ou fração	F35	18	148,42 €

Nº 10 Campanhas publicitárias de rua

10.1 Distribuição de panfletos e/ou outras ações promocionais de natureza publicitária

a) Por dia ou fração	F36	1,5	12,37 €
----------------------	-----	-----	----------------

Nº 11 Publicidade dispersa

11.1 Bandeiras, bandeirolas e pendões com fins publicitários (por cada)

a) Por semestre ou fração	F37	2	16,49 €
b) Por ano ou fração	F38	4	32,98 €
c) Por mês ou fração	F51	0,5	4,12 €

Nº 12 Outra publicidade não incluída nos números anteriores (por m2 ou m3 ou metro linear, ou fração)

a) Por dia ou fração	F31	0,5	4,12 €
b) Por semana ou fração	F32	1	8,25 €
c) Por mês ou fração	F33	1,5	12,37 €
d) Por semestre ou fração	F34	4	32,98 €
e) Por ano ou fração	F35	8	65,97 €

Capítulo VII - Ocupação e Utilização do Domínio Municipal

Nº 1 Ocupação de Espaço Público

a) Pela apresentação do pedido inicial/renovação de licença de Ocupação de Via Pública			41,55 €
a1) Pela apresentação do pedido de licença de realização de feiras em espaços públicos – atividade de comércio a retalho/grosso não sedentário			129,91 €
b) Mera comunicação prévia			56,95 €
c) Autorização			
c1) Taxa inicial			61,60 €

Nº 2 Ao nº 1 deste capítulo acrescem os valores dos artigos seguintes, baseados no princípio do benefício auferido em função do período temporal, da dimensão e do meio de ocupação do espaço público utilizado, de acordo com os valores seguintes

Ocupação do espaço público valor base de referência			8,2458 €
---	--	--	-----------------

Fi - Fator de benefício

Nº 3 Ocupação do espaço aéreo sobre a via pública

3.1 Alpendres fixos ou articulados não integrados nos edifícios e toldos e sanefas

a) Por metro quadrado ou fração e por ano ou fração	F1	1,5	12,37 €
---	----	-----	----------------

3.2 Balões insufláveis, pendões bandeiras e bandeirolas ou semelhantes e outros dispositivos aéreos cativos (por dispositivo)

a) Por semana ou fração	F31	0,2	1,65 €
b) Por mês ou fração	F32	0,5	4,12 €

3.3 Painéis, anúncios eletrónicos, luminosos, iluminados ou similares instalados nas empenas e fachada dos edifícios por m²

a) Por semana ou fração	F33	2,0	16,49 €
b) Por ano ou fração	F34	4,0	32,98 €

3.4 Placas, letreiros, chapas ou similares instalados nas empenas e fachadas dos edifícios por unidade

a) Por semestre ou fração	F35	1,0	8,25 €
b) Por ano ou fração	F36	2,0	16,49 €

Nº 4 Construções ou instalações no solo

4.1 Divertimentos públicos

a) circos (por m2 ou fração)			
a1) Por semana ou fração	F2	0,1	0,82 €
a2) Por mês ou fração	F3	0,3	2,47 €

b) carrosséis (por m2 ou fração)			
b1) Por semana ou fração	F4	0,3	2,47 €
b2) Por mês ou fração	F5	1,2	9,89 €
c) pistas de automóveis e outras instalações (por m2 ou fração)			
c1) Por semana ou fração	F6	0,5	4,12 €
c2) Por mês ou fração	F7	1,5	12,37 €
d) jogos de bonecos de futebol, brinquedos mecânicos e equipamentos similares (por m2 ou fração e por mês ou fração)	F8	1,5	12,37 €
4.2 Painéis, anúncios luminosos, iluminados, eletrónicos ou similares por metro linear de projeção ao solo			
a) Por semestre ou fração	F9	1	8,25 €
b) Por ano ou fração	F10	2	16,49 €
c) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F39	0,5	4,12 €
4.3 Pavilhões, stands, estrados com e sem guarda-vento não integrados em esplanadas e outras instalações no solo por m2			
a) Por mês ou fração	F11	0,8	6,60 €
b) Por semestre ou fração	F40	3	24,74 €
c) Por ano ou fração	F41	6	49,47 €
4.4 Unidades móveis e outros, com objetivo comercial e/ou publicitário (por m2 ou fração)			
a) Por dia ou fração	F12	0,2	1,65 €
b) Por mês ou fração	F13	0,8	6,60 €
4.5 Bancas (por m2 ou fração)			
a) Por semestre ou fração	F14	5	41,23 €
b) Por ano ou fração	F15	10	82,46 €
4.6 Esplanadas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis, com e sem estrado, com e sem guarda-vento (por m2 ou fração)			
a) em espaço aberto			
a1) Por semestre ou fração	F16	1,5	12,37 €
a2) Por ano ou fração	F17	3	24,74 €
a3) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F42	0,3	2,47 €
b) fechadas, fixas ou amovíveis			
b1) Por semestre ou fração	F18	1,5	12,37 €
b2) Por ano ou fração	F19	3	24,74 €
b3) Por período inferior às alíneas anteriores, por mês ou fração	F43	0,5	2,47 €
4.7 Arcas de gelados e outros equipamentos similares (por cada e por mês ou fração)	F20	0,8	6,60 €
4.8 Telescópios panorâmicos (por unidade/por ano ou fração)	F21	8,0	65,97 €
4.9 Estacionamento privativo (por m2 ou fração/por ano ou fração)	F22	4,0	32,98 €
4.10 Ocupação de espaço público com floreiras, mastros e postes e similares por unidade			
a) Por mês ou fração	F44	0,2	1,65 €
b) Por semestre ou fração	F45	0,6	4,95 €
c) Por ano ou fração	F46	1,0	8,25 €
4.11 Placas, letreiros, chapas ou similares por unidade			
a) Por mês ou fração	F47	0,3	2,47 €
b) Por semestre ou fração	F48	1,0	8,25 €
c) Por ano ou fração	F49	2,0	16,49 €

4.12 Ocupação de espaço público mupis, colunas publicitárias ou similares por m²

a) Por semana ou fração	F50	0,5	4,12 €
b) Por mês ou fração	F51	2,0	16,49 €
c) Por ano ou fração	F52	12,0	98,95 €

Nº 5 Ocupação e utilização do solo e ou subsolo e ou espaço aéreo municipais, com infraestruturas e equipamentos conexos, ou utilização de infraestruturas ou redes municipais, designadamente às concessionárias/operadoras de serviços públicos

5.1 (Revogado)

a) Tubos, condutas, cabos condutores e similares (m l ou fração/ano)

a.1) Inferior ou igual a 200 mm	F23	0,75	6,19 €
a.2) Superior a 200 mm	F24	0,75	9,28 €

b) Abertura de valas

b.1) Abertura de valas (m2 ou fração)/(semana ou fração)	F25	0,3	2,47 €
b.2) Abertura de vala para execução de ramal de abastecimento de rede de gás com comprimento máximo de 5 ml e a duração máxima de 1 semana	F53	0,54	4,45 €

c) Depósitos (m3 ou fração/ano)

c1) À superfície	F26	8,0	65,97 €
c2) Subterrâneos	F27	5,0	41,23 €

d) Outros Equipamentos, incluindo postos de transformação, postes ou marcos, cabines, armários técnicos e caixas de visita (m2 ou fração/ano)

F28	2,5	20,61 €
-----	-----	----------------

e) Utilização de infraestruturas ou redes municipais, designadamente aos operadores de gás, salvo regime especial que resulte nos termos de contrato de concessão municipal (ml ou fração/mês) (a esta taxa não se aplica o n.º 1 – componente fixa)

1,50 €

5.2 (Revogado)

(Revogado)

Nº 6. Outras ocupações de espaços públicos, não previstas nos números anteriores

6.1 Por m2 ou m3 ou fração

a1) Por dia ou fração	F25	0,05	0,41 €
a2) Por semana ou fração	F26	0,3	2,06 €
a3) Por mês ou fração	F27	0,5	4,12 €

6.2 Por m linear ou fração

a1) Por dia ou fração	F28	0,015	0,12 €
a2) Por semana ou fração	F29	0,025	0,21 €
a3) Por mês ou fração	F30	0,050	0,41 €

Capítulo VIII - Metrologia

As taxas de metrologia encontram-se fundamentadas na tabela publicada pelo IPQ

Pelos serviços de metrologia são devidas a TS - taxa de serviço e a TD - taxa de deslocação

Nº 1 Verificação periódica

a) TS - Taxa de Serviço

$$TS = R \times f1 \times f2 \times f3 + 1$$

R=Custo unitário de técnico externo	34,67 €
S= Custo unitário de técnico externo atuando no exterior	40,98 €
IM - Instrumentos de medição	
f i (Com i = 1,2,3) (conforme discriminação da tabela IPQ anexa)	

b) Taxa de deslocação

$$TD = (S \times n \times N) / 8 + G \times D$$

G - Valor por Km

$$G = 0,1 \times S$$

G =

4,10€

N = Número de técnicos envolvidos na aferição

n = nº de períodos de 30 minutos

D = Distância média em Km

Capítulo IX - Comissão Arbitral Municipal

Valor da Unidade de Conta em vigor	102,00 €
------------------------------------	-----------------

Nº1 Determinação do coeficiente de conservação dos prédios	102,00 €
--	-----------------

Nº 2 Definição das obras necessárias para obtenção do nível de conservação superior	51,00 €
---	----------------

Nº 3 Submissão de litígio a decisão da comissão arbitral	51,00 €
--	----------------

Nº 4 As taxas devidas nos pontos 1 e 2 são reduzidas a 1/4 quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira

Nº 5 Acresce aos valores anteriores os custos suportados pelo município nos termos da Portaria nº 1192-B/2006, de 03/11

Capítulo X - Urbanismo

Para efeitos de aplicação da presente Tabela são adotadas as seguintes definições:

N=n.º fogos ou unidades ou, no n.º 9 alínea c), n.º 11 alínea c), n.º 23 e n.º 28.3. alínea b) do capítulo X, n= unidades de alojamento, sendo que no caso de parques de campismo e caravanismo – cada tenda e/ou caravana constitui uma unidade de alojamento; ou no N.º 17 alínea b) do capítulo X n= N.º de pessoas/utentes.

m = N.º de meses ou frações

ti = tipo

r = parâmetro de majoração da perifericidade

No presente capítulo o ti Grandes superfícies comerciais corresponde a estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, alimentar ou não alimentar, com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m2.

stp – superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Regulamento do Plano Diretor Municipal.

stpi – superfície total de pavimentos do tipo (i), correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso (i), contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Regulamento do Plano Diretor Municipal. Excetuam-se do disposto as operações urbanísticas relativas à utilização do solo sem edificação, em que a área contabilizada no lugar de stpi é a área de solo abrangida pela instalação/operação.

Nota: Para o cálculo das taxas previstas na alínea b) do Nº3, na alínea c) do Nº9, alínea a), b) e c) do Nº11, alínea b) do Nº15, alínea d) do Nº16, alínea b) do Nº17 e ponto 5 do Nº23 (stp ou stpi) são consideradas a 25% as áreas não contabilizáveis como área bruta de construção para apuramento do índice de utilização, de acordo com as definições do Regulamento do Plano Diretor Municipal (nomeadamente alpendres, terraços utilizáveis, exceto quando não previstas especificamente na tabela), e acrescem à área do uso a que funcionalmente estão ligados ou, quando esta relação seja indeterminada, ao uso predominante.

STPT – área de construção total, englobando todas as áreas brutas de construção e áreas de construção cobertas afetas aos diferentes usos (i).

Stpp = superfície total de pavimentos potencial da área a destacar

L – coeficiente de localização relativo ao uso predominante (havendo predominância de dois ou mais usos com a mesma área considerar-se-á o coeficiente de maior valor) = valor zonamento conforme IMI.

IGOT = coeficiente instrumento de Planeamento =

0,13€

ECEV = Coeficiente infraestruturas e Espaços verdes =

5,07€

U = unidade de ocupação

CREP = Custo de referência de m² de espaço público por mês

Nº 1 - Apresentação de operação de loteamento

a) No ato de apresentação do pedido de licenciamento é devida uma taxa de preparos

754,89 €

b) No ato de apresentação de comunicação prévia é devida uma taxa de preparos

603,91 €

c) Em loteamentos com menos de 10 lotes ou 1200m2 de superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Plano Diretor Municipal (stp), reduzem-se a metade os valores referidos nas alíneas anteriores.

Nº 2 - Entrada de aditamento – operação de loteamento

Pela apresentação de elementos (aditamento) referentes à operação de loteamento, que alterem o projeto de loteamento, por iniciativa e vontade do requerente, é devida a taxa de

269,60 €**Nº 3 - Alvará de licença de loteamento**

A taxa devida pela emissão de alvará de licença ou aditamento/alteração à licença de loteamento (com ou sem obras de urbanização) é composta por uma parte fixa e uma parcela variável.

a) Pela emissão do Alvará é devida a taxa de

670,45 €

Acresce

b) O cálculo da parcela variável obedece à seguinte fórmula:

EAV = Bi + Cp em que

Bi = I' x € x (3 x n + stp + 2 x m) x Σ(stpi / STPT) x ti

CP = [I' Σ((ti-0,3) x IOGT x stpi + (ti-0,25) x ECEV x stpi)]

Em que € = 1,5

n = número de fogos ou unidades

m = nº meses ou frações

r - parâmetro de majoração da perifericidade, com r=

0,5

r - na construção de unidades comerciais de dimensão relevante[r] assume sempre o valor de

2,0

ti = tipo sendo

t1 - habitação

1,0

t2 - indústria e armazém

0,9*

* - Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e /ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.

t3 - comércio e serviços e turismo

1,3

t4 - Grandes superfícies comerciais

2,0

t5 - usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agricultura e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividade primária

0,5

t6 - outros usos

0,5

c) Havendo lugar à realização de obras de urbanização acresce às taxas anteriores a parcela variável prevista na alínea f) do nº 6

Nº 4 - Discussão pública no âmbito de Operações de Loteamento

Esta taxa é devida no momento de emissão do alvará

a) Pelo processo de discussão pública é devida a taxa de

59,15 €

b) Acrescem os custos de publicação obrigatória por lei.

Nº 5 - Saneamento de processo por deficiente elaboração técnica – Operações de Loteamento e/ou Obras de Urbanização

1 - Na apresentação de elementos que decorram da insuficiente ou deficiente instrução do pedido, que sejam indispensáveis ao conhecimento da pretensão e cuja a falta não possa ser oficiosamente suprida, nos termos da lei, é devida uma taxa de

102,19 €

2- A apresentação de elementos retificativos que decorram, nomeadamente de erros de conteúdos do projeto e que não são indispensáveis ao conhecimento da pretensão ou não alterem o projeto, é devida uma taxa de

10,21 €**Nº 6 – Licenciamento ou comunicação prévia de Obras de urbanização**

1 - Quando a operação de loteamento implicar a realização de obras de urbanização, por força do nº 3 do art.º 76º do RJUE, será emitido um único alvará de licença de loteamento e de obras de urbanização, sendo aplicada a taxa prevista na alínea a) do n.º 3 do presente capítulo pela emissão do citado título.

2 - A emissão do alvará de loteamento ou apresentação da comunicação prévia de obras de urbanização, previstas no artigo 4º do RJUE, estão sujeitas ao pagamento de:

a) Apresentação do pedido de licenciamento ou de comunicação prévia

632,28 €

b) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o(s) projeto(s) de obras de urbanização), por iniciativa e vontade do requerente, em sede de licenciamento é devida a taxa de:

b.1) sem alteração do projeto de loteamento, quando aplicável

158,07 €

b.2) com alteração do projeto de loteamento

269,60 €

c) Pela emissão do alvará de licença de obras de urbanização quando não abrangidas por operação de loteamento é devida a taxa de

505,83 €

- d) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o(s) projeto(s) de obras de urbanização), por iniciativa e vontade do requerente, em sede de comunicação prévia é devida a taxa de:
- d.1) sem alteração do projeto de loteamento, quando aplicável
- d.2) com alteração do projeto de loteamento
- e) Revogada

126,46 €
269,60 €

Acresce

- f) O cálculo da parcela variável obedece à seguinte fórmula

$$0,25 \times D \times (P + A + C + S + T + E + G + V) \times I + m \times \text{€}$$

Em que

D = 903,26 € - custo administrativo
 P = 1 (havendo obras de pavimentos)
 A = 1 (havendo rede de águas)
 C = 1 (havendo rede de pluviais)
 S = 1 (havendo rede de esgotos)

T = 1 (havendo rede de telecomunicações)
 E = 1 (havendo rede de eletricidade)
 G = 1 (havendo rede de gás)
 V = 1 (havendo execução de espaços verdes)
 I - coeficiente de localização relativo ao uso predominante = valor do zonamento conforme IMI, ou, quando este é indeterminado = 1
 € = 60,0

m = nº de meses

Nº 7 - Taxa devida pela emissão de alvará de licença ou comunicação prévia de utilização do solo para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água e de remodelação dos terrenos.

O procedimento de licenciamento ou comunicação prévia para utilização do solo e trabalhos de remodelação dos terrenos, tal como se encontram definidos respetivamente na alínea j) e m) do artigo 2.º do RJUE está sujeito ao pagamento de:

- a) No ato de apresentação do requerimento de licenciamento ou comunicação prévia é devida uma taxa de preparos
- b) Pela emissão do alvará de licenciamento é devida uma taxa de
- c) (Revogado)
- À alínea b) acresce:
- d) por m²
- e) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b), reduz-se a metade quando a área de intervenção seja inferior a 1.000 m²
- f) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b) reduz-se a metade quando a área de intervenção for destinada à utilização/instalação de equipamentos desportivos não associadas a procedimento de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação, quando não abrangido pela alínea anterior.

1.205,41 €

516,60 €
(Revogado)

0,61 €

Nº 8 - Obras de edificação - entrada do processo

O procedimento de licenciamento, comunicação prévia ou legalização para obras de edificação, previstas nos artigos 4º e 102º-A, do RJUE, está sujeita ao pagamento de:

- a) No ato de apresentação do requerimento de obras de edificação ou de legalização é devida a taxa de preparos
- b) No ato de apresentação da comunicação prévia é devida uma taxa de preparos
- c) No ato de apresentação do requerimento de obras de edificação no interior de edifícios classificados ou em vias de classificação ou zona de proteção de imóveis classificados é devida a taxa de preparos
- d) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o projeto de obras de edificação por iniciativa e vontade do requerente), em sede de licenciamento, ou de alterações à licença na sequência de alterações ao projeto durante a execução da obra, ou em sede de legalização é devida a taxa de
- e) Pela apresentação de comunicação prévia, na sequência de alterações ao projeto durante a execução da obra é devida a taxa de
- f) Pela entrada de cada aditamento (elementos que alterem o projeto de obras de edificação por iniciativa e vontade do requerente), em sede de licenciamento de obras de interior de edifícios classificados ou em vias de classificação, ou de alterações à licença na sequência de alterações ao projeto durante a execução da obra, é devida a taxa de
- g) Na apresentação de elementos que decorram da insuficiente ou deficiente instrução do pedido, que sejam indispensáveis ao conhecimento da pretensão ou não alterem o projeto, é devida uma taxa
- h) A apresentação de elementos retificativos que decorram, nomeadamente de erros de conteúdo do projeto e que não são indispensáveis ao conhecimento da pretensão ou não alterem o projeto, é devida uma taxa de
- i) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b), reduz-se a metade quando as obras não ultrapassem os 120m² de superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Plano Diretor Municipal (stp) e critérios definidos no RUEMP e as demais áreas de construção propostas.
- j) O valor das taxas identificadas nas alíneas a) e b), reduz-se a 75% quando se trate de operação urbanística autónoma de obras identificadas na alínea e) do n.º 9 e que não ultrapassem os 40 m² de superfície total de pavimentos, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso e as demais áreas de construção propostas.

590,07 €

472,06 €
195,04 €

147,52 €

118,01 €

73,76 €

76,64 €

7,66 €

Nº 9 - Emissão de alvará de licença de obras de edificação ou de legalização:

- a) Pela emissão do Alvará é devida a taxa de
b) (Revogado)

136,33 €
(Revogado)

À alínea a) acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e), quando aplicável:

- c) O cálculo da parcela variável obedece à seguinte fórmula:

$$\text{€} \times [5 \times n + \Sigma(stp_i \times t_i) + 5 \times m] \times l'$$

com € = 1,40

n = número de fogos ou unidades

m = nº meses ou frações

r - parâmetro de majoração da perifericidade, com r =

t_i = tipo sendo

t1 Habitação =

t2 - Indústria e armazém =

* - Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e /ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.

t3 - Comércio e serviços e turismo e recintos de espetáculos e divertimentos públicos =

t4 - Grandes superfícies comerciais =

t5 - Usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agrícola e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividade primária =

t6 Outros usos =

0,5

1,0

0,9*

1,3

2,0

0,5

0,5

Nota: no t3 no caso concreto dos empreendimentos turísticos - parques de campismo e caravanismo, são contabilizadas ainda as áreas destinadas a tendas e/ou caravanas, de acordo com as notas e critérios introdutórios do presente capítulo.

- d) Na edificação de corpos balançados sobre a via pública é devida taxa por m² ou fração de

d.1) Corpos balançados encerrados

d.2) Corpos balançados não encerrados

164,10 €
82,05 €

- e) Casos especiais de edificações:

1 Muros confinantes com a via pública, metro ou fração

2 Muros não confinantes com a via pública, metro ou fração

3 Piscinas por m²

4 Depósito, tanques e outros, por m³ ou fração

5 Elevadores, por unidade

6 Alteração de fachadas, abertura, modificação ou fechamento de vãos por área da fachada alterada e alteração/substituição de cobertura (medida pela projeção horizontal) - por m² ou fração

7 Antenas de telecomunicações e instalações anexas, por unidade

8 Estruturas de cobertura e ensombramento de estacionamento (medida pela projeção horizontal), por m²

9 Anexos e telheiros relativos a operações não contempladas na alínea c) , por m²

10 Acresce por mês ou fração o prazo de execução quando não contemplado na alínea c)

0,67 €

0,40 €

5,38 €

2,69 €

134,57 €

0,67 €

403,72 €

5,38 €

5,38 €

6,73 €

Nº10 – (Revogado)

Nº 11 - Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas gerais nas edificações não abrangidas por operações de loteamento e nas edificações geradoras de impacto semelhante a loteamento ou de impacto relevante

As edificações não abrangidas por operações de loteamento e as geradoras de impacto semelhante a loteamento ou relevante, em sede de licenciamento, comunicação prévia ou legalização, incluindo os processos referidos no artigo 7º do RJUE, desde que não se encontrem expressamente isentas no Regulamento de Taxas Municipais, estão sujeitas ao pagamento de:

- a) Nas construções de habitação, comércio, serviços, armazéns, indústria e para usos agrícolas, pecuários ou associados a atividade primária, bem como outros usos, a taxa obedece à seguinte fórmula:

$$\Sigma [(t_i - 0,3) \times IOGT \times 2 + (t_i - 0,25) \times ECEV \times 1,375] \times stp \times l'$$

l - coeficiente de localização relativo ao uso predominante = valor do zonamento conforme IMI.

r - parâmetro de majoração da perifericidade, com r =

t_i = tipo, sendo

0,5

t1 Habitação

t2 Indústria e armazém

* - Quando a operação urbanística reporta a indústria do tipo 1 ou 2, ou se localizar fora de espaços urbanos e /ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.

1,0

0,9*

t3 Comércio e serviços – excluindo atividade de restauração ou bebidas	1,3
t4 Usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agricultura e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividades primárias	0,5
t5 Outros usos	0,5

b) Nas construções de estabelecimentos de restauração e bebidas e de grandes superfícies comerciais

$$[(ti-0,05) \times IOGT \times 2 + (ti-0,05) \times ECEV \times 1,25] \times stp \times I'$$

Em que stp = superfície total de pavimentos

ti = tipo, sendo:

t1 Bebidas =	1,3
t2 Restauração =	1,5
t3 Restauração e de bebidas =	1,8
t4 Restauração e de bebidas com dança =	2,0
t5 Grandes superfícies comerciais =	2,5

c) Nas construções de estabelecimentos de hotelaria e similares

$$[(ti-0,05) \times IOGT \times 2 + (ti-0,05) \times ECEV \times 1,25] \times stp$$

ti = tipo, sendo:

t1 Empreendimento turístico - hotéis	1,5
t2 Empreendimento turístico - resorts	2
t3 Empreendimento turístico - turismos de habitação	1,5
t4 Empreendimento turístico - parques de campismo e caravanismo	1
t5 Empreendimento turístico - apartamentos turísticos	1,5
t6 Empreendimento turístico - aldeamento turístico	2
t7 Empreendimento de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia e casas de campo agroturismo, turismo de aldeia e casas de campo	1
t8 Estabelecimento de alojamento local em que o uso não seja o de habitação (nomeadamente estabelecimentos de hospedagem)	1,3

Nº12 - Licença para instalação de Gás, Carburantes Líquidos, de Ar e Água

As Taxas a cobrar no âmbito do D. L. 267/2002, de 26/11 licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento combustíveis, conjugado com o RJUE são:

a) No ato de apresentação do pedido para licenciamento de instalações abastecedoras de carburantes é devida taxa de	816,39 €
a.1) No ato de apresentação do pedido para licenciamento simplificado (classe A1, A2 e A3) é devida taxa de	543,24 €
a.2) No ato de apresentação de processo de instalação de classe B2, isentas de licenciamento, é devida a taxa de	167,83 €
b) Na apresentação de elementos que decorram da insuficiente ou deficiente instrução do pedido nos termos da lei, que sejam indispensáveis ao conhecimento da pretensão e cuja falta não possa ser oficiosamente suprida, é devida uma taxa de	102,19 €
c) A apresentação de elementos retificativos que decorram, nomeadamente de erros de conteúdo do projeto e que não são indispensáveis ao conhecimento da pretensão ou não alterem o projeto, é devida uma taxa de	10,21 €
d) Pela emissão do alvará de utilização, no ato de apresentação, é devida a taxa de (CA — custo administrativo)	32,38 €

À alínea a) acresce

e) Em função da capacidade

C = Capacidade do depósito em m³; Ki e vi = Constante no intervalo; CA = Custo Administrativo (32,38€)

$$V = Vi + C \times Ki \times CA$$

i) para C ≤ 10	vi =	0€	Ki =	0,5
ii) para 10 < C ≤ 50	vi =	161,90 €	Ki =	0,1
iii) para 50 < C ≤ 100	vi =	323,80 €	Ki =	0,008
iiii) para C > 100	vi =	582,84 €	Ki =	0,05

Nota: Caso a instalação implique operações urbanísticas, sujeitas a controlo prévio, de acordo com o previsto no RJUE, está ainda sujeito às taxas aplicáveis à respetiva operação urbanística.

Nº 13 - Vistorias e verificações periódicas a instalações abrangidas pelo D.L. N.º 267/2002, de 26/11, na sua atual redação

a) Vistorias instalações abastecedoras de combustíveis (CA — custo administrativo)

411,33 €

b) Ao valor da alínea a) acresce em função da capacidade

C = Capacidade do depósito em m³; Ki e vi = Constante no intervalo; CA = Custo Administrativo (411,33€)

$$V = Vi + C \times Ki \times CA$$

i) para C ≤ 10	vi=	0€	Ki=	0,025
ii) para 10 < C ≤ 50	vi=	102,83 €	Ki=	0,004
iii) para 50 < C ≤ 100	vi=	185,10 €	Ki=	0,004
iiii) para C > 100	vi=	349,63 €	Ki=	0,005

Nº 14 - Ocupação da via pública por instalações de armazenagem e de abastecimento de carburante, de ar e água

Licença de ocupação da via pública

52,79 €Acresce por ano e por m² utilizado

a) Instaladas inteiramente na via pública	4,12 €
b) Instaladas na via pública, mas com depósito ou compressor em propriedade particular	2,06 €
c) Instaladas inteiramente em propriedade particular, mas abastecendo na via pública	1,03 €
d) Instaladas em propriedade particular, mas com depósito ou compressor na via pública	2,06 €
e) Bombas volantes abastecendo na via pública - por cada	98,95 €
f) Tomadas de ar instaladas noutras bombas	
f.1) Com compressor saliente na via pública	65,97 €
f.2) Com compressor ocupando apenas o subsolo da via pública	82,46 €
f.3) Compressor em propriedade particular, mas abastecendo na via pública	41,23 €
g) Tomadas de água abastecendo na via pública - por cada uma	65,97 €

Nº 15 - Autorização de utilização ou autorização de alteração de utilização

1 - Nos casos referidos no RJUE e RUEMP, a autorização de utilização e de alteração de utilização de edifícios ou frações está sujeita ao pagamento de:

- a) Alvará de utilização (incluindo por via de aditamento a anterior) ou alteração de utilização — no ato de apresentação é devida a taxa de
- b) Ao valor da alínea a) acresce o cálculo da parcela variável de acordo com a seguinte fórmula:

46,21 €

$$€ \times \Sigma (stpi \times ti)$$

Em que

$$€ = 0,50$$

n = número de fogos ou unidades

ti = tipo, sendo:

t1 Habitação	1,0
t2 Indústria e armazém	0,9
t3 Comércio e serviços	1,3
t4 Usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agrícola e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividade primária	0,5
t5 Outros usos, incluindo a utilização do solo sem construção, quando exigível em termos de legislação específica	0,5

c) Na apresentação de elementos que decorram da insuficiente ou deficiente instrução do pedido nos termos da lei, que sejam indispensáveis ao conhecimento da pretensão ou cuja falta não possa ser oficiosamente suprida, é devida uma taxa de

20,44 €

d) À emissão de alvará de utilização na sequência de legalização de edificação existente (sem obra de ampliação/alteração), nos termos do RUEMP, acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 9 do presente capítulo, e as previstas no n.º 11 e 23, quando aplicáveis.

A taxa prevista na alínea c) do presente número é, quando aplicável, extensiva aos pontos N.º 16 e 17 do presente capítulo.

Nota: caso existam alterações ao projeto aprovado, sujeitas a controlo prévio, de acordo cm o previsto no RJUE, está ainda sujeito às taxas aplicáveis à respetiva operação urbanística.

Nº 16 - Autorização de utilização ou alteração de utilização de grandes superfícies comerciais - estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, alimentar ou não alimentar, com área de venda contínua igual ou superior a 2.000 m²

a) Alvará de utilização (incluindo por via de aditamento a anterior) ou alvará de alteração de utilização

66,02 €

b) (Revogado)

c) (Revogado)

d) Acresce no alvará de utilização:

O cálculo da parcela variável obedece à seguinte fórmula:

$$€ \times \Sigma (stpi \times ti)$$

Em que

$$€ = 1,00$$

$$t =$$

2,5

e) À emissão de alvará de utilização na sequência de legalização de edificação existente (sem obra de ampliação/alteração), nos termos do RUEMP, acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 9 do presente capítulo, e as previstas no n.º 11 e 23 quando aplicáveis.

Nota: caso existam alterações ao projeto aprovado, sujeitas a controlo prévio, de acordo com o previsto no RJUE, está ainda sujeito às taxas aplicáveis à respetiva operação urbanística.

Nº 17 – Autorização de utilização ou alteração de utilização de estabelecimentos de hotelaria e similares

a) Alvará de utilização (incluindo por via de aditamento a anterior) ou alvará de alteração de utilização

1.251,05 €

Acresce

b) O cálculo da parcela variável obedece à seguinte fórmula:

$$€ \times [n + \Sigma (stpi \times ti)]$$

Em que

$$€ = 1,00$$

n = pessoas/utentes

ti = tipo, sendo:

t1 Empreendimento turístico - hotéis	1,5
t2 Empreendimento turístico - resorts	2
t3 Empreendimento turístico - turismos de habitação	1,5
t4 Empreendimento turístico - parques de campismo e caravanismo	1
t5 Empreendimento turístico - apartamentos turísticos	1,5
t6 Empreendimento turístico - aldeamento turístico	2
t7 Empreendimento de turismo de habitação, turismo rural, agroturismo, turismo de aldeia e casas de campo	1
t8 Estabelecimentos de alojamento local em que o uso não seja o de habitação (nomeadamente estabelecimentos de hospedagem)	1,3

c) (Eliminada)

d) Fornecimento de placa identificação de estabelecimento de alojamento local

55,00 €

e) À emissão de alvará de utilização na sequência de legalização de edificação existente (sem obra de ampliação/alteração), nos termos do RUEMP, acrescem as taxas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 9 do presente capítulo, e as previstas no n.º 11 e 23 quando aplicáveis.

Nota 1: para Empreendimento turístico - parques de campismo e caravanismo - a área a contabilizar para efeitos do presente número é a área total do empreendimento (área vedada) com e sem obras de edificação, de acordo com as notas e critérios introdutórios do presente capítulo.

Nota 2: caso existam alterações ao projeto aprovado, sujeitas a controlo prévio, de acordo com o previsto no RJUE, está ainda sujeito às taxas aplicáveis à respetiva operação urbanística.

Nº 18 - Taxa de Infraestruturas por mudança de uso

A concessão de autorização e emissão do alvará de alteração de utilização obriga ainda ao pagamento do diferencial relativo ao valor das taxas devidas por infraestruturas do uso anterior e as do uso pretendido, calculadas de acordo com as fórmulas definidas nos artigos 11.º e 23.º, quando da alteração resulte o seu agravamento.

Nº 19 - Emissão de Licença parcial

No ato de emissão de licença parcial serão pagas as taxas correspondentes ao respetivo ato pelo valor total, ficando isento de qualquer outro pagamento no momento de emissão da licença final.

Nº 20 - Renovação e reapreciação de pedido

1- Na Renovação:

1.1 Quando o pedido de renovação ocorrer até 1 ano a contar da data de caducidade:

- a) no ato de apresentação, é devida a taxa de 50% da componente fixa relativa ao pedido de licenciamento ou comunicação prévia a renovar;
- b) pela emissão do alvará resultante da renovação do licenciamento, são aplicáveis as taxas previstas para o efeito na presente Tabela;
- c) pela emissão do alvará resultante da renovação do título urbanístico caduco, é aplicável 50% da taxa fixa pela emissão do título.

1.2 Quando o pedido de renovação ocorrer no prazo superior a 1 ano a contar da data de caducidade:

- a) no ato de apresentação, é devida a taxa de 50% da componente fixa relativa ao pedido de licenciamento ou comunicação prévia a renovar;
- b) pela emissão do alvará resultante da renovação do licenciamento, são aplicáveis as taxas previstas para o efeito na presente Tabela;
- c) pela emissão do alvará resultante da renovação do título urbanístico caduco é aplicável 50% da taxa fixa pela emissão do título e as taxas que resultem do diferencial entre as taxas devidas pela operação urbanística e as taxas pagas aquando do pedido inicial de licenciamento ou comunicação prévia.

2- Pela apresentação do pedido de reapreciação previsto no RJUE é devida a taxa de 50% da componente fixa relativa ao pedido de licenciamento.

Nº 21 - Prorrogações e Licença Especial para conclusão de obras inacabadas

1 - As prorrogações de alvará de licença ou de comunicação prévia e a licença especial para conclusão de obras inacabadas, estão sujeitas ao pagamento de:

- a) No ato de apresentação do pedido é devida a taxa de

42,87 €

À alínea a), com a concessão de prorrogação/licença, acresce:

- b) 10% do valor das taxas devidas, previstas no presente capítulo, para os respetivos atos ou pedidos a prorrogar.

2 - Na prorrogação do prazo para a apresentação dos projetos de especialidades e do requerimento para a emissão do alvará é devida a taxa prevista na alínea a) do ponto anterior.

Nº 22 - Execução, por fases, de obras de edificação e obras de urbanização não abrangidas por operação de loteamento

1 - Em caso de deferimento do pedido de execução por fases, nas situações referidas nos artigos 56º e 59º do RJUE, a cada fase corresponderá um aditamento

2 - Na determinação do montante das taxas relativas à 1.ª fase será aplicável o estatuído nos n.ºs 6 a 11 e 23 do capítulo X, consoante a operação urbanística considerada na sua dimensão global. Nas fases subsequentes será apenas devida a parcela fixa referente à emissão do alvará de licença.

Nº 23 - Taxas pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas locais ou diretamente adjacentes ao loteamento e a edifícios não abrangidos por operação de loteamento

1 - Pela emissão de alvarás de licença, comunicações prévias, legalizações, ou nos processos referidos no artigo 7.º do RJUE, são devidas pelo promotor as taxas calculadas tendo em consideração os custos das infraestruturas locais e adjacentes, de acordo com a fórmula do ponto 5.

2 - Nas construções fora dos loteamentos, que não sejam consideradas de impacte semelhante a loteamento ou impacte relevante nos termos definidos em regulamento municipal, a taxa corresponderá apenas a 10 % do valor de V definido na fórmula do ponto 5. O seu valor será de 50 % nas construções de impacte semelhante a loteamento ou relevante .

3 - Apenas se aplicam os coeficientes das infraestruturas disponíveis / a construir pelo Município, quando estas sirvam diretamente os lotes em loteamentos ou as unidades de utilização em edifícios.

4 - Os coeficientes de infraestruturas disponíveis / a construir pelo Município não se aplicam a moradias uni ou bi-familiares ou outros edifícios com uma única unidade de utilização.

5 - O valor (V) é determinado de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = C \times \Sigma (stpi \times Pi \times Ti) \times y \times \Sigma (Li' \times stpi / stp) \times \Sigma (ki \times Zi)$$

Em que

C = Custo médio de construção por m², fixado por portaria, de acordo com o previsto no CIMI

Pi = Ponderador de Uso para o tipo i

P1 > Habitação =	1,0
P2 > Comércio, Serviços e Turismo =	1,2
P3 > Indústria e Armazéns =	0,6 *
* Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e /ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 0,9.	
P4 > Usos agrícolas ou associados diretamente à exploração agrícola e quando nela localizados, usos pecuários ou associados a atividade primária, e outros usos =	0,5

Ti = Taxa por tipologia de tipo i

T1 > Habitação em banda e indústria =	0,9
T2 > Habitação coletiva =	0,9
T3 > Construção isolada parcela < 400 m ² =	1,1
T4 > Construção isolada parcela (400 - 1000 m ²) e terciário =	1,3
T5 > Construção isolada parcela > 1000 m ²	2,0
T6 > Construção agrícolas	0,8
r = 0,5	Y = 1

K = Coeficiente de infraestruturas

K1 - Manutenção - em %	2,0
K2 - Pavimentos - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	3,0
K3 - Águas - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	0,5
K4 - Pluviais - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	0,5
K5 - Esgotos - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	0,5
K6 - Telecomunicações - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	0,5
K7 - Eletricidade - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	2,0
K8 - Gás - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	0,5
K9 - Espaços Verdes - em % (apenas as disponíveis / a construir pelo Município)	2,0

Zi = Manutenção e percentagem de infraestruturas disponíveis ou realizadas pelo Município com valor situado entre 0 e 1, sendo que K1 e Z1: manutenção, assumem sempre o valor de 1.

6 - Aquando do pedido de licenciamento relativo às operações urbanísticas previstas no n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, nas situações previstas nos n.ºs 1 do artigo 25º e no artigo 55º do mesmo diploma, o requerente tem o poder-dever de, antes da emissão do alvará, celebrar com a Câmara Municipal contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas e prestar caução adequada, beneficiando de redução proporcional das taxas por execução de infraestruturas urbanísticas realizadas, quando for caso disso.

7 - O contrato de urbanização poderá ainda ser celebrado, por acordo entre as partes envolvidas, em situações de exceção e devidamente fundamentadas.

Nota: infraestruturas locais e adjacentes, são as infraestruturas locais e de ligação, de acordo com a definição constante do RUEMP, que se situam internamente à operação urbanística ou na sua envolvente próxima, prestando-lhe serviço efetivo ou potencial

Nº 24 Cedência de Terrenos - de acordo com o previsto no RJUE

1 - Os pedidos de licença ou comunicação prévia de loteamentos, suas alterações, bem como as obras relativas a edifícios que determinem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento ou de impacte relevante, devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos.

2 - Os interessados na realização de operações de loteamento urbano ou operações de impactes semelhantes a loteamento ou de impacte relevante nos termos definidos em regulamento municipal, cedem gratuitamente ao município parcelas de terreno para implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos, a integrar o domínio municipal.

2.1 - As parcelas a ceder correspondem à cedência efetiva (ce), sendo contabilizadas e comparadas com a cedência abstrata (ca) calculada de acordo com os parâmetros estabelecidos no PDM

2.2 - Não havendo compatibilidade entre ca e ce, haverá lugar a uma compensação (Cp) em numerário ou em espécie determinada pela seguinte fórmula

$$Cp = T2 \times (ca - ce)$$

$$T2 = K \times C \times L^E$$

$$K = 0,090$$

- 2.3 - As operações urbanísticas abrangidas por isenção ou redução de taxas têm igual benefício no apuramento do valor das compensações quando localizadas fora dos perímetros urbanos ou espaços urbanos; o benefício reduz-se a metade quando localizadas dentro dos perímetros urbanos ou espaços urbanos. Exceção-se as reduções previstas no art.º 9.º do regulamento com aplicação específica no valor das compensações.
- 2.4 - Em situações não contempladas no número anterior, e no caso concreto de operações urbanísticas referentes a adegas (indústria) e usos agrícolas associados e funcionalmente dependentes destas, o valor da compensação reduz-se a metade quando localizadas em perímetros urbanos ou espaços urbanos. Exceção-se do disposto as operações que beneficiem da redução prevista na alínea c) do n.º 23 do art.º 9.º do regulamento.

C - Custo de construção por m2 previsto no n.º 1 do artigo 39.º do CIMI

E expoente = 1,250

3 - A compensação (CP) é apenas aplicável quando $C_e < C_a$

4 - A compensação em espécie depende de prévia aceitação por parte da Câmara

5 - Quando aceite, a sua aplicabilidade tem por base o seguinte:

- 5.1 - Feita a determinação do montante total da compensação a pagar, se se optar por realizar esse pagamento em espécie haverá lugar à avaliação dos terrenos ou imóveis a ceder ao município, e o seu valor poderá ser determinado por uma das seguintes formas:
- Por relatório de avaliação elaborado por perito da lista oficial;
 - Por relatório de avaliação elaborado por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela Câmara Municipal e o terceiro pelo promotor da operação urbanística, com decisão apurada por maioria absoluta dos votos dos seus elementos.
- 5.2 - Se, numa ou noutra situação, o relatório de avaliação não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.
- 5.3 - No pagamento da compensação em espécie, a diferença do seu valor para o valor calculado para a compensação devida em numerário não deverá ultrapassar o valor das taxas globalmente devidas pela operação urbanística, sendo essa diferença liquidada da seguinte forma:
- Se o diferencial for favorável ao município, será o mesmo pago em numerário pelo promotor da operação urbanística;
 - Se o diferencial for favorável ao promotor, ser-lhe-á o mesmo deduzido das taxas que lhe forem aplicadas no âmbito da operação urbanística.
- 5.4 - Todas as despesas que resultem do processo de avaliação decorrem por conta do promotor da operação urbanística.

Nº 25 - Informação prévia relativa à possibilidade de realização de operações urbanísticas

a) No ato de apresentação do pedido de informação prévia é devida a taxa

385,02 €

b) Acresce à alínea a), na emissão da declaração, a componente variável calculada de acordo com a operação urbanística e respetiva fórmula:

b.1) Por operação de loteamento

EAV = Bi + Cp em que

Bi = I' x € x (3 x n + stp + 2 x m) x Σ (stpi / STPT) x ti

CP = [I' x Σ ((ti-0,3) x IOGT x stpi + (ti-0,25) x ECEV x stpi)]

Em que € = 1,5

n = número de fogos ou unidades

m = nº meses ou frações

r - parâmetro de majoração da perifericidade, com r=

r - na construção de unidades comerciais de dimensão relevante[r] assume sempre o valor de

0,5
2,0

ti = tipo sendo

t1 - habitação

1,0

t2 - indústria e armazém

0,9*

* - Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e /ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.

t3 - comércio e serviços e turismo

1,3

t4 – Grandes superfícies comerciais	2,0
t5 - usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agricultura e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividade primária	0,5
t6 -outros usos	0,5

b.1.1) Havendo lugar à realização de obras de urbanização acresce às taxas anteriores a parcela variável prevista na alínea b.3).

b.1.2) Pela Discussão pública no âmbito de operação de loteamento são devidas as taxas previstas no n.º 4 do Capítulo X da presente tabela.

b.2) Por obras de urbanização

$$0,25 \times D \times (P + A + C + S + T + E + G + V) \times I + m \times \text{€}$$

Em que

D = 903,26 € - custo administrativo	T = 1 (havendo rede de telecomunicações)
P = 1 (havendo obras de pavimentos)	E = 1 (havendo rede de eletricidade)
A = 1 (havendo rede de águas)	G = 1 (havendo rede de gás)
C = 1 (havendo rede de pluviais)	V = 1 (havendo execução de espaços verdes)
S = 1 (havendo rede de esgotos)	I - coeficiente de localização relativo ao uso predominante = valor do zonamento conforme IMI, ou, quando este é indeterminado =1
m = nº de meses	€ = 60,0

b.3) Por obras de edificação

$$\text{€} \times [5 \times n + \Sigma(\text{stpi} \times \text{ti}) + 5 \times m] \times I'$$

com € = 1,40

n = número de fogos ou unidades

m = nº meses ou frações

r - parâmetro de majoração da perifericidade, com r = 0,5
ti = tipo sendo

t1 Habitação =	1,0
t2 - Indústria e armazém =	0,9*
* - Quando a operação urbanística se localizar fora de espaços urbanos e /ou industriais o coeficiente aplicado é igual a 1,3.	
t3 - Comércio e serviços e turismo e recintos de espetáculos e divertimentos públicos =	1,3
t4 - Grandes superfícies comerciais =	2,0
t5 - Usos agrícolas e outros usos quando diretamente associados à exploração agricultura e nela localizados, usos pecuários ou outros associados a atividade primária =	0,5
t6 Outros usos =	0,5

b.3.1) Na edificação de corpos balançados sobre a via pública, por m2 ou fração, quando aplicável:

Corpos balançados encerrados	164,10 €
Corpos balançados não encerrados	82,05 €

b.3.2) Casos especiais de edificação, quando aplicável:

1 Muros confinantes com a via pública, metro ou fração	0,67 €
2 Muros não confinantes com a via pública, metro ou fração	0,40 €
3 Piscinas por m2	5,38 €
4 Depósito, tanques e outros, por m3 ou fração	2,69 €
5 Elevadores, por unidade	134,57 €
6 Alteração de fachadas, abertura, modificação ou fechamento de vãos por área da fachada alterada e alteração/substituição de cobertura (medida pela projeção horizontal) - por m2 ou fração	0,67 €
7 Antenas de telecomunicações e instalações anexas, por unidade	403,72 €
8 Estruturas de cobertura e ensombramento de estacionamento (medida pela projeção horizontal), por m2	5,38 €
9 Anexos e telheiros relativos a operações não contempladas na alínea c) , por m2	5,38 €

c) (Revogada)

d) O valor da taxa da alínea a) reduz-se a metade quando a informação prévia de obras de edificação tiver uma superfície total de pavimentos igual ou inferior a 120m2, correspondendo às áreas brutas de construção afetas ao uso, contabilizáveis para o índice de utilização, de acordo com as definições do Plano Diretor Municipal (stp) e as demais áreas de construção propostas, no caso de operações de loteamento com menos de 10 lotes ou 1.200m2 de superfície total de pavimentos.

- e) Na apresentação do pedido de declaração de validação da informação prévia é unicamente devida metade da taxa prevista na alínea a) do presente número.

Nº 26 - Pela prestação de outros serviços de carácter técnico

1 - No ato de apresentação de cada pedido, previsto nas seguintes alíneas, é devida a taxa de

31,05 €

- a) Informação genérica (não vinculativa), sobre o enquadramento urbanístico, condicionantes, restrições e servidões administrativas contidas nos instrumentos de planeamento, nomeadamente no âmbito do direito à informação (art.º 110.º do RJUE) ou para efeitos de destaque
- b) Informação sobre os termos em que se deve processar a legalização
- c) Informação relativa ao exercício do direito de preferência (quando não submetido pelo portal Casa Pronta)
- d) Parecer referente à constituição de compropriedade/aumento do n.º de compartes
- e) Baixadas de energia elétrica

2 - Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, no âmbito de legislação específica, nomeadamente DL 165/2014, de 05/11, na redação em vigor – no ato de apresentação é devida a taxa de

355,77 €

Nº 27 - Ocupação do domínio público municipal

1 - Esta taxa é composta por uma componente fixa correspondente ao custo administrativo e por uma componente variável que diferencia o benefício do sujeito passivo, tendo como referência o custo de amortização e manutenção do espaço público e a localização da ocupação. Caso esta ocupação colida com perdas de receita por impedimento de outras ocupações, nomeadamente estacionamento de duração limitada, a componente variável será estabelecida pelo dobro do valor calculado.

- a) Pela entrada do processo será paga uma taxa de preparos

62,10 €

Acresce pelo licenciamento

- b) O valor em função da seguinte fórmula

$$V = \Sigma \text{CREP} \times K_i \times M \times U$$

CREP - Custo de referência de m2 de espaço público por mês

m = nº de meses ou frações

U = unidade de ocupação (m, m2, ud, piso,)

4,52 €

K1 - Tapumes ou resguardos, por mês e por metro ou fração, incluindo cabeceiras	0,3
K2 - Por metro quadrado ou fração da via pública ocupada e por mês	0,3
K3 - Andaimes, por mês, por metro ou fração e por piso (não conta o piso térreo).	1
K4 - Gruas, guindastes ou similares, colocados no espaço público, por mês e por unidade	20
K5 - Outras ocupações, por metro quadrado da superfície de domínio público ocupado e por mês	0,5
K6 - Estações ou antenas transmissoras de sinal, por ano, cada	100

Nº 28 - Vistorias

Aos valores das taxas fixadas neste artigo acrescem, sempre que se verifiquem, custos inerentes a peritos de outras entidades

Nº 28.1 - Vistorias habitação, comércio e serviços

- a) Componente fixa

91,98 €

Acrescem

- b) Componente variável seguinte:

$$T = \text{€} \times (K \times n + \text{STP}) \times I \times P_i$$

Em que

€ = 0,30€

n = nº de fogos ou unidades

Pi = Ponderador de Uso de tipo i

P1 - Habitação = 0,8

P2 - Comércio, Serviços ou Comércio e serviços = 1,0

K = 5

Nº 28.2 Vistoria para efeitos de autorização de utilização, relativa à ocupação de espaços destinados a serviços de restauração e de bebidas

- a) Componente fixa

157,68 €

Acrescem

b) Componente variável seguinte:

$$T = \text{€ } x (K \times n + \text{STP})$$

$$\text{€} = 0,60\text{€}$$

K = constante por unidade = 50

n = nº de unidades

Nº 28.3 Auditorias para classificação de empreendimentos turísticos e revisão de classificação

a) Componente fixa

189,22 €

Acrescem

b) Componente variável seguinte:

$$T = \text{€ } x (K \times n + c + \text{STP})$$

$$\text{€} = 0,10$$

K = constante por unidade = 50

n = nº de unidades de alojamento

c = pessoas/utentes

Nota: para empreendimento turístico - parques de campismo e caravanismo – cada tenda e/ou caravana constitui uma unidade de alojamento.

Nº 28.4 Vistoria para efeitos de integração de edifícios em regime de propriedade horizontal ou da sua alteração

a) Componente fixa

91,98 €

Acrescem

b) Componente variável seguinte:

$$T = \text{€ } x (n \times K + \text{STP}) \times I$$

$$\text{€} = 0,20$$

K = constante por unidade = 50

n = nº de fogos ou unidades

Nº 28.5 Vistoria e procedimentos associados às instalações mecânicas de elevação (elevadores, monta-carga, escadas mecânicas e tapetes rolantes)

a) Componente fixa

103,14 €

Nº 28.6 Vistorias a estabelecimentos industriais a que se referem os atos no Decreto-Lei n.º 169/2012, 1 de agosto na sua atual redação que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR) para as indústrias de tipo 3 em que a entidade coordenadora é a Câmara Municipal

a) Componente fixa

a.1) Com atendimento digital assistido

191,28 €

a.2) Sem atendimento digital assistido

175,29 €

b) Acresce ao montante indicado na alínea a):

b.1) Por cada 50 m2 ou fração

35,06 €

b.2) (Revogado)

N.º 28.7 Pelas vistorias efetuadas, ou em que participa a Câmara, e para as quais lhe cabe determinar as respetivas taxas

a) Componente fixa

29,71 €

Acresce

b) Componente variável seguinte:

Acresce por cada 50 m2 ou fração - 20% da componente fixa

5,94 €

Nº 28.8 Vistorias para efeitos de medição dos níveis sonoros

a) Componente fixa

103,14 €

N.º 28.9 Outras vistoriais não previstas nos números anteriores

a) Componente fixa

91,98 €

N.º 28.10. Vistorias às condições de segurança, salubridade e melhoria do arranjo estético das edificações, nos termos do disposto no artigo 90.º do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro

91,98 €

N.º 28.11. Nível de conservação do edificado

N.º 28.11.1 Vistorias para determinação do nível de conservação

O valor corresponde a uma unidade de conta (UC) prevista no Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, na atual redação. A UC é atualizada anualmente e automaticamente de acordo com o indexante dos apoios sociais (IAS), devendo atender-se, para o efeito, ao valor de UC respeitante ao ano anterior.

N.º 28.11.2 Definição das obras necessárias para a obtenção do nível de conservação superior, a partir da vistoria a que se refere o ponto 28.11.1.

O valor corresponde a 0,5 da unidade de conta (UC) a que se refere o ponto 28.11.1.

Nota: Quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício as taxas previstas neste ponto 28.11. são reduzidas a um quarto para cada unidade adicional à primeira.

N.º 29 - Operações de Destaque

O pedido de destaque ou a sua reapreciação, bem como a emissão da certidão relativa ao destaque, que nos termos do RJUE, não esteja isento de comunicação prévia está sujeito ao pagamento de:

a) No ato de apresentação do pedido (componente fixa) é devida a taxa de

270,36 €

b) Acresce à alínea a) a componente variável seguinte::

$$V = \text{€} * \text{stpp} * (0,3 + I)$$

Em que

$$\text{€} = 0,10\text{€}$$

stpp = superfície total de pavimentos potencial da área a destacar

c) Na apresentação de elementos que decorram da insuficiente ou deficiente instrução do pedido, que sejam indispensáveis ao conhecimento da pretensão e cuja falta não possa ser oficiosamente suprida, nos termos da lei, é devida uma taxa

32,38 €

d) A apresentação de elementos retificativos que decorram, nomeadamente de erros de conteúdo do projeto e que não são indispensáveis ao conhecimento da pretensão ou não alterem o projeto, é devida a taxa de

7,66 €

N.º 30 - Obras de demolição

As obras de demolição, que não estejam isentas de controlo prévio ou comunicação prévia nos termos do RJUE, não integradas em procedimento de licenciamento ou comunicação prévia de obras de edificação, estão sujeitas ao pagamento de:

a) Taxa pelo licenciamento de obras de demolição

70,20 €

Nota: metade do valor é pago na apresentação do pedido e o restante no momento de emissão do título

b) Pela comunicação prévia de obras de demolição

56,16 €

N.º 31 - Estabelecimentos Industriais - Tipo 3

a) Exploração de estabelecimento industrial (mera comunicação prévia)

a.1) Com atendimento digital assistido

314,80 €

a.2) Sem atendimento digital assistido

274,83 €

b) Alteração (mera comunicação prévia)

b.1) Com atendimento digital assistido

79,90 €

b.2) Sem atendimento digital assistido

67,91 €

c) Comunicação de suspensão, ou cessação da atividade (mera comunicação prévia) incluindo averbamento automático no título digital

c.1) Com atendimento digital assistido

17,99 €

c.2) Sem atendimento digital assistido

13,99 €

d) Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	
d.1) Com atendimento digital assistido	99,95 €
d.2) Sem atendimento digital assistido	89,29 €
e) Pedido de Número de Controlo Veterinário (NVC) (quando aplicável e se associado a instalações comerciais ou de armazenamento)	74,95 €

Nº 32 - Receção de Obras de Urbanização

Aos procedimentos de receção provisória ou definitiva de obras de urbanização aplica-se:

a) Pela entrada do pedido de receção	810,68 €
a.1.) Pela entrada do pedido de receção definitiva	405,34 €
a.2.) Após a realização da primeira vistoria para efeitos de receção provisória para ou definitiva, e caso sejam necessárias outras vistorias, é devida, por cada uma, a taxa prevista no n.º 28.9.	
b) Em obras de urbanização dissociadas de operação de loteamento, ou quando incluídas em área loteanda inferior a 1 Ha, o valor da alínea a) reduz-se a metade.	

Nº 33 - Receção de Resíduos da Construção Civil

A receção de resíduos de construção civil está sujeita ao pagamento de:

a) Pela receção	3,91 €
Acresce por m3	
b) Pelo transporte para entidade recetora de tratamento	2,79 €
c) Pelo depósito na entidade recetora (será cobrada a taxa de depósito que o município pagar à referida entidade)	

Nº 34 - Assuntos Administrativos

Os atos, serviços e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito do regime de urbanização e edificação estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas no Nº 34º do capítulo X e, quando similares, assumem valor idêntico ao das mesmas taxas definidas nos capítulos anteriores da presente tabela.

Nº 34.1 - Inscrição e Substituição de Técnicos e Registo de declaração de responsabilidade

a) Substituição de técnico responsável da obra, empreiteiro ou outro	7,33 €
b) Registo de declaração de responsabilidade	7,33 €

Nº 34.2 - Depósito da ficha técnica de habitação

a) Depósito da ficha técnica de habitação	6,66 €
---	---------------

Nº 34.3 - Averbamentos no âmbito de procedimento de urbanísticos por motivo de substituição do requerente ou comunicante ou do titular do alvará de construção

A taxa corresponde a 20% do valor da taxa administrativa paga no ato de origem

Nº 34.4 - Emissão de certidão da aprovação de edifício em regime de propriedade horizontal

a) Não excedendo uma página	80,01 €
b) Por cada página além da primeira	8,00 €

Nº 34.5 - Outras certidões/declarações

a) Toponímia	19,06 €
b) De teor	
b.1) De teor não excedendo uma página, inclui certidões relativas ao direito à informação	9,68 €
b.2) Por cada página além da primeira	2,66 €
c) Narrativa — certidões/declarações	
c.1) Narrativa não excedendo uma página	23,67 €
c.2) Por cada página além da primeira	4,00 €
d) Autenticação de documentos - por cada	25,10 €
e) Atribuição/indicação do número de polícia	6,75 €

Nº 34.6 - Outros Atos Administrativos

a) Verificação ou marcação de alinhamentos ou níveis em construções, incluindo muros e vedações confinantes com via pública ou terrenos de domínio público:	26,23 €
a.1) Acresce por cada 100 m - 15% do Custo Administrativo	3,93 €

b) Pedido de conjunto constituído por planta de localização/Extratos PMOTs/Cartas REN e RAN — formato até A3	21,04 €
c) Fotocópias autenticadas de peças desenhadas ou escritas por folha até formato A3	
i - primeira folha	10,52 €
ii - por cada folha mais para além da primeira e até 100	2,50 €
iii - por cada folha mais acima de 100	1,50 €
d) Fotocópias autenticadas de peças desenhadas ou escritas por folha com formato superior a A3	
i - primeira folha	21,04 €
ii - por cada folha mais para além da primeira e até 50	5,00 €
iii - por cada folha mais acima de 50	2,50 €

Nota: Nas fotocópias autenticadas é cobrado, no momento de apresentação do requerimento, o valor da 1.ª folha (formato A4) — 10,52 € [n.º i da alínea c)] e o restante no momento do levantamento das fotocópias. Quando se trate de cópia integral de processo(s) é cobrado, no momento da apresentação do requerimento, o valor correspondente a 100 folhas até formato A3 [n.ºs i e ii da alínea c)]: 1 folha 10,52 € + (99 x 2,50 €) = 258,02 €. Após a prestação do serviço é calculado o valor total e, consoante o valor apurado, procede-se ao estorno ou à emissão de guia com o valor diferencial (a devolver ou a cobrar aquando do levantamento das fotocópias).

e) Ao valor das tarifas previstas para as fotocópias simples de peças desenhadas ou escritas inseridas em processo de urbanismo, acresce, respeitante a encargos de circulação e custódia dos processos, por pedido, o valor de 2,00 €.	
f) (Revogada.)	
g) Autenticação de livro de Obras — termos e numeração	6,75 €
h) Outros serviços ou atos não previstos especialmente nesta tabela	6,75 €
i) Fornecimento de elementos de processos em suporte digital:	
Envio por e-mail ou com recurso a plataforma informática	3,50 €
Gravação em CD/DVD, outros formatos	21,04 €
j) Aditamento a títulos que não altere a operação titulada, o projeto, ou a classificação do empreendimento, não sujeito a controlo prévio ou comunicação prévia, e se prenda apenas com a descriminação de especificações, é devida a taxa de	42,87 €

TAXAS MUNICIPAIS

MODELO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS MUNICIPAIS APLICAÇÃO DA LEI 53-E/2006 DE 29 DE DEZEMBRO

1. FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS MUNICIPAIS 1.1. INTRODUÇÃO

As taxas municipais entendidas como prestações pecuniárias, definitivas e bilaterais consistem nos montantes que os utentes de determinadas autorizações ou levantamentos por parte das administrações de algumas interdições, não tinham, até à publicação da Lei 60-E / 2007 de 29 de dezembro, a necessidade de fundamentação. Entendia-se que, apesar de não terem a característica da generalidade e universalidade não se poderia estabelecer equivalência entre o “serviço” prestado e o pagamento efetuado. Ao vir determinar a necessidade de fundamentar os valores das taxas a lei obriga a que seja encontrada essa equivalência.

O critério básico que a autarquia adota para a determinação dos valores a cobrar em cada uma das taxas dos serviços prestados pela autarquia consiste na determinação dos custos por minuto, quer sejam os custos com o pessoal afeto ao processo de emissão da licença/autorização, quer sejam os custos com o equipamento afeto a cada funcionário bem assim como os restantes custos específicos ou não.

1.2. METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DAS TAXAS

Duma forma simples poderemos dizer que a taxa a suportar pelo utente do serviço público autárquico terá de suportar:

1. Os custos administrativos (CAD) de emissão da taxa que resultam de todo o procedimento administrativo inerente à emissão da mesma.
2. Os custos técnicos (CTE) de emissão da taxa que resultam dos procedimentos de natureza técnica (pareceres, cálculos e outros) necessários para emissão de algumas licenças e autorizações.
3. Os custos de decisão (CDE) consistem nos períodos que os agentes decisores (câmara municipal, membros da Câmara e responsáveis com competências delegadas) destinam á tomada de decisão.
4. Os custos específicos (CES) são os custos que derivam de casos específicos característicos de algumas taxas nomeadamente as taxas urbanísticas mas também outras taxas que além dos custos antes referidos exigem outros custos como custos com maquinaria.

Genericamente o valor da taxa será assim obtido por:

$$\text{TAXA} = \text{CAD} + \text{CTE} + \text{CDE} + \text{CES}$$

1.2. 1. CUSTOS ADMINISTRATIVOS CAD

Os custos administrativos englobam todos os custos suportados no processo administrativo, nomeadamente a receção, organização e circuito do processo relativo a cada taxa e da comunicação final ao município, emissão e cobrança da taxa ou licença.

Genericamente serão dados por:

$$\text{CAD} = \sum A_i R_i + \sum A_i \times \text{CAMEI} + \sum A_i \times \text{CMAEI} + \sum A_i \times \text{CFU}$$

em que:

A_i - é o número de minutos dispendido por cada um dos intervenientes no processo administrativo característico a todas as taxas. Estes tempos estão detalhados nas folhas PA (processos administrativos) ou PU, (processos urbanísticos) e sintetizados nas folhas FA (fundamentação administrativa) e FU (fundamentação urbanística)

R_i - é a remuneração / minuto de cada um dos intervenientes sendo essa remuneração calculada nos termos do Anexo 1

CAM - são os custos médios por minuto com as amortizações dos equipamentos e instalações disponibilizados aos vários intervenientes Anexo 2.1

CMA - são os custos médios por minuto com a manutenção dos equipamentos e instalações disponibilizados aos vários intervenientes Anexo 2.2

CFU - são os custos médios por minuto com os restantes custos afetos ao processo de produção técnico-administrativa conforme Anexos 3 e 4

1.2. 2. CUSTOS TÉCNICOS CTE

Os custos técnicos englobam todos os custos suportados de natureza técnica, nomeadamente o estudo do processo, emissão de pareceres técnicos e fundamentações da decisão política relativo a cada taxa e licença ou pedido de autorização e genericamente serão obtidos tal como os custos administrativos.

$$\text{CTE} = \sum A_i R_i + \sum A_i \times \text{CAMEI} + \sum A_i \times \text{CMAEI} + \sum A_i \times \text{CFU}$$

1.2. 3. CUSTOS DE DECISÃO CDE

Os custos de decisão englobam todos os custos suportados de natureza política, nomeadamente a cedência de autorização e poderão ou não ser originados ao nível da Câmara. Genericamente podem ser calculados tal como os custos administrativos.

$$\text{CDE} = \sum A_i R_i + \sum A_i \times \text{CAMEI} + \sum A_i \times \text{CMAEI} + \sum A_i \times \text{CFU}$$

1.2. 4. CUSTOS ESPECÍFICOS CES

Os custos específicos são custos característicos de algumas taxas e serão fundamentados caso a caso representando o seu valor ou custos efetivamente suportados pela autarquia ou benefícios auferidos pelos municípios interessados (Anexo 5).

$$\text{CAD} = \sum T_i$$

em que:

T_i - são os custos específicos a cada taxa nomeadamente disponibilização de equipamento e fornecimento de bens e serviços específicos.

O montante global a cobrar poderá assim ser determinado pela fórmula seguinte que integra quer os custos administrativos quer os custos técnicos e de decisão quer os custos específicos a cada taxa. Os somatórios indicados resultam assim da agregação dos custos referidos anteriormente.

$$\text{TAXA} = \sum A_i R_i + \sum A_i \times \text{CAMEI} + \sum A_i \times \text{CMAEI} + \sum A_i \times \text{CFU} + \sum T_i$$

1.3. ANEXOS DA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

ANEXO 1- CÁLCULO DO CUSTO DE PESSOAL (CUSTO UNITÁRIO POR MINUTO) R_i

O custo de cada funcionário por minuto (R_i) é calculado considerando todos os custos de pessoal entendendo-se que, além das remunerações específicas a cada funcionário os restantes custos são igualmente distribuídos por cada funcionário através da afetação do custo médio.

O custo anual de cada funcionário (RAi) é apurado através da soma dos encargos com remunerações (ENC REM) com o subsídio de almoço (SUB ALM), as despesas de representação (DES REP), os seguros (SEGUROS) e outros encargos com o pessoal (OUT ENC).

$$RA_i = ENC\ REM + SUB\ ALM + DES\ REP + SEGUROS + OUT\ ENC$$

ENC REM = $NMR \cdot IND_i \cdot 1 + SSF_i$ sendo **NMR** o número de meses de pagamento e **IND_i** o valor do índice 100 x o índice de cada funcionário e **SSF_i** a contribuição do município para a Segurança Social.

SUB ALM = $DTA \cdot SAL_i$ sendo **SAL_i** o valor diário de subsídio de almoço e **DTA** o número de dias de trabalho por ano.

DES REP = $NMA \cdot REP_i$ sendo **NMA** o número de meses de pagamento e **REP_i** o valor mensal do subsídio de representação.

SEGUROS = $NMA \cdot IND_i \cdot SEG_i$ sendo **NMA** o número de meses de pagamento, **IND_i** o valor do índice 100 x o índice de cada funcionário e **SEG_i** é 1% (valor aproximado do seguro de acidentes no trabalho).

OUT ENC = $NMA \cdot IND_i \cdot OUT_i$ sendo **NMA** o número de meses de pagamento, **IND_i** o valor do índice 100 x o índice de cada funcionário e **OUT_i** é 5% (valor aproximado dos restantes encargos com pessoal: ADSE e outros).

Assim, considerando: **NMR** = 14 ; **SSF_i** = 15% ; **DTA** = 231 ; **NMA** = 12 ; **SEG_i** = 1% ; **OUT_i** = 5%

$$RA_i = 14 \cdot IND_i \cdot (1 + 15\%) + 231 \cdot SAL_i + 12 \cdot REP_i + 12 \cdot IND_i \cdot 1\% + 12 \cdot IND_i \cdot 5\%$$

O cálculo para um conjunto significativo de categorias consta na tabela abaixo considerando-se que:

Valor do Índice 100 = 330,61 € ; Subsídio de almoço = 4,11 € ; Horas de trabalho / ano = 1.540

ANEXO 1 - VALORES DOS ÍNDICES MÉDIOS E CÁLCULO DO CUSTO MÉDIO POR MINUTO DO PESSOAL

Ri 98

Tabela FU01

CATEGORIA			Índice Médio	ÍND _i	RA _i	Valor / Hora	Valor / minuto (R _i)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						
A00	OPE	Operário Esp	2,46	813,30 €	16.499,72 €	10,71 €	0,1786 €
A01	OPI	Operário	1,42	469,47 €	9.925,60 €	6,45 €	0,1074 €
A02	AU1	Auxiliar	1,42	469,47 €	9.925,60 €	6,45 €	0,1074 €
A03	AU2	Aux Adm	1,45	479,38 €	10.115,24 €	6,57 €	0,1095 €
A22	MOT	Motorista	2,28	753,79 €	15.361,89 €	9,98 €	0,1663 €
A04	COV	Coveiro	2,28	753,79 €	15.361,89 €	9,98 €	0,1663 €
A05	AD1	Expediente	2,16	714,12 €	14.603,34 €	9,48 €	0,1580 €
A06	AD2	Administrativo	2,38	786,85 €	15.994,02 €	10,39 €	0,1731 €
A07	CHS	Chefe Secção	3,60	1.190,20 €	23.705,96 €	15,39 €	0,2566 €
A08	ENC	Encarregado	2,90	958,77 €	19.281,07 €	12,52 €	0,2087 €
A09	FIS	Fiscal	3,20	1.057,95 €	21.177,45 €	13,75 €	0,2292 €
A10	TPR	Técnico-Profissional	3,26	1.077,79 €	21.556,73 €	14,00 €	0,2333 €
A11	TEC	Técnico	3,50	1.157,14 €	23.073,83 €	14,98 €	0,2497 €
A12	TES	Tesoureiro	3,37	1.114,16 €	22.252,07 €	14,45 €	0,2408 €
A13	TSU	Técnico Superior	4,50	1.487,75 €	29.395,09 €	19,09 €	0,3181 €
A16	CDV	D. Dep / Ch Divisão	7,55	2.496,11 €	50.933,47 €	33,07 €	0,5512 €
A17	EL3	Eleito		3.708,00 €	83.506,77 €	48,80 €	0,8134 €
A20	CM3	Câmara		3.708,00 €	83.951,73 €	225,63 €	3,7606 €
A21	VIS	Vistoria (Chefe Divisão + Técnico Superior + Técnico Profissional + Administrativo)				76,55 €	1,2758 €

ANEXO 2 - CÁLCULO DO CUSTOS COM AMORTIZAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES CAM**ANEXO 2.1 - AMORTIZAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES – ADMINISTRATIVAS**

Tabela FU02

Tempo anual em minutos 109200

EQUIPAMENTOS / INSTALAÇÕES	QUANT.	VALOR DE AQUISIÇÃO	ANOS	CUSTO ANUAL		CUSTO / MINUTO	
				AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO
Equipamento Administrativo	1	1.230,00 €	8	153,75 €	30,75 €	0,00141 €	0,00028 €
Equipamento Informático	1	3.950,00 €	4	987,50 €	98,75 €	0,00904 €	0,00090 €
Equipamento de Rede	1	600,00 €	4	150,00 €	15,00 €	0,00137 €	0,00014 €
Área do edifício / funcionário	10,50	720,00 €	50	151,20 €	75,60 €	0,00138 €	0,00069 €
TOTAIS				1.442,45 €	220,10 €	0,01321 €	0,00202 €
						B01CAM	B01CCR

ANEXO 2.2 - AMORTIZAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES – URBANÍSTICAS

Tabela FU03

EQUIPAMENTOS / INSTALAÇÕES	QUANT.	VALOR DE AQUISIÇÃO	ANOS	CUSTO ANUAL		CUSTO / MINUTO	
				AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO
Equipamento Administrativo	1	1.353,00 €	8	169,13 €	33,83 €	0,00155 €	0,00031 €
Equipamento Informático	1	4.345,00 €	4	1.086,25 €	108,63 €	0,00995 €	0,00099 €
Equipamento de Rede	1	600,00 €	4	150,00 €	15,00 €	0,00137 €	0,00014 €
Área do edifício / funcionário	11,50	720,00 €	50	165,60 €	82,80 €	0,00152 €	0,00076 €
TOTAIS				1.570,98 €	240,25 €	0,01439 €	0,00220 €
						B02CAM	B02CCR

ANEXO 3 - OUTROS CUSTOS DIRETOS COM AS INSTALAÇÕES CFU**ANEXO 3.1 - OUTROS CUSTOS DIRETOS COM AS INSTALAÇÕES – ADMINISTRATIVAS**

Tabela FU04

	CUSTO ANUAL	ÁREA TOTAL	CUSTO / M2	CUSTO / AGENTE / ANO	MINUTOS / ANO	CUSTO / MINUTO
Limpeza e higiene -15%	37.526,97 €	884	42,45 €	445,74 €	109200	0,004082 €
Electricidade 15%	33.492,66 €	884	37,89 €	397,82 €	109200	0,003643 €
Comunicações 10%	64.293,77 €	884	72,73 €	763,67 €	109200	0,006993 €
Segurança 5%	24.329,47 €	884	27,52 €	288,98 €	109200	0,002646 €
Seguros 5%	10.847,51 €	884	12,27 €	128,84 €	109200	0,001180 €
TOTAIS				2.025,06 €		0,018544 €

C01CCFU

ANEXO 3.2 - OUTROS CUSTOS DIRETOS COM AS INSTALAÇÕES – URBANÍSTICAS

Tabela FU05

	CUSTO ANUAL	ÁREA TOTAL	CUSTO / M2	CUSTO / AGENTE / ANO	MINUTOS / ANO	CUSTO / MINUTO
Limpeza e higiene -15%	37.526,97 €	884	42,45 €	488,19 €	109200	0,004471 €
Electricidade 15%	33.492,66 €	884	37,89 €	435,71 €	109200	0,003990 €
Comunicações 10%	64.293,77 €	884	72,73 €	836,40 €	109200	0,007659 €
Segurança 5%	24.329,47 €	884	27,52 €	316,50 €	109200	0,002898 €
Seguros 5%	10.847,51 €	884	12,27 €	141,12 €	109200	0,001292 €
TOTAIS				2.217,92 €		0,020311 €

C02CCFU

ANEXO 4 - AFETAÇÃO DE CUSTOS AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS TAXAS**CONTA 61 CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS**

Não se afetam os custos das mercadorias vendidas e consumidas. São custos específicos do fornecimento de alguns bens/serviços

CONTA 62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nesta conta poderemos encontrar situações distintas:

contas que é possível afetar a um dos processos participantes na elaboração de taxas e licenças (para custos administrativos, para custos técnicos e para custos de decisão);

contas que não é possível afetar a um dos processos participantes na elaboração de taxas e licenças (para custos administrativos, para custos técnicos e para custos de decisão) mas sobre as quais não há dúvida de que devem ser incluídos nesses custos;

contas que não devem ser afetadas ao processo de elaboração das taxas e licenças.

Na tabela abaixo descrevem-se as contas uma a uma e apresentam-se propostas de afetação:

Tabela FU06

CONTA	DESCRIÇÃO	AFECTAR DIRECTAMENTE A							CUSTOS PARA
		CA	CT	CD	CA/CT	CA/CD	CT/CD	TODOS	
	Transportes escolares								Transportes esc.
	Espectáculos culturais e recreativos								Espectáculos
	Sinalização e trânsito								Taxas específicas
	Resíduos sólidos								Resíduos sólidos
	Saneamento								Saneamento
	Iluminação Pública								IP
	Instalações							x	
	Gasóleo								Máquinas e viaturas
	Gasolina								Máquinas e viaturas
	Outros								Máquinas e viaturas
	Água							x	Na parte não dist direc
	Outros fluidos							x	
	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	x	x	x					
	Livros e documentação técnica	x	x	x					
	Material de escritório	x	x	x					
	Artigos para oferta			x					
	Rendas e alugueres	x	x	x					
	Comunicação							x	
	Seguros	x	x	x					
	Royalties								Não afectar
	Transportes de mercadorias								Não afectar
	Transportes de pessoal	x	x	x					
	Deslocações e estadas	x	x	x					
	Honorários	x	x	x					
	Contencioso e notariado								Não afectar
	Conservação e reparação							x	
	Publicidade e propaganda								Não afectar
	Limpeza, higiene e conforto							x	
	Vigilância e segurança							x	
	Trabalhos especializados	x	x	x					
	Alimentação (refeitório)								Não afectar
	Alimentação (prestação de serviços)								Não afectar
	Material de educação cultura e recreio								Não afectar
	Material honorífico e de representação			x					
	Alimentação, roupas e calçado								Não afectar
	Material de transporte								Não afectar
	Encargos de cobrança								Não afectar
	Outros fornecimentos e serviços							x	
	Materiais diversos							x	

CONTA 63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS
-----------------	---

Não se afetam os custos das transferências.

CONTA 64	CUSTOS COM O PESSOAL
-----------------	-----------------------------

Os procedimentos a adotar nas despesas com o pessoal é o referido no ponto 1. Não são atribuídos custos indiretos nesta tabela uma vez que na "Tabela FU01", onde se calcula "RI", foi introduzido um fator INDi que calcula 5% sobre o valor do funcionário que intervém diretamente. Assim, foi nesta fase que foram atribuídos, entre outros, os custos indiretos com pessoal, tais como, telefone, secretariado, etc...

CONTA 65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS
-----------------	--

Não se afetam os custos das e perdas operacionais.

CONTA 66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO
-----------------	----------------------------------

Os critérios adotados para cálculo dos custos de reposição e manutenção dos equipamentos e edifícios tem como objetivo determinar o cálculo por minuto desses custos de forma a poder afetá-los ao processo de cálculo do custo administrativo e técnico das taxas. Considerou-se um conjunto de equipamentos disponíveis por agente conforme tabela de forma a determinar o custo / minuto de utilização. Consideraram-se indistintamente equipamentos-tipo para os serviços administrativos e procedeu-se de igual forma para os serviços técnicos. Os resultados constam do Anexo 2. Quanto às amortizações do equipamento/instalações afetos a taxas específicas estes são determinados de acordo com o Anexo 6.

CONTA 6.	OUTROS CUSTOS - AFETAÇÃO DIRETA
-----------------	--

Dos restantes custos consideram-se os que direta ou indiretamente se relacionam com o processo de elaboração das taxas. Entre os que estão diretamente relacionados consideramos os encargos das instalações e os seguros (Anexo 3).

CONTA 6.	OUTROS CUSTOS - AFETAÇÃO INDIRETA
-----------------	--

Para além dos custos já afetados diretamente e constante dos quadros dos Anexos 2 e 3 os restantes custos são distribuídos por funcionário e por minuto de acordo com a metodologia que foi inicialmente definida. Assim:

Tabela FU06

TOTAL DE CUSTOS DIRECTOS

61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS		Não afectar
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	11.204.811,04 €	
	dos quais já afectados: parcialmente		
	Limpeza e higiene	250.179,83 €	
	Electricidade Instalações	223.284,40 €	
	Electricidade Outra	1.152.056,60 €	
	Comunicações	642.937,65 €	
	Segurança	486.589,39 €	
	Seguros	216.950,16 €	
	Subcontractos	3.122.543,66 €	
	Electricidade Estações Elevatórias	400.333,81 €	
	Iluminação pública	751.722,82 €	
	Água	23.223,00 €	
	Conservação e reparação	772.871,71 €	
	Transportes escolares e outros custos	620.186,23 €	
	Rendas e Alugueres	551.789,75 €	
	Artigos para oferta	20.875,16 €	
	Honorários	602.405,29 €	
	Combustíveis e out custo máquina	168.624,42 €	
	Outros	843.771,10 €	
	Por afectar	604.645,89 €	
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS		Não afectar
64	PESSOAL		Directos
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		Não afectar
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		Directos
	dos quais já afectados:		
	Instalações		Directos
	Equipamentos		Directos
67	PROVISÕES DO EXERCICIO		Não afectar
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		Não afectar
69	CUSTOS E PERDAS		Não afectar

O valor dos fornecimentos e serviços externos por afetar é de 604.645,89 € o que, considerando 98 funcionários e agentes dá um total anual de 6.169,86 € por agente e um total por minuto de **0,06 €**

ANEXO 5 - AUXILIARES PARA CÁLCULO DE CUSTOS ESPECÍFICOS E BENEFÍCIOS DO UTILIZADOCES

Os custos dos equipamentos que se encontram identificados nos quadros seguintes foram calculados na base de custos padrão por unidade m², considerando-se a vida útil em estado novo de acordo com a tabela definida no CIME. Para efeitos de rendimento foi considerada uma taxa de juro de 6%. As restantes variáveis foram igualmente assumidas como valores padrão.

ANEXO 5.1 - CUSTOS DIRETOS COM ESPAÇOS, EQUIP. E INSTALAÇÕES AFETOS A SERVIÇOS ESPECÍFICOS

GV → GUARDA VIATURAS PESADAS (PARQUE)

CUSTO DE CONST. / M ²	AMORT. / DIA / M ²		MANUT. / DIA / M ²		ESPAÇO OCUPADO	GUARDA / M / VIATURA				RENTA / DIA / M ²		TOTAL DA DIÁRIA
	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR		100	viaturas	=	15 p/m	TAXA	VALOR	
26,41 €	2,00%	0,00 €	2,50%	0,00 €	30	1,61 €				6,00%	0,00 €	1,84 €

OC → OCUPAÇÃO CAMPA / OSSÁRIO CP

OSSÁRIO / CAMPA		CEMITÉRIO			EDIFÍCIO			ESPAÇO OCUPADO		PESSOAL (Coveiro / min)	TEMPO TRAB / ANO		TOTAL / M ²
CUSTO		CUSTO	TX AMO	TX MAN	CUSTO	TX AMO	TX MAN						
360,00 €	2,0%	185,00 €	1,25%	2,50%	450,00 €	1,25%	1,25%	0,25	m ²	0,17 €	10	m	10,63 €
	2,0%	185,00 €	1,25%	2,50%	450,00 €	1,25%	1,25%	2,5	m ²	0,17 €	5	m	18,46 €

CN → CANIL

CUSTO DE CONST. / M ²	AMORT. / DIA / M ²		MANUT. / DIA / M ²		ESPAÇO OCUPADO	OPERÁRIO / DIA / ANIMAL		ALIMENTAÇÃO E OUTROS CUSTOS	TOTAL DA DIÁRIA
	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR		30	animais		
625,00 €	2,00%	0,03 €	1,00%	0,02 €	3 m ²	2,50 €		1,20 €	3,85 €

FR → FRIGORÍFICO DE MERCADO

Frigorífico	TX AMO	TX MAN	ESPAÇO OCUPADO		PESSOAL (COVEIRO)	TEMPO UTILIZADO		TOTAL
200,00 €	12,50%	2,50%	4,0	m ²	0,17 €	30	m	5,32 €

BM → BANCA DE MERCADO

EDIFÍCIO CUSTO/M ²	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO		PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO		OUTROS (fse)	TOTAL
1.016,16 €	1,25%	1,00%	8,0	m ²	0,11 €	10	m	0,30 €	1,88 €

FR → FRIGORÍFICO DE MERCADO

EDIFÍCIO CUSTO/M ² + EQP ESP	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO		PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO		OUTROS (fse)	TOTAL
500,00 €	1,25%	1,00%	0,25	m ²	0,11 €	10	m	0,30 €	1,381905
2.000,00 €	12,50%	1,00%	0,25	m ³				0,30 €	0,484932

MF Mercados e Feiras

EDIFÍCIO CUSTO/m ² + EQP ESP	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO		PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO		OUTROS (fse)	TOTAL
50,00 €	2,00%	2,50%	1,00	m ²	0,11 €	5	m	0,15 €	0,693264

PF → PARQUE DE FEIRAS - VIGILÂNCIA

Nº FEIRANTES	HORAS FEIRA	Nº AGENTES	CUSTO / HORA	TEMPO UTILIZADO		CUSTO MINUTO	TOTAL
100,00 €	4	4,00	15,00 €	10	m	0,25 €	2,4

$$CME_m = S_{Ai} Ri + S_{Mi} CAM_m + CRC_m + CEF_m + CMC_m + CPP_m + SEG_m + OUT_m$$

S_{Ai} Ri - Custos com operadores e ajudantes

CAM_m - Custos por minuto com amortizações do equipamento

CRC_m - Custos por minuto de reparação e conservação

CEF_m - Custos por minuto com encargos financeiros

CMC_m - Custos por minuto de combustíveis e lubrificantes

CPP_m - Custos por minuto com pneus e peças sobressalentes

SEG_m - Custos por minuto dos seguros do equipamento

OUT_m - Outros custos (administração do parque de máquinas, gestão de viaturas, ...) por minuto

1. CÁLCULO DOS CUSTOS POR MINUTO DO PESSOAL = S_{Ai} Ri

ANEXO 1	Motorista	0,17 €
	Auxiliar	0,11 €

Custos Médios por tipode máquina ou viaturas

2. AMORTIZAÇÕES, REPARAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS DA MAQUINARIA E EQUIPAMENTO AFECTA A SERVIÇOS ESPECÍFICOS

MÁQUINA			VALOR DE AQUISIÇÃO	ANOS	CUSTO ANUAL		CUSTO / MINUTO		ENCARGOS FINANCEIROS		
					AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	CAM _m	CRC _m	CEF _m		
CÓDIGO	N	DESIGN.					AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	TX DE JURO	VALOR / min	
M	1	3	Varredoura	87.536,11 €	10	8.753,61 €	10.181,92 €	0,04053 €	0,04714 €	6,5%	0,01437 €
M	2	5	Tractores	138.446,28 €	10	13.844,63 €	14.666,29 €	0,03846 €	0,04074 €	6,5%	0,01363 €
M	3	4	Retroescavad	182.450,48 €	10	18.245,05 €	35.280,87 €	0,06335 €	0,12250 €	6,5%	0,02246 €
M	4	1	Motonivelad	109.423,79 €	10	10.942,38 €	6.567,41 €	0,31228 €	0,18743 €	6,5%	0,11072 €
M	5	2	Mini Pá	80.068,16 €	10	8.006,82 €	1.908,09 €	0,05560 €	0,01325 €	6,5%	0,01971 €
P	1	6	Pes Passag	456.299,90 €	10	45.629,99 €	51.307,47 €	0,21125 €	0,11877 €	6,5%	0,03745 €
P	2	4	Pes Mercad	173.372,84 €	10	17.337,28 €	34.379,28 €	0,12040 €	0,11937 €	6,5%	0,02134 €
E	1	9	Pes RSU	636.705,91 €	10	63.670,59 €	163.287,06 €	0,09826 €	0,25199 €	6,5%	0,03484 €
L	1	2	Lig Misto	17.956,72 €	5	3.591,34 €	7.401,60 €	0,02494 €	0,05140 €	6,5%	0,00442 €
L	2	50	Lig Passageir	748.032,44 €	5	149.606,49 €	79.139,92 €	0,04156 €	0,02198 €	6,5%	0,00737 €
L	3	36	Lig Mercad	656.420,38 €	5	131.284,08 €	50.484,09 €	0,05065 €	0,01948 €	6,5%	0,00898 €

- | | | | |
|----------------------------------|--|--|-----------------|
| 1) Custos com amortizações | = cálculo directo a partir do valor de aquisição | 4) Encargos financeiros | = 12/22 * j * C |
| 2) Custos com reparações e pneus | = Calculo directo a partir da contabi De outros custos | 5) Horas Ano Máquina | = 1200 h |
| 3) Custos com seguros | = 1,5% do valor de aquisição | 6 Outros Custos - 5% dos custos directos | |

3. CÁLCULO DE DESPESAS DO PESSOAL AFECTO A MAQUINARIA E EQUIPAMENTO ESPECÍFICO, CONSUMÍVEIS, SEGUROS E OUTROS CUSTOS

MÁQUINA		CMC _m				CPP _m				SEG _m		OUT _m	
		DIESEL		LUBRIFICANTES		PNEUS		SOBRESSALENTES		SEGUROS		OUTROS CUSTOS	
		Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto
M	1	15.280,18 €	0,07 €	764,009	0,0035371	2.730,92 €	0,01 €	341,3652	0,00 €	2188,40275	0,01 €	1065,243928	0,0049317
M	2	14.194,60 €	0,04 €	709,73	0,0019715	4.794,37 €	0,01 €	599,2963625	0,00 €	3461,157	0,01 €	1187,957713	0,0032999
M	3	6.878,17 €	0,04 €	343,9085	0,0011941	3.359,81 €	0,01 €	419,9766313	0,00 €	4561,262	0,02 €	778,1565091	0,0027019
M	4	4.450,61 €	0,13 €	222,5305	0,0063508	1.610,39 €	0,05 €	201,298625	0,01 €	2735,59475	0,08 €	461,0211438	0,013157
M	5	36.303,24 €	0,25 €	1815,162	0,0126053	1.534,84 €	0,01 €	191,854575	0,00 €	2001,704	0,01 €	2092,339859	0,0145301
P	1	58.235,98 €	0,13 €	2911,799	0,0067403	8.629,56 €	0,02 €	1078,695338	0,00 €	11407,4975	0,03 €	4113,176727	0,0095212
P	2	17.540,47 €	0,18 €	877,0235	0,0091357	3.213,20 €	0,03 €	401,650425	0,00 €	4334,321	0,05 €	1318,333416	0,0137326
E	1	107.299,80 €	0,17 €	5364,99	0,0082793	13.866,01 €	0,02 €	1733,250888	0,00 €	15917,64775	0,02 €	7209,084787	0,0111251
L	1	6.745,60 €	0,05 €	337,28	0,0023422	463,76 €	0,00 €	57,9695875	0,00 €	448,918	0,00 €	402,6762144	0,0027964
L	2	115.196,30 €	0,03 €	5759,815	0,0015999	9.026,20 €	0,00 €	1128,274936	0,00 €	18700,811	0,13 €	7490,570021	0,0020807
L	3	86.269,52 €	0,03 €	4313,476	0,0016641	11.167,05 €	0,00 €	1395,88141	0,00 €	16410,5095	0,00 €	5977,82191	0,0023063

MÁQUINA / VIATURA			CUSTO 1			CUSTO 2				CUSTO 3					CUSTO TOTAL
			S	Ai	Ri	AM	+	CRC _m	+	CEF _m	CMC _m	+	CPP _m	+	
M	1	Varredora	0,17 €			0,10 €				0,10357 €					0,371852423
M	2	Trator	0,17 €			0,09 €				0,06930 €					
M	3	Retroescavadora	0,17 €			0,21 €				0,07525 €					
M	4	Motoniveladora	0,17 €			0,61 €				0,27630 €					0,44982195
M	5	Mini Pá	0,17 €			0,09 €				0,30513 €					
P1	1	Pes Passageiros	0,17 €			0,37 €				0,19995 €					
P1	2	Pes Mercadorias	0,27 €			0,26 €				0,28839 €					0,823173178
E1	1	Pes RSU	0,27 €			0,39 €				0,23363 €					
L1	1	Ligeiro Misto	0,17 €			0,08 €				0,05630 €					
L1	1	Ligeiro Passageiro	0,17 €			0,07 €				0,16837 €					0,30331419
L2	2	Ligeiro Mercador	0,27 €			0,08 €				0,04666 €					

ANEXO 6 - CUSTOS COM INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO, EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS VERDES GERAIS

Na determinação da taxa a que se refere a alínea a) do nº6 da Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro, que define as áreas de incidência da taxa pela manutenção, reforço e realização de infraestruturas, equipamentos coletivos e espaços verdes o modelo assume:

1. Foi determinado o valor assumido pelo município na realização dos instrumentos de planeamento e em projetos urbanos de natureza estruturante.
2. Foi determinado o valor assumido pelo município na realização de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes gerais. Nesta componente não foi considerado o custo com as infraestruturas locais que servem diretamente os loteamentos

ANEXO 6.1 - CUSTOS COM INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO, GESTÃO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

PU's e PP's	533.352,77 €
Carta Ruído	15.651,90 €
Carta Educativa	42.603,37 €
Projectos Estruturantes	75.330,25 €
PDM	165.393,00 €
Cartografia	669.308,18 €
Custo dos instrumentos de gestão e ordenamento territorial	1.501.639,47 €
Área Urbana e Urbanizável (1/3)	11.433.313,60 €
Custo dos IOGT por m² área urbanizável	0,13 €

Equipamentos	Valor Inicial	Alterações Patrimoniais	Total	Amortizações Acumuladas
Escolas	9.028.840,08	5.522.556,48	16.551.396,56	974.395,36
Cine Teatro S. João	749.113,86	5.200,13	754.313,99	167.909,03
Bibliotecas	1.800.721,98	2.295.860,33	4.096.582,31	262.933,37
Centro Cultural do Poceirão	422.980,61	0,00	422.980,61	37.010,82
Centro de Recursos para a Juventude	242.816,66	44.304,38	287.119,04	40.391,24
Equipamentos Desportivos	6.699.306,52	228.301,89	6.927.608,41	1.106.379,87
Casa Mãe Rota de Vinhos	309.223,34	0,00	309.223,34	99.851,16
Mercados	1.524.087,72	17.256,91	1.541.344,63	357.652,73
Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha	135.438,62	7.172,33	162.610,95	7.363,28
Igreja de Santa Maria - Castelo	103.960,59	0,00	103.960,59	4.076,74
Soma	21.016.487,98	8.120.652,45	29.137.160,43	3.057.963,58
Rede Viária	66.468.230,78	2.046.947,87	68.515.178,65	16.186.529,33
Iluminação Pública		612.108,19	612.108,19	
Espaços Verdes	16.828.777,55	376.455,09	17.205.232,64	3.054.444,43

Custo Infraestruturas Equipamentos e Espaços verdes	81.212.090,59
Área Urbana e Urbanizável (1/3)	11.433.313,60 €
Custo dos ECEV por m² área urbanizável	7,10 €

3. Os valores apurados em termos de CIP e CIEV são imputados parcialmente nas operações de loteamento, construções não abrangidas por operações de loteamento e de impacto semelhante ao de loteamento. Contudo estes custos não se encontram afetados integralmente utilizando-se genericamente uma redução de 30% e 35% sobre os coeficientes de tipologia classificados genericamente com os índices de 1,3; 1; e 0,9. Por outro lado estes e outros indicadores igualmente utilizados na fundamentação das taxas de urbanismo encontram-se ponderados pelo coeficiente de localização, por sua vez exponeciado a um fator maior que 1, correspondendo a uma política de discriminação positiva das áreas e locais com menor índice de localização (freguesias rurais). Desta forma o modelo permite não só alcançar valores diferentes para as taxas que atendem simultaneamente a:
4. Uso da construção, localização, tipologia, permitindo desta forma modelizar uma política urbanística de incentivo à consolidação das áreas edificadas, de apoio às zonas deprimidas e de incentivo às atividades económicas.

ANEXO 7.1 - Moradia em Banda - Média Densidade -

C	615.00 €	coeficiente de localização	=	1
---	----------	----------------------------	---	---

[illegible]

ANEXO 7.2 - Moradia de Habitação Colectiva Alta Densidade -**C 615,00 €**

coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO // M²	COEFICIENTE		Custo da Manut	ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m²	2450	29,9959	73489,955	16.664,00	4,41 €	0,15 €	0,02 €	0,09 €	2.450,00 €	0,7%
Estacionamento	m²	2750	29,9959	82488,725	16.664,00	4,95 €	0,17 €	0,02 €	0,10 €	2.750,00 €	0,8%
Calçada vidroço	m	2312	27,1161	62692,4232	16.664,00	3,76 €	0,14 €	0,02 €	0,08 €	383,00 €	0,6%
Lancil betão	m	1348	21,901	29522,548	16.664,00	1,77 €	0,08 €	0,02 €	0,04 €	200,80 €	0,3%
Rede de águas	m	780	54,9098	41196,87	16.664,00	2,47 €	0,02 €	0,02 €	0,05 €		0,4%
Rede de esgotos	m	390	88,7535	34613,865	16.664,00	2,08 €	0,02 €	0,02 €	0,04 €		0,3%
Rede de pluviais	m	390	105,633	41196,87	16.664,00	2,47 €	0,02 €	0,02 €	0,05 €		0,4%
Telecomunicações	m	780	52,7197	41121,366	16.664,00	2,47 €	0,05 €	0,02 €	0,05 €		0,4%
Electricidade	fracções	122	1593,3401	194387,4922	16.664,00	11,67 €	0,01 €	0,02 €	0,23 €		1,9%
Rede Gás	m	780	48,8235	38082,33	16.664,00	2,29 €	0,05 €	0,02 €	0,05 €		0,4%
Espaços Verdes	m²	3250	63,9122	207714,65	16.664,00	12,46 €	0,20 €	0,02 €	0,25 €	3.250,00 €	2,0%
TOTAL				846507,0944	16.664,00	50,80 €		0,02 €	1,02 €	9.033,80 €	8,3%
TOTAL DE CUSTO POR M² DOS BENS PÚBLICOS										85,31 €	10,3%

ANEXO 7.3 - Moradia Isolada Baixa Densidade**C 615,00 €**

coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO // M²	COEFICIENTE		Custo da Manut	ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m²	2340	29,9959	70190,406	6.994,00	10,04 €	0,33 €	0,02 €	0,20 €	2.340,00 €	1,6%
Estacionamento	m	400	29,9959	11998,36	6.994,00	1,72 €	0,06 €	0,02 €	0,03 €	400,00 €	0,3%
Calçada vidroço	m	1681	27,1161	45582,1641	6.994,00	6,52 €	0,24 €	0,02 €	0,13 €	383,00 €	1,1%
Lancil betão	m	884	21,901	19360,484	6.994,00	2,77 €	0,13 €	0,02 €	0,06 €	200,80 €	0,5%
Rede de águas	m	746	54,9098	40962,7108	6.994,00	5,86 €	0,11 €	0,02 €	0,12 €		1,0%
Rede de esgotos	m	373	88,7535	33105,0555	6.994,00	4,73 €	0,05 €	0,02 €	0,09 €		0,8%
Rede de pluviais	m	373	105,633	39401,109	6.994,00	5,63 €	0,05 €	0,02 €	0,11 €		0,9%
Telecomunicações	m	746	52,7197	39328,8962	6.994,00	5,62 €	0,11 €	0,02 €	0,11 €		0,9%
Electricidade	fracções	24	1593,3401	38240,1624	6.994,00	5,47 €	0,00 €	0,02 €	0,11 €		0,9%
Rede Gás	m	746	48,8235	36422,331	6.994,00	5,21 €	0,11 €	0,02 €	0,10 €		0,8%
Espaços Verdes	m²	1600	63,9122	102259,52	6.994,00	14,62 €	0,23 €	0,02 €	0,29 €	1.600,00 €	2,4%
TOTAL				476851,199	6.994,00	68,18 €		0,02 €	1,36 €	4.923,80 €	11,1%
TOTAL DE CUSTO POR M² DOS BENS PÚBLICOS										81,80 €	13,1%

ANEXO 7.4 - Moradia Isolada Muit Baixa Densidade**C 615,00 €**

coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO // M²	COEFICIENTE		Custo da Manut	ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m²	3874	29,9959	116204,1166	7.300,00	15,92 €	0,53 €	0,02 €	0,32 €	3.874,00 €	2,6%
Estacionamento	m	675	29,9959	20247,2325	7.300,00	2,77 €	0,09 €	0,02 €	0,06 €	675,00 €	0,5%
Calçada vidroço	m	2760	27,1161	74840,436	7.300,00	10,25 €	0,38 €	0,02 €	0,21 €	383,00 €	1,7%
Lancil betão	m	1686	21,901	36925,086	7.300,00	5,06 €	0,23 €	0,02 €	0,10 €	200,80 €	0,8%
Rede de águas	m	1218	54,9098	66880,1364	7.300,00	9,16 €	0,17 €	0,02 €	0,18 €		1,5%
Rede de esgotos	m	609	88,7535	54050,8815	7.300,00	7,40 €	0,08 €	0,02 €	0,15 €		1,2%
Rede de pluviais	m	609	105,633	64330,497	7.300,00	8,81 €	0,08 €	0,02 €	0,18 €		1,4%
Telecomunicações	m	1218	52,7197	64212,5946	7.300,00	8,80 €	0,17 €	0,02 €	0,18 €		1,4%
Electricidade	fracções	35	1593,3401	55766,9035	7.300,00	7,64 €	0,00 €	0,02 €	0,15 €		1,2%
Rede Gás	m	1218	48,8235	59467,023	7.300,00	8,15 €	0,17 €	0,02 €	0,16 €		1,3%
Espaços Verdes	m²	3150	63,9122	201323,43	7.300,00	27,58 €	0,43 €	0,02 €	0,55 €	3.150,00 €	4,5%
TOTAL				814248,3371	7.300,00	111,54 €		0,02 €	2,23 €	8.282,80 €	18,1%
TOTAL DE CUSTO POR M² DOS BENS PÚBLICOS										83,71 €	20,1%

MÉDIA DE CUSTO POR M² DOS BENS PÚBLICOS

82,18 €

Custo médio ponderado m2 e por ano do espaço público urbanizado

5%

4,11 €

ANEXO 8.1 - APURAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO INTERESSADO (OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO)

O utente deve pagar em função da área ocupada.

A definição do valor base deve ter em conta os custos que o beneficiário teria por optar por outra forma de conseguir mais valias ou, em alternativa ser obtido a partir de normas que tenham a ver com os custos públicos suportados com iluminação pública, urbanização e arruamentos, etc, acrescido de uma taxa de remuneração fixa. Pode definir-se uma unidade por m2 correspondente ao valor base e considerar esse o benefício básico (valor base) do utilizador e o que ele deve pagar na licença mais simples.

Taxa de remuneração		10%							
							valor base	=	4,52 €
E	Localização tipo 1	=	Valor base	1,2	=	6,11 €	por m ²		
							valor base	=	4,52 €
T		=	Valor base	1	=	8,26 €	por m ²	ud	

ANEXO 9 - DETERMINAÇÃO DOS MINUTOS ANUAIS GASTOS POR FUNCIONÁRIO, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

A determinação dos minutos anuais seguiu os seguintes critérios:

1. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UM FUNCIONÁRIO**MAPI**

Considera-se que cada funcionário tem de trabalho efectivo 44 semanas.

$$\text{MAPI} = \text{NSA} - \text{NSD} \times \text{NHD} \times \text{NDS} \times 60$$

NSA = número de semanas por ano

NSD = número de semanas por descanso

NHD = número de horas por dia

NDS = número de dias por semana

$$\text{MAPI} = 52 - 8 \times 7 \times 5 \times 60 = 92400$$

2. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO**MAEI**

Considera-se que o equipamento é utilizado durante todas as semanas.

$$\text{MAEI} = \text{NSA} \times \text{NHD} \times \text{NDS} \times 60$$

$$\text{MAEI} = 52 \times 7 \times 5 \times 60 = 109200$$

MAII**3. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

Considera-se que as instalações são utilizadas durante todas as semanas.

$$\text{MAII} = \text{NSA} \times \text{NHD} \times \text{NDS} \times 60$$

$$\text{MAII} = 52 \times 7 \times 5 \times 60 = 109200$$

4. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UTILIZAÇÃO DUMA MÁQUINA:**MAMI**

Considera-se uma utilização potencial da maquinaria de 70%

$$\text{MAMI} = \text{NSA} \times \text{NHD} \times \text{NDS} - \text{NDP} \times \text{NHD} \times 70\% \times 60$$

$$\text{MAMI} = 52 \times 7 \times 5 - 16 \times 7 \times 70\% \times 100 = 119560$$

209336736

MUNICÍPIO DE PINHEL**Aviso n.º 1932/2016**

Rui Manuel Saraiva Ventura, Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, torna público que, por seu despacho de 04 de janeiro de 2016, procedeu à nomeação em regime de substituição para o cargo de di-

reção intermédia de 3.º grau, na área de Cultura, Turismo e Desporto, do Técnico Superior Francisco Alexandre Tomás Afonso, com efeitos a 01/01/2016.

5 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel Saraiva Ventura*.

309335042

Anexo IV

Regulamento de Taxas do Município de Loulé

missão de serviço, para o cargo de chefe de divisão municipal — cargo de direção intermédia de 2.º grau para a unidade orgânica flexível Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres:

Determino que:

1 — É nomeado em comissão de serviço, pelo período de três anos, chefe de divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Turismo, Desporto e Tempos Livres, o técnico superior Paulo Miguel Longo dos Santos.

2 — Esta nomeação produz efeitos no dia 1 de junho de 2013, por urgente conveniência de serviço.

Nota curricular

Nome: Paulo Miguel Longo dos Santos.

Data de nascimento: 5 de novembro de 1972.

Habilitações literárias: licenciatura em Antropologia Social.

Experiência profissional na administração local:

É trabalhador ao serviço do Município de Idanha-a-Nova e detentor de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, possuindo como antiguidade na carreira e na função pública, oito anos e seis meses.

É licenciado em Antropologia Social pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Possui pós-graduação em Estudos Regionais Portugueses, pela Universidade Nova de Lisboa e pós-graduação em Marketing Territorial, pela Universidade da Beira Interior.

Com trabalho desenvolvido na área da investigação, museologia, desenho etnográfico, edição e desenvolvimento local desde 1993, de que são exemplo, o projeto de investigação ‘Romarias’; e a investigação, recolha de materiais e organização da exposição sobre a ‘Olaria no Concelho de Idanha-a-Nova’; e com participação em colóquios/seminários como comunicador, nas áreas de conhecimento indicadas.

Publicou oito artigos, dois em parceria, possui dois capítulos de livros, um livro publicado (catálogo especializado) e coautoria de três obras.»

3 de junho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Eng.º Álvaro José Cachucho Rocha*.

307030762

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 8725/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Sebastião Francisco Seruca Emídio, torna público que a Assembleia Municipal de Loulé, aprovou em sua sessão ordinária realizada em 19 de junho de 2013, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária realizada em 05 de junho de 2013 a alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças da Câmara municipal de Loulé, e submetido a apreciação pública nos termos do disposto no artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo.

Estando assim cumpridos todos os requisitos necessários, a seguir se publica o mencionado regulamento.

20 de junho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril veio simplificar o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, mediante a eliminação de licenças, autorizações, validações, autenticações, certificações, atos emitidos na sequência de comunicações prévias com prazo, registos e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas atividades.

Deste modo, em consequência da implementação do Balcão do Empreendedor, previsto no artigo 3.º do citado Decreto-Lei n.º 48/2011, foi necessário proceder à alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças.

O Projeto de Regulamento, aprovado por deliberação de câmara de 27 de fevereiro de 2013 foi publicitado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 52, de 14 de março de 2013, para efeitos de consulta pública, nos

termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.

Em sede de consulta pública, os serviços camarários sugeriram uma retificação e consequente alteração, nomeadamente no n.º 1 do artigo 54.º da tabela de taxas e licenças (anexo 1 do presente regulamento) onde consta “Horário de funcionamento — Alargamento” deverá constar “Comunicação de horário de funcionamento”.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi elaborado o presente Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

As normas vertidas no presente Regulamento assentam na legitimação conferida pelo disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a), e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º, alínea j) do n.º 1 e n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, nos artigos 15.º e 16.º, ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, e na Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril.

Artigo 2.º

Objeto

Através do presente Regulamento e da Tabela de Taxas anexa que dele faz parte integrante, o Município de Loulé estabelece o regime jurídico a que ficam sujeitas as regras de incidência, forma de cálculo, liquidação, isenção, cobrança e outras formas de extinção de taxas e de outras receitas municipais, devidas pelo uso de bens privados, de bens públicos ou do domínio público, pela remoção de obstáculos ao exercício de determinadas atividades e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens.

Artigo 3.º

Incidência objetiva das taxas

1 — As taxas municipais constantes na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento incidem, não só sobre as utilidades geradas pela atividade do Município e colocadas à disposição dos respetivos sujeitos passivos da relação jurídico-tributária, como também bem como pela remoção de obstáculos ao exercício de determinadas atividades, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
- g) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.

2 — Nos termos da lei, as taxas municipais podem também incidir sobre as atividades dos particulares que sejam geradoras de impacto ambiental negativo.

3 — Os valores referentes a cada uma das taxas municipais cobradas pelo Município encontram-se definidos na Tabela anexa ao presente Regulamento.

Artigo 4.º

Incidência subjetiva das taxas

1 — O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento de taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento é o Município de Loulé.

2 — O sujeito passivo da relação jurídico-tributária prevista no número anterior será a pessoa singular ou coletiva, assim como as entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, esteja vinculado ao cumprimento da obrigação de pagamento das taxas ao Município de Loulé.

3 — As taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento são igualmente devidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais, fundos e serviços autónomos e pelas entidades que integrem o setor empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 5.º

Fórmula de cálculo do valor das taxas

1 — O valor das taxas previsto na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento, sendo fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, é obtido mediante a ponderação da quantificação do custo inerente à contrapartida prestada, do benefício percebido pelo sujeito passivo, bem como da avaliação dos critérios de incentivo/desincentivo na prática de certos serviços, atos ou operações.

2 — O cálculo das taxas referidas no número anterior é apurado de acordo com a aplicação dos critérios estabelecidos na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento.

Artigo 6.º

Fundamentação económico-financeira

A fundamentação económico-financeira das taxas municipais consta dos quadros que constituem o Anexo 2 ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II

Da liquidação e autoliquidação

Artigo 7.º

Liquidação

1 — Por liquidação das taxas deve entender-se o procedimento com vista à quantificação do valor cujo pagamento será exigível ao sujeito passivo, de acordo com os elementos por ele indicados, o qual resultará da aplicação dos critérios estabelecidos pela legislação em vigor.

2 — Exceto nas situações de dispensa previstas na lei, ao valor das taxas acresce o Imposto de Valor Acrescentado (I.V.A.) à taxa legal em vigor e o imposto de selo.

3 — As falsas e inexatas declarações prestadas pelo sujeito passivo em seu proveito e com manifesto prejuízo para o Município, com o objetivo de iludir os serviços municipais na determinação do valor da taxa a liquidar, para além de o fazer incorrer na prática de uma contraordenação punível nos termos previstos no presente Regulamento, determinará a sua responsabilidade pelo pagamento das despesas causadas, para além da respetiva participação criminal.

Artigo 8.º

Procedimento de liquidação

1 — O procedimento de liquidação das taxas municipais é realizado em impresso próprio a disponibilizar pelo Município, no qual constam, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- Identificação do sujeito passivo da relação jurídica;
- Discriminação do ato, facto ou contrato sujeito a liquidação;
- Enquadramento na Tabela de Taxas;
- Cálculo do montante devido, resultante da conjugação dos elementos referidos nas alíneas b) e c).

2 — Quando a liquidação das taxas municipais não seja precedida do respetivo procedimento, o mesmo será feito no documento de cobrança.

3 — O cálculo das taxas municipais cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, efetuar-se-á em função do calendário.

4 — Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, considera-se semana de calendário o período compreendido entre segunda-feira e domingo.

5 — A liquidação das taxas devidas no âmbito do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, é efetuada automaticamente através do Balcão do Empreendedor.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a liquidação das taxas devidas no âmbito do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, cuja forma de determinação não resulte automaticamente do Balcão do

Empreendedor, é efetuada pelo Município, através do referido portal eletrónico, no prazo de 5 dias após a comunicação.

Artigo 9.º

Notificação da liquidação

1 — Uma vez concluído o procedimento de liquidação, a mesma é notificada ao sujeito passivo, mediante o envio de carta registada, dirigida para o endereço indicado no impresso mencionado no número um do artigo anterior, e com aviso de receção nos casos previstos na lei.

2 — Com a notificação da liquidação, é entregue ao sujeito passivo um documento no qual conste a decisão, os fundamentos de facto e de direito, o prazo de pagamento voluntário, os meios processuais de defesa contra o ato de liquidação, a advertência de que o não pagamento implica a instauração de um processo de cobrança coerciva, o autor do ato e a referência à delegação ou subdelegação de competências, quando aplicável.

3 — A notificação considera-se feita no 3.º dia útil após o envio, salvo nos casos de notificação com aviso de receção, em que se considera a notificação efetuada no dia da assinatura do respetivo aviso de receção.

4 — Se o sujeito passivo recusar a assinatura do aviso de receção ou o recebimento da carta, o distribuidor postal lavra nota do incidente antes de devolver a carta aos serviços municipais, considerando-se, no entanto, a notificação, como efetuada.

5 — Sendo a carta devolvida por o sujeito passivo não ter procedido, no prazo legal, ao seu levantamento no estabelecimento postal ou por ter sido recusada a assinatura do aviso de receção ou o recebimento da carta por pessoa diversa, a notificação será repetida, através de carta registada com aviso de receção, a efetuar pelos serviços municipais no prazo máximo de oito dias, considerando-se a notificação efetuada na data certificada pelo distribuidor do serviço postal ou, no caso de ter sido deixado aviso, no oitavo dia posterior a essa data, presumindo-se que o sujeito passivo teve oportuno conhecimento dos elementos que lhe foram deixados.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o sujeito passivo poderá alegar o justo impedimento, oferecendo de imediato as respetivas provas.

Artigo 10.º

Revisão do ato de liquidação

1 — O procedimento de liquidação poderá ser revisto por iniciativa própria dos serviços liquidatários do Município, por iniciativa do sujeito passivo ou oficiosamente, nos termos e prazos previstos na lei geral tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 — A revisão do procedimento de liquidação implica, obrigatoriamente, a realização de nova notificação ao sujeito passivo da relação jurídica nos termos previstos no artigo anterior.

3 — Quando a revisão do procedimento de liquidação resultar da iniciativa do sujeito passivo, este deverá instruir o respetivo pedido com todos os elementos que julgue necessários à sua procedência.

4 — Quando, por erro imputável aos serviços do Município, tenha sido liquidada e cobrada quantia superior à devida e não tenha decorrido, desde o pagamento, o prazo de caducidade previsto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, deverão os serviços, independentemente de reclamação ou impugnação do sujeito passivo, promover de imediato a restituição oficiosa da quantia que foi paga indevidamente.

5 — Quando, por erro imputável ao Município, tenha sido liquidada quantia inferior ou superior à devida, mas que ainda não se tenha verificado a respetiva cobrança, deverão os serviços municipais apresentar ao Presidente da Câmara, um ofício justificativo da causa do erro, juntamente com proposta de decisão, o qual, mediante despacho, deverá promover, oficiosamente e de imediato, a cobrança ou restituição ao sujeito passivo da quantia a liquidar ou já liquidada, consoante o caso.

6 — Não serão feitas liquidações adicionais cujo valor apurado seja inferior a 5,00 EUR (cinco euros).

Artigo 11.º

Autoliquidação

1 — Consistindo na determinação, pelo sujeito passivo da relação jurídico-tributária, do montante a liquidar, o procedimento de autoliquidação de taxas municipais só é admitida nos casos expressamente previstos na lei.

2 — Nas situações previstas no número anterior, o sujeito passivo pode solicitar ao Município esclarecimentos sobre o montante da taxa a liquidar.

3 — Nos procedimentos de comunicação prévia, o sujeito passivo terá que efetuar o procedimento de autoliquidação das taxas devidas no prazo máximo de um ano, a contar da não rejeição da comunicação prévia, sob pena de caducidade do procedimento.

4 — Efetuado o procedimento de autoliquidação da taxa municipal, o sujeito passivo remeterá aos serviços municipais competentes o comprovativo dessa liquidação.

5 — Na sequência do procedimento de autoliquidação, sempre que os serviços do Município venham a apurar que o montante liquidado pelo sujeito passivo é inferior ao valor efetivamente devido, o mesmo será notificado do valor correto a pagar assim como do prazo para efetuar o respetivo pagamento.

6 — Se o sujeito passivo não liquidar o montante em falta no prazo concedido para o efeito, o procedimento considera-se extinto.

7 — Se os serviços do Município vierem a apurar que o montante pago pelo sujeito passivo, na sequência do procedimento de autoliquidação, é superior ao valor efetivamente devido, o mesmo será notificado do valor correto a pagar, sendo-lhe restituído o montante pago em excesso.

8 — Na autoliquidação aplicam-se, com as necessárias adaptações, as disposições relativas à liquidação.

CAPÍTULO III

Do pagamento

Artigo 12.º

Pagamento

1 — Qualquer ato ou facto requerido pelo sujeito passivo só será efetuado pelos serviços do Município desde que se encontrem liquidadas as taxas municipais previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento.

2 — A não observância do disposto no número anterior, implicará a instauração do respetivo processo de cobrança coerciva, para além de que fará incorrer o sujeito passivo na prática de uma contraordenação punível nos termos do presente Regulamento.

3 — Nas situações de deferimento tácito de pedidos de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas, é devido o pagamento da taxa que seria exigida pela prática dos respetivos atos expressos.

4 — Emitida a guia de recebimento de taxas municipais, o seu pagamento terá que ser efetuado no dia da sua emissão.

5 — O pagamento da guia de recebimento é efetuado, consoante os casos, na Tesouraria Municipal, nos Serviços Municipais Descentralizados de Cobrança, ou nos Agentes de Cobrança.

6 — O pagamento poderá ser feito em numerário, por cheque bancário, débito em conta, transferência bancária, ou por qualquer outro meio utilizado pelos serviços de correio ou pelas instituições de crédito que a lei expressamente autorize.

7 — As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, desde que tal forma de pagamento seja compatível com o interesse público.

Artigo 13.º

Pagamento em prestações

1 — As taxas municipais podem ser liquidadas através do recurso ao pagamento em prestações, nos termos definidos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da lei Geral Tributária.

2 — A possibilidade de pagamento em prestações é da competência do Presidente da Câmara Municipal, sem prejuízo da delegação de competência legalmente admissível, e pressupõe a verificação dos requisitos necessários para o efeito, nomeadamente, a comprovação de que a situação económica do sujeito passivo não lhe permite efetuar, no prazo estabelecido para o pagamento voluntário, o pagamento integral do montante da taxa devida.

3 — O pedido de pagamento em prestações deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Identificação do requerente;
- Natureza da dívida;
- Número de prestações pretendido;
- Motivos que fundamentam o pedido;
- Qualquer outro elemento que o sujeito passivo considere relevante.

4 — Sendo deferido o pedido de pagamento em prestações, a decisão indicará não só o valor de cada prestação mensal, o qual corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescentando ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações, como também o prazo limite de pagamento de cada uma das prestações.

5 — A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

6 — O deferimento do pedido de pagamento em prestações das taxas devidas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas, bem como das taxas devidas pela emissão dos alvarás de licença e autorização de loteamentos e obras de urbanização, de loteamentos, de obras de urbanização e de obras de edificação, está limitado à prestação de caução.

7 — Na situação prevista no número anterior o número de prestações mensais autorizadas não poderá ultrapassar o termo do prazo de execução fixado no respetivo alvará.

Artigo 14.º

Regras de contagem dos prazos

1 — O pagamento voluntário das taxas municipais é efetuado no prazo de 20 dias, contados a partir da notificação para pagamento efetuada pelo Município, exceto quando seja emitido um aviso de pagamento, caso em que o limite de pagamento é fixado no próprio aviso.

2 — Os prazos para pagamento previstos no presente Regulamento são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

3 — O prazo para pagamento que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia que os serviços competentes se encontrem encerrados, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 15.º

Das licenças renováveis e das autorizações de ocupação

1 — O pagamento das licenças de renovação automática efetua-se nos seguintes prazos:

- Entre o dia 01 de janeiro e 31 de março, para as licenças anuais;
- Nos primeiros dez dias de cada mês a que a licença diz respeito, no caso de licenças mensais;
- Os demais prazos relativos a outros licenciamentos renováveis encontram-se previstos na Tabela de Taxas (Anexo I), anexa ao presente Regulamento.

2 — O Município publicitará no seu sítio da Internet e nos locais de costume, os avisos relativos à cobrança das licenças anuais referidas na alínea *a)* do número anterior, indicando de forma clara o respetivo prazo e as sanções em que incorrem as pessoas singulares ou coletivas que não efetuem o pagamento das licenças que lhes sejam exigíveis nos termos legais e regulamentares em vigor.

3 — Relativamente às autorizações de ocupação precária de bens de domínio público ou privado, os prazos de pagamento encontram-se estabelecidos nos respetivos contratos ou nos documentos que as titulem.

CAPÍTULO IV

Do não pagamento

Artigo 16.º

Consequências do não pagamento de taxas

Exceto quando tenha sido deduzida, tempestivamente, reclamação ou impugnação, e prestada, nos termos da lei, garantia idónea, o não pagamento de taxas devidas ao Município constitui fundamento de:

- Recusa da prestação de quaisquer serviços solicitados ao Município;
- Rejeição da emissão de autorizações;
- Determinação da cessação de utilização de bens do domínio público ou privado autárquico.

Artigo 17.º

Cobrança coerciva

1 — O não pagamento integral e voluntário das taxas municipais que constituam débitos do Município, implica o vencimento de juros moratórios à taxa legal em vigor.

2 — Entenda-se por débito do Município, todas as taxas municipais relativas a facto, serviço ou benefício de que o requerente tenha usufruído sem que tenha efetuado o respetivo pagamento.

3 — O não pagamento das taxas municipais acarretará a consequente extração de certidão de dívida e o respetivo envio aos serviços competentes, para efeitos de instrução do processo de cobrança coerciva.

4 — Aos efeitos previstos nos números anteriores, acresce, nas situações de não pagamento das licenças renováveis, a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

CAPÍTULO V

Da extinção da obrigação tributária e do procedimento

Artigo 18.º

Extinção da obrigação tributária

1 — A obrigação fiscal resultante do presente Regulamento extingue-se:

- a) Pelo seu cumprimento;
- b) Por revogação, anulação, declaração de nulidade ou caducidade do correspondente facto gerador da obrigação fiscal;
- c) Pela caducidade do direito de liquidação;
- d) Por prescrição.

2 — A caducidade referida na alínea c) do número anterior verifica-se quando a liquidação não for notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

3 — A prescrição referida na alínea d) do número um do presente artigo verifica-se no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

4 — O ato de citação, reclamação e impugnação interrompe a contagem dos prazos para efeitos de prescrição.

5 — O processo de reclamação, impugnação e execução fiscal que, por facto imputável ao sujeito passivo, esteja parado por um prazo superior a um ano, faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período, ao que tiver decorrido até à data da autuação do respetivo processo.

Artigo 19.º

Extinção do procedimento

1 — O não pagamento das taxas municipais no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento a que elas digam respeito.

2 — O efeito previsto no número anterior poderá ser impedido pelo sujeito passivo da relação jurídico-tributária, desde que, no prazo de dez dias a contar do termo do prazo de pagamento inicial, efetue o pagamento da quantia liquidada, acrescida de um agravamento correspondente a 10 % do valor da taxa devida.

CAPÍTULO VI

Garantias fiscais

Artigo 20.º

Garantias

1 — O sujeito passivo da obrigação tributária pode, nos termos previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.

2 — No prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação, o sujeito passivo pode apresentar reclamação, por escrito, junto do serviço que efetuou a liquidação da taxa.

3 — Caso a reclamação não seja decidida no prazo de 60 dias, presume-se, para efeitos de impugnação judicial, que a mesma foi indeferida.

4 — Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5 — A impugnação judicial só pode ser intentada nos casos em que tenha havido prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.

CAPÍTULO VII

Isenções e reduções de taxas

Artigo 21.º

Isenções e reduções de taxas

1 — Estão isentas do pagamento das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento, as entidades públicas ou privadas a que, por lei, seja atribuída tal isenção.

2 — De acordo com o interesse municipal, podem beneficiar de isenção ou de redução do pagamento de taxas municipais as seguintes entidades:

- a) Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- b) Pessoas Coletivas de Utilidade Pública;
- c) Associações e Fundações Desportivas, Sociais Culturais e Recreativas sem fins lucrativos;
- d) Empresas Municipais constituídas pelo Município;

3 — Por deliberação da Câmara Municipal, poderão ser atribuídas, casuisticamente, isenções ou reduções de taxas municipais não elencadas no número anterior.

Artigo 22.º

Procedimento para a isenção ou redução

1 — Nas situações em que esteja prevista a isenção ou redução do pagamento da taxa municipal, ainda assim, os seus beneficiários terão que formalizar o respetivo pedido junto da Câmara Municipal.

2 — Para efeito de requerer a isenção ou redução, o sujeito passivo da relação jurídico-tributária terá que, juntamente com o pedido, apresentar a seguinte documentação (alíneas exemplificativas):

- a) Identificação completa;
- b) Comprovativo da natureza jurídica da entidade requerente, quando se trate de pessoa coletiva;
- c) Finalidade estatutária;
- d) Demais documentos que se considerem necessários à fundamentação do pedido e que comprovem a veracidade das declarações prestadas.

3 — O requerimento de isenção ou redução do pagamento de taxa tem que ser apresentado no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do ato de licenciamento, autorização municipal, ou atividade geradora da obrigação de pagamento, sob pena de caducar o exercício desse direito.

4 — Independentemente da isenção e ou redução de que possa beneficiar, o sujeito passivo não está dispensado de obter a prévia autorização e ou licenciamento municipal a que esteja sujeito.

5 — Quando esteja em causa o pagamento de indemnizações por danos causados no património municipal, não podem ser concedidas isenções e ou reduções de taxas municipais.

Artigo 23.º

Fundamentação das isenções e ou reduções

1 — As isenções e reduções de taxas previstas no presente Regulamento e Tabela de Taxas anexa, foram criadas face à manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos sujeitos passivos que dela beneficiam e ou das suas especificidades, assim como, os principais objetivos sociais e de desenvolvimento sustentável que o Município prossegue ou entende apoiar e estimular.

2 — As isenções e reduções previstas assentam, entre outros, nos seguintes princípios:

- a) Equidade perante os sujeitos passivos visados no acesso ao serviço público prestado pela Autarquia;
- b) Estímulo, promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica;
- c) Estímulo e promoção do desenvolvimento e competitividade local.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais

Artigo 24.º

Atualização do montante das taxas

1 — O valor das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento será revisto anualmente, por ocasião da preparação do orçamento para o ano seguinte, de acordo com a evolução do índice de preços do consumidor publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.

2 — A atualização anual fixada nos termos do número anterior será incluída na proposta de orçamento municipal para o ano em causa.

3 — Os valores resultantes da atualização efetuada nos termos dos números anteriores serão arredondados para o cêntimo mais próximo por excesso, se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a cinco, ou por defeito se inferior.

4 — A Câmara Municipal poderá, sempre que o considere oportuno e independentemente da atualização ordinária, propor à Assembleia Municipal a alteração do Regulamento e da Tabela das Taxas anexa ao presente Regulamento, desde que essa proposta contenha a necessária fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.

Artigo 25.º

Das contraordenações

1 — A violação das disposições previstas no presente Regulamento constitui contraordenação punível com coima a graduar entre o valor mínimo de 50,00 EUR (cinquenta euros) a 1.500,00 EUR (mil e quinhentos euros) para as pessoas singulares, e 150,00 EUR (cento e cinquenta euros) a 3.000,00 EUR (três mil euros) para as pessoas coletivas.

2 — A atividade contraordenacional é da competência do Presidente da Câmara Municipal, sem prejuízo da possibilidade de delegação de competências, a efetuar nos termos da lei.

3 — A determinação da medida concreta da coima far-se-á em função da gravidade objetiva da contraordenação e da censura subjetiva da mesma, devendo ter-se sempre em consideração a situação económica do sujeito passivo, o benefício obtido pela prática da infração e a existência ou não de reincidência.

Artigo 26.º

Integração de lacunas

A todos os casos não previstos no presente Regulamento aplicar-se-á, sucessivamente, a Lei das Finanças Locais; a lei geral tributária;

a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais; o Código de Procedimento e de Processo Tributário; o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e, o Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 27.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento são revogadas todas as disposições referentes a taxas municipais, de todos os Regulamentos em vigor no Município, e demais disposições regulamentares incompatíveis às do presente Regulamento, e nulas, quaisquer disposições de Regulamentos ou Posturas futuras que o contrariem.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 5.º dia útil seguinte à sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

ANEXO I

Tabela de Taxas e Licenças do Município de Loulé 2013

	Valor
CAPÍTULO I	
Taxas e Serviços Diversos	
Artigo 1.º	
Prestação de Serviços e Concessão de Documentos	
1 — Pela prestação dos serviços abaixo discriminados são devidas as seguintes taxas:	
1.1 — Buscas	7,00 €
1.2 — Certidões — por cada:	
1.2.1 — Certidão de Teor	6,50 €
1.2.2 — Certidão Narrativa:	
1.2.2.1 — Primeira página	7,00 €
1.2.2.2 — Segunda página e seguintes:	
a) A4 ou fração — preto e branco	3,50 €
b) A4 ou fração — cor	5,00 €
1.2.3 — Certidão de número de polícia/toponímia	43,45 €
1.2.4 — Certidão de destaque	43,45 €
1.2.5 — Certidão de Propriedade Horizontal	43,45 €
1.2.5.1 — Acresce à alínea anterior: por fogo e seus anexos ou unidade de ocupação	5,64 €
1.2.6 — Certidão comprovativa do ano de construção	43,45 €
1.2.7 — Certidão de confrontação	43,45 €
1.2.8 — Outras Certidões	43,45 €
1.3 — Fotocópias não autenticadas — por cada:	
1.3.1 — A4 ou fração — preto e branco	1,00 €
1.3.2 — A4 ou fração — cor	1,69 €
1.4 — Fotocópias autenticadas — por cada:	
1.4.1 — A4 ou fração — preto e branco	2,00 €
1.4.2 — A4 ou fração — cor	2,69 €
1.5 — Digitalizações/Impressões de documentos históricos e de investigação — por cada:	
1.5.1 — A4 ou fração — preto e branco	2,00 €
1.5.2 — A4 ou fração — cor	2,69 €
1.6 — Autenticação do livro de obra	6,20 €
1.7 — Apresentação de elementos por iniciativa do requerente	15,00 €
1.8 — Comunicação de início dos trabalhos	15,00 €
1.9 — Documentos destinados à obtenção de título de registo ou certificado de classificação de indústria de construção civil, nomeadamente, sobre estimativa do custo de obras e modo como as mesmas foram executadas	15,00 €
1.10 — Alvarás não especialmente contemplados na presente tabela	12,41 €
1.11 — Averbamentos — por cada	12,41 €
1.12 — Fornecimento a pedido dos interessados de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou estejam em mau estado — por cada	12,41 €
1.13 — Pedidos de intermediação solicitados ao Município da responsabilidade de entidades externas diversas (por exemplo, pedido de cartão de Feirante à Direção Geral de Atividades Económicas, entre outros)	22,82 €

	Valor
1.14 — Emissão de declaração de substituição de características de ciclomotores	12,41 €
1.15 — Emissão de declaração de substituição de condução de ciclomotores	12,41 €
1.16 — Apresentação de Declaração prévia (de instalação, modificação e de encerramento dos Estabelecimentos Comerciais e de Serviços, e Restauração e de bebidas, entre outros)	33,85 €
<i>Observações:</i>	
Nota 1: Para efeitos de aplicação da presente tabela: A3 =2A4; A2=4A4; A3=8A4; A0=16A4	
Artigo 2.º	
Fornecimento de fotocópias e fornecimento de cartografia e informação geográfica	
1 — Emissão de plantas de localização:	
1.1 — Suporte analógico:	
1.1.1 — Plantas topográficas de localização, escala 1/2000 ou qualquer outra escala, formato A4 ou fração	1,24 €
1.1.2 — Planta de PMOT, qualquer outra escala, formato A4 ou fração.	2,48 €
1.1.3 — Planta de Loteamento, qualquer outra escala, formato A4 ou fração	2,48 €
1.2 — Suporte digital:	
1.2.1 — Plantas topográficas de localização, escala 1/2000 ou qualquer outra escala, formato A4 ou fração	1,24 €
1.2.2 — Planta de PMOT, qualquer outra escala, formato A4 ou fração.	2,48 €
1.2.3 — Planta de Loteamento, qualquer outra escala, formato A4 ou fração	2,48 €
2 — Cartografia Vetorial, qualquer escala:	
2.1 — Suporte analógico:	
2.1.1 — MNTC, escala 1/2000, formato A4 ou fração, impressão em papel normal	4,09 €
2.1.2 — MNTC, qualquer outra escala, formato A4 ou fração, impressão em papel normal	4,50 €
2.2 — Suporte digital (formatos dgn, dwg):	
2.2.1 — MNTC, escala 1/2000, formato A4 ou fração	38,05 €
2.2.2 — Altimetria 3D, formato A4 ou fração	20,76 €
2.2.3 — Altimetria 2D, formato A4 ou fração	16,43 €
2.2.4 — Rede viária, formato A4 ou fração	14,99 €
2.2.5 — Edificado, formato A4 ou fração	14,99 €
2.2.6 — Hidrografia 3D, formato A4 ou fração	12,11 €
2.2.7 — Hidrografia 2D, formato A4 ou fração	9,95 €
2.2.8 — Toponímia, formato A4 ou fração	9,23 €
2.2.9 — Outros temas, formato A4 ou fração	7,27 €
2.3 — Cartografia vetorial, escala 1/10 000 — O fornecimento desta cartografia (nos formatos analógico e digital), está sujeita ao que vier a ser acordado entre o IGP e AMAL.	
3 — Cartografia, em formato raster, qualquer escala:	
3.1 — Ortofotomapas:	
3.1.1 — Suporte analógico:	
3.1.1.1 — Ortofotomapas sem sobreposição de informação vetorial, escala 1/2000, formato A4 ou fração, impressão em papel normal	6,51 €
3.1.1.2 — Ortofotomapas sem sobreposição de informação vetorial, qualquer outra escala, formato A4 ou fração, impressão em papel normal.	7,16 €
3.1.1.3 — Ortofotomapas sem sobreposição de informação vetorial, escala 1/2000, por folha, impressão em papel fotográfico	32,54 €
3.1.1.4 — Ortofotomapas com sobreposição de informação vetorial (toponímia, altimetria, etc.), escala 1/2000, formato A4 ou fração, impressão em papel normal	7,59 €
3.1.1.5 — Ortofotomapas com sobreposição de informação vetorial (toponímia, altimetria, etc.), qualquer outra escala, formato A4 ou fração, impressão em papel normal.	8,35 €
3.1.2 — Suporte digital:	
3.1.2.1 — Ortofotomapas sem sobreposição de informação vetorial, escala 1/2000, formato A4 ou fração	10,09 €
3.1.2.2 — Ortofotomapas com sobreposição de informação vetorial, escala 1/2000, formato A4 ou fração	Nota 5
3.2 — Levantamentos aerofotogramétricos:	
3.2.1 — Suporte analógico:	
3.2.1.1 — Formato A4 ou fração, impressão em papel normal	2,39 €
3.2.2 — Suporte digital:	
3.2.2.1 — Formato A4 ou fração	2,39 €
3.3 — Reproduções de fotografias aéreas:	
3.3.1 — Suporte analógico:	
3.3.1.1 — Formato A4 ou fração, impressão em papel normal	2,39 €
3.3.2 — Suporte digital:	
3.3.2.1 — Por digitalização (preto e branco/cores), formato A4 ou fração	2,39 €

	Valor
3.4 — Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT):	
3.4.1 — Suporte analógico:	
3.4.1.1 — Planta completa (em função do Plano solicitado), impressão em papel normal	Nota 6
3.4.1.2 — Extratos em formato A4 ou fração, impressão em papel normal	2,73 €
3.4.2 — Suporte digital:	
3.4.2.1 — Planta completa (em função do Plano solicitado)	Nota 6
3.4.2.2 — Extratos em formato A4 ou fração	2,73 €
3.5 — Alvarás de loteamentos e obras de urbanização	
3.5.1 — Suporte analógico:	
3.5.1.1 — Planta completa, impressão em papel normal	Nota 6
3.5.1.2 — Extratos em formato A4 ou fração, impressão em papel normal	2,73 €
3.5.2 — Suporte digital	
3.5.2.1 — Planta completa	Nota 6
3.5.2.2 — Extratos em formato A4 ou fração	2,73 €
<i>Observações:</i>	
Nota 1: Para efeitos de aplicação da presente tabela: A3=2A4; A2=4A4; A3=8A4; A0=16A4	
Nota 2: Área mínima de fornecimento ou impressão 500 cm ² (A4);	
Nota 3: 1 folha de cartografia vetorial à escala 1/2000 equivale a 160ha e a cerca de 7 páginas A4;	
Nota 4: 1 folha de ortofotomapa à escala 1/2000 equivale a 104ha e a cerca de 4 páginas A4;	
Nota 5: O custo da informação digital é obtido através do somatório das alíneas 3.1.2.1 com uma das alíneas 2.2.1 a 2.2.9	
Nota 6: O valor das plantas completas dos PMOT, alvarás de loteamentos e obras de urbanização é calculado em função do número de A4 respetivo	
CAPÍTULO II	
Urbanização e Edificação	
Artigo 3.º	
Informação	
1 — Emissão de informação prévia para qualquer tipo de operação urbanística e de alteração de utilização	62,07 €
2 — Apreciação e emissão de declaração da manutenção dos pressupostos de informação prévia	24,83 €
3 — Prestação de informação simplificada, por escrito, sobre os instrumentos de planeamento em vigor	62,07 €
4 — Prestação de informação de propriedade e aumento do número de compartes:	
4.1 — Por prédio (artigo)	62,07 €
Artigo 4.º	
Obras de Edificação	
1 — Licenciamento de obras de edificação:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
1.2 — Pela emissão de licença:	16,96 €
1.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior — por metro quadrado ou fração da área total de construção a intervir (incluindo anexos, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros), em função da utilização licenciada:	
1.3.1 — Habitação	1,13 €
1.3.2 — Comércio e serviços	1,13 €
1.3.3 — Indústria e armazéns	1,13 €
1.3.4 — Turismo	1,13 €
1.3.5 — Arrecadações, edifícios de apoio agrícola ou florestal e outros fins	0,56 €
1.3.6 — Demolição (não integrada noutro procedimento) — por metro quadrado ou fração da área total da construção a demolir	1,13 €
1.3.7 — Tanques, piscinas e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos	0,85 €
2 — Comunicação prévia de obras de edificação:	
2.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
2.2 — Pela emissão do recibo de admissão de comunicação prévia:	16,96 €
2.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior — por metro quadrado ou fração da área total de construção a intervir (incluindo anexos, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros), em função da utilização licenciada:	
2.3.1 — Habitação	1,13 €
2.3.2 — Comércio e serviços	1,13 €
2.3.3 — Indústria e armazéns	1,13 €
2.3.4 — Turismo	1,13 €
2.3.5 — Arrecadações, edifícios de apoio agrícola ou florestal e outros fins	0,56 €
2.3.6 — Demolição (não integrada noutro procedimento) — por metro quadrado ou fração da área total da construção a demolir	1,13 €
2.3.7 — Tanques, piscinas e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos	0,85 €
3 — Acresce aos montantes referidos nas alíneas 1.2. e 2.2.:	
3.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	5,64 €

	Valor
4 — Aditamento ao alvará de licença/ comunicação prévia de obras de edificação:	
4.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
4.2 — Pelo aditamento.	16,96 €
4.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior — por metro quadrado ou fração da área total de construção a intervir (incluindo anexos, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros), em função da utilização licenciada:	
4.3.1 — Habitação	1,13 €
4.3.2 — Comércio e serviços	1,13 €
4.3.3 — Indústria e armazéns	1,13 €
4.3.4 — Turismo	1,13 €
4.3.5 — Arrecadações, edifícios de apoio agrícola ou florestal e outros fins	0,56 €
4.3.6 — Demolição (não integrada noutro procedimento) — por metro quadrado ou fração da área total da construção a demolir	1,13 €
4.3.7 — Tanques, piscinas e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos	0,85 €
4.4 — Acresce ao montante da alínea 4.2.:	
4.4.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
5 — Prorrogação do prazo para a execução de obras de edificação	17,21 €
5.1 — Acresce ao montante referido no número anterior:	
5.1.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
6 — Renovação do alvará de licença/comunicação prévia de obras de edificação:	
6.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
6.2 — Pela renovação	16,96 €
6.3. — Acresce ao montante referido na alínea anterior — por metro quadrado de área total de construção permitida pelo alvará, em função da utilização licenciada:	
6.3.1 — Habitação	1,13 €
6.3.2 — Comércio e serviços	1,13 €
6.3.3 — Indústria e armazéns	1,13 €
6.3.4 — Turismo	1,13 €
6.3.5 — Arrecadações, edifícios de apoio agrícola ou florestal e outros fins	0,56 €
6.3.6 — Demolição (não integrada noutro procedimento) — por metro quadrado ou fração da área total da construção a demolir	1,13 €
6.3.7 — Tanques, piscinas e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos	0,85 €
6.4. — Acresce ao montante da alínea 6.2.:	
6.4.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
Artigo 5.º	
Loteamentos com ou sem obras de urbanização	
1 — Licenciamento de loteamentos com ou sem obras de urbanização:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
1.2 — Pela emissão de licença.	56,43 €
1.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
1.3.1 — Por lote	7,90 €
1.3.2 — Por fogo	56,43 €
1.3.3 — Outras utilizações — por metro quadrado ou fração da área de construção	1,13 €
2 — Comunicação prévia de loteamentos com ou sem obras de urbanização:	
2.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
2.2 — Pela emissão do recibo de admissão de comunicação prévia	56,43 €
2.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
2.3.1 — Por lote	7,90 €
2.3.2 — Por fogo	56,43 €
2.3.3 — Outras utilizações — por metro quadrado ou fração da área de construção	1,13 €
3 — Acresce aos montantes referidos nas alíneas 1.2. e 2.2.:	
3.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	5,64 €
4 — Aditamento ao alvará de licença/ comunicação prévia de loteamentos com ou sem obras de urbanização:	
4.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
4.2 — Pelo aditamento.	56,43 €
4.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
4.3.1 — Por lote	7,90 €
4.3.2 — Por fogo	56,43 €
4.3.3 — Outras utilizações — por metro quadrado ou fração da área de construção	1,13 €
4.4 — Acresce ao montante da alínea 4.2.:	
4.4.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	10,35 €

	Valor
5 — Prorrogação do prazo para a execução de operação de loteamento com obras de urbanização	17,21 €
5.1 — Acresce ao montante referido no número anterior:	
5.1.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	10,35 €
6 — Renovação do alvará de licença/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização:	
6.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
6.2 — Pela renovação	56,43 €
6.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
6.3.1 — Por lote	7,90 €
6.3.2 — Por fogo	56,43 €
6.3.3 — Outras utilizações — por metro quadrado ou fração da área de construção	1,13 €
6.4. — Acresce ao montante da alínea 6.2.:	
6.4.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	29,45 €
Artigo 6.º	
Obras de Urbanização	
1 — Licenciamento de obras de urbanização:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	37,24 €
1.2 — Pela emissão de licença.	56,43 €
1.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
1.3.1 — Por área do solo a urbanizar.	0,17 €
2 — Comunicação prévia de obras de urbanização:	
2.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	37,24 €
2.2 — Pela emissão do recibo de admissão de comunicação prévia	56,43 €
2.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
2.3.1 — Por área do solo a urbanizar.	0,17 €
3 — Acresce aos montantes referidos nas alíneas 1.2. e 2.2.:	
3.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	5,64 €
4 — Aditamento ao alvará de licença/comunicação prévia de obras de urbanização:	
4.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	37,24 €
4.2 — Pelo aditamento.	56,43 €
4.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
4.3.1 — Por área do solo a urbanizar.	0,17 €
4.3.2 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
5 — Prorrogação do prazo para a execução de obras de urbanização	17,21 €
5.1 — Acresce ao montante referido no número anterior:	
5.1.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
6 — Renovação do alvará de licença/comunicação prévia de obras de urbanização:	
6.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	37,24 €
6.2 — Pela renovação	56,43 €
6.3. — Acresce ao montante referido no número anterior:	
6.3.1 — Por área do solo a urbanizar.	0,17 €
6.3.2 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
Artigo 7.º	
Remodelação de Terrenos	
1 — Licenciamento de remodelação de terrenos:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
1.2 — Pela emissão de licença.	16,96 €
1.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
1.3.1 — Por metro quadrado ou fração da área de solo a remodelar.	0,11 €
2 — Comunicação prévia de remodelação de terrenos:	
2.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
2.2 — Pela emissão do recibo de admissão de comunicação prévia	16,96 €
2.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
2.3.1 — Por metro quadrado ou fração da área de solo a remodelar.	0,11 €
3 — Acresce aos montantes referidos nas alíneas 1.2. e 2.2.:	
3.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	5,64 €

	Valor
4 — Aditamento ao alvará de licença/comunicação prévia de remodelação de terrenos:	
4.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
4.2 — Pelo aditamento.	16,96 €
4.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
4.3.1 — Por metro quadrado ou fração da área de solo a remodelar.	0,11 €
4.3.2 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
5 — Prorrogação do prazo para a execução de obras de urbanização.	17,21 €
5.1 — Acresce ao montante referido no número anterior:	
5.1.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
6 — Renovação do alvará de licença/comunicação prévia de remodelação de terrenos:	
6.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
6.2 — Pela renovação	16,96 €
6.3 — Acresce ao montante referido no número anterior:	
6.3.1 — Por metro quadrado ou fração da área de solo a remodelar.	0,11 €
6.3.2 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	9,31 €
Artigo 8.º	
Licença Parcial	
1 — Emissão de licença parcial — 100 % do valor da taxa devida pela emissão do alvará de licença definitivo.	
Artigo 9.º	
Obras inacabadas	
1 — Emissão de licença especial para conclusão de obras inacabadas:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
1.2 — Pela emissão da licença.	16,96 €
1.3 — Acresce ao montante referido na alínea anterior — por metro quadrado ou fração da área total de construção a intervir (incluindo anexos, garagens, estacionamento privativos, arrumos ou arrecadações, corpos salientes, terraços e outros), em função da utilização licenciada:	
1.3.1 — Habitação	1,13 €
1.3.2 — Comércio e serviços.	1,13 €
1.3.3 — Indústria e armazéns	1,13 €
1.3.4 — Turismo	1,13 €
1.3.5 — Arrecadações, edifícios de apoio agrícola ou florestal e outros fins	0,56 €
1.3.6 — Demolição (não integrada noutro procedimento) — por metro quadrado ou fração da área total da construção a demolir	1,13 €
1.3.7 — Tanques, piscinas e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos	0,85 €
1.4 — Acresce ao montante da alínea 1.2.:	
1.4.1 — Em função do prazo, por cada mês ou fração	5,64 €
Artigo 10.º	
Receção provisória ou definitiva de obras de urbanização	
1 — Receção provisória de obras de urbanização	34,42 €
2 — Receção definitiva de obras de urbanização	34,42 €
Artigo 11.º	
Redução de caução	
1 — Redução de caução.	34,42 €
2 — Acresce ao montante referido no número anterior:	
2.1 — Por cada 20 % ou fração de redução autorizada	17,21 €
Artigo 12.º	
Ficha técnica de habitação	
1. — Depósito de ficha técnica de habitação — por cada:	
1.1 — Em suporte de papel	15,50 €
1.2 — Em suporte digital.	15,82 €
2. — Emissão de segunda via — por cada.	15,82 €
Artigo 13.º	
Autorização de utilização	
1 — Autorização de utilização:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €

	Valor
1.2 — Pela emissão de autorização de utilização:	
1.2.1 — Para habitação, por fogo e seus anexos	12,41 €
1.2.2 — Para comércio e serviços	75,00 €
1.2.3 — Para indústria e armazéns.	75,00 €
1.2.4 — Empreendimentos turísticos:	
1.2.4.1 — Estabelecimentos hoteleiros:	
1.2.4.1.1 — Hotéis	147,50 €
1.2.4.1.2 — Hotéis-apartamento (aparthoteis).	147,50 €
1.2.4.2 — Aldeamentos turísticos	147,50 €
1.2.4.3 — Apartamentos turísticos.	147,50 €
1.2.4.4 — Conjuntos turísticos (resorts)	147,50 €
1.2.4.5 — Empreendimentos de turismo de habitação	147,50 €
1.2.4.6 — Empreendimentos de turismo no espaço rural (Casas de campo, Agroturismo; Hotéis rurais)	147,50 €
1.2.4.7 — Parques de campismo e de caravanismo.	147,50 €
1.2.4.8 — Empreendimentos de turismo da natureza	147,50 €
1.2.5 — Restauração e bebidas:	
1.2.5.1 — Restaurantes	147,50 €
1.2.5.2 — Estabelecimentos de bebidas.	147,50 €
1.2.6 — Outros fins	147,50 €
1.3 — Pela emissão de autorização de utilização de recintos destinados a espetáculos de natureza não artística:	
1.3.1 — Bares com música ao vivo	160,00 €
1.3.2 — Discotecas e similares	160,00 €
1.3.3 — Feiras populares	160,00 €
1.3.4 — Salões de baile	160,00 €
1.3.5 — Salões de festas	160,00 €
1.3.6 — Salas de jogos elétricos	160,00 €
1.3.7 — Salas de jogos manuais	160,00 €
1.3.8 — Parques temáticos.	160,00 €
2 — Registo de alojamento local	177,37 €
3 — Placas de classificação de alojamento local.	19,55 €
4 — Placas de classificação de empreendimentos turísticos	32,05 €
Artigo 14.º	
Vistorias	
1 — Vistorias para verificação das condições de segurança, salubridade e arranjo estético e verificação das condições de utilização:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	34,42 €
1.2 — Acresce ao montante referido na alínea anterior:	
1.2.1 — Habitação — por cada fogo e seus anexos.	16,93 €
1.2.2 — Comércio e serviços — por unidade de utilização.	141,07 €
1.2.3 — Indústria e armazenagem — por unidade de utilização.	141,07 €
1.2.4 — Turismo — por unidade de utilização	141,07 €
1.2.5 — Restauração e bebidas — por unidade de utilização	141,07 €
2 — Outras vistorias	141,07 €
3 — Auditoria de classificação	141,07 €
Artigo 15.º	
Ocupação do espaço público por motivo de execução de operações urbanísticas	
1 — Ocupação da via pública delimitada por resguardos ou tapumes:	
1.1 — Tapumes e outros resguardos, por período de um mês ou fração:	
1.1.1 — Por piso do edifício, por eles resguardado e por metro linear ou fração, incluindo cabeceiras.	0,56 €
1.1.2 — Por metro quadrado ou fração de superfície da via pública.	1,69 €
1.2 — Gruas, guindastes ou similares, colocados no espaço público, ou que se projetem sobre o espaço público, por cada equipamento e por período de um mês ou fração.	28,21 €
1.3 — Andaimes, na parte não defendida por tapumes, por metro quadrado ou fração de espaço público ocupado, por período de um mês ou fração.	1,66 €
1.4 — Quaisquer outras ocupações em espaço público por motivo de execução de operações urbanísticas, por metro quadrado ou fração, por período de um mês ou fração.	1,69 €
2 — Ocupação da via pública fora dos resguardos ou tapumes:	
2.1 — Caleiras ou tubos de descarga de entulho, por unidade e por período de um mês ou fração	8,46 €
2.2 — Depósito de entulhos ou materiais em contentores metálicos, por metro quadrado ou fração, por período de um mês ou fração	1,41 €
2.3 — Gruas, guindastes ou similares, colocados no espaço público, ou que se projetem sobre o espaço público, por cada equipamento e por período de um mês ou fração.	56,43 €

	Valor
2.4 — Interrupção do trânsito em vias públicas, por hora ou fração:	
2.4.1 — Domingos e feriados	5,64 €
2.4.2 — Restantes dias	2,82 €
Artigo 16.º	
Licenciamento de Instalações de Armazenagem e de Postos de Abastecimento de Combustíveis para as classes A1, A2 e A3	
1 — Licenciamento de Instalações de Armazenagem e de Postos de Abastecimento de Combustíveis:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	34,42 €
1.2 — Pela emissão da licença/ recibo de admissão de comunicação prévia	379,64 €
1.3 — Pela emissão da autorização de utilização/ licença de exploração	11,28 €
2 — Vistorias relativas ao processo de licenciamento	108,47 €
3 — Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	216,94 €
4 — Vistorias periódicas	216,94 €
5 — Repetição da vistoria para verificação das condições impostas	216,94 €
6 — Averbamentos	59,66 €
7 — Autorização de construção e funcionamento das redes de distribuição de gás associadas reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³	145,00 €
8 — Recebimento dos procedimentos integrados na classe B2	34,42 €
Artigo 17.º	
Licenciamento de Atividade Industrial Tipo 3	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	
Artigo 18.º	
Redes e Estações de Radiocomunicações e Comunicações Móveis	
1 — Pedido de apreciação de instalações de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e comunicações móveis — a pagar no momento da entrega	34,42 €
2 — Autorização de instalações de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicações e comunicações móveis	361,33 €
Artigo 19.º	
Licenciamento de Pesquisas e Exploração de Massas Minerais (Pedreiras)	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	
Artigo 20.º	
Exploração de Inertes	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	
Artigo 21.º	
Comissão Arbitral Municipal (CAM)	
As taxas referentes à CAM são as fixadas e atualizadas de acordo com legislação específica.	
CAPÍTULO III	
Equipamentos Municipais	
SECÇÃO I	
Desporto	
Artigo 22.º	
Polidesportivo Municipal	
1 — Utilização de Polidesportivos Municipais — por hora ou fração:	
1.1 — Utentes estudantes	4,00 €
1.2 — Utentes residentes no Concelho	8,00 €
1.3 — Estágios	13,50 €
1.4 — Eventos Desportivos	13,50 €
1.5 — Utilização ao Fim de Semana/ Feriados	14,50 €
1.6 — Utilização noturna (iluminação)	1,50 €
Artigo 23.º	
Estádio Municipal e Campo de Jogos	
1 — Utilização de Estádios Municipais:	
1.1 — Estádios Municipais Relvados — por hora ou fração:	
1.1.1 — Utentes estudantes	11,00 €
1.1.2 — Utentes residentes no Concelho	22,50 €
1.1.3 — Estágios	38,00 €

	Valor
1.1.4 — Eventos Desportivos	38,00 €
1.1.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	41,00 €
1.1.6 — Utilização noturna (iluminação)	7,50 €
1.2 — Estádios Municipais Sintéticos — por hora ou fração:	
1.2.1 — Utentes estudantes	11,00 €
1.2.2 — Utentes residentes no Concelho	22,50 €
1.2.3 — Estágios	38,00 €
1.2.4 — Eventos Desportivos	38,00 €
1.2.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	41,00 €
1.2.6 — Utilização noturna (iluminação)	7,50 €
2 — Utilização de Campos de jogos:	
2.1 — Campos de jogos Relvados — por hora ou fração:	
2.1.1 — Utentes estudantes	7,50 €
2.1.2 — Utentes residentes no Concelho	15,00 €
2.1.3 — Estágios	25,50 €
2.1.4 — Eventos Desportivos	25,50 €
2.1.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	27,50 €
2.1.6 — Utilização noturna (iluminação)	7,00 €
2.2 — Campos de jogos Sintéticos — por hora ou fração:	
2.2.1 — Utentes estudantes	7,50 €
2.2.2 — Utentes residentes no Concelho	15,00 €
2.2.3 — Estágios	25,50 €
2.2.4 — Eventos Desportivos	25,50 €
2.2.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	27,50 €
2.2.6 — Utilização noturna (iluminação)	7,00 €
2.3 — Campos de jogos Pelados — por hora ou fração:	
2.3.1 — Utentes estudantes	3,00 €
2.3.2 — Utentes residentes no Concelho	6,50 €
2.3.3 — Estágios	11,00 €
2.3.4 — Eventos Desportivos	11,00 €
2.3.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	12,00 €
2.3.6 — Utilização noturna (iluminação)	4,00 €
Artigo 24.º	
Pavilhão Desportivo	
1 — Utilização de Pavilhão Municipal Desportivo de Loulé:	
1.1 — Nave Principal — por hora ou fração:	
1.1.1 — Utentes estudantes	4,00 €
1.1.2 — Utentes residentes no Concelho	8,00 €
1.1.3 — Estágios	14,00 €
1.1.4 — Eventos Desportivos	14,00 €
1.1.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	15,00 €
1.1.6 — Utilização noturna (iluminação)	2,50 €
1.2 — Nave de Apoio — por hora ou fração:	
1.2.1 — Utentes estudantes	4,00 €
1.2.2 — Utentes residentes no Concelho	8,00 €
1.2.3 — Estágios	14,00 €
1.2.4 — Eventos Desportivos	14,00 €
1.2.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	15,00 €
1.2.6 — Utilização noturna (iluminação)	2,50 €
1.3 — Nave de Apoio Ginástica — por hora ou fração:	
1.3.1 — Utentes estudantes	4,00 €
1.3.2 — Utentes residentes no Concelho	8,00 €
1.3.3 — Estágios	14,00 €
1.3.4 — Eventos Desportivos	14,00 €
1.3.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	15,00 €
1.3.6 — Utilização noturna (iluminação)	2,50 €
1.4 — Sala de cardiofitness e Musculação — por hora ou fração:	
1.4.1 — Utentes maiores de 16 anos	3,00 €
1.4.2 — Utentes estudantes/Cartão Jovem	1,50 €
1.4.3 — Utentes reformados	1,50 €
1.4.4 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	2,00 €
1.5 — Squash — por hora ou fração:	
1.5.1 — Utentes maiores de 16 anos	3,00 €
1.5.2 — Utentes estudantes/Cartão Jovem	1,50 €

	Valor
1.5.3 — Utentes reformados	1,50 €
1.5.4 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	2,00 €
1.5.5 — Raquetes	1,00 €
1.5.6 — Bolas	0,50 €
1.6 — Serviços complementares (Sauna, banho turco) — por hora ou fração:	
1.6.1 — Utentes maiores de 16 anos	3,00 €
1.6.2 — Utentes estudantes/Cartão Jovem	1,50 €
1.6.3 — Utentes reformados	1,50 €
1.6.4 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	2,00 €
2 — Utilização de outros Pavilhões Municipais:	
2.1 — Nave Principal — por hora ou fração:	
2.1.1 — Utentes estudantes	2,50 €
2.1.2 — Utentes residentes no Concelho	3,50 €
2.1.3 — Estágios	10,00 €
2.1.4 — Eventos Desportivos	10,00 €
2.1.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	11,00 €
2.1.6 — Utilização noturna (iluminação)	3,00 €
2.2 — Nave de Apoio — por hora ou fração:	
2.2.1 — Utentes estudantes	2,50 €
2.2.2 — Utentes residentes no Concelho	3,50 €
2.2.3 — Estágios	10,00 €
2.2.4 — Eventos Desportivos	10,00 €
2.2.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	7,00 €
2.2.6 — Utilização noturna (iluminação)	7,00 €
3 — Utilização de Palácio Gama Lobos “Espanhóis” — por sala e por hora ou fração:	
3.1 — Utentes estudantes	4,00 €
3.2 — Utentes residentes no Concelho	8,00 €
3.3 — Estágios	14,00 €
3.4 — Eventos Desportivos	14,00 €
3.5 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	15,00 €
3.6 — Utilização noturna (iluminação)	3,00 €
Artigo 25.º	
Campo de Ténis Municipal	
1 — Utilização de Campo de Ténis Municipal — por hora ou fração:	
1.1 — Utentes até aos 11 anos	0,55 €
1.2 — Utentes dos 12 até aos 17 anos	0,55 €
1.3 — Utentes estudantes/Cartão Jovem	1,00 €
1.4 — Utentes reformados	1,00 €
1.5 — Campo por Jogador	1,50 €
1.6 — Estágios	4,00 €
1.7 — Eventos Desportivos	4,00 €
1.8 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	4,50 €
1.9 — Utilização noturna (iluminação)	1,50 €
1.10 — Raquetes	1,00 €
1.11 — Bolas	0,50 €
Artigo 26.º	
Pistas de Atletismo Municipais	
1 — Utilização de Pista de Atletismo de Quarteira — por utilização:	
1.1 — Utentes até aos 11 anos	1,00 €
1.2 — Utentes dos 12 até aos 17 anos	1,00 €
1.3 — Utentes residentes no Concelho	1,50 €
1.4 — Utentes não residentes no Concelho	2,50 €
1.5 — Estágios com alojamento no Concelho	2,00 €
1.6 — Módulos de 7 utilizações	14,00 €
1.7 — Atividades Competitivas — por dia	66,00 €
1.8 — Utilização ao Fim de Semana/Feriados	3,00 €
Artigo 27.º	
Campo de Mini-Golfe	
1 — Utilização de Campo de Mini-Golfe — por percurso:	
1.1 — Utentes até aos 11 anos	0,50 €
1.2 — Utentes dos 12 até aos 17 anos	0,50 €
1.3 — Utentes residentes no Concelho	1,00 €
1.4 — Utentes não residentes no Concelho	1,00 €
1.5 — Estágios com alojamento no Concelho	1,00 €

	Valor
Artigo 28.º	
Piscina Municipal	
1 — Utilização de Piscinas Municipais Cobertas:	
1.1 — Piscina municipal de 25 m — hora ou fração:	
1.1.1 — Utentes até aos 6 anos	Isento
1.1.2 — Utentes dos 6 até aos 11 anos	1,00 €
1.1.3 — Utentes dos 12 até aos 18 anos	1,50 €
1.1.4 — Utentes maiores de 18 anos	2,00 €
1.1.5 — Utentes reformados	1,00 €
1.1.6 — Estágio — pista	12,50 €
1.2 — Piscina municipal de 50 m — hora ou fração:	
1.2.1 — Utentes até aos 6 anos	Isento
1.2.2 — Utentes dos 6 até aos 11 anos	1,00 €
1.2.3 — Utentes dos 12 até aos 18 anos	1,50 €
1.2.4 — Utentes maiores de 18 anos	2,50 €
1.2.5 — Utentes reformados	1,50 €
1.2.6 — Estágio — pista	12,50 €
1.3 — Tanque de Saltos — hora ou fração	12,50 €
1.4 — Serviços complementares (jacuzzi, sauna, banho turco) — por hora ou fração:	
1.4.1 — Jacuzzi	0,50 €
1.4.2 — Sauna	0,50 €
1.4.3 — Banho Turco	0,50 €
2 — Utilização de Piscinas Municipais Descobertas — utilização:	
2.1 — Utentes até aos 6 anos	Isento
2.2 — Utentes dos 6 até aos 11 anos	1,00 €
2.3 — Utentes dos 12 até aos 17 anos	1,50 €
2.4 — Utentes maiores de 18 anos	2,50 €
2.5 — Utentes reformados	1,50 €
2.6 — Guarda-sol — por dia	1,50 €
Artigo 29.º	
Cartão de utente para equipamentos desportivos	
1 — Emissão de segunda via de cartão de utente	3,50 €
2 — Cartão mensal	24,00 €
3 — Cartão mensal estudantes/Cartão Jovem	12,00 €
4 — Cartão mensal reformado	12,00 €
SECÇÃO II	
Cultura	
Artigo 30.º	
1 — Espaços Museológicos Municipais — por cada bilhete (ingresso):	
1.1 — Museu Municipal	1,62 €
1.2 — Polos Museológicos	0,82 €
1.3 — Centros Interpretativos	0,54 €
1.4 — Exposições Permanentes/Coleções Visitáveis	0,54 €
Nota: O bilhete adquirido no Museu Municipal inclui, também, o acesso ao edifício da Alcaidaria, à Exposição Permanente da Cozinha Tradicional e às Muralhas do Castelo.	
2 — Biblioteca Municipal:	
2.1 — Emissão de segunda via do cartão de leitor	3,23 €
SECÇÃO III	
Canil Municipal	
Artigo 31.º	
1 — Recolha e hospedagem de animais em contencioso	19,70 €
SECÇÃO IV	
Cemitério Municipal	
Artigo 32.º	
1 — Inumação:	
1.1 — Sepulturas temporárias	18,62 €
1.2 — Sepulturas perpétuas	37,24 €

	Valor
1.3 — Jazigos particulares com caráter de perpetuidade (cada)	15,52 €
1.4 — Jazigos municipais e a sua ocupação (vulgo gavetões):	
1.4.1 — Por cada período de um ano ou fração	24,83 €
1.4.2 — Com caráter de perpetuidade	564,30 €
2 — Exumação:	
2.1 — Por cada ossada, incluindo limpeza e transladação dentro do cemitério	31,04 €
3 — Transladação para outro cemitério	22,28 €
4 — Ocupação de ossários municipais:	
4.1 — Por cada ano ou fração	18,62 €
4.2 — Com caráter de perpetuidade	225,72 €
5 — Concessão de terrenos:	
5.1 — Para sepultura perpétua — por metro quadrado ou fração	496,59 €
5.2 — Para jazigos particulares — por metro quadrado ou fração	248,29 €
6 — Utilização de capela, por cada período de vinte e quatro horas, incluindo banquetta, tarima e tocheira	8,46 €
7 — Averbamento em alvarás de concessão em nome do novo proprietário:	
7.1 — Classes sucessíveis nos termos do Código Civil:	
7.1.1 — Para jazigos	18,62 €
7.1.2 — Para sepulturas perpétuas	9,31 €
7.2 — Transmissão para pessoas diferentes:	
7.2.1 — Para jazigos	310,36 €
7.2.2 — Para sepulturas perpétuas	217,26 €
8 — Remoções:	
8.1 — Remoção do caixão para reparação	12,41 €
8.2 — Remoção de tampas de mármore de sepultura ou jazigo	12,41 €
8.3 — Remoção de revestimento em mármore de sepultura ou jazigo	24,83 €
9 — Obras em jazigos e sepulturas perpétuas para execução das obras determinadas pela Câmara Municipal — aplicam-se as taxas previstas no Capítulo de Urbanismo e Edificação:	
9.1 — Construção, ampliação ou modificação de jazigo — por jazigo.	
9.2 — Revestimentos em mármore de sepultura, alteração dos revestimentos — por sepultura.	

SECÇÃO V

Mercados e Feiras

Artigo 33.º

Feiras Municipais de Loulé

1 — Ocupação pelos feirantes — por dia e por metro quadrado ou fração	0,37 €
---	--------

Artigo 34.º

Mercado Municipal de Loulé

1 — Lojas — por mês e por metro quadrado ou fração	1,56 €
2 — Barracas ou outras instalações — por mês e por metro quadrado ou fração	1,30 €
3 — Talhos, cafetarias, pastelaria e similares — por mês e por metro quadrado ou fração	2,08 €
4 — Lugares de terrado ou banca até 2 metros de fundo — por metro linear de frente para o arruamento do mercado e por dia:	
4.1 — Bancas de pescado e marisco	0,78 €
4.2 — Outras Bancas utilizando equipamentos ou materiais do município	0,52 €
4.3 — Outras Bancas não utilizando outros equipamentos ou materiais do município	0,42 €
4.4 — Outras Bancas sem frente — por metro quadrado e por dia	0,26 €
4.5 — Utilização temporária de Bancas — até 90 dias	0,78 €
4.6 — Bancas com equipamento elétrico — por unidade e por mês:	
4.6.1 — Igual ou superior a 200W	10,00 €
4.6.2 — Igual ou superior a 150W e inferior a 200W	7,50 €
4.6.3 — Igual ou superior a 100W e inferior a 150W	5,00 €
4.6.4 — Igual ou superior a 50W e inferior a 100W	2,50 €
5 — Lugar de terrado — por dia e por metro linear ou fração:	
5.1 — Produtor	0,42 €
5.2 — Não Produtor	0,84 €
6 — Utilização de balança:	
6.1 — Até 100 kg	0,26 €
6.2 — Acima de 100 kg	0,52 €

	Valor
7 — Utilização de câmaras frigoríficas — por caixa/dia:	
7.1 — Caixa Pescado (até 10 kg)	0,85 €
7.2 — Caixa Gelo (até 10 kg)	0,40 €
8 — Realização de Eventos, exposições e atividades comerciais pontuais:	
8.1 — Jantares ou espetáculos — por metro quadrado ou fração de ocupação	1,30 €
8.2 — Loja para promoções comerciais pontuais ou apoio a eventos — por dia e por metro quadrado ou fração	1,10 €
8.3 — Promoções, exposições e divulgações comerciais no espaço central — por dia e por metro quadrado ou fração	1,45 €
8.4 — Exposições artísticas — por dia	9,00 €
Artigo 35.º	
Mercado Abastecedor	
1 — Ocupação de lugares por parte dos vendedores — por mês:	
1.1 — Até 3.500 kg de tara (veículo)	42,32 €
1.2 — De 3.500 kg até 5.000 kg de tara (veículo)	42,32 €
1.3 — De tara superior a 5.000 kg (veículo)	42,32 €
SECÇÃO VI	
Parques de Estacionamento e Parquímetros	
Artigo 36.º	
Parques de Estacionamento Municipal de Loulé	
1 — No Parque de Estacionamento Municipal de Loulé serão cobrados os seguintes valores, por fração de 15 minutos nos primeiros 30 minutos de estacionamento:	
1.1 — Piso 0	0,15 €
1.2 — Piso 1	0,10 €
2 — No Parque de Estacionamento Municipal de Loulé serão cobrados os seguintes valores, por fração de 15 minutos, após os primeiros 30 minutos de estacionamento:	
2.1 — Piso 0	0,10 €
2.2 — Piso 1	0,05 €
3 — No Parque de Estacionamento Municipal de Loulé serão cobrados os seguintes valores, por Assinatura Anual (24 horas):	
3.1 — Piso 0	520,25 €
3.2 — Piso 1	416,20 €
4 — No Parque de Estacionamento Municipal de Loulé serão cobrados os seguintes valores, por Assinatura Mensal:	
4.1 — 24 horas:	
4.1.1 — Piso 0	62,45 €
4.1.2 — Piso 1	52,00 €
4.2 — Diurno + fim de semana:	
4.2.1 — Piso 0	31,22 €
4.2.2 — Piso 1	26,00 €
4.3 — Diurno:	
4.3.1 — Piso 0	22,30 €
4.3.2 — Piso 1	18,57 €
4.4 — Noturno + fim de semana:	
4.4.1 — Piso 0	31,22 €
4.4.2 — Piso 1	26,00 €
4.5 — Fim de semana:	
4.5.1 — Piso 0	22,30 €
4.5.2 — Piso 1	18,57 €
5. — Na abertura excepcional (fora do horário de funcionamento) serão cobrados os seguintes valores:	
5.1 — Dias úteis e Sábados	9,60 €
5.2 — Domingos e feriados	19,20 €
Artigo 37.º	
Outros Parques de Estacionamento Municipais no Concelho de Loulé	
1.1 — Serão cobrados os seguintes valores, por fração de 15 minutos, nos primeiros 30 minutos de estacionamento:	
1.1.1 — A+	0,25 €
1.1.2 — A	0,20 €
1.1.3 — B	0,15 €

	Valor
1.1.4 — C	0,15 €
1.1.5 — D	0,10 €
1.2 — Serão cobrados os seguintes valores, por fração de 15 minutos, após os primeiros 30 minutos de estacionamento:	
1.2.1 — A+	0,25 €
1.2.2 — A	0,20 €
1.2.3 — B	0,15 €
1.2.4 — C	0,10 €
1.2.5 — D	0,05 €
1.3 — Nos Parques de Estacionamento Municipais serão cobrados os seguintes valores, por Assinatura Mensal:	
1.3.1 — Parque de Estacionamento Municipal Quinta do Lago (Zona Comercial)	19,20 €
1.3.2 — Parque de Estacionamento Municipal Quinta do Lago Praia	90,00 €
1.3.3 — Parques de Estacionamento Municipal em Vilamoura	19,20 €
1.3.4 — Parques de Estacionamento Municipal em Vale do Lobo	54,00 €
1.4 — Nos Parques de Estacionamento Municipais serão cobrados os seguintes valores, por Assinatura Semanal:	
1.4.1 — Parque de Estacionamento Municipal Quinta do Lago (Zona Comercial)	N/A
1.4.2 — Parque de Estacionamento Municipal Quinta do Lago Praia	28,80 €
1.4.3 — Parques de Estacionamento Municipal em Vilamoura	N/A
1.4.4 — Parques de Estacionamento Municipal em Vale do Lobo	23,04 €
1.5. — Nos Parques de Estacionamento Municipais serão cobrados os seguintes valores, por Assinatura Anual ou Época:	
1.5.1 — Parque de Estacionamento Municipal Quinta do Lago (Zona Comercial)	172,80 €
1.5.2 — Parque de Estacionamento Municipal Quinta do Lago Praia	288,00 €
1.5.3 — Parques de Estacionamento Municipal em Vilamoura	172,80 €
1.5.4 — Parques de Estacionamento Municipal em Vale do Lobo	172,80 €
1.6 — Na abertura excecional (fora do horário de funcionamento) serão cobrados os seguintes valores:	
1.6.1 — Dias úteis e Sábados	9,60 €
1.6.2 — Domingos e Feriados	19,20 €
Artigo 38.º	
Zonas de Estacionamento de Duração Limitada	
1 — Nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada serão cobrados os seguintes valores, por fração de 15 minutos:	
1.1 — Época Baixa (01 de outubro a 31 maio):	
1.1.1 — Zona A+	0,15 €
1.1.2 — Zona A	0,15 €
1.1.3 — Zona B	0,10 €
1.2 — Época Alta (01 de junho a 30 de setembro):	
1.2.1 — Zona A+	0,25 €
1.2.2 — Zona A	0,15 €
1.2.3 — Zona B	0,10 €
CAPÍTULO IV	
Armas e ratoeiras de fogo, furões e exercício da caça	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	
CAPÍTULO V	
Condução e registos de veículos	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	
CAPÍTULO VI	
Aferição e conferição de pesos, medidas e aparelhos de medição	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	
CAPÍTULO VII	
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	
As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.	

	Valor
CAPÍTULO VIII	
Publicidade	
Artigo 39.º	
Publicidade afeta a mobiliário urbano	
1 — Painéis:	
1.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	1,62 €
1.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	16,28 €
2 — Anúncios eletrónicos, elétricos, iluminados e semelhantes:	
2.1 — Por ano e por metro quadrado ou fração	13,56 €
3 — Mupis, mastros-bandeira e colunas publicitárias:	
3.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	1,35 €
3.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	16,28 €
4 — Abrigos:	
4.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	1,35 €
4.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	16,28 €
Artigo 40.º	
Publicidade em edifícios ou outras construções	
1 — Anúncios luminosos ou diretamente iluminados, incluindo frisos integrados no anúncio:	
1.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,90 €
1.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	10,85 €
2 — Anúncios não luminosos:	
2.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	2,26 €
2.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	27,09 €
3 — Frisos luminosos, quando sejam complementares de anúncios e não entrem na sua medição:	
3.1 — Por mês e por metro linear ou fração	0,22 €
3.2 — Por ano e por metro linear ou fração	2,17 €
4 — Sanefas:	
4.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,22 €
4.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	2,17 €
5 — Toldos:	
5.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,54 €
5.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	4,52 €
Artigo 41.º	
Publicidade em veículos	
1 — Veículos particulares, quando não relacionados com a atividade principal do respetivo proprietário:	
1.1 — Por veículo	10,00 €
1.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,82 €
1.3 — Por ano e por metro quadrado ou fração	8,68 €
2 — Veículos de empresas, quando alusivas à firma proprietária:	
2.1 — Por veículo	12,50 €
2.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	1,17 €
2.3 — Por ano e por metro quadrado ou fração	14,11 €
3 — Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade publicitária:	
3.1 — Por veículo	25,00 €
3.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	16,93 €
3.3 — Por ano e por metro quadrado ou fração	56,43 €
4 — Transportes públicos:	
4.1 — Transportes coletivos:	
4.1.1 — Por anúncio	10,00 €
4.1.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,82 €
4.1.3 — Por ano e por metro quadrado ou fração	8,68 €
4.2 — Táxis:	
4.2.1 — Por viatura	15,00 €
4.2.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	2,71 €
4.2.3 — Por ano e por metro quadrado ou fração	27,12 €

	Valor
Artigo 42.º	
Publicidade sonora	
1 — Aparelhos de rádio ou televisão, altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões diretas, com fins publicitários, na/ou para a via pública (por unidade):	
1.1 — Por dia	16,93 €
1.2 — Por semana	33,85 €
1.3 — Por mês	67,71 €
Artigo 43.º	
Campanhas publicitárias de rua	
1 — Distribuição de panfletos, produtos e outras ações promocionais de natureza publicitária — por dia e por local	27,12 €
Artigo 44.º	
Publicidade diversa	
1 — Fitas anunciadoras, bandeiras, pendões e semelhantes — por dia e por metro quadrado ou fração:	
1.1 — Por dia e por metro quadrado ou fração	2,26 €
1.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	67,73 €
2 — Cartazes e telas, a afixar em tapumes, andaimes, muros, paredes, e locais semelhantes, onde tal não seja proibido:	
2.1 — Por dia e por metro quadrado ou fração	2,26 €
2.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	67,73 €
3 — Exposição de artigos ou objetos em vitrinas e semelhantes:	
3.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	2,71 €
3.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	27,12 €
4 — Cadeiras, mesas e guarda-sóis — por unidade e por mês	2,82 €
5 — Balões (blimps, zeplins), insufláveis e semelhantes:	
5.1 — Por unidade e por dia	16,93 €
5.2 — Por unidade e por semana	39,51 €
6 — Outra publicidade, não incluída nos números anteriores — por mês e por metro quadrado ou fração	2,71 €
CAPÍTULO IX	
Ocupação do domínio público	
Artigo 45.º	
Ocupação de espaço aéreo na via pública	
1 — Toldos, alpendres, palas ou similares:	
1.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,58 €
1.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	4,83 €
2 — Sanefas:	
2.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	0,23 €
2.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	2,32 €
3 — Fitas anunciadoras, dispositivos destinados a anúncios ou reclamos:	
3.1 — Por dia e por metro quadrado ou fração	0,58 €
3.2 — Por mês e por metro quadrado ou fração	5,81 €
4 — Passarelas e outras construções ou ocupações do espaço aéreo:	
4.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração de projeção sobre a via pública	0,76 €
4.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração de projeção sobre a via pública	9,05 €
5 — Fios, cabos ou outros dispositivos de qualquer natureza e fim, projetando-se na via pública — por ano e por metro linear ou fração	4,83 €
6 — Outras ocupações da via pública — por mês e por metro quadrado ou fração	5,81 €
Artigo 46.º	
Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo	
1 — Depósitos:	
1.1 — Por mês e por metro quadrado ou fração	1,51 €
1.2 — Por ano e por metro quadrado ou fração	18,11 €
2 — Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes — por ano e por metro linear ou fração:	
2.1 — Com diâmetro até 20 cm	0,30 €
2.2 — Com diâmetro superior a 20 cm	0,60 €

	Valor
3 — Postos de transformação, cabinas telefônicas e semelhantes — por ano e por metro cúbico ou fração:	
3.1 — Até três metros cúbicos	60,36 €
3.2 — Cada metro cúbico a mais ou fração	12,06 €
4 — Postes:	
4.1 — Por unidade e por ano	60,36 €
5 — Dispositivos destinados a anúncios ou reclamos, por metro quadrado ou fração:	
5.1 — Por mês	3,01 €
5.2 — Por ano	36,16 €
6 — Quiosque — por ano e por metro quadrado ou fração	6,04 €
7 — Esplanadas abertas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis com ou sem estrado — por mês e por metro quadrado ou fração	3,01 €
8 — Esplanadas fechadas fixas ou amovíveis, não integradas nos edifícios — por ano e por metro quadrado ou fração	104,99 €
9 — Arcas, máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, máquinas de venda de tabaco e equipamentos similares — por mês e por metro quadrado ou fração	1,81 €
10 — Grelhadores — por mês e por metro quadrado ou fração	4,83 €
11 — Guarda-ventos — por mês e por metro linear ou fração	9,05 €
12 — Engraxadores a exercer a atividade na via pública — por mês e por metro quadrado ou fração	1,21 €
13 — Outras ocupações da via pública — por mês e por metro quadrado ou fração	3,01 €
Artigo 47.º	
Ocupações diversas	
1 — Vitrinas, expositores, máquinas de profiláticos e similares — por mês e por metro quadrado ou fração	3,01 €
2 — Instalações provisórias de pavilhões, tendas, quiosques e similares — por dia e por metro quadrado ou fração	0,72 €
3 — Circos e instalações de natureza cultural — por dia e por metro quadrado ou fração	1,50 €
4 — Outras ocupações da via pública, não incluídas nos números anteriores — por mês e por metro quadrado ou fração	3,01 €
CAPÍTULO X	
Instalações abastecedoras de carburantes líquidos ou gasosos, ar e água	
Artigo 48.º	
Carburantes Líquidos	
1 — Bomba, aparelhos ou tomadas de carburantes líquidos ou gasosos instalados ou abastecendo na via pública — por ano ou fração	141,07 €
Artigo 49.º	
Ar e água	
1 — Bomba, aparelhos ou tomadas abastecedoras de ar e água instalados ou abastecendo na via pública — por ano ou fração	18,62 €
CAPÍTULO XI	
Licenciamento de atividades diversas	
Artigo 50.º	
Atividades diversas	
1 — Licenciamento:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido.	17,21 €
1.2 — Pela emissão da licença:	
1.2.1 — Guarda-noturno	20,29 €
1.2.2 — Arrumador de automóveis	5,97 €
1.2.3 — Acampamentos ocasionais — por dia	21,69 €
1.2.4 — Venda ambulante de lotaria	5,97 €
1.2.5 — Máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrônicas de diversão:	
1.2.5.1 — Registo de máquinas, por cada máquina.	108,47 €
1.2.5.2 — Averbamento por transferência de propriedade, por cada máquina	59,66 €
1.2.6 — Realização de espetáculos desportivos e divertimentos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre:	
1.2.6.1 — Provas desportivas — por dia	21,69 €
1.2.6.2 — Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos — por dia	10,85 €
1.2.7 — Fogueiras Populares (Natal, Santos Populares, tradicionais locais)	0,59 €
1.2.8 — Queimadas	0,59 €

	Valor
Artigo 51.º	
Transporte de aluguer em veículos ligeiros — Táxi	
1 — Emissão de licença de transportes em táxi	513,70 €
2 — Emissão da licença de veículo	162,70 €
3 — Renovação anual	32,54 €
4 — Transmissão da licença mortis causa	32,54 €
5 — Transmissão da licença inter vivos	256,85 €
6 — Emissão de segunda via	54,23 €
7 — Averbamento	32,54 €
Artigo 52.º	
Comboios turísticos	
1 — Emissão de licença	84,65 €
Artigo 53.º	
Venda ambulante	
1 — Emissão de cartão de vendedor ambulante	9,31 €
2 — Emissão de cartão de vendedor ambulante fora do prazo	18,62 €
3 — Renovação anual de cartão de vendedor ambulante	6,20 €
4 — Renovação anual de cartão de vendedor ambulante fora do prazo	9,31 €
5 — Ocupação para venda ambulante:	
5.1 — Por dia e até 2 m ²	5,43 €
5.2 — Por cada m ² que exceder	5,43 €
5.3 — Por mês e com lugar atribuído	16,28 €
5.4 — Por dia em viatura e sem lugar atribuído	5,43 €
5.5 — Por mês em viatura e com lugar atribuído	21,69 €
5.6 — Por dia em triciclos ou veículos semelhantes	5,43 €
5.7 — Por mês em triciclos ou veículos semelhantes	16,28 €
Artigo 54.º	
Horário de funcionamento de Estabelecimentos comerciais	
1 — Comunicação de horário de funcionamento	13,27 €
Artigo 55.º	
Venda de produtos alimentares e bebidas de carácter não sedentário	
1 — Venda de produtos de panificação	17,45 €
2 — Venda de peixe fresco e mariscos	17,45 €
3 — Autorização de evento em regime especial (AERE) para restauração e/ ou bebidas	17,45 €
Artigo 56.º	
Espetáculos e diversões	
1 — Licença de funcionamento de recintos de diversão e recintos destinados a espetáculos de natureza não artística	34,42 €
1.1 — Acresce à alínea anterior — por cada dia	2,82 €
2 — Emissão de licença para recintos improvisados	34,42 €
2.1 — Acresce à alínea anterior — por cada dia	8,46 €
3 — Emissão de licença para recintos itinerantes	34,42 €
3.1 — Acresce à alínea anterior — por cada dia	8,46 €
CAPÍTULO XII	
Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	
Artigo 57.º	
Inspeção e reinspeção	
1 — Inspeções — cada:	
1.1 — Periódicas	146,41 €
1.2 — Extraordinárias	146,41 €
2 — Reinspeções — cada	141,41 €
CAPÍTULO XIII	
Registo de cidadãos da União Europeia	
Artigo 58.º	
Certificado de Registo	
1 — Emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia	15,00 €
2 — Emissão de segunda via do certificado de registo de cidadão da União Europeia	25,00 €

	Valor
3 — Primeira emissão do certificado de registo de cidadão da União Europeia a menores de 6 anos	7,50 €
4 — Realização de serviço externo, independentemente da deslocação resultar de imperativo legal, de pedido do interessado ou por necessidade deste	35,00 €
Nota:	
1 — O produto das taxas referidas nos números 1, 2 e 3 reverte em 50 % para o Município e 50 % para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.	
CAPÍTULO XIV	
Ambiente	
Artigo 59.º	
Ruído e Medição Acústica	
1 — Licença Especial de Ruído para o exercício de atividades ruidosas de caráter temporário:	
1.1 — A pagar no momento de entrega do pedido	17,21 €
1.2 — Pela emissão da licença para espetáculos, eventos, feiras, mercados, festas e outras atividades:	
1.2.1 — Nos dias úteis:	
1.2.1.1 — Das 20h00 m às 23h00m — por hora	0,45 €
1.2.1.2 — Das 23h00 m às 07h00m — por hora	0,45 €
1.2.2 — Ao fim de semana e feriados:	
1.2.2.1 — Das 07h00 m às 20h00m — por hora	0,45 €
1.2.2.2 — Das 20h00 m às 23h00m — por hora	0,45 €
1.2.2.3 — Das 23h00 m às 07h00m — por hora	0,45 €
1.3 — Pela emissão da licença para obras de construção civil:	
1.3.1 — Nos dias úteis:	
1.3.1.1 — Das 20h00 m às 23h00m — por hora	2,26 €
1.3.1.2 — Das 23h00 m às 07h00m — por hora	2,26 €
1.3.2 — Ao fim de semana e feriados:	
1.3.2.1 — Das 07h00 m às 20h00m — por hora	2,26 €
1.3.2.2 — Das 20h00 m às 23h00m — por hora	2,26 €
1.3.2.3 — Das 23h00 m às 07h00m — por hora	2,26 €
Nota: A entrada do pedido posterior a 15 dias tem um agravamento nas taxas de 50 %	
2 — Medição acústica:	
2.1 — Quantificação do campo sonoro e selagem do limitador sonoro (de modo a fazer-se cumprir o critério de incomodidade)	100,00 €
2.2 — Reposição de valores do campo sonoro	60,00 €
2.3 — Isolamento a sons de transmissão de condução aérea e percussão (em interiores)	250,00 €
2.4 — Verificação do critério de incomodidade (ruído ambiente).	350,00 €
CAPÍTULO XV	
Floresta	
Artigo 60.º	
Serviços diversos de âmbito florestal	
1 — Emissão de pareceres diversos de âmbito florestal:	
1.1 — Até 2 hectares	27,57 €
1.2 — Por cada hectare a mais	5,51 €
CAPÍTULO XVI	
Bombeiros Municipais	
Artigo 61.º	
Serviços diversos do âmbito dos bombeiros municipais	
1 — Emissão de declarações solicitadas por particulares sobre fichas de relatórios de ocorrência, transporte de INEM, entre outros	23,79 €
2 — Emissão de pareceres diversos do âmbito dos bombeiros municipais.	40,00 €

ANEXO II

Relatório de suporte à fundamentação económico-financeira da matriz de taxas do Município de Loulé**1 — Introdução**

Este relatório foi elaborado pela SMART Vision — assessores e auditores estratégicos, L.^{da}

As taxas das autarquias locais são tributos que redundam da prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.

O valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

As taxas são tributos que têm um carácter bilateral, sendo a contrapartida:	Valor da Taxa calculado em função do:
Da prestação de uma atividade pública	Custo da atividade pública local; e ou benefício auferido pelo particular.
Da utilização de bens do domínio público; ou	
De remoção dos limites jurídicos à atividade dos particulares	

O valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.

As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente:

- Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
- Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.

As taxas municipais podem, também, incidir sobre a realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, previa que as taxas deviam ser revistas em conformidade com aquele pilar normativo até ao início do exercício de 2009, nos termos do disposto no artigo 17.º da lei mencionada.

Por sua vez, o artigo 40.º da lei do Orçamento de Estado de 2009 (Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro), alterou para o início do exercício de 2010 a obrigatoriedade de aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro.

E, posteriormente, o artigo 1.º da Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro de 2009, procedeu à alteração do artigo 17.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro de 2006, prorrogando o prazo inicial para 30 de abril de 2010.

2 — Objetivos

Constituem objetivos do presente relatório caracterizar e delimitar a matriz de custos, no sentido de determinar e suportar a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Conforme supra aludido, o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve

ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

Entende-se, assim, que o valor das taxas, cuja base/indexante é o custo da atividade pública, deve ser calculado tendo como referencial a seguinte função:

Custo do serviço + amortizações dos investimentos +...	Incentivo/desincentivo/custos ambientais e de escassez	Preços acessíveis
Económica	Envolvente/ambiental	Social
Perspetiva objetiva	Perspetiva subjetiva/política	

A fórmula que deve concorrer para a determinação do valor da taxa a fixar deve ter em conta os três componentes: Económica, Envolvente/Ambiental e Social.

Considera-se, pois, que as taxas indexadas ao benefício auferido pelo particular não poderão ser calculadas tendo por base o referido no parágrafo anterior, a não ser na exata medida do dispêndio de recursos, humanos e materiais, para a sua liquidação e cobrança.

Na fixação final do valor da taxa deverá ser tida em conta a heterogeneidade do Concelho de Loulé, promovendo uma fixação que garanta equidade relativa como fonte de dissipação das assimetrias existentes entre o “Concelho Rural” e o “Concelho Urbano e Turístico”.

No presente relatório é também apresentada a determinação do custo da atividade pública local (componente económica), de cada uma das taxas dos vários regulamentos existentes no Município onde existem taxas, comparando-o com o valor da taxa praticada no corrente exercício ou com o valor das taxas aplicadas a processos tipo, com dimensões e prazos médios.

3 — Pressupostos do estudo e condicionantes

Para a elaboração deste estudo, importa salientar que foram tidos em conta os seguintes pressupostos e condicionantes:

O presente estudo teve início em outubro de 2011, pelo que os custos apurados para o efeito tiveram em consideração o exercício de 2011.

Durante o ano de 2011 decorreram os levantamentos dos processos associados a cada taxa, tendo sido consideradas as unidades orgânicas à data, para efeitos da matriz de custos diretos por taxa, embora as unidades orgânicas em vigor se tenham alterado a posteriori.

O Município de Loulé iniciou a implementação da Contabilidade de Custos no ano 2011, o que permite identificar com maior rigor os custos de funcionamento das diversas unidades orgânicas, assim como dos equipamentos municipais onde se cobram taxas (Polidesportivo Municipal, Estádio Municipal e Campo de Jogos, Pavilhão Desportivo, Campo de Ténis, Pistas de Atletismo, Campo de Mini-Golfe, Piscinas Municipais, Espaços Museológicos Municipais, Canil Municipal, Cemitério Municipal, Mercados e Feiras, entre outros).

Assim, apurou-se por centro de responsabilidade (centros de custos) os valores anuais de custos de mão de obra, materiais, fornecimentos e serviços externos, amortizações e outros custos com referência aos valores do primeiro semestre do exercício de 2011 (do período de janeiro a junho) tendo-se extrapolado os custos para 12 meses e utilizados neste estudo. Foi igualmente assumido como pressuposto que a imputação dos custos pela contabilidade de custos do Município de Loulé a cada centro de custo é fiável;

No caso dos equipamentos: Mercado, Parques de Estacionamento e Parquímetros foram ainda considerados os custos da empresa municipal LC Global, com referência ao terceiro trimestre do exercício de 2011, tendo-se extrapolado os custos para 12 meses.

No caso do equipamento do Cemitério Municipal de Loulé, para se estimar o valor da concessão de terrenos para sepulturas e jazigos, foi efetuada uma estimativa para o valor de mercado do m² de terreno do cemitério, com base numa simulação do valor patrimonial tributário do site das Finanças.

Considerando que o valor da avaliação das Finanças corresponde em média a 80 % do valor de mercado, aplicou-se esta proporção ao valor da simulação e dividiu-se pela área total do cemitério (10.190 m² do cemitério de Loulé).

4 — Abordagem Metodológica

4.1 — Fases

O presente estudo decorreu de acordo com as seguintes fases:

Fase I:

1 — Matriz de Taxas por Centro de Responsabilidade (Divisão/Secção);

Fase II:

1 — Matriz de Custos Diretos por Centro de Responsabilidade (Custos de Funcionamento);
2 — Matriz de Custos de Serviços de Suporte por Centro de Responsabilidade;
3 — Definição de Critérios de Imputação Custos Indiretos;
4 — Matriz de Custos Indiretos por Centros de Responsabilidade

Fase III:

1 — Matriz de Custos Diretos por Taxa;

Caracterização Técnica da Taxa;
Caracterização do Processo com Recursos Afetos;
Fatores Diferenciadores das Taxas.

Fase IV:

1 — Distribuição dos Custos Diretos dos Centros de Responsabilidade por Taxa;
2 — Matriz de Custos Totais por Taxa;
3 — Matriz de Custos Totais por Taxa em Unidades de Medida.

4.2 — Especificações da abordagem metodológica para determinação do custo real da atividade municipal

Atendendo aos objetivos do projeto a abordagem metodológica assentou na justificação do custo real da atividade municipal, agrupando para efeitos do estudo os seguintes grupos de taxas:

Tipo A — As que decorrem de um ato administrativo;

Tipo B — As que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional;

Tipo C — As que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, entendendo-se os equipamentos municipais;

Assim, para cada um dos referidos grupos foram determinados os seus custos, recorrendo a:

Tipo A — Ao arrolamento dos custos diretos e indiretos por fase do processo administrativo;

Tipo B — À soma dos custos totais (diretos e indiretos) do ato administrativo detalhado por fases do processo com os custos diretos e indiretos associados ao processo operacional de produção ou prestação do serviço;

Tipo C — Ao arrolamento dos custos anuais dos equipamentos municipais, reduzindo através de indicadores de utilização à unidade de medida aplicável na taxa.

Na abordagem metodológica associada às taxas do Tipo A verificaram-se dois tipos de situação:

a) O custo do processo administrativo não tem correlação direta com as unidades de medida de aplicação da taxa, deste modo foram solicitados custos médios para a realização de cada fase do processo, tendo sido fundamentado, neste caso, o custo de um processo tipo de acordo com os indicadores/unidades de medida médias.

De forma a demonstrar a relação entre o custo da atividade e a taxa praticada calcularam-se as taxas aplicando as unidades de medida médias respetivas. Pretende-se, assim, comparar o custo real da atividade municipal com o valor das taxas aplicadas para unidades médias de um processo tipo (com prazos e dimensões médias).

b) Custo do processo administrativo e ou operacional é equivalente à unidade de medida da taxa aplicável. Neste caso é aplicada por cada ato final, resultante do processo arrolado.

Por aplicação da abordagem metodológica associada às taxas do Tipo B verificou-se que na generalidade dos casos existe correlação entre a unidade de medida de aplicação da taxa, deduzindo neste caso que o custo da atividade municipal para um processo administrativo e operacional pode ser comparável ao valor da taxa cobrada para a prestação do serviço. Nos casos em que não

existia a referida correlação adotou-se o referido para as taxas do Tipo A.

No âmbito de aplicação da abordagem metodológica associada às taxas do Tipo C, a determinação do custo unitário por unidade de medida de aplicação da taxa assentou nos seguintes pressupostos:

O custo unitário por unidade foi determinado pressupondo a ocupação total, na sua capacidade máxima, ou seja, no horário de funcionamento respetivo mediante o número de utilizações imediatas possíveis.

Existem equipamentos cujas taxas a aplicar têm duas componentes, o tipo B e o tipo C, pelo que se determinaram os custos totais anuais de funcionamento desses equipamentos pressupondo também a sua ocupação total, na sua capacidade máxima, e utilizou-se estes valores para acrescer aos custos apurados pelo processo administrativo e operacional.

4.3 — Pressupostos comuns às várias abordagens metodológicas

Em todas as abordagens metodológicas de cálculo do custo real da atividade municipal foram atendidos princípios de eficiência organizacional.

A lei prevê ainda que a fundamentação seja realizada na medida do benefício auferido pelo particular.

Deste modo, e atendendo ao princípio da equivalência jurídica determinou-se que o benefício auferido pelo particular é tanto maior, quantos mais obstáculos jurídicos removidos, ou seja, com o mesmo ato consegue usufruir de maior proporção relativamente à unidade de medida aplicável, ou seja, por exemplo, quem licencia mais frações deverá ter um benefício proporcionalmente maior.

Por outro lado, o valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.

4.4 — Método de Apuramento do Custo real da atividade Pública Local

4.4.1 — Custos dos processos administrativos e operacionais

A fórmula utilizada para o cálculo do custo total do processo administrativo e operacional foi:

$$C_{PAO} = Tm \times (C_{MOD} + (C_{MOC} + C_{AMORT} + C_{FSE}) + C_{IND})$$

Tm — Tempo médio de execução (em minutos);

C_{MOD} — Custo da mão de obra direta por minuto, em função da categoria profissional respetiva;

C_{MOC} — Custo de Materiais e outros custos por minuto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra direta em cada uma das fases do processo está afeta;

C_{AMORT} — Custo das Amortizações dos Bens por minuto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra direta em cada uma das fases do processo está afeta;

C_{MAQV} — Custo de Máquinas e Viaturas por minuto;

C_{IND} — Custo Indiretos por minuto, em função do centro de responsabilidade a que a mão de obra direta em cada uma das fases do processo está afeta;

O método de cálculo dos valores por minutos referidos é explicado de seguida.

4.4.1.1 — Método de cálculo do Custo da mão de obra Direta

No que diz respeito aos custos com a mão de obra direta foram calculados os custos por minuto médios de cada categoria profissional tendo em conta todos os índices de remuneração existentes à data no Município de Loulé. Relativamente aos avençados, considerou-se o valor anual da prestação de serviços dos intervenientes nos vários processos, tendo-se repartido pelo mesmo número de minutos que os restantes funcionários.

Para o número de minutos por ano, considerou-se 25 dias de férias e 10 dias de feriados em dias de semana no ano 2011.

Minutos de trabalho anuais (52*(5*7*60-(N.º de Feriados+Dias de Férias)*7*60/52)

	N.º semanas/ano	N.º minutos/semana	N.º minutos perdidos por semana com férias e feriados	
N.º minutos anuais de trabalho =	52	2100	283	94.500

4.4.1.2 — Método de cálculo do Custo de Materiais e Outros custos

Os custos diretos de materiais e outros custos de cada centro de responsabilidade apurados pela contabilidade de custos foram divididos pelo número de funcionários existentes em cada um e depois pelo número de minutos médios que cada funcionário trabalha por ano, para se chegar ao custo por minuto por centro de responsabilidade.

4.4.1.3 — Método de cálculo do Custo das Máquinas e Viaturas

Os custos anuais de cada máquina e viatura com amortizações, consumos de combustíveis, manutenções e reparações e seguros, foram considerados os custos inseridos na contabilidade de custos de 2011 onde depois dividiu-se pelo número de minutos anuais de trabalho, para se chegar ao custo de utilização por minuto.

4.4.1.4 — Método de cálculo do Custo das Amortizações de Bens

Fez-se o mesmo cálculo que para o ponto 4.4.1.2 em relação à amortização anual dos bens afetos a cada centro de responsabilidade, sendo que nos quadros resumos dos custos associados a cada taxa os custos das amortizações aparecem agregados aos custos de materiais e outros custos...

4.4.1.5 — Método de Apuramento de Custos Indiretos

Consideram-se custos indiretos cujos não são passíveis de identificação concreta com um processo ou com um equipamento de utilização coletiva.

São exemplos destes custos os custos de atividades suporte como sejam as ligadas às áreas funcionais de contabilidade, compras e gestão de stocks, gestão de recursos humanos, património e gestão de sistemas de informação e outros custos não associados a qualquer centro de responsabilidade.

Tendo em consideração o referido acima sobre a forma como está estruturada a contabilidade de custos do Município de Loulé, todo apuramento dos custos indiretos assentou na compilação de todos os custos anuais dos centros de responsabilidade (centros de custos) identificados como indiretos, nomeadamente os custos com mão de obra, materiais e outros custos e amortizações de bens (tendo-se considerados como indiretos todos os imóveis de natureza administrativa), com referência aos valores apurados para o exercício de 2011.

A repartição dos custos indiretos pelos restantes centros de responsabilidade foi feita em função do peso total dos custos de cada centro de responsabilidade no total dos custos apurados.

A imputação de custos indiretos dos centros de responsabilidade (centros de custos), na falta de critério mais consistente, e salvo melhor opinião, teve por base na expressão da fórmula de cálculo a relação direta e proporcional dos custos indiretos com os tempos médios apurados, ou seja, dividiram-se os custos pelo número de funcionários existentes em cada um dos centros de responsabilidade e depois pelo número de minutos médios que cada funcionário trabalha por ano.

Sintetizando, os custos indiretos são em primeiro lugar rateados proporcionalmente pelos minutos utilizados em determinado processo (abordagem metodológica tipo A e B) ou pelos minutos totais dos recursos humanos afetos aos equipamentos municipais de utilização coletiva (abordagem metodológica tipo C). Com este procedimento assumindo que a totalidade dos custos indiretos se reparte em função dos funcionários do município e da sua contribuição nos processos ou funcionamento de equipamentos.

O critério adotado neste âmbito consubstancia o pressuposto que o funcionário para exercer determinada tarefa utiliza num determinado período de tempo os recursos disponíveis do município e a sua função é suportada por outros setores que prestam serviços internos à sua unidade orgânica.

4.4.1.6 — Método de Apuramento de Outros custos específicos

Foi também apurado o custo da análise de um assunto numa reunião do Órgão Executivo, tendo em conta o tempo médio que um processo demora a ser analisado numa Reunião de Câmara por minuto, tendo em consideração que:

As Reuniões de Câmara realizam-se semanalmente (4.ª feira);

Em média cada reunião dura cerca de 1 hora;

Em cada reunião são tratados cerca de 60 assuntos;

Existem dois funcionários afetos à Reunião de Câmara, nomeadamente, uma técnica superior e uma assistente técnica da Divisão Jurídica e de Contencioso (DJC):

Na elaboração da ordem de trabalhos, a técnica superior demora 7 horas (1 dia) e a assistente técnica demora 24h (3 dias e meio);

Na comunicação das deliberações, a técnica superior demora 7 horas (1 dia) e a assistente técnica demora 10 horas (1 dia e meio);

Na elaboração da ata, a técnica superior demora 21 horas (3 dias).

Além disto, quem secretaria a Reunião de Câmara é o chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso, que demora cerca de 1 hora e 30 minutos;

Existem três vereadores da oposição a receber senhas de presença por cada reunião (76,32 €).

4.5 — Custos dos Equipamentos Municipais de Utilização Coletiva

A fórmula utilizada para o cálculo dos custos anuais dos equipamentos de utilização coletiva foi:

$$CD_{EMUC} = CA_{Func.} + CA_{Amort.} + CA_{IND}$$

$CA_{Func.}$ — Custos Anuais diretos de funcionamento e ou manutenção de equipamento — incluem despesas com recursos humanos e outros custos associados ao funcionamento;

$CA_{Amort.}$ — Custos Anuais com a Amortização dos Equipamentos (Móveis e Imóveis);

CA_{IND} — Repartição de custos indiretos anuais em função das unidades orgânicas a que os equipamentos estão afetos.

4.6 — Fórmula de Cálculo do Valor das Taxas a Cobrar

Uma vez apurado o custo total da atividade pública local para cada taxa (ou taxas, quando o custo apurado não tem correlação direta com as unidades de medida de aplicação da taxa mas sim com o valor das taxas aplicadas para unidades médias de um processo (com prazos e dimensões médias), procedeu-se a uma análise comparativa entre este e os valores das taxas, inferindo-se coeficientes para o benefício auferido pelo particular, para a percentagem do custo social suportado pelo Município (nos caso em que o custo da atividade pública local é superior ao valor das taxas aplicadas, sendo a percentagem indicada a percentagem do custo que o Município suporta face ao valor que arrecada com a taxa) e para o desincentivo à prática de certos atos ou operações (nos casos em que o custo da atividade pública local é inferior ao valor das taxas aplicadas).

O valor da taxa (ou das taxas, tal como referido) a cobrar pelo Município de Loulé, apresenta-se assim calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Valor da Taxa} = TC \times B_{PART} \times (1 - C_{SOCAIL}) \times (1 + D_{ESINC})$$

a) TC = Total do Custo;

b) B_{PART} = Benefício auferido pelo particular;

c) C_{SOCAIL} = Custo social suportado pelo Município;

d) D_{ESINC} = Desincentivo à prática de certos atos ou operações

5 — Relatório Detalhado

5.1 — Taxas do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Loulé

CAPÍTULO I

Taxas e serviços diversos

Artigo 1.º

Prestação de serviços e concessão de documentos

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 90 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 1.º ...	1.1.	34,71 €	3,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37,81 €	31,86 €	31,86 €	69,67 €	7,00 €			1	90 %	0 %
	1.2.1.	27,47 €	4,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31,55 €	27,38 €	27,38 €	58,93 €	6,50 €			1	89 %	0 %
	1.2.2.1.										7,00 €					
	1.2.2.2.a) ...	31,41 €	4,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35,89 €	29,70 €	29,70 €	65,59 €	3,50 €	10,50 €	1	1	84 %	0 %
	1.2.2.2.b) ...	31,41 €	4,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35,89 €	29,70 €	29,70 €	65,59 €	5,00 €	12,00 €	1	1	82 %	0 %
	1.2.3.	63,89 €	10,84 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	77,29 €	67,39 €	67,39 €	144,68 €	43,45 €			1	70 %	0 %
	1.2.4.	99,19 €	3,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	102,45 €	76,50 €	76,50 €	178,95 €	43,45 €			1	76 %	0 %
	1.2.5.	99,56 €	4,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,79 €	78,84 €	78,84 €	182,63 €	43,45 €	49,09 €		1	73 %	0 %
	1.2.5.1.										5,64 €		1			
	1.2.6.	83,04 €	4,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87,20 €	66,80 €	66,80 €	154,00 €	43,45 €			1	72 %	0 %
	1.2.7.	83,04 €	4,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	87,20 €	66,80 €	66,80 €	154,00 €	43,45 €			1	72 %	0 %
	1.2.8.	63,89 €	10,84 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	77,29 €	67,39 €	67,39 €	144,68 €	43,45 €			1	70 %	0 %
	1.3.1.	13,05 €	3,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,26 €	20,78 €	20,78 €	37,04 €	1,00 €	5,00 €	5	1	87 %	0 %
	1.3.2.	13,05 €	3,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,26 €	20,78 €	20,78 €	37,04 €	1,69 €	6,76 €	4	1	82 %	0 %
	1.4.1.	17,25 €	3,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21,13 €	24,51 €	24,51 €	45,64 €	2,00 €	6,00 €	3	1	87 %	0 %
	1.4.2.	17,25 €	3,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21,13 €	24,51 €	24,51 €	45,64 €	2,69 €	8,07 €	3	1	82 %	0 %
	1.5.1.	16,16 €	4,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20,46 €	26,41 €	26,41 €	46,87 €	2,00 €	40,00 €	20	1	15 %	0 %
	1.5.2.	16,16 €	4,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20,46 €	26,41 €	26,41 €	46,87 €	2,69 €	13,45 €	5	1	71 %	0 %
	1.6.	7,58 €	0,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,93 €	6,18 €	6,18 €	14,10 €	6,20 €			1	56 %	0 %
	1.7.	36,05 €	1,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37,16 €	25,83 €	25,83 €	62,98 €	15,00 €			1	76 %	0 %
	1.8.	38,37 €	1,04 €	0,00 €	0,36 €	0,00 €	39,78 €	28,14 €	28,14 €	67,91 €	15,00 €			1	78 %	0 %
	1.9.	32,38 €	2,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35,37 €	29,67 €	29,67 €	65,05 €	15,00 €			1	77 %	0 %
	1.10.	30,42 €	15,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	46,25 €	51,03 €	51,03 €	97,28 €	12,41 €			1	87 %	0 %
	1.11.	30,42 €	15,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	46,25 €	51,03 €	51,03 €	97,28 €	12,41 €			1	87 %	0 %
	1.12.	26,18 €	12,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	39,09 €	44,18 €	44,18 €	83,27 €	12,41 €			1	85 %	0 %
	1.13.	16,19 €	7,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23,79 €	21,85 €	21,85 €	45,64 €	22,82 €			1	50 %	0 %
	1.14.	12,01 €	6,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18,68 €	16,87 €	16,87 €	35,55 €	12,41 €			1	65 %	0 %
	1.15.	12,01 €	6,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18,68 €	16,87 €	16,87 €	35,55 €	12,41 €			1	65 %	0 %
	1.16.	17,63 €	3,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20,69 €	16,28 €	16,28 €	36,97 €	33,85 €			1	8 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2.2.2.a) do Artigo 1.º inclui o valor da taxa da alínea 1.2.2.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.2.2.b) do Artigo 1.º inclui o valor da taxa da alínea 1.2.2.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.5. do Artigo 1.º inclui o valor da taxa da alínea 1.2.5.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.3.1. do Artigo 1.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.3.2. do Artigo 1.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.4.1. do Artigo 1.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.4.2. do Artigo 1.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.5.1. do Artigo 1.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.5.2. do Artigo 1.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.

Artigo 2.º

Fornecimento de fotocópias e fornecimento de cartografia e informação geográfica

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 96 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 2.º . . .	1.1.1	6,03 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,27 €	5,15 €	5,15 €	11,41 €	1,24 €	6,20 €	5	1	46 %	0 %
	1.1.2	6,03 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,27 €	5,15 €	5,15 €	11,41 €	2,48 €	4,96 €	2	1	57 %	0 %
	1.1.3	6,03 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,27 €	5,15 €	5,15 €	11,41 €	2,48 €	4,96 €	2	1	57 %	0 %
	1.2.1	6,03 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,27 €	5,15 €	5,15 €	11,41 €	1,24 €	6,20 €	5	1	46 %	0 %
	1.2.2	6,03 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,27 €	5,15 €	5,15 €	11,41 €	2,48 €	4,96 €	2	1	57 %	0 %
	1.2.3	6,03 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,27 €	5,15 €	5,15 €	11,41 €	2,48 €	4,96 €	2	1	57 %	0 %
	2.1.1	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	4,09 €	28,63 €	7	1	50 %	0 %
	2.1.2	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	4,50 €	31,50 €	7	1	45 %	0 %
	2.2.1	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	38,05 €	38,05 €	1	1	34 %	0 %
	2.2.2	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	20,76 €	20,76 €	1	1	64 %	0 %
	2.2.3	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	16,43 €	16,43 €	1	1	71 %	0 %
	2.2.4	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	14,99 €	14,99 €	1	1	74 %	0 %
	2.2.5	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	14,99 €	14,99 €	1	1	74 %	0 %
	2.2.6	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	12,11 €	12,11 €	1	1	79 %	0 %
	2.2.7	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	9,95 €	9,95 €	1	1	83 %	0 %
	2.2.8	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	9,23 €	9,23 €	1	1	84 %	0 %
	2.2.9	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	7,27 €	7,27 €	1	1	87 %	0 %
	3.1.1.1.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	6,51 €	26,04 €	4	1	55 %	0 %
	3.1.1.2.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	7,16 €	28,64 €	4	1	50 %	0 %
	3.1.1.3.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	32,54 €	32,54 €	1	1	43 %	0 %
	3.1.1.4.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	7,59 €	30,36 €	4	1	47 %	0 %
	3.1.1.5.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	8,35 €	33,40 €	4	1	42 %	0 %
	3.1.2.1.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	10,09 €	40,36 €	4	1	30 %	0 %
	3.2.1.1.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,22 €	2,39 €	2	1	96 %	0 %
	3.2.2.1.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,00 €	2,39 €	2	1	96 %	0 %
	3.3.1.1.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,22 €	2,39 €	2	1	96 %	0 %
	3.3.2.1.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,00 €	2,39 €	2	1	96 %	0 %
	3.4.1.2.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,54 €	2,73 €	2	1	95 %	0 %
	3.4.2.2.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,31 €	2,73 €	2	1	95 %	0 %
	3.5.1.2.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,54 €	2,73 €	2	1	95 %	0 %
	3.5.2.2.	30,81 €	1,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32,35 €	24,92 €	24,92 €	57,27 €	2,31 €	2,73 €	2	1	95 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.1.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.1.3. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.2.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.2.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 1.2.3. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 2.1.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 2.1.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 2.2.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 2.2.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.3. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.4. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.5. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.6. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.7. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.8. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 2.2.9. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.1.1.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.1.1.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.1.1.3. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.1.1.4. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.1.1.5. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.1.2.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.2.1.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.2.2.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.3.1.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.3.2.1. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.4.1.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.4.2.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.5.1.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 3.5.2.2. do Artigo 2.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.

CAPÍTULO II

Urbanização e edificação

Artigo 3.º

Informação

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 90 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 3.º ...	1	129,65 €	5,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	135,28 €	105,78 €	105,78 €	241,06 €	62,07 €			1	74 %	0 %
	2	129,65 €	5,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	135,28 €	105,78 €	105,78 €	241,06 €	24,83 €			1	90 %	0 %
	3	105,33 €	3,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	108,95 €	88,22 €	88,22 €	197,17 €	62,07 €			1	69 %	0 %
	4.1.	132,68 €	6,07 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	139,23 €	130,88 €	130,88 €	270,12 €	62,07 €	62,07 €	1	1	77 %	0 %

* O total da taxa da alínea 4.1. do Artigo 3.º foi calculado de acordo com a dimensão indicada.

Artigo 4.º

Obras de edificação

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 76 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 4.º ...	1.1.										34,42 €					
	1.2.										16,96 €					

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 4.º . . .	1.3.1	340,44 €	21,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	361,49 €	307,42 €	307,42 €	668,92 €	1,13 €	525,74 €	300	1	21 %	0 %
	1.3.2	340,44 €	21,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	361,49 €	307,42 €	307,42 €	668,92 €	1,13 €	412,74 €	200	1	38 %	0 %
	1.3.3	655,48 €	34,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	690,01 €	543,23 €	543,23 €	1.233,25 €	1,13 €	1.090,74 €	800	1	12 %	0 %
	1.3.4	1.329,04 €	86,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.415,70 €	1.133,97 €	1.133,97 €	2.549,67 €	1,13 €	2.446,74 €	2000	1	4 %	0 %
	1.3.5	340,44 €	21,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	361,49 €	307,42 €	307,42 €	668,92 €	0,56 €	354,74 €	300	1	47 %	0 %
	1.3.6	340,44 €	21,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	361,49 €	307,42 €	307,42 €	668,92 €	1,13 €	412,74 €	200	1	38 %	0 %
	1.3.7	340,44 €	21,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	361,49 €	307,42 €	307,42 €	668,92 €	0,85 €	229,24 €	50	1	66 %	0 %
	2.1.									34,42 €						
	2.2.									16,96 €						
	2.3.1	318,15 €	18,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	336,42 €	281,67 €	281,67 €	618,09 €	1,13 €	525,74 €	300	1	15 %	0 %
	2.3.2	318,15 €	18,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	336,42 €	281,67 €	281,67 €	618,09 €	1,13 €	412,74 €	200	1	33 %	0 %
	2.3.3	599,81 €	29,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	628,92 €	488,78 €	488,78 €	1.117,70 €	1,13 €	1.090,74 €	800	1	2 %	0 %
	2.3.4	1.313,15 €	78,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.391,52 €	1.077,29 €	1.077,29 €	2.468,81 €	1,13 €	2.446,74 €	2000	1	1 %	0 %
	2.3.5	318,15 €	18,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	336,42 €	281,67 €	281,67 €	618,09 €	0,56 €	354,74 €	300	1	43 %	0 %
	2.3.6	318,15 €	18,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	336,42 €	281,67 €	281,67 €	618,09 €	1,13 €	412,74 €	200	1	33 %	0 %
	2.3.7	318,15 €	18,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	336,42 €	281,67 €	281,67 €	618,09 €	0,85 €	229,24 €	50	1	63 %	0 %
	3.1.									5,64 €			24			
	4.1.									34,42 €						
	4.2.									16,96 €						
	4.3.1	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	1,13 €	163,74 €	50	1	67 %	0 %
	4.3.2	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	1,13 €	163,74 €	50	1	67 %	0 %
	4.3.3	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	1,13 €	220,24 €	100	1	55 %	0 %
	4.3.4	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	1,13 €	333,24 €	200	1	32 %	0 %
	4.3.5	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	0,56 €	135,24 €	50	1	72 %	0 %
	4.3.6	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	1,13 €	118,54 €	10	1	76 %	0 %
	4.3.7	244,57 €	15,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260,31 €	230,52 €	230,52 €	490,83 €	0,85 €	115,74 €	10	1	76 %	0 %
	4.4.1									9,31 €			6			
	5.	66,52 €	5,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	72,08 €	67,40 €	67,40 €	139,48 €	17,21 €	128,93 €		1	8 %	0 %
	5.1.1									9,31 €			12			
	6.1.									34,42 €						
	6.2.									16,96 €						
	6.3.1	258,84 €	15,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	273,91 €	243,26 €	243,26 €	517,17 €	1,13 €	502,10 €	300	1	3 %	0 %
	6.3.2	258,84 €	15,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	273,91 €	243,26 €	243,26 €	517,17 €	1,13 €	389,10 €	200	1	25 %	0 %
	6.3.3	585,71 €	30,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	615,80 €	497,80 €	497,80 €	1.113,60 €	1,13 €	1.067,10 €	800	1	4 %	0 %
	6.3.4	1.281,63 €	84,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.365,68 €	1.100,62 €	1.100,62 €	2.466,30 €	1,13 €	2.423,10 €	2000	1	2 %	0 %
	6.3.5	258,84 €	15,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	273,91 €	243,26 €	243,26 €	517,17 €	0,56 €	331,10 €	300	1	36 %	0 %
	6.3.6	258,84 €	15,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	273,91 €	243,26 €	243,26 €	517,17 €	1,13 €	389,10 €	200	1	25 %	0 %
	6.3.7	258,84 €	15,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	273,91 €	243,26 €	243,26 €	517,17 €	0,85 €	205,60 €	50	1	60 %	0 %
	6.4.1									9,31 €			12			

* O total da taxa da alínea 1.3.1. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.2. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.3. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.4. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.5. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.6. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.7. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 2.3.1. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 2.3.2. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 2.3.3. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 2.3.4. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 2.3.5. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 2.3.6. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 2.3.7. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.2. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.1. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.2. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.3. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.4. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.5. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.6. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 4.3.7. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.2. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 5. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa da alínea 5.1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 6.3.1. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 6.3.2. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 6.3.3. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 6.3.4. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 6.3.5. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 6.3.6. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
 * O total da taxa da alínea 6.3.7. do Artigo 4.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.2. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

Artigo 5.º

Loteamentos com ou sem obras de urbanização

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 88 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 5.º ...	1.1.	2.128,23 €	48,79 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	2.177,50 €	1.698,17 €	1.698,17 €	3.875,68 €	34,42 €	3.325,61 €	35 30 1000	1	14 %	0 %
	1.2.										56,43 €					
	1.3.1.										7,90 €					
	1.3.2.										56,43 €					
	1.3.3.	2.052,67 €	46,22 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	2.099,36 €	1.604,47 €	1.604,47 €	3.703,83 €	1,13 €		35 30 1000	1	10 %	0 %
	2.1.										34,42 €					
	2.2.										56,43 €					
	2.3.1.										7,90 €					
	2.3.2.	1.526,33 €	33,58 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	1.560,39 €	1.222,20 €	1.222,20 €	2.782,59 €	56,43 €		35 30 1000	1	88 %	0 %
	2.3.3.										7,90 €					
	3.1.										5,64 €					
	4.1.										34,42 €					
	4.2.	68,62 €	6,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,56 €	78,50 €	78,50 €	154,06 €	56,43 €	330,28 €	1	1	8 %	0 %
	4.3.1.										7,90 €					
	4.3.2.										56,43 €					
	4.3.3.										1,13 €					
	4.4.1.	2.037,35 €	48,50 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	2.086,33 €	1.514,43 €	1.514,43 €	3.600,76 €	10,35 €		6 12	1	2 %	0 %
	5.										17,21 €					
	5.1.1.										10,35 €					
	6.1.										34,42 €					
	6.2.	2.037,35 €	48,50 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	2.086,33 €	1.514,43 €	1.514,43 €	3.600,76 €	56,43 €	3.543,65 €	35 30 1000	1	2 %	0 %
	6.3.1.										7,90 €					
	6.3.2.										56,43 €					
	6.3.3.										1,13 €					
	6.4.1.										29,45 €					

* O total da taxa da alínea 1.2. do Artigo 5.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.3.1, 1.3.2., 1.3.3. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 2.2. do Artigo 5.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.3.1, 2.3.2., 2.3.3. e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 4.2. do Artigo 5.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.3.1, 4.3.2., 4.3.3. e 4.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 5.º do Artigo 5.º inclui o valor da taxa da alínea 5.1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 6.2. do Artigo 5.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.3.1, 6.3.2., 6.3.3. e 6.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

Artigo 6.º

Obras de Urbanização

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 36 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 6.º ...	1.1.	1.627,76 €	37,59 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	1.665,82 €	1.338,25 €	1.338,25 €	3.004,07 €	37,24 €	1.929,03 €	10000	1	36 %	0 %
	1.2.										56,43 €					
	1.3.1.										0,17 €					
	2.1.	1.555,08 €	34,24 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	1.589,80 €	1.247,94 €	1.247,94 €	2.837,74 €	37,24 €	1.929,03 €	10000	1	32 %	0 %
	2.2.										56,43 €					
	2.3.1.										0,17 €					
	3.1.	1.338,62 €	29,63 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	1.368,72 €	1.097,85 €	1.097,85 €	2.466,57 €	5,64 €	1.849,53 €	10000	1	25 %	0 %
	4.1.										37,24 €					
	4.2.										0,17 €					
	4.3.1.	68,62 €	6,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,56 €	78,50 €	78,50 €	154,06 €	9,31 €	128,93 €	12	1	16 %	0 %
	4.3.2.										17,21 €					
	5.										9,31 €					
	5.1.1.	1.388,37 €	29,38 €	0,00 €	0,48 €	0,00 €	1.418,22 €	1.101,07 €	1.101,07 €	2.519,29 €	37,24 €	1.905,39 €	10000	1	24 %	0 %
	6.1.										56,43 €					
	6.2.										0,17 €					
	6.3.1.										9,31 €		12			
	6.3.2.															

* O total da taxa da alínea 1.2. do Artigo 6.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.3.1 e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 2.2. do Artigo 6.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.3.1 e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 4.2. do Artigo 6.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.3.1 e 4.3.2. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 5. do Artigo 6.º inclui o valor da taxa da alínea 5.1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
* O total da taxa da alínea 6.2. do Artigo 6.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.3.1 e 6.3.2. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

Artigo 7.º

Remodelação de terrenos

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 78 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 7.º ...	1.1.	253,30 €	17,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	270,54 €	243,22 €	243,22 €	513,75 €	34,42 €	288,30 €		1	44 %	0 %
	1.2.										16,96 €					

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 7.º ...	1.3.1	230,77 €	14,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	244,94 €	216,99 €	216,99 €	461,94 €	0,11 €	288,30 €	2000	1	38 %	0 %
	2.1.										34,42 €					
	2.2.										16,96 €					
	2.3.1										0,11 €					
	3.1.	190,11 €	11,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	201,90 €	177,45 €	177,45 €	379,35 €	5,64 €	82,69 €	2000 3	1	78 %	0 %
	4.1.										34,42 €					
	4.2.										16,96 €					
	4.3.1										0,11 €					
	4.3.2	60,08 €	5,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	65,53 €	65,21 €	65,21 €	130,74 €	9,31 €	128,93 €	200 1	1	1 %	0 %
	5.										17,21 €					
	5.1.1										9,31 €					
	6.1.										34,42 €					
	6.2.	188,26 €	13,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	201,46 €	188,99 €	188,99 €	390,45 €	16,96 €	383,10 €	2000 12	1	2 %	0 %
	6.3.1										0,11 €					
	6.3.2										9,31 €					

* O total da taxa da alínea 1.2. do Artigo 7.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.3.1 e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 2.2. do Artigo 7.º inclui o valor da taxa das alíneas 2.1., 2.3.1 e 3.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 4.2. do Artigo 7.º inclui o valor da taxa das alíneas 4.1., 4.3.1 e 4.3.2. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 5. do Artigo 7.º inclui o valor da taxa da alínea 5.1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 6.2. do Artigo 7.º inclui o valor da taxa das alíneas 6.1., 6.3.1 e 6.3.2. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

Artigo 9.º

Obras inacabadas

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 75 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 9.º ...	1.1.	246,25 €	16,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	262,99 €	237,44 €	237,44 €	500,43 €	34,42 €	175,56 €	50	1	65 %	0 %
	1.2.										16,96 €					
	1.3.1										1,13 €					
	1.3.2										1,13 €					
	1.3.3										1,13 €					
	1.3.4										1,13 €					
	1.3.5										0,56 €					
	1.3.6										1,13 €					
	1.3.7										0,85 €					
	1.4.1										5,64 €					

* O total da taxa da alínea 1.3.1. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.2. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.3. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

* O total da taxa da alínea 1.3.4. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 1.3.5. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 1.3.6. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.
* O total da taxa da alínea 1.3.7. do Artigo 9.º inclui o valor da taxa das alíneas 1.1., 1.2. e 1.4.1. do mesmo artigo, de acordo com as dimensões indicadas.

Artigo 10.º

Receção provisória ou definitiva de obras de urbanização

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 96 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 10.º ...	1	475,78 €	10,65 €	0,00 €	2,87 €	0,00 €	489,29 €	439,37 €	439,37 €	928,66 €	34,42 €			1	96 %	0 %
	2	475,78 €	10,65 €	0,00 €	2,87 €	0,00 €	489,29 €	439,37 €	439,37 €	928,66 €	34,42 €			1	96 %	0 %

Artigo 11.º

Redução de caução

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 94 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 11.º ...	1	460,03 €	10,35 €	0,00 €	2,39 €	0,00 €	472,77 €	425,41 €	425,41 €	898,18 €	34,42 €	51,63 €	1	1	94 %	0 %
	2										17,21 €					

* O total da taxa da alínea 1. do Artigo 11.º inclui o valor da taxa da alínea 2. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

Artigo 12.º

Ficha técnica de habitação

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 2 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 12.º ...	1.1.	7,76 €	0,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,18 €	7,63 €	7,63 €	15,82 €	15,50 €			1	2 %	0 %
	1.2.	7,76 €	0,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,18 €	7,63 €	7,63 €	15,82 €	15,50 €			1	2 %	0 %
	2	7,76 €	0,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,18 €	7,63 €	7,63 €	15,82 €	15,50 €			1	2 %	0 %

Artigo 13.º

Autorização de utilização

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 75 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 13.º...	1.1.										34,42 €					
	1.2.1.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	12,41 €	46,83 €		1	75 %	0 %
	1.2.2.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	75,00 €	109,42 €		1	41 %	0 %
	1.2.3.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	75,00 €	109,42 €		1	41 %	0 %
	1.2.4.1.1.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.1.2.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.2.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.3.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.4.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.5.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.6.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.7.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.4.8.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.5.1.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.5.2.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.2.6.	84,74 €	7,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	92,39 €	92,34 €	92,34 €	184,72 €	147,50 €	181,92 €		1	2 %	0 %
	1.3.1.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.2.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.3.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.4.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.5.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.6.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.7.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	1.3.8.	95,30 €	7,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103,05 €	94,52 €	94,52 €	197,58 €	160,00 €	194,42 €		1	2 %	0 %
	2.	184,72 €	8,09 €	0,00 €	1,67 €	0,00 €	194,48 €	160,25 €	160,25 €	354,74 €	177,37 €			1	50 %	0 %
	3.	7,58 €	0,35 €	25,00 €	0,00 €	0,00 €	32,93 €	6,18 €	6,18 €	39,10 €	19,55 €			1	50 %	0 %
	4.	7,58 €	0,35 €	50,00 €	0,00 €	0,00 €	57,93 €	6,18 €	6,18 €	64,10 €	32,05 €			1	50 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2.1 do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.2 do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.3 do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.1.1. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.1.2. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.2. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.3. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.4. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.5. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.6. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.7. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.4.8. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.5.1. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.5.2. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.6 do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.3.1. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.3.2. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.3.3. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.3.4. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.3.5. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.3.6. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.3.7. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.3.8. do Artigo 13.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

Artigo 14.º

Vistorias

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 84 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 14.º ...	1.1.						0,00 €				34,42 €					
	1.2.1.	156,50 €	7,59 €	0,00 €	0,96 €	0,00 €	165,05 €	150,90 €	150,90 €	315,95 €	16,93 €	51,35 €		1	84 %	0 %
	1.2.2.	156,50 €	7,59 €	0,00 €	0,96 €	0,00 €	165,05 €	150,90 €	150,90 €	315,95 €	141,07 €	175,49 €		1	44 %	0 %
	1.2.3.	238,12 €	7,76 €	0,00 €	1,91 €	0,00 €	247,79 €	218,75 €	218,75 €	466,54 €	141,07 €	175,49 €		1	62 %	0 %
	1.2.4.	238,12 €	7,76 €	0,00 €	1,91 €	0,00 €	247,79 €	218,75 €	218,75 €	466,54 €	141,07 €	175,49 €		1	62 %	0 %
	1.2.5.	156,50 €	7,59 €	0,00 €	0,96 €	0,00 €	165,05 €	150,90 €	150,90 €	315,95 €	141,07 €	175,49 €		1	44 %	0 %
	2.	156,50 €	7,59 €	0,00 €	0,96 €	0,00 €	165,05 €	150,90 €	150,90 €	315,95 €	141,07 €			1	55 %	0 %
	3.	319,74 €	7,92 €	0,00 €	2,87 €	0,00 €	330,53 €	286,59 €	286,59 €	617,12 €	141,07 €			1	77 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2.1. do Artigo 14.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.2.2. do Artigo 14.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.2.3. do Artigo 14.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.2.4. do Artigo 14.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.
* O total da taxa da alínea 1.2.5. do Artigo 14.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

Artigo 15.º

Ocupação do espaço público por motivo de execução de operações urbanísticas

Neste artigo, as taxas enquadram-se em dois tipos, Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional e Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva. No entanto, apesar de se terem apurado os custos do processo administrativo e operacional, não é possível fazermos a comparação com o valor da taxa uma vez que a componente do custo do Tipo C, ou seja, a utilização particular da via pública, não é quantificável, sendo que a taxa tem subjacente uma avaliação do incómodo causado pela ocupação, pelo que se pretende desincentivar as ocupações por longos períodos de tempo. Ainda assim, calculou-se o prazo/dimensão até ao qual o custo da atividade pública local acrescido do benefício auferido pelo particular é superior ao valor da taxa aplicável, sendo que é cumprido o princípio da proporcionalidade sempre que são concedidas licenças com prazos/dimensões inferiores aos expostos no quadro abaixo. Para prazos/dimensões superiores, pressupõe-se o aumento do desincentivo à ocupação da via pública. Este prazo/dimensão é calculado através do dividendo entre o diferencial do valor da atividade e o valor da taxa pelo prazo aplicável e o valor da taxa pela unidade de medida aplicável.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Benefício auferido pelo particular	Valor da atividade	Valor da taxa	Unidade de medida até à qual Custo+Benefício<Taxa aplicável	
		Mão de obra direta	Materiais e outros custos	Outros forn. e serviços externos específicos	Máquinas/viaturas	Amortizações bens imóveis	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos com mão de obra, FSE e amortizações	Total custos indiretos						
Artigo 15.º ...	1.1.1.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	0,56 €	642,50	metro linear/mês
	1.1.2.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	1,69 €	212,90	m2/mês
	1.2.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	28,21 €	12,75	unidade/mês
	1.3.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	1,66 €	216,75	m2/mês

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Benefício auferido pelo particular	Valor da atividade	Valor da taxa	Unidade de medida até à qual Custo+Benefício<Taxa aplicável	
		Mão de obra direta	Materiais e outros custos	Outros forn. e serviços externos específicos	Máquinas/viaturas	Amortizações bens imóveis	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos com mão de obra, FSE e amortizações	Total custos indiretos						
Artigo 15.º...	1.4.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	1,69 €	212,90	m2/mês
	2.1.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	8,46 €	42,53	unidade/mês
	2.2.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	1,41 €	255,18	m2/mês
	2.3.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	56,43 €	6,38	unidade/mês
	2.4.1.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	5,64 €	63,79	hora/fração
	2.4.2.	148,35 €	30,25 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	182,92 €	176,88 €	176,88 €	359,80 €	1	359,80 €	2,82 €	127,59	hora/fração

Artigo 16.º

Licenciamento de Instalações de Armazenagem e de Postos de Abastecimento de Combustíveis para as classes A1, A2 e A3

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 91 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 16.º...	1.1.										34,42 €					
	1.2.	589,81 €	21,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	611,70 €	447,51 €	447,51 €	1.059,21 €	379,64 €	414,06 €		1	61 %	0 %
	1.3.	263,71 €	10,74 €	0,00 €	1,91 €	0,00 €	276,36 €	249,37 €	249,37 €	525,73 €	11,28 €	45,70 €		1	91 %	0 %
	2.	300,17 €	8,05 €	0,00 €	2,47 €	0,00 €	310,68 €	264,79 €	264,79 €	575,48 €	108,47 €			1	81 %	0 %
	3.	300,17 €	8,05 €	0,00 €	2,47 €	0,00 €	310,68 €	264,79 €	264,79 €	575,48 €	216,94 €			1	62 %	0 %
	4.	300,17 €	8,05 €	0,00 €	2,47 €	0,00 €	310,68 €	264,79 €	264,79 €	575,48 €	216,94 €			1	62 %	0 %
	5.	300,17 €	8,05 €	0,00 €	2,47 €	0,00 €	310,68 €	264,79 €	264,79 €	575,48 €	216,94 €			1	62 %	0 %
	6.	42,75 €	3,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45,89 €	41,73 €	41,73 €	87,62 €	59,66 €			1	32 %	0 %
	7.	77,13 €	3,86 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	80,99 €	66,15 €	66,15 €	147,14 €	145,00 €			1	1 %	0 %
	8.	58,71 €	0,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59,68 €	6,68 €	6,68 €	66,36 €	34,42 €			1	48 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2. do Artigo 16.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.3. do Artigo 16.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

Artigo 17.º

Licenciamento de Atividade Industrial Tipo 3

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

Artigo 18.º

Redes e Estações de Radiocomunicações e Comunicações Móveis

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 45 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 18.º ...	1 2	381,23 €	19,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	400,72 €	321,95 €	321,95 €	722,66 €	34,42 € 361,33 €	395,75 €		1	45 %	0 %

* O total da taxa da alínea 2. do Artigo 18.º inclui o valor da taxa da alínea 1. do mesmo artigo.

Artigo 19.º

Licenciamento de pesquisas e exploração de massas minerais (pedreiras)

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

Artigo 20.º

Exploração de inertes

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

Artigo 21.º

Comissão Arbitral Municipal (CAM)

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

CAPÍTULO III

Equipamentos municipais

SECÇÃO I

Desporto

Artigo 22.º

Polidesportivo municipal

Neste Artigo, as taxas enquadram-se no Tipo C, foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B). e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado com base na capacidade máxima de utilização, tendo em conta o horário de funcionamento do equipamento.

O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 67 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 22.º ...	1.1. 1.2.	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	12,22 € 12,22 €	12,22 € 12,22 €	0,00 € 0,00 €	0,00 € 0,00 €	12,22 € 12,22 €	4,00 € 8,00 €	1 1	67 % 35 %	0 % 0 %

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 22.º . . .	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12,22 €	12,22 €	0,00 €	0,00 €	12,22 €	13,50 €	1	0 %	10 %
	1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12,22 €	12,22 €	0,00 €	0,00 €	12,22 €	13,50 €	1	0 %	10 %
	1.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12,22 €	12,22 €	0,00 €	0,00 €	12,22 €	14,50 €	1	0 %	19 %
	1.6.										1,50 €	1		

Artigo 23.º

Estádio Municipal e Campo de Jogos

Foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B), e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado pressupondo os meses que os campos estão disponíveis para utilizações fora do protocolo existente com o clube e número de horas disponíveis para tal. Para se dividir o custo do total do equipamento pelas possíveis horas disponíveis de utilização.

Somando as duas componentes do custo, apurou-se que o custo da atividade pública local é igual ou superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 85 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 23.º . . .	1.1.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	75,71 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	11,00 €	1	85 %	0 %
	1.1.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	75,71 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	22,50 €	1	70 %	0 %
	1.1.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	75,71 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	38,00 €	1	50 %	0 %
	1.1.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	75,71 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	38,00 €	1	50 %	0 %
	1.1.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	75,71 €	0,00 €	0,00 €	75,71 €	41,00 €	1	46 %	0 %
	1.1.6									*	7,50 €	1		
	1.2.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	29,73 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	11,00 €	1	63 %	0 %
	1.2.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	29,73 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	22,50 €	1	24 %	0 %
	1.2.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	29,73 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	38,00 €	1	0 %	28 %
	1.2.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	29,73 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	38,00 €	1	0 %	28 %
	1.2.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	29,73 €	0,00 €	0,00 €	29,73 €	41,00 €	1	0 %	38 %
	1.2.6									*	7,50 €	1		
	2.1.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	16,89 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	7,50 €	1	56 %	0 %
	2.1.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	16,89 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	15,00 €	1	11 %	0 %
	2.1.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	16,89 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	25,50 €	1	0 %	51 %
	2.1.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	16,89 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	25,50 €	1	0 %	51 %
	2.1.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	16,89 €	0,00 €	0,00 €	16,89 €	27,50 €	1	0 %	63 %
	2.1.6									*	7,00 €	1		
	2.2.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	28,13 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	7,50 €	1	73 %	0 %
	2.2.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	28,13 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	15,00 €	1	47 %	0 %
	2.2.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	28,13 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	25,50 €	1	9 %	0 %
	2.2.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	28,13 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	25,50 €	1	9 %	0 %
	2.2.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	28,13 €	0,00 €	0,00 €	28,13 €	27,50 €	1	2 %	0 %

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 23.º . . .	2.2.6									*	7,00 €	1		
	2.3.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	7,18 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	3,00 €	1	58 %	0 %
	2.3.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	7,18 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	6,50 €	1	9 %	0 %
	2.3.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	7,18 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	11,00 €	1	0 %	53 %
	2.3.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	7,18 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	11,00 €	1	0 %	53 %
	2.3.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	7,18 €	0,00 €	0,00 €	7,18 €	12,00 €	1	0 %	67 %
	2.3.6									*	4,00 €	1		

* Acresce este valor à utilização se for noturna.

Artigo 24.º

Pavilhão Desportivo

Neste Artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, e no Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que o custo total apurado é o resultado da soma destas componentes.

No que diz respeito à componente do Tipo C, foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetados multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado com base na capacidade máxima de utilização, tendo em conta o horário de funcionamento do equipamento.

Apurou-se que custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 95 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 24.º . . .	1.1.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	69,52 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	4,00 €	1	94 %	0 %
	1.1.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	69,52 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	8,00 €	1	88 %	0 %
	1.1.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	69,52 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	14,00 €	1	80 %	0 %
	1.1.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	69,52 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	14,00 €	1	80 %	0 %
	1.1.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	69,52 €	0,00 €	0,00 €	69,52 €	15,00 €	1	78 %	0 %
	1.1.6	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €					*	2,50 €	1		
	1.2.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	4,00 €	1	92 %	0 %
	1.2.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	8,00 €	1	85 %	0 %
	1.2.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	14,00 €	1	73 %	0 %
	1.2.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	14,00 €	1	73 %	0 %
	1.2.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	15,00 €	1	71 %	0 %
	1.2.6	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €					*	2,50 €	1		
	1.3.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	4,00 €	1	92 %	0 %
	1.3.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	8,00 €	1	85 %	0 %
	1.3.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	14,00 €	1	73 %	0 %
	1.3.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	14,00 €	1	73 %	0 %
	1.3.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	52,14 €	0,00 €	0,00 €	52,14 €	15,00 €	1	71 %	0 %
	1.3.6	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €					*	2,50 €	1		

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 24.º ...	1.4.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	10,17 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	3,00 €	1	70 %	0 %
	1.4.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	10,17 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	1,50 €	1	85 %	0 %
	1.4.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	10,17 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	1,50 €	1	85 %	0 %
	1.4.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	10,17 €	0,00 €	0,00 €	10,17 €	2,00 €	1	80 %	0 %
	1.5.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	0,93 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	3,00 €	1	0 %	224 %
	1.5.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	0,93 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	1,50 €	1	0 %	62 %
	1.5.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	0,93 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	1,50 €	1	0 %	62 %
	1.5.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	0,93 €	0,00 €	0,00 €	0,93 €	2,00 €	1	0 %	116 %
	1.5.5	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	1,00 €	1,00 €	1	0 %	0 %
	1.5.6	0,00 €	0,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,50 €	0,00 €	0,00 €	0,50 €	0,50 €	1	0 %	0 %
	1.6.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	1,67 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	3,00 €	1	0 %	80 %
	1.6.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	1,67 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	1,50 €	1	10 %	0 %
	1.6.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	1,67 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	1,50 €	1	10 %	0 %
	1.6.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	1,67 €	0,00 €	0,00 €	1,67 €	2,00 €	1	0 %	20 %
	2.1.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	49,75 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	2,50 €	1	95 %	0 %
	2.1.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	49,75 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	3,50 €	1	93 %	0 %
	2.1.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	49,75 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	10,00 €	1	80 %	0 %
	2.1.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	49,75 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	10,00 €	1	80 %	0 %
	2.1.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	49,75 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	11,00 €	1	78 %	0 %
	2.1.6	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	49,75 €	0,00 €	0,00 €	49,75 €	3,00 €	1	94 %	0 %
	2.2.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	6,76 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	2,50 €	1	63 %	0 %
	2.2.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	6,76 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	3,50 €	1	48 %	0 %
	2.2.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	6,76 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	10,00 €	1	0 %	48 %
	2.2.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	6,76 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	10,00 €	1	0 %	48 %
	2.2.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	6,76 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	7,00 €	1	0 %	3 %
	2.2.6	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	6,76 €	0,00 €	0,00 €	6,76 €	7,00 €	1	0 %	3 %
	3.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	8,10 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	4,00 €	1	51 %	0 %
	3.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	8,10 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	8,00 €	1	1 %	0 %
	3.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	8,10 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	14,00 €	1	0 %	73 %
	3.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	8,10 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	14,00 €	1	0 %	73 %
	3.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	8,10 €	0,00 €	0,00 €	8,10 €	15,00 €	1	0 %	85 %
	3.6.									*	3,00 €	1		

* Acresce este valor à utilização se for noturna.

Artigo 25.º

Campo de Ténis Municipal

Foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado pressupondo os meses que os campos estão disponíveis para utilizações fora do protocolo existente com o clube e número de horas disponíveis para tal. Para se dividir o custo do total do equipamento pelas possíveis horas disponíveis de utilização.

Somando as duas componentes do custo, apurou-se que o custo da atividade pública local é igual ou superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 78 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 25.º . . .	1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	0,55 €	1	78 %	0 %
	1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	0,55 €	1	78 %	0 %
	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	1,00 €	1	59 %	0 %
	1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	1,00 €	1	59 %	0 %
	1.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	1,50 €	1	39 %	0 %
	1.6.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	4,00 €	1	0 %	63 %
	1.7.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	4,00 €	1	0 %	63 %
	1.8.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	4,50 €	1	0 %	83 %
	1.9.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	2,45 €	0,00 €	0,00 €	2,45 €	1,50 €	1	39 %	0 %
	1.10.	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,00 €	0,00 €	0,00 €	1,00 €	1,00 €	1	0 %	0 %
	1.11.	0,00 €	0,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,50 €	0,00 €	0,00 €	0,50 €	0,50 €	1	0 %	0 %

Artigo 26.º

Pistas de Atletismo Municipais

Foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado pressupondo os meses que os campos estão disponíveis para utilizações fora do protocolo existente com o clube e número de horas disponíveis para tal. Para se dividir o custo do total do equipamento pelas possíveis horas disponíveis de utilização.

Somando as duas componentes do custo, apurou-se que o custo da atividade pública local é igual ou superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 95 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 26.º . . .	1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	1,00 €	1	95 %	0 %
	1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	1,00 €	1	95 %	0 %
	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	1,50 €	1	92 %	0 %
	1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	2,50 €	1	87 %	0 %
	1.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	2,00 €	1	90 %	0 %
	1.6.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	14,00 €	1	30 %	0 %
	1.7.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	66,00 €	1	0 %	232 %
	1.8.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	19,87 €	0,00 €	0,00 €	19,87 €	3,00 €	1	85 %	0 %

Artigo 27.º

Campo de Mini-Golfe

Foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado pressupondo os meses que os campos estão disponíveis para utilizações fora do protocolo existente com o clube e número de horas disponíveis para tal. Para se dividir o custo do total do equipamento pelas possíveis horas disponíveis de utilização.

Somando as duas componentes do custo, apurou-se que custo da atividade pública local é igual ou superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 90 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 27.º ...	1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	5,23 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	0,50 €	1	90 %	0 %
	1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	5,23 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	0,50 €	1	90 %	0 %
	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	5,23 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	1,00 €	1	81 %	0 %
	1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	5,23 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	1,00 €	1	81 %	0 %
	1.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	5,23 €	0,00 €	0,00 €	5,23 €	1,00 €	1	81 %	0 %

Artigo 28.º

Piscina Municipal

As taxas, enquadram-se apenas no Tipo C.

No que diz respeito à componente do tipo C, foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento, tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário por unidade foi determinado pressupondo a ocupação total, na sua capacidade máxima, ou seja, no horário de funcionamento respetivo mediante o número de utilizações imediatas possíveis.

Para se dividir o custo do total do equipamento pelas várias modalidades de cobrança distintas utilizou-se a proporção da área de cada uma das modalidades na área total útil ocupada do equipamento. Foi considerada uma utilização de 11 meses, equivalente a uma época desportiva, uma vez que as piscinas cobertas se encontram encerradas durante o mês de agosto.

Apurou-se que custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 88 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 28.º ...	1.1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,15 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	Isento	1	13 %	0 %
	1.1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,15 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,00 €	1	0 %	31 %
	1.1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,15 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,50 €	1	0 %	0 %
	1.1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,15 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	2,00 €	1	0 %	75 %
	1.1.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,15 €	0,00 €	0,00 €	1,15 €	1,00 €	1	13 %	0 %
	1.1.6.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12,62 €	12,62 €	0,00 €	0,00 €	12,62 €	12,50 €	1	1 %	0 %
	1.2.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,07 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	Isento	1		
	1.2.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,07 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,00 €	1	6 %	0 %
	1.2.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,07 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,50 €	1	0 %	40 %
	1.2.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,07 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	2,50 €	1	0 %	134 %
	1.2.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,07 €	0,00 €	0,00 €	1,07 €	1,50 €	1	0 %	40 %
	1.2.6.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,58 €	29,58 €	0,00 €	0,00 €	29,58 €	12,50 €	1	58 %	0 %
	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,58 €	29,58 €	0,00 €	0,00 €	29,58 €	12,50 €	1	58 %	0 %
	1.4.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,22 €	4,22 €	0,00 €	0,00 €	4,22 €	0,50 €	1	88 %	0 %
	1.4.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,22 €	4,22 €	0,00 €	0,00 €	4,22 €	0,50 €	1	88 %	0 %
	1.4.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,22 €	4,22 €	0,00 €	0,00 €	4,22 €	0,50 €	1	88 %	0 %
	2.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,26 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	Isento	1		
	2.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,26 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	1,00 €	1	56 %	0 %

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 28.º . . .	2.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,26 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	1,50 €	1	34 %	0 %
	2.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,26 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,50 €	1	0 %	11 %
	2.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,26 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	1,50 €	1	34 %	0 %
	2.6.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	2,26 €	0,00 €	0,00 €	2,26 €	1,50 €	1	34 %	0 %

Artigo 29.º

Cartão de utente para equipamentos desportivos

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, sendo que o custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 60 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 29.º . . .	1	2,29 €	1,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3,87 €	3,87 €	3,87 €	7,74 €	3,50 €	1	55 %	0 %
	2	2,29 €	1,57 €	0,00 €	0,00 €	22,50 €	26,37 €	3,87 €	3,87 €	30,24 €	24,00 €	1	21 %	0 %
	3	2,29 €	1,57 €	0,00 €	0,00 €	22,50 €	26,37 €	3,87 €	3,87 €	30,24 €	12,00 €	1	60 %	0 %
	4	2,29 €	1,57 €	0,00 €	0,00 €	22,50 €	26,37 €	3,87 €	3,87 €	30,24 €	12,00 €	1	60 %	0 %

SECÇÃO II

Cultura

Nesta Secção, as taxas enquadram-se no Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que o custo total apurado é resultado da soma destas componentes.

Foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado com base na capacidade máxima de utilização, tendo em conta o horário de funcionamento dos vários equipamentos.

Apurou-se que custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 98 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 30.º . . .	1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,47 €	6,47 €	0,00 €	0,00 €	6,47 €	1,51 €	1	77 %	0 %
	1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3,67 €	3,67 €	0,00 €	0,00 €	3,67 €	0,76 €	1	79 %	0 %
	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23,96 €	23,96 €	0,00 €	0,00 €	23,96 €	0,50 €	1	98 %	0 %
	1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19,75 €	19,75 €	0,00 €	0,00 €	19,75 €	0,50 €	1	97 %	0 %
	2	2,29 €	4,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,69 €	9,35 €	9,35 €	16,04 €	3,23 €	1	80 %	0 %

SECÇÃO III

Canil Municipal

Neste Artigo as taxas enquadram-se em dois tipos, Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional e Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que neste caso o custo total apura-se somando a componente do Tipo B com a do Tipo C.

Foram apurados os custos de funcionamento com custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações, custos administrativos com o processamento da receita (componente do Tipo B) e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do respetivo equipamento. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

O custo unitário foi determinado com base na capacidade máxima de alojamento, tendo em conta a alimentação e o número médio de dias de ocupação de um animal nestas circunstâncias.

Apurou-se que custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 66 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 31.º ...	1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58,51 €	58,51 €	0,00 €	0,00 €	58,51 €	19,70 €	1	66 %	0 %

SECÇÃO IV

Cemitérios

Nesta Secção as taxas, enquadram-se nos três tipos, no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional, ou no Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que o custo total apurado é resultado da soma destas componentes sendo que o total do custo da atividade pública local é na maioria dos casos superior ao valor da taxa aplicada, suportando o Município um custo social associado que ascende no máximo a 93 % do valor do custo.

No que diz respeito à componente do tipo C, esta comporta dois tipos:

1 — O valor apurado para a concessão de terrenos para sepulturas ou jazigos em função valor de mercado do m2 dos terrenos do cemitérios (o Municipal de Loulé) face à área ocupada por cada uma das infraestruturas;

2 — A imputação do valor dos custos de manutenção anuais do cemitério a cada tipo de infraestrutura (sepulturas e jazigos), consoante os prazos de ocupação médios. No caso das ocupações com caráter perpétuo considerou-se como tempo de ocupação 30 anos, como sendo o número de anos que uma geração tende em fazer a sua manutenção do espaço ocupado, pelo que se imputou custos de manutenção do cemitério durante esse período. Após esse tempo, por norma os proprietários deixam o espaço ocupado ao abandono. No que diz respeito às ocupações temporárias, imputou-se os custos de manutenção tendo em conta o prazo médio de ocupações das diferentes infraestruturas, como abaixo indicado.

Para estimar o valor da concessão de terrenos para sepulturas e jazigos, foi efetuada uma estimativa para o valor de mercado do m2 de terreno do cemitérios municipal da Loulé com base numa simulação do valor patrimonial tributário do site das Finanças. Considerando que o valor da avaliação das Finanças corresponde em média a 80 % do valor de mercado, aplicou-se ao valor da simulação e dividiu-se pela área total do cemitério. Tendo em conta os diferentes tipos de infraestruturas, aplicou-se o valor do m2 obtido pelas áreas médias de ocupação de cada infraestrutura.

Por outro lado, calculou-se os custos totais de funcionamento do cemitério, tendo em conta os vários tipos de custos envolvidos, nomeadamente, as amortizações anuais das infraestruturas, os custos de funcionamento (custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do cemitério, tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelo funcionário afeto multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica, etc.), sendo que estão afetos à manutenção das infraestruturas 27 % do total dos custos, no caso do cemitério Municipal da Loulé, 73 %, que corresponde ao tempo que o funcionário do cemitério se encontra afetos a atividades de manutenção das infraestruturas, por diferença face à estimativa média anual de afetação direta dos funcionários do cemitério aos vários processos administrativos e operacionais de cada uma das taxas (média anual de cada processo e total de minutos em cada processo, face ao total de minutos disponíveis de trabalho anuais dos funcionários do cemitério).

A repartição dos custos totais de funcionamento anual comuns pelas várias infraestruturas (sepulturas e jazigos) fez-se na percentagem da área total ocupada por cada infraestrutura e depois pelo número total de cada uma das infraestruturas, face ao total de infraestruturas a repartir. Apurou-se, assim, o custo anual de funcionamento do cemitério que é afeto a atividades de manutenção por infraestrutura, dividindo-se depois pelo número total de infraestruturas existentes, chegando-se ao valor anual de manutenção por infraestrutura, para imputação aos vários processos, que se somou à componente do Tipo B em cada taxa aplicável (na coluna das amortizações dos bens imóveis) para determinar o total do custo da atividade pública local.

Designação da taxa		Custos diretos					Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica							
Artigo 32.º...	1.1.	57,92 €	15,64 €	0,00 €	1,49 €	0,00 €	75,05 €	68,72 €	68,72 €	143,77 €	18,62 €		1	87 %	0 %
	1.2.	93,98 €	23,71 €	0,00 €	0,68 €	0,00 €	118,38 €	105,54 €	105,54 €	223,92 €	37,24 €		1	83 %	0 %

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 32.º . . .	1.3.	16,45 €	6,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22,80 €	26,38 €	26,38 €	49,17 €	15,52 €	1.986,34 €	4 €	1	68 %	0 %
	1.4.1	18,26 €	6,75 €	0,00 €	0,05 €	0,00 €	25,05 €	28,22 €	28,22 €	53,27 €	24,83 €			1	53 %	0 %
	1.4.2	21,86 €	7,56 €	0,00 €	0,00 €	312,00 €	341,42 €	31,90 €	31,90 €	373,32 €	564,30 €			1	0 %	51 %
	2.1.	105,30 €	26,95 €	0,00 €	1,99 €	0,00 €	134,24 €	90,82 €	90,82 €	225,05 €	31,04 €			1	86 %	0 %
	3	62,03 €	17,25 €	0,00 €	0,50 €	0,00 €	79,78 €	68,72 €	68,72 €	148,50 €	22,28 €			1	85 %	0 %
	4.1.	4,90 €	6,75 €	0,00 €	0,00 €	3,17 €	14,81 €	28,22 €	28,22 €	43,03 €	18,62 €			1	57 %	0 %
	4.2.	18,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	139,06 €	157,32 €	28,22 €	28,22 €	185,54 €	225,72 €			1	0 %	22 %
	5.1.	24,68 €	9,75 €	0,00 €	3.205,51 €	0,00 €	3.239,95 €	41,34 €	41,34 €	3.281,29 €	496,59 €			1	39 %	0 %
	5.2.	24,68 €	9,75 €	0,00 €	2.787,24 €	0,00 €	2.821,68 €	41,34 €	41,34 €	2.863,02 €	248,29 €			1	57 %	0 %
	6	4,66 €	0,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,47 €	3,68 €	3,68 €	9,15 €	8,46 €			1	8 %	0 %
	7.1.1	24,68 €	9,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34,43 €	41,34 €	41,34 €	75,78 €	18,62 €			1	75 %	0 %
	7.1.2	24,68 €	9,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34,43 €	41,34 €	41,34 €	75,78 €	9,31 €			1	88 %	0 %
	7.2.1	24,68 €	9,75 €	0,00 €	0,00 €	2.275,89 €	2.310,32 €	41,34 €	41,34 €	2.351,66 €	310,36 €			1	87 %	0 %
	7.2.2	24,68 €	9,75 €	0,00 €	0,00 €	2.851,84 €	2.886,27 €	41,34 €	41,34 €	2.927,62 €	217,26 €			1	93 %	0 %
	8.1.	18,76 €	5,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24,37 €	27,33 €	27,33 €	51,70 €	12,41 €			1	76 %	0 %
	8.2.	18,76 €	5,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24,37 €	27,33 €	27,33 €	51,70 €	12,41 €			1	76 %	0 %
	8.3.	18,76 €	5,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24,37 €	27,33 €	27,33 €	51,70 €	24,83 €			1	52 %	0 %

SECÇÃO V

Mercados e feiras

Artigo 33.º

Feiras Municipais de Loulé

Neste Artigo as taxas enquadram-se em dois tipos, Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional e Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que neste caso o custo total apura-se somando a componente do Tipo B com a do Tipo C.

Quanto ao tipo C associado às feiras em locais fixos, foi calculado o custo de funcionamento da feira, nomeadamente os custos com pessoal e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do mercado. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos, multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

Depois de calculados os custos totais anuais, apurou-se o custo por m2 de área ocupada, através da soma de áreas ocupadas pelas várias ocupações existentes nas feiras de 2011, e dividiu-se pelo número de dias da feira, chegando-se, assim, a um valor custo por m2 por dia de feira, sendo que o custo é superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende a 1 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 33.º . . .	1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,37 €	0,37 €	0,00 €	0,00 €	0,37 €	0,37 €	1	1 %	0 %

Artigo 34.º

Mercado Municipal de Loulé

Neste Artigo as taxas enquadram-se em dois tipos, Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional e Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que neste caso o custo total apura-se somando a componente do Tipo B com a do Tipo C.

No que diz respeito à componente do tipo C, foram apurados os custos de funcionamento dos Mercados Municipais, nomeadamente os custos com pessoal e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do mercado. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

Depois de apurados os custos totais anuais, apurou-se o custo por m2 ou metro linear de área ocupada, através da soma de áreas ocupadas pelas lojas, bancas e lugares terrado. Depois dividiu-se o valor anual para se chegar ao valor por mês, multiplicando-se pelo número médio de m2 das lojas e do metro linear das bancas.

Somando as duas componentes do custo, apurou-se que, o custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 95 % do valor do custo, isto nas atividades de caráter permanente no Mercado Municipal.

No n.º 8 deste artigo estão contempladas taxas para utilizações pontuais em fora da atividade normal do Mercado, por esse motivo o valor a cobrar ser superior que o valor apurado.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 34.º . . .	1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12,40 €	12,40 €	0,00 €	0,00 €	12,40 €	1,56 €	1	87 %	0 %
	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,86 €	2,86 €	0,00 €	0,00 €	2,86 €	1,30 €	1	55 %	0 %
	3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12,40 €	12,40 €	0,00 €	0,00 €	12,40 €	2,08 €	1	83 %	0 %
	4.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,72 €	1,72 €	0,00 €	0,00 €	1,72 €	0,78 €	1	55 %	0 %
	4.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,95 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,52 €	1	46 %	0 %
	4.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,95 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,42 €	1	56 %	0 %
	4.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,95 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,26 €	1	73 %	0 %
	4.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,95 €	0,00 €	0,00 €	0,95 €	0,78 €	1	18 %	0 %
	4.6.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	*	1		
	5.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,86 €	2,86 €	0,00 €	0,00 €	2,86 €	0,42 €	1	85 %	0 %
	5.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,86 €	2,86 €	0,00 €	0,00 €	2,86 €	0,84 €	1	71 %	0 %
	6.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,81 €	4,81 €	0,00 €	0,00 €	4,81 €	0,26 €	1	95 %	0 %
	6.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,81 €	4,81 €	0,00 €	0,00 €	4,81 €	0,52 €	1	89 %	0 %
	7.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,38 €	1,38 €	0,00 €	0,00 €	1,38 €	0,85 €	1	39 %	0 %
	7.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1,38 €	1,38 €	0,00 €	0,00 €	1,38 €	0,40 €	1	71 %	0 %
	8.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	0,49 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	1,30 €	1	0 %	163 %
	8.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	0,49 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	1,10 €	1	0 %	123 %
	8.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	0,49 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	1,45 €	1	0 %	193 %
	8.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	0,49 €	0,00 €	0,00 €	0,49 €	9,00 €	1	0 %	1721 %

Artigo 35.º

Mercado Abastecedor

Neste Artigo as taxas enquadram-se em dois tipos, Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional e Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que neste caso o custo total apura-se somando a componente do Tipo B com a do Tipo C.

No que diz respeito à componente do tipo C, foram apurados os custos de funcionamento do Mercado Abastecedor, nomeadamente os custos com pessoal e custos Indiretos da unidade orgânica à qual está afeta a mão de obra do mercado. Tendo em conta o número de minutos totais anuais ocupados pelos funcionários afetos multiplicou-se esse valor pelo valor do custo por minuto da respetiva unidade orgânica.

Depois de apurados os custos totais anuais, apurou-se o custo por m2, comparando-se posteriormente com os m2 médios ocupados por tipo de viatura.

Somando as duas componentes do custo, apurou-se que, o custo da atividade pública local é praticamente igual ao valor da taxa aplicada.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 35.º . . .	1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42,49 €	42,49 €	0,00 €	0,00 €	42,49 €	42,32 €	1	0 %	0 %
	1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42,49 €	42,49 €	0,00 €	0,00 €	42,49 €	42,32 €	1	0 %	0 %
	1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42,49 €	42,49 €	0,00 €	0,00 €	42,49 €	42,32 €	1	0 %	0 %

SECÇÃO VI

Parques de Estacionamento e Parquímetros

Neste Secção, as taxas do artigo 36.º as alíneas 5.1 e 5.2 e do artigo 37.º alíneas 1.6.1 e 1.6.2 enquadram-se no Tipo A e no Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva, sendo que o custo total apurado é resultado da soma destas componentes.

No caso das restantes alíneas dos artigos 36, 37 e 38 enquadram-se no tipo A, tendo-se apurado que custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende em casos pontuais no máximo a 73 % do valor do custo.

No que diz respeito à componente do Tipo C, foram apurados os custos de funcionamento anuais dos vários equipamentos municipais incluídos nesta secção.

Foi apurado o valor total do funcionamento anual destes equipamentos e dividido pelo número frações de horas anuais em que cada taxa é cobrada e pelo de lugares de estacionamento disponíveis.

No que se refere aos vários Parques de Estacionamento, genericamente o valor da taxa é superior ao valor do custo apurado, tendo em conta que este foi calculado em função da capacidade máxima instalada dos parques de estacionamento. Caso se tivesse optado pela análise comparativa da ocupação média de 2011, os valores unitários do custo seriam bastante superiores.

Contudo, o valor da taxa tem subjacentes os seguintes critérios:

O benefício auferido pelo particular pelo facto de usufruir de um local fechado, vigiado, seguro e com fácil acesso ao centro da Cidade.

Pretende-se desincentivar a utilização do parque para promover a rotatividade da utilização do parque por outros utentes.

Por outro lado, as taxas aplicáveis têm em conta que o Município de Loulé não pretende desincentivar o aparecimento de projetos semelhantes de iniciativa privada.

No que se refere às taxas mensais do artigo 54.º, apenas o período noturno é inferior ao valor do custo da atividade local, no pressuposto de utilização contínua do equipamento, suportando o Município um custo social, incentivando a fidelização do utente, o que já não acontece para o período diurno pelas razões explicadas acima.

No que diz respeito zonas de estacionamento de duração limitada os valores das taxas praticadas pelo Município de Loulé são superiores aos custos suportados por forma a desincentivar o estacionamento prolongado no centro da Cidade, por forma a promover a rotatividade da utilização dos lugares por outros utentes.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 36.º ...	1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,003 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,15 €	1	0 %	4583 %
	1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,003 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,10 €	1	0 %	3022 %
	2.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,003 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,10 €	1	0 %	3022 %
	2.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,003 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,05 €	1	0 %	1461 %
	3.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	112,24 €	112,24 €	0,00 €	0,00 €	112,24 €	520,25 €	1	0 %	364 %
	3.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	112,24 €	112,24 €	0,00 €	0,00 €	112,24 €	416,20 €	1	0 %	271 %
	4.1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	9,22 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	62,45 €	1	0 %	577 %
	4.1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	9,22 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	52,00 €	1	0 %	464 %
	4.2.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,15 €	6,15 €	0,00 €	0,00 €	6,15 €	31,22 €	1	0 %	408 %
	4.2.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6,15 €	6,15 €	0,00 €	0,00 €	6,15 €	26,00 €	1	0 %	323 %
	4.3.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3,20 €	3,20 €	0,00 €	0,00 €	3,20 €	22,30 €	1	0 %	596 %
	4.3.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3,20 €	3,20 €	0,00 €	0,00 €	3,20 €	18,57 €	1	0 %	480 %
	4.4.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	9,22 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	31,22 €	1	0 %	238 %
	4.4.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	9,22 €	0,00 €	0,00 €	9,22 €	26,00 €	1	0 %	182 %
	4.5.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,95 €	2,95 €	0,00 €	0,00 €	2,95 €	22,30 €	1	0 %	657 %
	4.5.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,95 €	2,95 €	0,00 €	0,00 €	2,95 €	18,57 €	1	0 %	530 %
	5.1.	4,81 €	6,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11,19 €	14,72 €	14,72 €	25,91 €	9,60 €	1	63 %	0 %
	5.2.	4,81 €	6,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11,19 €	14,72 €	14,72 €	25,91 €	19,20 €	1	26 %	0 %
Artigo 37.º ...	1.1.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,25 €	1	0 %	937 %
	1.1.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,20 €	1	0 %	730 %
	1.1.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,15 €	1	0 %	522 %
	1.1.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,15 €	1	0 %	522 %
	1.1.5.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,10 €	1	0 %	315 %
	1.2.1.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,25 €	1	0 %	937 %
	1.2.2.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,20 €	1	0 %	730 %
	1.2.3.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,15 €	1	0 %	522 %
	1.2.4.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,10 €	1	0 %	315 %

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos					
Artigo 37.º ...	1.2.5	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,024 €	0,02 €	0,00 €	0,00 €	0,02 €	0,05 €	1	0 %	107 %
	1.3.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	70,39 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	19,20 €	1	73 %	0 %
	1.3.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	70,39 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	90,00 €	1	0 %	28 %
	1.3.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	70,39 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	19,20 €	1	73 %	0 %
	1.3.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	70,39 €	0,00 €	0,00 €	70,39 €	54,00 €	1	23 %	0 %
	1.4.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	17,60 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	N/A	1		
	1.4.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	17,60 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	28,80 €	1	0 %	64 %
	1.4.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	17,60 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	N/A	1		
	1.4.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	17,60 €	0,00 €	0,00 €	17,60 €	23,04 €	1	0 %	31 %
	1.5.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	211,18 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	172,80 €	1		
	1.5.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	211,18 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	288,00 €	1	0 %	36 %
	1.5.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	211,18 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	172,80 €	1	18 %	0 %
	1.5.4	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	211,18 €	0,00 €	0,00 €	211,18 €	172,80 €	1	18 %	0 %
	1.6.1	4,81 €	6,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11,19 €	14,72 €	14,72 €	25,91 €	9,60 €	1	63 %	0 %
Artigo 38.º ...	1.6.2	4,81 €	6,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11,19 €	14,72 €	14,72 €	25,91 €	19,20 €	1	26 %	0 %
	1.1.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,15 €	1	0 %	385 %
	1.1.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,15 €	1	0 %	385 %
	1.1.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,10 €	1	0 %	223 %
	1.2.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,25 €	1	0 %	708 %
	1.2.2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,15 €	1	0 %	385 %
	1.2.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,03 €	0,00 €	0,00 €	0,03 €	0,10 €	1	0 %	223 %

CAPÍTULO IV

Armas e ratoeiras de fogo, furões e exercício da caça

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

CAPÍTULO V

Condução e registos de veículos

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

CAPÍTULO VI

Aferição e conferição de pesos, medidas e aparelhos de medição

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

CAPÍTULO VII

Taxa Municipal de Direitos de Passagem

As taxas a aplicar são as previstas em legislação específica.

CAPÍTULO VIII

Publicidade

Neste capítulo as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. No entanto, embora se tenha estimado o custo dos processos administrativos e operacionais, não é possível fazermos a comparação com o valor da taxa uma vez que estas atendem fundamentalmente ao benefício do requerente, que não é possível quantificar, dado estar associado ao possível aumento da rentabilidade do negócio deste. O benefício aumenta, quanto maior for a dimensão do instrumento publicitário. Por outro lado, os valores das taxas têm também associados fatores de desincentivo relacionados com a boa gestão do ordenamento do território, que também não são quantificáveis. Ainda assim, calcularam-se os prazos/dimensões até aos quais o custo da atividade pública local acrescido do benefício auferido pelo particular é superior ao valor da taxa aplicável, sendo que é cumprido o princípio da proporcionalidade sempre que são concedidas licenças com prazos/dimensões inferiores aos expostos nos quadros abaixo. Nos casos em que a mesma taxa se aplica em vários prazos, considerou-se que o benefício auferido pelo particular é *n* vezes o primeiro prazo (por exemplo, no caso de ser aplicado ao mês e ao ano, considerou-se 1 no coeficiente do benefício auferido pelo particular para a taxa por mês e 12 no coeficiente do benefício auferido pelo particular para a taxa por ano). Este prazo/dimensão é calculado através do dividendo entre o diferencial do valor da atividade e o valor da taxa pela unidade de medida aplicável.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Benefício auferido pelo particular	Valor da atividade	Valor da taxa	Unidade de medida até à qual Custo+Benefício<Taxa aplicável	
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos						
Artigo 39.º ...	1.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	1,62 €	111,52	m2/mês
	1.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	16,28 €	133,47	m2/ano
	2.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	13,56 €	13,35	m2/ano
	3.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	1,35 €	133,65	m2/mês
	3.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	16,28 €	133,47	m2/ano
	4.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	1,35	134,09	m2/mês
	4.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	16,28	133,44	m2/ano
	5.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	0,90 €	200,47	m2/mês
Artigo 40.º ...	1.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	10,85 €	200,27	m2/ano
	2.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	2,26 €	80,19	m2/mês
	2.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	27,09 €	80,19	m2/ano
	3.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	0,22 €	841,99	metro linear/mês
	3.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	2,17 €	1000,38	metro linear/ano
	4.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	0,22 €	841,99	m2/mês
	4.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	2,17 €	1000,38	m2/ano
	5.1.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	0,54 €	336,79	m2/mês
Artigo 41.º ...	5.2.	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	12	2.172,33 €	4,52 €	481,14	m2/ano
	1.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	10,00 €	13,06	veículo
	1.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	0,82 €	159,84	m2/mês
	1.3.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	12	1.567,07 €	8,68 €	180,64	m2/ano
	2.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	12,50 €	10,45	veículo
	2.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	1,17 €	111,45	m2/mês
	2.3.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	12	1.567,07 €	14,11 €	111,02	m2/ano
	3.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	25,00 €	5,22	veículo
Artigo 42.º ...	3.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	16,93 €	7,71	m2/mês
	3.3.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	12	1.567,07 €	56,43 €	27,77	m2/ano
	4.1.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	10,00 €	13,06	anuncio
	4.1.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	0,82 €	159,84	m2/mês
	4.1.3.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	12	1.567,07 €	8,68 €	180,64	m2/ano
	4.2.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	15,00 €	8,71	viatura
	4.2.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	2,71 €	48,21	m2/mês
	4.2.3.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	12	1.567,07 €	27,12 €	57,78	m2/ano
Artigo 42.º ...	1.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	16,93 €	7,71	unidade/dia
	1.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	7	914,13 €	33,85 €	27,00	unidade/semana
	1.3.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	30	3.917,68 €	67,71 €	57,86	unidade/mês

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Benefício auferido pelo particular	Valor da atividade	Valor da taxa	Unidade de medida até à qual Custo+Benefício<Taxa aplicável	
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos						
Artigo 43.º...	1	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	27,12 €	4,81	dia/local
Artigo 44.º...	1.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	2,26 €	57,85	m2/dia
	1.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	30	3.917,68 €	67,73 €	57,85	m2/mês
	2.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	2,26 €	57,85	m2/dia
	2.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	30	3.917,68 €	67,73 €	57,85	m2/mês
	3.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	2,71 €	48,21	m2/mês
	3.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	12	1.567,07 €	27,12 €	57,78	m2/ano
	4	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	2,82 €	64,27	unidade/mês
	5.1.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	1	130,59 €	16,93 €	7,71	unidade/dia
	5.2.	49,82 €	16,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66,11 €	64,48 €	64,48 €	130,59 €	7	914,13 €	39,51 €	23,14	unidade/semana
	6	73,52 €	22,47 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	99,41 €	81,62 €	81,62 €	181,03 €	1	181,03 €	2,71 €	66,82	m2/mês

CAPÍTULO IX

Ocupação do domínio público

Neste Capítulo, as taxas enquadram-se em dois tipos, Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional e Tipo C — as que decorrem da gestão de bens de utilização coletiva. Contudo, apesar de se ter apurado o custo do processo administrativo e operacional, não é possível fazermos a comparação com o valor da taxa uma vez que o custo do Tipo C, ou seja, a utilização particular do solo, subsolo ou espaço aéreo não é quantificável, sendo que as taxas têm subjacente uma avaliação do incómodo causado pelos diferentes tipos de ocupação, pelo que se pretende desincentivar as ocupações por longos períodos de tempo. Ainda assim, calcularam-se os prazos/dimensões até aos quais o custo da atividade pública local acrescido do benefício auferido pelo particular é superior ao valor da taxa aplicável, sendo que é cumprido o princípio da proporcionalidade sempre que são concedidas licenças com prazos/dimensões inferiores aos expostos no quadro abaixo. Para prazos/dimensões superiores, pressupõe-se o aumento do desincentivo à ocupação da via pública. Este prazo/dimensão é calculado através do dividendo entre o diferencial do valor da atividade e o valor da taxa pelo prazo aplicável e o valor da taxa pela unidade de medida aplicável.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Benefício auferido pelo particular	Valor da atividade	Valor da taxa	Unidade de medida até à qual Custo+Benefício<Taxa aplicável	
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos						
Artigo 45.º...	1.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,58 €	468,28	m2/mês
	1.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	12	3.231,14 €	4,83 €	668,97	m2/ano
	2.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,23 €	1170,70	m2/mês
	2.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	12	3.231,14 €	2,32 €	1390,93	m2/ano
	3.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,58 €	468,28	m2/mês
	3.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	12	3.231,14 €	5,81 €	556,37	m2/ano
	4.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,76 €	354,76	m2/mês
	4.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	12	3.231,14 €	9,05 €	357,01	m2/ano
	5	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	4,83 €	55,75	metro linear/ano
	6	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	5,81 €	46,36	m2/mês
Artigo 46.º...	1.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	1,51 €	178,73	m2/mês
	1.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	12	3.231,14 €	18,11 €	178,39	m2/ano
	2.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,30 €	900,54	metro linear/ano
	2.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,60 €	450,27	metro linear/ano
	3.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	60,36 €	4,46	m3/ano

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Benefício auferido pelo particular	Valor da atividade	Valor da taxa	Unidade de medida até à qual Custo+Benefício<Taxa aplicável	
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos						
Artigo 46.º...	3.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	12,06 €	22,32	m3/ano
	4.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	60,36 €	4,46	unidade/ano
	5.1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	3,01 €	89,37	m2/mês
	5.2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	12	3.231,14 €	36,16 €	89,37	m2/ano
	6.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	6,04 €	44,60	m2/ano
	7.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	3,01 €	89,37	m2/mês
	8.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	104,99 €	2,56	m2/ano
	9.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	1,81 €	149,13	m2/mês
	10.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	4,83 €	55,75	m2/mês
	11.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	9,05 €	29,75	metro linear/mês
	12.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	1,21 €	222,99	m2/mês
	13.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	3,01 €	89,37	m2/mês
Artigo 47.º...	1.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	3,01 €	89,37	m2/mês
	2.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	0,72 €	371,65	m2/dia
	3.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	1,50 €	179,51	m2/dia
	4.	98,62 €	38,45 €	0,00 €	4,31 €	0,00 €	141,38 €	127,88 €	127,88 €	269,26 €	1	269,26 €	3,01 €	89,37	m2/mês

CAPÍTULO X

Instalações abastecedoras de carburantes líquidos ou gasosos, ar e água

Neste capítulo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 92 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 48.º...	1.	92,03 €	28,25 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	123,69 €	104,54 €	104,54 €	228,23 €	141,07 €			1	38 %	0 %
Artigo 49.º...	1.	92,03 €	28,25 €	0,00 €	3,41 €	0,00 €	123,69 €	104,54 €	104,54 €	228,23 €	18,62 €			1	92 %	0 %

CAPÍTULO XI

Licenciamento de atividades diversas

Artigo 50.º

Atividades diversas

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 98 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 50.º...	1.1.										17,21 €					
	1.2.1.	437,86 €	122,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	559,97 €	823,96 €	823,96 €	1.383,93 €	20,29 €	37,50 €		1	97 %	0 %
	1.2.2.	437,86 €	122,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	559,97 €	823,96 €	823,96 €	1.383,93 €	5,97 €	23,18 €		1	98 %	0 %
	1.2.3.	56,25 €	22,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	78,70 €	70,59 €	70,59 €	149,29 €	21,69 €	82,29 €	3	1	45 %	0 %
	1.2.4.	37,59 €	14,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,05 €	48,69 €	48,69 €	100,73 €	5,97 €	23,18 €		1	77 %	0 %
	1.2.5.1.	46,13 €	19,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	65,93 €	61,24 €	61,24 €	127,17 €	108,47 €	125,68 €		1	1 %	0 %
	1.2.5.2.	46,13 €	19,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	65,93 €	61,24 €	61,24 €	127,17 €	59,66 €	76,87 €		1	40 %	0 %
	1.2.6.1.	37,59 €	14,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,05 €	48,69 €	48,69 €	100,73 €	21,69 €	38,90 €		1	61 %	0 %
	1.2.6.2.	37,59 €	14,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,05 €	48,69 €	48,69 €	100,73 €	10,85 €	28,06 €		1	72 %	0 %
	1.2.7.	37,59 €	14,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,05 €	48,69 €	48,69 €	100,73 €	0,59 €	17,80 €		1	82 %	0 %
	1.2.8.	45,52 €	14,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59,77 €	43,62 €	43,62 €	103,40 €	0,59 €	17,80 €		1	83 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2.1. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.2. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.3. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.4. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.5.1. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.5.2. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.6.1. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.6.2. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.7. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

* O total da taxa da alínea 1.2.8. do Artigo 50.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo.

Artigo 51.º

Transporte de aluguer em veículos ligeiros — Táxi

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 67 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 51.º...	1.	586,35 €	163,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	749,59 €	1.097,13 €	1.097,13 €	1.846,71 €	513,70 €			1	72 %	0 %
	2.	85,91 €	32,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	118,10 €	138,75 €	138,75 €	256,85 €	162,70 €			1	37 %	0 %
	3.	20,99 €	8,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,08 €	30,08 €	30,08 €	59,16 €	32,54 €			1	45 %	0 %
	4.	30,42 €	15,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	46,25 €	51,03 €	51,03 €	97,28 €	32,54 €			1	67 %	0 %
	5.	85,91 €	32,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	118,10 €	138,75 €	138,75 €	256,85 €	256,85 €			1	0 %	0 %
	6.	26,18 €	12,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	39,09 €	44,18 €	44,18 €	83,27 €	54,23 €			1	35 %	0 %
	7.	30,42 €	15,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	46,25 €	51,03 €	51,03 €	97,28 €	32,54 €			1	67 %	0 %

Artigo 52.º

Comboios turísticos

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 50 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 52.º ...	1	57,92 €	23,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	81,46 €	88,86 €	88,86 €	170,32 €	84,65 €			1	50 %	0 %

Artigo 53.º

Venda ambulante

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 94 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 53.º ...	1	31,38 €	12,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44,29 €	44,18 €	44,18 €	88,48 €	9,31 €	10,86 €	1	1	89 %	0 %
	2	31,38 €	12,91 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44,29 €	44,18 €	44,18 €	88,48 €	18,62 €			1	79 %	0 %
	3	29,83 €	11,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41,77 €	41,90 €	41,90 €	83,67 €	6,20 €			1	93 %	0 %
	4	29,83 €	11,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41,77 €	41,90 €	41,90 €	83,67 €	9,31 €			1	89 %	0 %
	5.1.	29,83 €	11,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41,77 €	41,90 €	41,90 €	83,67 €	5,43 €			1	87 %	0 %
	5.2.										5,43 €					
	5.3.	32,52 €	13,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45,92 €	45,32 €	45,32 €	91,24 €	16,28 €			1	82 %	0 %
	5.4.	29,83 €	11,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41,77 €	41,90 €	41,90 €	83,67 €	5,43 €			1	94 %	0 %
	5.5.	32,52 €	13,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45,92 €	45,32 €	45,32 €	91,24 €	21,69 €			1	76 %	0 %
	5.6.	29,83 €	11,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41,77 €	41,90 €	41,90 €	83,67 €	5,43 €			1	94 %	0 %
	5.7.	32,52 €	13,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	45,92 €	45,32 €	45,32 €	91,24 €	16,28 €			1	82 %	0 %

* O total da taxa da alínea 5.1. do Artigo 53.º inclui o valor da taxa da alínea 5.2. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

Artigo 54.º

Horário de funcionamento de Estabelecimentos comerciais

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 88 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 54.º ...	1	39,92 €	16,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	56,23 €	52,17 €	52,17 €	108,41 €	13,27			1	88 %	0 %

Artigo 55.º

Venda de produtos alimentares e bebidas de carácter não sedentário

Neste artigo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 85 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 55.º . . .	1	42,98 €	17,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60,75 €	55,60 €	55,60 €	116,35 €	17,45 €			1	85 %	0 %
	2	42,98 €	17,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60,75 €	55,60 €	55,60 €	116,35 €	17,45 €			1	85 %	0 %
	3	42,98 €	17,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60,75 €	55,60 €	55,60 €	116,35 €	17,45 €			1	85 %	0 %

Artigo 56.º

Espectáculos e diversões

Neste artigo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 74 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 56.º . . .	1	65,20 €	5,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70,45 €	61,95 €	61,95 €	132,40 €	34,42 €	42,88 €		1	68 %	0 %
	1.1.										2,82 €		3			
	2	65,20 €	5,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70,45 €	61,95 €	61,95 €	132,40 €	34,42 €	68,26 €		1	74 %	0 %
	2.1.										8,46 €		4			
	3	39,18 €	11,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	50,61 €	50,84 €	50,84 €	101,45 €	34,42 €	68,26 €		1	66 %	0 %
	3.1.										8,46 €		4			

* O total da taxa da alínea 1. do Artigo 56.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 2. do Artigo 56.º inclui o valor da taxa da alínea 2.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 3. do Artigo 56.º inclui o valor da taxa da alínea 3.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

CAPÍTULO XII

Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes

Neste capítulo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 1 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 57.º . . .	1.1.	44,06 €	16,53 €	30,00 €	0,00 €	0,00 €	90,59 €	55,82 €	55,82 €	146,41 €	145,00 €			1	1 %	0 %
	1.2.	44,06 €	16,53 €	30,00 €	0,00 €	0,00 €	90,59 €	55,82 €	55,82 €	146,41 €	145,00 €			1	1 %	0 %
	2	44,06 €	16,53 €	25,00 €	0,00 €	0,00 €	85,59 €	55,82 €	55,82 €	141,41 €	140,00 €			1	1 %	0 %

CAPÍTULO XIII

Registo de cidadãos da União Europeia

Neste capítulo as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 75 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 58.º ...	1	11,09 €	2,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13,35 €	16,83 €	16,83 €	30,18 €	15,00 €			1	50 %	0 %
	2	11,09 €	2,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13,35 €	16,83 €	16,83 €	30,18 €	25,00 €			1	17 %	0 %
	3	11,09 €	2,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13,35 €	16,83 €	16,83 €	30,18 €	7,50 €			1	75 %	0 %
	4	57,92 €	10,17 €	0,00 €	1,71 €	0,00 €	69,80 €	66,81 €	66,81 €	136,61 €	35,00 €			1	74 %	0 %

CAPÍTULO XIV

Ambiente

Neste capítulo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 98 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 59.º ...	1.1.										17,21 €					
	1.2.1.1.	42,56 €	10,09 €	0,00 €	1,71 €	0,00 €	54,36 €	48,54 €	48,54 €	102,90 €	0,45 €	18,11 €	2	1	82 %	0 %
	1.2.1.2.	42,56 €	10,09 €	0,00 €	1,71 €	0,00 €	54,36 €	48,54 €	48,54 €	102,90 €	0,45 €	19,02 €	4	1	82 %	0 %
	1.2.2.1.	42,56 €	10,09 €	0,00 €	1,71 €	0,00 €	54,36 €	48,54 €	48,54 €	102,90 €	0,45 €	19,47 €	5	1	81 %	0 %
	1.2.2.2.	42,56 €	10,09 €	0,00 €	1,71 €	0,00 €	54,36 €	48,54 €	48,54 €	102,90 €	0,45 €	18,56 €	3	1	82 %	0 %
	1.2.2.3.	42,56 €	10,09 €	0,00 €	1,71 €	0,00 €	54,36 €	48,54 €	48,54 €	102,90 €	0,45 €	19,47 €	5	1	81 %	0 %
	1.3.1.1.	47,22 €	11,10 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	60,88 €	53,91 €	53,91 €	114,79 €	2,26 €	21,73 €	2	1	81 %	0 %
	1.3.1.2.	47,22 €	11,10 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	60,88 €	53,91 €	53,91 €	114,79 €	2,26 €	21,73 €	2	1	81 %	0 %
	1.3.2.1.	47,22 €	11,10 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	60,88 €	53,91 €	53,91 €	114,79 €	2,26 €	30,76 €	6	1	73 %	0 %
	1.3.2.2.	47,22 €	11,10 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	60,88 €	53,91 €	53,91 €	114,79 €	2,26 €	19,47 €	1	1	83 %	0 %
	1.3.2.3.	47,22 €	11,10 €	0,00 €	2,56 €	0,00 €	60,88 €	53,91 €	53,91 €	114,79 €	2,26 €	19,47 €	1	1	98 %	0 %
	2.1.	259,99 €	236,47 €	0,00 €	13,97 €	0,00 €	510,43 €	373,76 €	373,76 €	884,18 €	100,00 €			1	89 %	0 %
	2.2.	259,99 €	236,47 €	0,00 €	13,97 €	0,00 €	510,43 €	373,76 €	373,76 €	884,18 €	60,00 €			1	93 %	0 %
	2.3.	140,02 €	52,19 €	288,00 €	11,94 €	0,00 €	492,15 €	184,75 €	184,75 €	676,90 €	250,00 €			1	63 %	0 %
	2.4.	246,78 €	75,90 €	500,00 €	30,70 €	0,00 €	853,37 €	305,61 €	305,61 €	1.158,98 €	350,00 €			1	70 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2.1.1. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.1.2. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.2.1. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.2.2. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.2.2.3. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

* O total da taxa da alínea 1.3.1.1. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 1.3.1.2. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 1.3.2.1. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 1.3.2.2. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.
 * O total da taxa da alínea 1.3.2.3. do Artigo 59.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

CAPÍTULO XV

Floresta

Neste capítulo, as taxas enquadram-se ou no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo, ou no Tipo B — as que decorrem de um ato administrativo adicionado de um processo operacional. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 95 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 60.º ...	1.1.	261,36 €	49,25 €	0,00 €	12,83 €	0,00 €	323,44 €	228,00 €	228,00 €	551,44 €	27,57 €			1	95 %	0 %
	1.2.	261,36 €	49,25 €	0,00 €	12,83 €	0,00 €	323,44 €	228,00 €	228,00 €	551,44 €	5,51 €	38,60 €	2	1	93 %	0 %

* O total da taxa da alínea 1.2. do Artigo 60.º inclui o valor da taxa da alínea 1.1. do mesmo artigo, de acordo com a dimensão indicada.

CAPÍTULO XVI

Bombeiros Municipais

Neste capítulo, as taxas enquadram-se no Tipo A — as que decorrem de um ato administrativo. O custo da atividade pública local é sempre superior ao valor da taxa aplicada, pelo que o Município suporta o custo social associado, que ascende no máximo a 50 % do valor do custo.

Designação da taxa		Custos diretos						Custos indiretos		Total custo	Valor da taxa	Total da taxa *	Prazos e dimensões médias	Benefício auferido pelo particular	Custo social suportado pelo Município	Desincentivo
		Mão de obra direta	Materiais, FSE, e amortizações	Outros custos específicos	Máquinas/ viaturas	Afetação dos custos de funcionamento dos equipamentos	Total custos diretos	Repartição de custos indiretos por unidade orgânica	Total custos indiretos							
Artigo 61.º ...	1	25,72 €	1,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27,21 €	20,36 €	20,36 €	47,57 €	23,79 €			1	50 %	0 %
	2	32,94 €	1,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34,60 €	24,27 €	24,27 €	58,87 €	40,00 €			1	32 %	0 %

207059867

Anexo V

Regulamento de Taxas do Município de Vendas Novas

Nos termos do n.º 1 do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, após consulta pública e aprovação na reunião de Câmara Municipal realizada em 3 de Dezembro de 2008, e da Assembleia Municipal de Vendas Novas em 18 de Dezembro de 2008 publica-se o “Regulamento de Taxas Administrativas”, incluindo a “Tabela de Taxas Administrativas” e o “Modelo de Fundamentação Económico-financeiro das Taxas”, que dele fazem parte integrante.

REGULAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS

PREÂMBULO

A Lei n.º 53 E/2006, de 29 de Dezembro, veio regular as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais, carecendo os regulamentos vigentes de se conformarem com o quadro jurídico.

O novo quadro legal veio consagrar diversos princípios consonantes com o enquadramento constitucional actualmente vigente, designadamente os princípios da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, devendo o valor das taxas corresponder ao custo do serviço público local ou ao benefício auferido pelo particular. A utilização de critérios que, em certos casos, induzam ao desincentivo de determinados actos ou operações deve ser definida com respeito pela transparência e pelo princípio da proporcionalidade.

Tendo como premissas o custo da actividade pública local e o benefício auferido pelo particular, no respeito pela prossecução do interesse público local, a criação de taxas locais visa a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental, pelo que o seu valor deve corresponder ao custo conjugado com o benefício.

Subjacentes à elaboração do novo Regulamento de Taxas, é assegurado o respeito pelos princípios orientadores acima referido, com destaque para a expressa consagração das bases de incidência objectiva e subjectiva, do valor das taxas e métodos de cálculo aplicáveis, da fundamentação económico-financeira dos tributos, das isenções e respectiva fundamentação, dos meios de pagamento e demais formas de extinção da prestação tributária, do pagamento em prestações, bem como da temática respeitante à liquidação e cobrança.

A Lei n.º 53-E/2006, define na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º a necessidade de fundamentar económica e financeiramente o valor das taxas.

Assim, e no respeito pelos critérios definidos nesse artigo, mais do que desenvolver um texto argumentativo, procedeu-se à elaboração de uma ampla discriminação de todos os processos baseada no levantamento pormenorizado de cada um deles de forma a identificar:

Situações de prestação do serviço ao nível da qualidade, da eficiência e da eficácia, procedendo-se, desde logo, a correcções nos procedimentos vigentes quando estes apresentem actos redundantes ou de controlo administrativo desnecessário para garantir a legalidade do procedimento;

Custos directos médios imputados às unidades orgânicas responsáveis pela prática dos actos geradores da obrigação tributária.

Benefício directo do sujeito passivo considerado como equivalente aos custos directos quando se está em presença de taxas não influenciadas por quantidades a usufruir, e ou considerando o benefício como múltiplo de diversos factores directamente associados a esse benefício e cuja discriminação é feita através de fórmulas adequadas, associadas a cada um dos casos em presença, sem que de tal princípio resulte violação do princípio da proporcionalidade

A decisão pela elaboração de uma fundamentação económico-financeira aprofundada e da sua explicitação na determinação do valor de cada taxa corresponde não apenas a um acréscimo de garantias para o sujeito passivo, como corresponde igualmente a uma simplificação e ganhos de eficiência nos diferentes procedimentos e actos administrativos, proporcionado pelo trabalho desenvolvido na elaboração do presente Regulamento

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, artigos 10.º e 15.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, artigo 8.º da Lei n.º 53-E/ 2006, de 29 de Dezembro, e do n.º 2 do artigo 53.º e do n.º 6 do artigo 64.º, ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, procedeu-se à elaboração do presente Regulamento de Taxas Administrativas, o qual foi publicado para efeitos de apreciação pública, tendo sido aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal na sua sessão de 18 de Dezembro de 2008.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Lei habilitante

O presente Regulamento de Taxas Administrativas é elaborado ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, artigos 10.º e 15.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, artigos 6º e 8.º da Lei n.º 53-E/ 2006, de 29 de Dezembro, e do n.º 2 do artigo 53.º e do n.º 6 do artigo 64.º, ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 2.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos a liquidação, cobrança e o pagamento das taxas devidas pela prestação concreta de serviços, utilização privada de bens do domínio público e privado do município ou remoção de obstáculos jurídicos ao comportamento dos particulares, e integra a Tabela de Taxas Administrativas, que constitui anexo do presente regulamento, adiante designada Tabela, e a fundamentação económico-financeira do valor das taxas, cujo conteúdo constitui o anexo “modelo de fundamentação”.

Artigo 3º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento é aplicável aos factos geradores da obrigação tributária ocorridos na área do município de Vendas Novas.

Artigo 4.º

Aplicação do IVAe do Imposto do Selo

Às taxas previstas neste regulamento acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) ou o Imposto do Selo à taxa legal, quando legalmente devidos.

Artigo 5.º

Actualização

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, os valores das taxas previstas no presente regulamento podem ser actualizados em sede de orçamento anual, de acordo com a taxa de inflação.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela cujos quantitativos sejam fixados por disposição legal.

CAPÍTULO II INCIDÊNCIA

Artigo 6º

Incidência objectiva

As taxas a que se refere o presente Regulamento incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do município, e são devidas pelos actos ou factos previstos na Tabela

Artigo 7º

Incidência subjectiva

1 - O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento é o Município de Vendas Novas.

2- O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva, ou outra entidade legalmente equiparada, requerente ou beneficiário da prática do acto gerador da obrigação tributária.

3 – Estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no presente regulamento o Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

CAPÍTULO III DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES

Artigo 8.º

Enquadramento

As isenções e reduções previstas no presente regulamento foram ponderadas em função da manifesta relevância da actividade desenvolvida pelos sujeitos passivos que delas beneficiam, assim como dos objectivos sociais e de desenvolvimento que o município visa promover e apoiar, no domínio da prossecução das respectivas atribuições, designadamente nas de natureza cultural, de apoio a estratos sociais desfavorecidos e disseminação dos valores locais.

Artigo 9º

Isenções e reduções

1 - A Câmara Municipal pode, por deliberação fundamentada, conceder isenções parciais ou totais, para além das especialmente previstas no presente regulamento, com o objectivo de coesão económica e social e de desenvolvimento, nomeadamente a:

- a) Juntas de freguesia;
- b) Instituições de beneficência, associações culturais e desportivas e associações de moradores;
- c) Instituições de educação e ensino;
- d) Pessoas colectivas de direito privado que não visem fins lucrativos e ou de interesse público.

2 - A Câmara Municipal pode ainda, se entender, e por deliberação fundamentada, conceder bonificações com o objectivo a que alude o nº 1.

3 - A Sociedade do Parque Industrial de Vendas Novas – Urbanização, Gestão e Formação, Lda, em face do seu objecto e objectivos, goza de uma redução de 50% nas taxas previstas no presente regulamento.

Artigo 10º

Isenções e descontos nos equipamentos desportivos e culturais

1 — Estão isentos do pagamento das taxas de utilização das piscinas municipais os menores de idade igual ou inferior a 10 anos, e os portadores de doença física ou mental devidamente comprovada.

2 - Na utilização das piscinas municipais, e desde que previamente autorizados, os grupos organizados de instituições pertencentes ao Concelho podem beneficiar de descontos ou de utilização gratuita, e aos restantes pode ser atribuído desconto de até 50% sobre os preços em vigor.

3 - Têm utilização gratuita na utilização da Piscina ao ar livre os reformados com rendimento igual ou inferior a 65% do salário mínimo nacional.

4 - Têm utilização gratuita na utilização da Piscina Coberta, do Auditório, do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal e da Pista de Atletismo:

- a) Escolas do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico do Concelho;
- b) Instituições de Solidariedade Social do Concelho e outras Associações e Organizações (ONGs) de Solidariedade, de apoio ao desenvolvimento local e social e educacional (quando não for cobrada taxa ao praticante);
- c) Equipas/grupos de deficientes;
- d) Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Vendas Novas.

5 – As entidades referidas no número anterior beneficiam, ainda da isenção de pagamento de taxas pela utilização do Estádio Municipal (campo relvado), desde que não utilizem os balneários.

6 - Os titulares de cartão de utente beneficiam, na utilização individual da piscina ao ar livre e da pista de atletismo, de um desconto de 10% relativamente às taxas em vigor.

7 - A Câmara Municipal poderá, por decisão fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais

Artigo 11º

Outras isenções e reduções

1 - Está isenta do pagamento de taxas a instalação, em quaisquer mercados mensais ou feiras anuais de Maio e Setembro, de pavilhões de colectividades ou instituições consideradas sem fins lucrativos.

2 - Os consumidores que paguem as respectivas tarifas de conservação e tratamento de esgotos e se encontrem impossibilitados de se conectarem à rede pública de saneamento, estão isentos do pagamento da taxa de limpeza da respectiva fossa doméstica.

Artigo 12º **Casos Especiais**

Poderão beneficiar de redução ou isenção do pagamento de taxas devidas, nos termos do presente regulamento, as entidades promotoras de obras relativas à construção de empreendimentos a que seja reconhecido especial interesse público, mediante decisão da Assembleia Municipal, sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IV **Valor, Liquidação, Cobrança e Pagamento**

Artigo 13º **Valor das Taxas**

- 1 – O valor das taxas a cobrar pelo município é o constante da Tabela que faz parte do presente Regulamento.
- 2 - O valor das taxas a liquidar, deverá ser arredondado, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo.

Artigo 14º **Liquidação**

A liquidação de taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos sujeitos passivos.

Artigo 15º **Procedimento de liquidação**

- 1 - A liquidação das taxas previstas no presente regulamento é efectuada nos termos previstos na Tabela.
- 3 - A liquidação das taxas previstas neste regulamento constará de nota de liquidação, na qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:
 - a) Identificação do sujeito activo;
 - b) Identificação do sujeito passivo;
 - c) Discriminação do acto, facto ou contrato sujeito a liquidação;
 - d) Enquadramento na Tabela e outras receitas municipais;
 - e) Cálculo do montante a pagar, resultante da conjugação dos elementos referidos em c) e d).

Artigo 16º **Regra específica de liquidação**

- 1 - O cálculo das taxas cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário.
- 2 - Nos termos do disposto no número anterior considera-se semana de calendário o período de segunda-feira a domingo.

Artigo 17º **Notificação**

- 1 — A liquidação será notificada ao interessado pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção, salvo nos casos em que, nos termos da lei, não seja obrigatória.
- 2 — Da notificação da liquidação deverão constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o acto de liquidação, o autor do acto e a menção da respectiva delegação ou subdelegação de competência, bem como o prazo de pagamento voluntário.
- 3 — A notificação considera-se efectuada na data em que for realizada, se efectuada pessoalmente, ou na data em que for assinado o aviso de recepção, no caso de notificação por via postal, e, neste caso, tem-se por efectuada na própria pessoa do notificando, mesmo quando o aviso de recepção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do requerente, presumindo-se neste caso que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

4 — No caso de o aviso de recepção ser devolvido pelo facto de o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais e não se comprovar que entretanto o requerente comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação será efectuada nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de recepção, presumindo-se feita a notificação se a carta não tiver sido recebida ou levantada, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

5 – No caso de recusa de recebimento ou não levantamento da carta, previstos no número anterior, a notificação presume-se feita no 3º dia posterior ao do registo ou no 1º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil.

Artigo 18º

Liquidação no caso de deferimento tácito

São aplicáveis no caso de deferimento tácito, as taxas previstas para o deferimento expresse.

Artigo 19º

Não incidência de adicionais

Sobre as taxas não recai qualquer adicional para o Estado, com excepção do Imposto de Selo ou IVA, se devidos nos termos legais, e cujos valores acrescem ao valor da taxa.

Artigo 20º

Erros na liquidação das taxas

1 – Quando se verifique a ocorrência de liquidação por valor inferior ao devido, os serviços promoverão de imediato a liquidação adicional, notificando o devedor, por correio registado com aviso de recepção, ou por notificação presencial, para liquidar a importância devida.

2 – Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda que o não pagamento, findo aquele prazo, implica a cobrança coerciva nos termos do presente Regulamento.

3 – Quando se verifique ter havido erro de cobrança por excesso, deverão os serviços, independentemente de reclamação do interessado, promover, de imediato, a restituição da quantia cobrada a mais, nos termos da legislação em vigor.

4 – Não produzem direito a restituição os casos em que a pedido do interessado, sejam introduzidas no processo alterações ou modificações produtoras de menor valor das taxas.

Artigo 21º

Cobrança das taxas

1 - As taxas são pagas nos serviços de tesouraria da Câmara Municipal, mediante guia emitida pelo serviço municipal competente.

2 – Nos casos previstos na lei, as taxas podem ser pagas por depósito do respectivo montante em instituição de crédito à ordem da Câmara Municipal de Vendas Novas.

3 - Para os efeitos previstos no número anterior, será afixada nos serviços de tesouraria da Câmara Municipal informação sobre o número da conta e a instituição bancária onde deve ser feito o depósito.

Artigo 22º

Do pagamento

1 — As taxas e demais receitas previstas no presente regulamento extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção mencionadas na lei geral.

2 – As taxas são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência conta a conta, vale postal, TPA ou outros meios utilizados pelos serviços dos correios ou pelas instituições de crédito que a lei expressamente autorize.

3 — As taxas e receitas previstas no número anterior podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

Artigo 23º

Pagamento em Prestações

O pagamento das taxas de montante superior a 50% do índice 100 da função pública pode, por deliberação da câmara municipal, com faculdade de delegação no presidente e de subdelegação deste nos vereadores ou nos dirigentes dos serviços municipais, ser fraccionado em prestações de valor fixo ou variável, não podendo o prazo de pagamento da última prestação exceder um ano.

Artigo 24º

Regras de contagem

- 1 — Os prazos para pagamento são contínuos, isto é, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.
- 2 — O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 25º

Regra geral

- 1 — Sem prejuízo de prazo específico previsto na lei, salvo quando as taxas sejam devidas no acto de apresentação de requerimento ou prática de acto análogo, o prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 30 dias a contar da notificação para pagamento efectuada pelos serviços competentes.
- 2 - O previsto no número anterior não prejudica a regra da precedência do pagamento de taxas relativamente à emissão de alvarás ou aditamentos a alvarás.
- 3 — Nos casos de liquidação adicional, o prazo para pagamento voluntário é de 15 dias a contar da notificação para pagamento.

Artigo 26º

Pagamento extemporâneo

São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas previstas no presente regulamento.

Artigo 27º

Reclamação e impugnação judicial

Da liquidação das taxas cabe reclamação graciosa ou impugnação judicial, nos termos e com os efeitos previstos no Código de Procedimento e Processo Tributário.

Artigo 28º

Cobrança coerciva por falta de pagamento

- 1 - Expirado o prazo para pagamento as taxas que não forem pagas voluntariamente serão objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e Processo Tributário.
- 2 – A Câmara Municipal poderá deliberar que findo o prazo de pagamento as taxas liquidadas e não pagas sejam previamente debitadas ao tesoureiro para execução nos termos do número anterior.

Artigo 29º

Transformação em receita virtual

- 1 – Os títulos comprovativos das receitas provenientes das taxas previstas no presente Regulamento, cuja natureza o justifique, poderão, mediante deliberação da Câmara Municipal, ser debitadas ao tesoureiro.
- 2 – Seguir-se-ão, para o efeito, as regras estabelecidas para a cobrança das receitas virtuais, com as necessárias adaptações.
- 3 – Quando as taxas cobradas forem de quantitativos uniformes, deverá a guia de receita (conhecimento de cobrança) ser escriturado com individualização, mencionando-se o seu número e valor unitário e o valor total da cobrança em cada dia.

Artigo 30º

Caducidade

O direito de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 31º

Prescrição

- 1 - As dívidas por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- 2 - A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- 3 - A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 32º

Publicidade

1 - O presente Regulamento foi publicitado no termos legais, sendo previamente objecto de período de discussão pública.

2 – Para efeitos de consulta, o presente regulamento encontra-se disponível na página electrónica do município, cujo endereço é www.cm-vendasnovas.pt e, a pedido dos interessados, pode ser consultado junto dos serviços.

Artigo 33º

Disposição revogatória

Ficam revogados todas as disposições regulamentares que disponham em contrário do previsto no presente Regulamento.

Artigo 34º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 5º dia após a sua publicação nos termos legais.

Vendas Novas, 30 de Dezembro de 2008

O Presidente da Câmara Municipal
José Maria Rodrigues Figueira

TAXAS MUNICIPAIS
APLICAÇÃO DA LEI 53 - E / 2006 DE 29 DE DEZEMBRO
MODELO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA DAS TAXAS MUNICIPAIS
MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

1. FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS MUNICIPAIS

1.1. INTRODUÇÃO

As taxas municipais entendidas como prestações pecuniárias, definitivas e bilaterais consistem nos montantes que os utentes de determinadas autorizações ou levantamentos por parte das administrações de algumas interdições, não tinham, até à publicação da Lei 60-E / 2006 de 29 de Dezembro, a necessidade de fundamentação. Entendia-se que, apesar de não terem a característica da generalidade e universalidade não se poderia estabelecer equivalência entre o "serviço" prestado e o pagamento efectuado. Ao vir determinar a necessidade de fundamentar os valores das taxas a lei obriga a que seja encontrada essa equivalência.

O critério básico que a autarquia adopta para a determinação dos valores a cobrar em cada uma das taxas dos serviços prestados pela autarquia consiste na determinação dos custos por minuto, quer sejam os custos com o pessoal afecto ao processo de emissão da licença/autorização, quer sejam os custos com o equipamento afecto a cada funcionário bem assim como os restantes custos específicos ou não.

1.2. METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO DAS TAXAS

Duma forma simples poderemos dizer que a taxa a suportar pelo utente do serviço público autárquico terá de suportar:

1. Os custos administrativos (CAD) de emissão da taxa que resultam de todo o procedimento administrativo inerente à emissão da mesma.
2. Os custos técnicos (CTE) de emissão da taxa que resultam dos procedimentos de natureza técnica (pareceres, cálculos e outros) necessários para emissão de algumas licenças e autorizações.
3. Os custos de decisão (CDE) consistem nos períodos que os agentes decisores (câmara municipal, membros da Câmara e responsáveis com competências delegadas) destinam à tomada de decisão.
4. Os custos específicos (CES) são os custos que derivam de casos específicos característicos de algumas taxas nomeadamente as taxas urbanísticas mas também outras taxas que além dos custos antes referidos exigem outros custos como custos com maquinaria e equipamento cedidos, instalações disponibilizadas, etc.

Genericamente o valor da taxa será assim obtido por:

$$TAXA = CAD + CTE + CDE + CES$$

1.2. 1. CUSTOS ADMINISTRATIVOS [CAD]

Os custos administrativos englobam todos os custos suportados no processo administrativo, nomeadamente a recepção, organização e circuito do processo relativo a cada taxa e da comunicação final ao munícipe, emissão e cobrança da taxa ou licença.

Genericamente serão dados por:

$$CAD = S \text{ Ai Ri} + S \text{ Ai x CAM}_{Ei} + S \text{ Ai x CMA}_{Ei} + S \text{ Ai x CFU}$$

em que:

Ai - é o número de minutos dispendido por cada um dos intervenientes no processo administrativo característico a todas as taxas. Estes tempos estão detalhados nas folhas PA (processos administrativos) ou PU, (processos urbanísticos) e sintetizados nas folhas FA (fundamentação administrativa) e FU (fundamentação urbanística)

Ri - é a remuneração / minuto de cada um dos intervenientes sendo essa remuneração calculada nos termos do Anexo 1.

são os custos médios por minuto com as amortizações dos equipamentos e instalações disponibilizados aos vários intervenientes (Anexo 2).

CAM - 2).
são os custos médios por minuto com a manutenção dos equipamentos e instalações disponibilizados aos vários intervenientes (Anexo 2).

CMA - 2).
são os custos médios por minuto com os restantes custos afectos ao processo de produção técnico-administrativa conforme (Anexos 3 e

CFU - 4).

1.2. 2. CUSTOS TÉCNICOS [CTE]

Os custos técnicos englobam todos os custos suportados de natureza técnica, nomeadamente o estudo do processo, emissão de pareceres técnicos e fundamentações da decisão política relativo a cada taxa e licença ou pedido de autorização e genericamente serão obtidos tal como os custos administrativos.

$$CTE = S \text{ Ai Ri} + S \text{ Ai x CAM}_{Ei} + S \text{ Ai x CMA}_{Ei} + S \text{ Ai x CFU}$$

1.2. 3. CUSTOS DE DECISÃO [CDE]

Os custos de decisão englobam todos os custos suportados de natureza política, nomeadamente a cedência de autorização e poderão ou não ser originados ao nível da Câmara. Genericamente podem ser calculados tal como os custos administrativos.

$$CDE = S \text{ Ai Ri} + S \text{ Ai x CAM}_{Ei} + S \text{ Ai x CMA}_{Ei} + S \text{ Ai x CFU}$$

1.2. 4. CUSTOS ESPECÍFICOS [CES]

Os custos específicos são custos característicos de algumas taxas e serão fundamentados caso a caso representando o seu valor ou custos efectivamente suportados pela autarquia ou benefícios auferidos pelos munícipes interessados (Anexo 5).

$$CAD = S \text{ Ti}$$

em que:

Ti - são os custos específicos a cada taxa nomeadamente disponibilização de equipamento e fornecimento de bens e serviços específicos.

O montante global a cobrar poderá assim ser determinado pela fórmula seguinte que integra quer os custos administrativos quer os custos técnicos e de decisão quer os custos específicos a cada taxa. Os somatórios indicados resultam assim da agregação dos custos referidos anteriormente.

$$TAXA = S \text{ Ai Ri} + S \text{ Ai x CAM}_{Ei} + S \text{ Ai x CMA}_{Ei} + S \text{ Ai x CFU} + S \text{ Ti}$$

1.3. ANEXOS DA FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

ANEXO 1 - CÁLCULO DO CUSTO DE PESSOAL (CUSTO UNITÁRIO POR MINUTO) [Ri]

O custo de cada funcionário por minuto (Ri) é calculado considerando todos os custos de pessoal entendendo-se que, além das remunerações específicas a cada funcionário os restantes custos são igualmente distribuídos por cada funcionário através da afectação do custo médio.

O custo anual de cada funcionário (RAi) é apurado através da soma dos encargos com remunerações (ENC REM) com o subsídio de almoço (SUB ALM), as despesas de representação (DES REP), os seguros (SEGUROS) e outros encargos com o pessoal (OUT ENC).

$$RAi = ENC \text{ REM} + SUB \text{ ALM} + DES \text{ REP} + SEGUROS + OUT \text{ ENC}$$

ENC REM = NMR INDI (1 + SSFI) sendo **NMR** o número de meses de pagamento e **INDI** o valor do índice 100 x o índice de cada funcionário e **SSFI** a contribuição do município para a Segurança Social.

SUB ALM = DTA SALI sendo **SALI** o valor diário de subsídio de almoço e **DTA** o número de dias de trabalho por ano.

DES REP = NMA REPI sendo **NMA** o número de meses de pagamento e **REPI** o valor mensal do subsídio de representação.

SEGUROS = NMA INDI SEGI sendo **NMA** o número de meses de pagamento, **INDI** o valor do índice 100 x o índice de cada funcionário e **SEGI** é 1% (valor aproximado do seguro de acidentes no trabalho).

OUT ENC = NMA INDI OUTI sendo **NMA** o número de meses de pagamento, **INDI** o valor do índice 100 x o índice de cada funcionário e **OUTI** é 5% (valor aproximado dos restantes encargos com pessoal: ADSE e outros).

Assim, considerando: **NMR = 14 ; SSFI = 15% ; DTA = 231 ; NMA = 12 ; SEGI = 1% ; OUTI = 5%**

RAI = 14 INDI 1 + 15% + 231 SALI + 12 REPI + 12 INDI x 1% + 12 INDI x 5%

O cálculo para um conjunto significativo de categorias consta na tabela abaixo considerando-se que:

Valor do Índice 100 = 330,61 € ; Subsídio de almoço = 4,11 € ; Horas de trabalho / ano = 1.540
VALORES DOS ÍNDICES MÉDIOS E CÁLCULO DO CUSTO MÉDIO POR MINUTO DO PESSOAL [Ri]

Tabela FU01

CATEGORIA		Índice Médio	INDI	RAI	Valor / Hora	Valor / minuto (R/)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO					
A00	OPE Operário Esp	2,46	813,30 €	14.629,13 €	9,50 €	0,1583 €
A01	OPI Operário	1,42	469,47 €	8.845,83 €	5,74 €	0,0957 €
A02	AU1 Auxiliar	1,42	469,47 €	8.845,83 €	5,74 €	0,0957 €
A03	AU2 Aux Adm	1,45	479,38 €	9.012,66 €	5,85 €	0,0975 €
A22	MOT Motorista	2,28	753,79 €	13.628,17 €	8,85 €	0,1475 €
A04	COV Coveiro	2,28	753,79 €	13.628,17 €	8,85 €	0,1475 €
A05	AD1 Expediente	2,14	707,51 €	12.849,65 €	8,34 €	0,1391 €
A06	AD2 Administrativo	2,32	767,02 €	13.850,61 €	8,99 €	0,1499 €
A07	CHS Chefe Secção	3,37	1.114,16 €	19.689,51 €	12,79 €	0,2131 €
A08	ENC Encarregado	2,90	958,77 €	17.075,90 €	11,09 €	0,1848 €
A09	FIS Fiscal	3,20	1.057,95 €	18.744,16 €	12,17 €	0,2029 €
A10	TPR Técnico-Profissional	3,26	1.077,79 €	19.077,81 €	12,39 €	0,2065 €
A11	TEC Técnico	3,50	1.157,14 €	20.412,42 €	13,25 €	0,2209 €
A12	TES Tesoureiro	3,37	1.114,16 €	19.689,51 €	12,79 €	0,2131 €
A13	TSU Técnico Superior	4,60	1.520,81 €	26.529,37 €	17,23 €	0,2871 €
A14	CDV D. Dep / Ch Divisão	9,00	2.975,49 €	53.255,67 €	34,58 €	0,5764 €
A15	EL1 Eleito 1		2.967,00 €	61.219,11 €	35,78 €	0,5963 €
A16	EL2 Eleito 2		3.337,00 €	68.738,15 €	40,17 €	0,6695 €
A17	EL3 Eleito 3		3.708,00 €	74.978,37 €	43,82 €	0,7303 €
A18	CM1 Câmara 1		2.967,00 €	51.975,15 €	137,10 €	2,2849 €
A19	CM2 Câmara 2		3.337,00 €	69.138,59 €	203,12 €	3,3854 €
A20	CM3 Câmara 3		3.708,00 €	75.423,33 €	212,67 €	3,5446 €
A21	VIS Vistoria (Chefe Divisão + Técnico Superior + Técnico Profissional + Administrativo)			73,19 €		1,2198 €
P01	FUN1 Auxiliar de pavilhão	1,88	619,89 €	11.376,02 €	7,39 €	0,1231 €
P02	FUN1 Auxiliar das piscinas	1,52	501,20 €	9.379,67 €	6,09 €	0,1015 €
P03	FUN1 Pessoal Indirecto	0,99	325,65 €	6.426,86 €	4,17 €	0,0696 €
P03	FUN1 Auxiliar de pavilhão	2,04	674,44 €	12.293,56 €	7,98 €	0,1330 €

ANEXO 2 - CÁLCULO DO CUSTOS COM AMORTIZAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES [CAM]

ANEXO 2.1 - AMORTIZAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - SECÇÕES ADMINISTRATIVAS

Tabela FU02

EQUIPAMENTOS / INSTALAÇÕES	QUANT.	VALOR DE AQUISIÇÃO	ANOS	CUSTO ANUAL		CUSTO / MINUTO	
				AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO
Secretária	1	447,00 €	8	55,88 €	11,18 €	0,00051 €	0,00010 €
Cadeira	1	103,00 €	8	12,88 €	2,58 €	0,00012 €	0,00002 €
Armário	1	240,00 €	8	30,00 €	6,00 €	0,00027 €	0,00005 €
Computador	1	1.400,00 €	4	350,00 €	35,00 €	0,00321 €	0,00032 €
Outros equipamentos informáticos	1	1.250,00 €	4	312,50 €	31,25 €	0,00286 €	0,00029 €
Licenças de software	1	600,00 €	3	200,00 €	15,00 €	0,00183 €	0,00014 €
Outro equipamento	1	150,00 €	8	18,75 €	3,75 €	0,00017 €	0,00003 €
Equipamento de conforto	1	150,00 €	8	18,75 €	3,75 €	0,00017 €	0,00003 €
Área do edifício / funcionário	8	720,00 €	50	115,20 €	57,60 €	0,00105 €	0,00053 €
TOTAIS				1.113,95 €	166,10 €	0,01020 €	0,00152 €

B01CAM

B01CCR

ANEXO 2.2 - AMORTIZAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - SECÇÕES TÉCNICAS E FISCALIZAÇÃO

Tabela FU03

EQUIPAMENTOS / INSTALAÇÕES	QUANT.	VALOR DE AQUISIÇÃO	ANOS	CUSTO ANUAL		CUSTO / MINUTO	
				AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO
Secretária	1	447,00 €	8	55,88 €	11,18 €	0,00051 €	0,00010 €
Cadeira	1	103,00 €	8	12,88 €	2,58 €	0,00012 €	0,00002 €
Armário	2	240,00 €	8	60,00 €	12,00 €	0,00055 €	0,00011 €
Computador	1	1.400,00 €	4	350,00 €	35,00 €	0,00321 €	0,00032 €
Outros equipamentos informáticos	1	1.400,00 €	4	350,00 €	35,00 €	0,00321 €	0,00032 €
Licenças de software	1	900,00 €	3	300,00 €	22,50 €	0,00275 €	0,00021 €
Equipamento básico	1	500,00 €	8	62,50 €	12,50 €	0,00057 €	0,00011 €
Equipamento de conforto	1	150,00 €	8	18,75 €	3,75 €	0,00017 €	0,00003 €
Área do edifício / funcionário	9	720,00 €	50	129,60 €	64,80 €	0,00119 €	0,00059 €
TOTAIS				1.339,60 €	199,30 €	0,01227 €	0,00183 €

B02CAM

B02CCR

ANEXO 3 - OUTROS CUSTOS DIRECTOS COM AS INSTALAÇÕES

[CFU]

ANEXO 3.1 - OUTROS CUSTOS DIRECTOS COM AS INSTALAÇÕES - SECÇÕES ADMINISTRATIVAS

Tabela FU04

	CUSTO ANUAL	ÁREA TOTAL	CUSTO / M2	CUSTO / AGENTE / ANO	MINUTOS / ANO	CUSTO / MINUTO
Limpeza e higiene	58.692,32 €	800	73,37 €	366,83 €	109200	0,003359 €
Electricidade	410.434,98 €	800	513,04 €	2.565,22 €	109200	0,023491 €
Comunicações	75.653,85 €	800	94,57 €	472,84 €	109200	0,004330 €
Segurança	17.388,00 €	800	21,74 €	108,68 €	109200	0,000995 €
Seguros	6.144,39 €	800	7,68 €	38,40 €	109200	0,000352 €
TOTAIS				3.551,96 €	0,03495 €	0,032527 €

C0TCF0

ANEXO 3.2 - OUTROS CUSTOS DIRECTOS COM AS INSTALAÇÕES - SECÇÕES TÉCNICAS E FISCALIZAÇÃO

Tabela FU05

	CUSTO ANUAL	ÁREA TOTAL	CUSTO / M2	CUSTO / AGENTE / ANO	MINUTOS / ANO	CUSTO / MINUTO
Limpeza e higiene	58.692,32 €	800	73,37 €	440,19 €	109200	0,004031 €
Electricidade	410.434,98 €	800	513,04 €	3.078,26 €	109200	0,028189 €
Comunicações	75.653,85 €	800	94,57 €	567,40 €	109200	0,005196 €
Segurança	17.388,00 €	800	21,74 €	130,41 €	109200	0,001194 €
Seguros	6.144,39 €	800	7,68 €	46,08 €	109200	0,000422 €
TOTAIS				4.262,35 €	0,10409 €	0,039033 €

ANEXO 4 - AFECÇÃO DE CUSTOS AO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS TAXAS

[CFU]

CONTA 61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS
-----------------	--

Não se afectam os custos das mercadorias vendidas e consumidas. São custos específicos do fornecimento de alguns bens / serviços

CONTA 62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
-----------------	--

Nesta conta poderemos encontrar situações distintas:

- ▶ contas que é possível afectar a um dos processos participantes na elaboração de taxas e licenças (para custos administrativos, para custos técnicos e para custos de decisão);
- ▶ contas que não é possível afectar a um dos processos participantes na elaboração de taxas e licenças (para custos administrativos, para custos técnicos e para custos de decisão) mas sobre as quais não há dúvida de que devem ser incluídos nesses custos;
- ▶ contas que não devem ser afectadas ao processo de elaboração das taxas e licenças.

Na tabela abaixo descrevem-se as contas uma a uma e apresentam-se propostas de afectação:

Tabela FU06

Tabela F000		AFECTAR DIRECTAMENTE A							CUSTOS PARA
CONTA	DESCRIÇÃO	CA	CT	CD	CA/CT	CA/CD	CT/CE	TODOS	
	Transportes escolares								Transportes esc.
	Espectáculos culturais e recreativos								Espectáculos
	Sinalização e trânsito								Taxas específicas
	Resíduos sólidos								Resíduos sólidos
	Saneamento								Saneamento
	Outros								...
	Iluminação Pública								IP
	Instalações							x	
	Estações elevatórias								Água
	Gasóleo								Máquinas e viaturas
	Gasolina								Máquinas e viaturas
	Outros								Máquinas e viaturas
	Água							x	Na parte não dist direc
	Outros fluidos							x	
	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	x	x	x					
	Livros e documentação técnica	x	x	x					
	Material de escritório	x	x	x					
	Artigos para oferta			x					
	Rendas e alugueres	x	x	x					
	...			x					
	Despesas de representação								
	Comunicação							x	
	Seguros	x	x	x					
	Royalties								Não afectar
	Transportes de mercadorias								Não afectar
	Transportes de pessoal	x	x	x					
	Deslocações e estadas	x	x	x					
	Comissões								
	Honorários	x	x	x					
	Contencioso e notariado								Não afectar
	Conservação e reparação							x	
	Publicidade e propaganda								Não afectar
	Limpeza, higiene e conforto							x	
	Vigilância e segurança							x	
	Trabalhos especializados	x	x	x					
	Alimentação (refeitório)								Não afectar
	Alimentação (prestação de serviços)								Não afectar
	Material de educação cultura e recreio								Não afectar
	Material honorífico e de representação			x					
	Alimentação, roupas e calçado								Não afectar
	Material de transporte								Não afectar
	Encargos de cobrança								Não afectar
	Outros fornecimentos e serviços							x	
	...							x	
	Materiais diversos							x	
								x	

CONTA 63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS
-----------------	---

Não se afectam os custos das transferências.

CONTA 64	CUSTOS COM O PESSOAL
-----------------	-----------------------------

Os procedimentos a adoptar nas despesas com o pessoal é o referido no ponto 1. Podem no entanto realizar-se ajustamentos de forma a fazer coincidir os custos contabilísticos com os que foram apurados no ponto 1. Nomeadamente no que se refere aos outros encargos com o pessoal, despesas de representação, etc.

CONTA 65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS
-----------------	--

Não se afectam os custos das e perdas operacionais (pq não na parte que diz respeito ao tempo para taxas?)

CONTA 66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO
-----------------	----------------------------------

Os critérios adoptados para cálculo dos custos de reposição e manutenção dos equipamentos e edifícios tem como objectivo determinar o cálculo por minuto desses custos de forma a poder afectá-los ao processo de cálculo do custo administrativo e técnico das taxas. Considerou-se um conjunto de equipamentos disponíveis por agente conforme tabela de forma a determinar o custo / minuto de utilização.

Consideraram-se indistintamente equipamentos-tipo para os serviços administrativos e procedeu-se de igual forma para ao serviços técnicos. Os resultados constam do **Anexo 2**. Quanto às amortizações do equipamento/instalações afectos a taxas específicas estes são determinados de acordo com o **Anexo 6**.

CONTA 6..	OUTROS CUSTOS - AFECTAÇÃO DIRECTA
------------------	--

Dos restantes custos consideram-se os que directa ou indirectamente se relacionam com o processo de elaboração das taxas. Entre os que estão directamente relacionados considerámos os encargos das instalações e os seguros (**Anexo 3**).

CONTA 6..	OUTROS CUSTOS - AFECTAÇÃO INDIRECTA
------------------	--

Para além dos custos já afectados directamente e constante dos quadros dos **Anexos 2 e 3** os restantes custos são distribuídos por funcionário e por minuto de acordo com a metodologia que foi inicialmente definida. Assim:

Tabela FU06

61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS		Não afectar
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2.434.875,53 €	
	dos quais já afectados:		
	Limpeza e higiene	58.692,32 €	
	Electricidade	447.153,98 €	
	Comunicações	86.341,43 €	
	Segurança	17.388,00 €	
	Seguros	18.861,39 €	
	não afectar		
	Transportes escolares	54.879,09 €	
	Espectáculos culturais e ...	118.072,34 €	
	Resíduos Sólidos	200.179,23 €	
	Iluminação pública	114.236,84 €	
	Ferramentas	6.729,56 €	
	Seguros	17.388,00 €	
	Prémios	84.207,37 €	
	Conservação e reparação	33.054,71 €	
	Material de Transporte	58.522,36 €	
	Seminários	8.992,06 €	
	Encargos de Cobrança	91.130,91 €	
	Alimentação (escolas)	32.171,20 €	
	Outros	16.594,00 €	
	Combustíveis e out custo máquina	212.556,20 €	
	Por afectar	757.724,54 €	
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS		Não afectar
64	PESSOAL		Directos
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		Não afectar
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		Directos
67	PROVISÕES DO EXERCICIO		Não afectar
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		Não afectar
69	CUSTOS E PERDAS		Não afectar

O valor dos fornecimentos e serviços externos por afectar é de 757.724,54 € o que, considerando 90 funcionários e agentes dá um total anual de **841,92 €** por agente e um total por minuto de **0,0077 €**

ANEXO 5 - AUXILIARES PARA CÁLCULO DE CUSTOS ESPECÍFICOS E BENEFÍCIOS DO UTILIZADOR [CES]

Os custos dos equipamentos que se encontram identificados nos quadros seguintes foram calculados na base de custos padrão por unidade m2, considerando-se a vida útil em estado novo de acordo com a tabela definida no CIME. Para efeitos de rendimento foi considerada uma taxa de juro de 6%. As restantes variáveis foram igualmente assumidas como valores padrão

ANEXO 5.1 - CUSTOS DIRECTOS COM ESPAÇOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES AFFECTOS A SERVIÇOS ESPECÍFICOS

	365	CUSTO DE CONST. P / M2	AMORTIZAÇÃO P/ DIA / M2		MANUTENÇÃO P/ DIA / M2		RENDA P/ DIA / M2		TOTAL / DIA / M2
			TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	
D01	CAN Æ CANIL	300,00 €	2,00%	0,02 €	2,50%	0,021 €		0,00 €	0,037 €
D02	PAR Æ PARQUE	400,00 €	2,00%	0,022 €	2,50%	0,027 €	6,00%	0,07 €	0,115 €
D03	OSS Æ OSSÁRIO	130,00 €	2,00%	0,007 €		0,000 €		0,00 €	0,007 €
D04	CEM Æ CEMITÉRIO EDIFÍCIO	450,00 €	1,25%	0,015 €	1,00%	0,012 €		0,00 €	0,028 €
D05	CEM Æ CEMITÉRIO ESPAÇO	150,00 €	1,25%	0,005 €	1,00%	0,004 €		0,00 €	0,009 €
D06	SFR Æ SALA FORMAÇÃO	450,00 €	2,00%	0,025 €	2,50%	0,031 €	6,00%	0,07 €	0,129 €
D07	AUD Æ AUDITÓRIO	778,00 €	2,00%	0,043 €	2,50%	0,053 €	6,00%	0,13 €	0,224 €
D08	MER Æ MERCADO	500,00 €	1,25%	0,017 €	1,00%	0,014 €	6,00%	0,08 €	0,113 €
D09	PFE Æ PARQUE DE FEIRAS	50,00 €	2,00%	0,003 €	2,50%	0,003 €	6,00%	0,01 €	0,014 €
D010	QUI Æ QUIOSQUE	450,00 €	2,00%	0,025 €	5,00%	0,062 €	6,00%	0,07 €	0,160 €

CN Æ CANIL

CUSTO DE CONST. / M2	AMORT. / DIA / M2		MANUT. / DIA / M2		ESPAÇO OCUPADO	OPERÁRIO / DIA / ANIMAL	ALIMENTAÇÃO E OUTROS CUSTOS	TOTAL DA DIÁRIA
	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR		30 animais		
300,00 €	2,00%	0,02 €	2,50%	0,02 €	4 m2	2,22 €	1,00 €	3,36 €

GV Æ GUARDA VIATURAS (PARQUE)

CUSTO DE CONST. / M2	AMORT. / DIA / M2		MANUT. / DIA / M2		ESPAÇO OCUPADO	GUARDA / M / VIATURA	REND. / DIA / M2		TOTAL DA DIÁRIA
	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR		100 viaturas = 15 p/m	TAXA	VALOR	
400,00 €	2,00%	0,02 €	2,50%	0,03 €	8 m2	1,44 €	6,00%	0,07 €	2,30 €

GM Æ GUARDA VOLUMES (PARQUE)

CUSTO DE CONST. / M2	AMORT. / DIA / M2		MANUT. / DIA / M2		ESPAÇO OCUPADO	GUARDA / M / VIATURA	REND. / DIA / M2		TOTAL DA DIÁRIA
	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR		100 volumes = 5 p/m	TAXA	VALOR	
400,00 €	2,00%	0,02 €	2,50%	0,03 €	1 m2	0,48 €	6,00%	0,07 €	0,59 €

OC Æ OCUPAÇÃO CAMPA / OSSÁRIO

OSSÁRIO/CAMPA		CEMITÉRIO			EDIFÍCIO			ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL (Coveiro / ano)	TEMPO TRAB /ANO	TOTAL / M²
CUSTO	TAXA	CUSTO	TX AMO	TX MAN	CUSTO	TX AMO	TX MAN				
130,00 €	2,0%	150,00 €	1,25%	2,50%	450,00 €	1,25%	1,00%	0,40 m²	0,15 €	10 m	6,37 €
	2,0%	150,00 €	1,25%	2,50%	450,00 €	1,25%	1,00%	2,5 m²	0,15 €	10 m	15,79 €

DC Æ DEPÓSITO DE CAIXÃO

EDIFÍCIO - CUSTO / M²	TX AMO	TX MAN	ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL (COVEIRO)	TEMPO UTILIZADO	TOTAL
450,00 €	1,25%	1,00%	10,0 m²	0,15 €	30 m	4,70 €
Frigorífico	TX AMO	TX MAN	ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL (COVEIRO)	TEMPO UTILIZADO	TOTAL
200,00 €	12,50%	2,50%	4,0 m²	0,15 €	30 m	4,75 €

BM Æ BANCA DE MERCADO

EDIFÍCIO CUSTO/M²	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO	OUTROS (fse)	TOTAL
500,00 €	1,25%	1,00%	8,0 m²	0,10 €	10 m	0,30 €	1,50 €

FR Æ FRIGORÍFICO DE MERCADO

EDIFÍCIO	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO	OUTROS (fse)	TOTAL
500,00 €	1,25%	1,00%	0,25 m²	0,10 €	10 m	0,30 €	1,27 €
2.000,00 €	12,50%	1,00%	0,25 m³			0,30 €	0,48 €

GV Æ GUARDA DE VOLUMES / BALANÇA

CUSTO/M² + EQP ESP	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO	OUTROS (fse)	TOTAL
500,00 €	1,25%	1,00%	0,25 m²	0,10 €	10 m	0,30 €	1,27 €
500,00 €	12,50%	1,00%	0,25 m³				0,05 €

PF Æ PARQUE DE FEIRAS - ÁREA DESCOBERTA / ÁREA COBERTA

EDIFÍCIO CUSTO/m² + EQP	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	PESSOAL AUX / m)	TEMPO UTILIZADO	OUTROS (fse)	TOTAL
50,00 €	2,00%	2,50%	1,00 m²	0,10 €	5 m	0,15 €	0,63 €
500,00 €	2,00%	1,00%	16,00 m³	0,10 €	20 m	0,50 €	3,07 €

PF Æ PARQUE DE FEIRAS - VIGILÂNCIA

Nº FEIRANTES	HORAS FEIRA	Nº AGENTES	CUSTO / HORA	TEMPO UTILIZADO	CUSTO MINUTO	TOTAL
100,00 €	4	4,00	15,00 €	10 m	0,25 €	2,40 €

MD Æ MÁQUINAS DE DIVERSÃO

RENDIMENTO	TX RENDº	TOTAL
3000	2,50%	75,00 €

QU Æ QUIOSQUE

CUSTO/m²	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	REND. A	TEMPO UTILIZADO	PESSOAL AUX	TOTAL / MÊS
450,00 €	5,00%	2,50%	4,10 €	12,5%	60 m	0,10 €	8,32 €

SFR Æ SALA DE FORMAÇÃO

CUSTO/m²	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	REND. A	TEMPO UTILIZADO	OUT CUSTOS	TOTAL / MÊS
450,00 €	2,00%	2,50%	50,00 M2	6,0%	8 H	1,20 €	17,48 €

AUD Æ AUDITÓRIO

CUSTO/m²	Tx amo	Tx man	ESPAÇO OCUPADO	REND. A	TEMPO UTILIZADO	OUT CUSTOS	TOTAL / MÊS
778,00 €	2,00%	2,50%	450,00 M2	6,0%	4 H	11,52 €	168,63 €

$$CME_m = S \cdot Ai \cdot Ri + S \cdot Mi \{CAM_m + CRC_m + CEF_m + CMC_m + CPP_m + SEG_m + OUT_m\}$$

- S · Ai · Ri - Custos com operadores e ajudantes
- CAM_m - Custos por minuto com amortizações do equipamento
- CRC_m - Custos por minuto de reparação e conservação
- CEF_m - Custos por minuto com encargos financeiros
- CMC_m - Custos por minuto de combustíveis e lubrificantes
- CPP_m - Custos por minuto com pneus e peças sobressalentes
- SEG_m - Custos por minuto dos seguros do equipamento
- OUT_m - Outros custos (administração do parque de máquinas, gestão de viaturas, ...) por minuto

1. CÁLCULO DOS CUSTOS POR MINUTO DO PESSOAL

= S Ai Ri

ANEXO 1

Motorista 0,15 €
Auxiliar 0,10 €

2. AMORTIZAÇÕES, REPARAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS DA MAQUINARIA E EQUIPAMENTO AFECTA A SERVIÇOS ESPECÍFICOS

MÁQUINA		VALOR DE AQUISIÇÃO	ANOS	CUSTO ANUAL		CUSTO / MINUTO		ENCARGOS FINANCEIROS	
CÓDIGO	DESIGN.			AMORTIZAÇÃO	CONSERVAÇÃO	CAM _m	CRC _m	CEF _m	
M 1		20.000,00 €	10	2.000,00 €	1.200,00 €	0,02778 €	0,01667 €	6,5%	0,00985 €
M 2	Reboque	25.000,00 €	8	3.125,00 €	1.875,00 €	0,04340 €	0,02604 €	6,5%	0,01231 €
V 1		15.000,00 €	4	3.750,00 €	2.250,00 €	0,05208 €	0,03125 €	6,5%	0,00739 €

- 1) Custos com amortizações = cálculo directo a partir do valor de aquisição
2) Custos com reparações = 2,5% do total de outros custos
3) Custos com seguros = 2,5% do total de outros custos
4) Encargos financeiros = 12/22 * j * C
5) Horas Ano Máquina = 1200 h

3. CÁLCULO DE DESPESAS DO PESSOAL AFECTO A MAQUINARIA E EQUIPAMENTO ESPECÍFICO, CONSUMÍVEIS, SEGUROS E OUTROS CUSTOS

MÁQUINA	A	CMC _m				CPP _m				SEG _m		OUT _m	
		DIESEL		LUBRIFICANTES		PNEUS		SOBRESSALENTES		SEGUROS		OUTROS CUSTOS	
		Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto	Anual	p/ minuto
M 1		8.400,00 €	0,12 €	1.200,00 €	0,02 €	800,00 €	0,01 €	400,00 €	0,01 €	400,00 €	0,01 €	2.000,00 €	0,03 €
M 2		5.600,00 €	0,08 €	600,00 €	0,01 €	800,00 €	0,01 €	400,00 €	0,01 €	400,00 €	0,01 €	2.500,00 €	0,03 €
V 1		3.640,00 €	0,051 €	400,00 €	0,006 €	320,00 €	0,004 €	160,00 €	0,002 €	250,00 €	0,003 €	1.500,00 €	0,021 €

- 1) Custos administrativos da máquina/equipamento = 10 % do total de outros custos inclui custos de garagem, gestão e controlo
2) Custos das reparações e conservações: o real se existir ou 60% do valor das amortizações
3) Custos dos seguros: o real se existir ou um valor padrão

MÁQUINA / VIATURA	CUSTO 1 S Ai Ri	CUSTO 2 CAM _m + CRC _m + CEF _m	CUSTO 3 CMC _m + CPP _m + SEG _m + OUT _m	CUSTO TOTAL
M 1	0,15 €	0,18 €	0,05429 €	0,39 €
M 2 (Reboque)	0,15 €	0,14 €	0,08176 €	0,37 €
V 1	0,15 €	0,09 €	0,09072 €	0,33 €

ANEXO 6 - CUSTOS COM INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO, EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS VERDES GERAIS

Na determinação da taxa a que se refere a alínea a) do nº6 da Lei 60-E/2007, de 29 de Dezembro, que define as áreas de incidência da taxa pela manutenção, reforço e realização de infraestruturas, equipamentos colectivos e espaços verdes o modelo assume genericamente os seguintes princípios:

- Foi determinado o valor assumido pelo município na realização dos instrumentos de planeamento e em projectos urbanos de natureza estruturante.
- Foi determinado o valor assumido pelo município na realização de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes gerais. Nesta componente não foi considerado o custo com as infraestruturas locais que servem directamente os loteamentos. Não são igualmente consideradas as infraestruturas gerais afectas ao fornecimento de bens e serviços remunerados por tarifas.

ANEXO 6.1 - CUSTOS COM INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO, GESTÃO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

Tabela FU 6.1

PDM	84.945,28 €
Plano de urbanização	98.461,64 €
Carta de ruído	2.170,56 €
Carta educativa	14.691,83 €
Cartografia	- €
Plano Estratégico	78.785,13 €
Plano Municipal do Ambiente	14.295,33 €
Custo dos instrumentos de gestão e ordenamento territorial	586.699,54 €
capacidade construtiva media em STP	3.569.067
Custo dos IOGT por m² área urbanizável	0,164385 €

ANEXO 6.2 - CUSTOS DE MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS COLECTIVOS, ESPAÇOS VERDES E INFRAESTRUTURAS GERAIS

Tabela FU 6.2

Iluminação Pública	731.603,68 €
Rede Viária	2.362.087,20 €
Parques e Jardins	593.337,45 €
Centro Sócio Cultural	398.914,35 €
Centro de Dia VN	129.188,67 €
Centro de Dia Landeira	208.953,12 €
Creche Landeira	121.620,43 €
Creche VN	228.601,65 €
Centro Polivalente	712.484,47 €
Biblioteca	1.986.128,60 €
V Novas Digital	33.801,17 €
Centro Ambiental	100.199,16 €
Biblioteca Landeira	34.030,00 €
Estádio Municipal	1.190.798,80 €
Centro de Atendimento	5.495,88 €
Custo Equipamentos e Espaços verdes	8.837.244,63 €
capacidade construtiva media em STP	3.569.067,33
Custo dos ECEVIG por m² área urbanizável	2,47607 €

4. Os valores apurados em termos de IOGT e ECEVIG são imputados parcialmente nas operações de loteamento, construções não abrangidas por operações de loteamento e de impacto semelhante ao de loteamento. Contudo estes custos não se encontram afectos integralmente utilizando-se genericamente uma redução de 30% e 35% sobre os coeficientes de tipologia classificados genericamente com os índices de 1,3; 1; e 0,9. Por outro lado estes e outros indicadores igualmente utilizados na fundamentação das taxas de urbanismo encontram-se ponderados pelo coeficiente de localização, por sua vez exponenciado a um factor maior que 1, correspondendo a uma política de incentivo à urbanização em locais menos valorizados, nomeadamente fora da área do principal centro urbano. Desta forma o modelo permite não só alcançar valores diferentes para as taxas que atendem simultaneamente a:

5. Uso da construção, localização, tipologia, permitindo desta forma modelizar uma política urbanística de incentivo à consolidação das áreas edificadas, de apoio às zonas deprimidas e de incentivo às actividades económicas.

ANEXO 7 - CÁLCULO DOS CUSTOS DAS INFRAESTRUTURAS LOCAIS PARA LOTEAMENTOS-TIPO

ANEXO 7.1 - Moradia em Banda - Média Densidade - 200 m² lote

C 615,00 € coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO / / M ²	COEFICIENTE			ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m ²	2.565,00	30,00 €	76.939,48 €	9.152	8,41 €	0,2803	2%	0,17 €	2565,00	1,37%
Estacionamento	m ²	1.025,00	30,00 €	30.745,80 €	9.152	3,36 €	0,1120	2%	0,07 €	1025,00	0,55%
Calçada vidraça	m	1.915,00	27,12 €	51.927,33 €	9.152	5,67 €	0,2092	2%	0,11 €	383,00	0,92%
Lancil betão	m	1.004,00	21,90 €	21.988,60 €	9.152	2,40 €	0,1097	2%	0,05 €	200,80	0,39%
Rede de águas	m	714,00	54,91 €	39.205,60 €	9.152	4,28 €	0,0780	2%	0,09 €		0,70%
Rede de esgotos	m	357,00	88,75 €	31.685,00 €	9.152	3,46 €	0,0390	2%	0,07 €		0,56%
Rede de pluviais	m	357,00	105,63 €	37.710,98 €	9.152	4,12 €	0,0390	2%	0,08 €		0,67%
Telecomutações	m	714,00	52,72 €	37.641,87 €	9.152	4,11 €	0,0780	2%	0,08 €		0,67%
Electricidade	fracções	34,00	1.593,34 €	54.173,56 €	9.152	5,92 €	0,0037	2%	0,12 €		0,96%
Rede Gás	m	714,00	48,82 €	34.859,98 €	9.152	3,81 €	0,0780	2%	0,08 €		0,62%
Espaços Verdes	m ²	1.500,00	63,91 €	95.868,30 €	9.152	10,48 €	0,1639	2%	0,21 €	1500,00	1,70%
TOTAL				512.746,50 €	9.152	56,03 €		2%	1,12 €	5.673,80	9,11%
Custo médio dos bens públicos / m²										77,88 €	11,11%

ANEXO 7.2 - Moradia de Habitação Colectiva Alta Densidade - 100 m² lote

C 615,00 € coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO / / M ²	COEFICIENTE			ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m ²	2.450,00	30,00 €	73.489,96 €	14.664	5,01 €	0,1671	2%	0,10 €	2450,00	0,81%
Estacionamento	m ²	2.750,00	30,00 €	82.488,73 €	14.664	5,63 €	0,1875	2%	0,11 €	2750,00	0,91%
Calçada vidraça	m	2.312,00	27,12 €	62.692,42 €	14.664	4,28 €	0,1577	2%	0,09 €	383,00	0,70%
Lancil betão	m	1.348,00	21,90 €	29.522,55 €	14.664	2,01 €	0,0919	2%	0,04 €	200,80	0,33%
Rede de águas	m	780,00	54,91 €	42.829,64 €	14.664	2,92 €	0,0532	2%	0,06 €		0,47%
Rede de esgotos	m	390,00	88,75 €	34.613,87 €	14.664	2,36 €	0,0266	2%	0,05 €		0,38%
Rede de pluviais	m	390,00	105,63 €	41.196,87 €	14.664	2,81 €	0,0266	2%	0,06 €		0,46%
Telecomutações	m	780,00	52,72 €	41.121,37 €	14.664	2,80 €	0,0532	2%	0,06 €		0,46%
Electricidade	fracções	122,00	1.593,34 €	194.387,49 €	14.664	13,26 €	0,0083	2%	0,27 €		2,16%
Rede Gás	m	780,00	48,82 €	38.082,33 €	14.664	2,60 €	0,0532	2%	0,05 €		0,42%
Espaços Verdes	m ²	3.250,00	63,91 €	207.714,65 €	14.664	14,16 €	0,2216	2%	0,28 €	3250,00	2,30%
TOTAL				848.139,87 €	14.664	57,84 €		2%	1,16 €	9.033,80	9,40%
Custo médio dos bens públicos / m²										85,31 €	11,40%

ANEXO 7.3 - Moradia Isolada Baixa Densidade - 400 m² lote

C 615,00 € coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO / / M ²	COEFICIENTE			ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m ²	2.340,00	30,00 €	70.190,41 €	6.994	10,04 €	0,3346	2%	0,20 €	2340,00	1,63%
Estacionamento	m ²	400,00	30,00 €	11.998,36 €	6.994	1,72 €	0,0572	2%	0,03 €	400,00	0,28%
Calçada vidraça	m	1.681,00	27,12 €	45.582,16 €	6.994	6,52 €	0,2403	2%	0,13 €	383,00	1,06%
Lancil betão	m	884,00	21,90 €	19.360,48 €	6.994	2,77 €	0,1264	2%	0,06 €	200,80	0,45%
Rede de águas	m	746,00	54,91 €	40.962,71 €	6.994	5,86 €	0,1067	2%	0,12 €		0,95%
Rede de esgotos	m	373,00	88,75 €	33.105,06 €	6.994	4,73 €	0,0533	2%	0,09 €		0,77%
Rede de pluviais	m	373,00	105,63 €	39.401,11 €	6.994	5,63 €	0,0533	2%	0,11 €		0,92%
Telecomutações	m	746,00	52,72 €	39.328,90 €	6.994	5,62 €	0,1067	2%	0,11 €		0,91%
Electricidade	fracções	24,00	1.593,34 €	38.240,16 €	6.994	5,47 €	0,0034	2%	0,11 €		0,89%
Rede Gás	m	746,00	48,82 €	36.422,33 €	6.994	5,21 €	0,1067	2%	0,10 €		0,85%
Espaços Verdes	m ²	1.600,00	63,91 €	102.259,52 €	6.994	14,62 €	0,2288	2%	0,29 €	1600,00	2,38%
TOTAL				476.851,20 €	6.994	68,18 €		2%	1,36 €	4.923,80	11,09%
Custo médio dos bens públicos / m²										81,80 €	13,09%

ANEXO 7.4 - Moradia Isolada Muit Baixa Densidade - 1000 m² lote

C 615,00 € coeficiente de localização = 1

INFRAESTRUTURAS	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	STP	CUSTO / / M ²	COEFICIENTE			ÁREA PÚBLICA	Custo Inf / C
							Inf / STP	Manut.			
Faixa de Rodagem	m ²	3.874,00	30,00 €	116.204,12 €	7.300	15,92 €	0,5307	2%	0,32 €	3874,00	2,59%
Estacionamento	m	675,00	30,00 €	20.247,23 €	7.300	2,77 €	0,0925	2%	0,06 €	675,00	0,45%
Calçada vidraça	m	2.760,00	27,12 €	74.840,44 €	7.300	10,25 €	0,3781	2%	0,21 €	383,00	1,67%
Lancil betão	m	1.486,00	21,90 €	32.544,89 €	7.300	4,46 €	0,2036	2%	0,09 €	200,80	0,72%
Rede de águas	m	1.218,00	54,91 €	66.880,14 €	7.300	9,16 €	0,1668	2%	0,18 €		1,49%
Rede de esgotos	m	609,00	88,75 €	54.050,88 €	7.300	7,40 €	0,0834	2%	0,15 €		1,20%
Rede de pluviais	m	609,00	105,63 €	64.330,50 €	7.300	8,81 €	0,0834	2%	0,18 €		1,43%
Telecomutações	m	1.218,00	52,72 €	64.212,59 €	7.300	8,80 €	0,1668	2%	0,18 €		1,43%
Electricidade	fracções	35,00	1.593,34 €	55.766,90 €	7.300	7,64 €	0,0048	2%	0,15 €		1,24%
Rede Gás	m	1.218,00	48,82 €	59.467,02 €	7.300	8,15 €	0,1668	2%	0,16 €		1,32%
Espaços Verdes	m ²	3.150,00	63,91 €	201.323,43 €	7.300	27,58 €	0,4315	2%	0,55 €	3150,00	4,48%
TOTAL				809.868,14 €	7.300	110,94 €		2%	2,22 €	8282,80	18,04%
Custo médio dos bens públicos / m²										83,18 €	20,04%

1. Tomando por base quatro loteamentos tipo relativos a situações diferentes foi construído um modelo de cálculo das infraestruturas locais, que servem directamente os loteamentos. Os valores unitários de cada tipo de infraestruturas encontra-se relacionado com o custo de construção por m² definido no código do IMI. Com base no valor médio calculado relacionado com o *stp* é possível não só calcular de forma objectiva a taxa de manutenção das infraestruturas locais, mas calcular também de forma objectiva o valor das compensações a que os promotores são obrigados quando não realizam as infraestruturas cujo encargo e responsabilidade lhes cabe. Por outro lado, na base deste modelo foi possível encontrar um valor de amortização por m² de espaço público, deduzido das infraestruturas associadas a fornecimento de bens e serviços suportados por tarifas, e assim, encontrar um valor objectivo para os diferentes tipos de ocupação do espaço público.

ANEXO 8 -	MÉDIA DE CUSTO POR M² DO ESPAÇO PÚBLICO	82,04 €
	Taxa de amortização	5%
CREP	Custo médio ponderado / m² e por ano do espaço público urbanizado	4,10 €

ANEXO 8.1 - APURAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO INTERESSADO (OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO)

O utente deve pagar em função da área ocupada agravando-se a taxa de acordo com a localização

A definição do valor base deve ter em conta os custos que o beneficiário teria por optar por outra forma de conseguir mais valias ou, em alternativa ser obtido a partir de normas que tenham a ver com os custos públicos suportados com iluminação pública, urbanização e arruamentos, etc, acrescido de uma taxa de remuneração fixa. Pode definir-se uma unidade por m² correspondente ao valor base e considerar esse o benefício básico (valor base) do utilizador e o que ele deve pagar na licença mais simples. O agravamento da taxa deverá ser exponencial até um limite máximo de 3 vezes o valor base e é função da centralidade o intensidade da utilização.

Taxa de remuneração 10%

Valor base = Custo Espaço Público * (1 + taxa de remuneração)

valor base = 4,51 €

Por exemplo:

Tabela FU15

Licença para ocupação da via pública por motivo de colocação de esplanada:

E1 Localização tipo 1	=	Valor base	1,0	=	4,51 € por m ²
E2 Localização tipo 2	=	Valor base	1,1	=	5,25 € por m ²
E3 Localização tipo 3	=	Valor base	1,2	=	6,10 € por m ²
E4 Localização tipo 4	=	Valor base	1,4	=	8,24 € por m ²
E5 Localização tipo 5	=	Valor base	1,6	=	11,14 € por m ²

Tabela FU16

Licença para colocação de painéis publicitários e similares

valor base = 4,51 €

T1 Painel simples	=	Valor base	1,0	=	4,51 € por m ²
T2 Outdoor /Mupi	=	Valor base	1,35	=	7,65 € por m ²
T3 Luz fixa	=	Valor base	1,1	=	5,25 € por m ²
T4 Luz intermitente	=	Valor base	1,2	=	6,10 € por m ²
T5 Luz e som	=	Valor base	1,4	=	8,24 € por unid

ANEXO 9 - DETERMINAÇÃO DOS MINUTOS ANUAIS GASTOS POR AGENTE, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

A determinação dos minutos anuais seguiu os seguintes critérios:

1. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UM AGENTE

MAPI

Considera-se que cada funcionário tem de trabalho efectivo 44 semanas.

$$MAPI = \left\{ \left[\frac{NSA}{NSD} \right] \times NHD \times NDS \right\} \times 60$$

NSA = número de semanas por ano

NSD = número de semanas por descanso

NHD = número de horas por dia

NDS = número de dias por semana

$$MAPI = \left\{ \left[\frac{52}{8} \right] \times 7 \times 5 \right\} \times 60 = 92400$$

2. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

MAEI

Considera-se que o equipamento é utilizado durante todas as semanas.

$$MAEI = NSA \times NHD \times NDS \times 60$$

$$MAEI = \left\{ 52 \times 7 \times 5 \right\} \times 60 = 109200$$

3. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

MAII

Considera-se que as instalações são utilizadas durante todas as semanas.

$$MAII = NSA \times NHD \times NDS \times 60$$

$$MAII = \left\{ 52 \times 7 \times 5 \right\} \times 60 = 109200$$

4. CALCULO DOS MINUTOS ANUAIS POTENCIAIS DE UTILIZAÇÃO DUMA MÁQUINA:

MAMI

Considera-se uma utilização potencial da maquinaria de 70%

$$MAMI = \left\{ \left[\frac{NSA}{NHD} \times NDS - \left[\frac{NDP}{NHD} \right] \right\} \times 70\% \times 60$$

$$MAMI = \left\{ \left[\frac{52}{7} \times 5 - \left[\frac{14}{7} \right] \right\} \times 70\% \times 100 = 120540$$

DEFINIÇÕES COMPLEMENTARES

Para efeitos das taxas de urbanismo foi tomada como referência central a área bruta de construção / superfície total de pavimentos sendo para efeito considerado como:

Área bruta de construção (abc) /Superfície Total de Pavimento (stp) – valor expresso em m2, resultante do somatório das superfícies brutas de todos os pisos, acima e abaixo do solo, incluindo escadas, caixas de elevadores, alpendres e varandas balançadas, excluindo espaços livres de uso público coberto pela edificação, zonas de sótão sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos, estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios, subdividindo-se, para efeitos da aplicação da fórmula de cálculo prevista no artigo 32º do presente regulamento, em:

STP – que corresponde à área total de pavimento ou área bruta de construção, aprovada para o prédio;

STP' – que corresponde à área do pavimento legalmente existente e a manter no prédio;

Infra – estruturas gerais – as que tendo um carácter estruturante, ou previstas em Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), servem ou visam servir uma ou diversas unidades de execução

Infra – estruturas locais – as que se inserem dentro da área objecto da operação urbanística e decorrem directamente desta

Capacidade construtiva: corresponde ao somatório das abc / stp permitidas nos instrumentos de planeamento, tendo sido calculada em 30% da área urbana e urbanizável definida no PDM.

Anexo VI

Regulamento de Taxas do Município de Sousel

com dezasseis valores e duas centésimas, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que se encontra arquivado no seu processo individual.

11 de maio de 2016. — O Vice-Presidente da Câmara, *Fernando Miguel Ramos*.

309584856

MUNICÍPIO DE SOUSEL

Regulamento n.º 535/2016

Armando Jorge Mendonça Varela, Presidente da Câmara Municipal de Sousel.

Torna público, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que por deliberação da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal de 25 de janeiro de 2016 foi aprovado o Regulamento Geral de Taxas Municipais (RGTM).

Nos termos do artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, em anexo se publica o respetivo regulamento.

Mais informa que o Regulamento acima mencionado se encontra disponível no Portal oficial do Município de Sousel: <http://www.cm-sousel.pt>.

Para geral conhecimento se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo.

10 de maio de 2016. — O Presidente da Câmara, *Armando Jorge Mendonça Varela*.

Regulamento Geral de Taxas Municipais

Preâmbulo

A reforma dos principais diplomas legais aplicáveis às autarquias locais concretizada através da aprovação, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, e, pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, determinou a introdução de importantes alterações ao enquadramento jurídico das atribuições e competências das autarquias locais que importa materializar ao nível municipal num regulamento de taxas do município que, de forma sistematizada, clara e precisa agregue, em regra, todas as matérias objeto carecidas de regulamentação.

A reformulação do regulamento de taxas do Município é levada a cabo com a consciência de que as taxas constituem uma fonte de financiamento importante, mas, sobretudo, com a consciência de que elas constituem um de entre vários instrumentos de que a autarquia dispõe na prossecução das suas políticas públicas locais, em áreas tão diversas quanto a proteção social, o ordenamento do território, o fomento económico ou a defesa do ambiente.

A elaboração do Regulamento Geral de Taxas Municipais é levada a cabo também com a compreensão de que o Regime Geral das Taxas Municipais e a demais legislação aplicável aos atos sujeitos a tributação atualmente em vigor exige uma importante atualização das suas disposições e a simplificação radical da tabela que o acompanha.

O Regulamento Geral de Taxas Municipais propriamente dito é antecedido de um articulado preambular contendo as regras instrumentais necessárias à boa aplicação, revisão e alteração. Entre outras soluções, prevê-se a revisão periódica do valor das taxas, com vista a garantir a sua permanente adequação ao custo ou valor das prestações dirigidas pela autarquia aos diversos interessados.

O Título I do Regulamento de Taxas que agora se aprova consagra disposições aplicáveis à generalidade das taxas exigidas pelo Município, servindo de base comum à aplicação das taxas que concretamente se estabelecem no Título II e que se quantificam na Tabela anexa. Uma das preocupações elementares deste Título I está em distinguir as taxas municipais das tarifas, preços e demais prestações pecuniárias exigidas pelo Município, por estarem estas fora do âmbito de aplicação do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e subordinadas por isso a regras de quantificação próprias (na distinção que se operou teve-se em conta a natureza da prestação que serve de contrapartida tendo em conta as finalidades de ordem pública que estão ou não subjacentes à prestação de um serviço pelo Município e a existência ou não de concorrência privada no domínio em que se insere o serviço prestado). Outra das preocupações elementares deste Título I está em enunciar com rigor os elementos genericamente constitutivos das taxas municipais, em particular a sua incidência objetiva e subjetiva, as isenções comuns, o facto gerador da obrigação tributária, bem como as regras de enquadramento do procedimento de liquidação e pagamento. A par disto, o Título I estabelece as regras elementares aplicáveis aos procedimentos

de autorização ou licenciamento que servem de base à liquidação de várias taxas municipais.

Entre as soluções mais importantes que figuram neste Título I está a racionalização das isenções comuns, privilegiando o tratamento das famílias economicamente mais carenciadas, a uniformização das regras e os prazos de liquidação e pagamento entre as diferentes espécies de taxas.

O Título I consagra ainda uma importante inovação compreendida no esforço de clarificação de que se ocupou o Regime Geral das Taxas Locais, o qual permite agora alicerçar a conclusão que a simples prática de atos administrativos se encontra sujeita a tributação destinada a compensar os elevados custos administrativos ou burocráticos da apreciação dos pedidos de prática de atos administrativos formulados pelos particulares independentemente da circunstância de tal ato administrativo ser ou não favorável ao particular. Determinando a lei que a simples prática de um ato administrativo está sujeita a tributação é lógico concluir que essa tributação ocorrerá ainda que o ato administrativo final seja de indeferimento da pretensão porquanto a autarquia não deixou de suportar os inerentes custos administrativos ou burocráticos da apreciação do pedido. Os custos administrativos ou burocráticos nos processos objeto de indeferimento são habitualmente mais elevados dos que são objeto de deferimento por contemplarem mais fases processuais (a audiência dos interessados) e mais diligências instrutórias (solicitação de pareceres, exames, perícias e inquirição de testemunhas) que até legitimariam, em abstrato, o seu agravamento.

O Título II do Regulamento Geral de Taxas Municipais que agora se elabora serve, no essencial, à especificação da incidência objetiva de cada categoria de taxa, bem como, à especificação das isenções que singularmente se lhes apliquem. É neste título que se concentram em larga medida os esforços de simplificação, procurando-se reconduzir as taxas atualmente em vigor a um conjunto limitado de categorias essenciais, descartar para fora do regulamento as prestações que não possuem natureza tributária e simplificar nas taxas municipais, as diferenciações internas que traziam maior complexidade ao regulamento e maior sobrecarga aos serviços administrativos sem trazerem, por isso, vantagem significativa aos particulares.

O Título II do Regulamento Geral de Taxas Municipais e, em consequência, a Tabela anexa, estrutura-se, assim, em torno de duas categorias elementares de taxas: as devidas em contrapartida apreciação de pedidos («taxas pela apreciação de pedidos») e as devidas pelo deferimento de pedidos («taxas pelo deferimento de pedidos»), sendo cada uma destas categorias de taxas muito simplificada nas suas regras de incidência, nas suas isenções e, sobretudo, nos respetivos valores, que agora deverão ser fundamentados no plano económico-financeiro, em conformidade com o disposto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

O Título III, por fim, recolhe as regras respeitantes à fiscalização das taxas municipais e às contraordenações que lhes estão associadas, bem como as regras instrumentais necessárias à boa aplicação, revisão e alteração do novo Regulamento Geral de Taxas Municipais. Entre outras soluções, prevê-se a revisão periódica do valor das taxas municipais, com vista a garantir a sua permanente adequação ao custo ou valor das prestações dirigidas pelo Município aos contribuintes.

Indica-se, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, que a competência subjetiva e objetiva para a emissão do presente diploma regulamentar se encontra prevista no seguinte conjunto de diplomas legislativos, os quais se procura também regulamentar:

- a) Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- b) Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio;
- c) Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- d) Regime Jurídico do Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias e respetivas competências, aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- e) Lei Geral Tributária aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, alterada pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2002, de 7 de janeiro, pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 160/2003, de 7 de julho, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro;
- f) Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro;
- g) Regime Jurídico do Património Imobiliário Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

h) Regime jurídico da construção e polícia dos cemitérios aprovado pelo Decreto n.º 44 220, de 3 de março de 1962, pelo Decreto n.º 45 864, de 12 de agosto de 1964, pelo Decreto n.º 463/71, de 2 de novembro, pelo Decreto n.º 857/76, de 20 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 168/2006, de 16 de agosto;

i) Regime Jurídico do Licenciamento e Fiscalização de Atos e Atividades sujeita a Controlo Prévio das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 51/2015, de 13 de abril;

j) Regime Jurídico do Acesso e Reutilização dos Documentos Administrativos aprovada pela Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto;

k) Princípios e as regras para Simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho;

l) Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração aprovada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

m) Regime dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 126/96, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho; e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

n) Regime Simplificado de Instalação e Funcionamento de Atividades Económicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;

o) Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural aprovado pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro;

p) Lei-quadro dos Museus Portugueses aprovada pela Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto;

q) Regime Geral das Contraordenações e Coimas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 356/89, de 17 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro;

r) Regime Geral das Infrações Tributárias aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, alterado pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro; pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro;

s) Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 13/2000, de 20 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro, pela Lei n.º 18/2008, de 20 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

t) Regime Jurídico da instalação e o funcionamento dos recintos itinerantes e improvisados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro;

u) Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 214/96, de 20 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 162/2001, de 22 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 265-A/2001, de 28 de setembro, pela Lei n.º 20/2002, de 21 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 113/2008, de 1 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 113/2009, de 18 de maio, pela Lei n.º 78/2009, de 13 de agosto, pela Lei n.º 46/2010, de 7 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 82/2011, de 20 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro;

v) Regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção e de inspeção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto;

w) Regime das medidas e ações estruturais e operacionais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio;

x) Regime Jurídico Aplicável às Redes e Serviços de Comunicações Eletrónicas aprovado pela Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 35/2014, de 7 de março;

y) Regime Jurídico aplicável às construções de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, e pelo Lei n.º 47/2013, de 10 de julho;

z) Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, alterado pelo Decreto 38888, de 29 de agosto de 1952; pelo Decreto-Lei 44258, de 31 de março de 1962; pelo Decreto-Lei 45027, de 13 de maio de 1963; pelo Decreto-Lei 650/75, de 18 de novembro, pelo Decreto-Lei 463/85, de 4 de novembro; pelo Decreto-Lei 61/93, de 3 de março, e parcialmente revogado pelo Decreto-Lei 64/90, de 21 de fevereiro, pelo Decreto-Lei 409/98, de 23 de dezembro; pelo Decreto-Lei 410/98, de 23 de dezembro, pelo Decreto-Lei 414/98, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 290/2007, de 17 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 50/2008, de 17 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro;

aa) Regime Jurídico da instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculo e de divertimento público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto;

bb) Regime Jurídico do licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, e pela Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro;

cc) Regime Jurídico do licenciamento de áreas de serviços a instalar na rede viária municipal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro;

dd) Regime Jurídico do Sistema da Indústria Responsável aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio;

ee) Regime Jurídico da instalação, licenciamento, funcionamento e fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2011, de 28 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de 4 de março;

ff) Regime Jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto;

gg) Regime Jurídico do exercício da atividade pecuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio;

hh) Regime Jurídico das instalações desportivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio;

ii) Regime Jurídico da instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de janeiro;

jj) Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, aprovado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;

kk) Regime Jurídico da deposição de resíduos em aterro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho;

ll) Regime Jurídico da incineração e co-incineração de resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 85/2005, de 28 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, 30 de agosto;

mm) Regime excecional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de setembro, alterado pela Lei n.º 165/99, de 14 de setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, pela Lei n.º 10/2008, de 2 de fevereiro, e pela Lei n.º 79/2013, de 26 de novembro;

nn) Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

oo) Regime Jurídico da ficha técnica de habitação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de março;

pp) Regime Jurídico das acessibilidades aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

qq) Regime Jurídico da afixação de mensagens publicitárias e de propaganda eleitoral aprovado pela Lei n.º 97/98, de 17 de agosto, alterado pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

O projeto de regulamento foi, nos termos do quadro legal aplicável, submetido a um período de discussão pública antes da sua aprovação definitiva pelos órgãos municipais.

Assim:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, nos termos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para valer como regulamento com eficácia externa, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente diploma regulamentar procede à aprovação do Regulamento Geral de Taxas Municipais.

2 — O Regulamento Geral de Taxas Municipais e os respetivos anexos constam em apenso ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Alterações anuais ao valor das taxas

1 — A percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município é aprovado anualmente até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

2 — O valor das demais taxas não referido no número anterior só pode ser atualizado anualmente em correspondência com a taxa de inflação em conjunto com a aprovação do orçamento anual e deve ser feita com arredondamento à dezena de cêntimos.

3 — O presidente da câmara municipal pode fazer aprovar por simples despacho, em face da existência de alterações legislativas ou regulamentares supervenientes à entrada em vigor do presente diploma regulamentar, tabelas de equiparação de atos e atividades que não impliquem alterações de natureza substancial ao Regulamento Geral de Taxas Municipais.

4 — A aprovação de alterações anuais aos valores das taxas e de tabelas de equiparação de atos e atividades obriga à publicitação das novas tabelas consolidadas contemplando as respetivas modificações de acordo com as formas de publicidade exigidas na lei.

Artigo 3.º

Outras alterações ao valor das taxas

1 — O Regulamento Geral de Taxas Municipais deve ser objeto de revisão de cinco em cinco anos, com o propósito de verificar a correspondência do valor das taxas com o custo ou valor das prestações tributadas e da justificação das isenções em vigor.

2 — A criação ou modificação de isenções, totais ou parciais, das taxas exige uma modificação do Regulamento Geral de Taxas Municipais acompanhada da fundamentação prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

3 — A alteração do valor das taxas que seja feita de acordo com critérios diferentes dos referidos no número e no artigo anterior exige uma modificação do Regulamento Geral de Taxas Municipais, acompanhada da justificação económico-financeira prevista no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Artigo 4.º

Publicidade

O Regulamento Geral de Taxas Municipais, incluindo os anexos que o integram, bem como todas as revisões, alterações, aditamentos e atualizações que se lhe introduzam e a suspensão das suas disposições e anexos, é objeto de publicação na página eletrónica da autarquia e encontra-se ainda sujeito às demais formas de publicidade exigidas por lei.

Artigo 5.º

Norma revogatória

1 — Com a entrada em vigor do presente diploma regulamentar consideram-se revogados todos os regulamentos e posturas com eficácia externa aprovados pelos órgãos da autarquia em matéria de taxas, bem como despachos e regulamentos internos de orientação, que estejam em contradição como o Regulamento Geral de Taxas Municipais.

2 — Para efeitos do disposto número anterior considera-se globalmente revogado, designadamente, o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais Administrativas atualmente em vigor no Município.

Artigo 6.º

Normas transitórias

1 — O presente diploma regulamentar não é aplicável aos requerimentos que derem entrada nos serviços da autarquia antes da sua entrada em vigor.

2 — A requerimento do interessado o presidente da câmara municipal pode autorizar que aos procedimentos em curso à data de entrada em vigor se aplique o regime constante do Regulamento Geral de Taxas Municipais.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente diploma regulamentar entra em vigor no prazo de quinze dias após a sua publicação no *Diário da República*.

APENSO

Regulamento Geral de Taxas Municipais

TÍTULO I

Da parte geral

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente regulamento estabelece os princípios e regras gerais aplicáveis às relações jurídico tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas municipais.

2 — Para efeitos do presente regulamento, consideram-se taxas municipais os tributos exigidos pelo município em contrapartida da utilização de bens do domínio público municipal, da prestação de serviços administrativos pelo município, da apreciação dos pedidos de prática de atos administrativos e de outros atos instrumentais.

3 — O presente regulamento não é aplicável aos preços, tarifas e demais instrumentos de remuneração a cobrar pelo Município, designadamente, os que respeitam às atividades de exploração de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, transportes coletivos de pessoas e mercadorias e distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

4 — As disposições do presente regulamento são aplicáveis aos órgãos, serviços e organismos municipais e demais entidades que exerçam competências municipais em regime de delegação na área territorial do município e vinculam direta e imediatamente entidades públicas e privadas.

Artigo 2.º

Princípios

1 — O valor das taxas previstas no presente regulamento é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, seguindo os seguintes critérios:

- Custo da atividade pública local;
- Benefício auferido pelo particular;
- Desincentivo à prática de certos atos ou operações.

2 — Os agravamentos e desagravamento de taxas municipais ditados por razões de política social, económica, ambiental, cultural ou de outra natureza, obedecem ao princípio da proporcionalidade e encontram-se devidamente fundamentados no presente regulamento e respetivos anexos.

3 — O custo da atividade pública local, previsto na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, é obtido pela aplicação de fórmulas diversas, com fatores de ponderação que englobam, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros e amortizações.

4 — A fundamentação económico-financeira do valor das taxas, de acordo com o artigo 8.º do Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais, consta do anexo IV ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

Artigo 3.º

Direito subsidiário

São de aplicação supletiva ao presente regulamento, de acordo com a natureza dos casos omissos, designadamente:

- O Regime Financeiro das Autarquias Locais;
- O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- A Lei Geral Tributária;
- Regime Jurídico das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
- O Código de Procedimento e Processo Tributário;
- O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

- g) O Código de Procedimento Administrativo;
h) O Regime Geral das Infrações Tributárias.

Artigo 4.º

Interpretação

1 — Na determinação do sentido das normas constantes do presente regulamento são observadas as regras e os princípios gerais de interpretação e aplicação das leis.

2 — Sempre que, nas normas constantes do presente regulamento se empreguem termos próprios de outros ramos de direito ou de outros regulamentos municipais, devem os mesmos ser interpretados no mesmo sentido que aí têm, salvo se outro decorrer expressamente do texto da norma.

3 — As normas de natureza tributária ou sancionatória, previstas no presente regulamento não são suscetíveis de integração analógica, admitindo, contudo, interpretação extensiva.

4 — Na interpretação de conceitos e expressões adotados no presente regulamento deverá atender-se às definições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 5.º

Interpretação autêntica

1 — Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das disposições do presente regulamento podem ser objeto de interpretação autêntica por parte dos órgãos competentes, desde que sejam observados os procedimentos e formalidades legais previstos para a elaboração e aprovação do presente regulamento.

2 — As orientações sobre casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das disposições constantes do presente regulamento, nomeadamente as que sejam aprovadas pela Câmara Municipal, que não obedeçam ao disposto no número anterior apenas podem ser dotadas de eficácia interna.

CAPÍTULO II

Elementos essenciais

Artigo 6.º

Incidência Objetiva

1 — As taxas municipais incidem sobre as utilidades efetivamente prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos munícipes, nos termos fixados no Título II e nos Anexos ao presente regulamento.

2 — À concessão tácita de licenças, autorizações e de outros atos administrativos é aplicável o disposto na tabela de taxas anexa, não podendo, em qualquer caso, as quantias liquidadas exceder os valores previstos para a prática de ato expresso de igual conteúdo.

Artigo 7.º

Incidência Subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídico tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento é a pessoa coletiva pública município e o sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas, direta ou indiretamente interessada, na obtenção das utilidades geradas ou beneficiários da atividade prestada pelo município.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, presume-se que o sujeito passivo da taxa é o requerente identificado no requerimento inicial que deu origem ao procedimento administrativo ou a entidade que solicitar a satisfação de uma pretensão de carácter particular e não é objeto de restituição em caso de alteração superveniente do requerente.

3 — No caso do interesse comum a várias pessoas singulares ou coletivas, o encargo da taxa é repartido proporcionalmente por todos eles e, em caso de substituição do requerente que haja formulado o requerimento inicial, o sujeito passivo da taxa é o requerente no momento da liquidação da taxa.

4 — Noutros casos especiais, expressamente estabelecidos por via legal ou regulamentar, poderá o pagamento da taxa municipal ser exigido de pessoa diferente daquela a que se refere o número anterior, através de um mecanismo de substituição tributária, com ou sem retenção na fonte.

Artigo 8.º

Facto gerador

As taxas previstas no presente regulamento consideram-se devidas a partir do momento em que ocorra a disponibilização de um bem do domínio municipal, a prestação de um serviço público municipal ou a respetiva solicitação ao Município, quando esta ocorra primeiro.

CAPÍTULO III

Determinação do valor das taxas

Artigo 9.º

Fixação geral

As taxas possuem o valor geral resultante das tabelas que constituem os anexos ao presente regulamento, as quais procedem à adequação e à classificação dos atos e atividades de acordo com os custos administrativos que lhes estão inerentes, sem prejuízo do disposto em especial no presente capítulo.

Artigo 10.º

Quantificação

1 — O valor das taxas municipais é objeto de quantificação por ato, fórmula de cálculo, metro quadrado, metro linear, página, dia, ano ou mês nos termos previstos nas tabelas que constituem os anexos ao presente regulamento e que dele fazem parte integrante.

2 — A quantificação das taxas municipais é efetuada por metro linear ou metro cúbico, consoante os casos, quando o metro quadrado não possa adequadamente ser utilizado como unidade de quantificação.

3 — Salvo disposição especial em contrário, os montantes fixados incluem todos os valores e demais encargos devidos pela prestação das utilidades ou pelo exercício das atividades enumeradas na respetiva tabela.

Artigo 11.º

Arredondamento

O valor final da liquidação das taxas municipais é sempre objeto de arredondamento à dezena unidade de centimos, a fazer por excesso quando a segunda casa decimal apresente valor igual ou superior a cinco e a fazer por defeito quando apresente valor inferior a cinco.

Artigo 12.º

Aplicação cumulativa de reduções

Salvo disposição especial em contrário ou deliberação da câmara municipal em contrário, as isenções totais e parciais ao valor das taxas ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas não são cumuláveis entre si, sendo nesses casos, apenas aplicável aquela que se revele, em concreto, mais favorável ao interessado.

Artigo 13.º

Aplicação cumulativa de agravamentos

Salvo disposição especial em contrário ou deliberação da câmara municipal em contrário, os agravamentos ou quaisquer outros incrementos ao valor das taxas são sempre cumuláveis entre si ainda que sejam justificados por idênticas razões de facto e de direito.

Artigo 14.º

Reduções automáticas e dependentes de reconhecimento

1 — As isenções totais e parciais ao valor das taxas ou de quaisquer outras reduções ao valor das mesmas são automáticas ou dependentes de reconhecimento; os primeiros resultam direta e imediatamente de disposição legal ou regulamentar, os segundos pressupõem um ou mais atos posteriores de reconhecimento.

2 — O reconhecimento de isenções totais e parciais ao valor das taxas ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas pode ter lugar por ato administrativo ou por acordo entre a autarquia e os interessados, tendo, em ambos os casos, efeito meramente declarativo, salvo quando disposição legal ou regulamentar dispuser em contrário.

3 — As isenções totais e parciais ao valor das taxas ou de quaisquer outras reduções ao valor das mesmas com carácter automático dependem de invocação expressa por escrito por parte do interessado em momento prévio à liquidação da taxa devida.

Artigo 15.º

Procedimento de reconhecimento

1 — As isenções totais ou parciais ao valor das taxas previstas no presente regulamento ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas que estejam dependentes de reconhecimento pelos órgãos competentes do Município estão sujeitas ao que dispõe o presente artigo.

2 — O pedido deve revestir a forma escrita, ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, compreendendo a identificação completa do

interessado, a identificação das taxas de que se requer a redução e a seguinte documentação:

a) Cópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão e do cartão de identificação fiscal ou cartão de identificação de pessoa coletiva, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva;

b) Documentos comprovativos dos factos que fundamentam a isenção pretendida.

3 — O pedido será objeto de apreciação pelos serviços municipais competentes, no prazo de 15 dias contados da entrega de todos os elementos indispensáveis à apreciação do pedido, cabendo à câmara municipal, nos 30 dias seguintes, decidir sobre o deferimento do pedido e sobre a percentagem da redução no caso de não ser deferida uma isenção total das taxas.

4 — No caso das reduções por razões de carência económica, o interessado poderá, em caso de comprovada urgência ou manifesta necessidade, apresentar apenas o pedido de isenção junto dos serviços competentes do município, ficando, porém, adstrito à entrega no processo respetivo do comprovativo da concessão da isenção, no prazo de 10 dias após deferimento do pedido.

5 — O indeferimento do pedido de reconhecimento ou a falta de qualquer elemento necessário ao reconhecimento da isenção determina a imediata liquidação da taxa que seja devida.

6 — Aplica-se subsidiariamente ao pedido de reconhecimento as disposições legais previstas na lei geral em matéria de reconhecimento de benefícios fiscais que pressupõem um ou mais atos posteriores de reconhecimento.

Artigo 16.º

Dispensa de pagamento prévio

1 — O pedido de reconhecimento de isenções encontra-se dispensado do pagamento prévio da taxa pela apreciação do pedido, porém, o seu indeferimento determina a liquidação de uma taxa a pagar a final de valor idêntico à taxa residual devida pela apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos.

2 — O pedido de autorização para pagamento em prestações está dispensado do pagamento prévio da taxa pela apreciação do pedido, porém, o seu indeferimento determina a liquidação de uma taxa a pagar a final de valor idêntico à taxa residual devida pela apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos.

Artigo 17.º

Isenções subjetivas casuísticas

1 — Podem beneficiar de isenção total ou parcial de taxas municipais:

a) As pessoas singulares ou coletivas em caso de insuficiência económica, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário;

b) As instituições particulares de solidariedade social, associações desportivas, recreativas, culturais e sociais sem fins lucrativos, legalmente constituídas, relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos fins estatutários;

c) As empresas municipais criadas pelo município nos termos da legislação aplicável, relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos fins estatutários;

d) As associações religiosas e as comissões fabriqueiras de igrejas pelos atos que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins estatutários;

e) As cooperativas, suas uniões, federações e confederações, desde que registadas e funcionando nos termos da legislação cooperativa, relativamente a atividades que se destinem à realização de fins estatutários;

f) As pessoas coletivas de direito público ou de utilidade administrativa, os partidos políticos e os sindicatos;

g) As demais pessoas singulares ou coletivas quando esteja em causa a prática de atos ou factos que propiciem, comprovadamente, a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal.

2 — As isenções previstas no número anterior fundamentam-se nos objetivos de política económica e social da autarquia, nomeadamente no propósito de facultar às famílias mais carenciadas o acesso aos bens e serviços municipais e no propósito de estimular na área do município as atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural.

3 — Os interessados que pretendam beneficiar da isenção prevista na alínea a) do presente artigo, devem comprovar a sua insuficiência económica nos termos da lei do apoio judiciário que aqui deverá ser aplicada com as devidas adaptações pelos serviços municipais.

Artigo 18.º

Isenções objetivas gerais

1 — As isenções previstas no presente artigo fundamentam-se nos objetivos de política económica, social e cultural, nomeadamente no

propósito de assegurar o desenvolvimento equitativo e harmonioso do concelho e de estimular atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural.

2 — A fundamentação económico-financeira pode prever uma isenção total ou parcial de taxas denominada por isenção para promoção do desenvolvimento local através do qual se assegurará a equiparação possível das taxas do município com as existentes nas autarquias locais circunvizinhas.

3 — A câmara municipal poderá deliberar aprovar de forma geral e abstrata quaisquer isenções totais ou parciais das taxas previstas no presente regulamento sempre que por razões conjunturais se torne necessário incrementar o mercado imobiliário e da construção civil, a reabilitação urbana, a criação de emprego, o desenvolvimento económico, cultural e social do concelho ou a concretização de ações de manifesto interesse público municipal.

4 — A inumação e as demais utilizações dos cemitérios municipais com referência a indigentes está isentas da totalidade das taxas regulamentarmente devidas, encontrando-se a referida isenção justificada por razões de carência económica.

5 — A entidade concessionária da distribuição de energia em baixa tensão beneficia de isenção do pagamento de taxas pela utilização dos bens do domínio público municipal nos termos previstos no respetivo contrato de concessão e demais legislação aplicável, nomeadamente pela ocupação das vias públicas com as redes de transporte e distribuição de energia elétrica municipais em baixa tensão.

Artigo 19.º

Outras reduções

1 — A simples apreciação do pedido de renovação de licença, autorização ou outro ato administrativo, sempre que não ocorram elementos novos suscetíveis de alterar os termos ou as condições do ato anterior e seja efetuado dentro do prazo legal ou regulamentar, apenas está sujeita a um quarto das taxas devidas.

2 — A emissão de alvará definitivo referente a operação urbanística para a qual já tenha sido emitido o alvará de licença parcial a que se refere o n.º 6 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação encontra-se dispensada do pagamento da taxa pelo deferimento dos pedidos.

3 — A taxa pela apreciação de pedidos referentes a operações urbanísticas é reduzida a metade tratando-se de pedidos de informação prévia e de pedidos de renovação de licença ou comunicação prévia que entretanto hajam caducado, desde que o novo requerimento seja apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade.

4 — A redução prevista no número anterior aplica-se à apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças e autorizações sempre que a operação urbanística seja precedida de informação prévia e efetuada nos exatos termos em que esta foi apreciada.

Artigo 20.º

Agravamentos

1 — As taxas devidas relacionadas com a emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente de registos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos, quando expressamente requeridas com urgência e disponibilizadas ao interessado no prazo máximo de dois dias contados da data do pedido são elevadas ao dobro.

2 — O valor da taxa pelo indeferimento dos pedidos de reconhecimento isenções totais ou parciais ao valor das taxas previstas no presente regulamento ou quaisquer outras reduções ao valor das mesmas pode ser elevado até um sexagésimo do seu valor quando os pedidos de isenção se revelem como sendo, de acordo com os elementos factos apurados no respetivo procedimento, manifestamente infundados.

3 — O valor da taxa pelo indeferimento dos pedidos de pagamento a prestações pode ser elevado até um sexagésimo do seu valor quando os pedidos de isenção se revelem como sendo, de acordo com os elementos factos apurados no respetivo procedimento, manifestamente infundados.

4 — As taxas devidas pela legalização de operações urbanísticas deverão ser elevadas ao dobro em relação às taxas normalmente devidas, encontrando-se o referido agravamento justificado por razões de prevenção relativa à execução de obras ilegais sem a adoção prévia do respetivo procedimento de controlo prévio.

5 — O deferimento dos pedidos de licenciamento em domínio público municipal está sujeita a uma taxa adicional de desincentivo correspondente ao dobro da taxa devida pela ocupação do domínio público destinada a salvaguardar o equilíbrio estético, urbano e ambiental do espaço público, sempre que seja aprovado o licenciamento de esplanadas fechadas, pavilhões, quiosques e similares, fixos ou amovíveis.

CAPÍTULO IV

Liquidação e pagamento

Artigo 21.º

Liquidação

1 — A liquidação do montante das taxas é feita pelos serviços municipais, mediante solicitação do interessado, podendo ocorrer liquidação automática ou autoliquidação sempre que normas legais ou regulamentos expressamente a prevejam.

2 — A liquidação do valor das taxas é efetuada automaticamente sempre que tal seja tecnicamente possível e sempre que a apresentação dos requerimentos seja efetuada através de uma página eletrónica.

3 — As taxas municipais são liquidadas:

a) No momento da entrega do requerimento inicial pelo interessado, quando devidas pela apreciação de pedidos ou requerimentos por parte dos serviços e órgão municipais;

b) No momento do deferimento do pedido, quando devidas pelo deferimento de pedidos e ou requerimentos por parte dos serviços e órgãos municipais.

Artigo 22.º

Autoliquidação

1 — São objeto de autoliquidação as taxas conexas com os procedimentos de declaração ou comunicação prévia e sempre que o requerente pretenda ver reconhecido a seu favor a existência de um ato tácito de deferimento.

2 — O pagamento das taxas que sejam objeto de autoliquidação deve ser efetuado em momento prévio ao início dos trabalhos, da utilização ou à realização das demais operações urbanísticas, sob pena de, consoante os casos, serem desencadeados os procedimentos de tutela da legalidade urbanística previstos na lei e no presente regulamento ou os meios de cobrança coerciva previstos no Código de Procedimento e Processo Tributário.

3 — O pagamento por autoliquidação apenas pode ser efetuado por transferência ou depósito na instituição de crédito denominada Caixa Geral dos Depósitos, na conta com o NIB 0035 0795 0000021613090 à ordem da pessoa coletiva pública município e de acordo com o publicitado na página eletrónica e na tesouraria do município, devendo ser junto através do sistema informático o documento comprovativo do pagamento conjuntamente com o preenchimento de uma declaração justificativa e discriminativa da quantia liquidada.

4 — Em alternativa ao pagamento a que se alude no número anterior o interessado pode provar que se encontra garantido o pagamento da quantia mediante prestação por montante indeterminado ou pelo montante previsto no presente regulamento, mediante a junção através do sistema informático de documento comprovativo da caução prestada conjuntamente com o preenchimento de uma declaração justificativa e discriminativa da quantia liquidada.

Artigo 23.º

Nota de liquidação

1 — A liquidação das taxas municipais tem como suporte documental uma nota da qual constam os seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito passivo;
- b) Identificação do bem ou serviço tributável;
- c) Referência à verba da tabela aplicável;
- d) Fórmula de cálculo e valor final da taxa;
- e) Fundamentos de facto e de direito da liquidação;
- f) Autor do ato e se o fez no uso de delegação ou subdelegação de competências;
- g) Prazo de pagamento voluntário, e;
- h) Meios de defesa e prazo para reagir contra o ato de liquidação.

2 — Nos casos de autoliquidação pelo interessado deve ser junto ao processo administrativo o documento comprovativo do pagamento, conjuntamente com o preenchimento de uma declaração justificativa e discriminativa da quantia liquidada.

3 — A nota de liquidação deve identificar de forma autónoma todas as demais quantias liquidadas e que não constituam taxas nos termos previstos neste regulamento, nomeadamente a liquidação e cobrança de eventuais preços, despesas e impostos devidos ao Estado ou a outras entidades públicas, nomeadamente o imposto de selo legalmente devido nos termos da legislação em vigor.

Artigo 24.º

Prazo de pagamento

1 — As taxas municipais devem ser pagas no prazo de 30 dias desde a notificação da liquidação, quando outro prazo não resulte de norma legal ou regulamentar ou da parte especial do presente regulamento.

2 — O prazo para pagamento conta-se de forma continuada, não se suspendendo aos sábados, domingos ou feriados e transferindo-se o seu termo para o primeiro dia útil imediatamente seguinte sempre que este se verifique naqueles dias.

3 — Não será negada a prestação de serviços, a prática de atos administrativos ou a continuação da utilização de bens do domínio público ou privado municipal em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada garantia idónea.

4 — O pagamento das compensações, das taxas pela realização de infraestruturas e das taxas devidas pela emissão de alvarás, quando objeto de deferimento expresso, deverá ser efetuado até ao momento da entrega ao interessado do alvará ou outro título que ateste a existência do ato ou, na falta de título, no prazo de dez dias contados da notificação do deferimento.

Artigo 25.º

Forma de pagamento

1 — O pagamento das taxas municipais é feito em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência conta a conta e vale postal ou por quaisquer outros meios utilizados pelos correios ou instituições de crédito expressamente autorizados pela lei na satisfação de dívidas tributárias, admitindo-se o pagamento por terceiro.

2 — O pagamento de taxas objeto de autoliquidação apenas pode ser efetuado por transferência ou depósito em instituição de crédito à ordem do município que for indicada e publicitada na página eletrónica e na tesouraria do município, podendo em alternativa ao pagamento, o interessado provar que se encontra garantido o pagamento da quantia devida, mediante caução.

3 — Sem prejuízo do disposto em matéria de taxas urbanísticas, as taxas municipais não podem ser pagas mediante dação em cumprimento ou compensação.

Artigo 26.º

Pagamento em prestações

1 — A Câmara Municipal ou a quem a competência for delegada ou subdelegada, pode autorizar o pagamento das taxas previstas no presente regulamento em prestações nos casos em que o montante a pagar pelo interessado exceda a quantia correspondente à retribuição mínima mensal garantida para as pessoas singulares nos termos previstos na legislação em vigor, mediante pedido fundamentado e desde que comprovado que a situação económica do requerente não lhe permite solver o valor de uma só vez.

2 — Salvo deliberação da Câmara Municipal em contrário, o pedido de autorização para pagamento em prestações depende da prestação de caução a favor do Município, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, depósito em dinheiro ou seguro-caução, ou garantia real sobre bens imóveis.

3 — Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que os fundamentam.

4 — O valor de cada prestação mensal corresponde ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescido de juros, contados sobre o montante da dívida desde o termo do prazo para o pagamento até à data de pagamento efetivo de cada uma das prestações.

5 — Salvo disposição legal, regulamentar ou deliberação da Câmara Municipal em contrário, o pagamento em prestações, obedece às seguintes regras:

- a) A taxa de juros a aplicar é a prevista na lei geral para as dívidas ao Estado e outras entidades públicas;
- b) O pagamento de cada prestação deve ocorrer durante o mês a que esta corresponder;
- c) A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das restantes;
- d) A autorização de pagamento em prestações não afasta a possibilidade de, posteriormente, vir a ser paga a totalidade do montante ainda em dívida;
- e) Quando for devido imposto de selo, este é pago, na íntegra, conjuntamente com a primeira prestação.

Artigo 27.º

Falta de pagamento

1 — A falta de pagamento voluntário das taxas devidas nos termos do presente regulamento, quando a utilidade que constitui contrapartida já tiver sido prestada pelo Município, determina a respetiva cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal previsto no Código de Procedimento e Processo Tributário, além dos juros e coima a que haja lugar.

2 — A falta de pagamento voluntário das taxas devidas nos termos do presente regulamento, ou a falta de prestação de garantia idónea, no âmbito de reclamação administrativa ou impugnação judicial, determinam a recusa da disponibilização dos bens ou serviços de que as taxas constituam

contrapartida, nos termos do artigo 10.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, bem como a extinção do procedimento administrativo, nos termos do artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo.

3 — Tratando-se de taxas objeto de autoliquidação, a falta de pagamento voluntário das taxas devidas determinará, consoante os casos, que sejam desencadeados os procedimentos de tutela da legalidade previstos na lei ou os meios de cobrança coerciva previstos no Código de Procedimento e Processo Tributário.

Artigo 28.º

Liquidação adicional e reembolso

1 — Há lugar a liquidação adicional sempre que, no decurso do prazo de caducidade, se constate que, por facto imputável aos serviços ou ao sujeito passivo, foi liquidada taxa inferior à devida de acordo com o previsto na lei e no presente regulamento.

2 — Há lugar a reembolso da taxa paga sempre que, no prazo de cinco anos desde o momento do pagamento, se constate que, por facto imputável aos serviços ou ao sujeito passivo, foi paga taxa superior à devida.

Artigo 29.º

Juros

1 — São devidos juros compensatórios, nos termos do artigo 35.º da Lei Geral Tributária, sempre que, por facto imputável ao sujeito passivo, for retardada a liquidação de parte ou da totalidade da taxa devida.

2 — São devidos juros indemnizatórios, nos termos do artigo 43.º da Lei Geral Tributária, sempre que em reclamação graciosa ou impugnação judicial se determine que houve erro imputável aos serviços do qual resulte pagamento de taxa em montante superior ao devido.

3 — São devidos juros de mora, nos termos do artigo 44.º da Lei Geral Tributária, sempre que o sujeito passivo não cumpra a obrigação de pagar a taxa no prazo estabelecido.

Artigo 30.º

Caducidade e prescrição

1 — O direito de liquidar as taxas municipais caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto gerador ocorreu.

2 — As dívidas relativas às taxas municipais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto gerador ocorreu, interrompendo-se o prazo com a citação, reclamação graciosa ou impugnação judicial.

3 — Os prazos de caducidade e prescrição relativos a taxas municipais de natureza periódica contam-se a partir do último dia do período a que as taxas respeitem.

Artigo 31.º

Garantias dos contribuintes

1 — Os sujeitos passivos das taxas municipais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação, nos termos previstos no presente artigo.

2 — A reclamação graciosa é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

3 — A reclamação graciosa presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

4 — Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal legalmente competente da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5 — A impugnação judicial depende da dedução da reclamação prévia prevista no n.º 2 do presente artigo.

6 — A reclamação graciosa e à impugnação judicial prevista no presente artigo aplicam-se, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, o disposto no Código de Procedimento e Processo Tributário e na Lei Geral Tributária.

7 — A reação judicial contra omissões e atos administrativos que não comportem a apreciação da legalidade de um ato de liquidação de uma taxa municipal em matéria conexa com o presente regulamento, nomeadamente o indeferimento dos pedidos de isenção previstos no presente regulamento, é regulada nos termos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

CAPÍTULO V

Procedimentos administrativos

Artigo 32.º

Âmbito de aplicação

1 — O disposto no presente capítulo aplica-se subsidiariamente aos procedimentos administrativos nos quais sejam formulados pedidos de

prática de autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos pelos quais sejam devidas taxas municipais, sempre que tais matérias não sejam objeto de regulação específica em regulamento ou lei especial.

2 — O disposto no presente capítulo aplica-se, ainda, com as devidas adaptações, aos procedimentos administrativos nos quais sejam formulados pedidos de prática de atos instrumentais, tais como a emissão ou autenticação de quaisquer documentos, registos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos, a realização de inquirições de testemunhas, inspeções, vistorias, avaliações, exames, aferições e outras diligências semelhantes que tenham sido expressamente requeridas pelos interessados.

Artigo 33.º

Requerimento inicial

1 — O requerimento inicial dos interessados dos pedidos a que se alude no artigo anterior deve ser formulado por escrito, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, e ser acompanhado dos documentos indispensáveis à comprovação dos factos invocados, devendo, ainda, ser adotados, caso existam, os formulários, minutas ou modelos de requerimento que tenham sido objeto de aprovação por lei ou regulamento.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do presente artigo, a simples apresentação do requerimento inicial dirigido à prática dos atos referidos no artigo anterior implica o pagamento imediato das taxas devidas pela apreciação dos pedidos ou no prazo máximo de três dias úteis contados da receção da notificação da liquidação, sob cominação do procedimento ser extinto nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

3 — O requerente, de modo a permitir a liquidação pelos serviços das taxas previstas no número anterior, deve instruir os pedidos com uma declaração, nos termos do modelo de declaração constante do anexo II ao presente regulamento, no qual identificará os elementos de facto essenciais à liquidação da taxa devida pela apreciação dos pedidos.

4 — Os serviços que procederem ao registo e à receção dos requerimentos procederão à liquidação da taxa devida pela apreciação de pedidos mediante a entrega, ao requerente, da respetiva nota de liquidação ou, quando o requerimento não tenha sido apresentado presencialmente ou não tenha sido possível a imediata liquidação, mediante a notificação do requerente da liquidação.

5 — Os interessados que mencionem no requerimento inicial a existência de uma isenção legal ou regulamentar e juntem com o mesmo documento comprovativo da atribuição de uma isenção total das taxas municipais ou apresentem documento comprovativo de terem requerido a isenção das taxas nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do presente regulamento, ficam dispensados de proceder ao pagamento prévio das taxas pela apreciação dos pedidos a que se alude no n.º 2 do presente artigo.

6 — As taxas que são devidas com a apresentação do requerimento inicial, nos termos do presente artigo, são as devidas pela apreciação de pedidos.

7 — O modelo geral de declaração que constitui o anexo II ao presente regulamento será adaptado por simples decisão do Presidente da Câmara Municipal em conformidade com a tabela de taxas que titula e com respeito pelo disposto no presente regulamento.

Artigo 34.º

Proposta de decisão

1 — Sempre que a proposta de decisão seja favorável à pretensão do particular, os serviços municipais devem efetuar, em sede de proposta de decisão final, a liquidação das taxas que sejam cumuláveis com as taxas pela apreciação de pedidos.

2 — Os serviços municipais devem, ainda, em sede de proposta de decisão final no procedimento, verificar se a liquidação das taxas devidas pelo deferimento dos pedidos se encontra correta, devendo, consoante os casos, propor uma liquidação adicional das taxas ou propor sua restituição quando tenham sido cobradas em excesso.

3 — As taxas que são devidas nos termos do presente artigo são as devidas pelo deferimento dos pedidos.

Artigo 35.º

Atos administrativos

1 — A prática de atos administrativos que defiram os pedidos de autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos pelas quais sejam devidas taxas implica, simultaneamente, uma declaração de concordância com a proposta de liquidação a que alude no artigo anterior.

2 — A extinção do procedimento pela tomada de uma decisão final desfavorável à pretensão do requerente, bem como por qualquer dos outros factos previstos na lei, não determina a restituição da taxa paga pela apreciação dos pedidos.

3 — A notificação da liquidação das taxas devidas pelo deferimento dos pedidos é efetuada em simultâneo com a notificação dos atos que

defiram os pedidos de autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos.

Artigo 36.º

Alvarás e outros títulos

1 — Os alvarás e quaisquer outros títulos devem ser emitidos no prazo máximo de 10 dias contados da data de pagamento de todas as taxas que sejam devidas pela prática do ato administrativo e pela sua emissão.

2 — Salvo o disposto em legislação especial, o título dos direitos ou vantagens conferidos aos particulares por deliberação dos órgãos municipais ou decisão dos seus titulares é um alvará emitido pelos serviços municipais e assinado pelo Presidente da Câmara Municipal ou por quem tenha competência delegada ou subdelegada.

3 — O alvará e quaisquer outros títulos dos direitos ou vantagens conferidos aos particulares previstos em legislação especial devem conter, nos termos das autorizações, licenças e demais atos administrativos que titulam, consoante forem aplicáveis:

- a) A identificação do titular do alvará;
- b) A identificação do direito ou vantagem conferida;
- c) A referência às disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- d) A referência ao pagamento das taxas devidas;
- e) O início de vigência e o respetivo prazo de validade;
- f) A necessidade de promover averbamentos em relação à ocorrência de determinados factos;
- g) O prazo ou prazos dentro do qual deve ser promovido a renovação da licença ou autorização concedida ou a indicação da sua sujeição a uma renovação automática.

4 — O modelo geral de alvará que constitui o anexo III ao presente regulamento será adaptado por simples decisão do Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com a categoria dos atos que titula e com respeito pelo disposto no número anterior.

Artigo 37.º

Averbamentos aos alvarás

1 — As alterações dos alvarás ou de outros títulos devem ser efetuadas mediante pedido de averbamento, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no presente regulamento em matéria de requerimento inicial.

2 — Os pedidos de averbamento dos alvarás ou de outros títulos devem ser apresentados no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que os justifiquem, sob pena de o interessado incorrer nas consequências legais e regulamentares respetivas.

3 — Os pedidos de averbamento de alvarás em nome de outrem devem juntar autorização com assinatura reconhecida ou confirmada pelos serviços municipais do respetivo titular.

4 — Presume-se que as pessoas singulares ou coletivas que trespassem os seus estabelecimentos ou instalações ou cedam a respetiva exploração autorizam o averbamento das licenças de que sejam titulares a favor das pessoas a quem transmitam os seus direitos.

5 — Os pedidos de averbamento a que se alude no número anterior devem ser instruídos com fotocópia do respetivo contrato de trespasse, cessão ou cedência.

Artigo 38.º

Vigência e eficácia

1 — A emissão do alvará é condição de eficácia da autorização, licença ou ato administrativo que confira direitos ou a vantagens aos particulares e depende do prévio pagamento das taxas que sejam devidas.

2 — As licenças, autorizações e demais atos administrativos destinados a vigorar pelo período de um ano civil, caducam no último dia do ano para que foram concedidas, salvo se, por lei ou regulamento, for estabelecido prazo certo para a sua revalidação, caso em que são válidas até ao termo desse prazo.

3 — O pedido de renovação de licenças, autorizações e demais atos administrativos destinados a vigorar pelo período de um ano civil deve ser efetuado até ao dia 15 de dezembro do ano anterior, salvo o disposto em lei ou regulamento especial.

4 — A caducidade, revogação ou a prática de qualquer ato que faça cessar a vigência de autorização, licença ou ato administrativo que tivesse determinado o pagamento de taxas pela ocupação do domínio municipal antes do seu termo normal de duração determina apenas a restituição da taxa correspondente ao período de ocupação não utilizado, a qual é restituída por simples despacho do Presidente da Câmara Municipal.

5 — Para efeitos da aplicação do dever de restituição previsto no número anterior, a importância objeto de devolução será sempre proporcional ao período de ocupação não utilizado.

6 — As licenças, autorizações e demais atos administrativos em matéria conexa com publicidade que se destinem a vigorar pelo período de um ano civil renovam-se automaticamente durante o mês de janeiro de cada ano promovendo-se a liquidação oficiosa de todas as taxas

legalmente devidas, salvo se for comunicado pelo interessado até 31 de dezembro do ano anterior a intenção de não renovação.

TÍTULO II

Das taxas em especial

CAPÍTULO I

Taxas pela apreciação de pedidos

Artigo 39.º

Incidência objetiva

1 — As taxas pela apreciação de pedidos são devidas pela prática de atos administrativos e de outros atos ou atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços municipais, sendo dirigidas à compensação dos custos administrativos que lhes são inerentes.

2 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxas pela apreciação de pedidos:

- a) A apreciação de comunicações prévias e dos requerimentos iniciais destinados à prática de quaisquer autorizações, licenças e demais atos administrativos que confirmem direitos, vantagens ou removam obstáculos jurídicos;
- b) A apreciação dos requerimentos destinados à emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente de registos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos;
- c) A apreciação dos requerimentos destinados à realização de inquirições de testemunhas, inspeções, vistorias, buscas, avaliações, exames, aferições e outras diligências semelhantes que tenham sido expressamente requeridas pelos interessados.

3 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxa pela apreciação de pedidos a apreciação de pedidos de informação prévia, de licença administrativa, de autorização de utilização e de comunicação prévia e quaisquer outros a que haja lugar no âmbito das situações contempladas pelo presente regulamento e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

4 — A taxa pela apreciação de pedidos referentes a operações urbanísticas, quando incida sobre operações de loteamento e obras de edificação, é composta por uma parte fixa e uma parte variável em função da complexidade da apreciação de acordo com os usos e a área bruta de construção contemplada na operação urbanística em apreciação.

5 — As taxas previstas no presente artigo incluem todos os valores e demais encargos devidos pela prática dos atos administrativos ou instrumentais cuja prática é requerida, sendo de aplicação cumulativa com as taxas prevista nos demais capítulos do presente Título sempre que haja lugar à sua liquidação.

CAPÍTULO II

Taxas pelo deferimento dos pedidos

Artigo 40.º

Incidência objetiva

1 — As taxas pelo deferimento dos pedidos são devidas pela emissão de documentos, prestação de serviços e ocupação ou utilização de bens integrados no domínio público municipal, realização de infraestruturas urbanísticas e pela ausência de cedências ao domínio público municipal, sendo dirigidas a servir de contrapartida pelos custos de disponibilização, prestação e conservação de tais bens e serviços.

2 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxa pelo deferimento dos pedidos:

- a) A elaboração, emissão ou autenticação de quaisquer documentos, nomeadamente de registos, autos, alvarás, atestados, certidões, cópias autenticadas e outros títulos;
- b) A realização de inquirições de testemunhas, inspeções, vistorias, avaliações, exames, aferições e outras diligências semelhantes que tenham sido expressamente requeridas pelos interessados ou, quando inseridas em procedimentos administrativos iniciados a requerimento dos interessados, sejam obrigatórias nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- c) A ocupação e utilização do solo e subsolo em domínio público, designadamente por meio de construções, equipamentos ou estruturas móveis, bem como a utilização das vias ou lugares de domínio público para a realização de eventos e espetáculos ou afixação de publicidade;
- d) A ocupação e utilização de espaços ou instalações em mercados e feiras, designadamente por meio de lojas, bancas e lugares do mercado municipal, lugares de terrado e noutros espaços quando integrados no domínio público municipal;

e) A utilização do cemitério municipal, designadamente por meio de inumações, exumações, trasladações e as ocupações de ossários municipais.

3 — Encontra-se em particular sujeita ao pagamento de taxa pelo deferimento dos pedidos a execução de operações urbanísticas que determine a liquidação de taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas ou da taxa devida a título de compensação pela ausência de cedências ao domínio público municipal nos termos previstos nos artigos seguintes.

4 — A taxa pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas corresponde à contrapartida pela utilização de um bem do domínio público, possui o valor resultante da fórmula de cálculo expressa no anexo I-C ao presente regulamento.

Artigo 41.º

Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas

1 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas é devida pela realização de operações urbanísticas, sendo dirigida a servir de contrapartida pelos custos de realização, manutenção ou reforço de infraestruturas urbanísticas inerentes à realização de operações urbanísticas.

2 — Encontra-se sujeita ao pagamento de taxa de infraestruturas urbanísticas a prática de atos que determinem nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação:

a) O deferimento do pedido de licença administrativa de loteamento, de licença administrativa de obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento e a prática de ato tácito favorável que produza efeitos análogos aos atos expressos previstos na presente alínea;

b) A admissão da comunicação prévia de operação de loteamento, obras de construção ou ampliação em área não abrangida por operação de loteamento.

3 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas possui o valor resultante da fórmula de cálculo expressa no anexo I-A ao presente regulamento, o qual procede à adequação dos valores de acordo com os custos que lhes estão inerentes.

4 — O valor da taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas é objeto de isenção ou redução proporcional ao valor do encargo que o interessado se disponha a suportar na realização, manutenção ou reforço de infraestruturas ou serviços gerais em sede de reapreciação do projeto de decisão do indeferimento do pedido de licença administrativa.

5 — A assunção da obrigação prevista no número anterior implica a celebração de um contrato que regule as obrigações do requerente e a prestação de uma caução adequada a favor do Município mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, depósito em dinheiro, seguro-caução, ou garantia real sobre bens imóveis.

6 — A taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas não é devida tratando-se de renovação de licença ou comunicação prévia que, entretanto, haja caducado, desde que seja junto ao pedido de renovação comprovativo do seu pagamento no âmbito do procedimento anterior.

7 — O cálculo do valor da TRIU não incidirá igualmente sobre as áreas de construção, que no âmbito das respetivas operações urbanísticas sejam objeto de cedência ao Município, por compensação em espécie.

Artigo 42.º

Obrigação de afetação

1 — Os projetos de operações de loteamento e as demais operações urbanísticas que causem impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, nos termos previstos no presente regulamento, devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos.

2 — Às operações urbanísticas que causem impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 41.º a 47.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Artigo 43.º

Obrigação de cedência

1 — O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear ou objeto de operação urbanística com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento deverão ceder gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal.

2 — Consideram-se operações urbanísticas com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento, ficando sujeitas a cedências e compensações, em termos análogos às operações de loteamento:

a) Todas as operações urbanísticas de que resulte uma área bruta de construção superior a 2000 m², destinada, isolada ou cumulativamente, a habitação, comércio, serviços, indústria ou armazenagem;

b) Todas as operações urbanísticas de que resulte uma área bruta de construção superior a 3000 m², destinada a equipamentos privados, designadamente, estabelecimentos de ensino, saúde ou apoio social, quando não prevejam, pelo menos, a totalidade de lugares de estacionamento exigidos nos termos da regulamentação aplicável;

c) Todas as construções e edificações que envolvam uma manifesta sobrecarga dos níveis de serviço nas infraestruturas e ou ambiente, designadamente vias de acesso, tráfego, estacionamento e ruído;

d) Todos os edifícios que apesar de funcionalmente ligados ao nível do subsolo ou por elementos estruturais de acesso, se apresentem acima do nível do terreno como edificações autónomas e disponham de 4 ou mais frações ou unidades independentes, com exceção das garagens;

e) Toda e qualquer construção que disponha de mais do que uma caixa de escadas de acesso comum a diferentes frações ou unidades independentes.

3 — As parcelas de terreno cedidas ao município ao abrigo do presente artigo integram-se automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará, ou nas situações sujeitas a comunicação prévia, através de instrumento próprio a realizar pelo notário privativo do município.

4 — A Câmara Municipal deve deliberar, no prazo máximo de 20 dias contados a partir da entrega da comunicação e demais elementos instrutórios necessários à tomada de decisão, sobre a definição das parcelas a afetar ao domínio público e privado do município.

Artigo 44.º

Ausência de cedências

1 — Se o prédio a lotear ou objeto de operação urbanística com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento já estiver servido pelas infraestruturas urbanísticas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgoto e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva, não há lugar a cedências para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário e os demais titulares de direitos reais, obrigados ao pagamento de uma compensação ao município.

2 — Também não haverá lugar a qualquer cedência para os fins previstos no número anterior, ficando o proprietário e os demais titulares de direitos reais obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, quando não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde público nos prédios a lotear ou objeto de operação urbanística com impacto relevante ou semelhante a uma operação de loteamento ou quando as áreas necessárias para esse efeito ficarem no domínio privado sujeitos ao regime da propriedade horizontal.

Artigo 45.º

Compensações

1 — A compensação é devida pela ausência de cedências ao domínio público municipal de parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e as infraestruturas, sendo dirigida a servir de contrapartida pelo valor das parcelas que em abstrato deveriam ser objeto de cedência.

2 — A compensação a efetuar poderá ser paga em numerário ou em espécie, caso em que será efetuada através da cedência de parcelas de terrenos suscetíveis de serem urbanizadas ou de outros imóveis considerados de interesse pelo município, os quais serão integrados no seu domínio privado.

3 — O valor da compensação em numerário a pagar ao município pelo requerente será determinado em função da localização da operação urbanística que determinou a compensação e de acordo com o estabelecido no Anexo I-B ao presente regulamento.

4 — A compensação não será devida nos casos de renovação de licença ou de comunicação prévia que haja caducado, desde que seja junto ao pedido de renovação o comprovativo do seu pagamento no âmbito do procedimento anterior.

CAPÍTULO III

Taxas municipais sujeitas a regimes especiais

Artigo 46.º

Aplicação subsidiária

Às taxas previstas no presente capítulo aplica-se subsidiariamente o disposto no Título I do presente regulamento sempre que tais matérias não sejam objeto de regulação em contrário em regulamento ou lei especial.

Artigo 47.º

Taxas pelos direitos de passagem

1 — As taxas pelos direitos de passagem devem refletir a necessidade de garantir a utilização ótima dos recursos e ser objetivamente justificadas, transparentes, não discriminatórias e proporcionadas relativamente ao fim a que se destinam, devendo, ainda, ter em conta os objetivos de regulação.

2 — Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem, a qual obedece aos seguintes princípios:

a) A taxa municipal de passagem é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

3 — O município não pode cobrar às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento dos domínios público e privado municipal.

Artigo 48.º

Taxas pela determinação do nível de conservação

1 — As taxas pela determinação do nível de conservação e pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado são as fixadas nos termos da legislação aplicável.

2 — O município pode alterar o valor das taxas referidas no número anterior mediante a modificação do presente regulamento, acompanhada da justificação económico-financeira prevista no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Artigo 49.º

Taxas de desbloqueamento, remoção e reboque de veículos

As taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são fixadas por portaria regulamentar nos termos da legislação aplicável.

Artigo 50.º

Taxas de entidades públicas da administração central no âmbito do SIR

As taxas devidas às entidades públicas da administração central que intervenham nos atos de vistoria no âmbito do sistema de indústria responsável no âmbito de procedimentos no qual é entidade coordenadora o município são fixadas nos termos da legislação aplicável.

Artigo 51.º

Taxas pela emissão de documentos de residência na União Europeia

As taxas devidas pela emissão de certificado de registo, de documento de residência permanente de cidadão da União Europeia e de cartão de residência de cidadão da União Europeia e sua substituição são fixadas por portaria regulamentar nos termos da legislação aplicável.

Artigo 52.º

Taxas pela emissão de carta de caçador

As taxas devidas pela emissão de carta de caçador, renovação, averbamentos e afins são fixadas por portaria regulamentar nos termos da legislação aplicável.

Artigo 53.º

Taxas pela emissão de autorização conjunta

As taxas devidas pela emissão de autorização conjunta para a instalação e para a alteração significativa de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais.

TÍTULO III

Fiscalização e contraordenações

Artigo 54.º

Fiscalização e competência

1 — A fiscalização do cumprimento do presente regulamento compete aos serviços da Câmara Municipal e a outras autoridades com competência atribuída por lei.

2 — A instauração de processos de contraordenação, bem como a aplicação de coimas e sanções acessórias, compete ao Presidente da Câmara Municipal, podendo o mesmo permitir, mediante ato de delegação de poderes, que inferior hierárquico pratique atos de instrução do processo.

Artigo 55.º

Contraordenações

1 — Sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou disciplinar que ao caso couber, são puníveis como contraordenação:

a) A infração às normas reguladoras das taxas e demais receitas de natureza fiscal;

b) A inexactidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para a liquidação das taxas e outras receitas municipais.

2 — A contraordenação prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo é punível com coima variável entre metade e dez vezes a retribuição mínima mensal garantida, sendo estes limites elevados para o dobro sempre que o infrator seja pessoa coletiva.

3 — Para efeitos do presente artigo, entende-se por retribuição mínima mensal garantida o valor da retribuição mínima mensal garantida para as pessoas singulares, nos termos previstos na legislação em vigor que regule o salário mínimo no ano em que foi praticada a infração.

Artigo 56.º

Punibilidade da tentativa e da negligência

A tentativa e a negligência são puníveis, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 57.º

Medida da coima

A determinação da medida da coima far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 27.º Regime Geral das Infrações Tributárias, devendo ser graduada em função da gravidade do facto, da culpa do agente, da sua situação económica e, sempre que possível, exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contraordenação.

Artigo 58.º

Sanções acessórias

1 — Conjuntamente com a coima prevista para o tipo legal de contraordenação, pode ser aplicada ao infrator, em função da gravidade da infração, uma das seguintes sanções acessórias:

a) Apreensão dos bens que tenham sido utilizados como instrumento da infração e que sejam propriedade do agente;

b) Interdição de exercício no município, de profissão ou atividades conexas com a infração praticada;

c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgados pela Câmara Municipal;

d) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos promovidos pela Câmara Municipal;

e) Encerramento do estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;

f) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás concedidos pelo município.

2 — As sanções referidas nas alíneas b) a f) do número anterior terão a duração máxima de dois anos, que se contarão a partir da definitividade ou trânsito em julgado da decisão condenatória.

Artigo 59.º

Direito subsidiário

A tramitação processual e a forma de impugnação das decisões proferidas no procedimento contraordenacional obedecem ao disposto no Regime Geral das Infrações Tributárias.

ANEXO I

Tabela geral de taxas municipais do Município de Sousel

Códigos			Descrição	Unidade de cálculo	Valor final
TÍTULO I					
Taxas em geral					
CAPÍTULO I					
Taxas pela apreciação de pedidos					
1.			Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:		
1.	1.		Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes	(Ato)	37,69
1.	2.		Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados	(Ato)	37,69
1.	3.		Licença para exercício da atividade de guarda-noturno	(Ato)	25,13
1.	4.		Licença especial de ruído	(Ato)	37,69
1.	5.		Licença ou comunicação prévia para realização de acampamentos ocasionais	(Ato)	37,69
1.	6.		Licença para realização de espetáculos ou divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	(Ato)	37,69
1.	7.		Licença para realização de fogueiras tradicionais de Natal e dos Santos Populares	(Ato)	14,24
1.	8.		Licença para o uso do fogo para renovação de pastagens, eliminação de restolho e eliminação de sobranços de exploração não amontoados	(Ato)	10,05
1.	9.		Licença ou autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos	(Ato)	37,69
1.	10.		Licença de veículos afetos aos transportes em táxi	(Ato)	370,00
1.	11.		Licença para a gestão e exploração de bens do domínio público	(Ato)	75,38
1.	12.		Licença ou concessão para utilização privativa de bens do domínio público	(Ato)	75,38
1.	13.		Autorização especial para utilização de vias públicas municipais afeta ao trânsito de veículos	(Ato)	37,69
1.	14.		Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio por grosso	(Ato)	549,02
1.	15.		Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio a retalho	(Ato)	288,96
1.	16.		Autorização para inumação, exumação, transladação e cremação e outras utilizações dos cemitérios municipais, incluindo pedidos de atribuição de concessão em cemitérios municipais	(Ato)	50,25
1.	17.		Autorização para a dispensa prévia de requisitos legais e regulamentares conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	100,50
1.	18.		Mera comunicação prévia para a instalação ou modificação de estabelecimentos sedentários de restauração, bebidas, comércio, serviços ou armazenagem	(Ato)	100,50
1.	19.		Autorização para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	100,50
1.	20.		Autorização para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	(Ato)	100,50
1.	21.		Averbamentos em matéria não conexas com a urbanização e a edificação	(Ato)	25,13
1.	22.		Licença para afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial:		
1.	22.	1.	Parte fixa por dispositivo de suporte da mensagem publicitária	(Unidade)	75,38
1.	22.	2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro quadrado)	(m ²)	8,38
1.	22.	3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m)	8,38
1.	22.	4.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m ³)	8,38
1.	23.		Apresentação de comunicações prévias e apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos nos números anteriores	(Ato)	37,69
1.	24.		Auditorias de classificação/reclassificação dos empreendimentos turísticos	(Ato)	50,25
1.	25.		Instalações de armazenamento e postos de combustíveis:		
1.	25.	1.	Licenciamento simplificado das instalações de classe A1, A2 e A3 que não impliquem a realização de uma operação urbanística sujeita a controlo prévio municipal	(Ato)	1 256,27
1.	25.	2.	Apresentação de processo em relação a instalações de classe B2 não sujeitas a licenciamento	(Ato)	418,76
1.	25.	3.	Vistorias a instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis	(Ato)	209,38
1.	25.	4.	Averbamentos, alterações, aditamentos ou atualizações aos títulos de exploração de instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis	(Ato)	104,69
1.	26.		Autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m ³	(Ato)	1 256,27
CAPÍTULO II					
Taxas pelo deferimento de pedidos					
2.			Elaboração e emissão de documentos administrativos:		
2.	1.		Autos	(Unidade)	20,94
2.	2.		Alvarás	(Unidade)	20,94
2.	3.		Certidões	(Unidade)	20,94
2.	4.		Autenticação de reproduções	(Unidade)	12,56
2.	5.		Termos de abertura e encerramento	(Unidade)	8,38
2.	6.		Termos de entrega de documentos	(Unidade)	12,56
2.	7.		Documentos em substituição de outros destruídos ou extraviados	(Unidade)	12,56

Códigos			Descrição	Unidade de cálculo	Valor final
2.	8.		Cartões ou outros documentos de identificação.	(Unidade)	12,56
2.	9.		Atestados ou documentos análogos e confirmações	(Unidade)	12,56
2.	10.		Elaboração e emissão de outros documentos não referidos nos números anteriores.	(Unidade)	20,94
2.	11.		Reproduções simples de documentos administrativos e parte variável a acrescer às taxas previstas em 2.1. a 2.10. sempre que se trate de documentos compostos por mais de uma página:		
2.	11.	1.	Documentos: em formato A 4	(Folha)	0,84
2.	11.	2.	Documentos: em formato A 3 ou superior	(Folha)	1,68
2.	11.	3.	Documentos: extratos e plantas	(Folha)	12,56
2.	12.		Reprodução digital de documentos administrativos e parte a acrescer às taxas previstas em 2.1. a 2.10. sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:		
2.	12.	1.	Em suporte digital fornecido pelo interessado	(Ato)	5,03
2.	12.	2.	Em suporte digital fornecido pelo município.	(Ato)	5,86
2.	13.		Encargos gerais com notificação:		
2.	13.	1.	Notificação simples	(Ato)	5,39
2.	13.	2.	Notificação registada	(Ato)	6,85
2.	13.	3.	Notificação registada com aviso de receção	(Ato)	7,50
3.			Diligência e prestação de serviços administrativos:		
3.	1.		Informações escritas.	(Unidade)	20,94
3.	2.		Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público.	(Unidade)	4,19
3.	3.		Buscas e pesquisas em arquivo	(Unidade)	8,38
3.	4.		Efetivação de registos de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão	(Unidade)	100,50
3.	5.		Efetivação de outros registos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	54,44
3.	6.		Outras diligências administrativas não previstas nos números anteriores	(Unidade)	25,13
3.	7.		Parte variável a acrescer às taxas previstas em 3.1. a 3.6. sempre que as diligências ou os serviços a prestar impliquem pesquisa ou buscas em arquivo.	(Ano/Fração)	8,38
3.	8.		Atendimento digital assistido à utilização do balcão do empreendedor	Ato	76,50
4.			Ocupação e utilização do domínio público:		
4.	1.		Ocupação em geral do espaço aéreo	(m²/Dia)	0,00946
4.	2.		Ocupação em geral do espaço aéreo	(m/Dia)	0,00095
4.	3.		Ocupação em geral do solo	(m²/Dia)	0,04728
4.	4.		Ocupação em geral do solo edificado	(m²/Dia)	0,13905
4.	5.		Ocupação linear em geral do subsolo	(m/Dia)	0,00142
4.	6.		Ocupação em geral do subsolo	(m²/Dia)	0,01418
4.	7.		Implantação, passagem e atravessamento de comunicações eletrónicas	(%)	—
4.	8.		Ocupação do domínio municipal para instalação de dispositivos publicitários:		
4.	8.	1.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro quadrado)	(m²/Mês)	1,70
4.	8.	2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m/Mês)	1,70
4.	8.	3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m³/Mês)	1,70
5.			Ocupação e utilização dos cemitérios municipais:		
5.	1.		Inumações em covais.	(Ato)	100,50
5.	2.		Inumações em jazigos	(Ato)	50,25
5.	3.		Inumações em ossários	(Ato)	50,25
5.	4.		Exumações	(Ato)	75,38
5.	5.		Trasladações no interior do cemitério	(Ato)	100,50
5.	6.		Trasladações para fora do cemitério	(Ato)	75,38
5.	7.		Ocupação de ossários municipais:		
5.	7.	1.	Anual	(Ano)	20,94
5.	7.	2.	A título perpétuo	(Ato)	167,50
5.	8.		Concessão perpétua de terrenos:		
5.	8.	1.	Para sepultura	(Ato)	346,41
5.	8.	2.	Para jazigos	(m²)	346,41
5.	9.		Depósito transitório de caixões	(Dia)	50,25
5.	10.		Outras utilizações dos cemitérios municipais	(m²)	167,50
TITULO II					
Taxas urbanísticas					
CAPÍTULO I					
Taxas pela apreciação de pedidos					
6.			Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:		
6.	1.		Operações de loteamento com discussão pública	(Ato)	418,76
6.	2.		Operações de loteamento sem discussão pública.	(Ato)	335,00
6.	3.		Obras de edificação	(Ato)	211,70
6.	4.		Obras de demolição	(Ato)	125,63
6.	5.		Obras de urbanização.	(Ato)	335,00
6.	6.		Operações de destaque.	(Ato)	75,38
6.	7.		Trabalhos de remodelação dos terrenos.	(Ato)	293,97
6.	8.		Demolição, escavação e contenção periférica	(Ato)	180,06
6.	9.		Construção da estrutura	(Ato)	100,50

Códigos		Descrição	Unidade de cálculo	Valor final
6.	10.	Conclusão de obras inacabadas	(Ato)	180,06
6.	11.	Constituição e alteração de propriedade horizontal	(Ato)	67,00
6.	12.	Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	(Ato)	804,01
6.	13.	Utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	125,63
6.	14.	Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	167,50
6.	15.	Exploração de massas minerais	(Ato)	167,50
6.	16.	Alinhamentos de muros e outras edificações confinantes com via pública	(Ato)	101,34
6.	17.	Autorização ou parecer quanto à localização	(Ato)	75,38
6.	18.	Estabelecimentos industriais no qual a entidade coordenadora é o município:		
6.	18.	1. Mera comunicação prévia de estabelecimento industrial, incluindo emissão de título digital	Ato	150,75
6.	18.	2. Reapreciação de elementos referentes estabelecimento industrial	Ato	—
6.	18.	3. Averbamentos, alterações, aditamentos ou atualizações aos títulos digitais de estabelecimentos industriais	Ato	76,50
6.	18.	4. Vistorias de conformidade a realizar a estabelecimentos industriais de iniciativa não oficiosa	Ato	76,50
6.	18.	5. Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	Ato	76,50
6.	19.	Receção provisória e definitiva de obras de urbanização	(Ato)	50,25
6.	20.	Prorrogações de prazo	(Ato)	67,00
6.	21.	Prestação de caução	(Ato)	78,73
6.	22.	Depósito da ficha técnica de habitação e de declarações prévias	(Ato)	37,69
6.	23.	Termos de abertura e encerramento de livro de obra	(Ato)	8,38
6.	24.	Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores em matéria conexa com urbanização e edificação	(Ato)	67,00
6.	25.	Parte variável a acrescer às taxas previstas em 6.1. a 6.11., 6.13, 6.14 e 6.16 sempre que a apreciação incida sobre uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo:		
6.	25.	1. Por área bruta de construção afeta a habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução, ampliação e demolição;	(m ²)	0,84
6.	25.	2. Por área bruta de construção afeta a outro uso que não habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução, ampliação e demolição;	(m ²)	1,26
6.	25.	3. Por área bruta de instalação afeta a estufas;	(m ²)	0,10
6.	26.	Vistorias em geral em matéria de urbanização e edificação e parte variável a acrescer às taxas previstas em 6.1. a 6.11., 6.13, 6.14, 6.16 e 6.19 sempre que a apreciação implica a realização de uma vistoria a uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo coberta:		
6.	26.	1. Por área bruta de utilização afeta a habitação objeto de apreciação sempre que seja obrigatório a realização de vistoria	(m ²)	0,21
6.	26.	2. Por área bruta de utilização afeta a outro uso que não habitação objeto de apreciação sempre que seja obrigatório a realização de vistoria	(m ²)	0,29
CAPÍTULO II				
Taxas pelo deferimento de pedidos				
7.		Emissão e elaboração de documentos administrativos em matéria conexa com urbanização e edificação:		
7.	1.	Emissão de autos, alvarás, certidões e outros documentos análogos	(Unidade)	25,13
7.	2.	Efetivação de registos, averbamentos, aditamentos e outras diligências semelhantes	(Unidade)	8,38
7.	3.	Informações escritas em matéria de urbanização e edificação	(Unidade)	75,38
7.	4.	Reproduções simples de documentos administrativos e parte variável a acrescer às taxas previstas em 7.1. a 7.3. sempre que se trata de documentos compostos por mais de uma página:		
7.	4.	1. Documentos: em formato A 4	(Folha)	0,84
7.	4.	2. Documentos: em formato A 3 ou superior	(Folha)	1,68
7.	4.	3. Documentos: extratos e plantas	(Folha)	31,76
7.	5.	Reprodução digital de documentos administrativos e parte a acrescer às taxas previstas em 7.1. a 7.3. sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:		
7.	5.	1. Em suporte digital fornecido pelo interessado:	(Ato)	5,03
7.	5.	2. Em suporte digital fornecido pelo município	(Ato)	5,86
8.	1.	Execução de operações urbanísticas:		
8.	1.	Realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas	Anexo I-A	—
8.	2.	Compensações urbanísticas	Anexo I-B	—
8.	3.	Ocupação do domínio público por motivo de obras	Anexo I-C	—

ANEXO I-A

Taxa pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas (TRIUI)

1 — A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo ainda em conta a utilização e a tipologia das edificações, sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir, de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{TRIUI} = M1 \times K1 \times K2 \times K3 \times K4$$

2 — Para efeitos do número anterior entende-se por:

TRIUI — Valor da taxa devida ao Município (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas;

M1 — Área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados);

K1 — Valor da TRIUI por metro quadrado, calculado com base no programa plurianual de investimentos municipais e de acordo com fórmula constante no Mapa “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira;

K2 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município e assume os valores constantes no Quadro I;

K3 — Coeficiente que traduz os diversos tipos de infraestruturas existentes e assume os valores constantes no Quadro II;

K4 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de usos e de tipologia das edificações segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes no Quadro III.

3 — A percentagem K3 que traduz os diversos tipos de infraestruturas existentes terá em conta, com a variação que se mostrar justificada, nomeadamente, a existência ou disponibilidade de serviço a menos de 100 metros dos prédio ou prédios objeto da operação urbanística, de:

Acesso rodoviário, com pavimentação em calçada, betuminoso ou equivalente;

Passeios em toda a extensão do arruamento ou do quarteirão;

Rede de iluminação pública em serviço;

Rede de abastecimento domiciliário de água em serviço;

Rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em serviço;

Rede de saneamento, com coletor em serviço;

Rede de drenagem de águas pluviais com coletor em serviço;

Estação depuradora, em ligação com a rede de coletores de saneamento de serviço;

Rede telefónica em serviço.

4 — Para efeitos dos números anteriores os Quadros I, II e III são os seguintes:

QUADRO I

Zonamento por localização

	Percentagens
Solo urbanizado	90 %
Solo urbanizável	50 %
Solo não urbano	100 %

QUADRO II

Zonamento por usos e tipologia das edificações

	Percentagens
Habitação unifamiliar	50 %
Habitação coletiva	60 %
Comércio	70 %
Turismo	80 %
Indústria e ou armazéns	90 %
Outros fins não referidos anteriormente	100 %

QUADRO III

Zonamento por infraestruturas locais

	Percentagens
Acesso rodoviário pavimentado	20 %
Rede de iluminação pública	10 %
Rede de abastecimento de água	10 %
Rede de distribuição de energia	10 %
Rede de saneamento	10 %
Rede de drenagem de águas pluviais	10 %
Estação depuradora	10 %
Rede telefónica	10 %

ANEXO I-B

Compensações: Taxa Devida pela Ausência de Cedências (TAC)

1 — O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a fórmula seguinte:

$$C = P \times Y$$

2 — Para efeitos do número anterior entende-se por:

a) C — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes

e de utilização coletiva, para equipamento de utilização coletiva e estacionamento;

b) P — Corresponde a 10 % do valor do preço da habitação por metro quadrado de área útil (PHAU) previsto no Mapa “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira;

c) Y — Corresponde ao valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva ou de equipamentos de utilização coletiva, de acordo com o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis.

ANEXO I-C

Taxa Devida pela Ocupação de Espaço Público (TOP)

1 — A taxa pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas corresponde à contrapartida pela utilização de um bem do domínio público, e é fixada em função do custo base por metro quadrado de solo não edificado, tendo ainda em conta sua localização em áreas diferenciadas, em função da área ocupada, de acordo com a fórmula seguinte:

$$TOP = M1 \times Y1 \times Y2$$

2 — Para efeitos do número anterior entende-se por:

TOP — Taxa pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas;

M1 — Área de ocupação (em metros quadrados);

Y1 — Custo base por metro quadrado da ocupação de solo previsto na rubrica 4.3. do Capítulo II do Título I da Tabela Geral de Taxas;

Y2 — Coeficiente correspondente ao período de ocupação da via pública.

ANEXO II

Ficha de Liquidação**Declaração sobre compromisso de Honra**

... (a), declara, sob compromisso de honra, para os efeitos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, que o pedido relativo a ... (b), apresenta as características descritas na ficha de liquidação de taxas anexa e que ... (c) de uma isenção de taxas, juntando em anexo o documento comprovativo da atribuição de uma isenção total ou parcial das taxas ou o documento comprovativo de ter requerido a isenção das taxas, ficando por essa razão dispensados de proceder ao pagamento prévio das taxas devidas.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a prática da contraordenação prevista e punida no Regulamento Geral de Taxas Municipais, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____, _____ (d)

_____, _____ (e)

Instruções de preenchimento:

(a) Indicação do nome ou denominação e morada ou sede do requerente.

(b) Indicação sumária da natureza da pretensão.

(c) Indicar se beneficia ou se requereu a isenção total ou parcial de taxas.

(d) Local e data.

(e) Assinatura conforme documento de identificação.

ANEXO III

Modelo de Alvará

Alvará... (a) n.º ... (b)
Câmara Municipal de... (c)

Nos termos do artigo 94.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, é emitido o alvará n.º ... (b) em nome de... (d), portador do... (e), que titula a... (f) atribuído por... (g).

Condições em que o direito conferido poderá ser exercido (h):

a) ...

b) ...

O direito que o presente alvará titula é válido pelo período de... (i), findo o qual o direito concedido caducará e não poderá ser exercido.

O pedido de renovação do direito que o presente alvará titula deve ser efetuado até... (j).

Os pedidos de averbamento dos alvarás ou de outros títulos devem ser apresentados no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que os justificarem, sob pena de o interessado incorrer nas consequências legais e regulamentares respetivas.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos na legislação aplicável.

O... (l).

(selo branco em uso na autarquia)

Registado na Câmara Municipal de..., livro..., em.../.../...

O... (m).

Instruções de preenchimento

- (a) Indicar, conforme o caso, o direito conferido.
- (b) Indicar o número do alvará.
- (c) Indicar o nome da câmara municipal.
- (d) Nome ou denominação social do titular do alvará e respetiva morada ou sede.
- (e) Identificação do documento de identificação e do número de contribuinte ou de pessoa coletiva, consoante o caso.
- (f) Identificação sumária do direito conferido e da data da deliberação ou decisão que o conferiu.
- (g) Indicar se a atribuição ocorreu por deliberação camarária ou por despacho do presidente da câmara municipal, vereador ou dirigente dos serviços municipais, ou mediante deferimento tácito, e respetiva(s) data(s).
- (h) Indicação de eventuais condições ou condicionamentos impostos.
- (i) Prazo de vigência.
- (j) Período de renovação.
- (l) Indicar se presidente da câmara municipal, vereador ou dirigente dos serviços municipais.
- (m) Indicação da categoria e nome do funcionário.

ANEXO IV

Fundamentação Económico-Financeira

1 — Introdução

As taxas das autarquias locais são tributos que redundam da prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei Geral Tributária⁽¹⁾.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais⁽²⁾ determina na alínea d) do artigo 14.º, que constitui receita dos municípios o produto da cobrança de taxas. De acordo com o n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º do mesmo diploma legal, os municípios podem criar taxas nos termos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais⁽³⁾. A criação de taxas está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, e incide sobre utilidades prestadas às particulares geradas pela atividade das autarquias.

O valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, sem prejuízo, deste valor poder ser fixado com base em critérios de incentivo ou desincentivo, consoante visem fomentar ou desencorajar a prática de determinados atos ou procedimentos.

Tendo em conta este preceituado, o trabalho desenvolvido na fixação dos valores das taxas teve em conta a necessária proporcionalidade que deverá ser assegurado por imposição legal e constitucional e a própria jurisprudência constitucional que nesse ponto balizou o limites constitucionais do princípio da equivalência jurídica

2 — Objetivos e metodologia

A fundamentação económico-financeira visa, portanto, identificar os custos suportados pelo Município de Sousel com o objetivo de sustentar tecnicamente as decisões da autarquia relativamente às taxas a fixar pelo Município com referência à documentação contabilística e financeira aprovada em 31 de dezembro de 2013, com vista ao cumprimento das exigências legais dispostas no Regime Geral das Taxas da Autarquias Locais, em especial, quanto ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º que dispõe que o regulamento que crie as taxas deve conter a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos

financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Na elaboração da fundamentação económica-financeira foram assumidos pressupostos e hipóteses simplificadoras que permitissem identificar com maior rigor os custos de funcionamento das diversas unidades orgânicas, assim como dos equipamentos onde se cobram taxas, porque havia que encontrar um método que permitisse, por um lado, estimar o custo da contrapartida associada a cada taxa e, por outro lado, assegurar a necessária uniformização de critérios para os valores cobrados.

A fundamentação económico-financeira destina-se a identificar os custos suportados pela autarquia com o objetivo de sustentar tecnicamente as decisões da autarquia relativamente às taxas a fixar com referência a 31 de dezembro de 2013, com vista ao cumprimento das exigências legais dispostas no Regime Geral das Taxas da Autarquias Locais, em especial, quanto ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º que dispõe que o regulamento que crie as taxas deve conter a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Salvo indicação em contrário, todos os cálculos foram feitos tendo por base a documentação disponibilizada pelo Município com referência ao exercício de 2013 (último exercício com contas aprovadas pelo órgão deliberativo à data da elaboração da fundamentação económico-financeira), uma vez que se considerou que a estrutura de custos deste ano se apresentava como mais representativa da estrutura de custos que está associada à autarquia.

3 — Plano de trabalhos

Tendo por objetivo determinar e suportar a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e investimentos futuros realizados ou a realizar pela autarquia, elaborou-se um plano de trabalhos que se desenvolveu norteado pelas fases que a seguir se descrevem.

3.1 — Fase Inicial

A fase inicial destinou-se a um contacto preliminar e breve com a realidade subjacente à atividade desenvolvida pela autarquia local. A existência desta fase teve como objetivo essencial a aferição e levantamento dos sistemas de taxas existentes, a caracterização do funcionamento dos serviços implementado e da sua relevância no âmbito do desenvolvimento das atividades económicas da autarquia. Com o início dos trabalhos foi elaborada uma listagem inicial com o pedido de vários elementos, que resumidamente apresentou a seguinte estrutura:

Regulamentos/procedimentos interno no âmbito das taxas, preços e tarifas atualmente em vigor, de forma a verificar se os futuros regulamentos não colidem com as normas assentes e práticas já instituídas.

Documentos financeiros, orçamentais, previsionais e de prestação de contas dos últimos 3 anos, incluindo elementos de contabilidade geral, analítica e orçamental (Balancetes Gerais, Balancetes Analíticos, Demonstrações Financeiras, Orçamentos anuais gerais e por atividades).

3.2 — Fase de Orientação

Nesta fase, foi realizada uma primeira reunião de forma a fazer uma primeira apresentação das propostas e respetiva base jurídica consagrada numa proposta regulamentar, com vista ao cabal esclarecimento do modelo de fundamentação económico-financeira que desenvolvemos para esta fundamentação. O trabalho de campo foi direcionado para a satisfação das necessidades inerentes ao bom andamento dos trabalhos relacionados com o tratamento de informação adicional específica, entretanto solicitada, e que teve como objetivo permitir a construção de mapas de apoio e suporte à fundamentação económica e financeira. Uma vez recolhida, organizada e sistematizada a informação, procedeu-se a contactos pontuais, para que a introdução de todos os elementos recolhidos, fossem tratados de forma correta, antes de serem introduzidos no modelo de cálculo das taxas.

Com este procedimento, conseguiu-se um maior envolvimento dos diversos intervenientes neste processo, com a consequente vantagem de uma melhor compreensão e acompanhamento da fundamentação económico-financeira, sobretudo da própria autarquia a quem se pretendeu dar sempre uma palavra final, após os devidos esclarecimentos sobre a condução dos trabalhos.

3.3 — Fase de Trabalho de Campo

O trabalho incidiu sobre a recolha de informação e análise dos atuais centros de resultados e sistema de cobrança de taxas. Foi efetuada uma

primeira análise a cada um dos regulamentos existentes na autarquia. Com esta primeira abordagem à realidade da estrutura dos serviços, o grupo de trabalho munuiu-se dos conhecimentos necessários para a condução da fase seguinte que se materializou na compilação e tratamento de toda a informação recebida. Durante esta fase, com a chegada da informação solicitada e que foi sendo enviada, a equipa técnica procedeu à análise sistemática da mesma, selecionando-se a informação relevante, para posterior tratamento informático e procedeu às atividades descritas a seguir:

- a) Identificação dos regulamentos vigentes e que têm repercussão na cobrança de taxas e outras receitas;
- b) Agrupamento das várias taxas/receitas por referência às espécies previstas no RFAL e respetiva organização;
- c) Levantamento dos proveitos associados à cobrança das taxas por referência aos últimos 3 anos;
- d) Análise da orçamentação prevista para 2014;
- e) Análise do grau de cumprimento dos orçamentos anteriores;
- f) Levantamento do pessoal afeto aos serviços;
- g) Levantamento do investimento efetuado;
- h) Análise dos programas plurianuais de investimento existentes;
- i) Análise dos sistemas de informação existentes.

Assim, de forma a serem preparados os mapas da versão final do modelo base de cálculo das taxas, procedeu-se à construção de folhas de trabalho resumo com base na informação inicialmente tratada. Este passo teve como objetivo uma primeira aproximação à versão final da fundamentação, bem como a aferição dos elementos contabilísticos fornecidos. Posteriormente, procedeu-se, à reorganização da tabela e da proposta regulamentar.

4 — Pressupostos e Condicionantes

4.1 — Critérios de imputação de custos

A primeira tarefa inerente à elaboração da fundamentação económico-financeira teve em vista identificar os custos associados ao funcionamento dos serviços com o objetivo de sustentar tecnicamente as decisões da autarquia relativamente às taxas a fixar com vista ao cumprimento das exigências legais dispostas no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, em especial, quanto ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º deste diploma legal, que dispõe que o regulamento que crie as taxas deve conter a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

De acordo com o organograma apresentado e informações adicionais fornecidas pela autarquia foram identificadas os vários centros de custo com o pessoal que constam expresso nos mapas anexos a esta fundamentação económico-financeira.

A luz dos dados que nos foram disponibilizados promoveu-se a escolha de indicadores de base específica que apresentem uma correlação estatística significativa com a distribuição equitativa dos benefícios das atividades sujeitas a tributação por forma a possibilitar a divisibilidade e a quantificação das utilidades prestadas ou geradas pela atividade produzida pela autarquia.

Optou-se por critérios de imputação nos termos que se encontram definidos na parte escrita da fundamentação e nos mapas em anexo para estimar e quantificar as utilidades geradas em favor dos beneficiários da atividade objeto de tributação por ser, entre os critérios possíveis, aqueles que estabelecem uma melhor relação entre a contrapartida e os respetivos benefícios e o único que se revelava técnica e economicamente viável à luz da informação estatística controlada diretamente pela autarquia.

4.1.1 — Taxas Administrativas Gerais

Para o apuramento do valor final das taxas procedeu-se à conversão dos custos em valores por minuto e a sua multiplicação pelo número de minutos despendidos na execução de cada ato. O critério adotado neste âmbito consubstancia o pressuposto de que o funcionário para exercer determinada tarefa utiliza num determinado período de tempo os recursos disponíveis do município e a sua função é suportada por outros setores que prestam serviços internos à sua unidade orgânica. Uma vez apurado o custo total da atividade pública local para cada taxa procedeu-se a uma análise comparativa entre este e os valores das taxas, inferindo-se coeficientes para o benefício auferido pelo particular, para a percentagem do custo suportado pelo Município (a chamada isenção para a promoção do desenvolvimento local) sempre que o custo da atividade pública local é superior ao valor das taxas aplicadas — e para

o desincentivo à prática de certos atos ou operações — sempre que o custo da atividade pública local suportado pelo interessado é doseado no valor final das taxas aplicadas à luz desses critérios legais.

4.1.2 — Taxas pela ocupação e cedência do domínio municipal

Para achar um critério de imputação dos custos com a aquisição de imóveis e o seu impacto no valor das taxas que servem de contrapartida pela utilização do domínio municipal, para além da utilização do critério do custo por minuto e a sua multiplicação pelo número de minutos despendidos na gestão de um determinado espaço do domínio quando tal se justifique, optou-se, na falta de dados atualizados quanto ao valor dos imóveis, por ter como referencial os preços da habitação por metro quadrado de área útil na zona do país onde se localiza a autarquia (que incluem os custos da construção e o valor do terreno e que embora válidos para a habitação, também devem ser aplicados em geral aos custos de construção para escritórios e estabelecimentos comerciais) fixando o valor do custo mensal por metro quadrado de acordo com uma taxa máxima de rentabilidade do investimento efetuado de 8 %.

A taxa máxima de rentabilidade teve como referencial os critérios utilizados na renda base condicionada, o qual constitui indicador indireto do nível de preços não especulativos no mercado de habitação e cujo objetivo foi estabelecer um valor moderado de renda, que de acordo com estudos efetuados, aponta em termos médios, para cerca de metade do valor de mercado.

O cálculo do custo base por metro quadrado de área de construção de edifícios integrados no domínio público ou privado foi efetuado tendo por base preço da habitação por metro quadrado de área útil multiplicado pelo valor da taxa máxima de rentabilidade de 8 % dividido por 365 dias do ano nos termos expressos no mapa “Pressupostos” em anexo.

O cálculo do custo base por metro quadrado pela ocupação de área de solo integrado no domínio municipal (área não edificada) foi efetuado tendo por base 34 % do preço da habitação por metro quadrado de área útil multiplicado pelo valor da taxa máxima de rentabilidade de 8 % dividido por 365 dias do ano nos termos expressos no mapa “Pressupostos” em anexo. A percentagem relevante para apurar o valor do solo não edificado teve em conta os critérios gerais utilizados no Código das Expropriações.

Na fixação do valor das várias categorias de solo não edificado adotou-se uma percentagem de 34 % do valor do solo edificado tendo em conta os critérios gerais utilizados no Código das Expropriações, utilizando-se ainda os seguintes referenciais assentes em pressupostos teóricos:

- a) Ocupação solo linear = 10 % do valor da ocupação do solo não edificado;
- b) Ocupação de subsolo = 30 % do valor da ocupação do solo não edificado;
- c) Ocupação linear de subsolo = 10 % do valor da ocupação do solo;
- d) Ocupação de espaço aéreo = 20 % do valor do solo;
- e) Ocupação linear de espaço aéreo = 10 % do valor da ocupação do espaço aéreo.

O cálculo do custo base por metro quadrado pela cedência de área de solo integrado no domínio municipal (área não edificada) foi efetuado tendo por base 15 % do preço da habitação por metro quadrado de área útil multiplicado nos termos expressos no mapa “Pressupostos” em anexo. Também aqui a percentagem relevante para apurar o valor do solo não edificado teve em conta os critérios gerais utilizados no Código das Expropriações.

4.1.3 — Taxas Urbanísticas

As taxas municipais que integram o capítulo da Taxas Urbanísticas agrupam-se em quatro grandes grupos:

- a) Taxas Administrativas Urbanísticas, como contrapartida pelo serviço prestado pelo setor urbanístico do Município e que refletem os custos diretos e indiretos suportados;
- b) Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TRIUR), referente à compartição na realização, manutenção e reforço dos equipamentos e infra-estruturas gerais do Município;
- c) A Taxa devida pela Ausência de Cedências (TAC), como compensação a pagar ao município pela ausência de cedências para espaços verdes ou a equipamento de utilização coletiva e estacionamento;
- d) A Taxa devida pela Ocupação de espaço Público (TOP), como contrapartida pela ocupação temporária do domínio municipal para a realização de operações urbanísticas.

Tendo em conta o disposto no Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais e no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação procedeu-se

à reformulação e cálculo das taxas que integram o capítulo das taxas urbanísticas para que, quer as taxas administrativas urbanísticas, quer a taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas reflitam os seus custos e a comparticipação que é exigida aos agentes económicos por cada operação urbanística que efetuam.

Desta forma as taxas administrativas urbanísticas passam a refletir de forma clara, transparente e proporcional a totalidade dos custos correspondentes, à entrada do pedido, aperfeiçoamento e à tramitação dos mesmos, bem como a apreciação pelos funcionários do Município do pedido e por último a emissão dos títulos ou outro documento administrativo.

Por outro lado a o disposto nas alíneas *a)* e *b)* do n.º 5 do artigo 116.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação obriga a necessidade de se apresentar a fundamentação económica específica da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas. A taxa devida pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, corresponde à contrapartida pelo investimento municipal na realização e manutenção das infraestruturas gerais e equipamentos, e é fixada em função do montante previsto no programa plurianual de investimentos municipais, tendo ainda em conta a utilização e a tipologia das edificações, as infraestruturas locais que servem a operação urbanística, a sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área a construir, de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{TRIU} = \text{M1} \times \text{K1} \times \text{K2} \times \text{K3} \times \text{K4}$$

a) TRIU — Valor da taxa devida ao Município (em euros) pelo investimento municipal na realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas;

b) M1 — Área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados);

c) K1 — Valor da TRIU por metro quadrado, calculado com base no programa plurianual de investimentos municipais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{K1} = (\beta_1/\beta_2) \times \beta_3$$

c.1) β_1 — Corresponde ao valor da amortização anual do investimento municipal na realização, reforço e manutenção de infraestruturas; o cálculo deste valor baseou-se no PPI realizado no ano mais coerente com a realidade do Município em análise e num prazo médio de vida útil dos investimentos municipais realizados nesse ano (PPI/anos vida útil);

c.2) β_2 — Área total de construção nova ou ampliação (em metros quadrados) realizado no ano mais coerente com a realidade do Município em estudo, tendo em conta uma taxa de crescimento prevista do mesmo, para os anos subsequentes ($\text{M2} \times (1 + \text{Taxa Crescimento})$);

c.3) β_3 — Corresponde a seguinte ponderação: $\text{PPI}/(\text{PPI} + \text{IMI} + \text{IMT})$;

d) K2 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município e que assume os valores constantes no Anexo I-A da parte regulamentar;

e) K3 — Coeficiente que traduz as infraestruturas existentes e que assume os valores constantes no Anexo I-A da parte regulamentar;

f) K4 — Coeficiente que permite diferenciar os vários tipos de usos e tipologias segundo critérios previamente estabelecidos, assumindo os valores constantes no Anexo I-A da parte regulamentar.

Os coeficientes de diferenciação da TRIU acima referidos foram previamente propostos e discutidos com os serviços municipais, tendo por base pressupostos teóricos.

A Taxa devida pela Ausência de Cedências corresponde a uma compensação a pagar ao município pela ausência de cedências para espaços verdes ou a equipamento de utilização coletiva e estacionamento. O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{C} = \text{P} \times \text{Y}$$

a) C — Corresponde ao valor do montante total da compensação devida ao município pela ausência de cedências para espaços verdes e de utilização coletiva, para equipamento de utilização coletiva e estacionamento;

b) P — Corresponde a 10 % do valor do preço da habitação por metro quadrado de área útil previsto no Mapa “Pressupostos” da fundamentação económico-financeira;

c) Y — Corresponde ao valor, em metros quadrados, da totalidade ou de parte das áreas que deveriam ser cedidas para espaços verdes e de utilização coletiva ou de equipamentos de utilização coletiva, de acordo com o disposto nas normas legais e regulamentares aplicáveis.

A taxa para a ocupação da via pública para realização de operações urbanísticas corresponde à contrapartida pela utilização de um bem do

domínio público, e é fixada em função do custo base por metro quadrado de solo não edificado, tendo ainda em conta sua localização em áreas geográficas diferenciadas, em função da área ocupada, de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{TOP} = \text{M1} \times \text{Y1} \times \text{Y2} \times \text{Y3}$$

a) M1 — Área de ocupação (em metros quadrados);

b) Y1 — Cálculo do custo base por metro quadrado de solo não edificado (CSNE);

c) Y2 — Coeficiente correspondente ao período de ocupação da via pública;

d) Y3 — Coeficiente correspondente às áreas geográficas distintas do Município, assumindo os valores constantes no Anexo I-C da parte regulamentar.

5 — Conclusões

Importa, por último, aferir se os critérios de imputação selecionados respeitam os princípios da legalidade tributária, equivalência jurídica, igualdade e proporcionalidade decorrentes da lei e da Constituição.

A relação sinalagmática, típica das taxas, entre o benefício recebido e a quantia paga não implica uma equivalência económica rigorosa entre ambos, mas não pode ocorrer uma desproporção que, pela sua dimensão, demonstre com clareza que não existe entre aquele benefício e a quantia paga a correspetividade insita numa relação sinalagmática conforme constitui jurisprudência constante dos tribunais tributários e do Tribunal Constitucional.

Nomeadamente, o que está em causa, em primeiro lugar, para determinar se o tributo tem natureza de taxa, é, no caso concreto, se o benefício auferido por parte do sujeito passivo da relação jurídica tributária é efetuada no interesse próprio do mesmo, seja ou não exclusivo.

O princípio da igualdade é um dos princípios estruturantes do sistema constitucional português. O princípio da igualdade obriga a que se trate por igual o que for necessariamente igual e como diferente o que for essencialmente diferente, não impedindo a diferenciação de tratamento, mas apenas as discriminações arbitrárias, irrazoáveis, ou seja, as distinções de tratamento que não tenham justificação e fundamento material bastante.

O princípio da proporcionalidade é explicitado como princípio material informador e conformador da atividade administrativa. De acordo com o mesmo, na atuação administrativa terá de existir uma proporção adequada entre os meios empregues e o fim que se pretende atingir.

Os critérios e subcritérios de imputação escolhidos para fundamentar o valor concreto das taxas tiveram por base uma correlação estatística significativa entre o valor da taxa em abstrato e a distribuição dos respetivos benefícios, bem como, tendo ainda em conta a intensidade pressuposta, num espírito de razoabilidade, do benefício auferido, pelo que, salvo melhor opinião, a criação das taxas e a determinação do seu valor encontra-se devidamente enformada pelo respeito aos princípios da legalidade tributária, da equivalência jurídica, da igualdade e da proporcionalidade decorrentes da lei e da Constituição.

(1) Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, alterada pela Lei n.º 15/2001, de 50 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2002, de 7 de janeiro, pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de outubro, pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 160/2003, de 7 de julho, pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

(2) Aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

(3) Aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro.

Mapas anexos da fundamentação económico-financeira

Índice

Mapas.

Introdução.

Pressupostos.

Mapa I — Balancete de Custos.

Mapa II — Custos com o Pessoal.

Mapa III — Custos Diretos.

Mapa IV — Custos Diretos Indiretamente Afetos.

Mapa V — Cálculo das Taxas.

Pressupostos**Divisões**

De acordo com o organigrama apresentado e informações adicionais fornecidas pelo Município foram identificadas as seguintes divisões:

- A — Centro de custos afetos à administração autárquica
- B — Centro de custos afetos à atividade administrativa, financeira e de recursos humanos
- C — Centro de custos afetos às taxas municipais
- D — Centro de custos afetos aos serviços de águas, saneamento, resíduos e obras municipais
- E — Centro de custos afetos aos preços municipais

Cálculos Auxiliares

Procedeu-se ao cálculo do período de trabalho anual em minutos através da seguinte fórmula: minutos trabalhados = 52 semanas × 5 dias × 8 horas × 60 minutos – (25 dias de férias + 8 feriados) × 8 horas × 60 minutos = 108.960 minutos.

Cálculo do período de trabalho anual em minutos

124 800	Minutos trabalhados no ano
– 15 840	Minutos descontados
108 960	Minutos por funcionário

Códigos Desincentivos

Desincentivo	
Código	%
D 01	0,00 %
D 02	5,00 %
D 03	10,00 %
D 04	15,00 %
D 05	20,00 %
D 06	25,00 %
D 07	30,00 %
D 08	35,00 %
D 09	40,00 %
D 10	45,00 %
D 11	50,00 %
D 12	55,00 %
D 13	60,00 %
D 14	65,00 %
D 15	70,00 %
D 16	75,00 %
D 17	80,00 %
D 18	85,00 %
D 19	90,00 %
D 20	95,00 %
D 21	100,00 %

Para achar um critério de imputação dos custos optou-se por efetuar uma ponderação entre o total das receitas do Município e o total das receitas resultantes das taxas. O cálculo do fator de ponderação de imputação dos custos foi efetuado com base na proporção encontrada

entre as receitas geradas pelas taxas e o total das receitas do Município, nos seguintes termos:

Cálculo do fator de ponderação das receitas

160 666,89	Receitas resultantes das taxas
6 920 055,38	Total de receitas
5,00 %	Majoração
7,32 %	Fator de ponderação ⁽¹⁾

⁽¹⁾ (Receitas resultantes das taxas/Total de receitas) + Majoração.

A explicação dos pressupostos que estiveram na base do cálculo da TRIU consta expressa na parte escrita da fundamentação económico-financeira.

Cálculo do TRIU

1 702 713,85	Valor do PPI
356 803,95	Receita IMI
68 938,57	Receita IMT
30	Anos de Amortização
5,00 %	Coefficiente de Desenvolvimento
2.852,95	M ² edificados no ano
15,16	Valor do TRIU ⁽²⁾

⁽²⁾ ((valor do PPI/Anos de Amort.)/(M² edificados no ano x (1 + Coeficiente de desenv.))
* (valor do PPI/(valor do PPI + receita IMI + receita IMT))

Custos bases por metro quadrado de domínio municipal

A explicação dos pressupostos que estiveram na base do cálculo dos custos base pela ocupação e cedência do domínio municipal consta expressa na parte escrita da fundamentação económico-financeira.

Custo base pela ocupação por metro quadrado de área de construção (COAC)

634,41	Preço da habitação por metro quadrado de área útil (2014)
0,08	Taxa máxima de rendibilidade
365	Dias
0,13905 €	COAC/dia

Custo base pela ocupação por metro quadrado de solo não edificado (COSNE)

634,41	Preço da habitação por metro quadrado de área útil (2014)
0,08	Taxa máxima de rendibilidade
365	Dias
0,34	Percentagem relevante do custo por m ² de construção
0,04728 €	COSNE/dia

Outros custos base por ocupação e cedência de domínio municipal

0,00473 €	Custo base pela ocupação por metro linear de solo não edificado/dia (COSLNE)
0,01418 €	Custo base pela ocupação por metro quadrado de subsolo/dia (COSS)
0,00142 €	Custo base pela ocupação por metro linear de subsolo/dia (COLSS)
0,00946 €	Custo base pela ocupação por metro quadrado de espaço aéreo/dia (COEA)
0,00095 €	Custo base pela ocupação por metro linear de espaço aéreo/dia (COLEA)
95,16150 €	Custo base pela cedência por metro quadrado de solo não edificado (CCSNE)

MAPA I

Balancete de Custos

Procedeu-se à imputação dos custos a cada uma das divisões tendo em conta a percentagem que resulta do peso relativo do pessoal afeto a cada divisão e o fator de imputação dos custos resultante da ponderação entre o total das receitas do Município e o total das receitas resultantes das taxas.

Para o apuramento destes valores recorremos à contabilidade de custos e ao peso que as receitas provenientes de taxas têm no total dos proveitos. Os custos com o pessoal, foram tratados no Mapa II.

Estrutura de custos	Valor	Não Imputáveis		Imputação									
		Taxa	Valor	Centro de custos afetos à administração autárquica		Centro de custos afetos à atividade administrativa, financeira e de recursos humanos		Centro de custos afetos às taxas municipais		Serv.s de Salub., Comod e Abast Púb.		Centro de custos afetos aos preços municipais	
				Total	Imputável	Total	Imputável	Total	Imputável	Total	Imputável	Total	Imputável
Total custos	6 387 483,60	N/I	5 919 807,55	969 266,09	31 221,82	506 578,64	7 187,67	1 246 356,63	52 457,87	1 364 069,91	77 384,91	2 301 212,34	102 345,12
Custos Diretos	6 128 669,64		5 679 943,32	958 452,81	30 430,10	502 825,06	6 912,84	1 191 045,96	48 408,16	1 209 544,97	66 070,97	2 266 800,85	99 825,60
Materiais	316 190,42		293 039,72	74 347,50	5 443,54	3 965,70	290,36	26 897,08	1 969,34	41 328,95	3 026,01	169 651,19	12 421,45
Mão de obra	2 691 685,04		—	542 840,82		408 409,95		529 891,08		307 152,67		903 390,52	
Máquinas e viaturas	526 694,80		488 131,49	79 112,55	5 792,43	2 990,62	218,97	78 952,18	5 780,69	123 639,38	9 052,58	242 000,07	17 718,66
Outros custos	2 594 099,38		2 404 165,72	262 151,94	19 194,13	87 458,78	6 403,52	555 305,62	40 658,13	737 423,97	53 992,39	951 759,07	69 685,49
Custos Indiretos	258 813,96		239 864,23	10 813,28	791,72	3 753,58	274,83	55 310,67	4 049,71	154 524,94	11 313,94	34 411,49	2 519,53
Custos de Bens e serviços	219 276,70		203 221,79	8 490,68	621,67	3 513,36	257,24	48 442,63	3 546,85	142 684,83	10 447,04	16 145,20	1 182,11
Outros custos	39 537,26		36 642,44	2 322,60	170,06	240,22	17,59	6 868,04	502,86	11 840,11	866,90	18 266,29	1 337,41

MAPA II

Custos com o Pessoal**Custos com o Pessoal**

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Centro de custos afetos à administração autárquica	39 745,49	0,36	20,17 %
Centro de custos afetos à atividade administrativa, financeira e de recursos humanos.	29 902,79	0,27	15,17 %
Centro de custos afetos às taxas municipais	38 797,34	0,36	19,69 %
Centro de custos afetos aos serviços de águas, saneamento, resíduos e obras municipais	22 488,97	0,21	11,41 %
Centro de custos afetos aos preços municipais	66 144,06	0,61	33,56 %
<i>Total.</i>	197 078,65		100,00 %

MAPA III

Custos Diretos**Outros Custos Diretos**

Código Custo	Designação	Valor
C 01	Custo base pela ocupação por metro quadrado de área de construção/dia (COAC)	0,13905 €
C 02	Custo base pela ocupação por metro quadrado de solo não edificado/dia (COSNE).	0,04728 €
C 03	Custo base pela ocupação por metro linear de solo não edificado/dia (COSLNE)	0,00473 €
C 04	Custo base pela ocupação por metro quadrado de subsolo/dia (COSS).	0,01418 €
C 05	Custo base pela ocupação por metro linear de subsolo/dia (COLSS)	0,00142 €
C 06	Custo base pela ocupação por metro quadrado de espaço aéreo/dia (COEA)	0,00946 €
C 07	Custo base pela ocupação por metro linear de espaço aéreo/dia (COLEA).	0,00095 €
C 08	Custo base pela cedência por metro quadrado de solo não edificado (CCSNE)	95,16150 €
C 09	Custo base pela notificação simples via CTT.	0,36300 €
C 10	Custo base pela notificação registada via CTT.	1,82000 €
C 11	Custo base pela notificação registada com aviso de receção via CTT.	2,47000 €

MAPA IV

Custos Diretos Indiretamente Afetos**Custos Totais**

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Centro de custos afetos à administração autárquica	31 221,82	0,29	11,54 %
Centro de custos afetos à atividade administrativa, financeira e de recursos humanos.	7 187,67	0,07	2,66 %
Centro de custos afetos às taxas municipais	52 457,87	0,48	19,39 %
Centro de custos afetos aos serviços de águas, saneamento, resíduos e obras municipais	77 384,91	0,71	28,60 %
Centro de custos afetos aos preços municipais	102 345,12	0,94	37,82 %
<i>Total.</i>	270 597,40		100,00 %

Custos Diretos

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Centro de custos afetos à administração autárquica		—	0,00 %
Centro de custos afetos à atividade administrativa, financeira e de recursos humanos.		—	0,00 %
Centro de custos afetos às taxas municipais		—	0,00 %
Centro de custos afetos aos serviços de águas, saneamento, resíduos e obras municipais		—	0,00 %
Centro de custos afetos aos preços municipais		—	0,00 %
<i>Total.</i>	—		0,00 %

Custos Diretos Indiretamente Afetos

Divisões	Valor	Custo p/ minuto	%
Centro de custos afetos à administração autárquica	31 221,82	0,29	11,54 %
Centro de custos afetos à atividade administrativa, financeira e de recursos humanos.	7 187,67	0,07	2,66 %
Centro de custos afetos às taxas municipais	52 457,87	0,48	19,39 %
Centro de custos afetos aos serviços de águas, saneamento, resíduos e obras municipais	77 384,91	0,71	28,60 %
Centro de custos afetos aos preços municipais	102 345,12	0,94	37,82 %
<i>Total.</i>	270 597,40		100,00 %

MAPA V

Códigos	Descrição	Unidade de cálculo	Atos		Custos			Custos diretos indiretamente afetos	Total custos	Variáveis		Valor inal
			Tempo	Divisão afeta	Código C. direto	C. Pessoal	Outros custos diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo	
	TÍTULO I											
	Taxas em geral											
	CAPÍTULO I											
	Taxas pela apreciação de pedidos											
1.	Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:											
1. 1.	Licença de instalação e de funcionamento de recintos itinerantes	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 2.	Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 3.	Licença para exercício da atividade de guarda-noturno	(Ato)	30,00	C		10,68	—	14,44	25,13			25,13
1. 4.	Licença especial de ruído	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 5.	Licença ou comunicação prévia para realização de acampamentos ocasionais	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 6.	Licença para realização de espetáculos ou divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 7.	Licença para realização de fogueiras tradicionais de Natal e dos Santos Populares	(Ato)	17,00	C		6,05	—	8,18	14,24			14,24
1. 8.	Licença para o uso do fogo para renovação de pastagens, eliminação de restolho e eliminação de sobranes de exploração não amontoados	(Ato)	12,00	C		4,27	—	5,78	10,05			10,05
1. 9.	Licença ou autorização prévia para utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 10.	Licença de veículos afetos aos transportes em táxi	(Ato)	500,00	C		178,03	—	240,72	418,76	11,64 %		370,00
1. 11.	Licença para a gestão e exploração de bens do domínio público	(Ato)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
1. 12.	Licença ou concessão para utilização privativa de bens do domínio público	(Ato)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
1. 13.	Autorização especial para utilização de vias públicas municipais afeta ao trânsito de veículos	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1. 14.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio por grosso	(Ato)	655,54	C		233,42	—	315,60	549,02			549,02
1. 15.	Mera comunicação prévia para realização de feiras para o exercício do comércio a retalho	(Ato)	345,02	C		122,85	—	166,11	288,96			288,96
1. 16.	Autorização para inumação, exumação, transladação e cremação e outras utilizações dos cemitérios municipais, incluindo pedidos de atribuição de concessão em cemitérios municipais	(Ato)	60,00	C		21,36	—	28,89	50,25			50,25
1. 17.	Autorização para a dispensa prévia de requisitos legais e regulamentares conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
1. 18.	Mera comunicação prévia para a instalação ou modificação de estabelecimentos sedentários de restauração, bebidas, comércio, serviços ou armazenagem	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
1. 19.	Autorização para ocupação do espaço público para determinados fins conexos com a instalação ou modificação de estabelecimentos	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50

Códigos			Descrição	Unidade de cálculo	Atos		Custos			Custos diretos indiretamente afetos	Total custos	Variáveis		Valor inal
					Tempo	Divisão afeta	Código C. direto	C. Pessoal	Outros custos diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo	
1.	20.		Autorização para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
1.	21.		Averbamentos em matéria não conexas com a urbanização e a edificação	(Ato)	30,00	C		10,68	—	14,44	25,13			25,13
1.	22.		Licença para afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial:											
1.	22.	1.	Parte fixa por dispositivo de suporte da mensagem publicitária	(Unidade)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
1.	22.	2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro quadrado)	(m²)	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
1.	22.	3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m)	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
1.	22.	4.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m³)	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
1.	23.		Apresentação de comunicações prévias e apreciação de outros pedidos, solicitações ou requerimentos não expressamente previstos nos números anteriores	(Ato)	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
1.	24.		Auditorias de classificação/reclassificação dos empreendimentos turísticos	(Ato)	60,00	C		21,36	—	28,89	50,25			50,25
1.	25.	1.	Instalações de armazenamento e postos de combustíveis:											
1.	25.	1.	Licenciamento simplificado das instalações de classe A1, A2 e A3 que não impliquem a realização de uma operação urbanística sujeita a controlo prévio municipal	(Ato)	1 500,00	C		534,10	—	722,16	1 256,27			1 256,27
1.	25.	2.	Apresentação de processo em relação a instalações de classe B2 não sujeitas a licenciamento	(Ato)	500,00	C		178,03	—	240,72	418,76			418,76
1.	25.	3.	Vistorias a instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis	(Ato)	250,00	C		89,02	—	120,36	209,38			209,38
1.	25.	4.	Averbamentos, alterações, aditamentos ou atualizações aos títulos de exploração de instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis	(Ato)	125,00	C		44,51	—	60,18	104,69			104,69
1.	26.		Autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição quando associadas a reservatórios de GPL com capacidade global inferior a 50 m³	(Ato)	1 500,00	C		534,10	—	722,16	1 256,27			1 256,27
CAPÍTULO II														
Taxas pelo deferimento de pedidos														
2.			Elaboração e emissão de documentos administrativos:											
2.	1.		Autos	(Unidade)	25,00	C		8,90	—	12,04	20,94			20,94
2.	2.		Alvarás	(Unidade)	25,00	C		8,90	—	12,04	20,94			20,94
2.	3.		Certidões	(Unidade)	25,00	C		8,90	—	12,04	20,94			20,94
2.	4.		Autenticação de reproduções	(Unidade)	15,00	C		5,34	—	7,22	12,56			12,56
2.	5.		Termos de abertura e encerramento	(Unidade)	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
2.	6.		Termos de entrega de documentos	(Unidade)	15,00	C		5,34	—	7,22	12,56			12,56
2.	7.		Documentos em substituição de outros destruídos ou extraviados	(Unidade)	15,00	C		5,34	—	7,22	12,56			12,56
2.	8.		Cartões ou outros documentos de identificação	(Unidade)	15,00	C		5,34	—	7,22	12,56			12,56
2.	9.		Atestados ou documentos análogos e confirmações	(Unidade)	15,00	C		5,34	—	7,22	12,56			12,56
2.	10.		Elaboração e emissão de outros documentos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	25,00	C		8,90	—	12,04	20,94			20,94

Códigos			Descrição	Unidade de cálculo	Atos		Custos			Custos diretos indiretamente afetos	Total custos	Variáveis		Valor inal
					Tempo	Divisão afeta	Código C. direto	C. Pessoal	Outros custos diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo	
2.	11.		Reproduções simples de documentos administrativos e parte variável a acrescer às taxas previstas em 2.1. a 2.10. sempre que se trate de documentos compostos por mais de uma página:											
2.	11.	1.	Documentos: em formato A 4	(Folha)	1,00	C		0,36	—	0,48	0,84			0,84
2.	11.	2.	Documentos: em formato A 3 ou superior	(Folha)	2,00	C		0,71	—	0,96	1,68			1,68
2.	11.	3.	Documentos: extratos e plantas	(Folha)	15,00	C		5,34	—	7,22	12,56			12,56
2.	12.		Reprodução digital de documentos administrativos e parte a acrescer às taxas previstas em 2.1. a 2.10. sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:											
2.	12.	1.	Em suporte digital fornecido pelo interessado	(Ato)	6,00	C		2,14	—	2,89	5,03			5,03
2.	12.	2.	Em suporte digital fornecido pelo município	(Ato)	7,00	C		2,49	—	3,37	5,86			5,86
2.	13.		Encargos gerais com notificação:											
2.	13.	1.	Notificação simples	(Ato)	6,00	C	C09	2,14	0,36	2,89	5,39			5,39
2.	13.	2.	Notificação registada	(Ato)	6,00	C	C10	2,14	1,82	2,89	6,85			6,85
2.	13.	3.	Notificação registada com aviso de receção	(Ato)	6,00	C	C11	2,14	2,47	2,89	7,50			7,50
3.			Diligência e prestação de serviços administrativos:											
3.	1.		Informações escritas	(Unidade)	25,00	C		8,90	—	12,04	20,94			20,94
3.	2.		Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público	(Unidade)	5,00	C		1,78	—	2,41	4,19			4,19
3.	3.		Buscas e pesquisas em arquivo	(Unidade)	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
3.	4.		Efetivação de registos de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão	(Unidade)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
3.	5.		Efetivação de outros registos não referidos nos números anteriores	(Unidade)	65,00	C		23,14	—	31,29	54,44			54,44
3.	6.		Outras diligências administrativas não previstas nos números anteriores	(Unidade)	30,00	C		10,68	—	14,44	25,13			25,13
3.	7.		Parte variável a acrescer às taxas previstas em 3.1. a 3.6. sempre que as diligências ou os serviços a prestar impliquem pesquisa ou buscas em arquivo	(Ano/Fração)	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
3.	8.		Atendimento digital assistido à utilização do balcão do empreendedor	Ato	180,00	C		64,09	—	86,66	150,75	49,25 %		76,50
4.			Ocupação e utilização do domínio público:											
4.	1.		Ocupação em geral do espaço aéreo	(m2/Dia)		C	C06	—	0,01	—	0,00946			0,00946
4.	2.		Ocupação em geral do espaço aéreo	(m/Dia)		C	C07	—	0,00	—	0,00095			0,00095
4.	3.		Ocupação em geral do solo	(m2/Dia)		C	C02	—	0,05	—	0,04728			0,04728
4.	4.		Ocupação em geral do solo edificado	(m2/Dia)		C	C01	—	0,14	—	0,13905			0,13905
4.	5.		Ocupação linear em geral do subsolo	(m/Dia)		C	C05	—	0,00	—	0,00142			0,00142
4.	6.		Ocupação em geral do subsolo	(m2/Dia)		C	C04	—	0,01	—	0,01418			0,01418
4.	7.		Implantação, passagem e atravessamento de comunicações eletrónicas	(%)		C		—	—	—	—			—
4.	8.		Ocupação do domínio municipal para instalação de dispositivos publicitários:											
4.	8.	1.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro quadrado)	(m²/Mês)	5,00	C		1,78	—	2,41	4,19	59,40 %		1,70
4.	8.	2.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro linear)	(m/Mês)	5,00	C		1,78	—	2,41	4,19	59,40 %		1,70
4.	8.	3.	Parte variável a acrescer em função da dimensão do dispositivo publicitário (metro cúbico)	(m³/Mês)	5,00	C		1,78	—	2,41	4,19	59,40 %		1,70

Códigos			Descrição	Unidade de cálculo	Atos		Custos			Custos diretos indiretamente afetos	Total custos	Variáveis		Valor inal
					Tempo	Divisão afeta	Código C. direto	C. Pessoal	Outros custos diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo	
5.			Ocupação e utilização dos cemitérios municipais:											
5.	1.		Inumações em covais	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
5.	2.		Inumações em jazigos	(Ato)	60,00	C		21,36	—	28,89	50,25			50,25
5.	3.		Inumações em ossários	(Ato)	60,00	C		21,36	—	28,89	50,25			50,25
5.	4.		Exumações	(Ato)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
5.	5.		Trasladações no interior do cemitério	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
5.	6.		Trasladações para fora do cemitério	(Ato)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
5.	7.		Ocupação de ossários municipais:											
5.	7.	1.	Anual	(Ano)	25,00	C		8,90	—	12,04	20,94			20,94
5.	7.	2.	A título perpétuo	(Ato)	200,00	C		71,21	—	96,29	167,50			167,50
5.	8.		Concessão perpétua de terrenos:											
5.	8.	1.	Para sepultura	(Ato)	300,00	C	C08	106,82	95,16	144,43	346,41			346,41
5.	8.	2.	Para jazigos	(m²)	300,00	C	C08	106,82	95,16	144,43	346,41			346,41
5.	9.		Depósito transitório de caixões	(Dia)	60,00	C		21,36	—	28,89	50,25			50,25
5.	10.		Outras utilizações dos cemitérios municipais	(m²)	200,00	C		71,21	—	96,29	167,50			167,50
TITULO II														
Taxas urbanísticas														
CAPÍTULO I														
Taxas pela apreciação de pedidos														
6.			Apresentação de comunicações prévias e apreciação de pedidos de licenças, autorizações, pareceres e outros atos referentes a:											
6.	1.		Operações de loteamento com discussão pública	(Ato)	500,00	C		178,03	—	240,72	418,76			418,76
6.	2.		Operações de loteamento sem discussão pública	(Ato)	400,00	C		142,43	—	192,58	335,00			335,00
6.	3.		Obras de edificação	(Ato)	252,77	C		90,00	—	121,69	211,70			211,70
6.	4.		Obras de demolição	(Ato)	150,00	C		53,41	—	72,22	125,63			125,63
6.	5.		Obras de urbanização	(Ato)	400,00	C		142,43	—	192,58	335,00			335,00
6.	6.		Operações de destaque	(Ato)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
6.	7.		Trabalhos de remodelação dos terrenos	(Ato)	351,00	C		124,98	—	168,99	293,97			293,97
6.	8.		Demolição, escavação e contenção periférica	(Ato)	215,00	C		76,55	—	103,51	180,06			180,06
6.	9.		Construção da estrutura	(Ato)	120,00	C		42,73	—	57,77	100,50			100,50
6.	10.		Conclusão de obras inacabadas	(Ato)	215,00	C		76,55	—	103,51	180,06			180,06
6.	11.		Constituição e alteração de propriedade horizontal	(Ato)	80,00	C		28,49	—	38,52	67,00			67,00
6.	12.		Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	(Ato)	960,00	C		341,83	—	462,18	804,01			804,01
6.	13.		Utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	150,00	C		53,41	—	72,22	125,63			125,63
6.	14.		Alterações à utilização de edifícios ou das suas frações	(Ato)	200,00	C		71,21	—	96,29	167,50			167,50
6.	15.		Exploração de massas minerais	(Ato)	200,00	C		71,21	—	96,29	167,50			167,50
6.	16.		Alinhamentos de muros e outras edificações confinantes com via pública	(Ato)	121,00	C		43,08	—	58,25	101,34			101,34
6.	17.		Autorização ou parecer quanto à localização	(Ato)	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38
6.	18.		Estabelecimentos industriais no qual a entidade coordenadora é o município:											
6.	18.	1.	Mera comunicação prévia de estabelecimento industrial, incluindo emissão de título digital	Ato	180,00	C		64,09	—	86,66	150,75	0,00 %		150,75

Códigos			Descrição	Unidade de cálculo	Atos		Custos			Custos diretos indiretamente afetos	Total custos	Variáveis		Valor inal
					Tempo	Divisão afeta	Código C. direto	C. Pessoal	Outros custos diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo	
6.	18.	2.	Reapreciação de elementos referentes estabelecimento industrial	<i>Ato</i>	180,00	C		64,09	—	86,66	150,75	100,00 %		—
6.	18.	3.	Averbamentos, alterações, aditamentos ou atualizações aos títulos digitais de estabelecimentos industriais	<i>Ato</i>	180,00	C		64,09	—	86,66	150,75	49,25 %		76,50
6.	18.	4.	Vistorias de conformidade a realizar a estabelecimentos industriais de iniciativa não oficiosa	<i>Ato</i>	180,00	C		64,09	—	86,66	150,75	49,25 %		76,50
6.	18.	5.	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	<i>Ato</i>	180,00	C		64,09	—	86,66	150,75	49,25 %		76,50
6.	19.		Receção provisória e definitiva de obras de urbanização	<i>(Ato)</i>	60,00	C		21,36	—	28,89	50,25			50,25
6.	20.		Prorrogações de prazo	<i>(Ato)</i>	80,00	C		28,49	—	38,52	67,00			67,00
6.	21.		Prestação de caução	<i>(Ato)</i>	94,00	C		33,47	—	45,26	78,73			78,73
6.	22.		Depósito da ficha técnica de habitação e de declarações prévias	<i>(Ato)</i>	45,00	C		16,02	—	21,66	37,69			37,69
6.	23.		Termos de abertura e encerramento de livro de obra	<i>(Ato)</i>	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
6.	24.		Operações e outros pedidos não previstos nos números anteriores em matéria conexa com urbanização e edificação	<i>(Ato)</i>	80,00	C		28,49	—	38,52	67,00			67,00
6.	25.		Parte variável a acrescer às taxas previstas em 6.1. a 6.11., 6.13, 6.14 e 6.16 sempre que a apreciação incida sobre uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo:											
6.	25.	1.	Por área bruta de construção afeta a habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução, ampliação e demolição	<i>(m²)</i>	1,00	C		0,36	—	0,48	0,84			0,84
6.	25.	2.	Por área bruta de construção afeta a outro uso que não habitação prevista na operação de loteamento e respetivas alterações ou objeto de construção, reconstrução, ampliação e demolição	<i>(m²)</i>	1,50	C		0,53	—	0,72	1,26			1,26
6.	25.	3.	Por área bruta de instalação afeta a estufas	<i>(m²)</i>	1,50	C		0,53	—	0,72	1,26	92,04 %		0,10
6.	26.		Vistorias em geral em matéria de urbanização e edificação e parte variável a acrescer às taxas previstas em 6.1. a 6.11., 6.13, 6.14, 6.16 e 6.19 sempre que a apreciação implica a realização de uma vistoria a uma área de pavimento coberta acima ou abaixo do solo coberta:											
6.	26.	1.	Por área bruta de utilização afeta a habitação objeto de apreciação sempre que seja obrigatório a realização de vistoria. . .	<i>(m²)</i>	0,25	C		0,09	—	0,12	0,21			0,21
6.	26.	2.	Por área bruta de utilização afeta a outro uso que não habitação objeto de apreciação sempre que seja obrigatório a realização de vistoria.	<i>(m²)</i>	0,35	C		0,12	—	0,17	0,29			0,29
CAPÍTULO II														
Taxas pelo deferimento de pedidos														
7.			Emissão e elaboração de documentos administrativos em matéria conexa com urbanização e edificação:											
7.	1.		Emissão de autos, alvarás, certidões e outros documentos análogos	<i>(Unidade)</i>	30,00	C		10,68	—	14,44	25,13			25,13
7.	2.		Efetivação de registos, averbamentos, aditamentos e outras diligências semelhantes	<i>(Unidade)</i>	10,00	C		3,56	—	4,81	8,38			8,38
7.	3.		Informações escritas em matéria de urbanização e edificação	<i>(Unidade)</i>	90,00	C		32,05	—	43,33	75,38			75,38

Códigos	Descrição	Unidade de cálculo	Ato		Custos			Custos diretos indiretamente afetos	Total custos	Variáveis		Valor inal
			Tempo	Divisão afeta	Código C. direto	C. Pessoal	Outros custos diretos			Isenção PDL (*)	Desincentivo	
7.	Reproduções simples de documentos administrativos e parte variável a crescer às taxas previstas em 7.1. a 7.3. sempre que se trata de documentos compostos por mais de uma página:											
4.	Documentos: em formato A 4	(Folha)	1,00	C		0,36	—	0,48	0,84			0,84
4.	Documentos: em formato A 3 ou superior	(Folha)	2,00	C		0,71	—	0,96	1,68			1,68
4.	Documentos: extratos e plantas	(Folha)	37,92	C		13,50	—	18,26	31,76			31,76
5.	Reprodução digital de documentos administrativos e parte a crescer às taxas previstas em 7.1. a 7.3. sempre que sejam solicitados documentos em suporte digital:											
5.	Em suporte digital fornecido pelo interessado	(Ato)	6,00	C		2,14	—	2,89	5,03			5,03
5.	Em suporte digital fornecido pelo município	(Ato)	7,00	C		2,49	—	3,37	5,86			5,86
8.	Execução de operações urbanísticas:											
8.	Realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas	Anexo I-A				—	—	—	—			—
8.	Compensações urbanísticas	Anexo I-B				—	—	—	—			—
8.	Ocupação do domínio público por motivo de obras	Anexo I-C				—	—	—	—			—

(*) Isenção para a promoção do desenvolvimento local.

209571563

MUNICÍPIO DE VILA FLOR**Aviso (extrato) n.º 6762/2016**

Fernando Francisco Teixeira de Barros, Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor, para os efeitos previstos no artigo 45.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, torna público, que as listas de ordenação final, atualizadas, das referências A, B e C do procedimento concursal aberto por aviso n.º 4108/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 74, de 16/04 se encontram afixadas no *Placard* da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Vila Flor, e no sítio do município de Vila Flor em www-cm-vilaflor.pt

12 de maio de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Fernando Francisco Teixeira de Barros*.

309583543

MUNICÍPIO DE VISEU**Aviso n.º 6763/2016****Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso n.º 5090/2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 89, de 08 de maio de 2015, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a candidata aprovada no procedimento concursal Ana Rita Santos Almeida Martins Antunes, com produção de efeitos a partir de 26 de abril de 2016.

10 de maio de 2016. — O Vice-Presidente, *Joaquim António Ferreira Seixas*.

309583608

UNIÃO DAS FREGUESIAS DA ENXARA DO BISPO, GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO**Edital n.º 446/2016****Brasão, Bandeira e Selo**

José António de Oliveira Costa, presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, do município de Mafra:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, do município de Mafra, tendo em conta o parecer emitido em 17 de dezembro de 2015, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea p), do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 28 de abril de 2016.

Brasão: escudo de verde, mitra de ouro com seus Fanhões do mesmo, forrada e com pedraria de vermelho, e crescente de prata encimado por coroa real antiga, de ouro, com sua pedraria de vermelho, alinhados em faixa; em orla, rosário de ouro, realçado de negro. Coroa mural de prata com quatro torres aparentes. Listel de prata com a legenda a negro: “UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ENXARA DO BISPO, GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO”.

Bandeira: esquartelada de branco e verde. Cordões e borlas de verde e prata. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos do artigo 18 da Lei 53/91, com a legenda “União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário”.

3 de maio de 2016. — O Presidente, *José António de Oliveira Costa*.

309567327

FREGUESIA DA ERICEIRA**Aviso n.º 6764/2016**

Considerando a necessidade de admissão de pessoal para Junta de Freguesia da Ericeira, foi determinada a abertura, pelo Senhor Presidente da Junta, por despachos exarados em 11 de janeiro 2016 e em 11 de maio de 2016, de dois Procedimentos concursais comuns para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Nos termos do disposto no artigo 19.º, n.º 1, alínea a) e n.º 3 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria

Anexo VII

Regulamento de Taxas do Município de Seixal

nas 5025 a 5029, foi realizada com imprecisão, devendo ser substituída nos termos infra:

Delimitação de áreas de reabilitação urbana. Amora, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Seixal

Delimitação das áreas de reabilitação urbana de Amora, Arrentela, Aldeia de Paio Pires e Seixal — Retificação ao aviso n.º 2560/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2014, retificado pela Declaração de retificação n.º 269/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março de 2014.

Nos termos do artigo 173.º e seguintes do novo Código do Procedimento Administrativo, propõe-se a retificação à deliberação n.º 206/2013 — CMS, de 5 de setembro, na medida em que o anexo referente ao Quadro dos benefícios fiscais e financeiros, sobre o imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), onde diz:

“referência deliberação de Câmara Municipal e Assembleia Municipal para o ano de 2013 — Isento por 5 anos”,

deverá dizer:

“referência deliberação de Câmara Municipal e Assembleia Municipal tomada em 2013 — Isento por 5 anos”.

Mais se propõe, além da aprovação da retificação supra, a imediata publicação desta declaração de retificação no *Diário da República* com simultânea informação à Assembleia Municipal.

27/05/2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Joaquim Cesário Cardador dos Santos*.

308683803

Regulamento n.º 317/2015

Joaquim Cesário Cardador dos Santos, Presidente da Câmara Municipal do Seixal:

Torna público, para os devidos efeitos, que a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 23 de abril de 2015 e a Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária de 28 de abril de 2015, no uso da competência atribuída pelo disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, *ex vi* alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atualizado pela Lei n.º 25/2015 de 30 de março, que alterou a Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, e nos termos do disposto no artigo 139.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovaram a versão definitiva do Regulamento de taxas do Município do Seixal.

Regulamento de Taxas do Município do Seixal

Preâmbulo

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, que regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento das mesmas.

Uma das questões centrais deste quadro legal é a consagração, ainda que já insito no texto constitucional, do princípio da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica.

O fim visado pela lei, com a cobrança de taxas, é o de, nessa estrita medida, assegurar receitas ao Município que lhe permitam desempenhar as funções e desenvolver a atividade que a mesma lei lhe faz conferir.

Por conseguinte, o Município do Seixal, conforme se lhe impõe, conformou o seu universo regulamentar vigente ao quadro jurídico ora consagrado.

Todavia, presentemente, tornou-se mister, adversamente ao histórico regulamentar deste Município, unificar as taxas municipais dispersas pelos inúmeros regulamentos, de forma a criar um texto uno e coeso, que garanta que os montantes cobrados a título de taxas sejam adequados, necessários e proporcionais e que os procedimentos adjacentes estejam uniformizados.

Tendo como premissas o mencionado princípio jurídico e a receita autárquica, assente na autonomia do poder local, também a utilização de critérios, em certos casos, que induzam ao incentivo ou desincentivo de determinados atos ou operações deve ser implementada, com respeito pela transparência e pelo princípio da proporcionalidade.

Na elaboração do presente Regulamento de Taxas assegurou-se a expressão consagração das bases de incidência objetiva e subjetiva, o valor das taxas e métodos de cálculo aplicáveis, a fundamentação económico-financeira dos tributos, as isenções e reduções, os meios de pagamento e demais formas de extinção da prestação tributária, o pagamento em prestações, bem como a temática respeitante à liquidação e cobrança.

Para além disso, procedeu-se a uma racionalização profunda das taxas, agregando-se umas e eliminando outras, procurando otimizar o princípio da prossecução do interesse público local, promovendo finalidades sociais, económicas, culturais, desportivas e ambientais.

Assim, o presente Regulamento e a Tabela de Taxas, que dele faz parte integrante, encontram-se em total conformidade com o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, e caracterizam-se, nomeadamente, por:

- a) Consagrar o princípio da equivalência jurídica das taxas municipais;
- b) Apresentar a fundamentação económico-financeira das taxas municipais, através de um profundo estudo, anexo ao Regulamento, no qual se descrevem os diferentes custos, diretos e indiretos, suportados pela câmara municipal em função das diferentes prestações tributárias; o custo da atividade pública local; o benefício do particular; o desincentivo/incentivo à prática de atos ou atividades; o custo social suportado pelo município;
- c) Simplificar o universo de taxas municipais através da criação de um texto uno e coeso.

O projeto do presente Regulamento foi submetido a um período de trinta dias de apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo, para o efeito, sido publicado, no dia 30/01/2015, na 2.ª série do *Diário da República*.

Assim:

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, nos termos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e g), do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para valer como Regulamento do município com eficácia externa, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento Municipal e respetiva Tabela de Taxas, que integra o presente articulado, é elaborado ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, dos artigos 14.º e 20.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), do regime geral das taxas das autarquias locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a última modificação legislativa feita pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro), e das alíneas b) e g), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, estatuto das entidades intermunicipais, regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece o regime referente à liquidação, cobrança e pagamento de taxas e prestação de cauções que, nos termos da lei ou regulamento, sejam devidas, para a prossecução das suas atribuições.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento é aplicável aos factos geradores da obrigação tributária ocorridos na área do Município do Seixal.

Artigo 4.º

Princípios gerais

1 — Toda a atividade municipal dirige-se à prossecução do interesse público, visando assegurar a adequada harmonização dos interesses particulares com o interesse geral.

2 — Incumbe ao Município fazer prevalecer as exigências impostas pelo interesse público sobre os interesses particulares, nas condições previstas na lei, no presente Regulamento e demais regulamentação municipal.

3 — O relacionamento do Município com os particulares rege-se por critérios de objetividade, justiça e promoção da gestão racional e eficiente dos recursos disponíveis.

4 — A atividade municipal rege-se por critérios dirigidos a promover a desburocratização e a celeridade no exercício das competências, evitando a prática de atos inúteis ou a imposição aos particulares de exigências injustificadas.

5 — De harmonia com o disposto nos números anteriores, a prestação de serviços a particulares, por parte do Município, obedece à regra da onerosidade, regendo-se a atribuição de benefícios a título gratuito por rigorosos critérios de aferição da existência de interesse municipal e de verificação do modo de utilização dos recursos disponibilizados e do cumprimento das obrigações correspondentemente assumidas.

CAPÍTULO II

Incidência

Artigo 5.º

Incidência objetiva

1 — É devido o pagamento de taxas pelos factos previstos na Tabela de Taxas, publicada em anexo ao presente Regulamento, que consubstanciam, conforme melhor consta da fundamentação económico-financeira, aqui também anexa, utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do Município.

2 — Os valores das taxas são fixados na tabela referida no número anterior.

3 — As taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento incidem, genericamente, sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do Município, e conforme expressamente previsto nos seguintes diplomas legais:

a) Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2011, de 18 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 57/76, de 22 de janeiro, Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, Portaria n.º 598/90, de 31 de julho, alterada pela Portaria n.º 897/95, de 17 de julho, Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, Portaria n.º 1083/2008, de 24 de setembro, Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho, Lei n.º 27/2013, de 12 de abril; Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, com a última modificação legislativa feita pela Lei n.º 5/2013, de 22 de janeiro, Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com a última modificação legislativa feita pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, com a última modificação legislativa feita pelo Decreto-Lei n.º 35/2014, de 7 de março;

b) Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto;

c) Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a última modificação legislativa feita pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação resultante do Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto;

d) Regulamento de Taxas e Licenças Municipais; Regulamento Municipal sobre o Regime de Exercício de Atividades; Regulamento de Inspeção de Meios Mecânicos de Elevação (Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas, e Tapetes Rolantes — Instalações); Regulamento de Acesso à Atividade de Mercados e Transportes em Táxi; Regulamento Municipal sobre as Instalações e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos; Regulamento Municipal das Taxas de Edificação e Urbanização; Regulamento Municipal da Taxa pela Realização e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas; Regulamento Municipal de Afixação, Inscrição, Instalação e Difusão de Publicidade e Propaganda; Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal; Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos Derivados do Petróleo, Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos e Gasosos Derivados do Petróleo e Áreas de Serviço.

Artigo 6.º

Incidência subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento é o Município do Seixal.

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada, requerente da prática do ato, bem como os interessados na obtenção de permissões administrativas geradoras da obrigação tributária.

3 — Estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no presente Regulamento o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os

fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

CAPÍTULO III

Das isenções e reduções

Artigo 7.º

Enquadramento

1 — Estão isentos do pagamento de taxas aqueles que beneficiarem de isenção por força de legislação especial e as empresas e fundações municipais, com capital totalmente participado pelo Município, relativamente às taxas devidas pelos atos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins.

2 — Todas as demais isenções e/ou reduções específicas eventualmente aplicáveis às taxas previstas no presente Regulamento têm o regime previsto no respetivo Regulamento Municipal.

3 — As isenções e reduções previstas em Regulamento Municipal são ponderadas em função da manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos sujeitos passivos de delas beneficiam, assim como dos objetivos sociais e de desenvolvimento que o Município visa promover e apoiar, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, designadamente de natureza cultural, desportiva, de apoio a extratos sociais desfavorecidos e de promoção dos valores locais.

4 — As isenções e reduções constantes nos Regulamentos Municipais fundamentam-se nos seguintes princípios:

- a) Equidade no acesso ao serviço público prestado pela autarquia;
- b) Promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica;
- c) Promoção do desenvolvimento e competitividade local;
- d) Promoção de investimentos que sejam relevantes para o desenvolvimento dos setores considerados de interesse estratégico para a economia local e para a redução das assimetrias regionais, nomeadamente a qualificação e transformação de produtos do sector primário e secundário, que induzam à criação de postos de trabalho e contribuam para impulsionar a inovação tecnológica;
- e) Incentivo a processos de recuperação e requalificação urbanística.

Artigo 8.º

Isenções e reduções genéricas

1 — As pessoas constituídas e reconhecidas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa estão isentas de quaisquer taxas relativas aos factos ou atos direta e imediatamente destinados à realização de fins religiosos.

2 — Estão isentos de taxa por ocupação do domínio público com estacionamento privativo e com rampas fixas de acesso, desde que o veículo seja de sua propriedade e destinado exclusivamente à sua condução, os deficientes físicos com grau de incapacidade superior a 60 %, comprovada pelo respetivo documento legal.

3 — Beneficiam de uma redução de 50 % das taxas previstas nos Capítulos I a III da Tabela de Taxas as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas, os sindicatos, as associações culturais, desportivas, recreativas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, as comissões de moradores e as cooperativas, suas uniões, federações ou confederações, desde que legalmente constituídas e se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) As pretensões visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;
- b) Os membros dos órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, interesse pessoal, direto ou indireto, no resultado da respetiva pretensão;
- c) Ponham à disposição, sempre que exigida, a informação de natureza contabilística.

4 — A Câmara Municipal pode deliberar a redução do valor das taxas previstas na Tabela de Taxas sempre que estejam em causa atividades, operações ou projetos de significativa relevância estratégica, económica, social, desportiva ou cultural para o interesse público local.

5 — Nas situações previstas no número anterior, a fixação percentual do montante de redução e a fundamentação da relevância para o interesse público local dependem de deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 9.º

Taxa de publicidade

1 — Estão isentos das taxas previstas no n.º 2 do Capítulo III da Tabela de Taxas o Estado e os seus serviços personalizados, pessoas coletivas de direito público e as entidades a quem a lei confira tal isenção.

2 — A Câmara Municipal poderá isentar, total ou parcialmente, das taxas previstas no n.º 2 do Capítulo III da Tabela de Taxas:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As associações sindicais, patronais, religiosas, culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, quando no âmbito da prossecução direta dos seus fins estatutários;
- c) As instituições particulares de solidariedade social legalmente constituídas, quando no âmbito da prossecução direta dos seus fins estatutários;
- d) As cooperativas, suas uniões, federações e confederações, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos da legislação cooperativa, relativamente às atividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários, quando no âmbito da prossecução direta dos seus fins estatutários;
- e) Anunciante que não prossigam fins lucrativos.

Artigo 10.º

Taxa de ocupação do espaço público

Quando a ocupação do espaço público com esplanada tenha sido objeto de contrato de concessão, poderá a Câmara Municipal conceder a isenção das taxas previstas no n.º 1 do Capítulo III da Tabela de Taxas sempre que o benefício social do equipamento ou o valor das obras efetuadas o justifiquem.

Artigo 11.º

Taxas urbanísticas

1 — Sem prejuízo das isenções ou reduções previstas na lei ou regulamento específico, estão isentas das taxas previstas no Capítulo VI da Tabela anexa ao presente Regulamento as obras de edificação destinadas a utilização própria e diretamente afetas aos seus fins, promovidas pelas associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

2 — Beneficiam de redução de 50 % das taxas previstas no Capítulo VI da Tabela anexa ao presente Regulamento:

- a) As pessoas coletivas ou singulares que promovam obras de edificação com objetivos de requalificação e conservação de edifícios localizados na área dos núcleos antigos do Município do Seixal, desde que não envolvam obras de ampliação;
- b) As obras de edificação promovidas por pessoas singulares ou coletivas, quando estejam em causa situações de calamidade;
- c) As obras de edificação promovidas pelas empresas do setor empresarial local e pelas sociedades em que o município tenha uma participação maioritária ou, detendo uma participação minoritária, o objeto da sociedade se contenha no interesse local;
- d) As obras de edificação com o objetivo de requalificação em imóveis de interesse municipal;
- e) As obras de edificação em imóveis classificados ou em vias de classificação, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 21 de setembro.

3 — Beneficiam de redução de 25 % das taxas previstas no Capítulo VI da Tabela anexa ao presente Regulamento as pessoas coletivas ou singulares que promovam obras de edificação com objetivos de requalificação e conservação de edifícios localizados na área dos núcleos antigos do Município do Seixal, quando envolvam obras de ampliação.

4 — As pessoas coletivas ou singulares beneficiam duma redução de 50 % nas taxas devidas pela ocupação do domínio público quando promovam obras de conservação, tal como definidas no Regime Jurídico da Urbanização Edificação

5 — Terão direito a uma redução de 15 % do valor da taxa a pagar pelo título de reconversão as áreas urbanas de génese ilegal que procedam ao seu pagamento na íntegra.

Artigo 12.º

Competência

1 — Os pedidos de isenção e/ou redução serão formalizados, pelos interessados, através de requerimento a solicitar no Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal ou nas Lojas do Município, para apreciação e deliberação.

2 — O serviço instrutor do processo de pedido de isenção e/ou redução será aquele a quem competiria a emissão do título ou a receção da comunicação, competindo-lhe a instrução do mesmo, nomeadamente, a solicitação ao requerente de todos os elementos adicionais que repute essenciais à apreciação do pedido.

3 — Concluída a instrução do processo de pedido de isenção e/ou redução, o serviço instrutor emite parecer quanto à isenção e/ou redução requerida, concretizando o valor de taxa devido, o enquadramento factual e legal, quando aplicável, e proposta de decisão, remetendo, em seguida, para decisão.

4 — As isenções e reduções referidas nos números anteriores não dispensam os interessados de requerer à Câmara Municipal os necessários títulos ou realizar as comunicações, quando exigíveis, nos termos da lei ou dos regulamentos municipais.

CAPÍTULO IV

Valor, liquidação, cobrança e pagamento

Artigo 13.º

Gestor do procedimento

1 — A fim de garantir o cumprimento dos princípios previstos no artigo 4.º do presente Regulamento, cada procedimento é acompanhado por um gestor do procedimento, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação procedimental e prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos interessados.

2 — A identidade do gestor do procedimento é comunicada ao requerente nos 5 (cinco) dias úteis seguintes ao da apresentação do requerimento e, em caso de substituição, o interessado é notificado da identidade do novo gestor.

Artigo 14.º

Fundamentos comuns de rejeição liminar de requerimento

Para além dos casos previstos na lei ou neste Regulamento, constituem fundamento de rejeição liminar do requerimento:

- a) A apresentação de requerimento extemporâneo;
- b) A apresentação de requerimento que não cumpra os requisitos exigidos ou não se encontre instruído com os elementos identificados no respetivo modelo, quando tenha sido notificado para o suprimento de deficiências e o requerente não as tenha vindo suprir dentro do prazo fixado para o efeito;
- c) A existência de qualquer débito para com o Município, resultante do não pagamento de qualquer taxa, salvo se tiver sido deduzida reclamação ou impugnação e prestada garantia idónea, nos termos da lei.

Artigo 15.º

Valor das taxas

1 — O valor das taxas a cobrar pelo Município do Seixal é o constante da Tabela de Taxas, que é parte integrante do presente Regulamento.

2 — A determinação do custo da atividade municipal, dos benefícios auferidos pelos particulares, dos critérios de incentivo/desincentivo à prática de atos ou operações, dos impactos negativos e o fundamento económico-financeiro das taxas encontra-se definido no anexo à Tabela de Taxas.

3 — O valor das taxas a liquidar deverá ser arredondado, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo.

Artigo 16.º

Liquidação

A liquidação de taxas previstas na Tabela de Taxas consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores e fórmulas nela definidos, de acordo com os elementos fornecidos pelos sujeitos passivos ou conhecidos pelo Município.

Artigo 17.º

Procedimento de liquidação

1 — A liquidação das taxas previstas no presente Regulamento é efetuada nos termos previstos na Tabela de Taxas.

2 — As taxas devidas pela realização de atos/procedimentos sujeitos a licença ou autorização são liquidadas após a entrega do requerimento pelo interessado e até ao momento da emissão do título.

3 — As taxas devidas pela realização de atos/procedimentos sujeitos a comunicação prévia são autoliquidadas pelos respetivos interessados após a emissão do comprovativo da admissão da comunicação.

4 — O ato de liquidação das taxas previstas neste Regulamento e/ou na respetiva Tabela será precedido de aviso de pagamento, no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito ativo;
- b) Identificação do sujeito passivo;
- c) Discriminação do ato, facto ou contrato sujeito a liquidação;
- d) Enquadramento na Tabela de Taxas;
- e) Cálculo do montante devido, resultante da conjugação dos elementos referidos nas alíneas c) e d).

Artigo 18.º

Regra específica de liquidação

1 — O cálculo das taxas cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário.

2 — Nos termos do disposto no número anterior, considera-se semana de calendário o período compreendido entre segunda-feira e domingo.

3 — O cálculo da taxa devida no primeiro ano das licenças ou comunicações anuais é efetuado por referência aos meses remanescentes do ano civil em curso à data da emissão da licença ou apresentação da comunicação, sem prejuízo de disposição específica em contrário.

4 — O valor da taxa calculada no número anterior não pode ser inferior a um terço da taxa anual correspondente.

Artigo 19.º

Liquidação de impostos devidos ao Estado

Com a liquidação das taxas, o Município assegura ainda a liquidação e cobrança de impostos devidos ao Estado, resultantes de imposição legal.

Artigo 20.º

Preparos

1 — No momento da apresentação de um pedido/requerimento ao Município, que se consubstancie num ato ou procedimento enquadrável no presente Regulamento, terá o requerente de pagar uma taxa de preparos, conforme prevista na Tabela de Taxas.

2 — O valor pago a título de taxa de preparos será deduzido ao montante a pagar pelas taxas devidas pela realização do ato/procedimento requerido.

3 — Não haverá lugar à restituição do valor pago a título de taxa de preparos, caso o pedido/requerimento tenha sido indeferido, total ou parcialmente, nem em caso de desistência do pedido.

Artigo 21.º

Notificação

1 — A liquidação, quando não seja efetuada com base em declaração do interessado, é notificada ao interessado, por carta registada, salvo nos casos em que o valor a pagar seja igual ou superior a 250 unidades de conta, sendo efetuada por carta registada com aviso de receção.

2 — Da notificação da liquidação deverão constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da eventual delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário.

3 — A notificação considera-se efetuada no terceiro dia posterior à sua expedição, ou no primeiro dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil, no caso de correio registado, ou na data da assinatura do aviso de receção, no caso de correio registado com aviso de receção, considerando-se a mesma efetuada na própria pessoa do notificando, ainda que o aviso de receção haja sido assinado por terceiro, presumindo-se, neste caso, que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

4 — No caso de o aviso de receção ser devolvido pelo facto de o destinatário se ter recusado a recebê-lo, ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais, e não se comprovar que, entretanto, o requerente comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação é efetuada nos 15 dias seguintes à devolução, por correio registado, presumindo-se efetuada a notificação.

5 — Apenas ocorrerá falta de notificação quando o respetivo destinatário alegue e prove justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

6 — A notificação ao interessado também poderá ser realizada por via eletrónica, considerando-se efetuada no primeiro dia útil seguinte à data do comprovativo de receção.

Artigo 22.º

Liquidação no caso de deferimento tácito

São aplicáveis no caso de deferimento tácito as taxas previstas para o deferimento expresso.

Artigo 23.º

Não incidência de adicionais

Sobre as taxas não recai qualquer valor adicional para o Estado, com exceção do Imposto do Selo ou IVA, se devidos nos termos legais, e cujos valores acrescem ao valor da taxa.

Artigo 24.º

Revisão do ato de liquidação

1 — Pode haver lugar à revisão do ato de liquidação pelo respetivo serviço liquidador, por iniciativa do sujeito passivo ou oficiosa, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária, com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 — A revisão do ato de liquidação deve ser notificada ao sujeito passivo da relação jurídica, nos termos do disposto no artigo 21.º

3 — Quando se verifique ter havido erro de liquidação por excesso, devem os serviços municipais, independentemente de reclamação do interessado, promover, de imediato, a restituição da quantia cobrada a mais.

4 — Sem prejuízo da cobrança coerciva prevista neste Regulamento, no caso de erro de liquidação por defeito, a falta de pagamento do valor adicional dentro do prazo fixado pelo Município fará operar, imediatamente, a extinção do procedimento, a cessação da atividade e/ou o benefício da vantagem a ela associado, caso já tenha dado início ou dela esteja a beneficiar.

5 — Quando o quantitativo resultante da revisão do ato de liquidação seja igual ou inferior a 5 € (cinco euros), não há lugar à sua cobrança nem à sua devolução.

6 — Não há lugar a revisão do ato de liquidação nos casos em que, a pedido do interessado, sejam introduzidas no processo alterações ou modificações das quais resulte um valor de taxas menor e, por conseguinte, não haverá restituição de qualquer quantia paga.

Artigo 25.º

Autoliquidação

1 — Nos casos em que esteja prevista a autoliquidação das taxas o interessado pode proceder ao depósito do montante devido em instituição de crédito à ordem do Município.

2 — Para os efeitos devidos no número anterior é publicitado no sítio da internet do Município o número e a instituição bancária em que o Município tem conta e onde é possível efetuar o depósito.

3 — O requerente deve remeter cópia do pagamento efetuado nos termos do número anterior ao Município.

4 — A prova do pagamento das taxas efetuado nos termos do n.º 2 do presente artigo deve ser apresentada sempre que solicitada, sob pena de presunção de que o requerente não efetuou o pagamento.

5 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efetivamente devido, o requerente é notificado do valor correto a pagar assim como do prazo para efetuar o respetivo pagamento.

6 — A falta de pagamento do valor referido no número anterior dentro do prazo fixado pelo Município tem por efeito a execução fiscal do débito correspondente.

7 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é superior ao valor efetivamente devido, o requerente é notificado do valor correto a pagar, sendo-lhe restituído o montante pago em excesso, sem prejuízo do previsto no n.º 5 do artigo antecedente.

Artigo 26.º

Cobrança das taxas

1 — Salvo disposição especial em contrário, as taxas são pagas mediante guia emitida pelo serviço municipal competente.

2 — A guia para pagamento da taxa deverá ser emitida até à data da emissão do respetivo documento que titula a licença, admissão ou autorização, salvo as disposições especiais constantes no presente Regulamento.

Artigo 27.º

Do pagamento

1 — Não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas, salvo nos casos expressamente permitidos.

2 — A prática ou utilização do ato ou facto sem o prévio pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas, para além de estar sujeito ao disposto na alínea a), do artigo 29.º do presente Regulamento, constitui contraordenação.

3 — As taxas no presente Regulamento extinguem-se através do pagamento integral ou pelas outras formas de extinção previstas na lei geral.

4 — As taxas são pagas em moeda corrente, cheque simples ou visado, cartão de débito, cartão de crédito, débito em conta, vale postal ou outros meios legalmente admitidos e que estejam em uso no Município.

5 — O pagamento por cheque simples implica que o ato taxado só se efetive após boa cobrança do mesmo.

6 — Quando tal seja compatível com a lei e o interesse público, as taxas podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação.

Artigo 28.º

Pagamento em prestações

1 — A Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente comprovação de que a situação económica do requerente não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 — A possibilidade de pagamento em prestações não é aplicável às taxas devidas pela mera comunicação prévia, nem pelas comunicações prévias com prazo.

3 — O interessado, através de requerimento a solicitar no Balcão Único de Atendimento, pode requerer o pagamento faseado das taxas, desde que o valor a pagar seja igual ou superior a 50 € (cinquenta euros).

4 — A deficiente instrução do pedido de pagamento em prestações implica a rejeição liminar do mesmo.

5 — A autorização do pagamento faseado discriminará os termos do mesmo, tendo sempre por base a seguinte tabela:

a) Valor a pagar igual ou superior a 50 € (cinquenta euros) e inferior a 150 € (cento e cinquenta euros) — será autorizado um máximo de cinco prestações de valor igual ou superior a 10 € (dez euros);

b) Valor a pagar igual ou superior a 150 € (cento e cinquenta euros) e inferior a 500 € (quinhentos euros) — será autorizado um máximo de oito prestações de valor igual ou superior a 20 € (vinte euros);

c) Valor a pagar igual ou superior a 500 € (quinhentos euros) e inferior a 2.500 € (dois mil e quinhentos euros) — será autorizado um máximo de doze prestações de valor igual ou superior a 40 € (quarenta euros);

d) Valor a pagar igual ou superior a 2.500 € (dois mil e quinhentos euros) e inferior a 5.000 € (cinco mil euros) — será autorizado um máximo de vinte e quatro prestações de valor igual ou superior a 100 € (cem euros);

e) Valor a pagar igual ou superior a 5.000 € (cinco mil euros) — será autorizado um máximo de trinta e seis prestações de valor igual ou superior a 150 € (cento e cinquenta euros);

6 — Caso a Câmara Municipal autorize o requerido, o valor de cada prestação mensal corresponde ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.

7 — O pagamento de cada prestação deve ocorrer até ao dia 8 do mês a que esta corresponder.

8 — A autorização do pagamento fracionado da taxa devida pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas, bem como das taxas devidas pela emissão dos alvarás de licença, autorização e comunicação prévia de loteamentos, obras de urbanização e de obras de edificação está condicionada à prestação de caução, nos termos da lei.

9 — Na situação prevista no número anterior o número de prestações mensais autorizadas não pode ultrapassar o termo do prazo de execução fixado no respetivo alvará.

10 — O incumprimento de uma das prestações implica o vencimento imediato das restantes, tendo o requerente de pagar a totalidade do capital em dívida acrescido dos juros de mora, à taxa legal em vigor, sob pena de se assegurar a execução fiscal do total em dívida.

11 — Excetua-se do disposto no número anterior as situações em que haja lugar à emissão de qualquer título, sendo que, nesses casos, o não pagamento de uma prestação implica a extinção do procedimento, sem possibilidade de devolução das quantias pagas, sendo o caso particular das AUGI's excluído do presente âmbito.

12 — A entrega de qualquer título ocorre aquando da prestação da caução ou do pagamento integral das prestações autorizadas.

Artigo 29.º

Consequências do não pagamento de taxas

Salvo se for deduzida reclamação ou impugnação e prestada, nos termos da lei, garantia idónea, o não pagamento de taxas devidas ao Município constitui fundamento para:

a) Agravar em 50 % o valor da taxa previsto na Tabela de Taxas, caso tenha havido prática do ato ou facto sem o prévio pagamento, em desconformidade com o disposto no presente Regulamento;

b) Não emissão ou renovação de qualquer licença;

c) Rejeição liminar dos requerimentos nos termos do artigo 14.º deste Regulamento;

d) Recusa da prestação de quaisquer serviços solicitados ao Município;

e) Determinação da cessação da possibilidade de qualquer tipo de utilização de bens do domínio público ou privado municipal.

Artigo 30.º

Regras de contagem

1 — Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

2 — O prazo que termine ao sábado, domingo ou dia feriado, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 31.º

Regra geral

Sem prejuízo de prazo específico previsto na lei e da precedência do pagamento de taxas relativamente à emissão de alvarás, o prazo para pagamento voluntário das taxas é de 30 dias a contar da notificação, efetuada nos termos do artigo 21.º do presente Regulamento.

Artigo 32.º

Pagamento extemporâneo

São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas previstas no presente Regulamento, fixados nos termos da lei aplicável.

Artigo 33.º

Reclamação e impugnação judicial

Da liquidação e cobrança das taxas cabe reclamação graciosa ou impugnação judicial, nos termos e com os efeitos previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, e demais legislação tributária aplicável.

Artigo 34.º

Cobrança coerciva por falta de pagamento

Expirado o prazo para pagamento voluntário das taxas proceder-se-á à cobrança coerciva das mesmas através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e Processo Tributário.

Artigo 35.º

Extinção do procedimento por falta de pagamento ou deserção

1 — Nos termos do Código de Procedimento Administrativo, a falta de pagamento de taxas ou despesas é causa de extinção do procedimento.

2 — Para obstar à extinção do procedimento prevista no número antecedente poderá o requerente realizar o pagamento em dobro da quantia em falta nos dez dias seguintes ao termo do prazo fixado para o seu pagamento.

3 — Quando, por causa imputável ao requerente, não seja levantado o título ou documento requerido, no prazo de seis meses a contar da data da sua emissão, o procedimento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, será considerado deserto e, por conseguinte, extinto, não havendo lugar à devolução dos montantes pagos a título de taxas ou preparos.

4 — Com a extinção do procedimento, a Câmara Municipal procederá à destruição do título ou documento requerido.

5 — A diferença entre o montante pago a título de taxa de preparos e o montante da taxa devida pelo procedimento será objeto de cobrança coerciva.

Artigo 36.º

Caducidade e prescrição

1 — Nos termos do artigo 45.º da Lei Geral Tributária, o direito de liquidar as taxas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

2 — Nos termos do artigo 48.º da Lei referida no número antecedente, as dívidas por taxas, salvo o disposto em lei especial, prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

3 — A notificação, a reclamação graciosa e a impugnação judicial suspendem a caducidade.

4 — A citação, a reclamação graciosa e a impugnação judicial interrompem a prescrição.

5 — Presume-se o indeferimento tácito dos processos de reclamação graciosa que não conheçam decisão no prazo de 4 meses.

6 — No prazo de um ano, contado da instauração, considerar-se-á extinta a execução fiscal, salvo se o prazo decorreu por causas insuperáveis, devidamente justificadas, e por factos imputáveis ao sujeito passivo.

Artigo 37.º

Período de validade das licenças, admissões e autorizações

1 — As licenças, admissões e autorizações têm o prazo de validade delas constante.

2 — Nas licenças, admissões e autorizações com validade por período de tempo certo deve constar sempre a referência ao último dia desse período.

3 — A renovação das licenças, admissões e autorizações é feita nos termos da lei ou de regulamento municipal.

Artigo 38.º

Precariedade das licenças, admissões e autorizações

Salvo o disposto em lei especial, todos os licenciamentos, admissões ou autorizações que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público, devidamente fundamentados, sem que haja lugar a qualquer indemnização.

Artigo 39.º

Renovação das licenças, admissões e autorizações

1 — As licenças, admissões e autorizações concedidas temporariamente renovar-se-ão automaticamente apenas quando tal se encontre expressamente previsto em norma legal ou regulamentar.

2 — As licenças, admissões e autorizações renováveis consideram-se concedidas nas condições e termos em que o foram as correspondentes licenças iniciais, sem prejuízo da necessidade de requerer a renovação, caso não sejam de renovação automática, e da atualização do valor da taxa a que haja lugar.

3 — Não haverá lugar à renovação se o titular do licenciamento, comunicação prévia ou autorização formular pedido nesse sentido, nos 60 dias anteriores ao termo do prazo inicial ou da sua renovação.

Artigo 40.º

Averbamento das licenças, comunicações prévias ou autorizações

1 — Sem prejuízo do disposto em lei especial, poderá ser autorizado o averbamento das licenças, autorizações ou comunicações prévias, desde que os atos ou factos a que respeitem subsistam nas mesmas condições em que foram licenciados.

2 — O pedido de transferência de titularidade da licença, autorização ou comunicação prévia deverá ser acompanhado de prova documental que o justifique, nomeadamente, escritura pública ou declaração de concordância emitida pela pessoa singular ou coletiva em nome da qual será averbada a licença ou autorização.

3 — O averbamento da licença, autorização ou comunicação prévia concedidas ao abrigo de legislação específica deverão observar as respetivas disposições legais e regulamentares.

Artigo 41.º

Cessação de licenças

1 — A todo o tempo, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal pode fazer cessar qualquer licença que tenha sido concedida, mediante notificação ao respetivo titular.

2 — O valor da taxa correspondente ao período não utilizado será restituída ao sujeito passivo, por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência delegada.

Artigo 42.º

Contraordenações

1 — Constituem contraordenações:

- a) A prática de ato ou facto sem prévio pagamento das taxas, salvo nos casos expressamente permitidos;
- b) A inexactidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas municipais;
- c) A não prestação da informação tributária solicitada e necessária à cobrança e liquidação das taxas municipais.

2 — Nos casos previstos na alínea a) do número anterior, aplicam-se as coimas previstas para a falta de licenciamento ou comunicação nos Regulamentos Municipais aplicáveis, podendo ainda haver lugar à remoção da situação ilícita.

3 — Nos casos previstos nas alíneas b) e c), do n.º 1, do presente artigo, os montantes mínimo e máximo da coima são, respetivamente, de 1 a 10 UC para as pessoas singulares e de 10 a 20 UC para as pessoas coletivas.

CAPÍTULO V

Urgência

Artigo 43.º

Taxa de urgência

1 — Para satisfação de eventuais necessidades dos interessados, é criada uma taxa de urgência relativamente ao prazo legal para a atividade administrativa.

2 — O interessado, através de requerimento a solicitar no Balcão Único de Atendimento da Câmara Municipal ou nas Lojas do Município, pode solicitar a urgência do ato/procedimento requerido, mediante o pagamento imediato da taxa prevista no número anterior.

3 — A taxa prevista no número um do presente artigo acrescerá ao valor da taxa de cada ato/procedimento requerido e tem a seguinte configuração:

- a) Taxa de urgência de 3 dias úteis — 50 % do valor da taxa do ato/procedimento requerido.
- b) Taxa de urgência de 5 dias úteis — 20 % do valor da taxa do ato/procedimento requerido.

4 — A taxa de urgência é aplicável à universalidade de atos e procedimentos insitos no presente Regulamento, com exceção dos n.ºs 1 a 6, 12, 13, 14 e 17 do Capítulo VI da Tabela de Taxas.

5 — Para as taxas de urbanismo previstas nos números 7, 10 e 16 do Capítulo VI da Tabela de Taxas só é aplicável a taxa de urgência de 5 dias.

6 — Se, por qualquer razão, se demonstrar impossível o cumprimento da urgência requerida, será dado conhecimento imediato desse facto ao requerente, não dando o mesmo lugar a qualquer compensação indemnizatória, seja a que título for.

7 — Caso se verifique a situação descrita no número antecedente, o valor pago a título de taxa de urgência, em sede de liquidação, será subtraído ao montante a pagar a final e, se a isso houver lugar, devolvido o montante excedente.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 44.º

Atualização

1 — A atualização do valor das taxas constantes do presente Regulamento será efetuada nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com a última modificação legislativa feita pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, e em conformidade com todas as alterações legislativas subsequentes.

2 — Exceção de disposto no número anterior as taxas previstas na Tabela de Taxas cujos quantitativos sejam fixados por disposição legal.

Artigo 45.º

Legislação complementar

Em tudo o que não se encontrar especificamente regulado no presente Regulamento, aplicam-se, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, as normas do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária.

Artigo 46.º

Disposição revogatória

Consideram-se revogadas as taxas e respetivas disposições regulamentares, previstas em todos os Regulamentos do Município do Seixal, que contrariem o disposto no presente Regulamento.

Artigo 47.º

Legislação referenciada

As referências a diplomas legais ou regulamentares contidas no presente Regulamento e na Tabela de Taxas consideram-se automaticamente reportadas aos normativos que os venham a substituir, desde que estes não alterem o conteúdo das taxas em causa.

Artigo 48.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

26/05/2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Joaquim Cesário Cardador dos Santos*.

I — Enquadramento legal

A Administração Local enfrenta uma conjuntura de mudança motivada por desafios que reforçam a necessidade de adoção de novas práticas de gestão, bem como, a implementação de bases sólidas aptas a sustentar as decisões municipais de um modo transparente e direcionadas ao munícipe, com a simplificação e clarificação de procedimentos, tendo subjacente uma lógica de equilíbrio económico-financeiro.

A necessidade de assegurar o equilíbrio económico-financeiro da atividade das autarquias locais tem-se traduzido em inovações relevantes no que concerne à gestão financeira e à contabilidade pública. Estas inovações tiveram a sua égide na publicação do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro) e no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que forneceram as principais linhas de orientação para a realização do estudo que se apresenta.

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, concretamente na alínea d), do artigo 14.º, determina que constituem receitas municipais “O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º”.

Relativamente às taxas, o artigo 20.º do mesmo diploma legal prevê a possibilidade de os municípios criarem taxas, nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais, estando a mesma subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais. Ou seja, é o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais que estabelece as regras e princípios que presidem à fixação destes tributos.

Concretamente. De acordo com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, a criação das taxas e a fixação do seu valor estão subordinadas aos princípios constitucionais da equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos.

I.e., a criação de taxas terá de respeitar o princípio da prossecução do interesse público, visando satisfazer as necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental, por um lado, e a fixação do seu valor será de acordo com o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular, por outro.

Por conseguinte, a criação de taxas pelas autarquias locais assenta num critério de corresponsabilidade, porquanto estes tributos têm o seu escopo no financiamento de utilidades geradas pela realização de despesa pública local, quando desta resultem utilidades divisíveis que beneficiem um grupo certo e determinado de sujeitos, independentemente da sua vontade.

Como tal, o valor das taxas, ainda que respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas, consoante a política local vise fomentar ou desencorajar tais atos e/ou utilidades.

A alínea c), do n.º 2, do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais estabelece a obrigatoriedade de um regulamento que crie as taxas municipais conter, sob pena de nulidade, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, exercendo esta a função de garante do quadro legal supra espelhado.

II — Enquadramento metodológico

O Município do Seixal promoveu um extenso e rigoroso estudo de fundamentação económico-financeira do valor das taxas a cobrar pela Autarquia, a fim de, como costumário, procurar satisfazer na íntegra os impositivos legais.

Determina a alínea c), do n.º 2, do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais que a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas municipais consiste, nomeadamente, no apuramento e apresentação dos custos diretos e indiretos, dos encargos financeiros, das amortizações e de futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local.

Por conseguinte, o mister foi amplamente suportado pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com a última modificação legislativa operada pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro), porquanto, e na medida em que este consubstanciou a reforma da administração financeira e das contas públicas no setor da administração autárquica, traduzida na obrigatoriedade por parte dos Municípios de implementar uma contabilidade que permita o apuramento de custos por funções e por bens e serviços, fornece um conjunto de informações/dados relevantes de-

terminantes à necessária fundamentação económico-financeira das taxas municipais.

Cogitados no âmbito do regime legal subjacente, aliado ao saber contabilístico municipal, foram definidos os custos associados aos tributos a fundamentar económico-financeiramente:

- a) Custos Administrativos: custos provindos do procedimento administrativo (nomeadamente, receção e apreciação instrutória dos pedidos, instrução (documental e material), tramitação e trânsito do processo administrativo, emissão e expedição de documentos administrativos);
- b) Custos Técnicos: custos resultantes do procedimento de apreciação técnica (nomeadamente, estudo do processo instrutor, análise técnica, emissão de pareceres técnicos);
- c) Custos de Decisão: custos derivados dos agentes decisores (Câmara Municipal, eleitos e dirigentes com competências delegadas);
- d) Custos Específicos: custos emanados da especificidade de atos/procedimentos/utilidades (princípio do custo/benefício);
- e) Custos Gerais: universalidade de custos essenciais ao funcionamento da atividade municipal.

Para o apuramento dos Custos Administrativos, Técnicos, de Decisão e Específicos contingentou-se o exercício económico do ano de 2011 (período de referência), já para os Custos Gerais considerou-se a média do balancete dos anos de 2010 e 2011, com a necessária atualização de todos os valores à taxa de inflação (2 %).

Especificamente quanto aos custos de funcionamento dos principais edifícios da Câmara Municipal do Seixal (Serviços Centrais e Serviços Operacionais) empregou-se as despesas do ano de 2013.

III — Apuramento de custos

O Município utilizou como recurso de imputação de custos diretos aos procedimentos o critério hora/homem e de imputação de custos indiretos a base de despesas indispensáveis de funcionamento da atividade municipal.

Estes critérios assumem grande relevância, porquanto, desta forma, o estudo desenvolvido assume a pretendida natureza de liquidação efetiva dos custos da atividade municipal com a concessão de licenças e de prestação de serviços, unidade de medida base para a determinação do valor das taxas, ou seja, para a sua fundamentação económico-financeira.

1) Apuramento de Custo de Pessoal:

Apurou-se a média do custo anual de funcionários, por categoria, através da soma dos encargos com remunerações, subsídio de refeição, despesas de representação, seguros de acidentes pessoais/acidentes de trabalho, contribuição, em percentagem, para a Segurança Social/Caixa Geral de Aposentações e outros encargos com os recursos humanos (ADSE e outros).

Através da média do custo anual dos trabalhadores pelas diferentes categorias, tendo em conta o número de semanas trabalhadas num ano e o número de horas trabalhadas por semana e, indexando ao número total de trabalhadores por categoria, foi apurado o custo/hora médio por categoria e por trabalhador, tendo este custo, posteriormente, sido reduzido ao minuto.

Valores minuto/categoria apurados para a fundamentação económico-financeira:

Categoria	Valor hora por categoria	Valor minuto por categoria
Assistente operacional	8,72811	0,14547
Assistente técnico	9,23717	0,15395
Coordenador Técnico	13,71136	0,22852
Diretor de Departamento	31,16049	0,51934
Chefe de Divisão	24,07799	0,40130
Coordenador de Gabinete	16,81827	0,28030
Técnicos de Informática	19,04441	0,31741
Técnicos Superiores	15,85771	0,26430
Eleitos	26,62111	0,44369

Cada unidade orgânica interveniente nos procedimentos administrativos apurou, em condições de eficiência e eficácia, os tempos médios em minutos relativamente ao circuito de cada processo.

Da conjugação dos valores minuto/categoria com a temporização dos procedimentos administrativos por categoria encontrou-se o custo efetivo com pessoal na concessão de licenças e na prestação de serviços.

2) Apuramento de custos de funcionamento dos principais edifícios da Câmara Municipal:

Elaborou-se um levantamento dos custos de funcionamento do edifício dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal (SCCMS) e do edifício dos Serviços Operacionais da Câmara Municipal do Seixal

(SOCMS), tendo por base as despesas do ano de 2013, nomeadamente, com eletricidade, manutenção, limpeza, vigilância e renda.

Feito o referido apuramento, e tendo em conta o número de horas trabalhadas num ano e o número de horas trabalhadas por semana, foi calculado o custo/hora de cada edifício.

Considerando o número de funcionários por edifício, determinou-se o custo/hora a imputar por trabalhador.

Também na presente tipologia de apuramento o custo foi reduzido ao minuto e utilizado como critério de imputação à mão-de-obra direta.

	Total anual por edifício	Valor hora por edifício	Número trabalhadores por edifício	Custo hora a imputar por trabalhador	Custo minuto a imputar por trabalhador
SCCMS	3 665 793,81	2 014,17	649	3,10350	0,05173
SOCMS	2 746 286,90	1 508,95	664	2,27251	0,03788

3) Apuramento dos custos diretos às funções (CDCMS):

O critério adotado para o cálculo dos custos diretos inerentes às funções traduz-se no apuramento dos custos associados aos serviços municipais (unidades orgânicas) intervenientes nos procedimentos administrativos geradores de taxas.

Nestes custos incluem-se todas as despesas com a reposição, manutenção e amortização de equipamentos, máquinas e viaturas, seguros, combustíveis e outros custos específicos individualizados e que não tenham sido considerados no apuramento do custo de funcionamento dos edifícios.

Considerou-se um conjunto de equipamentos disponíveis por agente a fim de determinar o custo por minuto por utilizador.

Equipamentos	Valor de aquisição	Anos	Custo anual		Custo/minuto	
			Amortização	Conservação	Amortização	Conservação
Secretária	308,91	8	38,61	7,72	0,02122	0,00424
Cadeira	353,78	8	44,22	8,84	0,02430	0,00486
Armário	451,28	8	56,41	11,28	0,03099	0,00620
Bloco de gavetas	275,82	8	34,48	6,90	0,01894	0,00379
Sistema Informático	2 076,71	4	519,18	51,92	0,28526	0,02853
Sistema Telecomunicações	126,94	8	15,87	3,17	0,00872	0,00174
Outro mobiliário	644,64	8	80,58	16,12	0,04427	0,00885
Outro Equipamento	297,75	5	59,55	7,44	0,03272	0,00409
<i>Totais</i>			848,90	113,39	0,46642	0,06230

Estes valores foram incorporados nos custos diretos consoante o número de funcionários das respetivas unidades funcionais, considerando, para o efeito, o valor das amortizações e da conservação e reparação dos equipamentos.

Tendo em conta cada unidade funcional interveniente nos procedimentos administrativos geradores de taxas, foram apurados os custos do ano de 2011 da respetiva frota associada, nomeadamente, com

combustíveis, manutenção e conservação, seguros e amortizações, atribuindo-os como custos diretos respetivamente.

No concernente às unidades funcionais que não têm veículo atribuído, servindo-se de um veículo da Área de Gestão de Frota Municipal, estabeleceu-se um “veículo tipo” (média dos custos por categoria de veículo e por tipologia de custo), atribuindo-os igualmente como custos diretos às respetivas unidades funcionais.

N.º de frota	Tipo	Ano	Idade	Serviço	Combustível 2011	Manutenção 2011	Amortizações	Seguros	Total anual	Total por minuto
222	Ligeiro de Mercadorias	1999	13	AGFM	793,07	7 021,06	0,00	239,79	8 053,92	0,07375
303	Ligeiro de Mercadorias	2005	7	AGFM	793,31	3 025,58	1 513,46	248,86	5 581,21	0,05111
313	Ligeiro de Mercadorias	2005	7	AGFM	1 786,19	506,39	2 515,65	388,00	5 196,23	0,04758
329	Ligeiro de Mercadorias	2005	7	AGFM	726,01	261,05	1 879,65	291,61	3 158,32	0,02892
330	Ligeiro de Mercadorias	2005	7	AGFM	334,24	312,82	1 879,65	291,61	2 818,32	0,02581
331	Ligeiro de Mercadorias	2005	7	AGFM	189,97	214,61	1 879,65	291,61	2 575,84	0,02359
332	Ligeiro de Mercadorias	2005	7	AGFM	243,77	76,18	2 505,20	291,61	3 116,76	0,02854
372	Ligeiro de Mercadorias	2007	5	AGFM	744,01	115,58	1 587,86	250,56	2 698,01	0,02471
397	Ligeiro de Mercadorias	2008	4	AGFM	746,26	154,18	560,00	352,05	1 812,49	0,01660
428	Ligeiro de Mercadorias	2010	2	AGFM	2 368,68	37,60	3 077,41	432,28	5 915,97	0,05418
Ligeiro de Mercadorias — Média					872,55	1 172,51	1 739,85	307,80	4 092,71	0,03748
209	Ligeiro de Passageiros	1998	14	AGFM	1 341,26	620,59	0,00	230,06	2 191,91	0,02007
215	Ligeiro de Passageiros	1999	13	AGFM	879,68	697,22	0,00	244,19	1 821,09	0,01668
227	Ligeiro de Passageiros	1999	13	AGFM	560,50	1 368,00	0,00	552,54	2 481,04	0,02272
243	Ligeiro de Passageiros	2000	12	AGFM	1 117,41	968,73	0,00	242,68	2 328,82	0,02133
249	Ligeiro de Passageiros	2000	12	AGFM	1 018,48	3 672,46	0,00	269,24	4 960,18	0,04542
255	Ligeiro de Passageiros	2000	12	AGFM	370,57	678,82	0,00	245,03	1 294,42	0,01185
269	Ligeiro de Passageiros	2001	11	AGFM	1 305,89	844,99	3 716,11	269,03	6 136,02	0,05619
306	Ligeiro de Passageiros	2005	7	AGFM	2 421,22	3 177,58	2 157,38	245,45	8 001,63	0,07328
316	Ligeiro de Passageiros	2005	7	AGFM	2 619,81	2 464,97	3 063,67	316,48	8 464,93	0,07752
317	Ligeiro de Passageiros	2005	7	AGFM	2 299,23	1 697,94	3 063,67	313,79	7 374,63	0,06753
349	Ligeiro de Passageiros	2006	6	AGFM	641,65	263,08	2 683,97	390,06	3 978,76	0,03644
356	Ligeiro de Passageiros	2007	5	AGFM	2 562,72	334,54	2 250,41	270,63	5 418,30	0,04962
357	Ligeiro de Passageiros	2007	5	AGFM	268,33	160,26	2 223,62	270,63	2 922,84	0,02677
363	Ligeiro de Passageiros	2007	5	AGFM	593,00	569,43	2 276,66	268,79	3 707,88	0,03395
365	Ligeiro de Passageiros	2007	5	AGFM	879,40	276,54	2 251,46	268,79	3 676,19	0,03366
366	Ligeiro de Passageiros	2007	5	AGFM	870,32	72,58	2 251,99	268,79	3 463,68	0,03172

N.º de frota	Tipo	Ano	Idade	Serviço	Combustível 2011	Manutenção 2011	Amortizações	Seguros	Total anual	Total por minuto
381	Ligeiro de Passageiros	2007	5	AGFM	4 138,51	34,18	3 808,86	370,52	8 352,07	0,07648
382	Ligeiro de Passageiros	2006	6	AGFM	2 844,60	2 827,57	3 557,93	379,45	9 609,55	0,08800
416	Ligeiro de Passageiros	2010	2	AGFM	2 499,50	51,66	4 175,73	382,79	7 109,68	0,06511
417	Ligeiro de Passageiros	2010	2	AGFM	3 429,42	79,26	4 358,08	381,69	8 248,45	0,07554
418	Ligeiro de Passageiros	2010	2	AGFM	1 385,42	30,09	3 006,54	363,95	4 786,00	0,04383
419	Ligeiro de Passageiros	2010	2	AGFM	1 754,74	6,00	3 763,11	381,99	5 905,84	0,05408
420	Ligeiro de Passageiros	2010	2	AGFM	1 553,40	6,00	2 612,10	314,48	4 485,98	0,04108
Ligeiro de Passageiros — Média					1 624,13	908,80	2 227,01	314,83	5 074,78	0,04647

Considerando o número de horas trabalhadas num ano e o número de horas trabalhadas por semana, foi calculado o custo hora dos CDCMS. Atribuindo o número de funcionários por unidade funcional obteve-se o custo/hora a imputar por trabalhador, o qual foi reduzido ao minuto e utilizado como critério de imputação à mão-de-obra direta, consoante o total de minutos desenvolvidos nos procedimentos administrativos geradores de taxas.

UF	Custos diretos (total anual por serviço)	Custos diretos (valor hora)	N.º trabalhadores por serviço	Custo hora a imputar por trabalhador	Custo minuto a imputar por trabalhador
GIG	18.670,81	10,26	17	0,60345	0,01006
DPTGU	39.847,76	21,89	3	7,29812	0,12164
DAU	23.063,94	12,67	20	0,63362	0,01056
DPT	10.982,83	6,03	10	0,60345	0,01006
DGU	15.375,96	8,45	16	0,52802	0,00880
DIU	6.589,70	3,62	6	0,60345	0,01006
DEGEP	2.196,57	1,21	2	0,60345	0,01006
GGOEP	6.610,86	3,63	6	0,60539	0,01009
DMT	175.283,97	96,31	48	2,00646	0,03344
DFIV	1.098,28	0,60	2	0,30173	0,00503
DFM	49.354,24	27,12	21	1,29132	0,02152
DFOU	6.490,24	3,57	5	0,71321	0,01189
GIV	18.905,85	10,39	12	0,86565	0,01443
DPOGF	2.196,57	1,21	2	0,60345	0,01006
DRDCA	6.274,55	3,45	1	3,44755	0,05746
SLA	4.393,13	2,41	4	0,60345	0,01006
DEPAG	2.196,57	1,21	2	0,60345	0,01006
DAG	33.731,62	18,53	28	0,66192	0,01103
DAP	173.997,05	95,60	49	1,95108	0,03252
DAM	6.589,70	3,62	7	0,51724	0,00862
DH	17.735,99	9,75	12	0,81209	0,01353

4) Apuramento dos custos gerais do Município (CGCMS):

O cálculo dos custos gerais de funcionamento da atividade municipal consiste no apuramento dos custos indiretos gerais ou custos comuns que serão imputados à atividade objeto de custeio.

Para o apuramento dos custos gerais do Município foi efetuada a média dos Balancetes dos anos de 2010 e de 2011, onde foram consideradas as rubricas tidas como indispensáveis ao adequado funcionamento da atividade municipal relacionada com o âmbito do presente estudo.

À média dos Balancetes referida foram retirados os custos anteriormente apurados, nomeadamente, os custos diretos às funções e os custos de funcionamento dos edifícios.

Especificamente quanto ao custo de funcionamento dos principais edifícios municipais foram ponderadas as seguintes condicionantes:

Quando no procedimento relacionado com a atividade objeto de custeio intervêm unidades funcionais instaladas nos dois edifícios (SCCMS

e SOCMS), para o apuramento dos CGCMS foram abatidos os custos referentes ao funcionamento de ambos os edifícios;

Quando no procedimento relacionado com a atividade objeto de custeio intervêm unidades funcionais instaladas apenas num dos edifícios (SCCMS ou SOCMS), para o apuramento dos CGCMS foram abatidos os custos referentes ao funcionamento do respetivo edifício.

Considerando o número de horas trabalhadas num ano e o número de horas trabalhadas por semana calculou-se o custo/hora dos CGCMS.

Com a atribuição do número de funcionários do Município determinou-se o custo/hora a imputar por trabalhador, o qual, em respeito ao critério norteador do presente estudo, foi reduzido ao minuto.

	Total (1) (CGCMS-SOCMS-SCCMS)	Total (2) (CGCMS-SCCMS)	Total (3) (CGCMS-SOCMS)
Custos Gerais CMS: Total Anual	27 309 880,93	30 056 167,83	30 975 674,74
Valor Hora	15 005,43	16 514,38	17 019,60
Número Trabalhadores da CMS	1727	1727	1727
Custo Hora a Imputar por Trabalhador	8,69	9,56	9,86
Custo Minuto a Imputar por Trabalhador	0,14	0,16	0,16

IV — Critérios gerais de determinação do valor das taxas municipais

Numa perspetiva macro, e como opção gestonária, o valor das taxas reflete o custo da atividade municipal com a concessão de licenças e a prestação de serviços, com vista à prossecução do interesse público local.

Concretamente, o critério basilar à determinação dos valores a cobrar em cada uma das taxas consiste na determinação dos custos por minuto da atividade municipal para o procedimento administrativo em concreto, ou seja, os custos com o pessoal afeto ao processo, com o equipamento em utilização por cada funcionário, bem como os restantes custos específicos e gerais.

Contudo, e na senda da mais elevada e firmada jurisprudência quanto à matéria, porque não tem de haver uma equivalência económica rigorosa entre o benefício recebido e a quantia paga, apesar do caráter sinalagmático da taxa, casuisticamente excecionou-se a regra definida com base em critérios económicos, sociais, ambientais e políticos.

Nomeadamente, os referidos critérios criam incentivos no âmbito de políticas sociais e comerciais e/ou desincentivo relativamente à prática de determinadas atividades geradoras de impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, ou relativamente à prática de atuações que importam o acréscimo e congestionamento do trabalho administrativo.

Com vista à prossecução do interesse público local, à promoção de necessidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental, sempre balizado pelos princípios da proporcionalidade e da equivalência jurídica, garantindo a correspondência entre o custo da atividade pública local e o benefício auferido pelo particular, na fixação do valor das taxas, naturalmente, foi atendida a realidade específica do Município do Seixal.

De facto, existe todo um conjunto de externalidades positivas que a atividade municipal, na sua globalidade, gera na esfera dos agentes económicos privados que beneficiam de uma utilização individualizada dos efeitos decorrentes da gestão do Município, que, necessariamente, terá de ser ponderado na determinação do valor das taxas.

Concretamente, e em primeira instância, analisou-se o universo de taxas municipais de forma bipartida, as taxas com anterior previsão regulamentar e as taxas, fruto da evolução legislativa, com obrigação de criação.

Em resultado, quanto às taxas a criar, salvo a exceção definida com base em critérios económicos, sociais, ambientais e políticos para certos procedimentos, determinou-se a equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar.

No que diz respeito às taxas com anterior previsão regulamentar, porque do estudo desenvolvido sobrevieram conclusões distintas, imprimiu-se o constrangimento de particularizar existências, com a consequência de variegar a determinação do valor das taxas.

No geral, o estudo desenvolvido revelou que o valor das taxas com anterior previsão regulamentar dista significativamente do custo da atividade municipal para o efeito.

Por conseguinte, o Município do Seixal, também orientado pela atual conjuntura económico-social, numa perspetiva de um processo, por um lado, de diligenciar de forma tendente ao aperfeiçoamento e celeridade dos procedimentos administrativos, por outro, de aproximar gradualmente o valor das taxas ao custo da atividade municipal, optou por atualizar os valores existentes em percentagens compreendidas entre os 2 e os 30 %.

Os critérios aduzidos são transversais aos capítulos da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas do Município do Seixal, e que dele faz parte integrante, conforme demonstra o Quadro Síntese apresentado no final da presente fundamentação económico-financeira.

V — Critérios específicos de determinação do valor das taxas municipais

a) Concessão de documentos e utilidades diversas

A determinação do valor das taxas deste Capítulo cumpre os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar.

Nas formalidades em que o custo da atividade municipal apurado é substancialmente superior à atual previsão regulamentar, a determinação do valor das taxas deste Capítulo, apesar de cumprir os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa, insere-se na já referida opção de aproximação gradual, através de uma atualização.

A exceção definida com base em critérios económicos, sociais, ambientais e políticos para certos procedimentos é aplicável:

1 — Fotocópias autenticadas: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por uma majoração indexada ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do particular.

Quanto ao Certificado de registo de cidadão da União Europeia, o valor da presente taxa está fixado na Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro, e será atualizado em conformidade com todas as alterações legislativas subsequentes.

No que tange à remoção e depósito de veículos abandonados na via pública, os valores das taxas previstas estão fixados na Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro, e serão atualizados em conformidade com todas as alterações legislativas subsequentes.

b) Atividades diversas

A determinação do valor da generalidade das taxas cumpre os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar.

Em determinadas formalidades, atendendo a que o custo da atividade municipal apurado é substancialmente superior à atual previsão regulamentar, a determinação do valor das taxas deste Capítulo, apesar de cumprir os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa, insere-se na já referida opção de aproximação gradual, através de uma atualização.

A exceção definida com base em critérios económicos, sociais, ambientais e políticos para certos procedimentos é aplicável:

1 — Registo de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por uma majoração indexada ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do particular, bem como por um fator de desincentivo, assente na potencial viciosidade desta atividade.

2 — Acesso à atividade de transportes em táxi: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por uma majoração indexada ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do particular, nomeadamente, atento o valor de mercado do título atualmente praticado.

3 — Instalação de estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por uma política municipal preventiva, acautelando-se eventuais práticas dissintêneas das que deverão enformar uma qualquer atividade de risco.

c) Ocupação do espaço público

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, atribui às autarquias locais a competência para administrar o domínio público municipal.

Tratando-se de um “bem” que, pela sua natureza, é insuscetível de apropriação individual, pode ter utilidade natural ou tem de estar ao serviço da comunidade (como por exemplo as estradas, pontes, passeios e jardins) e, portanto, aberto ao uso direto do público (utilidade inerente).

Ou seja, o tributo liquidado por um município como contrapartida pela utilização do solo do domínio público destina-se a onerar a utilização individualizada do solo.

Face à sua utilidade pública e demais características, na determinação do valor das taxas de ocupação do domínio municipal, além dos custos diretos e indiretos, ponderou-se a mais-valia decorrente para o particular dessa utilização ou afetação exclusiva, bem como o consequente prejuízo para a comunidade, resultante da impossibilidade de acesso e fruição (impossibilidade temporária de afetação à utilidade pública).

Em conformidade, mas sem descurar a iniciativa económica e a dinamização dos espaços, e em obediência ao princípio da proporcionalidade, foi acrescentado um fator de desincentivo, variável em função do tempo e/ou da área.

Para o cálculo do valor base por m² de ocupação do domínio municipal utilizou-se o seguinte método:

a) Foram coligidos um conjunto de loteamentos, representando cada uma das seis freguesias do Município do Seixal, a fim de calcular as infraestruturas locais que os servem diretamente. Atendendo a que, na amostra objeto de estudo, parte dos loteamentos já se encontrava consolidado e outra por consolidar, apenas se considerou 50 % da média apurada de custo por m² de urbanização, no valor de 8,17 €.

b) O valor unitário de cada tipo de infraestruturas encontra-se relacionado com o custo de construção por m² definido no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Segundo o n.º 1, do artigo 39.º do CIMI, para o cálculo do valor base dos prédios edificados é considerado o valor médio de construção, por m² (valor para o ano de 2011 fixado pela Portaria n.º 1330/2010, de 31 de Dezembro), acrescido de 25 % referente ao terreno de implantação. Desta forma apurou-se o valor de 120,60 €.

c) Ponderando o valor apurado para as infraestruturas por m² de urbanização com o valor referente ao terreno, conclui-se a média de custo por m² do domínio público. Tendo por base este modelo, foi possível encontrar um valor de amortização por m² de domínio público e, assim, apurar um valor objetivo para os diferentes tipos de ocupação do espaço público.

Localização	Total projetos	Áreas (m²)		N.º de fogos	Custo por m² construção	Custo por fogo	Custo por m² urbanização
		Intervenção	Área bruta construção				
Colinas do Sul, Aldeia de Paio Pires . . .	1 361 562,06 €	119 000,00	40 487,00	340	33,63 €	4 004,59 €	11,44 €
Bacelos de Gaio, Aldeia de Paio Pires	1 158 496,14 €	69 547,00	21 237,00	130	54,55 €	8 911,51 €	16,66 €
Alto da Verdizela, Amora	9 185 540,43 €	762 010,00	114 301,50	670	80,36 €	13 709,76 €	12,05 €
Vale de Gatos, Amora	2 127 603,00 €	261 354,00	72 910,00	550	29,18 €	3 868,37 €	8,14 €
Quinta do Outeiro, Arrentela	1 878 265,89 €	81 413,72	40 179,20	300	46,75 €	6 260,89 €	23,07 €
Quinta de Cima, Arrentela	397 494,01 €	10 176,00	5 088,00	62	78,12 €	6 411,19 €	39,06 €
Parque Luso, Corroios	2 196 007,44 €	207 160,00	102 664,40	815	21,39 €	2 694,49 €	10,60 €
Soc. Africana Pólvora, Corroios	1 662 930,50 €	103 264,00	49 174,00	411	33,82 €	4 046,06 €	16,10 €
Redondos, Fernão Ferro	307 264,18 €	22 036,00	7 524,20	57	40,84 €	5 390,60 €	13,94 €
Quinta da Trindade, Seixal	3 485 083,84 €	225 848,00	158 745,00	1 608	21,95 €	2 167,34 €	15,43 €
Quinta Dona Maria, Seixal	1 452 568,00 €	109 764,75	32 152,00	260	45,18 €	5 586,80 €	13,23 €
Custo Médio Ponderado					44,16 €	5 731,96 €	16,34 €
(a)							8,17 €
(b)							120,60 €
Média de Custo por m² do Espaço Público = (a)+(b)							128,77 €
Taxa de Amortização							5,00 %
Custo Médio Ponderado do m² e por ano do Espaço Público Urbanizado (c)							6,44 €

A exceção definida com base em critérios económicos, sociais, ambientais e políticos para certos procedimentos é aplicável:

1 — Estacionamento privativo: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por uma majoração indexada ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do particular, estando sempre balizado pela política de gestão das vias municipais, orientada pela escassez de estacionamento no Município, agravada pelas imposições legais de atribuição de lugares privativos de estacionamento, e pela política ambiental municipal, promovendo-se a diminuição de circulação automóvel, alcançando-se, assim, a diminuição dos níveis de poluição.

2 — Ocupação ou utilização do domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por uma majoração indexada ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera dos promotores destas atividades económicas. Porque o Município do Seixal considera ser elevada a capacidade de aproveitamento e de geração/produção de rendimento deste particular em concreto com a atividade económica em causa, impôs-se a determinação da taxa quanto ao licenciamento, cumprindo a mesma os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar, e uma ponderação tipológica quanto à efetiva ocupação em causa, pretendendo dar-se expressão/tradução numérica ao benefício auferido pelo particular.

3 — Ocupação e utilização do domínio municipal por motivo de obras, inclusive por obras não sujeitas ou isentas de controlo prévio urbanístico: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por um fator de desincentivo, em vistas de controlar a duração das obras, acautelando-se, desta forma, os seus consequentes constrangimentos no domínio municipal, bem como o impacto visual negativo na malha urbana que as mesmas importam.

4 — Ocupação e utilização do domínio municipal para filmagens: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por um fator de incentivo, assente numa política de promoção do Município, potenciando-se, desta forma, eventuais futuros investimentos e atividades comerciais.

5 — Interdição de passagem por razões de segurança pública: regime sancionatório atendendo a que estas interdições decorrem da inércia do proprietário/condomínio na manutenção e reparação das fachadas. Por conseguinte, para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por um fator de desincentivo, com o objetivo de dissuadir e, de alguma forma, penalizar estas práticas, numa lógica de fiscalização preventiva ao invés da reativa, até porque, a omissão em apreço importa elevados riscos para a segurança pública (risco dos transeantes).

Em resultado do estudo desenvolvido concluiu-se que o Município do Seixal, na presente matéria, não tributava o procedimento administrativo de concessão da licença, receção de comunicação prévia ou mera comunicação prévia, revestindo-se o mesmo de gratuidade, o que não é consentâneo com o regime legal subjacente.

Como tal, foram criadas taxas para os referidos procedimentos administrativos, assentes nos critérios gerais de determinação do seu valor

(equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar).

d) Publicidade

Determinou-se um valor médio ponderado equiparado ao custo de contrapartida.

Nas presentes taxas o coeficiente de benefício é determinante na fixação do seu quantitativo, pelo que o custo da atividade municipal só servirá como valor referencial para o procedimento de licenciamento.

Porque o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais prevê a corresponsabilidade entre o valor da taxa e o custo da atividade local ou o benefício auferido pelo particular, possibilita indexar taxas ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do particular ao potenciar situações geradoras de rentabilidade.

Pretendendo dar-se expressão/tradução numérica ao benefício do particular, sem que seja possível, como é evidente, a quantificação exata desse benefício, que poderá divergir de particular para particular em função da sua capacidade de aproveitamento e de geração/produção de rendimento, impôs-se a determinação do referido valor médio ponderado.

Aliás, o valor médio ponderado é manifestamente inferior ao valor cobrado por agentes económicos privados que prestam serviços de publicidade.

O valor médio ponderado foi individualmente corrigido por coeficientes de benefício e fatores de incentivo/desincentivo, diferenciados atendendo à natureza da publicidade.

O recurso a coeficientes de benefício justifica-se por se tratar de uma atividade económica que tende a proporcionar um elevado benefício ao seu promotor.

Os fatores de desincentivo conhecem o seu escopo nas externalidades negativas que são geradas por esta atividade económica, nomeadamente o impacto visual negativo, a poluição (distribuição de panfletos/produtos promocionais) e a incomodidade sonora.

A poluição visual, provocada por publicidade desordenada e excessiva, constitui fonte de degradação das envolventes locais.

Associada à desorganização da paisagem urbana e, para além de claramente inestética, a poluição visual transmite um aspeto negligenciado do meio urbano que, por sua vez, gera apatia e desinteresse pela boa manutenção dos espaços públicos.

Por outro lado, o fenómeno publicitário revela-se um instrumento privilegiado e dinamizador da economia e compete às Câmaras Municipais definir os critérios que devem nortear o licenciamento da publicidade nos respetivos municípios, procurando instruir procedimentos de licenciamento com preocupação pela defesa do ambiente, da estética dos lugares e segurança e conforto dos munícipes.

A determinação do valor das taxas atinentes ao procedimento licenciador, na base, cumpre os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar, agravada pela argumentação aduzida quanto à especificidade desta atividade económica.

e) Metrologia

O Instituto Português da Qualidade é a instituição nacional de metrologia (nos termos do Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março), a qual é responsável pela atividade de controlo metrológico, sendo, por cada uma

das operações, de acordo com o previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, devidas taxas, atualizadas regularmente com base no Despacho n.º 18853/2008, de 3 de julho.

As taxas de metrologia encontram-se na tabela publicada pelo Instituto Português da Qualidade.

f) Nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas

A determinação das presentes taxas e respetivo valor tem por referência as formalidades e a indexação à Unidade de Conta previstas no artigo 49.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, com a última alteração legislativa pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

g) Urbanismo

Na fixação do valor das taxas do presente Capítulo, na generalidade, não concorre o fator de desincentivo, uma vez que as situações passíveis de tributação correspondem já à política municipal em matéria de urbanismo.

Em resultado do estudo desenvolvido concluiu-se que o Município do Seixal, no âmbito das diversas operações urbanísticas previstas pelo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, não tributava o procedimento administrativo de apreciação técnica dos pedidos, mas tão-somente o de concessão da licença ou receção de comunicação prévia, revestindo-se o mesmo de gratuidade, o que não é consentâneo com o regime legal subjacente.

Como tal, foram criadas taxas para os referidos procedimentos administrativos, definindo-se os seus valores com base nos critérios gerais de determinação (equivalência económica rigorosa entre o custo da atividade municipal e o valor da taxa a pagar).

Todavia, e na prática observada através dos critérios gerais de determinação do valor das taxas, porque se reputou ser o custo da atividade municipal consideravelmente elevado, assumiu-se a opção de fazer corresponder ao valor da taxa a cobrar a 10 % daquele custo, impondo-se a aproximação progressiva do custo da atividade municipal ao valor da taxa através da otimização dos procedimentos administrativos e do aumento do valor a cobrar.

Concretamente, na temporização dos procedimentos administrativos das diversas operações urbanísticas, a fim de encontrar o custo da atividade municipal, com base no saber da prática das unidades funcionais intervenientes, determinou-se a média do pedido/requerido habitual respetivo (tempo-padrão):

Trabalhos de remodelação de terrenos — estudo médio de uma área de intervenção de 10.000 m²;

Operação de loteamento — estudo médio de 10 lotes, de 250 m² de Área Bruta de Construção cada;

Obras de urbanização — estudo médio de uma área de intervenção de 10.000 m²;

Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração e demolição — estudo médio de uma edificação com 250 m² de Área de Construção do Edifício;

Obras em domínio municipal — estudo médio de uma área de intervenção de 5 m².

No que tange às componentes variáveis das taxas urbanísticas determinou-se a uniformização do valor da componente temporal, como fator potenciador da qualificação e requalificação urbanística, e a indexação da componente dimensional a uma grandeza média, consoante a tipologia de operação urbanística.

A exceção definida com base em critérios económicos, sociais, ambientais e políticos para certos procedimentos é aplicável:

1 — Alteração ao alvará/comunicação prévia: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por um fator de desincentivo, com o desígnio de retrain a prática de atuações que importam o acréscimo e congestionamento do trabalho administrativo e técnico.

2 — Prorrogação do prazo da licença: para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por um fator de desincentivo, em vistas de controlar a duração das obras, acautelando-se, desta forma, os seus consequentes constrangimentos no domínio municipal, bem como o impacto visual negativo na malha urbana que as mesmas importam.

3 — Inspeções extraordinárias dos meios mecânicos de elevação: regime sancionatório atendendo a que estas inspeções resultam da omissão de obrigação de realização de inspeções periódicas ou da verificação de deficiências no funcionamento dos equipamentos. Por conseguinte, para além do valor da taxa ressarcir os custos tidos na atividade municipal em causa, é corrigido por um fator de desincentivo,

com o fito de dissuadir e, de alguma forma, penalizar estas práticas, numa lógica de fiscalização preventiva ao invés da reativa.

h) Realização e reforço de infraestruturas urbanísticas gerais

Na determinação do valor da presente taxa o modelo de incidência assume, genericamente, os seguintes princípios:

1 — Foi apurado o valor assumido pelo município na realização e manutenção de infraestruturas, equipamentos e espaços verdes gerais

Investimento, Manutenção e Construção de Infraestruturas, de Equipamentos e Espaços Verdes (IMCIEEV)

Resumo de Investimento em 2004.....	17 375 978,79
Resumo de Investimento em 2005.....	19 013 727,24
Resumo de Investimento em 2006.....	19 964 929,93
Resumo de Investimento em 2007.....	20 109 644,28
Resumo de Investimento em 2008.....	22 413 142,32
Resumo de Investimento em 2009.....	19 955 313,03
Resumo de Investimento em 2010.....	16 684 704,45
Resumo de Investimento em 2011.....	15 416 750,61
Resumo de Investimento em 2012.....	14 575 935,13
Resumo de Investimento em 2013.....	13 929 639,11
IMCIEEV.....	179 439 764,87

2 — Foi apurado o valor assumido pelo município na elaboração de instrumentos de planeamento e em projetos urbanos de natureza estruturante

Investimento em Planos de Ordenamento do Território (IPOT)

Plano Director Municipal — Estudo Revisão.....	188 082,45
Avaliação Ambiental do Plano Director Municipal.....	52 031,22
Plano de Pormenor da Baía Sul do Seixal.....	88 780,56
Plano de Pormenor da Torre da Marinha/Fogueteiro.....	143 404,64
Estudo Urbanístico de Estrutura e Pormenor para a Baía Sul — Seixal.....	259 044,76
Projeto “Caracterização e Valorização da Baía do Seixal”.....	123 060,00
Projeto “Aquisição de Serviços de Atividades de Investigação e Desenvolvimento de Valorização Ambiental da Baía do Seixal”.....	65 605,18
Ação Integrada de Regeneração e valorização da Frente Ribeirinha Seixal-Arrentela.....	19 232,20
Projeto de Execução do Passeio Ribeirinho do Seixal.....	99 760,44
Plano Estratégico Desenvolvimento Turístico.....	95 395,55
Estudo geotécnico do passeio ribeirinho de Arrentela — Pontão.....	21 826,49
Plano de Urbanização e Plano de Pormenor da Área Ribeirinha da Amora.....	24 526,20
Levantamento Arquitetónico do Edifício do Mundet.....	14 447,50
Estudo Tráfego e Ordenamento Circulação EN 10.....	67 530,40
Sistema de Informação Geográfica.....	14 192,23
Cartografia em formato digital à escala de 1:1000 para o Concelho do Seixal.....	526 348,97
Ortofotomapas do Município do Seixal.....	63 420,29
Mapas de Ruído — Planos Municipais.....	61 724,00
Avaliação Áreas Infiltração Máxima do Concelho.....	3 461,70
Estudo e Projeto de Engenharia “Projeto da Estação Elevatória do Seixal”.....	25 823,00
Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Concelho do Seixal.....	67 493,51
Projeto Intercetores Bacia A, Santa Marta Corroios, Quinta Castelo, Quinta Princesa e Sistemas Elevatórios Santa Marta Corroios e Quinta Princesa.....	32 444,89
Projeto Estação Tratamento Águas Residuais do Seixal.....	57 695,00
IPOT.....	2 115 331,18

3 — Foi apurada a área bruta de construção total dos últimos 40 anos no município (estudos efetuados em sede de revisão do Plano Diretor Municipal). Ou seja, apurou-se a totalidade do solo urbanizado e urbanizável, ao qual foi aplicado o índice médio de construção de 0,35, conforme previsto no regulamento daquele PMOT.

4 — Ao valor total apurado de área bruta de construção, para além do índice referido, aplicou-se uma majoração de 30 %, tornando determinável a superfície total de pavimento, a fim de encontrar a área de construção do edifício, em conformidade com a definição insita no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio.

5 — Atendendo a que o estudo médio realizado em sede de investimentos municipais, conforme demonstram os quadros supra, se cingiu a um hiato de 10 anos, dividiu-se o valor de ACE dos referidos 40 anos por 4 décadas a fim de apurar um valor médio, compatível com o estudo desenvolvido.

6 — Dividiu-se o valor de ACE para 10 anos pelos montantes globais apurados em sede de investimento municipal (infraestruturas e planos de ordenamento do território) para apurar o custo, por m², para a presente atividade municipal.

IMCIEEV + IPOT — 181 555 096,05

Área de Construção do Edifício (ACE) — 5 008 299

(IMCIEEV+IPOT)/ACE = Valor por m² — 36,25

Atendendo a que o valor por m² apurado difere dos valores previstos para a habitação, para o comércio e serviços e para atividade industrial numa escala considerável, optou-se por fazer uma aproximação gradual da taxa ao custo da atividade municipal.

i) Instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo, instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e áreas de serviço

A determinação das presentes taxas tem por referência as modalidades previstas no Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, e do Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos derivados do Petróleo, Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço, e o apuramento da Taxa Base aplicável.

Atendendo a que o custo da atividade municipal apurado é substancialmente superior à atual previsão regulamentar, a determinação do valor das taxas deste Capítulo, apesar de cumprir os critérios orientadores à equivalência económica rigorosa, insere-se na já referida opção de aproximação gradual, através de uma atualização.

j) Estabelecimentos industriais de tipo 3

O montante das taxas previstas, nos termos do n.º 2, do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto (Sistema de Indústria Responsável), é fixado no anexo V ao referido decreto-lei, do qual faz parte integrante, o qual inclui as regras para o seu cálculo e atualização, com base na aplicação de fatores multiplicativos sobre uma Taxa Base.

VI — Quadro síntese do apuramento do custo da atividade municipal para determinação do valor das taxas municipais

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
CAPÍTULO I			
Concessão de Documentos e Utilidades Diversas			
1 — Averbamentos de qualquer natureza, não especialmente previstos, por cada	15,57 €	7,91 €	7,66 €
2 — Termos de devolução de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada	15,57 €	7,91 €	7,66 €
3 — Autos, inquéritos administrativos e termos de qualquer espécie, não especialmente previstos, por cada.	6,79 €	3,84 €	2,95 €
4 — Fornecimento, a pedido dos interessados, de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou que estejam em mau estado	15,57 €	7,91 €	7,66 €
5 — Conferência e autenticação de documentos apresentados por particulares, por cada folha	15,57 €	7,91 €	7,66 €
6 — Fotocópias autenticadas	38,71 €	20,04 €	18,67 €
I. Até dez páginas, por cada página			
II. A partir da 11.ª página, por cada página			
7 — Buscas documentais, por volume.	18,19 €	8,36 €	9,83 €
8 — Certidão de teor de deliberações, de despachos ou de extratos de atas	22,65 €	12,82 €	9,83 €
I. Até cinco páginas, por cada página			
II. A partir da 6.ª página, por cada página			
9 — Certidão narrativa de deliberações, de despachos ou de extratos de atas	28,82 €	17,03 €	11,79 €
I. Até cinco páginas, por cada página			
II. A partir da 6.ª página, por cada página			
11 — Afixação e certidão de Avisos e Editais, por cada	21,00 €	12,16 €	8,84 €
12 — Declaração abonatória sobre o modo de execução de empreitadas e fornecimentos, por cada	37,55 €	22,81 €	14,74 €
13 — Declarações diversas, por cada	37,55 €	22,81 €	14,74 €
15 — Vistoria de salubridade	192,85 €	99,08 €	93,76 €
16 — Vistoria de segurança	192,85 €	99,08 €	93,76 €
17 — Inspeção higio-sanitária de veículos de transporte de produtos alimentares ou animais por veículo:			
a) Nas instalações municipais	23,72 €	12,00 €	11,72 €
b) No exterior.	90,02 €	44,31 €	45,71 €
18 — Outros serviços de inspeção higio-sanitária	90,02 €	44,31 €	45,71 €
CAPÍTULO II			
Atividades Diversas			
1 — Licença da atividade de guarda noturno	39,19 €	20,52 €	18,67 €
1.1 — Renovação da Licença da atividade de guarda noturno	41,04 €	21,39 €	19,65 €
1.2 — Emissão do cartão de guarda noturno	33,26 €	17,54 €	15,72 €
1.2.1 — Segunda via do cartão de guarda noturno	33,26 €	17,54 €	15,72 €
1.3 — Pedido de averbamento, por cada	33,26 €	17,54 €	15,72 €
2 — Licença para realização de acampamentos ocasionais.	41,80 €	22,14 €	19,65 €
Acresce por dia e por m ²			
3 — Pedido de registo de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, por cada máquina	40,76 €	23,07 €	17,69 €
3.1 — Pedido de averbamento por transferência de propriedade, por cada máquina	40,76 €	23,07 €	17,69 €

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
3.2 — Segunda via do título de registo, por cada máquina	40,76 €	23,07 €	17,69 €
3.3 — Comunicação da substituição do tema de jogo	40,76 €	23,07 €	17,69 €
3.4 — Alteração do local de exploração da máquina, por cada máquina	40,76 €	23,07 €	17,69 €
4 — Mera comunicação prévia de abertura de instalação desportiva de uso público	7,40 €	3,47 €	3,93 €
5 — Licença para realização de espetáculos desportivos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	121,24 €	71,12 €	50,12 €
6 — Licença para realização de fogueiras e queimadas:			
a) Fogueiras de festividades populares	40,46 €	21,40 €	19,06 €
b) Outras fogueiras	40,46 €	21,40 €	19,06 €
c) Queimadas	40,46 €	21,40 €	19,06 €
7 — Autorização para a realização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos, por dia	40,46 €	21,40 €	19,06 €
8 — Licença para realização ocasional de espetáculos e de divertimentos públicos — Recintos de diversão provisória	43,65 €	23,01 €	20,64 €
8.1 — Vistoria, por cada perito	66,23 €	34,78 €	31,45 €
9 — Licença de recinto itinerante ou improvisado, primeiro dia	43,65 €	23,01 €	20,64 €
9.1 — Acresce por cada dia além do primeiro			
9.2 — Vistoria, por cada perito	66,23 €	34,78 €	31,45 €
10 — Autorização para a realização de feira grossista em domínio público ou privado	43,65 €	23,01 €	20,64 €
10.1 — Comunicação de regulamento específico de feira grossista	7,40 €	3,47 €	3,93 €
10.2 — Consulta de regulamento específico de feira grossista	7,36 €	3,43 €	3,93 €
10.3 — Consulta de procedimento de atribuição de lugar de venda em feira grossista	7,36 €	3,43 €	3,93 €
10.4 — Consulta de registos de comerciantes grossistas	7,36 €	3,43 €	3,93 €
10.5 — Lugar de venda em feira grossista	16,46 €	8,60 €	7,86 €
11 — Autorização para a realização de feira em recinto privado ou em locais do domínio público	43,65 €	23,01 €	20,64 €
11.1 — Espaço de venda em feiras realizadas em recintos públicos, por m² e por mês	16,46 €	8,60 €	7,86 €
12 — Mera Comunicação Prévia de venda de animais de companhia em feira ou mercado	23,12 €	12,31 €	10,81 €
12.1 — Vistoria ao local pelo médico veterinário municipal	110,17 €	53,91 €	56,26 €
13 — Licença de acesso à atividade de transportes em táxi, por veículo	108,40 €	62,21 €	46,19 €
13.1 — Segunda via da licença de acesso à atividade de transportes em táxi, por veículo	110,80 €	63,63 €	47,17 €
13.2 — Pedido de averbamento, por cada	110,80 €	63,63 €	47,17 €
13.3 — Pedido de substituição de veículo licenciado, incluindo inspeção para verificação da conformidade	108,40 €	62,21 €	46,19 €
13.4 — Pedido de substituição da licença em caso de transmissão	110,80 €	63,63 €	47,17 €
14 — Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €	20,97 €	16,71 €
14.1 — Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/funcionamento de estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	43,26 €	27,54 €	15,72 €
14.2 — Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €	20,97 €	16,71 €
14.3 — Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €	20,97 €	16,71 €
14.4 — Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €	20,97 €	16,71 €
14.5 — Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €	20,97 €	16,71 €
15 — Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	37,68 €	20,97 €	16,71 €
15.1 — Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/funcionamento de estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	43,26 €	27,54 €	15,72 €
15.2 — Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	37,68 €	20,97 €	16,71 €
15.3 — Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	37,68 €	20,97 €	16,71 €
15.4 — Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	37,68 €	20,97 €	16,71 €
15.5 — Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	37,68 €	20,97 €	16,71 €
16 — Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €	20,97 €	16,71 €
16.1 — Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/funcionamento de estabelecimento de restauração e bebidas	43,26 €	27,54 €	15,72 €
16.2 — Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €	20,97 €	16,71 €
16.3 — Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €	20,97 €	16,71 €
16.4 — Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €	20,97 €	16,71 €
16.5 — Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €	20,97 €	16,71 €
17 — Comunicação prévia com prazo de prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	69,18 €	39,70 €	29,48 €
18 — Mera comunicação prévia de horário de funcionamento de estabelecimento	15,18 €	7,32 €	7,86 €
18.1 — Alargamento/redução do horário de funcionamento de estabelecimento fora dos limites regulamentados	124,01 €	74,87 €	49,13 €

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
19 — Classificação de empreendimento turístico	186,96 €	105,40 €	81,56 €
19.1 — Revisão da classificação de empreendimento turístico.	183,26 €	103,66 €	79,60 €
19.2 — Alteração da entidade exploradora do empreendimento turístico.	110,80 €	63,63 €	47,17 €
20 — Licença especial de ruído.	55,13 €	28,59 €	26,53 €
Acresce por dia:			
a) Provas desportivas ou análogas na via pública.			
b) Recintos itinerantes ou improvisados.			
c) Eventos em estabelecimentos de restauração e bebidas.			
d) Concertos.			
e) Obras de construção civil, de segunda a sexta-feira, entre as 18 e as 22 horas.			
f) Obras de construção civil, de segunda a sexta-feira, entre as 22 e as 07 horas.			
g) Obras de construção civil, sábados e domingos.			
h) Outras atividades.			
21 — Outras vistorias a realizar no âmbito do presente capítulo	122,92 €	63,14 €	59,78 €
CAPÍTULO III			
Ocupação e Utilização do Domínio Municipal e Publicidade			
N.º 1 — Ocupação e Utilização do Domínio Municipal			
1 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	80,01 €	44,63 €	35,38 €
1.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal.	62,08 €	35,55 €	26,53 €
1.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €	2,61 €	2,95 €
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:			
a) Expositor junto de estabelecimento, por m² e por mês ou fração			
I. De artigos alimentares			
II. De artigos não alimentares			
b) Vitrina, por m² e por mês ou fração			
I. De artigos alimentares			
II. De artigos não alimentares			
c) Anúncio luminoso/iluminado/eletrónico, por m² e por mês ou fração			
d) Arca/máquina de gelados, por m² e por mês ou fração			
e) Bandeira/bandeirola/pendão, por m² e por mês ou fração			
f) Brinquedo mecânico, por m² e por mês ou fração			
g) Letras soltas ou símbolos, por m² ou metro linear e por mês ou fração			
h) Contentor para resíduos, por m² e por mês ou fração			
i) Outros contentores, por m² e por mês ou fração			
j) Floreira, candeeiro, baia, pilaretes e outros, por m² e por mês ou fração			
k) Estrado, por m² e por mês ou fração			
l) Guarda-vento/Balão/Insuflável, por metro linear e por mês ou fração			
m) Quiosque ou pavilhão estival temporário, por m² e por mês ou fração			
n) Pala/Alpendre fixo ou articulado, por m² e por mês ou fração			
o) Sanefa, por m² e por mês ou fração			
p) Toldo, por m² e por mês ou fração			
q) Banca, por m² e por mês ou fração			
r) Poste/Mastro/Coluna, por cada e por mês ou fração			
s) Grelhadores e equipamentos similares, por cada e por mês ou fração			
t) Cavalete/Moldura/Lona/Tela Publicitária/Faixa/Fita/Vinil/Cartaz, por m² e por mês ou fração			
u) Outdoors/Mupis, por cada e por mês ou fração			
2 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	108,08 €	60,91 €	47,17 €
2.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal.	90,16 €	51,84 €	38,32 €
2.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €	2,61 €	2,95 €
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:			
a) Esplanada, por m² e por mês ou fração			
I. Aberta			
II. Autónoma			
III. Fechada			
b) Equipamentos de prestação de serviços de restauração e/ou de bebidas com caráter não sedentário, por m² e por mês ou fração			
c) Recintos itinerantes ou improvisados, por m² e por mês ou fração			
d) Feiras a retalho ou grossistas, por m² e por mês ou fração			
e) Outros recintos não especialmente previstos, por m² e por mês ou fração			

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
3 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	183,81 €	106,18 €	77,63 €
3.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal.	165,89 €	97,10 €	68,79 €
3.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €	2,61 €	2,95 €
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:			
a) Roulottes com objetivo comercial e/ou publicitário, por m² e por mês ou fração			
b) Publicidade em Passeios, por m² e por ano ou fração			
c) Estacionamento privativo:			
I) Por lugar (11 m²) e por mês ou fração:			
i) Residentes			
ii) Residentes com mobilidade reduzida comprovada			
iii) Apoio à atividade comercial			
II) Por m², para lugar acima de 11 m²			
III) Em zonas de estacionamento condicionado os valores referidos nos números anteriores são elevados ao dobro			
d) Rampas fixas para acesso a estacionamento, por m² e por mês			
e) Pranchas para cargas e descargas de mercadorias ou acesso de veículos a garagens ou parques, por m² e por dia			
f) Divertimentos públicos, por m² e por dia			
g) Sinalética direcional publicitária, por metro linear e por mês			
h) Corrimão ou baia publicitária, por m² e por mês ou fração			
i) Venda ambulante, por m² e por dia			
j) Abrigo, por m² e por mês ou fração			
4 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	249,51 €	145,34 €	104,16 €
Acresce ao número antecedente a componente variável			
a) Monoposte, por m² e por mês ou fração			
5 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	127,99 €	72,96 €	55,03 €
5.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal.	110,07 €	63,88 €	46,19 €
5.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €	2,61 €	2,95 €
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:			
a) Chapa/placa/tabuleta/painel, por m² e por mês ou fração			
b) Outras ocupações do domínio municipal, por m², m³ ou por metro linear e por dia			
6 — Averbamento na licença/comunicação prévia com prazo/mera comunicação prévia de ocupação e utilização do domínio municipal.	40,32 €	22,63 €	17,69 €
7 — Licença de ocupação ou utilização do domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	315,49 €	186,56 €	128,93 €
Acresce:			
a) Tubos, condutas, cabos condutores e similares, no solo e subsolo, por metro linear e por ano ou fração			
b) Estruturas construídas ou de suporte, por m² e por ano ou fração			
c) Cabos condutores e similares no espaço aéreo, por m²/linear e por ano fração			
8 — Licença de ocupação e utilização do domínio municipal por motivo de obras, inclusive por obras não sujeitas ou isentas de controlo prévio urbanístico.	57,19 €	30,46 €	26,73 €
Acresce:			
a) Tapumes ou outros resguardos, por mês e por m² da superfície de espaço público ocupado			
b) Andaimos, por mês e por m² da superfície de espaço público ocupado			
c) Gruas, guindastes ou similares colocados no espaço público ou que se projetem sobre o mesmo, por mês e por unidade			
d) Estaleiros, por m² e por mês ou fração			
e) Outras ocupações, por mês e por m² da superfície de espaço público ocupado			
8.1 — Prorrogação da Licença de ocupação e utilização do domínio municipal por motivo de obras, inclusive por obras não sujeitas ou isentas de controlo prévio urbanístico			
São aplicáveis os valores individualmente previstos no número anterior agravados em 20 %			
9 — Licença de ocupação e utilização do domínio municipal para filmagens	241,52 €	131,35 €	110,17 €
Acresce:			
a) Ocupação com cenários, câmaras de filmar e demais equipamento e viaturas, por m² e por mês ou fração			
b) Áreas de acesso vedado ao público, por m² e por mês ou fração			
10 — Interdição de passagem por razões de segurança pública, por m² de área interdita e por dia.	41,57 €	25,84 €	15,72 €
11 — Licença para outras ocupações e utilizações do domínio municipal não especificamente previstas, por metro linear ou m² ou m³ ou fração, conforme a natureza da ocupação, e por mês ou fração.	80,01 €	44,63 €	35,38 €
Acresce por metro linear ou m² ou m³ ou fração, conforme a natureza da ocupação, e por mês ou fração.			

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
N.º 2 — Afixação, Inscrição, Instalação e Difusão de Publicidade e Propaganda			
1 — Licença/renovação de publicidade	80,01 €	44,63 €	35,38 €
2 — Averbamento na licença	40,32 €	22,63 €	17,69 €
3 — Alteração do meio ou suporte da mensagem publicitária	80,01 €	44,63 €	35,38 €
CAPÍTULO VI			
Urbanismo			
N.º 1 — Realização e reforço de infraestruturas urbanísticas gerais	36,25 €		
1 — Operações urbanísticas — Habitação			
a) Por área de construção do edifício			
2 — Operações urbanísticas — Comércio e Serviços			
a) Por área de construção do edifício			
3 — Operações urbanísticas — Atividade Industrial			
a) Por área de construção do edifício			
N.º 2 — Trabalhos de remodelação dos terrenos			
1 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	375,19 €	220,91 €	154,28 €
Acresce:			
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
1.1 — Comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos precedida de informação prévia favorável e válida	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
2 — Pedido de licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos	375,19 €	220,91 €	154,28 €
Acresce:			
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
2.1 — Emissão de alvará de trabalhos de remodelação de terrenos	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
3 — Comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	474,25 €	276,73 €	197,52 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
4 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	375,19 €	220,91 €	154,28 €
Acresce:			
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
4.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção			
5 — Execução por fases			
a) À emissão do alvará de trabalhos de remodelação de terrenos/comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos, que titula a 1.ª fase, aplica-se, respetivamente, o disposto nos pontos 1 e 1.1 e nos pontos 2 e 2.1 do presente número			
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 4 e 4.1 do presente número			
N.º 3 — Operação de loteamento			
1 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de operação de loteamento sem obras de urbanização	2 194,65 €	1 295,69 €	898,96 €
Acresce:			
a) Por m ² de área de construção			
1.1 — Comunicação prévia de operação de loteamento sem obras de urbanização	839,76 €	491,10 €	348,66 €
Acresce:			
a) Por m ² de área de construção			

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
2 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de operação de loteamento com obras de urbanização	3 669,30 €	2 172,87 €	1 496,43 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção			
2.1 — Comunicação Prévia de operação de loteamento com obras de urbanização	1 320,33 €	775,14 €	545,19 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção			
3 — Pedido de licenciamento de operação de loteamento sem obras de urbanização	2 194,65 €	1 295,69 €	898,96 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção			
3.1 — Emissão do alvará de loteamento sem obras de urbanização	877,16 €	514,74 €	362,41 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção			
4 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	2 194,65 €	1 295,69 €	898,96 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção afetada			
4.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	877,16 €	514,74 €	362,41 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção afetada			
5 — Pedido de licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização	3 780,47 €	2 248,66 €	1 531,81 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção			
5.1 — Emissão do alvará de loteamento com obras de urbanização	1 357,73 €	798,78 €	558,95 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção			
6 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização	3 669,30 €	2 172,87 €	1 496,43 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção afetada			
6.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização	1 357,73 €	798,78 €	558,95 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção afetada			
7 — Receção provisória, por cada 1.000m² de área de intervenção	746,94 €	438,38 €	308,56 €
8 — Receção definitiva, por cada 1.000m² de área de intervenção	772,23 €	454,24 €	318,00 €
9 — Repetição de vistoria, por cada 1.000m² de área de intervenção	781,92 €	427,96 €	353,96 €
10 — Pedido de redução de caução	239,16 €	145,01 €	94,14 €
11 — Execução por fases:			
a) À emissão do alvará de loteamento/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização por fases, que titula a 1.ª fase, aplica-se, respetivamente, o disposto nos pontos 2 e 2.1 e nos pontos 5 e 5.1 do presente número			
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 6 e 6.1 do presente número			
12 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de operação de loteamento sem obras de urbanização, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	1 363,26 €	804,30 €	558,95 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção			
12.1 — Emissão do alvará de loteamento sem obras de urbanização	636,87 €	372,72 €	264,15 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção			
13 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de operação de loteamento com obras de urbanização, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	2 030,54 €	1 204,30 €	826,24 €
Acresce:			
a) Por m² de área de construção			

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
13.1 — Emissão de alvará/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização . . . Acresce:	877,16 €	514,74 €	362,41 €
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção			
14 — Alteração ao alvará de loteamento nos termos do artigo 27.º, n.º 8, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Acresce:	1 151,34 €	685,94 €	465,40 €
a) Por m² de área de construção afetada			
14.1 — Aditamento ao alvará de loteamento nos termos do artigo 27.º, n.º 8, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Acresce:	1 123,26 €	661,01 €	462,26 €
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção afetada			
15 — Emissão de certidão de plano de pormenor nos termos artigo 92.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (RJIGT), e subsequentes alterações legislativas Acresce:	877,16 €	514,74 €	362,41 €
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção			
15.1 — Aditamento à certidão de plano de pormenor Acresce:	877,16 €	514,74 €	362,41 €
a) Por cada mês			
b) Por m² de área de construção afetada			
N.º 4 — Obras de urbanização			
1 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de obras de urbanização Acresce:	2 343,85 €	1 383,17 €	960,67 €
a) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
1.1 — Comunicação prévia de obras de urbanização precedida de informação prévia favorável e válida Acresce:	539,08 €	316,01 €	223,07 €
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
2 — Pedido de licenciamento de obras de urbanização Acresce:	2 282,72 €	1 361,35 €	921,37 €
a) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
2.1 — Emissão do alvará de obras de urbanização Acresce:	539,08 €	316,01 €	223,07 €
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
3 — Comunicação prévia de obras de urbanização Acresce:	2 368,73 €	1 399,41 €	969,32 €
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
4 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de obras de urbanização . . . Acresce:	1 151,34 €	685,94 €	465,40 €
a) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
4.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia obras de urbanização Acresce:	539,08 €	316,01 €	223,07 €
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000 m² de área de intervenção			
5 — Receção provisória, por cada 1.000m² de área de intervenção	746,94 €	438,38 €	308,56 €
6 — Receção definitiva, por cada 1.000m² de área de intervenção	772,23 €	454,24 €	318,00 €
7 — Repetição de vistoria, por cada 1.000m² de área de intervenção	781,92 €	427,96 €	353,96 €
8 — Pedido de redução de caução	239,16 €	145,01 €	94,14 €
9 — Execução por fases, nos termos do artigo 56.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação			
a) À emissão do alvará/comunicação prévia de obras de urbanização por fases, que titula a primeira fase, aplica-se, respetivamente, o disposto nos pontos 2 e 2.1 e 3 e 3.1 do presente número			
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 4 e 4.1 do presente número			

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
10 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Acresce:	2 030,54 €	1 204,30 €	826,24 €
a) Por cada 1.000m² de área de intervenção			
10.1 — Emissão de alvará/comunicação prévia de obras de urbanização.	877,16 €	514,74 €	362,41 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por cada 1.000m² de área de intervenção			
N.º 5 — Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração e demolição			
1 — Informação prévia e revalidação de informação prévia de obras de construção	248,25 €	143,89 €	104,36 €
Acresce:			
a) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE)			
1.1 — Comunicação prévia precedida de informação prévia válida e favorável de obras de construção	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE)			
2 — Informação prévia e revalidação de informação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição.	248,25 €	143,89 €	104,36 €
Acresce:			
a) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			
2.1 — Comunicação prévia precedida de informação prévia válida e favorável de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			
3 — Pedido de licenciamento de obras de construção.	483,93 €	277,17 €	206,76 €
Acresce:			
a) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE)			
3.1 — Emissão de alvará de obras de construção	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE)			
4 — Comunicação prévia de obras de construção.	548,27 €	312,03 €	236,24 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE)			
5 — Pedido de licenciamento de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição Acresce:	483,93 €	277,17 €	206,76 €
a) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			
5.1 — Emissão de alvará de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			
6 — Comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição.	126,74 €	68,76 €	57,98 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			
7 — Pedido de alteração ao alvará/comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição.	483,93 €	277,17 €	206,76 €
Acresce:			
a) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			
7.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada			

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
8 — Emissão de alvará de licença parcial, nos termos do artigo 23.º, n.º 6, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Taxa liquidada nos termos dos números anteriores reduzida a 30 %			
9 — Execução por fases, nos termos do artigo 59.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação			
a) À emissão do alvará/comunicação prévia de obras de edificação por fases, que titula a primeira fase, aplica-se o disposto, nos pontos 1 a 5.1, consoante o caso, do presente número.			
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 7 e 7.1 do presente número			
10 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de obras de construção, reconstrução, ampliação e alteração, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação			
a) Ao pedido de renovação de alvará caducado/nova comunicação prévia de obras de construção aplica-se o disposto no ponto 2 do presente número;			
b) Ao pedido de renovação de alvará caducado/nova comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação e alteração aplica-se o disposto no ponto 4 do presente número;			
10.1 — Emissão de alvará/comunicação prévia de obras de construção, reconstrução, ampliação e alteração			
a) À emissão de alvará /comunicação prévia de obras de construção aplica-se o disposto no ponto 2.1 e 3 do presente número;			
b) À emissão de alvará /comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação e alteração aplica-se, respetivamente o disposto no ponto 4.1 e 5 do presente número;			
N.º 6 — Obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas			
1 — Informação prévia e revalidação de informação prévia de obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	221,25 €	122,99 €	98,27 €
Acresce:			
a) Por m² de área afetada à intervenção			
1.1 — Comunicação prévia precedida de informação prévia válida e favorável de obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	22,30 €	11,30 €	11,01 €
Acresce:			
a) Por dia			
b) Por m² de área afetada à intervenção			
2 — Emissão de alvará/comunicação prévia de obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas.	237,67 €	121,40 €	116,27 €
Acresce:			
a) Por dia			
b) Por m² de área afetada à intervenção			
3 — Pedido de licenciamento de trabalhos de abertura de valas.	302,73 €	176,95 €	125,78 €
Acresce:			
a) Por cada m² de área de intervenção			
3.1 — Emissão de alvará de trabalhos de abertura de valas	185,17 €	97,71 €	87,46 €
Acresce:			
a) Por cada mês			
b) Por cada m² de área de intervenção			
N.º 7 — Prorrogação do prazo de alvará			
1 — Prorrogação do prazo de licença, por cada mês			
a) Nos termos dos artigos 53.º, n.º 3, e 58.º n.º 5, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	54,25 €	32,24 €	22,01 €
b) Nos termos dos artigos 53.º, n.º 4, e 58.º, n.º 6, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	54,25 €	32,24 €	22,01 €
2 — Licença especial para conclusão de obras inacabadas, nos termos do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, por cada mês	62,40 €	36,65 €	25,75 €
N.º 8 — Autorização de utilização			
1 — Concessão da autorização de utilização ou de alteração de utilização	177,70 €	98,50 €	79,20 €
Acresce:			
a) Por cada m² de área de construção do edifício, para habitação			
b) Por cada m² de área de construção do edifício, para outros usos			
2 — Informação prévia de alteração da autorização de utilização	119,27 €	69,55 €	49,72 €
2.1 — Concessão de alteração da autorização de utilização	62,11 €	33,61 €	28,50 €

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
Acrecece:			
a) Por cada m² de área de construção do edifício, para habitação			
b) Por cada m² de área de construção do edifício, para outros usos			
3 — Concessão de autorização de utilização ou suas alterações previstas em legislação específica			
Aplica-se o disposto nos números antecedentes do presente capítulo			
N.º 9 — Constituição de edifício em regime de propriedade horizontal			
1 — Constituição de edifício em regime de propriedade horizontal	223,91 €	125,44 €	98,47 €
Acrecece por fração a partir da terceira fração			
1.1 — Certidão de aprovação de edifício em regime de propriedade horizontal	37,52 €	18,85 €	18,67 €
Acrecece por fração a partir da terceira fração			
N.º 10 — Manutenção Temporária da Construção e Usufruto de Infraestruturas			
1 — Emissão	189,55 €	114,67 €	74,88 €
N.º 11 — Vistorias a realizar no âmbito do presente capítulo	321,95 €	169,58 €	152,37 €
Acrecece por m² de área de construção do edifício			
N.º 12 — Operações de Destaque			
1 — Pedido de destaque	193,62 €	115,98 €	77,63 €
1.1 — Reapreciação do pedido de destaque	193,62 €	115,98 €	77,63 €
N.º 13 — Licença para instalações de armazenamento de produtos derivados do Petróleo, instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço			
TB (Taxa Base) —	389,11 €	205,10 €	184,01 €
6 — Vistorias para parques de armazenagem de garrafas de GPL, com capacidade ≥ 0,520m³	389,11 €	205,10 €	184,01 €
N.º 14 — Inspecção de meios mecânicos de elevação			
1 — Inspeções periódicas	133,26 €	66,45 €	66,81 €
1.1 — Reinspeções periódicas	133,26 €	66,45 €	66,81 €
2 — Inspeções extraordinárias	133,26 €	66,45 €	66,81 €
3 — Selagem e desselagem de elevadores	133,26 €	66,45 €	66,81 €
N.º 15 — Assuntos Administrativos			
1 — Junção de elementos a procedimentos existentes, até três	58,26 €	36,25 €	22,01 €
Acrecece, por cada documento a partir do terceiro			
2 — Depósito de ficha técnica de habitação	12,92 €	6,04 €	6,88 €
2.1 — Emissão de segunda via de ficha técnica de habitação	12,92 €	6,04 €	6,88 €
3 — Certidões, por cada:			
a) De localização	51,05 €	28,45 €	22,60 €
b) De atribuição de número de polícia	56,60 €	31,05 €	25,55 €
c) De alteração de número de polícia	54,75 €	30,19 €	24,57 €
d) De alteração de freguesia	44,90 €	23,28 €	21,62 €
e) De autorização de utilização	37,52 €	18,85 €	18,67 €
f) Comprovativa de pagamento de taxas de alvará de loteamento	44,44 €	23,80 €	20,64 €
g) De infraestruturas asseguradas	71,14 €	38,72 €	32,43 €
h) De autorização de negócios jurídicos para prédios rústicos	71,14 €	39,69 €	31,45 €
i) De construção anterior a 1951	121,02 €	70,90 €	50,12 €
j) Abonatória InCI — obras de edificação e obras de urbanização	56,75 €	31,20 €	25,55 €
k) De retificação de área de lote	116,56 €	68,40 €	48,15 €
l) De direito de preferência	47,18 €	26,55 €	20,64 €
m) De alvará de loteamento	40,82 €	22,15 €	18,67 €
n) Para efeitos de Imposto Municipal sobre Imóveis	59,32 €	31,80 €	27,52 €
o) De localização de Área de Serviço na rede viária regional/nacional	51,05 €	28,45 €	22,60 €
p) De domínio público/privado municipal	149,80 €	76,30 €	73,50 €
q) De uso de fração	51,05 €	28,45 €	22,60 €
r) De compropriedade	71,14 €	39,69 €	31,45 €
s) De dados de empreiteiro	37,52 €	18,85 €	18,67 €
t) De demolição de imóvel	121,02 €	70,90 €	50,12 €
u) De autorização de hipoteca de imóvel localizado em urbanização	37,52 €	18,85 €	18,67 €
v) Do licenciamento da atividade de movimentação de terras	37,52 €	18,85 €	18,67 €
w) De classificação no Plano Diretor Municipal de terreno/imóvel	59,32 €	31,80 €	27,52 €
x) De comunicação prévia	37,52 €	18,85 €	18,67 €
y) De inexistência de peças desenhadas de obra de edificação	37,52 €	18,85 €	18,67 €
z) Do atravessamento de propriedades por vias municipais	37,52 €	18,85 €	18,67 €
aa) Outras certidões	51,05 €	28,45 €	22,60 €
4 — Pedido de cancelamento de ónus de hipoteca	81,08 €	43,74 €	37,34 €
5 — Pedido de cancelamento de ónus de indemnização	150,78 €	85,92 €	64,86 €
6 — Pedido de cancelamento de ónus de intransmissibilidade	81,08 €	43,74 €	37,34 €

Descrição	Custo atividade municipal (1 = 2 + 3)	Custos diretos (2)	Custos indiretos (3)
7 — Autenticação de peça escrita ou desenhada	44,92 €	22,32 €	22,60 €
8 — Autenticação de livro de Obras	24,02 €	11,25 €	12,77 €
8.1 — 2.ª via de livro de obras	24,02 €	11,25 €	12,77 €
9 — Pedido de averbamento, por cada	44,53 €	23,90 €	20,64 €
10 — Direito à informação, nos termos do artigo 110.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	48,63 €	27,80 €	20,83 €
N.º 16 — Apreciação técnica			
1 — Emissão	221,25 €	122,99 €	98,27 €
Acresce por m² de área apreciada			

VII — Quadro síntese dos coeficientes de benefício e dos fatores de incentivo/desincentivo imputados ao valor médio ponderado para determinação do valor das taxas municipais de publicidade

Coeficiente de Benefício: incide sobre a taxa base		
Baixo benefício auferido	(1)	≤ 15 %
Médio benefício auferido	(2)	> 15 % e ≤ 30 %
Alto benefício auferido	(3)	> 30 % e ≤ 50 %
Muito alto benefício auferido	(4)	> 50 % e ≤ 75 %
Fatores de Incentivo/Desincentivo: incide sobre a taxa base		
Incentivo	(A)	Taxa Base/2
Desincentivo baixo	(B)	Taxa Base × 2
Desincentivo médio	(C)	Taxa Base × 3
Desincentivo alto	(D)	Taxa Base × 4
Desincentivo muito alto	(E)	Taxa Base × (5 até ≤ 50)
TB — 2,50 €		
	Benefício	Incentivo/ Desincentivo
a) Anúncio/reclamo eletrónico/publicidade computadorizada, por m² e por mês ou fração	(1)	
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento 50 % do respetivo valor quando estes não se encontrarem ligados a qualquer edificação		
b) Anúncio/reclamo iluminado ou luminoso, por m² e por mês ou fração	(1)	
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento 50 % do respetivo valor quando estes não se encontrarem ligados a qualquer edificação		
c) Bandeira, mastro-bandeira, bandeirola, por m² e por mês ou fração	(1)	(A)
d) Blimp, balão, zeppelin, insuflável, avioneta, helicóptero, parapente, paraquedas, por m² e por mês ou fração. . .	(2)	(B)
e) Cavalete, por m² e por mês ou fração	(1)	
f) Coluna, por m² e por mês ou fração	(1)	
g) Moldura, por m² e por mês ou fração	(1)	
h) Tela/lona, por m² e por mês ou fração	(1)	
i) Vinil, por m² e por mês ou fração	(1)	
j) Vitrina, por m² e por mês ou fração	(1)	
k) Cartaz ou chapa, por m² e por mês ou fração	(1)	(A)
l) Corrimão ou baia publicitária, por m² e por mês ou fração	(1)	
m) Faixa, fita anunciadora e passarela, por m² e por mês ou fração	(4)	(A)
n) Letras soltas ou símbolos, por m² e por mês ou fração	(4)	(A)
o) Mastro, por m² e por mês ou fração	(2)	
p) Monoposte, por m² e por mês ou fração	(1)	(B)
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento, a partir de 2,50 m de altura, por metro	(4)	(E)
q) Mupi, por m² e por mês ou fração	(2)	(B)
r) Painel/outdoor, por m² e por mês ou fração	(1)	(B)
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento, a partir de 2,50 m de altura, por metro	(4)	(E)
s) Pendão — cada dez unidades, por m² e por mês ou fração	(4)	(A)
t) Placa, por m² e por mês ou fração	(4)	(A)
u) Tabuleta, por m² e por mês ou fração	(1)	(A)
v) Toldo ou sanefa, por m² e por mês ou fração	(1)	(A)
w) Publicidade em passeios, por m² e por ano ou fração	(2)	(D)
x) Unidade móvel publicitária, por unidade e por mês ou fração	(4)	(E)
y) Campanha publicitária em veículo, por m² e por mês ou fração	(4)	
z) Campanha publicitária em transportes táxis, por m² e por mês ou fração	(2)	
aa) Campanha publicitária em transportes coletivos, por m² e por mês ou fração	(2)	
bb) Publicidade em viaduto rodoviário, ferroviário e passagem superior para peões, por m² e por mês ou fração	(2)	
cc) Publicidade sonora, por hora e por fonte de emissão	(3)	
dd) Campanha publicitária de rua, por dia	(2)	(D)

TB — 2,50 €	Benefício	Incentivo/ Desincentivo
ee) Publicidade instalada em empena ou fachada lateral cega, por m² e por mês ou fração	(3)	(C)
ff) Contentor de resíduos, por m² e por mês ou fração	(1)	
gg) Outros contentores, por m² e por mês ou fração	(1)	
hh) Sinalética direcional publicitária por painel e por mês	(4)	
ii) Abrigos, por m² e por mês ou fração	(2)	(B)
jj) Publicidade instalada em andaimes ou tapume, por m² e por mês ou fração	(1)	
kk) Guarda-sóis ou guarda-ventos, por unidade e por mês ou fração	(1)	
ll) Quiosques, por m² e por mês ou fração	(2)	(B)
mm) Telhados, coberturas ou terraços, por m² e por mês ou fração	(1)	(B)
nn) Roulottes/Stand de vendas, por unidade e por mês ou fração	(4)	(E)
oo) Outra publicidade não especificada, por m² ou m³ ou metro linear, e por mês ou fração	(1)	

VIII — Conclusão

A explanação da metodologia adotada na fundamentação económico-financeira, amparada pelos diversos quadros que integram o presente documento e pelo traço dos critérios gerais e dos critérios específicos de determinação do valor das taxas, permite a rigorosa compreensão dos valores individualmente imputados à concessão de licenças e à prestação de serviços.

Ou seja, com a definição de tempos-padrão (tempo médio de execução das tarefas associadas às atividades geradoras desta receita municipal) em minutos para todos os itens da Tabela de Taxas, imputando-lhes os custos diretos e indiretos associados, foi possível assacar o custo da contrapartida associada a cada taxa.

O coeficiente de benefício traduz, de forma transversal, a margem do custo da atividade municipal que o particular suporta no pagamento da taxa, já os fatores de incentivo/desincentivo espelham a opção de estimular/retrair a ocorrência de determinada prática ou comportamento, assente em estratégias políticas municipais, particularmente inteligíveis no presente documento.

A aplicação desta metodologia comporta a vantagem de tornar mais explícitas as opções feitas quando se fixam os valores das taxas, favorece o controlo político sobre os valores propostos e realça as correções que necessitam ser introduzidas no valor das mesmas.

De facto, a receita municipal provida das taxas muito releva no investimento municipal, realizado com vista à prossecução dos objetivos do Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente, reforço da coesão social, promoção da qualidade de vida, qualificação urbanística e ambiental, melhoria da qualidade e dos sistemas de infraestruturas, reforço da atratividade e do dinamismo económico e modernização da administração municipal e aproximação aos cidadãos.

Por conseguinte, todo o conjunto de externalidades positivas que a atividade municipal, na sua globalidade, gera na esfera dos particulares e dos agentes económicos privados deverão ser tributadas, a fim de compartilhar o referido investimento.

Atendendo a que a universalidade das taxas municipais reflete o custo da atividade municipal, eventualmente corrigido por coeficientes de benefício, fatores de incentivo/desincentivo e políticas preventivas/fiscalizadoras, devidamente justificados, conclui-se que o conjunto de taxas do Município do Seixal cumpre os princípios constitucionais da equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos (proporcionalidade) e, por conseguinte, cumpre pontualmente o previsto na alínea c), do n.º 2, do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro).

Descrição	Taxa
CAPÍTULO I	
Concessão de documentos e utilidades diversas	
1 — Averbamentos de qualquer natureza, não especialmente previstos, por cada	9,63 €
2 — Termos de devolução de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada	9,63 €
3 — Autos, inquéritos administrativos e termos de qualquer espécie, não especialmente previstos, por cada	6,79 €
4 — Fornecimento, a pedido dos interessados, de documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados ou que estejam em mau estado	1,99 €
5 — Conferência e autenticação de documentos apresentados por particulares, por cada folha	3,89 €
6 — Fotocópias autenticadas:	
I. Até dez páginas, por cada página	3,86 €
II. A partir da 11.ª página, por cada página	2,17 €
7 — Buscas documentais, por volume	18,19 €
8 — Certidão de teor de deliberações, de despachos ou de extratos de atas:	
I. Até cinco páginas, por cada página	4,00 €
II. A partir da 6.ª página, por cada página	2,50 €
9 — Certidão narrativa de deliberações, de despachos ou de extratos de atas:	
I. Até cinco páginas, por cada página	4,50 €
II. A partir da 6.ª página, por cada página	3,00 €
10 — Certificado de registo de cidadão da União Europeia	
O valor da presente taxa está fixado na Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro, e será atualizado em conformidade com todas as alterações legislativas subsequentes.	
a) Emissão de primeira via	15,00 €
b) Emissão de segunda via em caso de extravio, roubo ou deterioração	10,00 €
11 — Afixação e certidão de Avisos e Editais, por cada	17,35 €
12 — Declaração abonatória sobre o modo de execução de empreitadas e fornecimentos, por cada	24,45 €
13 — Declarações diversas, por cada	24,45 €
14 — Remoção de veículos abandonados na via pública	

Descrição	Taxa
Os valores da presente taxa estão fixados na Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro, e serão atualizados em conformidade com todas as alterações legislativas subsequentes.	
a) Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor:	
i) Dentro da localidade	32,07 €
ii) Fora ou a partir de fora da localidade, até ao máximo de 10 km contados desde o local da remoção até ao local de depósito do veículo	48,10 €
iii) Fora ou a partir de fora da localidade, por cada quilómetro percorrido para além dos 10km contados desde o local da remoção até ao local de depósito do veículo	1,60 €
b) Veículos ligeiros:	
i) Dentro da localidade	80,17 €
ii) Fora ou a partir de fora da localidade, até ao máximo de 10 km contados desde o local da remoção até ao local de depósito do veículo	96,20 €
iii) Fora ou a partir de fora da localidade, por cada quilómetro percorrido para além dos 10 km contados desde o local da remoção até ao local de depósito do veículo	2,14 €
c) Veículos pesados:	
i) Dentro da localidade	160,34 €
ii) Fora ou a partir de fora da localidade, até ao máximo de 10 km contados desde o local da remoção até ao local de depósito do veículo	192,40 €
iii) Fora ou a partir de fora da localidade, por cada quilómetro percorrido para além dos 10 km contados desde o local da remoção até ao local de depósito do veículo	3,21 €
14.1 — Depósito de viaturas rebocadas	
Os valores da presente taxa estão fixados na Portaria n.º 1424/2001, de 13 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro, e serão atualizados em conformidade com todas as alterações legislativas subsequentes.	
a) Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor, por dia ou fração	8,02 €
b) Veículos ligeiros, por dia ou fração	16,03 €
c) Veículos pesados, por dia ou fração	32,07 €
15 — Vistoria de salubridade	25,24 €
Ao valor da presente taxa acrescem, sempre que se verifiquem, custos inerentes a peritos de outras entidades.	
16 — Vistoria de segurança	25,24 €
Ao valor da presente taxa acrescem, sempre que se verifiquem, custos inerentes a peritos de outras entidades.	
17 — Inspeção higio-sanitária de veículos de transporte de produtos alimentares ou animais por veículo:	
a) Nas instalações municipais	23,72 €
b) No exterior	90,02 €
18 — Outros serviços de inspeção higio-sanitária	90,02 €
CAPÍTULO II	
Atividades diversas	
Taxa de preparos — 80 % dos valores previstos para cada ponto do presente Capítulo	
Ao valor das taxas fixadas neste capítulo acrescem, sempre que se verifiquem, custos inerentes a consultas a entidades externas	
1 — Licença da atividade de guarda noturno	32,18 €
1.1 — Renovação da licença da atividade de guarda noturno	32,18 €
1.2 — Emissão do cartão de guarda noturno	6,84 €
1.2.1 — Segunda via do cartão de guarda noturno	33,26 €
1.3 — Pedido de averbamento, por cada	33,26 €
2 — Licença para realização de acampamentos ocasionais	27,35 €
Acresce por dia e por m ²	6,44 €
3 — Pedido de registo de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão, por cada máquina	94,66 €
3.1 — Pedido de averbamento por transferência de propriedade, por cada máquina	52,59 €
3.2 — Segunda via do título de registo, por cada máquina	37,55 €
3.3 — Comunicação da substituição do tema de jogo	40,76 €
3.4 — Alteração do local de exploração da máquina, por cada máquina	40,76 €
4 — Mera comunicação prévia de abertura de instalação desportiva de uso público	7,40 €
5 — Licença para realização de espetáculos desportivos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	27,35 €
6 — Licença para realização de fogueiras e queimadas:	
a) Fogueiras de festividades populares	21,46 €
b) Outras fogueiras	40,46 €
c) Queimadas	40,46 €
7 — Autorização para a realização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos, por dia	40,46 €
8 — Licença para realização ocasional de espetáculos e de divertimentos públicos — Recintos de diversão provisória	43,65 €
8.1 — Vistoria, por cada perito	18,09 €
9 — Licença de recinto itinerante ou improvisado, primeiro dia	18,09 €
9.1 — Acresce por cada dia além do primeiro	2,68 €

Descrição	Taxa
9.2 — Vistoria, por cada perito	18,09 €
10 — Autorização para a realização de feira grossista em domínio público ou privado	43,65 €
10.1 — Comunicação de regulamento específico de feira grossista	7,40 €
10.2 — Consulta de regulamento específico de feira grossista	7,36 €
10.3 — Consulta de procedimento de atribuição de lugar de venda em feira grossista	7,36 €
10.4 — Consulta de registos de comerciantes grossistas	7,36 €
10.5 — Lugar de venda em feira grossista	16,46 €
11 — Autorização para a realização de feira em recinto privado ou em locais do domínio público	43,65 €
11.1 — Espaço de venda em feiras realizadas em recintos públicos, por m² e por mês	16,46 €
12 — Mera Comunicação Prévia de venda de animais de companhia em feira ou mercado	23,12 €
12.1 — Vistoria ao local pelo médico veterinário municipal	110,17 €
13 — Licença de acesso à atividade de transportes em táxi, por veículo	262,93 €
13.1 — Segunda via da licença de acesso à atividade de transportes em táxi, por veículo	157,76 €
13.2 — Pedido de averbamento, por cada	110,80 €
13.3 — Pedido de substituição de veículo licenciado, incluindo inspeção para verificação da conformidade	262,93 €
13.4 — Pedido de substituição da licença em caso de transmissão	110,80 €
14 — Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €
14.1 — Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/funcionamento de estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	43,26 €
14.2 — Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €
14.3 — Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €
14.4 — Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €
14.5 — Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade do estabelecimento de comércio e armazenagem de produtos alimentares	37,68 €
15 — Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	41,45 €
15.1 — Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/funcionamento de estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	47,59 €
15.2 — Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	41,45 €
15.3 — Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	41,45 €
15.4 — Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	41,45 €
15.5 — Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade do estabelecimento de comércio e serviços com riscos para a saúde e segurança	41,45 €
16 — Mera comunicação prévia de instalação de estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €
16.1 — Comunicação prévia com prazo da dispensa de requisitos de instalação/funcionamento de estabelecimento de restauração e bebidas	43,26 €
16.2 — Comunicação de alteração do nome/insígnia do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €
16.3 — Comunicação de alteração do titular da exploração do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €
16.4 — Comunicação de ampliação/redução da área de venda do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €
16.5 — Mera comunicação prévia de alteração do ramo de atividade do estabelecimento de restauração e bebidas	37,68 €
17 — Comunicação prévia com prazo de prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário	69,18 €
18 — Mera comunicação prévia de horário de funcionamento de estabelecimento	15,18 €
18.1 — Alargamento/redução do horário de funcionamento de estabelecimento fora dos limites regulamentados	124,01 €
19 — Classificação de empreendimento turístico	186,96 €
19.1 — Revisão da classificação de empreendimento turístico	183,26 €
19.2 — Alteração da entidade exploradora do empreendimento turístico	110,80 €
20 — Licença especial de ruído	55,13 €
Acresce por dia:	
a) Provas desportivas ou análogas na via pública	5,51 €
b) Recintos itinerantes ou improvisados	11,03 €
c) Eventos em estabelecimentos de restauração e bebidas	11,03 €
d) Concertos	11,03 €
e) Obras de construção civil, de segunda a sexta-feira, entre as 18 e as 22 horas	33,08 €
f) Obras de construção civil, de segunda a sexta-feira, entre as 22 e as 07 horas	44,10 €
g) Obras de construção civil, sábados e domingos	44,10 €
h) Outras atividades	11,03 €
21 — Outras vistoria a realizar no âmbito do presente capítulo	122,92 €

CAPÍTULO III

Ocupação e utilização do domínio municipal e publicidade

N.º 1 — Ocupação e Utilização do Domínio Municipal

1 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	80,01 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
1.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	62,08 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
1.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	

Descrição	Taxa
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:	
a) Expositor junto de estabelecimento, por m² e por mês ou fração	
I. De artigos alimentares	2,91 €
II. De artigos não alimentares	14,01 €
b) Vitrina, por m² e por mês ou fração:	
I. De artigos alimentares	6,44 €
II. De artigos não alimentares	6,44 €
c) Anúncio luminoso/iluminado/eletrónico, por m² e por mês ou fração	6,44 €
d) Arca/máquina de gelados, por m² e por mês ou fração	6,44 €
e) Bandeira/bandeirola/pendão, por m² e por mês ou fração	6,44 €
f) Brinquedo mecânico, por m² e por mês ou fração	6,44 €
g) Letras soltas ou símbolos, por m² ou metro linear e por mês ou fração	6,44 €
h) Contendor para resíduos, por m² e por mês ou fração	6,44 €
i) Outros contentores, por m² e por mês ou fração	6,44 €
j) Floreira, candeeiro, baia, pilaretes e outros, por m² e por mês ou fração	14,01 €
k) Estrado, por m² e por mês ou fração	6,44 €
l) Guarda-vento/Balão/Insuflável, por metro linear e por mês ou fração	14,01 €
m) Quiosque ou pavilhão estival temporário, por m² e por mês ou fração	14,01 €
n) Pala/Alpendre fixo ou articulado, por m² e por mês ou fração	6,44 €
o) Sanefa, por m² e por mês ou fração	6,44 €
p) Toldo, por m² e por mês ou fração	6,44 €
q) Banca, por m² e por mês ou fração	6,44 €
r) Poste/Mastro/Coluna, por cada e por mês ou fração	6,44 €
s) Grelhadores e equipamentos similares, por cada e por mês ou fração	6,44 €
t) Cavalete/Moldura/Lona/Tela Publicitária/Faixa/Fita/Vinil/Cartaz, por m² e por mês ou fração	6,44 €
u) Outdoors/Mupis, por cada e por mês ou fração	6,44 €
2 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	108,08 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	90,16 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:	
a) Esplanada, por m² e por mês ou fração	
I. Aberta	5,11 €
II. Autónoma	9,32 €
III. Fechada	14,01 €
b) Equipamentos de prestação de serviços de restauração e/ou de bebidas com carácter não sedentário, por m² e por mês ou fração	6,44 €
c) Recintos itinerantes ou improvisados, por m² e por mês ou fração	6,44 €
d) Feiras a retalho ou grossistas, por m² e por mês ou fração	6,44 €
e) Outros recintos não especialmente previstos, por m² e por mês ou fração	6,44 €
3 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	183,81 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	165,89 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:	
a) Roulottes com objetivo comercial e/ou publicitário, por m² e por mês ou fração	8,05 €
b) Publicidade em Passeios, por m² e por ano ou fração	8,05 €
c) Estacionamento privativo:	
I) Por lugar (11m²) e por mês ou fração:	
i) Residentes	106,26 €
ii) Residentes com mobilidade reduzida comprovada	70,84 €
iii) Apoio à atividade comercial	141,68 €
II) Por m², para lugar acima de 11m²	12,88 €
III) Em zonas de estacionamento condicionado os valores referidos nos números anteriores são elevados ao dobro	
d) Rampas fixas para acesso a estacionamento, por m² e por mês	12,88 €
e) Pranchas para cargas e descargas de mercadorias ou acesso de veículos a garagens ou parques, por m² e por dia	6,44 €
f) Divertimentos públicos, por m² e por dia	6,44 €
g) Sinalética direcional publicitária, por metro linear e por mês	6,44 €
h) Corrimão ou baia publicitária, por m² e por mês ou fração	6,44 €
i) Venda ambulante, por m² e por dia	6,44 €
j) Abrigo, por m² e por mês ou fração	6,44 €
4 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	249,51 €

Descrição	Taxa
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce ao número antecedente a componente variável	
a) Monoposte, por m ² e por mês ou fração	6,44 €
5 — Licença/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	127,99 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5.1 — Comunicação prévia com prazo/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	110,07 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5.2 — Mera comunicação prévia/Renovação de ocupação e utilização do domínio municipal	5,55 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce a qualquer um dos números antecedentes a componente variável aplicável:	
a) Chapa/placa/tabuleta/painel, por m ² e por mês ou fração	6,44 €
b) Outras ocupações do domínio municipal, por m ² , m ³ ou por metro linear e por dia	12,88 €
6 — Averbamento na licença/comunicação prévia com prazo/mera comunicação prévia de ocupação e utilização do domínio municipal	40,32 €
7 — Licença de ocupação ou utilização do domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	315,49 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce:	
a) Tubos, condutas, cabos condutores e similares, no solo e subsolo, por metro linear e por ano ou fração	3,22 €
b) Estruturas construídas ou de suporte, por m ² e por ano ou fração	34,95 €
c) Cabos condutores e similares no espaço aéreo, por m ² /linear e por ano fração	6,44 €
8 — Licença de ocupação e utilização do domínio municipal por motivo de obras, inclusive por obras não sujeitas ou isentas de controlo prévio urbanístico	57,19 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce:	
a) Tapumes ou outros resguardos, por mês e por m ² da superfície de espaço público ocupado	7,37 €
b) Andaimas, por mês e por m ² da superfície de espaço público ocupado	7,37 €
c) Gruas, guindastes ou similares colocados no espaço público ou que se projetem sobre o mesmo, por mês e por unidade	34,86 €
d) Estaleiros, por m ² e por mês ou fração	34,86 €
e) Outras ocupações, por mês e por m ² da superfície de espaço público ocupado	14,08 €
8.1 — Prorrogação da Licença de ocupação e utilização do domínio municipal por motivo de obras, inclusive por obras não sujeitas ou isentas de controlo prévio urbanístico São aplicáveis os valores individualmente previstos no número anterior agravados em 20 %	
9 — Licença de ocupação e utilização do domínio municipal para filmagens	120,76 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce:	
a) Ocupação com cenários, câmaras de filmar e demais equipamento e viaturas, por m ² e por mês ou fração	3,22 €
b) Áreas de acesso vedado ao público, por m ² e por mês ou fração	2,15 €
10 — Interdição de passagem por razões de segurança pública, por m ² de área interdita e por dia	38,64 €
11 — Licença para outras ocupações e utilizações do domínio municipal não especificamente previstas, por metro linear ou m ² ou m ³ ou fração, conforme a natureza da ocupação, e por mês ou fração	80,01 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce por metro linear ou m ² ou m ³ ou fração, conforme a natureza da ocupação, e por mês ou fração Quando a ocupação e utilização do domínio municipal vise a afixação, inscrição, instalação e difusão de publicidade e propaganda, à taxa prevista no presente número acrescerá o valor da componente variável aplicável nos termos do número seguinte.	6,44 €
N.º 2 — Afixação, Inscrição, Instalação e Difusão de Publicidade e Propaganda	
1 — Licença/renovação de publicidade	80,01 €
Taxa de preparos — Componente fixa acrescida de 20 % da componente variável Acresce ao número antecedente a componente variável aplicável:	
a) Anúncio/reclamo eletrónico/publicidade computadorizada, por m ² e por mês ou fração	2,88 €
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento 50 % do respetivo valor quando estes não se encontrarem ligados a qualquer edificação	
b) Anúncio/reclamo iluminado ou luminoso, por m ² e por mês ou fração	2,88 €
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento 50 % do respetivo valor quando estes não se encontrarem ligados a qualquer edificação	
c) Bandeira, mastro-bandeira, bandeirola, por m ² e por mês ou fração	1,86 €
d) Blimp, balão, zepelim, insuflável, avioneta, helicóptero, parapente, para-quedas, por m ² e por mês ou fração	5,84 €
e) Cavalete, por m ² e por mês ou fração	2,63 €
f) Coluna, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
g) Moldura, por m ² e por mês ou fração	2,63 €
h) Tela/lona, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
i) Vinil, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
j) Vitrina, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
k) Cartaz ou chapa, por m ² e por mês ou fração	1,86 €
l) Corrimão ou baia publicitária, por m ² e por mês ou fração	2,58 €

Descrição	Taxa
m) Faixa, fita anunciadora e passarela, por m ² e por mês ou fração	2,06 €
n) Letras soltas ou símbolos, por m ² e por mês ou fração	2,06 €
o) Mastro, por m ² e por mês ou fração	3,10 €
p) Monoposte, por m ² e por mês ou fração	5,58 €
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento, a partir de 2,50 m de altura, por metro	128,86 €
q) Mupi, por m ² e por mês ou fração	6,46 €
r) Paine/outdoor, por m ² e por mês ou fração	5,11 €
Acresce ao valor final da taxa devida pelo licenciamento, a partir de 2,50 m de altura, por metro	128,86 €
s) Pendão — cada dez unidades, por m ² e por mês ou fração	2,06 €
t) Placa, por m ² e por mês ou fração	2,10 €
u) Tabuleta, por m ² e por mês ou fração	1,86 €
v) Toldo ou sanefa, por m ² e por mês ou fração	1,86 €
w) Publicidade em passeios, por m ² e por ano ou fração	12,75 €
x) Unidade móvel publicitária, por unidade e por mês ou fração	26,89 €
y) Campanha publicitária em veículo, por m ² e por mês ou fração	3,93 €
z) Campanha publicitária em transportes táxis, por m ² e por mês ou fração	3,00 €
aa) Campanha publicitária em transportes coletivos, por m ² e por mês ou fração	3,00 €
bb) Publicidade em viaduto rodoviário, ferroviário e passagem superior para peões, por m ² e por mês ou fração	3,00 €
cc) Publicidade sonora, por hora e por fonte de emissão	3,64 €
dd) Campanha publicitária de rua, por dia	12,88 €
ee) Publicidade instalada em empena ou fachada lateral cega, por m ² e por mês ou fração	10,50 €
ff) Contendor de resíduos, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
gg) Outros contentores, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
hh) Sinalética direcional publicitária por painel e por mês	4,25 €
ii) Abrigos, por m ² e por mês ou fração	6,46 €
jj) Publicidade instalada em andaimes ou tapume, por m ² e por mês ou fração	2,75 €
kk) Guarda-sóis ou guarda-ventos, por unidade e por mês ou fração	2,75 €
ll) Quiosques, por m ² e por mês ou fração	6,46 €
mm) Telhados, coberturas ou terraços, por m ² e por mês ou fração	5,11 €
nn) Roulottes/Stand de vendas, por unidade e por mês ou fração	26,89 €
oo) Outra publicidade não especificada, por m ² ou m ³ ou metro linear, e por mês ou fração	2,88 €
Acresce às taxas referidas nas alíneas antecedentes, mas não indexáveis a elas, cumulativamente, 50 % do valor final da taxa devida pelo licenciamento quando os suportes se encontrarem instalados em terrenos ou outros bens que integrem o domínio privado municipal.	
2 — Averbamento na licença	40,32 €
3 — Alteração do meio ou suporte da mensagem publicitária	80,01 €

CAPÍTULO IV

Metrologia

Nos termos da sua Lei Orgânica (Decreto-Lei n.º 71/2012, de 21 de março), o Instituto Português da Qualidade é a instituição nacional de metrologia, a qual é responsável pela atividade de controlo metrológico, sendo, por cada uma das operações, de acordo com o previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, devidas taxas, atualizadas regularmente com base no Despacho n.º 18853/2008, de 3 de julho.

As taxas de metrologia encontram-se fundamentadas na tabela publicada pelo Instituto Português da Qualidade.

N.º 1 — Taxas de controlo metrológico

N.º 2 — Taxas para controlo estatístico

As taxas são as constantes da tabela em vigor publicada no sítio da internet do IPQ.

CAPÍTULO V

Nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas

Nos termos do artigo 49.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprovou o NRAU, com a última alteração legislativa pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

Valor da UC
para 2014:
102,00€

1 — Determinação do coeficiente de conservação dos prédios, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro — 1 Unidade de Conta (calculada nos termos do n.º 2, do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais)

A taxa devida será reduzida a 1/4 quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade. adicional à primeira

1.1 — Definição das obras necessárias para obtenção do nível de conservação superior, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro — 0,5 Unidade de Conta (calculada nos termos do n.º 2, do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais)

A taxa devida será reduzida a 1/4 quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade. adicional à primeira

Descrição	Taxa
CAPÍTULO VI	
Urbanismo	
N.º 1 — Realização e reforço de infraestruturas urbanísticas gerais	
1 — Operações urbanísticas — Habitação	
a) por área de construção do edifício	31,81 €
2 — Operações urbanísticas — Comércio e Serviços	
a) por área de construção do edifício	25,45 €
3 — Operações urbanísticas — Atividade Industrial	
a) por área de construção do edifício	25,45 €
N.º 2 — Trabalhos de remodelação dos terrenos	
1 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	37,52 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	37,52 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
1.1 — Comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos precedida de informação prévia favorável e válida	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	18,52 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2 — Pedido de licenciamento de trabalhos de remodelação de terrenos	37,52 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	37,52 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2.1 — Emissão de alvará de trabalhos de remodelação de terrenos	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	18,52 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3 — Comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	47,43 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	47,43 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
4 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	37,52 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	37,52 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
4.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	18,52 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5 — Execução por fases:	
a) À emissão do alvará de trabalhos de remodelação de terrenos/comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos, que titula a 1.ª fase, aplica-se, respetivamente, o disposto nos pontos 1 e 1.1 e nos pontos 2 e 2.1 do presente número	
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 4 e 4.1 do presente número	
N.º 3 — Operação de loteamento	
Às taxas devidas pela emissão dos alvarás previstos no presente número acrescem os custos de publicação obrigatória por lei, no âmbito da discussão pública de operação de loteamento.	
1 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de operação de loteamento sem obras de urbanização	219,47 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	0,88 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
1.1 — Comunicação prévia de operação de loteamento sem obras de urbanização	83,98 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	0,34 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	

Descrição	Taxa
2 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de operação de loteamento com obras de urbanização	366,93 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	1,47 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2.1 — Comunicação Prévia de operação de loteamento com obras de urbanização	132,03 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por m ² de área de construção	0,53 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3 — Pedido de licenciamento de operação de loteamento sem obras de urbanização	219,47 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	0,88 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3.1 — Emissão do alvará de loteamento sem obras de urbanização	87,72 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	0,35 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
4 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	219,47 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção afetada	0,88 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
4.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de loteamento sem obras de urbanização	87,72 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção afetada	0,35 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5 — Pedido de licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização	378,05 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	1,51 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5.1 — Emissão do alvará de loteamento com obras de urbanização	135,77 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por m ² de área de construção	0,54 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
6 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização	366,93 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção afetada	1,47 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
6.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização	135,77 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por m ² de área de construção afetada	0,54 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
7 — Receção provisória, por cada 1.000m ² de área de intervenção	74,69 €
8 — Receção definitiva, por cada 1.000m ² de área de intervenção	77,22 €
9 — Repetição de vistoria, por cada 1.000m ² de área de intervenção	78,19 €
10 — Pedido de redução de caução	239,16 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	191,33 €
11 — Execução por fases	
a) À emissão do alvará de loteamento/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização por fases, que titula a 1.ª fase, aplica-se, respetivamente, o disposto nos pontos 2 e 2.1 e nos pontos 5 e 5.1 do presente número	
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 6 e 6.1 do presente número	
12 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de operação de loteamento sem obras de urbanização, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	136,33 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	0,55 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
12.1 — Emissão do alvará de loteamento sem obras de urbanização	63,69 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por m ² de área de construção	0,25 €

Descrição	Taxa
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
13 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de operação de loteamento com obras de urbanização, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	203,05 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção	0,81 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
13.1 — Emissão de alvará/comunicação prévia de loteamento com obras de urbanização	87,72 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por m ² de área de construção	0,35 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
14 — Alteração ao alvará de loteamento nos termos do artigo 27.º, n.º 8, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	115,13 €
Acresce:	
a) Por m ² de área de construção afetada	0,46 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
14.1 — Aditamento ao alvará de loteamento nos termos do artigo 27.º, n.º 8, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	112,33 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por m ² de área de construção afetada	0,45 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
15 — Emissão de certidão de plano de pormenor nos termos artigo 92.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (RJIGT), e subsequentes alterações legislativas	87,72 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por m ² de área de construção	0,35 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
15.1 — Aditamento à certidão de plano de pormenor	87,72 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por m ² de área de construção afetada	0,35 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
N.º 4 — Obras de urbanização	
1 — Informação prévia ou revalidação de informação prévia de obras de urbanização	234,39 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	234,39 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
1.1 — Comunicação prévia de obras de urbanização precedida de informação prévia favorável e válida	53,91 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	53,91 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2 — Pedido de licenciamento de obras de urbanização	228,27 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	228,27 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2.1 — Emissão do alvará de obras de urbanização	53,91 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	53,91 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3 — Comunicação prévia de obras de urbanização	236,87 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	236,87 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
4 — Pedido de alteração ao licenciamento/comunicação prévia de obras de urbanização	115,13 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	115,13 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	43,13 €

Descrição	Taxa
4.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia obras de urbanização	53,91 €
Acresce:	
a) Por cada mês	10,72 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	53,91 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5 — Receção provisória, por cada 1.000m ² de área de intervenção	74,69 €
6 — Receção definitiva, por cada 1.000m ² de área de intervenção	77,22 €
7 — Repetição de vistoria, por cada 1.000m ² de área de intervenção	78,19 €
8 — Pedido de redução de caução	239,16 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	191,33 €
9 — Execução por fases, nos termos do artigo 56.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	
a) À emissão do alvará/comunicação prévia de obras de urbanização por fases, que titula a primeira fase, aplica-se, respetivamente, o disposto nos pontos 2 e 2.1 e 3 e 3.1 do presente número	
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 4 e 4.1 do presente número	
10 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.	203,05 €
Acresce:	
a) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	203,05 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
10.1 — Emissão de alvará/comunicação prévia de obras de urbanização.	87,72 €
Acresce:	
a) Por cada mês	14,75 €
b) Por cada 1.000 m ² de área de intervenção	87,72 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
N.º 5 — Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração e demolição	
1 — Informação prévia e revalidação de informação prévia de obras de construção	24,83 €
Acresce:	
a) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE)	0,99 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
1.1 — Comunicação prévia precedida de informação prévia válida e favorável de obras de construção.	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE)	0,74 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2 — Informação prévia e revalidação de informação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição.	24,83 €
Acresce:	
a) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada.	0,99 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
2.1 — Comunicação prévia precedida de informação prévia válida e favorável de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição.	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada.	0,74 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3 — Pedido de licenciamento de obras de construção.	48,39 €
Acresce:	
a) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE)	1,94 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3.1 — Emissão de alvará de obras de construção	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE)	0,74 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
4 — Comunicação prévia de obras de construção.	54,83 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE)	2,19 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5 — Pedido de licenciamento de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	48,39 €
Acresce:	
a) Por m ² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada.	1,94 €

Descrição	Taxa
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
5.1 — Emissão de alvará de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	18,52 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada	0,74 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
6 — Comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	12,67 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada	0,51 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
7 — Pedido de alteração ao alvará/comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	48,39 €
Acresce:	
a) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada	1,94 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
7.1 — Aditamento ao alvará/comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação, alteração e demolição	11,57 €
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por m² ou linear de área de construção do edifício (ACE) afetada	0,74 €
8 — Emissão de alvará de licença parcial, nos termos do artigo 23.º, n.º 6, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	
Taxa liquidada nos termos dos números anteriores reduzida a 30 %	
Taxa de preparos — 80 % do valor apurado	
9 — Execução por fases, nos termos do artigo 59.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	
a) À emissão do alvará/comunicação prévia de obras de edificação por fases, que titula a primeira fase, aplica-se o disposto, nos pontos 1 a 5.1, consoante o caso, do presente número.	
b) A cada aditamento que titule uma fase subsequente aplica-se o disposto nos pontos 7 e 7.1 do presente número	
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
10 — Pedido de renovação de alvará caducado ou nova comunicação prévia de obras de construção, reconstrução, ampliação e alteração, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	
a) Ao pedido de renovação de alvará caducado/nova comunicação prévia de obras de construção aplica-se o disposto no ponto 2 do presente número;	
b) Ao pedido de renovação de alvará caducado/nova comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação e alteração aplica-se o disposto no ponto 4 do presente número;	
10.1 — Emissão de alvará/comunicação prévia de obras de construção, reconstrução, ampliação e alteração	
a) À emissão de alvará /comunicação prévia de obras de construção aplica-se o disposto no ponto 2.1 e 3 do presente número;	
b) À emissão de alvará /comunicação prévia de obras de reconstrução, ampliação e alteração aplica-se, respetivamente o disposto no ponto 4.1 e 5 do presente número;	
N.º 6 — Obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	
1 — Informação prévia e revalidação de informação prévia de obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	221,25 €
Acresce:	
a) Por m² de área afetada à intervenção	47,53 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da presente taxa	
1.1 — Comunicação prévia precedida de informação prévia válida e favorável de obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	22,30 €
Acresce:	
a) Por dia	1,22 €
b) Por m² de área afetada à intervenção	47,53 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da presente taxa	
2 — Emissão de alvará/comunicação prévia de obras em domínio municipal com tubos, condutas, cabos condutores e similares e estruturas construídas	237,67 €
Acresce:	
a) Por dia	1,22 €
b) Por m² de área afetada à intervenção	47,53 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da presente taxa	
3 — Pedido de licenciamento de trabalhos de abertura de valas	30,27 €
Acresce:	
a) Por cada m² de área de intervenção	1,21 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
3.1 — Emissão de alvará de trabalhos de abertura de valas	18,52 €

Descrição	Taxa
Acresce:	
a) Por cada mês	28,14 €
b) Por cada m ² de área de intervenção	0,74 €
Taxa de preparos — componente fixa acrescida de 20 % da componente variável	
N.º 7 — Prorrogação do prazo de alvará	
1 — Prorrogação do prazo de licença, por cada mês	
a) nos termos dos artigos 53.º, n.º 3 e 58.º, n.º 5, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.	21,45 €
b) nos termos dos artigos 53.º, n.º 4 e 58.º, n.º 6, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.	21,45 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	
2 — Licença especial para conclusão de obras inacabadas, nos termos do artigo 88.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, por cada mês	124,85 €
N.º 8 — Autorização de utilização	
1 — Concessão da autorização de utilização ou de alteração de utilização	17,77 €
Acresce:	
a) Por cada m ² de área de construção do edifício, para habitação	1,07 €
b) Por cada m ² de área de construção do edifício, para outros usos	0,71 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa prevista	
2 — Informação prévia de alteração da autorização de utilização	119,27 €
2.1 — Concessão de alteração da autorização de utilização	6,21 €
Acresce:	
a) Por cada m ² de área de construção do edifício, para habitação	1,07 €
b) Por cada m ² de área de construção do edifício, para outros usos	0,71 €
3 — Concessão de autorização de utilização ou suas alterações previstas em legislação específica	
Aplica-se o disposto nos números antecedentes do presente capítulo	
N.º 9 — Constituição de edifício em regime de propriedade horizontal	
1 — Constituição de edifício em regime de propriedade horizontal	140,76 €
Acresce por fração a partir da terceira fração	44,78 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	
1.1 — Certidão de aprovação de edifício em regime de propriedade horizontal	14,75 €
Acresce por fração a partir da terceira fração	7,50 €
N.º 10 — Manutenção Temporária da Construção e Usufruto de Infraestruturas	
1 — Emissão	189,55 €
N.º 11 — Vistorias a realizar no âmbito do presente capítulo	32,20 €
Acresce por m ² de área de construção do edifício	1,29 €
Ao valor da presente taxa acrescem, sempre que se verifiquem, custos inerentes a peritos de outras entidades	
N.º 12 — Operações de Destaque	
1 — Pedido de destaque	140,76 €
1.1 — Reapreciação do pedido de destaque	140,76 €
N.º 13 — Licença para instalações de armazenamento de produtos derivados do Petróleo, instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço	
Nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, e do Regulamento de Procedimentos de Licenciamento de Instalações de Armazenamento de Produtos derivados do Petróleo, Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo e Áreas de Serviço	
TB (Taxa Base) —	120,95 €
Ao valor das presentes taxas acrescerão os montantes das despesas feitas pelos serviços municipais que constituam encargos do detentor da licença.	
1 — Apreciação do pedido de aprovação dos projetos de construção e de alteração	
a) $\geq 100\text{m}^3 - 8 \times \text{TB}$, acrescido de 0,1 TB por cada 10 (ou fração) acima de 100m^3	967,56 €
b) $\geq 50\text{m}^3 < 100\text{m}^3 - 4 \times \text{TB}$	483,78 €
c) $\geq 10\text{m}^3 < 50\text{m}^3 - 2,50 \times \text{TB}$	302,36 €
d) $< 10\text{m}^3 - 2,50 \times \text{TB}$	302,36 €
2 — Vistorias relativas ao processo de licenciamento	
a) $\geq 100\text{m}^3 - 5,5 \times \text{TB}$	665,20 €
b) $\geq 50\text{m}^3 < 100\text{m}^3 - 4,5 \times \text{TB}$	544,25 €
c) $\geq 10\text{m}^3 < 50\text{m}^3 - 3 \times \text{TB}$	362,84 €
d) $< 10\text{m}^3 - 3 \times \text{TB}$	362,84 €
3 — Vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	
a) $\geq 100\text{m}^3 - 5,5 \times \text{TB}$	665,20 €
b) $\geq 50\text{m}^3 < 100\text{m}^3 - 4,5 \times \text{TB}$	544,25 €

Descrição	Taxa
c) $\geq 10\text{m}^3 < 50\text{m}^3 - 3 \times \text{TB}$	362,84 €
d) $< 10\text{m}^3 - 3 \times \text{TB}$	362,84 €
4 — Repetição da vistoria para verificação das medidas impostas	
a) $\geq 100\text{m}^3 - 5,5 \times \text{TB}$	665,20 €
b) $\geq 50\text{m}^3 < 100\text{m}^3 - 4,5 \times \text{TB}$	665,20 €
c) $\geq 10\text{m}^3 < 50\text{m}^3 - 3 \times \text{TB}$	665,20 €
d) $< 10\text{m}^3 - 3 \times \text{TB}$	665,20 €
5 — Averbamentos	
a) $\geq 100\text{m}^3 - 1 \times \text{TB}$	120,95 €
b) $\geq 50\text{m}^3 < 100\text{m}^3 - 1 \times \text{TB}$	120,95 €
c) $\geq 10\text{m}^3 < 50\text{m}^3 - 1 \times \text{TB}$	120,95 €
d) $< 10\text{m}^3 - 1 \times \text{TB}$	120,95 €
6 — Vistorias para parques de armazenagem de garrafas de GPL, com capacidade $\geq 0,520\text{m}^3$	389,11 €
N.º 14 — Inspeção de meios mecânicos de elevação	
1 — Inspeções periódicas	133,26 €
1.1 — Reinspeções periódicas	133,26 €
2 — Inspeções extraordinárias	191,56 €
3 — Selagem e desselagem de elevadores	131,46 €
N.º 15 — Assuntos Administrativos	
1 — Junção de elementos a procedimentos existentes, até três	58,26 €
Acresce, por cada documento a partir do terceiro	5,83 €
2 — Depósito de ficha técnica de habitação	25,84 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	20,67 €
2.1 — Emissão de segunda via de ficha técnica de habitação	51,68 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	41,34 €
3 — Certidões, por cada:	
a) de localização	21,45 €
b) de atribuição de número de polícia	21,45 €
c) de alteração de número de polícia	21,45 €
d) de alteração de freguesia	21,45 €
e) de autorização de utilização	21,45 €
f) comprovativa de pagamento de taxas de alvará de loteamento	21,45 €
g) de infraestruturas asseguradas	21,45 €
h) de autorização de negócios jurídicos para prédios rústicos	21,45 €
i) de construção anterior a 1951	121,02 €
j) abonatória InCI — obras de edificação e obras de urbanização	56,75 €
k) de retificação de área de lote	116,56 €
l) de direito de preferência	47,18 €
m) de alvará de loteamento	40,82 €
n) para efeitos de Imposto Municipal sobre Imóveis	59,32 €
o) de localização de Área de Serviço na rede viária regional/nacional	51,05 €
p) de domínio público/privado municipal	149,80 €
q) de uso de fração	51,05 €
r) de compropriedade	71,14 €
s) de dados de empreiteiro	37,52 €
t) de demolição de imóvel	121,02 €
u) de autorização de hipoteca de imóvel localizado em urbanização	37,52 €
v) do licenciamento da atividade de movimentação de terras	37,52 €
w) de classificação no Plano Diretor Municipal de terreno/imóvel	59,32 €
x) de comunicação prévia	37,52 €
y) de inexistência de peças desenhadas de obra de edificação	37,52 €
z) do atravessamento de propriedades por vias municipais	37,52 €
aa) outras certidões	51,05 €
4 — Pedido de cancelamento de ónus de hipoteca	81,08 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	64,86 €
5 — Pedido de cancelamento de ónus de indemnização	150,78 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	120,62 €
6 — Pedido de cancelamento de ónus de intransmissibilidade	81,08 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	64,86 €
7 — Autenticação de peça escrita ou desenhada	44,92 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	35,94 €
8 — Autenticação de livro de Obras	24,02 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	19,22 €
8.1 — 2.ª via de livro de obras	24,02 €
Taxa de preparos — 80 % do valor da taxa aplicável	19,22 €
9 — Pedido de averbamento, por cada	44,53 €
10 — Direito à informação, nos termos do artigo 110.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	48,63 €

Descrição	Taxa
N.º 16 — Apreciação técnica	
1 — Emissão	221,25 €
Acresce por m² de área apreciada	47,53 €
N.º 17 — Taxas Especiais de Estabelecimentos Industriais de Tipo 3	
Nos termos do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, e sem prejuízo das taxas previstas em legislação específica, é devido o pagamento de uma taxa única para cada um dos seguintes atos:	
TB — 94,92 € (2012)	97,84 €
1 — Receção de mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3;	
2 — Alteração da mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3;	
3 — Vistoria prévia relativa aos procedimentos de mera comunicação prévia de estabelecimento industrial para exercício de atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal transformada, nos termos do regime legal aplicável (atribuição de número de controlo veterinário);	
4 — Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos.	
A taxa base (TB) será atualizada a partir de 1 de março de cada ano, com base na variação do índice médio de preços do consumidor no continente, relativo ao ano anterior, excluindo a habitação, e publicado pelo INE.	

208686906

MUNICÍPIO DE SERPA**Aviso n.º 6337/2015**

Tomé Alexandre Martins Pires, Presidente da Câmara Municipal de Serpa, torna público nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, que em cumprimento da deliberação, por unanimidade, do órgão executivo tomada na reunião realizada no dia 13 de maio de 2015, foi determinado proceder à abertura do período de discussão pública da proposta de Plano de Urbanização para a UT11 — Orada.

O período de discussão pública é de 22 dias úteis, decorridos que sejam 5 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A proposta de Plano de Urbanização para a UT11 — Orada, acompanhada dos pareceres da comissão de acompanhamento, da ata da conferência de serviços, os demais pareceres e os resultados de concertação, encontra-se disponível para consulta nas instalações da Câmara Municipal (Setor de Atendimento ao Público), sita na Praça da República, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente (9h00 às 16h30).

As reclamações, observações ou sugestões a apresentar deverão ser formuladas por escrito podendo estas ser enviadas por carta registada com aviso de receção para a Praça da República, 7830-389 Serpa, ou aí entregues pessoalmente, bem como remetidas através do *email* geral@cm-serpa.pt.

Para conhecimento geral se publicita o presente aviso no *Diário da República* bem como nos locais públicos do costume.

26 de maio de 2015. — O Presidente da Câmara, *Tomé Alexandre Martins Pires*.

208681868

MUNICÍPIO DE SILVES**Aviso n.º 6338/2015****Inquérito Público**

Dr.ª Rosa Cristina Gonçalves da Palma, Presidente da Câmara Municipal de Silves, em cumprimento da deliberação tomada por esta Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 20 de maio de 2015, torna público o Projeto de Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais, para apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, cuja redação será a seguinte:

Projeto de Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais**Preâmbulo**

O Município de Silves tem por atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nomea-

damente nos domínios da educação, da cultura, do desporto e dos tempos livres.

A intervenção do Município de Silves nestes domínios tem como prioridade máxima o fortalecimento da sociedade civil local, através da concessão de apoios, pelos meios adequados, a entidades, organismos e instituições que desenvolvam atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou recreativa.

De entre os apoios concedidos às entidades, organismos e instituições locais, merece particular relevância a cedência de viaturas municipais, de forma a colocar estes meios ao serviço da comunidade local e em benefício do concelho de Silves.

No entanto, para que este tipo de apoio seja concedido de forma transparente e imparcial, e para que se verifique um tratamento igualitário e equitativo de todas as requisições de cedência de viaturas municipais, torna-se necessário fixar um conjunto de regras que, por um lado, assegurem uma gestão criteriosa, equilibrada e sustentada dos recursos do Município de Silves, e que, por outro lado, uniformizem os termos da satisfação dos pedidos formulados pelas entidades, organismos e instituições locais.

Assim sendo, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa e 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alínea k), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado, com fundamento na alínea u) do n.º 1 do citado artigo 33.º, o presente projeto de regulamento municipal de cedência de viaturas municipais.

Projeto de Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais**Artigo 1.º****(Lei Habilitante)**

O presente regulamento municipal assenta na legitimação conferida pelo disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e procede do exercício das competências previstas nos artigos 25.º, n.º 1, alínea g), e 33.º, n.º 1, alíneas k) e u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º**(Objeto)**

O presente regulamento municipal estabelece as normas que disciplinam a cedência e utilização de viaturas de transporte coletivo de passageiros do Município de Silves, bem como os direitos e deveres dos beneficiários da cedência na respetiva utilização.

Artigo 3.º**(Âmbito de Aplicação)**

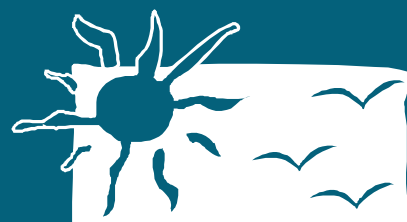
1 — O regime estabelecido no presente regulamento municipal aplica-se às viaturas de transporte coletivo de passageiros propriedade do Município de Silves ou sob a sua gestão, doravante designadas por viaturas municipais.

2 — Ficam excluídas do âmbito de aplicação do presente regulamento municipal as viagens organizadas e promovidas pelo Município de Silves, quaisquer que sejam os fins tidos em vista.

Anexo VIII

Regulamento de Taxas do Município de Portimão

REGULAMENTO E TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS



FREGUESIA DE
PORTIMÃO

REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DA
FREGUESIA DE PORTIMÃO

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e f) do n.º 1 do artigo 9.º, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), e tendo em vista o estabelecido no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro), é aprovado o regulamento e tabela de taxas em vigor na Freguesia de Portimão, por deliberação do Executivo em 12 de junho de 2014 e da Assembleia de Freguesia em 26 de junho de 2014.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as atividades da Junta de Freguesia no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

Artigo 2.º

Sujeitos

- 1 – O sujeito ativo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a Junta de Freguesia.
- 2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.
- 3 – Estão sujeitos os pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

Artigo 3.º

Isenções

- 1 – Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.
- 2 – O pagamento das taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros.
- 3 – A Assembleia de Freguesia pode, por proposta da Junta de Freguesia, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

CAPÍTULO II

TAXAS

Artigo 4.º

Taxas

A Junta de Freguesia cobra taxas:

- a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;
- b) Licenciamento e registo de canídeos e gatídeos;
- c) Licenciamento de atividades diversas:
 - i. Venda ambulante de lotarias;
 - ii. Arrumador de automóveis;
 - iii. Atividades ruidosas de caráter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;
- d) Outros serviços prestados à comunidade.

Artigo 5.º

Serviços Administrativos

1 – As taxas de atestados e termos de justificação administrativa constam do **anexo I** e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = tme \times vh + cu$$

Em que:

TSA: Taxa dos Serviços Administrativos

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário, tendo em consideração o índice da escala salarial;

cu: custo unitário de prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc.).

3 - Sendo que a taxa a aplicar:

- a) É de 100% para os atestados;
- b) É de 200% para os termos de identidade e de justificação administrativa;
- c) É de 200% para os restantes documentos.

4 – Aos valores indicados no n.º 2 acresce uma taxa de urgência, para a emissão no prazo de 24 horas, de mais 50%.

Artigo 6.º

Fotocópias

1 - As taxas de certificação de fotocópias constam do **anexo I** e têm por base 62,5% do estipulado no Regulamento Emolumentar dos Registos e dos Notariados.

2 – Pela emissão de fotocópias simples, não certificadas, será cobrada uma taxa de €0,20 por cada página ou fração fotocopiada.

Artigo 7.º

Impressões de Documentos

1 – A utilização do Posto Público de Internet é gratuita.

2 - Pela impressão de documentos A4, será cobrada uma taxa de €0,20 por cada impressão a preto e branco e €0,40 por cada impressão a cores, valores que constam do **anexo I**.

3 – Os estudantes beneficiam de uma isenção de 50% mediante apresentação do respetivo cartão de estudante.

Artigo 8.º

Cedência da Utilização da Sala de Formação

1 - Os atos de cedência da utilização da sala de Formação do edifício público da Junta de Freguesia de Portimão e dos respetivos equipamentos áudio-visuais, encontram-se regulamentados na matéria que respeita à cedência da sua utilização e cujo regulamento está em vigor e se aplica ao caso.

2 – No **anexo II** estão inscritos as verbas a pagar por cada espaço alugado, com valores de referência que poderão ser ajustados de conformidade com o tipo de aluguer.

Artigo 9.º

Licenciamento e Registo de Canídeos

1 – As taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos, constantes do anexo III, são indexadas à taxa N (normal) de profilaxia médica (*), não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoante a categoria do animal (prescrição legal do n.º 1, do art.º 6.º, da Portaria n.º 421/2004, de 24 de abril).

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

Registo: 25% da taxa N de profilaxia médica;

Licenças em Geral: 100% da taxa N de profilaxia médica;

Licenças da Classe G: o dobro da taxa N de profilaxia médica;

Licenças da Classe H: o triplo da taxa N de profilaxia médica.

3. – Os cães classificados nas categorias C, D e F estão isentos de qualquer taxa.

4– O valor da taxa N de profilaxia médica é atualizado, anualmente, por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

() – A profilaxia médica é o ato médico veterinário obrigatório para os cães, por razões de saúde pública, que tem sido há anos a esta parte unicamente a vacina antirrábica (vulgarmente designada vacina contra a raiva). Esta tem uma Taxa N (normal) e uma Taxa E (especial), em conformidade com o Despacho n.º 6756/2012, de 18 de maio (último que saiu e se mantém em vigor). O valor da Taxa N é presentemente de € 5.*

Artigo 10.º

Concessão de Licença para Venda Ambulante de Lotarias

1 – Os procedimentos para o licenciamento da atividade de venda ambulante de lotarias estão definidos no Regulamento da Freguesia para o licenciamento de atividades diversas.

2 – As taxas pagas pela concessão de licenças para venda ambulante de lotarias, constantes no **anexo IV**, têm por base de cálculo a seguinte fórmula:

$$TVAL = tme \times vh + cu + y$$

Em que,

TVAL: Taxa de Venda Ambulante de Lotarias

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário;

cu: custo unitário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc.);

y: custo da emissão do cartão.

Artigo 11.º

Concessão de Licença para Arrumadores de Automóveis

1 – Os procedimentos para o licenciamento da atividade de arrumador de automóveis estão definidos no Regulamento da Freguesia para o licenciamento de atividades diversas.

2 – As taxas pagas pela concessão de licença para arrumadores de automóveis, constantes na tabela VI, têm por base de cálculo a seguinte fórmula:

$$TAA = (tme \times vh + ct + y) \times td$$

Em que,

TAA: Taxa de Arrumador de Automóveis

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário;

ct: custo unitário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc.);

y: custo da emissão do cartão;

td: taxa de desincentivo à atividade

Artigo 12.º

Concessão de Licença para Realização de Atividades Ruidosas de Caráter Temporário

1 – Os procedimentos de licenciamento para a realização de atividades ruidosas de caráter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre estão definidos no Regulamento da Freguesia para o licenciamento de atividades diversas.

2 – As taxas pagas pela concessão de licenças para realização de atividades ruidosas de caráter temporário, constantes da tabela VII, têm por base de cálculo a seguinte fórmula:

$$TAR = tme \times vh + cu$$

Em que,

TAR: Taxa de Atividades Ruidosas

tme: tempo médio de execução;

vh: valor hora do funcionário;

cu: custo unitário para a prestação do serviço (inclui material de escritório, consumíveis, etc.).

Artigo 13.º

Atualização de Valores

A Junta de Freguesia, sempre que entenda conveniente, poderá propor à Assembleia de Freguesia a atualização extraordinária ou alteração das taxas previstas neste regulamento, mediante fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.

Artigo 14.º

Validade das Licenças

1 – As licenças concedidas ao abrigo da tabela de taxas anexa caducam pelo decurso do prazo pelo qual foram concedidas, exceto se, entretanto, quando legalmente possível, for renovado o seu prazo.

- 2 – Os prazos das licenças contam-se nos termos da alínea c) do artigo 279.º do Código Civil.
- 3 – Para além dos motivos referidos supra, as licenças caducam ainda por determinação legal, por decisão judicial ou por decisão administrativa.

CAPÍTULO III

LIQUIDAÇÃO

Artigo 15.º

Pagamento

- 1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.
- 2 – As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou outros meios previstos na lei pelos serviços.
- 3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efetuado antes ou no momento da prática de execução do ato ou serviços a que respeitam.
- 4 – O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela Junta de Freguesia.

Artigo 16.º

Pagamento em Prestações

- 1 – Compete à Junta de Freguesia autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.
- 2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações autorizado, bem como os motivos que fundamentam o pedido.
- 3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida, dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.
- 4 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.
- 5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

Artigo 17.º

Incumprimento

1 – São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.

2 – É aplicada a taxa legal de juros de mora, na presente data calculada, com base na seguinte fórmula:

quantia em dívida x 5,535% x n.º de dias (*)

365

3 – O não pagamento voluntário das dívidas é objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

(*) - (de acordo com o previsto no n.º 1, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 de março, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro)

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 18.º

Garantias

1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.

2 – A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à Junta de Freguesia, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

3 – A reclamação presume-se indeferida de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

4 – Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área de Freguesia, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5 – A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2.

Artigo 19.º

Revogação

É revogado o Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças anteriormente vigente.

Artigo 20.º

Legislação Subsidiária

Em tudo quanto não estiver, expressamente, previsto neste Regulamento são aplicáveis, sucessivamente:

- a) O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- b) O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) O Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- e) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- h) O Código do Procedimento Administrativo;
- i) O Código Civil e o código de Processo Civil.

Artigo 21.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças entram em vigor após aprovação pelo órgão deliberativo e publicação em edital a afixar no edifício da sede da Junta de Freguesia.

FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DOS VALORES DAS TAXAS
DA FREGUESIA DE PORTIMÃO

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Regime das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de dezembro, os regulamentos que criem taxas das freguesias, terão que conter, obrigatoriamente, sob pena de nulidade, a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia (alínea c), n.º 2 do artigo 8.º).

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro veio estabelecer novas competências às autarquias locais sendo, por isso, necessário alterar o Regulamento e Tabela de Geral de Taxas e Licenças da Freguesia de Portimão para contemplar licenças que não eram anteriormente da competência da Junta de Freguesia.

Os valores constantes do Regulamento e Tabela de Geral de Taxas e Licenças da Freguesia de Portimão foram fixados de acordo com o princípio da proporcionalidade, equivalência jurídica, justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, tal como decorre do artigo 15º da Lei das Finanças Locais.

2. TIPOS DE TAXAS

TAXAS	DESCRIÇÃO
Serviço público	Taxas devidas pela prestação individualizada de um serviço público local. Para financiar as prestações divisíveis e individualizáveis de serviços públicos.
Utilização de um bem de domínio público	Taxas devidas pela utilização privativa de bens do domínio local ou municipal. Para compensar a comunidade por um uso/aproveitamento individual que o sujeito passivo faz de um bem de domínio público.

De acordo com o artigo 6.º do RGTAL, as taxas das freguesias incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade das freguesias, designadamente:

- a) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- b) Pela utilização e aproveitamento do domínio público e privado das freguesias;
- c) Pela gestão de equipamento rural e urbano;
- d) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento local.

O RGTAL estabelece ainda que o valor das taxas deve ser fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública total ou o benefício auferido pelo particular, podendo também ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações (n.º 2 do artigo 4.º).

3. PRESSUPOSTOS E CONDICIONANTES

Para a elaboração deste estudo foram tidos em conta os seguintes pressupostos e condicionantes:

- a) A inexistência de um sistema de contabilidade de custos, analítica ou de gestão, faz com que não exista uma desagregação da informação que permita recolher custos de forma mais direta para sustentar com maior rigor o custo da atividade pública local de cada uma das taxas.
A Junta de Freguesia tem o POCAL simplificado implementado.
- b) Os valores de referência são do ano de 2013.
- c) Em todas as abordagens metodológicas de cálculo do custo real da atividade da freguesia foram atendidos princípios de eficiência organizativa.
- d) O valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de incentivo e desincentivo à prática de certos atos ou operações.
- e) A metodologia adotada para a fundamentação económico-financeira das taxas consistiu no apuramento do custo minuto por interveniente e pela respetiva imputação destes aos bens e serviços que geram taxas. Para efetuar esta imputação foi necessário conhecer os tempos despendidos em cada processo.

4. DETERMINAÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS

A fórmula de cálculo utilizada assenta em duas vertentes essenciais. Numa primeira fase, apurámos os custos da atividade pública local e, numa segunda fase, foram introduzidos os critérios de desincentivo e benefício, sendo que a Freguesia, no âmbito das suas atividades políticas e sociais, pode incentivar certas práticas, suportando, para o efeito, parte do custo. Este custo é normalmente denominado por custo social suportado.

Sendo que:

1. CÁLCULO DO CUSTO DA MOD (RMOD)

O custo de cada funcionário por minuto (RMOD) é calculado considerando todos os custos de pessoal entendendo-se que, além das remunerações específicas a cada funcionário os restantes custos são igualmente distribuídos por cada funcionário através da afetação do custo médio.

Categoria		Remuneração	Custo Anual	Valor Hora	RMOD
Código	Descrição				Valor/min
ATE1	Assistente Técnico 1	995,51	17.195,55	10,92	0,18

2. CÁLCULO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO (CFUNC)

Relativamente aos custos de funcionamento, foi possível identificar os encargos das instalações, limpeza e higiene e comunicações.

Apuramento dos custos de funcionamento por minuto

Equipamentos / Instalações	Custo Anual	Custo por func./ano	Custo por minuto
Limpeza e Higiene	1.339,62	148,85	0,00158
Encargos das Instalações	6.163,21	684,80	0,00725
Comunicações	10.201,61	1.133,51	0,01199
Assistência Técnica	3.781,76	420,20	0,00445
TOTAL	21.486,20	2.387,86	0,03
		20 Minutos	0,60
		60 Minutos	1,80

3. CÁLCULO DOS CUSTOS ESPECÍFICOS (CESP)

Custos específicos	Custo Anual	Custo por minuto
--------------------	-------------	------------------

Papel		
Toner		
Diversos		
TOTAL MATERIAL DE ESCRITÓRIO	10.985,10	0,12
	20 Minutos	2,40
	60 Minutos	7,20

1. TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

As taxas de atestados e termos de justificação administrativa têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).

$$\text{Taxa de Serviços Administrativos (TSA)} = \text{tme} \times \text{vh} + \text{cu}$$

Assim, considerando que a emissão de atestados demora cerca de 20 minutos, temos:

$$TSA = (20 \times 0,18) + 0,60 + 2,40 = 6,60$$

2. LICENCIAMENTO E REGISTO DE CANÍDEOS E GATÍDEOS

As taxas de registo e licenças de canídeos e gatídeos previstas no Anexo III, na Tabela de Taxas, são indexadas à taxa N de profilaxia médica, não podendo exceder o triplo deste valor e varia consoantes a categoria do animal (Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril).

Sendo a taxa a aplicar:

- a) Registo: 25% da taxa N de profilaxia médica = $5,00 \times 25\% = €1,25$
- b) Licenças em Geral: 100% da taxa N de profilaxia médica = $5,00 \times 1 = €5,00$
- c) Licenças da classe G: Dobro da taxa N de profilaxia médica = $5,00 \times 2 = €10,00$
- d) Licenças da classe H: Triplo da taxa N de profilaxia médica = $5,00 \times 3 = €15,00$

3. EMISSÃO E RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS DE VENDA AMBULANTE DE LOTARIAS

Os procedimentos para o licenciamento da atividade de venda ambulante de lotarias estão definidos no Regulamento da Freguesia para o licenciamento de atividades diversas.

$$\text{Taxa de Venda Ambulante de Lotarias (TVAL)} = tme \times vh + cu + y$$

Assim, considerando que o licenciamento demora cerca de 20 minutos, temos:

$$TVAL = (20 \times 0,18) + 0,60 + 2,40 + 0,40 = 7,00$$

4. EMISSÃO E RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ARRUMADOR DE AUTOMÓVEIS

Os procedimentos para o licenciamento da atividade de arrumador de carros estão definidos no Regulamento da Freguesia para o licenciamento de atividades diversas.

$$\text{Taxa de Arrumador de Automóveis (TAA)} = (tme \times vh + cu + y) \times td$$

Assim, considerando que o licenciamento demora cerca de 20 minutos, temos:

$$TAA = ((20 \times 0,18) + 0,60 + 2,40 + 0,40) \times 2 = 14,00$$

5. LICENÇA DE ATIVIDADES RUIDOSAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO QUE RESPEITEM A FESTAS POPULARES, ROMARIAS, FEIRAS, ARRAIAIS E BAILES

Os procedimentos de licenciamento para a realização de atividades ruidosas de caráter temporário que respeitem a festas populares, romarias, feiras, arraiais e bailes na via pública,

jardins e outros lugares públicos ao ar livre estão definidos no Regulamento da Freguesia para o licenciamento de atividades diversas.

$$\text{Taxa de Atividades Ruidosas (TAR)} = (\text{tme} \times \text{vh} + \text{cu})$$

Assim, considerando que o licenciamento demora cerca de 60 minutos, temos:

$$TAR = ((60 \times 0,18) + 1,80 + 7,20) = 19,80$$

T A B E L A D E T A X A S

A N E X O I

Serviços Administrativos

Atestados de Residência (fins militares/judiciais)	-----	Isento¹
Atestados de Residência	-----	€6,00
Termos de Identidade e justificação administrativa	-----	€12,00
Taxa de urgência (emissão no prazo de 24 horas)-----		+ 50%

Fotocópias Autenticadas:

Até 4 páginas, inclusive	-----	€10,00
A partir da 5ª página, por cada uma	-----	€2,00

Fotocópias não Certificadas, por cada página ou fração ---- **€0,20**

Impressões Posto Público de Internet:

Impressão a preto e branco, por cada folha A4	-----	€0,20
Impressão a cores, por cada folha A4	-----	€0,40
Estudantes (apresentação do cartão de estudante)-----		- 50%

ANEXO II

Aluguer de Sala

Sala de Formação----- **€5,00/Hora**

ANEXO III

Canídeos Gatídeos

Licenças de Canídeos e Gatídeos

Registo ----- **€1,25**

¹ Artigo 38º da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho e artigo 53º da Lei 30-E/2000, de 20 de Dezembro.

Licenças:

A - Licenças de cães de companhia -----	€ 5,00
B - Licença de cães c/fins económicos -----	€ 5,00
C - Licença de cães para fins militares, policiais e de segurança pública -----	Isento
D - Licença de cães para investigação científica -----	Isento
E - Licenças de cães de caça -----	€ 5,00
F - Licença de cães-guia -----	Isento
G - Licenças de cães potencialmente perigosos -----	€ 10,00
H - Licenças de cães perigosos -----	€ 15,00
I - Gato -----	€ 5,00

A N E X O I V

Licenciamento de venda ambulante de lotarias, arrumador de automóveis
e atividades ruidosas de carácter temporário que respeitem a festas
populares, romarias, feiras, arraiais e bailes

Venda ambulante de lotarias -----	€7,00
Arrumador de automóveis -----	€14,00
Licença de atividades ruidosas temporárias (dia)-----	€20,00

Anexo IX

Regulamento de Taxas do Município de Lisboa

Urbanismo, nas horas normais de expediente e na página do município de Bragança em www.cm-braganca.pt

28 de agosto de 2015. — O Presidente da Câmara, *Hernâni Dinis Venâncio Dias*, Dr.

208911786

MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA

Aviso (extrato) n.º 10260/2015

Cessação de vínculo de emprego público/desligação do serviço

Torna-se público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 100.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei 498/72, de 9 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei 309/2007, de 7 de setembro, e da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei 35/2014, de 20 de junho, que foi desligada do Serviço, para efeitos de aposentação, a partir de 1 de agosto/2015, inclusive, a assistente operacional Maria Manuela Bessa Gomes, colocada entre a 1.ª e 2.ª posição remuneratória. O montante da pensão foi-lhe fixado pela Caixa Geral de Aposentações no valor de 405,26 €; a desligação do Serviço originou a vacatura de um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Autarquia, na categoria de assistente operacional.

3 de agosto de 2015. — O Vereador dos Recursos Humanos, *José Manuel Moreira Carvalho*.

308865227

MUNICÍPIO DE CUBA

Aviso n.º 10261/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum, para provimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira/categoria de Assistente Operacional — Motorista de pesados de mercadorias e passageiros, aberto pelo Aviso n.º 13425/2014 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 02 de dezembro de 2014, a qual foi homologada pelo Presidente da Câmara a 16 de março de 2015.

Do Despacho da homologação do Presidente, cabe recurso contencioso nos termos do direito.

Candidatos aprovados:

Posição	Nome	Classificação final
1.º	António Francisco Correia da Conceição Vasco	16,32

Candidatos excluídos:

	Motivo da exclusão
José Luís Mauricio das Dores Tapisso	(a)
Ricardo Jorge do Carmo Rosa Rodrigues	(b)

(a) Por não ter comparecido ao método de seleção “Prova Escrita de Conhecimentos”, a que faz referência o ponto 15.1.1 do aviso de abertura n.º 13425/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233 de 02 de dezembro de 2014;

(b) Por não ter comparecido ao método de seleção “Avaliação Psicológica”, a que faz referência o ponto 15.1.2 do aviso de abertura n.º 13425/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233 de 02 de dezembro de 2014.”

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum, para provimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, por um

período de 4 meses, na Carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de Nadador Salvador, aberto pelo Aviso n.º 3955/2015 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 14 de abril de 2015, a qual foi homologada pelo Presidente da Câmara a 14 de maio de 2015.

Do Despacho da homologação do Presidente, cabe recurso contencioso nos termos do direito.

Candidatos Aprovados:

Posição	Nome	Classificação final
1.º	Manuel José Mestre Caeiro	14,72
2.º	Francisco José Pólvora Batista Cabaça . . .	12,38

Candidatos Excluídos: Não houve.

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a LGTFP, torna-se público que, realizado que foi o procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na Carreira/categoria de Assistente Operacional — motorista de veículos pesados de passageiros e de veículos pesados de mercadorias, aberto pelo Aviso n.º 13425/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 02 de dezembro de 2014, o Município de Cuba, celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Carreira/categoria de Assistente Operacional, com remuneração base de € 505,00 correspondentes à 1.ª Posição, Nível 1, da Tabela Remuneratória Única, em 23 de março de 2015, com António Francisco Correia da Conceição Vasco.

Em cumprimento do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação, o trabalhador, António José Perdigão Mósca, Carreira/categoria de Assistente Técnico, colocado na 8.ª posição remuneratória, nível 13, com efeitos a partir do dia 09 de outubro de 2014.

27 de agosto de 2015. — O Presidente da Câmara, *Dr. João Manuel Casaca Portugêses*.

308912855

MUNICÍPIO DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 10262/2015

Licença sem remuneração

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 12 de agosto de 2015, ao abrigo do disposto no artigo 280.º da Subsecção III do Anexo da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, foi concedida licença sem remuneração, pelo período de seis meses a Ana Cristina Gonçalves Catarino, Técnica Superior, com início em 17 de agosto de 2015.

26 de agosto de 2015. — Por delegação do Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, *Nuno Dinis Encarnação Amorim*.

308912296

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 10263/2015

Torna-se público que, por deliberações tomadas nas reuniões de Câmara Municipal realizadas e na Assembleia Municipal em 17 de junho e 27 de julho de 2015, respetivamente, foi aprovada a alteração ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Lisboa, nos termos constantes dos anexos que fazem parte integrante do presente Aviso, cuja republicação é efetuada ao abrigo do n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março.

28 de julho de 2015. — A Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, *Paula Levy* (Despacho n.º 7/SG/2015 de 10 de julho).

Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa

Com a aprovação do Regulamento n.º 391-A/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 84, de 30 de abril de 2010, a Câmara Municipal de Lisboa procedeu à codificação dos procedimentos gerais quanto à liquidação, cobrança e pagamentos de taxas, bem como normas sobre preços devidos ao município de Lisboa, com base, entre outros, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na Lei das Finanças Locais, na Lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código do Procedimento Administrativo.

Dando continuidade ao esforço de codificação das taxas e tarifários do Município de Lisboa procedeu-se à introdução no Capítulo III das novas taxas e preços com regime especial, a saber, os tarifários do Serviço de Saneamento de Águas Residuais e do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, a Taxa Municipal de Proteção Civil e a Taxa Municipal Turística, tendo-se procedido à eliminação da Taxa de Conservação de Esgotos.

A aprovação dos Tarifários subjacentes ao Serviço de Saneamento de Águas Residuais e ao Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e correspondentes Tabelas de Preços, resulta de um imperativo legal em cumprimento da atual legislação dos respetivos setores, bem como das recomendações da Entidade Reguladora da Água e Resíduos (ERSAR).

A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, Lei de Bases da Proteção Civil, trouxe consigo um novo enquadramento a esta atividade levada a cabo pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais que exige a participação ativa e o esforço financeiro da administração pública nos seus vários níveis, bem como a cooperação dos cidadãos, agentes económicos e demais entidades privadas.

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, ao fixar novo enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, reconhece a importância que os municípios têm na gestão destes riscos, em virtude da sua proximidade ao território e às populações.

As atribuições que assim se confiam aos municípios não podem ser desvalorizadas, tão pouco se pode desvalorizar o esforço financeiro que estas funções acarretam, pela quantidade, qualidade e prontidão dos meios a afetar a estas atribuições, a somar à proteção de pessoas e bens perante acidentes e ocorrências de menor gravidade, pelo que é criada a taxa municipal de proteção civil, justificando-se que os particulares custeiem, ao menos em parte, as utilidades que assim lhes aproveitam.

A atividade turística no Município de Lisboa tem crescido assinalavelmente, sob todos os indicadores, assumindo uma importância fundamental no contexto da dinamização da atividade económica da cidade e áreas circundantes.

Por outro lado, o sucesso do destino turístico, acarretando a presença temporária de uma população na Cidade que se junta à população residente, coloca um acréscimo de pressão no espaço urbano, nas infraestruturas e equipamentos públicos, reivindicando maior limpeza, reforço na segurança de pessoas e bens, na manutenção de espaço público, na sinalética e organização, sob pena da excessiva ocupação/lotação e precoce degradação colocar em causa a sustentabilidade do crescimento do destino turístico. A par, é também verdade que a dinâmica turística induz um esforço adicional nas dinâmicas de vida da cidade como sejam as de natureza cultural e recreativa, artística, estatutária pública e monumental.

Pelo exposto, importa assegurar o financiamento do esforço que a cidade tem de desenvolver para ser e se manter um destino turístico atrativo, conciliando este objetivo com a necessidade de confinar o valor a pagar pelos turistas em patamares comportáveis no quadro da competitividade internacional e garantir a equidade do tributo face à intensidade do usufruto da cidade (entrada versus estada).

Assim sendo, estes meios necessários ao desenvolvimento do Turismo terão que ser procurados na própria atividade turística, *maxime* na contribuição dos próprios turistas, pelo que é criada a taxa municipal turística, assegurando-se, contudo, que este desiderato é prosseguido na procura de soluções que não sejam demasiado onerosas para o turista, preservando a competitividade relativa de Lisboa no contexto internacional de destinos turísticos.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais possibilita que os municípios criassem taxas, designadamente, pelas utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade do município ou por atividades dos particulares, geradoras de impacto ambiental negativo.

Por fim, optou-se por eliminar a figura do preparo, tendo-se verificado, na prática, que o seu pagamento não cumpre a função de desin-

centivo a pedidos desnecessários, pelo que foi substituído, nas taxas em que era aplicável, pelo pagamento integral da taxa no momento do pedido.

Pelo exposto, procedeu-se à presente alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas, dela fazendo parte integrante a Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2015, cujo Projeto foi submetido a apreciação pública, tendo sido promovidos, durante o período de discussão pública, a audição direta de entidades e, após o período de discussão pública o apuramento e a ponderação dos respetivos resultados.

TÍTULO I

Disposições comuns

Artigo 1.º

Lei habilitante

1 — O presente Regulamento e a correspondente Tabela de Taxas Municipais são elaborados ao abrigo e nos termos dos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, e das alíneas b), e) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e das alíneas e), k) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2 — São ainda leis habilitantes deste Regulamento:

a) A Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho;

b) O Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 junho (Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos), bem como o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março, bem como o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de novembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos) e pela deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril (Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos);

c) A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, bem como a Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos a incidência, liquidação, cobrança e o pagamento de taxas e outras receitas na área do Município de Lisboa, fazendo parte integrante do mesmo a Tabela de Taxas Municipais.

2 — O presente Regulamento estabelece, igualmente, as formas de liquidação, cobrança e pagamento das taxas do Município de Lisboa, as isenções, reduções e agravamentos.

3 — O presente Regulamento estabelece, ainda, as regras gerais a que fica sujeita a fixação dos preços pela Câmara Municipal de Lisboa.

Artigo 3.º

Legislação subsidiária

De acordo com a natureza das matérias, às relações jurídico — tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas ao Município de Lisboa aplicam-se ainda, subsidiária e sucessivamente:

- a) O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- b) O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais;
- c) A Lei Geral Tributária;
- d) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- e) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- f) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- g) O Código do Procedimento Administrativo;
- h) O Código Civil e o Código de Processo Civil.

TÍTULO II

Regulamentação de taxas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 4.º

Incidência objetiva

1 — As taxas previstas na Tabela de Taxas Municipais, anexa ao presente Regulamento, nele definidas, bem como noutros regulamentos, são devidas como contrapartida, entre outras, pela:

- a) Concessão de permissões administrativas e pela mera comunicação prévia, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular, a qual se denomina taxa administrativa;
- b) Utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal, a qual se denomina taxa pela ocupação e utilização do espaço público;
- c) Outras atividades previstas no presente regulamento, na lei ou em outros regulamentos municipais.

2 — O presente Regulamento não se aplica aos atos e factos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas.

Artigo 5.º

Incidência subjetiva

1 — O sujeito ativo da relação jurídica — tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas e outras receitas previstas no presente Regulamento é o Município de Lisboa.

2 — O sujeito passivo da relação jurídica — tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas e outras receitas previstas no presente Regulamento é a pessoa singular ou coletiva, o património ou a organização de facto ou de direito que, nos termos da lei e dos regulamentos, está vinculado ao cumprimento da prestação tributária ou de outro tipo, seja como contribuinte direto, substituto ou responsável.

3 — Caso sejam vários os sujeitos passivos, todos são solidariamente responsáveis pelo pagamento, salvo disposição em contrário.

Artigo 6.º

Fundamentação económica e financeira

O valor das taxas e outras receitas foi fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade, tendo em conta o custo da atividade dos órgãos e serviços do Município, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar, e o benefício auferido pelo particular, bem como, em casos específicos, de incentivo ou desincentivo à prática de certos atos e operações, conforme Tabela de Taxas Municipais, Relatório de Fundamentação Económica e Fundamentação das Isenções e Reduções, anexos ao presente Regulamento.

Artigo 7.º

Princípios do procedimento tributário

Na liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas, são realizadas todas as diligências necessárias à satisfação do interesse público e à descoberta da verdade material, de acordo com os princípios da legalidade, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da celeridade.

Artigo 8.º

Atualização

1 — Os valores das taxas previstas na Tabela de Taxas Municipais, anexa ao presente Regulamento, são atualizados nos termos previstos na lei.

2 — Se da atualização resultar um valor não múltiplo de € 0,05, o valor da taxa será arredondado por defeito para o múltiplo de € 0,05 mais próximo se o valor que excede esse múltiplo for igual ou inferior a € 0,05 e, por excesso, para o múltiplo de € 0,05 mais próximo nos restantes casos.

CAPÍTULO II

Das isenções e reduções

SECÇÃO I

Isenções

Artigo 9.º

Isenções subjetivas

1 — Com exceção da taxa municipal de direitos de passagem, das taxas devidas pela atividade da Comissão Arbitral Municipal e sem prejuízo dos regimes especiais previstos no presente Regulamento, estão isentos do pagamento de taxas, além dos casos previstos por lei:

- a) As pessoas com deficiência com grau de incapacidade superior a 70 %;
- b) As pessoas em situação de insuficiência económica;
- c) Os partidos políticos, coligações e associações sindicais e ainda os movimentos de cidadãos, desde que registados de acordo com a lei, quanto às taxas de ocupação da via pública, de ruído, de licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, de publicidade exterior ou da cedência de equipamentos e materiais logísticos e de divulgação para as suas atividades próprias;
- d) As autarquias locais no que tange à realização de atividades próprias, organizadas em exclusivo pelas próprias autarquias e disponibilizadas em exclusivo e de forma não onerosa para os respetivos participantes;
- e) As empresas municipais instituídas pelo Município, relativamente aos atos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins, diretamente relacionados com as atividades objeto de contrato-programa ou contrato de gestão com o Município;
- f) Os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa.

2 — Estão isentos da taxa de cremação e inumação em sepultura temporária, de depósito temporário de urna em câmara frigorífica, de utilização da capela, de transferência de circunscrição, de autorização para inumação/cremação de não falecidos ou recenseados em Lisboa, de certidões, atestados, termo de autenticação e requerimentos e de utilização de água e energia dentro dos cemitérios municipais, os pedidos formalizados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou atestados pela Segurança Social.

3 — Estão isentos do pagamento das taxas de ruído e ocupação do espaço público as coletividades, as associações e os grupos de cidadãos organizados, relativamente às atividades inseridas nas Festas da Cidade de Lisboa, durante o mês de junho.

4 — Estão isentos do pagamento de taxa municipal de proteção civil, os Estados estrangeiros quanto aos prédios destinados às respetivas embaixadas ou consulados, quando haja reciprocidade de tratamento.

5 — Estão, ainda, isentas do pagamento do valor das taxas de ocupação do espaço público, de ocupação pontual em mercados e feiras, de ruído, de licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, de publicidade exterior ou da cedência de equipamentos e materiais logísticos e de divulgação, bem como das taxas administrativas, as pessoas coletivas de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social, as associações empresariais, comerciais, associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas, legalmente constituídas, relativamente a atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins, desde que:

- a) A ocupação seja no seu exclusivo interesse ou a publicidade se refira exclusivamente à sua pessoa;
- b) A pessoa coletiva não distribua quaisquer resultados ou por outro meio proporcione vantagens económicas aos associados ou membros dos órgãos sociais;
- c) O exercício dos cargos sociais não seja remunerado.

6 — Os artistas de rua encontram-se isentos do pagamento de taxa administrativa, no âmbito da Ocupação do Espaço Público.

Artigo 10.º

Isenções objetivas

1 — Estão isentos de pagamento de taxa:

- a) Os atestados que se destinem a instruir processos para concessão de abono de família e quaisquer outros que estejam isentos de Imposto do Selo;

b) As certidões que comprovadamente sejam necessárias para instruir processos junto dos serviços de finanças e das conservatórias;

c) As trasladações realizadas dentro do mesmo cemitério, provenientes de exumações;

d) As filmagens, gravações ou sessões fotográficas, com ou sem fins académicos, de relevante interesse cultural ou artístico;

e) As filmagens e as gravações dos espaços ou de exposições ou com tomada de vistas gerais, com o objetivo de promover a sua divulgação;

f) As filmagens e as gravações promovidas pelas associações sem fins lucrativos e pelos estabelecimentos de ensino;

g) As afixações obrigatórias relativas a estabelecimentos comerciais e serviços.

2 — Estão isentos do pagamento da taxa municipal de proteção civil os prédios que tenham sido classificados como Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público ou Imóveis de Valor Municipal, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 11.º

Isenções em projetos de interesse municipal

1 — As pessoas singulares ou coletivas, de natureza privada, que executem, sem qualquer contrapartida de carácter pecuniário, comercial ou urbanístico, nomeadamente ao abrigo do estatuto do Mecenato, projetos de intervenção no âmbito das operações de qualificação, reabilitação e modernização do espaço, equipamentos e infraestruturas públicas, definidos pela Câmara Municipal de Lisboa, ficam isentas de taxas relativamente aos atos e factos constantes do respetivo programa.

2 — Podem ser isentos do pagamento de taxas os projetos de investimento considerados de relevante interesse para a cidade, nomeadamente que induzam à fixação de empresas em Lisboa, à criação de postos de trabalho, à inovação tecnológica, à coesão social e à proteção do ambiente.

3 — Serão aplicadas reduções, isenções ou suspensões temporárias das taxas devidas pelo exercício de atividades económicas, quando estas sofrerem alterações na sua atividade, provocadas por intervenções diretas do Município nomeadamente enquanto decorrerem obras de infraestruturas na rede viária ou outras.

Artigo 12.º

Reconhecimento da isenção

1 — As isenções referidas nos números 1, 2 e 6 do artigo 9.º e nas alíneas a) a c) e f) do n.º 1 do artigo 10.º são reconhecidas pelo serviço competente para a liquidação da taxa e são de reconhecimento automático e de forma oficiosa.

2 — As isenções referidas nos números 3 a 5 do artigo 9.º, nas alíneas d), e) e g) do n.º 1 do artigo 10.º dependem de requerimento dos interessados e são reconhecidas mediante despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competência subdelegada na área dos serviços liquidadores.

3 — A isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º é reconhecida segundo os mesmos critérios previstos no n.º 2 do artigo 44.º do presente regulamento.

4 — As isenções referidas nos n.ºs 1 e 3, bem como as reduções ou suspensões temporárias referidas no n.º 3, ambos do artigo 11.º, são reconhecidas pela Assembleia Municipal, podendo ser objeto de protocolo que formalize as respetivas condições.

5 — As isenções referidas no n.º 2 do artigo 11.º são reconhecidas pela Assembleia Municipal, podendo ser objeto de protocolo que consagre as referidas condições.

6 — Os requerimentos para reconhecimento de isenção devem ser acompanhados dos documentos comprovativos de todos os factos dos quais depende esse reconhecimento.

7 — Previamente ao reconhecimento da isenção, devem os Serviços, no respetivo processo, informar fundamentadamente o pedido e proceder à determinação do montante da taxa a que se reporta o pedido de isenção.

8 — O despacho que reconhece a isenção pode fazê-lo até ao limite de cinco (5) anos, bem como para futuros atos da mesma natureza e da mesma pessoa coletiva, até ao mesmo limite de cinco (5) anos, sem prejuízo da sua prorrogação nos termos da lei.

9 — A existência de dívidas ao Município de Lisboa, sem processo de reclamação graciosa ou outro legalmente admissível e garantia prestada, determina a perda dos benefícios fiscais referidos no número anterior.

10 — A taxação de ocupação do espaço público por toldos, esplanadas e outros elementos físicos tem por referência o valor de 12,5€/m²/mês,

cabendo à Câmara Municipal, ouvidas a AHRESP e a UACS, propor anualmente à Assembleia Municipal, até à aprovação do Orçamento para o ano seguinte, as reduções e isenções, totais ou parciais, anuais ou plurianuais, que incidirão sobre aquela base de cálculo.

11 — A taxação de publicidade e ocupação do espaço público com mobiliário urbano, bem como a ocupação de espaço público por eventos de qualquer natureza, com exclusão das ocupações por obras, estaleiros ou bombas de combustível, tem por referência o valor de 12,5€/m²/mês, cabendo à Câmara Municipal, ouvidos os operadores interessados, propor anualmente à Assembleia Municipal, até à aprovação do Orçamento para o ano seguinte, as reduções e isenções, totais ou parciais, anuais ou plurianuais, que incidirão sobre aquela base de cálculo.

SECÇÃO II

Das reduções do valor das taxas

Artigo 13.º

Cemitérios

1 — As taxas relativas à trasladação e à inumação de ossadas e cinzas em jazigos particulares ou municipais beneficiam de uma redução de 50 % e 75 %, respetivamente.

2 — A inumação de restos mortais subsequentes em compartimentos municipais beneficia de uma redução de 50 %.

3 — As isenções referidas nos números anteriores são reconhecidas pelo serviço competente para o deferimento do pedido e são de reconhecimento automático e de forma oficiosa.

Artigo 14.º

Mercados e feiras

1 — As taxas de ocupação referentes aos mercados têm as seguintes reduções relativamente à taxa normal definida na Tabela de Taxas Municipais:

a) Nos mercados de categoria A, nas áreas superiores a 40m², cada m², redução de 38 %;

b) Nos mercados de categoria A, nos lugares de peixe, por cada metro linear, redução de 4 %;

c) Nos mercados de categoria A, nos restantes lugares, por cada metro linear, redução de 24 %;

d) As lojas dos mercados de categoria B e as lojas dos mercados de categoria A, com área superior a 100m², nos primeiros 40m², por cada m², redução de 27 %;

e) As lojas dos mercados de categoria B e as lojas dos mercados de categoria A, com área superior a 100m², nas áreas excedentes a 40m², por cada m², redução de 52 %;

f) Nos mercados de categoria B, nos lugares de peixe, por cada metro linear, redução de 24 %;

g) Nos mercados de categoria B, restantes lugares, por cada metro linear, redução de 39 %;

h) As arrecadações privativas, por cada m², redução de 53 %;

i) As arrecadações coletivas, por cada m², redução de 78 %.

2 — São mercados da categoria A os mercados de Alvalade Norte, Arroios, Benfica, Campo de Ourique, Ribeira e 31 de janeiro, sendo os restantes da categoria B.

3 — As taxas de ocupação para venda de artigos usados na Feira da Ladrão têm uma redução de 75 % relativamente à taxa de ocupação de feiras e venda ambulante.

4 — Sofrem, igualmente, redução as seguintes taxas:

a) As renovações ou segundas vias de cartão de comerciante, empregados e moços têm uma redução de 75 % relativamente à taxa aplicável à inscrição/emissão de cartão, sendo aquela de 50 % no caso das renovações quando pedidas fora do prazo;

b) As taxas de publicidade em mercados, aplicada a fachadas interiores de lojas e lugares, têm uma redução de 75 % e de 60 % relativamente à taxa aplicável à publicidade em edifícios e à publicidade em edifícios, luminosa ou diretamente iluminada, respetivamente;

c) O estacionamento em mercados para residentes, em período noturno, e para os comerciantes, em período diurno, tem uma redução de 50 %.

Artigo 15.º

Outras reduções

Beneficiam de uma redução de 50 % do pagamento de taxa administrativa, com reprodução de documentos, os estudantes e professores.

Artigo 16.º

Regime simplificado

As taxas que incidam sobre licenças ou autorizações limitadas no tempo, serão reduzidas, de acordo com os coeficientes estabelecidos na Tabela de Taxas Municipais, em caso de novo licenciamento ou autorização, desde que não ocorra alteração dos elementos do licenciamento ou autorização anteriores.

CAPÍTULO III**Taxas e preços com regime especial****SECÇÃO I****Taxa Municipal de Direitos de Passagem**

Artigo 17.º

Taxa municipal de direitos de passagem

1 — Nos termos previstos no artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, no n.º 1 do artigo 12.º e no n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, é devida a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) prevista na Tabela de Taxas Municipais anexa ao presente Regulamento, pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal para a construção ou instalação de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas e pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

2 — A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

3 — O percentual referido no número anterior é aprovado anualmente pelo Município até ao final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %.

SECÇÃO II**Comissão Arbitral Municipal**

Artigo 18.º

Taxas no âmbito da atividade da Comissão Arbitral Municipal

1 — De acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto, são devidas taxas pela determinação do coeficiente de conservação, pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior e pela submissão de um litígio a decisão da Comissão Arbitral Municipal (CAM) no âmbito da respetiva competência decisória.

2 — As taxas constituem receita municipal, a afetar ao funcionamento da Comissão, com os seguintes valores:

a) 1 Unidade de Conta (UC), pela determinação do coeficiente de conservação;

b) 0,5 UC pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior;

c) 1 UC pela submissão de um litígio a decisão da CAM, sendo de 2UC nos casos em que haja discordância do nível de conservação que serviu de base ao coeficiente de conservação.

3 — Em tudo o mais, nomeadamente no que diz respeito à forma de pagamento dos valores previstos nas alíneas a) a c) do número anterior, rege o disposto no Decreto-Lei n.º 161/2006, de 8 de agosto.

SECÇÃO III**Tarifário do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas**

Artigo 19.º

Tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

São devidas tarifas pela prestação de serviços em gestão direta, assegurada pelas unidades orgânicas municipais ou por serviços mu-

nicipalizados no âmbito da atividade de gestão do sistema municipal de saneamento em baixa de águas residuais, constantes do Tarifário do Serviço de Recolha de Águas Residuais e respetivo Relatório de Fundamentação Económica, anexo ao presente regulamento.

Artigo 20.º

Incidência das tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — Estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas, os utilizadores finais da área do Município de Lisboa, que disponham de contrato com a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., empresa responsável pelo abastecimento de água no Município de Lisboa.

2 — Para efeitos da determinação das tarifas fixas e variáveis os utilizadores são classificados da seguinte forma:

a) Utilizador Doméstico, aquele que usa os prédios urbanos para fins habitacionais;

b) Utilizador Não Doméstico, aquele que não esteja abrangido pelo número anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das autarquias.

Artigo 21.º

Estrutura tarifária do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — Pela prestação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas são faturados aos utilizadores finais domésticos e não domésticos, as seguintes tarifas:

a) A tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada 30 dias, diferenciada em função da tipologia;

b) A tarifa variável, devida em função do volume de água consumido ou estimado durante o período objeto de faturação e expressa em euros por m³ por cada 30 dias.

2 — As tarifas previstas no número anterior englobam a prestação dos seguintes serviços/atividades:

a) Execução, manutenção, limpeza, desobstrução e renovação de ramais de ligação do sistema predial ao sistema público, com as ressalvas previstas no artigo 25.º;

b) Construção, manutenção e renovação do sistema público de saneamento;

c) Recolha e encaminhamento de águas residuais urbanas;

d) Celebração ou alteração de contrato de recolha de águas residuais urbanas.

3 — É ainda faturado o montante correspondente à repercussão do encargo suportado pelo Município relativo à Taxa de Recursos Hídricos nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e do Despacho 444/2009, do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado na 2.ª série do DR de 9 de janeiro.

Artigo 22.º

Serviços auxiliares de recolha de águas residuais urbanas

1 — Para além das tarifas de serviço de saneamento de águas residuais urbanas referidas no artigo 21.º, são cobradas pela Câmara Municipal de Lisboa, nos termos definidos na legislação aplicável, valores como contrapartida dos seguintes serviços auxiliares:

a) Análise de projetos de ramais de ligação;

b) Análise dos projetos dos sistemas públicos de saneamento integrados em operações de loteamento/urbanísticas;

c) Execução de ramais de ligação, nas situações previstas no artigo 25.º;

d) Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização;

e) Informação sobre o ponto de ligação do sistema predial ao sistema público em planta;

f) Recolha, transporte, tratamento de lamas provenientes de fossas sépticas recolhidas através de meios móveis;

g) Realização de vistorias aos ramais de ligação a pedido dos utilizadores;

h) Outros serviços a pedido do utilizador.

Artigo 23.º

Tarifa de disponibilidade do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — Aos utilizadores domésticos do serviço de águas residuais urbanas, aplica-se uma tarifa de disponibilidade única, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada 30 dias.

2 — Aos utilizadores não domésticos aplica-se uma tarifa de disponibilidade, em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada 30 dias, e em função do calibre do contador:

- a) 1.º Nível: Contadores de calibre 15 mm;
- b) 2.º Nível: Contadores com calibres > 15 mm.

Artigo 24.º

Tarifa variável do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — A tarifa variável do serviço de saneamento de águas residuais urbanas aplicável aos utilizadores finais domésticos, é devida em função do volume de águas residuais recolhidas, expresso em m³, durante o período objeto de faturação por cada trinta (30) dias:

- a) 1.º Escalão: até 5 m³;
- b) 2.º Escalão: superior a 5 e até 15 m³;
- c) 3.º Escalão: superior a 15 e até 25 m³;
- d) 4.º Escalão: superior a 25 m³.

2 — A tarifa variável do serviço prestado através de redes fixas, aplicável aos utilizadores não domésticos é única e expressa em euros por m³.

3 — O volume de águas residuais recolhidas corresponde ao produto da aplicação de um coeficiente de recolha igual a 90 % do volume de água consumido.

4 — O valor final da componente variável do serviço de águas residuais devido pelos utilizadores domésticos é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

5 — Para aplicação do coeficiente de recolha previsto no n.º 3 e sempre que o utilizador não disponha de serviço de abastecimento de água ou comprovadamente produza águas residuais urbanas a partir de origens de água próprias, o respetivo consumo é estimado em função do consumo médio dos utilizadores com características similares, no âmbito do território municipal, verificado no ano anterior, ou de acordo com outra metodologia de cálculo definida no contrato de recolha.

6 — Quando não exista medição através de medidor de caudal e o utilizador comprove ter-se verificado uma rotura na rede predial de abastecimento de água, o volume de água perdida e não recolhida pela rede de saneamento não é considerado para efeitos de faturação do serviço de águas residuais, aplicando-se o coeficiente de recolha previsto no n.º 3 da seguinte forma:

- a) Ao consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A.;
- b) Ao consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.

7 — O coeficiente de recolha previsto no n.º 3 pode não ser aplicado nas situações em que comprovadamente haja consumo de água de origens próprias e não seja adequado o método previsto no n.º 5, devendo a metodologia de cálculo ser definida no contrato de recolha.

Artigo 25.º

Execução de ramais de ligação

1 — A construção de ramais de ligação superiores a 20 metros está sujeita a uma avaliação técnica e económica pela Câmara Municipal de Lisboa.

2 — Se da avaliação prevista no número anterior resultar que existe viabilidade, os ramais de ligação instalados pela Câmara Municipal de Lisboa apenas são faturados aos utilizadores no que respeita à extensão superior à distância referida no número anterior, através da aplicação de uma taxa de ramal.

3 — A taxa de ramal pode ainda ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Alteração de ramais de ligação por alteração das condições de recolha de águas residuais, por exigências do utilizador;
- b) Construção de mais ramais de ligação para o mesmo utilizador e por sua solicitação;
- c) As situações descritas nas alíneas anteriores estão sujeitas a uma avaliação técnica.

Artigo 26.º

Tarifários especiais do serviço de recolha de águas residuais urbanas

1 — Os utilizadores finais podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações:

a) Utilizadores domésticos:

i) Tarifário social, os utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social;

ii) Tarifário familiar, os utilizadores domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos;

b) Utilizadores não domésticos que sejam instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fins lucrativos ou entidades de declarada utilidade pública, legalmente constituídas, quanto aos prédios destinados diretamente à realização dos seus fins estatutários.

2 — Consideram-se em situação de carência económica os utilizadores domésticos que se enquadrem nas seguintes situações:

a) Carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, com benefício em pelo menos uma das seguintes prestações sociais:

- i) Complemento Solidário para Idosos;
- ii) Rendimento Social de Inserção;
- iii) Subsídio Social de Desemprego;
- iv) 1.º Escalão do Abono de Família;
- v) Pensão Social de Invalidez;

b) Utilizadores domésticos cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) que não ultrapasse:

- i) O valor anual da retribuição mínima mensal garantida, nas situações em que existe apenas um sujeito passivo com rendimentos; e
- ii) O dobro do valor anual da retribuição mínima mensal garantida nas restantes situações;

c) A aplicação dos tarifários sociais será objeto de protocolo a celebrar entre a EPAL e o Município de Lisboa, podendo ser transitariamente aplicados os parâmetros utilizados pela EPAL para esta finalidade na tarifa de abastecimento da água.

3 — O tarifário social para utilizadores domésticos consiste:

- a) Na isenção das tarifas fixas.
- b) Na aplicação da tarifa variável do primeiro escalão até ao limite mensal de 15 m³.

4 — O tarifário familiar traduz-se na utilização dos seguintes escalões do volume de águas residuais:

- a) 1.º escalão — até 5 m³/30 dias.
- b) 2.º escalão — consumos obtidos pela diferença entre o resultado da aplicação da fórmula [$“n” \times 3,6 \text{ m}^3/30 \text{ dias} + 2$, em que $“n”$ é igual ao n.º de elementos do agregado familiar], e os consumos iguais a 5 m³/30 dias faturados no 1.º escalão.
- c) 3.º escalão — consumos que excedem o resultado da aplicação da fórmula [$“n” \times 3,6 \text{ m}^3/30 \text{ dias} + 2$, em que $“n”$ é igual ao n.º de elementos do agregado familiar].

5 — O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste na aplicação de uma redução de 25 %, dos valores das tarifas aplicadas a utilizadores não domésticos.

Artigo 27.º

Acesso aos tarifários especiais do serviço de recolha de águas residuais

1 — Os utilizadores finais que pretendam beneficiar da aplicação dos tarifários especiais previstos no artigo 26.º, devem fazer prova dos requisitos exigidos, nos termos fixados pela Câmara Municipal de Lisboa, a publicar no respetivo sítio na Internet.

2 — A aplicação dos tarifários especiais tem o período de duração de um (1) ano, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, por iniciativa do interessado e nos 30 dias que antecedem o final daquele período.

Artigo 28.º

Aprovação dos tarifários do serviço de recolha de águas residuais urbanas

1 — O tarifário do serviço de recolha de águas residuais é aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da legislação em vigor, até ao termo do mês de novembro do ano civil anterior àquele a que respeita.

2 — A informação sobre a alteração dos tarifários a que se refere o número anterior deve ser publicitada pela Câmara Municipal de Lisboa antes do envio ao utilizador da primeira fatura calculada com o novo tarifário.

3 — O tarifário é disponibilizado nos locais de afixação habitualmente utilizados pela Câmara Municipal de Lisboa de Lisboa, nomeadamente no respetivo sítio na internet

Artigo 29.º

Periodicidade e requisitos da faturação das tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — A tarifa do serviço de saneamento de águas residuais urbanas é cobrada conjuntamente com a fatura do serviço de abastecimento de água, emitida pela EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., e obedece à mesma periodicidade.

2 — As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, bem como as taxas legalmente exigíveis.

3 — Os serviços auxiliares previstos no artigo 22.º são cobrados por via de fatura-recibo específica, emitida pela Câmara Municipal de Lisboa no ato de prestação do serviço, sendo o utilizador informado do respetivo tarifário aquando da solicitação do serviço.

Artigo 30.º

Prazo, forma e local de pagamento das tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — O pagamento da fatura emitida pela EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. é efetuado no prazo, forma e locais indicados na mesma.

2 — Para efeitos de pagamento, a fatura é indivisível, não se admitindo o pagamento individualizado de cada uma das suas componentes.

3 — A apresentação de reclamação escrita com fundamento em erro na medição do consumo de água suspende o prazo de pagamento das tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas incluídas na respetiva fatura.

4 — São aplicáveis às dívidas emergentes do serviço de saneamento de águas residuais urbanas em mora há mais de 30 dias juros, desde a constituição em mora, à taxa legal.

Artigo 31.º

Arredondamento dos valores a pagar nas tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

As tarifas são aprovadas com quatro casas decimais.

Artigo 32.º

Acertos de faturação do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — Os acertos de faturação do serviço de recolha de águas residuais são efetuados:

a) Quando a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. proceda a um acerto de faturação do serviço de abastecimento de água, nos casos em que não haja medição direta do volume de águas residuais recolhidas;

b) Quando a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. proceda a uma leitura, efetuando-se o acerto relativamente ao período em que esta não se processou;

c) Quando se confirme, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de efluentes medido.

2 — Quando se verificar, na sequência de acertos de faturação, um crédito a favor do utilizador final, pode o mesmo optar por receber esse valor no prazo de 30 dias. Não sendo essa a opção, a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., procede à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes.

Artigo 33.º

Prescrição e caducidade das tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — A dívida resultante da liquidação da tarifa prescreve no prazo de seis (6) meses após a prestação do serviço.

2 — O prazo de caducidade para a realização de acertos de faturação não se inicia enquanto a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., não puder realizar a leitura do contador, por motivos imputáveis ao utilizador.

3 — Se, por qualquer motivo, incluindo erro da EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca no prazo de seis (6) meses após o pagamento.

Artigo 34.º

Regime transitório das tarifas serviço de saneamento de águas residuais urbanas

1 — Os utilizadores não domésticos, excluindo entidades de natureza pública e do Setor Empresarial do Estado, com um consumo superior a 50 m³ por 30 dias, beneficiam de uma tarifa variável reduzida enquanto vigorar o regime transitório.

2 — O regime transitório aplica-se aos consumos realizados em 2015, 2016 e 2017.

3 — A tarifa variável reduzida incide sobre os consumos de água que excedam os 50 m³ por 30 dias, e é calculada da seguinte forma:

a) Ano de 2015 — a tarifa variável reduzida será 25 % da tarifa normal e aplicável aos consumos excedentes;

b) Ano de 2016 — a tarifa variável reduzida será 50 % da tarifa normal e aplicável aos consumos excedentes;

c) Ano de 2017 — a tarifa variável reduzida será 75 % da tarifa normal e aplicável aos consumos excedentes

Artigo 35.º

Legislação subsidiária das tarifas do serviço de saneamento de águas residuais urbanas

De acordo com a natureza da matéria e em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Regulamento, é subsidiariamente aplicável o disposto na legislação em vigor, na regulamentação setorial e, sucessivamente:

a) O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;

b) A Lei n.º 23/96, de 26 de julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de fevereiro, n.º 24/2008, de 2 de junho, n.º 6/2011, de 10 de março, n.º 44/2011, de 22 de junho e n.º 10/2013, de 28 de janeiro;

c) O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho;

d) O Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho;

e) O Decreto-Regulamentar n.º 23/1995, de 23 de agosto.

SECÇÃO IV

Tarifário de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos

Artigo 36.º

Tarifário de serviço de gestão de resíduos urbanos

São devidas tarifas pela prestação de serviços, em gestão direta das unidades orgânicas municipais, incluindo a gestão por via de serviços municipalizados, no âmbito da atividade de gestão de resíduos urbanos, constantes do Tarifário de Resíduos Urbanos e respetivo Relatório de Fundamentação Económica, anexos ao presente Regulamento.

Artigo 37.º

Incidência do tarifário de serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — Estão sujeitos às tarifas, fixa e variável, relativas ao serviço de gestão de resíduos urbanos todos os utilizadores finais da área do Município de Lisboa, a quem sejam prestados os respetivos serviços, dispondo ou não de contrato com a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. empresa responsável pelo abastecimento de água no Município de Lisboa, sendo as mesmas devidas a partir da entrada em vigor do presente Regulamento.

2 — Para efeitos da determinação das tarifas, os utilizadores finais, a quem seja assegurado de forma continuada o serviço de gestão de

resíduos urbanos, cuja produção diária seja inferior a 1100 litros e que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desse mesmo serviço a terceiros, são classificados da seguinte forma:

a) Utilizador Doméstico: aquele que usa os prédios urbanos para fins habitacionais;

b) Utilizador Não doméstico: aquele que não esteja abrangido pelo número anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das autarquias.

Artigo 38.º

Estrutura tarifária do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — Pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos são faturados aos utilizadores finais, domésticos e não domésticos, as seguintes tarifas:

a) A tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada 30 dias, diferenciada em função da tipologia;

b) A tarifa variável, devida em função do nível de utilização do serviço durante o período objeto de faturação, expressa em euros por m³ de água consumida ou estimada.

2 — As tarifas previstas no número anterior, englobam a prestação dos seguintes serviços:

a) Instalação, manutenção e substituição de equipamentos de deposição de resíduos urbanos;

b) Recolha, transporte, tratamento e eliminação adequada dos resíduos urbanos;

c) Recolha e encaminhamento adequado de resíduos volumosos e verdes provenientes de habitações inseridas na malha urbana, quando inferiores aos limites previstos para os resíduos urbanos na legislação em vigor.

3 — É ainda faturado o montante correspondente à repercussão do encargo suportado pelo Município relativo à Taxa de Gestão de Resíduos nos termos da Portaria 72/2010, de 4 de fevereiro.

Artigo 39.º

Serviços auxiliares de gestão de resíduos urbanos

Para além das tarifas do serviço de gestão de resíduos urbanos, referidas no artigo anterior, o Município de Lisboa cobra ainda valores adicionais pela prestação dos seguintes serviços:

a) Serviços auxiliares de limpezas coercivas em habitações;

b) Serviços de recolhas específicas de resíduos;

Artigo 40.º

Tarifa de disponibilidade do serviço de gestão de resíduos urbanos

Aos utilizadores do serviço de gestão de resíduos urbanos, aplica-se uma tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada 30 dias, diferenciada em função da tipologia (doméstico ou não doméstico) dos utilizadores.

Artigo 41.º

Tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — A tarifa variável do serviço de gestão de resíduos, aplicável aos utilizadores domésticos, é única e devida em função do volume de água consumida, expressa em euros por m³, durante o período objeto de faturação.

2 — A tarifa variável do serviço de gestão de resíduos, aplicável aos utilizadores não domésticos é única e devida em função do volume de água consumida, expressa em euros por m³, durante o período objeto de faturação.

Artigo 42.º

Base de cálculo da tarifa de resíduos urbanos

1 — A tarifa variável de resíduos urbanos é devida em função do consumo de água faturada.

2 — Sempre que os utilizadores domésticos e não domésticos não disponham de serviço de abastecimento de água, o respetivo consumo estima-se em função do consumo médio tendo por referência os utiliza-

dores com características similares, no âmbito do território municipal, verificado no ano anterior.

3 — Excecionalmente e quando se demonstre que a indexação ao consumo de água das tarifas variáveis aplicáveis aos utilizadores não domésticos possa não se mostrar adequada por razões atinentes a atividades específicas que prosseguem, nomeadamente ginásios, restauração e cabeleireiros, o Município poderá numa base setorial ou individual definir outro método de cálculo da tarifa.

Artigo 43.º

Tarifários especiais do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — Os utilizadores finais podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações:

a) Utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica;

b) Utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública.

2 — O tarifário social para utilizadores domésticos consiste na isenção das tarifas de disponibilidade.

3 — O tarifário social para utilizadores não domésticos consiste na aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis a utilizadores domésticos.

Artigo 44.º

Acesso aos tarifários especiais do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — Os utilizadores finais que pretendam beneficiar da aplicação dos tarifários especiais previstos nos números anteriores, devem fazer prova dos requisitos exigidos nos termos fixados pelo Município de Lisboa.

2 — Consideram-se em situação de carência económica os utilizadores domésticos que se enquadrem numa das seguintes situações:

a) Carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, com benefício em pelo menos uma das seguintes prestações sociais:

i) Complemento Solidário para Idosos;

ii) Rendimento Social de Inserção;

iii) Subsídio Social de Desemprego;

iv) 1.º Escalão do Abono de Família;

v) Pensão Social de Invalidez;

b) Utilizadores domésticos cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável para efeitos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) que não ultrapasse:

i) O valor anual da retribuição mínima mensal garantida, nas situações em que existe apenas um sujeito passivo com rendimentos;

ii) O dobro do valor anual da retribuição mínima mensal garantida nas restantes situações;

c) A aplicação dos tarifários sociais será objeto de protocolo a celebrar entre a EPAL e o Município de Lisboa, podendo ser transitoriamente aplicados os parâmetros utilizados pela EPAL para esta finalidade na tarifa de abastecimento da água.

3 — A aplicação dos tarifários especiais tem o período de duração de 1 ano, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, por iniciativa do interessado e nos 30 dias que antecedem o final daquele período.

Artigo 45.º

Aprovação dos tarifários do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — O tarifário do serviço de gestão de resíduos é aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa, nos termos da legislação em vigor.

2 — A informação sobre a alteração dos tarifários a que se refere o número anterior deve ser publicitada pela Câmara Municipal de Lisboa, antes do envio ao utilizador final da primeira fatura que contenha o novo tarifário.

3 — Os tarifários produzem efeitos relativamente às produções de resíduos entregues a partir de 1 de janeiro de cada ano civil.

4 — O tarifário é disponibilizado nos locais de afixação habitualmente utilizados pelo Município de Lisboa, nomeadamente no respetivo sítio na internet.

Artigo 46.º

Periodicidade e requisitos da faturação do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — A tarifa de resíduos urbanos é cobrada conjuntamente com a fatura do serviço de abastecimento de água, emitida pela EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. e obedece à mesma periodicidade.

2 — A fatura emitida discrimina os serviços prestados e as correspondentes tarifas, bem como as taxas legalmente exigíveis.

3 — Os serviços auxiliares previstos no artigo 39.º, são cobrados por intermédio de fatura-recibo própria, emitida pelo Município Lisboa no ato de prestação do serviço, sendo o utilizador informado do valor a pagar aquando da sua solicitação.

Artigo 47.º

Prazo, forma e local de pagamento das tarifas de serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — O pagamento da fatura emitida pela EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. é efetuado no prazo, forma e locais indicados na mesma.

2 — Para efeitos de pagamento, a fatura é indivisível, não se admitindo o pagamento individualizado de cada uma das suas componentes.

3 — São aplicáveis às dívidas emergentes do serviço de gestão de resíduos urbanos em mora há mais de 30 dias juros, desde a constituição em mora, à taxa legal.

Artigo 48.º

Arredondamento dos valores a pagar nas tarifas de serviço de gestão de resíduos urbanos

As tarifas são expressas com quatro casas decimais.

Artigo 49.º

Acertos de faturação do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — Os acertos de faturação do serviço de gestão de resíduos são efetuados:

a) Quando a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. proceda a uma leitura, relativamente ao período em que esta não se processou;

b) Quando se confirme, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de água.

2 — Quando se verificar, na sequência de acertos de faturação, um crédito a favor do utilizador final, pode o mesmo optar por receber esse valor no prazo de 30 dias, ou optar por proceder à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes.

Artigo 50.º

Prescrição e caducidade das tarifas de serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — A dívida resultante da liquidação da tarifa prescreve no prazo de 6 meses após a prestação do serviço.

2 — O direito à liquidação caduca no prazo de 6 meses após a prestação do serviço.

3 — O prazo de caducidade para a realização de acertos de faturação não se inicia enquanto a EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A. não puder realizar a leitura do contador, por motivos imputáveis ao utilizador.

4 — Se, por qualquer motivo, incluindo erro da EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca no prazo de 6 meses após o pagamento.

SUBSECÇÃO

Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos a Grandes Produtores

Artigo 51.º

Definição de grandes produtores

1 — Consideram-se grandes produtores todas as entidades com uma produção média diária de resíduos superior a 1.100 litros.

2 — Para efeitos do número anterior, a produção respeita a cada local de recolha.

Artigo 52.º

Responsabilidade dos resíduos urbanos de grandes produtores

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de novembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos), a deposição, recolha, transporte, armazenagem, valorização ou recuperação e eliminação dos resíduos urbanos provenientes de grandes produtores são da sua exclusiva responsabilidade.

2 — Sem prejuízo do número anterior, os grandes produtores podem recorrer à Câmara Municipal de Lisboa para a prestação dos serviços de resíduos urbanos através da celebração de um contrato de recolha.

Artigo 53.º

Recenseamento de Grandes Produtores e responsabilidade da recolha e tratamento

1 — Os Grandes Produtores estão obrigados ao recenseamento junto da CML, no prazo de 120 dias após a entrada em vigor do presente regulamento para os produtores existentes, ou, quando se trate de novos estabelecimentos produtores, no prazo de 30 dias antes da sua entrada em funcionamento.

2 — O recenseamento é atualizado em outubro de cada ano de acordo com rotina a fixar no contrato de recolha a celebrar entre as partes.

3 — O recenseamento será efetuado, por estabelecimento produtivo ou morada, através do envio, por via eletrónica, para o endereço RUGrandesProdutores@cm-lisboa.pt do formulário em Anexo a este Regulamento.

4 — O recenseamento dos Grandes Produtores pode ser efetuado a qualquer momento, salvaguardando que, após o prazo estabelecido em 1, não serão efetuados acertos de faturação.

5 — No processo de recenseamento, o GP informará o Município se pretende optar pelo recurso aos serviços municipais de recolha e tratamento dos resíduos ou se opta por assumir a responsabilidade dessas tarefas através da entrega de uma declaração que identificará os termos em que irá concretizar a mesma (recurso a entidades terceiras, indicando-as ou assegurando-as pelos seus próprios meios).

6 — No caso do GP optar por recolher e tratar os resíduos sob a sua responsabilidade, o Município deixará de prestar os respetivos serviços nas moradas em causa.

Artigo 54.º

Tarifa de serviço de gestão de resíduos urbanos aplicável a grandes produtores

1 — Os grandes produtores que tenham optado pelos serviços municipais de recolha de resíduos urbanos ficam sujeitos a uma tarifa a variar no intervalo [45€, 80€] sobre os resíduos indiferenciados (RI), em resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$Tf = 80\text{€} - 50\text{€} \times \frac{RC}{RC + RI}$$

onde:

Tf — tarifa em € por tonelada incidente sobre RI entregues ao município

RC — Resíduos recicláveis, expressos em toneladas, entregues ao município

RI — Resíduos indiferenciados, expressos em toneladas, entregues ao município

A fórmula não é aplicável sempre que a relação $RC/(RC+RI)$ seja superior a 70 %, situações em que a tarifa sobre indiferenciados será de 45€.

2 — A quantidade mensal em toneladas de resíduos recicláveis (*RC*) e de resíduos indiferenciados (*RI*) é obtida com base na seguinte fórmula:

$$Qtd = \frac{V}{1000} \times F \times D$$

onde:

Qtd — quantidade mensal de resíduos expressos em toneladas

V — volume total em litros correspondente aos contentores instalados/disponibilizados

F — frequência de recolha em 30 dias

D — densidade estimada em [tonelada/m³] a fixar em cada contrato face aos diferentes tipos de resíduos.

3 — Transitoriamente e até à assinatura de contrato após recenseamento aplica-se o tarifário do regime geral em função do consumo de água.

4 — Sempre que o recenseamento observe os prazos estipulados no n.º 1 do artigo 53.º, os valores pagos antes da data da entrada em vigor do contrato de recolha serão obrigatoriamente objeto de acerto de contas por confronto entre os valores anteriormente liquidados e os resultantes do contrato de recolha.

5 — O disposto nos números anteriores não se aplica aos GP abrangidos pelo Sistema de Recolha Pneumática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações, sujeitos a regulamentação específica.

Artigo 55.º

Recusa da realização do serviço de gestão de resíduos urbanos a grandes produtores

O Município de Lisboa pode recusar a realização do serviço de gestão de resíduos urbanos, designadamente, quando:

a) O tipo de resíduos depositados nos contentores não se enquadrar na categoria de resíduos urbanos, conforme previsto na legislação em vigor;

b) Se verificar a inacessibilidade dos contentores à viatura de recolha, quer pelo local, quer por incompatibilidade do equipamento ou do horário de recolha;

c) Não forem cumpridas as regras municipais de separação de resíduos.

Artigo 56.º

Regime transitório do serviço de gestão de resíduos urbanos

1 — Os utilizadores não domésticos com um consumo de água superior a 50 m³ por 30 dias, beneficiam de uma tarifa variável reduzida enquanto vigorar o período de recenseamento de 60 dias dos grandes produtores.

2 — Durante este período, os utilizadores beneficiam da aplicação de uma tarifa variável reduzida, que consiste numa redução de 50 % do tarifário.

3 — Após aquele período haverá lugar à regularização da faturação em função dos seguintes critérios:

a) Os utilizadores que sejam classificados como grandes produtores por encontro de contas;

b) Os utilizadores que não sejam classificados como grandes produtores, passam a pagar a totalidade da tarifa em função dos consumos de água, devendo o valor descontado durante o período de recenseamento ser reposto na fatura subsequente ou passam a ficar sujeitos aos métodos de cálculo específicos definidos ao abrigo do número três do artigo 42.º com os acertos a que houver lugar.

Artigo 57.º

Legislação subsidiária do tarifário de serviço de gestão de resíduos urbanos

De acordo com a natureza da matéria, e em tudo o que não se encontra especialmente previsto neste Regulamento, é subsidiariamente aplicável o disposto na legislação em vigor, na regulamentação setorial e sucessivamente:

a) O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro;

b) O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;

c) A Lei n.º 23/96, de 26 de julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de fevereiro, n.º 24/2008, de 2 de junho, n.º 6/2011, de 10 de março, n.º 44/2011, de 22 de junho e n.º 10/2013, de 28 de janeiro;

d) O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho;

e) A Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril — Tarifário do serviço de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 15 de abril/Abril, aprovado por deliberação do Conselho Diretivo da ERSAR n.º 928/2014.

SECÇÃO V

Taxa Municipal de Proteção Civil

Artigo 58.º

Taxa municipal de proteção civil

É devida taxa municipal de proteção civil, em conformidade com o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 53-E/2006, de 22 de dezembro, que visa, em particular, remunerar os serviços assegurados pelo Serviço Muni-

cipal de Proteção Civil nos domínios da proteção civil, do combate aos incêndios e da garantia da segurança de pessoas e bens.

Artigo 59.º

Incidência objetiva da taxa municipal de proteção civil

1 — A taxa municipal de proteção civil incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos ou frações destes, situados no concelho de Lisboa, tal como esse valor é determinado para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis.

2 — A taxa municipal de proteção civil incide também sobre o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos ou frações destes, situados no concelho de Lisboa, com risco acrescido por relação com a condição de degradado, devoluto ou em estado de ruína.

3 — A taxa municipal de proteção civil incide ainda sobre as atividades e usos de risco acrescido em edifícios, recintos ou equipamentos, situados no concelho de Lisboa, tal como identificados em Anexo ao presente regulamento.

Artigo 60.º

Incidência subjetiva da taxa municipal de proteção civil

1 — É sujeito passivo da taxa municipal de proteção civil prevista no n.º 1 do artigo anterior o sujeito passivo do correspondente Imposto Municipal sobre Imóveis.

2 — É sujeito passivo da taxa municipal de proteção civil prevista no n.º 2 do artigo anterior, o sujeito passivo do correspondente Imposto Municipal sobre Imóveis.

3 — São ainda sujeitos passivos da taxa municipal de proteção civil prevista no n.º 3 do artigo anterior, as pessoas singulares ou coletivas que no concelho de Lisboa exerçam as atividades ou usos de risco acrescido identificadas em Anexo ao presente regulamento, na condição de entidade que explora o edifício, recinto ou equipamento ou de entidade gestora dos mesmos quando disponham de espaços comuns ou partilhados ou serviços coletivos.

4 — Para efeito da identificação das categorias de risco por utilização-tipo, aplica-se o disposto no Anexo ao presente Regulamento.

Artigo 61.º

Facto gerador e periodicidade da taxa municipal de proteção civil

O facto gerador da taxa municipal de proteção civil reside na titularidade dos prédios tributáveis, tal como resultante do artigo anterior, a 31 de dezembro de cada ano, ou no exercício a essa data dos usos ou das atividades tributáveis.

Artigo 62.º

Isenções da taxa municipal de proteção civil

1 — Estão isentos da taxa municipal de proteção civil, no âmbito exclusivo do n.º 1 do artigo 60.º, os proprietários dos imóveis cujo valor patrimonial seja inferior a € 20.000.

2 — Estão isentos no âmbito exclusivo do n.º 3 do artigo 60.º e por relação unicamente com as utilizações-tipo com a 1.ª e 2.ª categorias de risco, conforme anexo ao presente Regulamento:

a) “Estacionamentos” com áreas brutas ≤ 9.600 m²;

b) “Administrativos” com efetivo ≤ 1.000;

c) “Espetáculos e reuniões públicas” com efetivo ≤ 1.000 ou ≤ 15.000 se ao ar livre;

d) “Comerciais e gares de transporte” com efetivo ≤ 1.000;

e) “Desportivos e de lazer” com efetivo ≤ 1.000 ou ≤ 15.000 se ao ar livre.

Artigo 63.º

Valor da taxa municipal de proteção civil

1 — O valor anual da taxa municipal de proteção civil relativamente aos prédios a que se refere o n.º 1 do artigo 60.º é de 0,0375 % do valor patrimonial tributário.

2 — O valor anual da taxa municipal de proteção civil relativamente aos prédios a que se refere o n.º 2 do artigo 60.º é de 0,3 % no tocante aos prédios degradados e de 0,6 % no caso dos prédios devolutos ou em ruína, como tal considerados para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis.

3 — O valor anual da taxa municipal de proteção civil relativamente aos prédios, equipamentos e usos a que se refere o n.º 3 do artigo 60.º, é o que resulta da aplicação das disposições do anexo ao presente Regulamento.

4 — As entidades que estando enquadradas numa das categorias referidas no Anexo a este Regulamento por relação com as atividades /usos de risco acrescido e não apresentem as medidas de autoproteção nos termos e prazos definidos no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, terão um agravamento de 50 % na respetiva categoria.

Artigo 64.º

Liquidação da taxa municipal de proteção civil

1 — A liquidação da taxa municipal de proteção civil será feita por relação com o cadastro do valor patrimonial dos prédios relativos a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita, no caso do n.º 1 e 2 do artigo 60.º, e de acordo com o cadastro de atividades de risco e respetivos titulares reportado ao mesmo momento, no caso do n.º 3 do mesmo artigo.

2 — A liquidação será feita no segundo semestre de cada ano económico, por iniciativa dos serviços municipais, da Autoridade Tributária e Aduaneira ou de outra entidade com quem o Município celebre acordo neste sentido, nos termos que para tal vierem a ser fixados.

3 — Em matéria de liquidação aplicam-se supletivamente as regras que nesta matéria ficarem vertidas em acordo a celebrar com outra entidade, nos termos previstos no número anterior, com as devidas adaptações.

Artigo 65.º

Dispensa de pagamentos suplementares

Aos sujeitos passivos da taxa municipal de proteção civil que mantenham regularizado o respetivo pagamento não pode ser exigido o pagamento de qualquer outra taxa em virtude de serviços que lhes sejam prestados pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa ou outros serviços no domínio da proteção civil.

Artigo 66.º

Pagamento da taxa municipal de proteção civil

1 — O pagamento voluntário da taxa municipal de proteção civil é efetuado em duas prestações, sendo a primeira em outubro e a segunda em março, podendo os sujeitos passivos antecipar o pagamento da segunda prestação.

2 — A falta de pagamento da primeira prestação importa o vencimento imediato da segunda.

3 — São excluídas da faculdade de pagamento em duas prestações as liquidações cujo valor total seja igual ou inferior a 50 euros, montante que será atualizado anualmente em função do valor da inflação.

4 — Decorrido o prazo de pagamento voluntário da primeira prestação poderá o mesmo ser efetuado, acrescido de juros de mora, nos 60 dias subsequentes.

5 — Em matéria de pagamento aplicam-se supletivamente as regras que nesta matéria ficarem vertidas em acordo a celebrar com outra entidade, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 64.º, com as devidas adaptações.

Artigo 67.º

Publicidade dos serviços objeto da taxa municipal de proteção civil

As prestações realizadas pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa ou outros serviços da Câmara Municipal de Lisboa no domínio da proteção civil são objeto de divulgação pública no sítio da internet da Câmara Municipal de Lisboa.

SECÇÃO VI

Taxa Municipal Turística

Artigo 68.º

Taxa municipal turística

As taxas municipais turísticas previstas no presente regulamento são devidas em contrapartida do singular aproveitamento turístico proporcionado pelo conjunto de atividades e investimentos relacionados direta e indiretamente com a atividade turística, designadamente, através da realização de obras de construção, de manutenção, de reabilitação e de requalificação urbanas e das demais benfeitorias efetuadas em bens do domínio público e privado municipal, em zonas de cariz potencialmente turístico, e do benefício originado pela prestação do serviço público de informação e apoio aos turistas, e ainda pelo serviço público de dinamização cultural e recreativa da cidade.

Artigo 69.º

Modalidades da taxa municipal turística

A taxa municipal turística institui-se nas modalidades de:

- a) Taxa de dormida;
- b) Taxa de chegada por via aérea;
- c) Taxa de chegada por via marítima.

SUBSECÇÃO I

Taxa de dormida

Artigo 70.º

Incidência e valor da taxa de dormida

A taxa de dormida é devida por hóspede com idade superior a 13 anos e por noite nos empreendimentos turísticos e nos estabelecimentos de alojamento local, localizados no Município de Lisboa com valor unitário conforme Anexo a este Regulamento, até a um máximo de 7 (sete) noites por pessoa.

Artigo 71.º

Isenções da taxa de dormida

Ficam isentos da taxa de dormida os hóspedes cuja estada seja motivada pela obtenção de serviços médicos.

SUBSECÇÃO II

Taxa de chegada por via aérea

Artigo 72.º

Incidência e valor da taxa de chegada por via aérea

A taxa de chegada por via aérea é devida por passageiro que desembarque no Aeroporto Internacional de Lisboa, com valor unitário conforme Anexo a este Regulamento.

Artigo 73.º

Isenções da taxa de chegada por via aérea

1 — Ficam isentos da taxa de chegada:

- a) Passageiros em relação aos quais não seja emitido bilhete autónomo;
- b) Os passageiros em trânsito ou transferência no Aeroporto Internacional de Lisboa, na medida em que a sua chegada a Lisboa não tem fins turísticos;
- c) Os passageiros com domicílio fiscal em território nacional.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior concretiza-se, quando aplicável, pelo reembolso ao passageiro da verba liquidada e cobrada, mediante pedido a efetuar no prazo de 1 ano a contar da data da chegada.

3 — Os procedimentos de liquidação e reembolso serão estabelecidos através de regulamento de execução específico para o efeito.

SUBSECÇÃO III

Taxa de chegada por via marítima

Artigo 74.º

A taxa de chegada por via marítima é devida por passageiro que desembarque de navio de cruzeiro em escala, nos terminais de navios de cruzeiro localizados no Município de Lisboa, com valor unitário conforme Anexo a este Regulamento.

SUBSECÇÃO IV

Liquidação e pagamento da Taxa Municipal Turística

Artigo 75.º

Liquidação, arrecadação e pagamento da taxa municipal turística

1 — A liquidação e arrecadação da taxa de dormida compete às pessoas singulares ou coletivas que explorem os empreendimentos turísticos e os estabelecimentos de alojamento local, que devem fazer refletir, de forma autónoma, na fatura o valor correspondente a esta taxa.

2 — A liquidação e arrecadação da taxa de chegada por via aérea e da taxa de chegada por via marítima compete, respetivamente à concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil no aeroporto internacional de Lisboa e às entidades incumbidas da exploração dos terminais de navios de cruzeiro.

3 — Não é admitido o pagamento em prestações da taxa municipal turística.

4 — As entidades identificadas no n.º 1 não podem emitir faturas respeitantes ao serviço de alojamento nem aceitar o respetivo pagamento por parte dos hóspedes sem que seja somado o valor da taxa de dormida.

5 — As entidades envolvidas na liquidação, arrecadação, controle e fiscalização da aplicação das taxas turísticas poderão ser compensadas pelas despesas administrativas com um montante a definir.

6 — A operacionalização dos procedimentos previstos nos números 1, 2 e 5 poderão ser objeto de protocolo a celebrar entre a Município de Lisboa e as entidades responsáveis.

Artigo 76.º

Obrigação declarativa e de transferência da taxa municipal turística

1 — As entidades responsáveis pela liquidação e arrecadação da taxa municipal turística devem apresentar, por transmissão eletrónica de dados, até ao último dia do mês seguinte àquele a que respeitam as operações sujeitas, uma declaração relativa às verbas arrecadadas.

2 — O modelo da declaração prevista no número anterior e o procedimento de envio de declarações por transmissão eletrónica de dados são aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa.

3 — A taxa deve ser transferida, pelas entidades referidas no n.º 1, até ao último dia do mês seguinte àquele a que respeitam as operações sujeitas, sendo devidos juros de mora à taxa legal aplicável pelo não pagamento dentro deste prazo.

4 — Em alternativa ao disposto no número anterior poderá o Município de Lisboa definir um modelo de transferência mensal por estimativa.

Artigo 77.º

Gestão das operações de liquidação e arrecadação da taxa municipal turística

O Município de Lisboa poderá delegar noutra entidade a gestão das operações de liquidação e arrecadação da taxa prevista na presente secção, ao abrigo do disposto no artigo 51.º do Código do Procedimento e Processo Tributário.

CAPÍTULO IV

Da liquidação e da cobrança das taxas

SECÇÃO I

Regras gerais

Artigo 78.º

Liquidação

1 — A liquidação é o ato tributário através do qual é fixado o montante a pagar por um certo munícipe, sendo efetuada pelo serviço a quem, na orgânica municipal, tenha sido atribuída essa competência.

2 — O cálculo das taxas e outras receitas municipais cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, faz-se em função desse calendário.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior considera-se semana de calendário o período de segunda-feira a domingo.

4 — Na liquidação das taxas devidas pela emissão de licença ou autorização, se estas não corresponderem a um ano completo, levar-se-ão em conta tantos duodécimos quantos os meses contados até final do ano.

Artigo 79.º

Notificação da liquidação

1 — As notificações das liquidações periódicas são efetuadas por via postal simples.

2 — As notificações são efetuadas obrigatoriamente por carta registada com aviso de receção, sempre que tenham por objeto atos ou decisões suscetíveis de alterarem a situação tributária dos munícipes ou a convocação destes para assistirem ou participarem em atos ou diligências.

3 — As notificações não abrangidas pelos números anteriores são efetuadas por carta registada.

4 — As notificações referidas nos n.ºs 1 e 3 do presente artigo podem ser efetuadas por telefax ou via Internet, quando exista conhecimento da caixa de correio eletrónico ou número de telefax do notificado e se possa posteriormente confirmar o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada.

5 — As notificações contêm a decisão, os seus fundamentos e meios de defesa e o prazo para reagir contra o ato notificado, a indicação da entidade que o praticou e se o fez no uso de delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário se for o caso.

Artigo 80.º

Reclamação graciosa

1 — Qualquer interessado pode reclamar da liquidação das taxas, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação, junto do Município de Lisboa.

2 — A reclamação deverá ser decidida no prazo de 60 dias, notificando-se o interessado do teor da decisão e da respetiva fundamentação.

Artigo 81.º

Revisão, anulação e restituição de receitas

1 — A revisão de atos tributários, a anulação de documentos de cobrança ou a restituição de importâncias pagas compete à Direção Municipal de Finanças, mediante proposta prévia dos serviços municipais, subscrita ou confirmada e devidamente fundamentada pelos respetivos diretores.

2 — Se se verificar que na liquidação das taxas e outras receitas houve erros ou omissões dos quais resultaram prejuízos para o Município, os serviços promovem de imediato a liquidação adicional, notificando o sujeito passivo, por carta registada, com aviso de receção, para liquidar a importância devida no prazo de 15 dias.

3 — Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar bem como a comunicação de que em caso de não pagamento tempestivo o Município recorrerá à cobrança coerciva, por meio de processo de execução fiscal.

4 — Quando haja sido liquidada e cobrada quantia superior à devida e não tenham decorrido 4 anos sobre o pagamento, os serviços promovem a compensação, se for o caso, ou a restituição ao interessado, nos termos da lei, no prazo de 60 dias contados da confirmação do erro, da importância indevidamente cobrada.

5 — Em caso de indeferimento do pedido, não há lugar à restituição da taxa administrativa.

6 — Em caso de desistência do pedido, há lugar à restituição da taxa paga, desde que a desistência ocorra até ao 3.º dia útil, inclusive, após a submissão do pedido do ato gerador da obrigação tributária, dependendo sempre de requerimento do interessado.

Artigo 82.º

Cobrança

1 — A cobrança das taxas e outras receitas municipais só poderá ser efetuada, por inteiro, no momento do pedido do ato, se a lei ou outros regulamentos assim o dispuserem.

2 — O pagamento total é devido no momento do pedido do ato gerador da obrigação — tributária, nos seguintes casos:

- a) Taxas administrativas;
- b) Pedidos de urgência;
- c) Meras comunicações prévias;
- d) Procedimentos do pedido de autorização previstos no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;
- e) Casos de autoliquidação.

3 — O disposto no número anterior não é aplicável quando seja requerida a isenção de taxas ao abrigo do n.º 4 do artigo 9.º, e o requerente revista a natureza de associação, fundação ou outra entidade legalmente constituída sem fins lucrativos, caso em que o pagamento é devido, se a ele houver lugar, na sequência da decisão sobre o pedido.

4 — O disposto nas alíneas c) e d) do n.º 2 não é aplicável nos casos em que a liquidação da taxa não possa ser efetuada de forma imediata, ficando dependente da análise dos elementos contantes do pedido.

SECÇÃO II**Regras especiais****Artigo 83.º****Taxas cemiteriais**

1 — A cedência de compartimentos municipais só pode ser feita por períodos de 5 e 25 anos, havendo lugar ao pagamento de taxa em função do período escolhido nos termos da Tabela de Taxas Municipais.

2 — As atuais cedências de compartimentos municipais mantêm os respetivos períodos e taxação anual, podendo transitar para o regime previsto no ponto anterior a requerimento do interessado.

3 — Na trasladação de jazigos municipais [perpétuos e por 50 anos] para jazigos particulares, sepulturas perpétuas e outros municípios há lugar ao reembolso da taxa paga, deduzidas as anuidades vencidas.

4 — A remarcação de qualquer serviço sujeito ao pagamento de taxa administrativa implica novo pagamento da respetiva taxa.

5 — A trasladação de compartimentos municipais perpétuos e por 50 anos para outro compartimento fica sujeita à mudança de modalidade de 25 anos, não havendo lugar a qualquer reembolso e sendo a trasladação paga.

6 — A taxa de remoção, inutilização e transporte a vazadouro de revestimento de sepulturas temporárias é cobrada juntamente com a de licença de obra respetiva.

SECÇÃO III**Desincentivos****Artigo 84.º****Desincentivos**

Ao valor das taxas constantes na Tabela de Taxas Municipais podem ser aplicados coeficientes de desincentivo à prática de certos atos ou operações, devidamente previstos na tabela.

CAPÍTULO V**Do pagamento e do não cumprimento****SECÇÃO I****Do pagamento****SUBSECÇÃO I****Artigo 85.º****Do pagamento**

1 — As taxas e outras receitas municipais são pagas na tesouraria da Câmara Municipal, nos postos de cobrança admitidos, bem como noutros locais ou em equipamento de pagamento automático, sempre que tal seja permitido, até à data limite constante do documento de liquidação.

2 — As taxas e outras receitas municipais podem ser pagas por compensação e por dação em cumprimento quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

Artigo 86.º**Pagamento em prestações**

1 — É admissível o pagamento em prestações das taxas, salvo existindo disposição legal ou regulamentar em contrário ou que o regule de forma especial, desde que cada prestação não seja inferior a 1 Unidade de Conta de acordo com o Código das Custas Judiciais.

2 — Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendidas, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 — Apenas são admitidas até 12 prestações mensais e sucessivas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, as regras previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

4 — O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder.

5 — A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, sendo extraída pelos serviços competentes

certidão de dívida com base nos elementos que tiverem ao seu dispor, a fim de ser instaurado processo de execução fiscal se o acionamento da garantia, prestada nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário, não for suficiente.

6 — Aos serviços liquidadores das taxas cabe a instrução dos pedidos de pagamento em prestações e ao Presidente da Câmara, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores com o pelouro da área dos serviços liquidadores, a autorização dos pedidos.

SUBSECÇÃO II**Dos prazos****Artigo 87.º****Prazo geral**

1 — O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 30 dias a contar da notificação para pagamento efetuada pelos serviços competentes, salvo nos casos em que a lei ou regulamentação específica fixe prazo diferente.

2 — Pelo não pagamento atempado são devidos juros de mora à taxa legal aplicável por mês de calendário ou fração.

3 — Nas situações em que o ato ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem a necessária permissão administrativa ou mera comunicação prévia, bem como nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional, o prazo para pagamento voluntário é de 15 dias a contar da notificação para pagamento.

4 — Os prazos previstos nos números anteriores não podem ser alterados, salvo nos casos expressamente previstos na lei.

Artigo 88.º**Contagem dos prazos**

1 — Os prazos para pagamento são contínuos, isto é, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

2 — O prazo que termine em sábado, domingo ou feriado, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

SECÇÃO II**Do não cumprimento****Artigo 89.º****Falta de pagamento de taxas ou despesas**

1 — O procedimento administrativo extingue-se pela falta de pagamento, no prazo devido, de quaisquer taxas ou despesas devidamente liquidadas.

2 — Os interessados podem obstar à extinção do procedimento se realizarem o pagamento em dobro da quantia em falta nos 10 dias seguintes ao termo do prazo fixado para o seu pagamento.

Artigo 90.º**Extração das certidões de dívida**

Findo o prazo de pagamento voluntário estabelecido nas leis tributárias, será extraída pelos serviços competentes certidão de dívida com base nos elementos que tiverem ao seu dispor.

CAPÍTULO VI**Das contraordenações****Artigo 91.º****Contraordenações**

1 — Sem prejuízo do eventual procedimento criminal e das regras insertas em lei especial ou regulamento municipal, quando aplicável, constituem contraordenações:

a) As infrações às normas reguladoras das taxas;

b) A inexactidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais e para obtenção de isenções ou reduções.

2 — Os casos previstos no número anterior são sancionados com coima de 1 a 5 vezes a retribuição mínima mensal garantida para as pessoas singulares e de 2 a 10 vezes para as pessoas coletivas.

CAPÍTULO VII

Regime transitório de taxas

Artigo 92.º

Normas de salvaguarda

1 — Nas licenças de ocupação de mercados municipais, lojas e lugares, emitidas antes de 18 de julho de 2005, e nas licenças de atividade em feiras e venda ambulante, quando o comerciante for pessoa singular ou micro empresa, o valor da taxa a liquidar, em cada ano, corresponde ao valor em vigor no ano anterior para cada ocupação objeto de regime transitório, acrescido da diferença entre a taxa que se visa atingir e a do ano anterior, afeta do coeficiente anual aplicável, conforme a seguinte fórmula:

$$T_{tn} = T_{tn-1} + [(T_{bn} - T_{tn-1}) \times C_n], \text{ sendo } T_{bn} = T_{bn-1} \times (C_a)$$

em que:

T_{tn} — Taxa do regime transitório a liquidar no ano.

T_{tn-1} — Valor da taxa do regime transitório no ano anterior.

T_{bn} — Taxa de ocupação em mercados e lojas, ocupações em mercados — lugares e ocupação em feiras e venda ambulante, a publicar na Tabela do ano (valor da taxa a atingir).

T_{bn-1} — Taxa de ocupação em mercados e lojas, ocupações em mercados — lugares e ocupação em feiras e venda ambulante publicada na Tabela relativa ao ano anterior.

C_n = Coeficiente anual aplicável para atingir a taxa no final dos anos de transição:

para 2015 — 0,4; para 2016 — 0,5; para 2017 — 0,6; para 2018 — 0,7; para 2019 — 0,8; para 2020 — 0,9; para 2021 — 1

C_a — Coeficiente de atualização anual da Tabela de Taxas.

2 — O montante das taxas de compensação pagas pelos comerciantes que sejam pessoas singulares ou microempresas será deduzido, ao longo do período de transição, na taxa de ocupação mensal devida, sendo que o valor mensalmente a pagar não poderá, em caso algum, ser inferior ao valor mensal da taxa que era devido em 31 de dezembro de 2009.

3 — O disposto nos números anteriores não prejudica as atualizações, permitidas por lei nem as isenções estabelecidas neste regulamento.

TÍTULO III

Regulamentação de preços e outras receitas

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 93.º

Objeto

Estabelecem-se no presente título as disposições genéricas aplicáveis aos critérios e métodos, aos procedimentos a adotar para a fixação, sua alteração e publicitação de preços e outras receitas pela Câmara Municipal de Lisboa.

Artigo 94.º

Âmbito

1 — O presente título do Regulamento tem por âmbito os preços e outras receitas a aplicar em todas as relações que se estabeleçam entre o município e as pessoas singulares ou coletivas que não sejam classificadas no âmbito da relação jurídico tributária.

2 — Os preços e demais instrumentos de remuneração a cobrar pelo Município de Lisboa respeitam, entre outros, às atividades de saneamento de águas residuais, à gestão de resíduos urbanos e à utilização de instalações desportivas municipais de uso público.

3 — Os preços e outras receitas, previstos no presente título, são definidos e aprovados pela Câmara Municipal.

4 — Mantêm-se em vigor os preços que tenham sido objeto de definição anterior e que não sejam objeto de deliberação pela Câmara Municipal.

Artigo 95.º

Critério de fixação

1 — Os preços e outras receitas não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens, sendo medidos em situação de eficiência produtiva.

2 — A Câmara Municipal de Lisboa pode fixar preços diferenciados, por razões de promoção das correspondentes atividades, por razões sociais, culturais, do âmbito da educação formal e informal, de apoio, incentivo e desenvolvimento da prática, individual ou coletiva, de atividade física e do desporto ou de reciprocidade de benefícios com outras entidades.

Artigo 96.º

Indemnizações por prejuízos

As indemnizações por prejuízos sofridos pelo Município, nomeadamente por danos em bens do património municipal, são calculadas com base no custo da sua reposição ou reparação, dado pelos custos diretos e indiretos ocorridos, ou no valor resultante de normas legais aplicáveis.

TÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 97.º

Outros regulamentos municipais

1 — A entrada em vigor do presente Regulamento não afasta a aplicação dos regulamentos que definam taxas e outras receitas, não previstas no presente regulamento.

2 — As disposições do presente Regulamento constituem normas subsidiárias relativamente às disposições dos demais regulamentos municipais que regulem, em especial, os atos e os factos sujeitos às taxas previstas no presente regulamento, nomeadamente na Tabela de Taxas Municipais anexa.

3 — O “pedido de licenciamento inicial” para efeitos de licenciamento de publicidade quando aplicado ao licenciamento de identificação de um estabelecimento comercial não carece de renovação anual ao abrigo do regime simplificado, previsto no artigo 16.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

4 — Durante o ano de 2010, por razões de equidade, o valor das taxas pela ocupação do espaço público por toldos, esplanadas e outros elementos físicos, continua a ser o do valor das taxas que eram devidas ao abrigo da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais agora revogada.

5 — Durante o ano de 2010, por razões de equidade, o valor das taxas de publicidade e de ocupação do espaço público com mobiliário urbano ou com eventos de qualquer natureza (à exceção das ocupações por obras estaleiros ou bombas de combustível), é o do valor das taxas que eram devidas ao abrigo da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais agora revogada, acrescido de 5 %.

Artigo 98.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento ficam revogados:

a) A parte da atual Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Lisboa (TTORM), aprovada pela Assembleia Municipal por meio da Deliberação n.º 02/AM/2009, publicada no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 777, de 8 de janeiro de 2009, referente às taxas, permanecendo em vigor todos os outros valores, bem como as disposições dos regulamentos, posturas e editais aprovados pelo Município de Lisboa em data anterior à data de entrada em vigor do presente Regulamento e que com ele não estejam em contradição;

b) O Edital n.º 53/88, de 20 de maio e a deliberação n.º 11/AM/96, relativos a Tarifa de Saneamento do Município de Lisboa.

Artigo 99.º

Entrada em vigor

1 — O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 — Excetua-se do disposto no número anterior a subsecção II da secção VI do capítulo III, a qual entra em vigor no dia 1 de abril de 2015,

bem como as subsecções I e III da mesma secção e capítulo, as quais entram em vigor a 1 de janeiro de 2016.

ANEXO

(ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa)

Relatório de fundamentação económica e financeira

1 — Introdução

O Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais (RGTA), instituído pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, fixa que as taxas das autarquias locais assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens de domínio público e privado das autarquias ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.

O RGTA estipula que as taxas municipais e os seus montantes devem ser fundamentados por estudos económicos e financeiros que evidenciem:

A recuperação pela Autarquia dos custos incorridos (diretos e indiretos) com os benefícios/serviços proporcionados aos munícipes;

A equidade do montante fixado face ao benefício para o munícipe, garantindo que este não é inferior àquele (“o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular”);

Preserva, contudo, a possibilidade de a política de taxas adotada pela Autarquia poder ser também utilizada como instrumento de promoção ou inibição de determinadas práticas/comportamentos por parte dos munícipes.

Compete à Assembleia Municipal deliberar sobre taxas municipais mediante a aprovação de Regulamento que, obrigatoriamente, deve integrar:

- A base de incidência objetiva e subjetiva das taxas;
- O seu valor ou fórmula de cálculo;
- A sua fundamentação económica e financeira;
- O regime de isenções e sua fundamentação;
- Os modos e periodicidade de pagamento.

A Câmara Municipal de Lisboa fez, em 2010, a devida adequação aos imperativos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, antes referida, com a elaboração de um Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa e de um relatório de fundamentação económica e financeira das taxas municipais, configurando a atual Tabela de Taxas Municipais (TTM), objeto de discussão pública e de aprovação pelos órgãos municipais, por deliberações tomadas nas reuniões de Câmara Municipal realizadas em 24 de março, (Proposta n.º 104/CM/2010), 14, 20 e 26 de abril de 2010, (Propostas n.º 165/CM/2010, n.º 166/CM/2010 e n.º 167/CM/2010, respetivamente), e aprovação da Assembleia Municipal, na sua sessão de 27 de abril de 2010, (Deliberações n.º 26/AM/2010 n.º 27/AM/2010 n.º 28/AM/2010 e n.º 29/AM/2010), após inquérito público e com publicação no Boletim Municipal n.º 834, 1.º suplemento, de 15 de fevereiro de 2010.

Foi assim aprovado o Regulamento n.º 391-A/2010, publicado no *Diário da República* n.º 84, de 30 de abril de 2010, pelo qual a Câmara Municipal de Lisboa procedeu à codificação dos procedimentos gerais quanto à liquidação, cobrança e pagamentos de taxas, bem como normas sobre preçários devidos ao município de Lisboa, com base, entre outros, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na Lei das Finanças Locais, na lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código do Procedimento Administrativo.

É ora necessária uma atualização do trabalho então efetuado, com alteração dos quantitativos e/ou âmbito de algumas taxas, bem como da criação de outras, para adequação da atual tabela de Taxas Municipais e à Tabela de Preços (tarifários) à evolução verificada, quer em termos e quadro legal, desde logo reportando à entrada em vigor do Licenciamento Zero, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de julho, bem como da regulação do setor das águas e dos resíduos urbanos, quer dos comportamentos e práticas manifestas na Cidade, quer de organização e procedimentos dos serviços municipais.

Na continuidade do esforço de codificação das taxas e tarifários do Município de Lisboa é alterada a tarifa de saneamento, é criada a tarifa de resíduos urbanos, é criada a Taxa de Proteção Civil, é criada a Taxa Turística e são alteradas outras taxas municipais, por modificação de descritivos, âmbito, e/ou valor, com criação, substituição e eliminação de taxas municipais incluídas nas atividades que já estão patenteadas na atual Tabela de Taxas.

O presente relatório contempla a metodologia, fórmulas e conceitos de fundamentação económica para o estabelecimento das taxas a incorporar na atual Tabela de Taxas Municipal (TTM), bem como do tarifário de recolha de águas residuais e de resíduos urbanos, em linha com o estabelecido no RGTA e demais legislação aplicável, que é complementado com o custeio de taxas (Anexo 2.1), o quadro dos coeficientes aplicados à ocupação de espaço público, publicidade e atividades económicas (anexo 2.2) e tabela de taxas com modificações (anexo 2.3).

2 — Tarifa de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas (AR)

2.1 — Enquadramento geral

A gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas é um serviço público essencial ao bem-estar das populações, à atividade económica e à proteção da saúde pública e do meio ambiente, e que se deve pautar por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e de qualidade do serviço prestado. Em paralelo, deve-se garantir, a eficiência e a sustentabilidade da atividade, através da equipartição dos respetivos encargos, pelos utilizadores dos serviços, no respeito pelo princípio do “utilizador-pagador”.

No quadro legal são de considerar, desde logo, o Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, e alterações subsequentes através do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, e da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que estabeleceu o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de águas, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, a Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta legislação, procura garantir e proteger os utilizadores destes serviços, salvaguardando o acesso a informação mais correta e pertinente, que evite possíveis abusos decorrentes de posições monopolistas, controlar a qualidade dos serviços prestados e assegurar a supervisão dos preços praticados.

Concomitantemente, do ponto de vista das entidades prestadoras, visa assegurar condições de igualdade e transparência no acesso ao exercício da atividade, acautelando a sustentabilidade económico-financeira, estrutural e operacional dos sistemas, bem como a eficiência e equidade nos tarifários aplicados, promovendo, deste modo, a solidariedade económica e social.

Com esta tarifa tem-se em vista o ressarcimento dos custos em que se incorre com a atividade, por forma a assegurar a sua sustentabilidade no tempo e a qualidade do serviço prestado, dando concretização às normas regulamentares emanadas do Regulador e às respetivas recomendações, bem como dar cumprimento à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro — Regime Financeiro das Autarquias Locais — que fixa no n.º 1 do artigo 21.º os «[...] instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios [...] não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens».

Em conformidade com a legislação em vigor e as orientações emanadas da Entidade Reguladora, são aqui apresentados os elementos que fundamentam a política tarifária a adotar.

O tarifário parte dos custos totais (fixos e variáveis) suportados pelo Município na atividade em causa e procura a sua repartição pelos utilizadores finais numa ótica de recuperação integral dos mesmos, atenta a necessidade de assegurar o funcionamento dos sistemas e os investimentos de substituição e renovação que lhe são inerentes.

2.2 — Fundamentação económico-financeira do Tarifário

2.2.1 — Enquadramento do Custeio

O custeio foi construído tendo em conta as seguintes classificações:

Custos da atividade (diretos e indiretos) — custos de materiais, mão de obra e serviços diretamente incorporados na prestação dos serviços objeto de análise, que apresentam uma relação inequívoca com essa prestação e os que refletem a utilização de recursos adicionais de outros serviços/atividades que contribuem para a função.

Custos indiretos ou custos comuns — custos cuja ocorrência se justifica pela atividade global do Município, correspondendo a custos administrativos/e gestão.

Paralelamente os custos foram segmentados de acordo com a sua natureza e variabilidade com o nível de atividade:

Custos fixos — custos que se mantêm inalterados, no seu valor global, independentemente de variações do nível de atividade geradora do custo (custos associados a uma determinada capacidade instalada);

Custos variáveis — custos que variam, no seu valor global, em função do nível de atividade, i.e., o grau de utilização de recursos geradores do custo varia com o nível da atividade em causa.

2.2.2 — Metodologia do Custeio

Imputação direta ou indireta dos custos e proveitos, afetos aos serviços/atividade que determinaram a sua realização.

Identificação dos custos e proveitos registados na contabilidade patrimonial, designadamente nas contas de classe 6 e 7, de acordo com a sua classificação orgânica e funcional; foram usados dados históricos relativos a 2012 e 2013 e estimativa para 2014.

Análise dos custos e proveitos afetos às funções saneamento ou águas residuais (AR), e classificação em fixos e variáveis de acordo com a sua natureza.

Apuramento dos custos indiretos de cada função, decorrentes de atividades acessórias ou complementares com impacto naquelas atividades, mediante a aplicação dos respetivos coeficientes de imputação.

Determinação dos custos indiretos gerais em função dos custos diretos e indiretos apurados para a função específica a custear; não dispondo a Câmara Municipal de Lisboa de um sistema estruturado de contabilidade analítica, o apuramento de custos fez-se com base na informação da orgânica com a função específica de gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais.

2.2.3 — Natureza e englobamento dos custos

1 — Natureza dos custos

Custos	Fixos	Variáveis
Diretos	Pessoal — custos com pessoal afetos à função; FSE — custos fixos com atividades de conservação e manutenção da rede secundária e de limpeza de coletores; Amortizações de bens móveis e imóveis, atuais e futuros, afetos à função saneamento.	Pessoal — custos com pessoal cujo valor varia em função do nível de atividade. FSE — custos suportados com o tratamento de águas residuais (SIMTEJO); custos de liquidação e cobrança da tarifa; custos variáveis associados a atividades de conservação e manutenção da rede secundária e de limpeza de coletores. Frota — encargos com as viaturas afetas à função saneamento. Encargos financeiros associados ao financiamento de investimentos no sistema.
Indiretos	5 % Custos diretos (nível de custos indiretos no Município na ordem dos 19,9 %).	

2 — Imputação às Atividades e Critérios de Repartição

a) Custos Fixos

Tipo	Natureza	Premissas
Pessoal	Remunerações. Subsídios. Encargos sociais da Entidade.	Pessoal da Divisão de Saneamento.
FSE.	Custos fixos associados à manutenção e conservação da rede de saneamento.	
Amortizações	Amortizações de bens móveis e imóveis, atuais e futuros, afetos à função saneamento.	Bens registados no inventário municipal, incluindo rede nova no alto do lumiar e investimento programado no Plano Geral de Drenagem de Lisboa (PGDL). Taxas conforme o CIBE.
Custos indiretos . . .	Inclui os custos dos serviços afetos à função, que pela sua natureza não lhe possam ser diretamente imputados ou que estejam a ser partilhados com outras funções.	5 % dos custos diretos.

b) Custos Variáveis

Tipo	Natureza	Premissas
Pessoal	Remunerações. Subsídios. Encargos sociais da Entidade.	Pessoal da Brigada Lx Alerta; Restantes funcionários do Departamento de Construção e Manutenção de Infraestruturas e Via Pública.
FSE.	Aquisição de serviços de tratamento de águas residuais (SIMTEJO). Encargos de liquidação e cobrança. Outros custos variáveis associados atividades de conservação e manutenção da rede secundária e de limpeza de coletores.	—
Frota	Combustíveis. Seguros e inspeções. Reparações, pneus e lavagens. Amortizações.	Viaturas afetas, parcial ou exclusivamente à função saneamento.

Tipo	Natureza	Premissas
Encargos financeiros	Encargos financeiros associados ao financiamento de investimentos no sistema.	100 %.
Custos indiretos...	Inclui os custos dos serviços afetos à função, que pela sua natureza não lhe possam ser diretamente imputados ou que estejam a ser partilhados com outras funções.	5 % dos custos diretos.

3 — Custos apurados

(milhares de euros)

Custos	Fixos	Variáveis	Totais
Pessoal	867	307	1 174
FSE	3 014	31 402	34 417
Frota	0	161	161
Amortizações	10 532	0	10 532
Encargos Financeiros	0	4 255	4 255
<i>Total Diretos</i>	<i>14 414</i>	<i>36 125</i>	<i>50 539</i>
<i>Total Indiretos</i>	<i>721</i>	<i>1 806</i>	<i>2 527</i>
<i>Total Custos</i>	<i>15 135</i>	<i>37 931</i>	<i>53 066</i>

2.2.4 — Metodologia e cálculo dos tarifários

Em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Regime Financeiro das Autarquias Locais), os preços devidos pelo saneamento de águas residuais a cobrar nos termos de regulamento tarifário a aprovar pelo Município, devem observar o disposto no artigo 82.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho (Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos), e nas Recomendações n.º 01/2009 e n.º 02/2010 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Ainda nos termos do regime financeiro das autarquias locais, n.º 1 do artigo 21.º, os “[...] instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios [...] não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”. No que se reforça o princípio da recuperação dos custos instituindo-se que a tarifa de saneamento de águas residuais urbanas visa remunerar o Município pelos serviços prestados e bens fornecidos, em sistema de gestão direta, aos utilizadores finais desses serviços, no âmbito da atividade de gestão dos sistemas de saneamento de águas residuais.

Neste sentido, apuraram-se os custos relacionados com a atividade de saneamento (53.066 milhares de euros), que foram repercutidos nas tarifas em função do volume de consumos e do calibre dos contadores, por tipo de utilizador, tendo em conta as estatísticas fornecidas pela EPAL, para ao ano de 2013, e o tarifário da EPAL, para o abastecimento em baixa, para 2014 ⁽¹⁾.

1 — Estrutura dos Tarifários

De acordo com as recomendações da ERSAR, os tarifários «devem compreender uma componente fixa e uma componente variável, de forma a repercutirem equitativamente os custos por todos os consumidores»:

A componente fixa destina-se a remunerar a disponibilidade do serviço público prestado, é devida por contador ligado à rede de abastecimento de água, em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;

A componente variável destina-se a remunerar a intensidade da utilização, é devida em função dos consumos ⁽²⁾ realizados durante o período objeto de faturação, e expressa em euros por unidade de medida (m³)

Os custos fixos e variáveis, imputados à componentes fixa e variável da tarifa, foram os seguintes:

Custos	(m €)	(%)
Fixos	15 135	29 %
Variáveis	37 931	71 %
<i>Total</i>	<i>53 066</i>	<i>100 %</i>

As tarifas fixas e variáveis são diferenciadas consoante os utilizadores finais sejam:

Domésticos: aqueles que usem os prédios urbanos para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;

Não domésticos: os restantes utilizadores, incluem-se neste grupo, o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado e o setor empresarial local.

2 — Cálculo do Tarifário de Saneamento

a) Tarifas de Disponibilidade

Para o apuramento do valor médio das tarifas fixas consideram-se os custos fixos resultantes do custeio (15.135 milhares de euros) e o número de contadores ativos em 2013, que foi de 346.108, conforme dados facultados pela EPAL (corrigido dos contadores municipais afetos aos consumos públicos).

Foi definido um escalão único para os utilizadores domésticos com a demarcação de dois níveis de tarifa para os utilizadores não domésticos, com o objetivo de despenalizar os utilizados do calibre mais baixo. Desta forma as tarifas fixas apuradas foram as seguintes:

Utilizadores domésticos:

Escalão único — 2,9990 €/30 dias;

$$\text{Fórmula: } Tf_d = \frac{Cf}{(Ut_d + Ut_{nd} \times Coef) \times 12}$$

em que:

Tf_d — Tarifa fixa para utilizadores domésticos

Cf — Total dos custos fixos

Ut_d — Número total dos utilizadores domésticos

Ut_{nd} — Número total dos utilizadores não domésticos, corrigidos dos contadores afetos aos consumos públicos

$Coef_r$ — Coeficiente de diferenciação entre os consumidores domésticos e não domésticos — 2,58

Utilizadores não domésticos:

Tarifa média (antes da aferição da tarifa por escalões) — 7,7374 €/30 dias (Coeficiente de diferenciação 2,58)

$$\text{Fórmula — Tarifa média: } Tf_{nd} = Tf_d \times Coef_r$$

em que:

Tf_{nd} — Tarifa fixa para utilizadores não domésticos

Tf_d — Tarifa fixa para utilizadores domésticos

$Coef_r$ — Coeficiente de diferenciação entre os consumidores domésticos e não domésticos — 2,58

Tarifa fixa aplicável a utilizadores não domésticos diferenciada de forma progressiva em função do diâmetro (\emptyset) do contador instalado:

- 1.º Nível — \emptyset 15 mm — 7,4453 €/30 dias;
2.º Nível — $\emptyset > 15$ mm — 8,9343 €/30 dias.

Fórmulas das tarifas por escalões:

1.º Nível:

$$Tf_{nd15} = \frac{Rf_{nd}}{(Ut_{nd15} + [(Ut_{nd>15} \times Coef_{>15})] \times 12)}$$

em que:

Tf_{nd15} — Tarifa fixa para utilizadores não domésticos — contadores com \emptyset 15 mm

Ut_{nd15} — Número de utilizadores com contadores de calibre = \emptyset 15 mm

$Ut_{nd>15}$ — Número de utilizadores com contadores de calibre $> \emptyset$ 15 mm

$Coef_{>15}$ — Coeficiente de diferenciação entre os contadores de calibre \emptyset 15 mm, e os contadores de calibre $> \emptyset$ 15 mm — 1,20

Rf_{nd} — Estimativa da receita fixa proveniente de utilizadores não domésticos:

$$Rf_{nd} = Tf_{nd} \times Ut_{nd} \times 12$$

Tf_{nd} — Tarifa fixa média para utilizadores não domésticos

Ut_{nd} — Número total dos utilizadores não domésticos, corrigidos dos contadores afetos aos consumos públicos

2.º Nível:

$$Tf_{nd>15} = Tf_{nd15} \times Coef_{>15}$$

em que:

Tf_{nd15} — Tarifa fixa para utilizadores não domésticos — contadores com \emptyset 15 mm

$Coef_{>15}$ — Coeficiente de diferenciação entre os contadores de calibre \emptyset 15 mm, e os contadores de calibre $> \emptyset$ 15 mm — 1,20

b) Tarifas Variáveis

As tarifas variáveis, devidas em função do volume de água consumido ou estimado durante o período objeto de faturação e expressa em euros por m^3 , resultam da aplicação dos seguintes coeficientes de custo específico sobre o tarifário de abastecimento da EPAL:

Fórmula:

$$Coef_{médio}_A = \frac{Cv}{Cons_A}$$

em que:

$Coef_{médio}_A$ — coeficiente de custo específico médio

Cv — Custos variáveis a repercutir nas tarifas

$Cons_A$ — Consumos de água em valor

O valor de $Coef_{médio}_A$ obtido (relacionando o total dos custos variáveis apurados com o consumo de água em valor faturado pela EPAL) é de 91,39%.

Este coeficiente foi diferenciado entre consumidores domésticos e não domésticos de acordo com os fatores constantes do quadro seguinte. Multiplicando-se o $Coef_{médio}_A$ por estes fatores de diferenciação foram obtidos os seguintes Coeficientes Específicos:

Utilizadores	Média	Fator Diferenciação	Coeficiente específico (% sobre água)
Domésticos	91,39 %	0,8754	80,00 %
Não Domésticos		1,0558	96,49 %

Aplicando os Coeficientes Específicos sobre as tarifas aplicadas no abastecimento de água (tabela EPAL 2014), são obtidas as tarifas do saneamento a aplicar em 2015:

Utilizadores domésticos

Valores em €/m³, considerando 80 % sobre o tarifário da EPAL para 2014:

- 1.º Escalão — até 5 m³: 0,2198 €/m³;
2.º Escalão — superior a 5 e até 15 m³: 0,5787 €/m³;

3.º Escalão — superior a 15 e até 25 m³: 1,3621 €/m³;

4.º Escalão — superior a 25 m³: 1,7165 €/m³;

Transitoriamente não sujeitos a escalões — 1,0266 €/m³

Utilizadores não domésticos

Valores em €/m³, considerando 96,49 % sobre o tarifário da EPAL para 2014:

Escalão único — 1,6428 €/m³.

As tarifas variáveis incidem sobre o volume de águas residuais recolhidas, que corresponde à aplicação de um coeficiente de recolha igual a 90 % do volume de água consumido.

3 — Tarifários Especiais

Os utilizadores finais podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações:

Utilizadores domésticos:

Tarifário social — aplicável aos utilizadores finais domésticos, que se encontrem numa situação de carência económica conforme Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa

Tarifário familiar — aplicável a utilizadores domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos.

Utilizadores não domésticos:

Tarifário especial — aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública, legalmente constituídas.

a) Tarifários Sociais/Especiais

Utilizadores domésticos:

Tarifa fixa: isenção da tarifa fixa;

Tarifas variáveis, prolongamento do primeiro escalão até ao limite de 15 m³/30 dias:

1.º Escalão — até 15 m³: 0,2198 €/m³;

2.º Escalão — superior a 15 e até 25 m³: 1,3621 €/m³;

3.º Escalão — superior a 25 m³: 1,7165 €/m³.

Utilizadores não domésticos:

Redução de ≈ 25 % (³), dos valores das tarifas gerais aplicadas aos utilizadores não domésticos:

Tarifas fixa:

1.º Escalão — Calibre \emptyset 15mm — 5,6112 €/30 dias;

2.º Escalão — Calibre $> \emptyset$ 15mm — 6,7334 €/30 dias.

Tarifas variáveis: 1,2321 €/m³.

b) Tarifário familiar:

Traduz-se na utilização dos seguintes escalões do volume de águas residuais:

Tarifa Fixa: 2,9990 €/30 dias

Tarifa Variável:

1.º Escalão — até 5 m³/30 dias — 0,2198 €/m³;

2.º Escalão — consumos obtidos pela diferença entre o resultado da aplicação da fórmula [$n \times 3,6 \text{ m}^3/30 \text{ dias} + 2$], em que “n” é igual ao n.º de elementos do agregado familiar, e os consumos iguais a 5 m³/30 dias faturados no 1.º escalão — 0,5076 €/m³;

3.º Escalão — consumos que excedem o resultado da aplicação da fórmula [$n \times 3,6 \text{ m}^3/30 \text{ dias} + 2$], em que “n” é igual ao n.º de elementos do agregado familiar — 1,3621 €/m³.

4 — Regime transitório — Utilizadores Não Domésticos

Considerando que a ERSAR permite a implementação dos novos tarifários de forma gradual (⁴), considerando ainda que o aumento na fatura decorrente da implementação do novo tarifário poderá ser muito penalizante para os utilizadores não domésticos com maiores níveis de consumo de água, o Município prevê a aplicação de um regime transitório a vigorar em 2015, 2016 e 2017.

Assim, os utilizadores não domésticos, com um consumo mensal de água superior a 50 m³ podem recorrer ao regime transitório, beneficiando de uma tarifa variável reduzida durante esse período.

A tarifa variável reduzida incide sobre os consumos de água que excedam os 50 m³ por trinta (30) dias e é calculada da seguinte forma:

Ano de 2015 — tarifa variável reduzida será 25 % da tarifa normal e aplicável aos consumos excedentes;

Ano de 2016 — tarifa variável reduzida será 50 % da tarifa normal e aplicável aos consumos excedentes;

Ano de 2017 — tarifa variável reduzida será 75 % da tarifa normal e aplicável aos consumos excedentes.

Assim, os tarifários aplicáveis aos consumos mensais de água que excedam o consumo mínimo de referência estabelecido serão os seguintes:

Utilizadores não domésticos — comerciais, industriais e agrícolas, outras pessoas coletivas e profissionais liberais (exclui entidades de natureza pública e do Setor Empresarial do Estado):

0,4107 €/m³ em 2015 (25 % do tarifário geral);

0,8214 €/m³ em 2016 (50 % do tarifário geral);

1,2321 €/m³ em 2017 (75 % do tarifário geral).

Utilizadores não domésticos especiais (Pessoas Coletivas de declarada utilidade pública):

0,3080 €/m³ em 2015 (25 % do tarifário geral);

0,6161 €/m³ em 2016 (50 % do tarifário geral);

0,9241 €/m³ em 2017 (75 % do tarifário geral).

5 — Receita perspetivada para consumo de águas residuais

Considerando o efeito dos tarifários apresentados, a receita respetiva para consumos de referência de água será a seguinte:

Utilizadores	Consumos m ³ (AR) (1)	N.º de contadores	Receita potencial m€/ano			Receita estimada
			Fixa	Variável (1)	Total	
Domésticos	23 889 855	298 990	10 760	10 268	21 028	19 977
Não Domésticos	19 614 145	47 118	4 375	27 663	32 038	28 084
<i>Total</i>	43 504 000	346 108	15 135	37 931	53 066	48 061

O volume de águas residuais recolhidas corresponde ao produto da aplicação de um coeficiente de recolha igual a 90 % do volume de água consumido.

O quadro supra faz a demonstração da receita potencial associada à tarifa, sendo a receita estimada o resultado da subtração àquela do valor dos tarifários sociais e familiar, dos consumos municipais e do impacto do regime transitório.

Assim, este tarifário recupera potencialmente os custos suportados com o serviço de tratamento das águas residuais. Os proveitos a serem obtidos com a aplicação do presente tarifário, correspondem ao respetivo custeio efetuado, excluindo a moderação tarifária e o regime transitório, pelo que o Município de Lisboa apresenta um modelo economicamente sustentado e adequado aos objetivos propostos.

2.3 — Conclusão

O presente documento sintetiza o estudo de fundamentação das tarifas a adotar pelo Município de Lisboa relativamente aos serviços de saneamento de águas residuais.

Os valores propostos, com base na análise económico-financeira e com ponderação social/especial, correspondem aos valores a praticar para o ano de 2015.

No apuramento dos custos atendeu-se, ao estabelecido no POCAL, procedendo-se à sua reclassificação em variáveis/fixos, no sentido de propor uma estrutura de tarifa bipartida, de acordo com as recomendações da entidade reguladora.

Por último, os proveitos a serem obtidos com a aplicação do presente tarifário, correspondem ao respetivo custeio efetuado, excluindo a moderação tarifária e o regime transitório, pelo que o Município de Lisboa apresenta um modelo economicamente sustentado e adequado aos objetivos propostos. Em simultâneo salvaguardou-se um tarifário mais reduzido para os grupos mais carenciados e equitativo para as famílias mais numerosas, praticando também uma tarifa especial para as entidades de interesse público.

Os pressupostos e a metodologia adotados basearam-se na legislação em vigor e na observância das orientações da ERSAR.

3 — Tarifa de resíduos urbanos

3.1 — Enquadramento geral

A gestão de resíduos urbanos é um serviço público essencial ao bem-estar das populações, à atividade económica e à proteção da saúde pública e do meio ambiente, que se deve pautar por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e de qualidade do serviço prestado. Em paralelo, deve-se garantir a eficiência e a sustentabilidade da atividade, através da equipartição dos respetivos encargos pelos utilizadores dos serviços, no respeito pelo princípio do “utilizador-pagador”, induzindo nos utilizadores finais comportamentos que fomentem a reutilização, a reciclagem e a redução do desperdício.

No quadro legal são de considerar, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e alterações subsequentes através do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, e da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que estabeleceu o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de águas, saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, a Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e ainda a sua Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, referente ao regulamento tarifário de serviço de gestão de resíduos urbanos. Esta legislação

procura garantir e proteger os utilizadores destes serviços, salvaguardando o acesso a informação mais correta e pertinente que evite possíveis abusos decorrentes de posições monopolistas, controlar a qualidade dos serviços prestados e assegurar a supervisão dos preços praticados.

Concomitantemente, do ponto de vista das entidades prestadoras, visa assegurar condições de igualdade e transparência no acesso ao exercício da atividade, acautelando a sustentabilidade económico-financeira, estrutural e operacional dos sistemas, bem como a eficiência e equidade nos tarifários aplicados, promovendo, deste modo, a solidariedade económica e social.

Com este novo enquadramento legislativo e com a revisão do quadro legal dos sistemas multimunicipais e municipais de gestão de resíduos urbanos, o Município de Lisboa é compelido a suprir a ausência de uma Tarifa de Resíduos Urbanos (TRU) para a prestação dos serviços de deposição, recolha e transporte para valorização, tratamento e eliminação de resíduos urbanos e equiparáveis.

Com esta tarifa tem-se em vista o ressarcimento dos custos em que se incorre com a atividade, por forma a assegurar a sua sustentabilidade no tempo e a qualidade do serviço prestado, dando concretização às normas regulamentares emanadas do Regulador e às respetivas recomendações, bem como dar cumprimento à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro — Regime Financeiro das Autarquias Locais — que fixa no n.º 1 do artigo 21.º que os «[...] instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios [...] não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens».

Assim, a criação de uma Tarifa de Resíduos Urbanos (TRU) aplicável ao Município de Lisboa decorre do cumprimento incontornável da legislação em vigor que impõe o ressarcimento dos custos dos operadores nas atividades de deposição, recolha e transporte de resíduos urbanos para valorização, tratamento e eliminação de resíduos urbanos, transferindo-os através de uma tarifa autónoma para os utilizadores finais.

Em conformidade com a legislação em vigor e as orientações emanadas da Entidade Reguladora, são apresentados os elementos que fundamentam a política tarifária a adotar neste domínio.

O tarifário proposto assenta nos princípios gerais estabelecidos no artigo 5.º da Deliberação n.º 928/2014 de 15 de abril, da ERSAR, designadamente, nos previstos nas alíneas d) e e), a saber: “*Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos serviços*” e “*Princípio da autonomia local, o qual se traduz [...] no respeito pelas competências legais das autarquias em matéria de aprovação de tarifas, sem prejuízo da salvaguarda do Princípio da recuperação de custos*”.

O tarifário parte dos custos totais (fixos e variáveis) suportados pelo Município na atividade em causa e procura a sua repartição pelos utilizadores finais numa ótica de recuperação integral dos mesmos, atenta a necessidade de assegurar o funcionamento dos sistemas e os investimentos de substituição e inovação que lhe são inerentes.

3.2 — Fundamentação económico-financeira do tarifário

3.2.1 — Enquadramento do custeio

O custeio foi construído tendo em conta as seguintes classificações:

Custos da atividade (diretos e indiretos) — custos de materiais, mão de obra e serviços diretamente incorporados na prestação dos serviços

objeto de análise que apresentam uma relação inequívoca com essa prestação e os que refletem a utilização de recursos adicionais de outros serviços/atividades que contribuem para a função.

Custos indiretos ou custos comuns — custos cuja ocorrência se justifica pela atividade global do Município, correspondendo a custos administrativos/de gestão.

Paralelamente os custos foram segmentados de acordo com a sua natureza e variabilidade com o nível de atividade:

Custos fixos — custos que se mantêm inalterados, no seu valor global, independentemente de variações do nível de atividade geradora do custo (custos associados a uma determinada capacidade instalada);

Custos variáveis — custos que variam, no seu valor global, em função do nível de atividade, i.e., o grau de utilização de recursos geradores do custo varia com o nível da atividade em causa.

Relativamente aos proveitos e uma vez que resultam diretamente da prestação do serviço de deposição, recolha e transporte para valorização, tratamento e eliminação de resíduos urbanos e equiparáveis, apresentam uma relação inequívoca com a sua prestação, refletindo-se apenas como proveitos diretos e sendo, pela sua própria natureza — prestação de serviços auxiliares e receitas por venda de recicláveis — todos variáveis.

3.2.2 — Metodologia do custeio

Imputação direta ou indireta dos custos e proveitos afetos aos serviços/atividade que determinaram a sua realização.

Identificação dos custos e proveitos registados na contabilidade patrimonial, designadamente nas contas de classe 6 e 7, de acordo com a sua classificação orgânica e funcional — foram usados dados históricos relativos a 2012 e 2013 e estimativa para 2014.

Análise dos custos e proveitos diretamente decorrentes do exercício desta atividade e consequente classificação em fixos e variáveis de acordo com a sua natureza.

Apuramento dos custos indiretos de cada função, decorrentes de atividades acessórias ou complementares com impacto naquelas atividades, mediante a aplicação dos respetivos coeficientes de imputação.

Determinação dos custos indiretos gerais em função dos custos diretos e indiretos apurados para a função específica a custear; não dispondo a Câmara Municipal de Lisboa de um sistema estruturado de contabilidade analítica, o apuramento de custos e proveitos fez-se com base na informação da orgânica com a função específica de deposição, recolha e transporte para valorização, tratamento e eliminação de resíduos urbanos e equiparáveis.

Dedução dos proveitos correspondentes às receitas recebidas pela Câmara Municipal de Lisboa relativamente à entrega/venda de recicláveis, a prestações de serviços auxiliares ou outras receitas correlacionadas.

3.2.3 — Natureza e englobamento dos custos

1 — Natureza dos custos

Custos	Fixos	Variáveis
Diretos	Pessoal — custos com pessoal afeto à função. Amortizações de bens móveis e imóveis afetos à função remoção de resíduos urbanos. Frota — seguros.	Pessoal — custos com pessoal cujo valor varia em função do nível de atividade. FSE — custos suportados com a remoção e tratamento de RU; encargos de liquidação e cobrança; outros custos variáveis associados à atividade. Frota — encargos com as viaturas afetas à função RU. Encargos financeiros associados ao financiamento de investimentos na atividade. Outros investimentos associados à atividade.
Indiretos	5 % Custos diretos (nível de custos indiretos no Município na ordem dos 19,9 %).	

2 — Imputação às Atividades e Critérios de Repartição

a) Custos Fixos

Tipo	Natureza	Premissas
Pessoal	Remunerações. Subsídios. Encargos sociais da Entidade.	Pessoal da Unidade Orgânica (UO) com imputação de 40 %.
Frota	Seguros. Amortizações.	
Amortizações	Amortizações de bens móveis e imóveis, atuais e futuros, afetos à atividade.	Taxas conforme o CIBE.
Custos indiretos . . .	Inclui os custos dos serviços afetos à função, que, pela sua natureza, não lhe possam ser diretamente imputados ou que sejam partilhados com outras funções.	5 % dos custos diretos.

b) Custos Variáveis

Tipo	Natureza	Premissas
Pessoal	Remunerações. Subsídios. Encargos sociais da Entidade.	Pessoal da Unidade Orgânica (UO) com imputação de 40 %.
FSE	Aquisição de serviços de tratamento de resíduos urbanos (VALORSUL); Encargos de liquidação e cobrança; Outros custos variáveis.	—

Tipo	Natureza	Premissas
Frota	Combustíveis. Seguros e inspeções. Reparações, pneus e lavagens.	Repartição dos custos totais da Unidade Orgânica (UO) imputação de 40 %.
Encargos financeiros	Encargos financeiros associados ao financiamento de investimentos na atividade.	Repartição dos custos totais da Unidade Orgânica (UO) imputação de 40 %.
Custos indiretos . . .	Inclui os custos dos serviços afetos à função, que pela sua natureza não lhe possam ser diretamente imputados ou que sejam partilhados com outras funções.	5 % dos custos diretos.

c) Proveitos Variáveis

Tipo	Natureza	Premissas
Venda de materiais	Receitas de venda de materiais recicláveis.	100 %.
Prestações de serviços auxiliares.	Prestação de serviços auxiliares considerados na Tabela de Taxas e/ou de Preços e Outras receitas municipais.	100 %.

3 — Custos apurados

(milhares de euros)

Custos	Fixos	Variáveis	Totais
Pessoal	8 195	6 043	14 238
FSE	0	11 161	11 161
Frota	1 194	3 980	5 174
Amortizações	2 322	0	2 322
Encargos Financeiros	0	4	4
<i>Total Diretos</i>	<i>11 711</i>	<i>21 188</i>	<i>32 899</i>
<i>Total Indiretos</i>	<i>586</i>	<i>1 059</i>	<i>1 645</i>
<i>Total Custos</i>	<i>12 297</i>	<i>22 247</i>	<i>34 544</i>
<i>Proveitos da atividade</i>	<i>(0)</i>	<i>(3 929)</i>	<i>(3 929)</i>
<i>Total</i>	<i>12 297</i>	<i>18 318</i>	<i>30 615</i>

Nota. — Em linha com as orientações da ERSAR, os custos apurados repercutem-se nas tarifas fixas e variáveis.

3.2.4 — Metodologia e cálculo dos Tarifários

Em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades intermunicipais), alterada pela Retificação n.º 46-B/2013 de 1 de novembro, as tarifas devidas pela gestão dos resíduos urbanos a cobrar nos termos de regulamento tarifário a aprovar pelo Município, devem observar o disposto no artigo 82.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro (Regime Geral de Gestão de Resíduos Urbanos), e na deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril (Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos), emitida pela Entidade Reguladora dos serviços de águas e resíduos — ERSAR.

Ainda nos termos do regime financeiro das autarquias locais, n.º 1 do artigo 21.º, os “[...] instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios [...] não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”. No que se reforça o princípio da recuperação dos custos instituindo-se que a tarifa de resíduos urbanos visa remunerar o Município pelos serviços prestados e bens fornecidos, em sistema de gestão direta, aos utilizadores finais desses serviços, no âmbito da atividade de exploração do sistema municipal de gestão de resíduos urbanos.

O Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos fixa, no caso de procura de uma alternativa à medição, que “A quantidade de resíduos objeto de recolha deve ser estimada a partir de indi-

cadores de base específica que apresentem uma correlação estatística significativa com a efetiva produção de resíduos pelos utilizadores finais, nomeadamente o consumo de água [...]”.

O Município de Lisboa não tem, à data, condições para implementar um sistema de medição direta, com base no peso ou volume de resíduos (sistema PAYT — *pay as you throw*), pelo que a tarifa de resíduos urbanos é desenhada em função do consumo de água dos utilizadores finais.

O tarifário para o serviço de recolha e transporte de resíduos urbanos assenta no consumo de água para a componente variável da mesma e no n.º de contadores para a repercussão da componente fixa ou de disponibilidade de serviço.

Neste sentido, apuraram-se os custos relacionados com a atividade de exploração do sistema municipal de gestão de resíduos urbanos (30.615 milhares de euros), que foram repercutidos em tarifas em função do volume de consumos e do n.º de contadores, por tipo de utilizador, tendo em conta as estatísticas definidas pela EPAL, para 2013, e o tarifário da EPAL, para o abastecimento em baixa, para 2014.

1 — Estrutura dos Tarifários

De acordo com a deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, pela prestação dos serviços de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores finais, o tarifário tem de ser bipartido, compreendendo:

Uma tarifa fixa, designada tarifa de disponibilidade destinada a remunerar a disponibilidade do serviço público prestado; é devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta (30) dias;

Uma tarifa variável, devida em função do nível ou intensidade de utilização do serviço durante o período objeto de faturação e expressa em euros por unidade de medida (m³).

Os custos imputados às componentes fixas e variável, com a correspondente afetação às tarifas de disponibilidade e variável, são:

Custos	Milhares de euros	Afetação dos custos	
		%	Tarifa
Fixos	12 297	40,17 %	Tarifa de Disponibilidade. Tarifa Variável.
Variáveis	18 318	59,83 %	
<i>Total</i>	30 615	100,00 %	

As tarifas de disponibilidade e variável dos serviços de resíduos são ainda diferenciadas consoante o utilizador final seja:

Doméstico — aquele que usa os prédios urbanos para fins habitacionais, com exceção das utilizações das partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;

Não doméstico — os restantes utilizadores; incluem-se neste grupo, o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o setor empresarial do Estado e o setor empresarial local.

2 — Cálculo do tarifário de resíduos urbanos

a) Tarifas de Disponibilidade

Para apuramento do valor médio das tarifas fixas consideram-se os custos fixos resultantes do custeio (12.297 milhares de euros), e o número total de contadores ativos em 2013, que foi de 346.108 conforme dados obtidos junto da EPAL (com correção dos contadores municipais afetados aos consumos públicos).

Desta forma as tarifas de disponibilidade apuradas foram as seguintes:

Utilizadores domésticos:

Tarifa de disponibilidade — 2,2333 €/30 dias;

$$\text{Fórmula: } Tf_d = \frac{Cf}{(Ut_d + Ut_{nd} \times Coef) \times 12}$$

em que:

Tf_d — Tarifa de disponibilidade para utilizadores domésticos

Cf — Total dos custos fixos

Ut_d — Número total dos utilizadores domésticos

Ut_{nd} — Número total dos utilizadores não domésticos, corrigidos dos contadores afetados aos consumos públicos

$Coef$ — Coeficiente de diferenciação entre os utilizadores domésticos e não domésticos — 3,5354

Utilizadores não domésticos:

Tarifa de disponibilidade — 7,8956 €/30 dias

$$\text{Fórmula: } Tf_{nd} = Tf_d \times Coef$$

em que:

Tf_{nd} — Tarifa de disponibilidade para utilizadores não domésticos

Tf_d — Tarifa de disponibilidade para utilizadores domésticos

$Coef$ — Coeficiente de diferenciação entre os consumidores domésticos e não domésticos — 3,5354

b) Tarifas Variáveis

As tarifas variáveis são devidas em função do volume de água consumido ou estimado durante o período objeto de faturação e expressas em euros por m³, resultam da aplicação dos coeficientes de custo específico sobre o tarifário de abastecimento da EPAL:

$$\text{Fórmula: } Coef_{médio}_A = Cv_{Cons}_A$$

em que:

$Coef_{médio}_A$ — coeficiente de custo específico médio

Cv — Custos variáveis a repercutir nas tarifas

$Cons_A$ — Consumos de água em valor

O valor de $Coef_{médio}_A$ obtido (relacionando o total dos custos variáveis apurados com o consumo de água em valor faturado pela EPAL) é de 44,13 %.

Este coeficiente foi diferenciado entre consumidores domésticos ⁽¹⁾ e não domésticos de acordo com os fatores constantes do quadro seguinte. Multiplicando-se o $Coef_{médio}_A$ por estes fatores de diferenciação foram obtidos os seguintes Coeficientes Específicos:

Utilizadores	Média	Razão entre coeficientes	Coeficiente específico (% sobre água)
Domésticos ⁽¹⁾	44,13 %	0,6288	27,75 %
Não Domésticos		1,3579	59,93 %

⁽¹⁾ Inclui não domésticos/Instituições de utilidade pública

Aplicando os Coeficientes Específicos sobre as tarifas aplicadas ao abastecimento de água (tabela EPAL 2014) são obtidas as tarifas de RU a aplicar em 2015:

Utilizadores domésticos e Instituições de Utilidade Pública — 0,1710 €/m³

Outros utilizadores não domésticos — 0,8023 €/m³

3 — Tarifários especiais

Os utilizadores finais podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas situações previstas no Regulamento Tarifário de Resíduos Urbanos compreendendo:

Tarifário social para utilizadores domésticos, aplicável em função das regras estabelecidas para a determinação da condição de recursos do Instituto de Segurança Social, I. P.

Este tarifário especial concretiza-se pela isenção da tarifa fixa.

Tarifário social para utilizadores não domésticos, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública, legalmente constituídas, cuja ação social o justifique. Este tarifário especial concretiza-se pela aplicação de um tarifário idêntico ao aplicado aos utilizadores domésticos:

Tarifa fixa: 2,2333 €/30 dias;

Tarifa variável: 0,1710 €/m³.

4 — Tarifário para grandes produtores (GP)

Em conformidade com a legislação em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro (Regime Geral de Gestão de Resíduos), considera-se Grande Produtor (GP) toda a entidade com uma produção média diária de resíduos superior a 1.100 litros.

Pese embora a deposição, recolha, transporte, armazenagem, valorização ou recuperação e eliminação dos resíduos urbanos provenientes de Grandes Produtores sejam de sua exclusiva responsabilidade, o Município de Lisboa entendeu pertinente poder prestar o serviço a essas entidades, caso estas assim o pretendam, criando para o efeito, um tarifário apropriado às suas características.

Desta forma, os GP que optem pelos serviços municipais de recolha de resíduos urbanos ficam sujeitos a uma tarifa que varia no intervalo [45€ a 80€], em resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$Tf = 80 \text{ €} - 50 \text{ €} \times \frac{RC}{RC + RI}$$

em que:

Tf — tarifa em € por tonelada incidente sobre RI entregues ao município

RC — Resíduos recicláveis, em toneladas, entregues ao município

RI — Resíduos indiferenciados, em toneladas, entregues ao município

A fórmula não é aplicável sempre que a relação $RC/(RC+RI)$ seja superior a 70 %, situações em que a tarifa sobre indiferenciados será de 45€.

A quantidade mensal em toneladas de resíduos recicláveis (RC) e de resíduos indiferenciados (RI) é obtida com base na seguinte fórmula:

$$Qtd = \frac{V}{1000} \times F \times D$$

em que:

Qtd — quantidade mensal de resíduos expressos em toneladas

V — volume total em litros correspondente aos contentores instalados/disponibilizados

F — frequência de recolha em 30 dias

D — densidade estimada em [tonelada/m³] a fixar em cada contrato face aos diferentes tipos de resíduos.

O disposto nos números anteriores não se aplica aos GP abrangidos pelo Sistema de Recolha Pneumática de Resíduos Urbanos do Parque das Nações, sujeitos a regulamentação específica.

5 — Regime transitório aplicável durante o período de recenseamento

Os utilizadores não domésticos, que não entidades de natureza pública, com um consumo mensal de água superior a 50 m³ beneficiam de uma tarifa variável reduzida que será aplicável durante o período de recenseamento dos GP (60 dias).

Durante este período, os utilizadores beneficiam da aplicação de uma tarifa variável reduzida, correspondente a uma redução de 50 % do tarifário.

Após aquele período haverá lugar à regularização da faturação em função dos seguintes critérios:

a) Os utilizadores que sejam classificados como Grandes Produtores, por encontro de contas;

b) Os utilizadores que não classificados como Grandes Produtores, passam a pagar a totalidade da tarifa em função dos consumos de água, devendo o valor descontado durante o período de recenseamento ser reposto na fatura subsequente.

6 — Receita prevista do tarifário de RU

Os impactos esperados na receita municipal, para o mesmo perfil/volume de consumos (conforme dados da EPAL de 2013) constam do quadro seguinte:

Utilizadores	Consumos m ³	N.º de contadores	Receita potencial m€/ano			Receita estimada m€/ano
			Fixa	Variável	Total	
Domésticos.	26 544 283	298 990	8 013	4 538	12 551	11 923
Não Domésticos Subtotal.	22 312 342	47 118	4 284	13 781	18 065	14 498
Geral.	15 785 694	44 467	4 213	12 665	16 878	
Utilidade Pública.	6 526 648	2 651	71	1 116	1 187	
<i>Total</i>	48 856 625	346 108	12 297	18 319	30 616	26 421

O quadro supra faz a demonstração da receita potencial associada à tarifa, sendo a receita estimada o resultado da subtração àquela do valor dos tarifários sociais, dos consumos municipais e do impacto dos Grandes Produtores.

Assim, este tarifário recupera potencialmente os custos suportados com o serviço de recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos. Os proveitos a serem obtidos com a aplicação do presente tarifário, correspondem ao respetivo custeio efetuado, excluindo a moderação tarifária e o regime dos Grandes Produtores, pelo que o Município de Lisboa apresenta um modelo economicamente sustentado e adequado aos objetivos propostos.

3.3 — Conclusão

O presente documento sintetiza o estudo de fundamentação das tarifas a adotar pelo Município de Lisboa relativamente aos serviços associados à deposição, recolha e transporte para valorização, tratamento e eliminação de resíduos urbanos e equiparáveis.

Os valores propostos, com base na análise económico-financeira e com ponderação social, correspondem aos valores a praticar para o ano de 2015.

No apuramento dos custos atendeu-se, sempre que possível, ao estabelecido no POCAL, procedendo-se à sua reclassificação em variáveis/fixos, no sentido de propor uma estrutura de tarifa bipartida, de acordo com as orientações da entidade reguladora.

Os pressupostos e a metodologia adotados, basearam-se na legislação em vigor e na observância das orientações da ERSAR.

4 — Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC)

4.1 — Enquadramento Geral

A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, Lei de Bases da Proteção Civil, trouxe consigo um novo enquadramento a esta atividade levada a cabo pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais que exige a participação ativa e o esforço financeiro da administração pública nos seus vários níveis, bem como a cooperação dos cidadãos, agentes económicos e demais entidades privadas.

Nos termos deste diploma «a Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos, proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram». Neste âmbito, «são objetivos gerais da Proteção Civil prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe dele resultante; atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos; socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público e apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe».

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, ao fixar novo enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, reco-

nhece a importância que os municípios têm na gestão destes riscos, em virtude da sua proximidade ao território e às populações.

As atribuições que assim se confiam aos municípios não podem ser desvalorizadas e tão pouco o esforço financeiro que estas funções acarretam, pela quantidade, qualidade e prontidão dos meios a afetar a estas atribuições, a somar à proteção de pessoas e bens perante acidentes e ocorrências de menor gravidade, pelo que é criada a Taxa Municipal de Proteção Civil, justificando-se que os particulares custeiem, ao menos em parte, as utilidades que assim lhes aproveitam.

No quadro de referência técnico-jurídico usado na fundamentação da taxa de proteção civil objeto do presente Relatório destacamos a Avaliação Nacional de Risco, elaborada de acordo com as “*Risk Assessment and Mapping Guidelines for disaster Management*” emitidas pela Comissão (documento SEC 2010) 1626 final, de 21.12.2010 e adotada pela Comissão Nacional de Proteção Civil, e ainda o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios consagrado no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

Desta avaliação resulta: em primeiro lugar, a identificação e caracterização dos perigos de génese natural, tecnológica ou mista, suscetíveis de afetar o território do município, designadamente sismos, galgamentos costeiros, acidentes graves de tráfego, incêndios urbanos, rotura de infraestruturas estratégicas, acidentes com substâncias perigosas ou concentrações humanas;

Em segundo lugar, uma identificação mais precisa dos riscos de natureza tecnológica, potenciados pela utilização humana, a que o município de Lisboa pelas suas características está mais exposto. Destacam-se, por exemplo, os riscos de incêndio e colapso de estruturas, os acidentes de tráfego ferroviário, marítimo e aéreo ou os acidentes em infraestruturas de serviços urbanos (gás, eletricidade e água);

Em terceiro lugar, a identificação de fatores de agravamento de risco associados a atividades ou usos de edifícios, equipamentos ou recintos, nomeadamente os decorrentes das suas características específicas, da intensidade dos seus usos, bem como do nível de adoção de estratégias de mitigação de riscos por parte das entidades gestoras dos mesmos.

A par com a configuração dos riscos, procedeu-se à avaliação dos custos que concorrem para a disponibilização de infraestruturas, equipamentos, de meios materiais e humanos que constituem a capacidade instalada do Município ao nível da prevenção do risco e da capacidade operacional de resposta em sede da proteção civil. Destacam-se entre esses meios, o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, meios próprios do município, com largo historial de intervenção e atividade, indispensáveis num concelho com a ocupação do território e a densidade populacional que tem Lisboa.

Todos os cidadãos têm o direito de ter à sua disposição informações concretas sobre os riscos coletivos e como prevenir e minimizar os seus efeitos, caso ocorram e têm também, o direito a ser prontamente socorridos sempre que aconteça um acidente ou uma catástrofe, competindo aos municípios, dentro da sua circunscrição territorial assegurar a prestação desse serviço, no âmbito das competências que lhes estão atribuídas na matéria.

A Proteção Civil é assim uma atividade que exige uma participação ativa e um esforço financeiro da administração pública a vários níveis,

bem como a cooperação dos cidadãos, agentes económicos e demais entidades privadas. É uma atividade que assenta num princípio de prevenção, exigindo a mobilização de recursos importantes, de modo continuado, com o propósito de eliminar a própria causa das situações de acidente ou catástrofe que se quer evitar.

Na modelação da taxa há que considerar que sempre que levada a cabo pelos municípios, a proteção civil constitui uma atividade que tem por fito proteger pessoas e bens, justificando-se que os particulares custeiem, ao menos em parte, as utilidades que assim lhes aproveitam. Se os riscos associados à vida das pessoas são mais difusos e quanto a eles se justifica levar mais longe a assunção do custo da proteção pelos municípios, já os riscos associados ao património são mais concretos e quanto a estes justifica-se exigir que os particulares participem os meios que são postos ao serviço da sua proteção.

A Taxa Municipal de Proteção Civil que se visa criar é uma taxa que tem funções idênticas às de um prémio de seguro, servindo para custear os meios que o Município de Lisboa coloca diariamente à disposição dos munícipes na proteção da sua pessoa e bens, em especial na proteção do seu património imobiliário, ao qual tanta da atividade das autarquias está ligada.

Este constitui o primeiro universo de repercussão dos custos incorridos, configurando-se a taxa por relação com o valor patrimonial dos prédios urbanos sítos no concelho, que se toma como uma base de cálculo adequada a este fim, na medida em que, desde logo, pondera a área dos prédios. A Taxa Municipal de Proteção Civil assenta, assim, num princípio manifesto de equivalência, tendo como objetivo exigir dos titulares dos imóveis o correspondente do serviço de proteção que aos seus bens é garantido pelo Município.

No que se pode configurar como um segundo universo, ou um segmento específico do antes explicitado, foi considerado que nos prédios urbanos há especial risco associado ao património degradado, devoluto ou em estado de ruína, que deve ser imputado aos respetivos proprietários, sendo aqui aplicável uma taxa agravada sobre o valor patrimonial dos prédios respetivos.

Por fim demarcaram-se, num terceiro universo tributável, utilizações associadas a equipamentos, recintos ou edifícios identificados como geradores de risco acrescido impondo o princípio da equivalência a aplicação de taxas específicas que estarão a cargo das entidades exploradoras ou gestoras das atividades em causa.

O Município de Lisboa tem vindo, ao longo dos anos, a investir de forma significativa na área da proteção civil e da prevenção de riscos. Para além do Regimento de Sapadores Bombeiros, tem em permanente funcionamento o Serviço Municipal de Proteção Civil, promovendo de forma regular e continuada atividades de formação cívica com especial incidência nos domínios da prevenção contra os riscos de génese natural, tecnológicos ou mista, suscetíveis de afetar o território do município, designadamente: sismos, galgamentos costeiros, acidentes ferroviários, acidentes aéreos, incêndios urbanos, entre outros, merecendo especial destaque as ações de formação junto das escolas e da população.

4.2 — Fundamentação económico-financeira da taxa

4.2.1 — Enquadramento da atividade e do custeio

A Taxa Municipal de Proteção Civil (doravante designada de forma abreviada de TMPC) prevista na alteração do regulamento de taxas, preços e outras receitas do Município de Lisboa (projeto) refere-se ao serviço público prestado pelos diversos agentes de proteção civil, no âmbito dos serviços de:

Prevenção dos riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes;

Atenuação dos riscos coletivos e limitação dos seus efeitos no caso de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe;

Socorro e assistência às pessoas e outros seres vivos em perigo e proteção de bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;

Reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

No caso particular do Município de Lisboa, o Departamento de Proteção Civil realiza todo um trabalho de análise de riscos, planeamento, operações e sensibilização pública, tendo registado em 2013, 1281 ocorrências de vários tipos (incêndios, queda de estruturas, inundações, queda de revestimento, intervenção social no apoio às populações vítimas de acidentes, etc.) e realizado 21 exercícios de simulacro, envolvendo mais de 7000 participantes, pela preparação de planos de contingência para os sem-abrigo perante vagas de frio, ou pela integração de dispositivos de segurança nas grandes festas e eventos da cidade. Por seu lado, o Regimento de Sapadores Bombeiros, organizado em Companhias Operacionais de intervenção diferenciada, desenvolve intensa atividade, atendendo a mais de 18.000 ocorrências por ano, incluindo aproximadamente 1800 incêndios, 1000 acidentes, 1900 urgências médicas e 3200 ocorrências relativas a estruturas e vias de comunicação.

O estudo procurou demonstrar os critérios de determinação dos custos da atividade pública na área da proteção civil para a fixação da taxa, tendo em conta os aspetos inerentes aos mesmos de forma a garantir uma maior equidade na sua aplicação.

Inicialmente, foram identificados os processos que conduzem a serviços prestados na área da Proteção Civil pelo Município de Lisboa aos particulares, empresas e demais entidades e pelos quais os mesmos têm de pagar taxa, tendo sido definido que intervenções, no âmbito das funções e competências da Proteção Civil Municipal, são passíveis de ocorrerem nas seguintes situações/tipologias:

Em prédios urbanos;

Em outras infraestruturas e equipamentos, nomeadamente redes de gás, água, eletricidade e ferroviária, entre outras;

As atividades económicas e aos usos específicos de risco acrescido de equipamentos, edifícios e recintos.

O valor da taxa foi calculado com base nos custos suportados pelo Município para a prestação do serviço, sendo que:

No caso do valor da taxa prevista para os prédios urbanos, o valor da taxa incidirá sobre o valor patrimonial tributário;

Quanto aos prédios degradados, devolutos e em ruínas, o Município aplica um agravamento dado o elevado risco de ocorrência de eventos graves na área da proteção civil;

Relativamente a prédios, recintos e equipamentos (redes e outros), com usos considerados de risco acrescido para o Município, o valor previsto da taxa corresponde ao custo da atividade pública de proteção civil.

Salienta-se que os custos que o município incorre com o serviço de proteção civil não são repercutidos na sua totalidade aos beneficiários, assumindo o município de Lisboa parte destes custos (custo social), funcionando como uma comparticipação ao custo real da prestação de serviço associado à TMPC, decorrente da proteção e segurança dos munícipes.

Na modelação da taxa foi atendida a legislação que vem sendo citada e, desse logo, aos princípios da proporcionalidade e da equivalência jurídica previstas na Lei.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, patenteando ainda critérios sociais e políticos expressos na existência de uma subvenção municipal da atividade (não repercussão integral dos custos incorridos)

4.2.2 — Metodologia de custeio

O método de cálculo foi suportado nos dados contabilísticos relativos aos custos diretos (pessoal, aquisições de bens e serviços, transferências, amortizações e investimentos futuros) relacionados com o exercício da atividade de Proteção Civil (Regimento Sapadores de Bombeiros e Departamento de Proteção Civil), referentes ao exercício económico de 2013. Não foi aditada a componente de custos indiretos dada a premissa de partida quanto à não repercussão de todos os custos suportados na taxa (subvenção municipal da atividade).

Foram consideradas as seguintes categorias de custeio:

Custos com pessoal;

Aquisição de bens e serviços;

Amortizações;

Transferências correntes e de capital para terceiros;

Investimentos futuros.

A imputação de custos foi realizada com base numa relação direta, sendo, pois, premissa uma utilização de recursos comum a todas as atividades efetivada de forma proporcional ao dispêndio de recursos com o ato ou operação específica da proteção civil.

Com base neste racional, obteve-se um custo total associado à Proteção Civil de 25,2 milhões de euros, conforme tabela infra:

1 — Custos (Diretos) da Proteção Civil

(Un: milhares euros)

Rubricas	
Custos com Pessoal	22 984
Aquisição de Bens e serviços.	453
Transferências Correntes	20
Amortizações:	
Investimentos Correntes.	622
Investimentos Futuros	1 125
Total	25 204

2 — Taxas a aplicar (valores anuais)

Considerando os universos de aplicação da taxa temos os seguintes valores unitários:

- i) O valor anual da Taxa Municipal de Proteção Civil relativamente aos prédios urbanos é de 0,0375 % do valor patrimonial tributário;
- ii) O valor anual da Taxa Municipal de Proteção Civil para os prédios degradados e para os devolutos ou em ruínas, como tal considerados para efeitos do Imposto Municipal sobre Imóveis, é de respetivamente, 0,3 e de 0,6 % do valor patrimonial tributário;
- iii) O valor anual da Taxa Municipal de Proteção Civil relativamente aos prédios, equipamentos e usos de risco acrescido são os seguintes:

Edifícios, recintos e equipamentos — atividades ou usos de risco acrescido

Prédio/Equipamento	Valor anual da Taxa
Rede de distribuição de gás	50 000€/entidade
Rede de distribuição de água	50 000€/entidade
Rede de distribuição de eletricidade	50 000€/entidade
Rede ferroviária	50 000€/entidade
Infraestrutura aeroportuária	50 000€/entidade
Infraestrutura portuária	50 000€/entidade
Postos de abastecimento de combustíveis	2 500€ /por posto

Usos específicos em edifícios, recintos ou equipamentos

Utilização -tipo	Categoria de risco			
	1	2	3	4
II) Estacionamento	—	—	2 400 €	4 800 €
III) Administrativos	—	—	2 400 €	4 800 €
VI) Espetáculos e reuniões públicas	—	—	2 400 €	4 800 €
VIII) Comerciais e gares de transportes	—	—	2 400 €	4 800 €
IX) Desportivos e lazer	—	—	2 400 €	4 800 €

Para efeito da classificação do risco aplicam-se as tabelas que figuram em Anexo ao projeto de alteração do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

Em conformidade com o quadro supra, consideram-se isentas da taxa de risco acrescido todas as utilizações de risco 1 e 2, que se tomam como cobertas pela TMPC incidente sobre o Valor Patrimonial Tributário.

Foi também considerada a isenção de TMPC para os proprietários de prédios urbanos inferiores a 20.000 euros, com vista a minimizar os custos sociais a proprietários com património de valor muito baixo e de reduzir encargos administrativos com cobranças de valor muito reduzido.

3 — Receita estimada

Atento os universos considerados e os valores unitários previstos, estima-se uma receita associada à Taxa de Proteção Civil:

(Un: milhares euros)

Âmbito da aplicação	Receita Prevista (*)
Prédios urbanos	16 850
Atividades/Usos de risco	2 000
Transferências Correntes	18 850

(*) Salvaguarda-se o efeito da majoração de prédios urbanos degradados, devolutos e em ruínas e das atividades e usos de risco acrescido.

4.3 — Conclusão

O presente capítulo do Relatório de fundamentação económica e financeira que acompanha o regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa ponto, sistematiza a fundamentação das taxas a adotar pelo Município de Lisboa relativamente à relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil e aos correspondentes valores unitários.

5 — Taxa Municipal Turística (TMT)

5.1 — Enquadramento geral

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que aprova o regime financeiro das autarquias locais e a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais — RGTAL

estabelecem os instrumentos fundamentais reguladores das faculdades reconhecidas aos municípios de se compensarem, no todo ou em parte, dos custos e investimentos ligados às atividades que desenvolvem e das quais dimanam utilidades ou benefícios prestados a particulares.

A atividade turística no Município de Lisboa tem crescido assinalavelmente, sob todos os indicadores, assumindo uma importância fundamental no contexto da dinamização da atividade económica da cidade e áreas circundantes.

O sucesso de Lisboa como destino turístico resulta também de investimentos e despesas próprias por parte do Município. Em primeiro lugar os investimentos e despesas especificamente dirigidas para o turismo e para os turistas e os investimentos e despesas que foram priorizados, face a outros, também ou até fundamentalmente em função do seu impacto no turismo. Destacam-se nos últimos anos, meramente a título de exemplo, os investimentos e as despesas incluídas nos vários Planos Estratégicos de Turismo, como os Postos de informação e atendimento turístico, a sinalética turística, a requalificação do Terreiro Paço e da frente ribeirinha, a requalificação do Arco da Rua Augusta, a dinamização das várias microcentralidades com pendor turístico, ou o reforço da animação da cidade através da atração de grandes eventos culturais e desportivos como a Volvo Ocean's Race. Em segundo lugar, o turismo induziu custos acrescidos em várias rubricas de atividade e investimento do município, i.e., uma sobrecarga sobre os custos normais atribuíveis à população residente, de que se destacam, meramente a título de exemplo, os associados à manutenção de forte dinâmica artística e cultural como os espetáculos de rua e multimédia, os de reforço de segurança e vigilância em zonas de vocação turística ou os associados aos serviços urbanos como sejam a limpeza ou a manutenção de espaços verdes.

Não é razoável pedir aos municípios que suportem a totalidade destes custos, pois não são deles exclusivos beneficiários (não sendo sequer aliás, em muitas das situações, os principais beneficiários).

Assim sendo, os recursos necessários ao desenvolvimento do Turismo deverão ser também procurados na própria atividade turística, máxime na contribuição dos próprios turistas, assegurando naturalmente uma base de proporcionalidade, ponderação e equilíbrio, tendo em vista preservar a competitividade relativa de Lisboa no contexto internacional de destinos turísticos.

Esta tem sido aliás a prática de diversas cidades e destinos de há largos anos, designadamente na Europa, de que se pode citar, a título de exemplo: Paris, Roma, Viena, Varsóvia, Bruxelas, Barcelona, Veneza, Florença ou Berlim.

No mesmo sentido pronunciou-se recentemente em Portugal a Comissão para a reforma da Fiscalidade Verde, que propôs a criação de uma Taxa Municipal de Ocupação Turística «configurada como contrapartida pelo encargo assumido pelo Município no que respeita à intensidade do desgaste proporcionado pelo Turismo ao nível das infraestruturas» considerando que «os municípios têm vindo a criar as necessárias infraestruturas que sustentam a atividade turística e, nesse sentido, prestam um serviço de utilidade pública de âmbito nacional que cria desequilíbrios orçamentais de carácter estrutural. Neste contexto, importa assegurar alguma forma de compensação aos municípios pelo desequilíbrio entre o investimento público incorrido na criação de condições estruturais para a constituição de uma oferta turística adequada e as fontes de receita que decorrem dessa atividade, sob pena da pressão adicional sobre a população residente».

5.2 — Fundamentação económico-financeira da Taxa

5.2.1 — Enquadramento da atividade e do custeio

Foram identificadas um conjunto de atividades que geram valor na área do Turismo, direta ou transversalmente à cidade ponderado a participação no financiamento deste esforço no uso que o Turista faz da cidade.

Foram assim consideradas três bases de ressarcimento do investimento municipal associado à constituição de Lisboa como um destino turístico:

Uma Taxa de dormida, por hóspede com idade superior a 13 anos e por noite nos empreendimentos turísticos e nos estabelecimentos de alojamento local, localizados no Município de Lisboa, até a um máximo de sete noites por pessoa.

Uma taxa de chegada por via aérea, por passageiro que desembarque no Aeroporto Internacional de Lisboa;

Uma taxa de chegada por via marítima, por passageiro que desembarque de navio de cruzeiro em escala, nos terminais de navios de cruzeiro localizados no Município de Lisboa.

5.2.2 — Metodologias de Custeio

A metodologia adotada para a determinação dos valores a considerar no custeio, atenta a sinalagmática da taxa, foi a seguinte:

A base de incidência de custeio assenta nos investimentos e despesas especificamente dirigidas para o turismo e para os turistas e os inves-

timentos e despesas que foram priorizados, face a outros, também ou até fundamentalmente em função do seu impacto no turismo e ainda custos de sobrecarga sobre os custos normais atribuíveis à população residente, de que se destacam:

- a) Espaço público — requalificação de espaço público, com forte vocação turística;
- b) Cultura — dinamização artística e cultural, incluindo a dinamização de espaços museológicos;
- c) Serviços urbanos — sobrecarga com serviços urbanos como sejam a segurança e vigilância, limpeza ou a manutenção de espaços verdes em zonas de vocação turística;
- d) Dinamização da cidade — Eventos desportivos, de animação da cidade e promoção turística.

Para o cálculo dos custos foram usados os dados históricos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 relacionados com o exercício da atividade turística.

Os custos diretos foram apurados com base numa relação de custos afetos à função Turismo, adotando um critério que tem por base o pressuposto da utilização de recursos comuns a esta função, de forma proporcional ao dispêndio de recursos com o ato ou operação específica de utilização turística;

Deste modo, obteve-se um total de despesa associada à área do turismo de 20,46M€, distribuída pelas diversas rubricas, conforme demonstra o Quadro apresentado em seguida.

Os valores obtidos correspondem a cerca de 3 % do total do orçamento do Município, o que constitui uma estimativa muito prudente e conservadora face ao número de turistas que usufruem da cidade e aos padrões de utilização de infraestruturas e serviços da cidade que os mesmos apresentam.

1 — Custos Totais da Atividade Turística

Área de Atividade	Total
Espaço Público.....	7,2
Cultura	3,1
Serviços Urbanos	6,0
Dinamização Cidade	4,1
<i>Total</i>	20,4

2 — Valor unitário da taxa

Taxa de Dormida — 1,00 €, por noite e por pessoa;

Taxa de chegada por via aérea — 1,00 €, por passageiro, que desembarque no aeroporto de Lisboa;

Taxa de chegada por via marítima — 1,00 €, por passageiro, que desembarque de navio de cruzeiro em escala, nos terminais de navios de cruzeiro localizados no Município de Lisboa

3 — Receita estimada

A receita estimada associada ao lançamento desta taxa permitirá a recuperação de parte dos custos incorridos:

Taxas	Valor (euros)
Dormida (*)	7 242 507
Chegada via aérea	6 500 000
Chegada via marítima	500 000
<i>Total</i>	14 242 507

(*) Em 2015 a taxa de dormida e de chegada por via marítima não será arrecadada em face dos contratos já assinados com os operadores turísticos.

5.3 — Conclusão

O presente capítulo do Relatório de fundamentação económica e financeira que acompanha o Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, sistematiza a fundamentação das taxas a adotar pelo Município de Lisboa relativamente à Taxa Municipal Turística e aos correspondentes valores unitários.

6 — Repercussão de taxas

6.1 — Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)

O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral de resíduos, estabelece no seu artigo 58.º uma taxa de gestão de resíduos (TGR), incidente sobre as entidades gestoras de sistemas de gestão de fluxos específicos de resíduos, individuais ou coletivos, de centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos perigosos, de instalações de incineração e co-incineração de resíduos e de aterros sujeitos a licenciamento da Autoridade Nacional de Resíduos (ANR) ou das Autoridades Regionais dos Resíduos.

A Portaria n.º 72/2010, de 4 de fevereiro que estabelece as regras respeitantes à liquidação, pagamento e repercussão da TGR, estipula no seu artigo 7.º que esta taxa deve ser repercutida nas tarifas e prestações financeiras cobradas aos utilizadores finais dos serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos, devendo estes valores estar devidamente desagregados nas faturas.

O Município de Lisboa irá repercutir esta taxa, conforme previsão legal, a partir de 2015, considerando um valor unitário por m³ de água consumida e considerando a sua repercussão junto dos Grandes Produtores que utilizem o sistema municipal, conforme condições a acordar em contrato a celebrar entre as partes, que, neste caso assentará na capacidade instalada/resíduos produzidos versus valores por quantidade suportado.

Assim:

No caso dos utilizadores, cuja tarifa é calculada com base no consumo de água, na repercussão sobre o utilizador da TGR média unitária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TGR a pagar}_{\text{Utilizador Final}} (\text{€}) = \text{TGR média unitária}_n (\text{€/m}^3) \times \text{Volume de abastecimento de água}_{\text{Utilizador Final}} (\text{m}^3),$$

em que:

$$\text{TGR média unitária}_n (\text{€/m}^3) = \frac{\text{TGR total}_n (\text{€})}{\text{Volume de abastecimento de água}_n (\text{m}^3)};$$

sendo,

TGR total_n = TGR suportada pela CML no ano n, feitos os acertos de contas que se revelem necessários;

$\text{Volume de abastecimento de água}_n$ = Volume de abastecimento de água na cidade de Lisboa, excluindo consumos CML;

$\text{Volume de abastecimento de água}_{\text{Utilizador Final}}$ = Volume de água faturado pela EPAL ao Utilizador Final

No caso dos Grandes Produtores (GP), na repercussão da TGR, com base no tarifário da entidade gestora “em alta”, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TGR a pagar GP} (\text{€}) = \text{TGR}_n (\text{€}) \times \text{Volume de resíduos GP} (\text{t})$$

sendo,

TGR_n = TGR cf Tarifário entidade em “alta”, para o ano n;

$\text{Volume de resíduos GP}$ = Volume de resíduos entregues ao município

Não se trata de uma taxa municipal mas da mera repercussão da taxa suportada pelo Município pelo conjunto dos utilizadores, sendo um custo específico não incluído no cálculo da tarifa de resíduos urbanos e dela independente, sendo incluído neste Relatório para efeitos de comunicação e fundamentação da metodologia a adotar na repercussão.

6.2 — Taxa de Recursos hídricos (TRH)

O Município de Lisboa já está a repercutir esta taxa que, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho — Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos, «Quando a taxa não seja devida pelo utilizador final dos recursos hídricos, deve o sujeito passivo repercutir sobre o utilizador final o encargo económico que ela representa, juntamente com os preços ou tarifas que pratique.»

O Despacho n.º 484/2009 de 8 de janeiro, que institui as normas orientadoras à aplicação daquele decreto-lei refere explicitamente no seu ponto B — Repercussão da taxa sobre utilizadores finais, que as entidades gestoras «[...] devem repercutir a totalidade da TRH que lhe for liquidada, equitativamente, pelos diferentes utilizadores, com base nos volumes objeto de serviço de águas a cada um deles [...], pelo que se calcula a TRH média unitária» «[...] devida pela carga descarregada nos recursos hídricos [...]», determinada da seguinte forma:

$$\text{TRH média unitária} (\text{€/m}^3) = \frac{\text{TRH total ano } n (\text{m}^3)}{\text{volume total a descarregar no sistema relativamente ao ano } n (\text{m}^3)}$$

Assim, ao valor a pagar por m³ pelo serviço de recolha de águas residuais acresce a Taxa de Recursos Hídricos, que consiste na repercussão sobre o utilizador da TRH média unitária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{TRH}_{\text{Utilizador Final}} (\text{€}) = \text{TRH média unitária}_n (\text{€/m}^3) \times \text{Volume de abastecimento de água}_{\text{Utilizador Final}} (\text{m}^3),$$

em que:

$$\text{TRH média unitária}_n (\text{€/m}^3) = \text{TRH total}_n (\text{€}) / \text{Volume faturado}_n (\text{m}^3)$$

sendo,

TRH total_n = TRH suportada pela CML no ano n, feitos os acertos de contas que se revelem necessários;

Volume faturado_n = Volume de água residual faturada pela entidade gestora em “alta”;

Volume de abastecimento de água = Volume de água faturado pela EPAL ao Utilizador Final

(¹) O Tarifário da EPAL para 2014, entrou em vigor em 1 de agosto de 2014, e encontra-se publicado na sua página da internet: <http://www.epal.pt/epal>.

(²) A ERSAR preconiza ainda, a aplicação aos serviços prestados a utilizadores finais domésticos de tarifas variáveis estruturadas de forma crescente de acordo com escalões de consumo.

(³) Utilização da mesma % de desconto que é aplicada pela EPAL (≈ 25%) às Entidades coletivas de declarada utilidade pública.

(⁴) Ver ponto 3.3.1.1 da Recomendação n.º 01/2009 da ERSAR, de agosto/2009.

Alterações à Fundamentação das isenções e reduções de taxas

Artigo 9.º

[...]

1 — [...]

a) [...]

b) As pessoas em situação de insuficiência económica;

c) *Anterior alínea b)*

d) *Anterior alínea c)*

e) *Anterior alínea d)*

f) *Anterior alínea e)*

2 — [...]

3 — [...]

4 — [...]

a) [...]

b) [...]

5 — Estão, ainda, isentas do pagamento do valor das taxas de ocupação do espaço público, de ruído, de licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, de publicidade exterior ou da cedência de equipamentos e materiais logísticos e de divulgação as pessoas coletivas de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social, as associações empresariais, comerciais, associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas, legalmente constituídas, relativamente a atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins, desde que:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

6 — Os artistas de rua encontram-se isentos de pagamento de taxa administrativa, no âmbito da Ocupação de Via Pública.

Fundamentação:

1 — [...]

2 — Em caso de comprovada insuficiência económica dos sujeitos passivos das taxas, aplica-se um princípio de discriminação positiva, pretendendo-se garantir que a falta de recursos económicos não seja um entrave ao acesso, pelos munícipes mais carenciados, à atividade Administrativa do Município, em consonância com valores previstos na Constituição da República Portuguesa, tais como a dignidade da pessoa humana e a solidariedade social.

3 — *Anterior n.º 2*

4 — *Anterior n.º 3*

5 — *Anterior n.º 4*

6 — *Anterior n.º 5*

7 — *Anterior n.º 6*

8 — *Anterior n.º 7*

9 — *Anterior n.º 8*

10 — *Anterior n.º 9*

11 — *Anterior n.º 10*

12 — A isenção dos artistas de rua do pagamento da taxa administrativa no âmbito da Ocupação de Via Pública, por um período de cinco anos, visa a promoção desta atividade com o objetivo de transformar a cidade de Lisboa num local de referência da arte de rua.

Artigo 71.º

Isenções da taxa de dormida

Ficam isentos da taxa de dormida os hóspedes cuja estada seja motivada pela obtenção de serviços médicos.

Fundamentação:

Esta isenção tem como fundamento não sobrecarregar financeiramente a pessoa que visita a cidade de Lisboa para obtenção de serviços médicos de saúde, na medida em que se considera que o principal motivo da estada em Lisboa difere dos motivos normalmente atribuíveis aos turistas.

Artigo 73.º

Isenções da taxa de chegada por via aérea

1 — Ficam isentos da taxa de chegada:

a) Os passageiros em trânsito ou transferência no Aeroporto Internacional de Lisboa, na medida em que a sua chegada a Lisboa não tem fins turísticos;

b) Os passageiros com domicílio fiscal em território nacional.

c) Passageiros em relação aos quais não seja emitido bilhete autónomo;

Fundamentação:

1 — A isenção da alínea c) fundamenta-se no fato de não existindo a emissão de bilhete ser excessivamente onerosa e complexa a implementação de uma forma alternativa de tributação da taxa. Esta situação verifica-se, regra geral, em relação a menores com idade inferior a 2 anos.

2 — Os passageiros em trânsito ou transferência no Aeroporto Internacional de Lisboa, na medida em que a sua chegada a Lisboa não tem fins turísticos.

3 — A isenção dos passageiros com domicílio fiscal em território nacional fundamenta-se no fato desta medida evitar a tributação de passageiros que desembarcam no Aeroporto Internacional de Lisboa sem fins turísticos.

Artigo 62.º

Isenções da taxa municipal de proteção civil

1 — Estão isentos da Taxa Municipal de Proteção Civil, no âmbito exclusivo do n.º 1 do artigo 60.º, os proprietários dos imóveis cujo valor patrimonial (VPT) seja inferior a € 20.000.

2 — Estão isentos no âmbito exclusivo do n.º 3 do artigo 3.º e por relação unicamente com as utilizações-tipo com categoria de risco de tipo 1 e tipo 2, conforme Anexo ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa a tabela 2 do Anexo I nomeadamente:

a) “Estacionamentos” com áreas brutas ≤ 9.600 m;

b) “Administrativos” com efetivo ≤ 1.000;

c) “Espetáculos e reuniões públicas” com efetivo ≤ 1.000 ou ≤ 15.000 se ao ar livre;

d) “Comerciais e gares de transporte” com efetivo ≤ 1.000;

e) “Desportivos e de lazer” com efetivo ≤ 1.000 ou ≤ 15.000 se ao ar livre.

Fundamentação:

1 — A isenção de taxa municipal de proteção civil aos proprietários de prédios urbanos inferiores a 20.000 euros (cerca de 125.000 frações), fundamenta-se no facto de minimizar os custos sociais de proprietários com património de valor muito baixo e na redução de encargos administrativos com cobranças de valor muito reduzido.

2 — A isenção de taxa municipal de proteção civil relativa às categorias de risco 1 e 2, no âmbito das utilizações-tipo, fundamenta-se na avaliação de que esses riscos já estão cobertos na incidência sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos.

Tabela de Taxas Municipais 2015

Unidade monetária: Euros

Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
1.	Taxas Administrativas Gerais			
1.1.	Atos Administrativos de Caráter Geral:			
1.1.1.	Certidões, Atestados e Termos de Autenticação	Pelas quatro primeiras folhas	35,25	Valor de liquidação até à quarta folha.
1.1.1.1.	Certidões, Atestados e Termos de Autenticação	Por cada folha adicional. . .	2,00	Valor de liquidação a partir da quinta folha, por cada folha adicional.
1.1.2.	Certidões, Atestados e Termos de Autenticação	Por cada	9,80	
1.1.3.	Averbamentos.	Pelas quatro primeiras folhas	3,10	Valor de liquidação até à quarta folha.
1.1.4.	Reprodução de Documentos — P/B — Formato A4.	Por cada folha adicional. . .	0,25	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.5.	Reprodução de Documentos — P/B — Formato A4.	Pelas quatro primeiras folhas	3,90	Valor de liquidação a partir da quinta folha.
1.1.6.	Reprodução de Documentos, a Cores — Formato A4.	Por cada folha adicional. . .	0,45	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.7.	Reprodução de Documentos, a Cores — Formato A4.	Pelas quatro primeiras folhas	3,40	Valor de liquidação até à quarta folha.
1.1.8.	Reprodução de Documentos — P/B — Formato A3.	Por cada folha adicional. . .	0,40	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.9.	Reprodução de Documentos — P/B — Formato A3.	Pelas quatro primeiras folhas	4,25	Valor de liquidação a partir da quinta folha.
1.1.10.	Reprodução de Documentos, a Cores — Formato A3.	Por cada folha adicional. . .	0,60	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.11.	Reprodução de Documentos a Cores — Formato A3.	Pelas quatro primeiras folhas	3,75	Valor de liquidação até à quarta folha.
1.1.12.	Reprodução de Documentos — P/B — Outros Formatos	Por cada folha adicional. . .	0,50	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.13.	Reprodução de Documentos — P/B — Outros Formatos	Pelas quatro primeiras folhas	4,55	Valor de liquidação a partir da quinta folha.
1.1.14.	Reprodução de Documentos, a Cores — Outros Formatos.	Por cada folha adicional. . .	0,70	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.15.	Reprodução de Documentos, a Cores — Outros Formatos.	Pelas quatro primeiras folhas	7,95	Valor de liquidação para as quatro primeiras folhas.
1.1.16.	Digitalização de documentos.	Por cada	10,15	Reprodução de documentos no âmbito do direito ao acesso aos documentos administrativos.
1.1.17.	Outros serviços ou atos administrativos	Por cada	50 % da taxa aplicável	Esta taxa aplica-se a todos os atos administrativos gerais não especificados na Tabela de Taxas.
1.1.18.	Certificado de Registo de Residência de Cidadãos da União Europeia.	Por cada		Por aplicação do disposto na Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto e Portaria n.º 1334-D/2010.
1.2.	Atos Administrativos e Decisórios da Comissão Arbitral Municipal:			
1.2.1.	Determinação do coeficiente de conservação — 1.ª unidade da mesma incidência.	Por unidade	1 UC	Cf. Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. Unidade de Conta (UC), tal como definida no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/89, de 30/06. Os custos estão fundamentados nos artigos 13.º e 16.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3/11, e as taxas no Decreto-Lei n.º 161/2006, de 08/08.

Unidade monetária: Euros				
Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
1.2.1.1.	Determinação do coeficiente de conservação — segundas unidades da mesma incidência.	Por unidade	1/4 UC	Cf. Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. Unidade de Conta (UC), tal como definida no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/89, de 30/06. Os custos estão fundamentados nos artigos 13.º e 16.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3/11, e as taxas no Decreto-Lei n.º 161/2006, de 08/08.
1.2.2.	Definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior.	Por unidade	1/2 UC	Cf. Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. Unidade de Conta (UC), tal como definida no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/89, de 30/06. Os custos estão fundamentados nos artigos 13.º e 16.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3/11, e as taxas no Decreto-Lei n.º 161/2006, de 08/08.
1.2.3.	Submissão de um litígio a decisão da CAM	Por unidade	1 UC	Cf. Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. Unidade de Conta (UC), tal como definida no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/89, de 30/06. Os custos estão fundamentados nos artigos 13.º e 16.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3/11, e as taxas no Decreto-Lei n.º 161/2006, de 08/08.
1.2.4.	Submissão de um litígio a decisão da CAM — em caso de discordância do nível de conservação que serviu de base ao coeficiente de conservação.	Por unidade	2 UC	Cf. Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa. Unidade de Conta (UC), tal como definida no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 212/89, de 30/06. Os custos estão fundamentados nos artigos 13.º e 16.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3/11, e as taxas no Decreto-Lei n.º 161/2006, de 08/08. Taxa aplicável nos casos em que haja discordância do nível de conservação e/ou do coeficiente de conservação.
2.	Infraestruturas e obras			
2.1.	Obras:			
2.1.1.	Planta de Cadastro da rede pública de drenagem de águas residuais.	Por cada	33,05	
2.1.2.	Caderno de Saneamento (projeto de rede interna das águas residuais e pluviais).	Por cada	218,55	
2.1.3.	Modelo A (lançamento de efluentes industriais na rede de coletores).	Por cada	93,70	
2.1.4.	Vistorias para a verificação do cumprimento da condição 16.ª da Licença de Obras.	Por cada	140,55	
2.1.5.	Licenciamento e fiscalização da ligação de ramais à rede de saneamento.	Por cada	595,55	
2.1.6.	Licenciamento e fiscalização de boleamentos e entradas especiais.	Por cada	314,00	
2.1.7.	Licenciamento de obras na via pública	Por cada	201,55	
2.1.8.	Fiscalização de obras em faixa de rodagem e bermas	Por m²/vala	14,65	
2.1.9.	Fiscalização de obras em passeios, ilhas ou separadores.	Por m²/vala	12,35	
2.1.10.	Fiscalização de obras em zonas não pavimentadas	Por m²/vala	3,55	
2.2.	Ascensores, Monta-Cargas Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes.			Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro e Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.
2.2.1.	Inspeções periódicas e inspeções extraordinárias	Por cada	170,20	Cf. Regulamento de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes e Despacho n.º 18853/2008, de 15 de julho.
2.2.2.	Reinspeções	Por cada	140,90	Cf. Regulamento de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes e Despacho n.º 18853/2008, de 15 de julho.
3.	Ocupação do Espaço Público			
3.1.	Ocupações por concessionárias de serviços públicos:			
3.1.1.	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	% s/ faturação.	Até 0,25 %	Em conformidade com o disposto no artigo 106.º da Lei n.º 5/2004: a taxa é determinada c/ base na aplicação de um percentual sobre a faturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município, sendo esse percentual aplicado até ao final de dezembro do ano a que dizem respeito e não podendo ultrapassar os 0,25 %. A % aplicável em cada ano é a que resultar da deliberação dos órgãos municipais

Unidade monetária: Euros				
Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
3.1.2.	Condutas de água — com diâmetro até 20 cm	M/ano	1,48	Conforme Protocolo, de 12/06/1992 celebrado entre a CMLisboa e a EPAL e “espetiva Adenda, de 31 de maio de 1995. A EPAL pagará, até 31 de Outubro de cada ano, o valor de utilização do subsolo relativo ao respetivo ano, em conformidade com os n.ºs 2 e 3 da cláusula 2.ª da Adenda ao Protocolo; a taxa vigora até outubro de cada ano, mês em que é atualizada por relação com o tarifário de preços que resulta de convenção anual celebrada entre a Direção-Geral do Comércio e da Concorrência e a EPAL, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho.
3.1.3.	Condutas de água — com diâmetro superior a 20 cm	M/ano	3,10	
3.1.4.	Tubos, Condutas, cabos condutores e afins — com diâmetro até 50 cm.	M/ano	2,35	
3.1.5.	Tubos, Condutas, cabos condutores e afins — com diâmetro superior a 50 cm.	M/ano	5,25	
3.1.6.	Postos de transformação, cabinas elétricas e afins — Até 3 m³	M³/ano	57,85	Conforme Protocolo, de 12/06/1992 celebrado entre a CMLisboa e a EPAL e respetiva Adenda, de 31 de maio de 1995. A EPAL pagará, até 31 de outubro de cada ano, o valor de utilização do subsolo relativo ao respetivo ano, em conformidade com os n.ºs 2 e 3 da cláusula 2.ª da Adenda ao Protocolo; a taxa vigora até outubro de cada ano, mês em que é atualizada por relação com o tarifário de preços que resulta de convenção anual celebrada entre a Direção-Geral do Comércio e da Concorrência e a EPAL, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho.
3.1.7.	Postos de transformação, cabinas elétricas e afins — Por cada m³ a mais ou fração.	M³/ano	19,35	
3.2.	Procedimentos administrativos e Licenciamento da Ocupação e Utilização do Espaço Público e da Publicidade:			
3.2.1.	Pedido de informação prévia	Por cada	155,8	
3.2.2.	Pedido de licenciamento inicial	Por cada	397,00	Aplica-se ao licenciamento da ocupação e utilização do espaço público e da publicidade.
3.2.3.	Pedido de licenciamento simplificado	Por cada	172,55	Aplica-se ao licenciamento da ocupação e utilização do espaço público e da publicidade.
3.3.	Ocupação e Utilização do Espaço Público — Mobiliário urbano e Outros:			
3.3.1.	Ocupação e utilização da superfície do espaço público — de caráter duradouro ou anual.	Ano/m² ou fração	156,55	Aplica-se a esta ocupação específica, sendo calculada em função dos m² de ocupação. A liquidação mínima por unidade/ano é de 5.393,75 euros
3.3.1.1.	Ocupação e utilização da superfície do espaço público — com estrutura fixa ao solo ou inamovível — de caráter duradouro.	Ano/m² ou fração	313,15	
3.3.2.	Ocupação e utilização da superfície do espaço público — com instalações abastecedoras de carburantes líquidos.	Ano/m² ou fração	939,40	
3.3.3.	Outras ocupações e utilizações do espaço público — de caráter não duradouro ou inferior a um ano.	Dia/m² ou fração	0,40	
3.3.3.1	Ocupação e utilização da superfície do espaço público — com estrutura fixa ao solo ou inamovível — de caráter não duradouro ou inferior a um ano.	Dia/m² ou fração	0,90	Ataxa é diária, sendo a taxa devida proporcional ao número de dias e aos m² de ocupação (Taxa × n.º dias × m²).
4.	Publicidade			
4.1.	Afixação, Inscrição, instalação e difusão de publicidade			Ataxa é diária, sendo a taxa devida proporcional ao número de dias e aos m² de ocupação (Taxa × n.º dias × m²)
4.1.1.	Publicidade em mobiliário urbano	M²/dia /mensagem	0,40	A taxa aplicável à publicidade em edifícios e à publicidade em edifícios, luminosa ou diretamente iluminada, tem uma redução de 75 % e de 60 %, respetivamente, quando aplicada a fachadas interiores de lojas e lugares em mercados municipais. A taxa a liquidar resulta da aplicação da fórmula: [(Taxa × (1+ CR)) × CL]. CR (condição de realização) assume três valores: a) 25 % quando a publicidade é luminosa ou diretamente iluminada; b) 150 % quando a publicidade utiliza dispositivos eletrónicos; c) 400 % quando a publicidade utiliza circuitos de televisão e vídeo. CL (coeficiente de localização) é igual a 2 quando a publicidade for colocada fora do local onde o anunciante exerce a sua atividade, sendo igual a 1 em todos os demais casos.

Unidade monetária: Euros

Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
4.1.2.	Publicidade em edifícios ou em outras construções, visível ou perceptível do espaço público.	M²/dia.	0,40	
4.1.3.	Outros tipos de publicidade, designadamente projeções publicitárias, não incluídos nos números anteriores.	M²/dia.	0,40	
4.1.4.	Publicidade em mobiliário urbano, edifícios ou em outras construções, visível ou perceptível do espaço público ou em outros tipos de publicidade — fora do local onde o anunciante exerce a atividade.	M²/dia /mensagem	0,85	Taxa a liquidar quando se verifica CL= 2, i.e, publicidade feita fora do local onde o anunciante exerce a atividade e não se verificam outras condições de realização.
4.1.5.	Utilização de projeção de focos ou feixes luminosos para difusão de publicidade.	M²/dia.	0,85	Esta taxa é liquidada quando se verifica a utilização de projeção de focos ou feixes luminosos. É multiplicada por 2 (CL= 2) quando feita fora do local onde o anunciante exerce a atividade.
4.1.5.1.	Utilização de projeção de focos ou feixes luminosos para difusão de publicidade — fora do local onde o anunciante exerce a atividade.	M²/dia.	1,70	Taxa a liquidar quando se verifica CL= 2, i.e, publicidade feita fora do local onde o anunciante exerce a atividade.
4.1.6.	Publicidade luminosa ou diretamente iluminada.	M²/dia /mensagem	0,55	Taxa a liquidar quando se verifica a condição de realização — luminosa ou diretamente iluminada. Esta taxa é multiplicada por 2 (CL= 2) quando feita fora do local onde o anunciante exerce a atividade.
4.1.6.1.	Publicidade luminosa ou diretamente iluminada — fora do local onde o anunciante exerce a atividade.	M²/dia /mensagem	1,05	Taxa a liquidar quando se verifica a condição de realização — luminosa ou diretamente iluminada e CL= 2.
4.1.7.	Publicidade difundida por meio de dispositivos eletrónicos ...	M²/dia /mensagem	1,05	Taxa a liquidar quando se verifica a condição de realização — utilização de dispositivos eletrónicos. Esta taxa é multiplicada por 2 (CL= 2) quando feita fora do local onde o anunciante exerce a atividade.
4.1.7.1.	Publicidade difundida por meio de dispositivos eletrónicos — fora do local onde o anunciante exerce a atividade.	M²/dia /mensagem	2,10	Taxa a liquidar quando se verifica a condição de realização — utilização de dispositivos eletrónicos e CL= 2.
4.1.8.	Publicidade com ligação a circuitos de TV e vídeo.	M²/dia /mensagem	2,10	Taxa a liquidar quando se verifica a condição de realização — utilização de circuitos de TV e Vídeo. Esta taxa é multiplicada por 2 (CL= 2) quando feita fora do local onde o anunciante exerce a atividade
4.1.8.1.	Publicidade com ligação a circuitos de TV e vídeo — fora do local onde o anunciante exerce a atividade.	M²/dia /mensagem	4,20	Taxa a liquidar quando se verifica a condição de realização — utilização de circuitos de TV e Vídeo e CL= 2.
4.1.9.	Publicidade em unidades móveis.	M²/dia /mensagem	0,40	
5.	Tráfego			
5.1.	Transportes de Aluguer em Veículos de passageiros:			
5.1.1.	Pedido de admissão a concurso de atribuição de licença para o exercício da atividade de transportes de aluguer.	Por cada.	15,10	Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros para o Município de Lisboa.
5.1.2.	Emissão de licença para o exercício da atividade de transportes de aluguer para veículos ligeiros.	Por cada.	371,60	Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros para o Município de Lisboa.
5.1.3.	Pedido de substituição de veículos, com licenças de aluguer válida.	Por cada.	94,00	Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros para o Município de Lisboa.
5.1.4.	Transmissão da licença para o exercício da atividade de transportes de aluguer para veículos ligeiros.	Por cada.	295,55	Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros para o Município de Lisboa.
5.1.5.	Passagem de duplicados, 2as vias ou substituição de documentos relacionados com o exercício da atividade de transportes de aluguer.	Por cada.	81,35	Em conformidade com o estabelecido no Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros para o Município de Lisboa.
5.2.	Outras Atividades:			
5.2.1.	Licenças de condução e trânsito (ciclomotores e motociclos)	Por cada.	56,00	A taxa aplica-se também a 2.ªs vias, alterações e averbamentos.

Unidade monetária: Euros

Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
5.2.2.	Licenciamento para atribuição de zona de estacionamento proibido “Exceto Hotel” — 1.º Ano.	Por cada/zona.	296,10	O licenciamento simplificado pode ser requerido, em cada ano, durante um máximo de três anos. Em conformidade com o estabelecido no Anexo XVI do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública do Município de Lisboa. Em conformidade com o estabelecido no Anexo XVI do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública do Município de Lisboa. Em conformidade com o estabelecido no Anexo XVI do Regulamento Geral de Estacionamento e Paragem na Via Pública do Município de Lisboa.
5.2.2.1.	Licenciamento simplificado para atribuição de zona de estacionamento proibido “Exceto Hotel”	Por cada/zona.	98,70	
5.2.2.2.	Ocupação com atribuição de «estacionamento privativo» — Zona verde e restante cidade.	Por lugar/ano	1 000,00	
5.2.2.3.	Ocupação com atribuição de «estacionamento privativo» — Zona amarela.	Por lugar/ano	1 500,00	
5.2.2.4.	Ocupação com atribuição de «estacionamento privativo» — Zona vermelha.	Por lugar/ano	2 000,00	Esta taxa tem associado o pagamento anual de 1/3 do seu valor para cobertura dos gastos de manutenção/reparação/reposição do equipamento envolvido.
5.2.3.	Autorização para colocação de chapas do artigo 50	Por cada	52,20	
5.2.4.	Condicionamentos temporários de trânsito (por troço de via e/ou cruzamento).	Por cada	99,80	
5.2.4.1.	Alteração de data/local de condicionamento temporário de trânsito.	Por cada	59,95	
5.2.5.	Instalação de posteletes (veículos pesados de transportes de passageiros, para fins turísticos).	Por cada	181,00	O valor da taxa é dado pelo valor mês/m² de ocupação do espaço público cf. Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas (12,50 €) considerando uma ocupação padrão de 25 m e por 12 meses (12,50 € × 12 × 25), com a atualização prevista no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.
5.2.5.1.	Manutenção de posteletes (veículos pesados de transportes de passageiros, para fins turísticos) -	Por cada e por ano	60,35	
5.2.6.	Paragem de início de circuitos regulares urbanos para veículos pesados de passageiros para fins turísticos.	Por cada/ano ou fração.	3 914,20	
5.2.7.	Contagens de tráfego por gráfico de intensidade ou quadro estatístico.	Por ponto de contagem e por hora.	33,40	
5.2.8.	Pedidos de informação sobre sinalização existente (por troço de via e/ ou cruzamento).	Por cada	62,25	A Inumação em Jazigo Municipal (JM) por um ano é apenas permitida em caso de renovações. A Inumação em Ossário Municipal (OM) por um ano é apenas permitida em caso de renovações. A Inumação em Columbário Municipal (CM) por um ano é apenas permitida em caso de renovações.
6.	Higiene Urbana, Saneamento e Resíduos Sólidos			
6.1.	Serviços Médico-Veterinários:			
6.1.1.	Incineração.	Por cada	13,45	
7.	Gestão Cemiterial			
7.1.	Inumações:			
7.1.1.	Inumação em Sepultura Temporária ou compartimento de decomposição aeróbia.	Por cada	85,00	
7.1.2.	Inumação em Sepultura Perpétua.	Por cada	145,65	
7.1.3.	Inumação em Cendário.	Por cada	52,00	
7.1.4.	Inumação em Jazigo Particular	Por cada	189,55	
7.1.5.	Inumação — Jazigo Municipal — 1 ano	Por ano	116,80	
7.1.6.	Inumação — Jazigo Municipal — 5 anos	Por 5 anos.	306,15	
7.1.7.	Inumação — Jazigo Municipal — 25 anos	Por 25 anos.	1 712,60	
7.1.8.	Inumação — Ossário Municipal — 1 ano	Por ano	98,10	
7.1.9.	Inumação — Ossário Municipal — 5 anos	Por 5 anos.	201,65	
7.1.10.	Inumação — Ossário Municipal — 25 anos	Por 25 anos.	615,10	
7.1.11.	Inumação — Columbário Municipal ou Individual — 1 ano	Por ano	95,45	
7.1.12.	Inumação — Columbário Municipal ou Individual — 5 anos	Por 5 anos.	188,45	

Unidade monetária: Euros

Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
7.1.13.	Inumação — Columbário Municipal ou Individual — 25 anos	Por 25 anos.	562,10	
7.2.	Exumações:			
7.2.1.	Exumações — Sepultura Temporária ou compartimento de decomposição aeróbia — Marcação e abertura de sepultura.	Por cada	34,75	
7.2.2.	Exumações — Sepultura Temporária ou compartimento de decomposição aeróbia — Exumação e limpeza ossada.	Por cada	62,45	
7.2.3.	Exumações — Sepultura Perpétua — Marcação e abert. sepultura.	Por cada	89,85	
7.2.4.	Exumações — Sepultura Perpétua — Exumação e limpeza ossada.	Por cada	92,75	
7.2.5.	Verificação de Condições de Exumação em urna metálica em Jazigo Municipal ou Particular e exumação se possível.	Por cada	94,90	
7.3.	Cremações:			
7.3.1.	Cremação — 1.ª marcação	Por cada	148,60	
7.3.2.	Cremações de ossadas dos Cemitérios Municipais de Lisboa	Por cada	37,15	
7.3.2.1.	Cremações de ossadas provenientes de outros espaços cemiteriais.	Por cada	74,25	
7.4.	Depósitos Temporários:			
7.4.1.	Depósito temporário de urnas — por 24 h/fração	Por 24h ou fração	15,55	Taxa aplicável aquando da tramitação de processo incompleta. Taxa aplicável para efeito de obras. Taxa aplicável nos casos de inexistência temporária de ossários.
7.4.2.	Depósito temporário de urnas — por 15 d/fração	Por 15 dias ou fração	18,55	
7.4.3.	Depósito temporário de urnas — por ano/fração	Por ano ou fração	68,50	
7.4.4.	Depósito Temporário de Urna em Câmara Frigorífica	Por 24h ou fração	30,50	
7.5.	Transladações:			
7.5.1.	Transladações.	Por cada	182,25	
7.6.	Outras atividades e serviços:			
7.6.1.	Utilização da Capela	Por 24 h	74,80	
7.6.2.	Averbamento de JP ou de SP ou emissão de título ou alvará. .	Por cada	45,90	
7.6.2.1.	Emissão de vias de título ou alvará	Por cada	166,60	
7.6.3.	Emissão/renovação cartão de: compartimento municipal, entrada viaturas particulares, identificação de construtor funerário e respetivos empregados.	Por cada	41,65	
7.6.3.1	2.ª via do cartão de compartimento municipal, entrada viaturas particulares, identificação de construtor funerário e respetivos empregados.	Por cada	83,30	
7.6.4.	Transferência de circunscrição.	Por cada	114,40	
7.6.5.	Autorização p/ inumação/cremação de não falecidos nem residentes em Lisboa.	Por cada	284,60	
7.6.6.	Remoção, inutilização e transporte a vazadouro de revestimento de sepulturas temporárias.	Por cada	55,60	Inclui recolocação do revestimento nas sepulturas repetidas.
7.6.7.	Soldagem de Urna de zinco dentro do cemitério	Por cada	52,20	
7.6.8.	Entrada de betoneiras pequenas.	Por cada	20,80	
7.6.8.1	Entrada de Betoneiras — Betoneiras grandes	Por cada/dia	46,85	
7.6.9.	Utilização de água e energia dentro dos cemitérios.	Por dia	20,80	
7.7.	Concessão de Terrenos:			
7.7.1.	Concessão de terrenos para Sepulturas Perpétuas	Por cada	9 718,10	
7.7.2.	Concessão de terrenos para Jazigos Particulares	Por m²/fração	1 619,70	Cf. Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa são devidos 50 % do valor pela autorização da transmissão entre vivos dos concessionários.

Unidade monetária: Euros

Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
8.	Ambiente e Espaços Verdes			
8.1.	Licenças Especiais de Ruído:			
8.1.1.	Licença Especial de Ruído — Licenciamento	Por cada	164,85	<p>A taxa a liquidar resulta da aplicação da seguinte fórmula, conforme fixado no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa: Taxa a Liquidar = $T \times \text{Base} * (1 + \sum \text{CR})$. A aplicação desta taxa implica, assim, a verificação da ocorrência dos diferentes CR — condições de realização, para aplicação cumulativa, se mais do que uma, dos respetivos valores e apuramento do valor final a liquidar.</p> <p>A $T \times \text{Base}$ é esta, publicada todos os anos para a componente de fiscalização das LER.</p> <p>$\sum \text{CR}$ é a soma do valor dado a cada uma das seguintes condições de realização:</p> <p>Duração do evento superior a 4 horas (25 %);</p> <p>Dimensão do evento: entre 1.000 e 5.000 pessoas (20 %); entre 5.001 e 20.000 pessoas (250 %); superior a 20.000 pessoas (500 %); Potencia Sonora entre 2.000 e 10.000 W (30 %); entre 10.000 e 20.000 W (300 %); superior a 20.000 W (600 %);</p> <p>Horário de Realização do Evento: das 20.00H às 23.00H (20 %); das 23.00H às 8.00H (100 %);</p> <p>Obras de Construção Civil: quando ao Fim de Semana (50 %); Outros Eventos: quando em dias Úteis (50 %); Proximidade de Recetores Sensíveis menor do que 100 m (30 %); Espaço Aberto (30 %).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p> <p>Valor do desincentivo (adiciona à taxa base definida para a componente variável ou de fiscalização da Licença Especial de Ruído).</p>
8.1.2.	Licença Especial de Ruído — Fiscalização	Por dia	81,35	
8.1.2.1.	Duração do evento superior a 4 horas	Por dia	20,35	
8.1.2.2.	Dimensão do evento entre 1000 e 5000 pessoas	Por dia	16,30	
8.1.2.3.	Dimensão do evento entre 5000 e 20000 pessoas	Por dia	203,35	
8.1.2.4.	Dimensão do evento superior a 20000 pessoas	Por dia	406,75	
8.1.2.5.	Potencia Sonora entre 2000 e 10000 W	Por dia	24,45	
8.1.2.6.	Potencia Sonora entre 10000 e 20000 W	Por dia	244,00	
8.1.2.7.	Potencia Sonora superior a 20000 W	Por dia	488,15	
8.1.2.8.	Horário de Realização do Evento — das 20.00H às 23.00H	Por dia	16,30	
8.1.2.9.	Horário de Realização do Evento — das 23.00H às 8.00H	Por dia	81,35	
8.1.2.10.	Obras de Construção Civil — Fim de Semana	Por dia	40,65	
8.1.2.11.	Outros Eventos — Dias Úteis	Por dia	40,65	
8.1.2.12.	Proximidade de Recetores Sensíveis — Menor que 100 m	Por dia	24,45	
8.1.2.13.	Espaço Aberto	Por dia	24,45	
8.2.	Ocupação Temporária de Espaço Verde:			
8.2.1.	Ocupação Temporária de Espaço Verde — Taxa administrativa	Por processo	27,95	

Unidade monetária: Euros				
Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
8.2.2.	Ocupação Temporária de Espaço Verde com nível I de manutenção.	M ² /dia.	0,55	Conforme estabelecido no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras. Receitas do Município de Lisboa, a taxa a liquidar resulta da aplicação de um desincentivo de 45 % a esta Taxa sempre que a ocupação implique uma restrição do uso público do espaço verde (0,55 € × 1,45).
8.2.3.	Ocupação Temporária de Espaço Verde com nível II de manutenção	M ² /dia.	1,75	Conforme estabelecido no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras. Receitas do Município de Lisboa, a taxa a liquidar resulta da aplicação de um desincentivo de 45 % a esta Taxa sempre que a ocupação implique uma restrição do uso público do espaço verde (1,75 € × 1,45).
8.2.4.	Ocupação Temporária de Espaço Verde com nível III de manutenção	M ² /dia.	3,85	Conforme estabelecido no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras. Receitas do Município de Lisboa, a taxa a liquidar resulta da aplicação de um desincentivo de 45 % a esta Taxa sempre que a ocupação implique uma restrição do uso público do espaço verde (3,85 € × 1,45).
9.	Atividades económicas			
9.1.	Mercados, Feiras e Venda Ambulante:			
9.1.1.	Inscrição — Comerciantes, empregados e moços	Por cada	75,15	Cf. Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa; a renovação do cartão ou 2.ª via tem redução de 75 %. Se for fora de prazo, essa redução é de 50 %.
9.1.2.	Exercício anual — Moços	Por ano	39,15	
9.2.	Feiras e Venda Ambulante:			
9.2.1.	Taxa de Ocupação de Feiras e Venda Ambulante	M ² /dia.	1,60	A taxa segue o regime transitório previsto no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa para a sua integral aplicação num prazo de 10 anos, com início em 2010. A Deliberação 13/AM/2013 suspende em 2013 e 2014, a aplicação do coeficiente anual (Cn) definido no n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, relativo às normas de salvaguarda previstas para as licenças de ocupação atribuídas até 18 de julho de 2005, mantendo-se em vigor os valores de 2012 durante aquele período para os detentores destas licenças e retomando-se a aplicação anual do citado coeficiente em 2015. A taxa a cobrar em 2015 será dada pela soma da taxa cobrada em 2014 (regime transitório — 3.º ano), acrescida da diferença entre a taxa publicada em 2015 e a cobrada em 2014 afeta de um coeficiente de 40 %. As reduções aplicáveis a esta ocupação são de 75 % para os artigos usados na Feira da Ladra.
9.2.1.1.	Taxa de Ocupação de Feiras e Venda Ambulante — Lugares de venda a título accidental em feiras.	M ² /dia.	2,40	Excetuam-se deste âmbito as taxas relativas às licenças de venda de artigos usados atribuídas a título accidental na Feira da Ladra.
9.2.1.2.	Licença para venda de artigos promocionais, venda de produtos alimentares em unidades amovíveis e venda de artigos desportivos.	M ² /dia.	3,60	As reduções aplicáveis a esta ocupação são de 75 % para os artigos usados na Feira da Ladra.
9.2.2.	Licenciamentos, Registos e Averbamentos de Máquinas de Diversão — Título de Registo e Licença de Exploração Anual.	Por cada	159,55	Decreto-Lei n.º 264/2002 de 25 de novembro e Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de dezembro. No caso da Licença de Exploração Anual a taxa respeita a cada ano civil.
9.2.2.1.	Licenciamentos, Registos e Averbamentos de Máquinas de Diversão — Licença de Exploração Semestral	Por cada /semestre	79,75	
9.2.2.2.	Licenciamentos, Registos e Averbamentos de Máquinas de Diversão — 2.ª Via Título de Registo, 2.ª Via da Licença de Exploração e Averbamentos ao registo por transferência de propriedade ou alteração do tema de jogo.	Por cada/ano.	53,20	Decreto-Lei n.º 264/2002 de 25 de novembro e Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de dezembro.

Unidade monetária: Euros				
Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
9.2.3.	Licenciamentos — Venda Ambulante de Lotarias; Arrumador de Automóveis; Guarda-Noturno.	Por cada	60,65	Decreto-Lei n.º 264/2002 de 25 de novembro e Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro. No caso da Venda Ambulante de Lotarias; Arrumador de Automóveis; Guarda Noturno a taxa respeita a cada ano civil.
9.2.4.	Licenciamento de Recintos Itinerantes ou Improvisados — Taxa de Emissão de licença	Por cada	324,85	As lotações dos recintos são fixadas pela comissão das vistorias sendo expressas no correspondente auto e no título de licenciamento de funcionamento.
9.2.5.	Licenciamento de Recintos Itinerantes ou Improvisados — Vistoria Comissão de Vistoria.	Por cada	383,35	As lotações dos recintos são fixadas pela comissão das vistorias sendo expressas no correspondente auto e no título de licenciamento de funcionamento. As vistorias só serão ordenadas depois de pagas as taxas. Não se realizando a vistoria por motivo alheio ao serviço municipal, só poderá ordenar-se outra vistoria depois de pagas novas taxas.
9.2.5.1.	Licenciamento Recintos Itinerantes ou Improvisados — Taxa de acompanhamento de evento/por semana.	Por cada/semana.	383,35	Valor da taxa de comissão de vistoria.
9.3.	Mercados, Lojas e Lugares:			
9.3.1.	Taxa de Ocupação de Mercados (Taxa Normal)	M²/mês	16,90	Aplica-se a 100 % a Lojas até 40 m²: 1) Mercados categoria A (Alvalade Norte, Arroios, Benfica, Campo de Ourique, Ribeira e 31 de janeiro) com exceção de lojas com área superior a 100 m², com licenças concedidas depois de 19/07/2005, inclusive; 2) Mercados do Colégio Militar e Praça de Espanha. Aplica-se com as reduções previstas no Regulamento Geral aos mercados de categoria B (todos os mercados que não são A) e às atividades/ocupações aí elencadas. A taxa segue o regime transitório previsto no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa para a sua integral aplicação num prazo de 10 anos, com início em 2010. A Deliberação 13/AM/2013 suspendeu em 2013 e 2014, a aplicação do coeficiente anual (Cn) definido no n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, relativo às normas de salvaguarda previstas para as licenças de ocupação atribuídas até 18 de julho de 2005, mantendo-se em vigor os valores de 2012 durante aquele período para os detentores destas licenças e retomando-se a aplicação anual do citado coeficiente em 2015. A taxa a cobrar em 2015 será dada pela soma da taxa cobrada em 2014 (regime transitório — 3.º ano), acrescida da diferença entre a taxa publicada em 2015 e a cobrada em 2014 afeta de um coeficiente de 40 % A conversão desta taxa em metros lineares resulta de 1 ml=2,2 m², pelo que a taxa de ocupação mensal, para 2015, é de 35,69€/ml.
9.3.2.	Taxa de Ocupação de Mercados — Agências Bancárias e Similares	M²/mês	26,10	Aplica-se a todos os mercados.
9.3.3.	Eventos pontuais- Ocupação até 10 m²	Dia	56,30	Taxa mínima cobrada é de 56,30 €/dia.
9.3.3.1.	Eventos pontuais — Área excedente a 10m², de 11 m² a 100 m²	M²/dia.	4,00	Desincentivo para área excedente a 10 m², entre 11 m² e 100 m² (323 %).
9.3.3.2.	Eventos pontuais — Área excedente a 100 m²	M²/dia.	2,00	Desincentivo para área excedente a 100 m² (112 %).
9.3.3.3.	Mercado das Coleções (Domingos) ou Equiparado — Mesa/Expositor.	ml/mês	11,45	Resulta da taxa ocupação ml/dia multiplicado pelo n.º médio de domingos/mês, agravado em 100 %.
9.4.	Taxa Municipal Turística			Aplicam-se as isenções constantes no Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.
9.4.1.	Taxa de Dormida	Por hóspede e por noite . . .	1,00	A Taxa de Dormida aplica-se por hóspede/noite, até a um máximo de 7 noites, com aplicação das demais disposições constantes do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.
9.4.2.	Taxa de Chegada por Via Aérea	Por passageiro	1,00	A Taxa de Chegada aplica-se por passageiro que desembarque no Aeroporto de Lisboa com aplicação das demais disposições constantes do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.
9.4.3.	Taxa de Chegada por Via Marítima	Por passageiro	1,00	A Taxa de Chegada aplica-se por passageiro que desembarque de navio de cruzeiro em escala, nos terminais de navios no concelho de Lisboa com aplicação das demais disposições constantes do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

Unidade monetária: Euros				
Numeração	Descrição da atividade/bem	Unidade	Valor unitário da taxa	Observações
10.	Serviços de Bombeiros e Proteção Civil			
10.1.	Serviços de Bombeiros:			
10.1.1.	Recursos Humanos — Chefe	Por homem/hora	26,65	
10.1.2.	Recursos Humanos — Subchefe	Por homem/hora	19,85	
10.1.3.	Recursos Humanos — Sapador	Por homem/hora	16,55	
10.1.4.	Viaturas — Administrativas	Viatura/hora	10,00	
10.1.5.	Viaturas — Ligeiras	Viatura/hora	21,65	
10.1.6.	Viaturas — Pesadas	Viatura/hora	25,80	
10.1.7.	Viaturas — Especiais	Viatura/hora	51,40	
10.1.8.	Sistema Automático de Detecção de Incêndios — SADI — Liga- ção nicial à central de Comunicações e Gestão de Meios Opera- cionais (CCGMO) do Regimento de Sapadores Bombeiros.	Por cada	279,85	
10.1.9.	SADI — Utilização (mês)	Por mês.	56,30	
10.1.10.	SADI — Alarme injustificado, com deslocação de piquete de reconhecimento.	Por cada	128,30	
10.2.	Serviços de Proteção Civil:			
10.2.1.	Deslocação de dispositivos de segurança para eventos ocasio- nais.	Por hora/equipa	62,80	
10.2.2.	Deslocação de dispositivos de segurança para eventos ocasionais (após as 20 horas).	Por hora/equipa	94,25	
10.2.3.	Deslocação de dispositivos de segurança para eventos ocasionais (ao fim de semana).	Por hora/equipa	125,70	
10.3.	Taxa Municipal de Proteção Civil:			
10.3.1.	Sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos ou frações			
10.3.1.1.	Prédios urbanos	% s/ o valor patrimonial do imóvel.	0,04 %	Estão isentos os prédios urbanos cujo valor patrimonial seja inferior a 20.000 euros, conforme Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.
10.3.1.2.	Prédios urbanos degradados.	% s/ o valor patrimonial do imóvel.	0,30 %	
10.3.1.3.	Prédios devolutos ou em ruínas	% s/ o valor patrimonial do imóvel.	0,60 %	
10.3.2.	Sobre atividades ou usos de risco acrescido em edifícios, recintos ou equipamentos.			
10.3.2.1.	Rede de distribuição de gás	Por cada	50 000,00	
10.3.2.2.	Rede de distribuição de água	Por cada	50 000,00	
10.3.2.3.	Rede de distribuição de eletricidade	Por cada	50 000,00	
10.3.2.4.	Rede ferroviária	Por cada	50 000,00	
10.3.2.5.	Infraestrutura aeroportuária	Por cada	50 000,00	
10.3.2.6.	Infraestrutura portuária	Por cada	50 000,00	
10.3.2.7.	Postos de abastecimento de combustíveis	Por cada	2 500,00	
10.3.2.8.	Usos específicos em edifícios, recintos ou equipamentos: Estacionamentos, Administrativos, Espetáculos e reuniões pú- blicas, Comerciais e gares de transportes, Desportivos e la- zer — Categoria de risco 3.	Por cada tipo de uso	2 400,00	Aplicam-se os critérios de avaliação das atividades/usos de risco acrescido que figuram no anexo ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.
10.3.2.9.	Usos específicos em edifícios, recintos ou equipamentos: Estacionamentos, Administrativos, Espetáculos e reuniões pú- blicas, Comerciais e gares de transportes, Desportivos e la- zer — Categoria de risco 4.	Por cada tipo de uso	4 800,00	Aplicam-se os critérios de avaliação das atividades/usos de risco acrescido que figuram no anexo ao Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa.

Tarifário do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas 2015**Tarifas variáveis — € por m³ de águas residuais recolhidas ⁽¹⁾**

Domésticos.	Geral.	1.º Escalão (até 5 m³)	0,2198
		2.º Escalão (>5 a 15 m³)	0,5787
		3.º Escalão (>15 a 25 m³)	1,3621
		4.º Escalão (mais de 25 m³)	1,7165
	Familiar	1.º Escalão (até 5 m³)	0,2198
		2.º Escalão (> 5 m³ a [(n × 3,6 m³ + 2) - 5 m³]) ⁽²⁾	0,5076
		3.º Escalão (valores que excedam o 2.º escalão)	1,3621
	Social	1.º Escalão (até 15 m³)	0,2198
		2.º Escalão (>15 a 25 m³)	1,3621
		3.º Escalão (mais de 25 m³)	1,7165
Não domésticos	Utilizadores comerciais, industriais e agrícolas, Estado, outras pessoas coletivas e profissionais liberais.		1,6428
	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ⁽⁴⁾		1,2321
Não domésticos regime transitório ⁽³⁾	Utilizadores comerciais, industriais e agrícolas, outras pessoas coletivas e profissionais liberais (exclui entidades de natureza pública e do Setor Empresarial do Estado).		0,4107
	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ⁽⁴⁾		0,3080

Tarifas de disponibilidade — € por 30 dias

Domésticos.	Geral e Familiar		2,9990
	Social		Isentos
Não domésticos	Utilizadores comerciais, industriais e agrícolas, Estado, outras pessoas coletivas e profissionais liberais.	1.º Nível (calibre 15 mm) . . .	7,4453
		2.º Nível (calibre > 15 mm) . . .	8,9343
	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ⁽⁴⁾ .	1.º Nível (calibre 15 mm) . . .	5,6112
		2.º Nível (calibre > 15 mm) . . .	6,7334

Notas

⁽¹⁾ O volume de águas residuais recolhidas corresponde ao produto da aplicação de um coeficiente de recolha igual a 90 % do volume de água consumido.

⁽²⁾ n representa o n.º de elementos do agregado familiar.

⁽³⁾ Regime transitório (tarifário para 2015) — aplicável aos consumos de água que excedam o consumo mínimo de referência estabelecido no regulamento tarifário (50 m³ por 30 dias).

⁽⁴⁾ Instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades legalmente constituídas, de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique.

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos 2015**Tarifas variáveis — € por m³**

Domésticos.	Geral e social	0,1710
Não domésticos	Utilizadores comerciais, industriais e agrícolas, Estado, outras pessoas coletivas e profissionais liberais.	0,8023
	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ⁽¹⁾	0,1710

Tarifas de disponibilidade — € por 30 dias

Domésticos.....	Geral.....	2,2333
	Social.....	Isentos
Não domésticos	Utilizadores comerciais, industriais e agrícolas, Estado, outras pessoas coletivas e profissionais liberais.	7,8956
	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ⁽¹⁾	2,2333

Grandes produtores — € por Ton

Grandes Produtores	Variável em função da fórmula expressa no artigo 54.º do regulamento Tarifário do Serviço de RU.	De 45,00 a 80,00
Regime transitório não domésticos ⁽²⁾	Utilizadores comerciais, industriais e agrícolas, Estado, outras pessoas coletivas e profissionais liberais.	0,4012
	Pessoas coletivas de declarada utilidade pública ⁽¹⁾	0,0855

Notas

⁽¹⁾ Instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades legalmente constituídas, de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique.

⁽²⁾ Regime transitório: primeiros 2 meses — período de recenseamento dos grandes produtores; aplicável aos utilizadores não domésticos com consumos de água superiores a 50 m³ por 30 dias.

Valores da Taxa Municipal de Proteção Civil

TABELA 1

Edifícios, recintos e equipamentos — atividades ou usos de risco acrescido

Prédio/Equipamento	Valor da taxa anual
Rede de distribuição de gás	50 000€/entidade
Rede de distribuição de água	50 000€/entidade
Rede de distribuição de eletricidade	50 000€/entidade
Rede ferroviária	50 000€/entidade
Infraestrutura aeroportuária	50 000€/entidade
Infraestrutura portuária	50 000€/entidade
Postos de abastecimento de combustíveis	2 500€/por posto

TABELA 2

Usos específicos em edifícios, recintos ou equipamentos

(Em euros)

Utilização — Tipo (UT)	Categoria de risco			
	1	2	3	4
II) Estacionamento			2 400	4 800
III) Administrativos			2 400	4 800
VI) Espetáculos e reuniões públicas			2 400	4 800
VIII) Comerciais e gares de transportes			2 400	4 800
IX) Desportivos e lazer			2 400	4 800

Categorias de risco por utilização-tipo definidas por referência ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

TABELA 3

Categorias de risco

Categoria	Risco
1. ^a	Reduzido.
2. ^a	Moderado.
3. ^a	Elevado.
4. ^a	Muito Elevado.

Critérios de avaliação das atividades/Usos de risco acrescido

Categorias de risco da utilização — Tipo II «Estacionamentos»

Caraterização: Corresponde a edifícios ou partes de edifícios destinados exclusivamente à recolha de veículos e seus reboques, fora da via pública, ou recintos delimitados ao ar livre, para o mesmo fim.

Categoria	Critérios referentes à utilização — tipo II, quando integrada em edifício			Ao ar livre
	Altura da UT II	Área bruta ocupada pela UT II	Números de pisos ocupados pela UT II abaixo do plano de referência	
1. ^a	≤ 9 m	≤ 3 200 m²	≤ 1	—
2. ^a	≤ 28 m	≤ 9 600 m²	≤ 3	—
3. ^a	≤ 28 m	≤ 32 000 m²	≤ 5	Sim
4. ^a	> 28 m	> 32 000 m²	> 5	Sim

Categorias de risco da utilização — Tipo III «Administrativos»

Caraterização: Corresponde a edifícios ou partes de edifício onde se desenvolvam atividades administrativas, de atendimento ao público ou de serviços, nomeadamente escritórios.

Categoria	Critérios referentes à utilização — tipo III	
	Altura da UT III	Efetivo da UT III
1. ^a	≤ 9 m	≤ 100
2. ^a	≤ 28 m	≤ 1 000
3. ^a	≤ 50 m	≤ 5 000
4. ^a	> 50 m	> 5 000

Categorias de risco da utilização — Tipo VI «Espetáculos e reuniões públicas»

Caraterização: Corresponde a edifícios, partes de edifícios, recintos itinerantes ou provisórios e ao ar livre que recebam público destinados a espetáculos e reuniões públicas, podendo ser, ou não, polivalentes e desenvolver as atividades em regime não permanente, nomeadamente pavilhões multiúso, discotecas, bares com música ao vivo, circos, coliseus, entre outros.

Categoria	Critérios referentes à utilização — tipo VI, quando integradas em edifício			Ao ar livre
	Altura da UT VI	Número de pisos ocupados pela UT VI abaixo do plano de referência	Efetivo da UT VI	Efetivo da UT VI
1. ^a	≤ 9 m	0	≤ 100	≤ 1 000
2. ^a	≤ 28 m	≤ 1	≤ 1 000	≤ 15 000
3. ^a	≤ 28 m	≤ 2	≤ 5 000	≤ 40 000
4. ^a	> 28 m	> 2	> 5 000	> 40 000

Categorias de risco da utilização — Tipo VIII «Comerciais e gares de transporte»

Caraterização: Corresponde a edifícios ou partes de edifício, recebendo público, ocupados por estabelecimentos comerciais onde se exponham e vendam matérias, produtos, equipamentos ou outros bens, destinados a ser consumidos no exterior desse estabelecimento, nomeadamente centros comerciais, grandes superfícies, entre outros, ou ocupados por gares destinados a aceder a meios de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial, ou aéreo, incluindo as gares intermodais, constituindo espaço de interligação entre a via pública e esses meios de transporte, com exceção das plataformas de embarque ao ar livre.

Categoria	Critérios referentes à utilização — tipo VIII, quando integradas em edifício		
	Altura da UT VIII	Número de pisos ocupados pela UT VIII abaixo do plano de referência	Efetivo da UT VIII
1. ^a	≤ 9 m	0	≤ 100
2. ^a	≤ 28 m	≤ 1	≤ 1 000
3. ^a	≤ 28 m	≤ 2	≤ 5 000
4. ^a	> 28 m	> 2	> 5 000

Categorias de risco da utilização — Tipo IX «Desportivos e de Lazer»

Caraterização: Corresponde a edifícios, partes de edifícios e recintos, recebendo ou não público, destinados a atividades desportivas e de lazer, nomeadamente estádios, pavilhões desportivos, autódromos, motódromos, parques de campismo, parques aquáticos, ginásios, entre outros.

Categoria	Critérios referentes à utilização — tipo VI e IX, quando integradas em edifício			Ao ar livre
	Altura da UT VI e IX	Número de pisos ocupados pela UT VI ou IX abaixo do plano de referência	Efetivo da UT VI ou IX	Efetivo da UT VI ou IX
1. ^a	≤ 9 m	0	≤ 100	≤ 1 000
2. ^a	≤ 28 m	≤ 1	≤ 1 000	≤ 15 000
3. ^a	≤ 28 m	≤ 2	≤ 5 000	≤ 40 000
4. ^a	> 28 m	> 2	> 5 000	> 40 000

Efetivo: O efetivo dos edifícios e recintos, dado pelo número máximo estimado de pessoas que pode ocupar em simultâneo um dado espaço de um edifício ou recinto, corresponde ao somatório dos efetivos de todos os espaços suscetíveis de ocupação.

Categorias de Risco da Utilização: Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

Valores da Taxa Municipal Turística

Taxa de dormida — 1 € por hóspede e por noite

A) A Taxa de dormida só entra em vigor em 1 de janeiro de 2016

B) A aplicação da taxa tem como valor máximo 7 € por hóspede

Taxa de chegada por via aérea — 1 € por passageiro

A) A Taxa de chegada por via aérea aplica-se por passageiro que desembarque no Aeroporto de Lisboa

B) A Taxa de chegada por via aérea só entra em vigor em 1 de abril de 2015

Taxa de chegada por via marítima — 1 € por passageiro

A) A Taxa de chegada por via marítima aplica-se por passageiro que desembarque de navio de cruzeiro em escala, nos terminais de navios no concelho de Lisboa

B) A Taxa de chegada por via marítima só entra em vigor em 1 de janeiro de 2016

Anexo X

Regulamento de Taxas do Município de Sintra



REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SINTRA PARA O ANO DE 2016

Deliberado pela Câmara Municipal de Sintra em 5 de Abril de 2016

Aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 19 de Abril de 2016



REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SINTRA PARA O ANO DE 2016

NOTA JUSTIFICATIVA

O atual regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, disciplinando as relações jurídico-tributárias que originam o pagamento das taxas às autarquias locais, veio regulamentar *ex novo* a criação de taxas, consagrando as grandes áreas de atividade, no âmbito das quais as mesmas podem ser criadas, liquidadas e pagas, os princípios a que se encontram submetidas e os procedimentos de aprovação e cobrança.

No quadro da incidência objetiva exige-se, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, que os regulamentos a aprovar ou a alterar pelos órgãos autárquicos, contenham uma pormenorização justificada dos serviços a prestar, dos bens cuja utilização é concedida, bem como a quantificação económico-financeira dos quantitativos a cobrar, o que, aliás, esteve já na origem da aprovação do Regulamento Municipal de Taxas e das Tabelas relativas aos anos anteriores, por parte da Assembleia Municipal de Sintra.

Por outro lado, ao longo da vigência das Tabelas de Taxas para os anos de 2010 a 2015, os serviços formularam diversos contributos decorrentes da respetiva prática que foi entendido por bem contemplar, dada a sua pertinência, tendo inclusivamente sido refinados alguns dos critérios de determinação dos respetivos quantitativos.

O Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra de 2015 foi aplicável a partir de 5 de Agosto de 2015, “*ex-vi*” a deliberação da Assembleia Municipal de Sintra, tomada na sua 1ª Sessão Extraordinária, de 18 de junho de 2015, publicada através do Regulamento nº 433/2015, na II Série do Diário da República nº 140, de 21 de julho de 2015.

Assim e em obediência ao regime jurídico aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, procedeu-se à conformação da Tabela de Taxas, e outras receitas que, após publicitação, entrará em vigor durante o ano de 2016, a qual deriva, com as imprescindíveis alterações, designadamente derivadas de alterações do quadro legal, das vigentes entre 2010 e 2015.

As alterações de taxas para 2016, que divergem das anteriormente estabelecidas são objeto de fundamentação económico-financeira subjacente ao novo valor.

Nos demais casos, segundo o disposto no nº 1 do artigo 9º, a fundamentação não é imperativa, se bem que conste do documento ora presente.

Os critérios e fórmulas de justificação financeira da presente Tabela de Taxas constituem, na sua quase totalidade, (sendo exceções, a título meramente exemplificativo a TRIU, o aluguer de plantas e a

disponibilização de salas municipais), o desenvolvimento natural e o aprimorar dos critérios anteriormente testados e consagrados em anteriores documentos, já elaborados ao abrigo da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, designadamente quanto à metodologia e afetação de custos diretos e indiretos.

Sem prejuízo do que precede, é importante referir que, em termos de estrutura Capitular, a Tabela de Taxas mantém quase inalterada a constante dos documentos que a antecederam.

Para cabal esclarecimento e fundamentação, julga-se oportuno explanar que, na generalidade, foram considerados os custos inerentes à tramitação de cada pedido nas respetivas unidades orgânicas que integram a Câmara Municipal de Sintra, segundo a seguinte fórmula demonstrativa:

$$\text{Taxa} = (\text{CD} + \text{CI}) \times (1 - (\text{FP}) \times \text{BF})$$

$$\text{FP} = \text{FI} - \text{FD} - \text{IA}$$

Em que:

CD – Custos Diretos;

CI – Custos Indiretos

FP – Fator de Ponderação

FI – Fator de Incentivo

FD – Fator de Desincentivo

IA – Impacto Ambiental

BF – Benefício para o Particular

$$\text{CD} + \text{CI} = (\text{T1} \times \text{CUO/hora}) + (\text{T2} \times \text{CUO/hora}) + (\text{T3} \times \text{CUO/hora}) \dots\dots\dots + (\text{Tn} \dots \times \text{CUO/hora})$$

· T1, T2, T3, Tn.... – Tempo médio gasto por unidade orgânica com o pedido ou processo;

· CUO - Custo médio direto (80%) e indireto (20%) por unidade orgânica ;

Os custos diretos e indiretos, entretanto atualizados, por unidade orgânica a 2013, integram a presente nota, como anexo I para todos os efeitos legais.

Nos casos em que se verificou que os tempos adstritos a cada tramitação processual eram manifestamente excessivos acarretando um encargo inoportável para os utentes, foi entendido fazer impender sobre o Município a assunção do respetivo diferencial na expectativa da permanente otimização do funcionamento dos serviços.

Em casos específicos existem taxas de desincentivo, cujo valor é fixado com vista a desencorajar certos atos ou operações, bem como taxas sobre atividades de impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de atividades que representem um risco para os bens jurídicos consagrados na Lei nº 19/2014, de 14 de abril, *ex vi* o disposto no nº 2 do artigo 4º e no nº 2 do artigo 6º da Lei nº 53- E/2006.

Do mesmo modo, nalguns casos, existe uma componente de incentivo, através da qual o Município opta por apoiar certas atividades ou setores que considera estratégicos ou de interesse municipal. Por outro lado, e sem prejuízo da existência de uma taxa base decorrente do respetivo critério matricial anteriormente exposto, nos casos em que exista um patente benefício expectável por parte do particular, optou-se por aditar à taxa base ou por criar, em conexão, consoante os casos, uma taxa calculada em termos percentuais incidindo sobre o respetivo benefício, tendo por referência uma apreciação do potencial da atividade económica como geradora do mesmo ou de um hipotético e presumível benefício que o particular possa auferir.

Foram considerados diversos níveis de benefício:

Benefício muito elevado – coeficiente superior a 1,3;

Benefício elevado – coeficiente superior a 1,2 e menor ou igual a 1,3;

Benefício médio – coeficiente superior a 1,1 e menor ou igual a 1,2;

Benefício baixo – coeficiente superior a 1 e menor ou igual a 1,1;

Benefício inexistente – coeficiente 1.

Em termos de Capítulos da Tabela, e Secções quando necessário, foi assumido que existiria um potencial benefício para o particular nos seguintes:

Capítulo II – Urbanismo;

Capítulo III – Ocupação de Espaços de Domínio Público sob Jurisdição Municipal

Capítulo IV – Publicidade

Capítulo VI – Higiene Pública – Secção I – Vistorias e Inspeções Sanitárias

Capítulo VIII - Cemitérios

Capítulo IX – Atividades Económicas

Por fim, importa ainda referir que os valores respeitantes à componente autonomizada de unidades de medida ou de tempo, designadamente quanto às prorrogações, justificam-se também a título do benefício adicional e de desincentivo.

A Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra figura como Anexo II ao Regulamento.

A justificação relativa às categorias de taxas per-si, quando exista uma alteração enquadrável no nº2 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, integra o presente documento.

A justificação relativa às categorias de taxas per-si, quando exista uma alteração enquadrável no nº 2 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, encontra-se publicada no final da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra para 2016 e disponível na página da Câmara Municipal de Sintra em <http://www.cm-sintra.pt> – **Regulamento e Tabela de Taxas para 2016**



De igual modo, convém ter presente que todas as quantias que revestem a natureza de preço não se integram na estatuição diretamente decorrente da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, tendo sido, todavia, levado em conta o princípio da tendencial coincidência entre o custo real do serviço e o cobrado, de modo a não prejudicar o erário municipal.

Foi efectuada a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 30 de Julho de 2015.

De 30 de Julho de 2015 até ao dia 26 de Outubro de 2015, prazo que em muito excede os usuais 30 dias para o efeito, não houve a constituição de quaisquer interessados nos termos legais.

O Projeto de Regulamento, Tabela e justificação técnico-financeira foi sujeito a consulta pública nos termos do artigo 101º do CPA, através da publicação do Aviso nº 658 / 2016, do Município de Sintra, na II Série do Diário da República nº 14 de 21 de Janeiro de 2016, sem prejuízo da demais publicitação, nos termos legais.

Foi recebido um contributo externo da empresa Freiplana – Empreiteiros de Obras Públicas, Lda. relativo à taxa de publicidade em veículos, o qual foi objecto de análise.

REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SINTRA

PREÂMBULO

As relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais foram objeto de uma importante alteração de regime, protagonizada pela publicação da Lei nº53-E/2006, de 29 de dezembro, cujo artigo 17º impõe a adequação dos regulamentos municipais com vista a assegurar a compatibilidade dos mesmos com a estatuição inserta no referido corpo normativo de âmbito geral.

Do mesmo passo, o legislador veio consagrar, de uma forma expressa, diversos princípios que constituem a estrutura matricial de uma qualquer relação jurídico-tributária e que há muito já haviam sido acolhidos pela melhor doutrina, atento o enquadramento de natureza constitucional atualmente vigente, designadamente os princípios da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, sempre sob o enfoque conformador do princípio da proporcionalidade.

Assim, e a esta luz, o valor das taxas municipais deve ser fixado segundo o aludido princípio da proporcionalidade, tendo como premissas o custo da atividade pública local e o benefício auferido pelo particular, sempre cotejadas pela prossecução do interesse público local e a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais, *maxime* no que concerne à promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

O regime legal das taxas das autarquias locais consagra ainda regras especificamente orientadas para a realidade tributária local, ao estatuir a propósito das incidências objetivas e subjetivas dos vários tributos, com o consequente reforço das garantias dos sujeitos passivos das respetivas relações jurídico-tributárias.

Em face do que fica enunciado, urge adequar o principal normativo municipal respeitante às taxas municipais ao regime legal decorrente da Lei nº 53-E/2006, com vista a dotar o Município e os respetivos serviços de um instrumento disciplinador das relações jurídico-tributárias geradas no âmbito da prossecução das atribuições legalmente cometidas à Autarquia, veiculando, ainda, um efetivo acréscimo das garantias dos sujeitos passivos.

Desideratos subjacentes à elaboração do presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, por via do qual se assegura o respeito pelos princípios fundamentais e orientadores acima elencados, com destaque para a expressa consagração das bases de incidência objetiva e subjetiva, do valor das taxas e métodos de cálculo aplicáveis, da fundamentação económico-financeira dos tributos, das isenções e respetiva fundamentação, dos meios de pagamento e demais formas de extinção da prestação tributária, do pagamento em prestações, bem como da temática respeitante à liquidação e cobrança.

Importa referir ainda que optou-se pela manutenção da estrutura formal tradicionalmente adotada pela Autarquia, ou seja: um Regulamento e respetiva Tabela de Taxas que dele faz parte integrante, uma vez que tal feição assegura, simultaneamente, um cabal cumprimento da lei assim como uma efetiva facilidade de leitura, entendimento e aplicação por banda dos serviços e dos sujeitos passivos.

De igual modo, e porque tal solução também não faz perigar o respeito pela legislação subjacente ao presente Regulamento, continua a prever-se na Tabela anexa ao mesmo, algumas outras receitas que, apesar de não serem enquadráveis no conceito estrito de taxa nem resultarem de qualquer relação jurídico-tributária, aí estão previstas há largos anos, por razões práticas e de certeza jurídica que continuam atuais e que fundamentam a referida opção pela sua consagração para efeitos de elencagem e já não de regime legal.

Destarte, e em face de tudo o que ficou expandido, convém referir que o presente Regulamento e Tabela, resultam da adequação do normativo municipal ao regime legal introduzido pela atividade legiferante do Estado, assim como da análise das taxas e demais receitas segundo a lógica interna da sua admissibilidade legal e compatibilização com o devir próprio da dinâmica legislativa e regulamentar, na última das quais se inclui a atividade regulamentar de feição municipal, destacando-se neste particular a extinção da vetusta e pouco curial taxa de serviço e a consagração da figura do preparo, o qual deve ser tido em conta em sede de apuramento final das taxas que forem devidas pelo licenciamento ou autorização de que as mesmas decorram.

No plano financeiro, e de acordo com a estatuição contida na alínea c) do nº 2 do artigo 8º da Lei nº 53-E/2006, o valor das taxas constantes no presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra foi apurado com base nos custos diretos e indiretos médios, constantes do respetivo quadro anexo, sendo que o valor de cada taxa é formado, em regra, em 80% pelos custos diretos e em 20% pelos custos indiretos resultantes dos valores médios imputados às unidades orgânicas responsáveis pelo licenciamento ou autorização ou atividade correspondente.

Ficam excluídas da aplicação estrita deste critério, se bem que tenha ficado acautelado o princípio da proporcionalidade, as taxas de desincentivo, cujo valor é fixado com vista a desencorajar certos atos ou operações, bem como as taxas sobre atividades de impacto ambiental negativo, cujo valor é estabelecido para ressarcir a comunidade dos danos ambientais, reais ou potenciais, decorrentes do exercício de atividades que representem um risco para os bens jurídicos consagrados na Lei nº 19/2014, de 14 de abril, *ex vi* o disposto no nº 2 do artigo 4º e no nº 2 do artigo 6º da Lei nº 53-E/2006.

Por fim, mas não menos importante, importa referir que sem prejuízo da mediação proporcionada pelo princípio da proporcionalidade, optou-se pelo critério acima explicitado, em detrimento de um critério baseado exclusivamente no benefício auferido pelo particular com o licenciamento ou autorização, concretizável, como é sabido, no acréscimo patrimonial decorrente da remoção de um obstáculo ou a utilização de um bem público, dada a dificuldade de avaliar com objetividade o respetivo *quantum*.

Assim:

Ao abrigo do disposto nos artigos 241º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 135º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, artigo 3º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação vigente, alínea d) do artigo 14º, artigos 20º e 21º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 73/2013, de 15 de janeiro, e artigo 8º da Lei nº 53-E/2006, das alíneas b) e g) do nº 1 do artigo 25.º e alíneas e) e k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente Regulamento e Tabela de Taxas para o ano de 2016, cujo Projeto foi divulgado Aviso nº 658 / 2016, do Município de Sintra, na II Série do Diário da República nº 14 de 21 de Janeiro de 2016, para efeitos de consulta pública, tendo sido deliberado pela Câmara Municipal em 5 de abril de 2016 e aprovado pela Assembleia Municipal na sua 2ª sessão Ordinária de 19 de Abril de 2016.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

ARTIGO 1.º

(LEI HABILITANTE)

O presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53 –E/2006, de 29

de dezembro, alínea d) do artigo 14.º, artigos 20.º e 21.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 15 de janeiro, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as alterações vigentes, do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 116.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes, das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas e) e k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ARTIGO 2.º

(OBJETO)

O presente Regulamento estabelece o regime a que ficam sujeitos a liquidação, cobrança e o pagamento de taxas e outras receitas no Município de Sintra para cumprimento das suas atribuições e competências no que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos da população.

ARTIGO 3.º

(ÂMBITO DE APLICAÇÃO)

O presente Regulamento e Tabela de Taxas aplica-se em toda a área do Município de Sintra.

ARTIGO 4.º

(TABELA DE TAXAS)

A Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra faz parte integrante deste Regulamento.

ARTIGO 5.º

(APLICAÇÃO DO IVA)

As taxas e outras receitas sujeitas a Imposto de Valor Acrescentado (IVA) têm o valor deste imposto, à taxa legal concretamente aplicável, incluído no respetivo montante, salvo se o presente regulamento dispuser em contrário.

ARTIGO 6.º

(ATUALIZAÇÃO)

1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, os valores das taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela anexa podem ser atualizados em sede de Orçamento Anual nos termos do n.º 1 do mesmo artigo.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior as taxas e outras receitas municipais previstas na tabela que resultem de quantitativos fixados por disposição legal.

CAPÍTULO II

LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA

ARTIGO 7.º

(LIQUIDAÇÃO)

A liquidação de taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela anexa consiste na determinação

do montante a pagar e resulta na aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos sujeitos passivos.

ARTIGO 8.º

(PROCEDIMENTO NA LIQUIDAÇÃO)

1 - A liquidação das taxas e outras receitas municipais constará de documento próprio no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito ativo;
- b) Identificação do sujeito passivo;
- c) Discriminação do ato, facto ou contrato sujeito a liquidação;
- d) Enquadramento na Tabela de Taxas e Outras receitas municipais;
- e) Cálculo do montante a pagar, resultante da conjugação dos elementos referidos em c) e d).

2 – O documento mencionado no número anterior designa-se por nota de liquidação e faz parte integrante do processo administrativo, dando lugar subsequentemente a uma factura a ser emitida pelo serviço competente através do sistema informático contabilístico-financeiro.

3 – A liquidação de taxas e outras receitas municipais não precedida de processo far-se-á nos respetivos documentos de cobrança.

ARTIGO 8-A.º

(AUTO-LIQUIDAÇÃO)

1 - Nos casos expressamente previstos na lei pode verificar-se a autoliquidação de taxas.

2 - A autoliquidação de taxas não preclui o direito da Câmara Municipal de Sintra verificar a correspondência entre o valor prestado pelo interessado e o conteúdo material do processo de licenciamento ou comunicação prévia, a qualquer título, bem como com a correspondência entre esse valor e a factualidade objetiva.

3 – Sempre que o valor prestado pelo requerente seja inferior ao devido, verifica-se a revisão do ato de liquidação, procedendo-se à notificação do interessado, nos termos do artigo 12º do presente regulamento, e demais legislação aplicável.

4 – A autoliquidação pode efetivar-se através de pagamento em numerário, cheque visado, transferência através de entidade bancária ou ATM para conta expressamente indicada pela Câmara Municipal de Sintra, devendo sempre ser entregue nos serviços municipais o comprovativo adequado.

5 – Para efeitos do previsto no presente artigo, quando esteja em causa uma autoliquidação de taxas ou compensações no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, o depósito deve ser concretizado à ordem da Câmara Municipal de Sintra, junto da Caixa Geral de Depósitos, através do;

- a) NIB – Número de Identificação Bancária – 0035 0708 00000024030 54 ou;
- b) IBAN – Número Internacional de Conta Bancária – PT50 0035 0708 00000024030 54.

6 – O interessado quando proceda à autoliquidação prevista no número anterior deve remeter uma cópia do respectivo comprovativo à Direcção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território com menção da sua identificação e do fim a que se destina.

ARTIGO 9.º

(REGRA ESPECÍFICA DE LIQUIDAÇÃO)

- 1 - O cálculo das taxas e outras receitas municipais cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário.
- 2 - Nos termos do disposto no número anterior considera-se semana de calendário o período de segunda-feira a domingo.

ARTIGO 10.º

(NOTIFICAÇÃO)

- 1 - A liquidação será notificada ao interessado por carta registada, salvo nos casos em que, nos termos de lei especial, seja obrigatório ou, seja imperativo o uso de carta registada com aviso de receção.
- 2 - Da notificação da liquidação deverá constar a decisão, os fundamentos de fato e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da respetiva delegação ou subdelegação de competência, bem como o prazo de pagamento voluntário previsto no artigo 26.º do presente Regulamento.
- 3 - Sem prejuízo do que precede, sobre as notificações regem os artigos 110º a 114º do Código de Procedimento Administrativo e ainda, nos casos em que a notificação for feita com recurso a carta registada as regras contidas nos artigos 38º e 39º do CPTT.

ARTIGO 11.º

(COBRANÇA DE TAXAS)

- 1 - A cobrança das taxas pode ser efetuada no momento do pedido do ato, salvo se a lei ou regulamento dispuser em contrário.
- 2 - As taxas deverão ser pagas na Tesouraria da Câmara Municipal, ou nas suas delegações, nos postos de cobrança alheios à tesouraria a funcionar junto de serviços municipais e no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações, bem como em equipamento de pagamento automático, sempre que tal seja permitido.

ARTIGO 12.º

(REVISÃO DO ATO DE LIQUIDAÇÃO)

- 1 - Se na liquidação das taxas se verificar que houve erros ou omissões dos quais resultaram prejuízos para o Município, os serviços promoverão de imediato a liquidação adicional, notificando o devedor, por carta registada, para liquidar a importância devida no prazo de 15 dias quando esta for igual ou superior ao limite previsto no diploma de execução do orçamento do Estado.
- 2 - Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda, a referência a que o não pagamento, findo aquele prazo, implica cobrança coerciva nos termos do artigo 29.º do presente Regulamento.
- 3 - Quando haja sido liquidada e cobrada quantia superior à devida e não tenham decorrido 3 anos sobre o pagamento, deverão os serviços promover a restituição ao interessado da importância indevidamente cobrada, nos termos da legislação em vigor.

4 - Não produzem direito à restituição os casos em que a pedido do interessado, sejam introduzidas nos processos alterações ou modificações produtoras de taxaço menor.

CAPÍTULO III

DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES

ARTIGO 13.º

(ENQUADRAMENTO)

As isenções e reduções previstas no presente Regulamento e Tabela foram ponderadas em função da manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos respetivos sujeitos passivos assim como à luz do fomento de eventos e condutas que o Município visa promover e apoiar, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, designadamente no que concerne à cultura, ao combate à infoexclusão e à disseminação dos valores locais, sem prejuízo de uma preocupação permanente com a proteção dos estratos sociais mais débeis, desfavorecidos e carenciados no que concerne às pessoas singulares

SECÇÃO I

ISENÇÕES E REDUÇÕES DE NATUREZA SUBJETIVA

ARTIGO 14.º

(ISENÇÕES E REDUÇÕES)

- 1 - Estão isentos do pagamento de taxas, encargos e mais valias as entidades públicas ou privadas desde que beneficiem expressamente do regime de isenção previsto em preceito legal.
- 2 - Estão isentas do pagamento de taxas relativas a obras de construção, reconstrução, alteração ou ampliação, as instituições particulares de solidariedade social e as cooperativas sociais desde que diretamente relacionadas com o seu objeto social e quando, comprovada e formalmente, desempenhem ou se proponham a desenvolver missões ou a prestar respostas sociais no Município de Sintra.
- 3 - As pessoas constituídas na ordem jurídica canónica estão isentas do pagamento das taxas relativamente aos fatos ou atos direta e imediatamente destinados à realização de fins de solidariedade social e culto.
- 4 - O disposto no número anterior aplica-se também às diversas confissões religiosas que não a Católica, desde que reconhecidas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa.
- 5 - Em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, pode verificar-se uma redução ou isenção, proporcional entre os 75% e os 100% das taxas, para os agregados familiares cujo rendimento mensal se encontre entre os valores do escalão 1 do IRS e o valor do IAS.
- 6 – A situação referida no número anterior é comprovada através da apresentação de:
 - a) Última declaração do IRS e respetiva nota de liquidação, acompanhada do último recibo da entidade pagadora ou;
 - b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças relativa ao IRS ou permissão expressa com indicação de log-in e password para acesso à situação fiscal no portal das finanças ou;
 - c) Certidão emitida pelo IEFP de que os membros ativos do agregado familiar se encontram desempregados e não auferem qualquer rendimento.

7 – Quando o requerente seja proprietário de património imóvel no Município de Sintra deve ser apresentada certidão comprovativa do Serviço de Finanças de que não existem dívidas referentes ao IMI, ou permissão expressa com indicação de log-in e password para acesso à situação fiscal no portal das finanças.

8 – A existência de dívidas no âmbito do número anterior preclui a possibilidade de requerer isenções ou reduções de taxa, ao abrigo do nº 5 do presente artigo.

9 - Encontram-se isentos do pagamento da taxa referida no ponto 6.4 do artigo 1º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, referente a declaração autenticada de documentos que contenha registo das rendas em regime de renda apoiada, destinada a instruir processo no âmbito do Rendimento Social de Inserção, os arrendatários municipais que paguem uma renda apoiada de valor igual ou inferior a 12,50 €.

10 – O referido no número anterior, incluindo a previsão de taxa, aplica-se com as devidas adaptações às declarações de dívidas de rendas pendentes ao Município.

11 – A taxa referida no artigo 29º-B da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra respeitante às hortas solidárias pode ser objecto de redução em 50%, por motivo de insuficiência económica, mediante a comprovação da situação nos termos do nº 6 do presente artigo.

ARTIGO 15.º

(ISENÇÕES E REDUÇÕES ESPECÍFICAS)

1 - Às associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente aos atos e fatos que se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal, poderão ser estabelecidas isenções ou reduções das respetivas taxas, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC, o que deverá ser comprovado do seguinte modo:

a) Quanto às pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas mediante simples exibição dos respectivos estatutos, do título que confere a utilidade pública, quando exigível e declaração da Autoridade Tributária e Aduaneira que o ateste.

b) Quanto às pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente, mediante a apresentação do competente documento, nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 10º do CIRC, ou seja do reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no *Diário da República*, que defina a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, pela entidade em causa na sequência das informações dos serviços competentes, designadamente da Autoridade Tributária e Aduaneira e outras competentes em razão da matéria.

2 - As Entidades mencionadas no número antecedente ficam ainda isentas do pagamento das taxas relativas a placas, tabuletas ou outros fatos meramente alusivos à sua identificação a colocar nas respetivas instalações, desde que as mesmas não excedam a dimensão de 20x30 cm.

3 - Os deficientes físicos, com grau de incapacidade superior igual ou superior a 60% estão isentos do pagamento das taxas relativas à ocupação do domínio público com estacionamento privativo, com rampas fixas ou amovíveis de acesso e as relativas a obras sujeitas a controlo prévio municipal, de que necessitem para tornar acessíveis as respetivas residências bem como das relativas ao licenciamento de caniços e dos veículos que lhes pertençam, destinados exclusivamente à sua condução.

4 - Estão isentas do pagamento das taxas relativamente aos fatos que se destinam à direta e imediata realização dos seus fins, as cooperativas de habitação e construção e respetivas uniões, inseridas em programas de construção de habitação no regime de custos controlados.

5 – Estão isentas do pagamento de taxas de reprodução de plantas as Repartições de Finanças para efeitos de:

- a) IMI, desde que, o proprietário do imóvel seja desconhecido ou tenha morada incerta;
- b) Avaliação oficiosa e execução fiscal.

6 - Estão isentas do pagamento das taxas no âmbito do Regulamento de Aluguer de Plantas da Câmara Municipal de Sintra:

- a) Os órgãos representativos das Freguesias;
- b) As unidades das Forças militares, militarizadas e policiais;
- c) As associações de Escolas, Pais, Professores e Estudantes;
- d) As escolas do Município de Sintra incluindo estabelecimentos de educação pré-escolar, desde que neste último caso, os seus utentes se compreendam no âmbito subjetivo do nº 3 do artigo 5º da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou seja, que o equipamento tenha *“crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico”*;
- e) As associações Juvenis que se encontrem registadas junto do Município de Sintra;
- f) As cooperativas sociais e IPSS, com atividade no Município de Sintra;
- g) As entidades representativas das diversas igrejas e confissões religiosas;
- h) As Associações de Desporto, Cultura e Recreio desde que com sede e inscritas junto do Município de Sintra;
- i) As Organizações não Governamentais de Ambiente com sede no Município.

7 - As entidades referidas no número anterior encontram-se isentas da prestação de caução, devendo, todavia assumir expressa e previamente, através de declaração escrita, a responsabilidade por todos os danos que possam ocorrer quanto às plantas e vasos.

8 – A taxa de recolha de animais a que se refere o nº 3 do artigo 46º da Tabela de Taxas e as taxas de restituição de cães e gatos, previstas nos nºs 12.1. e 12.2. do mesmo artigo, respetivamente, podem ser objeto de isenção ou redução, quando os respetivos donos ou detentores estejam em situação de comprovada insuficiência económica aferida nos termos dos nºs 5 a 8 do artigo 14º.

9 – Os artífices e artesãos do Município de Sintra encontram-se isentos do pagamento das taxas referidas nos nºs 1 e 2 do artigo 50ºI da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, como forma de dinamização da economia local, através das respetivas atividades.

ARTIGO 16.º

(MUSEUS, MONUMENTOS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTOS EQUIPARADOS)

1 – Sem prejuízo no disposto em regulamentação específica, estão isentos do pagamento de bilhete de entrada, em museus, monumentos municipais ou equiparados, mediante comprovação:

- a) As crianças com idade inferior a 14 anos, desde que acompanhadas de adulto munido do respetivo bilhete de identidade ou cartão do cidadão;
- b) Os investigadores, jornalistas e outros profissionais que pretendam realizar trabalhos de investigação ou divulgação, desde que devidamente autorizados;
- c) Os doadores de peças inclusas nas coleções dos Museus e respetivos familiares, desde que acompanhados pelos primeiros;
- d) Os visitantes a título individual ou em grupo desde que devidamente autorizados por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador com competências delegadas;
- e) Visitantes com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovado;
- f) Os Grupos de alunos e respetivos acompanhantes (professores ou auxiliares) integrados na realização de ações educativas promovidas pelos Museus Municipais

2 - Em museus, monumentos municipais ou equiparados, beneficiam do desconto de 50% nas entradas, mediante a respetiva comprovação:

- a) Munícipes munidos de cartão de eleitor de recenseamento em qualquer freguesia do Município;
- b) Portadores do cartão-jovem;
- c) Reformados ou aposentados;
- d) Estudantes de qualquer grau de ensino;
- e) (Revogada);
- f) Funcionários da Câmara Municipal de Sintra e parentes ou afins em linha reta quando acompanhados pelo mesmo;
- g) Grupos organizados desde que efetuem marcação prévia.

3 - Estão isentos de pagamento de entrada em casas-museus mediante comprovação:

- a) As crianças de idade inferior a 14 anos, desde que acompanhadas por adulto munido do respetivo bilhete de identidade ou cartão do cidadão;
- b) Os grupos de alunos e respetivos acompanhantes (professores ou auxiliares) integrados na realização de ações educativas promovidas pela Casa Museu;
- c) Os investigadores, jornalistas e outros profissionais que pretendam realizar trabalhos de investigação ou divulgação, desde que previamente autorizados;
- d) Os doadores de peças inclusas em coleções da Casa Museu e respetivos familiares, desde que acompanhados pelos primeiros;
- e) Os visitantes a título individual ou em grupo, desde que previamente autorizados por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador do pelouro da Cultura;
- f) Público convidado ou presente em iniciativas oficiais municipais.

4 - O Presidente da Câmara poderá ainda, por razões promocionais ou outras de carácter excecional, dispensar os visitantes dos museus, monumentos municipais , equipamentos equiparados e casas museus do pagamento de bilhete por um período de tempo predeterminado.

ARTIGO 17.º

(AUDITÓRIOS E SALAS MUNICIPAIS)

1 - No âmbito do Auditório Municipal António Silva, Casa da Cultura Lívio de Moraes, Centro Cultural Olga Cadaval e das Salas Municipais, estão isentos do pagamento de qualquer taxa pela utilização do espaço as seguintes entidades:

- a) Associações de escolas, pais, professores e estudantes;
- b) Escolas do Município de Sintra, incluindo estabelecimentos de educação pré-escolar, desde que neste último caso, os seus utentes se compreendam no âmbito subjetivo do nº 3 do artigo 5º da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou seja, que o equipamento *tenha “crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico”*;
- c) (REVOGADO).
- d) As associações de cultura e recreio e as associações juvenis, com sede no Município de Sintra, ficam isentas do pagamento pela utilização do espaço, até aos limites seguintes:
 - i) Teatro – duas produções por ano, com cinco sessões por produção;
 - ii) Audiovisuais – cinco sessões por ano;
 - iii) 3. Música e dança – cinco sessões por ano.
- e) IPSS e Cooperativas Sociais, no âmbito do respetivo objeto social;
- f) Órgãos das Freguesias, para realização das suas Sessões.

2 - No âmbito do Auditório da Casa da Juventude, estão isentos do pagamento das taxas:

- a) Escolas;
- b) Colégios;
- c) Associações juvenis;
- d) Associações de estudantes.
- e) IPSS e Cooperativas Sociais, no âmbito do respetivo objeto social;
- f) Órgãos das Freguesias, para realização das suas Sessões;
- g) Grupos informais sediados no Município que desenvolvam atividades para jovens;

3 - A utilização de auditórios ou salas municipais para iniciativas promovidas pelos partidos políticos será objeto de:

- a) uma redução de 75% ;
- b) isenção, em casos excecionais devidamente fundamentados.

4 – Com exceção dos eventos que se realizem no Centro Cultural Olga de Cadaval e no Auditório António Silva, beneficiam do desconto de 50% nos bilhetes de entrada dos restantes espaços, mediante a respetiva comprovação:

- a) Munícipes munidos de cartão de eleitor, recenseados em qualquer freguesia do concelho;
- b) Portadores do cartão-jovem;
- c) Reformados e aposentados;
- d) Estudantes de qualquer grau de ensino;
- e) Funcionários da Câmara Municipal de Sintra e parentes ou afins em linha reta, quando acompanhados pelo mesmo;

5 - O Presidente da Câmara ou o Vereador com o pelouro da Cultura poderá ainda, por razões promocionais ou outras de carácter excecional, dispensar os espetadores dos auditórios ou salas municipais do pagamento do bilhete por um determinado período de tempo;

6 - As crianças de colo estão isentas do pagamento de bilhetes.

7 - A cedência do espaço será cobrada com base em dois períodos de tempo:

1/2 Dia – até 6 horas de utilização do espaço;

1 Dia – período de utilização de espaço superior a 6 horas.

8 - Encontram-se isentas do pagamento de caução:

a) as Freguesias,

b) os estabelecimentos de ensino, incluindo estabelecimentos de educação pré-escolar, desde que neste último caso, os seus utentes se compreendam no âmbito subjetivo do nº 3 do artigo 5º da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou seja, que o equipamento tenha *“crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico”*,

c) as associações de pais e professores,

d) as cooperativas sociais e IPSS, com atividade no Município de Sintra;

e) as Associações de Cultura e Recreio e juventude que se encontrem registadas junto do Município.

9 – Encontra-se isenta de cobrança de taxa a utilização das Salas da Casa do Eléctrico de Sintra – Vila Alda, por parte das Associações Culturais e Recreativas do Concelho e das entidades públicas ou privadas ligadas ao Vinho de Colares, nomeadamente produtores e adegas, como forma de incentivo à actividade cultural e à divulgação e promoção turística e económica de um produto de relevante interesse municipal

10– Às taxas referentes a auditórios e salas municipais previstas nos artigos 47º-A, 47º-B, n.ºs 2 e 3 do artigo 48º, 48º-A, 49º, 50º, 50º-B, 50º J e 87º-A , acrescem os custos de trabalho extraordinário ou suplementar concretamente realizados por parte de colaboradores municipais sempre que para a realização dos eventos seja necessária a sua prestação fora do horário normal de serviço ou em fim de semana, sendo devido um preparo correspondente ao valor estimado de horas o qual é objeto de acerto quando da liquidação e cobrança, a final, efetuada em momento posterior à sua concretização.

ARTIGO 17.º-A **(INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS)**

1 - No âmbito das Instalações Desportivas Municipais, são estabelecidas as seguintes reduções de natureza subjetiva:

a) Trabalhadores da Câmara Municipal de Sintra, SMAS, Empresas Municipais do Concelho de Sintra e Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra – 40% nas mensalidades;

b) Desconto familiar (1º grau da linha direta) – 10% no 2º elemento e 15% a partir do 3º elemento nas mensalidades;

c) Pensionistas, aposentados e Deficientes – 50% nas mensalidades, com excepção da hidroterapia;

d) Agentes das Forças Policiais ou Militarizadas sediadas no Concelho de Sintra – 40% nas mensalidades;

e) Praticantes de uma 2ª Modalidade – 10% nas mensalidades;

f) Associações / Clubes Desportivos e Juvenis do Concelho com registo na Divisão de Desporto e Juventude – 50% no aluguer das instalações.

2 – As reduções constantes no número anterior não se aplicam à modalidade de hidroterapia (nas diversas instalações municipais) e aos cartões integrados (Cartões Premium e Cartão Prata – Complexo Desportivo Municipal de Fitares).

SECÇÃO II

ISENÇÕES E REDUÇÕES DE NATUREZA OBJETIVA

ARTIGO 18.º

(ISENÇÕES E REDUÇÕES)

Pode haver lugar à isenção ou redução de taxas relativamente a eventos e obras de manifesto e relevante interesse municipal mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada.

ARTIGO 19.º

(ISENÇÕES E REDUÇÕES ESPECÍFICAS)

Estão isentos do pagamento de taxas:

1 - As certidões que comprovadamente sejam necessárias para instruir processos de atualização junto dos serviços de finanças e das pertinentes conservatórias de registo, no que concerne a:

- a) Alteração da designação toponímica das vias públicas;
- b) Atribuição dos números de polícia ou a sua alteração;
- c) Alteração dos limites das freguesias.
- d) As certidões relativas a situação militar emitidas até 2008;
- e) As certidões destinadas à integração de terrenos em domínio municipal;
- f) As certidões necessárias para a actualização da morada de prédios junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas;

2 - As obras:

- a) Em imóveis classificados ou em vias de classificação nos termos da Lei n.º 107/2001;
- b) As obras previstas no artigo 7.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE).
- c) A declaração prévia relativa à utilização de estabelecimentos de restauração e bebidas propriedade de associações culturais, desportivas, recreativas e profissionais e por cooperativas, desde que destinados, exclusivamente, ao serviço dos respetivos sócios ou cooperantes.
- d) A edificação de aerogeradores anexos a habitação e para produção elétrica de uso exclusivamente doméstico.
- e) A ocupação de espaço público e de subsolo para colocação de Pontos Eletrão por parte da Amb3E e de pontos de carregamento de veículos elétricos, desde que previstos em protocolo previamente celebrado com o Município.

3 - As taxas previstas no Capítulo II da Tabela de Taxas e Outras Receitas sofrerão uma redução de 50% nas zonas classificadas de núcleos urbanos históricos.

4 – As obras previstas na Áreas de Reabilitação Urbana, sem prejuízo das demais isenções que possam ser estabelecidas por deliberação dos órgãos do Município no âmbito do respectivo Programa Estratégico, têm as seguintes isenções e reduções:

- a) Na área do Centro Histórico de Sintra encontram-se isentas das taxas previstas na Secção II, Secção III, Secção VI e Secção XII do Capítulo II e também das taxas previstas nos Capítulos IX e X da Tabela de Taxas e Outras Receitas, desde que sejam comprovadamente obras de reabilitação com preservação de fachadas, devendo o interessado instruir o pedido com a descrição dos trabalhos a efectuar, no caso de se tratar de obras isentas de controlo prévio e ainda a TRIU e as Compensações Urbanísticas a que haja lugar, nos termos do RMUECS.
- b) Na área das ARU de Aqualva e Mem-Martins / Rio de Mouro a redução das taxas previstas na Secção II, Secção III, Secção VI e Secção XII do Capítulo II e também das taxas previstas nos Capítulos IX e X da Tabela de Taxas e Outras Receitas, é de 80 %, devendo o interessado instruir o pedido com a descrição dos trabalhos a efectuar, no caso de se tratar de obras isentas de controlo prévio e ainda a TRIU e as Compensações Urbanísticas a que haja lugar, nos termos do RMUECS.

5 - Ficam isentas do pagamento das taxas relativas às licenças de loteamento, construção e utilização, as obras promovidas mediante prévio contrato, acordo ou protocolo celebrado com o Município de Sintra para efeito de execução de Programas de Habitação Social, designadamente o PROGRAMA ESPECIAL DE REALOJAMENTO (PER) criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio, bem como as obras promovidas no âmbito do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes para Autoconstrução (RALAC), e em geral as que tenham como fim a promoção do parque habitacional do Estado.

6 - A isenção prevista no número anterior não é aplicável aos empreendimentos na parte em que não estejam diretamente relacionados com os Programas de Habitação Social, nem, no âmbito do RALAC a novos pedidos de obras, renovações ou prorrogações, cujas licenças ou títulos hajam caducado por motivos imputáveis aos adquirentes dos lotes de autoconstrução.

7 - Isentam-se do pagamento da taxa as inumações de pessoas em situação de carência económica, desde que a mesma comprovada nos termos dos nºs 5 a 8 do artigo 14.º.

8 - Isentam-se do pagamento de taxas as sepulturas integrantes de talhões destinados pela Câmara Municipal a instituições de utilidade pública.

9 - A prestação de serviços de informação geográfica está sujeita a uma redução de 90 %, para os estudantes que se façam acompanhar de declaração do respetivo estabelecimento de ensino a solicitar a informação pretendida.

10 - Estão isentas do pagamento de taxas a utilização de computadores e da internet nos espaços a tal destinados na:

- a) Biblioteca Municipal de Sintra e seus Polos;
- b) Rede de Museus Municipais;
- c) Casa da Juventude e Espaços Jovens;
- d) Casa da Cultura Lívio de Morais e seus Polos;
- e) Espaços Públicos de Acesso à Internet nas Freguesias;
- f) Espaços Públicos de Acesso à Internet nos Centros Lúdicos;
- g) Demais espaços de acesso à Internet a criar com financiamento ao abrigo de Programas nacionais

ou Programas comunitários.

11 – Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes, aplicar-se-á a seguinte metodologia:

- a) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for superior a cinco vezes o valor da taxa a pagar, beneficiará o requerente de uma isenção de taxas;
- b) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for inferior ou igual a cinco vezes o valor da taxa a pagar e superior a quatro vezes o valor dessa taxa, beneficiará o requerente de uma redução de taxas de 80%;
- c) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for inferior ou igual a quatro vezes o valor da taxa a pagar e superior a três vezes o valor dessa taxa, beneficiará o requerente de uma redução de taxas de 60%;
- d) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for inferior ou igual a três vezes o valor da taxa a pagar e superior a duas vezes o valor dessa taxa, beneficiará o requerente de uma redução de taxas de 40%;
- e) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for inferior ou igual a duas vezes o valor da taxa a pagar e superior ao valor dessa taxa, beneficiará o requerente de uma redução de taxas de 20%;
- f) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for inferior ou igual ao valor da taxa a pagar, deverá ser liquidada integralmente a taxa devida.

12 – Será objeto de uma redução, até 75% da taxa abstratamente devida, o licenciamento ou autorização das alterações executadas em edificações cujas licenças ou autorização de construção caducaram, após falência ou insolvência do respetivo titular, sem que tenha sido licenciada a respetiva utilização, encontrando-se as mesmas executadas e as respetivas frações inscritas na matriz e registadas em sede de propriedade horizontal e a favor de terceiros adquirentes de boa-fé, após ato notarial e translativo da propriedade, concretizado mediante apresentação de licença de construção.

a) A redução referida no número anterior deverá ser objeto de requerimento instruído com os documentos que comprovem a legitimidade da mesma bem como da última declaração de rendimentos auferidos emitida pela respetiva entidade empregadora dos sujeitos passivos.

13 - O armazenamento em depósitos municipais de objetos removidos em resultado de ações de caráter social.

14 – REVOGADO.

15 - REVOGADO.

16 - Têm uma redução de 75% as certidões referidas no ponto 2.4. do artigo 1º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra que se destinem exclusivamente a atestar que determinado processo se encontra a tramitar nos serviços municipais ou que aguarda resolução.

17 – REVOGADO.

18 - Encontram-se isentas do pagamento das taxas previstas nos artigos 88º a 91º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, as filmagens e sessões fotográficas relativas a ações de promoção turística da região, desde que a Câmara Municipal de Sintra apoie institucional e formalmente a sua realização.

19 - Encontram-se isentas do pagamento de taxas de publicidade as placas indicativas ou outros materiais específicos do Projeto “Sintra INN” e “Sintra-Capital do Romantismo”.

20 - Encontram-se isentas do pagamento de taxas de publicidade as campanhas desenvolvidas pelas IPSS, Cooperativas Sociais, Associação Humanitárias de Bombeiros com sede no Município de Sintra e Organizações não Governamentais de Ambiente, que comprovadamente estejam inseridas no âmbito dos respetivos objetos estatutários.

21 - O Festival de Sintra, independentemente de quem promova a sua realização, enquanto iniciativa cultural de relevante interesse municipal, encontra-se isento das taxas constantes na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra que sejam concretamente necessárias à sua concretização.

22 - As comunicações prévias no âmbito de áreas de reabilitação urbana definidas e aprovadas pelo Município, de acordo com o disposto na Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, exceto as das Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra, Agualva e Mem-Martins/ Rio de Mouro, por força do nº 4 do presente artigo, são objeto de uma redução de 50%.

23 – A emissão do simples recibo, consistindo numa impressão em A4, no âmbito do atendimento de serviços da Administração Central mediado pelo GAMQ, é gratuita não implicando pagamento de taxa ou qualquer processo autorizativo nos termos dos artigos 20º e 21º do presente Regulamento.

Artigo 19 -A.º

(ISENÇÕES E REDUÇÕES DE NATUREZA TRANSITÓRIA)

1 - Durante o ano de 2016 ficam isentos os sujeitos passivos da taxa municipal de proteção civil.

2 - Durante o ano de 2016, como forma de propiciar a reabilitação do parque habitacional privado e a melhoria das condições de habitabilidade por parte de famílias em situação mais fragilizada, encontra-se reduzida em 85% a taxa referente ao pedido de vistoria de segurança e salubridade por parte de requerentes cujo agregado familiar aufera valor igual ou inferior à retribuição mínima mensal garantida, devidamente comprovado pela apresentação dos seguintes documentos:

a) Última declaração de rendimentos;

b) Declaração de rendimentos auferidos emitida pela entidade(s) pagadora(s).

3- Quando for apresentado pedido de redução nos termos do número anterior, é somente devido, com a entrada do pedido um preparo referente a 15% da taxa prevista em tabela, não se aplicando a disposição constante do nº1 do artigo 37º.

4 – Caso se verifique na apreciação pelos serviços que o pedido constante nos nºs 2 e 3 do presente artigo não procede, será liquidada e cobrada a totalidade da taxa, sem a qual a vistoria não se realizará.

5 - Sem prejuízo das demais normas insertas no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, durante o ano de 2016, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, excecionalmente e através de deliberação fundamentada, em casos de natureza social ou de relevante interesse económico para o Município, isentar ou reduzir de taxas, pessoas singulares ou coletivas.

6 – A interpretação dos conceitos referidos na norma constante no número anterior, efetiva-se nos termos do artigo 65º do presente Regulamento, devendo ser respeitados na apreciação em concreto, entre outros os princípios da igualdade entre casos similares e da proporcionalidade.

7 – Durante o ano de 2016, como forma de minorar as dificuldades financeiras das instituições, é objeto de uma redução de 50% a taxa de inspeção ou reinspeção de elevadores, quando o sujeito passivo da mesma seja um IPSS.

8 - Durante o ano de 2016, como forma de minorar as dificuldades financeiras das instituições, são objeto de isenção as taxas constantes dos artigos 27º e 28º do Capítulo III, 30º a 37º do Capítulo IV, artigos 63º, 73º, a 77º-B do Capítulo IX, artigo 79º, 80º e 82º do Capítulo X da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, quando o sujeito passivo das mesmas seja a Escola Nacional de Bombeiros ou uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, com sede no Município de Sintra.

9 - Durante o ano de 2016, as Freguesias do Município de Sintra encontram-se isentas das taxas referentes à licença especial de ruído, que sejam da competência da Câmara Municipal emitir, licença de recinto e das licenças atinentes à realização de provas desportivas.

10 - Durante o ano de 2016, como forma de incentivar os consumos culturais dos mais jovens, não são cobradas entradas nos Museus Municipais, diretamente dependentes da Câmara Municipal de Sintra a menores de 14 anos.

11 – Durante o ano de 2016, como forma de minorar as dificuldades dos feirantes face à conjuntura económica existente, as taxas referidas nos nºs 1 e 4 do artigo 60º-B da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra são reduzidas em 50 %, relativamente aos feirantes que tenham, comprovadamente, rendimentos anuais brutos iguais ou inferiores a duas retribuições mínimas mensais garantidas.

Artigo 19º - B

(ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM OBRAS)

1 - São isentas da taxa de ocupação da via pública por motivos de obra, as obras de conservação de imóveis de habitação, sempre que, em alternativa:

- a) A necessidade da obra tiver sido constatada, a pedido de qualquer interessado, por vistoria de segurança e salubridade, nos termos dos artigos 89º e 90º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação ;
- b) REVOGADA;
- c) As obras tenham valor igual ou superior a 10.000 €.

2 - O pedido de concessão da isenção referida na alínea c) do número anterior deve ser instruído com:

- a) Cópia autenticada da Ata de reunião de condomínio onde conste a deliberação da realização de obras;
- b) Orçamento da obra por empresa ou profissional da especialidade com alvará ou título de registo emitido pelo INCI, IP.

3 – As obras referidas nos números anteriores têm de ser executadas pela empresa cujo orçamento consta da respetiva instrução processual, sob pena de revogação da isenção e imediato pagamento das taxas devidas, acrescidas dos juros que forem devidos, sem prejuízo da eventual aplicação das contraordenações a que haja lugar nos termos da lei e dos regulamentos municipais.

4 – Nos imóveis em propriedade horizontal de que o Município seja condómino, a taxa de ocupação do domínio público para efeitos de realização das obras é proporcionalmente reduzida tendo em conta a permissão das frações de propriedade municipal em relação à área global.

Artigo 19º - C

(ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE TAXAS POR REALIZAÇÃO DE INFRA ESTRUTURAS URBANÍSTICAS)

1 - Sem prejuízo das isenções ou reduções de natureza transitória insertas no presente regulamento, encontram-se isentos de taxa por realização de infraestruturas urbanísticas os seguintes equipamentos sociais, de saúde e escolares, desde que instalados em perímetro urbano classificado como tal em instrumento de gestão territorial:

- a) Lares de idosos;
- b) Centros de dia;
- c) Unidades de cuidados continuados;
- d) Hospitais;
- e) Creches;
- f) Jardins de infância;
- g) Estabelecimentos de ensino;

2 – Sem prejuízo do disposto no nº 1 são sujeitos a uma redução de 50% da taxa por realização de infraestruturas urbanísticas os hospitais e as clínicas veterinárias.

3 – As isenções e reduções previstas nos números anteriores radicam na necessidade de incentivar a instalação de equipamentos no Município.

SECÇÃO III DO PROCEDIMENTO

ARTIGO 20.º (COMPETÊNCIA)

1 - Salvo disposição legal ou regulamentar diversa, e sem prejuízo de eventual delegação no Presidente da Câmara com possibilidade de subdelegação nos Vereadores, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as isenções e reduções previstas nos artigos anteriores.

2 – A competência constante do número anterior não é subdelegável nos dirigentes municipais, atentos os limites legalmente estabelecidos.

ARTIGO 21.º (PROCEDIMENTO NA ISENÇÃO OU REDUÇÃO)

1 – As isenções ou reduções previstas no presente Regulamento carecem de formalização do respetivo pedido, através de requerimento adequado, o qual deve ser apresentado simultaneamente ou após a pretensão material e até ao momento de liquidação da taxa.

2 – Os requerimentos relativos à apreciação e decisão da eventual isenção ou redução das taxas previstas no artigo anterior devem ser acompanhados dos documentos comprovativos de natureza jurídica das entidades, da sua finalidade estatutária, bem como dos demais dados exigíveis em cada caso.

3 - No que diz respeito ao disposto no n.º 5 do artigo 14.º o requerimento mencionado nos números anteriores deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Última declaração de rendimentos;
- b) Declaração de rendimentos auferidos emitida pela entidade pagadora.

4 - Previamente à decisão ou deliberação de isenção ou de redução deverão os serviços competentes, no respetivo processo, informar fundamentadamente o pedido.

5 – As isenções objectivas referidas na alínea a) do nº 2, nº 4 do artigo 19º e no artigo 19º-B são de reconhecimento automático, sujeitas porém, à completa instrução do processo por parte do interessado com todos os documentos comprovativos dos factos que alega como base ao reconhecimento.

6 - As reduções ou isenções previstas no presente regulamento não precludem o cumprimento integral do regime legal e regulamentar aplicável, designadamente no que concerne à obtenção do respetivo licenciamento municipal, autorização ou comunicação a que houver lugar, não permitindo aos beneficiários a utilização de meios suscetíveis de lesar o interesse municipal.

CAPÍTULO IV

DO PAGAMENTO E DO SEU NÃO CUMPRIMENTO

SECÇÃO I

DO PAGAMENTO

SUBSECÇÃO I

DO PAGAMENTO

ARTIGO 22.º

(PAGAMENTO DE PREPARO)

1 – Aquando do pedido correspondente à pretensão material objeto de taxa será devido um adiantamento do valor da taxa a título de preparo, o qual será deduzido no valor final, no termo do processo.

2 - Sempre que o valor da taxa devida for superior a 60 euros, e sem prejuízo do especialmente previsto no presente Regulamento, o preparo será de 50% do respetivo valor.

3 - Salvo outros casos especialmente previstos no presente Regulamento será devido um preparo de 30 euros.

4 - Nas certidões referidas no artigo 1º da Tabela de Taxas o preparo corresponderá a uma lauda.

5 - Em caso de indeferimento, excetuado o liminar, onde pode haver devolução de 50% do preparo mediante requerimento do interessado, desde que não se verifique caducidade, deserção ou desistência do processo por causa imputável ao requerente, não haverá lugar ao abatimento ou à devolução do preparo.

6 - No âmbito das certidões de urbanismo aplicam-se os seguintes preparos:

a) Certidões de licenças de utilização – 5,45 €;

b) Certidões de Outros fins – 5,45 €;

c) Certidões de destaque - 15,00 €;

d) Certidões relativas a imóveis anteriores à data de entrada em vigor do RGEU - 15,00 €.

7 - Relativamente ao nº 10 do artigo 1º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra o preparo é de 0,80 €.

8 - Relativamente às fotocópias de processos de urbanismo o preparo é de 5,70 €, integrando a busca e prestação do serviço, a que acrescem os valores previstos nos nºs 1 e 2 do artigo 23º da Tabela de Taxas

e Outras Receitas do Município de Sintra.

9 – Sempre que exista previsão específica para o efeito no presente regulamento ou nos demais regulamentos específicos, nas taxas que tenham uma validade anual e que contemplem a possibilidade de pagamento em frações ou duodécimos do seu valor global, o montante do preparo pode ser reduzido proporcionalmente ao valor a ser prestado, a final.

ARTIGO 23.º

(DO PAGAMENTO)

1 - As taxas e demais receitas previstas no presente regulamento extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção mencionadas na Lei geral.

2 - As taxas e receitas previstas no número anterior podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação quando tal seja compatível com a lei e o interesse público.

3 - Nos casos de deferimento tácito de pedidos sujeitos a controlo prévio de operações urbanísticas ou outras legalmente previstas, é devido o pagamento da taxa que seria exigida pela prática de atos expressos.

4 - Salvo regime especial, ou quando o pagamento se verifique por transferência bancária, multibanco ou outros meios informáticos, as taxas e outras receitas previstas na Tabela devem ser pagas na tesouraria municipal nos locais previstos no n.º 2 do artigo 11.º do presente Regulamento, no próprio dia da emissão da guia de recebimento.

ARTIGO 23.-Aº

(CONSULTA A ENTIDADES EXTERNAS)

1 - Sempre que a prática de um ato sujeito ao pagamento de taxas previstas no presente Regulamento e Tabela seja obrigatória a consulta a entidades exteriores e os interessados não as tenham previamente promovido, ser-lhes-á solicitado que procedam ao pagamento das importâncias devidas pela emissão dos pareceres, aprovações e autorizações.

2 – As importâncias referidas no número anterior são transferidas para o Município aquando da promoção da consulta.

3 – A não entrega das importâncias devidas pelas consultas, no prazo de cinco dias úteis, tem como efeito a extinção do procedimento.

ARTIGO 24.º

(PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES)

1 - Compete ao Presidente da Câmara autorizar o pagamento em prestações nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente mediante a prévia comprovação da situação económica pelo requerente quando esta não lhe permita o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo legal ou regulamentarmente estabelecido.

2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendidas, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida repartido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros legais contados sobre o respetivo montante desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.

4 - O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder.

5 - A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

6 – A autorização do pagamento fracionado da taxa devida pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas bem como das taxas devidas pela emissão dos alvarás de loteamento, de obras de urbanização e de edificação caso seja geradora de impacto relevante ou semelhante a loteamento, bem como o pagamento da compensação urbanística, está condicionada à prestação de caução, em montante similar ao devido, acrescido dos juros legais.

7 - Sem prejuízo do disposto em lei geral, o pagamento em prestações pode ser fracionado até ao máximo de 12 vezes.

SUBSECÇÃO II

PRAZOS DE PAGAMENTO

ARTIGO 25.º

(REGRAS DE CONTAGEM)

1 – Os prazos para pagamento são contínuos, isto é, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

2 - O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

3 – O disposto no número anterior aplica-se também aos dias em que os serviços municipais estiverem encerrados por tolerância de ponto.

ARTIGO 26.º

(REGRA GERAL)

1 – O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 30 dias a contar da notificação para pagamento efetuada pelos serviços competentes, salvo nos casos em que a lei fixe prazo específico.

2 – Nas situações em que o ato ou fato já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário licenciamento ou autorização municipal, bem como nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional, o prazo para pagamento voluntário é de 15 dias a contar da notificação para pagamento.

3 – Nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário é expressamente proibida a concessão de moratória.

ARTIGO 27.º

(DA RENOVAÇÃO DAS LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E COMUNICAÇÕES)

1 – O pagamento das licenças, autorizações renováveis e outros atos sujeitos a comunicação ou comunicação prévia, designadamente no âmbito da ocupação de domínio público, suscetíveis de renovação, deverá fazer-se da seguinte forma:

- a) anuais – de 1 de fevereiro a 31 de março;
- b) mensais – nos primeiros 10 dias de cada mês;
- c) semanais e outras, salvo o disposto em lei ou regulamento – com a antecedência de 48 horas.

2 – O Município publicará avisos relativos à cobrança das taxas respeitantes ao referido na alínea a) do n.º 1, com indicação explícita do prazo respetivo e das sanções em que incorrem as pessoas singulares ou coletivas, pelo não pagamento do que lhe seja exigível nos termos legais e regulamentares em vigor.

3 – Poderão ser estabelecidos prazos de pagamentos diferentes para as autorizações de ocupação precária de bens de domínio público ou privado a fixar no respetivo contrato ou documento que as titule.

4 – No âmbito das licenças, autorizações renováveis e outros atos sujeitos a comunicação ou comunicação prévia, previstos no presente artigo, designadamente da ocupação de domínio público, suscetíveis de renovação periódica, se o prazo para pagamento voluntário for ultrapassado e o interessado não manifestar expressamente nos dez dias úteis subsequentes vontade de obstar à renovação, a respetiva taxa é automaticamente agravada em 50 %.

SECÇÃO II

CONSEQUÊNCIAS DO NÃO PAGAMENTO

ARTIGO 28.º

(EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO)

1 – Sem prejuízo do disposto na lei geral, no nº4 do artigo anterior quanto a matérias suscetíveis de renovação e no número seguinte, o não pagamento das taxas e outras receitas municipais no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento.

2 – Poderá o utente obstar à extinção desde que efetue o pagamento da quantia liquidada, em dobro, nos dez dias seguintes ao termo do prazo respetivo.

ARTIGO 29.º

(COBRANÇA COERCIVA)

1 – Findo o prazo do pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas e que constituem débitos do Município, começam-se a vencer juros de mora à taxa legal aplicável, designadamente de acordo com os critérios insertos na Lei de Orçamento de Estado ou no diploma legal que no momento seja concretamente aplicável.

2 – Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais relativamente às quais o contribuinte usufruiu do fato ou do benefício sem o respetivo pagamento.

3 - O não pagamento das taxas e outras receitas municipais, nos termos referidos nos números anteriores implica a extração das respetivas certidões de dívida e seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 – Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças renováveis previstas no artigo 32.º implica ainda a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

CAPÍTULO V

DA CONCESSÃO, RENOVAÇÃO E CESSAÇÃO DAS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES E EMISSÃO DOS RESPECTIVOS ALVARÁS

ARTIGO 30.º

(CONCESSÃO DA LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO)

1 - Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento e mediante o pagamento das taxas, os serviços municipais assegurarão a emissão do alvará respetivo, no qual deverá constar:

- a) A identificação do titular: nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) o objeto do licenciamento, sua localização e características;
- c) as condições impostas no licenciamento;
- d) validade da licença, bem como o seu número de ordem;
- e) a identificação do serviço municipal emissor.

2 – O período referido no licenciamento ou autorização pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil determinado em função do respetivo calendário.

ARTIGO 31.º

(PRECARIEDADE DAS LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES E COMUNICAÇÕES)

Sem prejuízo do disposto em lei especial, todos os licenciamentos, autorizações e atos sujeitos a qualquer tipo de comunicação que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público devidamente fundamentado, sem que haja lugar a indemnização.

ARTIGO 32.º

(LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES RENOVÁVEIS)

1 – As licenças e autorizações concedidas temporariamente renovar-se-ão sempre que tal se encontre expressamente previsto em norma legal ou regulamentar.

2 – As licenças renovadas consideram-se concedidas nas condições e termos em que o foram as correspondentes licenças iniciais sem prejuízo da atualização do valor da taxa a que houver lugar.

3 - Não haverá lugar à renovação se o titular do licenciamento formular pedido nesse sentido, nos 60 dias anteriores ao termo do prazo inicial ou da sua renovação, salvo nas licenças previstas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 27º, em que o pedido poderá ser formulado até ao termo do prazo de validade.

ARTIGO 33.º

(AVERBAMENTO DAS LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES)

1 - Sem prejuízo do disposto em lei especial poderá ser autorizado o averbamento das licenças ou autorizações, desde que os atos ou fatos a que respeitem, subsistam nas mesmas condições em que foram concedidas.

- 2 - O pedido de averbamento de titular da licença ou autorização deve ser apresentado com a verificação dos fatos que o justifiquem, sob pena de improcedimento.
- 3 - O pedido de transferência de titularidade das licenças ou autorizações deverá ser acompanhado de prova documental que o justifique, nomeadamente, escritura pública ou declaração de concordância emitida pela pessoa singular ou coletiva em nome da qual será averbada a licença ou autorização.
- 4 - Presume-se que as pessoas singulares ou coletivas que transferem a propriedade de prédios urbanos ou rústicos, ou trespassem os seus estabelecimentos ou instalações, ou cedam a respetiva exploração, autorizam o averbamento das licenças ou autorizações indicadas no número 1 de que são titulares a favor das pessoas a quem transmitiram os seus direitos.
- 5 - Os averbamentos das licenças e autorizações concedidas ao abrigo de legislação específica deverão observar as respetivas disposições legais e regulamentares.

ARTIGO 34.º

(CESSAÇÃO DAS LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES)

As licenças emitidas cessam nas seguintes situações:

- a) A pedido expresso dos seus titulares;
- b) Por decisão do Município;
- c) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- d) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento.

CAPÍTULO VI

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

ARTIGO 34-A.º

(INFORMAÇÃO PRÉVIA)

Os pedidos de informação prévia previstos nos artigos 2º, 6º e 6º-A da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra são pagos integralmente aquando da apresentação do pedido, sob pena de, se isso não se verificar, este ser arquivado liminarmente.

ARTIGO 35.º

(OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO)

- 1 – As demais pretensões formuladas nos termos do RJUE estão sujeitas ao pagamento das taxas revistas na Tabela de Taxas e Outras Receitas.
- 2 - A alteração das especificações e o correspondente aditamento ao alvará de loteamento, de harmonia com o disposto no n.º 2 a 7 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes, estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas nos artigos 2.º e 3.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, cuja liquidação, no que se refere às comunicações prévias, incidirá apenas sobre as unidades ou áreas aditadas ao loteamento.
- 3 - As alterações de pormenor aos alvarás de loteamento previstas no n.º 8 do artigo 27.º do citado Decreto-Lei estão sujeitas ao pagamento de taxas nos termos previstos no número anterior.
- 4 - A prorrogação do prazo para a realização de obras de urbanização está sujeita ao pagamento da taxa

prevista no artigo 5.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

5 – (**REVOGADO** pela alínea a) do artigo 52º do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 30 de Setembro de 2014) .

6 – Quando em sede de alteração ou aditamento de alvará de loteamento se verificar a modificação da tipologia de moradia unifamiliar ou isolada para moradia bifamiliar ou geminada, existindo um título válido emitido que contemple a primeira tipologia, a taxa concretamente aplicável consiste no diferencial apurado entre o valor aplicável à moradia bifamiliar ou geminada e o valor aplicável à moradia unifamiliar ou isolada.

7 - Desde que não haja lugar a cedências de terrenos para localização das infraestruturas urbanísticas referidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações vigentes, ou não se justificar a localização de qualquer equipamento no prédio loteado, como prevê o artigo 144.º do RMUECS, o proprietário fica obrigado a pagar em numerário ou em espécie, uma compensação, segundo as regras estabelecidas nos artigos 145.º e seguintes do mesmo.

8 – A compensação urbanística pode ser paga em prestações, de acordo com o especialmente disposto no artigo 145ºA do RMUECS.

9 - As rectificações materiais aos alvarás de loteamento estão sujeitas ao pagamento da taxa fixada no artigo 3.º n.º 2 da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

ARTIGO 36.º

(LICENÇAS E COMUNICAÇÕES PRÉVIAS DE OBRAS)

1 - Para efeitos de liquidação das taxas respeitantes a licenças de obras e comunicações prévias de obras, as áreas de construção, reconstrução ou modificação a considerar são aferidas em função do critério disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação para o Concelho de Sintra (RMUECS).

2 - Os corpos salientes destinados a aumentar a superfície útil da edificação, desde que projetados sobre solo público, pagam a taxa prevista no n.º 5 do artigo 11.º-D da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

3 - Os valores das medições das áreas de construção, reconstrução ou modificação, ou outros, são arredondados por excesso, para metros, em relação a cada espécie.

4 - (**REVOGADO** pela alínea a) do artigo 52º do Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 30 de Setembro de 2014) .

5 - À licença para conclusão de obras inacabadas prevista no artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro com as alterações vigentes, são aplicáveis as taxas previstas no artigo 12- A.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

6 - O licenciamento ou comunicação prévia de edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si, definidos como geradores de impacte relevante ou geradores de impacte semelhante a loteamento previsto no n.º 5 do artigo 57.º do RJUE e no artigo 4.º A do RMUECS, estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas nos artigos 4.º, 7.º, 8.º, 9.º e 12.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

7 – Aos procedimentos de autorização que ainda tramitem e tenham tido decisão ao abrigo do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de

4 de junho, são aplicáveis as taxas vigentes para o procedimento de comunicação prévia.

8 – Às comunicações prévias no âmbito de uma área de reabilitação urbana definida e aprovada pelo Município, de acordo com o disposto na Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, aplicam-se, com as devidas adaptações, as taxas previstas no Capítulo II da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, sem prejuízo das isenções ou reduções a que haja lugar, nos termos dos nºs 4 e 22 do artigo 19º.

ARTIGO 36-A.º

(LICENCIAMENTO DE OUTRAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS)

A taxa aplicável ao Licenciamento de Outras Operações Urbanísticas, sempre que não impliquem obras de edificação é de valor similar à taxa prevista no artigo 11º C da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 36-B.º

(AUTORIZAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS)

Sempre que, face aos dados constantes do pedido e ao teor da respetiva memória descritiva, for inviável efetuar uma qualificação do empreendimento turístico em termos de classificação, a taxa a aplicar será a taxa intermédia dentro da correspondente tipologia.

ARTIGO 36-C.º

(AUTORIZAÇÕES E MUDANÇAS DE UTILIZAÇÃO)

1 – À apreciação dos pedidos de autorização de utilização de edifícios ou suas fracções autónomas, na sequência de obra sujeita a controlo prévio, nos termos do artigo 62º e seguintes do Decreto-Lei nº 555/99, de Dezembro, com as alterações vigentes, aplicam-se as taxas previstas nos artigos 13º ou no 14º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, consoante o caso.

2 – O constante do número anterior aplica-se, com as devidas adaptações às mudanças de utilização referidas no artigo 15º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

3 – As taxas referidas nos números anteriores são pagas no momento de entrega do requerimento respectivo, sem o qual a pretensão não terá seguimento.

ARTIGO 36-D.º

(INSTALAÇÃO DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E INSTALAÇÕES DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS)

1- A taxa devida pelas licenças provisórias, previstas no artigo 14º do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro, com as alterações vigentes, é liquidada e cobrada nos termos do artigo 21º-B da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, sendo o montante referente à emissão do respetivo alvará reduzido em 10% do previsto no nº 9 do mesmo artigo.

2 – À renovação das licenças aplicam-se as taxas previstas no artigo 21-Aº da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, reduzidas em 20% dos respetivos montantes.

ARTIGO 36-E.º
(PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DE PRAZO)
(REVOGADO)

ARTIGO 37.º
(VISTORIAS)

1 - As taxas devidas pela realização de vistorias, previstas no artigo 22.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, com excepção das referentes a autorizações de utilização ou mudanças de utilização, serão pagas no momento da entrega do requerimento respetivo, sem o qual a pretensão não terá seguimento.

2 - Acrescem à taxa referida no artigo anterior, os custos previstos no n.º 9 do artigo 22.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, quando existentes, que serão pagos aquando da entrega do auto de vistoria ao interessado.

3 – Caso, por motivo imputável ao requerente, uma vistoria devidamente agendada com este não se realize, será devida uma nova taxa de montante igual à taxa indicada no n.º 1, a liquidar previamente à realização da nova vistoria.

4 – Independentemente das taxas previstas no artigo 36º-C, as taxas reportadas ao acto de vistoria referentes a autorizações de utilização ou mudanças de utilização são liquidadas após a respectiva realização e cobradas ao interessado aquando da entrega do título da operação urbanística.

ARTIGO 37.º-A
(LEGALIZAÇÕES)

Para efeitos de liquidação de taxas respeitantes à legalização voluntária ou oficiosa das operações urbanísticas, ao abrigo do artigo 102º-A do Decreto-Lei nº 555/99, de Dezembro, com as alterações vigentes são aplicáveis as taxas previstas na Tabela de Taxas e Outras Receitas para a operação urbanística em causa.

ARTIGO 38.º
(PREPARO INICIAL)

1 - Aquando da entrega de processos de demolição, edificação, urbanização ou loteamento, remodelação de terrenos e outras operações urbanísticas, é devido o pagamento de 50% do valor espetável da taxa, a título de preparo, devendo este valor ser aplicado mesmo nos casos em que se solicita novo licenciamento, por caducidade do processo, independentemente da razão, e em que, por uma questão de economia processual, se recuperem as peças ainda válidas.

2- Sem prejuízo do estatuído no nº anterior, no âmbito do ponto 5.2.1. do n.º 5 do artigo 25.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas acresce e é devido um preparo destinado a garantir as despesas de publicação dos Avisos no valor de €200 a acertar com o interessado após a publicação do mesmo, podendo haver lugar a devolução parcial ou liquidação e cobrança adicional.

3 - O preparo previsto no n.º 7 do artigo 25.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, deverá efetuar-se aquando da entrega do pedido de controlo prévio da operação urbanística em causa, sendo o valor remanescente das taxas cobrado aquando do pedido de emissão do título.

4 - O preparo previsto no número anterior é calculado de acordo com o quadro de áreas apresentado

pelo técnico autor do Projeto aquando da entrega do mesmo.

5 - O recurso ao procedimento de economia processual está sujeito à taxa prevista no ponto 7.3.2 do artigo 25.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

6 - O preparo será deduzido no valor final, no termo do processo, aquando da emissão do alvará, quando a este houver lugar.

7 - Salvo no caso de indeferimento liminar, onde pode haver devolução de 50% do preparo mediante requerimento do interessado, não haverá lugar ao abatimento ou à devolução do preparo em caso de indeferimento por caducidade, deserção ou desistência do processo por causa imputável ao requerente.

ARTIGO 38-A.º

(COMUNICAÇÕES PRÉVIAS)

1 - Aquando da apresentação de uma comunicação previa deve ser liquidada ou autoliquidada a totalidade da taxa, bem como a TRIU e a compensação urbanística, quando legal e regulamentarmente sejam devidas, podendo a mesma ser paga:

a) de imediato, por opção do interessado;

b) de acordo com o estatuído no nº 3 do 34 do RJUE.

2 - Quando da apresentação do pedido, nos termos da alínea b) do nº anterior é de imediato prestado para todas as modalidades de comunicação prévia, excetuando a de loteamento, um preparo no montante referido no artigo 11º C da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

3 - Nas comunicações prévias de loteamento é de imediato prestado um preparo de duas vezes o montante referido no ponto 1.3.1. do nº 1 do artigo 3º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

4 - Os preparos previstos nos nºs 2 e 3 são deduzidos ao valor final da taxa.

5 - O não pagamento da integralidade da taxa devida implica, sem prejuízo do especialmente disposto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Sintra, a liquidação adicional ou cobrança coerciva da taxa, se aplicável.

6 - Às prorrogações de prazo a que haja lugar no âmbito das comunicações prévias de obras de edificação, aplicam-se, com as devidas adaptações as taxas consagradas no artigo 12º-B da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 38-B.º

(INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES)

Aquando da apresentação das solicitações de autorização de infraestruturas de telecomunicações constante do artigo 20º a totalidade da taxa deve ser, de imediato, liquidada ou autoliquidada.

ARTIGO 38-C.º

(COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DO PETRÓLEO)

1 - Os pedidos tramitam ao abrigo do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro, com as alterações vigentes.

2 – À apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração nos termos do Regime jurídico de Urbanização e Edificação, aplicam-se as taxas previstas nos artigos 4.º-A a 11.º-A, 11.º-C a 12.º-B, 14.º, 15.º, 22.º e 25.º sem prejuízo das especialmente previstas nos artigos 21ºB e 21ºC.

3 - A licença de utilização para redes, equipamentos e estabelecimentos abrangidos pelo DL 267/2002, é emitida nos termos do Regime jurídico de Urbanização e Edificação, estando sujeita às taxas previstas nos artigos 21ºB e 21ºC;

4 - Às instalações não sujeitas a licenciamento nos termos do Decreto-Lei, n.º 267/2002, de 26 de novembro com as alterações vigentes, aplicam-se somente as taxas devidas pelas operações urbanísticas necessárias à sua concretização, e previstas nos artigos 4.º-A a 11.º-A, 11.º-C a 12.º-B, 14.º, 15.º, 22.º e 25.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 38-D.º

(INSTALAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS)

1 - As taxas previstas no nº1 artigo 21º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra são aplicáveis, aos atos de comunicação prévia efetuados no âmbito do Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, independentemente da operacionalização do respetivo sistema informático de suporte.

2 - As taxas previstas nos restantes números do artigo 21º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra são aplicáveis, a atos de idêntica natureza jurídica ou material efetuados no âmbito do Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, independentemente da operacionalização do respetivo sistema informático de suporte.

ARTIGO 38-E.º

(APRECIAÇÃO DE CANDIDATURAS A PROJECTOS DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL-PRIM)

1 - Pela apreciação e decisão dos projectos PRIM é devida pelos interessados o pagamento de uma taxa, destinada a financiar os encargos administrativos decorrentes dos procedimentos a desenvolver.

2 – A taxa a liquidar e a cobrar no âmbito do presente artigo é a prevista no artigo 6º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 39.º

(TRABALHOS EFETUADOS POR CONTA DE PARTICULARES OU OBRAS COERCIVAS)

1 - O valor dos trabalhos efetuados pela Câmara Municipal de Sintra por conta de particulares e/ou relativos a obras coercivas é calculado de acordo com a conjunção de preços referidos nas secções I a V do Capítulo XIV, sendo, nos demais, calculado de acordo com o seguinte somatório: “MOD + Materiais + Equipamentos + Outros Custos + Gastos de Gestão do Processo”, em que:

a) MOD = Preço de custo das atividades

b) Materiais = Preço de aquisição/construção

c) Equipamentos = Preço de custo de equipamentos utilizados

d) Outros Custos = Preço de custo de outras despesas imputadas à folha de obra

e) Gastos de Gestão do Processo = 10% x (MOD + Materiais+Equipamentos+Outros Custos), sendo que

o valor mínimo a cobrar nunca poderá ser inferior a 20,00 €.

2 - O preço de custo das atividades é o constante do Capítulo XIV da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

3 - O preço de custo dos equipamentos é o constante das folhas de obra criadas para o processo de obra coerciva e/ou por conta de particulares.

ARTIGO 40.º

(PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL)

1 - É permitido o acesso à informação sobre ambiente, na posse da Câmara Municipal, nos termos definidos na Lei n.º 19/2006, de 12 de Junho.

2 - O acesso e a consulta da informação a eventuais registos ou listas públicas elaborados e mantidos pela Câmara Municipal é gratuita.

3 - O fornecimento de informação sobre ambiente, nos termos definidos na Lei n.º 19/2006, de 12 de Junho está sujeito ao pagamento das taxas previstas no artigo 1.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

ARTIGO 41.º

(DIVERSO)

(REVOGADO)

CAPÍTULO VII

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO SOB JURISDIÇÃO MUNICIPAL

ARTIGO 42.º

(PREPARO)

1 - Aquando do pedido de emissão da licença de ocupação do espaço público, ocupação da via pública e publicidade será devido um preparo no valor de 40,00 €, a deduzir no valor final aquando da emissão do alvará.

2 – Aquando da apresentação:

- a) Da mera comunicação prévia prevista no n.º 2 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, não é devido preparo, mas deve ser prestada a totalidade da taxa;
- b) Do pedido de autorização, de ocupação do espaço público, prevista no n.º 4 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, é devido um preparo de 50,00 €..

3 – O preparo previsto na alínea b) do número anterior é deduzido ao valor final da taxa, a qual, quando não liquidada ou autoliquidada e cobrada integralmente, é objeto de liquidação adicional e cobrança, nos termos do artigo 12º.

4 – O não pagamento da integralidade da taxa devida implica, sem prejuízo do especialmente disposto no Regulamento de Publicidade , Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Sintra, a cobrança coerciva da taxa e a retirada voluntária ou coerciva do bem.

5 – Na eventualidade da licença se reportar a uma ocupação ou aposição de publicidade inferior a seis meses o preparo referido n.º 1 do presente artigo é reduzido em 50 %, sem prejuízo da dedução no valor final aquando da emissão do alvará.

ARTIGO 43.º

(OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE)

1 - O processo de licenciamento de mensagens publicitárias rege-se no Município de Sintra pelo Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Sintra.

2 - A cedência do direito de ocupação da via pública será concretizada de acordo com o estatuído no Regulamento referido no número anterior.

3 - Na liquidação das taxas devidas pela emissão da licença inicial, se esta não corresponder a um ano completo, levar-se-ão em conta tantos duodécimos quantos os meses contados até final do ano.

4 - Sem prejuízo das normas que integram o respetivo regulamento, no âmbito do licenciamento, autorização ou mera comunicação prévia de ocupação do espaço público e publicidade, podem ser estabelecidas, tendo por referência a taxa constante da tabela, ponderações adicionais diferenciadas de taxa, atenta a especificidade das diversas zonas do Município, o impacto ambiental dos equipamentos e a procura de ocupação e disponibilidade dos espaços públicos, minorando ou majorando os quantitativos aí referidos.

5 - Para o ano de 2016 não são estabelecidas as ponderações referidas no número anterior.

ARTIGO 43-A.º

(PUBLICIDADE EM ESTABELECIMENTOS)

1 - Sem prejuízo das regras sobre a utilização do espaço público e demais legalmente previstas no nº 3 do artigo 1º da Lei nº 97/88, de 17 de agosto, com a redação vigente, não se encontra sujeita a licenciamento ou a qualquer comunicação legalmente prevista a publicidade que se revista das seguintes características:

a) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e não são visíveis ou audíveis a partir do espaço público;

b) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial são afixadas ou inscritas em bens de que são proprietárias ou legítimas possuidoras ou detentoras entidades privadas e a mensagem publicita os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou está relacionada com bens ou serviços comercializados no prédio em que se situam, ainda que sejam visíveis ou audíveis a partir do espaço público;

c) Quando as mensagens publicitárias de natureza comercial ocupam o espaço público contíguo à fachada do estabelecimento e publicitam os sinais distintivos do comércio do estabelecimento ou do respetivo titular da exploração ou estão relacionadas com bens ou serviços comercializados no estabelecimento.

2 - Considera-se como contíguo à fachada do estabelecimento, para efeitos da alínea c) do número anterior, a mensagem de publicidade que tenha contato, suporte ou apoio permanente na sobredita fachada.

3 - O presente artigo aplica-se exclusivamente quanto ao âmbito material dos artigos 30º a 32º da Tabela

de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra e entra em vigor aquando da implementação do balcão do empreendedor, atento o disposto no Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, conjugado com a Portaria nº 131/2011, de 4 de abril, na sua redação vigente.

4 – O presente artigo não se aplica à publicidade afixada em veículos, pertencentes às empresas ou aos respetivos empresários, cujo licenciamento decorre nos termos do respetivo regulamento sendo taxado ao abrigo do artigo 33º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 44.º

(OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR MOTIVO DE OBRAS)

1 – As taxas devidas pela ocupação de via pública, por motivos de obras, previstas no artigo 26.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, serão pagas no momento da entrega do requerimento respetivo, sem o qual a pretensão não terá seguimento.

2 - A ocupação de via pública por motivos de obras, deverá ser precedida da emissão da respetiva licença municipal.

3 - O prazo das licenças de ocupação de via pública por motivo de obras não pode ultrapassar o prazo fixado nas licenças de obras a que se reportam.

4- No caso de não ser obrigatório o licenciamento da obra, estas licenças serão emitidas pelo prazo solicitado pelo interessado.

5 – A ocupação de via pública, por motivos de obras é susceptível de renovação por uma única vez, sendo a taxa devida, prevista na tabela mas agravada em 15% a título de desincentivo à ocupação do espaço público, paga integralmente com a apresentação do pedido.

ARTIGO 45º

(REMOÇÃO DE OBJETOS DA VIA PÚBLICA)

A remoção de objetos da via pública, ainda que concessionados, ficam sujeitos ao pagamento das despesas de remoção a calcular pela unidade orgânica responsável.

ARTIGO 45-A.º

(OCUPAÇÃO DO SUBSOLO COM TUBOS, CONDUTAS, CABOS CONDUTORES E SEMELHANTES)

Sempre que, face aos dados constantes do pedido e ao teor da respetiva memória descritiva, for inviável apurar o diâmetro em causa, a taxa a aplicar será a taxa referida no ponto 2.2. do artigo 29º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

CAPÍTULO VIII

CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

ARTIGO 46.º

(AUDITÓRIO DA CASA DA JUVENTUDE)

1 - A utilização do auditório da Casa da Juventude, está sujeita ao pagamento da taxa, mencionada no artigo 50.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município.

- 2 - A utilização do auditório, limita-se aos dias úteis, podendo contudo, em situações excepcionais e ponderadas caso a caso, permitir-se a sua utilização aos sábados, domingos e feriados.
- 3 - Os pedidos de utilização do auditório, serão entregues na Casa da Juventude, com uma antecedência de 45 dias úteis, sobre a data de realização do evento.
- 4 - A Câmara Municipal de Sintra tem sempre preferência na utilização do auditório da Casa da Juventude.

ARTIGO 46.º - A

(CARTÕES INTEGRADOS – COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE FITARES)

- 1 - O Complexo Desportivo Municipal de Fitaes dispõe dos cartões integrados previstos no ponto 2.3. do Artigo 50º-E da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.
- 2 – O Cartão Premium possibilita o acesso às seguintes actividades:
- a) Sala de Exercício – Livre Transito;
 - b) Hidroginástica – Natação em regime de utilização livre;
 - c) Natação com enquadramento técnico – Escola Municipal de Natação;
 - d) Actividades de Grupo – Livre Transito.
- 3 - O Cartão Prata possibilita o acesso a duas das seguintes actividades:
- a) Sala de Exercício – Livre Transito;
 - b) Hidroginástica – Natação em regime de utilização livre;
 - c) Natação com enquadramento técnico – Escola Municipal de Natação;
 - d) Actividades de Grupo – Livre Transito.

CAPITULO IX

CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

ARTIGO 47.º

(CEMITÉRIOS)

Não é permitida a transmissão entre vivos de terrenos de cemitérios ou de direitos sobre eles existentes, a não ser em casos excepcionais, devidamente fundamentados e mediante autorização da Câmara Municipal, sendo por isso, devidas taxas de valor correspondente a 50% das previstas no artigo 57.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, acrescidos do valor das taxas que, nos termos do artigo 59-A houver lugar.

ARTIGO 48.º

(CONCESSÃO DE TERRENOS E OCUPAÇÃO DE OSSÁRIOS MUNICIPAIS)

- 1 - A requerimento dos interessados, poderá a Câmara Municipal autorizar a concessão de terrenos nos cemitérios, para sepulturas perpétuas e para a construção ou remodelação de jazigos particulares, mediante o pagamento da taxa prevista no artigo 55.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.

2 - As taxas devidas pela concessão de terrenos destinados a sepulturas ou jazigos, deverão ser pagas no prazo de 15 dias, a contar do deferimento do pedido, no primeiro caso, e no segundo, a contar da demarcação do terreno.

3 - A cobrança das taxas previstas no n.º 2 do artigo 55.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas será efetuada nos meses de janeiro e fevereiro.

4 - Sempre que o pagamento da taxa não seja efetuado no prazo fixado no número anterior, o valor será acrescido de 50%.

ARTIGO 49.º

(INUMAÇÕES EM FINS DE SEMANA E FERIADOS)

As taxas devidas pela inumação em sábados, domingos ou dias feriados serão pagas no primeiro dia útil que se lhe seguir, devendo os funcionários dos cemitérios identificar o responsável e informar os serviços administrativos centrais.

ARTIGO 50.º

(TRANSLADAÇÕES)

Nas transladações de restos mortais depositados em jazigos ou ossários municipais, para jazigos particulares, sepulturas perpétuas ou para outros municípios, há lugar ao reembolso da taxa paga, deduzidas as anuidades vencidas.

CAPÍTULO X

MERCADOS MUNICIPAIS

ARTIGO 51.º

(PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO)

1 - O pagamento da taxa de ocupação prevista no artigo 64.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas iniciar-se-á no mês seguinte ao da arrematação.

2 - O pagamento da taxa será efetuado até ao dia 8 de cada mês.

CAPÍTULO XI

ATIVIDADES ECONÓMICAS

ARTIGO 52.º

(HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS)

1 – (REVOGADO)

2 – (REVOGADO).

3- As taxas previstas no artigo 62º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, quanto ao alargamento excepcional e pontual dos horários de funcionamento de cabarets e clubes nocturnos, bares e pubs, boites e dancings, discotecas, casas de fados; salas de jogos e outros estabelecimentos afins ou equiparáveis aos atrás referidos, de acordo com a tipificação e previsão espacial constante no

respectivo Regulamento Municipal, têm, a título de desincentivo da atividade e dado o acrescido impacto ambiental nas populações, um agravamento de 50%.

4 – As solicitações de reanálise das decisões ou deliberações de redução de horário e da sua fundamentação factica, de acordo com a previsão constante no respectivo Regulamento Municipal, são taxadas em 50% da taxa prevista no n.º 1 do artigo 62.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 52.º-A

(METROLOGIA)

Os pedidos no âmbito do artigo 85.º do Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra são objeto de pagamento integral prévio à realização da operação material.

ARTIGO 53.º

(EQUIPAMENTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS)

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por equipamentos de abastecimento, o aparelho que abastece os reservatórios dos veículos rodoviários.

ARTIGO 54.º

(ACRÉSCIMOS)

(REVOGADO pelo DL 42/2008 de 10 de março)

ARTIGO 55.º

(PAGAMENTOS)

1 - Os pedidos de emissão de licenças de funcionamento de recintos independentemente da sua natureza, previstos no artigo 63.º da Tabela serão pagos no ato do pedido.

2 - Os pedidos de licença de funcionamento de recintos itinerantes, improvisados e provisórios requeridos fora do prazo estipulado no n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Funcionamento dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos do Município de Sintra, estão sujeitos ao pagamento de um agravamento no valor de 50% sobre o montante total da taxa devida a final.

3 - Em caso de indeferimento, excetuado o liminar, caducidade, deserção ou desistência do processo por causa imputável ao requerente, não haverá lugar ao abatimento ou à devolução da taxa.

Artigo 55-A.º

(ACESSO ÀS ATIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇO E RESTAURAÇÃO)

1 — O acesso às atividades previstas nas alíneas a) a c) e g) a l) do n.º 1 do artigo 4.º do RJACSR está sujeito ao regime da mera comunicação prévia apresentadas ao município através do «Balcão do empreendedor».

2 — Excetua -se do disposto no n.º 1 a exploração de lavandarias exploradas por Instituições Particulares de Solidariedade Social ou entidades equiparadas.

3 — Ficam sujeitos exclusivamente à apresentação da mera comunicação prévia os estabelecimentos de restauração ou de bebidas mencionados na alínea l) do n.º 1 do artigo 4.º do RJACSR e os estabelecimentos de comércio referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do mesmo artigo que disponham de secções acessórias destinadas a atividades industriais tal como definidas na alínea bb) do artigo 2.º do RJACSR, cuja potência elétrica contratada seja igual ou inferior a 99 kVA.

4 — As meras comunicações prévias devem conter os dados e ser acompanhadas dos elementos instrutórios constantes de portaria a aprovar pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais, da economia e do ambiente.

5 — Sempre que a instalação de um estabelecimento de comércio, de serviços, de restauração ou de bebidas ou de um armazém para o exercício de uma atividade de comércio ou de serviços abrangida pelo presente decreto-lei envolva a realização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio municipal nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a mera comunicação prévia deve ser instruída com o competente título urbanístico ou com o respectivo código de acesso.

6 — A alteração significativa das condições de exercício das actividades referidas no n.º 1, bem como a alteração da titularidade do estabelecimento, quando aplicável, estão sujeitas a mera comunicação prévia.

7 — Entende-se por alteração significativa, a alteração de um estabelecimento de comércio, serviços, de restauração ou de bebidas, ou de um armazém que configure a alteração de ramo de atividade, bem como a alteração da área de venda, independentemente da realização de obras sujeitas a controlo prévio municipal.

8 — O encerramento dos estabelecimentos ou cessação das actividades previstas no n.º 1 devem ser comunicados até 60 dias após a ocorrência do facto.

Artigo 55.º -B **(AUTORIZAÇÃO)**

1 — Está sujeito à obtenção de autorização do município, o acesso às seguintes atividades:

- a) A exploração de estabelecimentos de comércio por grosso e de armazéns de géneros alimentícios de origem animal que exijam condições de temperatura controlada, conforme identificados na lista III do anexo I do RJACSR, a título principal ou secundário;
- b) A exploração de estabelecimentos de comércio, por grosso e a retalho, e armazéns de alimentos para animais, conforme identificados na lista II do anexo I do RJACSR, a título principal ou secundário;
- c) A exploração de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, nos casos em que deva haver lugar a pedido de dispensa dos requisitos constantes dos artigos 126.º a 130.º e 133.º do RJACSR.

2 — Ficam sujeitos exclusivamente à obtenção de autorização prevista no presente artigo os estabelecimentos identificados nas alíneas a), b) e c) do número anterior que disponham de secções acessórias destinadas a atividades industriais tal como definidas na alínea bb) do artigo 2.º do RJACSR, cuja potência elétrica contratada seja igual ou inferior a 99 kVA.

3 — Os pedidos de autorização devem conter os dados e ser acompanhados dos elementos instrutórios constantes de portaria a aprovar pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais, da economia, do ambiente e da agricultura e do pagamento das

taxas devidas e fixadas pelo Município de Sintra constantes da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, anexas ao presente Regulamento.

4 — O Município verifica a conformidade do pedido de autorização apresentado de acordo com o disposto no artigo 20.º do RJACSR e no número anterior, no prazo máximo de cinco dias.

5 — No caso de o pedido de autorização não se encontrar instruído com todos os elementos devidos, o Município emite um despacho de convite ao aperfeiçoamento, via «Balcão do empreendedor», dispondo o requerente de um prazo máximo de 20 dias para corrigir ou completar o pedido, sob pena de indeferimento liminar.

6 — A faculdade prevista no número anterior apenas é utilizada uma vez relativamente a cada requerimento.

7 — Os prazos referidos no n.º 1 do artigo seguinte são suspensos até à receção dos elementos instrutórios solicitados.

8 — O Município designa um gestor do procedimento para cada procedimento, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual, acompanhando, nomeadamente a instrução, o cumprimento de prazos, a prestação de informação e os esclarecimentos aos interessados.

9 — A alteração significativa das condições de exercício das actividades referidas no n.º 1, bem como a alteração da titularidade do estabelecimento, quando aplicável, está sujeita a averbamento na autorização, nos termos a definir em portaria.

Artigo 55.º -C **(PRAZOS PARA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES)**

1 — O município delibera sobre o pedido de autorização no prazo de 30 dias a contar da receção do requerimento, sem prejuízo do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo anterior.

2 — O decurso do prazo previsto no número anterior sem que o município emita a autorização dá lugar a deferimento tácito, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do RJACSR.

3 — Nos casos das atividades mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 55.º - B e dos artigos 50.º e 67.º do RJACSR, o município delibera sobre o pedido de autorização no prazo de 10 dias contados a partir:

a) Da data da receção do parecer contendo o resultado da vistoria da Direção -Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) a que se refere o artigo 10.º do RJACSR;

b) Do termo do prazo para a receção dos pareceres da DGAV referido na alínea anterior, sempre que esta entidade não se pronuncie até essa data.

4 — A informação sobre os estabelecimentos para os quais tenha sido concedida autorização de exploração é comunicada automaticamente à DGAE, através do «Balcão do empreendedor».

Artigo 55.º - D **(DISPENSA DE REQUISITOS)**

1 — Os requisitos a que se faz referência na alínea c) do n.º 1 do artigo 55.º-B podem ser dispensados quando, por questões arquitectónicas ou técnicas, a sua estrita observância seja impossível ou possa

comprometer a viabilidade económica do estabelecimento e desde que não sejam postas em causa as condições de segurança, salubridade e ruído legalmente estabelecidas.

2 — Constitui, ainda, fundamento de dispensa de requisitos:

- a) O contributo para a requalificação ou revitalização da área circundante do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;
- b) O contributo para a conservação do edifício ou fração autónoma onde se instala o estabelecimento;
- c) A estrita observância dos requisitos exigidos para as instalações e equipamentos afetar significativamente a rendibilidade ou as características arquitetónicas ou estruturais dos edifícios que estejam classificados como de interesse nacional, público ou municipal ou que possuam valor histórico, arquitetónico, artístico ou cultural;
- d) O facto de o estabelecimento estar integrado em conjunto comercial que já cumpra esses requisitos.

3 — A dispensa deve ser indeferida quando estejam em causa condicionamentos legais ou regulamentares imperativos relativos à segurança contra incêndios, à saúde pública ou a operações de gestão de resíduos, ou requisitos imperativos de higiene dos géneros alimentícios expressamente previstos nos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004

Artigo 55.º -E
(INTEGRAÇÃO DE CONTROLOS)

São integrados no procedimento de autorização da atividade, de acordo com o disposto no artigo 12.º do RJASCR, outros controlos e formalidades conexos com o exercício da atividade, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais, da economia e pela área que integra a obrigação em causa.

Artigo 55.º -F
(AUTORIZAÇÃO CONJUNTA)

A instalação ou a alteração significativa de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8000 m2 está sujeita a autorização conjunta, nos termos dos artigos 6.º e 13.º a 19.º do RJASCR e observando o disposto nas Portarias n.º 57 -D/2015, de 27 de fevereiro, n.º 60 -B/2015, de 2 de março e n.º 104 -A/2015, de 10 de abril, ou outras que as vierem substituir.

ARTIGO 56.º
(ELEMENTOS PATENTEADOS A CONCURSO OU PROCEDIMENTO)

O valor dos programas de concursos, cadernos de encargos e demais elementos patenteados a concurso ou procedimento, é calculado com base no número total de cópias, sendo aplicável a cada cópia o valor constante do número 11 do artigo 1.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.



ARTIGO 56.-Aº
(AVERBAMENTOS)

Sem prejuízo de previsão distinta em norma específica da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, aos averbamentos necessários no âmbito do presente capítulo, aplica-se a taxa referida no 4º do artigo 1º da aludida Tabela, devendo o respetivo pagamento ser efetivado em simultâneo com a apresentação do pedido.

CAPÍTULO XII
AMBIENTE

ARTIGO 57.º
(ATIVIDADES RUÍDOSAS TEMPORÁRIAS)

As atividades ruidosas de caráter temporário, nos casos em que a respetiva autorização não incumba legalmente à Junta de Freguesia, devem ser precedidas de autorização municipal, mediante licença especial, cuja taxa é cobrada nos termos do artigo 79.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, e nos casos previstos no artigo 15.º do Decreto Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com as alterações vigentes, sendo paga aquando da entrega do pedido.

ARTIGO 58.º
(LICENÇA)

1 - A licença prevista no artigo anterior deve ser requerida com a antecedência mínima de 15 dias, a contar da data prevista para o exercício da atividade ruidosa ou evento.

2 – Sempre que o pedido for recebido pelos serviços municipais com menos de 15 dias sobre a data do evento as taxas, a título de desincentivo, são agravadas em 40 %.

ARTIGO 59.º
(TAXA AMBIENTAL DE AUTORIZAÇÃO E TRANSPORTE DE ENTULHOS E OUTROS RESÍDUOS EQUIPARADOS POR EMPRESAS PRIVADAS)

(REVOGADO - tendo em vista o disposto no regime jurídico dos Resíduos de Construção e Demolição, aprovado pelo Decreto-Lei nº 46/2008 de 12 de março, em articulação com o DL 178/2006 de 5 de setembro)

ARTIGO 59.º-A
(TAXA DE ALUGUER DE PLANTAS E VASOS)

A taxa de aluguer de plantas e vasos é calculada de acordo com a fórmula inserta no Anexo I, “ex-vi” nº 4 do artigo 3º do Regulamento de Aluguer de Plantas da Câmara Municipal de Sintra.



CAPÍTULO XIII

UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS

ARTIGO 60.º

(CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS MUNICIPAIS)

- 1 - Os imóveis municipais podem pertencer ao domínio público municipal ou ao domínio privado municipal.
- 2 - Os imóveis do domínio privado do município estão agrupados na Tabela de Taxas e Outras Receitas em: Edifícios de Valor Cultural, Edifícios, Jardins/Parques de Valor Cultural, Espaços Exteriores, Quinta da Ribafria.
- 3 - Os edifícios classificados ou em vias de classificação, os imóveis de interesse público, imóveis de interesse municipal, os considerados património mundial e ainda aqueles que, embora não classificados, possuam valor histórico- cultural, consideram-se edifícios de Valor Cultural.
- 4 - Consideram-se Jardins/Parques de Valor Cultural os terrenos na mesma situação dos edifícios mencionados no número anterior que, muito embora sejam de uso público, como os espaços exteriores, estão registados como terrenos do domínio privado do município.
- 5 - A Quinta da Ribafria, apesar de constituir um Edifício de Valor Cultural, pode ser utilizado para produções audiovisuais e outros eventos.
- 6 - Os espaços do Palácio Municipal de Valenças, imóvel de Valor Cultural inserto no domínio privado municipal, encontram-se vocacionados primordialmente para eventos que tenham interesse para o Município, designadamente no âmbito cultural, social, educativo e/ou político, sendo as respetivas cedências e isenções a que haja lugar expressa e formalmente autorizadas pelo Presidente da Câmara.

ARTIGO 61.º

(CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO)

- 1 - A utilização dos espaços municipais mencionados no artigo anterior, para produções audiovisuais como sejam publicidade, filmagens ou outras atividades comerciais ou culturais, poderá ser autorizada pelo Presidente da Câmara, mediante a cobrança duma taxa de utilização, prevista nos artigos 88.º a 91º da Tabela de Taxas e Outras Receitas.
- 2 - Antes do início da utilização dos espaços municipais, deverá ser depositada uma caução, cujo montante se encontra previsto na Tabela de Taxas e Outras Receitas.
- 3 - O Estado, seus institutos e organismos autónomos personalizados, os municípios, freguesias e empresas municipais estão dispensados da prestação de caução ou outro meio de garantia permitido.
- 4 - A caução poderá ser substituída por seguro, seguro-caução ou garantia bancária.
- 5 - São da inteira responsabilidade do utilizador todos os danos que venham a ser causados nos espaços municipais, durante o seu período de utilização, sendo que o valor a cobrar será o correspondente aos custos de reposição acrescido de 10 % do valor.



CAPÍTULO XIV OUTROS

ARTIGO 61.ºA

(EQUIPAMENTOS DE SOM E LUZ)

1 - A previsão constante do nº 4 do artigo 48º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra aplica-se à cedência de equipamento de som e de luz municipal não afeto especialmente a imóveis municipais.

2 - Acrescem, a título de taxa, os custos de trabalho extraordinário ou suplementar concretamente realizados por parte de colaboradores municipais sempre que para operar os equipamentos referidos no número anterior, seja necessária a sua prestação fora do horário normal de serviço ou em fim de semana, sendo devido um preparo correspondente ao valor estimado de horas o qual é objeto de acerto quando da liquidação e cobrança, a final, efetuada em momento posterior à sua concretização.

ARTIGO 61.ºB

(PLACAS DE SINALIZAÇÃO E ACESSO A ÁREAS ESPECÍFICAS)

1 - Os pedidos no âmbito do artigo 41º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra são objeto de pagamento integral aquando da apresentação da respetiva solicitação.

2 - A colocação de espelhos parabólicos de interesse particular não é taxada quando, na sequência de avaliação técnica dos serviços, devidamente fundamentada, se conclua que a mesma contribui inequivocamente para a segurança da via em causa.

3 - Na sequência da constatação referida no número anterior e mediante despacho superior, deve proceder-se à devolução do quantitativo da taxa ao interessado.

ARTIGO 61.ºC

(DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS)

1 - Sem prejuízo das previsões específicas consagradas nos diversos Capítulos do presente Regulamento e na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, até à implementação em concreto do Balcão do Empreendedor ou de outras plataformas adequadas em razão da respetiva matéria que prevejam a desmaterialização, os procedimentos de comunicação, taxação, liquidação e cobrança que seja necessário desenvolver, decorrem de acordo com os valores já consagrados e nos termos do disposto no presente regulamento e na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

2 - As dúvidas de aplicação do presente artigo são, sempre que necessário, objeto de despacho interpretativo, por parte do Presidente da Câmara.



CAPÍTULO XV

CONTRAORDENAÇÕES

ARTIGO 62.º

(CONTRAORDENAÇÕES)

1 - Sem prejuízo do eventual procedimento criminal e das regras insertas em lei especial ou regulamento municipal, quando aplicável, constituem contraordenações:

- a) As infrações às normas reguladoras das taxas, encargos de mais valias e demais receitas de natureza fiscal.
- b) A inexatidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação ou autoliquidação das taxas e outras receitas municipais.

2 – Os casos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior, são sancionados com coima de 1 a 5 vezes a retribuição mínima mensal garantida para as pessoas singulares e 2 a 10 vezes para as pessoas coletivas.

CAPÍTULO XVI

GARANTIAS FISCAIS

ARTIGO 63.º

(GARANTIAS FISCAIS)

1 - À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, encargos de mais valias e demais receitas de natureza fiscal, aplicam-se as normas da Lei Geral Tributária e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

2 - Compete ao órgão executivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas, encargos de mais valias e outras receitas de natureza tributária aplicando-se com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário e demais normativos aplicáveis.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 63.ºA

(PREÇOS)

Os preços referidos na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra incluem, quando for aplicável, o IVA à taxa legal.

ARTIGO 64.º

(DIREITO SUBSIDIÁRIO)

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Regulamento aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei das Finanças Locais, na Lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no regime geral das taxas das autarquias locais.



ARTIGO 65.º
(INTERPRETAÇÃO)

A interpretação do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra e bem assim a integração das lacunas suscitadas na respetiva aplicação são da competência do Presidente da Câmara Municipal.

ARTIGO 66.º
(DISPOSIÇÃO REVOGATÓRIA)

- 1 - Fica revogado o anterior Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra referido como Regulamento nº 433/2015, publicado como na II Série de Diário da República nº 140 de 21 de julho de 2015, o qual inclui a Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra,
- 2 - São expressamente revogados os nºs 2 e 3 do artigo 11º do Regulamento de Aluguer de Plantas da Câmara Municipal de Sintra.
- 3 – São revogados os normativos regulamentares e procedimentos de carácter intraorgânico que disponham em contrário ao teor do presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

ARTIGO 67.º
(ENTRADA EM VIGOR)

- 1 - Este Regulamento e a Tabela de Taxas e Outras Receitas que o integra entram em vigor cinco dias úteis após a respetiva publicação em II Série de Diário da República.
- 2 – O presente Regulamento e a Tabela de Taxas e Outras Receitas que o integra aplica-se a todos os pedidos e processos em relação aos quais ainda não tenha ocorrido o acto de liquidação de taxas.
- 3** - Todas as normas de natureza transitória ou que tenham carácter inovador no que se reporta a reduções e isenções, insertas no presente Regulamento, só são eficazes após a entrada em vigor do mesmo decorrente da publicação em II série do Diário da República, não tendo efeitos retroactivos, mantendo-se todavia em vigor até à sua revogação ou eventual substituição por Regulamento subsequente.

ANEXO I

Apuramento dos custos minuto/funcionário para a Tabela de Taxas de 2016

Unidade Orgânica		Custo minuto / funcionário
DAAD	Divisão de Assuntos Administrativos	0,14 €
DAGE	Divisão de Ambiente e Gestão do Espaço Público	0,21 €
DCCO	Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental	0,19 €
DCD	Departamento de Cultura, Juventude e Desporto	0,08 €
DCUL	Divisão de Cultura	0,14 €
DDJU	Divisão de Desporto e Juventude	0,12 €
DFP	Departamento de Administração, Finanças e Património	0,24 €
DGEM	Divisão de Gestão de Edifícios Escolares e Municipais	0,15 €
DGP	Departamento de Obras Municipais e Gestão do Espaço Público	0,27 €
DGPI	Divisão de Gestão do Património Imóvel	0,25 €
DGT	Departamento de Gestão do Território	0,25 €
DHSC	Divisão de Habitação e Serviços Comunitários	0,22 €
Div. Zona	Divisão de Zona	0,32 €
DPMF	Divisão de Polícia Municipal e Fiscalização	0,18 €
DTMU	Divisão de Trânsito e Mobilidade Urbana	0,20 €
DTUR	Divisão de Turismo	0,13 €
GAMQ	Gabinete de Apoio ao Município	0,15 €
GJN	Gabinete Jurídico e de Notariado	0,23 €
GLAE	Gab.Licenciamento Actividades Económicas e Gestão de Mercados	0,17 €
GMVM	Gabinete Médico-Veterinário	0,14 €
SCEM	Secção de Cemitérios	0,14 €
Serv. Gestor	Serviço Gestor	0,17 €
SMPC	Serviço Municipal de Protecção Civil	0,19 €
SNAT	Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo	0,27 €

N.B.- O cálculo foi feito com base no apuramento dos custos de 2014

TABELA

Anexo XI

Regulamento de Taxas do Município do Montijo



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Regulamento de Taxas do Município do Montijo

Índice

CAPÍTULO I - Disposições gerais

Artigo 1º - (Âmbito)

Artigo 2º - (Incidência objectiva)

Artigo 3º - (Incidência subjectiva)

Artigo 4º - (Montantes das taxas)

Artigo 5º - (Isenções)

Artigo 6º - (Reduções)

Artigo 7º - (Taxas por ocupação da via pública por esplanadas)

Artigo 8º - (Pedido de isenção)

Artigo 9º - (Prazo de validade das licenças e autorizações)

Artigo 10º - (Averbamentos)

Artigo 11º - (Urgência)

Artigo 12º - (Pagamentos a terceiras entidades)

CAPÍTULO II - Liquidação

Artigo 13º - (Valores das taxas)

Artigo 14º - (Nota de liquidação)

Artigo 15º - (Regra para cálculo de período de liquidação)

Artigo 16º - (Liquidação quando ocorra deferimento tácito)

Artigo 17º - (Erros na liquidação das taxas)

CAPÍTULO III - Pagamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 18º - (Vencimento da obrigação de pagamento)

Artigo 19º - (Prazos de pagamento)

Artigo 20º - (Pagamento em prestações)

Artigo 21º - (Modo de pagamento)

Artigo 22º - (Actualização)

Artigo 23º - (Cobrança das taxas)

CAPÍTULO IV - Cobrança coerciva

Artigo 24º - (Juros de mora)

Artigo 25º - (Transformação em receitas virtuais)

CAPÍTULO V - Disposições finais

Artigo 26º - (Direito subsidiário)

Artigo 27º - (Norma revogatória)

Artigo 28º - (Dúvidas e omissões)

Artigo 29º - (Aplicação no tempo)

Artigo 30º - (Aplicação diferida)

Artigo 31º - (Entrada em vigor)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Preâmbulo

O presente Regulamento e Tabela de Taxas é elaborado ao abrigo do artigo 241º, da Constituição da República, do n.º 1, do artigo 8º, da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro, da al. a) do n.º 2, do artigo 53º e do n.º 6, do artigo 64º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, da Lei 15/2002, de 22 de Fevereiro, e ainda do DL 97/88, de 17 de Agosto, do DL 48/96, de 15 de Maio, do DL 411/98, de 30 de Dezembro, do DL 139/99, de 28 de Abril, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, do DL 267/2002, de 30 de Novembro, do DL 309/2002, de 16 de Dezembro, do DL 310/2002, de 18 de Dezembro, do DL 320/2002, de 28 de Dezembro, do DL 69/2003, de 10 de Abril, da Lei 6/2006, de 27 de Fevereiro, do DL 81/2006, de 20 de Abril, do DL 9/2007, de 17 de Janeiro, do DL 234/2007, de 19 de Junho, da Lei 46/2007, de 24 de Agosto, do DL 340/2007, de 12 de Outubro, do DL 259/2007, de 17 de Julho, do DL 39/2008, de 7 de Março e do DL 42/2008, de 10 de Março.

Sem prejuízo da aplicação de critérios incentivadores e desincentivadores, na fixação do valor das taxas foram tomados em conta os custos com a actividade pública municipal, apurados em estudo económico e financeiro expressamente elaborado para o efeito e aprovado em simultâneo com o presente Regulamento e Tabela de Taxas ou o benefício auferido pelo particular ou ainda com base em critérios de desincentivo, pelo impacto ambiental negativo que certas actividades causam.

O projecto de Regulamento foi submetido a apreciação pública, de acordo com o disposto no artigo 118º, do Código do Procedimento Administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

(Âmbito)

1. O presente Regulamento e Tabela de Taxas aplica-se às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação do pagamento de taxas que se estabeleçam entre o Município do Montijo e os particulares.
2. Nos casos em que os actos de liquidação e de cobrança ou qualquer deles, for praticado por uma Freguesia por via de delegação de competências, considera-se a relação jurídico-tributária estabelecida entre o Município do Montijo e o particular.

Artigo 2º

(Incidência objectiva)

1. As taxas previstas no presente Regulamento e Tabela incidem sobre a prestação concreta de um serviço público municipal, sobre a utilização privada de bens do domínio público ou privado municipal ou sobre a remoção de um obstáculo jurídico, mesmo que a competência se ache delegada numa Freguesia.
2. São ainda sujeitas ao pagamento de taxas as actividades realizadas por particulares que sejam geradoras de impacto ambiental negativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

3. Quando, por imposição legal, houver lugar a publicações dos actos praticados pelos órgãos do Município do Montijo, ao valor da taxa prevista no artigo 2º da Tabela anexa, acresce o preço das publicações.
4. A taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas (TMU) constitui a contraprestação devida ao Município do Montijo pelos encargos suportados por este com a realização, a manutenção ou o reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias da sua competência, decorrente das seguintes operações:
 - a) Loteamentos e suas alterações;
 - b) Construção, reconstrução e ampliação de edifícios e alteração do seu uso, localizados em área não abrangida por operação de loteamento;
5. À taxa de busca prevista no artigo 1º da Tabela anexa, acresce a tarifa devida pela reprodução dos documentos objecto da busca.
6. À apreciação e licenciamento de projectos de construção, reconstrução ou alterações de jazigos particulares situados em cemitérios municipais, aplicam-se as taxas previstas no Capítulo VIII da Tabela anexa.
7. Quando na mesma unidade de ocupação haja mais de uma actividade exercida, para efeitos de aplicação do artigo 27º, deve ser considerado o valor mais elevado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 3º

(Incidência subjectiva)

1. O sujeito passivo da relação jurídico-tributária é qualquer pessoa singular ou colectiva, pública ou privada que não estando isenta por força do presente Regulamento ou de norma legal de valor superior, apresente pretensão ou pratique facto a que corresponda o pagamento de uma taxa, ainda que agindo no interesse de terceiro.
2. No caso da taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas o pagamento da taxa é da responsabilidade, conforme se trate de loteamento ou de construções edificadas fora destes, do requerente do loteamento ou da construção.
3. Caso sejam vários os sujeitos passivos, todos são solidariamente responsáveis pelo pagamento, salvo se o contrário resultar da lei ou do presente regulamento.

Artigo 4º

(Montantes das taxas)

1. Os montantes das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento são fixados em obediência ao principio da equivalência jurídica e económica, adequando-se ao custo suportado na prestação do serviço ou do benefício outorgado.
2. Aqueles montantes podem ainda incluir um valor fixado em função de critérios de desincentivo à prática dos actos sujeitos a taxa, como meio de realização das políticas municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 5º

(Isenções)

1. Estão isentas de taxas:

- a) As pessoas coletivas públicas ou privadas a quem a lei confira tal isenção;
- b) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social e entidades a esta legalmente equiparadas, as associações religiosas, culturais, desportivas, recreativas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, relativamente às pretensões não urbanísticas que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários e mediante deliberação da Câmara Municipal para o efeito, nos termos legalmente aplicáveis;
- c) Os deficientes, com comprovado grau de deficiência superior a 50%, relativamente:
 - i. à ocupação do domínio público para estacionamento privativo e com rampas fixas de acesso;
 - ii. pela realização de obras que visem exclusivamente a redução ou eliminação de barreiras arquitectónicas ou a adaptação de imóveis às suas limitações funcionais.
- d) As pessoas singulares beneficiárias do rendimento de reinserção social.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

2. Por deliberação da Câmara Municipal do Montijo, devidamente fundamentada, podem beneficiar de isenção de taxas as pretensões de manifesto e relevante interesse público municipal.
3. Estão ainda isentos de taxa de publicidade, os anúncios destinados a identificar a localização de farmácias, de profissões médicas e para médicas e outros serviços de saúde, desde que se limitem a especificar os titulares, especialização e horários de funcionamento.
4. Estão isentos da taxa prevista no artigo (*taxas urbanísticas*) da Tabela:
 - a) Os requerentes das operações urbanísticas que consistam em obras de conservação em imóveis classificados de interesse municipal, desde que exigidas pelo Município do Montijo;
 - b) As obras de demolição impostas pela Câmara Municipal, independentemente de implicarem ou não a aprovação do correspondente projecto;
 - c) Os requerentes de operações urbanísticas relativas a obras de escassa relevância;
 - d) A colocação de tapumes ou resguardos e de andaimes na via pública para execução de obras de conservação de edificações, desde que a ocupação não perdure por mais de um mês;
 - e) A construção de vedações nas parcelas inseridas em espaço urbano, quando decorrentes da demolição do imóvel por motivos



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

de degradação e/ou ruína, ou se houver risco para a segurança e saúde públicas;

- f) A apreciação de candidaturas no âmbito do RECRIA e RECRIPH;
 - g) As vistorias da competência da CAM ou por ela determinadas;
 - h) Cada comunicação dirigida às partes no âmbito dos actos da competência da Comissão Arbitral Municipal;
 - i) Outras isenções previstas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.
5. As isenções referidas nos números que antecedem não dispensam os beneficiários de requererem as necessárias licenças, quando exigidas, nos termos da lei ou dos regulamentos municipais.

Artigo 6º

(Reduções)

1. Estão sujeitas a redução de 50% as taxas devidas pela concessão de licenças para construção de prédios urbanos pelos titulares do cartão jovem municipal e pelos titulares do cartão do idoso, desde que se destinem à sua habitação própria e permanente.
2. Outras reduções previstas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.
3. Estão sujeitas a redução de 30% as taxas devidas pela afixação de publicidade em mobiliário urbano dotado de interesse público e destinado a utilização geral e coletiva, designadamente abrigos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

passageiros e mupis em que uma das faces se destina a utilização institucional do Município para informação e divulgação de atividades, iniciativas e ações municipais, a que se reporta o artigo 14º., nº. 1 da Tabela de Taxas.

Artigo 7º

(Taxas por ocupação da via pública por esplanadas)

A ocupação da via pública com esplanadas abertas nos centros históricos das Freguesias de Montijo, Atalaia, Canha e Sarilhos Grandes, devidamente delimitados nos anexos I a IV do presente Regulamento, está isenta do pagamento das taxas previstas no artigo 9º., nº. 2, ponto 2.13, subponto 2.13.1 da Tabela de Taxas.

Artigo 8º

(Pedido de isenção)

1. O pedido de isenção ou de redução do pagamento de taxas deve ser apresentado pelo interessado, antes do termo do prazo para o pagamento voluntário, acompanhado dos documentos que comprovem o direito à isenção ou à redução.
2. A apresentação do pedido de isenção ou de redução faz suspender o prazo para pagamento voluntário, que se retoma após a notificação da decisão.
3. O indeferimento do pedido de isenção ou de redução do pagamento de taxas deve ser fundamentado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 9º

(Prazo de validade das licenças e autorizações)

As licenças e autorizações possuem sempre natureza precária mas renovam-se automaticamente findo o prazo para o qual foram concedidas, sem prejuízo do poder do Município do Montijo determinar a sua não renovação.

Artigo 10º

(Averbamentos)

Mediante requerimento fundamentado e instruído com prova documental adequada, poderá ser autorizado o averbamento das licenças emitidas pelo Município do Montijo.

Artigo 11º

(Urgência)

Sempre que o interessado requeira urgência na emissão de certidões, fotocópias e segundas vias e aquela seja atendida no prazo de três dias, será devida uma sobretaxa de montante igual ao da taxa aplicável.

Artigo 12º

(Pagamentos a terceiras entidades)

Sempre que a prática de um acto por parte dos Serviços ou dos órgãos do Município do Montijo obrigue à presença remunerada de representantes de terceiras entidades ou a prestação de serviços por parte destas, os respectivos montantes remuneratórios e preços ou taxas desses serviços acrescentarão às taxas devidas ao Município do Montijo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

CAPÍTULO II

Liquidação

Artigo 13º

(Valores das taxas)

1. O valor das taxas a cobrar pelo Município do Montijo é o constante da Tabela de Taxas anexa.
2. O valor das taxas a liquidar, quando expresso em cêntimos, deverá ser arredondado, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo.
3. No cálculo dos valores das taxas previstas na Tabela anexa ao presente Regulamento será tomada em conta, como unidade mínima, a medição padrão.

Artigo 14º

(Nota de liquidação)

1. A liquidação das taxas constará de uma Nota de Liquidação, que integrará o respectivo processo administrativo e que conterà:
 - a) A identificação do sujeito passivo;
 - b) A discriminação do acto que dá origem à liquidação da taxa;
 - c) O enquadramento na Tabela de Taxas;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

- d) Cálculo do montante a pagar, que resulta da conjugação do disposto nas alíneas b) e c);
 - e) O montante dos juros compensatórios ou de mora que forem devidos e a forma do seu cálculo;
 - f) O montante de impostos receita do Estado, se devidos.
2. A liquidação das taxas não precedida de processo administrativo far-se-á nos respectivos documentos de cobrança.

Artigo 15º

(Regra para cálculo de período de liquidação)

- 1. O cálculo das taxas cujo quantitativo deva ser apurado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário.
- 2. Para efeitos do número anterior, considera-se semana o período de segunda-feira a domingo.

Artigo 16º

(Liquidação quando ocorra deferimento tácito)

São aplicáveis aos actos que configurem deferimento tácito, as taxas previstas para o deferimento expresse.

Artigo 17º

(Erros na liquidação das taxas)

- 1. Quando ocorra liquidação por valor inferior ao devido, os serviços promoverão de imediato a liquidação adicional, notificando o



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

devedor, por correio registado com aviso de recepção, para pagar a importância devida no prazo de 15 dias.

2. Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda a informação de que o não pagamento, findo aquele prazo, implica a cobrança coerciva nos termos dos artigos 24º e 25º do presente Regulamento.
3. Quando o quantitativo resultante da liquidação adicional seja igual ou inferior a 10 €, não haverá lugar à sua cobrança.
4. Quando ocorra erro de cobrança por excesso, deverá o Município do Montijo, independentemente da reclamação do interessado, promover, de imediato, a restituição da quantia cobrada a mais, nos termos da legislação em vigor.
5. Não produzem direito a restituição os casos em que a pedido do interessado, sejam introduzidas nos processos alterações ou modificações produtoras de taxaço menor.

CAPÍTULO III

Pagamento

Artigo 18º

(Vencimento da obrigação de pagamento)

1. As taxas deverão ser pagas:
 - a) Dentro do prazo que constar da notificação da decisão que recair sobre a pretensão;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

- b) Tendo ocorrido deferimento tácito, no momento do levantamento do documento que titular a licença;
 - c) Tendo ocorrido deferimento tácito e não havendo lugar ao levantamento do título da licença, no prazo de dez dias contados a partir da data em que se considere praticado o deferimento tácito.
2. O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de pagamento em prestações.
 3. As taxas que recaiam sobre actos sujeitos a comunicação prévia são liquidadas no momento em que os serviços municipais competentes se pronunciarem sobre a comunicação, ou serão autoliquidadas pelo particular se não ocorrer resposta dentro do prazo que a lei defina para o efeito.
 4. Sem prejuízo da cobrança coerciva, o não pagamento das taxas implica a extinção do procedimento administrativo.
 5. O interessado poderá obstar à extinção do procedimento administrativo se efetuar o pagamento da liquidada e devida, acrescida de 25%, nos 30 dias seguintes ao termo do prazo inicialmente previsto.
 6. Também não ocorrerá extinção do procedimento administrativo se o interessado deduzir reclamação ou impugnação e prestar, nos termos da lei garantia idónea.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 19º

(Prazos de pagamento)

1. O prazo para pagamento voluntário das taxas que não se vencerem nos termos do nº 1 do artigo anterior, é de 30 dias a contar da notificação, salvo nos casos em que a lei fixe prazo específico.
2. As taxas devidas pelo licenciamento de operações urbanísticas devem ser pagas até ao limite do prazo para requerer a emissão do respectivo alvará ou no momento da admissão da comunicação prévia.
3. Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
4. O prazo que termine em dia não útil transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 20º

(Pagamento em prestações)

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado o pagamento da taxa em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, atendendo à sua situação económica e financeira, probatoriamente demonstrada e devidamente comprovada e quando o respectivo valor o justifique.
2. O pagamento da taxa em prestações não pode ir além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

3. A falta de pagamento de uma prestação implica o vencimento de todas as outras.
4. São devidos juros compensatórios pelo pagamento em prestações da uma taxa, calculados à taxa equivalente à taxa dos juros legais fixados nos termos do n.º 1 do artigo 559º do Código Civil.
5. O Município do Montijo poderá condicionar o pagamento em prestações à apresentação de uma garantia idónea.
6. Poderá ser autorizado o pagamento em prestações da taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas ou pela emissão do alvará de licença parcial prevista no n.º 6, do artigo 23º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, desde que, cumulativamente, se mostrem preenchidos os seguintes requisitos:
 - a) Pagamento de uma parte não inferior a 25% do montante da taxa devida;
 - b) Pagamento da quantia restante em prestações iguais, em número não superior a 12 prestações ou até ao termo do prazo de execução das operações urbanísticas fixado no respectivo alvará;
 - c) Apresentação, sem quaisquer encargos para o Município do Montijo, da caução prevista no artigo 54º do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

7. O disposto no presente artigo não se aplica aos pagamentos dos montantes remuneratórios, preços ou taxas previstos no artigo 11º do presente Regulamento.

Artigo 21º

(Modo de pagamento)

1. As taxas são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência conta a conta, vale postal, multibanco ou por outros meios utilizados pelos serviços dos correios ou pelas instituições de crédito que a lei expressamente autorize.
2. As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, mediante requerimento fundamentado deduzido perante o Município do Montijo.

Artigo 22º

(Atualização)

1. As taxas previstas na Tabela anexa serão automaticamente actualizadas de acordo com a taxa de inflação fixada anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística, arredondando-se o resultado obtido para a unidade monetária imediatamente superior.
2. Quando os montantes das taxas forem fixados por disposição legal, estas serão actualizadas de acordo com as alterações que o legislador introduzir.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 23º

(Cobrança das taxas)

1. Sem prejuízo do exercício pelas freguesias, das competências que lhes hajam sido delegadas pelo Município do Montijo, as taxas são pagas na tesouraria da Câmara Municipal, mediante guia emitida pelo serviço municipal competente, com a prestação do correspondente serviço ou até à data da emissão do respectivo alvará de licença admissão da comunicação prévia.
2. Tratando-se de taxa pela realização de infra-estruturas urbanísticas a cobrança das respectivas taxas não substitui a obrigatoriedade da realização, por parte do loteador, das obras de urbanização previstas em operações de loteamento.

CAPÍTULO IV

Cobrança coerciva

Artigo 24º

(Juros de mora)

Terminado o prazo de pagamento voluntário das taxas, inicia-se a contagem de juros de mora à taxa definida na lei geral para as dívidas ao Estado.

Artigo 25º

(Transformação em receitas virtuais)

1. Os títulos comprovativos das receitas provenientes das taxas previstas na tabela anexa cuja natureza o justifique poderão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

mediante deliberação da Câmara Municipal, ser debitados ao tesoureiro.

2. Seguir-se-ão, para o efeito, as regras estabelecidas para a cobrança das receitas virtuais com as necessárias adaptações.
3. Quando as taxas cobradas forem de quantitativos uniformes, deverá a guia de receita ser escriturada com individualização, mencionando-se o seu número e valor unitário e o valor total de cobrança em cada dia.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 26º

(Direito subsidiário)

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Regulamento aplica-se subsidiária e sucessivamente o disposto:

- a) no regime geral das taxas das Autarquias Locais.
- b) na Lei das Finanças Locais;
- c) na Lei Geral Tributaria;
- d) na lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos das autarquias locais;
- e) no Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- f) no Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- g) no Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- h) no Código do Procedimento Administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

Artigo 27º

(Norma revogatória)

Com a entrada em vigor do presente Regulamento e Tabela de Taxas consideram-se revogadas todas as normas regulamentares que dispuserem em sentido diverso do que aqui se encontra previsto.

Artigo 28º

(Dúvidas e omissões)

Os casos omissos e as dúvidas que forem suscitadas na aplicação e interpretação do presente Regulamento e Tabela de Taxas, que não possa ser resolvidos com recurso ao critério previsto no artigo 9º do Código Civil, serão submetidos a deliberação dos órgãos municipais competentes.

Artigo 29º

(Aplicação no tempo)

1. O presente Regulamento e Tabela apenas é aplicável às pretensões formuladas após a sua entrada em vigor.
2. As Taxas previstas no artigo 11º da Tabela anexa ao presente Regulamento não se aplicam às ocupações cujos títulos prevejam critérios de atualização distintos.
3. As taxas previstas nos artigos 9º., nº. 2, ponto 2.10 e 14º., nº. 3, da Tabela de Taxas anexa não se aplicam às licenças emitidas, incluindo as respetivas renovações automáticas e sucessivas, em momento temporal anterior ao da entrada em



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

vigor do Regulamento Administrativo de Taxas de 2010, ocorrida a 11 de março de 2012.

4. A redução das taxas prevista no número 3 do artigo 6º. Aplica-se à liquidação e à cobrança das taxas aí contempladas no ano civil e financeiro de 2012.

Artigo 30º

(Aplicação diferida)

Os valores das taxas previstas no Ponto 1.3 do artigo 3º, no Ponto 11. do artigo 5º, nos Pontos 1.1, 3.1, 3.2 e 6.6 do artigo 9º, nos Pontos 1., 2. e 3. do artigo 11º, no Ponto 1. do artigo 17º, no artigo 18º, no artigo 19º, no artigo 20º, nos Pontos 2.4, 4.3, 6.11, 7.1, 7.3, 8.1, 8.2, 9.2, 9.3, 13., 14., 15., 16., 17., 18., 19., 20., 21., 22., 23.1, 23.2, 23.4, 24., 25., 26., 27., 28. e 29. do artigo 21º, no artigo 24º, nos Pontos 1.1, 1.2, 2.1, 3.1, 4.1, 5.1, 5.2, 5.3, 5.4.2, 6.1 e 7.1 do artigo 25º, nos Pontos 2., 3. e 4. do artigo 26º, nos Pontos 1., 17., e 21. do artigo 27º, nos Pontos 1., 2., 3., 4.2.1, 4.2.2, 5., 6. e 7. do artigo 29º, no Ponto 2. do artigo 30º, no Ponto 3. do artigo 42º, todos da Tabela anexa ao presente Regulamento, serão aplicados de forma progressiva e idêntica pelo prazo de 10 anos contado a partir de 01.01.2011, mediante a aplicação de um percentual de actualização anual de 10%, calculado sobre o valor das taxas em vigor em 31.12.2009.

Artigo 31º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento e Tabela de Taxas entra em vigor após a sua publicação nos termos legais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

TABELA DE TAXAS			
ARTIGO		DESCRIÇÃO	TAXA 2012
		CAPÍTULO I	
		Administração Geral	
Art 1		Documentos (alínea b) do nº 1 do artº 6º da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro)	
Art 1	1.1	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público municipal (cada edital)	1,42
Art 1	1.2	Reclamações dos inquéritos administrativos sobre dividas a empreiteiros de obras públicas	34,24
Art 1	1.3	Buscas - por cada ano	
Art 1		1.3.1 Aparecendo o objeto da busca	25,43
Art 1		1.3.2 Não aparecendo o objeto da busca	25,43
Art 1	1.4	Certidões (por folha)	
Art 1		1.4.1 De teor	2,82
Art 1		1.4.2 De narrativa	4,24
Art 1	1.5	Fotocópia de documentos inseridos em processos (nº 1 do artº 12º da Lei 46/2007, de 24 de Agosto) - por folha	
Art 1		1.5.1 Simples	1,34
Art 1		1.5.2 Autenticadas	2,09
Art 1	1.6	Fotocópias de documentos apresentados por particulares (por folha)	
Art 1		1.6.1 Simples	0,28
Art 1		1.6.2 Autenticadas	0,57
Art 1	1.7	Atestados, informações sobre idoneidade e documentos análogos	3,76
Art 1	1.8	Autos, inquéritos administrativos ou termos de qualquer espécie – por cada	1,42
Art 1	1.9	Termos de abertura e de encerramento e registo de livros, processos e outros documentos quando legalmente exigíveis (cada folha)	16,95
Art 1	1.10	Termos de entrega de documentos juntos a processos, cuja restituição haja sido autorizada	5,65
Art 1	1.11	Fornecimento, a pedido dos interessados, de 2ª via de documentos (cada folha)	8,47
Art 1	1.12	Confiança, sob autorização, de processos (por cada dia)	4,24
Art 1	1.13	Celebração de contratos administrativos (por folha)	4,24
Art 1	1.14	Desentranhamento de documentos inseridos em processos para utilização em outros processos (por folha)	5,65
Art 2		Publicações necessárias	
Art 2	1	Por cada	8,47
Art 3		Averbamentos	
	1	Qualquer tipo de averbamento em alvarás ou licenças emitidas pela Câmara Municipal	
		1.1 Aditamentos ao alvará incluindo averbamentos (excepto operações urbanísticas)	138,58
		1.2 Restantes averbamentos com excepção das operações urbanísticas	25,43
		1.3 Averbamentos nas operações urbanísticas	50,84
Art 4		Registos	
	1	Registo de estabelecimentos de alojamento local (artº 22º, nº 2, d) do DL 39/2008, de 7 de Março)	36,92
	2	Registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e eletrónicas de diversão (Por máquina)	16,95
	3	Registo de termos de responsabilidade no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação	12,31
	4	Certificado de registo de cidadão europeu	15,00



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	5	Outros registos não especialmente previstos	5,65
Art 5		Licenciamentos (DL 310/2002, de 18 de Dezembro)	
	1	Guarda noturno (por ano)	16,95
	2	Venda ambulante de lotarias (por ano)	16,95
	3	Realização de acampamentos ocasionais (por dia)	16,95
	4	Licenciamento de exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão (por cada máquina/por ano ao fração)	33,90
	5	Realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre - (DL 310/2002, de 18 de Dezembro)	
	5.1	Provas desportivas (por dia)	16,95
	5.2	Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos (por dia)	5,65
	5.3	Fogueiras populares (cada licenciamento)	16,95
	5.4	Festas tradicionais	16,95
	6	Venda de bilhetes para espetáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda (cada licenciamento)	Eliminado Lic. Zero
	7	Realização de fogueiras e queimadas (cada licenciamento)	16,95
	8	Realização de leilões em lugares públicos	
	8.1	Sem fins lucrativos (cada licenciamento)	Eliminado Lic. Zero
	8.2	Com fins lucrativos (cada licenciamento)	Eliminado Lic. Zero
	9	Licença de condução de motociclos, ciclomotores até 50 cm ³ e veículos agrícolas:	
	9.1	Declarações para efeitos de emissão de 2ª via pelo IMTT	8,47
	9.2	Atualização do título	4,24
	9.3	Revalidação	4,24
	10	Veículos ligeiros de aluguer para transporte de passageiros (DL 251/98, de 11 de Agosto)	
	10.1	Vistoria de veículos	25,43
	10.2	Emissão de licença	16,95
	11	Emissão de cartão de vendedor ambulante, produtor e grossista	5,12
Art 6		Canídeos e outros animais (alínea x) do nº 1 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro)	
	1	Captura	18,68
	2	Guarda e alimentação (por dia)	7,53
	3	Occisão e eliminação de cadáver	26,08
Art 7		Medição de ruído e licenças especiais de ruído para o exercício de atividades ruidosas de carácter temporário (DL 9/2007, de 17 de Janeiro)	
	1	Vistoria para medição de ruído	69,05
	2	Emissão de licença:	
	2.1	Emissão de licença por motivo de obras (mês)	200,46
	2.2	Emissão de licença para restantes situações (dia)	46,93
Art 8		Bloqueamento, remoção e depósito de veículos - Portaria nº. 1334-F/2010, de 31.12 que alterou a Portaria nº. 1424/01, de 13.12	
	1	Bloqueamento	
	1.1	Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não anteriormente previstos	31,11
	1.2	Veículos ligeiros	62,23
	1.3	Veículos pesados	124,46
	2	Remoção (por km calculado desde o local até ao armazém municipal)	
	2.1	Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não anteriormente previstos	
	2.1.1	Dentro de uma localidade	31,11
	2.1.2	Fora ou a partir de fora de uma localidade, até ao máximo de 10km contados desde o local de remoção até ao local de depósito do veículo	46,67
	2.1.3	Na hipótese prevista na alínea anterior, por cada quilómetro percorrido para além dos primeiros 10	1,56



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

		2.2	Veículos ligeiros	
		2.2.1	Dentro de uma localidade	77,79
		2.2.2	Fora ou a partir de fora de uma localidade, até ao máximo de 10km contados desde o local de remoção até ao local de depósito do veículo	93,35
		2.2.3	Na hipótese prevista na alínea anterior, por cada quilómetro percorrido para além dos primeiros 10	2,07
		2.3	Veículos pesados	
		2.3.1	Dentro de uma localidade	155,58
		2.3.2	Fora ou a partir de fora de uma localidade, até ao máximo de 10km contados desde o local de remoção até ao local de depósito do veículo	186,70
		2.3.3	Na hipótese prevista na alínea anterior, por cada quilómetro percorrido para além dos primeiros 10	3,11
	3		Depósito em recinto aberto (por dia)	
		3.1	Ciclomotores, motociclos e outros veículos a motor não anteriormente previstos	7,78
		3.2	Veículos ligeiros	15,56
		3.3	Veículos pesados	31,11
			CAPÍTULO II	
			Ocupação do domínio público ou privado municipal	
Art 9			Ocupação do domínio público ou privado (alínea b) do nº 7 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e (alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro)	
	1		Ocupação do espaço aéreo	
		1.1	Alpendres fixos ou articulados não integrados nos edifícios e toldos (por metro linear de frente/ano)	6,16
		1.2	Antenas, fios ou cabos atravessando a via pública (por metro linear/ ano)	15,84
		1.3	Faixas, bandeiras ou pendentes (por m2/ano)	77,96
		1.4	Outras formas não previstas nos números anteriores (por m2/ano)	6,74
	2		Construções ou instalações no solo ou subsolo	
		2.1	Espaços de qualquer tipo, brinquedos mecânicos e outros aparelhos para espetáculo ou divertimento públicos (por m2/mês)	3,28
		2.2	Cabine ou posto de comunicações (por m2 de implantação/ano)	18,82
		2.3	Posto de transformação (por m3/ano)	14,86
		2.4	Bancas permanentes para venda de quaisquer artigos (por m2/ano)	14,82
		2.5	Bancas removíveis de venda ambulante (m2/mês)	1,45
		2.5	Pavilhões, quiosques e outras construções temporárias (por m2/mês)	4,27
		2.6	Depósitos à superfície (por m3/ano)	105,23
		2.7	Depósitos subterrâneos (por m3/ano)	50,84
		2.8	Tubos, condutas, cabos e semelhantes (por metro linear x diâmetro/ano)	16,39
		2.9	Postes ou marcos (por unidade/mês)	47,75
		2.10	Suportes para publicidade (por ano)	62,56
		2.11	Pranchas para carga e descarga de mercadorias, acesso de veículos a garagens ou parques (m2/dia)	90,70
		2.12	Roulotes para comercialização de quaisquer produtos ou com fins publicitários (por m2/mês ou fração)	2,88
		2.13	Esplanadas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis, com e sem estrado, com e sem guarda-vento (por m2/mês)	
		2.13.1	Em espaço aberto	
		2.13.1.1	De Junho a Setembro	3,35
		2.13.1.2	De Outubro a Maio	2,13
		2.13.2	Fechadas, fixas ou amovíveis	3,35
		2.14	Arcas de gelados, grelhadores, expositores e outros equipamentos similares (por m2/mês)	5,79
	3		Ocupação por motivo de obras	
		3.1	Tapumes, resguardos ou guardas (por m2 de via pública/mês)	3,39



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	3.2	Andaimes quando não for exigível a colocação de tapumes (por m2 de via pública/mês)	1,37
	3.3	Estaleiros, gruas, guindastes e outros veículos (por m2/mês)	9,93
	3.4	Amassadouros, contentores de entulho e outras ocupações (m2/mês)	36,06
	4	Ocupação para realização de eventos desportivos, culturais, recreativos e sociais (m2/dia)	0,17
	5	Ocupação para realização de filmagens (dia)	8,56
	6	Estacionamento não reservado de veículos na via pública em zonas não concessionadas (fora de parques fechados) - dias úteis das 9h às 19h e nos sábados das 9h às 13h	
	6.1	Por fração de 30 minutos	0,21
	6.2	Por fração de 1 hora	0,37
	6.3	Por fração de 2 hora	0,79
	6.4	Por fração de 3 hora	1,68
	6.5	Por fração de 4 hora	2,73
	6.6	Emissão de selo de residente (ano)	
	6.6.1	1ª viatura	6,56
	6.6.2	2ª viatura	13,12
	6.6.3	Cada viatura adicional	65,59
	6.6.4	2ª via do selo de residente	19,69
	7	Estacionamento reservado na via pública (por lugar/ano)	
	7.1	Em zonas tarifadas não concessionadas	228,70
	7.2	Em zonas não tarifadas	228,70
	8	Instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água	
	8.1	Bombas de carburantes líquidos (por cada uma/ano)	
	8.1.1	Instaladas inteiramente na via pública	
	8.1.1.1	Taxa Fixa	26,80
	8.1.1.2	Adicional por cada m2	14,59
	8.1.2	Instaladas na via pública mas com depósito em propriedade particular	
	8.1.2.1	Taxa Fixa	26,80
	8.1.2.2	Adicional por cada m2	14,59
	8.1.3	Instaladas em propriedade particular mas com depósito na via pública	
	8.1.3.1	Taxa Fixa	26,80
	8.1.3.2	Adicional por cada m2	14,59
	8.1.4	Instaladas inteiramente em propriedade particular, mas abastecendo na via pública	
	8.1.4.1	Taxa Fixa	26,80
	8.1.4.2	Adicional por cada m2	14,59
	9	Bombas de ar e água (por cada uma/ano)	
	9.1	Instaladas inteiramente na via pública	
	9.1.1	Taxa Fixa	26,80
	9.1.2	Adicional por cada m2	14,59
	9.2	Instaladas na via pública mas com depósito ou compressor em propriedade particular	
	9.2.1	Taxa Fixa	26,80
	9.2.2	Adicional por cada m2	14,59
	9.3	Instaladas em propriedade particular mas com depósito ou compressor na via pública	
	9.3.1	Taxa Fixa	26,80
	9.3.2	Adicional por cada m2	14,59
	9.4	Instaladas inteiramente em propriedade particular, mas abastecendo na via pública	
	9.4.1	Taxa Fixa	26,80
	9.4.2	Adicional por cada m2	14,59
	10	Bombas volantes, abastecendo na via pública (por cada uma/ano)	
	10.1	Taxa Fixa	26,80
	10.2	Adicional por cada m2	14,59
	11	Tomadas de ar instaladas noutras bombas (por cada uma/ano)	
	11.1	Com compressor saliente na via pública	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

		11.1.1	Taxa Fixa	26,80
		11.1.2	Adicional por cada m2	14,59
		11.2	Com compressor ocupando apenas o subsolo da via pública	
		11.2.1	Taxa Fixa	26,80
		11.2.2	Adicional por cada m2	14,59
		11.3	Com compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo na via pública	
		11.3.1	Taxa Fixa	26,80
		11.3.2	Adicional por cada m2	14,59
	12		Tomadas de água, abastecendo na via pública (por cada uma/ano)	
		12.1	Com compressor saliente na via pública	
		12.1.1	Taxa Fixa	26,80
		12.1.2	Adicional por cada m2	14,59
		12.2	Com compressor ocupando apenas o subsolo da via pública	
		12.2.1	Taxa Fixa	26,80
		12.2.2	Adicional por cada m2	14,59
		12.3	Com compressor em propriedade particular ou dentro de qualquer bomba, mas abastecendo na via pública	
		12.3.1	Taxa Fixa	26,80
		12.3.2	Adicional por cada m2	14,59
	13		Áreas de lavagem de veículos e outros serviços de apoio, instaladas total ou parcialmente na via pública (por m2/ano)	41,38
	14		Outras ocupações de espaços públicos, não previstas nos números anteriores (por m2 ou m3/ mês)	12,43
			CAPÍTULO III	
			Estabelecimentos comerciais, mercados e feiras	
Art 10			Horários e condições de funcionamento dos estabelecimentos (DL 48/96, de 15 de Maio)	
		1	Horário de funcionamento dos estabelecimentos	
		1.1	Registo de horário	4,24
		2	Vistoria para verificação das condições higio-sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos	
		2.1	Restauração e bebidas	86,44
		2.2	Roulotes de comercialização de produtos alimentares	24,70
		2.3	Restantes	86,44
		3	Vistoria para verificação das condições higio-sanitárias de veículos de transporte ou comercialização de produtos alimentares	24,70
Art 11			Mercados e feiras de levante (alínea b) do nº 7 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro e alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro)	
		1	Lojas (m2/mês)	2,63
		2	Bancas (m2)	
		2.1	Por dia	0,12
		2.2	Por mês	0,57
		3	Utilização de frigoríficos municipais (caixa/dia)	0,33
		4	Eletrodomésticos de propriedade particular ligados à instalação geral do mercado (por cada/mês)	
		4.1	Arcas frigoríficas, frigoríficos e similares	3,05
		4.2	Frigoríficos industriais	4,69
		4.3	Balanças	1,74
		5	Lugares de terrado	
		5.1	Mercados tradicionais - Grossistas/Primos (m2 /dia)	0,24
		5.2	Feiras ambulantes - Venda Ambulante e Produtores (m2/dia)	0,24
Art 12			Licenciamento de recintos de feiras (DL 42/2008, de 10 de Março)	
		1	Apreciação de projetos de realização de feiras	1,42
		2	Licenciamento de recintos de feiras privados e de recintos de feiras públicos concessionados	1,42
		3	Receção e encaminhamento de pedidos de cartão de feirante	16,72
			CAPÍTULO IV	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

		Cemitérios	
Art 13		Cemitérios (DL 411/98, de 30 de Dezembro)	
	1	Inumações	
	1.1	Em sepulturas temporárias (5 anos)	73,48
	1.2	Em sepulturas perpétuas	58,43
	1.3	Em jazigos	48,44
	2	Exumações (por cada ossada), incluindo limpeza e trasladação dentro do cemitério	32,46
	3	Licenciamento de colocação de pedra ou cercadura durante o período da inumação	7,99
	4	Ocupação de ossários municipais:	
	4.1	Com carácter temporário (por ano)	10,12
	4.2	Com carácter de perpetuidade	51,73
	5	Utilização da capela (por ato)	10,68
	6	Utilização de casa mortuária (por hora)	11,13
	7	Concessão de terrenos:	
	7.1	Para construção de jazigos (m2)	5442,85
	7.2	Para construção de sepultura perpétua (por ato)	2721,46
	8	Serviços diversos:	
	8.1	Trasladação	20,46
		CAPÍTULO V	
		Afixação de publicidade	
Art 14		Publicidade (DL 97/88, de 17 de Agosto e nº 2 do artº 6º da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro)	
	1	Publicidade exibida em mobiliário urbano ou incorporada em suporte pertença do requerente (mupis, mastros-bandeiras, relógios-termómetro, colunas publicitárias, letreiros, chapas, placas, tabuletas e similares) - (m2/mês)	6,74
	2	Publicidade em edifícios ou em outras construções, visíveis da via pública (m2/ano)	
	2.1	Anúncios luminosos (inclui palas) ou diretamente iluminados	6,74
	2.2	Anúncios não luminosos (inclui palas)	6,74
	2.3	Frisos luminosos, quando sejam complementares dos anúncios e não entrem na sua medição (por metro linear)	6,74
	2.4	Publicidade instalada em empenas ou fachadas laterais cegas	6,67
	3	Publicidade em toldos, guarda-sóis, guarda-ventos, sanefas, expositores e similares, instalados na via pública ou dela visíveis (por cada/ano)	54,59
	4	Publicidade instalada em andaimes ou tapumes de edifícios em obras visíveis da via pública (m2/mês)	2,75
	5	Anúncios eletrónicos e publicidade computadorizada (por m2/ano)	31,13
	6	Placas de proibição de afixação de anúncios (cada/ano)	48,22
	7	Cartazes a fixar em superfícies confinantes com espaço público (m2/semana)	8,76
	8	Publicidade em viadutos rodoviários, ferroviários e passagens superiores para peões (por m2/ano)	17,12
	9	Publicidade em unidades móveis	
	9.1	Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade publicitária (por veículo/semana)	26,55
	9.2	Táxis (por veículo/ano)	98,33
	9.3	Outros veículos de transporte coletivo (por veículo/ano)	171,24
	9.4	Outros veículos (por veículo/ano)	109,82
	10	Publicidade sonora	
	10.1	Altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões diretas, com fins publicitários, no ou para o espaço público (por dispositivo/semana)	33,63
	11	Campanhas publicitárias de rua	
	11.1	Distribuição de panfletos e/ou outras ações promocionais de natureza publicitária (por dia)	2,86
	12	Bandeiras, bandeirolas e pendões com fins publicitários (por cada/mês)	17,84



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	13	Balões ou semelhantes, insufláveis e outros dispositivos aéreos cativos (por dispositivo/dia)	9,27
	14	Outros suportes publicitários não previstos nos números anteriores (por m2 ou m3 ou metro linear/mês)	42,63
		CAPÍTULO VI	
		Ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas	
Art 15		Inspeção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas	
	1	Inspeções a ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas	
	1.1	Inspeções	
	1.1.1	Periódicas	134,11
	1.1.2	Extraordinárias	134,11
	1.2	Reinspeções	113,14
		CAPÍTULO VII	
		Combustíveis (DL 267/2002, de 30 de Novembro)	
Art 16		Licenciamento de instalações de armazenamento e de abastecimento de combustíveis líquidos, gasosos derivados do petróleo e de origem biológica	
	1	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento municipal simplificado	
	1.1	Apreciação do projeto	
	1.1.1	Instalações da classe A 1	453,34
	1.1.2	Instalações da classe A 2	610,63
	1.1.3	Instalações da classe A 3	453,34
	1.2	Quaisquer vistorias e inspeções periódicas	
	1.2.1	Instalações da classe A 1	556,01
	1.2.2	Instalações da classe A 2	556,01
	1.2.3	Instalações da classe A 3	556,01
	1.3	Emissão de alvará	
	1.3.1	Instalações da classe A 1	73,84
	1.3.2	Instalações da classe A 2	73,84
	1.3.3	Instalações da classe A 3	73,84
	2	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a análise urbanística	
	2.1	Instalações da classe B 1	273,88
	2.2	Instalações da classe B 2	273,88
	3	Execução e entrada em funcionamento de redes de distribuição, quando associadas a reservatório de GPL com capacidade global inferior a 50 m3	155,21
	4	Outras instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento municipal	
	4.1	Apreciação do projeto	610,63
	4.2	Quaisquer vistorias e inspeções periódicas	556,01
	4.3	Emissão de alvará	73,84
	5	Emissão de Pareceres sobre a localização de instalações de armazenamento de combustíveis	417,86
		CAPÍTULO VIII	
		Urbanismo (DL 555/99, de 16 de Dezembro)	
Art 17		Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia de loteamento com e sem obras de urbanização	
	1	Emissão do alvará/admissão de comunicação prévia	101,70
	1.1	Acresce ao montante referido no número anterior:	
	1.1.1	Por lote	14,24
	1.1.2	Por fogo	6,80
	1.1.3	Por outras unidades de utilização (por unidade)	10,18
	1.1.4	Por estacionamento/garagens e arrecadações	6,80
	2	Alterações ao alvará – acrescem taxas do ponto 1.1 resultante do aumento autorizado	243,19
Art 18		Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia de obras de urbanização	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	1	Emissão do alvará/admissão de comunicação prévia	67,68
	1.1	Acresce ao montante referido no número anterior:	
	1.1.1	Prazo inicial e 1.ª prorrogação (cada)	16,95
	1.1.2	Tipo de infraestruturas : redes de abastecimento de água, redes de esgotos, arruamentos, arranjos exteriores (por cada tipo de obra)	33,90
	2	Alterações ao alvará de licença/admissão de comunicação prévia	33,90
	3	Outros aditamentos ao alvará/admissão de comunicação prévia	33,14
	4	Prorrogação do prazo para a execução de obras de urbanização em fase de acabamentos, (por cada mês)	33,14
Art 19		Receção de obras de urbanização	
	1	Por auto de vistoria para receção provisória de obras de urbanização	101,70
	1.1	Por lote em acumulação com o montante referido no número anterior	33,90
	1.2	Vistoria de verificação	99,43
	2	Por auto de vistoria para receção definitiva de obras de urbanização	67,80
	2.1	Por lote em acumulação com o montante referido no número anterior	13,56
	2.2	Vistoria de verificação	6628,38
Art 20		Operações de Destaque	
	1	Pela emissão da certidão de destaque (cada uma)	169,52
Art 21		Emissão de alvará de licença /admissão de comunicação prévia para obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração	
	1	Habitação (por m2)	
	1.1	Construção, alteração, ampliação ou reconstrução	3,10
	2	Comércio (por m2)	
	2.1	Até 500 m2	1,71
	2.2	De 500 m2 a 1500 m2	2,28
	2.3	Mais de 1500 m2	2,84
	2.4	Telheiros e congéneres	1,32
	3	Serviços (por m2)	
	3.1	Até 1000 m2	1,71
	3.2	Mais de 1000 m2	2,28
	3.3	Telheiros e congéneres	1,14
	4	Indústria/Armazenagem (por m2)	
	4.1	Até 1500 m2	1,48
	4.2	Mais de 1500 m2	1,71
	4.3	Telheiros e congéneres	1,32
	5	Edificações destinadas a logística (por m2)	1,48
	6	Empreendimentos turísticos (por m2)	
	6.1	Estabelecimentos hoteleiros	2,94
	6.2	Aldeamentos turísticos	2,94
	6.3	Parques de campismo,	2,94
	6.4	A estabelecimentos de alojamento local	0,37
	6.5	A apartamentos turísticos	0,37
	6.6	A conjuntos turísticos (resorts)	0,04
	6.7	A empreendimentos de turismo de habitação	0,13
	6.8	A empreendimentos de turismo no espaço rural	0,13
	6.9	A parques de campismo e de caravanismo	0,02
	6.10	A empreendimentos de turismo da natureza	0,01
	6.11	Outras construções de apoio	2,49
	7	Estabelecimentos de restauração e bebidas (por m2)	
	7.1	Sem espaço de dança	3,39
	7.2	Com espaço de dança	4,08
	7.3	Telheiros e congéneres	1,32
	8	Edifícios destinados a agro pecuária:	
	8.1	Edifícios destinados a agro pecuária (por m2 de área de construção)	2,23
	8.2	Telheiros e congéneres (por m2)	1,32



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	8.3	Estufas para culturas agrícolas (por m2 de área de construção)	1,14
	9	Alteração de fachadas:	
	9.1	Alteração de fachadas das edificações (por m2 da área de intervenção)	27,03
	9.2	Alteração simples de fachada (de cor e materiais) – (por m2)	1,32
	9.3	Alterações no interior das edificações (por m2 ou por metro linear)	1,32
	10	Construção de varandas, alpendres e similares quando o balanço projetado sobre a via pública seja superior a 40 cm (por m2)	51,72
	11	Construção de varandas, alpendres e similares quando esta seja superior à área de construção (por m2)	51,72
	12	Corpos salientes encerrados projetados sobre a via pública (por m2)	169,22
	13	Fecho de varandas, alpendres e terraços com estruturas amovíveis, ou não, (por m2)	13,56
	14	Galerias exteriores, túneis e congéneres, (por m2)	1,32
	15	Arrecadações em sótãos (por m2)	1,32
	16	Arrecadações ou estacionamento em cave (por m2)	1,32
	17	Anexos para arrumos e/ou garagens (por m2)	1,32
	18	Telheiros em anexos (por m2)	1,32
	19	Construção, reconstrução ou ampliação de muros de vedação:	
	19.1	Confinantes com a via pública (por metro linear)	3,39
	19.2	Não confinantes com a via pública (por metro linear)	2,04
	19.3	Vedações em madeira, rede metálica e ferro, confinantes com a via pública (por metro linear)	1,19
	20	Terraços com acessibilidade (por m2)	1,32
	21	Construção de varandas, alpendres e similares quando seja inferior à área de construção, (por m2)	3,39
	22	Demolições de edifícios e outras construções (por edifício e por piso)	67,80
	23	Edificações ligeiras	
	23.1	Construções para usos diversos (por m2)	2,63
	23.2	Tanques, depósitos e similares (por m3)	2,63
	23.3	Piscinas (por m3)	26,24
	23.4	Cabines para PT e gás (por m2)	2,63
	24	Parques temáticos e similares	
	24.1	Por há	131,19
	24.2	Construções de apoio à atividade (por m2)	2,63
	25	Prazo inicial de execução e 1.ª prorrogação (por mês)	8,14
	26	Prorrogação do prazo para a execução de obras em fase de acabamentos (por cada mês)	17,24
	27	Igrejas, casas de culto e similares (por m2)	2,63
	28	Construções de sepulturas, mausoléus e jazigos (por m2)	6,80
	29	Reconstrução de campas, mausoléus e jazigos (por m2)	3,39
	30	Antenas de telecomunicações e instalações anexas (por m2 de área ocupada)	176,30
	31	Construções existentes, correspondentes ao volume encerrado (por m2)	5,68
	32	Instalação de painéis solares destinados à produção de energia (por m2 de área de instalação)	0,51
Art 22		Obras inacabadas	
	1	Apreciação	
	1.1	Edifícios:	108,28
	1.2	Obras de urbanização	216,57
	2	Licença especial ou comunicação prévia	
	2.1	Edifícios:	
	2.1.1	Taxa Fixa	108,28
	2.1.2	Acresce à taxa acima referida, 30% do valor das taxas cobradas pela licença ou comunicação prévia inicial previstas no artigo 21º	
	2.2	Obras de urbanização	
	2.2.1	Taxa Fixa	216,57



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

		2.2.2	Acréscimo à taxa acima referida, 30% do valor das taxas cobradas pela licença ou comunicação prévia inicial previstas no artigo 18º	
Art 23			Licença parcial	
	1		Apreciação	108,28
	2		Emissão da licença	18,54
			Acréscimo à taxa acima referida, 30% do valor das taxas apuradas para a emissão do alvará de construção ou admissão da comunicação prévia (por aplicação do artigo 21º)	
Art 24			Análise de pedidos de informação prévia	
	1		Prevista no nº 1 do artigo 14º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	40,69
	2		Prevista no nº 2 do artigo 14º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	40,69
Art 25			Vistorias e inspeções para autorização de utilização	
	1		Para habitação:	
	1.1		Taxa fixa	135,60
	1.2		Por cada fração, ou unidade de utilização	6,80
	2		Para estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços:	
	2.1		Taxa fixa	135,60
	2.2		Por cada unidade funcional ou fração até 500 m2	36,08
	2.3		Por cada unidade funcional ou fração, se superior a 500 m2	72,17
	3		Para armazéns:	
	3.1		Taxa fixa	135,60
	3.2		Por cada até 500 m2	36,08
	3.3		Por cada, se superior a 500 m2	72,17
	4		Para estabelecimentos de restauração e bebidas e ou destinados a salas de jogos e para recinto de espetáculos e divertimentos públicos:	
	4.1		Taxa fixa	135,60
	4.2		Por cada 50 m2	72,19
	5		Para empreendimentos turísticos:	
	5.1		Taxa fixa	131,19
	5.2		Estabelecimentos hoteleiros (por quarto)	13,78
	5.3		Aldeamentos turísticos (por unidade de utilização)	26,24
	5.4		Parques de campismo:	
	5.4.1		Até 1 há	36,08
	5.4.2		Por cada ha a mais	72,16
	5.5		A estabelecimentos de alojamento local (por quarto)	72,17
	5.6		A apartamentos turísticos (por unidade de utilização)	72,17
	5.7		A conjuntos turísticos (resorts) (por unidade de utilização)	72,17
	5.8		A empreendimentos de turismo de habitação (por unidade de utilização)	72,17
	5.9		A empreendimentos de turismo no espaço rural (por unidade de utilização)	72,17
	5.10		A parques de campismo e de caravanismo (por unidade de utilização)	72,17
	5.11		A empreendimentos de turismo da natureza (por unidade de utilização)	72,17
	6		Para estabelecimento industrial/logística:	
	6.1		Taxa fixa	135,60
	6.2		Por cada, até 500 m2	36,08
	6.3		Por cada, se superior a 500 m2	72,17
	7		Vistorias do N.R.A.U.:	
	7.1		Taxa fixa	135,60
	7.2		Para habitação, por cada fração ou unidade de utilização	36,08
	7.3		Para outros fins e por cada 50 m2	72,17
	8		Outras vistorias não previstas nos números anteriores:	
	8.1		Taxa fixa	497,90
Art 26			Outras vistorias e inspeções	
	1		Para verificação das condições de segurança e salubridade	37,57
	2		Para verificação dos requisitos necessários à constituição de prédio em regime de propriedade horizontal:	
	2.1		Taxa fixa	135,60



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	2.2	Por cada fração	13,56
	3	Instalações de agro pecuária/agro-florestal, por cada 200 m2 ou fração	15,74
	4	Outras (por pedido de vistoria)	
	4.1	Vistoria para verificação de obras de correção	13,13
	4.2	Vistoria à execução de primeira laje	14,42
	4.3	Vistoria para efeitos de direito de preferência	34,11
	4.4	Vistorias para verificação de deficiências construtivas	32,80
	4.5	Vistoria de alinhamento e cota de soleira	33,90
Art 27		Emissão de alvará de autorização de utilização de edifícios	
	1	Habitação (por fogo e seus anexos)	20,34
	2	Indústria, comércio e serviços não integrados nos pontos seguintes:	
	2.1	Indústria	
	2.1.1	Taxa fixa	352,55
	2.1.2	Por cada 500 m2 ou fração de área de construção	58,75
	2.2	Serviços	
	2.2.1	Taxa fixa	117,52
	2.2.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	88,14
	2.3	Comércio	
	2.3.1	Taxa fixa	117,52
	2.3.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	88,14
	3	Estabelecimento de restauração e bebidas, sem espaços destinados a dança:	
	3.1	Taxa fixa	235,04
	3.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	88,14
	4	Estabelecimento de restauração e bebidas com espaços destinados a dança:	
	4.1	Taxa fixa	763,87
	4.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	176,30
	5	Estabelecimento de bebidas com fabrico próprio de pastelaria, panificação e gelados da classe D:	
	5.1	Taxa fixa	352,55
	5.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	117,52
	6	Estabelecimento de restauração com sala ou espaços destinados a dança:	
	6.1	Taxa fixa	763,87
	6.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	176,30
	7	Estabelecimentos mistos (restauração e bebidas):	
	7.1	Taxa fixa	352,16
	7.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	117,52
	8	Estabelecimentos mistos com espaços destinados a dança:	
	8.1	Taxa fixa	822,61
	8.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	176,30
	9	Estabelecimentos para exploração exclusiva de máquinas de diversão:	
	9.1	Taxa fixa	470,08
	9.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	146,91
	10	Para recintos de espetáculos e divertimentos públicos:	
	10.1	Taxa fixa	470,08
	10.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	146,91
	11	Para estabelecimentos comerciais por grosso, especializado ou não de produtos alimentares (nos termos do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/6 e portarias n.º 789/07, 790/07, 791/07 de 23 de Julho):	
	11.1	Taxa fixa	352,55
	11.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	82,27
	12	Para estabelecimentos comerciais a retalho de produtos alimentares:	
	12.1	Supermercados e hipermercados:	
	12.1.2	Taxa fixa	587,58
	12.1.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	58,75
	12.2	Estabelecimentos de comércio a retalho de carne e de produtos à base de carne, peixe, crustáceos e moluscos e de bebidas:	
	12.2.1	Taxa fixa	176,30



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	12.2.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	54,56
	12.3	Outros estabelecimentos (especializados ou não):	
	12.3.1	Taxa fixa	117,52
	12.3.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	29,38
13		Para armazéns de produtos alimentares (anexo I da Portaria n.º 33/2000, de 28 de Janeiro):	
	13.1	Taxa fixa	88,14
	13.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	47,01
14		Para estabelecimentos comerciais por grosso e a retalho (nos termos do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/6 e portarias n.º 789/07, 790/07, 791/07 de 23 de Julho):	
	14.1	Vernizes, tintas, produtos químicos, fertilizantes fitossanitários, artigos de drogaria e produtos similares:	
	14.1.1	Taxa fixa	176,30
	14.1.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	176,30
	14.2	Todos os outros estabelecimentos:	0,00
	14.2.1	Taxa fixa	117,52
	14.2.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	117,52
15		Serviços (anexo III da Portaria n.º 33/2000, de 28 de Janeiro):	
	15.1	Oficinas de automóveis e motociclos:	
	15.1.1	Taxa fixa	205,67
	15.1.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	88,14
	15.2	Outros estabelecimentos:	
	15.2.1	Taxa fixa	117,52
	15.2.2	Por cada 50 m2 ou fração de área de construção	117,52
16		Empreendimentos turísticos:	
	16.1	Estabelecimentos hoteleiros (por quarto)	18,54
	16.2	Aldeamentos turísticos (por unidade de utilização)	18,54
	16.3	Parques de campismo:	
	16.3.1	Até 1 há	18,54
	16.3.2	Por cada ha a mais	18,54
	16.4	A estabelecimentos de alojamento local (por quarto)	18,54
	16.5	A apartamentos turísticos (por unidade de utilização)	18,54
	16.6	A conjuntos turísticos (resorts) (por unidade de utilização)	18,54
	16.7	A empreendimentos de turismo de habitação (por unidade de utilização)	18,54
	16.8	A empreendimentos de turismo no espaço rural (por unidade de utilização)	18,54
	16.9	A parques de campismo e de caravanismo (por unidade de utilização)	18,54
	16.10	A empreendimentos de turismo da natureza (por unidade de utilização)	18,54
17		Para outras utilizações não especificadas nos artigos anteriores (por cada 50 m2 ou fração de área de construção)	10,18
18		Armazenagem/logística e similares (por cada 500 m2 ou fração)	56,86
19		Igrejas, casas de culto e similares, por cada 50 m2 ou fração	119,39
20		Para garagens em estruturas edificadas (por lugar de estacionamento)	22,74
21		Outras instalações (por cada 50 m2 ou fração)	10,18
22		Construções existentes correspondentes a volumes encerrados (por m2)	5,68
Art 28		Declaração Prévia	
	1	Declaração Prévia para restauração e bebidas	24,61
	2	Declaração Prévia para outros tipos de estabelecimentos de comércio	24,61
Art 29		Assuntos administrativos	
	1	Organização e estudo de processos de operações urbanísticas (por piso e por projeto)	14,24
	2	Projetos de alterações (por projeto)	13,92
	3	Informações no âmbito do direito à informação (por informação)	32,80



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	4	Ao pedido de licenciamento ou comunicação prévia de uma operação de loteamento e/ou de obras de urbanização, será aplicável uma taxa de apreciação, calculada da seguinte forma:	
	4.1	Empreendimentos com habitações/comércio e serviços, por cada fogo ou unidade para comércio ou serviços:	
	4.1.1	Até 10 fogos ou unidades de comércio ou serviços	119,88
	4.1.2	De 11 a 50 fogos ou unidades de comércio ou serviços	399,56
	4.1.3	De 51 a 200 fogos ou unidades de comércio ou serviços	1198,66
	4.1.4	Mais de 200 fogos de comércio ou serviços	2391,46
	4.2	Empreendimentos industriais ou serviços:	
	4.2.1	Até 30 lotes	92,21
	4.2.2	Mais de 30 lotes	183,75
	5	Preparo pela organização e estudo dos projetos das infraestruturas (por projeto)	67,80
	6	Atribuição de número de polícia	13,56
	7	Ficha técnica de habitação	19,69
Art 30		Operações de reconversão	
	1	Destinada a habitação, comércio, indústria ou outros fins (por m2 de área de pavimento)	146,91
	2	Destinada predominantemente a indústria	135,60
Art 31		Custos marginais	
	1	Edificações localizadas em loteamentos com alvarás emitidos antes da entrada em vigor do Decreto – Lei n.º 448/91, de 29/11	182,21
Art 32		Análise de outros pedidos de informação	
	1	Por cada	8,47
Art 33		Exposições diversas no âmbito de um procedimento	
	1	Por cada	8,47
Art 34		Pedidos de redução de caução	
	1	Apreciação	16,95
Art 35		Pareceres externos	
	1	Obtenção de cada Parecer	25,43
Art 36		Apreciação de outros pedidos não inseridos nos artigos anteriores	
	1	Por cada	108,28
Art 37		Obras executadas na via pública	
	1	Apresentação de projetos ou pedidos	18,47
	2	Apreciação dos projetos ou pedidos	72,19
	3	Emissão de licença (por m2 x 3/dia)	2,25
Art 38		Auditoria para fixação de classificação (artº 37º, nº 2 do DL 39/2008, de 7 de Março)	
	1	Empreendimentos de turismo de habitação	72,17
	2	Empreendimentos de turismo no espaço rural	144,32
	3	Parques de campismo e de caravanismo	72,17
Art 39		Emissão de pareceres urbanísticos	
	1	Parecer sobre não sujeição de lote ou parcela de terreno às prescrições legais sobre loteamentos	72,19
		CAPÍTULO IX	
		Controlo metrológico	
Art 40		Controlo metrológico	
	1	(DL 291/90, de 20 de Setembro e Portaria 962/90, de 9 de Outubro)	
		CAPÍTULO X	
		Revestimento florestal e modelação de terrenos (DL 139/89, de 28 de Abril)	
Art 41		Licenciamento de projetos de revestimento florestal	
	1	Apreciação do projeto	72,19
	2	Vistoria	144,32
	3	Emissão de alvará	18,47
	4	Averbamentos	18,54
Art 42		Licenciamento de projetos de remodelação de terrenos e de destruição do coberto vegetal	

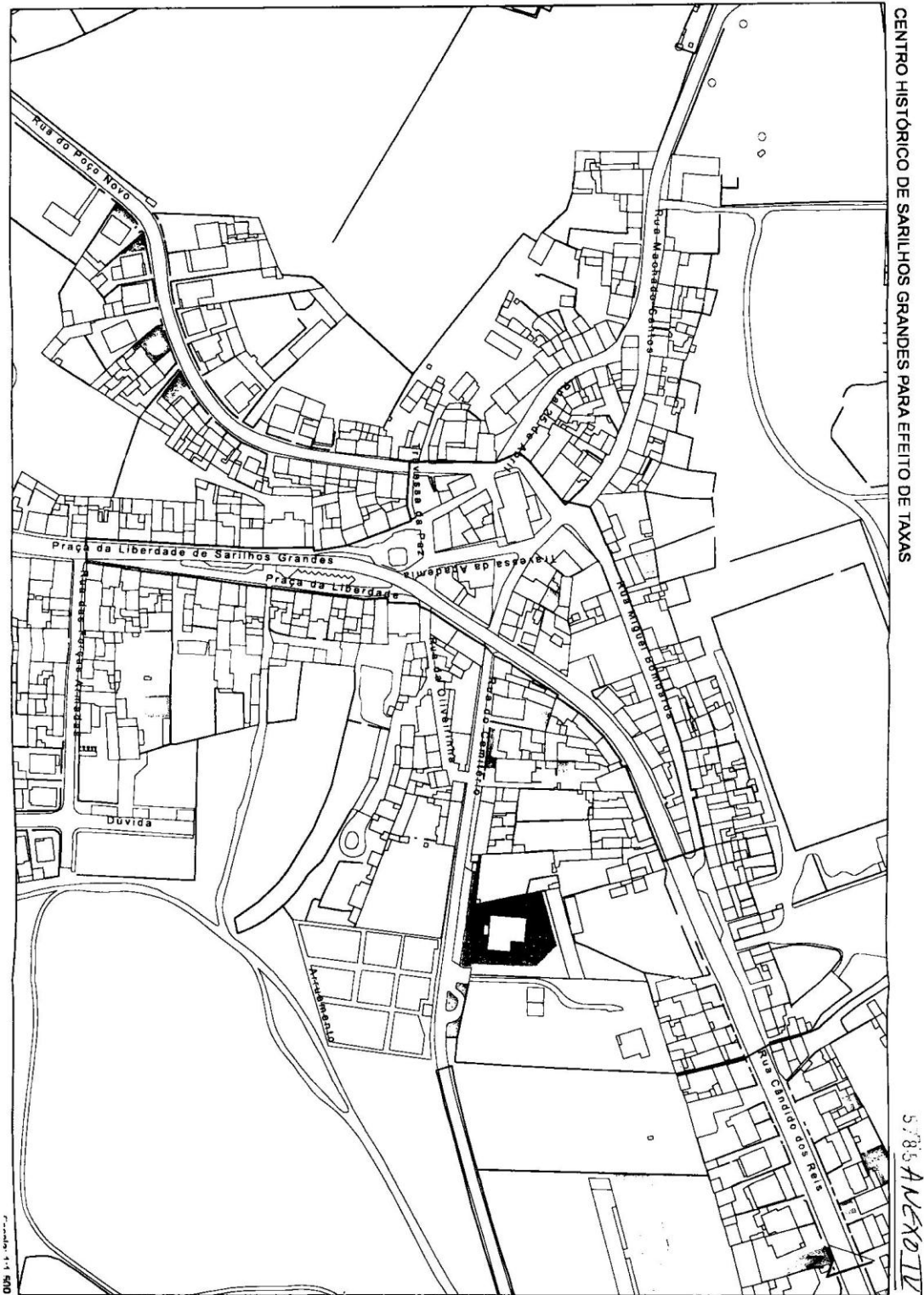


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

	1	Apreciação do projeto	72,19
	2	Vistoria	144,32
	3	Emissão do Alvará	21,39
	4	Emissão de Parecer	72,19
	5	Averbamentos	18,47
		CAPÍTULO XI	
		Atividades industriais	
Art 43		Licenciamento de estabelecimentos industriais (sob coordenação da Câmara Municipal)	
	1	Apreciação do projeto de instalação	216,57
	2	Vistoria	144,32
	3	Emissão de alvará de exploração	37,07
Art 44		Exploração de massas minerais (DL 340/2007, de 12 de Outubro)	
	1	Emissão de Parecer de localização	126,75
	2	Apreciação de pedido de licenciamento	253,50
	3	Vistorias	271,10
	4	Emissão de alvará	27,81
	5	Registo de técnico responsável	18,54
		CAPÍTULO XII	
		Arrendamento urbano	
Art 45		Apreciação de candidaturas no âmbito do RECRIA e do RECRIPH	
	1	RECRIA	
	2	RECRIPH	
Art 46		Vistorias	
	1	Quaisquer tipo de vistorias	16,95
Art 47		Atos da competência da Comissão Arbitral Municipal	
	1	Para determinação do coeficiente de conservação	109,37
	2	Para definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior	51,20
	3	Pela submissão de um litígio a decisão da CAM	109,32
	4	Aos pontos anteriores, acresce:	
	4.1.	Vistorias da competência da CAM ou por ela determinadas	
	4.2.	Por cada comunicação dirigida às partes	
		CAPÍTULO XIII	
		Outros licenciamentos	
Art 48		Recintos itinerantes ou improvisados para realização de espectáculos e divertimentos públicos de natureza acidental (DL 309/2002, de 16 de Dezembro)	
	1	Por m2/dia	0,13
	2	Por m2/semana	0,37
	3	Por m2/mês	1,30
	4	Vistorias	25,43
		CAPÍTULO XIV	
		Protecção civil (alínea f) do nº 1 do artº 6º da Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro)	
Art 49		Prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteão civil	
	1	Fabricação de bebidas alcoólicas destiladas	3,02
	2	Fabricação de gases industriais	1,51
	3	Fabricação de pesticidas e de outros produtos congéneres	4,53
	4	Fabricação de tintas, vernizes e similares	4,53
	5	Fabricação de explosivos e artigos pirotécnicos	7,55
	6	Fabricação de armas e munições	7,55
	7	Comércio a retalho de combustíveis	6,04
	8	Comércio por grosso ou a retalho de produtos químicos	4,53

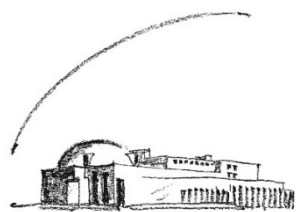


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO



Anexo XII

Regulamento de Taxas do Município de Matosinhos



Matosinhos
Câmara Municipal

Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Matosinhos

2017

Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente regulamento tem por objecto o regime de liquidação, de cobrança e do pagamento das taxas e outras receitas devidas ao Município de Matosinhos pela prestação concreta de um serviço público, pela utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da autarquia, nos termos da lei.

2 — As tarifas praticadas pelas empresas municipais, bem como a respectiva liquidação e cobrança, são da inteira responsabilidade destas entidades, aprovadas pelos respectivos conselhos de administração e submetidos a homologação da Câmara Municipal.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento é aplicável em todo o município às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação do pagamento de taxas à autarquia.

Artigo 3.º

Taxas

1 — As taxas a que alude o artigo primeiro constam da tabela que constitui o anexo I ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante.

2 — A fundamentação económico-financeira relativa às taxas previstas na tabela referida no número anterior consta do documento que constitui o anexo III ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante.

Artigo 4.º

Taxas pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-estruturas Urbanísticas

1 — A taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas (TRIU) é devida nas operações urbanísticas de loteamentos, construção, ampliação e alteração de uso e de obras de urbanização de utilização privada.

2 — A taxa referida no número anterior varia proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa implica ou venha a implicar.

3 — Nas operações urbanísticas de que resulte uma alteração de uso ao qual corresponda, nos termos do presente regulamento, uma taxa superior, fica o promotor obrigado ao pagamento do diferencial entre a taxa atualmente em vigor para o uso inicial e a taxa prevista para o uso proposto, excepto na Zona Tipo 1 definida no Anexo V em que não há lugar a taxa. Esta excepção aplica-se

também aos imóveis classificados ou em vias de classificação, incluindo todos os imóveis integrados em conjuntos de interesse municipal que não sejam considerados edifícios a preservar.

4 — O valor da TRIU a aplicar em operações que contenham obras de ampliação de edificações construídas ao abrigo do direito anterior, deverá ser calculado apenas para a área ampliada, exceto se o imóvel se localizar na Zona Tipo 1 definida no Anexo V e a ampliação não implicar aumento de volumetria, situação em que não há lugar à liquidação de taxa. Esta exceção aplica-se também aos imóveis classificados ou em vias de classificação, incluindo todos os imóveis integrados em conjuntos de interesse municipal que não sejam considerados edifícios a preservar.

5 — Com base no artigo 49.º da Lei n.º 91/95 de 2 de Setembro com a nova redacção conferida pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, a TRIU e os custos das infra-estruturas decorrentes da operação de reconversão das AUGI'S podem ser diferidos para o licenciamento ou comunicação prévia da construção, sendo dispensada a prestação da caução a que se refere o artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com redacção actualizada, sem prejuízo da emissão do título de reconversão respectivo.

6 — O custo da TRIU das edificações construídas sem título válido de controlo prévio aplicável, pode ser diferido para o momento da emissão da autorização de utilização das construções, sem prejuízo da emissão do título de construção, quer se localizem em AUGI ou fora.

7 — A CMM concede um prazo de 36 meses para pagamento das taxas previstas no nº anterior, o qual poderá ser executado em prestações a pedido do requerente sem que haja lugar ao pagamento da TU17, após o qual emite o alvará de autorização de utilização respetivo.

8 — A taxa a que se refere o presente artigo é calculada da seguinte forma:

$$TRIU = PPI/ATC \times A \times L \times U \times H \times R$$

em que:

PPI = Montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Concelho (*);

ATC = Área Total do Concelho consideradas as Áreas Urbanas e Urbanizáveis de acordo com o Plano Director Municipal (*);

A = Somatório das Áreas Cobertas e Descobertas associadas à operação urbanística, com exclusão das áreas 100% permeáveis;

L = Factor de Incentivo em função da Localização (*) (**);

U = Factor de Incentivo em função do Uso (*);

H = Factor de harmonização (*).

R = Fator de reutilização de edificações existentes (*) (***)

9 — Os factores *PPI*, *ATC*, *L*, *U*, *H* e *R* são aprovados anualmente por deliberação da Assembleia Municipal.

(*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

(**) Zonamento previsto no Anexo V atualizável anualmente.

(***) Para efeitos de TRIU, considera-se reutilização a intervenção destinada a refazer o edificado tal como consta da cartografia existente no município preservando a imagem pré-existente, permitindo a introdução de pequenas alterações que não subvertam a imagem do conjunto e que tenham como objetivo a melhoria das condições de segurança e salubridade da edificação ou uma melhoria das condições de desempenho energético e segurança funcional, estrutural e construtiva da edificação,

designadamente ao nível da cobertura. A preservação da imagem pode ser feita, com recurso a obra de reconstrução com preservação de fachada (obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente da qual resulte a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do nº de pisos).

Artigo 5.º

Redução da TRIU

1 - Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com redacção atualizada, poderão ser reduzidas proporcionalmente as taxas, por realização de infra-estruturas urbanísticas.

2 - A redução da TRIU é determinada pela relação entre o custo previsto para as obras de infra-estruturas urbanísticas e o custo previsto para a totalidade da obra sendo que o custo total da obra é a soma do custo previsto para as infra-estruturas com o custo previsto para a operação urbanística requerida inicialmente.

3 - A redução proporcional será calculada da seguinte forma:

$$R = (Vi \times 100) / (Vi + Vo)$$

R — é a percentagem de redução da TRIU;

Vi — é o valor em euros da estimativa de custo das obras de infra-estruturas urbanísticas necessárias para a viabilização da operação urbanística;

Vo — é o valor em euros da estimativa do custo da operação urbanística requerida inicialmente.

Artigo 6.º

Compensações

1 — Caso não haja lugar à cedência de terrenos para os fins referidos no n.º 1 do artigo 43.º do RJUE, os proprietários dos terrenos a lotear, ou dos terrenos objeto de operações urbanísticas com impacto relevante nos termos do numero seguinte, devem pagar à Câmara Municipal um valor de compensação a calcular nos termos deste artigo.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, são consideradas com impacto relevante, as obras de construção e/ ou de ampliação, acima do solo, com aumento de volumetria, não inseridas em operação de loteamento:

- a) destinadas a habitação com área superior a 1.000 m²;
- b) destinadas a comércio com área superior a 1.000 m²;
- c) destinadas a armazenagem autónoma com área superior a 1.000 m²;
- d) Exceptuam-se do disposto nas alíneas anteriores as obras localizadas nas áreas de redução de encargos urbanísticos assinaladas na planta que integra o Anexo V ao presente regulamento (Zona Tipo 1). Esta excepção aplica-se também aos imóveis classificados ou em vias de classificação, incluindo todos os imóveis integrados em conjuntos de interesse municipal que não sejam considerados edifícios a preservar.

3 — Para aferir se um edifício integra o conceito de Impacto Relevante não serão contabilizadas as áreas destinadas a estacionamento de apoio.

4 — O disposto no n.º 1 é igualmente aplicável aos pedidos de comunicação prévia das obras de construção, de ampliação ou de alteração, em área abrangida por plano de pormenor, que contenha as menções constantes das alíneas a), c), d) e) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 389/99 de 22 de Setembro, com redacção actualizada.

5 — (Revogado).

6 — O valor de compensação a pagar incidirá apenas sobre o acréscimo face à definição de impacto relevante constante do n.º 2.

7 — O valor de compensação a aplicar às AUGIs, será sempre de 0,01, ainda que em sede de alteração à licença de loteamento, desde que se trate de edificações existentes (alteração de nº de fogos, uso ou área de construção).

8 — A compensação poderá ser paga em espécie, através de cedência de lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos.

9 — Quando a compensação seja paga em espécie através de cedências de parcelas de terreno, estas integram -se no domínio privado do município e destinam -se a permitir uma correcta gestão dos solos, ficando sujeitas, em matéria de alienação ou oneração, ao disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, ou na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,.

10 — Os parâmetros para o dimensionamento dos espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, em função dos quais será calculada a compensação prevista nos números 1,2 e 3 deste artigo, são os da Portaria 216 -B/2008 de 3/3 até à sua inclusão em instrumento de gestão territorial.

11 — O valor da compensação a que se refere o presente artigo é calculado da seguinte forma:

$$VC = AC \times V \times CLIMI \times Ci \times Fi + (ACvi \times 0,1\epsilon)$$

Em que:

AC = Área a ceder em metros quadrados que resulta do somatório das áreas destinadas a espaços verdes, de equipamentos de utilização colectiva e de lugares de estacionamento tendo como base 11,25 m2 por lugar;

V = Valor Base do Custo por Metro Quadrado de Terreno no Concelho de Matosinhos (*);

CLIMI = Coeficiente de Localização previsto no CIMI para efeitos de avaliação do património para habitação, publicado pela DGCI;

Ci = Coeficiente de Incentivo pelo Impacto gerado pela Operação Urbanística (*) (**);

Fi = Fator de uso/função (*)

ACvi = área de construção acima do solo da operação urbanística para efeitos de pagamento de área não cedida de infraestruturas viárias.

9 — O coeficiente V e o factor Ci ambos previstos na fórmula do Valor de Compensação, são atualizados anualmente por deliberação da Assembleia Municipal.

(*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

(**) Zonamento previsto no Anexo V atualizável anualmente.

Artigo 7.º

Formas de Pagamento da TRIU e do Valor de Compensação

1 — Feita a determinação do montante total da TRIU ou do valor de compensação, o pagamento em espécie pode ser feito através de lotes ou terrenos sem edificação, ou de lotes ou terrenos edificados ou ainda de frações.

2 — Se o pagamento for feito em espécie através de lotes ou terrenos edificados ou ainda de frações, haverá lugar à sua avaliação, e o seu valor será obtido com recurso ao seguinte mecanismo:

a) A avaliação será efectuada por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela Câmara Municipal e o terceiro pelo promotor da operação urbanística;

b) As decisões da comissão serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus elementos.

3 — Quando o pagamento for feito em espécie através de lotes ou terrenos não edificados, a atribuição do valor destes será feita com base na seguinte fórmula:

$$PE = AT \times (V - 31\text{€}) \times CLIMI$$

Em que:

PE = Valor do pagamento em espécie, em euros

AT = Área do Terreno

V = Valor Base do Custo por Metro Quadrado de Terreno no Concelho de Matosinhos (*);

CLIMI = Coeficiente de Localização previsto no CIMI para efeitos de avaliação do património para habitação, publicado pela DGCI;

(*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

4 — Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, as mesmas serão liquidadas da seguinte forma:

a) Se o diferencial for desfavorável ao município, será o mesmo pago em numerário pelo promotor da operação urbanística;

b) Se o diferencial for desfavorável ao promotor poderá o município, caso tenha interesse na compensação em espécie, pagar o montante em falta para adquirir o terreno.

5 — Se o valor proposto no relatório final da comissão referida no n.º 2 deste artigo não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118.º do RJUE, com redação atualizada.

6 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de não aceitar a proposta de compensação em espécie, sempre que tal se mostre inconveniente para a prossecução do interesse público.

Artigo 8.º

(Revogado)

Artigo 9.º

Atualização

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, os valores das taxas e demais receitas municipais constantes na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais (Anexo I) são actualizados anualmente, de acordo com a última taxa de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, mediante proposta a incluir no Orçamento Municipal, que substitui automaticamente a tabela anexa a este Regulamento.

2 — Os valores obtidos são arredondados para o cêntimo mais próximo por excesso se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5 e por defeito se inferior.

3 — Exceptuam-se da regra de actualização antes definida, o conjunto de taxas e outras receitas cuja actualização é fixada em legislação especial.

4 — Sempre que a Câmara Municipal ache justificável pode propor à Assembleia Municipal uma actualização extraordinária e ou alteração total ou parcial da Tabela anexa, acompanhada da respectiva fundamentação económico-financeira subjacente aos novos valores.

5 — A actualização prevista no n.º1 deste artigo produz efeitos a partir da data de entrada em vigor do orçamento municipal.

6 — A actualização da Unidade de Conta Processual (UC) é feita de acordo com o previsto no artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 34/2008 de 26/02/2008 na sua redacção actual.

CAPÍTULO II

Da incidência

Artigo 10.º

Incidência objectiva

1 — É devido o pagamento de taxas pelos factos previstos na tabela anexa, incidindo sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do Município, designadamente:

- a) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- b) Pela utilização e ou aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- c) Pela contraprestação devida ao Município pelos encargos suportados pela autarquia com a realização, a manutenção ou o reforço de infra-estruturas urbanísticas em operações de loteamento ou de urbanismo, previstas na lei;
- d) Pela gestão de áreas de estacionamento público;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- g) Pela realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo;
- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i) Pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;
- j) Pela prestação concreta de qualquer outro serviço público, quando tal seja atribuição da autarquia.

2 – Os preços incidem sobre os serviços prestados e bens fornecidos em gestão directa pelas unidades orgânicas municipais e não devem ser inferiores aos custos directa e indirectamente suportados com a prestação desses serviços ou fornecimentos desses bens.

Artigo 11.º

Incidência subjectiva

1 — O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas ou outras receitas previstas no presente regulamento é o Município de Matosinhos.

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva ou outra entidade legalmente equiparada que, nos termos da lei e do presente regulamento, esteja vinculada ao cumprimento de uma prestação tributária ou de outra natureza pelos factos mencionados no artigo antecedente.

3 — Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os Fundos e Serviços Autónomos e as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

4 — No caso das taxas pela realização de infra-estruturas urbanísticas, o pagamento da taxa é da responsabilidade do requerente do loteamento ou da construção, conforme se trate de loteamento ou de construções edificadas fora deste.

5 — As isenções e reduções previstas no presente Regulamento respeitam os princípios da legalidade, igualdade de acesso, imparcialidade, capacidade contributiva e justiça social e visam a justa distribuição dos encargos, o incentivo da actividade económica na área do Município, a dinamização do espaço público e o apoio às actividades com fins de interesse público municipal.

CAPÍTULO III

Das isenções

Artigo 12.º

Isenções

1 — Estão isentos do pagamento das taxas previstas neste regulamento:

- a) As Juntas de Freguesias do Município de Matosinhos;
- b) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- c) As empresas municipais;
- d) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente que beneficiem de isenção do IRC nos termos do artigo 10.º do respectivo código;
- e) Outras entidades públicas ou privadas a quem a lei ou regulamento confira tal isenção.

2 — A pedido dos interessados, poderão ficar isentas do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, total ou parcialmente:

- a) As associações, incluindo as de natureza religiosa, cooperativas e fundações sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas, relativamente aos factos que visem a prossecução dos seus fins

estatutários, designadamente no âmbito cultural, desportivo, recreativo, social, assistencial ou profissional;

b) As pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica, que integrem agregado familiar cujo rendimento médio mensal seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), desde que para benefício exclusivo e próprio.

3 — Poderá, sob proposta devidamente fundamentada, haver lugar à isenção total ou parcial das taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal.

4 — Poderá a Câmara Municipal por deliberação fundamentada propor à Assembleia Municipal a aprovação da isenção total ou parcial a quaisquer outras entidades das taxas previstas na tabela anexa, em conformidade com o n.º 5 do artigo 11.º do presente regulamento.

5 — A cobrança de taxas de ocupação do domínio público poderá ser suspensa em locais e períodos determinados, nomeadamente por ocasião de eventos ou festividades populares podendo a gestão do espaço ser cometida às entidades organizadoras.

6 — A fundamentação das isenções previstas neste artigo consta do anexo IV ao presente regulamento.

Artigo 13.º

Procedimento

1 — A instrução dos pedidos relativos a isenções deve ser feita em impresso próprio a fornecer pelos serviços da Câmara e acompanhada dos documentos referidos nos respectivos, nos termos artigo 23.º do presente regulamento.

2 — O pedido de isenção a que alude o n.º 2 do artigo anterior é formalizado por requerimento, contendo a identificação do interessado e o objecto do pedido, com referência à taxa, bem como as razões que o fundamentam.

3 — Com exceção das isenções concedidas ao abrigo dos contratos de concessão, caso o requerimento seja apresentado com uma antecedência inferior a 5 dias úteis (inclusivé) face à data do ato /evento, haverá lugar à liquidação e cobrança da taxa de apreciação respetiva.

4 — A isenção prevista no n.º 2 do artigo anterior carece de parecer favorável dos serviços municipais competentes em que constem todos os factos relevantes para a decisão.

Artigo 14.º

Competência

Sem prejuízo do disposto em disposição legal ou regulamentar aplicável à matéria, a isenção e suspensão da cobrança nos termos dos números 2 e 5 do artigo 12.º só pode ser concedida pela Câmara, ou em quem esta expressamente delegar, e não abrange as indemnizações por danos causados ao património municipal nem permite aos beneficiários a utilização de meios susceptíveis de lesar o interesse municipal.

CAPÍTULO IV
Da liquidação e cobrança

Artigo 15.º

Liquidação

1 — A liquidação das taxas municipais previstas na tabela que constitui o anexo I consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nele definidos e dos elementos fornecidos pelo interessado.

2 — Os valores constantes na tabela anexa encontram-se expressos em euros e já incluem, quando devido, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor, excepto quando existe a menção expressa de que a determinado valor acresce IVA.

3 — Revogada

4 — As regras previstas para a liquidação e cobrança de taxas são feitas nos termos dos artigos seguintes sem prejuízo de legislação específica aplicável, nomeadamente o RJUE.

Artigo 16.º

Prazos para a liquidação

A liquidação de taxas e outras receitas municipais será efectuada pelos serviços ou automaticamente no Balcão do Empreendedor dentro dos seguintes prazos:

- a) Aquando da solicitação verbal ou no acto de entrada da comunicação prévia ou do requerimento, nos casos em que seja possível, sendo cobrada uma taxa administrativa, constante na tabela anexa, nas situações aplicáveis, para que seja dado início ao procedimento;
- b) No prazo de 10 dias a contar da data da aprovação da pretensão do requerente ou da formação do respectivo deferimento tácito.
- c) No prazo de 5 dias após a comunicação ou o pedido no Balcão do Empreendedor para as situações definidas no artigo 18.º n.º4 do Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril.

Artigo 17.º

Regras específicas de liquidação

1 — O cálculo das taxas e outras receitas municipais cujo quantitativo esteja indexado ao ano ou ao mês poderá ser objeto de fracionamento mensal ou diário, respetivamente, nos termos análogos ao disposto no n.º 2. Nos casos em que o cálculo das taxas esteja indexado, à semana ou dia, não haverá lugar a qualquer fracionamento da unidade de tempo.

2 - São divisíveis em duodécimos as taxas anuais quando a sua emissão não seja requerida ou processada no início do ano civil, sendo o total da liquidação das taxas igual ao produto resultante da

multiplicação de um duodécimo pelos meses em falta até ao fim do ano, contando o mês em curso caso a liquidação ocorra na primeira quinzena.

3 – São agravadas em 50% as taxas de apreciação com vista à obtenção de licença ou outro título, quando é requerida urgência na análise do processo, sendo considerada urgência quando o processo é submetido com uma antecedência mínima de 5 dias úteis (inclusivé).

4 – É aplicada uma penalização de 25,00€ por processo de inumação e/ou cremação às funerárias que deem entrada dos mesmos fora de prazo, sendo considerado fora do prazo se der entrada 2 dias úteis após a emissão da certidão de óbito. Esta penalização é aplicada por cada período indivisível de 5 dias úteis de atraso.

5 – Não há lugar a cobrança ou reembolso/restituição quando, em virtude de liquidação, revisão ou revogação de liquidação, a importância a cobrar ou a restituir seja inferior a 1,00 euro (inclusive).

Artigo 18.º

Notificação da liquidação

1 — Notificação da liquidação é o acto pelo qual se leva a fatura ao conhecimento do requerente ou interessado.

2 — Os actos praticados em matéria de taxas e outras receitas municipais só produzem efeitos em relação aos respectivos sujeitos passivos quando estes sejam validamente notificados.

3 – A notificação da liquidação será efectuada por carta simples ou por carta registada com aviso de recepção quando previsto na lei, designadamente sempre que estejam em causa actos ou diligências susceptíveis de alterarem a situação tributária dos munícipes ou a convocação destes para assistirem ou participarem em actos ou diligências.

4 – A notificação por carta registada com aviso de recepção presume-se efectuada na data da assinatura do aviso e tem-se por efectuada na pessoa do notificado, mesmo quando o aviso de recepção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio fiscal do requerente, presumindo-se, neste caso, que a carta foi entregue ao destinatário.

5 – No caso de o aviso de recepção ser devolvido ou não vier assinado em virtude de o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais e não se comprovar que entretanto o interessado comunicou aos serviços a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação será efectuada nos 15 dias seguintes à devolução por nova carta registada com aviso de recepção.

6 – No caso de recusa do recebimento ou não levantamento da carta, previsto no número anterior, a notificação presume-se feita no 3º dia posterior ao registo ou no 1º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil, sem prejuízo do notificando poder provar impedimento ou impossibilidade de comunicação de mudança de residência, no prazo legal.

7 – As notificações efectuadas por carta simples poderão ser efectuadas por telefax ou via internet desde que seja possível confirmar posteriormente o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada, sendo o extracto considerado meio de prova e anexo ao respectivo processo.

8 – Não há lugar a notificação nos casos de renovação automática de licenças ou autorizações automáticas previstas no presente regulamento.

9 – Nos casos em que seja utilizado o Balcão do Empreendedor, todas as notificações serão efetuadas por essa via.

Artigo 19.º

Conteúdo da notificação

Da notificação da liquidação devem constar os seguintes elementos:

- a) Conteúdo da deliberação, despacho ou sentido da decisão;
- b) Fundamentos de facto e de direito;
- c) Prazo de pagamento voluntário;
- d) Meios de defesa contra o acto de liquidação;
- e) Menção expressa ao autor do acto e se o mesmo foi praticado no uso de competência própria, delegada ou subdelegada;
- f) A advertência de que a falta de pagamento no prazo estabelecido, quando a este haja lugar, implica a cobrança coerciva da dívida;
- g) Número da fatura.

Artigo 20.º

Revisão

1 — A revisão dos actos de liquidação com fundamento em erro material ou de direito pode ser efectuada oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo.

2 — A revisão a que se refere o número precedente é promovida pelo serviço municipal que praticou o acto de liquidação, no prazo máximo de 5 dias contados da data do conhecimento do erro ou da petição do sujeito passivo, mediante informação fundamentada, competindo ao Presidente da Câmara, ou Vereador com competência delegada, por despacho, proferir a decisão final.

3 — Sempre que a taxa já se encontre paga, compete ainda aos serviços referidos no número anterior promover a cobrança ou a restituição do valor da diferença apurada no âmbito do procedimento de revisão, facto que deve ocorrer, respectivamente, no prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação ao sujeito passivo ou do despacho mencionado no mesmo número.

Artigo 21.º

Autoliquidação

1 — Sempre que a lei ou regulamento preveja a autoliquidação das taxas e outras receitas, deverá o requerente promover a mesma e o respectivo pagamento.

2 — O requerente deverá remeter cópia do pagamento efectuado nos termos do número anterior ao Município, conforme for a situação, aquando do seu requerimento, comunicação ou do início da actividade sujeita a pagamento da taxa ou receita.

3 — A prova do pagamento das taxas efectuado nos termos do número anterior deve ser pelo requerente arquivada por um período de 8 anos, sob pena de presunção de que não efectuou aquele pagamento.

4 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efectivamente devido, o requerente será notificado do valor correcto a pagar assim como do prazo para efectuar o respectivo pagamento.

5 — A falta de pagamento do valor referido no número anterior dentro do prazo fixado pelo Município tem por efeito a extinção do procedimento.

6 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é superior ao valor efectivamente devido, o requerente será notificado do valor correcto a pagar, sendo -lhe restituído o montante pago em excesso.

Artigo 22.º

Cobrança

1 — A cobrança das taxas e outras receitas municipais pode ocorrer sob a modalidade de pagamento voluntário ou de cobrança coerciva.

2 — Constitui pagamento voluntário o pagamento efetuado dentro do prazo de 30 dias estabelecido nas normas legais e regulamentares aplicáveis ao facto gerador da obrigação, nomeadamente tributária.

3 — São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação do pagamento das taxas, nos termos das leis tributárias, ou de outras receitas municipais, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Findo o prazo de pagamento voluntário, acrescido de 5 dias úteis, será extraída, pelos serviços competentes, certidão de dívida com base nos elementos que tiverem ao seu dispor, promovendo-se a instauração do processo de execução fiscal para efeitos de cobrança coerciva do montante em dívida.

CAPÍTULO V

Alvará de Licença/ Autorização

Artigo 23.º

Emissão

1 — A instrução dos pedidos previstos no presente regulamento deve ser feita em impresso próprio a fornecer pelos serviços da Câmara e acompanhada dos documentos referidos nos respectivos, sem prejuízo da solicitação, por parte dos serviços, de elementos complementares à correta instrução do processo.

2 — A não entrega dos elementos solicitados nos termos do número anterior, poderá conduzir ao indeferimento liminar do pedido.

3 — Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização, e mediante o pagamento das taxas devidas, os serviços municipais asseguram a emissão do alvará respectivo, no qual deve constar, sem prejuízo de legislação específica, designadamente o RJUE:

- a) A identificação do titular — nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objeto do licenciamento ou autorização, sua localização e características;
- c) As condições impostas no licenciamento ou autorização;
- d) A validade da licença ou autorização, bem como o número de ordem;
- e) A identificação do serviço municipal responsável.

4 — O período referido no licenciamento ou autorização pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil determinado em função do respetivo calendário.

Artigo 24.º

Precariedade

1 — Sem prejuízo do disposto em lei especial, todos os licenciamentos e autorizações que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público devidamente fundamentado, sem que haja lugar a indemnização.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a importância correspondente ao período não utilizado será restituída mediante despacho do Presidente ou Vereador com poderes delegados, sendo proporcional à fração de tempo em que foi impedida a utilização da respetiva licença.

Artigo 25.º

Período de validade das licenças

1 — As licenças têm o prazo de validade delas constante, caducando no último dia do prazo para que foram concedidas, sem prejuízo de legislação específica.

2 — As licenças anuais caducam no último dia do ano para que foram concedidas, sem prejuízo da sua renovação.

3 — Nas licenças com validade por período de tempo certo poderá constar a referência ao último dia desse período.

4 — Os prazos das licenças contam -se nos termos da alínea c) do artigo 279.º do Código Civil.

Artigo 26.º

Renovação de Licenças

1 — Os pedidos de renovação das licenças são apresentados até 10 dias úteis antes do término da sua validade, salvo disposição na lei ou regulamento em contrário.

2 — As licenças renováveis consideram-se emitidas nas condições em que foram concedidas as correspondentes licenças iniciais, pressupondo a inalterabilidade nos seus termos e condições, sem prejuízo da atualização do valor da taxa a que houver lugar.

3 — O disposto no número anterior não se aplica às licenças ou outros procedimentos relativos a operações urbanísticas.

4 — A taxa de apreciação do processo associada aos pedidos de renovação das licenças é fixada em 50% dos valores constantes na Tabela Anexa, nas situações em que esteja prevista, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 27.º, com excepção das taxas na área do urbanismo (TU).

Artigo 27.º

Renovação automática

1 — A renovação das licenças que assumam carácter periódico e regular opera-se automaticamente com o pagamento das taxas respetivas.

2 — A renovação entende-se sempre sem prejuízo do carácter precário da licença e de, nesses termos, salvo disposição regulamentar em contrário, a Câmara a poder revogar a todo o tempo, aplicando-se o disposto no n.º 2 do artigo 24.

3 — Consideram-se nestas condições, nomeadamente as seguintes licenças:

- a) Publicidade em painéis, outdoors, mupies e similares;
- b) Esplanadas, máquinas de gelados, toldos ou outras que, embora ocupando o domínio público, sejam licenciadas na dependência de um estabelecimento;
- c) Publicidade própria em viaturas;
- d) Ocupação de ossários/columbários;
- e) Tubos, condutas e cabos instalados no subsolo;
- f) Concessão de cartão de residente.

4 — Excetuam-se da renovação automática as licenças por ocupação do espaço do domínio público com carácter autónomo.

5 — Para os efeitos do número anterior, considera-se ocupação autónoma do domínio público a efetuada por equipamentos ou instalações que, com ou sem carácter de sazonalidade, revistam natureza precária, se destinem a exploração comercial e não constituam extensão ou ampliação do estabelecimento.

6 — Na renovação automática, não há lugar a liquidação e cobrança da taxa de apreciação, nas situações em que esteja prevista na tabela anexa para emissão das licenças e das autorizações iniciais.

7 — No caso de licenças ou de autorizações renováveis anualmente, o pagamento da taxa tem lugar durante:

- a) o mês de fevereiro para ocupação de ossários/columbários;
- b) o mês de março para publicidade e ocupação do domínio público municipal do ano a que respeita, sendo emitido o documento de liquidação, salvo se tiver sido comunicado por escrito aos serviços até 31 de dezembro do ano anterior que não se deseja a renovação.

8 — No caso de licenças ou de autorizações renováveis mensalmente, o pagamento deverá ter lugar até ao dia 10 do mês a que respeita, sendo emitido o documento de liquidação, salvo se tiver sido comunicado por escrito aos serviços durante o mês anterior que não se deseja a renovação.

9— O não pagamento da taxa devida dentro do prazo da renovação implica o pagamento de juros nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do presente regulamento, sendo aplicável igualmente o n.º 4 do mesmo artigo com as devidas adaptações.

Artigo 28.º

Averbamento de licenças

1 — Os pedidos de averbamento de licenças devem ser apresentados no prazo de um ano a contar da verificação dos factos que o justifiquem, sob pena de não poderem ser considerados e da aplicação do respetivo procedimento de contra-ordenação.

2 — Poderá ser autorizado o averbamento das licenças concedidas para a ocupação da via pública, instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água e de publicidade, desde que o pedido tenha a concordância dos titulares das licenças e os atos ou factos a que respeitem subsistam nas mesmas condições em que foram licenciados.

3 — Presume-se que as pessoas singulares ou colectivas que trespassem os seus estabelecimentos ou instalações, ou cedam a respectiva exploração, autorizam o averbamento das licenças de que sejam titulares a favor das pessoas a quem transmitiram os seus direitos.

4 — Excecionalmente, serão aceites pedidos de averbamentos fora do prazo fixado no n.º 1, mediante o pagamento do adicional de 20 % sobre a taxa respetiva.

Artigo 29.º

Atos de autorização automática

1 — Devem considerar-se automaticamente autorizados, mediante a simples exibição dos documentos indispensáveis à comprovação dos factos invocados, verificado o cumprimento das condições regulamentares e pagamento correspondente, os seguintes atos:

- a) Averbamento da transmissão da concessão de jazigos;
- b) O averbamento do trespasse de lojas exteriores do Mercado Municipal;
- c) O averbamento da transferência de propriedade de estabelecimentos de hotelaria ou similares por sucessão, trespasse, cessão de quotas, constituição de sociedade ou outros similares;
- d) O pedido de 2.ª via de licenças de ciclomotores;
- e) A inumação, exumação, cremação, transladação de cadáveres, tratamento de sepulturas e sinais funerários.

3 — O averbamento automático deverá considerar-se efetuado nas condições estabelecidas no despacho inicial que concedeu a licença.

4 — O disposto neste artigo não se aplica aos estabelecimentos a que se refere a alínea c) do n.º 1, quando os mesmos estejam integrados em loteamentos clandestinos.

CAPÍTULO VI

Do pagamento

Artigo 30.º

Pagamento

1 — Não pode ser praticado nenhum ato ou facto a ele sujeito sem prévio pagamento das respectivas taxas ou outras receitas municipais, salvo nos casos expressamente permitidos.

2 — O pagamento das taxas é efetuado em numerário, por cheque emitido à ordem do Município de Matosinhos, vale postal, transferência bancária, através da rede multibanco ou por outros meios previstos na lei.

3 — As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, nos casos e condições previstos na lei.

4 — As taxas inerentes às comunicações prévias e à apreciação do processo serão cobradas no momento da sua submissão através do Balcão do Empreendedor, ou apresentação do requerimento, respetivamente.

Artigo 31.º

Requisitos da dação em cumprimento ou pagamento

1 — Para pagamento das dívidas resultantes de taxas é aceite a dação em cumprimento pela entrega de bens móveis ou imóveis.

2 — Só serão aceites para dação em cumprimento ou pagamento bens cuja utilização se revele de interesse público ou social.

3 — À dação em cumprimento ou pagamento aplicam-se as regras previstas para a dação em pagamento no Código de Procedimento e Processo Tributário com as necessárias adaptações.

Artigo 32.º

Requisitos da compensação

1 — A compensação como forma de pagamento é admitida tendo por base a iniciativa do sujeito ativo ou do sujeito passivo da relação jurídico-tributária, sem prejuízo da avaliação do interesse público pela aceitação de tal forma de pagamento.

2 — As regras aplicáveis à compensação são as previstas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

Artigo 33.º

Pagamento por terceiro

1 — O pagamento das taxas pode ser efetuado pelo devedor ou por terceiro.

2 — O pagamento das taxas por terceiro não confere a este a titularidade dos processos, sendo necessário para tal solicitar a alteração da titularidade dos mesmos juntando os elementos que provem essa alteração.

Artigo 34.º

Pagamento em prestações

- 1 — A pedido do interessado, poderá ser autorizado pagamento das taxas em prestações mensais.
- 2 — O valor de cada prestação não pode ser inferior ao valor de uma Unidade de Conta no momento da autorização.
- 3 — O fracionamento pode ser concedido até ao prazo de execução fixado no alvará, mediante apresentação de caução do valor em dívida.
- 4 — No pedido o requerente deve indicar a forma como se propõe efetuar o pagamento e os factos que fundamentam a proposta, fazendo-o instruir com todos os elementos suscetíveis de influenciarem a apreciação do seu mérito, incluindo plano de pagamento.
- 5 — O prazo de pagamento de cada uma das prestações é fixado na autorização a que alude o n.º 1, acrescendo ao respetivo valor os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação a cada uma das prestações até ao seu integral cumprimento.
- 6 — A falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo fixado, importa o vencimento imediato das seguintes, extraindo-se de imediato certidão do título de cobrança relativa às prestações em falta, para efeitos de cobrança coerciva, nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 35.º

Decisão

- 1 - Compete à Câmara Municipal autorizar a dação em cumprimento mediante proposta devidamente fundamentada pelos serviços municipais.
- 2 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações assim como a compensação mediante proposta devidamente fundamentada pelos serviços municipais.

Artigo 36.º

Local de pagamento

As taxas e outras receitas municipais são pagas na tesouraria da Câmara Municipal ou nos postos de cobrança autorizados pelo órgão executivo, ou através de transferência bancária a favor de conta titulada em nome do Município, ou na rede multibanco caso tenha sido emitida referência bancária.

CAPÍTULO VII

Da extinção da obrigação

Artigo 37.º

Extinção da obrigação

- 1 — A obrigação, nomeadamente a tributária, resultante da aplicação do presente regulamento extingue-se:

- a) Pelo cumprimento da mesma;
- b) Por revogação, anulação, declaração de nulidade ou caducidade do facto gerador da correspondente obrigação;
- c) Por caducidade do direito de liquidação;
- d) Por prescrição da dívida;
- e) Por qualquer outra forma prevista na lei.

CAPÍTULO VIII

Das garantias

Artigo 38.º

Reclamação e impugnação da liquidação

- 1 — Os sujeitos passivos das taxas previstas neste regulamento podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação nos termos previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.
- 2 — A reclamação é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação, presumindo-se indeferida, para efeitos de impugnação judicial, se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 3 — Do indeferimento, tácito ou expresse, cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias contados do indeferimento.
- 4 — A impugnação judicial depende de prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.

CAPÍTULO IX

Da caducidade e da prescrição

Artigo 39.º

Caducidade

O direito de liquidar as taxas caduca se a sua liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 40.º

Prescrição

- 1 — As dívidas ao Município por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- 2 — A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- 3 — A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO X

Das disposições finais

Artigo 41.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente regulamento aplicar-se-á o disposto na Lei das Finanças Locais, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na Lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 42.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento, são revogados:

- a) O Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Matosinhos com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente.
- b) As normas previstas nos diversos regulamentos municipais na parte contrariada pelo presente regulamento.
- c) O artigo 10º do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Matosinhos, que define o impacto relevante.

Artigo 43.º

Norma transitória

Poderá ser aplicado o presente regulamento aos pedidos formulados em data anterior à sua entrada em vigor cujas taxas ainda não tenham sido pagas.

Artigo 44.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de Maio de 2010.

Anexo I — Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

Anexo II — Revogado

Anexo III — Fundamentação Económica -Financeira das Taxas Municipais

Anexo IV — Fundamentação das Isenções

Anexo V — Lista das zonas 1 e 2 previstas na Fórmula da TRIU e na Fórmula do Valor de Compensação

Anexo VI — Revogado

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Atividades Económicas		Mercados Municipais	
	TX001	Taxa pela emissão de cartão de utente de mercado municipal	7,36
		Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Angeiras (por mês)	
		Bancas:	
	TX002	1 a 7 (2,30 m2)	36,82
		Lojas :	
	TX003	1 (11,10 m2)	132,57
	TX004	2 (10,50 m2)	125,20
	TX005	3 e 4 (6,90 m2)	82,06
	TX006	5 (28,00 m2)	167,29
	TX007	6 (28,89 m2)	345,09
	TX008	7 (25,11 m2)	299,84
		Espaços de terrado :	
	TX009	1 a 40, 42 e 43 (3,24 m2)	32,62
	TX010	41 (3,78 m2)	37,87
		Armazéns :	
	TX011	1 a 8 (8,38 m2)	149,40
		Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Matosinhos (por mês)	
		Bancas :	
	TX012	1 a 72 (2 m2)	10,52
	TX013	73 a 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131 e 133 (4,32 m2)	21,05
	TX014	120, 122, 124, 126 (3,5 m2)	18,94
	TX015	128, 130, 132, 134 a 142 (2,5 m2)	10,52
		Lojas:	
	TX016	1 e 2 (8,3 m2)	19,99
	TX017	3 a 6 (9,1 m2)	22,09
	TX018	7 a 16 (11,7 m2)	27,35
	TX019	31 a 36 (13,1 m2)	30,51
	TX020	17 e 18 (16,1 m2)	37,87
	TX021	41 a 58 (16,6 m2)	38,92
	TX022	19 a 22 (18,6 m2)	43,14
	TX023	61 e 62 (20,2 m2)	47,35
	TX024	59 e 60 (24 m2)	52,60
	TX025	63 e 64 (25,7 m2)	57,87
	TX026	65 (32,7 m2)	72,07
	TX027	23 a 30 e 37 a 40 (36,2 m2)	78,91
		Espaços de terrado :	
	TX028	1, 2 e 3 (2 m2)	5,26
	TX029	4 (3 m2)	7,89
		Arrecadações :	
	TX030	1, 1A e 16	34,72
	TX031	2	15,78
	TX032	3	103,11
	TX033	4	77,33
	TX034	5	108,37
	TX035	6 a 8, 10 a 13	31,56
	TX036	9	56,81
	TX037	14	44,19
	TX038	15 e 15A	11,57
	TX039	17 e 19 a 22	18,41
	TX040	18	21,05
		Controlo metrológico de instrumentos de medição	
	TX042	Pela verificação dos instrumentos de medição são devidas as taxas constantes da tabela aprovada pelo Despacho n.º 18853/2008 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação do Ministério da Economia e da Inovação, de 03.07.2008, publicado no D.R. - II Série, de 15.07.2008.	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Atividades Económicas		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de guarda noturno	
	TX048	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	34,72
	TX049	Emissão ou renovação de licença de guarda noturno	17,89
		Taxas devidas pelo regime de exercício da atividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas e eletrónicas de diversão (por cada máquina)	
	TX055	Registo	210,42
	TX056	2ª Via do Título de Registo	73,65
	TX057	Averbamentos por Transferência de Propriedade	63,13
Atividades Culturais e Lazer		Taxas devidas pelo licenciamento da realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos	
	TX060	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	14,73
	TX061	Emissão de Licença para Espetáculos e Divertimentos Públicos	8,94
	TX062	Emissão de Licença para Espetáculos de Natureza Desportiva	8,94
		Taxas devidas pelo licenciamento do funcionamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos	
	TX063	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	25,25
		Emissão de licença de instalação e funcionamento de recintos:	
	TX064	a) itinerantes, por cada e por semana ou fração	33,67
	TX065	b) improvisados, por cada e por semana ou fração	27,35
		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de acampamentos ocasionais	
	TX066	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	61,02
	TX067	Emissão de Licença para a Realização de Acampamentos Ocasionalmente	17,89
		Bibliotecas Municipais	
	TX070	Taxa pela emissão de cartão de utente	0,00
	TX071	Taxa pela 2ª via do cartão de utente	1,05
		Ateliers e Festas de Aniversário	
		Inscrição em Ateliers Municipais	
	TX072	a) por dia, por pessoa	10,00
	TX073	b) por 1/2 dia, por pessoa	5,00
	TX074	c) lanche	2,00
	TX075	d) dormida	10,00
		e) transporte	
	TX076	i) até 15 Km	2,00
	TX077	ii) entre 15 Km e 100 Km	3,00
	TX078	iii) entre 100 Km e 200 Km	5,00
	TX079	iv) entre 200 Km e 300 Km	10,50
		Festas de Aniversário:	
	TX080	grupos até 15 crianças, por criança	5,00
	TX081	grupos com mais de 15 crianças, por criança	4,50
		Cine-Teatro Constantino Nery	
	TX082	Música Clássica, Dança, Cinema e Teatro, como preço mínimo (IVA incluído) (*)	7,50
	TX083	Café-Concerto, como preço mínimo (IVA incluído) (*)	7,50
	TX309	Música Clássica, Dança, Cinema, Teatro e Café-Concerto para crianças até aos 14 anos, estudantes e maiores de 65 anos	5,00
	TX313	Assinatura 6 espetáculos (excluindo Jazz, Outros Concertos e Festival de Teatro)	30,00
		Jazz e Outros Concertos (IVA incluído) (*):	
	TX084	Escalão 1	12,50
	TX314	Escalão 2	20,00
	TX315	Escalão 3	25,00
	TX316	Escalão 4	30,00
	TX317	Assinatura para Festival de Teatro	25,00
		(*) Desconto de 20% para compras superiores a 10 bilhetes	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Atividades Culturais e Lazer		Museu Quinta de Santiago	
	TX085	Entrada	1,00
	TX272	Visita Guiada, por pessoa (*) (**)	1,00
	TX273	Visita Especial, por pessoa (*) (**) (***)	2,00
	TX274	Visita à cascata Leceira, por pessoa (**)	1,00
	TX275	Cursos temáticos, por aluno, por aula (**)	2,00
	TX276	Salve Língua de Camões (**)	1,00
	TX277	Outras atividades, nomeadamente concertos, cinema e conferências, por pessoa, como preço mínimo (**)	5,00
		Isenção para o professor que acompanha um grupo de alunos, guias turísticos que acompanham grupo de turistas e jornalistas em serviço.	
		(*) Valor a acrescentar ao valor da Entrada no Museu	
		(**) Benefício de 50% de desconto com a apresentação do Cartão Jovem Municipal ou Cartão MATOSINHOSênior	
		(***) Desconto para grupos escolares: 1,00 € /aluno	
		Visitas guiadas ao Património Histórico/ Arquitetura Contemporânea *	
	TX086	a) por hora, por pessoa	5,00
		b) por hora, por grupo:	
	TX087	grupos de 10 a 15 pessoas	46,00
	TX088	grupos de 16 a 20 pessoas	77,00
		Isenção para o professor que acompanha um grupo de alunos, guias turísticos que acompanham grupo de turistas e jornalistas em serviço.	
		* Sujeito a prévia marcação; não inclui transporte	
		Cedência de utilização de espaços	
		Auditório da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Espaço Irene Vilar, Jardins do Museu Quinta de Santiago e Café Concerto Constantino Nery	
	TX089	i) dias úteis, por hora, das 8:00h às 20:00h	60,00
	TX090	ii) dias úteis, por hora, das 20:00h às 23:00h	100,00
	TX091	iii) sábados, domingos e feriados, por hora, das 8:00h às 20:00h	100,00
	TX092	iv) sábados, domingos e feriados, por hora, das 20:00h às 23:00h	130,00
		Sala Principal do Cine-Teatro Constantino Nery	
	TX093	i) por dia com equipamento	3 100,00
	TX094	ii) por dia sem equipamento	1 550,00
		Salão Nobre nos Paços do Concelho	
	TX095	i) dias úteis, por dia	510,00
	TX096	ii) dias úteis, por meio dia	255,00
	TX097	iii) sábados, domingos e feriados, por dia	620,00
	TX098	iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia	360,00
		Sala de Sessões Públicas nos Paços do Concelho	
	TX099	i) dias úteis, por dia	310,00
	TX100	ii) dias úteis, por meio dia	155,00
	TX101	iii) sábados, domingos e feriados, por dia	410,00
	TX102	iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia	230,00
		Sala dos Espelhos no Palacete Visconde Trevões	
	TX103	i) dias úteis, por dia	155,00
	TX104	ii) dias úteis, por meio dia	78,00
	TX105	iii) sábados, domingos e feriados, por dia	205,00
	TX106	iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia	103,00
	TX107	Apoio às iniciativas, por pessoa, por hora	6,20
		Sala das Artes S. Mamede de Infesta/Florbela Espanca e Sala Conto Florbela Espanca	
	TX291	i) dias úteis/h, das 8h às 20h	20,00
	TX292	ii) dias úteis/h das 20h às 22h	30,00
	TX293	iii) sábados/h, das 8h às 20h	30,00
	TX294	iv) sábados/h, das 20h às 22h	40,00
	TX295	v) domingos e feriados/h	50,00
	TX108	Cedência de utilização de palco por período de 10 dias ou fração, incluindo transporte, montagem e desmontagem	1 629,72

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Ambiente		Recolha de resíduos sólidos industriais e comerciais (por ano)	
		Recolha por cada dia de semana	
	TX109	i) 1º contentor (*)	1 377,58
	TX110	ii) cada contentor adicional (*)	1 264,99
	TX111	iii) 1º balde (*)	196,49
	TX112	iv) cada balde adicional (*)	180,56
		(*) A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor	
		Capacidade contentor: 800 litros; capacidade balde:110 litros	
		Tarifa de Recolha de Resíduos equiparados a domésticos (Grupo I e II), incluindo deposição na Central de Valorização Energética	
	TX300	por tonelada (*)	58,30
		(*) A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor	
		Remoção e recolha de veículos	
	TX113	Pela remoção e recolha de veículos são aplicadas as taxas constantes da Portaria n.º 1424/2001 de 13 de dezembro	
		Serviço Veterinário Municipal	
		1 - Recolha e captura de animais	
	TX114	a) Captura de animal na via pública quando reclamados pelo detentor ou identificados por via eletrónica	31,56
	TX115	b) Recolha de animal vivo a pedido do dono	15,78
	TX116	c) Recolha de cadáver de animal de companhia morto em casa do proprietário	5,26
	TX117	2 - Hospedagem e alimentação por animal e por dia ou fração	7,36
	TX118	3 - Entrega de animal	26,23
		Licença especial de ruído para o exercício de atividades ruidosas de caráter temporário	
	TX119	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	56,29
		Emissão de licença especial de ruído	
		1 - Dias úteis e por hora	
	TX120	a) entre as 8h e as 20h na proximidade escolas e hospitais	31,56
	TX121	b) das 20h às 23h	37,35
		c) das 23h às 8h:	
	TX122	1ª hora	49,97
	TX123	2ª hora	56,29
	TX124	3ª e seguintes	74,70
	TX125	2 - Sábados, domingos e feriados, por hora	49,97
		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de fogueiras e queimadas	
	TX126	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	10,52
	TX127	Emissão de Licença	17,89
		Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos	
		1 - Utentes Domésticos	
	TX128	a) Tarifa Fixa (por cada 30 dias)	2,7000
	TX129	b) Tarifa Variável (por m3 de água consumida)	0,4550
	TX310	c) Taxa de Gestão Resíduos (por m3 de água consumida)	0,0202
		2 - Comércio / Indústria / Estado / Outros	
	TX130	a) Tarifa Fixa (por cada 30 dias)	8,7750
	TX131	b) Tarifa Variável (por m3 de água consumida)	0,9100
	TX311	c) Taxa de Gestão Resíduos (por m3 de água consumida)	0,0202
		3 - Instituições / Associações, de declarada utilidade pública	
	TX132	a) Tarifa Fixa (por cada 30 dias)	2,7000
	TX133	b) Tarifa Variável (por m3 de água consumida)	0,4550
	TX312	c) Taxa de Gestão Resíduos (por m3 de água consumida)	0,0202
		Tarifa de Limpeza de Areais	
	TX278	por metro linear de costa por dia	0,17
		Tarifa decorrente da utilização de instalações sanitárias	
	TX308	por utilização	0,50

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Cemitérios		Inumação	
	TX134	a) em sepultura temporária	68,38
	TX135	b) em jazigo	75,75
		Serão gratuitas as inumações de indigentes	
		Cremação	
	TX136	a) cadáver (residentes ou naturais de Matosinhos)*	178,93
	TX137	b) cadáver (não residentes ou não naturais de Matosinhos) *	268,39
	TX138	c) ossadas, fetos mortos e peças anatómicas *	67,85
		(*) Inclui a deposição de cinzas no Jardim da Memória bem como a utilização por período máximo de 12 h a câmara frigorífica; o atraso face à hora marcada para a cremação, determina agravamento da taxa em 50%	
		Exumação e/ou Transladação	
	TX139	a) de sepultura temporária	71,54
	TX140	b) de jazigo	108,37
		Deposição de cinzas e/ou levantamento de cinzas/ossadas	
	TX141	a) em ossário ou columbário	36,82
	TX142	b) em jazigo	42,08
	TX301	c) no Jardim da Memória	11,66
		Columbários	
	TX143	Concessão de Columbário	47,35
	TX144	Ocupação de Columbário por ano (*)	10,00
	TX145	Averbamento Columbários Municipais	15,78
		(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos columbários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respetivas cinzas.	
		Ossários	
	TX146	Concessão de Ossários Municipais	55,76
	TX147	Ocupação de Ossários Municipais, por ano (*)	12,62
	TX148	Deposição de Ossadas em Ossários Municipais	36,82
	TX149	Averbamento Ossários Municipais	15,78
		(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos ossários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respetivas ossadas.	
		Jazigos	
	TX150	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	69,44
	TX151	Licença para construção/reparação de Jazigo	22,09
	TX152	Averbamento de Jazigos	50,51
		A transmissão por ato entre vivos dos direitos de concessionários de terrenos ou jazigos carece de autorização municipal.	
		Outros - Cemitérios	
	TX153	Utilização de Capela do Tanatório de Matosinhos por período de 24h	62,56
	TX154	Utilização de câmara frigorífica por período de 24 h	52,14
	TX302	Utilização da sala de tanatopraxia por período de 1 h	19,43

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Publicidade		Taxas devidas pelo licenciamento de publicidade em viaturas	
	TX155	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	30,51
	TX156	Emissão de Licença de publicidade própria em viaturas, por m2 e por ano	33,67
	TX157	Emissão de Licença de publicidade comercial em viaturas, por m2 e por mês (*)	33,67
	TX158	Renovação de Licença de veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade de publicidade, por m2 e por mês	30,51
	TX159	Averbamento de Licença de publicidade em viaturas	15,78
		A publicidade em viaturas que transitem por vários concelhos, apenas é licenciável pela autarquia do concelho onde se encontra sediada a empresa (**) A publicidade comercial em táxis está isenta até 31/12/2015	
		Taxas devidas por publicidade sonora	
	TX163	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	30,51
	TX164	Emissão de Licença relativa a publicidade sonora com aparelhos de rádio, televisão, altifalantes ou outros aparelhos sonoros, emitindo, com fins publicitários, na ou para a via pública, por mês	252,51
		Taxas devidas por publicidade em edifícios, andaimes e outras construções	
	TX165	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	69,44
		Emissão de Licença por ano:	
	TX166	a) Anúncios por m2 (até 4 m2)	22,09
	TX167	b) Anúncios por m2 (com mais de 4 m2)	43,66
	TX168	c) Lonas, tela, faixas, ou outros em edifícios por m2	37,87
	TX169	d) Lonas, tela, faixas, ou outros em andaimes ou vedações de obra ou de terrenos para construção por m2 (*)	37,87
	TX171	Averbamento de publicidade em edifícios, andaimes e outras construções	15,78
		*Isenção para promoção do próprio empreendimento; Isenções por 3 meses para publicidade comercial; só poderá beneficiar de uma única isenção para cada local	
		Taxas devidas por publicidade diversa	
	TX172	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	69,44
	TX173	Painéis publicitários (outdoors) por m2, por ano	152,56
	TX174	Painéis rotativos e anúncios electrónicos por m2, por ano	294,59
	TX175	Colunas, pórticos totens e outros similares, por m2 por ano	56,81
	TX176	Pendões, bandeiras, bandeiras e outros similares, por m2 por mês	65,24
	TX177	Cartazes a afixar nas vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes confinantes com a via pública por 15 m2	24,19
	TX178	Averbamento de licença de publicidade diversa	15,78
		Taxas devidas por campanhas publicitárias de rua	
	TX179	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	30,51
	TX180	Pedido de Emissão de Licença Distribuição de Impressos ou Produtos Publicitários por dia e por distribuidor	68,38

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Ocupação de Espaço Público		Taxas devidas pela Ocupação de Domínio Público Aéreo	
	TX181	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	51,55
	TX182	Toldos e similares não integrados nos edifícios, por m ² / ano	14,73
	TX183	Passarela e outras ocupações análogas (por m ² /ano)	29,46
	TX184	Outras ocupações do espaço aéreo - por m ³ e por ano	59,27
	TX185	Pedido de Averbamento de Licença de Toldos	15,78
		Taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo	
	TX186	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	43,67
		Depósitos – por metro cúbico e por mês	
	TX187	a) à superfície	27,35
	TX188	b) subterrâneos	10,52
	TX189	Tubos, condutas, cabos e semelhantes sem fins industriais por metro linear até 20 cm diâmetro por ano (*)	2,63
	TX190	Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais por metro linear até 20 cm diâmetro, por ano (**)	10,86
	TX191	Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais para abastecimento com produtos derivados do petróleo ou químicos, por metro linear e por ano	32,58
	TX192	Condutas subterrâneas de produtos petrolíferos e afins destinados à refinação ou a armazenagem, por metro linear, até 20 cm de diâmetro, e por ano (*)	326,16
	TX193	Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	1,63
	TX194	Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento não domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	2,11
	TX195	Pavilhões, quiosques e similares por m ² e por ano	59,44
	TX196	Recintos itinerantes ou improvisados nomeadamente circos e instalações análogas, pistas de automóveis, carroses e similares por m ² por mês	3,16
		Outras ocupações relacionadas com operações urbanísticas:	
	TX197	a) colocação de resguardos ou tapumes, por m ² , por mês (***)	7,89
	TX198	b) colocação de andaimes, por m ² , por semana (***)	7,89
		c) prorrogações de prazos para as licenças concedidas para ocupações relacionadas com as alíneas anteriores originam, para além do valor da licença, a cobrança de 20% da taxa de apreciação do processo	
	TX199	Outras ocupações que impliquem danificação no pavimento sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição - valas e outras, por 10 metros lineares, por 15 dias	31,56
	TX200	Outras construções ou instalações especiais no solo ou subsolo - por m ² e por ano	10,52
	TX201	Pedido de Averbamento de Licença de outros tipos Ocupação de Via Pública	15,78
		(*) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 15% do valor da taxa por metro linear/ano (**) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 5% do valor da taxa por metro linear/ano (***) As ocupações de via pública com resguardos ou tapumes e/ou andaimes estão isentas de pagamento de taxas de OEP, no caso da recuperação de imóveis degradados, para o período inicialmente previsto para a obra, depois de devidamente verificado e validado pelos serviços técnicos da autarquia	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Ocupação de Espaço Público		Taxas devidas por instalações abastecedoras e carburantes, ar e água	
	TX202	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	87,32
	TX203	Bombas ou aparelhos abastecedores de carburantes, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano (*)	867,99
	TX204	Bombas, aparelhos ou tomadas abastecedoras de ar ou água, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	108,37
	TX205	Bombas amovíveis ou fixas de mistura para motociclos instaladas ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	130,46
		(*) O trespasse das bombas fixas instaladas no espaço público carece de autorização municipal	
		Taxas devidas por ocupações diversas no solo	
	TX206	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	51,55
	TX207	Dispositivos destinados a anúncios ou reclamos por m2 ou linear, por ano	44,19
	TX208	Área de Esplanada (mesas, cadeiras, guarda-sóis e similares) por m2, por mês	0,00
	TX209	Pela colocação de equipamento não integrado em esplanada (grelhadores, arcas congeladoras, conservação de gelados, máquinas de gelados, bebidas, tabacos, ou outras) por m2, por ano	44,19
	TX210	Aparelhos de ar condicionado fixos no exterior de edifícios, com dimensão máxima de 0,2 m3, por ano (*)	44,19
		Veículos automóveis estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia:	
	TX211	a) ligeiros	55,76
	TX212	b) pesados	222,00
	TX213	Reboques e semi-reboques estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia	177,81
	TX214	Postos e marcos para suporte de fios, para colocação de anúncios publicitários ou outros, por cada, por ano	58,92
	TX215	Expositores ou vitrinas por m2 e por ano	44,19
		Rampas de acesso a edifícios, por cada 3 metros lineares, por ano:	
	TX216	a) destinados a habitação ou outros prédios/instalações não previstos na alínea b)	0,00
	TX217	b) afetos ao exercício de comércio, indústria ou serviços	56,29
	TX218	Outras ocupações de domínio público ou privado do município, não expressamente em alíneas anteriores, por m2 e por mês	14,82
	TX219	Pedido de Averbamento de Licença de ocupações diversas no solo	15,78
		(*) Por cada 0,2 m3 ou fração acresce 150% da taxa	
		Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP	
	TX220	Taxa a aprovar pelo órgão deliberativo até 31 de dezembro de cada ano para vigorar no ano seguinte, de acordo com o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro na sua atual redação	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Mobilidade		Taxas relacionadas com Ciclomotores, Motociclos e Veículos Agrícolas	
	TX223	Averbamento da Licença de Condução	2,63
	TX225	Emissão de 2ª Via de Licença de Condução	2,63
		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros (Táxis)	
		Licença de aluguer para veículos ligeiros (Táxi) - por veículo - a definir por concurso público	
	TX226	Emissão de 2ª Via de Licença de Táxi	48,40
	TX227	Averbamento de Licença de Táxi (titular ou veículo)	55,76
		Cartão de Residente	
	TX228	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de cartão de residente	10,52
	TX229	Emissão/Renovação do Cartão de Residente condicionado	22,62
	TX230	Emissão/Renovação do Cartão de Residente ilimitado	65,34
	TX231	Averbamento do Cartão de Residente	22,62
		Estacionamento	
	TX232	Lugares privativos (*) (**)	2 413,53
	TX233	Parcómetros (por hora, até à 2.ª hora). Se a ocupação se limitar a 15 minutos, não haverá lugar a qualquer pagamento (***)	0,65
	TX318	Parcómetros (por hora, a partir da 2.ª hora) (***)	1,51
		(*) A dimensão implícita do lugar é de 5m x 2m; qualquer acréscimo de área será repercutido proporcionalmente na taxa a aplicar	
		(**) Concessão tem caráter excecional, a aprovar pelo órgão executivo	
		(***) Valores a vigorar após início da concessão da gestão e exploração de lugares de estacionamento pago na via pública; até lá aplica-se, por hora, a TX233; O 1º incumprimento determina o pagamento do valor correspondente ao remanescente da hora em curso acrescido do valor correspondente à hora seguinte; ao 2º incumprimento corresponderá o dobro do valor relativo ao período máximo de estacionamento permitido (4 horas).	
Cidadania		Certificados de Registo de Cidadão da União Europeia	
	TX234	Pela emissão do certificado de registo de cidadão da união Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de outubro), 50% do valor constante no nº 1 do artº 3º da Portaria 1637/2006	
	TX235	Pela emissão em caso de extravio, roubo ou deterioração do certificado de registo de cidadão da União Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de outubro), 50% do valor constante no nº 2 do artº 3º da Portaria 1637/2006.	
Comissão Arbitral Municipal		Comissão Arbitral Municipal (CAM)	
	TX236	1 - Determinação do coeficiente de conservação	1 UC
	TX237	2 - Definição de obras necessárias para obtenção do nível de conservação superior	1/2 UC
	TX238	3 - Submissão de um litígio a decisão da CAM, no âmbito da respetiva competência decisória (*)	1 UC
		4 - As taxas previstas nos números 1 e 2 são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira	
		(*) É devida metade da taxa por cada uma das partes, sendo o pagamento efetuado pelo requerente juntamente com a apresentação do requerimento inicial e pelo requerido no momento da apresentação da defesa	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Prestação de Serviços e Concessão de documentos		Prestação de serviços e concessão de documentos	
		Fotocópias de documentos arquivados	
	TX239	a) não sendo autenticada (*)	4,21
	TX240	b) sendo autenticada (*)	7,36
		Fotocópias de outros documentos ou impressões (cada):	
	TX241	Formato A4 (**)	0,37
	TX242	Formato A3 (**)	0,42
		Fotocópias em regime de auto-serviço, impressões e digitalizações - Bibliotecas Municipais (cada):	
	TX279	Formato A4 a preto e branco (**)	0,17
	TX280	Formato A3 a preto e branco(**)	0,20
	TX281	Formato A4 a cores (**)	0,43
	TX282	Formato A3 a cores (**)	0,73
	TX283	Impressão em Braille	0,43
	TX284	Digitalização Formato A4/A3	0,32
		Fotocópias e Digitalizações - Arquivo Municipal (cada):	
	TX285	Fotografia digital de documento original (baixa resolução) (**)	0,85
	TX286	Fotografia digital de documento original (alta resolução) (**)	3,39
	TX287	Digitalização (imagens já digitalizadas) (**)	0,85
	TX288	Digitalização (imagem a digitalizar - baixa resolução) (**)	1,69
	TX289	Digitalização (imagem a digitalizar - alta resolução) (**)	3,39
	TX290	Desinfestação por anóxia de documentos e objetos em suporte papel, tecido e madeira, por m3 (****)	271,10
		Fornecimento de Plantas, por cada:	
		a) em papel	
	TX243	Formato A4	38,40
	TX244	Formato A3	39,98
	TX245	Formato A2	43,14
	TX246	Formato A1	47,87
	TX247	Formato A0	57,87
	TX248	b) em formato digital (DVD) (***)	13,60
		Fornecimento de Conjunto de Plantas para instrução de processos de Operações Urbanísticas, por cada	
		a) em papel	
	TX249	Formato A4	68,38
	TX250	Formato A3	72,07
	TX251	Formato A2	81,01
	TX252	Formato A1	95,74
	TX253	Formato A0	126,25
	TX254	b) em formato digital (DVD) (***)	19,99
	TX255	Termo de autenticação de documentos, por cada página	7,36
	TX256	Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade	5,26
	TX257	Fornecimento de 2ª Via de Documentos não especialmente contemplados nesta tabela	7,36
	TX258	Certidões de narrativa, por cada página, ainda que incompleta	11,05
	TX259	Alvarás não especialmente contemplados nesta tabela (cada)	23,14
	TX260	Vistorias não especialmente contemplados nesta tabela, ou não taxáveis por legislação especial	17,89
	TX261	Averbamentos diversos não especialmente previstos nesta tabela (cada)	15,78
	TX262	Junção de Elementos ao Processo	5,26
		(*) Pela 1ª lauda; acresce por cada lauda adicional o valor da TX241	
		(**) A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor quando não se tratar da reprodução de documentos administrativos que não está sujeita a IVA	
		(***) O fornecimento em pen implica o pagamento adicional de 7,00 € + IVA	
		(****) A máquina só funcionará com um mínimo de 3 m3	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Prestação de Serviços e Concessão de documentos		Fornecimento de Cartografia	
	TX263	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção da informação	84,17
		Serviços prestados pela Polícia Municipal	
	TX264	1 - Taxa pela apreciação do processo	18,94
		2 - Atividades desportivas, culturais ou recreativas por hora e por agente:	
	TX265	a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	10,00
	TX266	b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	10,52
	TX267	c) Sábados, domingos e feriados - das 00h00 às 24h00	11,05
		3 - Particulares por hora e por agente:	
	TX268	a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	21,05
	TX269	b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	21,57
	TX270	c) Sábados, domingos e feriados - das 00h00 às 24h00	22,09
	TX271	4 - Viatura ligeira por km percorrido	0,42
Permissões Administrativas		Permissões Administrativas no âmbito da Diretiva de Serviços n.º 2006/123/CE quando não expressamente previstas nas outras áreas	
	TX303	Receção de Comunicação	7,77
	TX304	Receção de Mera Comunicação Prévia	14,57
	TX305	Taxa de Apreciação de Comunicação Prévia com Prazo	72,87
	TX306	Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	5,83
	TX307	Acesso Mediado ao Balcão Único Eletrónico e/ou outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	10,69

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Urbanismo		Gestão Urbanística	
	TU01	Taxa de Apreciação de pedido de informação prévia (PIP) e de pedido de manutenção de pressupostos de PIP	150,45
	TU02	Taxa de Apreciação de pedido de licença de: realização de operações urbanísticas exceto demolição e trabalhos de remodelação de terrenos; alteração e renovação	208,84
	TU03	Taxa de Apreciação de pedido de licença de instalação e alteração de armazenamento e de abastecimento de produtos derivados do petróleo e de Redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito	315,63
	TU04	Taxa da receção de processos de instalação do tipo B2 (produtos derivados de petróleo)	53,65
	TU05	Taxa de Apreciação de pedido de licença de trabalhos de remodelação de terrenos	111,52
	TU06	Taxa de Apreciação de pedido de licença de obras de demolição	127,30
	TU07	Taxa de Apreciação: de comunicação de averbamento (titularidade, técnico, empreiteiro, etc); de pedido de certidão de destaque de parcela; de pedido de atribuição de números de polícia.	27,35
	TU08	Taxa de Apreciação de pedido de apreciação de elementos juntos ao processo (não se aplica na sequência de notificação do Município no âmbito de audiência prévia ou junção de especialidades)	29,46
	TU09	Taxa de Apreciação de pedido de suspensão ou de continuidade de procedimento	30,51
	TU10	Taxa de emissão de certidão de comunicação prévia (RJUE): de realização de operações urbanísticas; de alteração e renovação; Taxa de Apreciação: licença especial para obras inacabadas; de pedido de Autorização (de atividades económicas)	183,59
	TU12	Taxa de Apreciação de pedido de certificação ou de alteração de certificação de propriedade horizontal	66,28
	TU13	Taxa de Apreciação de pedido de licença parcial de estruturas	65,76
	TU14	Taxa de Apreciação de pedido de instalação de antenas e operadores de telecomunicações, por unidade	178,86
	TU15	Taxa de Apreciação de pedido de emissão de alvará	36,82
	TU16	Taxa de Apreciação de pedido de prorrogação de prazo	24,73
	TU17	Taxa de Apreciação de pedido de pagamento em espécie ou fracionado (em prestações), pedido genérico, de redução de caução, de execução por fases	54,19
	TU18	Taxa de Apreciação de pedido de permissão: de escavação, de contenção periférica e de demolição.	53,13
	TU19	Taxa de Apreciação de pedido pela auditoria para atribuição de classificação de empreendimentos turísticos	129,41
	TU20	Taxa de Apreciação de pedido de vistoria, de receção de obras de urbanização	125,20
	TU21	Taxa de Apreciação de pedido de autorização de alteração de utilização	134,14
	TU22	Taxa de Apreciação de pedido de autorização de utilização	132,57
	TU23	Taxa de: receção de meras comunicações prévias; pedido de informação (artigo 110.º do RJUE)	34,19
	TU24	Taxa de selagem e desselagem de equipamentos industriais	137,30
	TU25	Taxa de pedido de inspeção e reinspeção de ascensores	116,78
	TU26	Taxa de instalação de antenas de operadores de telecomunicações, por unidade	3 556,10
	TU29	Taxa pela legalização voluntária de operações urbanísticas	148,27
	TU30	Taxa pela legalização oficiosa de operações urbanísticas exceto obras de conservação	331,72
	TU31	Taxa de Apreciação de pedido de licença simplificada: de instalação e de alteração de armazenamento e abastecimento de combustíveis	166,36
	TU32	Pedido de vistoria no âmbito do Decreto-Lei nº 267/2002 de 26 de novembro, na sua atual redação (combustíveis)	295,53

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Urbanismo	TU27	TRIU - Taxa pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-estruturas Urbanísticas:	
		PPI	25 248 479,70
		ATC	33 391 245,00
		L - Fator de Localização:	
		i) Zona Tipo 1 - Áreas com redução de encargos urbanísticos	0,90
		ii) Zona Tipo 2 - Outras Áreas	1,00
		U - Coeficiente do Uso:	
		i) Indústria e instalações pecuárias	0,10
		ii) Estacionamento	0,10
		iii) Equipamentos, serviços e comércio até 1000 m2 (A área de comércio é o somatório das áreas comerciais afetas à operação urbanística)	0,50
		iv) Habitação e outros	1,00
		v) Armazéns autômos e comércio com área superior a 1000 m2 inclusive (a área de comércio é o somatório das áreas comerciais afetas à operação urbanística)	1,20
		vi) Utilização não encerrada de edificação ou do solo, designadamente com terraços, varandas, escadas exteriores, piscinas e pavimentos de utilização privada	0,10
		H - Fator de Harmonização	26,45
		R - Fator de Reutilização	
		Ampliação sem aumento de volumetria e/ou alteração de uso na Zona Tipo 1	0,00
		Ampliação sem aumento de volumetria e/ou alteração de uso na Zona Tipo 2	0,50
		Outras Operações (independentemente da Zona)	1,00
	TU28	Compensação pelas não cedências:	
		V - Valor Base do Custo por m2 de Terreno no Concelho de Matosinhos	65,00
		Ci - Coeficiente de Impacto Gerado pela Operação Urbanística:	
		i) Zona Tipo 1	0,00
		ii) Zona Tipo 2	1,00
		iii) AUGI	0,01
		Fi - Fator de uso / função:	
		i) Atividades Económicas exceto Comércio e Armazéns Autônomos	0,50
		ii) Outros usos	1,00

Anexo III Fundamentação Económico-Financeira

1. Enquadramento

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTA), que entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro de 2007, prevê que a aplicação das taxas municipais em vigor, a alteração do seu valor e a criação de novas das taxas deve passar subordinar -se à exigência de que os regulamentos a aprovar pelas autarquias locais contenham obrigatoriamente (Artigo 8.º, n.º 2, da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro):

- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.

Segundo o disposto no artigo 3.º do RGTA, as taxas municipais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei. Neste sentido, elas incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade dos municípios, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- g) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i) A realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

O presente relatório visa cumprir o estipulado no artigo 8.º, n.º 2, do RGTA quanto à fundamentação económico-financeira do valor das taxas previstas na Tabela de Taxas a adoptar em 2010 pela Câmara Municipal de Matosinhos. Para o efeito, considerou-se o disposto no n.º 1 do seu artigo 4.º, que consagra o *princípio da equivalência jurídica*.

De acordo com o referido princípio, o valor das taxas das autarquias locais é fixado tendo em conta o *princípio da proporcionalidade*, não devendo ultrapassar o custo da actividade pública local (o custo da contrapartida) ou o benefício auferido pelo particular. Considerou-se, igualmente, o postulado no n.º 2 do mesmo artigo, que prevê a possibilidade das taxas serem fixadas com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações, desde que respeitada a necessária proporcionalidade.

2. Bases teóricas da fundamentação e Metodologia dos trabalhos

O mundo académico não tem, infelizmente, dedicado muita da sua atenção ao estudo das finanças locais e muito menos ao da fundamentação económico-financeira das taxas e outras receitas municipais. De facto, o número de artigos e publicações sobre esta matéria, nomeada no nosso país, é extremamente diminuto.

Existe, contudo, uma enorme diversidade de tipologias de taxas municipais bem como dos critérios utilizados no cálculo das mesmas, seja porque, nuns casos, se utiliza o chamado custo da contrapartida, noutros o benefício, noutros o conceito de externalidades, e ainda um vasto leque de outros critérios

Ousamos, elencar, os grupos mais frequentes de tipos de taxas:

Administrativas - centram-se, sobretudo, em procedimentos administrativos. Habitualmente, o critério utilizado é o custo, geralmente o de contrapartida – o custo suportado pela autarquia para prestar ao cidadão determinado serviço – podendo aplicar-se coeficientes de incentivo ou desincentivo consoante se considere que a prática deve ser incentivada ou, caso contrário, desincentivada.

Urbanísticas – centram-se nas operações urbanísticas e que, frequentemente, designam-se por taxas de urbanização. Muitas das vezes, são acompanhadas por uma componente fixa – correspondente à apreciação do processo – e uma outra variável, normalmente associada ao benefício. Também a estas é habitual aplicar coeficientes de incentivo ou desincentivo.

Ocupação do espaço público - Existe, também, um terceiro grupo de taxas incidentes sobre a. Nesta tipologia encontramos essencialmente taxas por ocupações por mobiliário urbano, por equipamentos de concessionárias públicas, por instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água e por motivos de obras. Em regra, estas taxas têm como referencial o benefício, embora existam casos onde o referencial sejam as externalidades negativas ou o custo de oportunidade.

Ora, havia que encontrar uma fórmula capaz de fazer reflectir no valor final proposto para as taxas municipais o custo de contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

Neste espírito adoptou-se, para o Cálculo da Taxas Municipais a seguinte formula:

$$\text{Taxa Proposta} = TT * ID * (1 - CSS)$$

Em que *TT* é a chamada Taxa Teórica, *ID* o coeficiente de Incentivo ou Desincentivo e *CSS* o Custo Social Suportado pela autarquia.

O incentivo e desincentivo deverá resultar das opções políticas de incentivar ou desincentivar determinadas práticas. Assim, quando se pretende introduzir um factor de incentivo *ID* deverá assumir um valor inferior a 1, enquanto que quando o objectivo é desincentivar determinado acto *ID* deverá assumir um valor superior à unidade. Em situações neutras, *ID* deverá assumir o valor de 1, caso em que este factor terá um papel inócuo no cálculo do valor da respectiva taxa.

Nas situações em que as opções políticas passam por suportar o chamado custo social o valor de *CSS* deverá ser maior que zero, fazendo assim diminuir o valor da taxa a cobrar nessa proporção. Por defeito *CSS* assumirá o valor de zero, situação em que terá um papel inócuo no cálculo do valor da respectiva taxa.

No Cálculo da Taxa Teórica utilizou-se a seguinte fórmula:

$$TT = (CD+CI)*B$$

Em que *CD* corresponde ao Custo Directo pela prestação do serviço, *CI* corresponde ao custo indirecto com a prestação da mesma e *B* corresponde ao coeficiente de Benefício que auferirá o requerente pela detenção da respectiva licença.

B assume o valor superior a um 1 nos casos em que o benefício privado resulta da utilização do domínio público bem como quando benefício privado apresenta uma magnitude muito superior ao custo com a prestação do serviço que é contrapartida da taxa.

Juntando as duas ultimas equações podemos transformar a fórmula de cálculo do valor das taxas na seguinte fórmula

$$\text{Taxa Proposta} = [(CD+CI)*B]*ID*(1-CSS)$$

No cálculo dos custos directos (*CD*) utilizou-se a metodologia que se segue.

Com base nas tramitações processuais foram calculados os tempos padrão com cada uma das tarefas desempenhadas por cada interveniente nas mesmas.

Foram, igualmente, calculados os custos médios dos recursos humanos por categoria profissional e por unidade orgânica interveniente nas mesmas bem como todos os consumíveis nelas empregues.

Procedeu-se, conseqüentemente, à multiplicação do tempo padrão dispendido em cada etapa pelo valor médio dos recursos humanos empregues nas mesmas de modo a chegar ao Custo da Mão-de-obra Directa, independentemente de se tratar recursos de carácter administrativo, técnico, operacional, dirigente ou político.

Da soma dos valores de mão-de-obra directa e de consumíveis chegou-se, por fim, ao valor dos custos directos.

No cálculo dos custos indirectos (*CI*), entrou-se em linha de conta com os tempos padrão já referidos, imputando-se as amortizações (dos bens afectos a cada unidade orgânica), os encargos gerais de instalação (nomeadamente: água, electricidade, comunicações, segurança e seguros) na proporção da área ocupada por cada uma das unidades orgânicas intervenientes, e a mão-de-obra indirecta dos serviços considerados transversais a toda a organização (nomeadamente: Executivo Municipal, Gabinete de Tecnologias de Informação, Gabinete de Estudos Estratégicos, Gabinete de Auditoria e Qualidade, Departamento de Recursos Humanos, Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Tesouraria, Loja do Município).

Apresenta-se, seguidamente, a fundamentação mais pormenorizada, sobretudo quanto à utilização do factor de benefício, incentivo e desincentivo e custo social suportado das taxas municipais.

Actividades Económicas

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Mercados Municipais										
Taxa pela emissão de cartão de utente de mercado municipal	9,24	22,94	32,18	1,00	32,18	0,40	12,87	0,50	6,44	7,00
Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Anjeiras (por mês)										
Bancas:										
1 a 7 (2,30 m2)	0,78	81,64	82,42	1,00	82,42	0,50	41,21	0,15	35,03	35,00
Lojas:										
1 (11,10 m2)	3,76	206,23	209,99	1,00	209,99	0,60	126,00		126,00	126,00
2 (10,50 m2)	3,56	195,08	198,64	1,00	198,64	0,60	119,19		119,19	119,00
3 e 4 (6,90 m2)	2,34	128,20	130,54	1,00	130,54	0,60	78,32		78,32	78,00
5 (28,00 m2)	9,49	520,23	529,72	1,00	529,72	0,60	317,83	0,50	158,91	159,00
6 (28,89 m2)	9,79	536,76	546,55	1,00	546,55	0,60	327,93		327,93	328,00
7 (25,11 m2)	8,51	466,53	475,04	1,00	475,04	0,60	285,02		285,02	285,00
Espaços de terrado:										
1 a 40, 42 e 43 (3,24 m2)	1,10	60,20	61,30	1,00	61,30	0,50	30,65		30,65	31,00
41 (3,78 m2)	1,28	70,23	71,51	1,00	71,51	0,50	35,76		35,76	36,00
Armazéns:										
1 a 8 (8,38 m2)	2,84	155,60	158,44	1,00	158,44	0,90	142,60		142,60	142,00
Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Matosinhos (por mês)										
Bancas:										
1 a 72 (2 m2)	0,32	30,46	30,78	1,00	30,78	0,50	15,39	0,35	10,00	10,00
73 a 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131 e 133 (4,32 m2)	0,70	44,06	44,76	1,00	44,76	0,50	22,38	0,10	20,14	20,00
120, 122, 124, 126 (3,5 m2)	0,56	35,56	36,13	1,00	36,13	0,50	18,06		18,06	18,00
128, 130, 132, 134 a 142 (2,5 m2)	0,41	25,50	25,90	1,00	25,90	0,50	12,95	0,20	10,36	10,00
Lojas:										
1 e 2 (8,3 m2)	1,34	84,65	85,99	1,00	85,99	0,50	43,00	0,55	19,35	19,00
3 a 6 (9,1 m2)	1,47	92,81	94,28	1,00	94,28	0,50	47,14	0,55	21,21	21,00
7 a 16 (11,7 m2)	1,90	119,32	121,22	1,00	121,22	0,50	60,61	0,57	26,06	26,00
31 a 36 (13,1 m2)	2,12	133,60	135,72	1,00	135,72	0,50	67,86	0,57	29,18	29,00
17 e 18 (16,1 m2)	2,61	164,20	166,80	1,00	166,80	0,50	83,40	0,57	35,86	36,00
41 a 58 (16,6 m2)	2,69	169,29	171,98	1,00	171,98	0,50	85,99	0,57	36,98	37,00
19 a 22 (18,6 m2)	3,01	189,69	192,71	1,00	192,71	0,50	96,35	0,57	41,43	41,00
61 e 62 (20,2 m2)	3,27	206,01	209,28	1,00	209,28	0,50	104,64	0,57	45,00	45,00
59 e 60 (24 m2)	3,89	244,76	248,65	1,00	248,65	0,50	124,33	0,60	49,73	50,00
63 e 64 (25,7 m2)	4,16	262,10	266,27	1,00	266,27	0,50	133,13	0,59	54,58	55,00
65 (32,7 m2)	0,00	333,49	333,49	1,00	333,49	0,50	166,75	0,59	68,37	68,50
23 a 30 e 37 a 40 (36,2 m2)	5,86	369,19	375,05	1,00	375,05	0,50	187,53	0,60	75,01	75,00
Espaços de terrado:										
1, 2 e 3 (2 m2)	0,32	20,40	20,72	1,00	20,72	0,50	10,36	0,50	5,18	5,00
4 (3 m2)	0,49	30,60	31,08	1,00	31,08	0,50	15,54	0,50	7,77	7,50
Arrecadações:										
1, 1A e 16	2,11	132,58	134,69	0,75	101,01	0,50	50,51	0,35	32,83	33,00
2	0,97	61,19	62,16	0,75	46,62	0,50	23,31	0,35	15,15	15,00
3	6,48	407,94	414,42	0,75	310,82	0,50	155,41	0,37	97,91	98,00
4	4,86	305,95	310,82	0,75	233,11	0,50	116,56	0,37	73,43	73,50
5	6,80	428,34	435,14	0,75	326,36	0,50	163,18	0,37	102,80	103,00
6 a 8, 10 a 13	1,94	122,38	124,33	0,75	93,24	0,50	46,62	0,35	30,30	30,00
9	3,56	224,37	227,93	0,75	170,95	0,50	85,47	0,37	53,85	54,00
14	2,75	173,37	176,13	0,75	132,10	0,50	66,05	0,37	41,61	42,00
15 e 15A	0,73	45,89	46,62	0,75	34,97	0,50	17,48	0,35	11,36	11,00
17 e 19 a 22	1,13	71,39	72,52	0,75	54,39	0,50	27,20	0,35	17,68	17,50
18	1,30	81,59	82,88	0,75	62,16	0,50	31,08	0,35	20,20	20,00
Controlo metrológico de instrumentos de medição										
Pela verificação dos instrumentos de medição são devidas as taxas constantes da tabela aprovada pelo Despacho n.º 18853/2008 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação do Ministério da economia e da Inovação, de 03.07.2008, publicado no D.R. - II Série, de 15.07.2008.	n.a.	n.a.	n.a.	-	-	-	n.a.		n.a.	
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de guarda-nocturno										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	10,61	22,33	32,94	1,00	32,94	1,00	32,94		32,94	33,00
Emissão ou renovação de Licença de Guarda-Nocturno	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	1,00	17,01		17,01	17,00
Taxas devidas pelo regime de exercício da actividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas e electrónicas de diversão (por cada máquina)										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	17,58	25,20	42,77	1,00	42,77	2,00	85,55		85,55	85,50
Registo	6,13	43,52	49,65	2,00	99,30	2,00	198,60		198,60	200,00
2ª Via do Título de Registo	12,71	33,21	45,92	1,00	45,92	1,50	68,88		68,88	70,00
Averbamentos por Transferência de Propriedade	16,89	43,52	60,41	1,00	60,41	1,00	60,41		60,41	60,00

Nesta tipologia encontram-se taxas muito diversas, pois se umas incidem sobre o licenciamento de actividades outras reflectem-se na cedência de espaços, controlo metrológico, licenciamento de eventos, entre outras.

Os valores superiores a 1 no coeficiente de benefício apresentados visam reflectir o facto de o benefício auferido pelo particular pela obtenção da respectiva licença ser de magnitude muito superior ao custo com a prestação do serviço que é contrapartida da taxa. Nesta situação encontram-se as taxas devidas pelo licenciamento de vendedores ambulantes de lotarias, de leilões em locais públicos e pelo registo e/ou renovação de licença de exploração de máquinas de diversão.

Verifica-se um verdadeiro incentivo às actividades relacionadas com os mercados municipais e um desincentivo à actividade de arrumador de automóveis e ao licenciamento de exploração de máquinas de diversão.

É nas taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Matosinhos que o custo social suportado pela autarquia tem um peso mais acentuado.

Actividades Culturais e de Lazer

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Taxas devidas pelo licenciamento da realização de espectáculos desportivos e divertimentos públicos										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	16,11	39,51	55,62	1,00	55,62	0,25	13,90		13,90	14,00
Emissão de Licença para Espectáculos e Divertimentos Públicos	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	0,50	8,51		8,51	8,50
Emissão de Licença para Espectáculos de Natureza Desportiva	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	0,50	8,51		8,51	8,50
Taxas devidas pelo licenciamento do funcionamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	13,67	16,03	29,70	1,00	29,70	0,80	23,76		23,76	24,00
Emissão de licença de instalação e funcionamento de recintos:										
a) itinerantes, por cada e por semana ou fracção	55,79	50,97	106,76	1,00	106,76	0,30	32,03		32,03	32,00
b) improvisados, por cada e por semana ou fracção	44,79	42,38	87,16	1,00	87,16	0,30	26,15		26,15	26,00
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de acampamentos ocasionais										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	17,43	40,09	57,52	1,00	57,52	1,00	57,52		57,52	58,00
Emissão de Licença para a Realização de Acampamentos Ocasionais	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	1,00	17,01		17,01	17,00
Bibliotecas Municipais										
Taxa pela emissão de cartão de utente	9,24	22,94	32,18	1,00	32,18	0,40	12,87	1,00	0,00	0,00
Taxa pela 2ª via do cartão de utente	9,24	22,94	32,18	1,00	32,18	0,40	12,87	0,90	1,29	1,00
Ateliers e Festas de Aniversário										
Inscrição em Ateliers Municipais										
a) por dia, por pessoa					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
b) por 1/2 dia, por pessoa					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
c) lanche					2,00	1,00	2,00		2,00	2,00
d) dormida					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
e) transporte										
i) até 15 Km					2,00	1,00	2,00		2,00	2,00
ii) entre 15 Km e 100 Km					3,00	1,00	3,00		3,00	3,00
iii) entre 100 Km e 200 Km					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
iv) entre 200 Km e 300 Km					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
Festas de Aniversário:										
grupos até 15 crianças, por criança					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
grupos com mais de 15 crianças, por criança					4,50	1,00	4,50		4,50	4,50
Cine-Teatro Constantino Nery										
Música Clássica, Dança, Cinema e Teatro, como preço mínimo (IVA incluído) (*)					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
Café-Concerto, como preço mínimo (IVA incluído) (*)					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
Jazz e Outros Concertos, como preço mínimo (IVA incluído) (*)					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
(*) Desconto de 20% para compras superiores a 10 bilhetes										
Museu Quinta de Santiago										
Entrada										1,00
Visitas guiadas ao Património Histórico/ Arquitetura Contemporânea *										
a) por hora, por pessoa					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
b) por hora, por grupo:										
grupos de 10 a 15 pessoas					45,00	1,00	45,00		45,00	45,00
grupos de 16 a 20 pessoas					75,00	1,00	75,00		75,00	75,00
Isenção para o professor que acompanha um grupo de alunos, guias turísticos que acompanham grupo de turistas e jornalistas em serviço.										
* Sujeito a prévia marcação; não inclui transporte										
Cedência de utilização de espaços										
Auditório da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Espaço Irene Vilar e Jardins do Museu Quinta de Santiago										
i) dias úteis, por hora, das 8:00h às 20:00h					60,00	1,00	60,00		60,00	60,00
ii) dias úteis, por hora, das 20:00h às 23:00h					100,00	1,00	100,00		100,00	100,00
iii) sábados, domingos e feriados, por hora, das 8:00h às 20:00h					100,00	1,00	100,00		100,00	100,00
iv) sábados, domingos e feriados, por hora, das 20:00h às 23:00h					125,00	1,00	125,00		125,00	125,00
Sala Principal do Cine-Teatro Constantino Nery										
i) por dia com equipamento										5.000,00
ii) por dia sem equipamento										3.000,00
Salão Nobre nos Paços do Concelho										
i) dias úteis, por dia					500,00	1,00	500,00		500,00	500,00
ii) dias úteis, por meio dia					250,00	1,00	250,00		250,00	250,00
iii) sábados, domingos e feriados, por dia					600,00	1,00	600,00		600,00	600,00
iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia					350,00	1,00	350,00		350,00	350,00
Sala de Sessões Públicas nos Paços do Concelho										
i) dias úteis, por dia					300,00	1,00	300,00		300,00	300,00
ii) dias úteis, por meio dia					150,00	1,00	150,00		150,00	150,00
iii) sábados, domingos e feriados, por dia					400,00	1,00	400,00		400,00	400,00
iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia					225,00	1,00	225,00		225,00	225,00
Sala dos Espelhos no Palacete Visconde Trevões										
i) dias úteis, por dia					150,00	1,00	150,00		150,00	150,00
ii) dias úteis, por meio dia					75,00	1,00	75,00		75,00	75,00
iii) sábados, domingos e feriados, por dia					200,00	1,00	200,00		200,00	200,00
iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia					100,00	1,00	100,00		100,00	100,00
Apoio às iniciativas, por pessoa, por hora	5,00	0,93	5,93	1,00	5,93	1,00	5,93		5,93	6,00
Cedência de utilização de palco por período de 10 dias ou fracção, incluindo transporte, montagem e desmontagem			0,00		1.515,79	1,00	1.515,79		1.515,79	1.515,00

Nesta área denota-se um claro incentivo à realização de espectáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre e o acesso às Bibliotecas municipais. O real intuito da autarquia é, para além de poder proporcionar aos munícipes a acessibilidade às actividades culturais e de lazer, dar

oportunidade à iniciativa privada de realização das mesmas. Daí a proposta de suportar o custo social de algumas taxas.

Ambiente

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Recolha de resíduos sólidos industriais e comerciais (por ano)										
Recolha por cada dia de semana										
i) 1º contentor (*)					1.297,00	1,00	1.297,00		1.297,00	1.297,00
ii) cada contentor adicional (*)					1.191,00	1,00	1.191,00		1.191,00	1.191,00
iii) 1º balde (*)					185,00	1,00	185,00		185,00	185,00
iv) cada balde adicional (*)					170,00	1,00	170,00		170,00	170,00
(*) A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor										
Capacidade contentor: 800 litros; capacidade balde: 110 litros										
Remoção e recolha de veículos										
Pela remoção e recolha de veículos são aplicadas as taxas constantes da Portaria n.º 1424/2001 de 13 de Dezembro	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-
Serviço Veterinário Municipal										
1 - Recolha e captura de animais										
a) Captura de animal na via pública quando reclamados pelo detentor ou identificados por via electrónica			0,00		30,00	1,00	30,00		30,00	30,00
b) Recolha de animal vivo a pedido do dono			0,00		15,00	1,00	15,00		15,00	15,00
c) Recolha de cadáver de animal de companhia morto em casa do proprietário			0,00		5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
2 - Hospedagem e alimentação por animal e por dia ou fracção			0,00		7,00	1,00	7,00		7,00	7,00
3 - Ocisão de animal			0,00		10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
Licença especial de ruído para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	14,48	39,02	53,50	1,00	53,50	1,00	53,50		53,50	53,50
Emissão de licença especial de ruído										
1 - Dias úteis e por hora										
a) entre as 8h e as 20h na proximidade escolas e hospitais	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	1,25	29,74		29,74	30,00
b) das 20h às 23h	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	1,50	35,68		35,68	35,50
c) das 23h às 8h:									0,00	
1ª hora	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	2,00	47,58		47,58	47,50
2ª hora	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	2,25	53,52		53,52	53,50
3ª e seguintes	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	3,00	71,37		71,37	71,00
2 - Sábados, domingos e feriados, por hora	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	2,00	47,58		47,58	47,50
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de fogueiras e queimadas										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	10,61	22,33	32,94	1,00	32,94	0,30	9,88		9,88	10,00
Emissão de Licença	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	1,00	17,01		17,01	17,00
Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos										
1 - Utentes Domésticos										
a) Tarifa Fixa (por mês)					1,50	1,00	1,50		1,50	1,50
b) Tarifa Variável (por m³ de água consumida)					0,35	1,00	0,35		0,35	0,35
2 - Comércio / Indústria / Estado										
a) Tarifa Fixa (por mês)					7,00	1,00	7,00		7,00	7,00
b) Tarifa Variável (por m³ de água consumida)					0,50	1,00	0,50		0,50	0,50
3 - Instituições / Associações										
a) Tarifa Fixa (por mês)					1,50	1,00	1,50		1,50	1,50
b) Tarifa Variável (por m³ de água consumida)					0,35	1,00	0,35		0,35	0,35

Nesta área as grandes linhas orientadoras assentam em normas e disposições legais. Contudo, as preocupações da autarquia também se revelam preponderantes para o bem-estar social. Se, por um lado, há um crescente desincentivo para o exercício de actividades ruidosas que se prolonguem no período nocturno, por outro a actividade de fogueiras e queimadas é merecedora de um incentivo de modo a estimular que estas sejam devidamente licenciadas e controladas.

Cemitérios

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Inumação										
a) em sepultura temporária	40,14	25,20	65,34	1,00	65,34	1,00	65,34		65,34	65,00
b) em jazigo	46,36	25,20	71,55	1,00	71,55	1,00	71,55		71,55	72,00
Serão gratuitas as inumações de indigentes										
Cremação										
a) cadáver (residentes ou naturais de Matosinhos)*	661,39	25,20	686,59	1,00	686,59	1,00	686,59	0,50	343,29	275,00
b) cadáver (não residentes ou não naturais de Matosinhos) *	661,39	25,20	686,59	1,00	686,59	1,00	686,59	0,35	446,28	400,00
c) ossada, fetos mortos e peças anatómicas *	465,66	25,20	490,86	1,00	490,86	1,00	490,86	0,80	98,17	98,00
(*) Inclui a deposição de cinzas no Jardim da Memória bem como a utilização por período máximo de 12 h a câmara frigorífica; o atraso face à hora marcada para a cremação, determina agravamento da taxa em 50%										
Exumação e/ou Transladação										
a) de sepultura temporária	50,58	46,38	96,97	1,00	96,97	1,00	96,97	0,30	67,88	68,00
b) de jazigo	56,80	46,38	103,18	1,00	103,18	1,00	103,18		103,18	103,00
Deposição de cinzas e/ou levantamento de cinzas/ossadas										
a) em ossário ou columbário	9,99	25,20	35,19	1,00	35,19	1,00	35,19		35,19	35,00
b) em jazigo	15,17	25,20	40,37	1,00	40,37	1,00	40,37		40,37	40,00
Columbários										
Concessão de Columbário	23,61	21,76	45,37	1,00	45,37	1,00	45,37		45,37	45,00
Ocupação de Columbário por ano (*)	0,00	3,10	3,10	1,00	3,10	3,00	9,30		9,30	9,50
Averbamento Columbários Municipais	9,03	21,76	30,79	1,00	30,79	1,00	30,79	0,50	15,39	15,00
(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos columbários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respectivas cinzas.										
Ossários							0,00			
Concessão de Ossários Municipais	31,00	21,76	52,76	1,00	52,76	1,00	52,76		52,76	53,00
Ocupação de Ossários Municipais, por ano (*)	0,00	3,98	3,98	1,00	3,98	3,00	11,93		11,93	12,00
Deposição de Ossadas em Ossários Municipais	9,99	25,20	35,19	1,00	35,19	1,00	35,19		35,19	35,00
Averbamento Ossários Municipais	9,03	21,76	30,79	1,00	30,79	1,00	30,79	0,50	15,39	15,00
(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos ossários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respectivas ossadas.										
Jazigos										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	20,73	45,24	65,97	1,00	65,97	1,00	65,97		65,97	66,00
Licença para construção/reparação de Jazigo	5,27	15,46	20,73	1,00	20,73	1,00	20,73		20,73	21,00
Averbamento de Jazigos	17,32	46,38	63,71	1,00	63,71	0,75	47,78		47,78	48,00
A transmissão por acto entre vivos dos direitos de concessionários de terrenos ou jazigos carece de autorização municipal.										
Outros - Cemitérios										
Utilização de Capela do Tanatório de Matosinhos por período de 24h			0,00		60,00	1,00	60,00		60,00	60,00
Utilização de câmara frigorífica por período de 24 h					49,50	1,00	49,50		49,50	50,00

Nas taxas referentes a ocupações de espaços em cemitérios municipais, entrou-se em linha de conta com o valor do solo, considerando uma vida útil de 80 anos para efeitos do cálculo da amortização anual. Importa referir que as mesmas seguem frequentemente como referencial o custo. No entanto, perante a análise da situação actual dos cemitérios municipais, verifica-se que há uma escassa disponibilidade de ossários e de columbários, tornando-se assim necessário utilizar um factor de desincentivo ao seu licenciamento. Por outro lado, incentiva-se as taxas referentes ao averbamento de jazigos com o intuito de estimular a prática de legalização e actualização dos mesmos.

Propõe-se, ainda, a existência de um custo social assumido pela autarquia nas taxas alusivas à cremação, exumação e/ou transladação de sepultura temporária e averbamentos de ossários e columbários municipais sobretudo para residentes e naturais do concelho de Matosinhos.

Publicidade

Código da Taxa	Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)Incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
	Taxas devidas pelo licenciamento de publicidade em viaturas										
TX155	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX156	Emissão de Licença de publicidade própria em viaturas, por m2 e por ano	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	1,00	32,39		32,39	32,00
TX157	Emissão de Licença de publicidade comercial em viaturas, por m2 e por mês (*)	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	1,00	32,39		32,39	32,00
TX158	Renovação de Licença de veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade de publicidade, por m2 e por mês	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	0,90	29,15		29,15	29,00
TX159	Averbamento de Licença de publicidade em viaturas	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	A publicidade em viaturas que transitam por vários concelhos, apenas é licenciável pela autarquia do concelho onde se encontra sediada a empresa (**). A publicidade comercial em táxis está isenta até 31/12/2015										
	Taxas devidas pelo licenciamento de publicidade em toldos - Revogado										
TX160	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX161	Emissão de Licença de publicidade em toldos por m2 e por ano	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	1,00	32,39		32,39	32,00
TX162	Averbamento de Licença de publicidade em toldos	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	Taxas devidas por publicidade sonora										
TX163	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX164	Emissão de Licença relativa a publicidade sonora com aparelhos de rádio, televisão, altifalantes ou outros aparelhos sonoros, emitindo, com fins publicitários, na ou para a via pública, por mês	6,13	15,46	21,59	3,00	64,77	3,70	239,66		239,66	240,00
	Taxas devidas por publicidade em edifícios, andaimes e outras construções										
TX165	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	21,15	45,24	66,39	1,00	66,39	1,00	66,39		66,39	66,00
	Emissão de Licença por ano:										
TX166	a) Anúncios por m2 (até 4 m2)	5,27	15,46	20,73	1,25	25,92	0,80	20,73		20,73	21,00
TX167	b) Anúncios por m2 (com mais de 4 m2)	5,27	15,46	20,73	2,00	41,47	1,00	41,47		41,47	41,50
TX168	c) Lonas, tela, faixas, ou outros em edifícios por m2	5,27	15,46	20,73	1,75	36,28	1,00	36,28		36,28	36,00
TX169	d) Lonas, tela, faixas, ou outros em andaimes ou vedações de obra ou de terrenos para construção por m2 (*)	5,27	15,46	20,73	1,75	36,28	1,00	36,28		36,28	36,00
TX171	Averbamento de publicidade em edifícios, andaimes e outras construções	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	*Isenção para promoção do próprio empreendimento; Isenções por 3 meses para publicidade comercial; só poderá beneficiar de uma única isenção para cada local										
	Taxas devidas por publicidade diversa										
TX172	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	21,15	45,24	66,39	1,00	66,39	1,00	66,39		66,39	66,00
TX173	Painéis publicitários (outdoors) por m2, por ano	5,27	15,46	20,73	3,50	72,57	2,00	145,14		145,14	145,00
TX174	Painéis rotativos e anúncios electrónicos por m2, por ano	5,27	15,46	20,73	4,50	93,30	3,00	279,91		279,91	280,00
TX175	Colunas, porticos totens e outros similares, por m2 por ano	5,27	15,46	20,73	1,75	36,28	1,50	54,43		54,43	54,00
TX176	Pendões, bandeiras, bandeiras e outros similares, por m2 por mês	5,27	15,46	20,73	1,50	31,10	2,00	62,20		62,20	62,00
TX177	Cartazes a afixar nas vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes confinantes com a via pública por 15 m2	5,27	15,46	20,73	1,10	22,81	1,00	22,81		22,81	23,00
TX178	Averbamento de licença de publicidade diversa	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	Taxas devidas por campanhas publicitárias de rua										
TX179	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX180	Pedido de Emissão de Licença Distribuição de Impressos ou Produtos Publicitários por dia e por distribuidor	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	2,00	64,77		64,77	65,00

Quanto às taxas de publicidade, embora não seja possível quantificar o acréscimo para a rentabilidade do negócio de cada requerente, é notória a magnitude do benefício privado bastante superior ao custo da contrapartida do serviço. Quanto maior for a dimensão do suporte publicitário utilizado, maior será, em princípio, o benefício auferido. Utilizou-se para o coeficiente de benefício valores compatíveis com os que se encontram na literatura económica.

Com o intuito de diminuir a chamada “poluição visual” propõe-se um factor de desincentivo para a publicidade em painéis rotativos, colunas, porticos, totens, pendões, bandeiras, bandeiras e distribuição de Impressos ou produtos publicitários. Pelo contrário, incentivam-se os averbamentos das licenças, bem como a utilização da publicidade até 2 m² e em montras por se considerar um estímulo à actividade sobretudo do pequeno comercio serviços. Optou-se, ainda, por incentivar a publicidade em andaimes, vedações de obra ou de terrenos para construção isentando-a por 3 meses para publicidade comercial ou indefinidamente para promoção do próprio empreendimento.

Ocupação de Domínio Público

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Taxas devidas pela Ocupação de Domínio Público Aéreo										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	12,61	36,65	49,26	1,00	49,26	1,00	49,26		49,26	49,00
Toldos e similares não integrados nos edifícios, por m2 / ano	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	0,50	14,09		14,09	14,00
Passarela e outras ocupações análogas (por m2/ano)	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,00	28,17		28,17	28,00
Outras ocupações do espaço aéreo - por m3 e por ano	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,00	28,17		28,17	28,00
Pedido de Averbamento de Licença de Toldos	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
Taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	26,12	15,40	41,53	1,00	41,53	1,00	41,53		41,53	41,50
Depósitos – por metro cúbico e por mês										
a) à superfície	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	2,50	25,81		25,81	26,00
b) subterrâneos	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	1,00	10,32		10,32	10,00
Tubos, condutas, cabos e semelhantes sem fins industriais por metro linear até 20 cm diâmetro por ano (*)	2,93	7,39	10,32	0,50	5,16	0,50	2,58		2,58	2,50
Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais por metro linear até 20 cm diâmetro, por ano (**)	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	1,00	10,32		10,32	46,50
Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais para abastecimento com produtos derivados do petróleo ou químicos, por metro linear e por ano	2,93	7,39	10,32	10,00	103,22	0,30	30,97		30,97	103,00
Condutas subterrâneas de produtos petrolíferos e afins destinados à refinação ou a armazenagem, por metro linear, até 20 cm de diâmetro, e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	10,00	103,22	3,00	309,67		309,67	310,00
Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	0,15	1,55		1,55	1,55
Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento não domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	1,30	13,42	0,15	2,01		2,01	2,00
Pavilhões, quiosques e similares por m2 e por ano	6,99	21,19	28,17	2,00	56,35	1,00	56,35		56,35	56,50
Recintos itinerantes ou improvisados nomeadamente circos e instalações análogas, pistas de automóveis, carrosseis e similares por m2 por mês	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	0,10	2,82		2,82	3,00
Outras ocupações relacionadas com operações urbanísticas:										
a) colocação de resguardos ou tapumes, por m2, por mês (***)	5,26	19,72	24,98	1,00	24,98	0,30	7,49		7,49	7,50
b) colocação de andaimes, por m2, por semana (***)	5,26	19,72	24,98	1,00	24,98	0,30	7,49		7,49	7,50
c) prorrogações de prazos para as licenças concedidas para ocupações relacionadas com as alíneas anteriores originam, para além do valor da licença, a cobrança de 20% da taxa de apreciação do processo										
Outras ocupações que impliquem danificação no pavimento sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição - valas e outras, por metro linear, por 15 dias	22,30	7,39	29,69	1,00	29,69	1,00	29,69		29,69	30,00
Outras construções ou instalações especiais no solo ou subsolo - por m2 e por ano	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	1,00	10,32		10,32	10,00
Pedido de Averbamento de Licença de outros tipos Ocupação de Via Pública	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
(*) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 15% do valor da taxa por metro linear/ano										
(**) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 5% do valor da taxa por metro linear/ano										
(***) As ocupações de via pública com resguardos ou tapumes e/ou andaimes estão isentas de pagamento de taxas de OEP, no caso da recuperação de imóveis degradados, para o período inicialmente previsto para a obra, depois de devidamente verificado e validado pelos serviços técnicos da autarquia										
Taxas devidas por instalações abastecedoras e carburantes, ar e água										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	26,12	15,40	41,53	1,00	41,53	2,00	83,05		83,05	83,00
Bombas ou aparelhos abastecedores de carburantes, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	8,00	82,58	10,00	825,79		825,79	825,00
Bombas, aparelhos ou tomadas abastecedoras de ar ou água, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	10,00	103,22		103,22	103,00
Bombas amovíveis ou fixas de mistura para motociclos instaladas ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	2,93	7,39	10,32	4,00	41,29	3,00	123,87		123,87	124,00
(*) O trespasse das bombas fixas instaladas no espaço público carece de autorização municipal										
Taxas devidas por ocupações diversas no solo										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	12,61	36,65	49,26	1,00	49,26	1,00	49,26		49,26	49,00
Dispositivos destinados a anúncios ou reclamos por m2 ou linear, por ano	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	1,00	42,26		42,26	42,00
Área de Esplanada (mesas, cadeiras, guarda-sóis e similares) por m2, por mês	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	0,00	0,00		0,00	0,00
Pela colocação de equipamento não integrado em esplanada (grelhadores, arcas congeladoras, conservação de gelados, máquinas de gelados, bebidas, tabacos, ou outras) por m2, por ano	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	1,00	42,26		42,26	42,00
Aparelhos de ar condicionado fixos no exterior de edifícios, com dimensão máxima de 0,2 m3, por ano (*)	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,50	42,26		42,26	42,00
Veículos automóveis estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia:										
a) ligeiros	6,99	21,19	28,17	1,25	35,22	1,50	52,83		52,83	53,00
b) pesados	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	5,00	211,31		211,31	211,00
Reboques e semi-reboques estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	4,00	169,04		169,04	169,00
Postos e marcos para suporte de fios, para colocação de anúncios publicitários ou outros, por cada, por ano	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	2,00	56,35		56,35	56,00
Expositores ou vitrinas por m2 e por ano	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	1,00	42,26		42,26	42,00
Rampas de acesso a edifícios, por cada 3 metros lineares, por ano:										
a) destinados a habitação ou outros prédios/instalações não previstos na	5,22	18,48	23,70	1,50	35,55	0,00	0,00		0,00	0,00
b) afectos ao exercício de comércio, indústria ou serviços	5,22	18,48	23,70	2,25	53,33	1,00	53,33		53,33	53,50
Outras ocupações de domínio público ou privado do município, não expressamente em alíneas anteriores, por m2 e por mês	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,00	28,17		28,17	28,00
Pedido de Averbamento de Licença de ocupações diversas no solo	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
(*) Por cada 0,2 m3 ou fracção acresce 150% da taxa										
Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP										
Taxa a aprovar pelo órgão deliberativo até 31 de dezembro de cada ano para vigorar no ano seguinte, de acordo com o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º5/2004 de 10 de fevereiro	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-

Por norma, as taxas de ocupação de domínio público têm como referencial o benefício do requerente, todavia podem existir casos em que o referencial seja externalidades negativas, e na presença destas, o custo de oportunidade social de um bem ou serviço difere do custo de oportunidade privado.

Assim, verificam-se coeficientes de benefícios bastante elevados para as taxas de licenciamento de antenas de operadores de telecomunicações, com impacto e instaladas no domínio público, taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo com fins industriais e destinados à refinação ou a armazenagem, bombas ou aparelhos abastecedores de carburantes, instalados ou abastecendo na via pública, bombas amovíveis ou fixas de mistura para motocicletas instaladas ou abastecendo na via pública, entre outras.

Propõe-se associar o factor de incentivo aos averbamentos das licenças, dado que tal pode contribuir para a actualização e acompanhamento administrativo da licença, bem como à ocupação de domínio público aéreo com toldos e similares não integrados nos edifícios, e construções ou instalações especiais no solo ou subsolo, nomeadamente, sem fins industriais e de abastecimento de gás. Incentivam-se, igualmente, os recintos itinerantes e improvisados e outras ocupações relacionadas com operações urbanísticas.

O factor de desincentivo propõe-se aplicar às taxas devidas por instalações abastecedoras e carburantes, às taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo, depósitos à superfície e às condutas subterrâneas de produtos petrolíferos e afins destinados à refinação ou a armazenagem. Desincentivam-se, ainda, as ocupações diversas no solo, nomeadamente, aparelhos de ar condicionado fixos no exterior de edifícios, veículos automóveis, reboques e semi-reboques estacionados para exercício de comércio e indústria, e postos e marcos para suporte de fios e para colocação de anúncios publicitários ou outros.

Mobilidade

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Taxas relacionadas com Ciclomotores, Motociclos e Veículos Agrícolas										
Averbamento da Licença de Condução	13,27	34,93	48,20	1,00	48,20	1,00	48,20	0,95	2,41	2,50
Troca da Licença de Condução de Ciclomotor do Modelo Comunitário	13,27	34,93	48,20	1,00	48,20	1,00	48,20	0,95	2,41	2,50
Emissão de 2ª Via de Licença de Condução	13,21	33,21	46,42	1,00	46,42	1,00	46,42	0,95	2,32	2,50
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros (Táxis)										
Licença de aluguer para veículos ligeiros (Táxi) - por veículo - a definir por	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-
Emissão de 2ª Via de Licença de Táxi	13,21	33,21	46,42	1,00	46,42	1,00	46,42		46,42	46,00
Averbamento de Licença de Táxi (titular ou veículo)	15,17	37,79	52,97	1,00	52,97	1,00	52,97		52,97	53,00
Cartão de Residente										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de cartão de residente	13,62	26,91	40,53	1,00	40,53	1,00	40,53	0,75	10,13	10,00
Emissão/Renovação do Cartão de Residente condicionado	7,76	13,74	21,50	1,00	21,50	1,00	21,50		21,50	21,50
Emissão/Renovação do Cartão de Residente ilimitado	7,76	13,74	21,50	12,00	258,03	1,00	258,03		258,03	258,00
Averbamento do Cartão de Residente	7,76	13,74	21,50	1,00	21,50	1,00	21,50		21,50	21,50
Estacionamento										
Lugares privativos (*) (**)	764,49	0,00	764,49	3,00	2.293,47	1,00	2.293,47		2.293,47	2.294,00
Parcómetros (por hora)	0,21	0,00	0,21	3,00	0,62	1,00	0,62		0,62	0,60
(*) A dimensão implícita do lugar é de 5m x 2m; qualquer acréscimo de área será repercutido proporcionalmente na taxa a aplicar										
(**) Concessão tem caráter excepcional, a aprovar pelo órgão executivo										

Nesta tipologia o único factor adicional introduzido é o custo social suportado pela autarquia no que concerne com as taxas relacionadas com ciclomotores, motociclos e veículos agrícolas e na apreciação do processo com vista à obtenção do cartão de residente. As restantes taxas reflectem, apenas, o custo de contrapartida.

Cidadania

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Certificados de Registo de Cidadão da União Europeia										
Pela emissão do certificado de registo de cidadão da união Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de Outubro)	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-
Pela emissão em caso de extravio, roubo ou deterioração do certificado de registo de cidadão da União Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de Outubro).	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-

Comissão Arbitral Municipal

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Comissão Arbitral Municipal (CAM)										
1 - Determinação do coeficiente de conservação					1 UC		1 UC		1 UC	1 UC
2 - Definição de obras necessárias para obtenção do nível de conservação superior					1/2 UC		1/2 UC		1/2 UC	1/2 UC
3 - Submissão de um litígio a decisão da CAM, no âmbito da respectiva competência decisória (*)					1 UC		1 UC		1 UC	1 UC
4 - As taxas previstas nos números 1 e 2 são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira										
(*) É devida metade da taxa por cada uma das partes, sendo o pagamento efectuado pelo requerente juntamente com a apresentação do requerimento inicial e pelo requerido no momento da apresentação da defesa										

Prestação de Serviços e Concessão de documentos

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Prestação de serviços e concessão de documentos										
Fotocópias de documentos arquivados										
a) não sendo autenticada (*)	2,73	1,27	4,00	1,00	4,00	1,00	4,00		4,00	4,00
b) sendo autenticada (*)	4,91	2,24	7,15	1,00	7,15	1,00	7,15		7,15	7,00
Fotocópias de outros documentos ou impressões (cada):										
Formato A4 (**)	0,17	0,19	0,35	1,00	0,35	1,00	0,35		0,35	0,35
Formato A3 (**)	0,21	0,19	0,39	1,00	0,39	1,00	0,39		0,39	0,40
Fornecimento de Plantas, por cada:										
a) em papel										
Formato A4	1,98	10,18	12,16	1,00	12,16	3,00	36,48		36,48	36,50
Formato A3	2,38	10,18	12,56	1,00	12,56	3,00	37,68		37,68	38,00
Formato A2	3,18	10,39	13,57	1,00	13,57	3,00	40,72		40,72	41,00
Formato A1	4,78	10,39	15,17	1,00	15,17	3,00	45,52		45,52	45,50
Formato A0	7,98	10,39	18,37	1,00	18,37	3,00	55,12		55,12	55,00
b) em formato digital (DVD) (***)	2,78	10,18	12,96	1,00	12,96	1,00	12,96		12,96	13,00
Fornecimento de Conjunto de Plantas para instrução de processos de Operações Urbanísticas, por cada										
a) em papel										
Formato A4	6,37	15,27	21,64	1,00	21,64	3,00	64,92		64,92	65,00
Formato A3	7,57	15,27	22,84	1,00	22,84	3,00	68,52		68,52	68,50
Formato A2	9,97	15,59	25,56	1,00	25,56	3,00	76,68		76,68	77,00
Formato A1	14,77	15,59	30,36	1,00	30,36	3,00	91,08		91,08	91,00
Formato A0	24,37	15,59	39,96	1,00	39,96	3,00	119,88		119,88	120,00
b) em formato digital (DVD) (***)	3,57	15,27	18,84	1,00	18,84	1,00	18,84		18,84	19,00
Termo de autenticação de documentos, por cada página	4,95	2,24	7,19	1,00	7,19	1,00	7,19		7,19	7,00
Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade	3,43	1,27	4,70	1,00	4,70	1,00	4,70		4,70	5,00
Fornecimento de 2ª Via de Documentos não especialmente contemplados nesta tabela	4,95	2,24	7,19	1,00	7,19	1,00	7,19		7,19	7,00
Certidões de narrativa, por cada página, ainda que incompleta	8,37	2,24	10,62	1,00	10,62	1,00	10,62		10,62	10,50
Alvarás não especialmente contemplados nesta tabela (cada)	6,13	15,46	21,59	1,00	21,59	1,00	21,59		21,59	22,00
Vistorias não especialmente contemplados nesta tabela, ou não taxáveis por legislação especial	13,26	3,51	16,77	1,00	16,77	1,00	16,77		16,77	17,00
Averbamentos diversos não especialmente previstos nesta tabela (cada)	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
Junção de Elementos ao Processo	5,03	0,00	5,03	1,00	5,03	1,00	5,03		5,03	5,00
(*) Pela 1ª lauda; acresce por cada lauda adicional 0,35 €										
(**) A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor										
(***) O fornecimento em pen implica o pagamento adicional de 7,00 € + IVA										
Fornecimento de Cartografia										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção da informação	13,87	66,17	80,04	1,00	80,04	1,00	80,04		80,04	80,00
Serviços prestados pela Polícia Municipal										
1 - Taxa pela apreciação do processo	6,28	11,88	18,15	1,00	18,15	1,00	18,15		18,15	18,00
2 - Actividades desportivas, culturais ou recreativas por hora e por agente:										
a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	9,27	10,45	19,73	1,00	19,73	1,00	19,73	0,50	9,86	9,50
b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	10,00	10,45	20,45	1,00	20,45	1,00	20,45	0,50	10,22	10,00
c) Sábados, Domingos e Feriados - das 00h00 às 24h00	10,72	10,45	21,17	1,00	21,17	1,00	21,17	0,50	10,59	10,50
3 - Particulares por hora e por agente:										
a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	9,27	10,45	19,73	1,00	19,73	1,00	19,73		19,73	20,00
b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	10,00	10,45	20,45	1,00	20,45	1,00	20,45		20,45	20,50
c) Sábados, Domingos e Feriados - das 00h00 às 24h00	10,72	10,45	21,17	1,00	21,17	1,00	21,17		21,17	21,00
4 - Viatura ligeira por km percorrido					0,40	1,00	0,40		0,40	0,40

Nesta secção, onde se encontram as demais actividades administrativas da autarquia, utilizou-se o custo de contrapartida como referencial. Propõe-se, contudo, algumas correcções que se traduzem num incentivo à utilização de suportes electrónicos em detrimento do suporte físico.

Como se tem vindo a verificar em itens anteriores, os averbamentos são objecto de incentivo.

Quanto aos serviços prestados pela Polícia Municipal, verifica-se que existem custos sociais assumidos pela autarquia na apreciação de processos relativos a actividades desportivas, culturais ou recreativas. Se por um lado, a autarquia dá um incentivo ao licenciamento deste tipo de actividades, por outro apoia no seu processo de apreciação.

Taxas Urbanísticas

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Gestão Urbanística										
Taxa de Apreciação de pedido de informação prévia (PIP) e de pedido de manutenção de pressupostos de PIP	48,90	94,11	143,01	1,00	143,01	1,00	143,01		143,01	143,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença de: realização de operações urbanísticas exceto demolição e trabalhos de remodelação de terrenos; especial para obras inacabadas; alteração e renovação	62,20	136,55	198,74	1,00	198,74	1,00	198,74		198,74	198,50
Taxa de Apreciação de pedido de licença de instalação, alteração e renovação de armazenamento e de abastecimentos de produtos derivados do petróleo	43,23	121,79	165,02	1,00	165,02	1,00	165,02		165,02	165,00
Taxa de Apreciação de: pedido de licença simplificada: de instalação, alteração e renovação de armazenamento e abastecimento de combustíveis; da receção de processos de instalações do tipo B2 (produtos derivados do petróleo)	17,88	33,21	51,10	1,00	51,10	1,00	51,10		51,10	51,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença de trabalhos de remodelação de terrenos	41,37	64,58	105,95	1,00	105,95	1,00	105,95		105,95	106,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença de obras de demolição	45,58	75,65	121,23	1,00	121,23	1,00	121,23		121,23	121,00
Taxa de Apreciação: de comunicação de averbamento (titularidade, técnico, empreiteiro, etc); de pedido de certidão de destaque de parcela; de pedido de atribuição de números de polícia.	11,29	14,76	26,05	1,00	26,05	1,00	26,05		26,05	26,00
Taxa de Apreciação de pedido de apreciação de elementos juntos ao processo (não se aplica na sequência de notificação do Município no âmbito de audiência prévia ou junção de especialidades)	12,20	15,68	27,89	1,00	27,89	1,00	27,89		27,89	28,00
Taxa de Apreciação de pedido de suspensão ou de continuidade de procedimento	12,63	16,61	29,24	1,00	29,24	1,00	29,24		29,24	29,00
Taxa de Apreciação: de comunicação prévia (RJUE) de realização de operações urbanísticas; especial para obras inacabadas; de alteração e renovação; de comunicação prévia com prazo (de atividades económicas); de comunicação prévia com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário, a realizar, nomeadamente: a) em unidades móveis ou amovíveis localizadas em feiras ou em espaços públicos autorizados para o exercício da venda ambulante, ou localizadas em espaços públicos ou privados de acesso público (anual ou fração) (*); b) em instalações fixas nas quais ocorram menos de 10 eventos anuais (*) Acresce, por cada evento, até ao máximo de 10 eventos anuais, 1,80€	41,55	132,86	174,41	1,00	174,41	1,00	174,41		174,41	174,50
Revogado	31,43	94,11	125,53	1,00	125,53	1,00	125,53		125,53	125,50
Taxa de Apreciação de pedido de certificação ou de alteração de certificação de propriedade horizontal	18,79	44,29	63,07	1,00	63,07	1,00	63,07		63,07	63,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença parcial de estruturas	19,86	42,44	62,30	1,00	62,30	1,00	62,30		62,30	62,50
Taxa de Apreciação de pedido de instalação de antenas e operadores de telecomunicações, por unidade	40,52	129,17	169,69	1,00	169,69	1,00	169,69		169,69	170,00
Taxa de Apreciação de pedido de emissão de alvará	11,01	23,99	35,00	1,00	35,00	1,00	35,00		35,00	35,00
Taxa de Apreciação de pedido de prorrogação de prazo	12,33	11,07	23,40	1,00	23,40	1,00	23,40		23,40	23,50
Taxa de Apreciação de pedido de pagamento em espécie ou fracionado (em prestações), pedido genérico, de redução de caução, de execução por fases	30,08	21,22	51,30	1,00	51,30	1,00	51,30		51,30	51,50
Taxa de Apreciação de pedido de permissão: de escavação, de contenção periférica e de demolição.	17,40	33,21	50,61	1,00	50,61	1,00	50,61		50,61	50,50
Taxa de Apreciação de pedido pela auditoria para atribuição de classificação de empreendimentos turísticos	46,49	76,58	123,07	1,00	123,07	1,00	123,07		123,07	123,00
Taxa de Apreciação de pedido de vistoria, de receção de obras de urbanização	41,61	77,50	119,11	1,00	119,11	1,00	119,11		119,11	119,00
Taxa de Apreciação de pedido de autorização de alteração de utilização	44,47	83,04	127,50	1,00	127,50	1,00	127,50		127,50	127,50
Taxa de Apreciação de pedido de autorização de utilização	45,56	80,27	125,83	1,00	125,83	1,00	125,83		125,83	126,00
Taxa de: receção de meras comunicações prévias; pedido de informação (artigo 110.º do RJUE)	12,99	19,38	32,36	1,00	32,36	1,00	32,36		32,36	32,50
Taxa de selagem e desselagem de equipamentos industriais	44,57	85,80	130,37	1,00	130,37	1,00	130,37		130,37	130,50
Taxa de pedido de inspeção e reinspeção de ascensores	110,92	0,00	110,92	1,00	111,00	1,00	111,00		111,00	111,00
Taxa de instalação de antenas de operadores de telecomunicações, por unidade	6,99	21,19	28,17	10,00	281,74	12,00	3.380,88		3.380,88	3.380,00
TRIU - Taxa pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-estruturas Urbanísticas:										
PPI										71.593.114,63
ATC										33.391.245,00
L - Fator de Localização:										
i) Zona Tipo 1 - Áreas com redução de encargos urbanísticos										0,9
ii) Zona Tipo 2 - Outras Áreas										1
U - Coeficiente do Uso:										
i) Indústria e instalações pecuárias										0,3
ii) Estacionamento										0,5
iii) Equipamentos, serviços e comércio até 1000 m2 (A área de comércio é o somatório das áreas comerciais afectas à operação urbanística)										0,8
iv) Habitação e outros										1
v) Armazéns autômos e comércio com área superior a 1000 m2 inclusive (a área de comércio é o somatório das áreas comerciais afectas à operação)										1,2
H - Fator de Harmonização										9,3
Compensação pelas não cedências:										
V - Valor Base do Custo por m2 de Terreno no Concelho de Matosinhos										65
Ci - Coeficiente de Impacto Gerado pela Operação Urbanística:										
i) Zona Tipo 1										1
ii) Zona Tipo 2										1
iii) AUGI										0,01

O investimento municipal na programação e elaboração de Planos de Urbanização e de Pormenor, permite um crescimento urbano harmonioso e equilibrado. No entanto, a concretização destes Instrumentos de Gestão Territorial, não é necessariamente alvo das atenções dos investidores que, pouco habituados às vantagens de um

correcto ordenamento do território, enveredam por um investimento indisciplinado nas mais variadas áreas edificáveis do concelho.

Os factores de incentivo previstos para a TRIU e Valor de Compensação nas áreas dos Planos de Urbanização e de Pormenor criam um estímulo e uma focalização do investimento nestas áreas, materializando as políticas de território seguidas pela CMM. Promove-se assim um território de qualidade e um planeamento urbano consequente.

1.ª Adenda ao Anexo III — Fundamentação Económica-Financeira das Taxas Municipais (Ano 2014)

1. Nota Justificativa

As taxas agora criadas têm como propósito a conformação com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril e demais diplomas adaptados ao decreto-lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

O decreto-lei n.º 92/2010, de 26 de julho, estabelece os princípios e as regras para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, implementando regras que visam eliminar formalidades consideradas desnecessárias no âmbito dos procedimentos administrativos.

Na sequência daquele diploma foi publicado o decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, alterado pelo decreto-lei n.º 141/2012, de 11 de julho, que apresenta e regulamenta a iniciativa Licenciamento Zero e que visa reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização, designadamente, através da: simplificação e desmaterialização do regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem; simplificação e desmaterialização dos regimes conexos de operações urbanísticas, ocupação do espaço público e publicidade de natureza comercial de qualquer atividade económica; facilitação do acesso a estes serviços através da sua disponibilização num balcão único eletrónico, designado Balcão do Empreendedor, acessível através do Portal da Empresa; eliminação do licenciamento da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos e o licenciamento do exercício da atividade de realização de leilões, sem prejuízo da legislação especial que regula determinados leilões.

2. Enquadramento Metodológico

Como não podia deixar de ser, o cálculo das taxas agora propostas assentou na idêntica metodologia e socorrendo da mesma fórmula que havia servido de base à fundamentação económico-financeira das taxas atualmente em vigor no Município de Matosinhos:

Taxa Proposta = $TT \cdot ID \cdot (1 - CSS)$

em que TT é a chamada Taxa Teórica, ID o coeficiente de Incentivo ou Desincentivo e CSS o Custo Social Suportado pela autarquia. Consideramos que esta fórmula consegue refletir no valor final proposto para as taxas municipais o custo de contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

		Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Horários de Funcionamento												
	Taxa pela receção de mera comunicação prévia - Horário de funcionamento, bem como das suas alterações;	7,84	7,39	15,22	1,00	15,22	1,00	15,22		15,22	15,00	TX298
	Pela apreciação de alterações excecionais ao horário de funcionamento (prolongamento de horário para além dos limites)	11,27	23,78	35,05	1,00	35,05	1,00	35,05		35,05	35,00	TX299
Deposição de cinzas												
	c) no Jardim da Memória	2,07	9,74	11,81	1,00	11,81	1,00	11,81		11,81	12,00	TX301
Taxas devidas pela Ocupação de Domínio Público Aéreo												
	Outras ocupações do espaço aéreo - por m3 e por ano	7,56	22,94	30,51	2,00	61,01	1,00	61,01		61,01	61,00	TX184
Taxas devidas por ocupações diversas no solo												
	Outras ocupações de domínio público ou privado do município, não expressamente em alíneas anteriores, por m2 e por mês	7,56	22,94	30,51	1,00	30,51	1,00	30,51	0,50	15,25	15,25	TX218
Permissões Administrativas no âmbito da Diretiva de Serviços n.º 2006/123/CE quando não expressamente previstas nas outras áreas												
	Receção de Comunicação	4,94	3,12	8,07	1,00	8,07	1,00	8,07		8,07	8,00	TX303
	Receção de Mera Comunicação Prévia	7,84	7,39	15,22	1,00	15,22	1,00	15,22		15,22	15,00	TX304
	Taxa de Apreciação de Comunicação Prévia com Prazo	21,05	53,83	74,88	1,00	74,88	1,00	74,88		74,88	75,00	TX305
	Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	5,03	0,00	5,03	1,00	5,03	1,20	6,04		6,04	6,00	TX306
	Acesso Mediado ao Balcão Único Eletrónico e/ou outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	5,79	5,13	10,91	1,00	10,91	1,00	10,91		10,91	11,00	TX307

Tecemos, de seguida, alguns considerandos sobre os domínios com prestações tributáveis agora alterados, nomeadamente no âmbito das permissões administrativas decorrentes da Diretiva de Serviços n.º 2006/123/CE, sendo que os pressupostos que estiveram na base conceptual de suporte à fundamentação das respectivas taxas constam já do Anexo III ao RTORM em vigor.

A taxa prevista para a mera comunicação prévia tem por contrapartida a apreciação dos elementos instrutórios submetidos via Portal do Empreendedor relativos a Meras Comunicações Prévias e aplica-se sempre que seja utilizada este tipo de permissão administrativa independentemente da natureza da pretensão.

Como suporte à fundamentação do valor das taxas fixadas em contrapartida das permissões administrativas “Comunicação Prévia com Prazo” foi tido em conta, sobretudo, o custo da contrapartida administrativa, designadamente os custos inerentes à atividade de apreciação e decisão.

É de realçar o coeficiente de desincentivo de 1,2 no que toca à reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias, de forma a penalizar quem não entrega o formulário acompanhado de todos os elementos necessários.

É criada ainda uma taxa relativa ao acesso mediado ao Balcão do Empreendedor, que tem como base os tempos médios despendidos no atendimento e acompanhamento do interessado e no preenchimento dos formulários necessário no balcão Único.

2.ª Adenda ao Anexo III — Fundamentação Económica-Financeira das Taxas Municipais (Ano 2016)

Na sequência da entrada em vigor de um novo contrato relativo à prestação de serviços no Tanatário Municipal, foi revisto, em baixa, o valor das cremações a praticar, atendendo ao decréscimo do custo associado a esta nova contratação, que tem implicações nos custos diretos que serviram de base à fixação do valor das cremações.

O cálculo do valor agora proposto assentou, como não podia deixar de ser, em idêntica metodologia e socorrendo-se da mesma fórmula que havia servido de base à fundamentação económico-financeira das taxas atualmente em vigor no Município de Matosinhos:

$$\text{Taxa Proposta} = \text{TT} \cdot \text{ID} \cdot (1 - \text{CSS})$$

em que TT é a chamada Taxa Teórica, ID o coeficiente de Incentivo ou Desincentivo e CSS o Custo Social Suportado pela autarquia. Consideramos que esta fórmula consegue refletir no valor final proposto para as taxas municipais o custo de contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

Os pressupostos que estiveram na base conceptual de suporte à fundamentação das respetivas taxas constam já do Anexo III ao RTORM em vigor.

Relativamente à cremação foi adotado o coeficiente de benefício de 1,5 para o caso de se tratarem de não residente ou não naturais de Matosinhos, constantes do quadro abaixo, mantendo-se inalterados os coeficientes de Incentivo/Desincentivo assim como o custo social suportado para as ossadas, fetos e peças anatómicas. Por outro lado, deixaram de se assumir quaisquer custos sociais pelas restantes tipologias de cremações.

	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Coef. Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Cremação											
a) cadáver (residentes ou naturais de Matosinhos)*	152,89	25,20	178,09	1,00	178,09	1,00	178,09	0,00	178,09	178,00	TX136
b) cadáver (não residentes ou não naturais de Matosinhos) *	152,89	25,20	178,09	1,50	267,13	1,00	267,13	0,00	267,13	267,00	TX137
c) ossadas, fetos mortos e peças anatómicas *	109,71	25,20	134,91	1,00	134,91	1,00	134,91	0,50	67,45	67,50	TX138

(*) Inclui a deposição de cinzas no Jardim da Memória bem como a utilização por período máximo de 12 horas a câmara frigorífica; o atraso face à hora marcada para a cremação, determina agravamento da taxa em 50%

O Decreto-Lei n.º 136/2014, diploma legal que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que entrou em vigor no passado dia 7/1/2015, introduziu a figura das legalizações de operações urbanísticas efetuadas sem título, elencadas agora no âmbito das medidas de tutela de legalidade urbanística como um dos meios possíveis para sua reposição. A faculdade de lançar mão do procedimento de legalização, quer pela via voluntária, quando o interessado vem fazê-lo a instância do município, quer pela via oficiosa quando aquele no prazo que lhe é concedido não o cumpre, determina o pagamento de taxas agora introduzidas: taxas pela legalização voluntária (TU29) e pela legalização oficiosa (TU30) de operações urbanísticas cujos procedimentos e instrução serão incluídos na alteração, em curso, do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Matosinhos.

	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Coef. Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Gestão Urbanística											
Taxa pela legalização voluntária de operações urbanísticas	33,85	113,67	147,51	1,00	147,51	1,00	147,51	0,00	147,51	147,50	TU29
Taxa pela legalização oficiosa de operações urbanísticas exceto obras de conservação	89,45	239,88	329,33	1,00	329,33	1,00	329,33	0,00	329,33	330,00	TU30

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro que veio alterar os regimes de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento, e bem assim, as regras relativas ao projeto, construção e exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família. Neste contexto, a autorização de construção e de funcionamento das redes de distribuição de gás que são abastecidas por reservatório de gases de petróleo liquefeitos (GPL) surgiu, então, associada ao licenciamento camarário. Com estas novas regras, é igualmente alargado o âmbito da intervenção das entidades inspetoras de combustíveis e de instalações de gás, com o objetivo de aumentar a segurança de pessoas e bens no exercício das atividades associadas ao licenciamento e fiscalização.

Não possuindo o Município de Matosinhos, no seu quadro de pessoal, técnicos habilitados a exercer as competências de licenciamento acima referidas a não ser com recurso a entidades externas mediante aquisições de serviços, tal como previsto na atual redação do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro. Por este motivo, e pela alteração ao DL 267/2002, em que as licenças de exploração deixam de ter prazo de validade, não havendo portanto lugar à renovação, as taxas previstas no RTORMM de “apreciação de pedido de licença de instalação, alteração e renovação de armazenamento e de abastecimentos de produtos derivados do petróleo” (TU03) e de “apreciação de pedido de licença simplificada de instalação, alteração e renovação de armazenamento e abastecimento de combustíveis; da receção de processos de instalações do tipo B2 (produtos derivados do petróleo)” (TU04), assim como a taxa de vistoria prevista para estas atividades, não reflete atualmente o seu custo efetivo para o Município uma vez que não têm em conta o valor da aquisição de serviços especializados necessária

para exercer a competência que ao Município foi atribuída. Trata-se, pois, de atualizar o valor destas taxas incorporando os custos efetivos que sobre a atividade que lhe corresponde impendem. Neste sentido, atualizou-se o valor da TU03, incorporando o custo da prestação de serviços de pessoal técnico especializado e criou-se a TU31 incorporando os custos diretos e indiretos subjacentes à TU04, que agora é apenas aplicável às isenções de licenciamento tipo B2, acrescida igualmente dos custos da prestação de serviços de pessoal técnico especializado. Criou-se igualmente a taxa inerente ao pedido de vistoria no âmbito do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, na sua atual redação (TU32), que integra exatamente a mesma metodologia.

	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Coef. Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Gestão Urbanística											
Taxa de Apreciação de: pedido de licença de instalação e alteração de armazenamento e de abastecimentos de produtos derivados do petróleo e de Redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito	191,94	121,79	313,73	1,00	313,73	1,00	313,73	0,00	313,73	314,00	TU03
Taxa de Apreciação de: pedido de licença simplificada: de instalação, alteração e renovação de armazenamento e abastecimento de combustíveis	132,27	33,21	165,49	1,00	165,49	1,00	165,49		165,49	165,50	TU31
Pedido de vistoria no âmbito do Decreto Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, na sua atual redação (combustíveis)	249,74	44,29	294,03	1,00	294,03	1,00	294,03		294,03	294,00	TU32

Anexo IV

Fundamentação da Isenção das Taxas

1. Estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente regulamento:
 - a) As freguesias do concelho - esta isenção fundamenta-se no facto de as freguesias, à semelhança dos municípios, serem autarquias locais, as quais prosseguem uma série de atribuições e competências, estabelecidas nas leis nº 159/99 de 14 de Setembro e 169/99 de 18 de Setembro, com redação atualizada, respetivamente, tendo em vista a prossecução do interesse público e a promoção da eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos dos administrados.
 - b) As pessoas coletivas, de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social - esta isenção fundamenta-se na finalidade prosseguida pelas entidades em questão, na medida em que visa facilitar a concretização dos seus fins estatutários e, a final, a prossecução de interesses ou utilidades públicas (ver a propósito o artigo 63º, nº 5 da Constituição da República Portuguesa – CRP). Do mesmo modo, no caso das instituições particulares de solidariedade social, a isenção justifica-se pelo próprio fim da instituição: a solidariedade social, prevista na CRP (artigos 1º, 63º, nº 5, 67º, nº 2, alínea b); 69º, 70, nº 1, alínea e); 70º e 71º) e, nesse sentido, um valor fundamental do Estado de Direito Democrático.
 - c) As empresas municipais – esta isenção visa a promoção da atividade das empresas municipais estimulando a sua sustentabilidade, e fundamenta-se no artigo 6º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e na Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro.
 - d) As entidades públicas ou privadas às quais a lei confira tal isenção – a fundamentação desta isenção decorre das leis que conferem as mesmas.
 - e) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente que beneficiem de isenção do IRC nos termos do artigo 10º do respetivo código – esta isenção decorre da referida isenção prevista no Código do IRC.
2. A Câmara poderá ainda, caso a caso, isentar total ou parcialmente as taxas relativas a:
 - a) As associações, incluindo as de natureza religiosa, cooperativas e fundações sem fins lucrativos, legalmente constituídas, relativamente aos factos que visem a prossecução dos seus fins estatutários, designadamente no âmbito cultural, desportivo, recreativo, social, assistencial ou profissional; esta isenção fundamenta-se na finalidade prosseguida pelas

entidades em questão, na medida em que visa facilitar a concretização dos seus fins estatutários e, a final, a prossecução de interesses ou utilidades públicas (ver a propósito o artigo 63º, nº 5 da Constituição da República Portuguesa – CRP)

b) As pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica, que integrem agregado familiar cujo rendimento médio mensal seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoio sociais (IAS), desde que para benefício exclusivo e próprio. O fundamento desta isenção é a comprovada insuficiência económica. Com efeito, se o munícipe não consegue garantir o seu sustento básico, também não terá capacidade financeira para pagar as taxas devidas ao município. É nesse sentido que se prevê a isenção das taxas - para que os munícipes nestas condições possam ter acesso ao serviço público em condições de igualdade, cumprindo-se, assim os desígnios previstos na CRP, tais como a dignidade da pessoa humana e a solidariedade social.

Anexo V

Zonas Tipo 1 e 2 previstas na Fórmula da TRIU e na Fórmula do Valor de Compensação

Anexo V

Zonas Tipo 1 e 2 previstas na Fórmula da TRIU e na Fórmula do Valor de Compensação

Zona Tipo 1: Áreas com redução de encargos urbanísticos (assinaladas em planta apensa).
Estão excluídos desta zona os edifícios que têm frente para a Av.^a da República (União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira).

Fundamentação:

Importa reconhecer no território locais deprimidos e incentivar o investimento, aplicando-lhe redução de encargos urbanísticos.

Podemos identificar no território de Matosinhos espaços urbanos de valor patrimonial que estão abandonados, onde o investimento não acontece, em fase continuada de desinvestimento e abandono da população.

Nessas áreas interessa rentabilizar os investimentos municipais através de medidas de promoção da fixação dos residentes e de atração de novos residentes e dessa forma fazer com que a regeneração urbana aconteça, não só no investimento do edificado existente, consolidando-o, mas no preenchimento dos vazios desses núcleos urbanos de pequena dimensão.

Objetivos para estas áreas:

Todos os usos das operações urbanísticas deixam de pagar compensações.

Só as operações de loteamento são obrigados a pagar compensações.

Zona Tipo 2: Áreas do concelho de Matosinhos não abrangidas na Zona Tipo 1



LEGENDA

- ÁREAS COM REDEÇÃO DE ENDEREÇOS URBANÍSTICOS
- ÁREAS COM REDEÇÃO DE ENDEREÇOS URBANÍSTICOS

1- ANDARAIS DE CIMA

2- ANDARAIS DE CIMA

3- ANDARAIS DE CIMA

4- CENTRO DE PESQUISA

5- CENTRO DE PESQUISA

6- CENTRO DE PESQUISA

7- CENTRO DE PESQUISA

8- CENTRO DE PESQUISA

9- CENTRO DE PESQUISA

10- CENTRO DE PESQUISA

11- CENTRO DE PESQUISA

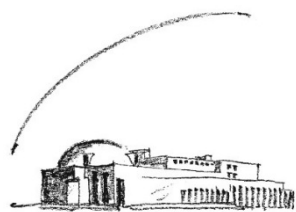
12- CENTRO DE PESQUISA

13- CENTRO DE PESQUISA

14- CENTRO DE PESQUISA

Anexo XIII

Regulamento de Taxas do Município de Coimbra



Matosinhos
Câmara Municipal

Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Matosinhos

2017

Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente regulamento tem por objecto o regime de liquidação, de cobrança e do pagamento das taxas e outras receitas devidas ao Município de Matosinhos pela prestação concreta de um serviço público, pela utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição da autarquia, nos termos da lei.

2 — As tarifas praticadas pelas empresas municipais, bem como a respectiva liquidação e cobrança, são da inteira responsabilidade destas entidades, aprovadas pelos respectivos conselhos de administração e submetidos a homologação da Câmara Municipal.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento é aplicável em todo o município às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação do pagamento de taxas à autarquia.

Artigo 3.º

Taxas

1 — As taxas a que alude o artigo primeiro constam da tabela que constitui o anexo I ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante.

2 — A fundamentação económico-financeira relativa às taxas previstas na tabela referida no número anterior consta do documento que constitui o anexo III ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante.

Artigo 4.º

Taxas pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-estruturas Urbanísticas

1 — A taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas (TRIU) é devida nas operações urbanísticas de loteamentos, construção, ampliação e alteração de uso e de obras de urbanização de utilização privada.

2 — A taxa referida no número anterior varia proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa implica ou venha a implicar.

3 — Nas operações urbanísticas de que resulte uma alteração de uso ao qual corresponda, nos termos do presente regulamento, uma taxa superior, fica o promotor obrigado ao pagamento do diferencial entre a taxa atualmente em vigor para o uso inicial e a taxa prevista para o uso proposto, excepto na Zona Tipo 1 definida no Anexo V em que não há lugar a taxa. Esta excepção aplica-se

também aos imóveis classificados ou em vias de classificação, incluindo todos os imóveis integrados em conjuntos de interesse municipal que não sejam considerados edifícios a preservar.

4 — O valor da TRIU a aplicar em operações que contenham obras de ampliação de edificações construídas ao abrigo do direito anterior, deverá ser calculado apenas para a área ampliada, exceto se o imóvel se localizar na Zona Tipo 1 definida no Anexo V e a ampliação não implicar aumento de volumetria, situação em que não há lugar à liquidação de taxa. Esta exceção aplica-se também aos imóveis classificados ou em vias de classificação, incluindo todos os imóveis integrados em conjuntos de interesse municipal que não sejam considerados edifícios a preservar.

5 — Com base no artigo 49.º da Lei n.º 91/95 de 2 de Setembro com a nova redacção conferida pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, a TRIU e os custos das infra-estruturas decorrentes da operação de reconversão das AUGI'S podem ser diferidos para o licenciamento ou comunicação prévia da construção, sendo dispensada a prestação da caução a que se refere o artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com redacção actualizada, sem prejuízo da emissão do título de reconversão respectivo.

6 — O custo da TRIU das edificações construídas sem título válido de controlo prévio aplicável, pode ser diferido para o momento da emissão da autorização de utilização das construções, sem prejuízo da emissão do título de construção, quer se localizem em AUGI ou fora.

7 — A CMM concede um prazo de 36 meses para pagamento das taxas previstas no nº anterior, o qual poderá ser executado em prestações a pedido do requerente sem que haja lugar ao pagamento da TU17, após o qual emite o alvará de autorização de utilização respetivo.

8 — A taxa a que se refere o presente artigo é calculada da seguinte forma:

$$TRIU = PPI/ATC \times A \times L \times U \times H \times R$$

em que:

PPI = Montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Concelho (*);

ATC = Área Total do Concelho consideradas as Áreas Urbanas e Urbanizáveis de acordo com o Plano Director Municipal (*);

A = Somatório das Áreas Cobertas e Descobertas associadas à operação urbanística, com exclusão das áreas 100% permeáveis;

L = Factor de Incentivo em função da Localização (*) (**);

U = Factor de Incentivo em função do Uso (*);

H = Factor de harmonização (*).

R = Fator de reutilização de edificações existentes (*) (***)

9 — Os factores *PPI*, *ATC*, *L*, *U*, *H* e *R* são aprovados anualmente por deliberação da Assembleia Municipal.

(*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

(**) Zonamento previsto no Anexo V atualizável anualmente.

(***) Para efeitos de TRIU, considera-se reutilização a intervenção destinada a refazer o edificado tal como consta da cartografia existente no município preservando a imagem pré-existente, permitindo a introdução de pequenas alterações que não subvertam a imagem do conjunto e que tenham como objetivo a melhoria das condições de segurança e salubridade da edificação ou uma melhoria das condições de desempenho energético e segurança funcional, estrutural e construtiva da edificação,

designadamente ao nível da cobertura. A preservação da imagem pode ser feita, com recurso a obra de reconstrução com preservação de fachada (obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente da qual resulte a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do nº de pisos).

Artigo 5.º

Redução da TRIU

1 - Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com redacção atualizada, poderão ser reduzidas proporcionalmente as taxas, por realização de infra-estruturas urbanísticas.

2 - A redução da TRIU é determinada pela relação entre o custo previsto para as obras de infra-estruturas urbanísticas e o custo previsto para a totalidade da obra sendo que o custo total da obra é a soma do custo previsto para as infra-estruturas com o custo previsto para a operação urbanística requerida inicialmente.

3 - A redução proporcional será calculada da seguinte forma:

$$R = (Vi \times 100) / (Vi + Vo)$$

R — é a percentagem de redução da TRIU;

Vi — é o valor em euros da estimativa de custo das obras de infra-estruturas urbanísticas necessárias para a viabilização da operação urbanística;

Vo — é o valor em euros da estimativa do custo da operação urbanística requerida inicialmente.

Artigo 6.º

Compensações

1 — Caso não haja lugar à cedência de terrenos para os fins referidos no n.º 1 do artigo 43.º do RJUE, os proprietários dos terrenos a lotear, ou dos terrenos objeto de operações urbanísticas com impacto relevante nos termos do numero seguinte, devem pagar à Câmara Municipal um valor de compensação a calcular nos termos deste artigo.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 44.º do RJUE, são consideradas com impacto relevante, as obras de construção e/ ou de ampliação, acima do solo, com aumento de volumetria, não inseridas em operação de loteamento:

- a) destinadas a habitação com área superior a 1.000 m²;
- b) destinadas a comércio com área superior a 1.000 m²;
- c) destinadas a armazenagem autónoma com área superior a 1.000 m²;
- d) Exceptuam-se do disposto nas alíneas anteriores as obras localizadas nas áreas de redução de encargos urbanísticos assinaladas na planta que integra o Anexo V ao presente regulamento (Zona Tipo 1). Esta excepção aplica-se também aos imóveis classificados ou em vias de classificação, incluindo todos os imóveis integrados em conjuntos de interesse municipal que não sejam considerados edifícios a preservar.

3 — Para aferir se um edifício integra o conceito de Impacto Relevante não serão contabilizadas as áreas destinadas a estacionamento de apoio.

4 — O disposto no n.º 1 é igualmente aplicável aos pedidos de comunicação prévia das obras de construção, de ampliação ou de alteração, em área abrangida por plano de pormenor, que contenha as menções constantes das alíneas a), c), d) e) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 389/99 de 22 de Setembro, com redacção actualizada.

5 — (Revogado).

6 — O valor de compensação a pagar incidirá apenas sobre o acréscimo face à definição de impacto relevante constante do n.º 2.

7 — O valor de compensação a aplicar às AUGIs, será sempre de 0,01, ainda que em sede de alteração à licença de loteamento, desde que se trate de edificações existentes (alteração de nº de fogos, uso ou área de construção).

8 — A compensação poderá ser paga em espécie, através de cedência de lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos.

9 — Quando a compensação seja paga em espécie através de cedências de parcelas de terreno, estas integram -se no domínio privado do município e destinam -se a permitir uma correcta gestão dos solos, ficando sujeitas, em matéria de alienação ou oneração, ao disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º, ou na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,.

10 — Os parâmetros para o dimensionamento dos espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva, em função dos quais será calculada a compensação prevista nos números 1,2 e 3 deste artigo, são os da Portaria 216 -B/2008 de 3/3 até à sua inclusão em instrumento de gestão territorial.

11 — O valor da compensação a que se refere o presente artigo é calculado da seguinte forma:

$$VC = AC \times V \times CLIMI \times Ci \times Fi + (ACvi \times 0,1\epsilon)$$

Em que:

AC = Área a ceder em metros quadrados que resulta do somatório das áreas destinadas a espaços verdes, de equipamentos de utilização colectiva e de lugares de estacionamento tendo como base 11,25 m2 por lugar;

V = Valor Base do Custo por Metro Quadrado de Terreno no Concelho de Matosinhos (*);

CLIMI = Coeficiente de Localização previsto no CIMI para efeitos de avaliação do património para habitação, publicado pela DGCI;

Ci = Coeficiente de Incentivo pelo Impacto gerado pela Operação Urbanística (*) (**);

Fi = Fator de uso/função (*)

ACvi = área de construção acima do solo da operação urbanística para efeitos de pagamento de área não cedida de infraestruturas viárias.

9 — O coeficiente V e o factor Ci ambos previstos na fórmula do Valor de Compensação, são atualizados anualmente por deliberação da Assembleia Municipal.

(*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

(**) Zonamento previsto no Anexo V atualizável anualmente.

Artigo 7.º

Formas de Pagamento da TRIU e do Valor de Compensação

1 — Feita a determinação do montante total da TRIU ou do valor de compensação, o pagamento em espécie pode ser feito através de lotes ou terrenos sem edificação, ou de lotes ou terrenos edificados ou ainda de frações.

2 — Se o pagamento for feito em espécie através de lotes ou terrenos edificados ou ainda de frações, haverá lugar à sua avaliação, e o seu valor será obtido com recurso ao seguinte mecanismo:

a) A avaliação será efectuada por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela Câmara Municipal e o terceiro pelo promotor da operação urbanística;

b) As decisões da comissão serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus elementos.

3 — Quando o pagamento for feito em espécie através de lotes ou terrenos não edificados, a atribuição do valor destes será feita com base na seguinte fórmula:

$$PE = AT \times (V - 31\text{€}) \times CLIMI$$

Em que:

PE = Valor do pagamento em espécie, em euros

AT = Área do Terreno

V = Valor Base do Custo por Metro Quadrado de Terreno no Concelho de Matosinhos (*);

CLIMI = Coeficiente de Localização previsto no CIMI para efeitos de avaliação do património para habitação, publicado pela DGCI;

(*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

4 — Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, as mesmas serão liquidadas da seguinte forma:

a) Se o diferencial for desfavorável ao município, será o mesmo pago em numerário pelo promotor da operação urbanística;

b) Se o diferencial for desfavorável ao promotor poderá o município, caso tenha interesse na compensação em espécie, pagar o montante em falta para adquirir o terreno.

5 — Se o valor proposto no relatório final da comissão referida no n.º 2 deste artigo não for aceite pela Câmara Municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorrer-se-á a uma comissão arbitral, que será constituída nos termos do artigo 118.º do RJUE, com redação atualizada.

6 — A Câmara Municipal reserva-se o direito de não aceitar a proposta de compensação em espécie, sempre que tal se mostre inconveniente para a prossecução do interesse público.

Artigo 8.º

(Revogado)

Artigo 9.º

Atualização

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, os valores das taxas e demais receitas municipais constantes na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais (Anexo I) são actualizados anualmente, de acordo com a última taxa de inflação publicada pelo INE, com base no índice de preços no consumidor nacional sem habitação, mediante proposta a incluir no Orçamento Municipal, que substitui automaticamente a tabela anexa a este Regulamento.

2 — Os valores obtidos são arredondados para o cêntimo mais próximo por excesso se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5 e por defeito se inferior.

3 — Exceptuam-se da regra de actualização antes definida, o conjunto de taxas e outras receitas cuja actualização é fixada em legislação especial.

4 — Sempre que a Câmara Municipal ache justificável pode propor à Assembleia Municipal uma actualização extraordinária e ou alteração total ou parcial da Tabela anexa, acompanhada da respectiva fundamentação económico-financeira subjacente aos novos valores.

5 — A atualização prevista no n.º1 deste artigo produz efeitos a partir da data de entrada em vigor do orçamento municipal.

6 — A actualização da Unidade de Conta Processual (UC) é feita de acordo com o previsto no artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 34/2008 de 26/02/2008 na sua redacção actual.

CAPÍTULO II

Da incidência

Artigo 10.º

Incidência objectiva

1 — É devido o pagamento de taxas pelos factos previstos na tabela anexa, incidindo sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do Município, designadamente:

- a) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- b) Pela utilização e ou aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- c) Pela contraprestação devida ao Município pelos encargos suportados pela autarquia com a realização, a manutenção ou o reforço de infra-estruturas urbanísticas em operações de loteamento ou de urbanismo, previstas na lei;
- d) Pela gestão de áreas de estacionamento público;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- g) Pela realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo;
- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i) Pela remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;
- j) Pela prestação concreta de qualquer outro serviço público, quando tal seja atribuição da autarquia.

2 – Os preços incidem sobre os serviços prestados e bens fornecidos em gestão directa pelas unidades orgânicas municipais e não devem ser inferiores aos custos directa e indirectamente suportados com a prestação desses serviços ou fornecimentos desses bens.

Artigo 11.º

Incidência subjectiva

1 — O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas ou outras receitas previstas no presente regulamento é o Município de Matosinhos.

2 — O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva ou outra entidade legalmente equiparada que, nos termos da lei e do presente regulamento, esteja vinculada ao cumprimento de uma prestação tributária ou de outra natureza pelos factos mencionados no artigo antecedente.

3 — Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os Fundos e Serviços Autónomos e as entidades que integram o Sector Empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

4 — No caso das taxas pela realização de infra-estruturas urbanísticas, o pagamento da taxa é da responsabilidade do requerente do loteamento ou da construção, conforme se trate de loteamento ou de construções edificadas fora deste.

5 — As isenções e reduções previstas no presente Regulamento respeitam os princípios da legalidade, igualdade de acesso, imparcialidade, capacidade contributiva e justiça social e visam a justa distribuição dos encargos, o incentivo da actividade económica na área do Município, a dinamização do espaço público e o apoio às actividades com fins de interesse público municipal.

CAPÍTULO III

Das isenções

Artigo 12.º

Isenções

1 — Estão isentos do pagamento das taxas previstas neste regulamento:

- a) As Juntas de Freguesias do Município de Matosinhos;
- b) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
- c) As empresas municipais;
- d) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente que beneficiem de isenção do IRC nos termos do artigo 10.º do respectivo código;
- e) Outras entidades públicas ou privadas a quem a lei ou regulamento confira tal isenção.

2 — A pedido dos interessados, poderão ficar isentas do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, total ou parcialmente:

- a) As associações, incluindo as de natureza religiosa, cooperativas e fundações sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas, relativamente aos factos que visem a prossecução dos seus fins

estatutários, designadamente no âmbito cultural, desportivo, recreativo, social, assistencial ou profissional;

b) As pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica, que integrem agregado familiar cujo rendimento médio mensal seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), desde que para benefício exclusivo e próprio.

3 — Poderá, sob proposta devidamente fundamentada, haver lugar à isenção total ou parcial das taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal.

4 — Poderá a Câmara Municipal por deliberação fundamentada propor à Assembleia Municipal a aprovação da isenção total ou parcial a quaisquer outras entidades das taxas previstas na tabela anexa, em conformidade com o n.º 5 do artigo 11.º do presente regulamento.

5 — A cobrança de taxas de ocupação do domínio público poderá ser suspensa em locais e períodos determinados, nomeadamente por ocasião de eventos ou festividades populares podendo a gestão do espaço ser cometida às entidades organizadoras.

6 — A fundamentação das isenções previstas neste artigo consta do anexo IV ao presente regulamento.

Artigo 13.º

Procedimento

1 — A instrução dos pedidos relativos a isenções deve ser feita em impresso próprio a fornecer pelos serviços da Câmara e acompanhada dos documentos referidos nos respectivos, nos termos artigo 23.º do presente regulamento.

2 — O pedido de isenção a que alude o n.º 2 do artigo anterior é formalizado por requerimento, contendo a identificação do interessado e o objecto do pedido, com referência à taxa, bem como as razões que o fundamentam.

3 — Com exceção das isenções concedidas ao abrigo dos contratos de concessão, caso o requerimento seja apresentado com uma antecedência inferior a 5 dias úteis (inclusivé) face à data do ato /evento, haverá lugar à liquidação e cobrança da taxa de apreciação respetiva.

4 — A isenção prevista no n.º 2 do artigo anterior carece de parecer favorável dos serviços municipais competentes em que constem todos os factos relevantes para a decisão.

Artigo 14.º

Competência

Sem prejuízo do disposto em disposição legal ou regulamentar aplicável à matéria, a isenção e suspensão da cobrança nos termos dos números 2 e 5 do artigo 12.º só pode ser concedida pela Câmara, ou em quem esta expressamente delegar, e não abrange as indemnizações por danos causados ao património municipal nem permite aos beneficiários a utilização de meios susceptíveis de lesar o interesse municipal.

CAPÍTULO IV
Da liquidação e cobrança

Artigo 15.º

Liquidação

1 — A liquidação das taxas municipais previstas na tabela que constitui o anexo I consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nele definidos e dos elementos fornecidos pelo interessado.

2 — Os valores constantes na tabela anexa encontram-se expressos em euros e já incluem, quando devido, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor, excepto quando existe a menção expressa de que a determinado valor acresce IVA.

3 — Revogada

4 — As regras previstas para a liquidação e cobrança de taxas são feitas nos termos dos artigos seguintes sem prejuízo de legislação específica aplicável, nomeadamente o RJUE.

Artigo 16.º

Prazos para a liquidação

A liquidação de taxas e outras receitas municipais será efectuada pelos serviços ou automaticamente no Balcão do Empreendedor dentro dos seguintes prazos:

- a) Aquando da solicitação verbal ou no acto de entrada da comunicação prévia ou do requerimento, nos casos em que seja possível, sendo cobrada uma taxa administrativa, constante na tabela anexa, nas situações aplicáveis, para que seja dado início ao procedimento;
- b) No prazo de 10 dias a contar da data da aprovação da pretensão do requerente ou da formação do respectivo deferimento tácito.
- c) No prazo de 5 dias após a comunicação ou o pedido no Balcão do Empreendedor para as situações definidas no artigo 18.º n.º4 do Decreto-Lei n.º 48/2011 de 1 de abril.

Artigo 17.º

Regras específicas de liquidação

1 — O cálculo das taxas e outras receitas municipais cujo quantitativo esteja indexado ao ano ou ao mês poderá ser objeto de fracionamento mensal ou diário, respetivamente, nos termos análogos ao disposto no n.º 2. Nos casos em que o cálculo das taxas esteja indexado, à semana ou dia, não haverá lugar a qualquer fracionamento da unidade de tempo.

2 - São divisíveis em duodécimos as taxas anuais quando a sua emissão não seja requerida ou processada no início do ano civil, sendo o total da liquidação das taxas igual ao produto resultante da

multiplicação de um duodécimo pelos meses em falta até ao fim do ano, contando o mês em curso caso a liquidação ocorra na primeira quinzena.

3 – São agravadas em 50% as taxas de apreciação com vista à obtenção de licença ou outro título, quando é requerida urgência na análise do processo, sendo considerada urgência quando o processo é submetido com uma antecedência mínima de 5 dias úteis (inclusivé).

4 – É aplicada uma penalização de 25,00€ por processo de inumação e/ou cremação às funerárias que deem entrada dos mesmos fora de prazo, sendo considerado fora do prazo se der entrada 2 dias úteis após a emissão da certidão de óbito. Esta penalização é aplicada por cada período indivisível de 5 dias úteis de atraso.

5 – Não há lugar a cobrança ou reembolso/restituição quando, em virtude de liquidação, revisão ou revogação de liquidação, a importância a cobrar ou a restituir seja inferior a 1,00 euro (inclusive).

Artigo 18.º

Notificação da liquidação

1 — Notificação da liquidação é o acto pelo qual se leva a fatura ao conhecimento do requerente ou interessado.

2 — Os actos praticados em matéria de taxas e outras receitas municipais só produzem efeitos em relação aos respectivos sujeitos passivos quando estes sejam validamente notificados.

3 – A notificação da liquidação será efectuada por carta simples ou por carta registada com aviso de recepção quando previsto na lei, designadamente sempre que estejam em causa actos ou diligências susceptíveis de alterarem a situação tributária dos munícipes ou a convocação destes para assistirem ou participarem em actos ou diligências.

4 – A notificação por carta registada com aviso de recepção presume-se efectuada na data da assinatura do aviso e tem-se por efectuada na pessoa do notificado, mesmo quando o aviso de recepção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio fiscal do requerente, presumindo-se, neste caso, que a carta foi entregue ao destinatário.

5 – No caso de o aviso de recepção ser devolvido ou não vier assinado em virtude de o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais e não se comprovar que entretanto o interessado comunicou aos serviços a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação será efectuada nos 15 dias seguintes à devolução por nova carta registada com aviso de recepção.

6 – No caso de recusa do recebimento ou não levantamento da carta, previsto no número anterior, a notificação presume-se feita no 3º dia posterior ao registo ou no 1º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil, sem prejuízo do notificando poder provar impedimento ou impossibilidade de comunicação de mudança de residência, no prazo legal.

7 – As notificações efectuadas por carta simples poderão ser efectuadas por telefax ou via internet desde que seja possível confirmar posteriormente o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada, sendo o extracto considerado meio de prova e anexo ao respectivo processo.

8 – Não há lugar a notificação nos casos de renovação automática de licenças ou autorizações automáticas previstas no presente regulamento.

9 – Nos casos em que seja utilizado o Balcão do Empreendedor, todas as notificações serão efetuadas por essa via.

Artigo 19.º

Conteúdo da notificação

Da notificação da liquidação devem constar os seguintes elementos:

- a) Conteúdo da deliberação, despacho ou sentido da decisão;
- b) Fundamentos de facto e de direito;
- c) Prazo de pagamento voluntário;
- d) Meios de defesa contra o acto de liquidação;
- e) Menção expressa ao autor do acto e se o mesmo foi praticado no uso de competência própria, delegada ou subdelegada;
- f) A advertência de que a falta de pagamento no prazo estabelecido, quando a este haja lugar, implica a cobrança coerciva da dívida;
- g) Número da fatura.

Artigo 20.º

Revisão

1 — A revisão dos actos de liquidação com fundamento em erro material ou de direito pode ser efectuada oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo.

2 — A revisão a que se refere o número precedente é promovida pelo serviço municipal que praticou o acto de liquidação, no prazo máximo de 5 dias contados da data do conhecimento do erro ou da petição do sujeito passivo, mediante informação fundamentada, competindo ao Presidente da Câmara, ou Vereador com competência delegada, por despacho, proferir a decisão final.

3 — Sempre que a taxa já se encontre paga, compete ainda aos serviços referidos no número anterior promover a cobrança ou a restituição do valor da diferença apurada no âmbito do procedimento de revisão, facto que deve ocorrer, respectivamente, no prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação ao sujeito passivo ou do despacho mencionado no mesmo número.

Artigo 21.º

Autoliquidação

1 — Sempre que a lei ou regulamento preveja a autoliquidação das taxas e outras receitas, deverá o requerente promover a mesma e o respectivo pagamento.

2 — O requerente deverá remeter cópia do pagamento efectuado nos termos do número anterior ao Município, conforme for a situação, aquando do seu requerimento, comunicação ou do início da actividade sujeita a pagamento da taxa ou receita.

3 — A prova do pagamento das taxas efectuado nos termos do número anterior deve ser pelo requerente arquivada por um período de 8 anos, sob pena de presunção de que não efectuou aquele pagamento.

4 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efectivamente devido, o requerente será notificado do valor correcto a pagar assim como do prazo para efectuar o respectivo pagamento.

5 — A falta de pagamento do valor referido no número anterior dentro do prazo fixado pelo Município tem por efeito a extinção do procedimento.

6 — Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é superior ao valor efectivamente devido, o requerente será notificado do valor correcto a pagar, sendo -lhe restituído o montante pago em excesso.

Artigo 22.º

Cobrança

1 — A cobrança das taxas e outras receitas municipais pode ocorrer sob a modalidade de pagamento voluntário ou de cobrança coerciva.

2 — Constitui pagamento voluntário o pagamento efetuado dentro do prazo de 30 dias estabelecido nas normas legais e regulamentares aplicáveis ao facto gerador da obrigação, nomeadamente tributária.

3 — São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação do pagamento das taxas, nos termos das leis tributárias, ou de outras receitas municipais, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Findo o prazo de pagamento voluntário, acrescido de 5 dias úteis, será extraída, pelos serviços competentes, certidão de dívida com base nos elementos que tiverem ao seu dispor, promovendo-se a instauração do processo de execução fiscal para efeitos de cobrança coerciva do montante em dívida.

CAPÍTULO V

Alvará de Licença/ Autorização

Artigo 23.º

Emissão

1 — A instrução dos pedidos previstos no presente regulamento deve ser feita em impresso próprio a fornecer pelos serviços da Câmara e acompanhada dos documentos referidos nos respetivos, sem prejuízo da solicitação, por parte dos serviços, de elementos complementares à correta instrução do processo.

2 — A não entrega dos elementos solicitados nos termos do número anterior, poderá conduzir ao indeferimento liminar do pedido.

3 — Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização, e mediante o pagamento das taxas devidas, os serviços municipais asseguram a emissão do alvará respectivo, no qual deve constar, sem prejuízo de legislação específica, designadamente o RJUE:

- a) A identificação do titular — nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objeto do licenciamento ou autorização, sua localização e características;
- c) As condições impostas no licenciamento ou autorização;
- d) A validade da licença ou autorização, bem como o número de ordem;
- e) A identificação do serviço municipal responsável.

4 — O período referido no licenciamento ou autorização pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil determinado em função do respetivo calendário.

Artigo 24.º

Precariedade

1 — Sem prejuízo do disposto em lei especial, todos os licenciamentos e autorizações que sejam considerados precários por disposição legal, por regulamento ou pela natureza dos bens em causa, podem cessar por motivos de interesse público devidamente fundamentado, sem que haja lugar a indemnização.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a importância correspondente ao período não utilizado será restituída mediante despacho do Presidente ou Vereador com poderes delegados, sendo proporcional à fração de tempo em que foi impedida a utilização da respetiva licença.

Artigo 25.º

Período de validade das licenças

1 — As licenças têm o prazo de validade delas constante, caducando no último dia do prazo para que foram concedidas, sem prejuízo de legislação específica.

2 — As licenças anuais caducam no último dia do ano para que foram concedidas, sem prejuízo da sua renovação.

3 — Nas licenças com validade por período de tempo certo poderá constar a referência ao último dia desse período.

4 — Os prazos das licenças contam -se nos termos da alínea c) do artigo 279.º do Código Civil.

Artigo 26.º

Renovação de Licenças

1 — Os pedidos de renovação das licenças são apresentados até 10 dias úteis antes do término da sua validade, salvo disposição na lei ou regulamento em contrário.

2 — As licenças renováveis consideram-se emitidas nas condições em que foram concedidas as correspondentes licenças iniciais, pressupondo a inalterabilidade nos seus termos e condições, sem prejuízo da atualização do valor da taxa a que houver lugar.

3 — O disposto no número anterior não se aplica às licenças ou outros procedimentos relativos a operações urbanísticas.

4 — A taxa de apreciação do processo associada aos pedidos de renovação das licenças é fixada em 50% dos valores constantes na Tabela Anexa, nas situações em que esteja prevista, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 27.º, com excepção das taxas na área do urbanismo (TU).

Artigo 27.º

Renovação automática

1 — A renovação das licenças que assumam carácter periódico e regular opera-se automaticamente com o pagamento das taxas respetivas.

2 — A renovação entende-se sempre sem prejuízo do carácter precário da licença e de, nesses termos, salvo disposição regulamentar em contrário, a Câmara a poder revogar a todo o tempo, aplicando-se o disposto no n.º 2 do artigo 24.

3 — Consideram-se nestas condições, nomeadamente as seguintes licenças:

- a) Publicidade em painéis, outdoors, mupies e similares;
- b) Esplanadas, máquinas de gelados, toldos ou outras que, embora ocupando o domínio público, sejam licenciadas na dependência de um estabelecimento;
- c) Publicidade própria em viaturas;
- d) Ocupação de ossários/columbários;
- e) Tubos, condutas e cabos instalados no subsolo;
- f) Concessão de cartão de residente.

4 — Excetuam-se da renovação automática as licenças por ocupação do espaço do domínio público com carácter autónomo.

5 — Para os efeitos do número anterior, considera-se ocupação autónoma do domínio público a efetuada por equipamentos ou instalações que, com ou sem carácter de sazonalidade, revistam natureza precária, se destinem a exploração comercial e não constituam extensão ou ampliação do estabelecimento.

6 — Na renovação automática, não há lugar a liquidação e cobrança da taxa de apreciação, nas situações em que esteja prevista na tabela anexa para emissão das licenças e das autorizações iniciais.

7 — No caso de licenças ou de autorizações renováveis anualmente, o pagamento da taxa tem lugar durante:

- a) o mês de fevereiro para ocupação de ossários/columbários;
- b) o mês de março para publicidade e ocupação do domínio público municipal do ano a que respeita, sendo emitido o documento de liquidação, salvo se tiver sido comunicado por escrito aos serviços até 31 de dezembro do ano anterior que não se deseja a renovação.

8 — No caso de licenças ou de autorizações renováveis mensalmente, o pagamento deverá ter lugar até ao dia 10 do mês a que respeita, sendo emitido o documento de liquidação, salvo se tiver sido comunicado por escrito aos serviços durante o mês anterior que não se deseja a renovação.

9— O não pagamento da taxa devida dentro do prazo da renovação implica o pagamento de juros nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do presente regulamento, sendo aplicável igualmente o n.º 4 do mesmo artigo com as devidas adaptações.

Artigo 28.º

Averbamento de licenças

1 — Os pedidos de averbamento de licenças devem ser apresentados no prazo de um ano a contar da verificação dos factos que o justifiquem, sob pena de não poderem ser considerados e da aplicação do respetivo procedimento de contra-ordenação.

2 — Poderá ser autorizado o averbamento das licenças concedidas para a ocupação da via pública, instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água e de publicidade, desde que o pedido tenha a concordância dos titulares das licenças e os atos ou factos a que respeitem subsistam nas mesmas condições em que foram licenciados.

3 — Presume-se que as pessoas singulares ou colectivas que trespassem os seus estabelecimentos ou instalações, ou cedam a respectiva exploração, autorizam o averbamento das licenças de que sejam titulares a favor das pessoas a quem transmitiram os seus direitos.

4 — Excecionalmente, serão aceites pedidos de averbamentos fora do prazo fixado no n.º 1, mediante o pagamento do adicional de 20 % sobre a taxa respetiva.

Artigo 29.º

Atos de autorização automática

1 — Devem considerar-se automaticamente autorizados, mediante a simples exibição dos documentos indispensáveis à comprovação dos factos invocados, verificado o cumprimento das condições regulamentares e pagamento correspondente, os seguintes atos:

- a) Averbamento da transmissão da concessão de jazigos;
- b) O averbamento do trespasse de lojas exteriores do Mercado Municipal;
- c) O averbamento da transferência de propriedade de estabelecimentos de hotelaria ou similares por sucessão, trespasse, cessão de quotas, constituição de sociedade ou outros similares;
- d) O pedido de 2.ª via de licenças de ciclomotores;
- e) A inumação, exumação, cremação, transladação de cadáveres, tratamento de sepulturas e sinais funerários.

3 — O averbamento automático deverá considerar-se efetuado nas condições estabelecidas no despacho inicial que concedeu a licença.

4 — O disposto neste artigo não se aplica aos estabelecimentos a que se refere a alínea c) do n.º 1, quando os mesmos estejam integrados em loteamentos clandestinos.

CAPÍTULO VI

Do pagamento

Artigo 30.º

Pagamento

1 — Não pode ser praticado nenhum ato ou facto a ele sujeito sem prévio pagamento das respectivas taxas ou outras receitas municipais, salvo nos casos expressamente permitidos.

2 — O pagamento das taxas é efetuado em numerário, por cheque emitido à ordem do Município de Matosinhos, vale postal, transferência bancária, através da rede multibanco ou por outros meios previstos na lei.

3 — As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, nos casos e condições previstos na lei.

4 — As taxas inerentes às comunicações prévias e à apreciação do processo serão cobradas no momento da sua submissão através do Balcão do Empreendedor, ou apresentação do requerimento, respetivamente.

Artigo 31.º

Requisitos da dação em cumprimento ou pagamento

1 — Para pagamento das dívidas resultantes de taxas é aceite a dação em cumprimento pela entrega de bens móveis ou imóveis.

2 — Só serão aceites para dação em cumprimento ou pagamento bens cuja utilização se revele de interesse público ou social.

3 — À dação em cumprimento ou pagamento aplicam-se as regras previstas para a dação em pagamento no Código de Procedimento e Processo Tributário com as necessárias adaptações.

Artigo 32.º

Requisitos da compensação

1 — A compensação como forma de pagamento é admitida tendo por base a iniciativa do sujeito ativo ou do sujeito passivo da relação jurídico-tributária, sem prejuízo da avaliação do interesse público pela aceitação de tal forma de pagamento.

2 — As regras aplicáveis à compensação são as previstas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

Artigo 33.º

Pagamento por terceiro

1 — O pagamento das taxas pode ser efetuado pelo devedor ou por terceiro.

2 — O pagamento das taxas por terceiro não confere a este a titularidade dos processos, sendo necessário para tal solicitar a alteração da titularidade dos mesmos juntando os elementos que provem essa alteração.

Artigo 34.º

Pagamento em prestações

1 — A pedido do interessado, poderá ser autorizado pagamento das taxas em prestações mensais.

2 — O valor de cada prestação não pode ser inferior ao valor de uma Unidade de Conta no momento da autorização.

3 —. O fracionamento pode ser concedido até ao prazo de execução fixado no alvará, mediante apresentação de caução do valor em dívida.

4 — No pedido o requerente deve indicar a forma como se propõe efetuar o pagamento e os factos que fundamentam a proposta, fazendo-o instruir com todos os elementos suscetíveis de influenciarem a apreciação do seu mérito, incluindo plano de pagamento.

5 — O prazo de pagamento de cada uma das prestações é fixado na autorização a que alude o n.º 1, acrescendo ao respetivo valor os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação a cada uma das prestações até ao seu integral cumprimento.

6 — A falta de pagamento de qualquer das prestações no prazo fixado, importa o vencimento imediato das seguintes, extraindo-se de imediato certidão do título de cobrança relativa às prestações em falta, para efeitos de cobrança coerciva, nos termos previstos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 35.º

Decisão

1 - Compete à Câmara Municipal autorizar a dação em cumprimento mediante proposta devidamente fundamentada pelos serviços municipais.

2 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações assim como a compensação mediante proposta devidamente fundamentada pelos serviços municipais.

Artigo 36.º

Local de pagamento

As taxas e outras receitas municipais são pagas na tesouraria da Câmara Municipal ou nos postos de cobrança autorizados pelo órgão executivo, ou através de transferência bancária a favor de conta titulada em nome do Município, ou na rede multibanco caso tenha sido emitida referência bancária.

CAPÍTULO VII

Da extinção da obrigação

Artigo 37.º

Extinção da obrigação

1 — A obrigação, nomeadamente a tributária, resultante da aplicação do presente regulamento extingue-se:

- a) Pelo cumprimento da mesma;
- b) Por revogação, anulação, declaração de nulidade ou caducidade do facto gerador da correspondente obrigação;
- c) Por caducidade do direito de liquidação;
- d) Por prescrição da dívida;
- e) Por qualquer outra forma prevista na lei.

CAPÍTULO VIII

Das garantias

Artigo 38.º

Reclamação e impugnação da liquidação

- 1 — Os sujeitos passivos das taxas previstas neste regulamento podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação nos termos previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.
- 2 — A reclamação é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação, presumindo-se indeferida, para efeitos de impugnação judicial, se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 3 — Do indeferimento, tácito ou expresse, cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias contados do indeferimento.
- 4 — A impugnação judicial depende de prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.

CAPÍTULO IX

Da caducidade e da prescrição

Artigo 39.º

Caducidade

O direito de liquidar as taxas caduca se a sua liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 40.º

Prescrição

- 1 — As dívidas ao Município por taxas prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- 2 — A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- 3 — A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO X

Das disposições finais

Artigo 41.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente regulamento aplicar-se-á o disposto na Lei das Finanças Locais, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, na Lei Geral Tributária, no Código de Procedimento e de Processo Tributário e no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 42.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento, são revogados:

- a) O Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Matosinhos com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente.
- b) As normas previstas nos diversos regulamentos municipais na parte contrariada pelo presente regulamento.
- c) O artigo 10º do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Matosinhos, que define o impacto relevante.

Artigo 43.º

Norma transitória

Poderá ser aplicado o presente regulamento aos pedidos formulados em data anterior à sua entrada em vigor cujas taxas ainda não tenham sido pagas.

Artigo 44.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de Maio de 2010.

Anexo I — Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

Anexo II — Revogado

Anexo III — Fundamentação Económica -Financeira das Taxas Municipais

Anexo IV — Fundamentação das Isenções

Anexo V — Lista das zonas 1 e 2 previstas na Fórmula da TRIU e na Fórmula do Valor de Compensação

Anexo VI — Revogado

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Atividades Económicas		Mercados Municipais	
	TX001	Taxa pela emissão de cartão de utente de mercado municipal	7,36
		Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Angeiras (por mês)	
		Bancas:	
	TX002	1 a 7 (2,30 m2)	36,82
		Lojas :	
	TX003	1 (11,10 m2)	132,57
	TX004	2 (10,50 m2)	125,20
	TX005	3 e 4 (6,90 m2)	82,06
	TX006	5 (28,00 m2)	167,29
	TX007	6 (28,89 m2)	345,09
	TX008	7 (25,11 m2)	299,84
		Espaços de terrado :	
	TX009	1 a 40, 42 e 43 (3,24 m2)	32,62
	TX010	41 (3,78 m2)	37,87
		Armazéns :	
	TX011	1 a 8 (8,38 m2)	149,40
		Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Matosinhos (por mês)	
		Bancas :	
	TX012	1 a 72 (2 m2)	10,52
	TX013	73 a 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131 e 133 (4,32 m2)	21,05
	TX014	120, 122, 124, 126 (3,5 m2)	18,94
	TX015	128, 130, 132, 134 a 142 (2,5 m2)	10,52
		Lojas:	
	TX016	1 e 2 (8,3 m2)	19,99
	TX017	3 a 6 (9,1 m2)	22,09
	TX018	7 a 16 (11,7 m2)	27,35
	TX019	31 a 36 (13,1 m2)	30,51
	TX020	17 e 18 (16,1 m2)	37,87
	TX021	41 a 58 (16,6 m2)	38,92
	TX022	19 a 22 (18,6 m2)	43,14
	TX023	61 e 62 (20,2 m2)	47,35
	TX024	59 e 60 (24 m2)	52,60
	TX025	63 e 64 (25,7 m2)	57,87
	TX026	65 (32,7 m2)	72,07
	TX027	23 a 30 e 37 a 40 (36,2 m2)	78,91
		Espaços de terrado :	
	TX028	1, 2 e 3 (2 m2)	5,26
	TX029	4 (3 m2)	7,89
		Arrecadações :	
	TX030	1, 1A e 16	34,72
	TX031	2	15,78
	TX032	3	103,11
	TX033	4	77,33
	TX034	5	108,37
	TX035	6 a 8, 10 a 13	31,56
	TX036	9	56,81
	TX037	14	44,19
	TX038	15 e 15A	11,57
	TX039	17 e 19 a 22	18,41
	TX040	18	21,05
		Controlo metrológico de instrumentos de medição	
	TX042	Pela verificação dos instrumentos de medição são devidas as taxas constantes da tabela aprovada pelo Despacho n.º 18853/2008 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação do Ministério da Economia e da Inovação, de 03.07.2008, publicado no D.R. - II Série, de 15.07.2008.	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Atividades Económicas		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de guarda noturno	
	TX048	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	34,72
	TX049	Emissão ou renovação de licença de guarda noturno	17,89
		Taxas devidas pelo regime de exercício da atividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas e eletrónicas de diversão (por cada máquina)	
	TX055	Registo	210,42
	TX056	2ª Via do Título de Registo	73,65
	TX057	Averbamentos por Transferência de Propriedade	63,13
Atividades Culturais e Lazer		Taxas devidas pelo licenciamento da realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos	
	TX060	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	14,73
	TX061	Emissão de Licença para Espetáculos e Divertimentos Públicos	8,94
	TX062	Emissão de Licença para Espetáculos de Natureza Desportiva	8,94
		Taxas devidas pelo licenciamento do funcionamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos	
	TX063	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	25,25
		Emissão de licença de instalação e funcionamento de recintos:	
	TX064	a) itinerantes, por cada e por semana ou fração	33,67
	TX065	b) improvisados, por cada e por semana ou fração	27,35
		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de acampamentos ocasionais	
	TX066	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	61,02
	TX067	Emissão de Licença para a Realização de Acampamentos Ocasionalmente	17,89
		Bibliotecas Municipais	
	TX070	Taxa pela emissão de cartão de utente	0,00
	TX071	Taxa pela 2ª via do cartão de utente	1,05
		Ateliers e Festas de Aniversário	
		Inscrição em Ateliers Municipais	
	TX072	a) por dia, por pessoa	10,00
	TX073	b) por 1/2 dia, por pessoa	5,00
	TX074	c) lanche	2,00
	TX075	d) dormida	10,00
		e) transporte	
	TX076	i) até 15 Km	2,00
	TX077	ii) entre 15 Km e 100 Km	3,00
	TX078	iii) entre 100 Km e 200 Km	5,00
	TX079	iv) entre 200 Km e 300 Km	10,50
		Festas de Aniversário:	
	TX080	grupos até 15 crianças, por criança	5,00
	TX081	grupos com mais de 15 crianças, por criança	4,50
		Cine-Teatro Constantino Nery	
	TX082	Música Clássica, Dança, Cinema e Teatro, como preço mínimo (IVA incluído) (*)	7,50
	TX083	Café-Concerto, como preço mínimo (IVA incluído) (*)	7,50
	TX309	Música Clássica, Dança, Cinema, Teatro e Café-Concerto para crianças até aos 14 anos, estudantes e maiores de 65 anos	5,00
	TX313	Assinatura 6 espetáculos (excluindo Jazz, Outros Concertos e Festival de Teatro)	30,00
		Jazz e Outros Concertos (IVA incluído) (*):	
	TX084	Escalão 1	12,50
	TX314	Escalão 2	20,00
	TX315	Escalão 3	25,00
	TX316	Escalão 4	30,00
	TX317	Assinatura para Festival de Teatro	25,00
		(*) Desconto de 20% para compras superiores a 10 bilhetes	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Atividades Culturais e Lazer		Museu Quinta de Santiago	
	TX085	Entrada	1,00
	TX272	Visita Guiada, por pessoa (*) (**)	1,00
	TX273	Visita Especial, por pessoa (*) (**) (***)	2,00
	TX274	Visita à cascata Leceira, por pessoa (**)	1,00
	TX275	Cursos temáticos, por aluno, por aula (**)	2,00
	TX276	Salve Língua de Camões (**)	1,00
	TX277	Outras atividades, nomeadamente concertos, cinema e conferências, por pessoa, como preço mínimo (**)	5,00
		Isenção para o professor que acompanha um grupo de alunos, guias turísticos que acompanham grupo de turistas e jornalistas em serviço.	
		(*) Valor a acrescentar ao valor da Entrada no Museu	
		(**) Benefício de 50% de desconto com a apresentação do Cartão Jovem Municipal ou Cartão MATOSINHOSênior	
		(***) Desconto para grupos escolares: 1,00 € /aluno	
		Visitas guiadas ao Património Histórico/ Arquitetura Contemporânea *	
	TX086	a) por hora, por pessoa	5,00
		b) por hora, por grupo:	
	TX087	grupos de 10 a 15 pessoas	46,00
	TX088	grupos de 16 a 20 pessoas	77,00
		Isenção para o professor que acompanha um grupo de alunos, guias turísticos que acompanham grupo de turistas e jornalistas em serviço.	
		* Sujeito a prévia marcação; não inclui transporte	
		Cedência de utilização de espaços	
		Auditório da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Espaço Irene Vilar, Jardins do Museu Quinta de Santiago e Café Concerto Constantino Nery	
	TX089	i) dias úteis, por hora, das 8:00h às 20:00h	60,00
	TX090	ii) dias úteis, por hora, das 20:00h às 23:00h	100,00
	TX091	iii) sábados, domingos e feriados, por hora, das 8:00h às 20:00h	100,00
	TX092	iv) sábados, domingos e feriados, por hora, das 20:00h às 23:00h	130,00
		Sala Principal do Cine-Teatro Constantino Nery	
	TX093	i) por dia com equipamento	3 100,00
	TX094	ii) por dia sem equipamento	1 550,00
		Salão Nobre nos Paços do Concelho	
	TX095	i) dias úteis, por dia	510,00
	TX096	ii) dias úteis, por meio dia	255,00
	TX097	iii) sábados, domingos e feriados, por dia	620,00
	TX098	iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia	360,00
		Sala de Sessões Públicas nos Paços do Concelho	
	TX099	i) dias úteis, por dia	310,00
	TX100	ii) dias úteis, por meio dia	155,00
	TX101	iii) sábados, domingos e feriados, por dia	410,00
	TX102	iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia	230,00
		Sala dos Espelhos no Palacete Visconde Trevões	
	TX103	i) dias úteis, por dia	155,00
	TX104	ii) dias úteis, por meio dia	78,00
	TX105	iii) sábados, domingos e feriados, por dia	205,00
	TX106	iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia	103,00
	TX107	Apoio às iniciativas, por pessoa, por hora	6,20
		Sala das Artes S. Mamede de Infesta/Florbela Espanca e Sala Conto Florbela Espanca	
	TX291	i) dias úteis/h, das 8h às 20h	20,00
	TX292	ii) dias úteis/h das 20h às 22h	30,00
	TX293	iii) sábados/h, das 8h às 20h	30,00
	TX294	iv) sábados/h, das 20h às 22h	40,00
	TX295	v) domingos e feriados/h	50,00
	TX108	Cedência de utilização de palco por período de 10 dias ou fração, incluindo transporte, montagem e desmontagem	1 629,72

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Ambiente		Recolha de resíduos sólidos industriais e comerciais (por ano)	
		Recolha por cada dia de semana	
	TX109	i) 1º contentor (*)	1 377,58
	TX110	ii) cada contentor adicional (*)	1 264,99
	TX111	iii) 1º balde (*)	196,49
	TX112	iv) cada balde adicional (*)	180,56
		(*) A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor	
		Capacidade contentor: 800 litros; capacidade balde:110 litros	
		Tarifa de Recolha de Resíduos equiparados a domésticos (Grupo I e II), incluindo deposição na Central de Valorização Energética	
	TX300	por tonelada (*)	58,30
		(*) A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor	
		Remoção e recolha de veículos	
	TX113	Pela remoção e recolha de veículos são aplicadas as taxas constantes da Portaria n.º 1424/2001 de 13 de dezembro	
		Serviço Veterinário Municipal	
		1 - Recolha e captura de animais	
	TX114	a) Captura de animal na via pública quando reclamados pelo detentor ou identificados por via eletrónica	31,56
	TX115	b) Recolha de animal vivo a pedido do dono	15,78
	TX116	c) Recolha de cadáver de animal de companhia morto em casa do proprietário	5,26
	TX117	2 - Hospedagem e alimentação por animal e por dia ou fração	7,36
	TX118	3 - Entrega de animal	26,23
		Licença especial de ruído para o exercício de atividades ruidosas de caráter temporário	
	TX119	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	56,29
		Emissão de licença especial de ruído	
		1 - Dias úteis e por hora	
	TX120	a) entre as 8h e as 20h na proximidade escolas e hospitais	31,56
	TX121	b) das 20h às 23h	37,35
		c) das 23h às 8h:	
	TX122	1ª hora	49,97
	TX123	2ª hora	56,29
	TX124	3ª e seguintes	74,70
	TX125	2 - Sábados, domingos e feriados, por hora	49,97
		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de fogueiras e queimadas	
	TX126	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	10,52
	TX127	Emissão de Licença	17,89
		Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos	
		1 - Utentes Domésticos	
	TX128	a) Tarifa Fixa (por cada 30 dias)	2,7000
	TX129	b) Tarifa Variável (por m3 de água consumida)	0,4550
	TX310	c) Taxa de Gestão Resíduos (por m3 de água consumida)	0,0202
		2 - Comércio / Indústria / Estado / Outros	
	TX130	a) Tarifa Fixa (por cada 30 dias)	8,7750
	TX131	b) Tarifa Variável (por m3 de água consumida)	0,9100
	TX311	c) Taxa de Gestão Resíduos (por m3 de água consumida)	0,0202
		3 - Instituições / Associações, de declarada utilidade pública	
	TX132	a) Tarifa Fixa (por cada 30 dias)	2,7000
	TX133	b) Tarifa Variável (por m3 de água consumida)	0,4550
	TX312	c) Taxa de Gestão Resíduos (por m3 de água consumida)	0,0202
		Tarifa de Limpeza de Areais	
	TX278	por metro linear de costa por dia	0,17
		Tarifa decorrente da utilização de instalações sanitárias	
	TX308	por utilização	0,50

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Cemitérios		Inumação	
	TX134	a) em sepultura temporária	68,38
	TX135	b) em jazigo	75,75
		Serão gratuitas as inumações de indigentes	
		Cremação	
	TX136	a) cadáver (residentes ou naturais de Matosinhos)*	178,93
	TX137	b) cadáver (não residentes ou não naturais de Matosinhos) *	268,39
	TX138	c) ossadas, fetos mortos e peças anatómicas *	67,85
		(*) Inclui a deposição de cinzas no Jardim da Memória bem como a utilização por período máximo de 12 h a câmara frigorífica; o atraso face à hora marcada para a cremação, determina agravamento da taxa em 50%	
		Exumação e/ou Transladação	
	TX139	a) de sepultura temporária	71,54
	TX140	b) de jazigo	108,37
		Deposição de cinzas e/ou levantamento de cinzas/ossadas	
	TX141	a) em ossário ou columbário	36,82
	TX142	b) em jazigo	42,08
	TX301	c) no Jardim da Memória	11,66
		Columbários	
	TX143	Concessão de Columbário	47,35
	TX144	Ocupação de Columbário por ano (*)	10,00
	TX145	Averbamento Columbários Municipais	15,78
		(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos columbários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respetivas cinzas.	
		Ossários	
	TX146	Concessão de Ossários Municipais	55,76
	TX147	Ocupação de Ossários Municipais, por ano (*)	12,62
	TX148	Deposição de Ossadas em Ossários Municipais	36,82
	TX149	Averbamento Ossários Municipais	15,78
		(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos ossários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respetivas ossadas.	
		Jazigos	
	TX150	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	69,44
	TX151	Licença para construção/reparação de Jazigo	22,09
	TX152	Averbamento de Jazigos	50,51
		A transmissão por ato entre vivos dos direitos de concessionários de terrenos ou jazigos carece de autorização municipal.	
		Outros - Cemitérios	
	TX153	Utilização de Capela do Tanatório de Matosinhos por período de 24h	62,56
	TX154	Utilização de câmara frigorífica por período de 24 h	52,14
	TX302	Utilização da sala de tanatopraxia por período de 1 h	19,43

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Publicidade		Taxas devidas pelo licenciamento de publicidade em viaturas	
	TX155	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	30,51
	TX156	Emissão de Licença de publicidade própria em viaturas, por m2 e por ano	33,67
	TX157	Emissão de Licença de publicidade comercial em viaturas, por m2 e por mês (*)	33,67
	TX158	Renovação de Licença de veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade de publicidade, por m2 e por mês	30,51
	TX159	Averbamento de Licença de publicidade em viaturas	15,78
		A publicidade em viaturas que transitem por vários concelhos, apenas é licenciável pela autarquia do concelho onde se encontra sediada a empresa (**) A publicidade comercial em táxis está isenta até 31/12/2015	
		Taxas devidas por publicidade sonora	
	TX163	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	30,51
	TX164	Emissão de Licença relativa a publicidade sonora com aparelhos de rádio, televisão, altifalantes ou outros aparelhos sonoros, emitindo, com fins publicitários, na ou para a via pública, por mês	252,51
		Taxas devidas por publicidade em edifícios, andaimes e outras construções	
	TX165	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	69,44
		Emissão de Licença por ano:	
	TX166	a) Anúncios por m2 (até 4 m2)	22,09
	TX167	b) Anúncios por m2 (com mais de 4 m2)	43,66
	TX168	c) Lonas, tela, faixas, ou outros em edifícios por m2	37,87
	TX169	d) Lonas, tela, faixas, ou outros em andaimes ou vedações de obra ou de terrenos para construção por m2 (*)	37,87
	TX171	Averbamento de publicidade em edifícios, andaimes e outras construções	15,78
		*Isenção para promoção do próprio empreendimento; Isenções por 3 meses para publicidade comercial; só poderá beneficiar de uma única isenção para cada local	
		Taxas devidas por publicidade diversa	
	TX172	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	69,44
	TX173	Painéis publicitários (outdoors) por m2, por ano	152,56
	TX174	Painéis rotativos e anúncios electrónicos por m2, por ano	294,59
	TX175	Colunas, pórticos totens e outros similares, por m2 por ano	56,81
	TX176	Pendões, bandeiras, bandeiras e outros similares, por m2 por mês	65,24
	TX177	Cartazes a afixar nas vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes confinantes com a via pública por 15 m2	24,19
	TX178	Averbamento de licença de publicidade diversa	15,78
		Taxas devidas por campanhas publicitárias de rua	
	TX179	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	30,51
	TX180	Pedido de Emissão de Licença Distribuição de Impressos ou Produtos Publicitários por dia e por distribuidor	68,38

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Ocupação de Espaço Público		Taxas devidas pela Ocupação de Domínio Público Aéreo	
	TX181	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	51,55
	TX182	Toldos e similares não integrados nos edifícios, por m ² / ano	14,73
	TX183	Passarela e outras ocupações análogas (por m ² /ano)	29,46
	TX184	Outras ocupações do espaço aéreo - por m ³ e por ano	59,27
	TX185	Pedido de Averbamento de Licença de Toldos	15,78
		Taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo	
	TX186	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	43,67
		Depósitos – por metro cúbico e por mês	
	TX187	a) à superfície	27,35
	TX188	b) subterrâneos	10,52
	TX189	Tubos, condutas, cabos e semelhantes sem fins industriais por metro linear até 20 cm diâmetro por ano (*)	2,63
	TX190	Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais por metro linear até 20 cm diâmetro, por ano (**)	10,86
	TX191	Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais para abastecimento com produtos derivados do petróleo ou químicos, por metro linear e por ano	32,58
	TX192	Condutas subterrâneas de produtos petrolíferos e afins destinados à refinação ou a armazenagem, por metro linear, até 20 cm de diâmetro, e por ano (*)	326,16
	TX193	Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	1,63
	TX194	Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento não domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	2,11
	TX195	Pavilhões, quiosques e similares por m ² e por ano	59,44
	TX196	Recintos itinerantes ou improvisados nomeadamente circos e instalações análogas, pistas de automóveis, carroses e similares por m ² por mês	3,16
		Outras ocupações relacionadas com operações urbanísticas:	
	TX197	a) colocação de resguardos ou tapumes, por m ² , por mês (***)	7,89
	TX198	b) colocação de andaimes, por m ² , por semana (***)	7,89
		c) prorrogações de prazos para as licenças concedidas para ocupações relacionadas com as alíneas anteriores originam, para além do valor da licença, a cobrança de 20% da taxa de apreciação do processo	
	TX199	Outras ocupações que impliquem danificação no pavimento sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição - valas e outras, por 10 metros lineares, por 15 dias	31,56
	TX200	Outras construções ou instalações especiais no solo ou subsolo - por m ² e por ano	10,52
	TX201	Pedido de Averbamento de Licença de outros tipos Ocupação de Via Pública	15,78
		(*) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 15% do valor da taxa por metro linear/ano (**) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 5% do valor da taxa por metro linear/ano (***) As ocupações de via pública com resguardos ou tapumes e/ou andaimes estão isentas de pagamento de taxas de OEP, no caso da recuperação de imóveis degradados, para o período inicialmente previsto para a obra, depois de devidamente verificado e validado pelos serviços técnicos da autarquia	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Ocupação de Espaço Público		Taxas devidas por instalações abastecedoras e carburantes, ar e água	
	TX202	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	87,32
	TX203	Bombas ou aparelhos abastecedores de carburantes, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano (*)	867,99
	TX204	Bombas, aparelhos ou tomadas abastecedoras de ar ou água, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	108,37
	TX205	Bombas amovíveis ou fixas de mistura para motociclos instaladas ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	130,46
		(*) O trespasse das bombas fixas instaladas no espaço público carece de autorização municipal	
		Taxas devidas por ocupações diversas no solo	
	TX206	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	51,55
	TX207	Dispositivos destinados a anúncios ou reclamos por m2 ou linear, por ano	44,19
	TX208	Área de Esplanada (mesas, cadeiras, guarda-sóis e similares) por m2, por mês	0,00
	TX209	Pela colocação de equipamento não integrado em esplanada (grelhadores, arcas congeladoras, conservação de gelados, máquinas de gelados, bebidas, tabacos, ou outras) por m2, por ano	44,19
	TX210	Aparelhos de ar condicionado fixos no exterior de edifícios, com dimensão máxima de 0,2 m3, por ano (*)	44,19
		Veículos automóveis estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia:	
	TX211	a) ligeiros	55,76
	TX212	b) pesados	222,00
	TX213	Reboques e semi-reboques estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia	177,81
	TX214	Postos e marcos para suporte de fios, para colocação de anúncios publicitários ou outros, por cada, por ano	58,92
	TX215	Expositores ou vitrinas por m2 e por ano	44,19
		Rampas de acesso a edifícios, por cada 3 metros lineares, por ano:	
	TX216	a) destinados a habitação ou outros prédios/instalações não previstos na alínea b)	0,00
	TX217	b) afetos ao exercício de comércio, indústria ou serviços	56,29
	TX218	Outras ocupações de domínio público ou privado do município, não expressamente em alíneas anteriores, por m2 e por mês	14,82
	TX219	Pedido de Averbamento de Licença de ocupações diversas no solo	15,78
		(*) Por cada 0,2 m3 ou fração acresce 150% da taxa	
		Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP	
	TX220	Taxa a aprovar pelo órgão deliberativo até 31 de dezembro de cada ano para vigorar no ano seguinte, de acordo com o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro na sua atual redação	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Mobilidade		Taxas relacionadas com Ciclomotores, Motociclos e Veículos Agrícolas	
	TX223	Averbamento da Licença de Condução	2,63
	TX225	Emissão de 2ª Via de Licença de Condução	2,63
		Taxas devidas pelo licenciamento da atividade de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros (Táxis)	
		Licença de aluguer para veículos ligeiros (Táxi) - por veículo - a definir por concurso público	
	TX226	Emissão de 2ª Via de Licença de Táxi	48,40
	TX227	Averbamento de Licença de Táxi (titular ou veículo)	55,76
		Cartão de Residente	
	TX228	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de cartão de residente	10,52
	TX229	Emissão/Renovação do Cartão de Residente condicionado	22,62
	TX230	Emissão/Renovação do Cartão de Residente ilimitado	65,34
	TX231	Averbamento do Cartão de Residente	22,62
		Estacionamento	
	TX232	Lugares privativos (*) (**)	2 413,53
	TX233	Parcómetros (por hora, até à 2.ª hora). Se a ocupação se limitar a 15 minutos, não haverá lugar a qualquer pagamento (***)	0,65
	TX318	Parcómetros (por hora, a partir da 2.ª hora) (***)	1,51
		(*) A dimensão implícita do lugar é de 5m x 2m; qualquer acréscimo de área será repercutido proporcionalmente na taxa a aplicar	
		(**) Concessão tem caráter excecional, a aprovar pelo órgão executivo	
		(***) Valores a vigorar após início da concessão da gestão e exploração de lugares de estacionamento pago na via pública; até lá aplica-se, por hora, a TX233; O 1º incumprimento determina o pagamento do valor correspondente ao remanescente da hora em curso acrescido do valor correspondente à hora seguinte; ao 2º incumprimento corresponderá o dobro do valor relativo ao período máximo de estacionamento permitido (4 horas).	
Cidadania		Certificados de Registo de Cidadão da União Europeia	
	TX234	Pela emissão do certificado de registo de cidadão da união Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de outubro), 50% do valor constante no nº 1 do artº 3º da Portaria 1637/2006	
	TX235	Pela emissão em caso de extravio, roubo ou deterioração do certificado de registo de cidadão da União Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de outubro), 50% do valor constante no nº 2 do artº 3º da Portaria 1637/2006.	
Comissão Arbitral Municipal		Comissão Arbitral Municipal (CAM)	
	TX236	1 - Determinação do coeficiente de conservação	1 UC
	TX237	2 - Definição de obras necessárias para obtenção do nível de conservação superior	1/2 UC
	TX238	3 - Submissão de um litígio a decisão da CAM, no âmbito da respetiva competência decisória (*)	1 UC
		4 - As taxas previstas nos números 1 e 2 são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira	
		(*) É devida metade da taxa por cada uma das partes, sendo o pagamento efetuado pelo requerente juntamente com a apresentação do requerimento inicial e pelo requerido no momento da apresentação da defesa	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Prestação de Serviços e Concessão de documentos		Prestação de serviços e concessão de documentos	
		Fotocópias de documentos arquivados	
	TX239	a) não sendo autenticada (*)	4,21
	TX240	b) sendo autenticada (*)	7,36
		Fotocópias de outros documentos ou impressões (cada):	
	TX241	Formato A4 (**)	0,37
	TX242	Formato A3 (**)	0,42
		Fotocópias em regime de auto-serviço, impressões e digitalizações - Bibliotecas Municipais (cada):	
	TX279	Formato A4 a preto e branco (**)	0,17
	TX280	Formato A3 a preto e branco(**)	0,20
	TX281	Formato A4 a cores (**)	0,43
	TX282	Formato A3 a cores (**)	0,73
	TX283	Impressão em Braille	0,43
	TX284	Digitalização Formato A4/A3	0,32
		Fotocópias e Digitalizações - Arquivo Municipal (cada):	
	TX285	Fotografia digital de documento original (baixa resolução) (**)	0,85
	TX286	Fotografia digital de documento original (alta resolução) (**)	3,39
	TX287	Digitalização (imagens já digitalizadas) (**)	0,85
	TX288	Digitalização (imagem a digitalizar - baixa resolução) (**)	1,69
	TX289	Digitalização (imagem a digitalizar - alta resolução) (**)	3,39
	TX290	Desinfestação por anóxia de documentos e objetos em suporte papel, tecido e madeira, por m3 (****)	271,10
		Fornecimento de Plantas, por cada:	
		a) em papel	
	TX243	Formato A4	38,40
	TX244	Formato A3	39,98
	TX245	Formato A2	43,14
	TX246	Formato A1	47,87
	TX247	Formato A0	57,87
	TX248	b) em formato digital (DVD) (***)	13,60
		Fornecimento de Conjunto de Plantas para instrução de processos de Operações Urbanísticas, por cada	
		a) em papel	
	TX249	Formato A4	68,38
	TX250	Formato A3	72,07
	TX251	Formato A2	81,01
	TX252	Formato A1	95,74
	TX253	Formato A0	126,25
	TX254	b) em formato digital (DVD) (***)	19,99
	TX255	Termo de autenticação de documentos, por cada página	7,36
	TX256	Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade	5,26
	TX257	Fornecimento de 2ª Via de Documentos não especialmente contemplados nesta tabela	7,36
	TX258	Certidões de narrativa, por cada página, ainda que incompleta	11,05
	TX259	Alvarás não especialmente contemplados nesta tabela (cada)	23,14
	TX260	Vistorias não especialmente contemplados nesta tabela, ou não taxáveis por legislação especial	17,89
	TX261	Averbamentos diversos não especialmente previstos nesta tabela (cada)	15,78
	TX262	Junção de Elementos ao Processo	5,26
		(*) Pela 1ª lauda; acresce por cada lauda adicional o valor da TX241	
		(**) A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor quando não se tratar da reprodução de documentos administrativos que não está sujeita a IVA	
		(***) O fornecimento em pen implica o pagamento adicional de 7,00 € + IVA	
		(****) A máquina só funcionará com um mínimo de 3 m3	

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Prestação de Serviços e Concessão de documentos		Fornecimento de Cartografia	
	TX263	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção da informação	84,17
		Serviços prestados pela Polícia Municipal	
	TX264	1 - Taxa pela apreciação do processo	18,94
		2 - Atividades desportivas, culturais ou recreativas por hora e por agente:	
	TX265	a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	10,00
	TX266	b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	10,52
	TX267	c) Sábados, domingos e feriados - das 00h00 às 24h00	11,05
		3 - Particulares por hora e por agente:	
	TX268	a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	21,05
	TX269	b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	21,57
	TX270	c) Sábados, domingos e feriados - das 00h00 às 24h00	22,09
	TX271	4 - Viatura ligeira por km percorrido	0,42
Permissões Administrativas		Permissões Administrativas no âmbito da Diretiva de Serviços n.º 2006/123/CE quando não expressamente previstas nas outras áreas	
	TX303	Receção de Comunicação	7,77
	TX304	Receção de Mera Comunicação Prévia	14,57
	TX305	Taxa de Apreciação de Comunicação Prévia com Prazo	72,87
	TX306	Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	5,83
	TX307	Acesso Mediado ao Balcão Único Eletrónico e/ou outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	10,69

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Urbanismo		Gestão Urbanística	
	TU01	Taxa de Apreciação de pedido de informação prévia (PIP) e de pedido de manutenção de pressupostos de PIP	150,45
	TU02	Taxa de Apreciação de pedido de licença de: realização de operações urbanísticas exceto demolição e trabalhos de remodelação de terrenos; alteração e renovação	208,84
	TU03	Taxa de Apreciação de pedido de licença de instalação e alteração de armazenamento e de abastecimento de produtos derivados do petróleo e de Redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito	315,63
	TU04	Taxa da receção de processos de instalação do tipo B2 (produtos derivados de petróleo)	53,65
	TU05	Taxa de Apreciação de pedido de licença de trabalhos de remodelação de terrenos	111,52
	TU06	Taxa de Apreciação de pedido de licença de obras de demolição	127,30
	TU07	Taxa de Apreciação: de comunicação de averbamento (titularidade, técnico, empreiteiro, etc); de pedido de certidão de destaque de parcela; de pedido de atribuição de números de polícia.	27,35
	TU08	Taxa de Apreciação de pedido de apreciação de elementos juntos ao processo (não se aplica na sequência de notificação do Município no âmbito de audiência prévia ou junção de especialidades)	29,46
	TU09	Taxa de Apreciação de pedido de suspensão ou de continuidade de procedimento	30,51
	TU10	Taxa de emissão de certidão de comunicação prévia (RJUE): de realização de operações urbanísticas; de alteração e renovação; Taxa de Apreciação: licença especial para obras inacabadas; de pedido de Autorização (de atividades económicas)	183,59
	TU12	Taxa de Apreciação de pedido de certificação ou de alteração de certificação de propriedade horizontal	66,28
	TU13	Taxa de Apreciação de pedido de licença parcial de estruturas	65,76
	TU14	Taxa de Apreciação de pedido de instalação de antenas e operadores de telecomunicações, por unidade	178,86
	TU15	Taxa de Apreciação de pedido de emissão de alvará	36,82
	TU16	Taxa de Apreciação de pedido de prorrogação de prazo	24,73
	TU17	Taxa de Apreciação de pedido de pagamento em espécie ou fracionado (em prestações), pedido genérico, de redução de caução, de execução por fases	54,19
	TU18	Taxa de Apreciação de pedido de permissão: de escavação, de contenção periférica e de demolição.	53,13
	TU19	Taxa de Apreciação de pedido pela auditoria para atribuição de classificação de empreendimentos turísticos	129,41
	TU20	Taxa de Apreciação de pedido de vistoria, de receção de obras de urbanização	125,20
	TU21	Taxa de Apreciação de pedido de autorização de alteração de utilização	134,14
	TU22	Taxa de Apreciação de pedido de autorização de utilização	132,57
	TU23	Taxa de: receção de meras comunicações prévias; pedido de informação (artigo 110.º do RJUE)	34,19
	TU24	Taxa de selagem e desselagem de equipamentos industriais	137,30
	TU25	Taxa de pedido de inspeção e reinspeção de ascensores	116,78
	TU26	Taxa de instalação de antenas de operadores de telecomunicações, por unidade	3 556,10
	TU29	Taxa pela legalização voluntária de operações urbanísticas	148,27
	TU30	Taxa pela legalização oficiosa de operações urbanísticas exceto obras de conservação	331,72
	TU31	Taxa de Apreciação de pedido de licença simplificada: de instalação e de alteração de armazenamento e abastecimento de combustíveis	166,36
	TU32	Pedido de vistoria no âmbito do Decreto-Lei nº 267/2002 de 26 de novembro, na sua atual redação (combustíveis)	295,53

ANEXO I

Área	Código da Taxa	Descrição	Taxa Proposta 2017
Urbanismo	TU27	TRIU - Taxa pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-estruturas Urbanísticas:	
		PPI	25 248 479,70
		ATC	33 391 245,00
		L - Fator de Localização:	
		i) Zona Tipo 1 - Áreas com redução de encargos urbanísticos	0,90
		ii) Zona Tipo 2 - Outras Áreas	1,00
		U - Coeficiente do Uso:	
		i) Indústria e instalações pecuárias	0,10
		ii) Estacionamento	0,10
		iii) Equipamentos, serviços e comércio até 1000 m2 (A área de comércio é o somatório das áreas comerciais afetas à operação urbanística)	0,50
		iv) Habitação e outros	1,00
		v) Armazéns autômos e comércio com área superior a 1000 m2 inclusive (a área de comércio é o somatório das áreas comerciais afetas à operação urbanística)	1,20
		vi) Utilização não encerrada de edificação ou do solo, designadamente com terraços, varandas, escadas exteriores, piscinas e pavimentos de utilização privada	0,10
		H - Fator de Harmonização	26,45
		R - Fator de Reutilização	
		Ampliação sem aumento de volumetria e/ou alteração de uso na Zona Tipo 1	0,00
		Ampliação sem aumento de volumetria e/ou alteração de uso na Zona Tipo 2	0,50
		Outras Operações (independentemente da Zona)	1,00
	TU28	Compensação pelas não cedências:	
		V - Valor Base do Custo por m2 de Terreno no Concelho de Matosinhos	65,00
		Ci - Coeficiente de Impacto Gerado pela Operação Urbanística:	
		i) Zona Tipo 1	0,00
		ii) Zona Tipo 2	1,00
		iii) AUGI	0,01
		Fi - Fator de uso / função:	
		i) Atividades Económicas exceto Comércio e Armazéns Autônomos	0,50
		ii) Outros usos	1,00

Anexo III Fundamentação Económico-Financeira

1. Enquadramento

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RG TAL), que entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro de 2007, prevê que a aplicação das taxas municipais em vigor, a alteração do seu valor e a criação de novas das taxas deve passar subordinar -se à exigência de que os regulamentos a aprovar pelas autarquias locais contenham obrigatoriamente (Artigo 8.º, n.º 2, da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro):

- a) A indicação da base de incidência objectiva e subjectiva;
- b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar;
- c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local;
- d) As isenções e sua fundamentação;
- e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas;
- f) A admissibilidade do pagamento em prestações.

Segundo o disposto no artigo 3.º do RG TAL, as taxas municipais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei. Neste sentido, elas incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade dos municípios, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de actos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização colectiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da protecção civil;
- g) Pelas actividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas actividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i) A realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

O presente relatório visa cumprir o estipulado no artigo 8.º, n.º 2, do RG TAL quanto à fundamentação económico-financeira do valor das taxas previstas na Tabela de Taxas a adoptar em 2010 pela Câmara Municipal de Matosinhos. Para o efeito, considerou-se o disposto no n.º 1 do seu artigo 4.º, que consagra o *princípio da equivalência jurídica*.

De acordo com o referido princípio, o valor das taxas das autarquias locais é fixado tendo em conta o *princípio da proporcionalidade*, não devendo ultrapassar o custo da actividade pública local (o custo da contrapartida) ou o benefício auferido pelo particular. Considerou-se, igualmente, o postulado no n.º 2 do mesmo artigo, que prevê a possibilidade das taxas serem fixadas com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações, desde que respeitada a necessária proporcionalidade.

2. Bases teóricas da fundamentação e Metodologia dos trabalhos

O mundo académico não tem, infelizmente, dedicado muita da sua atenção ao estudo das finanças locais e muito menos ao da fundamentação económico-financeira das taxas e outras receitas municipais. De facto, o número de artigos e publicações sobre esta matéria, nomeada no nosso país, é extremamente diminuto.

Existe, contudo, uma enorme diversidade de tipologias de taxas municipais bem como dos critérios utilizados no cálculo das mesmas, seja porque, nuns casos, se utiliza o chamado custo da contrapartida, noutros o benefício, noutros o conceito de externalidades, e ainda um vasto leque de outros critérios

Ousamos, elencar, os grupos mais frequentes de tipos de taxas:

Administrativas - centram-se, sobretudo, em procedimentos administrativos. Habitualmente, o critério utilizado é o custo, geralmente o de contrapartida – o custo suportado pela autarquia para prestar ao cidadão determinado serviço – podendo aplicar-se coeficientes de incentivo ou desincentivo consoante se considere que a prática deve ser incentivada ou, caso contrário, desincentivada.

Urbanísticas – centram-se nas operações urbanísticas e que, frequentemente, designam-se por taxas de urbanização. Muitas das vezes, são acompanhadas por uma componente fixa – correspondente à apreciação do processo – e uma outra variável, normalmente associada ao benefício. Também a estas é habitual aplicar coeficientes de incentivo ou desincentivo.

Ocupação do espaço público - Existe, também, um terceiro grupo de taxas incidentes sobre a. Nesta tipologia encontramos essencialmente taxas por ocupações por mobiliário urbano, por equipamentos de concessionárias públicas, por instalações abastecedoras de carburantes líquidos, ar e água e por motivos de obras. Em regra, estas taxas têm como referencial o benefício, embora existam casos onde o referencial sejam as externalidades negativas ou o custo de oportunidade.

Ora, havia que encontrar uma fórmula capaz de fazer reflectir no valor final proposto para as taxas municipais o custo de contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

Neste espírito adoptou-se, para o Cálculo da Taxas Municipais a seguinte formula:

$$\text{Taxa Proposta} = TT * ID * (1 - CSS)$$

Em que *TT* é a chamada Taxa Teórica, *ID* o coeficiente de Incentivo ou Desincentivo e *CSS* o Custo Social Suportado pela autarquia.

O incentivo e desincentivo deverá resultar das opções políticas de incentivar ou desincentivar determinadas práticas. Assim, quando se pretende introduzir um factor de incentivo *ID* deverá assumir um valor inferior a 1, enquanto que quando o objectivo é desincentivar determinado acto *ID* deverá assumir um valor superior à unidade. Em situações neutras, *ID* deverá assumir o valor de 1, caso em que este factor terá um papel inócuo no cálculo do valor da respectiva taxa.

Nas situações em que as opções políticas passam por suportar o chamado custo social o valor de *CSS* deverá ser maior que zero, fazendo assim diminuir o valor da taxa a cobrar nessa proporção. Por defeito *CSS* assumirá o valor de zero, situação em que terá um papel inócuo no cálculo do valor da respectiva taxa.

No Cálculo da Taxa Teórica utilizou-se a seguinte fórmula:

$$TT = (CD+CI)*B$$

Em que *CD* corresponde ao Custo Directo pela prestação do serviço, *CI* corresponde ao custo indirecto com a prestação da mesma e *B* corresponde ao coeficiente de Benefício que auferirá o requerente pela detenção da respectiva licença.

B assume o valor superior a um 1 nos casos em que o benefício privado resulta da utilização do domínio público bem como quando benefício privado apresenta uma magnitude muito superior ao custo com a prestação do serviço que é contrapartida da taxa.

Juntando as duas ultimas equações podemos transformar a fórmula de cálculo do valor das taxas na seguinte fórmula

$$\text{Taxa Proposta} = [(CD+CI)*B]*ID*(1-CSS)$$

No cálculo dos custos directos (*CD*) utilizou-se a metodologia que se segue.

Com base nas tramitações processuais foram calculados os tempos padrão com cada uma das tarefas desempenhadas por cada interveniente nas mesmas.

Foram, igualmente, calculados os custos médios dos recursos humanos por categoria profissional e por unidade orgânica interveniente nas mesmas bem como todos os consumíveis nelas empregues.

Procedeu-se, conseqüentemente, à multiplicação do tempo padrão dispendido em cada etapa pelo valor médio dos recursos humanos empregues nas mesmas de modo a chegar ao Custo da Mão-de-obra Directa, independentemente de se tratar recursos de carácter administrativo, técnico, operacional, dirigente ou político.

Da soma dos valores de mão-de-obra directa e de consumíveis chegou-se, por fim, ao valor dos custos directos.

No cálculo dos custos indirectos (*CI*), entrou-se em linha de conta com os tempos padrão já referidos, imputando-se as amortizações (dos bens afectos a cada unidade orgânica), os encargos gerais de instalação (nomeadamente: água, electricidade, comunicações, segurança e seguros) na proporção da área ocupada por cada uma das unidades orgânicas intervenientes, e a mão-de-obra indirecta dos serviços considerados transversais a toda a organização (nomeadamente: Executivo Municipal, Gabinete de Tecnologias de Informação, Gabinete de Estudos Estratégicos, Gabinete de Auditoria e Qualidade, Departamento de Recursos Humanos, Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Tesouraria, Loja do Município).

Apresenta-se, seguidamente, a fundamentação mais pormenorizada, sobretudo quanto à utilização do factor de benefício, incentivo e desincentivo e custo social suportado das taxas municipais.

Actividades Económicas

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Mercados Municipais										
Taxa pela emissão de cartão de utente de mercado municipal	9,24	22,94	32,18	1,00	32,18	0,40	12,87	0,50	6,44	7,00
Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Anjeiras (por mês)										
Bancas:										
1 a 7 (2,30 m2)	0,78	81,64	82,42	1,00	82,42	0,50	41,21	0,15	35,03	35,00
Lojas:										
1 (11,10 m2)	3,76	206,23	209,99	1,00	209,99	0,60	126,00		126,00	126,00
2 (10,50 m2)	3,56	195,08	198,64	1,00	198,64	0,60	119,19		119,19	119,00
3 e 4 (6,90 m2)	2,34	128,20	130,54	1,00	130,54	0,60	78,32		78,32	78,00
5 (28,00 m2)	9,49	520,23	529,72	1,00	529,72	0,60	317,83	0,50	158,91	159,00
6 (28,89 m2)	9,79	536,76	546,55	1,00	546,55	0,60	327,93		327,93	328,00
7 (25,11 m2)	8,51	466,53	475,04	1,00	475,04	0,60	285,02		285,02	285,00
Espaços de terrado:										
1 a 40, 42 e 43 (3,24 m2)	1,10	60,20	61,30	1,00	61,30	0,50	30,65		30,65	31,00
41 (3,78 m2)	1,28	70,23	71,51	1,00	71,51	0,50	35,76		35,76	36,00
Armazéns:										
1 a 8 (8,38 m2)	2,84	155,60	158,44	1,00	158,44	0,90	142,60		142,60	142,00
Taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Matosinhos (por mês)										
Bancas:										
1 a 72 (2 m2)	0,32	30,46	30,78	1,00	30,78	0,50	15,39	0,35	10,00	10,00
73 a 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131 e 133 (4,32 m2)	0,70	44,06	44,76	1,00	44,76	0,50	22,38	0,10	20,14	20,00
120, 122, 124, 126 (3,5 m2)	0,56	35,56	36,13	1,00	36,13	0,50	18,06		18,06	18,00
128, 130, 132, 134 a 142 (2,5 m2)	0,41	25,50	25,90	1,00	25,90	0,50	12,95	0,20	10,36	10,00
Lojas:										
1 e 2 (8,3 m2)	1,34	84,65	85,99	1,00	85,99	0,50	43,00	0,55	19,35	19,00
3 a 6 (9,1 m2)	1,47	92,81	94,28	1,00	94,28	0,50	47,14	0,55	21,21	21,00
7 a 16 (11,7 m2)	1,90	119,32	121,22	1,00	121,22	0,50	60,61	0,57	26,06	26,00
31 a 36 (13,1 m2)	2,12	133,60	135,72	1,00	135,72	0,50	67,86	0,57	29,18	29,00
17 e 18 (16,1 m2)	2,61	164,20	166,80	1,00	166,80	0,50	83,40	0,57	35,86	36,00
41 a 58 (16,6 m2)	2,69	169,29	171,98	1,00	171,98	0,50	85,99	0,57	36,98	37,00
19 a 22 (18,6 m2)	3,01	189,69	192,71	1,00	192,71	0,50	96,35	0,57	41,43	41,00
61 e 62 (20,2 m2)	3,27	206,01	209,28	1,00	209,28	0,50	104,64	0,57	45,00	45,00
59 e 60 (24 m2)	3,89	244,76	248,65	1,00	248,65	0,50	124,33	0,60	49,73	50,00
63 e 64 (25,7 m2)	4,16	262,10	266,27	1,00	266,27	0,50	133,13	0,59	54,58	55,00
65 (32,7 m2)	0,00	333,49	333,49	1,00	333,49	0,50	166,75	0,59	68,37	68,50
23 a 30 e 37 a 40 (36,2 m2)	5,86	369,19	375,05	1,00	375,05	0,50	187,53	0,60	75,01	75,00
Espaços de terrado:										
1, 2 e 3 (2 m2)	0,32	20,40	20,72	1,00	20,72	0,50	10,36	0,50	5,18	5,00
4 (3 m2)	0,49	30,60	31,08	1,00	31,08	0,50	15,54	0,50	7,77	7,50
Arrecadações:										
1, 1A e 16	2,11	132,58	134,69	0,75	101,01	0,50	50,51	0,35	32,83	33,00
2	0,97	61,19	62,16	0,75	46,62	0,50	23,31	0,35	15,15	15,00
3	6,48	407,94	414,42	0,75	310,82	0,50	155,41	0,37	97,91	98,00
4	4,86	305,95	310,82	0,75	233,11	0,50	116,56	0,37	73,43	73,50
5	6,80	428,34	435,14	0,75	326,36	0,50	163,18	0,37	102,80	103,00
6 a 8, 10 a 13	1,94	122,38	124,33	0,75	93,24	0,50	46,62	0,35	30,30	30,00
9	3,56	224,37	227,93	0,75	170,95	0,50	85,47	0,37	53,85	54,00
14	2,75	173,37	176,13	0,75	132,10	0,50	66,05	0,37	41,61	42,00
15 e 15A	0,73	45,89	46,62	0,75	34,97	0,50	17,48	0,35	11,36	11,00
17 e 19 a 22	1,13	71,39	72,52	0,75	54,39	0,50	27,20	0,35	17,68	17,50
18	1,30	81,59	82,88	0,75	62,16	0,50	31,08	0,35	20,20	20,00
Controlo metroológico de instrumentos de medição										
Pela verificação dos instrumentos de medição são devidas as taxas constantes da tabela aprovada pelo Despacho n.º 18853/2008 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação do Ministério da economia e da Inovação, de 03.07.2008, publicado no D.R. - II Série, de 15.07.2008.	n.a.	n.a.	n.a.	-	-	-	n.a.		n.a.	
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de guarda-nocturno										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	10,61	22,33	32,94	1,00	32,94	1,00	32,94		32,94	33,00
Emissão ou renovação de Licença de Guarda-Nocturno	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	1,00	17,01		17,01	17,00
Taxas devidas pelo regime de exercício da actividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas e electrónicas de diversão (por cada máquina)										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	17,58	25,20	42,77	1,00	42,77	2,00	85,55		85,55	85,50
Registo	6,13	43,52	49,65	2,00	99,30	2,00	198,60		198,60	200,00
2ª Via do Título de Registo	12,71	33,21	45,92	1,00	45,92	1,50	68,88		68,88	70,00
Averbamentos por Transferência de Propriedade	16,89	43,52	60,41	1,00	60,41	1,00	60,41		60,41	60,00

Nesta tipologia encontram-se taxas muito diversas, pois se umas incidem sobre o licenciamento de actividades outras reflectem-se na cedência de espaços, controlo metroológico, licenciamento de eventos, entre outras.

Os valores superiores a 1 no coeficiente de benefício apresentados visam reflectir o facto de o benefício auferido pelo particular pela obtenção da respectiva licença ser de magnitude muito superior ao custo com a prestação do serviço que é contrapartida da taxa. Nesta situação encontram-se as taxas devidas pelo licenciamento de vendedores ambulantes de lotarias, de leilões em locais públicos e pelo registo e/ou renovação de licença de exploração de máquinas de diversão.

Verifica-se um verdadeiro incentivo às actividades relacionadas com os mercados municipais e um desincentivo à actividade de arrumador de automóveis e ao licenciamento de exploração de máquinas de diversão.

É nas taxas devidas pela cedência de espaços no Mercado de Matosinhos que o custo social suportado pela autarquia tem um peso mais acentuado.

Actividades Culturais e de Lazer

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Taxas devidas pelo licenciamento da realização de espectáculos desportivos e divertimentos públicos										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	16,11	39,51	55,62	1,00	55,62	0,25	13,90		13,90	14,00
Emissão de Licença para Espectáculos e Divertimentos Públicos	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	0,50	8,51		8,51	8,50
Emissão de Licença para Espectáculos de Natureza Desportiva	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	0,50	8,51		8,51	8,50
Taxas devidas pelo licenciamento do funcionamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	13,67	16,03	29,70	1,00	29,70	0,80	23,76		23,76	24,00
Emissão de licença de instalação e funcionamento de recintos:										
a) itinerantes, por cada e por semana ou fracção	55,79	50,97	106,76	1,00	106,76	0,30	32,03		32,03	32,00
b) improvisados, por cada e por semana ou fracção	44,79	42,38	87,16	1,00	87,16	0,30	26,15		26,15	26,00
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de acampamentos ocasionais										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	17,43	40,09	57,52	1,00	57,52	1,00	57,52		57,52	58,00
Emissão de Licença para a Realização de Acampamentos Ocasionais	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	1,00	17,01		17,01	17,00
Bibliotecas Municipais										
Taxa pela emissão de cartão de utente	9,24	22,94	32,18	1,00	32,18	0,40	12,87	1,00	0,00	0,00
Taxa pela 2ª via do cartão de utente	9,24	22,94	32,18	1,00	32,18	0,40	12,87	0,90	1,29	1,00
Ateliers e Festas de Aniversário										
Inscrição em Ateliers Municipais										
a) por dia, por pessoa					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
b) por 1/2 dia, por pessoa					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
c) lanche					2,00	1,00	2,00		2,00	2,00
d) dormida					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
e) transporte										
i) até 15 Km					2,00	1,00	2,00		2,00	2,00
ii) entre 15 Km e 100 Km					3,00	1,00	3,00		3,00	3,00
iii) entre 100 Km e 200 Km					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
iv) entre 200 Km e 300 Km					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
Festas de Aniversário:										
grupos até 15 crianças, por criança					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
grupos com mais de 15 crianças, por criança					4,50	1,00	4,50		4,50	4,50
Cine-Teatro Constantino Nery										
Música Clássica, Dança, Cinema e Teatro, como preço mínimo (IVA incluído) (*)					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
Café-Concerto, como preço mínimo (IVA incluído) (*)					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
Jazz e Outros Concertos, como preço mínimo (IVA incluído) (*)					10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
(*) Desconto de 20% para compras superiores a 10 bilhetes										
Museu Quinta de Santiago										
Entrada										1,00
Visitas guiadas ao Património Histórico/ Arquitetura Contemporânea *										
a) por hora, por pessoa					5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
b) por hora, por grupo:										
grupos de 10 a 15 pessoas					45,00	1,00	45,00		45,00	45,00
grupos de 16 a 20 pessoas					75,00	1,00	75,00		75,00	75,00
Isenção para o professor que acompanha um grupo de alunos, guias turísticos que acompanham grupo de turistas e jornalistas em serviço.										
* Sujeito a prévia marcação; não inclui transporte										
Cedência de utilização de espaços										
Auditório da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Espaço Irene Vilar e Jardins do Museu Quinta de Santiago										
i) dias úteis, por hora, das 8:00h às 20:00h					60,00	1,00	60,00		60,00	60,00
ii) dias úteis, por hora, das 20:00h às 23:00h					100,00	1,00	100,00		100,00	100,00
iii) sábados, domingos e feriados, por hora, das 8:00h às 20:00h					100,00	1,00	100,00		100,00	100,00
iv) sábados, domingos e feriados, por hora, das 20:00h às 23:00h					125,00	1,00	125,00		125,00	125,00
Sala Principal do Cine-Teatro Constantino Nery										
i) por dia com equipamento										5.000,00
ii) por dia sem equipamento										3.000,00
Salão Nobre nos Paços do Concelho										
i) dias úteis, por dia					500,00	1,00	500,00		500,00	500,00
ii) dias úteis, por meio dia					250,00	1,00	250,00		250,00	250,00
iii) sábados, domingos e feriados, por dia					600,00	1,00	600,00		600,00	600,00
iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia					350,00	1,00	350,00		350,00	350,00
Sala de Sessões Públicas nos Paços do Concelho										
i) dias úteis, por dia					300,00	1,00	300,00		300,00	300,00
ii) dias úteis, por meio dia					150,00	1,00	150,00		150,00	150,00
iii) sábados, domingos e feriados, por dia					400,00	1,00	400,00		400,00	400,00
iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia					225,00	1,00	225,00		225,00	225,00
Sala dos Espelhos no Palacete Visconde Trevões										
i) dias úteis, por dia					150,00	1,00	150,00		150,00	150,00
ii) dias úteis, por meio dia					75,00	1,00	75,00		75,00	75,00
iii) sábados, domingos e feriados, por dia					200,00	1,00	200,00		200,00	200,00
iv) sábados, domingos e feriados, por meio dia					100,00	1,00	100,00		100,00	100,00
Apoio às iniciativas, por pessoa, por hora	5,00	0,93	5,93	1,00	5,93	1,00	5,93		5,93	6,00
Cedência de utilização de palco por período de 10 dias ou fracção, incluindo transporte, montagem e desmontagem			0,00		1.515,79	1,00	1.515,79		1.515,79	1.515,00

Nesta área denota-se um claro incentivo à realização de espectáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre e o acesso às Bibliotecas municipais. O real intuito da autarquia é, para além de poder proporcionar aos munícipes a acessibilidade às actividades culturais e de lazer, dar

oportunidade à iniciativa privada de realização das mesmas. Daí a proposta de suportar o custo social de algumas taxas.

Ambiente

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Recolha de resíduos sólidos industriais e comerciais (por ano)										
Recolha por cada dia de semana										
i) 1º contentor (*)					1.297,00	1,00	1.297,00		1.297,00	1.297,00
ii) cada contentor adicional (*)					1.191,00	1,00	1.191,00		1.191,00	1.191,00
iii) 1º balde (*)					185,00	1,00	185,00		185,00	185,00
iv) cada balde adicional (*)					170,00	1,00	170,00		170,00	170,00
(*) A este valor acresce IVA à taxa legal em vigor										
Capacidade contentor: 800 litros; capacidade balde: 110 litros										
Remoção e recolha de veículos										
Pela remoção e recolha de veículos são aplicadas as taxas constantes da Portaria n.º 1424/2001 de 13 de Dezembro	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-
Serviço Veterinário Municipal										
1 - Recolha e captura de animais										
a) Captura de animal na via pública quando reclamados pelo detentor ou identificados por via electrónica			0,00		30,00	1,00	30,00		30,00	30,00
b) Recolha de animal vivo a pedido do dono			0,00		15,00	1,00	15,00		15,00	15,00
c) Recolha de cadáver de animal de companhia morto em casa do proprietário			0,00		5,00	1,00	5,00		5,00	5,00
2 - Hospedagem e alimentação por animal e por dia ou fracção			0,00		7,00	1,00	7,00		7,00	7,00
3 - Ocisão de animal			0,00		10,00	1,00	10,00		10,00	10,00
Licença especial de ruído para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	14,48	39,02	53,50	1,00	53,50	1,00	53,50		53,50	53,50
Emissão de licença especial de ruído										
1 - Dias úteis e por hora										
a) entre as 8h e as 20h na proximidade escolas e hospitais	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	1,25	29,74		29,74	30,00
b) das 20h às 23h	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	1,50	35,68		35,68	35,50
c) das 23h às 8h:									0,00	
1ª hora	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	2,00	47,58		47,58	47,50
2ª hora	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	2,25	53,52		53,52	53,50
3ª e seguintes	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	3,00	71,37		71,37	71,00
2 - Sábados, domingos e feriados, por hora	4,98	18,81	23,79	1,00	23,79	2,00	47,58		47,58	47,50
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de fogueiras e queimadas										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	10,61	22,33	32,94	1,00	32,94	0,30	9,88		9,88	10,00
Emissão de Licença	4,42	12,60	17,01	1,00	17,01	1,00	17,01		17,01	17,00
Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos										
1 - Utentes Domésticos										
a) Tarifa Fixa (por mês)					1,50	1,00	1,50		1,50	1,50
b) Tarifa Variável (por m³ de água consumida)					0,35	1,00	0,35		0,35	0,35
2 - Comércio / Indústria / Estado										
a) Tarifa Fixa (por mês)					7,00	1,00	7,00		7,00	7,00
b) Tarifa Variável (por m³ de água consumida)					0,50	1,00	0,50		0,50	0,50
3 - Instituições / Associações										
a) Tarifa Fixa (por mês)					1,50	1,00	1,50		1,50	1,50
b) Tarifa Variável (por m³ de água consumida)					0,35	1,00	0,35		0,35	0,35

Nesta área as grandes linhas orientadoras assentam em normas e disposições legais. Contudo, as preocupações da autarquia também se revelam preponderantes para o bem-estar social. Se, por um lado, há um crescente desincentivo para o exercício de actividades ruidosas que se prolonguem no período nocturno, por outro a actividade de fogueiras e queimadas é merecedora de um incentivo de modo a estimular que estas sejam devidamente licenciadas e controladas.

Cemitérios

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Inumação										
a) em sepultura temporária	40,14	25,20	65,34	1,00	65,34	1,00	65,34		65,34	65,00
b) em jazigo	46,36	25,20	71,55	1,00	71,55	1,00	71,55		71,55	72,00
Serão gratuitas as inumações de indigentes										
Cremação										
a) cadáver (residentes ou naturais de Matosinhos)*	661,39	25,20	686,59	1,00	686,59	1,00	686,59	0,50	343,29	275,00
b) cadáver (não residentes ou não naturais de Matosinhos) *	661,39	25,20	686,59	1,00	686,59	1,00	686,59	0,35	446,28	400,00
c) ossada, fetos mortos e peças anatómicas *	465,66	25,20	490,86	1,00	490,86	1,00	490,86	0,80	98,17	98,00
(*) Inclui a deposição de cinzas no Jardim da Memória bem como a utilização por período máximo de 12 h a câmara frigorífica; o atraso face à hora marcada para a cremação, determina agravamento da taxa em 50%										
Exumação e/ou Transladação										
a) de sepultura temporária	50,58	46,38	96,97	1,00	96,97	1,00	96,97	0,30	67,88	68,00
b) de jazigo	56,80	46,38	103,18	1,00	103,18	1,00	103,18		103,18	103,00
Deposição de cinzas e/ou levantamento de cinzas/ossadas										
a) em ossário ou columbário	9,99	25,20	35,19	1,00	35,19	1,00	35,19		35,19	35,00
b) em jazigo	15,17	25,20	40,37	1,00	40,37	1,00	40,37		40,37	40,00
Columbários										
Concessão de Columbário	23,61	21,76	45,37	1,00	45,37	1,00	45,37		45,37	45,00
Ocupação de Columbário por ano (*)	0,00	3,10	3,10	1,00	3,10	3,00	9,30		9,30	9,50
Averbamento Columbários Municipais	9,03	21,76	30,79	1,00	30,79	1,00	30,79	0,50	15,39	15,00
(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos columbários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respectivas cinzas.										
Ossários							0,00			
Concessão de Ossários Municipais	31,00	21,76	52,76	1,00	52,76	1,00	52,76		52,76	53,00
Ocupação de Ossários Municipais, por ano (*)	0,00	3,98	3,98	1,00	3,98	3,00	11,93		11,93	12,00
Deposição de Ossadas em Ossários Municipais	9,99	25,20	35,19	1,00	35,19	1,00	35,19		35,19	35,00
Averbamento Ossários Municipais	9,03	21,76	30,79	1,00	30,79	1,00	30,79	0,50	15,39	15,00
(*) Decorridos 2 anos consecutivos sem pagamento das taxas devidas pela ocupação dos ossários, serão estes considerados abandonados procedendo os serviços à remoção das respectivas ossadas.										
Jazigos										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	20,73	45,24	65,97	1,00	65,97	1,00	65,97		65,97	66,00
Licença para construção/reparação de Jazigo	5,27	15,46	20,73	1,00	20,73	1,00	20,73		20,73	21,00
Averbamento de Jazigos	17,32	46,38	63,71	1,00	63,71	0,75	47,78		47,78	48,00
A transmissão por acto entre vivos dos direitos de concessionários de terrenos ou jazigos carece de autorização municipal.										
Outros - Cemitérios										
Utilização de Capela do Tanatório de Matosinhos por período de 24h			0,00		60,00	1,00	60,00		60,00	60,00
Utilização de câmara frigorífica por período de 24 h					49,50	1,00	49,50		49,50	50,00

Nas taxas referentes a ocupações de espaços em cemitérios municipais, entrou-se em linha de conta com o valor do solo, considerando uma vida útil de 80 anos para efeitos do cálculo da amortização anual. Importa referir que as mesmas seguem frequentemente como referencial o custo. No entanto, perante a análise da situação actual dos cemitérios municipais, verifica-se que há uma escassa disponibilidade de ossários e de columbários, tornando-se assim necessário utilizar um factor de desincentivo ao seu licenciamento. Por outro lado, incentiva-se as taxas referentes ao averbamento de jazigos com o intuito de estimular a prática de legalização e actualização dos mesmos.

Propõe-se, ainda, a existência de um custo social assumido pela autarquia nas taxas alusivas à cremação, exumação e/ou transladação de sepultura temporária e averbamentos de ossários e columbários municipais sobretudo para residentes e naturais do concelho de Matosinhos.

Publicidade

Código da Taxa	Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)Incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
	Taxas devidas pelo licenciamento de publicidade em viaturas										
TX155	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX156	Emissão de Licença de publicidade própria em viaturas, por m2 e por ano	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	1,00	32,39		32,39	32,00
TX157	Emissão de Licença de publicidade comercial em viaturas, por m2 e por mês (*)	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	1,00	32,39		32,39	32,00
TX158	Renovação de Licença de veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade de publicidade, por m2 e por mês	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	0,90	29,15		29,15	29,00
TX159	Averbamento de Licença de publicidade em viaturas	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	A publicidade em viaturas que transitam por vários concelhos, apenas é licenciável pela autarquia do concelho onde se encontra sediada a empresa (**). A publicidade comercial em táxis está isenta até 31/12/2015										
	Taxas devidas pelo licenciamento de publicidade em toldos - Revogado										
TX160	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX161	Emissão de Licença de publicidade em toldos por m2 e por ano	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	1,00	32,39		32,39	32,00
TX162	Averbamento de Licença de publicidade em toldos	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	Taxas devidas por publicidade sonora										
TX163	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX164	Emissão de Licença relativa a publicidade sonora com aparelhos de rádio, televisão, altifalantes ou outros aparelhos sonoros, emitindo, com fins publicitários, na ou para a via pública, por mês	6,13	15,46	21,59	3,00	64,77	3,70	239,66		239,66	240,00
	Taxas devidas por publicidade em edifícios, andaimes e outras construções										
TX165	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	21,15	45,24	66,39	1,00	66,39	1,00	66,39		66,39	66,00
	Emissão de Licença por ano:										
TX166	a) Anúncios por m2 (até 4 m2)	5,27	15,46	20,73	1,25	25,92	0,80	20,73		20,73	21,00
TX167	b) Anúncios por m2 (com mais de 4 m2)	5,27	15,46	20,73	2,00	41,47	1,00	41,47		41,47	41,50
TX168	c) Lonas, tela, faixas, ou outros em edifícios por m2	5,27	15,46	20,73	1,75	36,28	1,00	36,28		36,28	36,00
TX169	d) Lonas, tela, faixas, ou outros em andaimes ou vedações de obra ou de terrenos para construção por m2 (*)	5,27	15,46	20,73	1,75	36,28	1,00	36,28		36,28	36,00
TX171	Averbamento de publicidade em edifícios, andaimes e outras construções	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	*Isenção para promoção do próprio empreendimento; Isenções por 3 meses para publicidade comercial; só poderá beneficiar de uma única isenção para cada local										
	Taxas devidas por publicidade diversa										
TX172	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	21,15	45,24	66,39	1,00	66,39	1,00	66,39		66,39	66,00
TX173	Painéis publicitários (outdoors) por m2, por ano	5,27	15,46	20,73	3,50	72,57	2,00	145,14		145,14	145,00
TX174	Painéis rotativos e anúncios electrónicos por m2, por ano	5,27	15,46	20,73	4,50	93,30	3,00	279,91		279,91	280,00
TX175	Colunas, pórticos totens e outros similares, por m2 por ano	5,27	15,46	20,73	1,75	36,28	1,50	54,43		54,43	54,00
TX176	Pendões, bandeiras, bandeiras e outros similares, por m2 por mês	5,27	15,46	20,73	1,50	31,10	2,00	62,20		62,20	62,00
TX177	Cartazes a afixar nas vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes confinantes com a via pública por 15 m2	5,27	15,46	20,73	1,10	22,81	1,00	22,81		22,81	23,00
TX178	Averbamento de licença de publicidade diversa	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
	Taxas devidas por campanhas publicitárias de rua										
TX179	Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	8,29	20,62	28,90	1,00	28,90	1,00	28,90		28,90	29,00
TX180	Pedido de Emissão de Licença Distribuição de Impressos ou Produtos Publicitários por dia e por distribuidor	6,13	15,46	21,59	1,50	32,39	2,00	64,77		64,77	65,00

Quanto às taxas de publicidade, embora não seja possível quantificar o acréscimo para a rentabilidade do negócio de cada requerente, é notória a magnitude do benefício privado bastante superior ao custo da contrapartida do serviço. Quanto maior for a dimensão do suporte publicitário utilizado, maior será, em princípio, o benefício auferido. Utilizou-se para o coeficiente de benefício valores compatíveis com os que se encontram na literatura económica.

Com o intuito de diminuir a chamada “poluição visual” propõe-se um factor de desincentivo para a publicidade em painéis rotativos, colunas, pórticos, totens, pendões, bandeiras, bandeiras e distribuição de Impressos ou produtos publicitários. Pelo contrário, incentivam-se os averbamentos das licenças, bem como a utilização da publicidade até 2 m² e em montras por se considerar um estímulo à actividade sobretudo do pequeno comércio serviços. Optou-se, ainda, por incentivar a publicidade em andaimes, vedações de obra ou de terrenos para construção isentando-a por 3 meses para publicidade comercial ou indefinidamente para promoção do próprio empreendimento.

Ocupação de Domínio Público

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Taxas devidas pela Ocupação de Domínio Público Aéreo										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	12,61	36,65	49,26	1,00	49,26	1,00	49,26		49,26	49,00
Toldos e similares não integrados nos edifícios, por m2 / ano	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	0,50	14,09		14,09	14,00
Passarela e outras ocupações análogas (por m2/ano)	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,00	28,17		28,17	28,00
Outras ocupações do espaço aéreo - por m3 e por ano	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,00	28,17		28,17	28,00
Pedido de Averbamento de Licença de Toldos	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
Taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	26,12	15,40	41,53	1,00	41,53	1,00	41,53		41,53	41,50
Depósitos – por metro cúbico e por mês										
a) à superfície	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	2,50	25,81		25,81	26,00
b) subterrâneos	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	1,00	10,32		10,32	10,00
Tubos, condutas, cabos e semelhantes sem fins industriais por metro linear até 20 cm diâmetro por ano (*)	2,93	7,39	10,32	0,50	5,16	0,50	2,58		2,58	2,50
Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais por metro linear até 20 cm diâmetro, por ano (**)	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	1,00	10,32		10,32	46,50
Tubos, condutas, cabos e semelhantes com fins industriais ou comerciais para abastecimento com produtos derivados do petróleo ou químicos, por metro linear e por ano	2,93	7,39	10,32	10,00	103,22	0,30	30,97		30,97	103,00
Condutas subterrâneas de produtos petrolíferos e afins destinados à refinação ou a armazenagem, por metro linear, até 20 cm de diâmetro, e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	10,00	103,22	3,00	309,67		309,67	310,00
Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	0,15	1,55		1,55	1,55
Tubos, condutas, cabos e semelhantes de abastecimento não domiciliário de gás, por metro linear até 20 cm de diâmetro e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	1,30	13,42	0,15	2,01		2,01	2,00
Pavilhões, quiosques e similares por m2 e por ano	6,99	21,19	28,17	2,00	56,35	1,00	56,35		56,35	56,50
Recintos itinerantes ou improvisados nomeadamente circos e instalações análogas, pistas de automóveis, carrosseis e similares por m2 por mês	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	0,10	2,82		2,82	3,00
Outras ocupações relacionadas com operações urbanísticas:										
a) colocação de resguardos ou tapumes, por m2, por mês (***)	5,26	19,72	24,98	1,00	24,98	0,30	7,49		7,49	7,50
b) colocação de andaimes, por m2, por semana (***)	5,26	19,72	24,98	1,00	24,98	0,30	7,49		7,49	7,50
c) prorrogações de prazos para as licenças concedidas para ocupações relacionadas com as alíneas anteriores originam, para além do valor da licença, a cobrança de 20% da taxa de apreciação do processo										
Outras ocupações que impliquem danificação no pavimento sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição - valas e outras, por metro linear, por 15 dias	22,30	7,39	29,69	1,00	29,69	1,00	29,69		29,69	30,00
Outras construções ou instalações especiais no solo ou subsolo - por m2 e por ano	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	1,00	10,32		10,32	10,00
Pedido de Averbamento de Licença de outros tipos Ocupação de Via Pública	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
(*) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 15% do valor da taxa por metro linear/ano										
(**) Por cada 5 cm de diâmetro adicional, acresce 5% do valor da taxa por metro linear/ano										
(***) As ocupações de via pública com resguardos ou tapumes e/ou andaimes estão isentas de pagamento de taxas de OEP, no caso da recuperação de imóveis degradados, para o período inicialmente previsto para a obra, depois de devidamente verificado e validado pelos serviços técnicos da autarquia										
Taxas devidas por instalações abastecedoras e carburantes, ar e água										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	26,12	15,40	41,53	1,00	41,53	2,00	83,05		83,05	83,00
Bombas ou aparelhos abastecedores de carburantes, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano (*)	2,93	7,39	10,32	8,00	82,58	10,00	825,79		825,79	825,00
Bombas, aparelhos ou tomadas abastecedoras de ar ou água, instalados ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	2,93	7,39	10,32	1,00	10,32	10,00	103,22		103,22	103,00
Bombas amovíveis ou fixas de mistura para motociclos instaladas ou abastecendo no espaço público – por cada e por ano	2,93	7,39	10,32	4,00	41,29	3,00	123,87		123,87	124,00
(*) O trespasse das bombas fixas instaladas no espaço público carece de autorização municipal										
Taxas devidas por ocupações diversas no solo										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de licença	12,61	36,65	49,26	1,00	49,26	1,00	49,26		49,26	49,00
Dispositivos destinados a anúncios ou reclamos por m2 ou linear, por ano	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	1,00	42,26		42,26	42,00
Área de Esplanada (mesas, cadeiras, guarda-sóis e similares) por m2, por mês	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	0,00	0,00		0,00	0,00
Pela colocação de equipamento não integrado em esplanada (grelhadores, arcas congeladoras, conservação de gelados, máquinas de gelados, bebidas, tabacos, ou outras) por m2, por ano	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	1,00	42,26		42,26	42,00
Aparelhos de ar condicionado fixos no exterior de edifícios, com dimensão máxima de 0,2 m3, por ano (*)	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,50	42,26		42,26	42,00
Veículos automóveis estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia:										
a) ligeiros	6,99	21,19	28,17	1,25	35,22	1,50	52,83		52,83	53,00
b) pesados	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	5,00	211,31		211,31	211,00
Reboques e semi-reboques estacionados para exercício de comércio e indústria, por dia	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	4,00	169,04		169,04	169,00
Postos e marcos para suporte de fios, para colocação de anúncios publicitários ou outros, por cada, por ano	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	2,00	56,35		56,35	56,00
Expositores ou vitrinas por m2 e por ano	6,99	21,19	28,17	1,50	42,26	1,00	42,26		42,26	42,00
Rampas de acesso a edifícios, por cada 3 metros lineares, por ano:										
a) destinados a habitação ou outros prédios/instalações não previstos na	5,22	18,48	23,70	1,50	35,55	0,00	0,00		0,00	0,00
b) afectos ao exercício de comércio, indústria ou serviços	5,22	18,48	23,70	2,25	53,33	1,00	53,33		53,33	53,50
Outras ocupações de domínio público ou privado do município, não expressamente em alíneas anteriores, por m2 e por mês	6,99	21,19	28,17	1,00	28,17	1,00	28,17		28,17	28,00
Pedido de Averbamento de Licença de ocupações diversas no solo	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
(*) Por cada 0,2 m3 ou fracção acresce 150% da taxa										
Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP										
Taxa a aprovar pelo órgão deliberativo até 31 de dezembro de cada ano para vigorar no ano seguinte, de acordo com o n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º5/2004 de 10 de fevereiro	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-

Por norma, as taxas de ocupação de domínio público têm como referencial o benefício do requerente, todavia podem existir casos em que o referencial seja externalidades negativas, e na presença destas, o custo de oportunidade social de um bem ou serviço difere do custo de oportunidade privado.

Assim, verificam-se coeficientes de benefícios bastante elevados para as taxas de licenciamento de antenas de operadores de telecomunicações, com impacto e instaladas no domínio público, taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo com fins industriais e destinados à refinação ou a armazenagem, bombas ou aparelhos abastecedores de carburantes, instalados ou abastecendo na via pública, bombas amovíveis ou fixas de mistura para motocicletas instaladas ou abastecendo na via pública, entre outras.

Propõe-se associar o factor de incentivo aos averbamentos das licenças, dado que tal pode contribuir para a actualização e acompanhamento administrativo da licença, bem como à ocupação de domínio público aéreo com toldos e similares não integrados nos edifícios, e construções ou instalações especiais no solo ou subsolo, nomeadamente, sem fins industriais e de abastecimento de gás. Incentivam-se, igualmente, os recintos itinerantes e improvisados e outras ocupações relacionadas com operações urbanísticas.

O factor de desincentivo propõe-se aplicar às taxas devidas por instalações abastecedoras e carburantes, às taxas devidas por construções ou instalações especiais no solo ou subsolo, depósitos à superfície e às condutas subterrâneas de produtos petrolíferos e afins destinados à refinação ou a armazenagem. Desincentivam-se, ainda, as ocupações diversas no solo, nomeadamente, aparelhos de ar condicionado fixos no exterior de edifícios, veículos automóveis, reboques e semi-reboques estacionados para exercício de comércio e indústria, e postos e marcos para suporte de fios e para colocação de anúncios publicitários ou outros.

Mobilidade

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Taxas relacionadas com Ciclomotores, Motociclos e Veículos Agrícolas										
Averbamento da Licença de Condução	13,27	34,93	48,20	1,00	48,20	1,00	48,20	0,95	2,41	2,50
Troca da Licença de Condução de Ciclomotor do Modelo Comunitário	13,27	34,93	48,20	1,00	48,20	1,00	48,20	0,95	2,41	2,50
Emissão de 2ª Via de Licença de Condução	13,21	33,21	46,42	1,00	46,42	1,00	46,42	0,95	2,32	2,50
Taxas devidas pelo licenciamento da actividade de transporte público de aluguer em veículos ligeiros de passageiros (Táxis)										
Licença de aluguer para veículos ligeiros (Táxi) - por veículo - a definir por	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-
Emissão de 2ª Via de Licença de Táxi	13,21	33,21	46,42	1,00	46,42	1,00	46,42		46,42	46,00
Averbamento de Licença de Táxi (titular ou veículo)	15,17	37,79	52,97	1,00	52,97	1,00	52,97		52,97	53,00
Cartão de Residente										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção de cartão de residente	13,62	26,91	40,53	1,00	40,53	1,00	40,53	0,75	10,13	10,00
Emissão/Renovação do Cartão de Residente condicionado	7,76	13,74	21,50	1,00	21,50	1,00	21,50		21,50	21,50
Emissão/Renovação do Cartão de Residente ilimitado	7,76	13,74	21,50	12,00	258,03	1,00	258,03		258,03	258,00
Averbamento do Cartão de Residente	7,76	13,74	21,50	1,00	21,50	1,00	21,50		21,50	21,50
Estacionamento										
Lugares privativos (*) (**)	764,49	0,00	764,49	3,00	2.293,47	1,00	2.293,47		2.293,47	2.294,00
Parcómetros (por hora)	0,21	0,00	0,21	3,00	0,62	1,00	0,62		0,62	0,60
(*) A dimensão implícita do lugar é de 5m x 2m; qualquer acréscimo de área será repercutido proporcionalmente na taxa a aplicar										
(**) Concessão tem caráter excepcional, a aprovar pelo órgão executivo										

Nesta tipologia o único factor adicional introduzido é o custo social suportado pela autarquia no que concerne com as taxas relacionadas com ciclomotores, motociclos e veículos agrícolas e na apreciação do processo com vista à obtenção do cartão de residente. As restantes taxas reflectem, apenas, o custo de contrapartida.

Cidadania

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coeficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Certificados de Registo de Cidadão da União Europeia										
Pela emissão do certificado de registo de cidadão da união Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de Outubro)	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-
Pela emissão em caso de extravio, roubo ou deterioração do certificado de registo de cidadão da União Europeia (em conformidade com a Portaria 1637/2006 de 17 de Outubro).	n.a.	n.a.	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-	n.a.	-

Comissão Arbitral Municipal

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Comissão Arbitral Municipal (CAM)										
1 - Determinação do coeficiente de conservação					1 UC		1 UC		1 UC	1 UC
2 - Definição de obras necessárias para obtenção do nível de conservação superior					1/2 UC		1/2 UC		1/2 UC	1/2 UC
3 - Submissão de um litígio a decisão da CAM, no âmbito da respectiva competência decisória (*)					1 UC		1 UC		1 UC	1 UC
4 - As taxas previstas nos números 1 e 2 são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira										
(*) É devida metade da taxa por cada uma das partes, sendo o pagamento efectuado pelo requerente juntamente com a apresentação do requerimento inicial e pelo requerido no momento da apresentação da defesa										

Prestação de Serviços e Concessão de documentos

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Prestação de serviços e concessão de documentos										
Fotocópias de documentos arquivados										
a) não sendo autenticada (*)	2,73	1,27	4,00	1,00	4,00	1,00	4,00		4,00	4,00
b) sendo autenticada (*)	4,91	2,24	7,15	1,00	7,15	1,00	7,15		7,15	7,00
Fotocópias de outros documentos ou impressões (cada):										
Formato A4 (**)	0,17	0,19	0,35	1,00	0,35	1,00	0,35		0,35	0,35
Formato A3 (**)	0,21	0,19	0,39	1,00	0,39	1,00	0,39		0,39	0,40
Fornecimento de Plantas, por cada:										
a) em papel										
Formato A4	1,98	10,18	12,16	1,00	12,16	3,00	36,48		36,48	36,50
Formato A3	2,38	10,18	12,56	1,00	12,56	3,00	37,68		37,68	38,00
Formato A2	3,18	10,39	13,57	1,00	13,57	3,00	40,72		40,72	41,00
Formato A1	4,78	10,39	15,17	1,00	15,17	3,00	45,52		45,52	45,50
Formato A0	7,98	10,39	18,37	1,00	18,37	3,00	55,12		55,12	55,00
b) em formato digital (DVD) (***)	2,78	10,18	12,96	1,00	12,96	1,00	12,96		12,96	13,00
Fornecimento de Conjunto de Plantas para instrução de processos de Operações Urbanísticas, por cada										
a) em papel										
Formato A4	6,37	15,27	21,64	1,00	21,64	3,00	64,92		64,92	65,00
Formato A3	7,57	15,27	22,84	1,00	22,84	3,00	68,52		68,52	68,50
Formato A2	9,97	15,59	25,56	1,00	25,56	3,00	76,68		76,68	77,00
Formato A1	14,77	15,59	30,36	1,00	30,36	3,00	91,08		91,08	91,00
Formato A0	24,37	15,59	39,96	1,00	39,96	3,00	119,88		119,88	120,00
b) em formato digital (DVD) (***)	3,57	15,27	18,84	1,00	18,84	1,00	18,84		18,84	19,00
Termo de autenticação de documentos, por cada página	4,95	2,24	7,19	1,00	7,19	1,00	7,19		7,19	7,00
Termo de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade	3,43	1,27	4,70	1,00	4,70	1,00	4,70		4,70	5,00
Fornecimento de 2ª Via de Documentos não especialmente contemplados nesta tabela	4,95	2,24	7,19	1,00	7,19	1,00	7,19		7,19	7,00
Certidões de narrativa, por cada página, ainda que incompleta	8,37	2,24	10,62	1,00	10,62	1,00	10,62		10,62	10,50
Alvarás não especialmente contemplados nesta tabela (cada)	6,13	15,46	21,59	1,00	21,59	1,00	21,59		21,59	22,00
Vistorias não especialmente contemplados nesta tabela, ou não taxáveis por legislação especial	13,26	3,51	16,77	1,00	16,77	1,00	16,77		16,77	17,00
Averbamentos diversos não especialmente previstos nesta tabela (cada)	8,71	20,62	29,33	1,00	29,33	0,50	14,66		14,66	15,00
Junção de Elementos ao Processo	5,03	0,00	5,03	1,00	5,03	1,00	5,03		5,03	5,00
(*) Pela 1ª lauda; acresce por cada lauda adicional 0,35 €										
(**) A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor										
(***) O fornecimento em pen implica o pagamento adicional de 7,00 € + IVA										
Fornecimento de Cartografia										
Taxa pela apreciação do processo com vista a obtenção da informação	13,87	66,17	80,04	1,00	80,04	1,00	80,04		80,04	80,00
Serviços prestados pela Polícia Municipal										
1 - Taxa pela apreciação do processo	6,28	11,88	18,15	1,00	18,15	1,00	18,15		18,15	18,00
2 - Actividades desportivas, culturais ou recreativas por hora e por agente:										
a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	9,27	10,45	19,73	1,00	19,73	1,00	19,73	0,50	9,86	9,50
b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	10,00	10,45	20,45	1,00	20,45	1,00	20,45	0,50	10,22	10,00
c) Sábados, Domingos e Feriados - das 00h00 às 24h00	10,72	10,45	21,17	1,00	21,17	1,00	21,17	0,50	10,59	10,50
3 - Particulares por hora e por agente:										
a) Dias úteis - das 08h00 às 20horas	9,27	10,45	19,73	1,00	19,73	1,00	19,73		19,73	20,00
b) Dias úteis - das 20h00 às 08horas	10,00	10,45	20,45	1,00	20,45	1,00	20,45		20,45	20,50
c) Sábados, Domingos e Feriados - das 00h00 às 24h00	10,72	10,45	21,17	1,00	21,17	1,00	21,17		21,17	21,00
4 - Viatura ligeira por km percorrido					0,40	1,00	0,40		0,40	0,40

Nesta secção, onde se encontram as demais actividades administrativas da autarquia, utilizou-se o custo de contrapartida como referencial. Propõe-se, contudo, algumas correcções que se traduzem num incentivo à utilização de suportes electrónicos em detrimento do suporte físico.

Como se tem vindo a verificar em itens anteriores, os averbamentos são objecto de incentivo.

Quanto aos serviços prestados pela Polícia Municipal, verifica-se que existem custos sociais assumidos pela autarquia na apreciação de processos relativos a actividades desportivas, culturais ou recreativas. Se por um lado, a autarquia dá um incentivo ao licenciamento deste tipo de actividades, por outro apoia no seu processo de apreciação.

Taxas Urbanísticas

Descrição	Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta
Gestão Urbanística										
Taxa de Apreciação de pedido de informação prévia (PIP) e de pedido de manutenção de pressupostos de PIP	48,90	94,11	143,01	1,00	143,01	1,00	143,01		143,01	143,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença de: realização de operações urbanísticas exceto demolição e trabalhos de remodelação de terrenos; especial para obras inacabadas; alteração e renovação	62,20	136,55	198,74	1,00	198,74	1,00	198,74		198,74	198,50
Taxa de Apreciação de pedido de licença de instalação, alteração e renovação de armazenamento e de abastecimentos de produtos derivados do petróleo	43,23	121,79	165,02	1,00	165,02	1,00	165,02		165,02	165,00
Taxa de Apreciação de: pedido de licença simplificada: de instalação, alteração e renovação de armazenamento e abastecimento de combustíveis; da receção de processos de instalações do tipo B2 (produtos derivados do petróleo)	17,88	33,21	51,10	1,00	51,10	1,00	51,10		51,10	51,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença de trabalhos de remodelação de terrenos	41,37	64,58	105,95	1,00	105,95	1,00	105,95		105,95	106,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença de obras de demolição	45,58	75,65	121,23	1,00	121,23	1,00	121,23		121,23	121,00
Taxa de Apreciação: de comunicação de averbamento (titularidade, técnico, empreiteiro, etc); de pedido de certidão de destaque de parcela; de pedido de atribuição de números de polícia.	11,29	14,76	26,05	1,00	26,05	1,00	26,05		26,05	26,00
Taxa de Apreciação de pedido de apreciação de elementos juntos ao processo (não se aplica na sequência de notificação do Município no âmbito de audiência prévia ou junção de especialidades)	12,20	15,68	27,89	1,00	27,89	1,00	27,89		27,89	28,00
Taxa de Apreciação de pedido de suspensão ou de continuidade de procedimento	12,63	16,61	29,24	1,00	29,24	1,00	29,24		29,24	29,00
Taxa de Apreciação: de comunicação prévia (RJUE) de realização de operações urbanísticas; especial para obras inacabadas; de alteração e renovação; de comunicação prévia com prazo (de atividades económicas); de comunicação prévia com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário, a realizar, nomeadamente: a) em unidades móveis ou amovíveis localizadas em feiras ou em espaços públicos autorizados para o exercício da venda ambulante, ou localizadas em espaços públicos ou privados de acesso público (anual ou fração) (*); b) em instalações fixas nas quais ocorram menos de 10 eventos anuais (*) Acresce, por cada evento, até ao máximo de 10 eventos anuais, 1,80€	41,55	132,86	174,41	1,00	174,41	1,00	174,41		174,41	174,50
Revogado	31,43	94,11	125,53	1,00	125,53	1,00	125,53		125,53	125,50
Taxa de Apreciação de pedido de certificação ou de alteração de certificação de propriedade horizontal	18,79	44,29	63,07	1,00	63,07	1,00	63,07		63,07	63,00
Taxa de Apreciação de pedido de licença parcial de estruturas	19,86	42,44	62,30	1,00	62,30	1,00	62,30		62,30	62,50
Taxa de Apreciação de pedido de instalação de antenas e operadores de telecomunicações, por unidade	40,52	129,17	169,69	1,00	169,69	1,00	169,69		169,69	170,00
Taxa de Apreciação de pedido de emissão de alvará	11,01	23,99	35,00	1,00	35,00	1,00	35,00		35,00	35,00
Taxa de Apreciação de pedido de prorrogação de prazo	12,33	11,07	23,40	1,00	23,40	1,00	23,40		23,40	23,50
Taxa de Apreciação de pedido de pagamento em espécie ou fracionado (em prestações), pedido genérico, de redução de caução, de execução por fases	30,08	21,22	51,30	1,00	51,30	1,00	51,30		51,30	51,50
Taxa de Apreciação de pedido de permissão: de escavação, de contenção periférica e de demolição.	17,40	33,21	50,61	1,00	50,61	1,00	50,61		50,61	50,50
Taxa de Apreciação de pedido pela auditoria para atribuição de classificação de empreendimentos turísticos	46,49	76,58	123,07	1,00	123,07	1,00	123,07		123,07	123,00
Taxa de Apreciação de pedido de vistoria, de receção de obras de urbanização	41,61	77,50	119,11	1,00	119,11	1,00	119,11		119,11	119,00
Taxa de Apreciação de pedido de autorização de alteração de utilização	44,47	83,04	127,50	1,00	127,50	1,00	127,50		127,50	127,50
Taxa de Apreciação de pedido de autorização de utilização	45,56	80,27	125,83	1,00	125,83	1,00	125,83		125,83	126,00
Taxa de: receção de meras comunicações prévias; pedido de informação (artigo 110.º do RJUE)	12,99	19,38	32,36	1,00	32,36	1,00	32,36		32,36	32,50
Taxa de selagem e desselagem de equipamentos industriais	44,57	85,80	130,37	1,00	130,37	1,00	130,37		130,37	130,50
Taxa de pedido de inspeção e reinspeção de ascensores	110,92	0,00	110,92	1,00	111,00	1,00	111,00		111,00	111,00
Taxa de instalação de antenas de operadores de telecomunicações, por unidade	6,99	21,19	28,17	10,00	281,74	12,00	3.380,88		3.380,88	3.380,00
TRIU - Taxa pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-estruturas Urbanísticas:										
PPI										71.593.114,63
ATC										33.391.245,00
L - Fator de Localização:										
i) Zona Tipo 1 - Áreas com redução de encargos urbanísticos										0,9
ii) Zona Tipo 2 - Outras Áreas										1
U - Coeficiente do Uso:										
i) Indústria e instalações pecuárias										0,3
ii) Estacionamento										0,5
iii) Equipamentos, serviços e comércio até 1000 m2 (A área de comércio é o somatório das áreas comerciais afectas à operação urbanística)										0,8
iv) Habitação e outros										1
v) Armazéns autômos e comércio com área superior a 1000 m2 inclusive (a área de comércio é o somatório das áreas comerciais afectas à operação)										1,2
H - Fator de Harmonização										9,3
Compensação pelas não cedências:										
V - Valor Base do Custo por m2 de Terreno no Concelho de Matosinhos										65
Ci - Coeficiente de Impacto Gerado pela Operação Urbanística:										
i) Zona Tipo 1										1
ii) Zona Tipo 2										1
iii) AUGI										0,01

O investimento municipal na programação e elaboração de Planos de Urbanização e de Pormenor, permite um crescimento urbano harmonioso e equilibrado. No entanto, a concretização destes Instrumentos de Gestão Territorial, não é necessariamente alvo das atenções dos investidores que, pouco habituados às vantagens de um

correcto ordenamento do território, enveredam por um investimento indisciplinado nas mais variadas áreas edificáveis do concelho.

Os factores de incentivo previstos para a TRIU e Valor de Compensação nas áreas dos Planos de Urbanização e de Pormenor criam um estímulo e uma focalização do investimento nestas áreas, materializando as políticas de território seguidas pela CMM. Promove-se assim um território de qualidade e um planeamento urbano consequente.

1.ª Adenda ao Anexo III — Fundamentação Económica-Financeira das Taxas Municipais (Ano 2014)

1. Nota Justificativa

As taxas agora criadas têm como propósito a conformação com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril e demais diplomas adaptados ao decreto-lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

O decreto-lei n.º 92/2010, de 26 de julho, estabelece os princípios e as regras para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços realizadas em território nacional, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, implementando regras que visam eliminar formalidades consideradas desnecessárias no âmbito dos procedimentos administrativos.

Na sequência daquele diploma foi publicado o decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, alterado pelo decreto-lei n.º 141/2012, de 11 de julho, que apresenta e regulamenta a iniciativa Licenciamento Zero e que visa reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização, designadamente, através da: simplificação e desmaterialização do regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem; simplificação e desmaterialização dos regimes conexos de operações urbanísticas, ocupação do espaço público e publicidade de natureza comercial de qualquer atividade económica; facilitação do acesso a estes serviços através da sua disponibilização num balcão único eletrónico, designado Balcão do Empreendedor, acessível através do Portal da Empresa; eliminação do licenciamento da atividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos e o licenciamento do exercício da atividade de realização de leilões, sem prejuízo da legislação especial que regula determinados leilões.

2. Enquadramento Metodológico

Como não podia deixar de ser, o cálculo das taxas agora propostas assentou na idêntica metodologia e socorrendo da mesma fórmula que havia servido de base à fundamentação económico-financeira das taxas atualmente em vigor no Município de Matosinhos:

Taxa Proposta = $TT \cdot ID \cdot (1 - CSS)$

em que TT é a chamada Taxa Teórica, ID o coeficiente de Incentivo ou Desincentivo e CSS o Custo Social Suportado pela autarquia. Consideramos que esta fórmula consegue refletir no valor final proposto para as taxas municipais o custo de contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

		Custo Directo	Custo Indirecto	Custo Total	Coefficiente de Benefício	Taxa Teórica	Coefficiente de Incentivo/Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Horários de Funcionamento												
	Taxa pela receção de mera comunicação prévia - Horário de funcionamento, bem como das suas alterações;	7,84	7,39	15,22	1,00	15,22	1,00	15,22		15,22	15,00	TX298
	Pela apreciação de alterações excecionais ao horário de funcionamento (prolongamento de horário para além dos limites)	11,27	23,78	35,05	1,00	35,05	1,00	35,05		35,05	35,00	TX299
Deposição de cinzas												
	c) no Jardim da Memória	2,07	9,74	11,81	1,00	11,81	1,00	11,81		11,81	12,00	TX301
Taxas devidas pela Ocupação de Domínio Público Aéreo												
	Outras ocupações do espaço aéreo - por m3 e por ano	7,56	22,94	30,51	2,00	61,01	1,00	61,01		61,01	61,00	TX184
Taxas devidas por ocupações diversas no solo												
	Outras ocupações de domínio público ou privado do município, não expressamente em alíneas anteriores, por m2 e por mês	7,56	22,94	30,51	1,00	30,51	1,00	30,51	0,50	15,25	15,25	TX218
Permissões Administrativas no âmbito da Diretiva de Serviços n.º 2006/123/CE quando não expressamente previstas nas outras áreas												
	Receção de Comunicação	4,94	3,12	8,07	1,00	8,07	1,00	8,07		8,07	8,00	TX303
	Receção de Mera Comunicação Prévia	7,84	7,39	15,22	1,00	15,22	1,00	15,22		15,22	15,00	TX304
	Taxa de Apreciação de Comunicação Prévia com Prazo	21,05	53,83	74,88	1,00	74,88	1,00	74,88		74,88	75,00	TX305
	Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	5,03	0,00	5,03	1,00	5,03	1,20	6,04		6,04	6,00	TX306
	Acesso Mediado ao Balcão Único Eletrónico e/ou outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	5,79	5,13	10,91	1,00	10,91	1,00	10,91		10,91	11,00	TX307

Tecemos, de seguida, alguns considerandos sobre os domínios com prestações tributáveis agora alterados, nomeadamente no âmbito das permissões administrativas decorrentes da Diretiva de Serviços n.º 2006/123/CE, sendo que os pressupostos que estiveram na base conceptual de suporte à fundamentação das respectivas taxas constam já do Anexo III ao RTORM em vigor.

A taxa prevista para a mera comunicação prévia tem por contrapartida a apreciação dos elementos instrutórios submetidos via Portal do Empreendedor relativos a Meras Comunicações Prévias e aplica-se sempre que seja utilizada este tipo de permissão administrativa independentemente da natureza da pretensão.

Como suporte à fundamentação do valor das taxas fixadas em contrapartida das permissões administrativas “Comunicação Prévia com Prazo” foi tido em conta, sobretudo, o custo da contrapartida administrativa, designadamente os custos inerentes à atividade de apreciação e decisão.

É de realçar o coeficiente de desincentivo de 1,2 no que toca à reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias, de forma a penalizar quem não entrega o formulário acompanhado de todos os elementos necessários.

É criada ainda uma taxa relativa ao acesso mediado ao Balcão do Empreendedor, que tem como base os tempos médios despendidos no atendimento e acompanhamento do interessado e no preenchimento dos formulários necessário no balcão Único.

2.ª Adenda ao Anexo III — Fundamentação Económica-Financeira das Taxas Municipais (Ano 2016)

Na sequência da entrada em vigor de um novo contrato relativo à prestação de serviços no Tanatário Municipal, foi revisto, em baixa, o valor das cremações a praticar, atendendo ao decréscimo do custo associado a esta nova contratação, que tem implicações nos custos diretos que serviram de base à fixação do valor das cremações.

O cálculo do valor agora proposto assentou, como não podia deixar de ser, em idêntica metodologia e socorrendo-se da mesma fórmula que havia servido de base à fundamentação económico-financeira das taxas atualmente em vigor no Município de Matosinhos:

$$\text{Taxa Proposta} = \text{TT} \cdot \text{ID} \cdot (1 - \text{CSS})$$

em que TT é a chamada Taxa Teórica, ID o coeficiente de Incentivo ou Desincentivo e CSS o Custo Social Suportado pela autarquia. Consideramos que esta fórmula consegue refletir no valor final proposto para as taxas municipais o custo de contrapartida e a captura de parte do benefício auferido pelo requerente, mas também entrar em linha de conta com decisões políticas de incentivo ou desincentivo de determinadas práticas bem como de decisões de ser o próprio orçamento municipal a suportar o custo social de determinadas taxas.

Os pressupostos que estiveram na base conceptual de suporte à fundamentação das respetivas taxas constam já do Anexo III ao RTORM em vigor.

Relativamente à cremação foi adotado o coeficiente de benefício de 1,5 para o caso de se tratarem de não residente ou não naturais de Matosinhos, constantes do quadro abaixo, mantendo-se inalterados os coeficientes de Incentivo/Desincentivo assim como o custo social suportado para as ossadas, fetos e peças anatómicas. Por outro lado, deixaram de se assumir quaisquer custos sociais pelas restantes tipologias de cremações.

	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Coef. Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Cremação											
a) cadáver (residentes ou naturais de Matosinhos)*	152,89	25,20	178,09	1,00	178,09	1,00	178,09	0,00	178,09	178,00	TX136
b) cadáver (não residentes ou não naturais de Matosinhos) *	152,89	25,20	178,09	1,50	267,13	1,00	267,13	0,00	267,13	267,00	TX137
c) ossadas, fetos mortos e peças anatómicas *	109,71	25,20	134,91	1,00	134,91	1,00	134,91	0,50	67,45	67,50	TX138

(*) Inclui a deposição de cinzas no Jardim da Memória bem como a utilização por período máximo de 12 horas a câmara frigorífica; o atraso face à hora marcada para a cremação, determina agravamento da taxa em 50%

O Decreto-Lei n.º 136/2014, diploma legal que procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que entrou em vigor no passado dia 7/1/2015, introduziu a figura das legalizações de operações urbanísticas efetuadas sem título, elencadas agora no âmbito das medidas de tutela de legalidade urbanística como um dos meios possíveis para sua reposição. A faculdade de lançar mão do procedimento de legalização, quer pela via voluntária, quando o interessado vem fazê-lo a instância do município, quer pela via oficiosa quando aquele no prazo que lhe é concedido não o cumpre, determina o pagamento de taxas agora introduzidas: taxas pela legalização voluntária (TU29) e pela legalização oficiosa (TU30) de operações urbanísticas cujos procedimentos e instrução serão incluídos na alteração, em curso, do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Matosinhos.

	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Coef. Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/ Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Gestão Urbanística											
Taxa pela legalização voluntária de operações urbanísticas	33,85	113,67	147,51	1,00	147,51	1,00	147,51	0,00	147,51	147,50	TU29
Taxa pela legalização oficiosa de operações urbanísticas exceto obras de conservação	89,45	239,88	329,33	1,00	329,33	1,00	329,33	0,00	329,33	330,00	TU30

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro que veio alterar os regimes de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento, e bem assim, as regras relativas ao projeto, construção e exploração das redes e ramais de distribuição alimentadas com gases combustíveis da terceira família. Neste contexto, a autorização de construção e de funcionamento das redes de distribuição de gás que são abastecidas por reservatório de gases de petróleo liquefeitos (GPL) surgiu, então, associada ao licenciamento camarário. Com estas novas regras, é igualmente alargado o âmbito da intervenção das entidades inspetoras de combustíveis e de instalações de gás, com o objetivo de aumentar a segurança de pessoas e bens no exercício das atividades associadas ao licenciamento e fiscalização.

Não possuindo o Município de Matosinhos, no seu quadro de pessoal, técnicos habilitados a exercer as competências de licenciamento acima referidas a não ser com recurso a entidades externas mediante aquisições de serviços, tal como previsto na atual redação do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro. Por este motivo, e pela alteração ao DL 267/2002, em que as licenças de exploração deixam de ter prazo de validade, não havendo portanto lugar à renovação, as taxas previstas no RTORMM de “apreciação de pedido de licença de instalação, alteração e renovação de armazenamento e de abastecimentos de produtos derivados do petróleo” (TU03) e de “apreciação de pedido de licença simplificada de instalação, alteração e renovação de armazenamento e abastecimento de combustíveis; da receção de processos de instalações do tipo B2 (produtos derivados do petróleo)” (TU04), assim como a taxa de vistoria prevista para estas atividades, não reflete atualmente o seu custo efetivo para o Município uma vez que não têm em conta o valor da aquisição de serviços especializados necessária

para exercer a competência que ao Município foi atribuída. Trata-se, pois, de atualizar o valor destas taxas incorporando os custos efetivos que sobre a atividade que lhe corresponde impendem. Neste sentido, atualizou-se o valor da TU03, incorporando o custo da prestação de serviços de pessoal técnico especializado e criou-se a TU31 incorporando os custos diretos e indiretos subjacentes à TU04, que agora é apenas aplicável às isenções de licenciamento tipo B2, acrescida igualmente dos custos da prestação de serviços de pessoal técnico especializado. Criou-se igualmente a taxa inerente ao pedido de vistoria no âmbito do Decreto-Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, na sua atual redação (TU32), que integra exatamente a mesma metodologia.

	Custo Direto	Custo Indireto	Custo Total	Coef. Benefício	Taxa Teórica	Coeficiente de Incentivo/Desincentivo	Taxa Obtida após (des)incentivo	Custo Social suportado	Taxa Obtida após custo social suportado	Taxa Proposta	Código da Taxa
Gestão Urbanística											
Taxa de Apreciação de: pedido de licença de instalação e alteração de armazenamento e de abastecimentos de produtos derivados do petróleo e de Redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito	191,94	121,79	313,73	1,00	313,73	1,00	313,73	0,00	313,73	314,00	TU03
Taxa de Apreciação de: pedido de licença simplificada: de instalação, alteração e renovação de armazenamento e abastecimento de combustíveis	132,27	33,21	165,49	1,00	165,49	1,00	165,49		165,49	165,50	TU31
Pedido de vistoria no âmbito do Decreto Lei n.º 267/2002 de 26 de novembro, na sua atual redação (combustíveis)	249,74	44,29	294,03	1,00	294,03	1,00	294,03		294,03	294,00	TU32

Anexo IV

Fundamentação da Isenção das Taxas

1. Estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente regulamento:
 - a) As freguesias do concelho - esta isenção fundamenta-se no facto de as freguesias, à semelhança dos municípios, serem autarquias locais, as quais prosseguem uma série de atribuições e competências, estabelecidas nas leis nº 159/99 de 14 de Setembro e 169/99 de 18 de Setembro, com redação atualizada, respetivamente, tendo em vista a prossecução do interesse público e a promoção da eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos dos administrados.
 - b) As pessoas coletivas, de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social - esta isenção fundamenta-se na finalidade prosseguida pelas entidades em questão, na medida em que visa facilitar a concretização dos seus fins estatutários e, a final, a prossecução de interesses ou utilidades públicas (ver a propósito o artigo 63º, nº 5 da Constituição da República Portuguesa – CRP). Do mesmo modo, no caso das instituições particulares de solidariedade social, a isenção justifica-se pelo próprio fim da instituição: a solidariedade social, prevista na CRP (artigos 1º, 63º, nº 5, 67º, nº 2, alínea b); 69º, 70, nº 1, alínea e); 70º e 71º) e, nesse sentido, um valor fundamental do Estado de Direito Democrático.
 - c) As empresas municipais – esta isenção visa a promoção da atividade das empresas municipais estimulando a sua sustentabilidade, e fundamenta-se no artigo 6º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e na Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro.
 - d) As entidades públicas ou privadas às quais a lei confira tal isenção – a fundamentação desta isenção decorre das leis que conferem as mesmas.
 - e) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente que beneficiem de isenção do IRC nos termos do artigo 10º do respetivo código – esta isenção decorre da referida isenção prevista no Código do IRC.
2. A Câmara poderá ainda, caso a caso, isentar total ou parcialmente as taxas relativas a:
 - a) As associações, incluindo as de natureza religiosa, cooperativas e fundações sem fins lucrativos, legalmente constituídas, relativamente aos factos que visem a prossecução dos seus fins estatutários, designadamente no âmbito cultural, desportivo, recreativo, social, assistencial ou profissional; esta isenção fundamenta-se na finalidade prosseguida pelas

entidades em questão, na medida em que visa facilitar a concretização dos seus fins estatutários e, a final, a prossecução de interesses ou utilidades públicas (ver a propósito o artigo 63º, nº 5 da Constituição da República Portuguesa – CRP)

b) As pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica, que integrem agregado familiar cujo rendimento médio mensal seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoio sociais (IAS), desde que para benefício exclusivo e próprio. O fundamento desta isenção é a comprovada insuficiência económica. Com efeito, se o munícipe não consegue garantir o seu sustento básico, também não terá capacidade financeira para pagar as taxas devidas ao município. É nesse sentido que se prevê a isenção das taxas - para que os munícipes nestas condições possam ter acesso ao serviço público em condições de igualdade, cumprindo-se, assim os desígnios previstos na CRP, tais como a dignidade da pessoa humana e a solidariedade social.

Anexo V

Zonas Tipo 1 e 2 previstas na Fórmula da TRIU e na Fórmula do Valor de Compensação

Anexo V

Zonas Tipo 1 e 2 previstas na Fórmula da TRIU e na Fórmula do Valor de Compensação

Zona Tipo 1: Áreas com redução de encargos urbanísticos (assinaladas em planta apensa).
Estão excluídos desta zona os edifícios que têm frente para a Av.^a da República (União das freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira).

Fundamentação:

Importa reconhecer no território locais deprimidos e incentivar o investimento, aplicando-lhe redução de encargos urbanísticos.

Podemos identificar no território de Matosinhos espaços urbanos de valor patrimonial que estão abandonados, onde o investimento não acontece, em fase continuada de desinvestimento e abandono da população.

Nessas áreas interessa rentabilizar os investimentos municipais através de medidas de promoção da fixação dos residentes e de atração de novos residentes e dessa forma fazer com que a regeneração urbana aconteça, não só no investimento do edificado existente, consolidando-o, mas no preenchimento dos vazios desses núcleos urbanos de pequena dimensão.

Objetivos para estas áreas:

Todos os usos das operações urbanísticas deixam de pagar compensações.

Só as operações de loteamento são obrigados a pagar compensações.

Zona Tipo 2: Áreas do concelho de Matosinhos não abrangidas na Zona Tipo 1



LEGENDA

- ÁREAS COM REDEÇÃO DE ENDERÇOS URBANÍSTICOS
- ÁREAS COM REDEÇÃO DE ENDERÇOS URBANÍSTICOS

1- ANDARAIS DE CIMA

2- ANDARAIS DE CIMA

3- ANDARAIS DE CIMA

4- CENTRO DE PESQUISA

5- CENTRO DE PESQUISA

6- CENTRO DE PESQUISA

7- CENTRO DE PESQUISA

8- CENTRO DE PESQUISA

9- CENTRO DE PESQUISA

10- CENTRO DE PESQUISA

11- CENTRO DE PESQUISA

12- CENTRO DE PESQUISA

13- CENTRO DE PESQUISA

14- CENTRO DE PESQUISA